



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

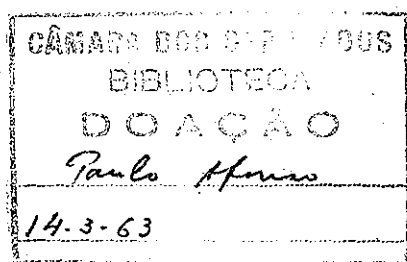
DE 1962 — VOLUME I

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS DE JANEIRO A MARÇO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

1962



ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Págs.		Págs.	
1. — Decreto Legislativo — Autoriza o Presidente da República a ausentar-se do País, no decorrer do mês de abril de 1962, para uma visita oficial aos Estados Unidos da América e aos Estados Unidos Mexicanos. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 23 de março de 1962	3	no Estado de Goiás, os benefícios das Leis ns. 1.765, de 18 de dezembro de 1952 e 2.412, de 1 de fevereiro de 1955, e dá outras providências. Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 16 de março de 1962	29
4.049 — Lei de 23 de fevereiro de 1962 — Torna extensivas aos servidores das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais, disposições das Leis ns. 3.780 e 3.826, de 1930 e dá outras providências. Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 1 de março de 1962; Retificada no <i>Diário Oficial</i> de 2 de março de 1962; Retificada no <i>Diário Oficial</i> de 7 de março de 1962	3	4.053 — Lei de 9 de março de 1962 — Concede pensões especiais a Maria do Amparo Medeiros Parente e Lúcia Costa Perlingeiro. Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 16 de março de 1962	29
APENSO DAS LEIS			
4.050 — Lei de 23 de fevereiro de 1962 — Reestrutura o Quadro de Oficiais Dentistas do Exército, modificando a Lei nº 2.414, de 8 de fevereiro de 1955. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 23 de fevereiro de 1962	3	3.994 — Lei de 9 de dezembro de 1961 — Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1962. Retificada no <i>Diário Oficial</i> de 6 de fevereiro de 1962; Retificada no <i>Diário Oficial</i> de 8 de fevereiro de 1962; Retificada no <i>Diário Oficial</i> de 13 de fevereiro de 1962; Retificada no <i>Diário Oficial</i> de 14 de fevereiro de 1962	33
4.051 — Lei de 1 de março de 1962 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 4.500.000,00 em favor dos Institutos Históricos e Geográficos dos Estados de Minas Gerais, Sergipe e Pará. Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 30 de março de 1962	27	4.006 — Lei de 16 de dezembro de 1961 — Retifica, sem ônus, as Leis ns. 3.487, de 10 de dezembro de 1958 e 3.632, de 7 de dezembro de 1959, que estimaram a receita e fixaram a despesa da União para os exercícios, respectivamente, de 1959 e 1960. Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 8 de janeiro de 1962	33
4.052 — Lei de 9 de março de 1962 — Estende aos servidores da Superintendência do Serviço de Profilaxia da Lepre,	28	4.007 — Lei de 16 de dezembro de 1961 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 3.500.000.000,00 (três bi-	

	Págs.		Págs.
liões e quinhentos milhões de cruzeiros), a favor do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, para a conclusão da ligação ferroviária Brasília-Pires do Rio e a Rede Ferroviária do Estado de São Paulo. Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 8 de janeiro de 1962	35	crédito especial de Cr\$ 1.200.000.000,00 para a reconstrução da barragem de Orós, no Estado do Ceará, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1962	37
4.009 — Lei de 16 de dezembro de 1961 — Concede pensão especial de Cr\$ 10.000,00 mensais à vista do poeta e jornalista Antônio Boto. Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1962	35	4.015 — Lei de 16 de dezembro de 1961 — Permite aos Sargentos do Exército, que possuem mais de cinco anos de serviço, reengajarem até adquirirem estabilidade, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1962	38
4.010 — Lei de 16 de dezembro de 1961 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 429.930,60, destinado ao pagamento de obras realizadas na Base Naval de Natal, pelo construtor Civil Joaquim Victor de Hollanda em 1949. Publicada no D. O. de 10 de janeiro de 1962	35	4.017 — Lei de 16 de dezembro de 1961 — Altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral e dá outras providências. Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1962. Retificada no D. O. de 9 de janeiro de 1962	38
4.011 — Lei de 16 de dezembro de 1961 — Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento a ser importado pela Rádio Marajoara Ltda., para instalação de uma estação de televisão na cidade de Belém, Estado do Pará. Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1962	36	4.019 — Lei de 20 de dezembro de 1961 — Complementa o artigo 6.º da Emenda Constitucional n.º 3 e dá outras providências. Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1962	41
4.012 — Lei de 16 de dezembro de 1961 — Concede isenção de imposto de importação e de consumo para maquinaria importada pela Cia. Brasileira de Caldeiras, para a ampliação de sua fábrica em Varginha. Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1962	36	4.020 — Lei de 20 de dezembro de 1961 — Considera cidade satélite o chamado Núcleo Bandeirante no atual Distrito Federal. Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1962	43
4.013 — Lei de 16 de dezembro de 1961 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 202.525.600,00, para atender ao pagamento das despesas de pessoal e obras a cargo da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana. Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1962	37	4.021 — Lei de 20 de dezembro de 1961 — Cria a profissão de leiloeiro rural, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1962	44
4.014 — Lei de 16 de dezembro de 1961 — Autoriza a abertura do	37	4.022 — Lei de 20 de dezembro de 1961 — Isenta dos impostos de importação e de consumo materiais a serem importados pela Ceará Rádio Clube S. A. para instalação de estação completa de televisão, em Fortaleza, Estado do Ceará. — Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1962	48
		4.023 — (*) Lei de 20 de dezembro de 1961 (**) — Orça a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício de 1962. — Reproduzida no D. O. de 15 de janeiro de 1962	49
		4.025 — Lei de 20 de dezembro de 1961 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Minis-	

Págs.	Págs.
tério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de ... Cr\$ 450.000.000,00, para reequipamento da navegação do Rio São Francisco, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1962	46
4.023 — Lei de 20 de dezembro de 1961 — Concede subvenção às Universidades equiparadas, mantidas por Instituições de caráter privado. — Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1962. Retificado no D. O. de 3 de janeiro de 1962	47
4.027 — Lei de 20 de dezembro de 1961 — Regula a prestação do serviço militar por estudante. — Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1961	47
4.028 — Lei de 20 de dezembro de 1961 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um auxílio de Cr\$ 10.000.000,00 ao Hospital dos Sindicatos Reunidos de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1962	47
4.029 — Lei de 20 de dezembro de 1961 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda — Tribunal de Contas, o crédito especial de Cr\$ 234.175,00 para pagamento da diferença de vencimentos e gratificação adicional ao Ministro Ruben Machado da Rosa. — Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1962	48
4.030 — Lei de 20 de dezembro de 1961 — Autoriza o Poder Executivo a construir e pavimentar os trechos de Estrada Rio - Bahia - Arassuaí - Diamantina e Diamantina-Curvejo. — Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1962	48
4.031 — Lei de 20 de dezembro de 1961 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social o crédito especial de Cr\$ 78.000,00 para pagamento de gratificação adicional a Crysânthem Pontes de Carvalho e Souza, auxiliar administrativo. — Publicada, no D. O. de 8 de janeiro de 1962	49
4.032 — Lei de 20 de dezembro de 1961 — Concede isenção de direitos, imposto de consumo e taxas aduaneiras para mercadorias procedentes dos Estados Unidos, doados à Confederação Evangélica do Brasil e importadas com licença da CIACEX, sem cobertura cambial. Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1962	49
4.033 — Lei de 20 de dezembro de 1961 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, ao Poder Judiciário — Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, o crédito especial de ... Cr\$ 65.000,00, para pagamento de despesas realizadas no ano de 1959, com substituições de funcionários da Secretaria do mesmo Órgão. — Publicada no D. O. de 18 de janeiro de 1962	51
4.034 — Lei de 20 de dezembro de 1961 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00, destinado à construção de um hospital na cidade de Maués, Estado do Amazonas. — Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1962	51
4.035 — Lei de 20 de dezembro de 1961 — Dá nova redação ao art. 1º da Lei número 2.550, de 12 de fevereiro de 1959, que dispõe sobre o pagamento de subvenções orçamentárias concedidas à conta do Fundo Nacional do Ensino Médio. — Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1962	51
4.036 — Lei de 20 de dezembro de 1961 — Concede pensão mensal de Cr\$ 3.000,00 a Beneditino Alves, ex-estafeta, de correio a cavalo do 2º Distrito de Pinheiro Machado, Rio Grande do Sul. — Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1962	52
4.037 — Lei de 20 de dezembro de 1961 — Inclui o Instituto de Música da Bahia entre os estabelecimentos de ensino superior subvencionados pela União, na forma do art. 17, da Lei nº 1.254, de 4 de dezem-	

	Págs.		Págs.
bro de 1960, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1962	52	servidor do Ministério da Agricultura — Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1962	55
4.038 — Lei de 20 de dezembro de 1961 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para a conclusão das obras do edifício-sede da Associação Piauiense de Medicina, em Teresina. — Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1962	52	4.044 — Lei de 21 de dezembro de 1961 — Concede isenção de direitos de importação para o material importado pela Companhia Brasileira de Fiação e Tecelagem de Juta, de Manaus, Estado do Amazonas, e outras congêneres. — Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1962	55
4.039 — Lei de 20 de dezembro de 1961 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, o crédito especial de Cr\$ 58.649,40 para pagamento de substituições de funcionários de sua secretaria, no exercício de 1957. — Publicada no D. O. de 18 de janeiro de 1962	53	4.045 — Lei de 21 de dezembro de 1961 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, destinado à construção de uma maternidade no bairro de São Raimundo, na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas. — Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1962	55
4.040 — Lei de 20 de dezembro de 1961 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ... Cr\$ 1.000.000,00, para ocorrer às despesas com a realização do Quarto Congresso Brasileiro de Ensino da Matemática, a efetuar-se em Belém, Estado do Pará. — Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1962	54	4.046 — Lei de 21 de dezembro de 1961 — Dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 2.307, de 30 de agosto de 1954, autorizando o Poder Executivo a alienar aos servidores dos Territórios do Acre, Amapá, Rio Branco e Rondônia, os imóveis residenciais de alvenaria, madeira de lei, adobe ou de construção mista, pertencentes ao patrimônio da União e localizados nas sedes municipais, vilas e povoados daquelas unidades de fronteira. — Publicada no D. O. de 18 de janeiro de 1962. Retificada no D. O. de 1º de fevereiro de 1962	56
4.041 — Lei de 20 de dezembro de 1961 — Isenta do imposto de importação e de consumo, equipamento destinado à ampliação da fábrica de soda cáustica da Companhia Electroquímica Pan-Americana. — Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1962	54	4.047 — Lei de 21 de dezembro de 1961 — Aplica aos cargos e funções do Quadro do Pessoal dos Órgãos da Justiça do Trabalho da 1ª Região, disposições das Leis ns. 3.780, de 12 de julho de 1960, e 3.826, de 23 de novembro de 1960, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 18 de janeiro de 1962. Retificada no D. O. de 1 de fevereiro de 1962	56
4.042 — Lei de 21 de dezembro de 1961 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Tribunal de Contas da União, o crédito especial de Cr\$ 107.100,00 para pagamento de despesas de gratificação adicional. — Publicada no D. O. de 18 de janeiro de 1962	54	4.048 — Lei de 29 de dezembro de 1961 — Dispõe sobre a organização do Ministério da Indústria e do Comércio, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1962	61
4.043 — Lei de 21 de dezembro de 1961 — Concede pensão especial de Cr\$ 4.940,00 mensais a Manoel Brito da Silva, ex-			

Figuram neste volume os decretos legislativos e as leis que, expedidos no quarto trimestre de 1961, foram publicados no «Diário Oficial» até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas de publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, DE 1962

Autoriza o Presidente da República a ausentar-se do País, no decorrer do mês de abril de 1962, para uma visita oficial aos Estados Unidos da América e aos Estados Unidos Mexicanos.

Art. 1º É concedida autorização ao Presidente da República, Senhor João Belchior Marques Goulart para ausentar-se do território nacional, no decorrer do mês de abril de 1962, a fim de atender ao convite dos Governos dos Estados Unidos da América e dos Estados Unidos Mexicanos, para uma visita oficial a esses países.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de março de 1962. — Auro Moura Andrade — Presidente do Senado Federal.



LEI N.º 4.049 — DE 23 DE FEVEREIRO DE 1962

Torna extensiva aos servidores das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais disposições das Leis ns. 3.780 e 3.826, de 1960 e dá outras providências.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os padrões ou níveis de vencimento e os símbolos dos cargos em comissão e das funções gratificadas dos servidores das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais do Amazonas — Para — Piauí — Rio Grande do Norte — Paraíba — Alagoas — Espírito Santo — Mato Grosso — Ceará — Pernambuco — Bahia — Rio de Janeiro — Guanabara — Santa Catarina — Rio Grande do Sul — Minas Gerais — São Paulo — Maranhão — Paraná — Goiás e Sergipe, ficam reajustados nos valores seguintes:

PJ —	.	.	.	70.000,00
PJ — 0	.	.	.	65.000,00
PJ — 1	.	.	.	63.000,00
PJ — 2	.	.	.	58.000,00
PJ — 3	.	.	.	54.000,00
PJ — 4	.	.	.	50.000,00
PJ — 5	.	.	.	47.000,00
PJ — 6	.	.	.	44.000,00
PJ — 7	.	.	.	41.000,00
PJ — 8	.	.	.	36.000,00
PJ — 9	.	.	.	33.000,00
PJ — 10	.	.	.	30.000,00
PJ — 11	.	.	.	27.000,00

PJ - 12	25.000,00
PJ - 13	23.000,00
PJ - 14	21.000,00
PJ - 15	19.000,00

Art. 2º Os valores do vencimento mais a gratificação mensal das funções gratificadas dos Quadros de Pessoal a que se refere o artigo anterior são:

1 - F	46.000,00
2 - F	44.000,00
3 - F	42.000,00
4 - F	40.000,00
5 - F	38.000,00

Art. 3º Os servidores das Secretarias dos Tribunais de que se ocupa esta Lei continuam a perceber gratificação adicional por tempo de serviço nas mesmas bases da concedida aos funcionários do Tribunal Superior Eleitoral pelo art. 7º da Lei n.º 1.814 de 14 de fevereiro de 1953.

Art. 4º Os cargos de carreira, ou isolados de provimento efetivo ou em comissão e as funções gratificadas dos Quadros do Pessoal das Secretarias dos Tribunais aprovados, pelas Leis números: 3.454, de 1958, do Amazonas; 3.644, de 1959, do Pará; 3.526, de 1959, do Piauí; 3.422, de 1958, do Rio Grande do Norte; 3.455, de 1953, da Paraíba; 3.769, de 1960, de Alagoas; 2.634, de 1958, do Espírito Santo; 3.831, de 1960, de Mato Grosso; 3.648, de 1959, do Ceará; 3.402, de 1958, de Pernambuco; 3.023, de 1956, da Bahia; 2.643, de 1955, da Guanabara; 2.744, de 1956, do Estado do Rio de Janeiro; 3.469, de 1958, de Santa Catarina; 3.048, de 1956, e 3.527, de 1959, do Rio Grande do Sul; 2.775, de 1956, de Minas Gerais; 2.831, de 1953, de São Paulo; 1.975, de 1953, do Maranhão; 2.909, de 1956, do Paraná; 3.514, de 1958, de Goiás e 3.530, de 1959, de Sergipe, passam a ter a estrutura, o escalonamento, a nomenclatura, o número de classes e cargos, os níveis de vencimentos e os símbolos dos cargos em comissão e das funções gratificadas constantes das tabelas anexas de números I - II - III - IV - V - VI - VII - VIII - IX - X - XI - XII - XIII - XIV - XV - XVI - XVII - XVIII - XIX - XX - XXI, respectivamente, ressalvadas, em relação aos atuais servidores, as situações já constituídas por força de Lei ou de decisão Judiciária.

Art. 5º Aplicam-se aos servidores das Secretarias dos Tribunais a que se refere o artigo anterior as disposições do artigo 74, da Lei n.º 3.480, de 12 de julho de 1960, bem como as dos artigos 4º e II da Lei 3.826, de 23 de novembro de 1960.

Art. 6º É incorporado aos vencimentos dos servidores das Secretarias dos Tribunais referidos nesta Lei o abono de que trata a Lei n.º 3.587, de 18 de junho de 1959.

Art. 1º As vagas da classe inicial das carreiras dos Quadros das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais serão providas mediante concurso público de provas.

§ 1º As vagas na classe inicial da carreira de Oficial Judiciário serão providas, alternadamente, metade por acesso de ocupantes da classe final da carreira de auxiliar Judiciário, escolhidos pelos critérios de merecimento e antiguidade e metade por concurso de provas.

§ 2º As vagas nas classes finais e intermediárias de cada carreira serão preenchidas por promoção de seus ocupantes, alternadamente, por antiguidade e merecimento.

§ 3º Os cargos isolados de provimento efetivo que se vagarem após a vigência desta Lei serão preenchidos mediante concurso público de títulos.

§ 4º No primeiro provimento dos cargos criados pela presente Lei, serão observadas as seguintes normas:

a) Terá prioridade para as vagas da classe inicial das carreiras os funcionários federais efetivos requisitados e em exercício (VETADO) há mais de três anos, levando-se em consideração a natureza da função exercida durante os últimos seis meses;

b) nas vagas remanescentes terão prioridade os funcionários estaduais ou municipais estáveis, requisitados e em exercício (VTADO) há mais de três anos, observadas as mesmas condições da letra anterior;

c) nas vagas, a serem preenchidas mediante concurso público de provas, terão preferência, em igualdade de classificação, os interinos dos Tribunais em exercício consecutivo há mais de seis meses e os servidores requisitados não estáveis com exercício consecutivo durante os últimos três anos.

Art. 8.º Os cargos em comissão e as funções gratificadas das Secretarias dos Tribunais de que se ocupa esta Lei serão providos por funcionários dos respectivos Quadros, escolhidos livremente pelo Presidente do Tribunal.

Art. 9.º Sem prejuízo das atribuições privativas dos Escrivães Eleitorais, a execução dos serviços das Zonas Eleitorais das Capitais dos Estados ficará a cargo de funcionários do Quadro dos próprios Tribunais Regionais Eleitorais.

§ 1.º A lotação de cada Cartório será de um chefe de Zona Eleitoral e de tantos Auxiliares Judiciários e Serventes ou Auxiliares de Portaria quantos forem fixados pelos Tribunais, em face das necessidades do serviço.

§ 2.º Quando os encargos das Secretarias dos Tribunais não permitirem a designação de servidores de seu próprio Quadro para o fim previsto neste artigo os serviços dos Cartórios das Zonas Eleitorais das Capitais dos Estados serão executados por servidores requisitados na forma do artigo n.º 17 do Código Eleitoral mas sempre sob a responsabilidade e Chefia de funcionário especializado do próprio Tribunal.

§ 3.º Nas Zonas de reduzido movimento, a responsabilidade dos serviços eleitorais de duas ou mais zonas poderá ser atribuída a um Chefe de Zona Eleitoral, sem outras vantagens além das do próprio cargo.

Art. 10 — As requisições de funcionários para as Secretarias dos Tribunais, autorizadas pelo art. 17 letra S do Código Eleitoral, somente poderão ser feitas pelo prazo improrrogável de 240 (duzentos e quarenta) dias.

§ 1.º — Esgotado o prazo mencionado no presente artigo o funcionário será desligado, automaticamente, e só poderá ser novamente requisitado após o interstício de 1 (um) ano.

§ 2.º — O disposto neste artigo não se aplica aos funcionários que, na data da vigência desta Lei, estejam requisitados pela Justiça Eleitoral há mais de 6 (seis) meses.

Art. 11 — A modificação ou reestruturação do Quadro de Pessoal, a alteração de valores de padrões, classes, níveis e símbolos ou o aumento de vencimentos de cargos ou funções das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais só poderão ser feitos ou concedidos através de Lei e por proposta do Tribunal interessado (Constituição, artigos 67, § 2º, e 97 II).

§ 1.º — As decisões dos Tribunais em processo administrativo, que importem em modificação ou reestruturação de Quadro do Pessoal, na alteração e valores dos padrões, níveis ou símbolos de cargos ou funções, ou em elevação de vencimentos, não obrigarão o Tesouro Nacional a efetuar o pagamento das despesas de delas resultarem.

§ 2.º — O funcionário ou a autoridade que autorizar ou efetuar pagamento ou autorizar adiantamento, à conta de critério orçamentário ou adicional, com violação do disposto no parágrafo anterior, incorrerá nas sanções do art. 315 do Código Penal.

Art. 12 — Ficam extintos quando vagarem, os cargos de provimento efetivo ou em comissão e as funções gratificadas constantes dos Quadros atuais das Secretarias dos Tribunais enumerados nos artigos 1º e 4º, que não foram incluídos nas Tabelas respectivas anexas à presente Lei.

§ 1.º — A extinção a que se refere este artigo operar-se-á automaticamente depois de 30 (trinta) dias da vigência desta Lei, em todos os casos em que forem criados cargos de provimento efetivo em substituição a car-

gos em comissão de igual natureza ou a funções gratificadas, de atribuições análogas, o mesmo ocorrendo em relação a estas quando substituídas por cargo em comissão.

§ 2º — Os atuais servidores ocupantes de funções extintas deverão ser aproveitados sempre que possível, a critério do Tribunal, em cargos idênticos ou de atribuições equivalentes criados por esta Lei.

Art. 13 — Serão extintos, quando vagarem, todos os cargos de Auditor Fiscal constantes das Tabelas anexas.

Art. 14 — Aos Auxiliares Judiciários, incumbente, precipuamente, os serviços de dactilografia, que poderão ser, também, atribuídos aos Oficiais Judiciários.

Parágrafo único — A carreira de Dactilógrafo dos Quadros das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais do Pará, Espírito Santo, Maranhão e Sergipe, passa a denominar-se Auxiliar Judiciário.

Art. 15 — O artigo 7º da Lei nº 2.188, de 3 de março de 1954, não se aplica aos servidores das Secretarias e dos Serviços Auxiliares dos Tribunais Regionais Eleitorais.

Art. 16 — É revogada a Lei nº 2.488, de 16 de maio de 1955.

Art. 17 — Fica revogada, a partir da vigência da presente Lei e em relação aos servidores, dos Tribunais Regionais Eleitorais referidos nos artigos 1º e 4º, a Lei nº 3.907, de 19 de junho de 1961.

Art. 18 — O cargo isolado de Diretor de Secretaria ou Diretor-Geral da Secretaria dos Tribunais Regionais Eleitorais passa a ser de provimento em comissão, respeitada a situação dos atuais titulares efetivos por força de Lei.

Art. 19 — Aplicam-se aos funcionários dos Quadros das Secretarias dos Tribunais Regionais, as normas vigentes do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União, que não colidam com as da presente Lei.

§ 1º — É dispensado o interstício legal nas promoções decorrentes da nova estrutura dos Quadros aprovados por esta Lei, até a completa normalização dos mesmos.

§ 2º — No enquadramento dos cargos e classes das diversas carreiras dos referidos Quadros, observar-se-ão as regras e a proporção estabelecidas nos artigos 20 e 21 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, em tudo quanto for aplicável.

§ 3º — Ficam revogadas para Cr\$ 5.000,00 e Cr\$ 3.000,00 as gratificações aos Juizes e Escrivães, respectivamente, de que trata a Lei numero 2.932, de 30 de dezembro de 1956.

Art. 20 — Poderão ser beneficiados, nas mesmas condições estabelecidas nas letras a, b e c do § 4º do artigo 7º, os servidores autárquicos desligados da Justiça Eleitoral em cumprimento do disposto no artigo nº 129 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960.

Art. 21 — Para atender às despesas decorrentes desta Lei, é o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 147.100.000,00 (cento e quarenta e sete milhões e cem mil cruzeiros), assim discriminados:

I — T.R.E. do Amazonas	2.000.000,00
II — T.R.E. do Pará	3.000.000,00
III — T.R.E. do Piauí	2.400.000,00
IV — T.R.E. do Rio Grande do Norte	3.000.000,00
V — T.R.E. da Paraíba	3.600.000,00
VI — T.R.E. de Alagoas	2.000.000,00
VII — T.R.E. do Espírito Santo	2.600.000,00
VIII — T.R.E. de Mato Grosso	2.000.000,00
IX — T.R.E. do Ceará	6.000.000,00
X — T.R.E. de Pernambuco	8.000.000,00
XI — T.R.E. da Bahia	11.000.000,00
XII — T.R.E. da Guanabara	24.000.000,00
XIII — T.R.E. do Rio de Janeiro	5.000.000,00
XIV — T.R.E. de Santa Catarina	5.000.000,00
XV — T.R.E. do Rio Grande do Sul	9.000.000,00

XVI — T.R.E. de Minas Gerais	19 000 000,00
XVII — T.R.E. de São Paulo	25 000 000,00
XVIII — T.R.E. do Maranhão	3 000 000,00
XIX — T.R.E. do Paraná	6 000 000,00
XX — T.R.E. de Goiás	2 000 000,00
XXI — T.R.E. de Sergipe	2 500 000,00

Art. 22 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 23 de fevereiro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Alfredo Nassar

TABELA 1

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

SECRETARIA

Quadro de Pessoal

Número de cargos	Cargos	Nível ou símbolo	vagos
<i>Cargos isolados de provimento efetivo</i>			
1	Diretor de Secretaria (*)	PJ- 1	
2	Chef. de Zona Eleitoral (**)	PJ- 4	2
1	Arquivista-Almoxarife	PJ- 7	1
1	Porteiro	PJ- 8	
<i>Cargos de carreira</i>			
1	Oficial Judiciário	PJ- 5	
2	Oficial Judiciário	PJ- 6	
5	Oficial Judiciário	PJ- 7	
3	Auxiliar Judiciário	PJ- 8	
4	Auxiliar Judiciário (**)	PJ- 9	4
1	Continuo	PJ-11	
2	Continuo	PJ-12	
2	Servente (**)	PJ-14	2
<i>Funções gratificadas</i>			
1	Secretário de Presidente	2-F	
1	Secretário de Procurador Regional	3-F	
1	Secretário do Corregedor	3-F	

(*) Sera provido em Comissão, quando vagar.

(**) Destinado aos serviços dos Cartórios das Zonas de Manaus.

TABELA II

Tribunal Regional Eleitoral do Pará

SECRETARIA

Quadro de Pessoal

Número de Cargos	Cargos	Nível ou Símbolo	Vagos
<i>Cargos em Comissão</i>			
1	Diretor de Secretaria	PJ- 1	
2	Chefe de Seção (1)	PJ- 4	
<i>Cargos isolados de provimento efetivo</i>			
4	Chefe de Zona Eleitoral (*)	PJ- 4	4
1	Arquivista	PJ-7	
1	Porteiro	PJ- 8	
<i>Cargos de Carreira</i>			
1	Oficial Judiciário	PJ- 5	
4	Oficial Judiciário	PJ- 6	
7	Oficial Judiciário	PJ- 7	
7	Auxiliar Judiciário	PJ- 8	
8	Auxiliar Judiciário (*)	PJ- 9	8
1	Continuo	PJ-11	
1	Continuo	PJ-12	
2	Servente	PJ-13	
4	Servente (*)	PJ-14	4
<i>Funções gratificadas</i>			
1	Secretário do Presidente	2-F	
1	Secretário do Procurador Regional	3-F	
1	Secretário do Corregedor	3-F	

(*) Para lotação nas Zonas Eleitorais de Belém.

(1) Correspondem a igual número de funções gratificadas, que são declaradas extintas.

TABELA III

Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

SECRETARIA

Quadro do Pessoal

Numero de Cargos	CARGOS	Nível ou Símbolo	Vagos
	<i>Cargos em Comissão</i>		
1	Diretor de Secretaria	PJ-1	
2	Chefe de Seção (1)	PJ-4	
	<i>Cargos isolados de provimento efetivo</i>		
2	Chefe de Zona Eleitoral (*)	PJ-4	2
1	Arquivista	PJ-7	
1	Bibliotecário	PJ-7	
1	Porteiro	PJ-8	
	<i>Cargos de Carreira</i>		
1	Oficial Judiciário	PJ-5	
4	Oficial Judiciário	PJ-6	
7	Oficial Judiciário	PJ-7	
4	Auxiliar Judiciário	PJ-8	
9	Auxiliar Judiciário (*)	PJ-9	4
1	Contínuo	PJ-11	
1	Contínuo	PJ-12	
1	Servente	PJ-13	
2	Servente	PJ-14	
	<i>Funções Gratificadas</i>		
1	Secretário do Presidente	2-F	
1	Secretário do Procurador Regional .	3-F	
1	Secretário do Corregedor	3-F	

(*) — Para servir nas duas Zonas Eleitorais de Ferecina.

(1) — Correspondem a igual número de funções gratificadas, que são declaradas extintas.

TABELA IV

Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte

SECRETARIA

Quadro do Pessoal

Numero de Cargos	CARGOS	Nível ou Símbolo	Vagos
<i>Cargos em Comissão</i>			
1	Diretor de Secretaria	PJ-1	
2	Chefe de Seção (1)	PJ-4	
<i>Cargos isolados de provimento efetivo</i>			
4	Chefe de Zona Eleitoral (*)	PJ-4	4
1	Arquivista	PJ-7	
1	Porteiro	PJ-8	
1	Bibliotecário	PJ-7	
<i>Cargos de Carreira</i>			
3	Oficial Judiciário	PJ-5	
4	Oficial Judiciário	PJ-6	
5	Oficial Judiciário	PJ-7	
6	Auxiliar Judiciário	PJ-8	
12	Auxiliar Judiciário (*)	PJ-9	8
1	Continuo	PJ-11	
1	Continuo	PJ-12	
3	Servente	PJ-13	
4	Servente (*)	PJ-14	4
<i>Funções Gratificadas</i>			
1	Secretário do Presidente	2-F	
1	Secretário do Procurador Regional	3-F	
1	Secretário do Corregedor	3-F	

(*) — Criados para lotação nos Cartórios das Zonas Eleitorais de Natal.

(1) — Correspondem a igual número de funções gratificadas, que são declaradas extintas.

T A B E L A V

Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

SECRETARIA

Quadro do Pessoal

Numero de cargos	Cargos	Nível ou Símbolo	Vagos
<i>Cargos em Comissão</i>			
1	Diretor de Secretaria (*)	PJ- 1	
2	Chefe de Seção (1)	PJ- 4	
<i>Cargos isolados de provimento efetivo</i>			
2	Chefe de Zona Eleitoral (**)	PJ- 4	2
1	Arquivista	PJ- 7	
1	Bibliotecário	PJ- 7	
1	Porteiro	PJ- 8	
1	Zelador	PJ- 8	
<i>Cargos de Carreira</i>			
1	Oficial Judiciário	PJ- 5	
4	Oficial Judiciário	PJ- 6	
7	Oficial Judiciário	PJ- 7	
3	Auxiliar Judiciário	PJ- 8	
8	Auxiliar Judiciário (**)	PJ- 9	4
1	Continuo	PJ-11	
2	Continuo	PJ-12	
2	Servente	PJ-13	
2	Servente (**)	PJ-14	2
<i>Funções Gratificadas</i>			
1	Secretário do Presidente	2-F	
1	Secretário do Procurador Regional	3-F	
1	Secretário do Corregedor	3-F	

(*) — É assegurada a efetividade do atual ocupante enquanto subsistir esse provimento

(**) — Criados para lotação nas Zonas Eleitorais de João Pessoa.

(1) — Correspondem a igual número de funções gratificadas, que são declaradas extintas.

T A B E L A VI

Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas

SECRETARIA

Quadro do Pessoal

Número de cargos	Cargos	Nível ou Símbolo	Vagos
<i>Cargos em Comissão</i>			
1	Diretor de Secretaria	PJ- 1	
<i>Cargos Isolados de provimento efetivo</i>			
2	Chefe de Zona Eleitoral (*)	PJ- 4	2
1	Porteiro	PJ- 3	
2	Continuo	PJ-12	
5	Servente (*)	PJ-12	3
<i>Cargos de Carreira</i>			
1	Oficial Judiciário	PJ- 5	
2	Oficial Judiciário	PJ- 6	
4	Oficial Judiciário	PJ- 7	
5	Auxiliar Judiciário	PJ- 8	
6	Auxiliar Judiciário (*)	PJ- 9	6
<i>Funções Gratificadas</i>			
1	Secretário do Presidente	2-F	
1	Secretário do Procurador Regional	3-F	
1	Secretário do Corregedor	3-F	

(*) — Para os serviços dos Cartórios das Zonas Eleitorais de Maceió.

TABELA VII

Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

SECRETARIA

Quadro do Pessoal

Numero de Cargos	CARGOS	Nível ou símbolo	Vagos
	<i>Cargos em Comissão</i>		
1	Diretor de Secretaria	PJ-1	
2	Chefe de Seção (1)	PJ-4	
	<i>Cargos isolados de provimento efetivo</i>		
2	Chefe de Zona Eleitoral (*)	PJ-4	2
1	Arquivista	PJ-7	
1	Bibliotecário	PJ-7	
1	Almoxarife	PJ-7	
1	Porteiro	PJ-8	
	<i>Cargos de carreira</i>		
3	Oficial Judiciário	PJ-5	
4	Oficial Judiciário	PJ-6	
5	Oficial Judiciário	PJ-7	
5	Auxiliar Judiciário	PJ-8	
6	Auxiliar Judiciário (*)	PJ-9	4
1	Contínuo	PJ-11	
1	Contínuo	PJ-12	
2	Serventes	PJ-13	
2	Serventes	PJ-14	2
	<i>Funções Gratificadas</i>		
1	Secretário do Presidente	2-F	
1	Secretário do Procurador Regional ..	3-F	
1	Secretário do Corregedor	3-F	

(*) - Para os serviços das Zonas Eleitorais de Vitória.

(1) - Correspondem a igual número de funções gratificadas, que são declaradas extintas.

TABELA VIII

Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso

SECRETARIA

Quadro do Pessoal

Número de Cargos	CARGOS	Nível ou símbolo	Vagos
	<i>Cargos em Comissão</i>		
1	Diretor de Secretaria	PJ-1	
1	Chefe de Zona Eleitoral (*)	PJ-4	1
2	Chefe de Seção (1)	PJ-4	
	<i>Cargos isolados de provimento efetivo</i>		
1	Bibliotecário-Arquivista	PJ-7	
1	Porteiro	PJ-8	
2	Continuo	PJ-12	
3	Servente (*)	PJ-14	1
	<i>Cargos de carreira</i>		
1	Oficial Judiciário	PJ-5	
3	Oficial Judiciário	PJ-6	
4	Oficial Judiciário	PJ-7	
4	Auxiliar Judiciário	PJ-8	
5	Auxiliar Judiciário (*)	PJ-9	2
	<i>Funções Gratificadas</i>		
1	Secretário do Presidente	2-F	
1	Secretário do Procurador Regional ..	3-F	
1	Secretário do Corregedor	3-F	

(*) — Aumento destinado aos serviços da Zona Eleitoral de Cuiabá.

(1) — Correspondem a igual número de funções gratificadas, que são declaradas extintas.

TABELA IX
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA

SECRETARIA

Quadro do Pessoal

Número de cargos	CARGOS	Nível ou Símbolo	Vagos
<i>Cargos em Comissão</i>			
1	Diretor Geral	PJ- 0	
2	Diretor de Serviço	PJ- 1	
6	Chefe de Seção (1)	PJ- 3	
<i>Cargos isolados de provimento efetivo</i>			
1	Auditor Fiscal (*)	PJ- 1	
5	Chefe de Zona Eleitoral (**)	PJ -3	5
1	Redator de Debates e do Boletim Eleitoral	PJ- 5	
1	Taquigrafo	PJ- 6	
1	Arquivista	PJ- 6	
1	Almoxarife	PJ- 6	
1	Porteiro	PJ- 7	
1	Ajudante de Porteiro	PJ- 9	
1	Motorista	PJ-10	1
<i>Cargos de carreira</i>			
3	Oficial Judiciário	PJ- 5	
5	Oficial Judiciário	PJ- 6	
9	Oficial Judiciário	PJ- 7	
19	Auxiliar Judiciário	PJ- 8	
25	Auxiliar Judiciário (**)	PJ- 9	15
1	Auxiliar de Portaria	PJ-10	
3	Auxiliar de Portaria	PJ-11	
4	Auxiliar de Portaria	PJ-12	
7	Auxiliar de Portaria (**)	PJ-13	5
<i>Funções gratificadas</i>			
1	Secretário do Presidente	1-F	
1	Secretário do Procurador Regional ..	2-F	
1	Secretário do Corregedor	2-F	

(*) Extinto quando vagar.

(**) Criados ou aumentados para os serviços das Zonas Eleitorais de Fortaleza;

(1) Correspondem a igual número de funções gratificadas, que são declaradas extintas.

TABELA X

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

SECRETARIA

Quadro do Pessoal

Número de cargos	CARGOS	Nível ou Símbolo	Vagos
<i>Cargos em Comissão</i>			
1	Diretor Geral (*)	PJ- 0	
4	Chefe de Seção (1)	PJ- 3	
<i>Cargos isolados de provimento efetivo</i>			
2	Diretor de Serviço	PJ- 1	
1	Auditor Fiscal (**)	PJ- 1	
9	Chefe de Zona Eleitoral (***)	PJ- 3	9
1	Almoxarife	PJ- 6	
1	Arquivista	PJ- 6	
1	Porteiro	PJ- 7	
1	Ajudante de Porteiro	PJ- 9	
1	Ajudante de Almoxarife	PJ- 9	
1	Motorista	PJ-10	
9	Servente (***)	PJ-14	9
<i>Cargos de carreira</i>			
3	Oficial Judiciário	PJ- 5	
5	Oficial Judiciário	PJ- 6	
9	Oficial Judiciário	PJ- 7	
16	Auxiliar Judiciário	PJ- 8	
27	Auxiliar Judiciário (***)	PJ- 9	27
2	Auxiliar de Portaria	PJ-10	
4	Auxiliar de Portaria	PJ-11	
8	Auxiliar de Portaria	PJ-12	
<i>Funções gratificadas</i>			
1	Secretário do Presidente	1-F	
1	Secretário do Procurador Regional	2-F	
1	Secretário do Corregedor	2-F	

(*) E' assegurada a efetividade do atual ocupante, enquanto subsistir êsse provimento.

(**) Extinto quando vagar.

(***) Criados para lotação nas Zonas Eleitorais do Recife.

(1) Correspondem a igual número de funções gratificadas, que são declaradas extintas.

TABELA XI

Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

SECRETARIA

Quadro do Pessoal

Número de cargos	C A R G O S	Nível ou Símbolo	Vagos
<i>Cargos em Comissão</i>			
1	Diretor Geral	PJ-0	
6	Chefe de Seção (1)	PJ-3	
<i>Cargos isolados de provimento efetivo</i>			
2	Diretor de Serviço	PJ-1	
1	Auditor Fiscal (*)	PJ-1	
11	Chefe de Zona Eleitoral (**)	PJ-3	11
1	Arquivista	PJ-6	
1	Bibliotecário	PJ-6	1
1	Almoxarife	PJ-6	
1	Zelador	PJ-7	
1	Porteiro	PJ-7	
1	Ajudante de Porteiro	PJ-9	
2	Motorista	PJ-10	
2	Guarda Judiciário	PJ-12	2
11	Servente (**)	PJ-14	11
<i>Cargos de Carreia</i>			
7	Oficial Judiciário	PJ-5	
11	Oficial Judiciário	PJ-6	
17	Oficial Judiciário	PJ-7	
32	Auxiliar Judiciário	PJ-8	
33	Auxiliar Judiciário (**)	PJ-9	33
1	Taquigrafo	PJ-5	
1	Taquigrafo	PJ-6	
4	Auxiliar de Portaria	PJ-10	
5	Auxiliar de Portaria	PJ-11	
7	Auxiliar de Portaria	PJ 12	
<i>Funções Gratificadas</i>			
1	Secretário do Presidente	1-F	
1	Secretário do Procurador Regional	2-F	
1	Secretário do Corregedor	2-F	

(*) — Extinto, quando vagar.

(**) — Criados para os serviços das Zonas Eleitorais de Salvador.

(1) — Correspondem a igual número de funções gratificadas que são declaradas extintas.

TABELA XII
Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Guanabara
 SECRETARIA
 Quadro do Pessoal

Número de cargos	C A R G O S	Nível ou Símbolo	Vagos
<i>Cargos em Comissão</i>			
1	Diretor Geral	PJ	
1	Secretário da Presidência	PJ	
<i>Cargos isolados de provimento efetivo</i>			
3	Diretor de Divisão (*)	PJ-0	
1	Auditor Fiscal (**)	PJ-1	
5	Diretor de Serviço (***)	PJ-1	
25	Chefe de Zona Eleitoral (****) ...	PJ-2	10
1	Redator de Debates	PJ-4	1
2	Arquivistas	PJ-6	
1	Bibliotecário	PJ-5	
1	Almoxarife	PJ-6	
1	Protocolista	PJ-6	1
1	Chefe de Portaria	PJ-5	
9	Oficial de Justiça	PJ-2	4
1	Ajudante de Porteiro	PJ-8	
1	Eletricista	PJ-9	
4	Motorista	PJ-9	1
10	Artífice	PJ-10	8
<i>Cargos de Carreira</i>			
10	Oficial Judiciário	PJ-4	
20	Oficial Judiciário	PJ-5	
25	Oficial Judiciário	PJ-6	
30	Oficial Judiciário	PJ-7	27
59	Auxiliar Judiciário	PJ-8	
72	Auxiliar Judiciário (****)	PJ-9	72
2	Taquigrafos	PJ-4	
3	Taquigrafos	PJ-5	2
12	Auxiliar de Portaria	PJ-9	
15	Auxiliar de Portaria	PJ-10	
18	Auxiliar de Portaria	PJ-11	
20	Auxiliar de Portaria (****)	PJ-12	18
<i>Funções Gratificadas</i>			
1	Secretário do Procurador Regional ..	1-F	
1	Secretário do Corregedor	1-F	
1	Secretário do Diretor Geral	2-F	

(*) — Correspondem aos dois cargos de Diretor de Serviço em Comissão e a uma função gratificada de Chefe da Seção de Contabilidade, que ora são extintos.

(**) — Extinto quando vagar. Corresponde ao cargo de Auditor Fiscal em comissão.

(***) — Correspondem a igual número de chefias de seção, que são declaradas extintas.

(****) — Destinam-se aos serviços das 25 Zonas Eleitorais. Quinze correspondem às 15 funções gratificadas que são declaradas extintas.

(*****) — Destinam-se aos serviços das Zonas Eleitorais.

TABELA XIII

Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro

SECRETARIA

Quadro do Pessoal

Número de cargos	C A R G O S	Nível ou Símbolo	Vagos
<i>Cargos em comissão</i>			
1	Diretor-Geral	PJ- 0	
2	Diretor de Serviço	PJ- 1	
6	Chefes de Seção (1)	PJ- 3	
<i>Cargos isolados de provimento efetivo</i>			
1	Auditor Fiscal (*)	PJ- 1	
5	Chefe de Zona Eleitoral (**)	PJ- 3	5
1	Laugrafo	PJ- 6	
1	Arquivista	PJ- 6	
1	Almoxarife	PJ- 6	
1	Porteiro	PJ- 7	
1	Ajudante de Porteiro	PJ- 9	
1	Motorista	PJ-10	
5	Servente (**)	PJ-14	5
<i>Cargos de carreira</i>			
3	Oficial Judiciário	PJ- 5	
5	Oficial Judiciário	PJ- 6	
9	Oficial Judiciário	PJ- 7	
15	Auxiliar Judiciário	PJ- 8	
25	Auxiliar Judiciário (**)	PJ- 9	15
2	Auxiliar de Portaria	PJ-10	
2	Auxiliar de Portaria	PJ-11	
3	Auxiliar de Portaria	PJ-12	
3	Auxiliar de Portaria	PJ-13	
<i>Funções gratificadas</i>			
1	Secretário do Presidente	1-F	
1	Secretário do Procurador Regional ..	2-F	
1	Secretário do Corregedor	2-F	

(*) - Extinto quando vagar.

(**) - Criados ou aumentados para os serviços das Zonas Eleitorais de Niterói.

(1) - Correspondem a igual número de funções gratificadas que são declaradas extintas.

TABELA XIV

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

SECRETARIA

Quadro de Pessoal

Número de cargos	CARGOS	Nível ou Símbolo	Vagos
<i>Cargos em comissão</i>			
1	Diretor Geral	PJ- 0	
4	Chefe de Seção (1)	PJ- 3	
<i>Cargos isolados de provimento efetivo</i>			
2	Diretor de Serviço	PJ- 1	2
1	Auditor Fiscal (*)	PJ- 1	
2	Chefe de Zona Eleitoral (**)	PJ- 3	2
1	Arquivista	PJ- 6	
1	Almoxarife	PJ- 6	
1	Bibliotecário	PJ- 6	
1	Porteiro	PJ- 7	
1	Ajudante de Almoxarife	PJ- 9	
1	Ajudante de Porteiro	PJ- 9	
1	Motorista	PJ-10	
<i>Cargos de carreira</i>			
3	Oficial Judiciário	PJ- 5	
5	Oficial Judiciário	PJ-6	
9	Oficial Judiciário	PJ- 7	
10	Auxiliar Judiciário	PJ- 8	
14	Auxiliar Judiciário (**)	PJ- 9	6
2	Auxiliar de Portaria	PJ-10	
3	Auxiliar de Portaria	PJ-11	
4	Auxiliar de Portaria	PJ-12	
7	Auxiliar de Portaria (**)	PJ-13	2
<i>Funções gratificadas</i>			
1	Secretário do Presidente	1-F	
1	Secretário do Procurador Regional ..	2-F	
1	Secretário do Corregedor	2-F	

(*) — Extinta quando vagar.

(**) — Criados ou aumentados para os serviços das Zonas Eleitorais de Florianópolis

(1) — Correspondem a igual número de funções gratificadas que são declaradas extintas.

TABELA XV

Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul

SECRETARIA

Quadro do Pessoal

Número de Cargos	Cargos	Nível ou Símbolo	Vagos
<i>Cargos em Comissão</i>			
1	Diretor-Geral	PJ- 0	
2	Diretor de Serviço	PJ- 1	
1	Auditor Fiscal (*)	PJ- 1	
2	Chefe de Zona Eleitoral (1)	PJ- 3	
6	Chefe de Seção (1)	PJ- 3	
<i>Cargos isolados de provimento efetivo</i>			
1	Arquivista	PJ- 6	
1	Almoxarife	PJ- 6	
1	Porteiro	PJ- 7	
1	Ajudante de Porteiro	PJ- 9	
2	Motorista	PJ-10	
1	Ajudante de Motorista	PJ-12	
<i>Cargos de carreira</i>			
5	Oficial Judiciário	PJ- 5	
10	Oficial Judiciário	PJ- 6	
18	Oficial Judiciário	PJ- 7	
10	Auxiliar Judiciário	PJ- 8	
25	Auxiliar Judiciário (**)	PJ- 9	10
2	Taquigrafos	PJ- 5	
2	Taquigrafos	PJ- 6	
5	Auxiliar de Portaria	PJ-10	
8	Auxiliar de Portaria	PJ-11	
9	Auxiliar de Portaria (**)	PJ-12	2
<i>Funções Gratificadas</i>			
1	Secretário do Presidente	1-F	
1	Secretário do Procurador Regional	2-F	
1	Secretário do Corregedor	2-F	

(*) — Extinto quando vagar.

(**) — Aumento para lotação nas Zonas de Porto Alegre.

(1) — Correspondem a igual número de funções gratificadas, que são declaradas extintas.

TABELA XVI
Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
SECRETARIA
Quadro do Pessoal

Número de Cargos	Cargos	Nível ou Símbolo	Vagos
<i>I — Cargos em Comissão</i>			
1	Diretor-Geral	PJ	
1	Secretário da Presidência	PJ	1
<i>II — Cargos isolados de provimento efetivo</i>			
2	Diretor de Divisão (*)	PJ- 0	
1	Auditor Fiscal (**)	PJ- 1	
10	Diretor de Serviço (***)	PJ- 1	
1	Subsecretário do Tribunal	PJ- 1	1
1	Diretor de Planejamento	PJ- 1	1
7	Chefe de Zona Eleitoral	PJ- 2	7
1	Redator de Debates	PJ- 4	
1	Bibliotecário	PJ- 5	1
1	Almoxarife	PJ- 6	
1	Almoxarife-Auxiliar	PJ- 6	1
1	Arquivista	PJ- 6	
1	Arquivista-Auxiliar	PJ- 9	1
1	Protocolista	PJ- 6	1
1	Protocolista-Auxiliar	PJ- 9	1
1	Administrador do Edifício	PJ- 5	
1	Chefe de Portaria	PJ- 5	
1	Ajudante de Chefe de Portaria	PJ- 8	
7	Artífice	PJ-10	7
1	Oficial de Justiça	PJ- 8	1
2	Guarda Judiciário	PJ-10	2
2	Motorista	PJ- 9	
<i>III — Cargos de Carreira</i>			
11	Oficial Judiciário	PJ- 4	
15	Oficial Judiciário	PJ- 5	
16	Oficial Judiciário	PJ- 6	
17	Oficial Judiciário	PJ- 7	2
33	Auxiliar Judiciário	PJ- 8	
47	Auxiliar Judiciário	PJ- 9	
1	Taquigrafo Revisor	PJ- 4	1
2	Taquigrafo	PJ- 5	
2	Taquigrafo	PJ- 6	2
7	Auxiliar de Portaria	PJ- 9	
10	Auxiliar de Portaria	PJ-10	
13	Auxiliar de Portaria	PJ-11	
<i>IV — Funções Gratificadas</i>			
1	Auxiliar de Gabinete do Presidente	2-F	
1	Secretário do Procurador Regional	1-F	
1	Secretário do Corregedor	1-F	
1	Secretário do Diretor Geral	2-F	

(*) — Correspondem a cargos em comissão de igual denominação ou extinção.

(**) — Extinto quando vagar.

(***) — Correspondem a igual número de funções gratificadas, ora extintas.

TABELA XVII
Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
SECRETARIA
Quadro do Pessoal

Número de Cargos	Cargos	Nível ou Símbolo	Vagos
I — Cargos isolados de provimento efetivo			
1	Diretor-Geral (*)	PJ	1
3	Diretor de Divisão (**)	PJ- 0	
15	Diretor de Serviço (***)	PJ- 1	
1	Auditor Fiscal (****)	PJ- 1	1
1	Médico	PJ- 4	
1	Taquigrafo	PJ- 4	
1	Chefe de Arquivo	PJ- 5	
1	Chefe de Almoxarifado	PJ- 5	
1	Chefe de Zeladoria	PJ- 5	
1	Ajudante de Chefe de Zeladoria	PJ- 8	
1	Chefe de Portaria	PJ- 5	
1	Ajudante de Chefe de Portaria	PJ- 8	
1	Motorista Mecânico	PJ- 8	
8	Motorista	PJ- 9	
II — Cargos de carreira			
10	Oficial Judiciário	PJ- 4	
20	Oficial Judiciário	PJ- 5	
25	Oficial Judiciário	PJ- 6	
30	Oficial Judiciário	PJ- 7	
45	Auxiliar Judiciário	PJ- 8	
75	Auxiliar Judiciário	PJ- 9	
6	Artífice	PJ- 8	
6	Artífice	PJ- 9	
4	Artífice	PJ-10	
9	Auxiliar de Portaria	PJ- 9	
15	Auxiliar de Portaria	PJ-10	
17	Auxiliar de Portaria	PJ-11	
10	Auxiliar de Limpeza	PJ-12	
10	Auxiliar de Limpeza	PJ-13	
III — Funções Gratificadas			
1	Assistente do Procurador Regional	1-F	
1	Auxiliar do Procurador Regional	2-F	

(*) — Será provido em comissão quando vagar.

(**) — Correspondem à atual denominação de Diretor de Serviço.

(***) — Correspondem à atual denominação de Chefe de Seção.

(****) — Extinto quando vagar.

TABELA XVIII

Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão

SECRETARIA

Quadro do Pessoal

Número de Cargos	Cargos	Nível ou Símbolo	Vagos
<i>Cargos em Comissão</i>			
1	Diretor de Secretaria	PJ- 1	
2	Chefe de Seção (1)	PJ- 4	
<i>Cargos isolados de provimento efetivo</i>			
3	Chefe de Zona Eleitoral (*)	PJ- 4	3
1	Arquivista	PJ- 7	
1	Porteiro	PJ- 8	
<i>Cargos de carreira</i>			
3	Oficial Judiciário	PJ- 5	6
4	Oficial Judiciário	PJ- 6	
5	Oficial Judiciário	PJ- 7	
5	Auxiliar Judiciário	PJ- 8	
8	Auxiliar Judiciário (*)	PJ- 9	
1	Continuo	PJ-11	
1	Continuo	PJ-12	3
1	Servente	PJ-13	
4	Servente (*)	PJ-14	
<i>Funções Gratificadas</i>			
1	Secretário do Presidente	2-F	
1	Secretário do Procurador Regional	3-F	
1	Secretário do Corregedor	3-F	

(*) — Aumento destinado aos serviços das Zonas Eleitorais de São Luís.

(1) — Correspondem a igual número de funções gratificadas, que são declaradas extintas.

TABELA XIX

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

SECRETARIA

Quadro de Pessoal

Número de cargos	Cargos	Nível ou Símbolo	Vagos	
<i>Cargos em comissão</i>				
1	Diretor Geral (*)	PJ-0	4	
2	Diretor de Serviço	PJ-1		
4	Chefe de Zona Eleitoral (**).	PJ-3		
6	Chefe de Seção (1)	PJ-3		
<i>Cargos isolados de provimento efetivo</i>				
1	Auditor Fiscal (***)	PJ-1	12	
1	Arquivista	PJ-6		
1	Laqueado	PJ-6		
1	Almoxarife	PJ-6		
1	Porteiro	PJ-7		
1	Ajudante de Porteiro	PJ-9		
1	Motorista	PJ-10		
<i>Cargos de carreira</i>				
4	Oficial Judiciário	PJ-5		
8	Oficial Judiciário	PJ-6		
16	Oficial Judiciário	PJ-7		
10	Auxiliar Judiciário	PJ-8		
16	Auxiliar Judiciário (**)	PJ-9		
1	Auxiliar de Portaria	PJ-10		
3	Auxiliar de Portaria	PJ-11		
3	Auxiliar de Portaria	PJ-12		
7	Auxiliar de Portaria (**)	PJ-13		
<i>Funções Gratificadas</i>				
1	Secretário do Presidente	1-F		
1	Secretário do Procurador Regional	2-F		
1	Secretário do Corregedor	2-F		

(*) — É assegurada a efetividade do atual ocupante, enquanto subsistir esse provimento.

(**) — Criados ou aumentados para os serviços das Zonas Eleitorais de Curitiba.

(***) — Extinto, quando vagar.

(1) — Correspondem a igual número de funções gratificadas, que são declaradas extintas.

TABELA XX

Tribunal Regional Eleitoral de Goiás

SECRETARIA

Quadro de Pessoal

Número de cargos	Cargos	Nível ou Símbolo	Vagos
<i>Cargos em comissão</i>			
1	Diretor de Secretaria	PJ-1	
2	Chefe de Seção (1)	PJ-4	
<i>Cargos isolados de provimento efetivo</i>			
2	Chefe de Zona Eleitoral (*)	PJ-4	2
1	Arquivista	PJ-7	
1	Bibliotecário	PJ-7	
1	Porteiro	PJ-8	
<i>Cargos de carreira</i>			
3	Oficial Judiciário	PJ-5	
4	Oficial Judiciário	PJ-6	
5	Oficial Judiciário	PJ-7	
5	Auxiliar Judiciário	PJ-8	
8	Auxiliar Judiciário (*)	PJ-9	4
1	Continuo	PJ-11	
1	Continuo	PJ-12	
2	Servente	PJ-13	
3	Servente (*)	PJ-14	2
<i>Funções Gratificadas</i>			
1	Secretário do Presidente	2-F	
1	Secretário do Procurador Regional	3-F	
1	Secretário do Corregedor	3-F	

(*) — Aumento destinado aos serviços das Zonas Eleitorais de Goiânia.

(1) — Correspondem a igual número de funções gratificadas que são declaradas extintas.

TABELA XXI

Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe

SECRETARIA

Quadro de Pessoal

Número de Cargos	Cargos	Nível ou Símbolo	Vagos
<i>Cargos em Comissão</i>			
1	Diretor de Secretaria	PJ- 1	
2	Chefe de Seção (1)	PJ- 4	
<i>Cargos isolados de provimento efetivo</i>			
2	Chefe de Zona Eleitoral (*)	PJ- 4	2
1	Arquivista	PJ- 7	
1	Porteiro	PJ- 8	
<i>Cargos de carreira</i>			
3	Oficial Judiciário	PJ- 5	
4	Oficial Judiciário	PJ- 6	
5	Oficial Judiciário	PJ- 7	
4	Auxiliar Judiciário	PJ- 8	
7	Auxiliar Judiciário (*)	PJ- 9	4
1	Continuo	PJ-11	
1	Continuo	PJ-12	
2	Servente	PJ-13	
2	Servente (*)	PJ-14	2
<i>Funções Gratificadas</i>			
1	Secretário do Presidente	2-F	
1	Secretário do Procurador Regional	3-F	
1	Secretário do Corregedor	3-F	

(*) — Aumento destinado aos serviços das Zonas Eleitorais de Aracaju.

(1) — Correspondem a igual número de funções gratificadas, que são declaradas extintas.

Projeto publicado no *Diário do Congresso Nacional* — (Seção II), de 3 de fevereiro de 1961.

LEI N.º 4.050 — DE 23 DE FEVEREIRO DE 1962

Reestrutura o Quadro de Oficiais Dentistas do Exército, modificando a Lei n.º 2.414, de 8 de fevereiro de 1955.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo nos termos do Art. 70, § 3.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º. É modificado o art. 1.º da Lei n.º 2.414, de 8 de fevereiro de 1955, que fixa o efetivo de Oficiais Dentistas do exército, cujo Quadro passa a ser constituído de:

- 5 (cinco) Coronéis;
- 15 (quinze) Tenentes-Coronéis;
- 60 (sessenta) Majores;
- 250 (duzentos e cinquenta) Capitães;
- 150 (cento e cinquenta) Primeiros Tenentes.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 23 de fevereiro de 1962; 141.º da Independência e 74.º da República.

JOÃO GOULART.

LEI Nº 4.051 — DE 1º DE MARÇO DE 1962

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 4.500.000,00 em favor dos Institutos Históricos e Geográficos dos Estados de Minas Gerais, Sergipe e Pará.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), destinado a auxiliar o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, na instalação de sua sede, aquisição de mobiliário e livros, publicação de Revista, intensificação do intercâmbio cultural com os congêneres do País e do estrangeiro e comemoração do seu cinquentenário de fundação.

Art. 2º. É o Poder Executivo igualmente autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) destinado a auxiliar obras, instalações, atividades e aquisição das seguintes entidades: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe — Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros); Instituto Histórico e Geográfico do Pará — Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros).

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 1º de março de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Walther Moreira Salles

Antônio de Oliveira Brito

LEI Nº 4.062 -- DE 9 DE MARÇO DE 1962

Estende aos servidores da Superintendência do Serviço de Profilaxia da Lepra, no Estado de Goiás, os benefícios das Leis ns. 1.765, de 18 de dezembro de 1952 e 2.412, de 1º de fevereiro de 1955, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É extensivo aos servidores da Superintendência do Serviço de Profilaxia da Lepra, no Estado de Goiás, o direito à percepção do abono de emergência de que trata a Lei nº 1.765, de 18 de dezembro de 1952, e o abono especial temporário de que cuida a Lei nº 2.412, de 1º de fevereiro de 1955.

Parágrafo único. O abono de emergência e o abono especial de que trata este artigo serão pagos com observância dos artigos 28, da Lei número 1.765, de 18 de dezembro de 1952 e 12, da Lei nº 2.412, de 1º de fevereiro de 1955, respectivamente, e de acordo com o que o servidor percebia, na época.

Art. 2º É aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 1.721.214,80 (hum milhão, setecentos e vinte e um mil, duzentos e quatorze cruzeiros e oitenta centavos) que, depois de registrado pelo Tribunal de Contas, será posto à disposição da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, em Goiás, para atender às despesas decorrentes da presente lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 9 de março de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO Goulart

Tancredo Neves

Walther Moreira Salles

Souto Maior

LEI Nº 4.053 -- DE 9 DE MARÇO DE 1962

Concede pensões especiais a Maria do Amparo Medeiros Parente e Lícia Costa Perlingeiro.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São concedidas pensões especiais, mensais, vitalícias, de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros) e de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros), respectivamente, a Maria do Amparo Medeiros Parente, viúva do ex-deputado Marcos Santos Parente, e Lícia Costa Perlingeiro, viúva do Doutor Rubens Perlingeiro.

Art. 2º Essas pensões correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 9 de março de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO Goulart

Tancredo Neves

Walther Moreira Salles

A P E N S O

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

(*) LEI Nº 3.994 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1961

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1962.

(Publicado no Suplemento do *Diário Oficial* de 15 de dezembro de 1961 — Parte I)

Retificação

Na página 842, 1ª coluna, onde se lê:

10) Saneamento do Arroio Feliz e nas margens do rio Cal, na cidade de Feliz ...

Leia-se:

10) Saneamento do Arroio Feliz e nas margens do rio Cal, na cidade de Feliz ... 5.000.000,00.

Na página 854, 2ª coluna, Consignação 4.22 — Ministério da Viação e Obras Públicas — 69 — Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — Subconsignação 3.2.01-12 — PERNA MBUCO, onde se lê:

22 — Açude Público Jardineira 6.600.000

Leia-se:

22 — Açude Público Jardineira 66.600.000

Lei nº 4.006 — DE 16 DE
DEZEMBRO DE 1961

Retifica sem ônus, as Leis ns. 3.487, de 10 de dezembro de 1958, e 3.682, de 7 de dezembro de 1959, que estimaram a receita e fixaram a despesa da União para os exercícios, respectivamente, de 1959 e 1960.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. As Leis ns. 3.487, de 10 de dezembro de 1958, e 3.682, de 7 de dezembro de 1959, que estimaram a Receita e fixaram a Despesa para os exercícios financeiros da União, em 1959 e 1960, são, sem ônus, alteradas da seguinte forma:

Orçamento para 1959

Subanexo 4.17 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Adendo A

Assistência a menores.

(Relação discriminada das entidades).

22 — Rio Grande do Sul.

Onde se lê:

Orfanato São José Erechim.

Leia-se:

Patronato Agrícola Profissional São José — Três Vendas — Erechim.

Orçamento para 1960

Subanexo 4.13 — Ministério da Educação e Cultura.

20 — Diretoria do Ensino Superior.
Verba 3.0.00.

Consignação 3.1.00.
Subconsignação 3.1.17.
2) Cooperação financeira com as seguintes instituições, etc.

42 — Alagoas:

Onde se lê:

3) Escola de Enfermagem de Alagoas.

Leia-se:

43) Escola de Auxiliares de Enfermagem de Alagoas.

08) Espírito Santo:

Onde se lê:

3) Escola de Enfermagem do Espírito Santo.

Leia-se:

3) Escola Auxiliar de Enfermeiras do Estado do Espírito Santo.

Adendo B

Subvenções ordinárias

(Relação discriminada das entidades).

22 — Rio Grande do Sul.

Onde se lê:

Escola N. S. do Bom Conselho, mantida pela Congregação de Nossa Senhora — Irai — 35.000.

Escola N. S. do Bom Conselho, mantida pela Sociedade Civil Nossa Senhora — Irai — 65.000.

Leia-se:

Escola Nossa Senhora do Bom Conselho, mantida pela Congregação de Nossa Senhora — Irai — 100.000.

Onde se lê:

Sociedade de Melhoramentos e Desenvolvimento de três Formiguinhas — Torres.

Leia-se:

Sociedade de Melhoramentos e Desenvolvimento de Três Forquilhas — Torres.

Adendo E

Fundo Nacional do Ensino Médio
(Relação discriminada das entidades).

Onde se lê:

10 — Goiás:
Escola Normal Rural de Urutai — Urutai.

Leia-se:

10 — Goiás:
Escola Normal Regional — Urutai.

Onde se lê:

17 — Pernambuco:
Ginásio Municipal de São Bento do Una — São Bento do Una.

Leia-se:

Ginásio Municipal Lenita Fontese Cintra — São Bento do Una.

Onde se lê:

Outras entidades.
Ginásio de Arroio Grande — Santa Maria — RGS.

Leia-se:

Outras entidades.
Ginásio Enrique de Ossó — Arroio Grande — Santa Maria — RGS.

Nº 34 — Serviço de Radiodifusão Educativa.

Verba — 1.0.00 — Custeio.
Consignação — 1.6.13 — Serviços Educacionais e Culturais.

15) Onde se lê:

“Orquestra de Conservatório de Música “Curt Hering”, da Sociedade Recreativa de Indaial, Indaial; Santa Catarina”.

Leia-se:

“Orquestra do Departamento do Conservatório de Música “Curt Hering”, da Sociedade Recreativa de Indaial, Indaial, Santa Catarina”.

Subanexo 4.16 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Adendo A

Assistência a menores.
(Relação discriminada das entidades).

Onde se lê:

Patronato Agrícola e Profissional São José-Erechim — 175.000.

Patronato São José — Erechim — 50.000.

Leia-se:

Patronato Agrícola Profissional São José Três Vendas — Erechim 225.000.

Adendo B

Subvenções ordinárias

(Relação discriminada das entidades).

Onde se lê:

13) Minas Gerais.
Eduandário N. S. Bom Jesus dos
Passos — Belo Horizonte.

22) Rio Grande do Sul.

Patronato Agrícola e Profissional
— Três Vendas — Erechim — 102.500.

Patronato Agrícola Profissional
São José de Três Vendas — Erechim
— 50.000.

Patronato Agrícola Profissional
São José — Erechim — 200.000.

Leia-se:

13) Minas Gerais.

Eduandário Nossa Senhora Bom
Jesus dos Passos — Passos.

22) Rio Grande do Sul.

Patronato Agrícola Profissional
São José — Três Vendas — Erechim
— 352.500.

Subanexo 4.21 — Ministério da
Viação e Obras Públicas.

08 — Departamento dos Correios e
Telegráfos.

Despesas ordinárias

Verba 1.0.00.

Consignação 1.6.00.

Subconsignação 1.6.21.

Onde se lê:

3) Serviços de terceiros e encargos
diversos, inclusive reparos, adapta-
ções e conservação de bens móveis.

Leia-se:

3) Serviços de terceiros e encargos
diversos, inclusive reparos, adapta-
ções e conservação de bens imóveis.

Art. 2º Revogadas as disposições
em contrário, a presente lei vigorará,
respectivamente, a partir de 1 de ja-
neiro de 1959 e 1 de janeiro de 1960.

Brasília, em 16 de dezembro de
1961; 140º da Independência e 73º da
República.

JOÃO GOULART

Trancredo Neves

Alfredo Nasser

Walter Moreira Salles

Virgílio Távora

Antônio de Oliveira Britto

LEI N.º 4.007 — DE 16 DE DEZEMBRO
DE 1961

*Autoriza o Poder Executivo a abrir,
pelo Ministério da Viação e Obras
Públicas, o crédito especial de
Cr\$ 3.500.000.000,00 (três milhões e
quinhentos milhões de cruzeiros), a
favor do Departamento Nacional de
Estradas de Ferro, para a conclusão
da ligação ferroviária Brasília-Pires
do Rio e a Rede Ferroviária do Es-
tado de São Paulo.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacio-
nal decreta e eu sanciono a seguinte
Lei:

Art. 1.º A ligação Ferroviária L-35,
do Plano Ferroviário Nacional (Lei
n.º 2.975, de 27-11-956), passará a ter
a seguinte discriminação:

L-35 — Campinas-Araraquara —
Colômbia-Brasília.

Art. 2.º Fica o Poder Executivo au-
torizado a abrir pelo Ministério da
Viação e Obras Públicas — a favor
do Departamento Nacional de Estradas
de Ferro — o crédito especial de
Cr\$ 3.500.000.000,00 (três bilhões e
quinhentos milhões de cruzeiros) des-
tinados aos seguintes fins:

a) conclusão do trecho Pires do
Rio-Brasília da ligação ferroviária
L-35 .. Cr\$ 2.800.000.000,00;

b) conclusão do trecho Campinho-
Contendas do Tronco Ferroviário
Bahia-Goiás (T-12) de acordo com a
Lei n.º 3.287, de 20-10-1957
Cr\$ 700.000.000,00.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor
na data de sua publicação, revogadas
as disposições em contrário.

Brasília, em 16 de dezembro de 1961;
140º da Independência e 73º da Repú-
blica.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves.

Virgílio Távora

Walter Moreira Salles

LEI N.º 4.009 — DE 16 DE DEZEMBRO
DE 1961

*Concede pensão especial de
Cr\$ 10.000,00 mensais à viúva do
poeta e jornalista Antônio Boto.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacio-
nal decreta e eu sanciono a seguinte
Lei:

Art. 1.º É concedida pensão especial de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) mensais à Sra. Carminda da Conceição Silva Rodrigues Boto, viúva do poeta e jornalista Antônio Boto.

Art. 2.º A pensão ora assegurada será paga pelo Tesouro Nacional, à conta da dotação destinada aos pensionistas da União.

Art. 3.º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 16 de dezembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves.

Walther Moreira Salles

LEI Nº 4.010 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1961

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 429.930,60, destinado ao pagamento de obras realizadas na Base Naval de Natal, pelo construtor Civil Joaquim Victor de Hollanda, em 1949.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 429.930,60 (quatrocentos e vinte e nove mil e novecentos e trinta cruzeiros e sessenta centavos), destinado ao pagamento de obras realizadas na Base Naval de Natal, pelo construtor civil Joaquim Victor de Hollanda, em 1949.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 16 de dezembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Angelo Nolasco de Almeida

Walther Moreira Salles

LEI N.º 4.011 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1961

Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento a ser importado pela Rádio Marajoara Ltda., para instalação de uma estação de televisão na cidade de Belém, Estado do Pará.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, ressalvada a taxa de despacho aduaneiro, para o equipamento constante da licença DG-53-7.416-7.438, emitida pela Carteira de Comércio Exterior, a

ser importado pela Rádio Marajoara Ltda., para instalação de uma estação transmissora de televisão, na cidade de Belém, Estado do Pará.

Parágrafo único — O favor de que trata este artigo não abrange o material com similar nacional.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 16 de dezembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves.

Walther Moreira Salles

Alfredo Nasser

LEI N.º 4.012 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1961

Concede isenção do imposto de importação e de consumo para maquinaria importada pela Cia. Brasileira de Caldeiras, para a ampliação de sua fábrica em Varginha.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida isenção do imposto de importação e de consumo, mantida a taxa de despacho aduaneiro, para a maquinaria constante das licenças números DG-53-1.617-1.614 e DG-58-1.618-1.615 de 30 de janeiro de 1953, a ser importado pela Companhia Brasileira de Caldeiras, para a ampliação de sua fábrica em Varginha, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º A isenção concedida não abrange o material similar nacional.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 16 de dezembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves.

Walther Moreira Salles

Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana.

Art. 2º O crédito de que trata o art. 1º desta lei será registrado pelo Tribunal de Contas e automaticamente distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 16 de dezembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART.

Tancredo Neves.

Walther Moreira Salles

San Thiago Dantas

LEI Nº 4.014 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1961

Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 1.200.000.000,00 para a reconstrução da barragem de Orós, no Estado do Ceará, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros), destinado a ocorrer às despesas com a reconstrução da barragem de Orós, no Estado do Ceará, com os serviços complementares, bem como os pagamentos de indenizações decorrentes das desapropriações de terras na sua bacia hidrográfica.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 16 de dezembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART.

Tancredo Neves.

Walter Moreira Salles

Virgílio Távora.

LEI Nº 4.013 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1961

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de... Cr\$ 202.525.600,00, para atender ao pagamento das despesas de pessoal e obras a cargo da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 202.525.600,00 (duzentos e dois milhões, quinhentos e vinte e cinco mil e seiscentos cruzeiros), a ser aplicado no pagamento das despesas de pessoal e obras a cargo da

LEI Nº 4.015 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1961

Permite aos Sargentos do Exército, que possuam mais de cinco anos de serviço, reengajarem até adquirirem estabilidade, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os Sargentos do Exército que possuam mais de 5 (cinco) anos de serviço, poderão reengajar até adquirirem a estabilidade, independentemente de C.A.S. ou curso equivalente e desde que satisfaçam os demais requisitos da L.S.M., ficando, porém, sujeitos à posse dos referidos cursos, para efeito de promoção a graduação imediata.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 16 de dezembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República

JOÃO GOULART.

Tancredo Neves.

João de Segadas Vianu.

LEI Nº 4.017 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1961

Altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Quadro de Funcionários da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral, compreendendo cargos isolados e de carreira e funções gratificadas, fica reorganizado de conformidade com a presente lei e passa a ter a estrutura, o escalonamento, a nomenclatura, o número de cargos e classes, os níveis de vencimentos e os símbolos dos cargos em comissão e das funções gratificadas constantes da tabela anexa, ressalvadas, com relação aos atuais servidores, as situações já constituídas.

Art. 2º Fica criada a carreira de Auxiliar de Limpeza, com a estrutura e o escalonamento da tabela que acompanha a presente lei.

Art. 3º Os cargos de Auxiliar de Portaria, constantes da tabela anexa, serão exercidos pelos ocupantes dos cargos isolados de provimento efetivo, de Auxiliar de Portaria, Contínuo, Servente, Guarda Eleitoral e Ascensorista, constantes de tabela anexa à Lei nº 3.480, de 5 de dezembro de 1958.

§ 1º Os ocupantes da classe final da carreira de Auxiliar de Limpeza terão acesso, metade por merecimento e metade por antiguidade, ao cargo de Auxiliar de Portaria.

§ 2º — São extintos, à medida que forem vagando, cinco (5) cargos de Ajudante de Chefe de Portaria e vinte (20) de Auxiliar de Portaria.

§ 3º Preenchidos dezessete (17) cargos de carreira de Auxiliar de Limpeza, os demais só o poderão ser à medida que forem vagando os cargos mencionados no parágrafo anterior.

Art. 4º — No primeiro provimento dos cargos ora criados observar-se-ão as seguintes normas:

1º o primeiro provimento dos cargos isolados será feito com o aproveitamento dos funcionários que vêm exercendo as funções correspondentes;

2º o preenchimento das vagas, nas classes intermediárias das carreiras de que trata a presente lei será feito por promoção;

3º terão prioridade, no provimento das vagas da classe inicial da carreira de Oficial ou Auxiliar Judiciário, os funcionários requisitados há mais de dois (2) anos, desde que sejam efetivos e hajam ingressado na carreira a que pertencem mediante concurso de provas;

4º serão aproveitados, como Auxiliar de Portaria, os extranumerários mensalistas ainda existentes.

Parágrafo único — As vagas de extranumerários decorrentes do aproveitamento de seus ocupantes como Auxiliar de Portaria não serão preenchidas (Lei nº 1.814, de 14 de fevereiro de 1953 art. 8º).

Art. 5º São extintos, na Carreira de Taquígrafo os seguintes cargos: um (1) de Taquígrafo Revisor, cujo

ocupante passará a exercer o cargo de Diretor de Serviço da Taquigrafia; e, à medida que forem vagando, um (1) da classe PJ-4 e dois (2) PJ-5.

Parágrafo único — O preenchimento dos cargos da classe PJ-6 será feito à proporção que forem vagando os cargos das classes PJ-4 e PJ-5.

Art. 6º São extintos, à medida que forem vagando, os seguintes cargos: Secretário Geral da Presidência, Auditor Fiscal, Assessor Administrativo, Redator Principal, três (3) Redator, Bibliotecário-Auxiliar, Zelador, Contador, Arquivista, Arquivista-Auxiliar, Almoxarife-Auxiliar, Protocolista, Protocolista-Auxiliar e Eletricista-Auxiliar.

Art. 7º As atribuições dos cargos enumerados na Tabela anexa serão definidas no Regimento Interno ou em Instruções baixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 8º Estende-se aos funcionários da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral, a partir da vigência desta lei, o disposto no artigo 1º da Lei nº 264, de 25 de fevereiro de 1948, com as alterações constantes do artigo 7º da Lei nº 3.890, de 18 de abril de 1961.

Art. 9º Os funcionários do Quadro da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral, ora à disposição de outros órgãos, no Estado da Guanabara, que, até (30) dias após a vigência desta lei, não requererem a sua transferência para Brasília, passarão a integrar, automaticamente, Quadro Suplementar do Tribunal Superior Eleitoral anexo ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Guanabara.

Art. 10º O pagamento do vencimento, gratificação adicional por tempo de serviço e salário família, dos funcionários que passarem a integrar o Quadro Suplementar, correrá por conta das dotações próprias atualmente atribuídas ao Tribunal Superior Eleitoral e que serão destacadas para o Tribunal Regional Eleitoral da Guanabara.

§ 1º Aos integrantes do Quadro Suplementar não serão pagas diárias ou qualquer outra vantagem especial atribuídas aos demais funcionários do Tribunal Superior Eleitoral pelo exercício em Brasília.

§ 2º Nas propostas orçamentárias elaboradas pelo Tribunal Superior Eleitoral, a partir da vigência desta lei, serão previstas as despesas a serem efetuadas pelo Tribunal Regional Eleitoral da Guanabara com o Quadro Suplementar.

§ 3º Os cargos correspondentes aos funcionários que passarem a integrar o Quadro Suplementar não poderão ser preenchidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, enquanto estiverem em atividade os atuais ocupantes.

Art. 11 Os funcionários de que trata o artigo anterior, enquanto integrarem o Quadro Suplementar, não terão direito a promoções e só farão jus aos aumentos de vencimentos de ordem geral, além dos acréscimos na gratificação por tempo de serviço.

Art. 12 Caberá ao Tribunal Superior Eleitoral preencher as vagas que ocorrerem no Quadro Suplementar, depois de observadas as exigências legais relativas a promoções porventura cabíveis.

Parágrafo único — O funcionário nomeado terá exercício, obrigatoriamente, em Brasília.

Art. 13 O funcionário do Quadro Suplementar poderá, a qualquer tempo, requerer sua transferência para Brasília, com a conseqüente volta ao Quadro do Tribunal Superior Eleitoral.

§ 1º Verificada a hipótese prevista neste artigo o funcionário não terá direito a reclamar o pagamento de quaisquer vantagens que tenha deixado de perceber por motivo de pertencer ao Quadro Suplementar, nem pedir revisão de tempo de serviço para efeito de promoção.

§ 2º O funcionário que voltar para o Quadro do Tribunal Superior Eleitoral passará a ter exercício obrigatório em Brasília, não podendo ser novamente reincluído no Quadro Suplementar ou colocado, sob qualquer pretexto, à disposição de órgão sediado fora do Distrito Federal.

§ 3º Enquanto não fôr extinto o Quadro Suplementar será aplicado o disposto neste artigo, no § 1º do art. 10, e nos artigos 11 e 13, a todos os funcionários do Tribunal Superior Eleitoral que estejam, ou forem colocados, à disposição de qualquer órgão sediado fora do Distrito Federal.

§ 4º Os funcionários nomeados para o Quadro da Secretaria em virtude desta lei servirão em Brasília, obrigatoriamente, pelo menos durante dois (2) anos, a eles se aplicando após o decurso desse prazo, o disposto no parágrafo anterior.

Art. 14 Caberá ao Presidente do Tribunal determinar a apostila dos títulos dos atuais funcionários, ante a situação decorrente desta lei.

Art. 15 Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral, o crédito especial de..... Cr\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de

cruzeiros) para atender, no corrente exercício, às despesas resultantes da presente lei.

Art. 16 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 16 de dezembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Alfredo Nasser

Walther Moreira Salles

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Quadro do Pessoal de Secretaria

Número de Cargos	Cargos	Símbolo ou Nível
	<i>I — Cargo em Comissão</i>	
1	Diretor Geral	PJ
	<i>II — Cargos isolados de provimento efetivo</i>	
1	Secretário Geral da Presidência	PJ- (+)
2	Diretor de Divisão	PJ- 0
1	Auditor Fiscal	PJ- 0 (+)
8	Diretor de Serviço	PJ- 1
1	Diretor do Serviço de Taquígrafia	PJ- 1
1	Médico	PJ- 3
1	Assessor Administrativo	PJ- 1 (+)
1	Redator Principal	PJ- 2 (+)
5	Redator	PJ- 4 (++)
1	Bibliotecário	PJ- 4
1	Bibliotecário-Auxiliar	PJ- 6 (+)
1	Zelador	PJ- 4 (+)
1	Contador	PJ- 4 (+)
1	Arquivista	PJ- 4 (+)
1	Arquivista-Auxiliar	PJ- 6 (+)
1	Almoxarife	PJ- 4
1	Almoxarife-Auxiliar	PJ- 6 (+)
1	Protocolista	PJ- 4 (+)
1	Protocolista-Auxiliar	PJ- 6 (+)
1	Chefe de Portaria	PJ- 4
5	Ajudante de Chefe de Portaria	PJ- 6 (+)
1	Eletricista	PJ- 6
1	Eletricista-Auxiliar	PJ-10 (+)
4	Motorista	PJ- 8
1	Mecânico	PJ- 7

Número de Cargos	Cargos	Símbolo ou Nível
1	Marcineiro	PJ- 9
20	Auxiliar de Portaria	PJ- 7 (+ + + +)
13	Auxiliar de Portaria	PJ- 9
III — Cargos de Carreira		
6	Oficial Judiciário	PJ- 3
8	Oficial Judiciário	PJ- 4
10	Oficial Judiciário	PJ- 5
14	Oficial Judiciário	PJ- 6
18	Oficial Judiciário	PJ- 7
6	Auxiliar-Judiciário	PJ- 8
9	Auxiliar-Judiciário	PJ- 9
4	Taquigrafo	PJ- 4 (+ + +)
2	Taquigrafo	PJ- 5 (+)
3	Taquigrafo	PJ- 6
18	Auxiliar de Limpeza	PJ-12
24	Auxiliar de Limpeza	PJ-13
IV — Função Gratificada		
1	Auxiliar de Gabinete do Presidente	1-F (+ + + + +)

- (+) — Extinto quando vagar;
 (+ +) — Extintos os três (3) primeiros cargos que se vagarem;
 (+ + +) — Extinto o primeiro cargo que vagar;
 (+ + + +) — Extintos os vinte (20) primeiros cargos que se vagarem;
 (.....) — Somente poderá ser preenchida após a extinção do cargo de Secretário-Geral da Presidência.

LEI Nº 4.019 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961

1/20 (um vinte avos) de seus vencimentos.

Complementa o artigo 6º da Emenda Constitucional nº 3, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Aos membros do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal Federal de Recursos, do Tribunal de Contas da União, ao Procurador, aos Auditores e aos Procuradores-Adjuntos do Tribunal de Contas da União é atribuída, pelo efetivo exercício em Brasília, uma diária correspondente até

Art. 2º Aos funcionários públicos federais e autárquicos, pelo efetivo exercício em Brasília é concedida uma diária na base de até 1/30 (um trinta avos) dos respectivos vencimentos.

Parágrafo único. O Consultor-Geral da República, o Procurador-Geral da República, o 1º Subprocurador da República, os Procuradores da República lotados em Brasília, bem como os Consultores-Jurídicos e os demais membros do Serviço Jurídico da União que exerçam na atual Capital da República, em caráter permanente, as funções do seu cargo, também perceberão uma diária na base de até 1/30 (um trinta avos) de seus vencimentos.

Art. 3º No cálculo da remuneração dos Procuradores da República, lotados em Brasília, observar-se-á um limite de 95% (noventa e cinco por cento) sobre o vencimento do Procurador-Geral da República, previsto no parágrafo único do art. 5º da Lei nº 3.414, de 20 de junho de 1958, excluídas do referido cálculo as diárias e a gratificação mensal de representação de que trata esta lei.

Art. 4º As diárias referidas nos artigos anteriores irão sendo gradual e obrigatoriamente absorvidas, na razão de 30% (trinta por cento) dos aumentos ou reajustamento dos atuais vencimentos dos beneficiados por esta lei.

§ 1º Os funcionários públicos federais e autárquicos, que venham a ser transferidos para Brasília na vigência desta lei, não poderão, em qualquer hipótese, perceber diárias superiores à parcela ainda não absorvida, no momento, das diárias já concedidas aos funcionários de igual nível de vencimentos.

§ 2º A soma mensal das diárias mencionadas nos artigos anteriores não poderá, em qualquer caso, ser inferior ao total das vantagens concedidas mensalmente, até esta data, aos servidores beneficiados por esta lei, e em cujo gozo se encontrem.

Art. 5º Somente na proporção em que forem sendo absorvidas, as diárias concedidas por esta lei serão incorporadas aos proventos da inatividade.

Art. 6º Para efeito do cálculo das diárias a que se referem os arts. 1º e 2º, os vencimentos são os fixados pela lei nº 3.414, de 20 de junho de 1958, acrescidos dos abonos de que tratam o art. 2º, letra n, da Lei nº 3.531, de 1959, e art. 93 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, e os arts. 6º e 7º da Lei 3.826, de 23 de novembro de 1960, excluídas as gratificações ou acréscimos.

Art. 7º Suspender-se-á o pagamento da diária ao beneficiado pela presente lei que se afastar temporariamente, mesmo licenciado, do exercício de suas funções em Brasília, salvo nas hipóteses previstas nos itens I, II e III do art. 88 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Art. 8º Perderá igualmente direito ao pagamento da diária o beneficiado

pela presente lei que fôr removido ou passar a ter exercício fora de Brasília.

Art. 9º Os Ministros do Superior Tribunal Militar e do Tribunal Superior do Trabalho, desde que as referidas côrtes se transfiram para Brasília, e a partir da instalação de seus trabalhos na nova Capital da República, perceberão as diárias referidas no art. 1º da presente lei.

Parágrafo único. Por igual os Procuradores Gerais da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho e os demais representantes do Ministério Público das referidas Justiças que, por força de lei devam servir junto às respectivas Procuradorias-Gerais, perceberão as diárias referidas no art. 2º desta lei.

Art. 10. Aos Membros do Tribunal de Justiça e da Justiça de 1ª Instância do Distrito Federal e ao Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Brasília fica assegurada a percepção da diária prevista no artigo 1º desta lei.

Parágrafo único. Por igual fica assegurada ao Procurador-Geral da Justiça e demais Membros do Ministério Público do Distrito Federal, a percepção da diária prevista no art. 2º da presente lei.

Art. 11. As disposições, efeitos e benefícios previstos nos artigos anteriores não se estenderão:

a) aos inativos (Lei 2.622, de 18 de outubro de 1955);

b) aos Marechais (Lei 1.438, de 20 de dezembro de 1951);

c) aos Membros do Conselho Nacional de Economia (Lei nº 2.696, de 14 de dezembro de 1955), enquanto não passarem a ter efetivo exercício em Brasília;

d) aos Magistrados, Membros do Ministério Público, Procuradores da Fazenda Nacional e Procuradores de Autarquias que não estejam em efetivo exercício na atual Capital da República;

e) aos Juizes e Procuradores do Tribunal Marítimo ou a outros quaisquer servidores equiparados, para efeitos de vencimentos, a Membros do Poder Judiciário ou do Ministério Público, quer da União, quer da Justiça do Distrito Federal, salvo se estiverem em efetivo exercício em Brasília.

Art. 12. A gratificação mensal de representação devida aos Presidentes dos Órgãos do Poder Judiciário e aos Membros do Ministério Público, em efetivo exercício, em Brasília, será:

I) Presidente do Supremo Tribunal Federal Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros);

II) Procurador Geral da República — Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros);

III) Presidente do Tribunal Federal de Recursos, do Tribunal de Contas da União, do Tribunal Superior Eleitoral, 1º Sub-Procurador da República, Procurador Geral do Tribunal de Contas da União e Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Procurador Geral da mesma Justiça, Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros);

IV) Presidente do Tribunal do Júri do Distrito Federal, Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros).

Parágrafo único. Os Presidentes do Superior Tribunal Militar e do Tribunal Superior do Trabalho, o Procurador Geral da Justiça do Trabalho e Procurador Geral da Justiça Militar terão direito à gratificação mensal de representação, no valor de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) desde que as referidas Côrtes se transfiram para Brasília e a partir da efetiva instalação de seus trabalhos na Capital da República.

Art. 13. Vetado.

Art. 14. Aos Membros do Tribunal Superior Eleitoral escolhidos dentre os juristas, quando exerçam função pública, será assegurada a percepção de diárias, sob o mesmo critério adotado relativamente aos Magistrados integrantes desse Tribunal.

Parágrafo único. Quando a escolha recair em jurista, que não exerça função pública, ser-lhe-á atribuída diária igual à mais elevada que vier a receber, nos termos desta lei, o Membro do Tribunal que exercer função pública.

Art. 15. E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial até o limite de Cr\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros) para atender, no corrente exercício, às despesas decorrentes desta lei.

Art. 16. Ficam aprovadas as diárias e ajudas de custo concedidas até esta data, a qualquer título, aos beneficiados pela presente lei, em razão da transferência da Capital da União para o Planalto Central do País.

Art. 17. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 20 de dezembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Alfredo Nasser

Angelo Nolasco

João de Segadas Viana

San Tiago Dantas

Walther Moreira Salles

Virgílio Tavora

Armando Monteiro

Antonio de Oliveira Brito

A. Franco Montoro

Clovis M. Travassos

Souto Maior

Ulysses Guimarães

Gabriel de R. Passos

LEI Nº 4.020 — DE 20 DE
DEZEMBRO DE 1961.

Considera cidade satélite o chamado Núcleo Bandeirante, no atual Distrito Federal.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º E' considerada cidade satélite de Brasília, o chamado Núcleo Bandeirante, no atual Distrito Federal.

Parágrafo único A localidade de que trata o presente artigo não pode ser deslocada para qualquer outra zona, não sendo nela permitida a construção ou reconstrução de imóveis de madeira.

Art. 2º A fim de ocorrer às despesas com a instalação do Núcleo

Bandeirante fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 200 000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros).

Parágrafo único. A aplicação da dotação prevista poderá ser aplicada pela Prefeitura do Distrito Federal, através de convênio.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 1961;
140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Alfredo Nasser

Walther Moreira Salles

LEI Nº 4.021 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961

Cria a profissão de leiloeiro rural, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica criada a profissão de leiloeiro rural, que se regerá por esta lei.

Art. 2º Para exercer a profissão de leiloeiro rural, o interessado deverá:

I — ser maior de idade e estar em gozo dos direitos civis;

II — ser domiciliado, por mais de um ano, no lugar em que pretende fazer centro da profissão;

III — ter boa conduta, comprovada com atestado policial e folha corrida passada pelo cartório do fóro do seu domicílio;

IV — possuir conhecimentos indispensáveis ao exercício da profissão, atestados pela Associação Rural do município do seu domicílio.

Art. 3º O número de leiloeiros rurais será fixado, em cada Estado, pela respectiva Federação das Associações Rurais, que os nomeará atendendo às condições previstas no artigo anterior.

Parágrafo único. Compete, também, às Federações das Associações Ru-

rais destituir e suspender os leiloeiros quando infringirem as disposições da presente lei.

Art. 4º Onde houver leiloeiros rurais nomeados, compete-lhes, privativamente, a venda, em público pregão, de estabelecimentos rurais, semoventes, produtos agrícolas, veículos, máquinas, utensílios e outros bens pertencentes aos profissionais da agricultura.

Parágrafo único. Excetuam-se da competência dos leiloeiros rurais a venda dos bens imóveis nas arrematações por execuções de sentença ou hipotecárias, dos bens pertencentes a menores sob tutela e a interditos e dos que estejam gravados por disposições testamentárias.

Art. 5º O leiloeiro exercerá pessoalmente suas funções, não podendo delegá-las, senão por molestia ou impedimento ocasional em seu preposto.

Art. 6º O preposto indicado pelo leiloeiro é considerado mandatário legal do proponente para o efeito de substituí-lo e de praticar, sob sua responsabilidade, os atos que lhe forem inerentes.

Parágrafo único. A nomeação do preposto far-se-á mediante requerimento do proponente à Federação das Associações Rurais, instruído com as provas de que preenche as condições exigidas no art. 2º.

Art. 7º É proibido ao leiloeiro, sob pena de destituição:

I — vender a prazo ou a crédito sem expressa autorização do comitente;

II — adquirir para si, para sócio ou para pessoas de sua família bens de cuja venda tenha sido incumbido;

III — aceitar propostas de seus empregados ou dependentes.

Art. 8º Nenhum leilão poderá realizar-se, sem anúncio no jornal do lugar, com vinte dias de antecedência. Na falta de imprensa, o aviso será feito por edital afixado na sede da Associação Rural ou em lugar público.

Art. 9º Os leiloeiros não poderão suspender a venda por considerar que o lance é baixo, salvo se o comitente fixou o mínimo do preço e este não foi atingido.

Art. 10. Aceitos os lances sem condições nem reservas os arrematantes ficam obrigados a cumprir as condi-

ções da venda anunciada pelo leiloeiro.

Parágrafo único. A não se realizar o pagamento no prazo estipulado, o leiloeiro ou o proprietário do estabelecimento ou dos animais terá opção para rescindir a venda, perdendo o arrematante o sinal dado, ou para demandá-lo, pelo preço com os juros de mora, por ação executiva, instruída com certidão do leiloeiro em que se declare não ter sido completado o preço da arrematação no prazo marcado no ato do leilão.

Art. 11. Os leiloeiros não poderão vender bens em leilão, senão mediante autorização por carta ou relação em que o comitente declare as instruções que julgar convenientes, as despesas que autoriza fazer e, se assim o entender, o mínimo dos preços que pretenda.

Parágrafo único. O leiloeiro é obrigado a cumprir fielmente as ordens que receber dos seus comitentes, sob pena de responder por perdas e danos.

Art. 12. Os leiloeiros são obrigados a declarar até cinco dias depois do leilão, no aviso e conta de venda que remeterem ao comitente, nos casos de venda, o pagamento, os prazos estipulados, o nome e domicílio dos compradores.

Art. 13. O comitente fica obrigado ao pagamento da comissão de 3% (três por cento) sobre o montante das vendas efetuadas, salvo convenção em contrário.

§ 1º. Do total das comissões pagas pelas partes, caberão 75% (setenta e cinco por cento) ao leiloeiro e 25% (vinte e cinco por cento) à Associação Rural do Município onde se realizar o leilão.

§ 2º. Se não existir Associação Rural no Município onde se realizar o leilão, o produto dos 25% (vinte e cinco por cento) a que se refere o parágrafo primeiro reverterá em benefício da Federação das Associações Rurais do Estado.

§ 3º. Os leiloeiros poderão cobrar judicialmente dos comitentes a sua comissão e as quantias que tiverem desembolsado com anúncios e a realização do leilão.

Art. 14. São livros obrigatórios dos leiloeiros rurais:

I — Diário de entrada, destinado ao assentamento dos bens e semoventes, com indicação dos nomes e domicílios das pessoas de quem os receberam registrando, ainda, marcas, sinais e outras características necessárias à sua identificação;

II — Diário de saída, no qual assentará as vendas efetuadas, preço, condições de pagamento, sinal e comissão, assim como o nome e domicílio dos adquirentes;

III — Livro de contas-correntes para as que existam entre os leiloeiros e os comitentes;

IV — Diário de leilões, que será escriturado no ato dos leilões com indicação da sua data, nome de quem o autorizou, nome dos compradores, preço de venda de cada coisa semovente ou lote;

V — Livro-talão, de cópia carbônica, para extração das faturas destinadas aos arrematantes, com indicação do nome e domicílio;

VI — Copiador de cartas e correspondência.

Art. 15. Todos os livros do leiloeiro serão encadernados, numerados e rubricados em tôdas as suas folhas pelo Presidente da Associação Rural do Município de sua sede, que subcreverá os termos de abertura e encerramento.

Parágrafo único. A escrituração dos livros será feita pela ordem cronológica, sem intervalos em branco, nem entrelinhas, borraduras, raspaduras ou emendas, a fim de merecer fé.

Art. 16. As certidões ou contas que os leiloeiros extraírem dos seus livros quando estes se apresentarem em forma regular relativamente às vendas, têm fé pública.

Art. 17. No que esta lei fôr omissa, aplicam-se as normas comuns sobre a profissão de leiloeiro.

Art. 18. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 20 de dezembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Armando Monteiro

LEI Nº 4.022 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961

Isenta dos impostos de importação e de consumo materiais a serem importados pela Ceará Rádio Clube S. A. para instalação de estação completa de televisão, em Fortaleza, Estado do Ceará.

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo para o equipamento e acessórios constantes da licença DG-58-7799-7613, emitida pela Carteira de Comércio Exterior, a serem importados pela Ceará Rádio Clube S. A. para a instalação de uma estação transmissora de televisão, em Fortaleza, Estado do Ceará.

Art. 2º O favor de que trata o artigo anterior não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 20 de dezembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Walther Moreira Salles

LEI Nº 4.023, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961

Orça a receita e fixa a despesa do Distrito Federal, para o exercício de 1962.

Reproduzida no D.O. de 15 de janeiro de 1962.

LEI Nº 4.025 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 450.000.000,00, para reequipamento da navegação do Rio São Francisco, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras

Públicas, do crédito especial de Cr\$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de cruzeiros), para atender às despesas com o reequipamento da navegação do Rio São Francisco.

Parágrafo único. A importância referida neste artigo será aplicada consoante as seguintes estimativas de custo:

	Cr\$
2 navios de passageiros a Cr\$.....	140.000.000,00
70.000.000,00	
4 batelões de carga a Cr\$ 15.000.000,00	60.000.000,00
2 lanchas de passageiros a Cr\$	
40.000.000,00	80.000.000,00
Construção de um estaleiro em Pirapora	100.000.000,00
Para financiamento a particulares por intermédio da Carteira de Revenda da C. V. S. F. .	70.000.000,00
TOTAL	450.000.000,00

Art. 2º O presente crédito se destina à aquisição de navios de passageiros, batelões de carga, lanchas, construção de estaleiro e financiamento dessas atividades a particulares por intermédio da Carteira de Revenda da Comissão do Vale do São Francisco.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 20 de dezembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Walther Moreira Salles

Virgílio Távora

LEI Nº 4.028 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961

Concede subvenção às Universidades equiparadas, mantidas por instituições de caráter privado.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' concedida a subvenção de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), a cada uma das Universidades equiparadas, mantidas por instituições de caráter privado, atualmente existentes no País.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura — Diretoria do Ensino Superior — o crédito especial de Cr\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de cruzeiros), destinado ao pagamento, no corrente exercício, da subvenção de que trata o artigo 1º, à Universidade Católica de Pernambuco, à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, à Universidade Católica de Campinas, à Universidade Mackenzie, de São Paulo, à Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre e à Universidade Católica de Minas Gerais.

Art. 3º A subvenção de que trata esta lei é concedida para aplicação em aquisições, construções, instalações e manutenção dos estabelecimentos, cursos e serviços e não prejudica a percepção de quaisquer outras subvenções concedidas aos poderes públicos a estabelecimentos de ensino integrantes das Universidades contempladas.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 1961;
140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Walther Moreira Salles

Antônio de Oliveira Britto

LEI Nº 4.027 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961

Regula a prestação do serviço militar por estudante.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os estudantes cursando a 2ª e 3ª série do ciclo colegial e os alunos das Escolas Superiores, quan-

do convocados para prestação do Serviço Militar, serão incorporados nos C.P.O.R., ou outras organizações com a mesma finalidade, existentes no município onde estiverem frequentando esses cursos.

Art. 2º Os estudantes referidos no art. 1º, que não forem incorporados nos C.P.O.R. ou outras organizações com a mesma finalidade, por falta de vaga ou inexistência dessas organizações no município onde estiverem frequentando seus cursos, serão incluídos na Reserva do Exército e farão jus ao certificado de 3ª categoria.

Art. 3º A transferência dos estudantes referidos no art. 1º das escolas situadas em município sede de C.P.O.R. ou N.P.O.R. para outras localizadas em município onde não existem essas organizações militares, só terá validade para efeito do artigo 2º, quando se processar:

- a) por motivo de doença;
- b) por mudança de residência dos pais ou responsáveis diretos;
- c) por necessidade do serviço, quando forem funcionários públicos.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 1961;
140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

João de Segadas Vianna.

Antonio de Oliveira Brito

LEI Nº 4.028 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961

Autoriza o Poder Executivo a conceder um auxílio de Cr\$ 10 000 000,00 ao Hospital dos Sindicatos Reunidos de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, e dá outras providências.
O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São concedidos os seguintes auxílios: Cr\$ 10 000 000,00 (dez milhões de cruzeiros) à Sociedade Beneficente dos Trabalhadores de Caxias do Sul, para a construção do Hospi-

ta: Beneficente dos Trabalhadores de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul; Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) à Sociedade Evangélica Beneficente de Londrina, Estado do Paraná; Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) à Sociedade Beneficente dos Trabalhadores de Santa Catarina, com sede em Itajaí, Estado de Santa Catarina; e Cr\$ 10.000.000,00 à Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, para o término de suas obras

Art. 2º Para atender ao disposto no artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de cruzeiros).

Art. 3º As prestações de contas dos auxílios de que trata esta lei deverão ser feitas dentro de 2 (dois) anos, após a data do respectivo pagamento.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 1961; 140ª da Independência e 73ª da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Walther Moreira Salles

Souto Maior

LEI Nº 4.029 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda — Tribunal de Contas, o crédito especial de Cr\$ 234.175,00 para pagamento da diferença de vencimentos e gratificação adicional ao Ministro Ruben Machado da Rosa.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda — Tribunal de Contas, o crédito especial de Cr\$ 234.175,00 (duzentos e trinta e quatro mil cento e setenta e cinco cruzeiros), para pagamento da diferença de vencimentos e

gratificação adicional ao Ministro Ruben Machado da Rosa, de conformidade com o disposto na Lei número 3.414, de 20 de junho de 1958.

Parágrafo único. Os pagamentos a que se refere este artigo, são

a) gratificação adicional no período de 1º de agosto de 1954 a 31 de dezembro de 1958 — Cr\$ 139.315,00;

b) diferença de vencimentos — 1º de agosto de 1958 a 31 de dezembro de 1958 — Cr\$ 94.860,00.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 1961; 140ª da Independência e 73ª da República.

JOÃO GOULART.

Tancredo Neves.

Walther Moreira Salles.

LEI Nº 4.030 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961

Autoriza o Poder Executivo a construir e pavimentar os trechos de Estrada Rio - Bahia - Arassuaí - Diamantina e Diamantina - Curvelo.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. E' o Poder Executivo autorizado a construir e pavimentar os trechos de estrada Rio-Bahia-Arassuaí-Diamantina e Diamantina-Curvelo.

Art. 2º. Nos três exercícios financeiros subsequentes à publicação desta Lei o orçamento geral da União incluirá a importância de Cr\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros), consignada ao Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — destinada a atender às despesas de construção e pavimentação das obras previstas no artigo anterior.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 1961; 140ª da Independência e 73ª da República.

JOÃO GOULART.

Tancredo Neves.

Walther Moreira Salles.

Virgílio Távora.

LEI Nº 4.031 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, o crédito especial de Cr\$ 18.000,00 para pagamento de gratificação adicional a Crysânthemmo Pontes de Carvalho e Souza, auxiliar administrativo.

O Presidente da República;

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, o crédito especial de Cr\$ 78.000,00 (setenta e oito mil cruzeiros) para pagamento de gratificação adicional, por tempo de serviço, a Crysânthemmo Pontes de Carvalho e Souza, auxiliar administrativo, referência 28, da Comissão Federal de Abastecimento e Preços, dos exercícios de 1957 a 1958.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART.

Tancredo Neves.

Walthor Moreira Salles.

A. Franco Montoro.

LEI Nº 4.032 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961.

Concede isenção de direitos, imposto de consumo e taxas aduaneiras para mercadorias procedentes dos Estados Unidos, doadas à Confederação Evangélica do Brasil e importadas com licença da CACEX, sem cobertura cambial.

O Presidente da República;

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' concedida isenção de direitos, de adicionais, das taxas portuárias do imposto de consumo e de quaisquer outros ônus, com exceção da Taxa de Previdência Social, para as mercadorias procedentes dos Estados Unidos e doadas à Confederação Evangélica do Brasil, constantes

das licenças de importação, sem cobertura cambial, autorizadas pela Carteira de Comércio do Banco do Brasil S. A., abaixo discriminadas, que já se encontrem nos armazéns do porto do Rio de Janeiro ou ainda por embarcar:

DG-57/39.241-38.225 — 36 Filma-teca, constituída de filmes impressos, com títulos diversos, de caráter educativo e religioso, com metragem entre 800 a 2.600 pés cada, larg. 16mm.

DG-57/39.242-38.226 — Uma prensa para discos de vinylite.

DG-57/39.243-38.227 — Um conjunto para ar condicionado marca Mitchell, modelo M-344 — tamanho 0,40 x 0,70 x 0,70m, com os seguintes acessórios: Doze Micro-filtros, tamanhos 0,70 x 0,40 x 0,20m modelo M-344

DG-57-39.244-38.228 — Um Mimeógrafo marca "A.B. Dick", modelo 420.

DG-57-39.245-38.220 — Um órgão eletrônico, marca "Allen", modelo C.3 completo.

DG-57/39.246-38.230 — Dez adaptadores magnéticos para máquinas sonoras de 16mm.

DG-57/39.247-38.231 — Material de cinema, conforme relação anexa 25.000 pés filme virgem de 16 a 55mm, sendo: dez mil pés de filmes Ansco-Color Duplicating tipo 538 de 35mm; trezentos pés de filme colorido Anscochrome, de 35mm, tipo 531, luz do dia; duzentos pés de filme colorido Anscochrome, de 35mm, tipo 532, Tungstênio; dez mil pés de filme positivo para cópia em branco e preto de 35mm. Kodak perf; dois mil pés de filme negativo de 16mm em branco e preto, Kodak; dois mil pés de filme positivo de 16mm para cópia, Kodak; quinhentos pés de filme colorido Ektachrome, 35mm, tipo luz do dia. — Drogas Fotográficas e Reveladores; 5 vidros de Ansco Aicolumine, tipo S-5, em pó, com 0,500 kg cada; 50 latas de Branqueador — para filme colorido, Ansco, cat. 5.300 189, com 2.000 kg cada; 50 latas de 1º Revelador para filmes coloridos, Ansco, cat. 5.300 182, com 2.000 kg cada; 5 vidros de hidroquinone, Kodak, com 0,500 kg. cada; 5 vidros de Metol, Kodak, com 0,500 kg cada; 50 Estojo para revelação de filmes coloridos Ektachrome, para 473cc, "Pint" E-2. Máquinas de revelação de filme 16 mm — uma máquina automática, modelo Bridgamatic dr. K 16 mm, marca Bridgamatic; Equipamentos para iluminação. — 2 Re-

fletores para 500/750 Watts sem pedestal rolante, MR 407 Baby Solarspots, marca Melo-Richardson Co.; 2 Refletores para 2.000 Watts sobre pedestal rolante, MR, 412 Jr. Solarspots; 1 Refletor para 5.000 Watts em pedestal rolante, MR 415 Sr. Solarspot; 3 Refletores pequenos com pedestal rolante, MR 16 Cinelite; 400 Lâmpadas para projeção GE, sendo: 6 T8, 100W, 110 Volts; 6 T8, 100, 220 Volts; 250 T8, 150W, 1 110 Volts; 50, T8, 150 W, 220 Volts; 24, T 10, 300 W, 110 volts; 12, T 10, 300 W, 220 volts; 12, T 10, 100 W, 6 volts; 6 T 10, 500 W, 110 volts; 10 T 12 750 W, 110 volts, 6, T 12, 1.000 W, 110 volts; 6, T 8, 300 W, 220 volts; 6, T 8, 300 W, 110 volts; 6, T 8 150 W, 220 volts; Gravuras — 100 jogos de 36 gravuras cada coloridas, 12x17" prod. para Concilio M, de Igrejas; — Máquinas para cinematografia — 1 máquina de filmar, Arriflex, mod. Profissional de 16mm., completa; 1 visor, Bell & Howen, completo, 16mm, 149A-146-A; 1 Editor som compl. com Ampl. e controle de volume, marca S.O.S.; 1 Sincronizador para filmes de 16mm, mod. 162, tipo Neumade 16mm Synchromaster.

DG-57/39.248-38 232 — Peças para reparo e conserto de Gravadores de Fitas e Gravadores de Acetato, conforme relação anexa. — Para gravadores AMPEX: 5 válvulas 12, SJ 7, 2 Válvulas ref. 6-05, 1 Válvula, ref. 6-F6, 1 Válvula ref. SN7, 1 Válvula, ref. 5x3G, 1 fita para acerto, ajuste de cabeça magnética do gravador, catálogo nº 4.494, 6 conjuntos de freios para gravadores Ampex catálogo nº 328, 1 desmagnetizador de cabeça magnética de gravadores Ampex, catálogo nº 704, 6 molas de tensão para freios de gravadores, 4 conjuntos de cabeças magnéticas de gravação para gravação em fita inteira para gravadores Ampex, catálogo 475-18, 1 conjunto de cabeças magnéticas de gravação de 1/2 fita para gravadores Ampex catálogo nº 475-17, 6 condensadores eletrolítico S 0°02, catálogo nº 00-105.80 MFD 6 Retificadores de Selenium, Cat. SR-18 4 botões para apagar o gravador 8.502, SPST, SW-62, 4 interruptores para mudar o tamanho do carretel 8.504, SW-9, SPST, 4 botões para tocar, 8.505, SPST SW-61, 4 Relés K-401, 3P2T 115 V, D.C.B. -5760 6 Retificadores de selenium, onda completa, SF601, SR-3 24 fusíveis pequenos, F401 1 Amp FU-7, 24 fusíveis pequenos, F402, 3 amp. FU-3 — para grava-

dores de acetado — PRESTO 6-N — 2 borrachas para toca-discos 6N-1,33 1/3, 2 borrachas para toca-discos 6N-2,78 r.p.m., 24 agulhas de safira para gravadores, de discos virgem, 604-A, 12 agulhas de safira para gravadores de discos virgens, 604-A, microgroove, 2 lâminas para ajuste de agulha de gravador de discos virgens, 6N56 — peças para tocadores de discos-Presto — 4 pulias externas para tocadores, 4234 e 5736 — para gravadores de fita Crescent — 2 válvulas, ref. 5879, válvulas (2), ref. 12AX7, 2 válvulas, ref. 6V60T 2 válvulas, ref. 6X5GT, 4 polias para gravador Crescent, — para gravadores de fita Machecorder — 4 retificadores de selenium, 42x2, 18v, 2 Amp., 4 condensadores de eletrolíticos 500 mfd x 25 volts. — Acessórios para gravadores de fita — 100 Plastic Real in Box 96R237 3" 50 Plastic Real in Box 96R236-5" 5 Type 48 3/48 Write-On-Tape, 3/4 x 100 — 92 Z904, 100 selos plásticos para prender fitas magnéticas nos carretéis, condicionados em envelopes de 30 2' x 2'5 ref. 3P3.

DG-57/39.249-38.233 — 300 fitas magnéticas para gravação, em carretéis de 7" 200 fitas magnéticas para gravação em carretéis de 10", 100 fitas magnéticas para gravação em carretéis de 5" 500 fitas magnéticas para gravação.

DG-57/39.250-38.234 — 1 gravador de fitas, marca "Ampex" com velocidade 7 1/2 e 15" por segundo e tamanho 1,20 x 0,73 x 0,83 m. mod. 350-C, completo, 1 gravador de fitas, marca "Ampex" com velocidade 7 1/2 e 15" por segundo e tamanho 1,20 x 0,73 x 0,83 m. mod. 350-P, completo.

DG-57/39.251-38.235 — 50 máquinas toque-fitas marca "Ekotape", fabricadas pela "The Webster Electric Co.", 25, idem idem, idem.

Art. 2º As mercadorias de que trata o artigo anterior destinam-se a fins educativo-religiosos, segundo o programa do Centro Audio-Visual Evangélico, filiado à Confederação Evangélica do Brasil.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 1961; 140º da Independência e 73º a Republicana.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Walther Moreira Salles

LEI. N.º 4.033 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, ao Poder Judiciário — Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, o crédito especial de Cr\$ 65.000,00, para pagamento de despesas realizadas no ano de 1959, com substituições de funcionários da Secretaria do mesmo Órgão.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Fazenda ao Poder Judiciário — Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, o crédito especial de Cr\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil cruzeiros), para pagamento de despesas realizadas no ano de 1959 com substituições de funcionários da Secretaria do mesmo Órgão.

Artigo 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 1961; 140.º da Independência e 73.º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Alfredo Nasser

Walther Moreira Salles

LEI N.º 4.034 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00, destinado à construção de um hospital na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros), destinado à construção e equipamento de um hospital, na cidade de Manaus, no Estado do Amazonas.

Art. 2.º A importância referida no art. 1.º, mediante convênio, poderá ser entregue ao Governo do Estado do Amazonas.

Parágrafo único. O convênio estabelecerá a planta e orçamento, aprovados pelo Ministério da Saúde e fixará as condições de pagamento do auxílio concedido nesta Lei.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 1961; 140.º da Independência e 73.º da República.

JOÃO GOULART.

Tancredo Neves.

Walther Moreira Salles.

Souto Maior.

LEI N.º 4.035 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961

Da nova redação ao art. 1.º da Lei número 3.550, de 12 de fevereiro de 1959, que dispõe sobre o pagamento de subvenções orçamentárias concedidas à conta do Fundo Nacional do Ensino Médio.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. São suprimidas, na redação do art. 1º da Lei nº 3.550, de 12 de fevereiro de 1959, as palavras "legalmente autorizados a funcionar".

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, a presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de dezembro de 1961;
140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART.

Tancredo Neves.

Walther Moreira Salles.

Antônio de Oliveira Brito.

LEI Nº 4.036 — DE 20 DE DEZEMBRO
DE 1961

Concede pensão mensal de Cr\$ 3.000,00 a Belisário Alves, ex-estafeta de correio a cavalo do 2º Distrito de Pinheiro Machado, Rio Grande do Sul.

O Presidente da República;

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É concedida pensão mensal de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) a Belisário Alves, ex-estafeta de correio a cavalo do 2º Distrito de Pinheiro Machado, Rio Grande do Sul, enquanto viver.

Art. 2º. O pagamento da pensão correrá à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 1961;
140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART.

Tancredo Neves.

Walther Moreira Salles.

Virgílio Tavora

LEI Nº 4.037 — DE 20 DE DEZEMBRO
DE 1961

Inclui o Instituto de Música da Bahia entre os estabelecimentos de ensino superior subvencionados pela União, na forma do art. 17, da Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950, e dá outras providências.

O Presidente da República;

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Instituto de Música da Bahia incluído entre os estabelecimentos de ensino superior subvencionados pela União, na forma do artigo 17, da Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950.

Art. 2º. No Orçamento da União será incluída, anualmente, a subvenção de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), para a manutenção do Instituto de Música da Bahia.

Art. 3º. Fica aberto ao Ministério da Educação e Cultura e distribuído automaticamente a Divisão de Orçamento do mesmo Ministério, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) para atender ao pagamento da subvenção de que trata o art. 2º, no exercício de 1962.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 1961;
140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART.

Tancredo Neves.

Walther Moreira Salles.

Antônio de Oliveira Brito.

LEI Nº 4.038 — DE 20 DE DEZEMBRO
DE 1961

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para a conclusão das obras do edifício-sede da Associação Piauiense de Medicina, em Teresina.

O Presidente da República;

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É autorizado o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para auxiliar a Associação Piauiense de Medicina a concluir as obras do edifício de sua sede, em Teresina, Piauí.

Art. 2º. A Associação prestará contas do auxílio concedido por esta Lei, dentro de um ano, após o recebimento do mesmo.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART.

Tancredo Neves.

Walther Moreira Salles.

Antônio de Oliveira Brito.

LEI N º 4.033 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, o crédito especial de Cr\$ 56.649,40 para pagamento de substituições de funcionários de sua Secretaria, no exercício de 1957.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, o crédito especial de Cr\$ 56.649,40 (cinquenta e seis mil seiscentos e quarenta e nove cruzeiros e quarenta centavos), para pagamento de substituições de funcionários de sua Secretaria, no impedimento dos respectivos titulares, no exercício de 1957.

Parágrafo único O pagamento a que se refere este artigo será processado na forma seguinte:

Benedito Freitas	44.543,00
Paulo de Aguiar Oliveira	2.903,20
Pedro Alvarenga ..	6.000,00
Amanda Paiva Viana	3.203,20
	<hr/>
	56.649,40

Artigo 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 1961; 140.º da Independência e 73.º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Alfredo Nasser

Walther Moreira Salles

LEI Nº 4.040 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961

Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para ocorrer às despesas com a realização do Quarto Congresso Brasileiro de Ensino da Matemática, a efetuar-se em Belém, Estado do Pará.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, através do Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), para ocorrer às despesas com a realização do Quarto Congresso Brasileiro de Ensino da Matemática, a efetuar-se em Belém, Capital do Estado do Pará, em 1961.

Art. 2º. A importância mencionada no art. 1º desta Lei, será entregue à Comissão Organizadora do Quarto Congresso Brasileiro de Ensino da Matemática, a qual prestará contas de sua aplicação ao Ministério da Educação e Cultura.

Parágrafo único. Parte da soma constante deste auxílio será obrigatoriamente aplicada na confecção dos anais do Congresso, que se distribuirão aos congressistas e entidades nacionais interessadas na matéria versada pelo certame.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 1961; 149º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART.
Tancredo Neves.
Walther Moreira Salles.
Antônio de Oliveira Brito.

LEI Nº 4.041 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961

Isenta do imposto de importação e de consumo, equipamento destinado à ampliação da fábrica de soda cáustica da Companhia Eletroquímica Pan-Americana.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º E' concedida isenção dos impostos de importação e consumo, para os materiais discriminados nas licenças ns. DG-58-9340-9304, 58-9341-9305, 58-9342-9306, 58-9343-9307, 58-9344-9308, 58-9345-9309, 58-9346-9310, 58-9347-9311 e 58-9348-9312, emitidas pela Carteira de Comércio Exterior, a serem importados pela Companhia Eletroquímica Pan-Americana, para ampliação de sua fábrica de soda cáustica.

Art. 2º O favor a que se refere o artigo anterior não abrange o material com similiar nacional.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 1961; 149º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART
Tancredo Neves
Walther Moreira Salles

LEI Nº 4.042 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1961

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Tribunal de Contas da União, o crédito especial de Cr\$ 107.100,00 para pagamento de despesas de gratificação adicional.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Tribunal de Contas da União, o crédito especial de Cr\$ 107.100,00 (cento e sete mil e

cem cruzeiros) para atender ao pagamento de gratificação adicional, referente ao período de julho a dezembro de 1959, ao Ministro do mesmo Tribunal, Rubem Machado da Rosa.

Artigo 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília 21 de dezembro de 1961; 140.º da Independência e 73.º da República.

JOÃO GOULART
Tancredo Neves
Alfredo Nasser
Walther Moreira Salles

LEI Nº 4.043 DE 21 DE DEZEMBRO DE 1961

Concede pensão especial de

Cr\$ 4.940,00 mensais a Manoel Brito da Silva, ex-servidor do Ministério da Agricultura.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' concedida, a partir de janeiro do corrente ano, a pensão especial de Cr\$ 4.940,00 (quatro mil, novecentos e quarenta cruzeiros) mensais a Manoel Brito da Silva, ex-servidor do Ministério da Agricultura, afastado do serviço por ter sido considerado portador do mal de Hansen.

Art. 2º A despesa com o pagamento da pensão especial, prevista nesta lei, correrá à conta da dotação orçamentária destinada ao pagamento de pensionistas a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de dezembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART
Tancredo Neves
Walther Moreira Salles
Armando Monteiro

LEI Nº 4.044 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1961

Concede isenção de direitos de importação para o material importado pela Companhia Brasileira de Fiação e Tecelagem de Juta, de Manaus, Estado do Amazonas, e outras congêneres.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — E' concedida isenção de direitos de importação e demais taxas aduaneiras, salvo a de previdência social, para a maquinaria e material acessório destinado à instalação de fábricas de anilagem instaladas ou que vierem a se instalar, dentro de dois anos, nos Estados da Amazônia.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de dezembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART
Tancredo Neves
Walther Moreira Salles

LEI Nº 4.045 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1961

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, destinado a construção de uma maternidade no bairro de São Raimundo, na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), destinado à construção de uma maternidade no bairro de São Raimundo, na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

Art. 2º A importância referida no art. 1º será entregue ao governo do Estado do Amazonas, mediante planta e orçamento, aprovados pelo Ministério da Saúde, através de convênio que fixará as condições de pagamento do auxílio concedido por esta lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de dezembro de 1961;
140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Walter Moreira Salles

Souto Maior

LEI N.º 4.046 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1961

Dá nova redação ao artigo 1º da Lei n. 2.307, de 30 de agosto de 1954, autorizando o Poder Executivo a alinear aos servidores dos Territórios do Acre, Amapá, Rio Branco e Rondônia, os imóveis residenciais de alvenaria, madeira, de lei, adobe ou de construção mista, pertencentes ao patrimônio da União e localizados nas sedes municipais, vilas e povoados daquelas unidades de fronteira.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º É o Poder Executivo autorizado a promover a alienação, por intermédio dos Governos dos Territórios do Acre, Amapá, Rio Branco e Rondônia, a seus respectivos servidores, dos imóveis residenciais de alvenaria, de madeira, de lei, adobe ou de construção mista, pertencentes ao patrimônio da União e localizados nas sedes municipais, vilas e povoados daquelas unidades de fronteira que não forem necessários ao serviço público observado, no que couber o disposto nos artigos 2º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º, com seus respectivos parágrafos, e artigo 9º da Lei número 1.455-A, de 11 de outubro de 1951.

Artigo 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de dezembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Alfredo Nasser

Walter Moreira Salles

LEI N.º 4.047 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1961

Aplica aos cargos e funções do Quadro do Pessoal dos Órgãos da Justiça do Trabalho da 1.ª Região, disposições das Leis ns. 3.780, de 12 de julho de 1961, e 3.826, de 23 de novembro de 1960, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os níveis de vencimento-base, a razão horizontal e os valores dos símbolos dos cargos em comissão do Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da 1ª Região, são os seguintes:

Níveis ou Símbolos	Referência - Base	Progressão horizontal
	CR\$	CR\$
PJ- 0	65 000,00	2.000,00
PJ- 1	63 000,00	1.900,00
PJ- 2	58 000,00	1.800,00
PJ- 3	53 000,00	1.700,00
PJ- 4	48 000,00	1.600,00
PJ- 5	43 000,00	1.500,00
PJ- 6	40 000,00	1.450,00
PJ- 7	37 000,00	1.300,00
PJ- 8	34 000,00	1.150,00
PJ- 9	31 000,00	1.000,00
PJ-10	28 000,00	900,00
PJ-11	26 000,00	850,00
PJ-12	24 000,00	800,00
PJ-13	22 000,00	750,00
PJ-14	20 000,00	700,00
PJ-15	19.000,00	650,00

Art. 2º Os valores do vencimento mais a gratificação mensal das funções gratificadas do mesmo Quadro são:

1-F	Cr\$ 44 000,00
2-F	Cr\$ 42 000,00
3-F	Cr\$ 40 000,00
4-F	Cr\$ 38 000,00
5-F	Cr\$ 37 000,00
6-F	Cr\$ 36 000,00
7-F	Cr\$ 35 000,00

Parágrafo único. Se a função for exercida por funcionário do próprio Quadro do Pessoal, a gratificação será igual a diferença entre o vencimento do cargo efetivo e o valor do símbolo fixado para a função.

Art. 3º Os funcionários da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho e dos mais órgãos da Justiça do Trabalho da 1ª Região perceberão, a partir da vigência desta Lei, gratificação adicional por tempo de serviço nas mesmas bases da percebida pelos funcionários da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho, por força do disposto no art. 5º da Lei número 2 336-A, de 19 de novembro de 1954.

Parágrafo único. O servidor desde o momento em que passa a perceber gratificação adicional por tempo de serviço perde o direito a percepção de novas vantagens da progressão horizontal incorporando-se, porém, aos seus vencimentos aquelas que vinha percebendo até então.

Art. 4º O Quadro de Pessoal do Tribunal Regional e mais órgãos da Justiça do Trabalho da 1ª Região aprovado pela Lei nº 409, de 25 de setembro de 1948 e alterado por leis subsequentes, fica acrescido dos cargos e funções constantes da Tabela nº I, anexa.

§ 1º Os atuais cargos e funções do referido Quadro passam a ter os níveis e símbolos de vencimentos constantes da Tabela nº II, ressalvadas, em relação aos atuais servidores, as situações já constituídas em virtude de

lei ou de decisão judiciária proferida pela Justiça comum ou pelo próprio Tribunal Regional da 1ª Região da Justiça do Trabalho.

§ 2º Os valores dos níveis e símbolos de vencimentos dos cargos e funções referidos no parágrafo anterior, serão os fixados na presente lei.

§ 3º Entre os novos cargos e funções, a que faz referência este artigo, estão incluídos os destinados a lotação nas Juntas de Conciliação e Julgamento criados pela Lei nº 3.610, de 11 de agosto de 1959.

Art. 5º As disposições da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, artigos 14, parágrafos 1º, 2º, 3º, 4º e 7º, 74 e 91, bem como as dos arts. 4º e 11 da Lei nº 3.826, de 23 de novembro do mesmo ano, aplicam-se aos servidores dos órgãos da Justiça do Trabalho, de que trata esta Lei.

Art. 6º É incorporado aos vencimentos dos servidores referidos nesta Lei o abono de que trata a Lei nº 3.387, de 18 de julho de 1959.

Art. 7º Os cargos isolados de provimento efetivo, bem como os iniciais das carreiras de Auxiliar Judiciário e de Servente, do Quadro do Pessoal da Secretaria e mais órgãos da Justiça do Trabalho da 1ª Região, serão providos mediante concurso público de provas, organizado pelo Tribunal.

§ 1º Excetuam-se da regra deste artigo os cargos de Almoxeiro, Avaliador, Depositário e Secretário da Junta de Conciliação e Julgamento. (VETADO)

§ 2º As vagas nas classes intermediárias e finais das carreiras a que se refere este artigo, bem como nas de Oficial Judiciário, serão providas por promoção, alternadamente, por antiguidade e merecimento.

§ 3º As vagas na classe inicial da carreira de Oficial Judiciário serão providas, alternadamente metade por acesso de ocupantes da classe final da carreira de Auxiliar Judiciário e metade por concurso de provas.

§ 4º As carreiras de Oficial e Auxiliar Judiciário ficam estruturadas em três e duas classes respectivamente, e terão os símbolos constantes da Tabela nº II anexa.

§ 5º É dispensado o interstício legal nas promoções decorrentes de nova estrutura do Quadro aprovado por esta Lei e até sua completa normalização.

§ 6º No enquadramento dos cargos, classes e séries de classes das carreiras do referido Quadro, observar-se-ão as regras e a proporção estabelecidas nos artigos 20 e 21 da Lei nº 3.780 de 12 de julho de 1960, em tudo quanto for aplicável.

Art. 8º Os cargos em comissão serão providos por funcionários efetivos do Quadro da Região escolhidos pelo Presidente do Tribunal.

Art. 9º A lotação das Juntas de Conciliação e Julgamento da 1ª Região da Justiça do Trabalho será fixada pelo Presidente do Tribunal em face das necessidades de cada uma e dentro dos seguintes limites máximos:

a) Junta de Conciliação e Julgamento da Cidade do Rio de Janeiro: 1 Chefe de Secretaria; 2 Oficiais Judiciários; 4 Auxiliares Judiciários; 1 Porteiro dos Auditórios; 1 Oficial de Justiça e 2 Serventes;

b) demais Juntas de Conciliação e Julgamento: 1 Chefe de Secretaria; 1 Oficial Judiciário; 2 Auxiliares Judiciários; 1 Oficial de Justiça; 1 Servente e 1 Porteiro de Auditório.

Parágrafo único. Haverá sempre um Distribuidor, quando na mesma cidade, funcionarem duas ou mais Juntas.

Art. 10. O art. 7.º da Lei nº 2.188, de 3 de março de 1954, não se aplica aos servidores dos Quadros do Pessoal de Justiça do Trabalho, nem dos demais órgãos do Poder Judiciário, pagos pelo Tesouro Nacional.

Art. 11. É revogada a Lei nº 2.488, de 16 de maio de 1955.

Art. 12. A modificação a reestruturação de Quadro de Pessoal e a alteração de valores de padrões, classes, níveis e símbolos de vencimentos de cargos ou funções das secretarias e serviços auxiliares da Justiça do Trabalho da 1ª Região, bem como de quaisquer outros órgãos do Poder Judiciário, serão sempre feitas através de lei, mediante proposta do Tribunal interessado, ressalvados aos servidores os recursos judiciais previstos em lei para, através da Justiça comum, haverem as reparações a que se têm direito.

§ 1º As decisões dos Tribunais em processo administrativo, que importem em modificação ou reestruturação de Quadro de Pessoal, na alteração de valores, de padrões, níveis ou símbolos de cargos ou funções ou em elevação de vencimentos não obrigarão o Tesouro Nacional a efetuar o pagamento delas resultantes.

§ 2º O funcionário ou autoridade que requisitar ou autorizar adiantamento, à conta do crédito orçamentário ou adicional, para atender a pagamento de despesa decorrente de decisão declaratória ou administrativa contrária ao disposto neste artigo, incidirá nas sanções do artigo 315 do Código Penal, além da devolução da quantia paga, acrescida das cominações de lei.

Art. 13. As atuais Seções Administrativa e Judiciária da Secretaria do Tribunal ficam transformadas em corpos isolados de provimento em Comissão sob a denominação de Diretoria dos Serviços Administrativos e Judiciários, respectivamente, subdividida a primeira em Seção de Pessoal e Seção de Material e Orçamento e a segunda, em Seção Processual e Seção de Acórdãos e Translados.

Art. 14. Fica criado na Secretaria do Tribunal o Serviço de Comunicações, sob a direção de um Chefe de Serviço, cargo isolado de provimento em Comissão.

Art. 15. Aos Porteiros de Auditório poderão ser atribuídos outros encargos de secretaria, além das atribuições específicas do cargo.

Art. 16. É o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Poder Judiciário, — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região — o crédito especial de Cr\$ 89.900.000,00 (oitenta e nove milhões e novecentos mil cruzeiros) para atender às despesas decorrentes desta lei, no corrente exercício.

Art. 17. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, salvo quanto às vantagens financeiras, resultantes da classificação dos cargos e funções e da incorporação do abono de que trata o art. 6º, casos em que os seus efeitos retroagirão a 1º de janeiro de 1961.

Parágrafo único. Contar-se-á de 12 de julho e 23 de novembro de 1960, respectivamente, a concessão do salário-família de que trata o artigo 91 da Lei nº 3.780, de 1960, e o artigo 11 da Lei nº 3.826, do mesmo ano.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de dezembro de 1961; 140.º da Independência e 73.º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Alfredo Nasser

Walther Moreira Salles

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

QUADRO DO PESSOAL

Tabela 1 (art. 4º e seu § 3º)

Número de Cargos	Cargos	Nível ou Símbolo
<i>Cargos em Comissão</i>		
1	Secretário de Presidente	PJ- 1
1	Subsecretário de Tribunal	PJ- 3
2	Diretor de Serviço	PJ- 2

Numero de Cargos	Cargos	Nível ou Símbolo
1	Chefe de Serviço de Comunicações	PJ- 4
4	Chefe de Seção	PJ- 6
<i>Cargos isolados de provimento efetivo</i>		
5	Chefe de Secretaria de Juntas de Conciliação e Julgamento, localizadas no Est. da Guanabara	PJ- 1
5	Chefe de Secretaria de Juntas de Conciliação e Julgamento, localizadas fora do Estado da Guanabara	PJ- 2
1	Médico	PJ- 5
1	Bibliotecário	PJ- 6
1	Almoxarife	PJ- 6
1	Depositário para Juntas de Conciliação e Julgamentos no Estado da Guanabara	PJ- 6
2	Avaliador para Juntas de Conciliação e Julgamento no Estado da Guanabara	PJ- 7
1	Contador Auxiliar	PJ- 7
5	Oficial de Justiça de Juntas de Conciliação e Julgamento no Estado da Guanabara	PJ- 8
5	Oficial de Justiça de Juntas de Conciliação e Julgamento fora do Estado da Guanabara	PJ- 9
5	Porteiro de Auditorio de Juntas de Conciliação e Julgamento no Estado da Guanabara	PJ- 8
5	Porteiro de Auditorio de Juntas de Conciliação e Julgamento fora do Estado da Guanabara	PJ- 9
2	Enfermeiro	PJ-15
2	Motorista	PJ-16
10	Guarda Judiciário	PJ-12
20	Servente (J.C.J. da Guanabara)	PJ-13
5	Servente (J.C.J. localizadas fora da Guanabara)	PJ-14
1	Médico	PJ- 5
<i>Cargos de Carreira</i>		
5	Oficial Judiciário	PJ- 5
7	Oficial Judiciário	PJ- 6
10	Oficial Judiciário	PJ- 7
20	Auxiliar Judiciário	PJ- 8
25	Auxiliar Judiciário	PJ- 9
<i>Funções Gratificadas</i>		
1	Chefe de Guarda Judiciário	7-F
1	Zebedor	7-F
1	Distribuidor Chefe dos Oficiais de Justiça	7-F

JUSTIÇA DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

QUADRO DO PESSOAL (SECRETARIA DO T. R. T. E J. C. J. S.)

Tabela II — (Art. 4º parágrafos 1º e 2º)

Número de Cargos	Cargos	Nível ou Símbolo
<i>Cargos em Comissão</i>		
1	Diretor de Secretaria	PJ- 0
1	Chefe do Protocolo	PJ- 4
<i>Cargos isolados de provimento efetivo</i>		
1	Secretário do Tribunal	PJ- 1
15	Chefe de Secretaria de Juntas de Conciliação e Julgamento com sede no Estado da Guanabara	PJ- 1
5	Chefe de Secretaria de Juntas de Conciliação e Julgamento com sede fora do Estado da Guanabara	PJ- 2
1	Distribuidor no Estado da Guanabara	PJ- 3
1	Distribuidor de Juntas de Conciliação e Julgamento localizadas fora do Estado da Guanabara	PJ- 9
1	Arquivista	PJ- 6
1	Contador	PJ- 5
15	Oficial de Justiça de Juntas de Conciliação e Julgamento com sede no Estado da Guanabara	PJ- 8
5	Oficial de Justiça de Juntas de Conciliação e Julgamento localizadas fora do Estado da Guanabara	PJ- 9
15	Porteiro de Auditórios de Juntas de Conciliação e Julgamento com sede no Estado da Guanabara	PJ- 8
5	Porteiro de Auditórios de Juntas de Conciliação e Julgamento com sede fora do Estado da Guanabara	PJ- 9
37	Servente de Juntas de Conciliação e Julgamento do T.R.T. e da Guanabara	PJ-13
5	Servente de Juntas de Conciliação e Julgamento com sede fora do Estado da Guanabara	PJ-14
<i>Cargos de Carreira</i>		
12	Oficial Judiciário	PJ- 5
18	Oficial Judiciário	PJ- 6
30	Oficial Judiciário	PJ- 7
38	Auxiliar Judiciário	PJ- 8
50	Auxiliar Judiciário	PJ- 9

LEI Nº 4.048 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1961

TÍTULO I

Do Ministro de Estado da Indústria e do Comércio

Dispõe sobre a organização do Ministério da Indústria e do Comércio, e da outras providências.

O Presidente da República; Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Ministro de Estado da Indústria e do Comércio é, junto ao Conselho de Ministros, o responsável pela formulação, direção e execução

da política industrial e comercial do Brasil.

TÍTULO II

Do Ministério da Indústria e do Comércio

Art. 2º O Ministério da Indústria e do Comércio (MIC), criado pela Lei nº 3.782, de 22 de julho de 1960, terá a seu cargo o estudo e a execução da política econômica e administrativa do Governo relacionada com a indústria e o comércio, competindo-lhe, notadamente, fomentar, orientar, proteger, regulamentar e fiscalizar o desenvolvimento industrial, nacional e regional, a expansão do comércio interno e externo e as operações de seguros privados e capitalização.

TÍTULO III

CAPÍTULO I

Da organização

Art. 3º O MIC compreende:

Secretaria-Geral

Gabinete do Ministro (GM)

Consultoria Jurídica (CJ)

Seção de Segurança Nacional (SSN)

Secretaria da Indústria (SI):

I — Departamento Nacional da Indústria (DNI).

II — Departamento Nacional da Propriedade Industrial (DNPI).

Secretaria do Comércio (SC):

I — Departamento Nacional do Comércio (DNC).

II — Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC).

III — Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização (DNSPC).

Centro de Estudos Econômico — (CEE)

Departamento de Administração — (DA).

Instituto Nacional de Tecnologia — (INT).

Instituto Nacional de Pesos e Medidas (INPM).

Delegacias Estaduais da Indústria e do Comércio — (DEIC).

Parágrafo único. São jurisdicionados pelo MIC as seguintes entidades:

Instituto Brasileiro do Café

Instituto Nacional do Mate

Instituto do Açúcar e do Alcool

Instituto Nacional do Pinho

Instituto Brasileiro do Sal

Instituto de Resseguros do Brasil

Companhia Siderúrgica Nacional

Fábrica Nacional de Motores

Companhia Nacional de Alcalis

Comissão Executiva da Defesa da Borracha.

CAPÍTULO II

Do Gabinete do Ministro

Art. 4º O GM terá por finalidade prestar assistência ao Ministro de Estado, notadamente nos assuntos relacionados com sua representação política social.

Art. 5º O GM será dirigido por um Chefe de Gabinete, de livre escolha do Ministro de Estado.

CAPÍTULO III

Da Consultoria Jurídica

Art. 6º A CJ, diretamente subordinada ao Ministro de Estado, tem por finalidade:

I — Emitir pareceres sobre questões jurídicas submetidas ao seu exame pelo Ministro de Estado;

II — Colaborar com o Ministro de Estado, quando solicitada, na elaboração de anteprojetos de leis, decretos e regulamentos;

III — Assessorar o Ministro de Estado em todos os assuntos de natureza jurídica ligados às atividades do MIC.

CAPÍTULO IV

Da Seção de Segurança Nacional

Art. 7º A SSN compete o desempenho das atividades previstas na legislação em vigor, relativamente à segurança nacional no tocante aos assuntos do MIC.

CAPÍTULO V

Da Secretaria da Indústria

Art. 8º A SI, diretamente subordinada ao Ministro de Estado, é o órgão do Ministério incumbido de executar a política industrial, nacional e regional.

Art. 9º A SI compreende:

I — Departamento Nacional da Indústria;

II — Departamento Nacional da Propriedade Industrial.

SEÇÃO I

Do Departamento Nacional da Indústria

Art. 10. O DNI, diretamente subordinado à Secretaria da Indústria, tem por finalidade:

I — Promover o desenvolvimento e a expansão de parque industrial brasileiro;

II — Promover pesquisas e estudos técnicos, relacionados com o desenvolvimento industrial no país e no exterior;

III — Promover o incremento da produtividade da indústria, inclusive através de pesquisas de custos de produção e distribuição;

IV — Promover a execução das medidas de orientação e assistência às indústrias.

Art. 11. — O DNI compreende:

I — Divisão de Orientação e Desenvolvimento (DOD);

II — Divisão de Assistência à Indústria (DAI);

III — Seção de Administração.

SEÇÃO II

Do Departamento Nacional da Propriedade Industrial

Art. 12. O DNPI, diretamente subordinado à Secretaria da Indústria, tem por finalidade:

I — Proteger a propriedade industrial;

II — Promover, quando solicitado, o aproveitamento de invenções, no sentido de aperfeiçoar os meios de trabalho e de produção;

III — Divulgar invenções do interesse do progresso técnico-econômico do País;

IV — Recomendar ao Governo a assinatura, ratificação ou denúncia de convenções ou tratados sobre propriedade industrial.

Art. 13. O DNPI compreende:

I — Divisão de Patentes (DEPt);

II — Divisão de Marcas (DMA);

III — Divisão Jurídica (DJ);

IV — Serviço de Documentação da Propriedade Industrial (SD);

V — Serviço de Recepção, Informações e Expedição (SR);

VI — Serviço de Orientação e Controle (SOr);

VII — Seção de Administração (SA);

Art. 14. De qualquer despacho proferido no Departamento sobre privilégios de invenção, modelos de utilidade, desenhos ou modelos industriais, marcas de indústria ou de comércio, nome comercial, título de estabelecimento, insignia, expressão ou sinal de propaganda, poderá o requerente, ou pessoa que prove legítimo interesse, solicitar ao Diretor-Geral reconsideração do ato, dentro do prazo de trinta (30) dias, contado da data da respectiva publicação no *Diário Oficial*.

Art. 15. Da decisão do Diretor-Geral nos pedidos de reconsideração formulados com base no art. 19, toda pessoa que prove legítimo interesse poderá recorrer ao Ministro da Indústria e do Comércio.

Parágrafo único. O recurso deverá ser apresentado no DNPI, dentro do prazo de trinta (30) dias, contado da data da publicação do ato recorrido.

CAPÍTULO VI

Da Secretaria do Comércio

Art. 16. A Secretaria do Comércio, diretamente subordinada ao Ministro de Estado, é o órgão do Ministério incumbido de executar a política do comércio interno e externo.

Art. 17. A Secretaria do Comércio compreende:

I — Departamento Nacional do Comércio.

II — Departamento Nacional de Registro do Comércio.

III — Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização.
SEÇÃO I

Do Departamento Nacional do Comércio

Art. 18. O DNC, órgão diretamente subordinado à Secretaria do Comércio, tem por finalidade planejar, coordenar e acompanhar a execução das medidas pertinentes às atividades comerciais do País, nos planos interno e externo.

Art. 19. O DNC compreende:

I — Divisão do Comércio Interno (DCI).

II — Divisão do Comércio Exterior (DCE).

III — Divisão de Turismo e Certames (DTC).

IV — Seção de Administração (SA).

SEÇÃO II

Do Departamento Nacional de Registro do Comércio

Art. 20. O DNRC, diretamente subordinado à Secretaria do Comércio, tem por finalidade:

I — Supervisionar, no plano técnico, em todo o território nacional, a execução do registro do comércio e atividades afins;

II — Suprir, no plano administrativo, a ausência ou deficiência daqueles serviços;

III — Organizar cadastro geral dos comerciantes e sociedades mercantis existentes no País;

IV — Processar os pedidos de autorização do Governo Federal formulados pelas sociedades mercantis, quando a lei não conferir essas atribuições a outros órgãos da União;

V — Recomendar a conversão em Lei dos usos e práticas mercantis de caráter nacional, bem como de outras medidas pertinentes à matéria;

VI — Efetuar estudos, reuniões e publicações de assuntos de sua competência.

Art. 21. O DNRC compreende:

I — Divisão de Registro e Cadastro (DRC);

II — Divisão de Orientação e Coordenação (DOC);

III — Seção de Administração (SA);

SEÇÃO III

Do Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização

Art. 22. O DNSPC, diretamente subordinado à Secretaria do Comércio, tem por finalidade:

I — Orientar, fiscalizar e supervisionar, nos termos da legislação em vigor, as operações de seguro privado e capitalização;

II — Amparar os direitos e interesses dos segurados e portadores de títulos;

III — Defender os interesses da Fazenda Nacional relacionados com aquelas operações.

Art. 23. O DNSPC compreende:

Delegacias Regionais de Seguros (DRS);

Assistência Jurídica (AJ);

Seção de Administração (SA).

Art. 24. Ao DNSPC compete a aprovação e fixação das tarifas gerais e taxas especiais de prêmios de seguros privados, ainda que emanadas de órgãos autárquicos e paraestatais.

Art. 25. A fiscalização das operações das empresas de seguros e de capitalização será exercida, em toda a sua plenitude, pelo DNSPC.

CAPÍTULO VII

Do Centro de Estudos Econômicos

Art. 26. O CEE, diretamente subordinado ao Ministro de Estado, é o órgão incumbido de realizar estudos de natureza econômica, relacionados com o fomento da indústria e do comércio, em conexão com os institutos universitários, científicos e técnicos do País.

Art. 27. O CEE compreende:

I — Divisão de Planejamento (DP);

II — Divisão de Processamento de Dados (DPD);

III — Divisão de Estatística Industrial e Comercial (DEIC);

IV — Biblioteca (B).

CAPÍTULO VIII

Do Departamento de Administração

Art. 28. O DA, diretamente subordinado ao Ministro de Estado, é o órgão central de administração geral

do MIC, tendo por finalidade orientar, fiscalizar e executar as atividades relativas a pessoal, material, orçamento, comunicações, transportes e administração de edifícios.

Art. 29. O DA compreende:

- I — Divisão do Pessoal (DP);
- II — Divisão do Material (DM);
- III — Divisão do Orçamento (DO);
- IV — Serviço de Comunicações (SC);
- V — Serviço de Transportes (ST);
- VI — Serviço de Administração de Edifícios (SAE).

CAPÍTULO IX

Do Instituto Nacional de Tecnologia

Art. 30. O INT, diretamente subordinado ao Ministro de Estado, tem por finalidade:

I — Estudar matérias primas e produtos nacionais, visando a sua melhoria e mais ampla utilização;

II — Cooperar para o desenvolvimento da indústria nacional, efetuando ensaios e fornecendo atestados e informações sobre matérias primas, peças, equipamentos e outros produtos manufaturados;

III — Determinar as características dos produtos nacionais similares aos importados, a fim de dar conhecimento das mesmas aos órgãos interessados;

IV — Promover o aperfeiçoamento de técnicos, mediante a realização de cursos sobre assuntos de interesse tecnológicos;

V — Promover a publicação dos trabalhos a fim de torná-los acessíveis a todos os interessados;

VI — Atuar, como órgão consultivo do Governo, no campo da Tecnologia.

Art. 31. O INT compreende:

- Divisão de Química Inorgânica Industrial (DQI);
- Divisão de Química Orgânica Industrial (DQO);
- Divisão de Metalurgia (DMT);
- Divisão de Tecnologia das Construções (DTC);

Divisão de Açúcar e Fermentação (DAF);

Divisão de Textéis e Papel (DTP);
Divisão de Combustíveis, Lubrificantes e Motores térmicos (DCL);

Divisão de Eletricidade (DEL);

Divisão de Cerâmica, Refratários e Vidros (DCV);

Divisão de Borracha e Plásticos (DBP);

Divisão de Física Industrial (DFI);

Divisão de Ensino e Documentação (DE);

Serviço Técnico Auxiliar (STA);

Serviço de Administração (SA);

Art. 32. O Diretor-Geral e os diretores de Divisão do INT serão, obrigatoriamente, diplomados em curso de nível superior de Química, Engenharia ou Física.

CAPÍTULO X

Do Instituto Nacional de Pesos e Medidas

Art. 33. O Instituto Nacional de Pesos e Medidas (INPM), diretamente subordinado ao Ministro de Estado, tem por finalidade promover a execução da legislação metroológica, exercendo todas as atribuições dos órgãos definidos no art. 9.º do Decreto-lei n.º 592, de 4 de agosto de 1938.

Art. 34. Ficam extintas a Comissão de Metrologia, criada pelo Decreto-lei n.º 592, de 4 de agosto de 1938, e a Divisão de Metrologia do Instituto Nacional de Tecnologia, passando suas atribuições para a responsabilidade do INPM.

Art. 35. Será incorporado ao Instituto Nacional de Pesos e Medidas o material metroológico existente nos órgãos mencionados no art. 9.º do Decreto-lei n.º 592, de 4 de agosto de 1938, excetuado aquele pertencente ao Observatório Nacional.

Art. 36. O INPM compreende:

Divisão de Pesos;

Divisão de Medidas;

Seção de Administração.

Art. 37. O Diretor-Geral e os diretores de divisão do INPM serão, obrigatoriamente, diplomados em cursos de nível superior de engenharia ou física.

CAPÍTULO XI

Das Delegacias Estaduais da Indústria e do Comércio (DEIC)

Art. 38. As DEIC, uma em cada Estado da Federação e no Distrito Federal, diretamente subordinadas ao Ministro de Estado, terão por finalidade planejar, coordenar, dirigir e controlar, dentro das respectivas jurisdições, a execução das atividades específicas do MIC, inclusive as relacionadas com seguros privados e capitalização.

§ 1.º As DEIC estarão funcionalmente vinculadas aos órgãos centrais do MIC, em relação aos assuntos de suas respectivas competências.

§ 2.º As DEIC serão estruturadas nos Estados e no Distrito Federal, de acordo com o volume e complexidade dos trabalhos cometidos a cada uma.

Art. 39. O Ministério da Indústria e do Comércio fixará a jurisdição das DEIC, visando a atender às características políticas, econômicas e sociais de cada região e a obter maior facilidade de comunicação entre as sedes.

TÍTULO IV

Do Pessoal

Art. 40. O MIC disporá, inicialmente, do seguinte pessoal:

a) dos servidores a que se refere o art. 9.º § 1.º, da Lei n.º 3.782, de 22 de junho de 1960;

b) dos servidores a que se refere o art. 11, § 2.º, da Lei n.º 3.782, de 22 de julho de 1960.

Art. 41. Ficam criados e incluídos no Quadro do MIC os seguintes cargos:

1 — Secretário-Geral do Ministério da Indústria e do Comércio, 1-C;

1 — Secretário do Comércio 1-C;

1 — Secretário da Indústria, 1-C;

1 — Consultor Jurídico, 2-C;

1 — Diretor-Geral do Departamento Nacional de Comércio, 2-C;

1 — Diretor-Geral do Departamento Nacional da Indústria, 2-C;

1 — Diretor-Geral do Departamento Nacional de Registro do Comércio, 2-C;

1 — Diretor-Geral do Centro de Estudos Econômicos, 2-C;

1 — Diretor-Geral do Departamento de Administração, 2-C;

1 — Diretor-Geral do Instituto Nacional de Pesos e Medidas, 2-C;

19 — Diretor de Divisão, 4-C; Divisão do Comércio Exterior, Divisão do Comércio Interno e Divisão de Turismo e Certames, do Departamento Nacional do Comércio; Divisão de Orientação e Coordenação e Divisão de Registro e Cadastro, do Departamento Nacional de Registro do Comércio; Divisão de Assistência à Indústria e Divisão de Orientação e Desenvolvimento do Departamento Nacional de Indústria; Divisão de Planejamento, Divisão de Estatística Industrial e Comercial e Divisão de Processamento de Dados, do Centro de Estudos Econômicos; Divisão do Pessoal, Divisão do Material e Divisão do Orçamento, do Departamento de Administração; Divisão de Cerâmica, Refratários e Vidros, Divisão de Borracha e Plásticos, Divisão de Ensino e Documentação e Divisão de Física Industrial, do Instituto Nacional de Tecnologia; Divisão de Pesos e Divisão de Medidas, do Instituto Nacional de Pesos e Medidas);

8 — Diretor de Serviço, 5-C (Serviço de Documentação da Propriedade Industrial, Serviço de Recepção, Informações e Expedição e Serviço de Orientação e Controle, do Departamento Nacional da Propriedade Industrial; Serviço de Comunicações, Serviço de Administração de Edifícios e Serviço de Transportes, do Departamento de Administração; Serviço Técnico Auxiliar e Serviço de Administração, do Instituto Nacional de Tecnologia;

22 — Delegado Regional de Indústria e Comércio, 5-C;

2 — Delegado Regional de Seguros, 5-C;

Parágrafo único. O Secretário-Geral do Ministério da Indústria e do Comércio assessorará o Ministro de Estado no exame e despacho dos negócios referentes à Indústria e ao Comércio, pelo que coordenará as atividades do MIC nestes dois setores em ligação com outros órgãos, inclusive as entidades jurisdicionais, competindo-lhe ainda a Administração geral da Secretaria de Estado.

Art. 42. Fica alterada a denominação dos seguintes cargos constantes do Anexo II, item I-B, Direção Intermediária, da Lei n.º 3.780, de 12 de julho de 1960.

Denominação Antiga

Diretor da Divisão de Privilégios, do DNPI;

Diretor da Divisão de Combustíveis Industriais e Motores Térmicos, do INT;

Diretor da Divisão de Eletricidade e Medidas Elétricas, do INT;

Diretor da Divisão de Indústrias de Construção, do INT;

Diretor da Divisão de Indústria de Fermentação, do INT;

Diretor da Divisão de Indústrias Químicas Inorgânicas, do INT;

Diretor da Divisão de Indústrias Química Orgânica, do INT;

Diretor da Divisão de Indústrias Textéis, do INT;

Diretor da Divisão de Indústrias Metalúrgicas, do INT;

Denominação Atual

Diretor da Divisão de Patentes, do DNPI;

Diretor da Divisão de Combustíveis, Lubrificantes e Motores Térmicos, do INT;

Diretor da Divisão de Eletricidade, do INT;

Diretor da Divisão de Tecnologia das Construções, do INT;

Diretor da Divisão de Açúcar e Fermentação, do INT;

Diretor da Divisão de Química Inorgânica Industrial, do INT;

Diretor da Divisão de Química Industrial, do INT;

Diretor da Divisão de Textéis e Papel, do INT;

Diretor da Divisão de Metalurgia, do INT;

Art. 43. Ficam alterados os padrões de vencimentos do Diretor-Geral do Instituto Nacional de Tecnologia e dos (seis) 6 Delegados Regionais de Seguros do Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização,

constantes do Anexo II, item I, A e B, da Lei n.º 3.780, de 12 de julho de 1960, de 3-C e 7-C para 2-C e 5-C, respectivamente.

Art. 44. Ficam extintos os cargos seguintes, constantes do Anexo II, item I, A e B, da Lei n.º 3.780, de 12 de julho de 1960:

1 — Diretor-Geral do Departamento Nacional de Indústria e Comércio, 2-C;

1 — Diretor da Divisão de Metrologia, 4-C;

1 — Diretor da Divisão de Expansão Econômica, do DNIC, 4-C;

1 — Diretor da Divisão de Cadastro e Fiscalização, do DNIC, 4-C;

1 — Diretor da Divisão de Registro do Comércio, 4-C.

Parágrafo único. Ficam extintas as seguintes funções gratificadas criadas respectivamente, pelos Decretos-leis ns. 2.680, de 7 de outubro de 1940, e 7.753, de 17 de julho de 1945;

1 — Secretário do Conselho de Recursos da Propriedade Industrial, símbolo FG-4;

1 — Administrador da Galeria Getúlio Vargas, símbolo FG-6.

TÍTULO V

Disposições Gerais

Art. 45. A Comissão Executiva de Defesa da Borracha, criada pelo Lei n.º 86, de 8 de setembro de 1947 e transferida para a jurisdição do MIC nos termos da Lei n.º 3.782, de 22 de julho de 1960, é constituída de três (3) membros, sendo um representante do Banco de Crédito da Amazônia, um dos produtores e um da indústria manufatureira, sob a presidência do Ministro da Indústria e do Comércio.

Parágrafo único. Os membros da Comissão a que se refere este artigo serão nomeados pelo Presidente da República, com o referendo do Presidente do Conselho de Ministros e do Ministro da Indústria e do Comércio e mediante proposta deste, devendo os representantes das indústrias extrativas e manufatureira ser indicados pelos respectivos órgãos de classe.

Art. 46. Cabe ao Ministério da Indústria e do Comércio, por indicação do Ministro de Estado, a representa-

ção que o antigo M. T. I. C. e outras Secretarias de Estado mantêm junto aos órgãos Deliberativos, Consultivos e Fiscais das entidades da jurisdição do MIC, nos termos do artigo 4.º da Lei n.º 3.782, de 22-7-60.

Art. 47. O MIC terá representante no Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, na Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil e no Conselho de Política Aduaneira.

Art. 48. Com a extinção da Divisão de Registro de Comércio e da Divisão de Cadastro e Fiscalização, do antigo Departamento Nacional da Indústria e Comércio, suas atividades passam a ser exercidas pela Divisão de Registro e Cadastro, do Departamento Nacional de Registro de Comércio.

Art. 49. Enquanto a Lei não dispuser sobre as Juntas Comerciais, nos termos do art. 5.º — XV — letras a e c da Constituição, as atividades pertinentes ao Regimento de Comércio e afins serão exercidas pela Divisão de Registro de Cadastro, no Distrito Federal e no Estado da Guanabara.

Parágrafo único. A execução dos Serviços previstos neste artigo obedecerá, no que couber, às normas legais ou regulamentares em vigor no antigo Distrito Federal.

Art. 50. Fica extinto o Conselho de Recursos da Propriedade Industrial, criado pelo Decreto n.º 24.670, de 11 de julho de 1934, e reorganizado pelo Decreto-lei n.º 8.935, de 26 de janeiro de 1946.

Parágrafo único. Os recursos que, até a data da publicação desta Lei, ainda se encontrarem pendentes de julgamento pelo Conselho ora extinto, serão devolvidos do DNPI, cumprindo ao respectivo Diretor-Geral encaminhá-los, devidamente informados, à decisão do Ministro de Estado, que poderá delegar essa competência ao Secretário da Indústria.

Art. 51. Com a extinção da Comissão permanente de Exposição e Feiras, criada pelo Decreto n.º 24.163, de 24 de abril de 1954, suas atribuições e acervo passam à responsabilidade da Divisão de Turismo e Certames.

Art. 52. A Seção do Comércio e Indústria do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, criada pelo Decreto-lei n.º 6.701, de 17 de julho de 1944, fica transferida, com seu pessoal e equipamento, para a Divisão de Estatística Industrial e Comercial do Ministério da Indústria e Comércio.

Art. 53. O Ministro de Estado convocará reuniões ordinárias periódicas dos dirigentes dos órgãos centrais do MIC, com finalidade de promover a coordenação das atividades administrativas, no âmbito do Ministério.

§ 1.º — Para tais reuniões poderá ser convocado qualquer Delegado Regional cuja presença possa contribuir para o esclarecimento de problemas ou assuntos a serem debatidos.

§ 2.º — As autoridades a que se refere este artigo poderão ser assessoradas, nas reuniões, por qualquer de seus subordinados imediatos.

Art. 54. Anualmente precedendo à elaboração da proposta orçamentária do MIC, o Ministro de Estado convocará reuniões especiais dos dirigentes a ele subordinados com a finalidade de discutir os planos de trabalho de cada órgão, garantir sua coordenação e traçar as diretrizes para a elaboração da proposta orçamentária.

Art. 55. Ficam revogados os dispositivos de Lei que se refiram especificamente a:

a) estrutura dos órgãos da administração direta transferidos para o âmbito do MIC;

b) criação de funções gratificadas nesses mesmos órgãos.

Art. 56. As entidades incluídas na jurisdição do MIC pela Lei n.º 3.782, de 22 de julho de 1960, que estiverem sujeitas ao controle do Tribunal de Contas da União, deverão apresentar, anualmente, as respectivas prestações de contas, a fim de que, depois de examinadas pelos órgãos competentes do MIC, sejam encaminhadas àquele Tribunal.

Art. 57. Fica criada, junto ao MIC, uma Contadoria Seccional da Contadoria Geral da República, sujeita ao regime previsto na Lei n.º 1.520, de 27 de dezembro de 1951, e nos demais atos complementares.

Art. 58. Ficam criados dois (2) cargos de Assessor Parlamentar, equiparados aos Assistentes Jurídicos, com a função específica de tratar dos assuntos de interesse do Ministério junto ao Congresso Nacional, e, mediante o que for determinado pelo Ministro de Estado, colaborar na feitura do que trata o item 11 do art. 6.º.

§ 1.º O provimento inicial dos cargos a que se refere este artigo se fará preferencialmente, com o aproveita-

mento dos que por portaria ministerial já venham exercendo essas funções, com direitos de estabilidade que a lei lhes haja assegurado em outros cargos efetivos que porventura estiverem exercendo.

§ 2.º Para Assessores Parlamentares, de provimento efetivo, exigir-se-á título de bacharel em Direito ou Ciências Econômicas.

§ 3.º Na conformidade das necessidades de serviço, poderá o Ministro de Estado, mediante portaria, contratar para as referidas funções, num prazo nunca superior a quatro (4) anos, pessoas qualificadas, que satisfaçam os requisitos gerais para a investidura no serviço público e que provem experiência nos assuntos parlamentares.

Art. 59. O Poder Executivo aprovará, no prazo de noventa dias a contar da publicação desta Lei, o Regulamento do MIC e os Regimentos de seus órgãos integrantes.

Art. 60. Enquanto o Poder Executivo não criar as funções gratificadas, decorrentes da aprovação dos novos Regimentos dos órgãos do MIC, serão mantidas, com a denominação e símbolos anteriormente em vigor, as existentes na data da publicação da presente lei.

Art. 61. O Presidente da República com o referendo do Presidente do Conselho de Ministros e do Ministro da Indústria e do Comércio, e mediante proposta circunstanciada deste, poderá transferir para os quadros de outros Ministérios ou órgãos subordina-

dos à Presidência da República parte do pessoal a que se refere o art. 11 § 2.º, da Lei n.º 3.782, de 22 de julho de 1960.

Art. 62. Enquanto não fôr resolvida a situação da Junta de Corretores de Mercadorias do Estado da Guanabara, regulamentada pelo Decreto n.º 20.881, de 30 de dezembro de 1931, continuará a mesma executando suas atribuições normais, subordinadas ao DNRC.

Art. 63. Vetado.

Art. 64. Fica aberto, no Ministério da Indústria e do Comércio, o crédito especial de cento e cinquenta milhões de cruzeiros (Cr\$ 150.000.000,00) para fazer face a despesas de material permanente, de consumo, instalações, serviços de terceiros, custeios de qualquer espécie e do pessoal, inclusive vencimentos, gratificações adicionais, de representação e de função, salário família, diárias e ajudas de custo e outras que se tornem necessárias.

Art. 65. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de dezembro de 1961; 140ª da Independência e 73ª da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Ulysses Guimarães

Walther Moreira Salles

EMENTÁRIO

Leis e decretos publicados nos
volumes I e II, de 1962, desta
coleção, classificados pela or-
dem alfabética dos assuntos

EMENTÁRIO

A

AÇOS FINOS PIRATINI S. A.

Abre pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros) para o fim que especifica.

Decreto n.º 709 — de 15 de março de 1962.

AÇUDES

Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 1.200.000.000,00 para a reconstrução da barragem de Orós, no Estado do Ceará, e da outras providências.

Lei n.º 4.014 — de 16 de dezembro de 1961.

ADITIVOS QUÍMICOS

Introduz modificações no decreto número 50.040, de 21 de janeiro de 1961.

Decreto n.º 691 — de 13 de março de 1962.

ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO

Altera e retifica o sistema de classificação de cargos da Administração do Porto do Rio de Janeiro, aprovado pelo Decreto n.º 51.335, de 4 de outubro de 1961 e dá outras providências.

Decreto n.º 51.403 — de 5 de fevereiro de 1962.

AERONAUTICA

Acrescenta §§ ao Art. 18 do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto n.º 8.401, de 16 de dezembro de 1941 e alterado pelo Decreto n.º 47.980, de 2 de abril de 1960.

(* Decreto n.º 365 — de 15 de dezembro de 1961.

— *Aprova o Regulamento do Estado-Maior da Aeronáutica.*

Decreto n.º 536 — de 23 de janeiro de 1962.

— *Altera redação do artigo 4.º do Decreto n.º 24.749, de 5 de abril de 1948 e dá outras providências.*

Decreto n.º 604 — de 12 de fevereiro de 1962.

— *Altera o posto para as funções de Diretor da Fábrica, do Galeão e dos Parques de Aeronáutica de São Paulo e dos Afonsos.*

Decreto n.º 626 — de 28 de fevereiro de 1962.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, os terrenos que mencionam, situados em Canóas, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 642 — de 2 de março de 1962.

AERONAVES

Constitui Grupo de Trabalho em caráter permanente para estudo dos pedidos de importação ou de exportação de aeronaves ou de seus pertences destinados ao reequipamento das empresas aéreas nacionais.

Decreto n.º 746 — de 19 de março de 1962.

AERONAVES

— *Torna públicas ratificações e adesões, por parte de diversos países, a Convenção relativa ao reconhecimento internacional de direitos sobre aeronaves, concluída em Genebra, a 19 de julho de 1948.*

Decreto n.º 51.406 — de 13 de fevereiro de 1962.

— *Torna pública a adesão, por parte da República do Mali, à Convenção Internacional para a Unificação de certas Regras relativas ao Sequestro Preventivo de Aeronaves, concluída em Roma, a 29 de maio de 1933.*

Decreto n.º 51.426 — de 8 de março de 1962.

AGRICULTURA

Modifica o Regulamento baixado com Decreto n.º 5.739, de 29 de maio de 1940, e dá outras providências.

Decreto n.º 591 — de 6 de fevereiro de 1962.

ÁGUA MINERAL

Autoriza o cidadão brasileiro Ave-lino Esteves a lavar água mineral no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 462 — de 5 de janeiro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Oscar Schneider a pesquisar água mineral, no município de Rio Claro, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 473 — de 5 de janeiro de 1962.

— *Renova a autorização contida no decreto n.º 45.309, de 27 de janeiro de 1959.*

Decreto n.º 722 — de 18 de março de 1962.

ÁGUA SUBTERRÂNEA

Autoriza a constituição de um Grupo de Trabalho no Ministério das Minas e Energia destinado a estudar e programar o aproveitamento de água subterrânea.

Retificação

Decreto n.º 228 — de 27 de novembro de 1961.

AGUAS PÚBLICAS

Ver, também, o nome do Estado a cujo domínio se submetem.

ALGODÃO

Aprova o Regulamento da Junta Nacional do Algodão (JUNAL), criada pelo Decreto n.º 51.184, de 11 de agosto de 1961.

Decreto n.º 509 — de 17 de janeiro de 1962.

AMAZONIA

Dispõe sobre a aplicação de crédito especial aberto pelo Decreto número 420, de 26 de dezembro de 1961.

Decreto n.º 499 — de 15 de janeiro de 1962.

AMENDOIM

Aprova as novas especificações para a classificação e fiscalização da exportação do amendoim, visando a sua padronização.

Decreto n.º 590, de 6 de fevereiro de 1962.

APÓLICES DA DÍVIDA PÚBLICA

Autoriza o Ministério da Fazenda a emitir apólice da Dívida Pública, para pagamento da dívida do Tesouro Nacional à Previdência Social.

Decreto n.º 542-A, de 24 de janeiro de 1962.

AREIA

Autoriza o cidadão brasileiro Silvío de Castro a pesquisar calcário, argila e areia, no município de Planaltina, Estado de Goiás.

Decreto n.º 667, de 8 de março de 1962.

ARGILA

Autoriza o cidadão brasileiro Silvío de Castro a pesquisar calcário, argila e areia, no município de Planaltina, Estado de Goiás.

Decreto n.º 667, de 8 de março de 1962.

ARMAZENS E SILOS

*Autoriza a Superintendência de Arma-
zéns e Silos, do Ministério da Agri-
cultura, a aceitar doação de terrenos.*

Decreto nº 586, de 6 de fevereiro
de 1962.

ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO

*Altera a redação do art. 2.º do De-
creto nº 318, de 7 de dezembro de
1961, do Presidente do Conselho de
Ministros, que cria uma Delegação
Permanente do Brasil junto à Asso-
ciação Latino-Americana de Livre
Comércio.*

Decreto nº 584, de 6 de fevereiro
de 1962.

*... Cria a Divisão da Associação
Latino-Americana de Livre Comércio
(DALAEC).*

Decreto nº 606, de 13 de fevereiro
de 1962.

AUXILIADORA PREDIAL S. A.

*Aprovação de aumentos de capital
e de reforma estatutária da Auxilia-
dora Predial S. A.*

Decreto nº 51.380, de 21 de dezem-
bro de 1961.

AUXÍLIOS E FINANCIAMENTOS INTERNACIONAIS

*Institui Comissão de Coordenação
de Auxílios e Financiamento Interna-
cionais para Educação.*

Decreto nº 806, de 30 de março de
1962.

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

*Concede subvenção às Universida-
des equiparadas, mantidas por Insti-
tuições de caráter privado.*

Lei nº 4.026, de 20 de dezembro
de 1961.

*— Autoriza o Poder Executivo a
conceder um auxílio de Cr\$
10.000.000,00 ao Hospital dos Sindi-
catos Reunidos de Caxias do Sul, no
Rio Grande do Sul, e dá outras pro-
vidências.*

Lei nº 4.028, de 20 de dezembro
de 1961.

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

*— Autoriza o Poder Executivo a
abrir pelo Ministério da Saúde, o cré-
dito especial de Cr\$ 15.000.000,00, des-
tinado à construção de um hospital
na cidade de Maués, Estado do Ama-
zonas.*

Lei nº 4.034, de 20 de dezembro
de 1961.

*— Autoriza o Poder Executivo a
abrir, pelo Ministério da Educação e
Cultura, o crédito especial de Cr\$..
5.000.000,00, para a conclusão das
obras do edifício-sede da Associação
Pieuense de Medicina, em Teresina.*

Lei nº 4.038, de 20 de dezembro
de 1961.

*— Autoriza o Poder Executivo a
abrir, pelo Ministério da Saúde, o
crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00,
destinado à construção de uma ma-
ternidade no bairro de São Raimun-
do, na Cidade de Manaus, Estado do
Amazonas.*

Lei nº 4.045, de 31 de dezembro
de 1961.

*— Abre, pelo Ministério da Fazen-
da, o crédito extraordinário de Cr\$
100.000.000,00, para o fim que espe-
cifica.*

Decreto nº 445, de 3 de janeiro
de 1962.

AVIAÇÃO CIVIL

*Determina a observância, no Brasil
das Normas e Recomendações cons-
tantes do Anexo 9 à Convenção de
Aviação Civil Internacional, que dis-
põe sobre a facilitação dos Trans-
portes Aéreos.*

Reproduzido: Decreto nº 225, de 24
de novembro de 1961.

*— Promulga o Protocolo relativo a
uma emenda dos arts. 48 (a), 49 (e)
e 61 da Convenção de Aviação Civil
Internacional, concluído em Montreal,
a 14 de junho de 1954.*

Decreto nº 51.424, de 8 de março
de 1962.

*— Promulga o Protocolo relativo a
uma emenda ao art. 45 da Convenção
sobre Aviação Civil Internacional,
concluído em Montreal, a 14 de junho
de 1954.*

Decreto nº 51.425, de 8 de março
de 1962.

B**BANCO DA PRODUÇÃO DO
ESTADO DE ALAGOAS S. A.**

— *Autoriza a subscrição pública de ações para constituição do capital do Banco da Produção do Estado de Alagoas S. A.*

Decreto n.º 51.414, de 23 de fevereiro de 1962.

**BANCO DE CRÉDITO REAL DE
MINAS GERAIS S. A.**

Aprova o aumento de capital e a reforma estatutária do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S. A.

Decreto n.º 312, de 2 de abril de 1962.

**BANCO DO ESTADO DE SÃO
PAULO S. A.**

Aprova o aumento de capital e a reforma estatutária promovida pelo Banco do Estado de São Paulo S. A., bem como prorroga o prazo da concessão para funcionar.

Decreto n.º 51.438, de 30 de março de 1962.

**BANCO DO NORDESTE DO
BRASIL S. A.**

Autoriza o Ministério da Fazenda a dar a garantia do Tesouro Nacional às operações de crédito a serem realizadas pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE — e pelo Banco do Nordeste do Brasil S. A. com o Banco Interamericano de Desenvolvimento ou outras entidades internacionais de crédito, para financiamento de projetos integrantes do Plano Quinquenal da SUDENE, nos setores de Abastecimento d'água, Serviços de Esgoto, Energia Elétrica, Sistema de Transportes, Habitação Popular, Colonização e Povoamento, Educação e Outros.

Decreto n.º 595 — De 8 de fevereiro de 1962.

BANCO HOLANDES UNIDO S. A.

Autoriza a instalação de Agências do Banco Holandês Unido S. A.

Decreto n.º 51.390 — De 5 de janeiro de 1962.

— *Aprova o aumento de capital do Banco Holandês Unido S. A., com sede em Amsterdam, Holanda, para as operações no Brasil.*

Decreto n.º 51.433-A — De 20 de março de 1962.

**BANCO INTERAMERICANO
DO DESENVOLVIMENTO**

Retoga o art. 2º do Decreto número 51.339, de 27 de outubro de 1961 e dá outras providências.

Decreto n.º 599 — De 8 de fevereiro de 1962.

**BANCO NACIONAL DO
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO**

Define os serviços de telecomunicações como indústria básica e dá outras providências.

Decreto n.º 640 — De 2 de março de 1962.

— *Autoriza o Ministro da Fazenda a assinar termo aditivo em nome da União Federal, como interveniente, a contratos celebrados entre o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e a Rede Ferroviária Federal S. A., para os fins que especifica.*

Decreto n.º 775 — De 23 de março de 1962.

**BANK OF LONDON SOUTH
AMERICA LIMITED**

Concede à sociedade estrangeira Bank of London & South America Limited autorização para aumentar o seu capital.

Decreto n.º 51.387 — De 4 de janeiro de 1962.

BARÃO DO RIO BRANCO

Dispõe sobre comemoração do cinquentenário da morte do Barão do Rio Branco, e dá outras providências.

Decreto n.º 497 — De 12 de janeiro de 1962.

BATATA — SEMENTE

Altera o art. 53 do Decreto nº 45.105, de 23 de dezembro de 1958.

Decreto nº 537 — De 23 de janeiro de 1962.

BENS MÓVEIS DA UNIÃO

Cria Grupo de Trabalho para elaborar projeto de normas reguladoras aos inventários dos bens móveis da União.

Decreto nº 805 — De 30 de março de 1962.

BORBOREMA — COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alteração introduzida nos Estatutos de Borborema — Companhia de Seguros Gerais.

Decreto nº 77 — De 24 de outubro de 1962.

Retificação

BRASIL — COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações, inclusive aumento de capital e extensão ao Ramo Vida, introduzidas nos Estatutos da Brasil — Companhia de Seguros Gerais.

Decreto nº 232 — De 27 de novembro de 1961.

C

CACAU

Altera dispositivos do Regulamento Geral — Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacauera, baixado pelo Decreto nº 41.243, de 3 de abril de 1957.

Decreto nº 539 — De 23 de janeiro de 1962.

CAFÉ

Constitui Comissão Interministerial com a incumbência de examinar ante-projeto de acordo internacional do café.

Decreto nº 601 — De 9 de fevereiro de 1962.

CAFECULTURA

Modifica o Decreto nº 79, de 26 de outubro de 1961.

Decreto nº 808 — De 30 de março de 1962.

CAIRU — COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos de Cairu — Companhia de Seguros Gerais.

Decreto nº 404 — De 21 de dezembro de 1961.

CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS

— Torna sem efeito o Decreto número 50.576, de 10 de maio de 1961.

Decreto nº 51.434 — De 21 de março de 1962.

Dispõe sobre os quadros de pessoal das Caixas Econômicas Federais e dá outras providências.

Decreto nº 51.364 — De 1 de dezembro de 1961.

CALCÁRIO

Autoriza a Usina Itaquara de Açúcar e Alcool S. A. a lavar calcário no Município de Jacui, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 455 — De 4 de janeiro de 1962.

— Renova a autorização conferida pelo Decreto nº 44.557, de 25 de setembro de 1958.

Decreto nº 468 — De 5 de janeiro de 1962.

— Autoriza a Cia. de Mineração São Mateus a pesquisar calcário no município de Itararé, Estado de São Paulo.

Decreto nº 510 — De 13 de janeiro de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro Sílvio de Castro a pesquisar calcário, argila e areia, no município de Planaltina, Estado de Goiás.

Decreto nº 667 — De 8 de março de 1962.

CALCÁRIO

— Autoriza a Companhia Paulista de Mineração a pesquisar calcário, dolomita, magnesita e talco, no município de Santo Sé, Estado da Bahia.

Decreto nº 710 — De 16 de março de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro José Raminelli a pesquisar calcário, no município de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 711 — De 16 de março de 1962.

**COMPANHIA NACIONAL DE
PREVENÇÃO DE ACIDENTES**

Institui a Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes.

Decreto nº 811 — De 30 de março de 1962.

CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS

Torna públicas as ratificações, por parte de diversos países, da Carta das Nações Unidas.

Decreto nº 51.408 — De 13 de fevereiro de 1962.

CARVÃO

Consolida as dívidas das empresas ministradoras de carvão nacional junto aos órgãos de previdência social, e dá outras providências.

Decreto nº 639 — De 1 de março de 1962.

CAULIM

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Tosato a lavrar caulim no município de Campo Largo, Estado do Paraná.

Decreto nº 561 — De 2 de fevereiro de 1962.

— Autoriza Pegmatito — Indústria Extrativa de Minérios Ltda., a pesquisar mica, caulim e feldspato no município de Mercês, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 579 — De 5 de fevereiro de 1962.

CAULIM

— Autoriza o cidadão brasileiro Joseph Nigri a pesquisar caulim no município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 712 — De 16 de março de 1962.

CEARÁ RADIO CLUBE S. A.

Isenta dos impostos de importação e de consumo materiais a serem importados pela Ceará Rádio Clube S. A. para instalação de estação completa de televisão, em Fortaleza, Estado do Ceará.

Lei nº 4.022 — De 20 de dezembro de 1961.

**CENTRAIS ELÉTRICAS DE
MINAS GERAIS S. A.**

Autoriza Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. a constituir hipoteca a favor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Decreto nº 646 — De 7 de março de 1962.

**CENTRAIS ELÉTRICAS MATO-
GROSSEENSES S. A.**

Autoriza a Centrais Elétricas Matogrossense S. A. a constituir garantia hipotecária dos seus bens em favor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Decreto nº 679 — De 8 de março de 1962.

**CENTRO DE ESTUDOS
ECONÔMICOS**

Aprova os Regimentos da Secretaria Geral, do Centro de Estudos Econômicos, do Instituto Nacional de Tecnologia, do Instituto Nacional de Pesos e Medidas, do Departamento de Administração, e das Delegações Estaduais do Ministério da Indústria e do Comércio.

Decreto nº 533 — De 23 de janeiro de 1962.

CHARLES OF THE RITZ INC.

Revoga o Decreto que concedeu à sociedade econômica Charles of the Ritz Inc. autorização para funcionar na República.

Decreto nº 545 — De 31 de janeiro de 1962.

CHARUTOS

Institui Grupo de Trabalho para proceder completo levantamento das necessidades da indústria de charutos e propôr medidas para a solução dos seus problemas.

Decreto nº 750 — De 19 de março de 1962.

CIMENTO PORTLAND PAINS SOCIEDADE ANÔNIMA

Concede à Cimento Portland Pains S. A., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 541 — De 24 de janeiro de 1962.

CINEMA

Prorroga a entrada em vigor dos artigos 1º a 4º do Decreto nº 50.450, de 12 de abril de 1961.

Decreto nº 446 — De 3 de janeiro de 1962.

— *Revoga o Decreto nº 50.450, de 12 de abril de 1961, que regula a projeção de películas cinematográficas e a propaganda comercial através das emissoras de televisão e institui novas normas que passarão a regular a mesma matéria.*

Decreto nº 544 — De 31 de janeiro de 1962.

— *Altera a redação do art. 3º, § 3º, do Decreto nº 544, de 31 de janeiro de 1962, que regula a projeção de películas cinematográficas e a propaganda comercial, através das emissoras de televisão.*

Decreto nº 697 — De 15 de março de 1962.

CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

Torna extensivas aos servidores das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais disposições das Leis números 3.780 e 3.826, de 1960 e dá outras providências.

Lei nº 4.049 — De 23 de fevereiro de 1962.

— *Altera dispositivos do Decreto nº 51.341, de 23 de outubro de 1961, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.348 — De 17 de novembro de 1961.

CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

— *Aprova o sistema de classificação de cargos da Universidade do Recife, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.352, de 23 de novembro de 1961.

— *Aprova o sistema de classificação de Cargos da Universidade do Paraná e dá outras providências.*

Decreto nº 51.356, de 24 de novembro de 1961.

— *Aprova o sistema de classificação de cargos da Universidade Rural de Pernambuco, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.357, de 24 de novembro de 1961.

— *Aprova o sistema de classificação de cargos da Comissão de Marinha Mercante e dá outras providências.*

Decreto nº 51.358, de 24 de novembro de 1961.

— *Aprova o sistema de classificação de cargos da Universidade de Minas Gerais, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.359, de 24 de novembro de 1961.

— *Aprova o sistema de classificação de cargos da Universidade do Pará e dá outras providências.*

Decreto nº 51.360, de 24 de novembro de 1961.

— *Aprova o sistema de classificação de cargos do Tribunal Marítimo e dá outras providências.*

Decreto nº 51.361, de 29 de novembro de 1961.

— *Aprova o sistema de classificação de cargos da Universidade do Brasil, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.366, de 6 de dezembro de 1961.

— *Aprova o sistema de classificação de cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargos, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.371, de 13 de dezembro de 1961.

CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

— *Retifica o Decreto nº 50.618, de 18 de maio de 1961, que aprova o enquadramento do Conselho Coordenador do Abastecimento e dá outras providências.*

Decreto nº 51.381, de 2 de janeiro de 1962.

— *Altera Dispositivos do Decreto nº 51.351, de 23 de novembro de 1961, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.398, de 30 de janeiro de 1962. (Suplemento)

— *Retifica o Decreto nº 51.554, de 26 de julho de 1961.*

Decreto nº 51.400, de 1 de fevereiro de 1962.

— *Altera e retifica o sistema de classificação de cargos da Administração do Porto do Rio de Janeiro, aprovado pelo Decreto nº 51.335, de 4 de outubro de 1961 e dá outras providências.*

Decreto nº 51.403, de 5 de fevereiro de 1962.

— *Retifica o enquadramento dos cargos e funções do Departamento Administrativo do Serviço Público.*

Decreto nº 51.417, de 23 de fevereiro de 1962.

CLUBE NAVAL

Altera a redação da alínea b), do art. 7º, do Regulamento das Operações Imobiliárias da Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Naval

Decreto nº 447, de 4 de janeiro de 1962.

COFAP

Ver: Comissão Federal de Abastecimento e Preços.

COLONIAL — COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS

Aprova alteração estatutária da Colonial-Companhia Nacional de Seguros Gerais relativa a aumento do capital social.

Decreto nº 53, de 18 de outubro de 1961.

COLÚMBIA — COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS DE VIDA E RAMOS ELEMENTARES

Aprova alterações, inclusive aumento do capital social, introduzidas aos Estatutos da Colúmbia Companhia Nacional de Seguros de Vida e Ramos Elementares.

Decreto nº 748, de 19 de março de 1962.

COMERCIAL DO PARÁ SEGUROS MARÍTIMOS E TERRESTRES

Aprova alteração introduzida nos Estatutos de Comercial do Pará Seguros Marítimos e Terrestres.

Decreto nº 448, de 29 de dezembro de 1961.

COMISSÃO BRASILEIRA DE TURISMO (COMBRATUR)

Extingue a Comissão Brasileira de Turismo (Combratur).

Decreto nº 572, de 5 de fevereiro de 1962.

COMISSÃO DE MARINHA MERCANTE

Aprova o sistema de classificação de cargos da Comissão de Marinha Mercante e dá outras providências.

Decreto nº 51.358 — de 24 de novembro de 1961.

COMISSÃO DE REVENDA DE MATERIAL AGROPECUARIO

Altera dispositivos do Decreto número 61, de 19 de outubro de 1961, que instituiu a Comissão de Revenda de Material Agropecuário (C. R. M. A.).

Decreto nº 766 — de 21 de março de 1962.

COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 450.000.000,00, para reequipamento da navegação do Rio São Francisco, e dá outras providências.

Lei nº 4.025 — de 20 de dezembro de 1961.

COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, a área de 23 hectares, com todos os seus pertences, de propriedade do Dr. José Seabra de Lemos, em Barreiras, no Estado da Bahia.*

Decreto nº 558 — de 2 de fevereiro de 1962.

COMISSÃO EXECUTIVA DA RODÓVIA BELÉM-BRASILIA (RODIBRAS)

Reorganiza a Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília (Rodobras), por cumprimento da Lei nº 3.974, de 25 de outubro de 1961, dispõe sobre o seu funcionamento e dá outras providências.

Decreto nº 628 — de 23 de fevereiro de 1962.

COMISSÃO FEDERAL DE ABASTECIMENTO E PREÇOS

Institui o Grupo de Trabalho para examinar e rever os quadros do pessoal da COFAP.

Decreto nº 51.396 — de 24 de janeiro de 1962.

COMISSÃO MISTA FERROVIÁRIA BRASILEIRO-BOLIVIANA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 202.525.600,00, para atender ao pagamento das despesas de pessoal e obras a cargo da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana.

Lei nº 4.013 — de 16 de dezembro de 1961.

COMISSÃO NACIONAL DE HABITAÇÃO

Altera dispositivos do Decreto número 209, de 23 de novembro de 1961.

Decreto nº 800 — de 30 de março de 1962.

COMISSÃO SUPERVISORA DO PLANO DOS INSTITUTOS (COSVPI)

Altera a redação do art. 2º do Decreto nº 49.855, de 28 de novembro de 1960, e dá outras providências.

Decreto nº 51.405 — de 6 de fevereiro de 1962.

COMISSÕES

Constitui Comissão Interministerial com a incumbência de examinar anteprojeto de acordo internacional do café.

Decreto nº 601 — de 9 de fevereiro de 1962.

— *Determina a presença de médicos na Comissão a Seleção de Imigrantes na Europa.*

Decreto nº 629 — de 26 de fevereiro de 1962.

— *Prorroga o prazo de funcionamento da Comissão a que se refere o Decreto nº 51.044, de 25 de julho de 1961.*

Decreto nº 632 — de 13 de março de 1962.

— *Declara o Serviço Técnico de Análises e Planejamento do Ministério das Relações Exteriores órgão auxiliar da Comissão Nacional de Planejamento.*

Decreto nº 695 — de 14 de março de 1962.

— *Cria a Comissão de Programação Financeira e dá outras providências.*

Decreto nº 764-A — de 20 de março de 1962.

— *Institui Comissão de Coordenação de Auxílios e Financiamento Internacional para Educação.*

Decreto nº 806 — de 30 de março de 1962.

COMPANHIA AMERICANA DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Americana de Seguros.

Decreto nº 407 — de 21 de dezembro de 1961.

COMPANHIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA S. A.

Concede à Companhia de Ferro Ligas da Bahia S. A., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 574 — de 5 de fevereiro de 1962.

COMPANHIA DE SEGUROS ARGOS FLUMINENSE

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Companhia de Seguros Argos Fluminense.

Decreto nº 402 — de 21 de dezembro de 1961.

COMPANHIA DE SEGUROS DA BAHIA

Aprova alterações, inclusive aumento do capital social, nos estatutos da Companhia de Seguros da Bahia.

(*) Decreto nº 414 — de 22 de dezembro de 1961.

COMPANHIA LUZ E FÔRÇA TATUI

Dispensa o Major Engenheiro Eletricista Antônio Dias Guimarães, das funções de Interventor Administrativo da Companhia Luz e Fôrça Tatui.

Decreto nº 492 — de 10 de janeiro de 1962.

— Designa Interventor administrativo na concessão da Companhia Luz e Fôrça Tatui, o engenheiro Dagmar Mallet de Andrade.

Decreto nº 493 — de 10 de janeiro de 1962.

COMPANHIA PAULISTA DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas, inclusive aumento do capital social, nos Estatutos da Companhia Paulista de Seguros.

(*) Decreto nº 231, de 27 de novembro de 1961.

COMPANHIA SIDERÚRGICA DA AMAZÔNIA — SIDERAMA

Concede à Companhia Siderúrgica da Amazônia — "Siderama", autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 634, de 1 de março de 1962.

COMPANHIA TELEFÔNICA BRASILEIRA

Decreta a intervenção na Companhia Telefônica Brasileira e dá outras providências.

Decreto nº 814, de 31 de março de 1962.

CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DO BRASIL

Concede isenção de direitos, imposto de consumo e taxas aduaneiras para mercadorias procedentes dos Estados Unidos, doadas à Confederação Evangélica do Brasil e importadas com licença da CACEX, sem cobertura cambial.

Lei nº 4.032, de 20 de dezembro de 1961.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL (XI)

Oficializa a XI Conferência Internacional de Serviço Social, a realizar-se no Rio de Janeiro de 19 a 25 de agosto de 1962.

Decreto nº 607, de 13 de fevereiro de 1962.

CONGREGAÇÃO ISRAELITA PAULISTA

Declara de utilidade pública a Congregação Israelita Paulista, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 654, de 8 de março de 1962.

CONGRESSOS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para ocorrer às despesas com a realização do Quarto Congresso Brasileiro de Ensino da Matemática, a efetuar-se em Belém, Estado do Pará.

Lei nº 4.040, de 20 de dezembro de 1961.

— Cria a Comissão Organizadora Nacional dos Sétimos Congressos Internacionais de Medicina Tropical e Malária.

Decreto nº 51.422, de 1 de março de 1962.

CONSELHO COORDENADOR DO ABASTECIMENTO

Retifica o Decreto nº 50.618, de 18 de maio de 1961, que aprovou o enquadramento do Conselho Coordenador do Abastecimento e dá outras providências.

Decreto nº 51.384, de 2 de janeiro de 1962.

— *Retifica o Decreto nº 50.618, de 18 de maio de 1961.*

Decreto nº 51.432, de 19 de março de 1962.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO

Dispõe sobre o funcionamento do Conselho Federal de Educação, enquanto não for aprovado o respectivo Regimento Interno.

Decreto nº 51.404, de 5 de fevereiro de 1962.

CONSELHO NACIONAL DE CULTURA

Dispõe sobre o Conselho Nacional de Cultura.

Decreto nº 771, de 23 de março de 1962.

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

Considera de natureza e interesse militar a função de Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia, quando exercida por militar.

Decreto nº 621, de 23 de fevereiro de 1962.

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS

Retifica o Decreto nº 51.554, de 26 de julho de 1961.

Decreto nº 51.400, de 1 de fevereiro de 1962.

— *Altera o Decreto nº 29.433, de 4 de abril de 1951 e dá outras providências.*

Decreto nº 51.418, de 23 de fevereiro de 1962.

CONSELHO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

Cria o Conselho Nacional de Reforma Agrária e dá outras providências.

Decreto nº 612-A, de 15 de fevereiro de 1962.

CONSELHO SUPERIOR DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Aprova o Regulamento do Conselho Superior da Previdência Social.

Decreto nº 694, de 14 de março de 1962.

CONVENÇÕES

Determina a observância, no Brasil, das Normas e Recomendações constantes do Anexo 9 à Convenção de Aviação Civil Internacional, que dispõe sobre a facilitação dos Transportes Aéreos.

Reproduzido

Decreto nº 225, de 24 de novembro de 1961.

— *Torna públicas ratificações e adesões, por parte de diversos países, a Convenção relativa ao reconhecimento internacional de direitos sobre aeronaves, concluída em Genebra, a 19 de junho de 1948.*

Decreto nº 51.406, de 13 de fevereiro de 1962.

— *Promulga o Protocolo relativo a uma emenda dos arts. 48 (a) 49 (e) e 61 da Convenção de Aviação Civil Internacional, concluído em Montreal, a 14 de junho de 1954.*

Decreto nº 51.424, de 8 de março de 1962.

— *Promulga o Protocolo relativo a uma emenda ao art. 45 da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, concluído em Montreal, a 14 de junho de 1954.*

Decreto nº 51.425, de 8 de março de 1962.

Torna pública a adesão, por parte da República do Mali, à Convenção Internacional para a Unificação de certas Regras relativas ao Sequestro Preventivo de Aeronaves, concluída em Roma, a 29 de maio de 1933.

Decreto nº 51.426 — De 8 de março de 1962.

CONVENÇÕES

— *Torna públicas as adesões, por parte das Repúblicas do Congo (Leopoldville), Camerões, Alta Volta e Honduras, às Convenções da Haia, de 1899 e 1907, para a solução dos conflitos internacionais.*

Decreto nº 51.427 — De 8 de março de 1962.

COOPERATIVAS

Revoga o art. 2º do Decreto número 51.339, de 27 de outubro de 1961, e dá outras providências.

Decreto nº 589 — De 8 de fevereiro de 1962.

CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DA GUANABARA

Dispõe sobre a doação dos imóveis que menciona, no Estado da Guanabara.

Decreto nº 745 — De 19 de março de 1962.

CRÉDITO ESPECIAL, CRÉDITO SUPLEMENTAR E CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

Ver o nome do Ministério ou órgão a que se refere.

CURSOS

Concede autorização para o funcionamento de cursos.

Decreto nº 111 — De 6 de novembro de 1961.

— *Concede reconhecimento ao curso que indica.*

Decreto nº 358 — De 14 de dezembro de 1961.

— *Concede equiparação ao Curso Técnico em Laticínios do Instituto de Laticínios "Cândido Tostes".*

Decreto nº 397 — De 21 de dezembro de 1961.

— *Concede reconhecimento ao Curso que indica.*

Decreto nº 530 — De 22 de janeiro de 1962.

CURSOS

— *Concede reconhecimento aos cursos que indica.*

Decreto nº 573 — De 5 de fevereiro de 1962.

— *Concede autorização para o funcionamento do curso que indica.*

Decreto nº 650 — De 26 de fevereiro de 1962.

— *Concede reconhecimento ao curso que indica.*

Decreto nº 650 — De 8 de março de 1962.

— *Concede autorização para o funcionamento do curso que indica.*

Decreto nº 772 — De 23 de março de 1962.

— *Concede reconhecimento aos cursos que indica.*

Decreto nº 757 — De 20 de março de 1962.

— *Concede autorização para o Curso de Ciências Contábeis.*

Decreto nº 813 — De 30 de março de 1962.

D**DELEGACIAS ESTADUAIS DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

Aprova os Regimentos da Secretaria Geral, do Centro de Estudos Econômicos, do Instituto Nacional de Tecnologia, do Instituto Nacional de Pesos e Medidas, do Departamento de Administração e das Delegacias Estaduais do Ministério da Indústria e do Comércio.

Decreto nº 633 — De 23 de janeiro de 1962.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Retifica o enquadramento dos cargos e funções do Departamento Administrativo do Serviço Público.

Decreto nº 51.417 — De 23 de fevereiro de 1962.

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, na cidade de Cruzeta, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto nº 733 — De 19 de março de 1932.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Estado de São Paulo.

Decreto nº 803 — De 30 de março de 1932.

— Retifica os poderes do representante da União, em ato de doação a essa, do terreno que menciona, no Estado de São Paulo.

Decreto nº 804 — De 30 de março de 1932.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$..... 3.500.000.000,00 (três bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), a favor do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, para a conclusão da ligação ferroviária Brasília-Pires do Rio e a Rede Ferroviária do Estado de São Paulo.

Lei nº 4.007 — De 16 de dezembro de 1931.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, a área de terreno e respectivas benfeitorias situadas na faixa necessária à construção ferroviária entre o Rio Prata e o Rio das Antas, no Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 613 — De 16 de fevereiro de 1932.

— Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 38.160, de 28 de outubro de 1935, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, das áreas de terrenos e respectivas benfeitorias necessárias à construção da via de acesso à Estação de Cargas de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 755 — De 21 de março de 1936.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO

— Aprova o Regulamento do Serviço Social das Estradas de Ferro, criado no Departamento Nacional de Estradas de Ferro.

Decreto nº 773 — De 23 de março de 1932.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

Autoriza o Poder Executivo a construir e pavimentar os trechos de Estrada Rio — Bahia — Arassuaí — Diamantina e Diamantina — Curvelo.

Lei nº 4.030 — de 20 de dezembro de 1931.

Altera o art. 6º do Decreto número 41.442, de 26 de abril de 1937.

Decreto-lei nº 616 — de 21 de fevereiro de 1932.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

Autoriza a execução de obras em diversos Estados do país.

Decreto nº 517 — de 18 de janeiro de 1932.

Revoga o Decreto nº 47.249, de 17 de novembro de 1939, que autoriza a execução de estudos e projetos para a execução de obras em diversas cidades do Estado do Piauí.

Decreto nº 686 — de 12 de março de 1932.

Autoriza a execução de obras de emergência e de sentenças de assistência a populações atingidas pela seca.

Decreto nº 693 — de 13 de março de 1932.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS RIOS E CANAIS

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, os imóveis e benfeitorias que menciona.

Decreto nº 582 — de 5 de fevereiro de 1932.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Altera disposições do Regulamento do Departamento Nacional da Previdência Social.

Decreto nº 788 — de 26 de março de 1962.

DESAPROPRIAÇÕES

Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 1.200.000.000,00 para a reconstrução da barragem de Orós, no Estado do Ceará, e dá outras providências.

Lei nº 4.014 — de 16 de dezembro de 1961.

Declara de utilidade pública diversas áreas de terra situadas nos municípios de Cerqueira César e de Avaré, no Estado de São Paulo, necessárias à construção do reservatório de acumulação da Usina Jurumirim, no rio Paranapanema, e autoriza a Usinas Elétricas do Paranapanema S. A. a promover a desapropriação das referidas áreas e respectivas benfeitorias.

Decreto nº 454 — de 4 de janeiro de 1962.

Declara de utilidade pública uma área de terra necessária à construção do reservatório de acumulação da usina Salto Grande, no rio Paranapanema e autoriza a Usinas Elétricas do Paranapanema S. A. a promover a sua desapropriação.

Decreto nº 458 — de 5 de janeiro de 1962.

Declara de utilidade pública domínio útil de imóveis e benfeitorias em Pernambuco.

Decreto nº 542 — de 24 de janeiro de 1962.

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, a área de vinte e três hectares, com todos os seus pertences, de propriedade do Dr. José Seabra de Lemos, em Barreiras, no Estado da Bahia.

Decreto nº 558 — de 2 de fevereiro de 1962.

DESAPROPRIAÇÕES

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, os imóveis e benfeitorias que menciona.

Decreto nº 582 — de 5 de fevereiro de 1962.

Autoriza o Governo a desapropriar o imóvel à Rua Capitão Anírio Rosas número sessenta e quatro, cidade de São Paulo — Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Decreto nº 612 — de 15 de fevereiro de 1962.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, a área de terreno e respectivas benfeitorias situadas na faixa necessária à construção ferroviária entre o Rio da Prata e o Rio das Antas, no Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 613 — de 16 de fevereiro de 1962.

Declara de utilidade pública, para desapropriação, os terrenos que menciona, situados em Canoas, Porto Alegre — Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 642 — de 2 de março de 1962.

Modifica a redação do art. 4º do Decreto nº 329, de 12 de dezembro de 1961, que declara de utilidade pública a faixa de terra destinada à passagem da linha de transmissão de 33 kv. da Companhia Paulista de Força e Luz, que realiza a interligação com o sistema da São Paulo Ligth S. A. — Serviços de Eletricidade.

Decreto nº 645 — de 7 de março de 1962.

Declara de utilidade pública áreas de terra destinadas à passagem da linha de transmissão de 33 kv, da Companhia Central Brasileira de Força Elétrica S. A., entre a Usina Hidro Elétrica de Frutetas e a Fábrica de Cimento Barbará.

Decreto nº 675 — de 8 de março de 1962.

DESAPROPRIAÇÕES

Declara de utilidade pública áreas de terra situadas no município de Avaré — Estado de São Paulo, necessárias ao aproveitamento hidroelétrico de Jurumirim, das Usinas Elétricas do Paranapanema S. A., e autoriza esta Empresa a promover a desapropriação das referidas áreas e benfeitorias nelas existentes.

Decreto nº 682 — de 8 de março de 1962.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a usina hidroelétrica e suas instalações, inclusive a rede de distribuição pertencentes a "Sertaneja, Empresa Agro-Pastoril S. A.", no município de Barreiras — Estado da Bahia.

Decreto nº 685 — de 12 de março de 1962.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo 1.º Batalhão Ferroviário, a faixa de domínio entre as estações 2.775 + 10,00 a 2.243, necessária à construção do trecho ferroviário localizado entre o Rio da Praia e a Barra do Jacaré do Tronco Principal Sul, no Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 683 — de 13 de março de 1962.

Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 38.160, de 28 de outubro de 1955, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, das áreas de terrenos e respectivas benfeitorias necessárias à construção da via de acesso à Estação de Cargos de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 765 — de 21 de março de 1962.

Declara de urgência a desapropriação de que trata o Decreto nº 47.938, de 4 de abril de 1960, de terrenos situados em Recife (PE).

Decreto nº 797 — de 29 de março de 1962.

DESPORTOS

Aprova Plano de Competições Desportivas do Estado-Maior das Forças Armadas.

Decreto nº 774 — de 23 de março de 1962.

DIA DA MARINHA MERCANTE

Institui o "Dia da Marinha Mercante".

Decreto nº 482 — de 5 de janeiro de 1962.

DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

Regulamenta o disposto no Art. 31 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Decreto nº 51.409 — de 13 de fevereiro de 1961.

DISPENSÁRIO DE SÃO VICENTE DE PAULO

Declara de utilidade pública o Dispensário de São Vicente de Paulo, com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 183 — de 20 de novembro de 1961.

Orga a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício de 1962.

(*) Lei nº 4.023 — de 20 de dezembro de 1961.

Regulamenta a Lei nº 4.019, de dezembro de 1961, e dá outras providências no que se refere ao Pessoal do Poder Executivo.

Decreto nº 807 — de 30 de março de 1962.

DIVISOR DE CONVERSÃO

Dispõe sobre aplicação de divisor de conversão.

Decreto nº 701 — de 15 de março de 1962.

DOAÇÕES

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de lotes de terrenos situados no Município de Porto Murinho, Estado de Mato Grosso, destinados ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 540 — de 23 de janeiro de 1962.

DISTRITO FEDERAL

Autoriza a Superintendência de Armazéns e Silos, do Ministério da Agricultura, a aceitar doação de terrenos.

Decreto nº 586 — de 6 de fevereiro de 1962.

DOAÇÕES

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de imóveis situados no Município de Ponso Alegre, Estado de Minas Gerais, destinados ao Ministério da Guerra.

Decreto n.º 564 — de 8 de fevereiro de 1962.

Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Colatina (ES).

Decreto n.º 602 — de 9 de fevereiro de 1962.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um imóvel situado na Vila Itaquiti, Município de Barueri, Estado de São Paulo, destinado ao Ministério da Guerra.

Decreto n.º 641 — de 2 de março de 1962.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de imóvel situado no Município de Santiago, Estado do Rio Grande do Sul, destinado ao Ministério da Guerra.

Decreto n.º 693 — de 13 de março de 1962.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Miranda, no Estado de Mato Grosso.

Decreto n.º 728 — De 16 de março de 1962.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Uberaba, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 732 — de 16 de março de 1962.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, na cidade de Cruzeta, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n.º 738 — de 19 de março de 1962.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona no Município de São Luiz de Montes Belos, no Estado de Goiás.

Decreto n.º 742 — de 19 de março de 1962.

DOAÇÕES

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Estado da Bahia.

Decreto n.º 743, de 19 de março de 1962.

— *Dispõe sobre a doação dos imóveis que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto n.º 745, de 19 de março de 1962.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Maricá (RJ).*

Decreto n.º 752, de 19 de março de 1962.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Governador Valadares (MG).*

Decreto n.º 785, de 23 de março de 1962.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 803, de 30 de março de 1962.

— *Ratifica os poderes do representante da União, em ato de doação a essa, do terreno que menciona, no Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 804, de 30 de março de 1962.

DOLOMITA

Autoriza a Companhia Paulista de Mineração a pesquisar calcário, dolomita, magnesita e talco, no município de Santo Sé, Estado da Bahia.

Decreto n.º 710, de 16 de março de 1962.

E

ELETROBRÁS

Cria o Grupo de Trabalho para a constituição da Eletrobrás e dá outras providências.

Decreto n.º 495, de 11 de janeiro de 1962.

EMISSORAS UNIDAS DE GOIÁS LIMITADA

Outorga concessão à Emissoras Unidas de Goiás Sociedade Limitada, para estabelecer uma estação radio-difusora de onda média, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Decreto nº 502, de 15 de janeiro de 1962.

EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO

Cria Comissão Arbitral para exame, estudo e revisão dos Decretos números 51.346, de 14 de novembro de 1961, 51.372, de 15 de dezembro de 1961 e 51.392, de 11 de janeiro de 1962, e dá outras providências.

Decreto nº 51.421, de 23 de fevereiro de 1962.

EMPRESAS DE SERVIÇO PÚBLICO

Dispõe sobre cobrança excepcional dos débitos de empresas e entidades de serviços públicos para com a previdência e dá outras providências.

Decreto nº 638, de 1º de março de 1962.

EMPRESAS DE TRANSPORTES AÉREOS

Altera o Decreto nº 381, de 19 de dezembro de 1961, que regula a fixação das tarifas dos transportes aéreos nas linhas regulares.

Decreto nº 602, de 9 de fevereiro de 1962.

EMPRESAS INCORPORADAS

Cria Comissão Arbitral para exame, estudo e revisão dos Decretos números 51.346, de 14 de novembro de 1961, 51.372, de 15 de dezembro de 1961 e 51.392, de 11 de janeiro de 1962, e dá outras providências.

Decreto nº 51.421, de 23 de fevereiro de 1962.

ENERGIA ELÉTRICA

Outorga à Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A., Estado de Minas Gerais, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 453, de 4 de janeiro de 1962.

ENERGIA ELÉTRICA

— Declara de utilidade pública diversas áreas de terra situadas nos municípios de Cerqueira Cesar e de Avere, no Estado de São Paulo, necessárias à construção do reservatório de acumulação da Usina Jurumirim, no rio Paranapanema, e autoriza a Usinas Elétricas do Paranapanema S. A. a promover a desapropriação das referidas áreas e respectivas benfeitorias.

Decreto nº 454, de 4 de janeiro de 1962.

— Amplia a zona de concessão da Companhia Paulista de Força e Luz e dá outras providências.

Decreto nº 457, de 5 de janeiro de 1962.

— Declara de utilidade pública uma área de terra necessária à construção do reservatório de acumulação da usina Salto Grande, no rio Paranapanema e autoriza a Usinas Elétricas do Paranapanema S. A. a promover a sua desapropriação.

Decreto nº 458, de 5 de janeiro de 1962.

— Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia Dorense de Eletricidade S. A. (CODEL).

Decreto nº 459, de 5 de janeiro de 1962.

— Outorga concessão à Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul, para distribuir energia elétrica na sede do município de Casca, mediante a construção de uma linha de transmissão e respectivo sistema de distribuição.

Decreto nº 461, de 5 de janeiro de 1962.

— Autoriza a Empresa Força e Luz Ibero Americana S. A. a construir linha de transmissão e sistema de distribuição.

Decreto nº 463, de 5 de janeiro de 1962.

— Determina a intervenção administrativa na concessão da Empresa Luz e Força de Itanhandu, e dá outras providências.

Decreto nº 464, de 5 de janeiro de 1962.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Coimbra, Estado de Minas Gerais, a alienar a Usina Força e Luz Santa Rita, de sua propriedade, instalada no rio Turvo, Município de Viçosa, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 463, de 5 de janeiro de 1962.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Itapetinga, Estado da Bahia, concessão para distribuir energia elétrica e dá outras providências.*

Decreto nº 467 — de 5 de janeiro de 1962.

— *Transfere, do Governo do Estado de Minas Gerais para Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A., a concessão para distribuir energia elétrica no município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, a de produção e transmissão do sistema Santa Marta e dá outras providências.*

Decreto nº 474 — de 5 de janeiro de 1962.

— *Autoriza o Governo do Estado da Bahia a proceder aos estudos para a ampliação do potencial energético e regularização de vazão da bacia do rio Paraguaçu, no Estado da Bahia.*

Decreto nº 475 — de 5 de janeiro de 1962.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Santana do Acaraú concessão para distribuir energia elétrica no respectivo município, Estado do Ceará.*

Decreto nº 476 — de 5 de janeiro de 1962.

— *Autoriza a Empresa Força e Luz Coutinho & Pena Limitada a ampliar seu sistema de distribuição no distrito sede do município de Caratinga, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 484 — de 5 de janeiro de 1962.

— *Autoriza a Empresa Força e Luz Coutinho & Pena Limitada a construir uma linha de transmissão no distrito sede do Município de Caratinga.*

Decreto nº 485 — de 5 de janeiro de 1962.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Aprova o Regulamento da Lei número 3.969, de 6 de outubro de 1961, que fixa um teto máximo para as tarifas de energia nas cidades de Fortaleza (Ce) Natal (RN).*

Decreto nº 491 — de 8 de janeiro de 1962.

— *Outorga à Companhia de Eletricidade do Cariri concessão para distribuir energia elétrica no distrito sede do município do Crato, no Estado do Ceará, e dá outras providências.*

Decreto nº 511 — de 18 de janeiro de 1962.

— *Outorga à Companhia de Eletricidade do Cariri concessão para distribuir energia elétrica no distrito sede do Município de Barbalha, no Estado do Ceará.*

Decreto nº 512 — de 18 de janeiro de 1962.

— *Autoriza a Companhia de Eletricidade de Manaus a conceder as necessárias garantias, com os bens do seu patrimônio, para realização de empréstimo no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.*

Decreto nº 513 — de 18 de janeiro de 1962.

— *Outorga à Sociedade Força e Luz Araújoense Limitada, com sede em Araújo, concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica da queda d'água Funil de Cima, existente no rio Lambari, distrito da sede do município de Araújo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 514 — de 18 de janeiro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Tosato a lavar caulim no município de Campo Largo, Estado do Paraná.*

Decreto nº 561 — de 2 de fevereiro de 1962.

— *Outorga à Companhia Sul Serpipana de Eletricidade concessão para distribuir energia elétrica e dá outras providências.*

Decreto nº 563 — de 2 de fevereiro de 1962.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Autoriza à Empresa Fluminense de Energia Elétrica S. A. a ampliar suas instalações.*

Decreto nº 576 — de 5 de fevereiro de 1962.

— *Transfere do Governo do Estado da Bahia para a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA) a concessão para distribuir energia elétrica nos municípios de Pojuca, Camaçari, Mata de São João e São Sebastião do Passé, no Estado da Bahia.*

Decreto nº 577 — de 5 de fevereiro de 1962.

— *Outorga à Empresa Fluminense de Energia Elétrica S. A. concessão para distribuir energia elétrica em Resende, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 581 — de 5 de fevereiro de 1962.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, destinado a auxiliar a construção e ampliação da Usina Hidrelétrica de Alto Gragas, no Estado de Mato Grosso.*

Decreto nº 622 — de 23 de fevereiro de 1962.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Ituaçu, Estado da Bahia, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da queda d'água Buracão, existente no rio Mato Grosso, distrito da sede do município de Ituaçu, Estado da Bahia.*

Decreto nº 623 — de 23 de fevereiro de 1962.

— *Estende dispositivos da Lei número 1.489, de 10 de dezembro de 1951, ao Departamento Nacional da Produção Mineral.*

Decreto nº 637 — de 1º de março de 1962.

— *Modifica a redação do artigo 4º do Decreto nº 329, de 12 de dezembro de 1951, que declara de utilidade pública a faixa de terra destinada à passagem da linha de transmissão de 88 kv, da Companhia Paulista de*

ENERGIA ELÉTRICA

Fôrça e Luz, que realiza a interligação com o sistema da São Paulo Light S. A. — Serviços de Eletricidade.

Decreto nº 645 — de 7 de março de 1962.

— *Outorga à Hidrelétrica do Rio Doce S. A., concessão para o aproveitamento da energia hidráulica do desnível denominado "Salto do Golfo", existente no Rio Doce, Município de Rio Verde, Estado de Goiás.*

Decreto nº 649, de 7 de março de 1962.

— *Outorga à Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul, concessão para distribuir energia elétrica no Município de São Francisco de Assis, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 658, de 8 de março de 1962.

— *Transfere para Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A., a concessão de que era titular a Companhia Fôrça e Luz Epaminondas Otoni, no Município de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 659, de 8 de março de 1962.

— *Autoriza a Companhia Industrial Aliança Bonfinspachense a ampliar seu sistema de transmissão de energia elétrica, no Município de Bom Despacho, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 662, de 8 de março de 1962.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Frei Paulo, Estado de Sergipe, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 663, de 8 de março de 1962.

— *Autoriza a Companhia Brasileira de Energia Elétrica a ampliar suas instalações mediante a construção de uma linha de transmissão entre a subestação Augusto Vieira e a subestação da Fábrica de Papel Tanuri, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 664, de 8 de março de 1962.

ENERGIA ELÉTRICA

Autoriza a Companhia Siderúrgica Paulista a instalar uma usina termelétrica na estação de Piacaguera, distrito e município de Cubatão, Estado de São Paulo, para uso exclusivo.

Decreto nº 665, de 8 de março de 1962.

Transfere da Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo para a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. a concessão para distribuir energia elétrica no Município de Pedro Leopoldo, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

Decreto nº 668, de 8 de março de 1962.

Transfere da Unisa Fôrça e Luz de Coqueiral S. A. para a Prefeitura Municipal de Coqueiral a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao município de Coqueiral, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 669, de 8 de março de 1962.

Outorga à Companhia Distribuidora de Eletricidade do Brejo Paraibano, concessão para distribuir energia elétrica no Município de Píripituba, Estado da Paraíba, e dá outras providências.

Decreto nº 670, de 8 de março de 1962.

Declara extinta a concessão outorgada à Empresa de Luz Elétrica Santa Teresinha pelo Decreto nº 4.648, de 6 de setembro de 1939, e outorga à Prefeitura Municipal de Ribeira, Estado de São Paulo, concessão para o aproveitamento do desnível denominado Tororão, no córrego do mesmo nome, destinado à produção, transmissão e distribuição de energia elétrica àquele município.

Decreto nº 671, de 8 de março de 1962.

Transfere da Prefeitura Municipal de Itaberaí para a Centrais Elétricas de Goiás S. A., a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica no Município de Itaberaí, Estado de Goiás.

Decreto nº 673, de 8 de março de 1962.

ENERGIA ELÉTRICA

Outorga à Leão Junior & Companhia S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio d'Areia, distrito de Guarapuavinha, Município de Guarapuava, Estado do Paraná, e dá outras providências.

Decreto nº 674, de 8 de março de 1962.

Declara de utilidade pública áreas de terra destinadas à passagem da linha de transmissão de 33 kV, da Companhia Central Brasileira de Fôrça Elétrica S.A., entre a Usina Hidrelétrica de Fruteiras e a Fábrica de Cimento Barbará.

Decreto nº 675, de 8 de março de 1962.

Autoriza a Companhia Prada de Eletricidade a construir uma linha de transmissão entre os municípios de Goiandira e Catalão, no Estado de Goiás.

Decreto nº 678, de 8 de março de 1962.

Autoriza a Companhia Hidrelétrica Paranapanema a ampliar o seu sistema elétrico.

Decreto nº 678, de 8 de março de 1962.

Autoriza a Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. a constituir garantia hipotecária dos seus bens em favor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Decreto nº 679, de 8 de março de 1962.

Declara de utilidade pública áreas de terra situadas no Município de Avaré, Estado de São Paulo, necessárias ao aproveitamento hidrelétrico de Jurumirim, das Usinas Elétricas do Paranapanema S. A., e autoriza essa Empresa a promover a desapropriação das referidas áreas e benfeitorias nelas existentes.

Decreto nº 682, de 8 de março de 1962.

ENERGIA ELÉTRICA

Outorga à Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia concessão para distribuir energia elétrica no Município de Gandu e dá outras providências.

Decreto nº 683, de 8 de março de 1962.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a usina hidrelétrica e suas instalações, inclusive a rede de distribuição pertencentes a "Sertaneja Empresa Agro-Pastoril S. A.", no município de Barreiras, Estado da Bahia.

Decreto nº 685, de 12 de março de 1962.

Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz a ampliar suas instalações.

Decreto nº 714, de 16 de março de 1962.

Autoriza a Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo a construir dois trechos da linha de transmissão, o primeiro, entre São João da Boa Vista e Píñhal e, o segundo, entre a Usina de Euclides da Cunha, Mococa e Itaipava, no Estado de São Paulo.

Decreto nº 715, de 16 de março de 1962.

Autoriza a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira a instalar uma usina termelétrica, para uso exclusivo, no Distrito de João Monlevade, Município de Rio Piracicaba, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 716, de 16 de março de 1962.

Autoriza a Prefeitura Municipal de Charqueada, Estado de São Paulo, a construir uma linha de transmissão entre a linha Piracicaba-Charqueada e a sede do Distrito de Paraísoândia e dá outras providências.

Decreto nº 717, de 16 de março de 1962.

Outorga à Companhia de Eletricidade do Cariri, concessão para distribuir energia elétrica no distrito sede do Município de Juazeiro do Norte,

ENERGIA ELÉTRICA

no Estado do Ceará, e dá outras providências.

Decreto nº 719, de 16 de março de 1962.

Outorga à Prefeitura Municipal de São Lourenço D'Oeste, Estado de Santa Catarina, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 720, de 16 de março de 1962.

Outorga à Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul concessão para distribuir energia elétrica no Município de Seberi, no Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 721, de 16 de março de 1962.

Autoriza a Companhia Hidrelétrica São Patrício a dar em garantia, para realização de empréstimo, os bens que constituam o acervo da empresa.

Decreto nº 737, de 16 de março de 1962.

ENERGIA HIDRÁULICA

—Ver: *Energia elétrica.*

ENERGIA TERMELÉTRICA

—Ver: *Energia elétrica.*

ENSINO INDUSTRIAL

Altera o Regulamento do Ensino Industrial, aprovado pelo Decreto número 47.038, de 16 de outubro de 1959, e modificado pelos Decretos nº 47.258, de 17 de novembro de 1959 e nº 49.304, de 21 de novembro de 1950.

Decreto nº 615, de 20 de fevereiro de 1962.

ENSINO MÉDIO

Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 3.550, de 12 de fevereiro de 1959, que dispõe sobre o pagamento de subvenções orçamentárias concedidas à conta do Fundo Nacional do Ensino Médio.

Lei nº 4.035, de 20 de dezembro de 1961.

ENSINO PRIMÁRIO

Regulamenta o disposto no Art. 31 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Decreto nº 51.405, de 13 de fevereiro de 1962.

ENSINO SUPERIOR

Dispõe sobre o provimento dos cargos, em comissão, de diretor dos estabelecimentos federais de ensino superior isolados ou integrantes das Universidades Federais vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.

Decreto nº 51.411-A, de 19 de fevereiro de 1962.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

Dá nova redação aos artigos 58 e 59 do Regulamento da Escola Superior de Guerra, aprovado e mandado executar pelo Decreto nº 50.352, de 17 de março de 1961.

Decreto nº 557, de 2 de fevereiro de 1962.

ESCOLAS

Aprova o Regulamento da Escola de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves e dá outras providências.

Decreto nº 538, de 23 de janeiro de 1962.

— Ver, também, Universidades, Faculdades e Cursos. Quanto às militares, ver: Marinha, Aeronáutica e Exército.

Aprova o Regimento do Colégio Pedro II.

Decreto nº 632, de 27 de fevereiro de 1962.

ESTADO DA BAHIA

Autoriza o Governo do Estado da Bahia a proceder aos estudos para a ampliação do potencial energético e regularização de vazão da bacia do rio Paraguaçu, no Estado da Bahia.

Decreto nº 475, de 5 de janeiro de 1962.

ESTADO DA BAHIA

Transfere do Governo do Estado da Bahia para a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA) a concessão para distribuir energia elétrica nos municípios de Pojuca, Camaçari, Mata de São João e São Sebastião do Passé, no Estado da Bahia.

Decreto nº 577, de 5 de fevereiro de 1962.

ESTADO DE MINAS GERAIS

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais as águas do Rio "Varas".

Decreto nº 456, de 4 de janeiro de 1962.

— *Transfere, do Governo do Estado de Minas Gerais para Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A., a concessão para distribuir energia elétrica no município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, a de produção e transmissão do sistema Santa Maria e dá outras providências.*

Decreto nº 474, de 5 de janeiro de 1962.

ESTADO DO PARANÁ

Altera a redação do art. 3º, § 3º, do Decreto nº 544, de 31 de janeiro de 1962, que regula a projeção de películas cinematográficas e a propaganda comercial, através das emissoras de televisão.

Decreto nº 697, de 15 de março de 1962.

ESTADO DO PIAUÍ

Revoga o Decreto nº 47.249, de 17 de novembro de 1959, que autoriza a execução de estudos e projetos para a execução de obras em diversas cidades do Estado do Piauí.

Decreto nº 501, de 15 de janeiro de 1962.

— *Autoriza a execução de obras de emergência no Estado do Piauí.*

Decreto nº 610, de 14 de fevereiro de 1962.

ESTADO DO PIAUÍ

Revoga o Decreto nº 47.249, de 17 de novembro de 1959, que autoriza a execução de estudos e projetos para a execução de obras em diversas cidades do Estado do Piauí.

Decreto nº 686, de 12 de março de 1962.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Outorga concessão à Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul, para distribuir energia elétrica na sede do município de Casca, mediante a construção de uma linha de transmissão e respectivo sistema de distribuição.

Decreto nº 461, de 5 de janeiro de 1962.

— Outorga à Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul, concessão para distribuir energia elétrica, no município de São Francisco de Assis, no Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 658, de 8 de março de 1962.

— Outorga à Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul concessão para distribuir energia elétrica no Município de Seberi, no Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 721, de 16 de março de 1962.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito extraordinário de Cr\$ 100.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto nº 445, de 3 de janeiro de 1962.

ESTADOS-MEMBROS DAS NAÇÕES UNIDAS

Torna públicos os nomes dos novos Estados-Membros das Nações Unidas, nos termos do art. 4º da Carta.

Decreto nº 51.407, de 13 de fevereiro de 1962.

ESTATUTOS

Ver o nome da entidade que os teve aprovados ou alterados.

ESTUDANTES

Regula a prestação do serviço militar por estudante.

Lei nº 4.027, de 20 de dezembro de 1961.

EXÉRCITO

— Permite aos Sargentos do Exército, que possuam mais de cinco anos de serviço, reengajarem até adquirirem estabilidade e dá outras providências.

Lei nº 4.015, de 16 de dezembro de 1961.

— Reestrutura o Quadro de Oficiais Dentistas do Exército, modificando a Lei nº 2.414, de 8 de fevereiro de 1955.

Lei nº 4.050, de 23 de fevereiro de 1962.

— Fixa a distribuição, em cada Arma e em cada posto, das funções gerais dos Oficiais do Exército, a vigorar a partir de 24 de dezembro de 1961.

Decreto nº 450, de 4 de janeiro de 1962.

— Prorroga a entrada em vigor dos Decretos ns. 43.617, de 29 de abril de 1958 e 47.296, de 28 de novembro de 1959 referentes ao uso do sapato preto com biqueira.

Decreto nº 625, de 23 de fevereiro de 1962.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Miranda, no Estado de Mato Grosso.

Decreto nº 728, de 16 de março de 1962.

— Cria o Estandarte-Distintivo para o 4º Regimento de Infantaria.

Decreto nº 51.379, de 20 de dezembro de 1961.

EXÉRCITO

— *Cria o Estandarte-Distintivo para a 1.ª Companhia Leve de Manutenção.*

Decreto nº 51.388, de 4 de janeiro de 1962.

Estandarte-Distintivo para o "Regimento Santos Dumont" (Adaptação).

Decreto nº 51.389 — de 4 de janeiro de 1962.

Estandarte-Distintivo do Batalhão da Guarda Presidencial.

Decreto nº 51.428 — De 9 de março de 1962.

Institui e homologa a escolha de Patronos do Exército, das Armas, dos Serviços e do Magistério Militar.

Decreto-Lei nº 51.429 — de 13 de março de 1962.

EXPORTAÇÃO

Aprova as especificações para a classificação e fiscalização da exportação da soja, visando a sua padronização.

Decreto nº 471 — de 5 de janeiro de 1962.

Altera os artigos 6.º, 9.º e 10 das especificações aprovadas pelo Decreto nº 6.326, de 7 de fevereiro de 1941, e dá outras providências.

Decreto nº 583 — de 6 de fevereiro de 1962.

Dispõe sobre a instituição do Seguro de Crédito à Exportação e dá outras providências.

Decreto nº 736 — de 16 de março de 1962.

EXTRANUMERÁRIOS

Retifica o Decreto nº 48.091, de 11 de abril de 1960, que dispõe sobre a transformação de extranumerários-tarefeiros do Ministério da Aeronáutica em extranumerários-mensalistas e dá outras providências.

Decreto nº 543 — de 26 de janeiro de 1962.

F**FACULDADES**

Concede autorização para o funcionamento de cursos.

Decreto nº 111 — de 6 de novembro de 1961.

Concede reconhecimento aos cursos que indica.

Decreto nº 573 — de 5 de fevereiro de 1962.

FELDSPATO

Autoriza Pegmatito — Indústria Extrativa de Minérios Ltda. a pesquisar mica, caulim e feldspato no município de Mercês, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 579 — de 5 de fevereiro de 1962.

FERRO

Autoriza a S. A. Mineração da Trindade a pesquisar minérios de ferro e manganês, no município de Mariana, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 487 — de 8 de janeiro de 1962.

Autoriza a S. A. Mineração da Trindade a pesquisar minérios de ferro e manganês, no Município de Santa Bárbara e Rio Piracicaba, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 488 — de 8 de janeiro de 1962.

Autoriza a S. A. Mineração da Trindade a pesquisar minérios de ferro e manganês, no Município de Mariana, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 489 — de 8 de janeiro de 1962.

Autoriza o cidadão brasileiro Américo Moacir de Oliveira a pesquisar minério de ferro e manganês, no Município de Passa Tempo, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 635 — de 1.º de março de 1962.

FERROVIAS

Encampa o trecho Pôrto Franco-Mossoró da ferrovia Pôrto Franco-Souza, e dá outras providências.

Decreto n.º 483 — de 5 de janeiro de 1962.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo 1.º Batalhão Ferroviário, a faixa de domínio entre as estações 2.775 + 10,00 a 2.243, necessária à construção do trecho ferroviário localizado entre o Rio da Prata e a Barra do Jacaré do Tronco Principal Sul, no Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n.º 638 — de 13 de março de 1962.

FIGHAS

Altera os artigos 6.º, 9.º e 10 das especificações aprovadas pelo Decreto n.º 6.326, de 7 de fevereiro de 1941, e dá outras providências.

Decreto n.º 588 — de 6 de fevereiro de 1962.

FIREMENTS INSURANCE COMPANY OF NEWARK

Concede à Firemen's Insurance Company of Newark autorização para aumentar seu capital no país.

Decreto n.º 176 — de 20 de novembro de 1961.

FLORESTAS PROTETORAS

Declara protetoras, de acordo com os artigos 4 e 11 e seu parágrafo único do Decreto n.º 23.793, de 23 de janeiro de 1934, as matas existentes na Chácara Santa Rosália, Município de Poços de Caldas, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 486 — de 5 de janeiro de 1962.

FLUORITA

Renova a autorização contida no decreto n.º 45.700 de 3 de abril de 1959.

Decreto n.º 718 — de 16 de março de 1962.

FORÇAS ARMADAS

Aprova Plano de Competições Desportivas do Estado-Maior das Forças Armadas.

Decreto n.º 774 — De 23 de março de 1962.

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

Complementa o artigo 6º da Emenda Constitucional nº 3, e dá outras providências.

Lei nº 4.019 — De 20 de dezembro de 1961.

— *Estende aos servidores da Superintendência do Serviço de Profilaxia da Lepra, no Estado de Goiás, os benefícios das Leis ns. 1.765, de 18 de dezembro de 1952 e 2.412, de 1 de fevereiro de 1955, e dá outras providências.*

Lei nº 4.052 — De 9 de março de 1962.

— *Regulamenta a Lei nº 3.738, de 4 de abril de 1960, na parte relativa ao funcionalismo civil.*

Decreto n.º 452 — De 4 de janeiro de 1952.

— *Modifica os valores monetários fixados para pagamento de ajuda de custo, auxílio para transporte e diárias dos funcionários do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências.*

Decreto n.º 490 — De 8 de janeiro de 1962.

— *Altera a redação do art. 1º do Decreto nº 89, de 27 de outubro de 1961.*

Decreto n.º 631 — De 26 de fevereiro de 1962.

— *Revoga o Decreto nº 50.337, de 14 de março de 1961, e dá outras providências.*

Decreto n.º 687 — De 12 de março de 1962.

— *Altera dispositivos do Decreto nº 209, de 23 de novembro de 1961.*

Decreto n.º 800 — De 30 de março de 1962.

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

— *Dispõe sobre viagens de servidores públicos para o exterior.*

Decreto nº 801 — De 30 de março de 1962.

— *Regulamenta a Lei nº 4.019, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências no que se refere ao Pessoal do Poder Executivo.*

Decreto nº 807 — De 30 de março de 1962.

FUNÇÕES DE NATUREZA OU CARÁTER MILITAR

Considera de natureza e interesse militar as funções exercidas por militares nas Comissões Demarcadoras de Limites.

Decreto nº 451 — De 4 de janeiro de 1962.

— *Considera de natureza e interesse militar a função de Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia, quando exercida por militar.*

Decreto nº 621 — De 23 de fevereiro de 1962.

FUNÇÕES GRATIFICADAS

Cria funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Ministério da Indústria e do Comércio.

Decreto nº 51.411 — De 15 de fevereiro de 1962.

— *Classifica provisoriamente funções gratificadas e dá outras providências.*

Decreto nº 51.413 — De 22 de fevereiro de 1962.

— *Inclui funções gratificadas na Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto nº 51.430 — De 14 de março de 1962.

FUNDAÇÃO ROMI

Declara de utilidade pública a "FUNDAÇÃO ROMI", com sede em Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo.

Decreto nº 655 — De 8 de março de 1962.

FUNDAÇÃO SÃO PAULO

Declara de utilidade pública a Fundação São Paulo, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 661 — De 8 de março de 1962.

FUNDO FEDERAL DE ELETRIFICAÇÃO

Altera o Decreto nº 46.415, de 13 de julho de 1959 e vincula recursos do Fundo Federal de Eletrificação ao Plano de Eletrificação do Nordeste.

(*) Decreto nº 138 — De 10 de novembro de 1961.

G**GIPSITA**

Autoriza Itapessoca Agro Industrial S. A. a pesquisar gipsita no município de Ouricuri, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 680 — De 8 de março de 1962.

GRUPOS DE TRABALHO

Cria o Grupo de Trabalho para a constituição da Eletrobrás e dá outras providências.

Decreto nº 495 — De 11 de janeiro de 1962.

— *Constitui Grupo de Trabalho em caráter permanente para estudo dos pedidos de importação ou de exportação de aeronaves ou de seus pertences destinados ao reequipamento das empresas aéreas nacionais.*

Decreto nº 746 — de 19 de março de 1962.

— *Institui Grupo de Trabalho para proceder completo levantamento das necessidades da indústria de charutos e propor medidas para a solução dos seus problemas.*

Decreto nº 750 — de 19 de março de 1962.

— *Transfere Grupos de Trabalho para a jurisdição do Ministério da Indústria e do Comércio e dá outras providências.*

Decreto nº 751 — de 19 de março de 1962.

MINISTÉRIO DA GUERRA

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União, a aceitar a doação do terreno que menciona, no Estado da Bahia.*

Decreto n.º 743º — De 19 de março de 1962.

— *Altera a composição do Conselho Superior de Economia da Guerra.*

Decreto n.º 763 — De 20 de março de 1962.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

Dispõe sobre a organização do Ministério da Indústria e do Comércio, e dá outras providências

Lei n.º 4.048 — De 29 de dezembro de 1961.

— *Aprova o Regulamento do Ministério da Indústria e do Comércio.*

Decreto n.º 531 — De 28 de janeiro de 1962.

— *Aprova os Regimentos do Gabinete do Ministro, da Consultoria Jurídica e da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Indústria e do Comércio.*

Decreto n.º 532 — De 23 de janeiro de 1962.

— *Aprova os Regimentos da Secretaria Geral, do Centro de Estudos Econômicos, do Instituto Nacional de Tecnologia, do Instituto Nacional de Pesos e Medidas, do Departamento de Administração e das Delegacias Estaduais do Ministério da Indústria e do Comércio.*

Decreto n.º 533 — De 23 de janeiro de 1962.

— *Aprova o Regimento da Secretaria do Comércio do Ministério da Indústria e do Comércio.*

Decreto n.º 534 — De 23 de janeiro de 1962.

— *Aprova o Regimento da Secretaria da Indústria do Ministério da Indústria e do Comércio.*

Decreto n.º 535 — De 23 de janeiro de 1962.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

— *Transfere Grupos de Trabalho para a jurisdição do Ministério da Indústria e do Comércio e dá outras providências.*

Decreto n.º 751 — De 19 de março de 1962.

— *Cria funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Ministério da Indústria e do Comércio.*

Decreto n.º 51.411 — De 15 de fevereiro de 1962.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Autoriza o Poder Executivo a alçar, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 429.930,60, destinado ao pagamento de obras realizadas na Base Naval de Natal, pelo construtor Civil Joaquim Victor de Hollanda, em 1949.

Lei n.º 4.010 — de 16 de dezembro de 1961.

— *Autoriza o Governo a desapropriar o imóvel à Rua Capitão Antônio Rosas número 64, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e dá outras providências.*

Decreto n.º 612 — de 15 de fevereiro de 1962.

— *Abre ao Ministério da Marinha, o crédito especial de cento e vinte milhões de cruzeiros (Cr\$ 120.000.000,00), para custeio das despesas de qualquer natureza com a mudança de dependências daquele Ministério para Brasília.*

Decreto n.º 799 — de 29 de março de 1962.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

Autoriza a constituição de um Grupo de Trabalho no Ministério das Minas e Energia destinado a estudar e programar o aproveitamento de água subterrânea.

Decreto n.º 228 — de 27 de novembro de 1961.

— *Estende dispositivos da Lei n.º 1.489, de 10 de dezembro de 1951, ao Departamento Nacional da Produção Mineral.*

Decreto n.º 637 — de 1.º de março de 1962.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Modifica os valores monetários fixados para pagamento de ajuda de custo, auxílio para transporte e diárias dos funcionários do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências.

Decreto nº 490 — de 8 de janeiro de 1962.

— *Dispõe sobre o Consulado do Brasil em Milão.*

Decreto nº 513 — de 18 de janeiro de 1962.

— *Dispõe sobre o Consulado do Brasil em Düsseldorf.*

Decreto nº 519 — de 18 de janeiro de 1962.

— *Extingue o Consulado do Brasil em Istambul.*

Decreto nº 520 — de 18 de janeiro de 1962.

— *Dispõe sobre o Consulado do Brasil em Bremen.*

Decreto nº 521 — de 18 de janeiro de 1962.

— *Dispõe sobre o Consulado do Brasil em Glasgow.*

Decreto nº 522 — de 18 de janeiro de 1962.

— *Dispõe sobre o Consulado do Brasil em Bordéus.*

Decreto nº 523 — de 18 de janeiro de 1962.

— *Dispõe sobre o Consulado do Brasil em Southampton.*

Decreto nº 524 — de 18 de janeiro de 1962.

— *Dispõe sobre o Consulado do Brasil em Palermo.*

Decreto nº 525 — de 18 de janeiro de 1962.

— *Eleva à categoria de Consulado de Carreira o Consulado Honorário do Brasil em Stuttgart.*

Decreto nº 526 — de 18 de janeiro de 1962.

— *Transforma em Consulado de carreira simples o Consulado-Geral do Brasil, em Amsterdam.*

Decreto nº 527 — de 18 de janeiro de 1962.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

— *Transforma em Consulado de carreira simples o Consulado-Geral do Brasil em Vigo.*

Decreto nº 528 — de 18 de janeiro de 1962.

— *Transforma em Consulado de carreira simples o Consulado-Geral do Brasil em Genebra.*

Decreto nº 529 — de 18 de janeiro de 1962.

— *Aprova as tabelas de representação a que se referem o Decreto-lei número 9.202, de 1946, e o Decreto número 2, de 1961.*

Decreto nº 529-A — de 18 de janeiro de 1962.

— *Dá nova redação ao § 2.º do Artigo 9.º do Regulamento do Pessoal do Ministério das Relações Exteriores.*

Decreto nº 585 — de 6 de fevereiro de 1962.

— *Cria uma Embaixada do Brasil na República do Mali, cumulativa com a Embaixada do Brasil na República de Gana.*

Decreto nº 605 — de 13 de fevereiro de 1962.

— *Eleva à categoria de Consulado de Carreira o Vice-Consulado Honorário do Brasil em Vancouver.*

Decreto nº 681 — de 3 de março de 1962.

— *Declara o Serviço Técnico de Análise e Planejamento do Ministério das Relações Exteriores órgão auxiliar da Comissão Nacional de Planejamento.*

Decreto nº 695 — de 14 de março de 1962.

— *Altera o Decreto nº 45.426, de fevereiro de 1959, publicado no Diário Oficial de 22 e republicado no Diário Oficial de 28 do mesmo mês e ano, e reajusta a representação por serviço no exterior concedida aos Consules Privativos, nível 13, e aos ex-Auxiliares de Consulado, padrão "N", hoje Oficiais de Administração*

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

nível 16-C e os níveis de remuneração dos Auxiliares contratados das repartições do Ministério das Relações Exteriores no exterior.

Decreto n.º 737-A — de 10 de março de 1962.

— Altera o decreto 529-A, de 18 de janeiro de 1962.

Decreto n.º 755-A — de 19 de março de 1962.

— Dispõe sobre o Consulado do Brasil em Toronto.

Decreto n.º 792 — de 28 de março de 1962.

— Extingue o Consulado-Geral do Brasil em Assunção.

Decreto n.º 793 — de 23 de março de 1962.

— Dispõe sobre o Consulado do Brasil em Houston.

Decreto n.º 794 — de 23 de março de 1962.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Suspende a admissão de pessoal temporário do Ministério da Saúde e dá outras providências.

Decreto n.º 508 — de 16 de janeiro de 1962.

— Cria função gratificada no Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde.

Decreto n.º 643 — de 2 de março de 1962.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona no Município de São Luis de Montes Belos, no Estado de Goiás.

Decreto n.º 742 — de 19 de março de 1962.

— Retifica a Tabela Numérica Especial de Mensalistas do Ministério da Saúde e dá outras providências.

Decreto n.º 51.420 — de 23 de fevereiro de 1962.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, o crédito especial de Cr\$ 78.000,00 para pagamento de gratificação adicional a Crysanthemo Pontes de Carvalho e Souza, auxiliar administrativo.

Lei n.º 4.031 — de 20 de dezembro de 1961.

— Aprova o Regulamento do Serviço Atuarial, do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Decreto n.º 515 — de 18 de janeiro de 1962.

— Prorroga o prazo de funcionamento da Comissão a que se refere o Decreto n.º 51.044, de 25 de julho de 1961.

Decreto n.º 692 — de 13 de março de 1962.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 1.200.000.000,00 para a reconstrução da barragem de Orós, no Estado do Ceará, e dá outras providências.

Lei n.º 4.014 — de 16 de dezembro de 1961.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 450.000.000,00, para reequipamento da navegação do Rio São Francisco, e dá outras providências.

Lei n.º 4.025 — de 20 de dezembro de 1961.

— Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, os créditos especiais de Cr\$ 600.000.000,00 e 100.000.000,00 para os fins que menciona.

Decreto n.º 393 — de 21 de dezembro de 1961. (Retificação).

— Declara de utilidade pública domínio útil de imóveis e benfeitorias em Pernambuco.

Decreto n.º 542 — de 24 de janeiro de 1962.

— Autoriza a execução de obras de emergência no Estado do Piauí.

Decreto n.º 610 — de 14 de fevereiro de 1962.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Complementa o artigo 6.º da Emenda Constitucional n.º 3, e dá outras providências.

Lei n.º 4.019 — de 20 de dezembro de 1961.

MOINHOS DE TRIGO

Proíbe a concessão de autorização para instalação de novos moinhos de trigo e dá outras providências.

Decreto n.º 600 — de 8 de fevereiro de 1962.

N

NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

Concede à Empresa Marítima Netuno, S. A., autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 103 — de 31 de outubro de 1961.

Concede a "Cinaba", Comércio, Indústria e Navegação Bandeirantes, S. A., autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 174 — de 20 de novembro de 1961.

Concede a Csímiro Filho, Indústria e Comércio S. A., autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 178 — de 20 de novembro de 1961.

Concede à sociedade Navegação "Cometa" Limitada, autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 399 — de 21 de dezembro de 1961.

Concede à sociedade de economia mista, do Estado do Maranhão, Lóide Maranhense S. A., autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 489 — de 5 de janeiro de 1962.

NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

Concede à Empresa de Navegação e Pesca Vieira Limitada, autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem, com sua denominação modificada para Empresa de Navegação Vieira Limitada.

Decreto n.º 50.428 — de 10 de abril de 1961.

NORDESTE

Autoriza o Ministério da Fazenda a dar a garantia do Tesouro Nacional às operações de crédito a serem realizadas pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE — e pelo Banco do Nordeste do Brasil S. A., com o Banco Interamericano de Desenvolvimento ou outras entidades internacionais de crédito, para financiamento de projetos integrantes do Plano Quinquenal da SUDENE, nos setores de Abastecimento D'água, Serviços de Esgotos, Energia Elétrica, Sistema de Transportes, Habitação Popular, Colonização e Povoamento, Educação e outros.

Decreto n.º 595 — de 8 de fevereiro

Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, abaixo descrito.

Decreto n.º 596 — de 8 de fevereiro de 1962.

Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional e consignados à empresa, "Tanino de Mangue S. A. — TAMASA", de São Luís (Ma).

Decreto n.º 597 — de 8 de fevereiro de 1962.

Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamen-

NORDESTE

tos novos, sem similar nacional, abaixo descritos e consignados à Companhia Cervejaria Brahma.

Decreto nº 598 — de 8 de fevereiro de 1962.

Abre à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste o crédito especial de Cr\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de cruzeiros) para o fim que especifica.

Decreto nº 627 — de 23 de fevereiro de 1962.

Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional e consignados à "Indústria Brasileira de Mármore S. A." (IBRASA); de Salvador (Ba).

Decreto nº 725 — de 16 de março de 1962.

Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, neste descritos e consignados ao "Cotonifício Othon Bezerra de Mello S. A.".

Decreto nº 726 — de 16 de março de 1962.

Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, abaixo descritos e consignados à Companhia Fiat Lux de Fósforos de Seguranga (Fiat Lux).

Decreto nº 753-A — de 19 de março de 1962.

NORDESTE DO PARANÁ

Cria o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná.

Decreto nº 51.431 — de 19 de março de 1962.

NÚCLEO BANDEIRANTE

Considera cidade satélite o chamado Núcleo Bandeirante, no atual Distrito Federal.

Lei nº 4.020 — de 20 de dezembro de 1961.

O

ORÇAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

Orça a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício de 1962.

Lei nº 4.023 — de 20 de dezembro de 1961.

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1962.

Lei nº 3.994 — de 9 de dezembro de 1961.

Retifica, sem ônus, as Leis números 3.487, de 10 de dezembro de 1958, e 3.682, de 7 de dezembro de 1959, que estimaram a receita e fixaram a despesa da União para os exercícios, respectivamente, de 1959 e 1960.

Lei nº 4.006 — de 16 de dezembro de 1961.

Orça a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício de 1962.

Lei nº 4.023 — de 20 de dezembro de 1961.

Estabelece normas para a execução do Orçamento Geral da União, relativo ao exercício de 1962.

Decreto nº 764 — de 20 de março de 1962.

ORDEM DO RIO BRANCO

Insttúi uma Ordem honorífica denominada Ordem de Rio Branco.

Decreto nº 51.410 — de 14 de fevereiro de 1962.

P

PECUÁRIA

Modifica o Regulamento baixado com o Decreto nº 5.739, de 29 de maio de 1940, e dá outras providências.

Decreto nº 591 — de 6 de fevereiro de 1962.

PEDRAS CORADAS

Renova a autorização contida no Decreto nº 45.164, de 31 de dezembro de 1958.

Decreto nº 460 — de 5 de janeiro de 1962.

Autoriza o cidadão brasileiro Lauro Ferreira Caminhas a pesquisar pedras coradas, no município de Atalaia — Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 699 — de 15 de março de 1962.

PEDRAS PRECIOSAS

Revoga o Decreto nº 21.317, de 17 de junho de 1946.

Decreto nº 724 — de 16 de março de 1962.

Revoga o Decreto nº 25.137, de 25 de junho de 1948.

Decreto nº 729 — de 16 de março de 1962.

Revoga o Decreto nº 2.472, de 9 de março de 1938.

Decreto nº 730 — de 16 de março de 1962.

**PEGMATITO — INDÚSTRIA
EXTRATIVA DE MINÉRIOS
LIMITADA**

Autoriza Pegmatito — Indústria Extrativa de Minérios Ltda., a pesquisar mica, caulim e feldspato no município de Mercês — Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 579 — de 5 de fevereiro de 1962.

PENSÕES

Concede pensão especial de Cr\$ 10.000,00 mensal à viúva do poeta e jornalista Antônio Boto.

Lei nº 4.009 — de 16 de dezembro de 1961.

Concede pensão mensal de ... Cr\$ 3.000,00 a Belisário Alves, ex-estafeta de correio a cavalo do Segundo Distrito de Pinheiro Machado — Rio Grande do Sul.

Lei nº 4.036 — de 20 de dezembro de 1961.

PENSÕES

Concede pensão especial de Cr\$ 4.940,00 mensais a Manoel Brito da Silva, ex-servidor do Ministério da Agricultura.

Lei nº 4.043 — de 21 de dezembro de 1961.

Concede pensões especiais a Maria do Amparo Medeiros Parente e Lúcia Costa Perlingeiro.

Lei nº 4.053 — de 9 de março de 1962.

Regulamenta a Lei nº 3.738, de 4 de abril de 1960, na parte relativa ao funcionalismo civil.

Decreto nº 452 — de 4 de janeiro de 1962.

Revoga o art. 3º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 49.096, de 10 de outubro de 1960.

Decreto nº 644 — de 2 de março de 1962.

PESQUISA

(Autorização para) — Ver o nome do elemento pesquisado.

PETRÓLEO

Manda aplicar as normas do Decreto nº 50.354, de 17 de março de 1961, modificado pelo Decreto número 50.392, de 29 de março de 1961, aos estoques e quantidades em trânsito de petróleo e derivados, adquiridos antes da vigência dos novos preços daqueles produtos, fixados pelo Conselho Nacional do Petróleo, em consequência da revisão da taxa de câmbio, decorrente das diretrizes da política cambial, consubstanciada nas Instruções ns. 204 e 208, da Superintendência da Moeda e do Crédito.

Decreto nº 614 — de 19 de fevereiro de 1962.

**PLANO DE ELETRIFICAÇÃO
DO NORDESTE**

Altera o Decreto nº 46.415, de 13 de julho de 1959 e vincula recursos do Fundo Federal de Eletrificação do Plano de Eletrificação do Nordeste.

Decreto nº 133 — de 10 de novembro de 1961.

PLANO NACIONAL DE HABITAÇÃO

Dispõe sobre os contratos de financiamento do Plano Nacional de Habitação e dá outras providências. de 1962.

PODER JUDICIÁRIO

Decreto nº 786 — de 26 de março
Altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral e dá outras providências.

Lei nº 4.017 — de 16 de dezembro de 1961.

Complementa o art. 6º da Emenda Constitucional nº 3, e dá outras providências.

Lei nº 4.019 — de 20 de dezembro de 1961.
pelo Ministério da Fazenda, ao Po-

Autoriza o Poder Executivo a abrir der Judiciário — Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, o crédito especial de Cr\$ 65.000,00, para pagamento de despesas realizadas no ano de 1959, com substituições de funcionários da Secretaria do mesmo órgão.

Lei nº 4.033 — de 20 de dezembro de 1961.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Tribunal de Contas da União, o crédito especial de Cr\$ 107.100,00 para pagamento de despesas de gratificação adicional.

Lei nº 4.042, de 21 de dezembro de 1961.

Aplica aos cargos e funções do Quadro do Pessoal dos Órgãos da Justiça do Trabalho da Primeira Região, disposições das Leis ns. 3.780, de 12 de julho de 1960, e 3.826, de 23 de novembro de 1960, e dá outras providências.

Lei nº 4.047, de 21 de dezembro de 1961.

Torna extensivas aos servidores das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais disposições das Leis ns. 3.780, e 3.826, de 1960, e dá outras providências.

Lei nº 4.049, de 23 de fevereiro de 1962.

PODER JUDICIÁRIO

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, o crédito especial de Cr\$ 56.649,40 para pagamento de substituições de funcionários de sua secretaria, no exercício de 1957.

Lei nº 4.089, de 20 de dezembro de 1961.

Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Superior Eleitoral, o crédito especial de Cr\$ 123.711.057,70, para o fim que especifica.

Decreto nº 555, de 2 de fevereiro de 1962.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA GUANABARA

Dispõe sobre a doação dos imóveis que menciona, no Estado da Guanabara.

Decreto nº 745, de 19 de março de 1962.

PORTO DO RIO GRANDE DO SUL

Aprova projeto, memória justificativa e orçamento para recuperação da área na zona do cais de saneamento do Porto do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 791, de 27 de março de 1962.

PREFEITURAS

Outorga à Prefeitura Municipal de Itapetinga, Estado da Bahia, concessão para distribuir energia elétrica e dá outras providências.

Decreto nº 467, de 5 de janeiro de 1962.

Outorga à Prefeitura Municipal de Santana do Acaraú, concessão para distribuir energia elétrica no respectivo município, Estado do Ceará.

Decreto nº 476, de 5 de janeiro de 1962.

Outorga à Prefeitura Municipal de Ituaçu, Estado da Bahia, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da queda d'água Buracão,

PREFEITURAS

existente no rio Mato Grosso, distrito da sede do Município de Ituaçu, Estado da Bahia.

Decreto nº 623, de 23 de fevereiro de 1962.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Frei Paulo, Estado de Sergipe, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 663, de 8 de março de 1962.

— Transfere da Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo para a Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. a concessão para distribuir energia elétrica no Município de Pedro Leopoldo, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

Decreto nº 668, de 8 de março de 1962.

— Transfere da Usina Fôrça e Luz de Coqueiral S.A. para a Prefeitura Municipal de Coqueiral, a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao Município de Coqueiral, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 669, de 8 de março de 1962.

— Declara extinta a concessão outorgada à Empresa de Luz Elétrica Santa Terezinha pelo Decreto nº 4.648, de 6 de setembro de 1939, e outorga à Prefeitura Municipal de Ribeira, Estado de São Paulo, concessão para o aproveitamento do desnível denominado Tororão, no córrego do mesmo nome, destinado a produção, transmissão e distribuição de energia elétrica àquele município.

Decreto nº 671, de 8 de março de 1962.

— Transfere da Prefeitura Municipal de Itaberai para a Centrais Elétricas de Goiás S.A., a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica no Município de Itaberai, Estado de Goiás.

Decreto nº 673, de 8 de março de 1962.

— Autoriza a Prefeitura Municipal de Charqueada, Estado de São Paulo, a construir uma linha de transmissão

PREFEITURA

entre a linha Piracicaba-Charqueada e a sede do distrito de Paraisolândia e dá outras providências.

Decreto nº 717, de 16 de março de 1962.

— Outorga à Prefeitura Municipal de São Lourenço D'Oeste, Estado de Santa Catarina, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 720, de 16 de março de 1962.

PRÊMIO "MARINHA DO BRASIL"

Altera a redação do Decreto número 40.247, de 31 de outubro de 1958.

Decreto nº 611, de 15 de fevereiro de 1962.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Dá novas redações ao art. 2º, letra a do art. 18 do Regulamento dos Órgãos da Presidência da República, aprovado pelo Decreto nº 23.822, de 10 de outubro de 1947, modificado pelos Decretos ns. 36.215, de 24 de setembro de 1954, 45.057, de 17 de dezembro de 1958 e 50.262, de 3 de fevereiro de 1961.

Decreto nº 51.399, de 1 de fevereiro de 1962.

— Dispõe sobre militares em função no Gabinete Militar da Presidência da República.

Decreto nº 51.401, de 1 de fevereiro de 1962.

— Autoriza o Presidente da República a ausentar-se do País, no decorrer do mês de abril de 1962, para uma visita oficial dos Estados Unidos da América e aos Estados Unidos Mexicanos.

Decreto Legislativo nº 1, de 1962.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Autoriza o Ministério da Fazenda a emitir apólices da Dívida Pública, para pagamento da dívida do Tesouro para pagamento da dívida do Tesouro Nacional à Previdência Social.

Decreto nº 542-A, de 24 de janeiro de 1962.

Q

QUARTZO

Renova a autorização contida no Decreto nº 45.184, de 31 de dezembro de 1958.

Decreto nº 460 — de 5 de janeiro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Coelho de Almeida a pesquisar quartzo e mica no Município de Água Boa, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 575, de 5 de fevereiro de 1962.

— *Autoriza, o cidadão brasileiro Lauriston Job Lane Júnior a pesquisar quartzo e mica no Município de Malacacheta, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 578, de 5 de fevereiro de 1962.

R

RÁDIO ALTO PIRANHAS LTDA.

Outorga concessão à Rádio Alto Piranhas Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média na cidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba.

Decreto nº 562, de 2 de fevereiro de 1962.

RÁDIO CLUBE PIAUI

Revogação do Decreto nº 30.197, de 21 de outubro de 1951, de autorizou a concessão à Rádio Clube Piauí Limitada para estabelecer, na cidade de Teresina, uma estação radiodifusora em onda tropical.

Decreto nº 504, de 16 de janeiro de 1962.

RÁDIOCOMUNICAÇÕES

Altera o art. 9º do Decreto nº 21.111, de 1 de março de 1932.

Decreto nº 652, de 8 de março de 1932.

**RÁDIO DIFUSORA DO
AMAZONAS LIMITADA**

Outorga concessão à Rádio Difusora do Amazonas Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de onda tropical, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

Decreto nº 769, de 22 de março de 1962.

**RÁDIO EDUCADORA DE
ALAGOAS LIMITADA**

Outorga concessão à Rádio Educadora Palmares, de Alagoas, para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média na cidade de Maceió, Estado de Alagoas.

Decreto nº 593, de 8 de fevereiro de 1962.

**RÁDIO EDUCADORA DE
PALMARES DE ALAGOAS
LIMITADA**

Outorga concessão à Rádio Educadora de Palmares de Alagoas Ltda. para estabelecer uma estação radiodifusora de onda tropical na cidade de Maceió, Estado de Alagoas.

Decreto nº 592, de 8 de fevereiro de 1962.

**RÁDIO EXCELSIOR DA BAHIA
SOCIEDADE ANÔNIMA**

Outorga concessão à Rádio Excelsior da Bahia S.A., para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias.

Decreto nº 633, de 1 de março de 1962.

**RÁDIO JORNAL DO BRASIL
CENTRAL S. A.**

Outorga concessão à Rádio Jornal Brasil Central S.A., para estabelecer uma estação radiodifusora de onda tropical, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Decreto nº 636, de 1 de março de 1962.

RÁDIO MARAJOARA LIMITADA

Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento a ser importado pela Rádio Marajoara Ltda., para instalação de uma estação de televisão na cidade de Belém, Estado do Pará.

Lei nº 4.011, de 16 de dezembro de 1961.

RÁDIO MARAJOARA SOCIEDADE ANÔNIMA

Outorga concessão à Rádio Marajoara Sociedade Anônima para estabelecer uma estação de televisão, em VHS, geradora de programas, na cidade de Belém, Estado do Pará.

Decreto nº 698, de 15 de março de 1962.

RÁDIO PIONEIRA DE TERESINA LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Pioneira de Teresina Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de onda tropical na cidade de Teresina, Estado do Pará.

Decreto nº 505, de 16 de janeiro de 1962.

— *Revogação do Decreto nº 41, de 12 de outubro de 1961, que autorizou concessão à Rádio Pioneira de Teresina Limitada, para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média, na cidade de Teresina, Estado do Piauí.*

— *Outorga concessão à Rádio Pioneira de Teresina Limitada, para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média, na cidade de Teresina, Estado do Piauí.*

Decreto nº 507, de 16 de janeiro de 1962.

RÁDIO RIO MAR LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Rio Mar Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

Decreto nº 770, de 22 de março de 1962.

RÁDIO TELEVISÃO COROADOS SOCIEDADE ANÔNIMA

Outorga concessão à Rádio Televisão Coroados S.A. para estabelecer uma estação radiotelevisão na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Decreto nº 516, de 18 de janeiro de 1962.

RÁDIO TUPINAMBA DE SOBRAL LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Tupinambá de Sobral Limitada.

Decreto nº 620, de 22 de fevereiro de 1962.

RÊDE FERROVIÁRIA FEDERAL SOCIEDADE ANÔNIMA

Declara sem efeito, parcialmente, decreto de lotação de servidores cedidos à R.F.F.S.A.

Decreto nº 556, de 2 de fevereiro de 1962.

— *Autoriza o Ministro da Fazenda a assinar termo aditivo em nome da União Federal, como interveniente, a contratos celebrados entre o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e a Rede Ferroviária Federal S. A., para os fins que especifica.*

Decreto nº 775, de 23 de março de 1962.

RÊDE MINEIRA DE VIAÇÃO

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, os imóveis e benfeitorias que menciona.

Decreto nº 582, de 5 de fevereiro de 1962.

REGIMENTOS

Aprova o Regimento do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

Decreto nº 494, de 10 de janeiro de 1962.

— *Aprova os Regimentos do Gabinete do Ministro, da Consultoria Jurídica e da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Indústria e do Comércio.*

Decreto nº 532, de 23 de janeiro de 1962.

— *Aprova os Regimentos da Secretaria Geral, do Centro de Estudos Econômicos, do Instituto Nacional de Tecnologia, do Instituto Nacional de Pesos e Medidas, do Departamento de Administração, e das Delegacias Estaduais do Ministério da Indústria e do Comércio.*

Decreto nº 533, de 23 de janeiro de 1962.

REGULAMENTOS

— *Aprova o Regimento da Secretaria do Comércio do Ministério da Indústria e do Comércio.*

Decreto nº 534, de 23 de janeiro de 1962.

— *Aprova o Regimento da Secretaria da Indústria do Ministério da Indústria e do Comércio.*

Decreto nº 535, de 23 de janeiro de 1962.

— *Altera o art. 6º do Decreto nº 41.442, de 26 de abril de 1957.*

Decreto nº 616, de 21 de fevereiro de 1962.

— *Aprova o Regimento do Colégio Pedro II.*

Decreto nº 632, de 27 de fevereiro de 1962.

REGULAMENTOS

Acresceita §§ ao Art. 18 do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto nº 8.491, de 16 de dezembro de 1941, e alterado pelo Decreto nº 41.980, de 2 de abril de 1960.

Decreto nº 365, de 15 de dezembro de 1961.

— *Aprova o Regulamento da Lei número 3.969, de 6 de outubro de 1961, que fixa um teto máximo para as tarifas de energia nas cidades de Fortaleza (Ce) Natal. (R.N).*

Decreto nº 491, de 8 de janeiro de 1962.

— *Aprova o Regulamento da Junta Nacional do Algodão (JUNTL), criada pelo Decreto nº 51.184, de 11 de agosto de 1961.*

Decreto nº 509, de 17 de janeiro de 1962.

— *Aprova o Regulamento do Ministério da Indústria e do Comércio.*

Decreto nº 531, de 28 de janeiro de 1962.

Aprova o Regulamento do Estado-Maior da Aeronáutica.

Decreto nº 536, de 23 de janeiro de 1962.

REGIMENTOS

— *Altera o Artigo 53, do Decreto nº 45.105, de 23 de dezembro de 1958.*

Decreto nº 537, de 23 de janeiro de 1962.

— *Aprova o Regulamento da Escola de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves e dá outras providências.*

Decreto nº 528, de 23 de janeiro de 1962.

— *Altera dispositivos do Regulamento Geral — Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira, baixado pelo Decreto número 41.243, de 3 de abril de 1957.*

Decreto nº 539, de 23 de janeiro de 1962.

— *Revoga o Decreto nº 50.450, de 12 de abril de 1961, que regula a projeção de películas cinematográficas e a propaganda comercial através das emissoras de televisão e institui novas normas que passarão a regular a mesma matéria.*

Decreto nº 544, de 31 de janeiro de 1962.

— *Dá nova redação aos artigos 58 e 59 do Regulamento da Escola Superior de Guerra, aprovado e mandado executar pelo Decreto número 50.352, de 26 de março de 1961.*

Decreto nº 557, de 2 de fevereiro de 1962.

— *Dá nova redação ao § 2º do Artigo 9º do Regulamento do Pessoal do Ministério das Relações Exteriores.*

Decreto nº 585, de 6 de fevereiro de 1962.

— *Modifica o Regulamento baixado com o Decreto nº 5.739, de 29 de maio de 1940, e dá outras providências.*

Decreto nº 591, de 6 de fevereiro de 1962.

— *Altera redação do artigo 4º do Decreto nº 24.749, de 5 de abril de 1948 e dá outras providências.*

Decreto nº 604, de 12 de fevereiro de 1962.

REGULAMENTOS

— *Manda aplicar as normas do Decreto nº 50.354, de 17 de março de 1961, modificado pelo Decreto número 50.392, de 29 de março de 1961, aos estoques e quantidades em trânsito de petróleo e derivados, adquiridos antes da vigência dos novos preços daqueles produtos, fixados pelo Conselho Nacional do Petróleo, em consequência da revisão da taxa de câmbio, decorrente das diretrizes da política cambial, consubstanciada nas Instruções ns. 204 e 208, da Superintendência da Moeda e do Crédito.*

Decreto nº 614, de 19 de fevereiro de 1962.

— *Altera o Regulamento do Ensino Industrial, aprovado pelo Decreto número 41.038, de 16 de outubro de 1959, e modificado pelos Decretos nº 41.258, de 17 de novembro de 1959 e nº 49.304, de 21 de novembro de 1960.*

Decreto nº 615, de 20 de fevereiro de 1962.

— *Aprova o novo Regimento do Gabinete do Ministro da Agricultura, com as alterações por ele introduzidas nos anteriores, baixados com os decretos ns. 48.437, de 28-6-60 e 50.050, de 24-1-61.*

Decreto nº 624, de 23 de fevereiro de 1962.

— *Revoga o artigo 6º do Regulamento aprovado pelo Decreto número 49.026, de 10 de outubro de 1960.*

Decreto nº 644, de 2 de março de 1962.

— *Altera o art. 9º do Decreto número 21.111, de 1º de março de 1932.*

Decreto nº 652, de 8 de março de 1962.

— *Aprova o Regulamento do Conselho Superior da Previdência Social.*

Decreto nº 694, de 14 de março de 1962.

— *Aprova o Regulamento para a indicação dos representantes do comércio do café e dos governos estaduais na Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café.*

Decreto nº 702 de 15 de março de 1962.

REGULAMENTOS

— *Aprova o Regulamento do Serviço Social das Estradas de Ferro, criado no Departamento Nacional de Estradas de Ferro.*

Decreto nº 778 de 22 de março de 1962.

— *Dá novas redações ao art. 2º e letra a do art. 18 do Regulamento dos Órgãos da Presidência da República, aprovado pelo Decreto nº 23.822, de 10 de outubro de 1947, modificado pelos Decretos 36.215, de 24 de setembro de 1958 e 50.262, de 3 de fevereiro de 1961.*

Decreto nº 51.399, de 1º de fevereiro de 1962.

— *Regulamenta o disposto no art. 31 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.*

Decreto nº 51.409, de 13 de fevereiro de 1961.

— *Altera o Decreto nº 29.433, de 4 de abril de 1951 e dá outras providências.*

Decreto nº 51.418, de 23 de fevereiro de 1962.

RODOVIA BRASÍLIA-BELÉM

Revoga o art. 7º e seus parágrafos do Decreto nº 368, de 15 de dezembro de 1961, que aprova Normas Especiais para a conclusão da rodovia Brasília-Belém.

RODOVIA FORTALEZA-BRASÍLIA

Revoga o art. 7º e seus parágrafos do Decreto nº 369, de 15 de dezembro de 1961, que aprova Normas Especiais para a conclusão da rodovia Fortaleza — Brasília.

Decreto nº 609, de 14 de fevereiro de 1962.

RUPTURITA S. A. —
EXPLOSIVOS

Considera a fábrica Rupturita S. A. — Explosivos como de interesse militar.

Decreto nº 690, de 12 de março de 1962.

S

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PELOTAS

Declara de utilidade pública a "Santa Casa de Misericórdia de Pelotas", com sede em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 653, de 8 de março de 1962.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO

Declara de utilidade pública a Santa Casa de Misericórdia de Sant'Ana do Livramento, com sede em Sant'Ana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 438, de 28 de dezembro de 1961.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE VOTUPORANGA

Declara de utilidade pública a "Santa Casa de Misericórdia de Votuporanga", com sede em Votuporanga, Estado de São Paulo.

Decreto nº 439 — de 28 de dezembro de 1961.

SCREEN GEMS OF BRAZIL, INC.

Concede à sociedade anônima Screen Gems of Brazil, Inc. autorização para funcionar na República.

Decreto nº 442-A — de 28 de dezembro de 1961.

SEGURO DE CRÉDITO A EXPORTAÇÃO

Dispõe sobre a instituição do Seguro de Crédito à Exportação e dá outras providências.

Decreto nº 736 — de 16 de março de 1962.

SELOS POSTAIS

Aprova a emissão do selo da campanha antituberculose feita pela Federação Brasileira das Sociedades de Tuberculose.

Decreto nº 425 — de 28 de dezembro de 1961.

SEQÜESTRO DE AERONAVES

Torna pública a adesão, por parte da República do Mali, à Convenção Internacional para a Unificação de certas Regras relativas ao Seqüestro Preventivo de Aeronaves, concluída em Roma, a 29 de maio de 1933.

Decreto nº 51.426 — de 8 de março de 1962.

SERVIÇO DE INVESTIGAÇÃO DE ACIDENTES AERONAUTICOS

Altera redação do artigo 4º do Decreto nº 24.749, de 5 de abril de 1948 e dá outras providências.

Decreto nº 604 — de 12 de fevereiro de 1962.

SERVIÇO MILITAR

Regula a prestação do serviço militar por estudante.

Lei nº 4.027 — de 20 de dezembro de 1961.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL

Aprova o Regimento do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

Decreto nº 494 — de 10 de janeiro de 1962.

SERVIÇO SOCIAL DAS ESTRADAS DE FERRO

"Aprova o Regulamento do Serviço Social das Estradas de Ferro, criado no Departamento Nacional de Estradas de Ferro".

Decreto nº 773 — de 23 de março de 1962.

SERVIÇO SOCIAL RURAL

Aprova o Orçamento Analítico do Serviço Social Rural, para 1961, e dá outras providências.

Decreto nº 583 — de 6 de fevereiro de 1962.

Altera a composição do Grupo Executivo de Coordenação do Crédito Rural (GEGRE) e dá outras providências.

Decreto nº 768, de 21 de março de 1962.

SERVIÇOS TELEFÔNICOS

Dispõe sobre providências necessárias à disciplina e à melhoria dos serviços telefônicos interestaduais.

Decreto nº 790 — de 27 de março de 1962.

**SOCIEDADE ANÔNIMA
CERÂMICA FEIRA VELHA
INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

Concede à Sociedade Anônima Cerâmica Feira Velha Indústria e Comércio, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 677 — de 8 de março de 1962.

**SOCIEDADE DE NAVEGAÇÃO E
COMÉRCIO FOZ DE IGUAÇU
LIMITADA**

Concede à Sociedade de Navegação e Comércio Foz do Iguaçu Limitada autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 55 — de 18 de outubro de 1961.

**SOCIEDADE KNOWLES &
FOSTER**

Concede à Sociedade Knowles & Foster autorização para funcionar na República.

Decreto nº 479 — de 5 de janeiro de 1962.

**SOCIEDADE
RADIOCOMUNICAÇÕES LTDA.**

Outorga concessão à Sociedade Radiocomunicações Limitada para estabelecer uma cadeia de estações fixas, destinada a ligar a Cidade do Rio de Janeiro à de Porto Alegre.

Decreto nº 755 — de 19 de março de 1962.

**SOCIEDADE RÁDIO TELEVISÃO
ALTEROSA LIMITADA**

Outorga concessão à Sociedade Rádio Televisão Alterosa Limitada para estabelecer uma estação de rádio-televisão geradora de programas, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, mediante a utilização do canal dois (2) TV-VHF.

Decreto nº 498 — de 12 de janeiro de 1962.

SOJA

Aprova as especificações para a classificação e fiscalização da exportação da soja, visando a sua padronização.

Decreto nº 471 — de 5 de janeiro de 1962.

**STANDARD BRANDS OF
BRAZIL, INC.**

Concede à sociedade anônima Standard Brands of Brazil, Inc. autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto nº 72 — de 24 de outubro de 1961.

SUDENE

Ver: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

**SUL AMÉRICA, COMPANHIA
NACIONAL DE SEGUROS DE
VIDA**

Aprova alterações, inclusive aumento do capital social, introduzidas no Estatuto da Sul América, Companhia Nacional de Seguros de Vida.

Decreto nº 749 — de 19 de março de 1962.

**SUL AMÉRICA TERRESTRES,
MARÍTIMOS E ACIDENTES —
COMPANHIA DE SEGUROS**

Aprova alteração introduzida nos Estatutos, inclusive aumento de capital social, da Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes — Companhia de Seguros.

Decreto nº 183 — de 20 de novembro de 1961.

**SUD AMÉRICA TERRESTRES Y
MARÍTIMA S. A. COMPANHIA
DE SEGUROS GENERALES**

Concede à Sud América Terrestre y Marítima S. A. Companhia de Seguros Generales autorização para aumentar o seu capital, no País, e revoga o Decreto nº 175, de 20 de novembro de 1961, em virtude de emissão verificada quanto ao capital social.

Decreto nº 546 — de 1 de fevereiro de 1962.

**SUPERINTENDÊNCIA DO
DESENVOLVIMENTO DO
NORDESTE**

Ver: Nordeste.

**SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO
DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICO
DA AMAZÔNIA**

Ver: Amazônia.

T

TABELAS

Ver o nome do Ministério ou órgão a que se refere.

TALCO

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Mário Pereira a pesquisar talco no Município de Carandá, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 465 — de 5 de janeiro de 1962.

— *Autoriza a Companhia Paulista de Mineração a pesquisar calcário, dolomita, magnesita e talco, no município de Santo Sé, Estado da Bahia.*

Decreto nº 710 — de 16 de março de 1962.

TARIFAS

Aprova o Regulamento da Lei número 3.969, de 6 de outubro de 1961, que fixa um teto máximo para as tarifas de energia nas cidades de Fortaleza (Ce) Natal (RN).

Decreto nº 491 — de 8 de janeiro de 1962.

Altera o Decreto nº 381, de 19 de dezembro de 1961, que regula a fixação das tarifas dos transportes aéreos nas linhas regulares.

Decreto nº 602 — de 9 de fevereiro de 1962.

TELECOMUNICAÇÕES

Define os serviços de telecomunicações como indústria básica e dá outras providências.

Decreto nº 640, de 2 de março de 1962.

TELEFONES

Dispõe sobre providências necessárias à disciplina e à melhoria dos serviços telefônicos interestaduais.

Decreto nº 790 — de 27 de março de 1962.

TELEVISÃO

Prorroga a entrada em vigor dos artigos 1º a 4º do Decreto nº 50.450, de 12 de abril de 1961.

Decreto nº 446 — de 3 de janeiro de 1962.

— *Revoga o Decreto nº 50.450, de 12 de abril de 1961, que regula a projeção de películas cinematográficas e a propaganda comercial através das emissoras de televisão e institui novas normas que passarão a regular a mesma matéria.*

Decreto nº 544 — de 31 de janeiro de 1962.

— *Altera a redação do art. 3º, § 3º, do Decreto nº 544, de 31 de janeiro de 1962, que regula a projeção de películas cinematográficas e a propaganda comercial, através das emissoras de televisão.*

Decreto nº 697 — de 15 de março de 1962.

**TERRITÓRIO FEDERAL DO
ACRE**

Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 2.307, de 30 de agosto de 1954, autorizando o Poder Executivo a alienar aos servidores dos Territórios do Acre, Amapá, Rio Branco e Rondônia, os imóveis residenciais de alvenaria, madeira de lei, adobe ou de construção mista, pertencentes ao patrimônio da União e localizados nas sedes municipais, vilas e povoados daquelas unidade de fronteira.

Lei nº 4.046 — de 21 de dezembro de 1961.

TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ

Dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 2.307, de 30 de agosto de 1954, autorizando o Poder Executivo a alinear aos servidores dos Territórios do Acre, Amapá, Rio Branco e Roraima, os imóveis residenciais de alvenaria, madeira de lei, adobe ou de construção mista, pertencentes ao patrimônio da União e localizados nas sedes municipais, vilas e povoados daquelas unidades de fronteira.

Lei nº 4.046 — de 21 de dezembro de 1961.

TERRITÓRIO FEDERAL DO RIO BRANCO

Dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 2.307, de 30 de agosto de 1954, autorizando o Poder Executivo a alinear aos servidores dos Territórios do Acre, Amapá, Rio Branco e Roraima, os imóveis residenciais de alvenaria, madeira de lei, adobe ou de construção mista, pertencentes ao patrimônio da União e localizados nas sedes municipais, vilas e povoados daquelas unidades de fronteira.

Lei nº 4.046 — de 21 de dezembro de 1961.

TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA

Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 2.307, de 30 de agosto de 1954, autorizando o Poder Executivo a alinear aos servidores dos Territórios do Acre, Amapá, Rio Branco e Roraima, os imóveis residenciais de alvenaria, madeira de lei, adobe ou de construção mista, pertencentes ao patrimônio da União e localizados nas sedes municipais, vilas e povoados daquelas unidades de fronteira.

Lei nº 4.046 — de 21 de dezembro de 1961.

THE FIRST NATIONAL CITY BANK OF NEW YORK

Aprova a reforma de estatutos de "The First National City Bank of New York", com sede em New York, U.S.A.

Decreto nº 51.415 — de 23 de fevereiro de 1962.

THE LONDON & LANCASHIRE INSURANCE COMPANY LIMITED

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da The London & Lancashire Insurance Company Limited.

Decreto nº 181, de 20 de novembro de 1961.

TRANSPORTES

Prorroga o prazo a que se refere o art. 6º do Decreto nº 50.903, de 3 de julho de 1961.

Decreto nº 554, de 2 de fevereiro de 1962.

TRANSPORTES AÉREOS

Determina a observância, no Brasil, das Normas e Recomendações constantes do Anexo 9 à Convenção de Aviação Civil Internacional, que dispõe sobre a facilitação dos Transportes Aéreos.

Reproduzido

Decreto nº 225, de 24 de novembro de 1961.

— Altera o Decreto nº 381, de 19 de dezembro de 1961, que regula a fixação das tarifas dos transportes aéreos nas linhas regulares.

Decreto nº 602, de 9 de fevereiro de 1962.

TRATORES

Suspende temporariamente a execução parcial do Decreto nº 49.944, de 13 de janeiro de 1961.

Decreto nº 767, de 21 de março de 1962.

TRIBUNAL DE CONTAS

Modifica o Regulamento do Tribunal de Contas.

Decreto nº 802, de 30 de março de 1962.

TRIBUNAL MARÍTIMO

Aprova o sistema de classificação de cargos do Tribunal Marítimo e das outras providências.

Decreto nº 51.361, de 29 de novembro de 1961.

TRIGO

Proíbe a concessão de autorização para instalação de novos moinhos de trigo e dá outras providências.

Decreto nº 600, de 8 de fevereiro de 1962.

TURMALINA

Autoriza o cidadão brasileiro João José Pereira a pesquisar turmalinas, no município de Itinga, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 713, de 16 de março de 1962.

U

UNIÃO NACIONAL DE ASSOCIAÇÕES FAMILIAIS

Declara de utilidade pública a União Nacional de Associações Familiares, com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 553, de 2 de fevereiro de 1962.

UNIVERSIDADES

Concede subvenção às Universidades equiparadas, mantidas por Instituições de caráter privado.

Lei nº 4.026, de 20 de dezembro de 1961.

— Dá nova denominação à instituição que menciona.

Decreto nº 472, de 5 de janeiro de 1962.

— Institui a Fundação Universidade de Brasília.

Decreto nº 500, de 15 de janeiro de 1962.

— Altera o Estatuto da Universidade de Juiz de Fora.

Decreto nº 758, de 20 de março de 1962.

— Aprova o quadro de Pessoal da Universidade de Santa Maria e dá outras providências.

(Publicado no Diário Oficial de 20 de dezembro de 1961 — Suplemento — Seção I).

Decreto nº 49.979, de 23 de janeiro de 1961.

UNIVERSIDADES

— Aprova o sistema de classificação de cargos da Universidade do Recife, e dá outras providências.

Decreto nº 51.352, de 23 de novembro de 1961.

Decreto nº 51.356, de 24 de novembro de 1961.

— Aprova o sistema de classificação de Cargos da Universidade do Paraná, e dá outras providências.

Aprova o sistema de classificação de Cargos da Universidade do Paraná e dá outras providências.

(Publicado no Diário Oficial de 5 de dezembro de 1961 — Parte I).

Decreto nº 51.356, de 24 de novembro de 1961.

— Aprova o sistema de classificação de cargos da Universidade Rural de Pernambuco, e dá outras providências.

Decreto nº 51.357, de 24 de novembro de 1961.

— Aprova o sistema de classificação de cargos da Universidade de Minas Gerais, e dá outras providências.

Decreto nº 51.359, de 24 de novembro de 1961.

— Aprova o sistema de classificação de cargos da Universidade do Pará e dá outras providências.

Decreto nº 51.360, de 24 de novembro de 1961.

— Aprova o sistema de classificação de cargos da Universidade do Brasil, e dá outras providências.

Decreto nº 51.366, de 6 de dezembro de 1961.

— Aprova o Quadro do Pessoal da Universidade de Alagoas e dá outras providências.

Decreto nº 51.385, de 4 de janeiro de 1962.

— Aprova o Quadro do Pessoal da Universidade da Paraíba e dá outras providências.

Decreto nº 51.386, de 4 de janeiro de 1962.

UNIVERSIDADES

— *Classifica provisoriamente as funções gratificadas das Universidades Federais e dá outras providências.*

(Suplemento)

Decreto nº 51.391, de 10 de janeiro de 1962.

— *Dispõe sobre o provimento dos cargos, em comissão, de diretor dos estabelecimentos federais de ensino superior isolados ou integrantes das Universidades Federais vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.411-A, de 19 de fevereiro de 1962.

— *Aprova o Quadro do Pessoal da Universidade de Juiz de Fora e dá outras providências.*

Decreto nº 51.412, de 20 de fevereiro de 1962.

— *Classifica provisoriamente funções gratificadas e dá outras providências.*

Decreto nº 51.413, de 22 de fevereiro de 1962.

USINA HIDRELÉTRICA DE ALTO GRAÇAS

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, destinado a auxiliar a construção e ampliação da Usina Hidrelétrica de Alto Graças, no Estado de Mato Grosso.

Decreto nº 622, de 23 de fevereiro de 1962.

UTILIDADE PÚBLICA

Declara de utilidade pública a Sociedade Hospital Samaritano, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 429, de 28 de dezembro de 1961.

— *Declara de utilidade pública os Estabelecimentos de Ensino Professor Alfredo Herkenhoff Ltda., com sede em Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo.*

Decreto nº 436, de 28 de dezembro de 1961.

V

VEÍCULOS DE CARGA

Prorroga o prazo a que se refere o art. 6º do Decreto nº 50.903, de 3 de julho de 1961.

Decreto nº 554, de 2 de fevereiro de 1962.

W

W. M. JACKSON INC.

Concede à Sociedade Anônima W. M. Jackson INC. autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto nº 312, de 7 de dezembro de 1962.

WESTINGHOUSE ELETRIC COMPANY S. A.

Concede à Westinghouse Electric Company, S. A. autorização para funcionar na República.

Decreto nº 481, de 5 de janeiro de 1962.

Z

ZINCO

Autoriza o cidadão brasileiro Domício Gondim Barreto a lavrar minério de zinco no município de Vazante, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 496, de 11 de janeiro de 1962.

ZONA DE LIVRE COMÉRCIO

Dispõe sobre a execução do resultado das negociações para a formação da Zona de Livre Comércio, instituída pelo Tratado de Montevideu.

Decreto nº 387, de 20 de dezembro de 1961.

ZONA FRANCA DE MANAUS

Altera a redação do art. 1º do Regulamento aprovado pelo Decreto número 47.767, de 3 de fevereiro de 1960.

Decreto nº 723, de 16 de março de 1962.

— *Fixa o vencimento do Superintendente da Zona Franca de Manaus e dá outras providências.*

Decreto nº 789, de 27 de março de 1962.

— *Aprova o Quadro do Pessoal da Zona Franca de Manaus e dá outras providências.*

Decreto nº 51.436, de 27 de março de 1962.



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1962 — VOLUME III

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS DE ABRIL A JUNHO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

1962

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Págs.		Págs.	
2 — Decreto Legislativo de 1962 — Aprova o Acôrdo sobre Transportes Aéreos Regula- res entre os Estados Unidos do Brasil e o Japão, firmado no Rio de Janeiro, a 14 de de- zembro de 1956. — Publicado no D.O. de 6 de junho de 1962	3	4.056 — Lei de 14 de abril de 1962. — Cria cargos no Qua- dro Permanente do Ministé- rio da Agricultura, e dá ou- tras providências. — Publica- do no D.O. de 4 de maio de 1962	6
3 — Decreto Legislativo de 1962 — Aprova o Acôrdo sobre cir- culação internacional do ma- terial visual e auditivo de ca- ráter educativo, científico e cultural, firmado pelo Brasil na Conferência da UNESCO — Publicado no D.O. de 12 de junho de 1962.	3	4.057 — Lei de 4 de maio de 1962. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Minis- tério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$... 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), destinado às obras e equipamentos da Es- cola Politécnica de Campina Grande, Estado da Paraíba. — Publicada no D.O. de 7 de maio de 1962	6
4 — Decreto Legislativo de 1962 — Aprova o Convênio Consti- tutivo da Associação Interna- cional de Desenvolvimento firmado em Washington a 20 de junho de 1961 pelo Govêr- no Brasileiro. — Publicado no D.O. de 15 de junho de 1962	3	4.058 — Lei de 8 de maio de 1962. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Minis- tério da Viação e Obras Pú- blicas, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00, destina- do à pavimentação de tre- chos rodoviários da BR-4, Rio- Bahia) e da BR-12 (Trans- nordestina). — Publicado no D.O. de 11 de maio de 1962	7
4.054 — Lei de 2 de abril de 1962. — Dispõe sobre a efeti- vação de servidores interinos, e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 9 de abril de 1962	4	4.059 — Lei de 8 de maio de 1962. — Dispõe sobre os de- pósitos que os bancos devem manter no Banco do Brasil S.A., à ordem da Superin- tendência da Moeda e do Cré- dito. — Publicada no D.O. de 11 de maio de 1962.	7
4.055 — Lei de 13 de abril de 1962. — Altera a Lei n.º 2.944, de 8 de novembro de 1956, que permite ao Banco Nacio- nal do Desenvolvimento Eco- nômico o ajuste de emprésti- mos com autarquias estaduais que tenham a seu cargo pla- nos de eletrificação, e dá ou- tras providências. — Publica- da no D.O. de 14 de abril de 1962	5	4.060 — Lei de 8 de maio de 1962. — Isenta do imposto de consumo os fertilizantes sim- ples e compostos destinados à aplicação em atividades agri- colas. — Publicado no D.O. de 11 de maio de 1962	8

	Págs.		Págs.
4.061 — Lei de 8 de maio de 1962. — Altera o art. 1.º da Lei n.º 3.205, de 15 de julho de 1957, que reestrutura os cargos de tesoureiros do Serviço Público Federal. — Publicado no D.O. de 18 de junho de 1962. — Retificado no D.O. de 19 de junho de 1962	8	4.067 — Lei de 5 de junho de 1962. — Aplica aos cargos e funções do Quadro do Pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho da 2.ª Região disposições das Leis ns. 3.780, de 12 de julho, e 3.826, de 23 de novembro, ambas de 1960, e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 8 de junho de 1962. — Retificado no D.O. de 15 de junho de 1962	11
4.062 — Lei de 14 de maio de 1962. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, como auxílio à Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. — Publicado no D.O. de 24 de maio de 1962	9	4.068 — Lei de 9 de junho de 1962. — Declara comerciais as empresas de construções, e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 18 de junho de 1962	15
4.063 — Lei de 19 de maio de 1962 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, créditos especiais destinados às Escolas de Enfermagem Wenceslau Braz de Itajubá, do Pará, em Belém e Hermantina Beraldo, de Juiz de Fora, bem como à Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora. — Publicado no D.O. de 24 de maio de 1962	9	4.068-A — Lei de 10 de junho de 1962. — Dispõe sobre a não aplicação das normas estabelecidas no Decreto-lei números 3.768, de 1941, a partir da vigência da Lei n.º 1.050, de 1950, aos extranumerários mensialistas, diaristas ou tarefeiros julgados incapazes por motivo de acidente no exercício de suas atribuições, de doença profissional ou por moléstia especificada em lei. — Publicado no D.O. de 15 de junho de 1962. — Retificado no D.O. de 18 de junho de 1962	18
4.064 — Lei de 19 de maio de 1962 — Isenta dos impostos de importação e de consumo material importado pela Companhia Telefônica de Pirapora, Estado de Minas Gerais. — Publicado no D.O. de 24 de maio de 1962. — Retificado no D.O. de 25 de maio de 1962	10	4.069 — Lei de 11 de junho de 1962. — Fixa novos valores para os vencimentos dos servidores da União, institui empréstimo compulsório e altera legislação do Imposto de Renda, autoriza emissão de títulos de recuperação financeira, modifica legislação sobre emissão de letras e obrigações do Tesouro Nacional e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 15 de junho de 1962. — Retificado no D.O. de 18 de junho de 1962.	16
4.065 — Lei de 19 de maio de 1962 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Conselho de Ministros, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 para ocorrer a despesas com o seu funcionamento no exercício de 1961. — Publicado no D.O. de 24 de maio de 1962	10	4.069-B — Lei de 12 de junho de 1962. — Assegura isenção do imposto de renda e adicional de renda às indústrias de beneficiamento e de artefatos de borracha, e às de beneficiamento e tecelagem de juta, localizada na	
4.066 — Lei de 28 de maio de 1962. — Estabelece normas para a validade de pedido de demissão ou recibo de quitação contratual, firmado por empregado. — Publicado no D.O. de 5 de junho de 1962 .	10		

Págs.	Págs.
Amazônia. — Publicado no D.O. de 22 de junho de 1962	Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$
— Retificado no D.O. de 26 de junho de 1962	2.000.000.000,00, para as obras de duplicação da rodovia Presidente Dutra. — Publicado no D.O. de 25 de junho de 1962. — Retificado no D.O. de 26 de junho de 1962
4.069-A — Lei de 12 de junho de 1962. — Cria a Fundação Universidade do Amazonas, e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 27 de junho de 1962	34
4.070 — Lei de 15 de junho de 1962. — Eleva o Território do Acre à categoria de Estado e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 22 de junho de 1962	4.074 — Lei de 23 de junho de 1962. — Concede isenção de direitos e taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social, para equipamentos telefônicos importados pela Companhia Telefônica Alta Paulista. — Publicada no D.O. de 27 de junho de 1962
4.070-A — Lei de 15 de junho de 1962. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 278.690.500,00, destinado às despesas de desapropriação dos imóveis necessários à construção da ligação ferroviária Belo Horizonte-Itabira-Pecanha. — Publicado no D.O. de 22 de junho de 1962	34
4.071 — Lei de 15 de junho de 1962. — Dispõe sobre o pagamento a lavradores de cana, que forneçam a usinas de açúcar ou destilarias, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 22 de junho de 1962. — Retificado no D.O. de 26 de junho de 1962	4.075 — Lei de 23 de junho de 1962. — Inclui entre os bens impenhoráveis os exemplares da Bandeira Nacional não destinados ao comércio. — Publicada no D.O. de 27 de junho de 1962
4.071-A — Lei de 15 de junho de 1962 — Dispõe sobre gratificação mensal aos Oficiais do Registro Civil, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 22 de junho de 1962	36
4.072 — Lei de 16 de junho de 1962. — Acrescenta parágrafo único ao art. 4.º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943. — Publicada no D.O. de 20 de junho de 1962	4.076 — Lei de 23 de junho de 1962. — Que regula o exercício da profissão de geólogo. — Publicada no D.O. de 27 de junho de 1962
4.073 — Lei de 22 de junho de 1962. — Autoriza o Poder	36
	4.077 — Lei de 23 de junho de 1962 — Dispõe sobre a gratificação dos encarregados de postos de Correio. — Publicada no D.O. de 27 de junho de 1962
	36
	4.078 — Lei de 23 de junho de 1962. — Isenta do imposto de importação, materiais destinados à instalação de estações de televisão a serem importados pela Rádio Rio Ltda. — Publicada no D.O. de 27 de junho de 1962
	36
	4.079 — Lei de 23 de junho de 1962. — Concede a pensão mensal de Cr\$ 20.000,00 à senhora Adélia da Silva Constantino, viúva do ex-engenheiro João Lourenço Constantino. — Publicada no D.O. de 27 de junho de 1962
	36
	4.080 — Lei de 23 de junho de 1962. — Dá nova redação aos Artigos 2.º, 6.º e 7.º da Lei n.º 3.226, de 27 de julho de 1957, que dispõe sobre a constituição da Usina Termoelétrica

	Págs.		Págs.
trica de Figueira S.A., em Curitiba, Estado do Paraná. — Publicada no D.O. de 27 de junho de 1962	37	4.083 — Lei de 24 de junho de 1962. — Altera o Quadro da Secretaria do Superior Tribunal Militar e serviços auxiliares, e dá outras provi- dências. — Publicada no D.O. de 27 de junho de 1962	38
4.081 — Lei de 23 de junho de 1962. — Concede pensão vi- talícia de Cr\$ 3.000,00 men- sais a Rita Gonçalves de Oli- veira Pitanga, viúva do ex- servidor federal Ricardo Cor- rêa Pitanga. — Publicada no PD.O. de 27 de junho de 1962	37	4.084 — De 30 de junho de 1962 — Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exer- cício. — Publicado no D.O. de 2 de julho de 1962	43
4.082 — Lei de 23 de junho de 1962. — Autoriza o Poder- Executivo a abrir, pelo Minis- tério da Guerra, o crédito es- pecial de Cr\$ 3.000.000,00, para atender às despesas de- correntes de tratamento, am- bulatório e hospitalização dos ex-integrantes da Força Ex- pedicionária Brasileira, nos nosocomios do Exército. — Publicada no D.O. de 27 de junho de 1962	38	4.085 — De 3 de julho de 1962. — Dispõe sobre as medidas necessárias ao funcionamen- to de Escola de Engenharia Industrial. — Publicada no D.O. de 3 de julho de 1962 .	47
		4.086 — Ainda não foi publi- cado no <i>Diário Oficial</i>	48

Figuram neste volume os decretos legislativos e as leis que, expedido no segundo trimestre de 1962, foram publicados no «Diário Oficial» até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas de publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 1962

Aprova o Acôrdo sôbre Transportes Aéreos Regulares entre os Estados Unidos do Brasil e o Japão, firmado no Rio de Janeiro, a 14 de dezembro de 1956.

Art. 1º. É aprovado o Acôrdo sôbre Transportes Aéreos Regulares entre os Estados Unidos do Brasil e o Japão, firmado no Rio de Janeiro, a 14 de dezembro de 1956.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 5 de junho de 1962.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

DECRETO LEGISLATIVO Nº 3, DE 1962

Aprova o Acôrdo sôbre circulação internacional do material visual e auditivo de caráter educativo, científico e cultural, firmado pelo Brasil na Conferência da UNESCO.

Art. 1º. — É aprovado, para todos os seus efeitos, o Acôrdo firmado pelo Brasil na Conferência da UNESCO, em Beirute, na sessão de 1943, e destinado a facilitar a circulação internacional do material visual e auditivo de caráter educativo, científico e cultural.

Art. 2º. — Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de junho de 1962.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

DECRETO LEGISLATIVO Nº 4, DE 1962

Aprova o Convênio Constitutivo da Associação Internacional de Desenvolvimento firmado em Washington a 29 de junho de 1961 pelo Governo Brasileiro.

Art. 1º. É aprovado o Convênio Constitutivo da Associação Internacional de Desenvolvimento firmado em Washington a 29 de junho de 1961, pelo Governo Brasileiro.

Art. 2º. Este decreto legislativo entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 14 de junho de 1962. — Auro Moura Andrade —
Presidente do Senado Federal.

LEI Nº 4.054 — DE 2 DE ABRIL DE 1962

Dispõe sobre a efetivação de servidores interinos, e dá outras providências

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Serão efetivados, nos cargos iniciais de carreira para os quais foram nomeados, os atuais servidores interinos das autarquias federais, cujo ato de nomeação ou admissão tenha sido publicado até 1º de dezembro de 1961, desde que contem ou venham a contar cinco (5) anos de serviço.

Art. 2º O estágio probatório para efeito de estabilidade dos que não tenham cinco (5) anos de serviço, computado o tempo anterior, se completará de acordo com a legislação em vigor.

Art. 3º Os efetivados por esta lei terão a primeira promoção nas suas respectivas carreiras, através de provas internas, segundo o grau de classificação que determinará a ordem da promoção.

Art. 4º Nas mesmas condições dos artigos anteriores serão, também, efetivados os servidores interinos dos cargos de carreira e isolados da União e dos Territórios.

Art. 5º Os dispositivos da presente lei não prejudicarão o direito à nomeação dos candidatos aprovados em concursos já homologados e não prescritos.

Parágrafo único. Se ocorrer que as vagas a serem preenchidas pelos concursados estejam ocupadas por servidores interinos, estes ficarão mantidos como excedentes, na respectiva carreira inicial, até que o Poder Executivo promova a criação dos cargos correspondentes ao seu aproveitamento; os quais serão extintos quando vagarem.

Art. 6º O funcionário interino, admitido ou nomeado após a data fixada no art. 1º, será imediatamente inscrito "ex officio" e submetido a concurso público de provas, completado o prazo de doze meses de exercício no respectivo cargo.

Parágrafo único. Ficará incurso nas sanções do art. 315 do Código Penal, a autoridade responsável pelo não cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 2 de abril de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

RANIERI MAZZILLI

Tancredo Neves

Alfredo Nasser

Angelo Nolasco de Almeida

João de Segadas Vianna

Virgílio Távora

Armando Monteiro

André Franco Montoro

Clóvis M. Travassos

Souto Maior

Ulysses Guimarães

Gabriel de R. Passos

LEI Nº 4.055 — DE 13 DE ABRIL DE 1962

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu, Auro Moura Andrade, presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 4º, da Constituição, promulgo a seguinte Lei.

Altera a Lei nº 2.944, de 8 de novembro de 1956, que permite ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico o ajuste de empréstimos com autarquias estaduais que tenham a seu cargo planos de eletrificação, e de outras providências

Art. 1º O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico poderá tomar, à conta do Fundo Federal de Eletrificação, e devidamente autorizado pelo Presidente da República, ações e obrigações de sociedade de economia mista, controladas pela União, pelos Estados e pelo Distrito Federal, transferindo-as, posteriormente à empresa criada pelo Governo Federal para execução dos empreendimentos públicos de interesse nacional no campo da energia elétrica, bem como ajustar empréstimos com autarquias que tenham a seu cargo a execução de planos regionais de eletrificação.

§ 1º A tomada de ação pelo BNDE, aqui referida, será transferida à Eletrobrás S. A.

§ 2º Os empréstimos ajustados pelo BNDE serão transferidos à Eletrobrás S. A. à conta do Fundo Federal de Eletrificação, amortizáveis, em trinta anos, aos juros anuais de 6% (seis por cento).

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de abril de 1962: 141º da Independência e 74º da República.

AURO MOURA ANDRADE

LEI Nº 4.056 — DE 14 DE
ABRIL DE 1962

Cria cargos no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São criados, no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, e incluídos nas classes das respectivas carreiras, os seguintes cargos, destinados às Escolas Agrotécnicas de Brasília, no Distrito Federal, e Agrícolas de Urutai, no Estado de Goiás, do Rio Pomba, no Estado de Minas Gerais, de Passo Fundo e Frederico Westphalen, no Estado do Rio Grande do Sul, a última elevada da categoria de Escola de Iniciação Agrícola à de Escola Agrícola:

- 12 Agrônomo, classe J;
- 5 Almoxarife, classe G;
- 5 Bibliotecário-auxiliar, classe E;
- 5 Dactilógrafo, classe D;
- 10 Escriturário, classe E;
- 5 Médico, classe K;
- 5 Oficial Administrativo, classe H;
- 20 Técnico Agrícola, classe D;

5 Técnico de Educação Rural, classe L; e

5 Veterinário, classe J.

Art. 2º As funções gratificadas de Diretor, símbolo FG-1, de Feitor Geral FG-2, de Chefe de Núcleo de Agricultura FG-3, de Chefe de Núcleo de Zootécnica FG-3, de Chefe de Núcleo de Indústrias Rurais FG-3 e de Chefe de Turma de Administração FG-3, destinadas às Escolas de que trata a presente lei serão, na forma da legislação vigente, criadas mediante ato do Poder Executivo.

Art. 3º Ficam criadas, na Tabela Única de Extranumerário do Ministério da Agricultura, as seguintes funções consideradas indispensáveis ao funcionamento das Escolas a que se refere o art. 1º:

- 50 Artífice, referência 19;
- 5 Assistente Social, referência 24;
- 10 Dentista, referência 24;
- 5 Mecânico Agrícola, referência 23;
- 10 Motorista, referência 19;
- 20 Orientador Educacional, referência 23;
- 15 Servente, referência 18;
- 75 Professor, referência 28;
- 150 Trabalhador, referência 19;

- 10 Tratorista, referência 23;
- 10 Vigia, referência 20;
- 5 Zelador, referência 20; e
- 10 Enfermeiro, referência 21.

Art. 4º Os cargos e funções de que trata a presente lei serão, automaticamente, ajustados ao sistema referente à Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960.

Art. 5º Ficam elevadas a Cr\$... 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros), no mínimo, as dotações a serem consignadas anualmente no Orçamento Geral da União para despesas de qualquer natureza com as Escolas a que se refere o art. 1º.

Art. 6º O Ministério da Agricultura, mediante convênio, poderá transferir para entidade educacional idônea, a administração da Escola Agrícola de Frederico Westphalen, e, bem assim, a utilização dos recursos previstos no art. 5º.

Art. 7º Para cumprimento do disposto nesta lei, é o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$.

55.130.200,00 (cinquenta e cinco milhões, cento e trinta mil e duzentos cruzeiros) assim discriminados:

Pessoal Permanente (vencimentos) — Cr\$ 7.423.000,00;
 Pessoal Extraordinário (salário — Cr\$ 34.692.000,00;
 Funções gratificadas — Cr\$ 330.200,00;
 Abono Provisório — Cr\$ 12.630.000,00;
 Total: Cr\$ 55.130.200,00.

Art. 8º É concedido o auxílio anual de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) a ser consignado no Orçamento Geral da União à Escola Agrícola Frederico Mentz de Horizontina, Rio Grande do Sul.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de abril de 1962, 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Armando Monteiro

LEI Nº 4.057 — DE 4 DE MAIO DE 1962

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), destinado às obras e equipamentos da Escola Politécnica de Campina Grande, Estado da Paraíba.

Fago saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do art. 70 § 3º da Constituição Federal e do art. 3º, item III, do Ato Adicional, a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), como auxílio à Escola Politécnica de Campina Grande, Estado da Paraíba, para obras e equipamentos de suas instalações definitivas.

Art. 2º O Poder Executivo, com a mesma finalidade, fará incluir em três exercícios consecutivos na proposta orçamentária, a dotação de vinte milhões de cruzeiros.

Art. 3º O crédito especial e as dotações orçamentárias referidas nos artigos primeiro e segundo desta lei serão automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas e distribuídos ao Tesouro Nacional.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 4 de maio de 1962, 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

LEI Nº 4.058, DE 8 DE
MAIO DE 1962

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000.000,00, destinado à pavimentação de trechos rodoviários da BR-4, (Rio—Bahia) e da BR-13 (Transnordestina).

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, em favor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o crédito especial de .. Cr\$ 15.000.000.000,00 (quinze bilhões de cruzeiros), para ocorrer às despesas com a pavimentação (inclusive melhoramentos de implantação preliminarmente requeridos) dos seguintes trechos rodoviários:

a) BR-4 (Rodovia Rio—Bahia, trecho Leopoldina—Feira de Santana (BA) — Cr\$ 11.000.000.000,00;

b) BR-13 (Rodovia Transnordestina):

1) Trecho Fortaleza (CE) — Salgueiro (PE) — Cr\$ 2.000.000.000,00.

2) Trecho Salgueiro (PE) — Feira de Santana (BA) — Cr\$ 2.000.000.000,00.

§ 1º A parcela correspondente à alínea a deste artigo, será utilizada em cotas trimestrais de igual valor Cr\$ 2.750.000.000,00, durante o exercício financeiro de 1962.

§ 2º A parcela correspondente à alínea b deste artigo, será utilizada em cotas trimestrais de igual valor Cr\$ 300.000.000,00, durante os exercícios de 1962 e 1963.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 8 de maio de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Walther Moreira Salles

Virgílio Távora

LEI Nº 4.059, DE 8 DE
MAIO DE 1962

Dispõe sobre os depósitos que os bancos devem manter no Banco do Brasil S.A. à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º E' o Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito autorizado a fixar novas percentagens para os depósitos que os bancos devem manter, à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito, até o dobro dos níveis previstos no art. 4º, do Decreto-lei nº 7.293, de 2 de fevereiro de 1945, sem prejuízo do que dispõe o parágrafo único do mencionado artigo.

§ 1º No caso de aumento de percentagens, por ato do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, nos termos deste artigo, é facultado aos bancos efetuar os recolhimentos na medida em que registrarem aumentos de depósitos.

§ 2º E' estabelecido o dia 5 de cada mês, para efeito de apresentação pelos bancos à Superintendência da Moeda e do Crédito, das respectivas posições mensais.

§ 3º Quando houver queda de nível dos depósitos, a devolução da parte referente ao excesso deverá efetuar-se no mesmo dia mediante pedido escrito do banco à Superintendência da Moeda e do Crédito, que verificará posteriormente o fato alegado.

Art. 2º Os depósitos referidos no artigo anterior, poderão ser efetuados, em parte, em obrigações que o Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito estabelecer.

Art. 3º As importâncias correspondentes aos depósitos previstos nesta lei só podem ser entregues pela Superintendência da Moeda e do Crédito ao Banco do Brasil S.A., para atender a empréstimos ao Tesouro Nacional.

Art. 4º Os depósitos realizados pelos Governos e Autarquias Estaduais nos bancos de que participe o Estado como seu maior acionista, serão deduzidos para os efeitos do cálculo das percentagens determinadas pelo artigo primeiro.

Art. 5º O Poder Executivo enviará obrigatoriamente ao Congresso Nacional, até o último dia do mês subsequente, relatório e mapas demonstrativos da aplicação dada aos recolhimentos.

mentos feitos na forma do artigo primeiro.

Art. 6º Fica revogado o disposto nos artigos 10, do Decreto nº 21.499, de 9 de junho de 1932, e 11 e 13 do Decreto-lei nº 8.495, de 28 de dezembro de 1945.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 8 de maio de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Walther Moreira Salles

LEI Nº 4.060 — DE 8 DE

MAIO DE 1962

Isenta do imposto de consumo os fertilizantes simples e compostos destinados à aplicação em atividades agrícolas.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São isentos do imposto de consumo os fertilizantes simples e compostos destinados à aplicação nas atividades agrícolas.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 8 de maio de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Walther Moreira Salles

LEI Nº 4.061 DE 8 DE MAIO DE 1962

Altera o art. 1º da Lei número 3.205, de 15 de julho de 1957, que reestruturou os cargos de tesoureiros do Serviço Público Federal.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — O art. 1º da Lei nº 3.205, de 15 de julho de 1957, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º — As Tesourarias das Repartições subordinadas ao Ministério da Fazenda e das Autarquias Federais

ficarão classificadas em 3 (três) categorias na forma seguinte:

1ª Categoria — Tesourarias compreendendo as do Distrito Federal, Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Guanabara; Tesoureiro, cargo em comissão, símbolo 2-C; Tesoureiro-Auxiliar, símbolo 4-C.

2ª Categoria — Tesourarias compreendendo as dos Estados do Ceará, Paraná, Santa Catarina, Pará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Espírito Santo e Goiás; Tesoureiro, cargo em Comissão, símbolo 3-C; Tesoureiro-Auxiliar, símbolo 5-C.

3ª Categoria — Tesourarias compreendendo as dos Estados do Maranhão, Piauí, Amazonas, Alagoas, Sergipe e Mato Grosso; Tesoureiro, cargo em Comissão, símbolo 4-C; Tesoureiro-Auxiliar, símbolo 6-C.

Parágrafo único — Os Tesouros, cargo em Comissão, serão obrigatoriamente Tesouros-Auxiliares, efetivos, do Quadro Permanente respectivo, e nenhuma Tesouraria poderá funcionar sem o seu Titular “o Tesoureiro”.

Art. 2º — O auxílio para diferença de Caixa de que trata o art. 137 da Lei número 1.711, de 1952, passa a ser de 10% (dez por cento) dos vencimentos recebidos pelos Tesouros e Tesouros-Auxiliares.

Art. 3º — Esta lei se aplica, de igual modo, a todos os cargos de Tesoureiro, Conferente e Conferentes de Valores da Administração centralizada ou autárquica do Poder Executivo Federal, inclusive aos classificados pela Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960.

Art. 4º — Os cargos de Conferente do Ministério da Fazenda — lotação da Caixa de Amortização e da Casa da Moeda passam a denominar-se Conferentes de Valores.

Parágrafo único — Os cargos ocupados pelos Conferentes e Conferentes de Valores, integrados na parte suplementar do Quadro do Pessoal do Ministério da Fazenda — lotação da Caixa de Amortização e da Casa da Moeda — passam a compor o Quadro Permanente do mesmo Ministério.

Art. 5º — São extensivos aos atuais Tesouros-Auxiliares, Conferentes e Conferentes de Valores, interinos substitutos, os benefícios do art. 3º da Lei número 3.205, de 15 de julho de 1957.

Art. 6º — Vetado.

Art. 7º — Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 8 de maio de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART
Tancredo Neves
Alfredo Nasser
Angelo Nolasco
João de Segadas Vianna
San Tiago Dantas
Walther Moreira Salles
Virgílio Távora
Armando Monteiro
Antonio de Oliveira Brito
André Franco Montoro
Clóvis M. Travassos
Souto Maior
Ulysses Guimarães
Gabriel de R. Passos

LEI N.º 4.062 — DE 14 DE
MAIO DE 1962

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, como auxílio à Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º É concedido o auxílio de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) à Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe.

Art. 2.º A Faculdade não poderá impedir a matrícula de alunos de outras religiões nos seus cursos e nem os obrigará, sob quaisquer pretextos, à frequência aos cultos religiosos ou aulas de religião ali ministrados.

Art. 3.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura o crédito especial necessário ao cumprimento da presente lei.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 14 de maio de 1962; 141.º da Independência e 74.º da República.

JOÃO GOULART
Tancredo Neves
Walther Moreira Salles
Antônio de Oliveira Brito

LEI N.º 4.063 — DE 19 DE
MAIO DE 1962

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, créditos especiais destinados às Escolas de Enfermagem Wenceslau Braz de Itajubá, do Pará, em Belém e Hermantina Beraldo, de Juiz de Fora, bem como à Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, os seguintes créditos especiais:

— Escola de Enfermagem Wenceslau Braz de Itajubá-Minas Gerais — para construção de seu novo edifício — Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros).

— Escola de Enfermagem do Pará, em Belém-Pará — Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros).

— Escola de Enfermagem Hermantina Beraldo de Juiz de Fora — Minas Gerais — Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros).

— Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora — Minas Gerais — Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros).

Art. 2.º As entidades beneficiárias prestarão contas desses auxílios dentro de dois anos após o seu recebimento.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 19 de maio de 1962; 141.º da Independência e 74.º da República.

JOÃO GOULART
Tancredo Neves
Walther Moreira Salles
Antonio de Oliveira Brito

LEI Nº 4.064 — DE 19 DE
MAIO DE 1962

Isenta dos impostos de importação e de consumo material importado pela Companhia Telefônica de Pirapora, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, exclusive a taxa de despacho aduaneiro, para equipamento telefônico constante da licença número DG 52/4384-4425, emitida pela Carteira de Comércio Exterior importado pela Companhia Telefônica de Pirapora para a instalação de serviço de telefones urbanos na cidade de Pirapora, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. Esta isenção não abrange material com similar nacional.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 19 de maio de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Walthor Moreira Salles

LEI Nº 4.065 — DE 19 DE
MAIO DE 1962

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Conselho de Ministros, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 para ocorrer a despesas com o seu funcionamento no exercício de 1961.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Conselho de Ministros, o crédito especial de Cr\$... 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros), para ocorrer a despesas com o seu funcionamento no exercício de 1961.

Art. 2º O crédito a que se refere esta lei será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas, distribuído ao Tesouro Nacional e depositado no Banco do Brasil à disposição do Presidente do Conselho de Ministros.

Art. 3º O emprêgo da importância do crédito previsto nesta lei dependerá de prévia aprovação, pelo Conselho de Ministros, do respectivo plano de aplicação.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 19 de maio de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Walthor Moreira Salles

LEI Nº 4.066 — DE 28 DE MAIO DE 1962

Estabelece normas para a validade de pedido de demissão ou recibo de quitação contratual, firmado por empregado.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O pedido de demissão ou recibo e quitação de rescisão do contrato de trabalho, firmado por empregado com mais de 1 (um) ano de serviço, só será válido quando feito com a assistência do respectivo sindicato ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho e da Previdência Social ou da Justiça do Trabalho.

Parágrafo único. Quando não existir na localidade nenhum dos órgãos previstos neste artigo, a assistência será prestada pelo Juiz de Paz e, na sua falta ou impedimento, pela autoridade policial.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 25 de maio de 1962; 141.º da Independência e 74.º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

André Franco Montoro

LEI Nº 4.067 — DE 5 DE JUNHO DE 1962

Aplica aos cargos e funções do Quadro do Pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho da 2ª Região disposições das Leis ns. 3.780, de 12 de julho, e 3.826, de 23 de novembro, ambas de 1950, e dá outras providências.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os níveis de vencimento-base, a razão horizontal e os valores dos símbolos dos cargos em comissão, do Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da 2ª Região, são os seguintes:

Níveis ou Símbolos	Referência-base	Progressão Horizontal
PJ-0	65.000,00	2.000,00
PJ-1	63.000,00	1.900,00
PJ-2	58.000,00	1.800,00
PJ-3	54.000,00	1.700,00
PJ-4	50.000,00	1.600,00
PJ-5	47.000,00	1.500,00
PJ-6	44.000,00	1.450,00
PJ-7	41.000,00	1.300,00
PJ-8	36.000,00	1.150,00
PJ-9	32.000,00	1.000,00
PJ-10	26.000,00	800,00
PJ-11	27.000,00	850,00
PJ-12	25.000,00	800,00
PJ-13	23.000,00	750,00
PJ-14	21.000,00	700,00

Art. 2º Os valores do vencimento mensal das funções gratificadas do referido Quadro são:

- 1-F — 44.000,00
- 2-F — 42.000,00
- 3-F — 40.000,00
- 4-F — 38.000,00
- 5-F — 37.000,00
- 6-F — 35.000,00
- 7-F — 35.000,00

Parágrafo único. Se a função for exercida por funcionário do Quadro do Pessoal, a gratificação será igual à diferença entre o vencimento do cargo efetivo e o valor do símbolo fixado para a função.

Art. 3º Os funcionários da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho e dos demais órgãos da Justiça do Trabalho da 2ª Região perceberão,

a partir da vigência desta lei, gratificação adicional por tempo de serviço nas mesmas bases da percebida pelos funcionários da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho por força do disposto no art. 5º da Lei nº 2.336-A, de 19 de novembro de 1954.

Parágrafo único. Uma vez que o servidor passa a perceber a gratificação adicional por tempo de serviço, perde, automaticamente, o direito à percepção de novas vantagens da progressão horizontal, incorporando-se, porém, ao vencimento, para os efeitos da lei, as que venha percebendo até então.

Art. 4º O Quadro do Pessoal do Tribunal e mais órgãos da Justiça do Trabalho da 2ª Região, incluindo-se os cargos de carreira e os isolados de provimento efetivo ou em comissão, bem como as funções gratificadas e cujos níveis e símbolos dos vencimentos terão os valores fixados nesta lei, fica estruturado de acordo com as tabelas anexas, ressalvadas, em relação aos atuais servidores, as situações já constituídas por força de lei ou de decisão judiciária proferida pela Justiça comum ou pelo próprio Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

Parágrafo único. No Quadro a que se refere este artigo estão incluídos os cargos e funções destinadas a lotação nos serviços administrativos das Juntas de Conciliação e Julgamento criadas pela Lei nº 3.873, de 30 de janeiro de 1960.

Art. 5º As disposições da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, arts. 14, §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 7º, 74 e 91, bem como os dos arts. 4º e 11 da Lei número 3.826, de 23 de novembro do mesmo ano, aplicam-se aos servidores dos órgãos da Justiça do Trabalho, de que trata esta lei.

Art. 6º É incorporado aos vencimentos dos servidores nesta lei o abono de que trata a Lei nº 3.587 de 18 de julho de 1959.

Art. 7º As vantagens financeiras, resultantes da classificação de cargos e funções e da incorporação do abono de que trata o artigo anterior, retroagirão a 1º de janeiro de 1961.

Art. 8º Os cargos iniciais da carreira de Auxiliar e Oficial Judiciário e da carreira de Servente do Quadro do Pessoal da Secretaria e mais órgãos da Justiça do Trabalho da 2ª Região serão providos mediante concurso público de títulos e provas organizado pelo Tribunal e de cuja mesa examinadora fará parte um advogado indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo.

§ 1º Os concursos para provimento dos cargos destinados à lotação nas Juntas de Conciliação e Julgamento dos Estados do Paraná e Mato Grosso serão realizados em Curitiba e Cuiabá, respectivamente, sob a Presidência do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho ou outro Juiz da mesma Corte por ele designado.

§ 2º Da mesa examinadora do concurso, na hipótese prevista no parágrafo anterior, farão parte o Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento mais antigo da Capital do Estado e um advogado indicado pela seção local da Ordem dos Advogados.

§ 3º As vagas nas classes intermediárias e finais das carreiras a que se refere este artigo bem como nas de Oficial Judiciário, serão providas por promoção, alternadamente, por antiguidade e merecimento.

§ 4º As vagas de Oficial Judiciário serão providas por Auxiliares Judiciários, mediante promoção um terço, por antiguidade, e dois terços por merecimento.

§ 5º É dispensado o interstício legal nas promoções decorrentes da nova estrutura do Quadro aprovado por esta lei até sua completa normalização.

§ 6º No enquadramento dos cargos, classes e séries de classes das carreiras do referido Quadro, observar-se-ão as regras e a proporção estabe-

lecionadas nos arts. 20 e 21 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, em tudo quanto for aplicável.

Art. 3º Os cargos em comissão serão providos por funcionários efetivos do Quadro da Região, escolhidos pelo Presidente do Tribunal.

Art. 10. Ficam extintos, quando vagarem, no Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da 2ª Região, os cargos e funções criados pela legislação anterior, que não constem das tabelas anexas.

Art. 11. A lotação das Juntas de Conciliação e Julgamento da 2ª Região da Justiça do Trabalho será fixada pelo Tribunal, em face das necessidades de cada uma e dentro dos seguintes limites máximos:

a) Juntas de Conciliação e Julgamento das cidades de São Paulo, Santos e Santo André: 1 Chefe de Secretaria, 2 Oficiais Judiciários, 4 Auxiliares Judiciários, 1 Porteiro dos Auditórios, 1 Oficial de Justiça e 2 Serventes;

b) Demais Juntas de Conciliação e Julgamento: 1 Chefe de Secretaria, 1 Oficial de Justiça, 1 Porteiro de Auditório e 1 Servente.

Art. 12. O art. 7º da Lei nº 2.188, de 3 de março de 1954, não se aplica aos servidores dos Quadros do Pessoal de Justiça do Trabalho nem dos demais órgãos do Poder Judiciário pagos pelo Tesouro Nacional.

Art. 13. — É revogada a Lei número 2.488, de 16 de maio de 1955.

Art. 14. A modificação, a reestruturação de Quadro de Pessoal e a alteração de valores de padrões, classes, níveis e símbolos de vencimentos de cargos e funções das secretarias e serviços auxiliares da Justiça do Trabalho da 2ª Região, bem como de quaisquer outros órgãos do Poder Judiciário, serão sempre feitas através de lei, mediante proposta do Tribunal interessado, ressalvados aos servidores os recursos judiciais previstos em lei para, através da Justiça comum, haverem as reparações a que se julgarem com direito.

§ 1º As decisões dos Tribunais em processo administrativo, que importem em modificação ou reestruturação de Quadro de Pessoal, na alteração de valores de padrões, níveis ou símbolos de cargos ou funções, ou em elevação de vencimentos, não obrigam o Tesouro Nacional a efetuar o pagamento resultante da decisão.

§ 2º O funcionário ou autoridade que requisitar ou autorizar adiantamento à conta do crédito orçamentário ou adicional, para atender a pagamento de despesa decorrente de decisão declaratória ou administrativa contrária ao disposto neste artigo incidirá nas sanções do art. 315 do Código Penal, além da devolução da quantia paga acrescida das cominações de lei.

Art. 15. É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região — o crédito especial até Cr\$ 70 000.000.00 (setenta milhões de cruzeiros) para atender às despesas decorrentes desta lei, no corrente exercício.

Art. 16. Fica o Município de São Miguel Paulista subordinado à competência da jurisdição das Juntas de Julgamento instaladas na comarca.

Art. 17. A concessão do salário-família obedecerá ao disposto nas Leis nºs. 3.780 e 3.826, respectivamente, de 12 de julho e 23 de novembro de 1960.

Art. 18. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de junho de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

João Goulart

Tancredo Neves

Alfredo Nasser

JUSTIÇA DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

QUADRO DO PESSOAL

Número de Cargos	CARGOS	Nível ou Símbolo
I		
<i>Cargos em Comissão</i>		
1	Diretor de Secretaria	PJ-0
1	Secretário do Tribunal	PJ-0
1	Subsecretário do Tribunal	PJ-3
2	Diretor de Serviço	PJ-2
1	Chefe do Serviço de Comunicações	PJ-3
6	Chefe de Seção	PJ-5
II		
<i>Cargos isolados de provimento efetivo</i>		
23	Chefe da Secretaria da Junta de Conciliação e Julgamento, com sede em São Paulo (Capital)	PJ-1
26	Chefe de Secretaria da Junta de Conciliação e Julgamento, com sede fora da Capital de São Paulo ..	PJ-2
1	Médico	PJ-5
1	Contador	PJ-5
1	Distribuidor das Juntas de Conciliação e Julgamento, com sede em São Paulo (Capital)	PJ-3
2	Distribuidor das Juntas de Conciliação e Julgamento de Santos e Curitiba	PJ-5
1	Bibliotecário	PJ-6
3	Taquigrafo	PJ-6
1	Arquivista	PJ-5
1	Almoxarife	PJ-6
1	Chefe de Portaria	PJ-6
1	Zelador	PJ-6
1	Porteiro dos Auditórios do T. R. T.	PJ-7
23	Porteiros dos Auditórios das J.C.J. da Capital	PJ-8
26	Porteiros dos Auditórios das mais Juntas de Conciliação e Julgamento	PJ-9
23	Oficial de Justiça da J.C.J. de São Paulo (Capital) ..	PJ-8
26	Oficial de Justiça da Junta de Conciliação e Julgamento com sede fora da Capital de São Paulo ..	PJ-9
1	Ajudante de Portaria	PJ-9
1	Ajudante de Almoxarife	PJ-9
2	Enfermeiro	PJ-10
3	Motorista	PJ-10
4	Artífice	PJ-12
6	Ascensorista	PJ-14

Número de Cargos	CARGOS	Nível ou Símbolo
III		
<i>Cargos de Carreira</i>		
25	Oficial Judiciário	PJ-5
35	Oficial Judiciário	PJ-6
55	Oficial Judiciário	PJ-7
85	Auxiliar Judiciário	PJ-8
124	Auxiliar Judiciário	PJ-8
40	Servente	PJ-13
70	Servente	PJ-14
<i>Funções Gratificadas</i>		
1	Secretário do Presidente	3-F
1	Secretário do Diretor da Secretaria	5-F
1	Distribuidor Chefe dos Oficiais de Justiça de São Paulo (Capital)	6-F

LEI Nº 4.068 — DE 9 DE JUNHO DE 1962

Declara comerciais as empresas de construção, e dá outras providências.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São comerciais as empresas de construção.

Art. 2º As empresas referidas, no artigo anterior emitirão duplicatas contra as pessoas naturais ou jurídicas para as quais realizem construção, sendo tais duplicatas reguladas pela Lei nº 187, de 16 de janeiro de 1936, com as modificações previstas nesta Lei.

Art. 3º Somente serão extraídas duplicatas quando a obra estiver totalmente concluída ou, tratando-se de obra que conste de partes distintas ou se determine por medida, após a conclusão de cada parte ou verificação da medição, de acordo sempre com o estabelecido no contrato.

Parágrafo único. Além das enunciações previstas na Lei nº 187, de 16 de janeiro de 1936, a duplicata conterá sempre a indicação de que se refere a construção.

Art. 4º O dono da obra somente poderá deixar de assinar a duplicata quando:

a) o construtor houver se afastado das normas do contrato ou das regras técnicas próprias da natureza do trabalho realizado;

b) houver divergência nos prazos ou preços ajustados.

Parágrafo único. No caso da letra a deste artigo, se o dono da obra, ao invés de enfeitá-la, preferir recebê-la com abatimento de preço, assinara duplicata da importância que vier a combinar com o construtor.

Art. 5º A emissão de duplicatas não exclui o privilégio assegurado pelo artigo 1.566, IV, do Código Civil, nem produz novação.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de junho de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOUART

Tancredo Neves

LEI N.º 4.068-A — DE 10 DE
JUNHO DE 1962

Dispõe sobre a não aplicação das normas estabelecidas no Decreto-lei números 3.768, de 1941, a partir da vigência da Lei n.º 1.050, de 1950, aos extranumerários mensalistas, diaristas ou tarefeiros julgados incapazes por motivo de acidente no exercício de suas atribuições, de doença profissional ou por moléstia especificada em lei.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Ao servidor extranumerário, de qualquer categoria, quando julgado incapaz por motivo de acidente no exercício de suas atribuições, de doença profissional ou de moléstia especificada em lei, aplicar-se-ão as disposições dos artigos 178 e 182, letra b, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, ficando derogadas, a partir da vigência da Lei n.º 1.050, de 3 de janeiro de 1950, nas normas restritivas estabelecidas no § 4.º do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 3.768, de 28 de outubro de 1941.

Art. 2.º E' o Poder Executivo autorizado a proceder, pelos órgãos competentes, à revisão dos proventos de inatividade dos extranumerários aposentados até a data desta lei, para o fim de conceder-lhes salário integral, idêntico ao que perceberiam se estivessem em atividade.

Parágrafo único. Os benefícios decorrentes da referida revisão, bem como todos os seus efeitos, retroagirão à data em que passou a vigor a Lei n.º 1.050, de 1950, a que faz remissão o artigo 1.º.

Art. 3.º Para atender às despesas decorrentes desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a tomar as providências necessárias à abertura do respectivo crédito especial.

Art. 4.º A transferência do valor necessário ao pagamento dos proventos revistos na forma do art. 2.º desta lei, será feita de conformidade com as regras estabelecidas pelo Decreto-lei número 3.768, de 28 de outubro de 1941.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 10 de junho de 1962;
141.º da Independência e 74.º da República.

JOÃO GOULART
Tancredo Neves
Alfredo Nasser
Angelo Nolasco
João de Segadas Vianna
San Tiago Dantas
Walther Moreira Salles
Virgílio Tavora
Armando Monteiro
Antonio de Oliveira Brito
Clóvis M. Travassos
Souto Maior
Ulysses Guimarães
Gabriel de R. Passos

LEI N.º 4.069 — DE 11 DE
JUNHO DE 1962

Fixa novos valores para os vencimentos dos servidores da União, institui empréstimo compulsório e altera legislação do Imposto de Renda, autoriza emissão de títulos de recuperação financeira, modifica legislação sobre emissão de letras e obrigações do Tesouro Nacional e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

FIXA NOVOS VALORES DE VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DA UNIÃO

Art. 1.º Os níveis de vencimentos base, a razão horizontal, os valores dos símbolos dos cargos em comissão e das funções gratificadas de que

tratam o Anexo III da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, e o art. 1º da Lei nº 3.826, de 23 de novembro de 1960, ficam reajustados, de acôrdo com o Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os padrões de vencimentos a que se refere o art. 1º da Lei número 3.783, de 30 de julho de 1960, ficam reajustados, de acôrdo com o Anexo II desta Lei.

§ 1º Os vencimentos estabelecidos neste artigo dividem-se em sôldo (2/3) e gratificação (1/3), na conformidade das letras "a" e "b" do parágrafo único do art. 2º do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares, aprovado pela Lei número 1.316, de 20 de janeiro de 1951.

§ 2º A soma das vantagens recebidas por militares, com exceção da ajuda de custo, diárias, salário-família, aulas suplementares, etapas e gratificações de paraquedismo, serviço aéreo, serviço de submarino, escafandria, nível universitário e especialidade, não deverá ultrapassar o limite estabelecido no art. 4º, da Lei nº 3.783, de 30 de julho de 1960, observado, no entanto, o disposto no art. 8º desta Lei.

Art. 3º Aos servidores inativos civis pagos pelo Tesouro Nacional fica concedido um aumento de 40% (quarenta por cento) calculado sôbre a parcela dos proventos, relativa aos vencimentos do nível que lhes fôr correspondente.

Parágrafo único. O pagamento dos novos proventos será feito desde logo, independente de apostila dos respectivos títulos, sem prejuízo do disposto no art. 63 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960.

Art. 4º Os militares que se encontram na inatividade e os pensionistas terão os seus proventos reajustados tomando-se por base os vencimentos fixados na tabela do Anexo II desta Lei, observado o disposto no art. 2º e seus parágrafos.

Art. 5º É concedido aos pensionistas civis pagos pelo Tesouro Nacional um aumento correspondente a 40% (qua-

renta por cento) sôbre as respectivas pensões.

§ 1º As pensões concedidas pelo Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado serão reajustadas, automaticamente, na mesma base do aumento de 40% (quarenta por cento), na forma do Decreto número 51.060, de 26 de julho de 1961.

§ 2º Para os efeitos do pagamento da pensão deixada pelos servidores civis, militares e autárquicos, consideram-se seus dependentes os filhos de qualquer condição.

§ 3º O servidor civil, militar ou autárquico, solteiro, desquitado ou viúvo, poderá destinar a pensão, se não tiver filhos capazes de receber o benefício, à pessoa que viva sob sua dependência econômica no mínimo há cinco anos, e desde que haja subsistido impedimento legal para o casamento.

§ 4º Se o servidor tiver filhos, sômente poderá destinar à referida beneficiária metade da pensão.

§ 5º O servidor civil, militar ou autárquico, que fôr desquitado, sômente poderá valer-se do disposto nos parágrafos anteriores se não estiver compelido judicialmente a alimentar a ex-espôsa.

§ 6º Na falta dos beneficiários referidos nos parágrafos anteriores, o servidor civil, militar ou autárquico poderá destinar a pensão à irmã solteira, desquitada ou viúva, que viva, sob sua dependência econômica.

§ 7º Os benefícios dêste artigo serão extensivos aos pensionistas dos servidores autárquicos.

Art. 6º Aos servidores em atividade, que se encontrem nas condições previstas no art. 5º, e respectivos §§ 1º e 2º da Lei nº 3.826, de 23 de no-

vembro de 1960, fica concedido um abono de 40% (quarenta por cento), calculado sobre o total correspondente aos respectivos vencimentos acrescidos do abono previsto naquele artigo.

Parágrafo único. Fica concedido aos servidores em atividade, que se encontram nas condições do art. 9º da Lei nº 3.826, de 23 de novembro de 1960, um aumento de 40% (quarenta por cento), calculado sobre os respectivos vencimentos reajustados na forma daquele artigo.

Art. 7º Aplicam-se ao pessoal ativo e inativo dos Territórios, autarquias federais, entidades paraestatais e serviços portuários e marítimos administrados pela União sob forma autárquica, bem como aos servidores e empregados de qualquer categoria da Rede Ferroviária Federal S. A., as vantagens financeiras desta lei, na mesma base percentual e limitações previstas para os servidores civis, deduzindo-se quaisquer aumentos salariais ou de níveis de vencimentos concedidos após a Lei nº 3.826, de 23 de novembro de 1960, desde que não sejam decorrentes da sua aplicação e dos enquadramentos resultantes da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960.

Art. 8º Nenhum servidor, civil ou militar, ativo ou inativo, da administração direta ou indireta, abrangido por esta lei, poderá perceber, no País, a título de vencimento, remuneração, vantagens pecuniárias fixas ou proventos, pagos mensalmente, quantia total superior a 17 (dezesete) vezes o maior salário-mínimo em vigor.

Parágrafo único. Inclui-se no disposto neste artigo a participação na arrecadação de tributos.

Art. 9º Aos servidores do Ministério da Fazenda, não sujeitos ao regime de remuneração, nomeados ou para ele transferidos após 22 de março de 1962, é vedada, com a ressalva do § 1º, a percepção de percentagem sobre a arrecadação de quaisquer rendas públicas.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica aos servidores que, por força de leis especiais, já estavam no gozo de tais vantagens, antes de 22 de março de 1962.

§ 2º Para efeito do disposto no parágrafo anterior, observar-se-á conjuntamente o seguinte:

a) o limite de 90% (noventa por cento) sobre o respectivo vencimento;

b) a norma do art. 8º desta lei.

§ 3º — (VETADO)

§ 4º A participação dos funcionários nas multas impostas em virtude de processo instaurado após a vigência desta lei, por infração de qualquer lei ou regulamento fiscal, passará a ser a seguinte:

a) nos casos de infração de simples dispositivos regulamentares, sem falta de pagamento de imposto, 25% (vinte e cinco por cento);

b) nos casos de infração consistente em falta de pagamento de imposto, no todo ou em parte, 50% (cinquenta por cento).

§ 5º O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos casos em que a legislação específica estabeleça participação em percentagem menor que a ora fixada.

§ 6º É revogado o § 3º do art. 373 do Regulamento anexo ao Decreto número 45.422, de 12 de fevereiro de 1959.

§ 7º A participação dos funcionários nos casos de importâncias arrecadadas em virtude de leilão de mercadorias será de 35% (trinta e cinco por cento).

Art. 10. O pagamento em moeda estrangeira, feito a servidores civis, da administração direta e indireta, ou militares em viagem, missão ou exercício no exterior, não sofrerá qualquer acréscimo em decorrência da aplicação desta Lei.

Art. 11 Os vencimentos dos Professores Catedráticos do Ensino Superior, do Colégio Pedro II e dos Delegados de Polícia, de que trata o art. 75 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, ficam majorados em 40%.

Art. 12. O aumento de que trata esta Lei é extensivo, na mesma base, ao pessoal do Poder Executivo lotado nos órgãos transferidos para o Estado da Guanabara, por força da Lei número 3.752, de 14 de abril de 1960.

§ 1º O disposto neste artigo é aplicável ao pessoal inativo aposentado posteriormente à transferência.

§ 2º Aplica-se à Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do antigo Distrito Federal (Estado da Guanabara) o disposto neste artigo, na forma do Anexo II desta Lei.

Art. 13 Aos servidores da Prefeitura do Distrito Federal, (vetado) e do Departamento Federal de Segurança Pública, de Brasília, é extensivo o aumento de que trata esta Lei, deduzindo-se quaisquer aumentos havidos de 23 de novembro de 1960 à data desta Lei, observando-se o dis-

posto nos arts. 2.º e 4.º da Lei número 4.019, de 20 de dezembro de 1961.

Art. 14. Será concedido um aumento de 40% (quarenta por cento) sobre os vencimentos dos membros do Supremo Tribunal Federal; Tribunal Federal de Recursos; Superior Tribunal Militar; Tribunais da Justiça do Trabalho; Tribunal de Contas da União; dos representantes do Ministério Público nos referidos órgãos; dos membros do Tribunal de Justiça, da Justiça de 1ª Instância e Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios Federais, do Tribunal de Justiça, Justiça de 1ª Instância e Ministério Público em exercício no antigo Distrito Federal, hoje Estado da Guanabara, quando da mudança da Capital para Brasília; dos Juizes Presidentes de Juntas de Conciliação e Julgamento e Juizes Substitutos; do Procurador-Geral e demais Procuradores da República, do Procurador Regional Adjunto; dos Auditores do Tribunal de Contas, dos Promotores, Auditores e Advogados de Ofício da Justiça Militar; dos Consultores Jurídicos e dos demais membros do serviço jurídico da União (art. 14 da Lei número 3.414, de 20 de junho de 1958) observado o disposto no art. 4º da Lei nº 4.019, de 20 de dezembro de 1961 e no § 5º do art. 97, da Lei número 3.754, de 14 de abril de 1960.

Art. 15. Aos servidores das Secretarias dos Tribunais do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas da União se estendem as vantagens desta Lei, observado o disposto no § 3º do art. 97 da Lei nº 3.754, de 14 de abril de 1960, deduzindo-se quaisquer aumentos havidos depois da extensão da Lei nº 3.826, de 23 de novembro de 1960.

Art. 16. As vantagens da presente Lei estendem-se aos servidores do SAMDU (Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência).

Art. 17. — (VETADO)

Parágrafo único. — (VETADO)

Art. 18. Independentemente do limite a que se refere o art. 4º da Lei nº 3.783, de 30 de julho de 1960 será concedido abono de 20% (vinte por cento) sobre os vencimentos ao militar que, preenchendo os requisitos exigidos pela legislação em vigor, para a transferência facultativa para a inatividade, com uma ou mais promoções, permaneça em atividade.

§ 1º Será concedido igual abono de 20% (vinte por cento) sobre os seus

vencimentos ao servidor civil que, preenchendo os requisitos exigidos pela legislação em vigor para a aposentadoria facultativa, permaneça em atividade.

§ 2º O direito à percepção dos abonos previstos neste artigo cessará a partir do dia em que o servidor militar ou civil passar para a inatividade.

Art. 19. O aumento de vencimentos concedido por esta Lei se aplica, nas mesmas bases, aos servidores dos Ambulatórios da Policlínica dos Pescadores da Caixa de Crédito da Pesca do Ministério da Agricultura.

Parágrafo único. — (VETADO)

Art. 20. O salário-família concedido ao servidor da União fica majorado para Cr\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros) por dependente.

Parágrafo único. A partir de janeiro de 1963, do quarto dependente em diante, o salário-família será elevado para Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros).

Art. 21. Para os efeitos do pagamento de salário-família, considera-se dependente do servidor solteiro, desquitado ou viúvo, a mulher solteira, desquitada ou viúva, que viva sob sua dependência econômica, no mínimo há cinco anos e enquanto persistir o impedimento legal de qualquer das partes para se casar.

Parágrafo único. O disposto neste artigo somente beneficia ao servidor desquitado, quando não tenha o encargo de alimentar a ex-espósa.

Art. 22. — (VETADO)

Art. 23. Fica prorrogado, até o vencimento do primeiro período de que trata o § 1º do artigo 14 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960 o prazo estabelecido no artigo 87 da mesma lei.

Parágrafo único. — (VETADO)

Art. 24. — (VETADO)

Art. 25. — (VETADO)

Parágrafo único. — (VETADO)

Art. 26. Os membros do Tribunal Superior Eleitoral e os membros dos Tribunais Regionais Eleitorais perceberão um jeton de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) por sessão a que comparecerem, até o máximo de 15 (quinze) jetons por mês.

Art. 27. Aos pilotos civis da União, das Autarquias Federais ou entidades paraestatais, será concedida uma gratificação por hora de voo, quando pilotando, correspondente a 1% (um por cento) dos seus vencimentos, não podendo ultrapassar 2/3 (dois terços) dos mesmos.

Art. 28. — (VETADO)

Art. 29. Ficam extensivos às entidades representativas de Servidores Públicos, de âmbito nacional, que tenham seus estatutos devidamente registrados, até a data da presente Lei, os benefícios de que trata a Lei número 1.134, de 14 de junho de 1950.

Art. 30. Os oficiais das Forças Armadas, que tiverem curso superior, terão direito à gratificação de nível universitário, na seguinte proporção:

a) 15% (quinze por cento) para os diplomados pela Academia Militar das Agulhas Negras, Escola Naval, Escola de Aeronáutica, Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda da Aeronáutica e outras de formação ou especialização de oficiais de nível superior;

b) 20% (vinte por cento) para os que, além dos cursos da letra "a", tenham um ano de curso de especialidade ou aperfeiçoamento, obtido em escola militar;

c) 25% (vinte e cinco por cento) para os que, além do curso da letra "a", sejam possuidores dos cursos de Estado Maior, Escola de Guerra Naval ou Escola Técnica.

§ 1º Os oficiais dos Quadros de Médico, Dentista, Farmacêutico e Veterinário, serão enquadrados nas letras acima, conforme o curso seja de 3, 4, 5 ou mais anos.

§ 2º Ficam suprimidas as gratificações de Estado-Maior e Técnico.

Art. 31. O disposto no artigo anterior se aplica aos oficiais da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do antigo Distrito Federal (Estado da Guanabara) desde que para o ingresso no curso de formação de oficiais tenha sido exigido o curso médio completo.

Parágrafo único. Aplica-se aos oficiais do quadro de Saúde, o disposto no § 1º do artigo anterior.

Art. 32. Fica concedida aos oficiais do Quadro Auxiliar de Oficiais, em extinção, aos oficiais dos quadros de

especialistas, auxiliares ou de administração das Forças Armadas, a gratificação de 15% (quinze por cento) de seus vencimentos, respeitado o teto do § 2º do art. 2º desta Lei.

§ 1º A gratificação de que trata este artigo é extensiva aos oficiais das Forças Armadas e do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar do antigo Distrito Federal (Estado da Guanabara), não atingidos pelo disposto nos artigos 30 e 31 desta Lei.

§ 2º É vedado a acumulação de vantagens de que trata este artigo com a de nível universitário.

Art. 33. Os oficiais que ocupem funções para as quais são exigidos os cursos de Estado Maior ou Técnico, quando nêles diplomados, farão jus a uma gratificação especial de 8% (oito por cento) à qual não se aplicará o disposto no § 2º do art. 2º.

Art. 34. Ao militar que servir em guarnição do Comando Militar da Amazônia e Brigada Mista de Mato Grosso, será paga uma quota adicional de 30% (trinta por cento) sobre o seu vencimento.

§ 1º Igual vantagem é concedida ao militar da Marinha e Aeronáutica que servir na mesma área de jurisdição dos Comandos de que trata este artigo.

§ 2º Essa vantagem será paga independentemente de qualquer outra vantagem prevista na Lei nº 1.316, de 20 de janeiro de 1951, e não se lhe aplica o disposto no art. 4º da Lei nº 3.783, de 30 de julho de 1960.

Art. 35. Os cabos e taifeiros, bem como as demais praças das Forças Armadas sujeitas a legislação especial para contrair matrimônio, farão jus à etapa suplementar, desde que casados com permissão da autoridade competente.

Art. 36. É incluída entre as vantagens incorporáveis (art. 36 da Lei nº 1.316, de 20 de janeiro de 1951), a gratificação de escafandria, observada a restrição do art. 46 da mesma Lei.

Art. 37. — (VETADO)

Art. 38. O disposto no art. 4º da Lei nº 3.783, de 30 de julho de 1960, não se aplica aos incapacitados fisicamente da última guerra, ampara-

dos pelo Decreto-lei nº 8.795, de 23 de janeiro de 1946.

Art. 39. O artigo 42 do Decreto-lei nº 4.014, de 13 de janeiro de 1942, alterado pelo Decreto-lei nº 9.832 de 11 de setembro de 1945, e Lei nº 2.879, de 21 de setembro de 1956, mantido o parágrafo único desta última lei, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 42. As comissões que competem aos despachantes aduaneiros obedecerão às que se seguem das quais as relativas à tabela "A" serão recolhidas às repartições competentes e as relativas às tabelas "B" e "C" aos sindicatos de classe, para entrega aos despachantes que executarem o serviço:

TABELA "A" — Pelos despachos de importação, trânsito, exportação, baldeação e reembarque de mercadorias estrangeiras, mesmo no regime de portarias ou requisição — 2% (dois por cento) sobre o valor das faturas comerciais ou consulares, inclusive as despesas de ágio e sobretaxas cambiais;

TABELA "B" — Pelos despachos de exportação para exterior 1,12% (um vírgula doze por cento) sobre o valor da fatura cambial ou de contrato de câmbio.

TABELA "C" — Pelos despachos de reembarque ou trânsito de mercadorias estrangeiras pelo território nacional, bem assim despachos de exportação ou desembarques de importação, de mercadorias negociadas entre localidades brasileiras, transportadas por via marítima ou aérea, fluviais ou marítimas ou lacustres — 1,5% (um vírgula cinco por cento), sobre o valor das guias, despachos, notas fiscais ou conhecimentos de carga.

§ 1º As comissões fixadas na tabela "A" não poderão exceder

de uma vez e meia o salário-mínimo de maior valor vigente no País e nem ser inferior a um por cento (1%) dessa importância, as fixadas na tabela "B" não poderão exceder de 40% (quarenta por cento) do maior salário-mínimo vigente e nem ser inferior a 10% (dez por cento) desse valor e as fixadas na tabela "C" não poderão exceder de 40% (quarenta por cento) desse valor e nem ser inferior a 5% (cinco por cento) dessa importância.

§ 2º As importâncias arrecadadas que excederem os tetos correspondentes fixadas na Lei número 2.879, de 21 de setembro de 1956, serão calculadas separadamente nos respectivos despachos e levantadas pelos Sindicatos de Despachantes Aduaneiros, locais, e distribuídas da seguinte forma:

1/3 (um terço) para o despachante que executar o serviço;

1/3 (um terço) para distribuição em partes iguais entre os demais despachantes, sindicalizados ou não;

1/3 (um terço) para os ajudantes de despachantes aduaneiros, sendo 50% (cinquenta por cento) para o ajudante de despachante que executar o serviço e o restante para a distribuição em partes iguais aos demais ajudantes.

§ 3º Para efeito dos cálculos das comissões estabelecidas neste artigo, todos os serviços são equiparados aos constantes das tabelas fixadas na Lei nº 2.879, de 21 de setembro de 1956, revogado, portanto, o disposto na alínea "A" do § 1º do art. 1º do Decreto-lei nº 9.832, de 11 de setembro de 1956".

Parágrafo único. A majoração de comissão admitida neste artigo não incidirá sobre os despachos de importação, reembarque ou trânsito de papel de imprensa, destinado à confecção de livros, jornais e revistas.

Art. 40. O número de ajudantes de despachantes aduaneiros nas Alfândegas e Mesas de Renda, será, no máximo, correspondente ao dobro do de despachantes em atividade, sendo gradualmente extintas, até que se atinja tal limite, as vagas que ocorrerem nas repartições onde haja excesso do número ora estabelecido.

Art. 41. É o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Fazenda, crédito especial de Cr\$ 94.500.000,00 (noventa e quatro bilhões e quinhentos milhões de cru-

zeiros), que será automaticamente registrado no Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional, para atender aos encargos resultantes deste Capítulo da presente Lei.

§ 1º Os órgãos do Poder Executivo ficam obrigados a classificar e escripturar os gastos que correrem à conta deste crédito especial, segundo as normas aplicáveis aos créditos suplementares constantes do artigo 98 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública da União.

§ 2º O pagamento da gratificação especial de nível universitário, no corrente exercício, poderá ser atendido à conta deste crédito especial, desde que não tenham sido computadas dotações nas tabelas explicativas do Orçamento vigente.

Art. 42. As vantagens financeiras deste Capítulo são devidas a partir de 1º de abril de 1962.

ANEXO I

Servidores Cíveis

A) VENCIMENTOS DE CARGOS EFETIVOS

NÍVEIS	Referência-base	Razão Horizontal
18	50.400,00	2.030,00
17	46.200,00	1.820,00
16	42.000,00	1.610,00
15	38.500,00	1.400,00
14	35.000,00	1.260,00
13	32.200,00	1.190,00
12	29.400,00	1.120,00
11	26.600,00	1.050,00
10	25.200,00	980,00
9	23.800,00	910,00
8	22.400,00	840,00
7	21.000,00	784,00
6	19.600,00	728,00
5	18.200,00	672,00
4	16.800,00	616,00
3	15.400,00	560,00
2	14.000,00	532,00
1	13.440,00	504,00

B) VENCIMENTOS DE CARGOS EM COMISSÃO

SÍMBOLOS	Valores Mensais
1-C	88.200,00
2-C	81.200,00
3-C	75.600,00
4-C	70.000,00
5-C	65.800,00
6-C	61.600,00
7-C	57.400,00
8-C	53.200,00
9-C	50.400,00
10-C	47.600,00
11-C	44.800,00
12-C	42.000,00
13-C	40.600,00
14-C	39.200,00
15-C	37.800,00
16-C	36.400,00
17-C	35.000,00
18-C	33.600,00
19-C	32.200,00
20-C	30.800,00
21-C	29.400,00

C) GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

SÍMBOLOS	Valor do Vencimento mais a gratificação em cruzeiros mensais
1-F	61.600,00
2-F	58.800,00
3-F	56.000,00
4-F	53.200,00
5-F	51.800,00
6-F	50.400,00
7-F	49.000,00
8-F	47.600,00
9-F	46.200,00
10-F	44.800,00
11-F	43.400,00
12-F	42.000,00
13-F	40.600,00
14-F	39.200,00
15-F	37.800,00
16-F	36.400,00
17-F	35.000,00
18-F	33.600,00
19-F	32.200,00
20-F	30.800,00
21-F	29.400,00
22-F	28.000,00
23-F	26.600,00
24-F	25.200,00
25-F	23.800,00

ANEXO II
Servidores Militares

Padrão	PÓSTO	Vencimentos
FA — 1	General-de-Exército, Almirante-de-Esquadra e Tenente-Brigadeiro	88.200,00
FA — 2	General-de-Divisão, Vice-Almirante e Major-Brigadeiro	77.700,00
FA — 3	General-de-Brigada, Contra-Almirante e Brigadeiro	66.500,00
FA — 4	Coronel e Capitão-de-Mar-e-Guerra	50.400,00
FA — 5	Tenente-Coronel e Capitão-de-Fragata	46.200,00
FA — 6	Major e Capitão-de-Corveta	42.000,00
FA — 7	Capitão e Capitão-Tenente	38.500,00
FA — 8	Primeiro Tenente	35.000,00
FA — 9	Segundo Tenente	32.200,00
FA — 10	Aspirante a Oficial, Guarda-Marinha, Subtenente e Suboficial	22.400,00
FA — 11	Primeiro Sargento Contramestre, Sargento Ajudante ou Intendente e assemelhados da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Ministério da Justiça e Negócios Interiores....	21.700,00
FA — 12	Primeiro Sargento	21.700,00
FA — 13	Segundo Sargento	18.900,00
FA — 14	Terceiro Sargento	16.800,00
FA — 15	Taifeiro-mor, Cabo Músico, Cabos da Polícia e do Corpo de Bombeiros e Cabos Engajados	13.300,00
FA — 16	Taifeiro de Primeira Classe, soldados com curso policial, Corpo de Bombeiros, Marinheiro de Primeira Classe especializado: Soldado Fuzileiro Naval de Primeira Classe	10.500,00
FA — 17	1º Cabo, Taifeiro de 2ª Classe, Soldados sem curso policial da Polícia Militar e Bombeiros de 2ª Classe do Corpo de Bombeiros	9.660,00
FA — 18	Cabo	6.300,00
FA — 19	Cadete e Aspirante (último ano)	4.200,00
FA — 20	Soldado de clarim de 1ª e Marinheiro de 1ª Classe	4.200,00
FA — 21	Soldado engajado clarim de 2ª e Marinheiro de 2ª Classe, Soldado Fuzileiro Naval de 2ª Classe	3.500,00
FA — 22	Soldado Clarim de 3ª Classe	2.800,00
FA — 23	Cadete do Exército, Aspirante da Marinha, Cadete da Aeronáutica	2.500,00
FA — 24	Aluno da Escola ou Curso de Formação de Sargento	2.100,00
FA — 25	Soldado Grumete	1.800,00
FA — 26	Alunos de Escolas Preparatórias e do Colégio Naval e Soldado Recruta ou mob. não engajado	1.000,00
FA — 27	Aprendiz de Marinheiro	800,00

CAPÍTULO II

EMPRÉSTIMO PÚBLICO DE EMERGÊNCIA DE CARÁTER COMPULSÓRIO

Art. 43. É instituído um Empréstimo Público de Emergência, de caráter compulsório, devido no exercício financeiro de 1962.

Art. 44. O Empréstimo Público de Emergência será, obrigatoriamente, subscrito pelos contribuintes do Imposto de Renda, nas seguintes bases: a) sobre o imposto devido pelas pessoas jurídicas, cujos lucros tributados hajam sido superiores a Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), na forma da seguinte tabela:

de mais de Cr\$ 1.000.000,00 a
 Cr\$ 5.000.000,00 — 10%
 de mais de Cr\$ 5.000.000,00 a
 Cr\$ 20.000.000,00 — 20%
 de mais de 20.000.000,00 a
 Cr\$ 50.000.000,00 — 25%
 de mais de Cr\$ 50.000.000,00
 — 30%

b) sobre o imposto devido pelas pessoas físicas de renda líquida tributável superior a Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) e sobre o imposto dito de lucro imobiliário e outros arrecadados nas fontes, exceto o de rendimento do trabalho, 20% (vinte por cento).

Parágrafo único. O Empréstimo Público de Emergência a que se refere a presente Lei será calculado sobre o Imposto de Renda devido, desprezada as frações de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros).

Art. 45. — (VETADO)

Parágrafo único. — (VETADO)

Art. 46. O fundo de que trata o artigo anterior será distribuído, proporcionalmente, aos Municípios dos diversos Estados, excluídos os das Capitais, em bases proporcionais às populações respectivas, para o financiamento de casas a serem distribuídas aos trabalhadores em geral.

Art. 47. A aplicação do "Fundo de Habitação Popular" será feita no prazo máximo de cinco (5) anos, de acordo com regulamentação a ser baixada pelo Poder Executivo.

Art. 48. Por ocasião do pagamento do adicional, será fornecido ao subscritor compulsório um título que terá as características que forem estabelecidas em regulamento e será denominado "Obrigação do Empréstimo de Emergência".

§ 1º A Obrigação de que trata este artigo, terá poder liberatório para pagamento de Imposto de Renda, a partir do exercício de 1964, inclusive, e renderá juros de 10% (dez por cento) ao ano, pagáveis semestralmente e por semestre vencido.

§ 2º O prazo de resgate do "Empréstimo de Emergência" é de sete (7) anos contados da vigência desta Lei.

Art. 49. As obrigações do "Empréstimo de Emergência" serão nominativas e intransferíveis; nos casos de falecimento do titular se for pessoa física, ou de extinção, se se tratar de pessoa jurídica, proceder-se-á a transferência das obrigações na forma da lei e conforme for determinado em regulamento.

Art. 50. O Poder Executivo regulamentará o disposto nos artigos anteriores, referentes ao "Empréstimo Público de Emergência", dentro de 30 (trinta) dias.

Art. 51. Como parte integrante da declaração de rendimento a pessoa física apresentará relação pormenorizada, segundo modelo oficial, dos bens imóveis e móveis que, no país ou no estrangeiro, constituem o seu patrimônio e dos seus dependentes, no ano base.

§ 1º A autoridade fiscal poderá exigir do contribuinte os esclarecimentos que julgar necessários acerca da origem dos recursos e do destino dos dispêndios ou aplicações, sempre que as alterações declaradas importarem em aumento ou diminuição do patrimônio.

§ 2º Ninguém poderá oferecer bens de qualquer espécie, em garantia de empréstimos em Caixa Econômica ou estabelecimento de crédito, de cujo capital social participe a União, o Estado ou o Município, de valores superiores aos consignados na declaração de rendimentos da pessoa física ou na guia de retenção na fonte, desde que, nesta última hipótese, comprove a propriedade de títulos ao portador.

Art. 52. O artigo 10 da Consolidação das Leis do Imposto de Renda, mantidas as suas alíneas e respectivos parágrafos, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10 Na cédula "H" serão classificados os rendimentos do capital ou do trabalho não compreendido nas cédulas anteriores, inclusive:

.....
 g) as quantias correspondentes ao acréscimo do patrimônio da pessoa física, quando a repartição lançadora comprovar não corresponder esse aumento aos rendimentos declarados, salvo se provar que aquele acréscimo patrimonial teve origem em rendimentos não tributáveis.

§ 3º O servidor que, de má fé ou sem suficientes elementos de comprovação, promover lançamento do imposto indevido, será passível de demissão, sem prejuízo da responsabilidade criminal".

CAPÍTULO III

Dos títulos de recuperação financeira

Art. 53. É o Poder Executivo autorizado a emitir títulos da dívida pública interna fundada, denominados de "Recuperação Financeira" e distribuídos em séries autônomas, res-

peitado o limite máximo de circulação de Cr\$ 150.000.000.000,00 (cento e cinquenta bilhões de cruzeiros).

§ 1º Os títulos de que trata este artigo serão destinados a atender:

I — à unificação da dívida pública interna fundada da União; e

II — à liquidação, no todo ou em parte, de débitos, apurados em processo, à conta de "Restos a Pagar" e "Exercícios Findos", de responsabilidade do Tesouro Nacional, mediante expressa manifestação dos interessados.

§ 2º Não estão sujeitas aos efeitos da presente Lei as obrigações de que cogitam as leis números 1.474, de 26 de novembro de 1951, e 2.973, de 26 de novembro de 1956.

§ 3º Os títulos vencerão juros anuais de 7% (sete por cento) e serão negociáveis em todas as Bolsas do País.

§ 4º A critério da Junta Administrativa da Caixa de Amortização, os títulos serão nominativos ou ao portador e dos valores nominais de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros).

Art. 51. A Caixa de Amortização compete:

a) promover a emissão dos títulos de "Recuperação Financeira";

b) efetuar o serviço dêsse empréstimo diretamente ou por intermédio das Caixas Econômicas Federais, Banco do Brasil S. A., Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, Banco do Nordeste do Brasil S. A. e Banco de Crédito da Amazônia, de acordo com as instruções que é autorizada a baixar para esse fim;

c) apresentar ao Ministro da Fazenda, trimestralmente, circunstanciado relatório sobre a situação das emissões e circulação dos títulos de "Recuperação Financeira", do qual deverão constar as mutações havidas no trimestre anterior e as providências a serem tomadas em defesa dos interesses da Fazenda Nacional.

Art. 55. Os títulos de "Recuperação Financeira" entrarão em circulação mediante Aviso Ministerial expedido à Caixa de Amortização:

I — por solicitação da Direção Geral da Fazenda Nacional, quando se tratar de "Restos a Pagar" e "Exercícios Findos"; e

II — por iniciativa da Junta Administrativa da Caixa de Amortização, no caso de unificação da dívida pública federal fundada.

Art. 56. Os títulos de "Recuperação Financeira" poderão ser dados pelo seu valor nominal:

I — em caução, para garantia de quaisquer contratos de obras e serviços celebrados com o Governo Federal;

II — como fiança perante repartições federais;

III — em caução, para garantia de empréstimos em estabelecimentos de crédito autárquicos, paraestatais ou em que o Governo Federal seja o principal acionista;

IV — como depósito que os bancos devam manter à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito, em títulos de "Recuperação Financeira", não podendo exceder de 30% (trinta por cento) sobre o valor daquele depósito.

Art. 57. Os juros do empréstimo autorizado por esta lei são isentos do imposto de renda e bem assim, os respectivos títulos de quaisquer tributos federais.

Art. 58. O resgate dos títulos de "Recuperação Financeira" será efetuado a partir do exercício seguinte ao de sua emissão, em 20 (vinte) prestações anuais iguais, cada uma equivalente a 5% (cinco por cento) do valor nominal do título.

Parágrafo único. Para facilidade do resgate, os títulos serão emitidos em vigésimas partes, negociáveis e resgatáveis isoladamente.

Art. 59. O orçamento da União, a partir do relativo ao exercício de 1964, consignará as verbas destinadas ao serviço de juros e amortização decorrentes desta lei, as quais serão distribuídas automaticamente, ao Tesouro Nacional e postas à disposição da Caixa de Amortização.

Parágrafo único. Na hipótese de insuficiência da dotação orçamentária, o serviço de juros e amortização será efetuado, por antecipação, à conta de crédito adicional obrigatoriamente solicitado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional.

Art. 60. Incidem em prescrição legal as dívidas correspondentes ao resgate de títulos federais, estaduais e municipais, cujo pagamento não fôr reclamado decorrido o prazo de 5

(cinco) anos a partir da data em que se torna público o resgate das respectivas dívidas.

Parágrafo único. Consideram-se igualmente prescritos os juros dos títulos referidos neste artigo, cujo pagamento não fôr reclamado no prazo de 5 (cinco) anos, a partir da data em que se tornarem devidos.

Art. 61. Os títulos — a serem substituídos por força do que dispõe o item I, § 1º do art. 53 desta lei — perderão o seu valor desde que não sejam apresentados dentro do prazo de 5 (cinco) anos, contados, a partir da data em que a Caixa de Amortização iniciar o serviço de substituição dos respectivos títulos.

Parágrafo único. A chamada dos portadores ou possuidores dos títulos a que se refere este artigo será regulada e fixada pela Junta Administrativa da Caixa de Amortização, através de instruções, as quais serão obrigatoriamente publicadas no *Diário Oficial*.

Art. 62. É assegurado aos portadores ou possuidores dos títulos de que trata o artigo anterior o direito de requererem à Caixa de Amortização a sua substituição, caso não se verifique a chamada dos respectivos subscritores, dentro do prazo de 2 (dois) anos.

Art. 63. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias e adotará providências administrativas indispensáveis à sua fiel execução na parte referente à emissão dos títulos de "Recuperação Financeira".

CAPÍTULO IV

Emissão de letras e obrigações do Tesouro Nacional

Art. 64. O limite a que se refere o art. 1º da Lei nº 3.337, de 12 de dezembro de 1957, fica elevado para Cr\$ 130.000.000.000,00 (cento e trinta bilhões de cruzeiros) pelo valor nominal de emissão e o prazo máximo a que se refere o mesmo dispositivo legal elevado para 20 (vinte) anos.

Art. 65. Só se consideram em circulação, para os efeitos da citada lei, os títulos efetivamente negociados pelo Tesouro ou seus agentes.

Art. 66. São suprimidos o limite mínimo de juros a que se refere o § 1º do art. 1º e o prazo de emissão de 3 (três) anos de que trata o artigo

4 e revogado o § 2º do art. 2º da Lei nº 3.337, de 12 de dezembro de 1957.

Art. 67. O Ministro da Fazenda fica autorizado a celebrar ajustes e contratos para a colocação das letras e obrigações do Tesouro.

Art. 68. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de junho de 1962; 141ª da Independência e 74ª da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Alfredo Nasser

Angelo Nolasco

João de Segada. Vianna

San Tiago Dantas

Walther Moreira Salles

Virgílio Tavora

Antonio de Oliveira Brito

Armando Monteiro

Clovis M. Travassos

Souto Maior

Ulysses Guimarães

Gabriel de R. Passos

LEI Nº 4.069 — DE 12 DE JUNHO DE 1962

Assegura isenção do imposto de renda e adicional de renda às indústrias de beneficiamento e de artefatos de borracha, e às de beneficiamento e tecelagem de juta, localizadas na Amazônia.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica assegurada isenção do imposto de renda e respectivo adicional, às pessoas jurídicas localizadas na Amazônia que promoverem o beneficiamento ou a manufatura de matéria prima regional — borracha, juta e similares ou sementes oleaginosas.

Parágrafo único. O prazo de isenção, que será de 5 (cinco) anos para as indústrias de simples beneficiamento e de 20 (vinte) anos para as de transformação, se contará a partir da vigência desta lei para os empreendimentos já em atividade e do início de funcionamento para os que se venham a instalar.

Art. 2º Considera-se Amazônia, para os efeitos da presente lei, a região geográfica delimitada no art. 2º da Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de junho de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Walther Moreira Salles

LEI Nº 4.069-A — DE 12 DE
JUNHO DE 1962

Cria a Fundação Universidade do Amazonas, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criada a Fundação Universidade do Amazonas, que o Poder Executivo instituirá, com caráter de Fundação, a qual se regerá por Estatutos a serem aprovados pelo Presidente do Conselho de Ministros.

Art. 2º. A Fundação será uma entidade autônoma e adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, do seu ato constitutivo, com o qual serão apresentados os Estatutos e o decreto que os aprovar.

Art. 3º. A Fundação terá por objetivo criar e manter a Universidade do Amazonas, com sede em Manaus, instituição de ensino superior, de pesquisa e estudo em todos os ramos do saber e da divulgação científica, técnica e cultural.

Art. 4º. O patrimônio da Fundação será constituído:

a) pelos bens móveis e imóveis pertencentes à União e ora utilizados pela Faculdade de Direito do Amazonas (Lei nº 924, de 21 de novembro de 1949);

b) pelos bens móveis e imóveis da Faculdade de Ciências Econômicas mantida pelo Estado do Amazonas (Decreto nº 43.426, de 26 de março de 1958);

c) pelas doações e subvenções que lhe venham a ser feitas ou concedidas pela União, por entidades públicas e por particulares;

d) pela dotação de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros) destinados à aquisição de terreno e construção dos edifícios indispensáveis à Universidade.

§ 1º. Os bens e direitos da Fundação serão utilizados ou aplicados exclusivamente para a consecução de seus objetivos, não podendo, sob hipótese alguma, ser alienados.

§ 2º. No caso de extinguir-se a Fundação, seus bens e direitos serão incorporados ao Patrimônio da União.

Art. 5º O Presidente do Conselho de Ministros designará por decreto o representante da União nos atos de instituição da Fundação.

Parágrafo único. Esses atos compreenderão os que se tornarem necessários à integração ao patrimônio da Fundação dos bens e direitos a que se referem as letras "a" e "b" do art. 4º e a respectiva avaliação.

Art. 6º A Fundação, sem ônus e mediante escritura pública, receberá, em doação, os bens móveis e imóveis referidos nas alíneas "a" e "b" do art. 4º, os quais se incorporarão ao seu patrimônio, inclusive os bens da União.

Art. 7º Para manutenção da Fundação, o Orçamento consignará, anualmente, recursos sob forma de dotação global e de bolsas de estudo.

Art. 8º A Fundação será administrada por um Conselho Diretor composto de 4 (quatro) membros e 2 (dois) suplentes, escolhidos uns e outros entre pessoas de ilibada reputação e notória competência e se renovará cada 2 (dois) anos pela sua metade.

§ 1º O Conselho Diretor elegerá entre seus membros o Presidente da Fundação.

§ 2º Os membros do Conselho Diretor exercerão mandato por 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos.

§ 3º Os membros e suplentes do primeiro Conselho Diretor serão designados por livre escolha do Presidente do Conselho de Ministros, sendo a metade para período de 4 (quatro) anos e

a outra metade para período de 2 (dois) anos.

§ 4º A renovação do Conselho se fará por escolha e nomeação do Presidente do Conselho de Ministros entre os nomes de uma lista triplíce, apresentada, para cada vaga, pelo Conselho Universitário, de pessoas estranhas aos quadros da Universidade nas condições referidas neste artigo.

§ 5º O Conselho Diretor elegerá livremente o Reitor da Universidade, que terá funções executivas e didáticas definidas nos Estatutos da Universidade, devendo sua escolha recair em pessoa de ilibada reputação e notória competência.

Art. 9º A estrutura da Universidade e dos estabelecimentos componentes e as relações entre os mesmos e as respectivas áreas de competência serão organizadas e definidas em Estatutos a serem elaborados pelo Conselho Diretor dentro de 60 (sessenta) dias da vigência desta lei e sujeitos à aprovação do Poder Executivo.

10. A Universidade gozará de autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar nos termos dos Estatutos da Fundação e dos seus próprios Estatutos, atendidas as exigências da legislação geral do ensino superior.

§ 1º Os órgãos deliberativos e consultivos da Universidade e seus estabelecimentos de ensino serão organizados nos termos dos seus Estatutos, elaborados pelo Conselho Diretor dentro de 90 (noventa) dias da vigência desta lei e aprovados pelo Poder Executivo.

§ 2º Os Estatutos da Universidade, uma vez aprovados pelo Poder Executivo, só poderão ser modificados pelo Conselho Universitário e as modificações com parecer favorável do Conselho Diretor deverão ser aprovadas pelo Poder Executivo, ouvido o órgão competente.

Art. 11. Os contratos do pessoal docente, técnico e administrativo da Fundação reger-se-ão pela legislação do trabalho.

§ 1º O Quadro do pessoal referido neste artigo será fixado pelo Conselho Universitário e, com parecer favorável do Conselho Diretor, deverá

ser aprovado pelo Poder Executivo, não podendo ser alterado dentro do período para o qual foi organizado, nunca inferior a 5 (cinco) anos, cada período.

§ 2º Nenhum docente ou funcionário técnico ou administrativo será admitido sem que preceda a instalação do respectivo serviço.

Art. 12. As disciplinas serão obrigatoriamente agrupadas em departamentos, observado o critério da afinidade.

§ 1º Em nenhum curso, o currículo compreenderá maior número de disciplinas do que o previsto na legislação vigente sobre o ensino superior.

§ 2º Nenhum curso poderá funcionar com menos de 30 (trinta) ou mais de 60 (sessenta) alunos em cada série.

Art. 13. Os Estatutos da Universidade disporão sobre a carreira do magistério que compreenderá o Instrutor, o Assistente, o Professor-Adjunto e o Professor, respeitados os preceitos constitucionais quanto ao provimento efetivo das cadeiras.

§ 1º Só poderão exercer cargos de Professor-Adjunto ou Professor, profissionais com título de Livre Docente ou Professor Catedrático de qualquer das disciplinas que integram o respectivo Departamento.

§ 2º Não serão realizados concursos para provimento efetivo dos cargos de Professor dentro do prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

Art. 14. A Universidade se comporá dos seguintes estabelecimentos de ensino superior:

- a) Faculdade de Direito do Amazonas (Lei nº 924, de 21 de novembro de 1949);
- b) Faculdade de Engenharia;
- c) Faculdade de Farmácia e Odontologia;
- d) Faculdade de Medicina;
- e) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras;
- f) Faculdade de Ciências Econômicas do Amazonas.

§ 1º As escolas referidas neste artigo serão denominadas Faculdade de Direito, Faculdade de Engenharia, Faculdade de Farmácia e Odontologia.

Faculdade de Medicina, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Amazonas.

§ 2º Ficam autorizados a instalação e o funcionamento das Faculdades referidas nas alíneas b, c, d e e deste artigo, atendido o disposto no § 2º do art. 12.

Art. 15. Serão extintos, à medida que se vagarem, os cargos públicos federais da Faculdade de Direito do Amazonas, sendo então providos os cargos correspondentes no Quadro referido no § 1º do art. 11.

Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito de Cr\$ 53.000.000,00 (cinquenta e três milhões de cruzeiros), sendo Cr\$ 28.000.000,00 (vinte e oito milhões de cruzeiros) para pessoal e Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) para material.

Art. 17. O Orçamento da União consignará, a partir de 1963, dotação para cumprimento do disposto na letra d do art. 4º, e em atendimento ao § 2º do art. 14.

Art. 18. Ao Tribunal de Contas a Fundação prestará, anualmente, contas de todo o seu movimento financeiro que compreenderá o da Universidade.

Art. 19. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de junho de 1962: 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Walther Moreira Salles

Antonio de Oliveira Brito

LEI N.º 4.070 — DE 15 DE
JUNHO DE 1962

Eleva o Território do Acre à categoria de Estado e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Território do Acre, com seus atuais limites é erigido em Estado do Acre.

Art. 2.º A Justiça Eleitoral fixará, dentro de três meses, após a promulgação a presente lei, a data das elei-

ções de Governador e de deputados à Assembléia Legislativa, os quais serão em número de quinze e terão, inicialmente, funções constituintes.

Art. 3.º A Assembléia Legislativa reunir-se-á dentro de dez dias da diplomação sob a direção do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, por convocação deste, e elegerá a sua Mesa.

Parágrafo único. Se, dentro de quatro meses, após a instalação da Assembléia, não for promulgada a Constituição Estadual, o Estado do Acre ficará submetido automaticamente à do Estado do Amazonas, até que a reforme pelo processo nela determinado.

Art. 4.º A posse do primeiro Governador se fará perante a Assembléia Legislativa, no dia da promulgação da Constituição Estadual.

Parágrafo único. Até essa data, o Estado do Acre ficará sob a administração do Governo Federal, através de um Governador provisório.

Art. 5.º ... (VETADO)...

Art. 6.º ... (VETADO)...

Parágrafo único. ... (VETADO)...

Art. 7.º As dotações consignadas no atual Orçamento Geral da União, para o Território do Acre, serão transferidas à aplicação do Governo do Estado, mediante convênio.

Parágrafo único. No exercício financeiro subsequente ao da promulgação da Constituição Estadual, o Governo do Acre perceberá da União um auxílio correspondente ao valor global das verbas orçamentárias que hajam sido atribuídas ao Território, no exercício anterior.

Art. 8.º A União celebrará convênio com o Estado do Acre, a vigorar do exercício financeiro seguinte, ao da promulgação da Constituição do Estado, para que:

a) a União concorra durante o período de dez anos, continuos com um auxílio anual não inferior a Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros) e mais, por tempo indeterminado, com a contribuição de que trata o art. 9.º § 6.º;

b) o Estado se obrigue, no mesmo prazo, a:

1 — aplicar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) desse auxílio, no fomento da riqueza regional,

2 — limitar, ao máximo de 3% (três por cento), por transação, a incidência do imposto de vendas e consignações.

Art. 9.º A partir da data da promulgação da Constituição Estadual ficam atribuídos ao Estado do Acre e a ele incorporados:

a) todos os bens, serviços e respectivos pessoal ativo e inativo do Território do Acre;

b) todos os serviços públicos de natureza local, exercidos pela União no Território do Acre e por ela não aproveitados, inclusive a Justiça, o Ministério Público, a Polícia e a Guarda Territorial, com todos os respectivos bens e pessoal ativo.

§ 1.º O pessoal dos serviços mantidos pela União e transferidos ao Estado na forma deste artigo continuará a ser remunerado pela União, inclusive o que passar à inatividade; mas passarão a ser remunerados pelo novo Estado, que os proverá na forma da lei, os novos servidores nomeados para cargos iniciais de carreira ou cargos isolados que se vagarem e para cargos que vierem a ser criados, bem como os acréscimos de vencimentos, proventos e vantagens estabelecidos pelo novo Estado.

§ 2.º A aposentadoria dos servidores remunerados pela União será por essa decretada, ficando a seu cargo o pagamento dos respectivos proventos, e também assegurado, sem restrições, o direito dos atuais contribuintes de entidades federais de previdência.

§ 3.º Todos os bens móveis e imóveis, encargos e rendimentos, inclusive os de natureza fiscal, direitos e obrigações relativos aos serviços mantidos pela União no Território, passarão ao patrimônio do novo Estado, sem indenização na data da promulgação de sua Constituição.

§ 4.º Os serviços transferidos na forma deste artigo continuarão regidos pela legislação vigente, enquanto não modificados pelos Poderes competentes do novo Estado, ao qual incumbe sobre eles legislar, inclusive sobre o pessoal transferido, bem como administrá-los, provendo-lhes e movimentando-lhes os quadros.

§ 5.º Os servidores federais, transferidos ao novo Estado, serão remunerados pela União de maneira nunca inferior aos de mesmo cargo ou de correspondente categoria nos demais Territórios Federais.

§ 6.º Caberá à União auxiliar o Estado a pagar aos desembargadores do Tribunal de Justiça a diferença entre os seus vencimentos e os dos juizes de entrância mais elevada ou única,

até ser a mesma absorvida por majorações outorgadas pelos poderes constitucionais do Estado.

Art. 10. Caberá à União o pagamento da importância que fôr em definitivo arbitrada, como justa indenização ao Estado do Amazonas, pela perda do Acre Sententorial.

Art. 11. Até que seja instalado o Tribunal Regional Eleitoral do Acre, suas funções serão exercidas pelo Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal.

Art. 12. As verbas e créditos orçamentários ou especiais destinados ao Estado do Acre, em virtude da presente lei, independem de registro prévio no Tribunal de Contas e serão depositados, com caráter prioritário, em conta especial do Banco do Brasil S.A., à disposição do Governo estadual, em três parcelas iguais, durante os meses de março, julho e novembro de cada ano.

Art. 13. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de junho de 1962; 141.º da Independência e 74.º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Alfredo Nasser

Walther Moreira Salles

LEI Nº 4.070-A — DE 15 DE JUNHO DE 1962

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 278.690.500,00, destinado às despesas de desapropriação dos imóveis necessários à construção da ligação ferroviária Belo Horizonte-Itabira-Peçanha.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 278.690.500,00 (duzentos e setenta e oito milhões seiscentos e noventa mil e quinhentos cruzeiros), destinado a atender às despesas decorrentes da desapropriação dos imóveis necessários à ligação ferroviária Belo-Horizonte-Itabira-Peçanha.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 15 de junho de 1962;
141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Virgílio Távora

Walther Moreira Salles

LEI Nº 4.071 — DE 15 DE
JUNHO DE 1962

Dispõe sobre o pagamento a lavradores de cana, que forneçam a usinas de açúcar ou destilarias, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As usinas de açúcar e as destilarias de álcool, ou seus prepostos, são obrigados a emitir, no ato da entrega de cana pelo fornecedor, documento com os característicos a seguir indicados:

- a) nome e endereço do comprador;
- b) nome e endereço do fornecedor;
- c) peso e classificação da cana fornecida;
- d) número do documento e data do fornecimento;
- e) assinatura do comprador ou preposto;
- f) preço da tonelada de cana fixado anualmente pelo Instituto do Açúcar e do Alcool.

Art. 2º O Instituto do Açúcar e do Alcool fixará, em caráter definitivo, nas Resoluções que aprovarem os planos anuais de defesa da safra de açúcar e álcool, as tabelas de preço para a tonelada de cana que vigorarão em cada Estado produtor, tendo em vista o preço oficial do açúcar cristal tipo "Standard" na condição P.V.U. (posto vazio ou veículo na usina), o rendimento industrial médio de cada Estado e as categorias das respectivas usinas e destilarias, sendo irreduzíveis em relação às safras anteriores as bases de pagamento expressas em número de quilos de açúcar por tonelada de cana.

Art. 3º O pagamento será feito quinzenalmente e compreenderá os fornecimentos de cana de quinzena anterior, admitidas as seguintes deduções:

- a) as taxas estabelecidas em lei;
- b) as sobretaxas ou contribuições estabelecidas pelo Instituto nos planos safra;
- c) o imposto de vendas e consignações;
- d) os adiantamentos concedidos ao fornecedor;
- e) os descontos estabelecidos em contratos firmados pelo fornecedor para pagamento de seus débitos com entidades financiadoras, em que a usina seja interveniente;
- f) as contribuições destinadas à assistência social e à manutenção dos órgãos de classe, estabelecida em convênio homologado pelo Instituto.

Art. 4º A usina ou destilaria, que não realizar o pagamento das canas dentro do prazo fixado no artigo anterior além de sujeitar-se à sanção prevista no artigo 5º desta lei, é obrigada a emitir nota promissória rural, regulada pela Lei nº 3.253, de 27 de agosto de 1957, de valor correspondente ao preço da cana acrescido de valor dos juros de um por cento (1%) ao mês.

§ 1º Da nota promissória rural deverão constar os característicos mencionados no art. 1º desta lei.

§ 2º A nota promissória rural emitida nos termos deste artigo será isenta do imposto do selo.

§ 3º O crédito do fornecedor de cana, expresso na nota promissória rural de que trata este artigo, terá privilégio especial na hipótese de concordata ou falência do devedor ou concurso de credores.

Art. 5º As usinas ou destilarias que deixarem de observar qualquer dos dispositivos de que tratam os artigos primeiro, terceiro e quarto, seus parágrafos e alíneas ou que deixarem de efetuar o pagamento da cana na base de preço fixado pelo Instituto do Açúcar e do Alcool na forma do artigo segundo desta lei, incorrerão na multa de vinte por cento (20%) sobre o valor das canas vendidas, multa que se elevará ao dobro na reincidência, cobrável judicialmente na forma prescrita no Decreto-lei número 1.831, de 4 de dezembro de 1939, artigos 73 a 77, no que for aplicável.

§ 1º As usinas ou destilarias que não estiverem em situação regular com os seus fornecedores poderão pleitear financiamentos junto ao Instituto do Açúcar e do Alcool, ao Banco do Brasil S.A. ou outros estabelecimentos oficiais de crédito desde que relacionem seus débitos vencidos para com os fornecedores de cana, a fim de que, do montante dos empréstimos concedidos, sejam descontadas as importâncias correspondentes àquelas dívidas.

§ 2º Sempre que a usina ou destilaria pleitear operações de crédito em estabelecimentos referidos no parágrafo anterior, instruirá o pedido com a declaração de que se encontra em situação regular com seus fornecedores, e no que concerne ao pagamento das canas recebidas, firmada pela Delegacia Regional do Instituto do Açúcar e do Alcool, em cuja circunscrição estiver localizada a usina ou destilaria.

Art. 6º As entidades de recebedores e fornecedores de cana, filiadas estas à Federação dos Plantadores de Cana do Brasil, poderão estabelecer, em contratos e convênios coletivos, normas pelas quais se devam regular o modo e a forma do fornecimento da cana às usinas ou destilarias, e bem assim o respectivo pagamento.

Parágrafo único. Uma vez homologados pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, os contratos ou acordos das entidades de recebedores e fornecedores de cana, tornar-se-ão obrigatórios para todas as usinas, destilarias e fornecedores de cana da respectiva região.

Art. 7º Trinta dias antes do início de cada safra, as usinas ou destilarias organizarão o quadro geral do recebimento diário de cana, de acordo com a entidade regional dos fornecedores, levando em conta os seguintes elementos:

a) o período de moagem fixado pelo Instituto do Açúcar e do Alcool para cada safra;

b) a estimativa do contingente de canas próprias de cada usina e dos respectivos fornecedores, consideradas as cotas individuais atribuídas a cada fornecedor e a avaliação adotada para o financiamento agrícola da safra.

Art. 8º É assegurado aos fornecedores titulares de cotas de fornecimento até duzentas toneladas, o direito de realizarem a entrega total de suas canas no decurso do prazo de sessenta dias.

Art. 9º Organizado o quadro geral do recebimento diário de cana, com a concordância do órgão de classe dos

fornecedores, será o mesmo afixado em local acessível aos interessados, na sede do mencionado órgão.

Art. 10. Compete ao Instituto do Açúcar e do Alcool exercer a fiscalização da presente lei, mediante inspeções periódicas e lavratura das notificações e autos de infração, cujo processamento e julgamento serão regulados na forma do Capítulo III do Decreto-lei nº 3.855, de 21-2-1941 (Estatuto da Lavoura Canavieira).

Parágrafo único. Do produto das multas arrecadadas, deduzida a parcela que legalmente couber aos fiscais atuantes, o Instituto destinará cinquenta por cento aos serviços de assistência social ao trabalhador canavieiro, entregando às associações de fornecedores de cana quotas proporcionais à contribuição das respectivas regiões na arrecadação da mencionada renda.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 15 de junho de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Ulysses Guimarães

LEI Nº 4.071-A — DE 15 DE
JUNHO DE 1962

*Dispõe sobre gratificação mensal, aos
Oficiais do Registro Civil, e dá outras providências.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É assegurada, mensalmente, aos Oficiais do Registro Civil, uma gratificação de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) que correrá à conta do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

§ 1º O Orçamento Federal consignará, anualmente, na rubrica própria, a verba correspondente e mais a que se fizer necessária ao pagamento dessa despesa.

§ 2º O pagamento se efetuará por intermédio das Coletorias de Rendas Federais.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de junho de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Alfredo Nasser

Walther Moreira Salles

LEI Nº 4.072 — DE 16 DE JUNHO
DE 1962

Acrescenta parágrafo único do artigo 4º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

O Presidente da República:
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ao art. 4º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, é acrescentado o seguinte parágrafo único:

"Art. 4º

Parágrafo único. Computar-se-ão, na contagem de tempo de serviço, para efeito de indenização e estabilidade, os períodos em que o empregado estiver afastado do trabalho prestando serviço militar ... (VETADO) ... e por motivo de acidente do trabalho".

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de junho de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART.

Tancredo Neves.

LEI Nº 4.073 — DE 22 DE JUNHO DE 1962

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 2.000.000.000,00 para as obras de duplicação da rodovia Presidente Dutra.

O Presidente da República,
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros) para as obras de duplicação da rodovia Presidente Dutra.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de junho de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Virgílio Távora

Walther Moreira Salles

LEI Nº 4.074 — DE 23 DE JUNHO DE
1962

Concede isenção de direitos e taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social, para equipamentos telefônicos importados pela Companhia Telefônica Alta Paulista.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida à Companhia Telefônica Alta Paulista, com sede em Tupã, Estado de São Paulo, isenção de direitos aduaneiros, imposto de consumo e demais taxas alfandegárias, exceto a de despacho aduaneiro, para equipamentos telefônicos a seguir discriminados:

a) Um centro telefônico de 500 (quinhentas) linhas, com pertences e acessórios no valor de 220.000,00 (duzentos e vinte mil) coroas suecas, para a cidade de Dracena — São Paulo, importadas da Telefonak — Tiebolaget LM Ericson Suécia.

b) Um equipamento de onda portadora de 4 (quatro) canais, para os serviços de interurbano nos Municípios de Adamantina, Valparaíso e Araçatuba — São Paulo, no valor de 160.000,00 (cento e sessenta mil) coroas suecas, importadas da Telefonak — Tiebolaget LM Ericson Suécia.

c) Equipamento composto de mesas telefônicas para o serviço interurbano de Tupã, Osvaldo Cruz e Adamantina — São Paulo, no valor de 200.000,00 (duzentas mil) coroas suecas, importadas da Telefonak — Tiebolaget LM Ericson Suécia.

d) Dois equipamentos de onda portadora de 6 (seis) canais e dois equi-

pamentos de onda portadora de 1 (um) canal, para os serviços interurbanos dos Municípios de Tupã, Osvaldo Cruz, Adamantina, Presidente Prudente e Dracena — São Paulo, no valor de 228.761,40 (duzentos e vinte e oito mil e setecentos e sessenta e um e quarenta) marcos alemães, importados da Siemens & Halske Aktiengesellschaft Alemanha.

Art. 2.º A isenção abrangerá apenas as mercadorias a que se aplicar o disposto no art. 73, da Lei n.º 3.244, de 14 de agosto de 1957.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de junho de 1962; 141.º da Independência e 74.º da República.

João Goulart

Tancredo Neves

Walther Moreira Salles

LEI N.º 4.075 DE 23 DE JUNHO
DE 1962

Inclui entre os bens impenhoráveis os exemplares da Bandeira Nacional não destinados ao comércio.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Ficam incluídos entre os bens impenhoráveis nos termos do que dispõe o Código de Processo Civil, os exemplares da Bandeira Nacional pertencentes às pessoas físicas e jurídicas, que não se destinem a comércio.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de junho de 1962; 141.º da Independência e 74.º da República.

João Goulart

Tancredo Neves

Alfredo Nasser.

LEI N.º 4.076 — DE 23 DE JUNHO
DE 1962

Que regula o exercício da profissão de geólogo.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O exercício da profissão de geólogo será somente permitido:

- a) aos portadores de diploma de Geólogo, expedido por curso oficial;
- b) aos portadores de diploma de Geólogo ou de Engenheiro Geólogo expedido por estabelecimento estrangeiro de ensino superior; depois de revalidado.

Art. 2.º Esta lei não prejudicará, de nenhum modo, os direitos e garantias instituídos pela Lei n.º 3.780, de 12 de julho de 1960 para os funcionários que na qualidade de naturalistas, devam ser enquadrados na série de Classes de Geólogo.

Art. 3.º O Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura somente concederá registro profissional mediante apresentação de diploma registrado no órgão próprio do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 4.º A fiscalização do exercício da profissão de geólogo será exercida pelo Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura e pelos Conselhos Regionais.

Art. 5.º A todo profissional registrado de acordo com a presente lei será entregue uma carteira profissional numerada, registrada e visada no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, na forma do art. 14 do Decreto n.º 23.569, de 11 de dezembro de 1933.

Art. 6.º São da competência do geólogo ou engenheiro geólogo:

- a) trabalhos topográficos e geodésicos;
- b) levantamentos geológicos, geoquímicos e geofísicos;
- c) estudos relativos a ciências da terra;
- d) trabalhos de prospecção e pesquisa para cubação de jazidas e determinação de seu valor econômico;

e) ensino das ciências geológicas nos estabelecimentos de ensino secundário e superior;

f) assuntos legais relacionados com suas especialidades;

g) perícias e arbitramentos referentes às matérias das alíneas anteriores.

Parágrafo único. E' também da competência do geólogo ou engenheiro-geólogo o disposto no item IX artigo 16, do Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas).

Art. 7.º A competência e as garantias atribuídas por esta lei aos geólogos ou engenheiros-geólogos são concedidas sem prejuízo dos direitos e prerrogativas conferidos a outros profissionais da engenharia pela legislação que lhes é específica.

Art. 8.º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de junho de 1962; 141.º da Independência e 74.º da República;

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Antônio de Oliveira Brito

LEI Nº 4.077 — DE 23 DE JUNHO
DE 1962

Dispõe sobre a gratificação dos encarregados de postos de Correio.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º As pessoas encarregadas de postos de correio, em todo o território nacional, nos termos do artigo 3.º da Lei nº 1.272, de 9 de dezembro de 1950, perceberão, mensalmente, quantia igual a 1/3 (um terço) do salário-mínimo da respectiva região, além do percentual legalmente estabelecido sobre a venda de selos e outras fórmulas de franquia.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 23 de junho de 1962; 141.º da Independência e 74.º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Virgílio Távora

LEI Nº 4.078 — DE 23 DE
JUNHO DE 1962

Isenta do imposto de importação, materiais destinados à instalação de estações de televisão a serem importados pela Rádio Rio Ltda.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida isenção dos impostos de importação e de consumo para o material importado pela Rádio Rio Ltda., com sede no Rio de Janeiro, e destinado à instalação de suas estações de televisão nas cidades de Campos e Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro, Guaratinguetá, no Estado de São Paulo e Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º A isenção de que trata o artigo anterior somente será efetiva após a publicação, no *Diário Oficial da União*, de Portaria expedida pelo Sr. Ministro da Fazenda, discriminando qualidade, quantidade, valor e procedência dos bens isentos.

Art. 3.º A isenção não abrange o material com similar nacional e não se estende à Taxa de Despacho Aduaneiro.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 23 de junho de 1962; 141.º da Independência e 74.º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Alfredo Nasser

Walther Moreira Salles

LEI Nº 4.079 — DE 23 DE
JUNHO DE 1962

Concede a pensão mensal de Cr\$... 20.000,00 à senhora Adélia da Silva Constantino, viúva do ex-engenheiro João Lourenço Constantino.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida uma pensão mensal de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil

cruzeiros), à senhora Adélia da Silva Constantino, viúva do ex-engenheiro ferroviário João Lourenço Constantino, chefe da construção da linha Barra Bonita — Rio do Peixe, da Rede de Viação Paraná — Santa Catarina.

Art. 2º A despesa da presente lei correrá pela verba própria.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 23 de junho de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Walther Moreira Salles

Virgílio Távora

LEI Nº 4.080 — DE 23 DE
JUNHO DE 1962

Da nova redação aos Artigos 2º, 6º e 7º da Lei nº 3.226, de 27 de julho de 1957, que dispõe sobre a constituição da Usina Termoeletrica de Figueira S.A., em Curitiba, Estado do Paraná.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 2º da Lei nº 3.226, de 27 de julho de 1957, terá a seguinte redação:

“Art. 2º A Usina Termoeletrica de Figueira S.A. terá por objeto o planejamento, a construção e a exploração de uma Usina Termoeletrica no distrito de Figueira, município de Curitiba, Estado do Paraná, destinada a consumir carvão da bacia carbonífera paranaense, incluindo-se ainda entre os objetivos da Sociedade o planejamento, a construção e a exploração das linhas de transmissão indispensáveis à exploração econômica da Usina”.

Art. 2º O artigo 6º da Lei nº 3.226, de 27 de julho de 1957, terá a seguinte redação:

“Art. 6º O capital da Sociedade será de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros), distribuídos em 2.000.000 de ações ordinárias nominativas, do valor nominal de Cr\$..... 1.000,00 (hum mil cruzeiros) cada uma, da qual a União Federal subcreverá Cr\$ 1.400.000.000,00 (hum bilhão e quatrocentos milhões de cruzeiros), ficando o restante do capital para ser subscrito pelas sociedades mencionadas no art. 3º e particulares, de preferência, mineradores de carvão, pessoas naturais ou jurídicas que explorem minas da região”.

Art. 3º O artigo 7º da Lei nº 3.226 terá a seguinte redação:

“Art. 7º A integralização das ações subscritas pela União será feita com fundos das dotações postas no Banco do Brasil S. A. por antecipação, à disposição do Diretor-Executivo da Comissão do Plano do Carvão Nacional, nos termos do artigo 9º da Lei nº 3.880, de 24 de dezembro de 1960, desde que constem do Orçamento da União, de acordo com as Previsões de Inversões no Setor de Energia, para o Estado do Paraná, constantes do Anexo I à referida Lei número 3.880”.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 23 de junho de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Walther Moreira Salles

LEI Nº 4.081, DE 23 DE JUNHO DE 1962

Concede pensão vitalícia de Cr\$ 3.000,00 mensais a Rita Gonçalves de Oliveira Pitanga, viúva do ex-servidor federal Ricardo Corrêa Pitanga

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a Rita Gonçalves de Oliveira Pitanga, viúva do ex-servidor do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, Ricardo Corrêa Pitanga, a pensão mensal vitalícia

cia de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), desde que a mesma prove a impossibilidade de prover sua subsistência.

Art. 2º A despesa decorrente da execução desta lei correrá à conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de junho de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Walther Moreira Salles

Virgílio Távora

LEI Nº 4.082 — DE 23 DE JUNHO
DE 1962

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00, para atender as despesas decorrentes de tratamento, ambulatório e hospitalização dos ex-integrantes da Força Expedicionária Brasileira, nos nosocômios do Exército.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes de tratamento, ambulatório e hospitalização dos ex-integrantes da Força Expedicionária Brasileira, no decorrer de 1960, nos nosocômios do Exército.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 23 de junho de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

João de Segadas Vianna

Walther Moreira Salles

LEI Nº 4.083 — DE 24 DE
JUNHO DE 1962

Altera o Quadro da Secretaria do Superior Tribunal Militar e serviços auxiliares, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os Quadros dos Serviços Auxiliares do Superior Tribunal Militar, constituídos do pessoal de sua Secretaria e dos Cartórios das Auditorias Militares, ficam reorganizados, de conformidade com a presente lei e passam a ser os constantes das Tabelas Anexas.

Art. 2º Os serviços da Secretaria do Superior Tribunal Militar e dos Cartórios de Auditorias Militares terão a organização que for traçada no Regimento Interno do Tribunal (Constituição, art. 97, II).

Parágrafo único. As obrigações e atribuições dos diferentes órgãos da Secretaria e dos Cartórios serão definidas em instruções expedidos pelo Tribunal.

Art. 3º Ficam extintos, nos quadros a que se refere o art. 1º desta lei, e à medida que forem vagando, os seguintes cargos: 1 (um) de Diretor do Serviço da Contabilidade, PJ-0; 1 (um) de Bibliotecário PJ-4; 5 (cinco) de Oficial Judiciário PJ-4; 3 (três) de Auxiliar de Portaria, PJ-8 e 1 (um) de Motorista Auxiliar, PJ-10.

Art. 4º Os atuais cargos de Secretário da Presidência e Secretário do Tribunal passam, respectivamente, à denominação de Secretário-Geral da Presidência e Vice-Diretor; os de Chefe de Seção e Chefe do Arquivo, à de Diretor de Serviço e o de Ajudante de Portaria, à de Porteiro.

Parágrafo único. Os ocupantes dos cargos cuja denominação é transformada de acordo com este artigo serão, automaticamente, transferidos para os novos cargos, resultantes dessa transformação.

Art. 5º O cargo de Diretor-Geral da Secretaria do Superior Tribunal Militar será provido por escolha do seu Presidente sujeita à aprovação do Plenário do Tribunal, dentre o Secre-

tário-Geral da Presidência e Vice-Diretor e os Diretores de Serviço, com reconhecidos predicados de chefia.

Art. 6º O cargo de Secretário-Geral da Presidência será de livre nomeação do Presidente do Tribunal e escolhido dentre o Vice-Diretor, Diretores de Serviço e funcionários das classes mais elevadas do Quadro da Secretaria.

Art. 7º O cargo de Vice-Diretor será provido por ato do Tribunal, mediante proposta de seu Presidente e escolhido dentre os Diretores de Serviço e Oficiais Judiciários, de preferência diplomados em Direito.

Art. 8º Os cargos de Diretor-Geral, de Secretário-Geral da Presidência e de Vice-Diretor são isolados, de provimento em comissão, respeitada a situação da efetividade de seus atuais ocupantes (Lei nº 324, de 11 de agosto de 1948, art. 5º).

Art. 9º Os cargos de Diretor de Serviço serão providos por nomeação do Tribunal e escolhidos, pelo critério exclusivo de merecimento, dentre os ocupantes da classe final da carreira de Oficial Judiciário.

Parágrafo único. Um dos cargos de Diretor de Serviço será exercido pelo atual Diretor do Serviço de Contabilidade, PJ-0.

Art. 10. Os cargos de Médico, Taquígrafo, Almojarife, Enfermeiro e Eletricista (Tabela B) serão providos por profissionais competentes, selecionados na forma das instruções que forem baixadas pelo Tribunal.

Art. 11. O cargo de Chefe de Portaria será preenchido pelo Porteiro e o deste por, Auxiliar de Portaria da classe mais elevada, escolhido pelo critério exclusivo de merecimento.

Art. 12. O provimento inicial do cargo de Chefe do Serviço de Transporte e o dos cargos de Auxiliar de Limpeza, será feito, respectivamente, pelos atuais extranumerários, ocupantes das funções de Encarregado do Serviço de Transportes, de Serventes e de Copeiro (Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960).

Parágrafo único. Posteriormente, o cargo de Chefe do Serviço de Transporte será provido por nomeações dentre os ocupantes da carreira de Motorista, e os de Auxiliar de Limpeza, na forma das instruções que forem baixadas pelo Tribunal.

Art. 13. No provimento dos cargos abaixo (Tabela C), serão aproveitados, inicialmente, respeitada a antiguidade de classe e função:

I — nos de Oficial Judiciário, os atuais Auxiliares Judiciários;

II — nos de Auxiliar Judiciário, os atuais extranumerários ocupantes das funções de Escrevente-Dactilógrafo e de Restaurador de Processos (Lei número 3.780, de 12 de julho de 1960);

III — nos de Motorista, os atuais extranumerários ocupantes da função de Auxiliar de Motorista (Lei número 3.780, de 12 de julho de 1960).

Art. 14. Feito o aproveitamento de que trata o artigo anterior, o provimento dos cargos das classes iniciais das carreiras constantes da Tabela C, será feito:

I — de Oficial Judiciário — metade pelo acesso dos ocupantes da classe final da Carreira de Auxiliar Judiciário, feita a respectiva relação segundo a ordem do merecimento, apurado em concurso organizado pelo Tribunal, e, metade, por nomeação de candidatos habilitados em concurso público de provas, observada a ordem de classificação, sem prejuízo dos candidatos já aprovados em concurso com prazo de vigência não prescrito;

II — de Auxiliar Judiciário — por nomeação de candidatos habilitados em concurso público de provas, válido, para a Carreira de Dactilógrafo, observada a ordem de classificação;

III — de Auxiliar de Portaria — metade, pelo acesso de ocupantes do cargo de Auxiliar de Limpeza, feita a respectiva relação segundo a ordem de merecimento, apurado em concurso organizado pelo Tribunal, e metade, por candidatos habilitados em concurso público de provas, observada a ordem de classificação;

IV — de Motorista — por nomeação de candidatos habilitados em concurso organizado pelo Tribunal, desde que possuam Carteira Nacional de habilitação de motorista e contem, pelo menos, 2 (dois) anos de prática no exercício da profissão, sem faltas no respectivo prontuário.

Art. 15. Aos Auxiliares de Portaria e aos Auxiliares de Limpeza, incumbem os diversos serviços de Limpeza,

conservação, Portaria e Zeladoria, de acordo com as instruções que forem baixadas pelo Tribunal.

Art. 16. O provimento do cargo de Escrivão de 2ª e 1ª entrâncias (Tabela E), far-se-á por nomeação dentre os Escreventes Juramentados da mesma entrância, feita a seleção pelo critério exclusivo de merecimento, apurado de acordo com as instruções que forem expedidas pelo Tribunal.

Art. 17. O provimento do cargo de Escrevente Juramentado (Tabela E), far-se-á, em cada entrância, metade pelo acesso de ocupantes do cargo de Auxiliar de Escrevente, pelo critério de merecimento, apurado de acordo com as instruções baixadas pelo Tribunal, e metade, por nomeação de candidatos habilitados em concurso público de provas, obedecidas a ordem de classificação.

Art. 18. No provimento dos cargos de Auxiliar de Escrevente (Tabela E), serão aproveitados, inicialmente, os atuais extranumerários das Auditorias, ocupantes das funções de Escriturário e de Escrevente-Datilógrafo (Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960).

Art. 19. O provimento dos cargos de Auxiliar de Escrevente, feito o aproveitamento de que trata o artigo anterior, e do de Oficial de Justiça (Tabela E), far-se-á, em cada entrância, por nomeação de candidatos habilitados em concurso público de provas, de acordo com as instruções baixadas pelo Tribunal.

Art. 20. Aos serventuários das Auditorias, nomeados ou promovidos na vigência da Lei nº 966, de 9 de dezembro de 1949, fica assegurado o direito às promoções previstas naquele diploma desde que, dentro de 30 (trinta) dias, a contar da vacância de cargo na entrância superior, declarem, por escrito, o propósito de concorrer à mesma vaga.

Art. 21. Os atuais cargos de Serventes dos Cartórios das Auditorias passam à denominação de Auxiliar de Limpeza (Tabela E) e os seus ocupantes serão, automaticamente, transferidos para os novos cargos resultantes dessa transformação.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de Auxiliar de Limpeza, de que trata o presente artigo, serão aproveitados, em cada entrância, os

atuais extranumerários das auditorias, ocupantes das funções de Porteiro, Servente e Contínuo (Lei 3.780, de 12 de julho de 1960).

Art. 22. Será aproveitado no cargo de Motorista Auxiliar, PJ-10 (Tabela E), o atual extranumerário de 2ª entrância, ocupante da função de Motorista (Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960).

Art. 23. Com o aproveitamento dos extranumerários, previstos nesta lei, ficam extintas as Tabelas de Extranumerários Mensalistas dos Serviços Auxiliares do Superior Tribunal Militar (Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960).

Art. 24. A Lei nº 1.675, de 25 de setembro de 1952, continua em vigor, para funcionários pertencentes aos Quadros de que trata o artigo 1º da presente lei, com as alterações constantes dos artigos 6º, 7º e 8º da Lei nº 3.890, de 18 de abril de 1961.

Art. 25. Aplicam-se aos funcionários dos Serviços Auxiliares do Superior Tribunal Militar, no que couber, as disposições do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União (Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952).

Art. 26. Ficam transferidas da Subconsignação 1.1.04, para a Subconsignação 1.1.01, as dotações constantes do Anexo 5 — Poder Judiciário, Subanexo 5.03 — Justiça Militar, 01 — Superior Tribunal Militar e 02 — Auditorias — Despesas Ordinárias, Verba 1.0 00 — Custeio, Consignação 1.1.00 — Pessoal Cível, do Orçamento da União.

Art. 27. É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário, Superior Tribunal Militar, o crédito especial de Cr\$ 16 000.000,00 (dezesesseis milhões de cruzeiros) para atender, no corrente exercício, às despesas decorrentes desta lei.

Art. 28. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de junho de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Alfredo Nasser

TABELA A

Número de Cargos	Cargos	Símbolo Padrão ou Classe
	<i>Cargos isolados de provimento em comissão</i>	
1	Diretor Geral	PJ
1	Secretário Geral da Presidência	PJ
1	Vice-Diretor	PJ- 0
1	Diretor do Serviço de Contabilidade *	PJ- 0

-- Extinto quando vagar.

TABELA B

Número de Cargos	Cargos	Símbolo Padrão ou Classe
	<i>Cargos isolados de provimento efetivo</i>	
6	Diretor de Serviço *	PJ- 1
1	Bibliotecário **	PJ- 4
1	Médico	PJ- 3
4	Taquígrafo	PJ- 3
1	Almoxarife	PJ- 3
1	Enfermeiro	PJ- 7
1	Chefe de Portaria	PJ- 4
1	Porteiro	PJ- 6
1	Eletricista	PJ- 8
1	Chefe de Serviço de Transporte	PJ- 6
18	Auxiliar de Limpeza	PJ-10

* 1 (um exercido pelo atual Diretor do Serviço da Contabilidade, símbolo PJ-0.

** Extinto quando vagar.

T A B E L A C

Número de Cargos	Cargos	Símbolo Padrão ou Classe
<i>Carreira</i>		
8	Oficial Judiciário	PJ- 3
20	Oficial Judiciário *	PJ- 4
15	Oficial Judiciário	PJ- 6
9	Auxiliar Judiciário	PJ- 7
11	Auxiliar Judiciário	PJ- 8
12	Auxiliar Judiciário	PJ- 9
12	Auxiliar de Portaria **	PJ- 8
10	Auxiliar de Portaria	PJ- 9
1	Motorista ,	PJ- 8
4	Motorista ,	PJ- 9

* 5 (cinco) excedentes.

** 3 (três) excedentes.

T A B E L A D

Número de Cargos	Cargos	Símbolo Padrão ou Classe
<i>Função gratificada</i>		
1	Escrivão de Pagamento	4- F

T A B E L A E
Cartório das Auditorias Militares

Número de Cargos	Cargos	Símbolo Padrão ou Classe
2ª Entrância		
8	Escrivão	PJ- 3
24	Escrevente Juramentado	PJ- 6
7	Oficial de Justiça	PJ- 7
30	Auxiliar de Limpeza	PJ-10
7	Auxiliar de Escrevente	PJ-16
1	Motorista Auxiliar *	PJ-10
1ª Entrância		
11	Escrivão	PJ- 4
24	Escrevente Juramentado	PJ- 7
11	Oficial de Justiça	PJ- 8
18	Auxiliar de Limpeza	PJ-11
7	Auxiliar de Escrevente	PJ-11

LEI Nº 4.084 — DE 30 DE JUNHO DE 1962

Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

O Congresso Nacional decreta:

Do Exercício da Profissão de Bibliotecário e das suas Atribuições

Art. 1º A designação profissional de Bibliotecário, a que se refere o quadro das profissões liberais, grupo 19, anexo ao Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), é privativa dos bacharéis em Biblioteconomia, de conformidade com as leis em vigor.

Art. 2º O exercício da profissão de Bibliotecário, em qualquer de seus ramos, só será permitido:

a) aos Bacharéis em Biblioteconomia, portadores de diplomas expedi-

dos por Escolas de Biblioteconomia de nível superior, oficiais, equiparadas, ou oficialmente reconhecidas;

b) aos Bibliotecários portadores de diplomas de instituições estrangeiras que apresentem os seus diplomas revalidados no Brasil, de acordo com a legislação vigente.

Parágrafo único. Não será permitido o exercício da profissão aos diplomados por escolas ou cursos cujos estudos hajam sido feitos através de correspondência, cursos intensivos, cursos de férias etc.

Art. 3º Para o provimento e exercício de cargos técnicos de Bibliotecários e documentalistas, na administração pública autárquica, paraestatal, nas empresas sob intervenção governamental ou nas concessionárias de serviço público, é obrigatória a apresentação do diploma de bacharel em Biblioteconomia respeitadas os direitos dos atuais ocupantes efetivos.

Parágrafo único. A apresentação de tais documentos não dispensa a pres-

tação do respectivo concurso, quando este for exigido para o provimento dos mencionados cargos.

Art. 4º Os profissionais de que trata o art. 2º, letras a e b desta lei, só poderão exercer a profissão após haverem registrado seus títulos ou diplomas na Diretoria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 5º O certificado de registro ou a apresentação do título registrado, será exigido pelas autoridades federais, estaduais ou municipais para assinatura de contratos, termos de posse, inscrição em concursos, pagamentos de licenças ou imposto para exercício da profissão e desempenho de quaisquer funções a esta inerentes.

Art. 6º São atribuições dos Bachareis em Biblioteconomia, a organização, direção e execução dos serviços técnicos de repartições públicas federais, estaduais, municipais e autárquicas e empresas particulares concernentes às matérias e atividades seguintes:

- a) o ensino de Biblioteconomia;
- b) a fiscalização de estabelecimentos de ensino de Biblioteconomia reconhecidos, equiparados ou em via de equiparação;
- c) administração e direção de bibliotecas;
- d) a organização e direção dos serviços de documentação;
- e) a execução dos serviços de classificação e catalogação de manuscritos e de livros raros e preciosos, de mapotecas, de publicações oficiais e seriadas, de bibliografia e referência.

Art. 7º Os Bachareis em Biblioteconomia terão preferência, quanto à parte relacionada à sua especialidade nos serviços concernentes a:

- a) demonstrações práticas e teóricas da técnica biblioteconômica em estabelecimentos federais, estaduais, ou municipais;
- b) padronização dos serviços técnicos de biblioteconomia;
- c) inspeção, sob o ponto de vista de incentivar e orientar os trabalhos de recenseamento, estatística e cadastro das bibliotecas;
- d) publicidade sobre material bibliográfico e atividades da biblioteca;
- e) planejamento de difusão cultural, na parte que se refere a serviços de bibliotecas;

f) organização de congresso, seminários, concursos e exposições nacionais ou estrangeiras, relativas a Biblioteconomia e Documentação ou representação oficial em tais certames.

DOS CONSELHOS DE BIBLIOTECONOMIA

Art. 8º A fiscalização do exercício da profissão do Bibliotecário será exercida pelo Conselho Federal de Biblioteconomia e pelos Conselhos regionais de Biblioteconomia, criados por esta lei.

Art. 9º O Conselho Federal de Biblioteconomia e os Conselhos Regionais de Biblioteconomia são dotados de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e patrimonial.

Art. 10. A sede do Conselho Federal de Biblioteconomia será no Distrito Federal.

Art. 11. O Conselho Federal de Biblioteconomia será constituído de brasileiros natos ou naturalizados e obedecerá à seguinte composição:

- a) um Presidente, nomeado pelo Presidente da República e escolhido dentre os nomes constantes da lista triplíce organizada pelos membros do Conselho;
- b) seis (6) conselheiros federais efetivos e três (3) suplentes, escolhidos em assembléia constituída por delegados-eleitores de cada Conselho Regional de Biblioteconomia.
- c) seis (6) conselheiros federais efetivos, representantes da Congregação das Escolas de Biblioteconomia do Distrito Federal e de todo o Brasil, cujos nomes, serão encaminhados pelas Escolas em listas triplíces, ao Conselho de Biblioteconomia.

Parágrafo único. O número de conselheiros federais poderá ser ampliado de mais de três, mediante resolução do Conselho Federal de Biblioteconomia, conforme necessidades futuras.

Art. 12. Dentre os seis conselheiros federais efetivos de que trata a letra b do art. 11 da presente Lei, quatro devem satisfazer as exigências das letras a e b e dois poderão ser escolhidos entre os que se enquadram no art. 4º desta mesma Lei.

Parágrafo único. Na escolha dos dois (2) conselheiros federais efetivos de que trata o art. 11 da presen-

te Lei, haverá preferência para os titulares que exerçam cargos de chefia ou direção.

Art. 13. Os 3 suplentes indicados na letra b do art. 11, só poderão ser escolhidos entre os que se enquadraram nas letras a e b do art. 1º da presente Lei.

Art. 14. O mandato do Presidente, dos Conselheiros federais efetivos e dos suplentes terá a duração de 3 (três) anos.

Art. 15. São atribuições do Conselho Federal de Biblioteconomia:

a) organizar o seu Regimento Interno;

b) aprovar os regimentos internos organizados pelos Conselhos Regionais, modificando o que se tornar necessário, com a finalidade de manter a unidade de ação.

c) tomar conhecimento de quaisquer dúvidas suscitadas pelos Conselhos Regionais de Biblioteconomia, promovendo as providências que se fizerem necessárias, tendentes a favorecer a homogeneidade de orientação dos serviços de biblioteconomia

d) julgar, em última instância os recursos das deliberações dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia;

e) publicar o relatório anual dos seus trabalhos e, periodicamente, a relação de todos os profissionais registrados;

f) expedir as resoluções que se tornem necessárias para a fiel interpretação e execução da presente Lei;

g) propor ao Governo Federal as modificações que se tornarem convenientes para melhorar a regulamentação do exercício da profissão de Bibliotecário;

h) deliberar sobre questões oriundas do exercício de atividades afins à especialidade do bibliotecário;

i) convocar e realizar, periodicamente, congressos de conselheiros federais para estudar, debater e orientar assuntos referentes a profissão.

Parágrafo único. As questões referentes às atividades afins com as de outras profissões serão resolvidas através de entendimentos com as entidades reguladoras dessas profissões.

Art. 16. O Conselho Federal de Biblioteconomia só deliberará com a presença mínima de metade mais um de seus membros.

Parágrafo único. As resoluções a que se refere a alínea f do art. 15, só serão válidas quando aprovadas

pela maioria dos membros do Conselho Federal de Biblioteconomia.

Art. 17. Ao Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia compete, até julgamento da direção do Conselho, a suspensão de decisão que o mesmo tome e lhe pareça inconveniente.

Parágrafo único. O ato de suspensão vigorará até o novo julgamento do Conselho, caso para o qual o presidente convocará segunda reunião no prazo de 30 (trinta dias) contados do seu ato. Se no segundo julgamento, o Conselho mantiver por dois terços de seus membros a decisão suspensa, esta entrará em vigor imediatamente.

Art. 18. O Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia é o responsável administrativo pelo Conselho Federal de Biblioteconomia inclusive pela prestação de contas, perante o órgão competente.

Art. 19. O Conselho Federal de Biblioteconomia fixará a composição dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia, procurando organizá-los à sua semelhança: promoverá a instalação de tantos órgãos quantos forem julgados necessários fixando as suas sedes e zonas de jurisdição.

Art. 20. As atribuições dos Conselhos Regionais de Biblioteconomias são as seguintes:

a) registrar os profissionais de acordo com a presente Lei e expedir carteira profissional;

b) examinar reclamações e representações escritas acerca dos serviços de registro e das infrações desta Lei e decidir, com recurso, para o Conselho Federal de Biblioteconomia.

c) fiscalizar o exercício da profissão, impedindo e punindo as infrações à Lei, bem como enviando as autoridades competentes, relatórios documentados sobre fatos que apurem e cuja solução não seja de sua alçada;

d) publicar relatórios anuais dos seus trabalhos, e periodicamente, relação dos profissionais registrados.

e) organizar o regimento interno, submetendo-o à aprovação do Conselho Federal de Biblioteconomia.

f) apresentar sugestões ao Conselho Federal de Biblioteconomia;

g) admitir a colaboração das Associações de Bibliotecários, nos casos das matérias das letras anteriores;

h) eleger um delegado-eleitor para a Assembléia, referida na letra b do art. 11.

Art. 21. A escolha dos conselheiros regionais efetuar-se-á em assembleias realizadas nos Conselhos Regionais, separadamente por delegados das Escolas de Biblioteconomia e por delegados eleitos pelas Associações de Bibliotecários, devidamente registrados no Conselho Regional respectivo.

Parágrafo único. Os diretores de Escolas de Biblioteconomia e os Presidentes das Associações de Bibliotecários são membros natos dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia.

Art. 22. Todas as atribuições referentes ao registro, à fiscalização e à imposição de penalidades, quanto ao exercício da profissão de Bibliotecários, passam a ser da competência dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia.

Art. 23. Os Conselhos Regionais de Biblioteconomia poderão, por procuradores seus, promover perante o Juiz da Fazenda Pública e mediante o processo de executivo fiscal, a cobrança das penalidades ou anuidades previstas para a execução da presente Lei.

Art. 24. A responsabilidade administrativa de cada Conselho Regional cabe ao respectivo presidente, inclusive a prestação de contas perante o órgão federal competente.

Art. 25. O Conselheiro federal ou regional que, durante um ano faltar, sem licença prévia dos respectivos Conselhos, a seis (6) sessões consecutivas ou não, embora com justificação, perderão, automaticamente, o mandato que passará a ser exercido, em caráter efetivo, pelo respectivo suplente.

AS ANUIDADES E TAXAS

Art. 26. O Bacharel em Biblioteconomia, para o exercício de sua profissão é obrigado ao registro no Conselho Regional de Biblioteconomia a cuja jurisdição estiver sujeito, ficando obrigado ao pagamento de uma anuidade ao respectivo Conselho Regional de Biblioteconomia, até o dia 31 de março de cada ano, acrescida de 20% (vinte por cento) de mora, quando fora deste prazo.

Art. 27. Os Conselhos Regionais de Biblioteconomia cobrarão taxas pela expedição ou substituição de carteiras profissionais e pela certidão referente à anotação de função técnica.

Art. 28. O Poder Executivo proverá em decreto, a fixação das anuidades e taxas a que se referem os ar-

tigos 26, 29 e 30 e sua alteração só poderá ter lugar com intervalos não inferiores a três anos, mediante proposta do Conselho Federal de Biblioteconomia.

Art. 29. Constitui renda do Conselho Federal de Biblioteconomia o seguinte:

- a) 1/4 da taxa de expedição da carteira profissional;
- b) 1/4 da anuidade de revogação do registro;
- c) 1/4 das multas aplicadas de acordo com a presente Lei;
- d) doações;
- e) subvenções dos governos;
- f) 1/4 da renda de certidões.

Art. 30. A renda de cada Conselho Regional de Biblioteconomia será constituída do seguinte:

- a) 3/4 da renda proveniente da expedição de carteiras profissionais;
- b) 3/4 da anuidade de renovação de registro;
- c) 3/4 das multas aplicadas de acordo com a presente lei.
- d) doações;
- e) subvenções dos governos;
- f) 3/4 da renda das certidões.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31. Os presidentes dos Conselhos Federal e Regionais de Biblioteconomia prestarão anualmente suas contas perante o Tribunal de Contas da União.

§ 1º A prestação de contas do presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia será feita diretamente ao referido Tribunal, após aprovação do Conselho.

§ 2º A prestação de contas dos presidentes dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia, será feita ao referido Tribunal por intermédio do Conselho Federal de Biblioteconomia.

§ 3º Cabe aos presidentes de cada Conselho a responsabilidade pela prestação de contas.

Art. 32. Os casos omissos verificados nesta lei serão resolvidos pelo Conselho Federal de Biblioteconomia.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 33. A Assembleia que se realizar para a escolha dos seis (6) primeiros conselheiros efetivos e dos três (3) primeiros conselheiros suplentes do Conselho Federal de Biblioteconomia, previsto na conformidade da letra b do art. 11 desta Lei, será preta

sidida pelo consultor técnico do Ministério do Trabalho e Previdência Social e se constituirá dos delegados-eleitores, dos representantes das Associações de classe, das Escolas de Biblioteconomia, eleitos em assembléias das respectivas instituições por voto secreto e segundo as formalidades estabelecidas para a escolha de suas diretorias ou órgãos dirigentes.

§ 1º Cada Associação de Bibliotecários indicará um único delegado-eleitor que deverá ser, obrigatoriamente, sócio efetivo e no pleno gozo de seus direitos sociais, e profissional de biblioteconomia possuidor de diploma de bibliotecário.

§ 2º Cada Escola ou Curso de Biblioteconomia se fará representar por um único delegado-eleitor, professor em exercício, eleito pela respectiva congregação.

§ 3º Só poderá ser eleito na assembléia a que se refere este artigo, para exercer o mandato de conselheiro federal de biblioteconomia o profissional que preencha as condições estabelecidas no art. 13 da presente Lei.

§ 4º As Associações de Bibliotecários, para obterem seus direitos de representação na assembléia a que se refere este artigo, deverão proceder dentro do prazo de noventa (90) dias, a partir da data desta Lei, ao seu registro prévio perante o consultor técnico do Ministério do Trabalho e Previdência Social, mediante a apresentação de seus estatutos e mais documentos julgados necessários.

§ 5º Os seis conselheiros referidos na letra c) do art. 11 da presente lei, serão credenciados pelas respectivas Escolas, junto ao consultor técnico do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Art. 34. O Conselho Federal de Biblioteconomia procederá na sua primeira sessão ao sorteio dos conselheiros federais de que trata a letra c) do art. 11 desta Lei e que deverão exercer o mandato por três (3) anos.

Art. 35. Em assembléia dos conselheiros federais efetivos eleitos na forma do art. 11, presidida pelo Consultor Técnico do Ministério do Trabalho e Previdência Social, serão votados os triplices a que se refere a letra a) do art. 11 da presente Lei para escolha do primeiro presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia.

Art. 36. Durante o período da organização do Conselho Federal de Biblioteconomia, o Ministro do Traba-

lho e Previdência Social designará um local para sua sede, e, à requisição do presidente deste Conselho fornecerá o material e pessoal necessários ao serviço.

Art. 37. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de junho de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

LEI Nº 4.085 -- DE 3 DE JULHO DE 1962

Dispõe sobre as medidas necessárias ao funcionamento de Escola de Engenharia Industrial.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Escola de Engenharia Industrial (EEI-DESI), com sede na cidade de Rio Grande, RS, integrante do Ministério da Educação e Cultura — Diretoria do Ensino Superior, a que se refere o art. 8º, da Lei nº 3.863, de 2 de maio de 1961, manterá os cursos de engenharia industrial, modalidades química e mecânica, e o Instituto de Pesquisas e Orientação Industrial (IPOI).

Art. 2º Para execução do disposto no artigo anterior, são criados, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, Diretoria do Ensino Superior, 10 (dez) cargos de professor catedrático (EEI-DESI).

Art. 3º O Instituto de Pesquisas Industrial objetivará essencialmente pesquisas e Orientação científicas e atenderá, em cooperação e assistência, às necessidades das indústrias regionais.

Art. 4º Para atender as despesas decorrentes desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 43.204.000,00 (quarenta e três milhões, duzentos e quatro mil cruzeiros), sendo Cr\$ 7.476.000,00 (sete milhões, quatrocentos e setenta e seis mil cruzeiros) para Pessoal Permanente,

Cr\$ 24.228.000,00 (vinte e quatro milhões, duzentos e vinte e oito mil cruzeiros) para o Pessoal do Quadro Extraordinário, Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões e quinhentos mil cruzeiros) para as despesas com a manutenção do IPOI.

Art. 5º Os cargos criados pelo art. 2º poderão ser providos em caráter interino, por atuais professores da Escola.

Parágrafo único. O Regimento Interno, que será encaminhado, dentro de sessenta dias, ao Ministério da Educação e Cultura, disporá sobre o regime transitório de contrato para as disciplinas do currículo e do pessoal em geral, na forma do Quadro Extraordinário e observados os níveis de remuneração para as funções congêneres do serviço público federal.

Art. 6º O provimento efetivo dos cargos de professor catedrático, criados por esta Lei, se fará por meio de

concurso de títulos e de provas, realizado em estabelecimento congênere federal, designado em cada caso pela Diretoria do Ensino Superior a esta cabendo a publicação dos editais dentro de cinco anos do primeiro provimento interino, e até que a Congregação disponha de quorum legal para a realização destes atos.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de julho de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

LEI 4.086

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

EMENTÁRIO

Leis e decretos publicados nos
volumes III e IV, de 1962, desta
coleção, classificados pela or-
dem alfabética dos assuntos

EMENTÁRIO

A

AÇÃO SOCIAL PADRE SABÓIA DE MEDEIROS

Declara de utilidade pública a Ação Social Padre Sabóia de Medeiros, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 894 — de 12 de abril de 1962.

ACORDOS

Aprova o Acôrdio sobre Transportes Aéreos Regulares entre os Estados Unidos do Brasil e o Japão firmado no Rio de Janeiro, a 14 de dezembro de 1956.

Decreto Legislativo nº 2 — de 1962.

Aprova o Acôrdio sobre circulação internacional do material visual e auditivo de caráter educativo e cultural, firmado pelo Brasil na Conferência da UNESCO.

Decreto Legislativo nº 3 — de 1962.

Dispõe sobre a admissão de pessoal para os acôrdos entre a União, Estados e Municípios e dá outras providências.

Decreto nº 51.458 — de 18 de abril de 1962.

ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO

Republicação da relação nominal dos servidores que integram o Quadro de Pessoal da Administração do Porto do Rio de Janeiro, aprovada pelo Decreto nº 51.335, de 4 de outubro de 1961, alterado pelos de números 51.403 e 51.460, de 4 de feve-

ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO

reiro e 30 de abril de 1961, consoante determinaram as retificações publicadas à pág. 2.241 do Diário Oficial — Seção I — Parte I — de 23 de fevereiro de 1962.

Decreto nº 51.335 — de 4 de outubro de 1961.

Retifica o sistema de classificação de cargos da Administração do Porto do Rio de Janeiro (A. P. R. J.), aprovado pelo Decreto nº 51.335, de 4 de outubro de 1961, e alterado pelo Decreto nº 51.403, de 5 de fevereiro de 1962, e dá outras providências.

Decreto nº 51.460 — de 30 de abril de 1962.

AERONÁUTICA

Aprova a Tabela de Fixação dos valores dos complementos à razão comum, para a Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto nº 931 — de 3 de maio de 1962.

Aprova as Tabelas de Fixação dos Valores da Etapa das Forças Armadas e de suas modalidades, para o 1º semestre de 1962, e dá outras providências.

Decreto nº 934-A — de 3 de maio de 1962.

Altera o Regulamento da Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar baixado pelo Decreto nº 30.976, de 10 de junho de 1952 e dá outras providências.

Decreto nº 962 — de 7 de maio de 1962.

AERONAUTICA

Altera o Regulamento do Estado-Maior da Aeronáutica.

Decreto nº 1.031 — de 21 de maio de 1962.

Modifica o Regulamento aprovado pelo Decreto número 377, de 19 de dezembro de 1961.

Decreto nº 1.147 — de 6 de junho de 1962.

Ver, também, Ministério da Aeronáutica.

Modifica a redação do Decreto número 962, de 16 de abril de 1962.

Decreto nº 1.244 — de 25 de junho de 1962.

Altera o Regulamento para o Corpo de Pessoal Subalterno da Aeronáutica

Decreto nº 47.980 — de 2 de abril de 1960.

AEROPORTOS

Cria o Sistema Nacional de Aeroportos.

Decreto nº 1.256 — de 25 de junho de 1962.

AEROVIÁRIO

Regulamenta a profissão de Aeroaviário.

Decreto nº 1.232 — de 22 de junho de 1962.

AFORAMENTOS

(Ver Terrenos de Marinha)

AGROPECUÁRIA

Inclui o representante do Sindicato das Empresas de Navegação Marítima, no Grupo Executivo de Coordenação dos Transportes, na Comissão de Amparo à Produção Agropecuária.

Decreto nº 824 — de 2 de abril de 1962.

ÁGUA MINERAL

Dispõe sobre as vantagens do pessoal a serviço das empresas de navegação pertencentes ao Patrimônio Nacional, objeto do contrato coletivo de trabalho — aditivo — de 12 de dezembro de 1961.

Decreto nº 900 — de 16 de abril de 1962.

Autoriza a Empresa de Mineração Taquaral Ltda. a lavrar água mineral, no município de Ubatuba, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.002 — de 15 de maio de 1962.

Autoriza a Estância Pilar S. A. a furar água mineral, no município de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.104 — de 30 de maio de 1962.

Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Mitio Sagawara a pesquisar água mineral no Município de Oswaldo Cruz, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.190 — de 18 de junho de 1962.

ÁGUAS PÚBLICAS

Ver o Estado a cujo domínio se submetem.

ALGODÃO

Assegura ao algodão em pluma de região setentrional do País, da safra de 1962-63, a garantia de preços mínimos.

Decreto nº 953 — de 4 de maio de 1962.

— Altera os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de algodão da Região Meridional do País, da safra de 1961-62, fixados pelo Decreto nº 134, de 10 de novembro de 1961.

Decreto nº 955 — de 4 de maio de 1962.

ALIANÇA DA BAHIA CAPITALI- ZAÇÃO S. A.

Aprova alterações, inclusive aumento do capital social, introduzidas nos Estatutos da Aliança da Bahia Capitalização S. A.

Decreto nº 840 — de 4 de abril de 1962.

ALIANÇA PARA O PROGRESSO

Cria a Comissão de Coordenação da "Aliança para o Progresso".

Decreto nº 1.040 — de 23 de maio de 1962.

AMIANTO

Autoriza a empresa de mineração Sociedade Brasileira de Mineração Fama Ltda., a pesquisar amianto, no Município de Itaberaba, Estado da Bahia.

Decreto nº 863 — de 7 de abril de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Tocafundo a pesquisar amianto no Município de Itapaci, Estado de Goiás.*

Decreto nº 870 — de 9 de abril de 1962.

ANIMAIS (IMPORTAÇÃO)

Regula a importação de zebuínos, bubalinos e outros animais domésticos e silvestres, procedentes dos continentes asiático e africano, em todo o território nacional.

Decreto nº 1.198 — de 19 de junho de 1962.

APATITA

Autoriza o cidadão brasileiro Vicente de Faria Mello a pesquisar apatita, no Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 855 — de 7 de abril de 1962.

APOSENTADOS

Dispõe sobre a não aplicação das normas estabelecidas no Decreto-lei nº 3.768, de 1941, a partir da vigência da Lei nº 1.050, de 1950, aos extranumerários mensualistas, diaristas ou tarefeiros julgados incapazes por

APOSENTADOS

motivo de acidente no exercício de suas atribuições, de doença profissional ou por moléstia especificada em lei.

Lei nº 4.068-A — de 10 de junho de 1962.

AREIA

Renova o Decreto nº 42.616, de 7 de novembro de 1957.

Decreto nº 998 — de 15 de maio de 1962.

Autoriza o cidadão brasileiro Ricardo Sampaio Corrêa a pesquisar areia quartzosa, caulim e argila no Município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.015 — de 15 de maio de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Gheorghe Popescu a pesquisar areia quartzosa no Município de Peruibe, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 1.071 — de 28 de maio de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ruy Nepomuceno a pesquisar areia quartzosa no Município de Ubatuba, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 1.186 — de 18 de junho de 1962.

ARGILA

Autoriza o cidadão brasileiro Hassis Samea a pesquisar argila, no Município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Decreto nº 869 — de 9 de abril de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Arnaldo de Souza Pinto a pesquisar argila no Município de Uberaba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 987 — de 14 de maio de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ricardo Sampaio Corrêa a pesquisar areia quartzosa, caulim e argila no Município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 1.015 — de 15 de maio de 1962.

ARGILA

— Autoriza o cidadão brasileiro Márcio Bueno a pesquisar argila nos Municípios de Serra Azul e São Simão, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.069 — de 28 de maio de 1962.

— Autoriza a S. A. Indústrias Votorantim a pesquisar argila no município de Sorocaba, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.091 — de 30 de maio de 1962.

ARGILA

— Autoriza Magnesita S.A. a pesquisar argila, no Município de Oeiras, Estado do Piauí.

Decreto nº 1.098, de 30 de maio de 1962.

ARGILA REFRATÁRIA

— Autoriza o cidadão brasileiro Ferruccio Bonatti a pesquisar argila no município de Sacramento, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.186-A, de 18 de junho de 1962.

Retifica o art. 1º do Decreto número 49.447, de 6 de dezembro de 1960.

Decreto nº 700, de 15 de março de 1962.

— Autoriza Magnesita S.A. a lavar argila refratária no município de Betim, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 854, de 7 de abril de 1962.

ARROZ

— Autoriza o cidadão brasileiro Alberto Badra a pesquisar argila refratária no município de Suzano, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.087, de 30 de maio de 1962.

ASSISTENTE SOCIAL

Altera os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de arroz, para o ano agrícola de 1961-62, fixados pelos Decretos números 50.411 e 153, de 5-4-61, e 16-11-61.

Decreto nº 1.111, de 1º de junho de 1962.

AUTARQUIAS

Regulamenta a Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, que dispõe sobre o exercício da profissão de Assistente Social.

Decreto nº 994, de 15 de maio de 1962.

Altera a Lei nº 2.944, de 8 de novembro de 1956, que permite ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico o ajuste de empréstimos com autarquias estaduais que tenham a seu cargo planos de eletrificação, e dá outras providências.

Lei nº 4.055, de 13 de abril de 1962.
— Altera o art. 1º da Lei nº 3.205, de 15 de julho de 1957, que reestruturou os cargos de tesoureiros do Serviço Público Federal.

Lei nº 4.061, de 8 de maio de 1962.
AUTOS OFICIAIS

— Proíbe temporariamente o ingresso de pessoal, a qualquer título, no Serviço Civil do Poder Executivo e nas autarquias, bem como nas sociedades de economia mista subvencionadas pela União, e dá outras providências.

Decreto nº 51.504, de 11 de junho de 1962.

Altera dispositivo do Decreto número 50.640, de 20 de maio de 1961.

Decreto nº 879, de 10 de abril de 1962.

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito extraordinário de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), para o fim que especifica.

Decreto nº 1.112, de 1º de junho de 1962.

B**BANCOS**

Dispõe sobre os depósitos que os bancos devem manter no Banco do Brasil S.A., à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito.

Lei nº 4.059, de 8 de maio de 1962.

BANCO DE CRÉDITO REAL DE

MINAS GERAIS

Aprova o aumento de capital e a reforma estatutária do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A.

Decreto n.º 812, de 30 de março de 1962.

BANCO DO BRASIL S. A.

Dispõe sobre os depósitos que os bancos devem manter no Banco do Brasil S.A., à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito.

Lei n.º 4.059, de 3 de maio de 1962.

BANCO NACIONAL DE CRÉDITO

COOPERATIVO

Aprova o novo Regulamento do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, com as alterações por ele introduzidas no anterior, baixado com o Decreto n.º 30.265, de 11 de dezembro de 1951.

Decreto n.º 1.085, de 28 de maio de 1962.

— *Altera o Quadro de Pessoal — Parte Permanente — do Banco Nacional de Crédito Cooperativo.*

Decreto n.º 51.480, de 29 de maio de 1962.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Altera a Lei n.º 2.944, de 8 de novembro de 1956, que permite ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico o ajuste de empréstimos com autarquias estaduais que tenham a seu cargo planos de eletrificação, e dá outras providências.

Lei n.º 4.055, de 13 de abril de 1962.

BANDEIRA NACIONAL

Inclui entre os bens impenhoráveis os exemplares da Bandeira Nacional não destinados ao comércio.

Lei n.º 4.075, de 23 de junho de 1962.

BATALHÃO SUEZ

Regula a aplicação sobre os vencimentos do pessoal do Batalhão Suez, do disposto no Decreto n.º 701, de 15 de março de 1962.

Decreto n.º 928, de 30 de abril de 1962.

BAUXITA

Autoriza Alumínio Minas Gerais Sociedade Anônima a pesquisar bauxita, no município de Mariana, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 1.165, de 8 de junho de 1962.

BENS IMÓVEIS DA UNIÃO

Autoriza estrangeiro a adquirir terreno nacional interior, situado no Estado da Guanabara.

Decreto n.º 735 — de 16 de março de 1962.

BENS IMPENHORÁVEIS

Cria Grupo de Trabalho para elaborar projeto de normas reguladores aos inventários de bens móveis da União.

Decreto n.º 805 — de 30 de março de 1962.

BIBLIOTECA

Inclui entre os bens impenhoráveis os exemplares da Bandeira Nacional não destinados ao comércio.

Lei n.º 4.075, de 23 de junho de 1962.

Institui a Semana Nacional da Biblioteca, de 12 a 19 de março.

Decreto n.º 884, de 10 de abril de 1962.

— *Constitui Comissão para estudar medidas necessárias à criação, organização e instalação da Biblioteca Nacional de Brasília.*

Decreto n.º 927-A, de 27 de abril de 1962.

BIBLIOTECÁRIO

Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício.

Lei n.º 4.084, de 30 de junho de 1962.

BORRACHA

Assegura isenção do imposto de renda e adicional de renda às indústrias de beneficiamento e de artefatos de borracha, e às de beneficiamento e tecelagem de juta, localizadas na Amazonia.

Lei nº 4.069, de 12 de junho de 1962.

— *Regula o Mercado da Borracha.*

Decreto nº 880, de 10 de abril de 1962.

BRASÍLIA

Altera dispositivos do Decreto número 807, de 30 de março de 1962.

Decreto nº 1.253, de 25 de junho de 1962.

BRIGAS DE GALO

Revoga o Decreto nº 50.620, de 18 de maio de 1961.

Decreto nº 1.233, de 22 de junho de 1962.

**BUREAU INTERNACIONAL
DE L'EDITION MECA-
NIQUE (B.I.E.M.)**

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos do Bureau International de L'Edition Mecanique (B.I.E.M.).

Decreto nº 437, de 28 de dezembro de 1961.

C**CAFÉ**

Altera a redação do art. 5º do Decreto nº 79, de 26 de outubro de 1961, referente à composição do Conselho Deliberativo do GERCA e estabelece a forma de substituição nos impedimentos que especifica.

Decreto nº 885, de 10 de abril de 1962.

CAIXA DE CRÉDITO DA PESCA

Autoriza o Ministério da Fazenda a dar garantia do Tesouro Nacional a operações de financiamentos com o aval da Caixa de Crédito da Pesca.

Decreto nº 1.279, de 25 de junho de 1962.

CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS

Altera o art. 2º do Decreto número 50.474, de 18 de abril de 1961.

Decreto nº 957, de 4 de maio de 1962.

— *Altera disposições do Decreto nº 50.954, de 14 de julho de 1961, e dá outras providências.*

Decreto nº 1.146, de 6 de junho de 1962.

— *Aprova o Quadro de Pessoal da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro e dá outras providências.*

Decreto nº 51.485, de 7 de junho de 1962.

CALCÁRIO

Autoriza a Companhia Paulista de Mineração a pesquisar calcário, dolomita, magnesita e talco, no município de Santo Sé, Estado da Bahia.

Decreto nº 1.036, de 23 de maio de 1962.

— *Autoriza a Cia. Catarinense de Cimento Portland a pesquisar calcário, no município de Camboriú, Estado de Santa Catarina.*

De Decreto nº 1.090 — de 30 de maio de 1962.

CALCITA

Autoriza o cidadão brasileiro Sizio Felisberto a lavar mármore e calcita no Município de Cahoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

Decreto nº 992, de 15 de maio de 1962.

**COMPANHIA NACIONAL CONTRA
TUBERCULOSE**

Dispõe sobre a aplicação da Lei nº 3.967, de 5 de outubro de 1961, e dá outras providências.

Decreto nº 971, de 8 de maio de 1962.

CAMPANHA NACIONAL DE EDUCANDÁRIOS GRATUITOS

Autoriza o Ministério da Aeronáutica a ceder gratuitamente à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos — Setor Distrital da Ilha do Governador, Estado da Guanabara, o terreno que menciona.

Decreto nº 796, de 29 de março de 1962.

CANA

Dispõe sobre o pagamento a lavradores de cana, que forneçam a usinas de açúcar ou destilarias, e dá outras providências.

Lei nº 4.071, de 15 de junho de 1962.

CAPITAIS NACIONAIS

Altera o parágrafo único do artigo 10 do Decreto nº 50.916, de 6 de julho de 1961, que reestruturou a Comissão de Defesa dos Capitais Nacionais e Consolidou as suas atribuições.

Decreto nº 1.179, de 18 de junho de 1962.

CASA DOS MUNICÍPIOS

Dispõe sobre o planejamento, construção, organização, aparelhamento e administração da "Casa dos Municípios" e dá outras providências.

Decreto nº 1.196, de 19 de junho de 1962.

CASSITERITA

Declara caduco o decreto nº 26.981, de 28 de julho de 1949.

Decreto nº 1.003, de 15 de maio de 1962.

— Autoriza a Cia. Estanífera do Brasil a lavar cassiterita no Município de Ipameri, Estado de Goiás.

Decreto nº 1.169, de 8 de junho de 1962.

CAULIM

Autoriza o cidadão brasileira Nilza Silveira Ramos a pesquisar caulim, no Município de Guarani, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 988, de 14 de maio de 1962.

CAULIM

— Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Paraíso Rocha a lavar caulim, no Município de Pirai, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 995, de 15 de maio de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro Ricardo Sampaio Corrêa a pesquisar areia quartzosa, caulim e argila no Município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.015, de 16 de maio de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro Elson Aguiar Medeiros a pesquisar caulim, no Município de Ubá, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.070, de 28 de maio de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro Dario Rodrigues Leite a pesquisar caulim no Município de Lorena, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.103, de 30 de maio de 1962.

— Autoriza Pegmatito — Indústria Extrativa de Minérios Ltda. a pesquisar caulim e feldspato no Município de Muriaé, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.191-A, de 18 de junho de 1962.

CEARÁ RADIO CLUBE S. A.

Outorga concessão à "Ceará Rádio Clube S. A." para estabelecer uma estação de televisão, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

Decreto nº 1.272, de 25 de junho de 1962.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S. A. — ELETROBRAS

Aprova a constituição da "Centrais Elétricas Brasileiras S. A. — Eletrobrás".

Decreto nº 1.178, de 13 de junho de 1962.

**CENTRAIS ELÉTRICAS DE
URUBUPANGÁ S. A. —
"CELUSA"**

Autoriza o Ministro da Fazenda a dar garantia do Tesouro Nacional a financiamentos a serem concedidos, no Exterior, às Centrais Elétricas de Urubupangá S. A. "CELUSA".

Decreto nº 1.193, de 18 de junho de 1962.

CESSÃO DE IMÓVEIS DA UNIÃO

Autoriza o Ministério da Aeronáutica a ceder gratuitamente à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos — Setor Distrital da Ilha do Governador, Estado da Guanabara, o terreno que menciona.

Decreto nº 796, de 29 de março de 1962.

— Autoriza a cessão gratuita de terreno que menciona, situado na cidade de Blumenau, no Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 954, de 4 de maio de 1962.

CHUMBO

Autoriza o cidadão brasileiro Leon Cardoso a pesquisar minério de chumbo nos municípios de Morrete e Paranaguá, Estado do Paraná.

Decreto nº 981, de 14 de maio de 1962.

CIA. DE NICKEL DO BRASIL

Concede à Cia. de Nickel do Brasil autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 1.053, de 25 de maio de 1962.

**CIA. GOIANA DE COMÉRCIO
E MINERAÇÃO**

Concede à Cia. Goiana de Comércio e Mineração autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 875, de 9 de abril de 1962.

**CIA. METALÚRGICA
DE AUSTIN**

Concede à Cia. Metalúrgica de Austin autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 1.068, de 28 de maio de 1962.

CIANITA

Autoriza Souza Nogueira & Cia. Limitada a pesquisar cianita no Município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.018, de 15 de maio de 1962.

— Autoriza Souza Nogueira & Cia. Limitada a pesquisar cianita no Município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.019, de 15 de maio de 1962.

CINEMA

Revoga o Decreto nº 50.518, de 2 de maio de 1961, que dispõe sobre a fiscalização de filmes cinematográficos, e dá nova redação.

Decreto nº 1.134, de 4 de junho de 1962.

— Regulamenta a publicidade nos cinemas.

Decreto nº 1.243, de 25 de junho de 1962.

CISO MINERAÇÃO LTDA.

Concede a Ciso Mineração Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 996, de 15 de maio de 1962.

CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

Aplica aos cargos e funções do Quadro do Pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho da 2ª Região disposições das Leis ns. 3.780, de 12 de julho, e 3.826, de 23 de novembro, ambas de 1960, e dá outras providências.

Lei nº 4.067, de 5 de junho de 1962.

CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

— Altera a redação do art. 2º do Decreto nº 26.355, de 14 de fevereiro de 1949.

Decreto nº 1.192, de 18 de junho de 1962.

— Altera o Decreto nº 49.160, de 1º de dezembro de 1960.

Decreto nº 1.226, de 22 de junho de 1962.

— Republicação da relação nominal dos servidores que integram o Quadro de Pessoal da Administração do Porto do Rio de Janeiro, aprovada pelo Decreto nº 51.335, de 4 de outubro de 1961, alterado pelos de números 51.403 e 51.460, de 4 de fevereiro e de 30 de abril de 1961, consoante determinaram as retificações publicadas à página 2.241, do "Diário Oficial" — Seção I — Parte I — de 23 de fevereiro de 1962.

Decreto nº 51.335, de 4 de outubro de 1961.

— Aprova o sistema de classificação de cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes e dá outras providências.

Decreto nº 51.350, de 23 de novembro de 1961.

— Aprova o enquadramento de empregos da Estrada de Ferro Tocantins, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.

Decreto nº 51.441, de 2 de abril de 1962.

— Aprova o enquadramento dos cargos e funções da Rede Ferroviária do Nordeste e dá outras providências

(Suplemento)

Decreto nº 51.448, de 2 de abril de 1962.

— Altera disposições do Decreto nº 51.341, de 28 de outubro de 1961, que aprovou o sistema de classificação de cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, e dá outras providências.

Decreto nº 51.449, de 2 de abril de 1962.

CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

— Altera disposições do Decreto nº 51.350, de 23 de novembro de 1961, que aprovou o sistema de classificação de cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, e dá outras providências.

Decreto nº 51.450, de 2 de abril de 1962.

— Retifica o enquadramento dos cargos e funções da Universidade Rural de Pernambuco.

Decreto nº 51.451, de 2 de abril de 1962.

— Retifica o sistema de classificação de cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes aprovado pelo Decreto nº 51.350, de 23 de novembro de 1961, e dá outras providências.

Decreto nº 51.459, de 23 de abril de 1962.

— Retifica o sistema de classificação de cargos da Administração do Porto do Rio de Janeiro (A.P.R.J.), aprovado pelo Decreto nº 51.335, de 4 de outubro de 1961, e alterado pelo Decreto nº 51.403, de 5 de fevereiro de 1962, e dá outras providências.

Decreto nº 51.460, de 30 de abril de 1962.

— Dispõe sobre o enquadramento do pessoal amparado pela Lei número 3.967, de 5 de outubro de 1961.

Decreto nº 51.471, de 22 de maio de 1962.

— Retifica o enquadramento provisório de servidores do Ministério da Saúde.

Decreto nº 51.474, de 25 de maio de 1962.

— Altera dispositivos do Decreto nº 51.349, de 20 de novembro de 1961 e dá outras providências.

Decreto nº 51.378, de 29 de maio de 1962.

— Retifica o sistema de classificação de cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes aprovado pelo Decreto nº 51.350, de 23 de novembro de 1961, e dá outras providências.

Decreto nº 51.482, de 4 de julho de 1962.

CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

— *Aprova o Quadro de Pessoal da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro e dá outras providências.*

Decreto nº 51.485, de 7 de junho de 1962.

— *Retifica o Decreto nº 51.054, de 26 de julho de 1961.*

Decreto nº 51.488, de 8 de junho de 1962.

— *Retifica o sistema de classificação de Cargos do Conselho Nacional de Pesquisas e Institutos subordinados, aprovado pelo Decreto nº 51.054, de 26 de julho de 1961, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.489, de 8 de junho de 1962.

— *Retifica o enquadramento provisório de servidor do Ministério da Saúde.*

Decreto nº 51.492, de 8 de junho de 1962.

— *Altera os Decretos ns. 48.864, de 18 de agosto de 1960 e 51.345, de 28 de outubro de 1961.*

Decreto nº 51.501, de 8 de junho de 1962.

— *Corrige enquadramento provisório.*

Decreto nº 51.506, de 15 de junho de 1962.

— *Altera e retifica o sistema de classificação de cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, aprovado pelo Decreto número 51.345, de 28 de outubro de 1961, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.509, de 20 de junho de 1962.

CLUBE NAVAL

— *Fixa data para pagamento da primeira parcela de resgate de financiamento, a que se refere o parágrafo único do art. 2.º da Lei nº 2.341, de 22 de novembro de 1954.*

Decreto nº 1.173, de 12 de junho de 1962.

C.O.F.A.P.

(Ver: Comissão Federal de Abastecimento de Preços).

COLÚMBIA COMANHIA NACIONAL DE SEGUROS DE VIDA E RAMOS ELEMENTARES

— *Aprova alterações, inclusive aumento do capital social, introduzidos nos Estatutos da Colúmbia, Companhia Nacional de Seguros de Vida e Ramos Elementares.*

Decreto nº 748, de 19 de março de 1962.

COMISSÃO DE MARINHA MERCANTE

— *Altera o Quadro do Pessoal da Comissão de Marinha Mercante reestruturado pelo Decreto nº 47.480, de 23 de dezembro de 1959, e alterado pelo de nº 49.371, de 29 de novembro de 1960, e dá outras providências.*

Decreto nº 1.250, de 25 de junho de 1962.

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO DE EDUCAÇÃO

— *Cria a Comissão de Planejamento da Educação.*

Decreto nº 1.230, de 22 de junho de 1962.

COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

— *Dispõe sobre a aplicação da Lei nº 3.967, de 5 de outubro de 1961, e dá outras providências.*

Decreto nº 971, de 8 de maio de 1962.

— *Abre à Comissão do Vale do São Francisco o crédito de Cr\$ 300.000.000,00, destinado aos fins que especifica.*

Decreto nº 980, de 11 de maio de 1962.

— *Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a instalar uma usina Diesel-elétrica na Ilha do Fogo, no rio São Francisco, entre as cidades de Joazeiro (Estado da Bahia) e Petrolina (Estado de Pernambuco).*

Decreto nº 1.008, de 15 de maio de 1962.

COMISSÃO FEDERAL DE ABASTECIMENTO E PREÇOS

— *Retifica o enquadramento provisório dos servidores amparados pela Consolidação das Leis do Trabalho, da Comissão Federal de Abastecimento e Preços, aprovado pela Comissão de Classificação de Cargos e dá outras providências.*

Decreto n.º 51.445, de 2 de abril de 1962.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica de Mensalistas da Comissão Federal de Abastecimento e Preços e dá outras providências.*

Decreto n.º 51.446, de 2 de abril de 1962.

COMISSÃO MISTA FERROVIÁRIA BRASILEIRO-BOLIVIANA

— *Cria, no Ministério das Relações Exteriores, uma Comissão de três (3) membros destinada a supervisionar a parte brasileira da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana.*

Decreto n.º 1.242, de 25 de junho de 1962.

COMISSÃO NACIONAL DE HABITAÇÃO

— *Dá nova redação ao Decreto número 786, de 26 de março de 1962.*

Decreto n.º 1.120, de 1.º de junho de 1962.

COMISSÃO NACIONAL DE PLANEJAMENTO

— *Dispõe sobre destaque de verba destinada à Comissão Nacional de Planejamento (COPLAN).*

Decreto n.º 1.084, de 29 de maio de 1962.

COMISSÕES

— *Inclui o representante do Sindicato das Empresas de Navegação Marítima, no Grupo Executivo de Coordenação dos Transportes, na Comissão de Amparo à Produção Agropecuária.*

Decreto n.º 824, de 2 de abril de 1962.

COMISSÕES

— *Exclui o trecho da BR-44-A, entroncamento da BR-23 — Divisão Ceará-Piauí, da jurisdição da Comissão Especial de Construção, criada com o Decreto n.º 369, de 15 de dezembro de 1961.*

Decreto n.º 831, de 3 de abril de 1962.

— *"Cria a Comissão Permanente de Educação Rodoviária".*

Decreto n.º 849, de 6 de abril de 1962.

— *Altera o Decreto n.º 51.005, de 20 de julho de 1961, que dispõe sobre a Comissão de Estudos Legislativos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto n.º 917, de 26 de abril de 1962.

— *Constitui Comissão para estudar medidas necessárias à criação, organização e instalação da Biblioteca Nacional de Brasília.*

Decreto n.º 927-A, de 27 de abril de 1962.

— *Modifica o Decreto n.º 37, de 12 de outubro de 1961.*

Decreto n.º 951, de 4 de maio de 1962.

— *Altera a redação do art. 4.º do Decreto n.º 764-A, de 20 de março de 1962.*

Decreto n.º 978, de 11 de maio de 1962.

— *Cria a Comissão de Coordenação da "Aliança Para o Progresso".*

Decreto n.º 1.040, de 23 de maio de 1962.

— *Dispõe sobre a transferência para o regime de exploração direta, de serviços públicos concedidos, e dá outras providências.*

Decreto n.º 1.106, de 30 de maio de 1962.

— *Altera o parágrafo único do artigo 10 do Decreto n.º 50.916, de 1.º de julho de 1961, que reestruturou a Comissão de Defesa dos Capitais Nacionais e Consolidou as suas atribuições.*

Decreto n.º 1.179, de 18 de junho de 1962.

COMISSÕES

— Dispõe sobre a Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos (CONESP) e dá outras providências.

Decreto n.º 1.203, de 19 de junho de 1962.

— Cria no Ministério da Agricultura, a Comissão de Planejamento Agropecuário.

Decreto n.º 1.208, de 30 de junho de 1962.

COMITÊ NACIONAL DE ENSINO DE CANCEROLOGIA

Cria o "Comitê Nacional de Ensino de Cancerologia", como órgão assessor do Serviço Nacional de Câncer e aprova o seu Regimento.

Decreto n.º 1.100 — de 30 de maio de 1962.

COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO

Autoriza a Companhia Brasileira de Alumínio a realizar empréstimo no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico mediante garantia hipotecária dos bens de seu patrimônio.

Decreto n.º 1.076 — de 29 de maio de 1962.

COMPANHIA CEARÁ DE SEGUROS

Retifica o Decreto n.º 46.813, de 14 de setembro de 1959, que aprovou alterações introduzidas nos estatutos da Companhia Ceará de Seguros Gerais.

Decreto n.º 756 — De 20 de março de 1962.

COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO CRUZEIRO DO SUL

Concede à Secretaria de Navegação Cruzeiro do Sul Limitada autorização para continuar a funcionar sob a nova forma social de Companhia de Navegação Cruzeiro do Sul.

Decreto n.º 829 — de 3 de abril de 1962.

COMPANHIA DE SEGUROS CRUZEIRO DO SUL

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Companhia de Seguros Cruzeiro do Sul relativa ao aumento do capital social.

Decreto n.º 836 — de 4 de abril de 1962.

COMPANHIA DE SEGUROS "GARANTIA INDUSTRIAL PAULISTA"

Aprova alteração introduzida nos estatutos da Companhia de Seguros "Garantia Industrial Paulista" relativa a aumento do capital social.

Decreto n.º 754 — de 19 de março de 1962.

COMPANHIA DE SEGUROS GUARANI

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Guarani, inclusive aumento do capital social.

Decreto n.º 1.157 — de 8 de junho de 1962.

COMPANHIA DE SEGUROS LIBERDADE

Aprova alterações, inclusive aumento do capital social, introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Liberdade.

Decreto n.º 961 — de 7 de maio de 1962.

COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE ÁGUAS MINERAIS — CADIMA

Concede à Companhia Distribuidora de Águas Minerais — Cadima, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 993 — de 15 de maio de 1962.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTO DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Espírito Santo de Seguros.

Decreto n.º 905 — de 17 de abril de 1962.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

Dispõe sobre a representação da União nas Assembléias Gerais da Companhia Hidrelétrica do São Francisco.

Decreto nº 919 — de 26 de abril de 1962.

— Autoriza o Ministro da Fazenda a dar garantia do Tesouro Nacional a financiamentos a serem concedidos no Exterior, à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco "CHESF".

Decreto nº 1.263 — de 25 de junho de 1962.

COMPANHIA SIDERÚRGICA DA GUANABARA

Concede à Companhia Siderúrgica da Guanabara autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 1.092 — de 30 de maio de 1962.

COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPÉIA

Dispõe sobre a Delegação do Brasil junto à Comunidade Econômica Europeia.

Decreto nº 51.513 — de 25 de junho de 1962.

CONCURSOS

Dispõe sobre inscrição em concurso para provimento de cargos de magistério, em estabelecimentos oficiais de ensino.

Decreto nº 976 — de 11 de maio de 1962.

CONGRESSOS

Oficializa o VII Congresso Internacional de Pontes e Estruturas.

Decreto nº 51.469-A — de 21 de maio de 1962.

CONSEIL INTERNATIONAL DU SPORT MILITAIRE

Cria no Brasil a Subsecretaria do "Conseil International du Sport Militaire" para a América Latina e dá outras providências.

Decreto nº 975 — de 11 de maio de 1962.

CONSELHO COORDENADOR DO ABASTECIMENTO

Extingue o Conselho Coordenador do Abastecimento e dá outras providências.

Decreto nº 51.484 — de 5 de junho de 1962.

— Dispõe sobre a extinção do Conselho Coordenador do Abastecimento e dá outras providências.

Decreto nº 51.505, de 15 de junho de 1962.

CONSELHO DE MINISTROS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Conselho de Ministros, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 para ocorrer a despesas com o seu funcionamento no exercício de 1961.

Lei nº 4.065 — de 19 de maio de 1962.

CONSELHO FEDERAL DE QUÍMICA

Abona o ponto dos Funcionários Públicos que fazem parte do Conselho Federal de Química.

Decreto nº 970 — de 8 de maio de 1962.

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS

Retifica o Decreto nº 51.054, de 26 de julho de 1961.

Decreto nº 51.488 — de 8 de junho de 1962.

— Retifica o sistema de classificação de cargos do Conselho Nacional de Pesquisas e Institutos subordinados, aprovado pelo Decreto número 51.054, de 26 de julho de 1961, e dá outras providências.

Decreto nº 51.489 — de 8 de junho de 1962.

CONSELHO NACIONAL DE TRANSPORTES

Inclui representante do Ministério das Relações Exteriores no Conselho Nacional de Transportes, criado pelo Decreto nº 430, de 28 de dezembro de 1961.

Decreto nº 1.225 — de 22 de junho de 1962.

**CONSELHO SUPERIOR DA
PREVIDÊNCIA SOCIAL -- Ver:
PREVIDÊNCIA SOCIAL
CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO
TRABALHO**

Acrescenta parágrafo único ao artigo 4º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Lei nº 4.072 — de 16 de junho de 1962.

CONSTRUÇÃO NAVAL

Passa para a jurisdição do Ministério da Viação e Obras Públicas o Grupo Executivo da Indústria de Construção Naval e dá outras providências.

Decreto n: 890 — de 12 de abril de 1962.

**CONSULADOS — Ver: MINISTÉRIO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CONVENÇÕES**

Torna pública adesões, por parte de diversos países, à Convenção da Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

Decreto nº 51.463 — de 9 de maio de 1962.

— Torna públicas as adesões, por parte da Finlândia e do Haiti, à Convenção Internacional para a Unificação de certas Regras relativas ao Sequestro Preventivo de Aeronaves, concluída em Roma, a 29 de maio de 1933.

Decreto nº 51.776 — de 29 de maio de 1962.

— Torna pública a adesão, por parte do Governo de Israel, à Convenção de Haia de 18 de outubro de 1907, para a solução pacífica dos conflitos internacionais.

Decreto n: 51.521 — de 25 de junho de 1962.

CONVÊNIOS

Aprova o Convênio Constitutivo da Associação Internacional de Desenvolvimento firmado em Washington a 29 de junho de 1961 pelo Governo Brasileiro.

Decreto Legislativo nº 4, de 1962.

CONVÊNIOS

— Institui o Órgão Misto União Federal Estado do Paraná e dá outras providências.

Decreto nº 51.514 — de 25 de junho de 1962.

COOPERATIVAS

Altera o artigo 177 do Decreto número 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, que passa a ter a seguinte alínea: XI — cooperativas rurais.

Decreto nº 1.033 — de 22 de maio de 1962.

**CRÉDITO — (ESPECIAL,
EXTRAORDINÁRIO OU
SUPLEMENTAR) Abertura —**

Ver o nome do Ministério ou órgão a que se refere.

CRUZ VERMELHA BRASILEIRA

Abre ao Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 20.600.000,00, destinado à Cruz Vermelha Brasileira.

Decreto nº 51.488 — de 17 de maio de 1962.

CULTIVADORES

Institui o Plano Nacional da Indústria de Cultivadores Motorizados.

Decreto nº 1.249 — de 25 de junho de 1962.

CURSOS

Concede reconhecimento ao curso que indica.

Decreto nº 651 — de 8 de março de 1962.

— Concede reconhecimento ao curso que indica.

Decreto nº 759 — de 20 de março de 1962.

— Concede reconhecimento ao curso que indica.

Decreto nº 1.108 — de 30 de maio de 1962.

CURSOS

— *Concede autorização para o funcionamento dos cursos que indica.*

Decreto nº 1.133 — de 4 de junho de 1962.

— *Altera o artigo 1º do Decreto nº 1.100 de 30 de maio de 1962.*

Decreto nº 1.164 — de 8 de junho de 1962.

— *Concede autorização para o funcionamento de Cursos de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais.*

Decreto nº 1.201 — de 19 de junho de 1962.

D

DEMISSÃO (Empregado)

Estabelece normas para a validade de pedido de demissão ou recibo de quitação contratual, firmado por empregado.

Lei nº 4.066, de 28 de maio de 1962.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Altera dispositivo do Regimento aprovado pelo Decreto nº 50.679, de 31 de maio de 1961.

Decreto nº 1.174, de 12 de junho de 1962.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

Altera o Regimento do Departamento de Imprensa Nacional, aprovado pelo Decreto nº 5.963, de 16 de junho de 1940.

Decreto nº 932, de 3 de maio de 1962.

Dispõe sobre funções gratificadas do Departamento de Imprensa Nacional.

Decreto nº 51.467 de 17 de maio de 1962.

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

Dispõe sobre a gratificação dos encarregados de postos de Correio.

Lei nº 4.077, de 23 de junho de 1962.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento dos Correios e Telégrafos (Comissão Executiva do Plano Postal Telegráfico), área de terreno situada no Município de Gravataí, Estado do Rio Grande do Sul, de propriedade da Imobiliária Vista Alegre Ltda.

Decreto nº 903, de 17 de abril de 1962.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Município de Birigui, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.042, de 24 de maio de 1962.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO

Considera urgentes os serviços do Plano Quinquenal do Departamento Nacional de Estradas de Ferro e dá outras providências.

Decreto nº 1.164, de 15 de junho de 1962.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

Altera o Regimento do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, aprovado pelo Decreto número 44.656, de 17 de outubro de 1956.

Decreto nº 913, de 13 de abril de 1962.

Dispõe sobre a aplicação da Lei nº 3.967, de 5 de outubro de 1961, e dá outras providências.

Decreto nº 971, de 8 de maio de 1962.

Institui, no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o regime de suprimento especial de fundos e dá outras providências.

Decreto nº 1.168, de 8 de junho de 1962.

Classifica as funções gratificadas do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, e dá outras providências.

Decreto nº 51.486, de 7 de junho de 1962.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 38.263, de 30 de novembro de 1955, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessário à construção do açude público Santa Maria, no Município de Sobral, Estado do Ceará.

Decreto nº 828, de 2 de abril de 1962.

Autoriza a execução de obras de emergência e de serviços de assistência à população atingidas pela seca.

Decreto nº 979, de 11 de maio de 1962.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS E SANEAMENTO

Considera urgente os serviços do Plano Quinquenal de Obras de saneamento e dá outras providências.

Decreto nº 973, de 10 de maio de 1962.

Abre o crédito extraordinário de Cr\$ 50.000.000,00 para o fim que menciona.

Decreto nº 1.028, de 16 de maio de 1962.

Aprova normas especiais para o prosseguimento e conclusão do conjunto de obras que compõem o novo sistema de abastecimento d'água de Belo Horizonte, a cargo do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS).

Decreto nº 1.146, de 6 de junho de 1962.

DESAPROPRIAÇÕES

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 278.690.500,00, destinado às despesas de desapropriação dos imóveis necessários à construção da ligação ferroviária Belo Horizonte-Itabora-Pegajana.

Lei nº 4.070-A de 15 de junho de 1962.

Declara urgência na desapropriação de domínio útil de imóveis e benfeitorias em Pernambuco.

Decreto nº 827, de 2 de abril de 1962.

Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 38.263, de 30 de novembro de 1955, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público Santa Maria, no Município de Sobral, Estado do Ceará.

Decreto nº 828, de 2 de abril de 1962.

Declara de utilidade pública, para desapropriação, os terrenos que menciona, situados em Rio Bonito e Barra do Pirai, no Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 844, de 4 de abril de 1962.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento dos Correios e Telégrafos (Comissão Executiva do Plano Postal Telegráfico), área de terreno situada no Município de Gravataí, Estado do Rio Grande do Sul, de propriedade da Imobiliária Vista Alegre Ltda.*

Decreto nº 993 — de 17 de abril de 1962.

— *Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, áreas de terras necessárias à execução da segunda etapa da usina cachoeira Dourada, existente no rio Paranaíba, da Centrais Elétricas de Goiás S. A.*
— *CELG.*

Decreto nº 927 — de 27 de abril de 1962.

DESARROPRIAÇÕES

— Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias à formação do reservatório de acumulação de usina hidroelétrica Jânio Quadros, ex-Barra Bonita, de que trata o Decreto nº 35.641, de 10 de junho de 1954, e autoriza a Companhia Hidroelétrica do Rio Pardo, com sede na capital do Estado de São Paulo, a promover a desapropriação das mesmas.

Decreto nº 1.005 — de 15 de maio de 1962.

— Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 1.025 — de 18 de maio de 1962.

— Declara de utilidade pública uma área de terras necessária à construção das unidades da Universidade do Espírito Santo, e autoriza a mesma a promover a sua desapropriação.

Decreto nº 1.026-A — de 18 de maio de 1962.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel destinado à Universidade do Ceará.

Decreto nº 1.032 — de 21 de maio de 1962.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação em favor da Petróleo Brasileiro S. A. — PETROBRAS, em caráter de urgência, áreas de terra necessárias à construção de Estação de Armazenamento de Bombeamento e passagem de condutos, do Oleoduto Rio-Belo Horizonte.

Decreto nº 1.035 — de 23 de maio de 1962.

— Declara de utilidade pública, para desapropriação, duas áreas de terra situadas no bairro de Pirambu, em Fortaleza, capital do Estado do Ceará, necessárias ao melhoramento habitacional de grande centro de população local, com execução de plano de urbanização, obras de higiene, e abertura de vias e logradouros públicos, para melhor utilização estética e fixação dos habitantes respectivos.

Decreto nº 1.058 — de 25 de maio de 1962.

DESARROPRIAÇÕES

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 1.061 — de 28 de maio de 1962.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação em favor da Petróleo Brasileiro S. A. — PETROBRAS, área de terrenos situada no Município de Camaçari, no Estado da Bahia.

Decreto nº 1.150 — de 1 de junho de 1962.

— Declara de utilidade pública, para fins de servidão ou de desapropriação em favor da Petróleo Brasileiro S. A. — Petrobrás, áreas de terrenos situadas nos municípios de São Sebastião e de Cubatão, no Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.167 — de 8 de junho de 1962.

— Declara de utilidade pública, faixa de terra necessária à linha de transmissão Jurumirim — Botucatu — São Paulo e dá outras providências.

Decreto nº 1.192-A — de 18 de junho de 1962.

— Retifica o artigo 4º do Decreto número 1.058, de 25 de maio de 1962.

Decreto nº 1.202 — de 19 de junho de 1962.

— Declara de utilidade pública os imóveis 27 e 33 da Rua Carlos Sampaio, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado da Guanabara.

Decreto nº 1.221 — de 22 de junho de 1962.

DIAMANTES

Autoriza a cidadã brasileira Zulmira de Oliveira Ramos a pesquisar diamante nos municípios de Claraval e Pedregulho, Estados de Minas Gerais e São Paulo.

Decreto nº 1.188 — de 18 de junho de 1962.

DIAMANTES

— *Renova a autorização contida no Decreto nº 45.495, de 26 de fevereiro de 1959.*
DIATOMITA

Decreto nº 1.190-A — de 18 de junho de 1962.

Autoriza o cidadão brasileiro Sinval Duarte Pereira a pesquisar diatomita no Município de São José do Mipibri, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto nº 856 — de 7 de abril de 1962.

— *Autoriza a empresa de mineração Quinderé Mineração e Indústria Limitada a pesquisar diatomita no município de Pacajús, Estado do Ceará.*

Decreto nº 1.093 — de 30 de maio de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Ferreira de Melo a pesquisar diatomita no município de Macaíba, Estado do Rio Grande do Norte.*

DIREITOS AUTORAIS

Decreto nº 1.101 — de 30 de maio de 1962.

Altera e revoga dispositivos do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 18.527, de 10 de dezembro de 1928, e dá outras providências.

DOAÇÕES

Decreto nº 1.023 — de 17 de maio de 1962.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Estado de São Paulo.

Decreto nº 803 — de 30 de março de 1962.

— *Autoriza a Rio Light S. A. — Serviços de Eletricidade e Carris — a doar terreno à Prefeitura Municipal de Barra do Pirai.*

Decreto nº 943 — de 4 de maio de 1962.

DIREITOS AUTORAIS

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Município de Birigui, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 1.042 — de 24 de maio de 1962.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um imóvel situado no Município de Santiago, Estado do Rio Grande do Sul, destinado ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 1.059 — de 28 de maio de 1962.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Município de Jussara, Estado de Goiás.*

Decreto nº 1.102 — de 30 de maio de 1962.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, em Goiânia, Estado de Goiás.*

Decreto nº 1.109 — de 1 de junho de 1962.

DOLOMITA

Autoriza a Companhia Paulista de Mineração a pesquisar calcário, dolomita, magnésita e talco, no município de Sento Sé, Estado da Bahia.

Decreto nº 1.036 — de 23 de maio de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antonio de Barros Motta a pesquisar dolomita, no município de Igararé, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 1.191 — de 18 de junho de 1962.

E**EDUCAÇÃO**

Cria a Comissão de Planejamento da Educação.

Decreto nº 1.230 — de 22 de junho de 1962.

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

Torna públicas adesões, por parte de diversos países, à Convenção da Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

Decreto nº 51.463 — de 9 de maio de 1962.

EDUCAÇÃO RODOVIÁRIA

"Cria a Comissão Permanente de Educação Rodoviária."

Decreto nº 349 — de 6 de abril de 1962.

EMBAIXADAS - Ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

EMIBRA — EMPRESA DE MINÉRIOS BRASIL — NORTE-NORDESTE LTDA.

Concede à "Emibra" — Empresa de Minérios Brasil — Norte — Nordeste Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 865 — de 7 de abril de 1962.

EMISA — EMPRESA DE MINERAÇÃO SACRAMENTANA LIMITADA

Concede à "EMISA" — Empresa de Mineração Sacramentana Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 852 — de 7 de abril de 1962.

EMISSORA DE EDUCAÇÃO RURAL LIMITADA

Outorga concessão à "Emissora de Educação Rural Limitada", para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média na cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto nº 818 — de 2 de abril de 1962.

— Outorga concessão à Emissora de Educação Rural Limitada, para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média na cidade de Caicó, no Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto nº 1.240 — de 25 de junho de 1962.

EMISSORA RURAL A VOZ DO SÃO FRANCISCO LIMITADA

Outorga concessão à Emissora Rural A Voz do São Francisco Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de onda tropical na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 820 — de 2 de abril de 1962.

— Outorga concessão à Emissora Rural A Voz do São Francisco Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 821 — de 2 de abril de 1962.

EMPRESA DE MINERAÇÃO DO PLANALTO LTDA.

Concede à Empresa de Mineração do Planalto Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 878 — de 9 de abril de 1962.

EMPRESA ELETRO ISOLA LTDA.

Concede à Empresa Eletro Isola Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 859 — de 7 de abril de 1962.

EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Dispõe sobre a Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos (CONESP) e dá outras providências.

Decreto nº 1.203 — de 19 de junho de 1962.

EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO

Declara comerciais as empresas de construção, e dá outras providências.

Lei nº 4.068 — de 9 de junho de 1962.

EMPRESAS INCORPORADAS

Dispõe sobre as vantagens do pessoal a serviço das empresas de navegação pertencentes ao Patrimônio Nacional, objeto do contrato coletivo de trabalho — aditivo — de 12 de dezembro de 1961.

Decreto nº 900, de 16 de abril de 1962.

EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

Fixa novos valores para os vencimentos dos servidores da União, institui empréstimo compulsório e altera legislação do Imposto de Renda, autoriza emissão de títulos de recuperação financeira, modifica legislação sobre emissão de letras e obrigações do Tesouro Nacional e dá outras providências.

Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962.

ENERGIA ELÉTRICA

Altera a Lei nº 2.944, de 8 de novembro de 1956, que permite ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico o ajuste de empréstimos com autarquias estaduais que tenham a seu cargo planos de eletrificação e dá outras providências.

Lei nº 4.055, de 13 de abril de 1962.

Da nova redação aos Artigos 2º 6º e 7º da Lei nº 3.226, de 27 de julho de 1957, que dispõe sobre a constituição da Usina Termoeletrica de Figueira S. A., em Curiúva, Estado do Paraná.

Lei nº 4.039, de 23 de junho de 1962.

Autoriza a Companhia Central Brasileira de Força Elétrica a ampliar suas instalações.

(Publicado no Diário Oficial de 1 de dezembro de 1961 — Seção I — Parte I).

Decreto nº 248, de 30 de novembro de 1961.

Autoriza a Empresa Hidroelétrica Jaguari S. A., Estado de São Paulo a constituir hipoteca a favor do Banco do Brasil S. A.

Decreto nº 270, de 1 de dezembro de 1961.

ENERGIA ELÉTRICA

Outorga à Central Elétrica de Goiás S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira do Urú, existente no rio do mesmo nome, município de Itaberaí, Estado de Goiás.

Decreto nº 666, de 8 de março de 1962.

Outorga à Prefeitura Municipal de Itaberaí, no Estado da Bahia, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 684, de 9 de março de 1962.

Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a ampliar seu sistema de transmissão de energia elétrica, mediante construção de uma linha de transmissão entre as sedes dos municípios de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia.

Decreto nº 830, de 7 de abril de 1962.

Autoriza a Rio Light S. A. — Serviços de Eletricidade e Carris a construir uma linha de subtransmissão, entre a Estação Receptora de Santa Cecília no município de Barra do Piraí e a subestação transformadora da Companhia Industrial de Papel Piraí no município de Piraí, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 862, de 7 de abril de 1962.

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia Oeste Catarinense de Eletricidade.

Decreto nº 864, de 7 de abril de 1962.

Outorga à Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica do Salto Grande, situado no rio Iguaçu, distrito da sede do município de Cruz Machado, Estado do Paraná.

Decreto nº 871, de 9 de abril de 1962.

Autoriza a Companhia Hidroelétrica do Vale do Paraíba (CHEVAP) a construir linha de transmissão.

Decreto nº 873, de 9 de abril de 1962.

ENERGIA ELÉTRICA

— Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Empresa Capinópolisense de Eletricidade S. A., no Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 375, de 9 de abril de 1962.

— Autoriza a Rio Light S. A. — Serviços de Eletricidade e Carris a construir uma linha de transmissão em Saudade, Município de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 377 de 9 de abril de 1962.

— Transfere, da Prefeitura Municipal de Patos de Minas, às Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A., a concessão para distribuir energia elétrica no município de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

Decreto nº 906, de 17 de abril de 1962.

— Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio de Janeiro a ampliar suas instalações.

Decreto nº 907, de 17 de abril de 1962.

— Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a montar uma usina termelétrica em Alegrete, e a construir linhas de transmissão e subestações para o suprimento a diversas cidades do referido Estado.

Decreto nº 908, de 17 de abril de 1962.

— Autoriza a Central Elétrica de Furnas S. A., a construir linha de transmissão.

Decreto nº 909, de 17 de abril de 1962.

— Vincula a importância de Cr\$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de cruzeiros) dos recursos integrantes do Fundo de Eletrificação à construção da linha de transmissão Guarulhos-São José dos Campos e obras acessórias, e dá outras providências.

Decreto nº 910, de 17 de abril de 1962.

ENERGIA ELÉTRICA

— Declara de utilidade pública para fins de desapropriação áreas de terras necessárias à execução da segunda etapa da usina cachoeira Dourada, existente no rio Paranaíba, da Centrais Elétricas de Goiás S. A. — CELG.

Decreto nº 927, de 27 de abril de 1962.

Autoriza a cessão pelo Departamento de Aguas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo, por empréstimo em comodato, da usina termelétrica de Juguá à "Usinas Elétricas do Paranapanema S.A."

Decreto nº 997 — de 1 de maio de 1962.

Autoriza a Usinas Elétricas do Paranapanema S.A. (USELPA) a desvincular grupo diesel elétrico instalado na cidade de Itapetininga, no Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.000 — de 15 de maio de 1962.

Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias à formação do reservatório de acumulação da usina hidrelétrica Jânio Quadros, ex-Barra Bonita, de que trata o Decreto nº 35.641, de 10 de junho de 1954, e autoriza a Companhia Hidro Elétrica do Rio Pardo, com sede na capital do Estado de São Paulo, a promover a desapropriação das mesmas.

Decreto nº 1.005 — de 15 de maio de 1962.

Autoriza a São Paulo Light S.A. — Serviços de Eletricidade a construir o ramal de linha de transmissão de 38 kv para fornecer energia elétrica a S. A. — Indústrias Votorantim.

Decreto nº 1.006 — de 19 de maio de 1962.

Autoriza o Departamento de Aguas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo a construir o trecho da linha de transmissão entre a localidade Morro Alta e a cidade de Itapetininga, no Estado de São Paulo, dá outras providências.

Decreto nº 1.007 J de 15 de maio de 1962.

ENERGIA ELÉTRICA

Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a instalar uma usina Diesel-elétrica na Ilha do Fogo, no rio São Francisco, entre as cidades de Joazeiro (Estado da Bahia) e Petrolina (Estado de Pernambuco)

Decreto nº 1.008 — de 15 de maio de 1962.

Outorga à Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul concessão para distribuir energia elétrica no município de Humaitá, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 1.009 — de 15 de maio de 1962.

Autoriza a Prefeitura Municipal de São Benedito, Estado do Ceará a ampliar suas instalações.

Decreto nº 1.010 — de 15 de maio de 1962.

Autoriza a Rio Light S. A. — Serviços de Eletricidade e Carris — a transferir três lotes urbanos à Prefeitura Municipal de Pirai.

Decreto nº 1.011 — de 15 de maio de 1962.

Transfere da Empresa Força e Luz de Capela Nova das Dores para a Prefeitura Municipal de Capela Nova das Dores a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao município de Capela Nova das Dores, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.012 — de 15 de maio de 1962.

Autoriza a Companhia Elétrica de Votuporanga a alienar bens e instalações que integram a sua usina termelétrica, localizada no distrito sede do município de Votuporanga, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.014 — de 15 de maio de 1962.

Outorga à Companhia Distribuidora de Eletricidade do Brejo Paraibano Estado da Paraíba concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 1.016 — de 15 de maio de 1962

ENERGIA ELÉTRICA

Autoriza a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. (CEMIG) a construir linha de transmissão.

Decreto nº 1.017 — de 15 de maio de 1962.

Altera o art. 177, do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, que passa a ter a seguinte alínea: XI — cooperativas rurais.

Decreto nº 1.033 — de 22 de maio de 1962.

Autoriza a Companhia Catarinense de Cimento Portland a montar uma usina termoeletrica, para uso exclusivo no distrito sede do município de Itajaí, Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

Decreto nº 1.088 — de 30 de maio de 1962.

Autoriza Anderson, Clayton & Cia. Ltda. a ampliar suas instalações geradoras.

Decreto nº 1.095 — de 30 de maio de 1962.

Restringe a concessão outorgada à Companhia Paulista de Força e Luz pelo Decreto nº 28.166, de 1.º de junho de 1950, complementado pelo de nº 31.132, de 11 de julho de 1952 e outorga concessão à Central Elétrica de Furnas S. A.

Decreto nº 1.187-A — de 18 de junho de 1962.

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Força e Luz Santa Rosa Ltda.

Decreto nº 1.189 — de 18 de junho de 1962.

Declara de utilidade pública faixa de terra necessária à linha de transmissão Jurumirim — Botucatu — São Paulo e dá outras providências

Decreto nº 1.192-A — de 18 de junho de 1962.

ENERGIA ELÉTRICA

Transfere da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste para o "Consórcio Intermunicipal de Eletricidade", concessão para o aproveitamento hidroelétrico do desnível existente no rio das Flores, Distrito de Bandeirantes, Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 1.200 — de 19 de junho de 1962.

ENFERMEIROS

Regulamenta a Lei nº 3.960, de 20 de setembro de 1961, que instituiu, obrigatoriamente, o uso de distintivo das profissões médicas e para-médicas.

Decreto nº 906 — de 7 de maio de 1962.

ENSINO COMERCIAL

Baixa novo Regimento para a Diretoria do Ensino Comercial.

Decreto nº 1.266 — de 25 de junho de 1962.

ENSINO SECUNDÁRIO

Dispõe sobre inscrição em concurso para provimento de cargos de magistério, em estabelecimentos oficiais de ensino.

Decreto nº 976, de 11 de maio de 1962.

ENSINO SUPERIOR

Dispõe sobre inscrição em concurso para provimento de cargos de magistério, em estabelecimentos oficiais de ensino.

Decreto nº 976, de 11 de maio de 1962.

ENTIDADES FILANTRÓPICAS

Regulamenta a Lei nº 3.577, de 4 de julho de 1959, que isenta da taxa de contribuição de Previdência dos Institutos de Aposentadoria e Pensões às entidades filantrópicas.

Decreto nº 1.117 — de 1º de junho de 1962.

ENTIDADES FILANTRÓPICAS

— Regulamenta a Lei nº 3.933, de 4 de agosto de 1961, que concede anistia às instituições caritativas, quanto ao recolhimento de contribuições atrasadas aos Institutos de Previdência.

Decreto nº 1.118 — de 1º de junho de 1962.

ENTIDADES DE SAÚDE

Regulamenta a Lei nº 3.960, de 20 de setembro de 1961, que instituiu, obrigatoriamente, o uso de distintivo das profissões médicas e para-médicas.

Decreto nº 966 — de 7 de maio de 1962.

ENTREPOSTOS FRIGORÍFICOS

Dispõe sobre a construção e exploração de entrepostos frigoríficos no País e dá outras providências.

Decreto nº 51.457 — de 12 de abril de 1962.

ESCOLAS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), destinado às obras e equipamentos da Escola Politécnica de Campina Grande, Estado da Paraíba.

Lei nº 4.057 — de 4 de maio de 1962.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, créditos especiais destinados às Escolas de Enfermagem Wenceslau Braz de Itajubá, do Pará, em Belém e Hermantina, Beraldo, de Juiz de Fora, bem como à Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora.

Lei nº 4.063 — de 19 de maio de 1962.

— Dispõe sobre as medidas necessárias ao funcionamento de Escola de Engenharia Industrial.

Lei nº 4.085 — de 3 de julho de 1962.

ESCOLAS

— *Declara de utilidade pública o Ginásio Nossa Senhora Rainha dos Corações, com sede no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 647 — de 7 de março de 1962.

— Ver, também, Faculdades e Universidades.

— *Modifica o Regimento da Escola Nacional de Saúde Pública, aprovado pelo Decreto nº 46.259, de 23 de junho de 1959, alterado pelo Decreto nº 47.303, de 2 de dezembro de 1959.*

Decreto nº 1.205 — de 20 de junho de 1962.

ESTABELECIMENTO RURAL DO TAPAJÓS

Aprova o enquadramento de empregos do Estabelecimento Rural do Tapajós, e dá outras providências.

Decreto nº 51.455-A — de 11 de abril de 1962.

ESTADO DO ACRE

Eleva o Território do Acre à categoria de Estado e dá outras providências.

Lei nº 4.070 — de 15 de junho de 1962.

ESTADO DA BAHIA

Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 60.000.000,00, para o fim que menciona.

Decreto nº 1.285 — de 26 de junho de 1962.

ESTADO DO CEARÁ

Declara de utilidade pública, para desapropriação duas áreas de terra situadas no bairro de Pirambu, em Fortaleza, capital do Estado do Ceará, necessárias a melhoramento habitacional de grande centro de população local, com execução de plano de urbanização, obras de higiene, e abertura de vias e logradouros públicos, para melhor utilização estética e fixação dos habitantes respectivos.

Decreto nº 1.058 — de 25 de maio de 1962.

ESTADO DO CEARÁ

— *Retifica o artigo 4º do decreto nº 1.058 de 25 de maio de 1962.*

Decreto nº 1.202 — de 19 de junho de 1962.

ESTADO DA GUANABARA

Ratifica disposições legais sobre o Serviço de loterias no Estado da Guanabara.

Decreto nº 1.029 — de 18 de maio de 1962.

ESTADO DO PARANÁ

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Anhumai.

Decreto nº 868 — de 7 de abril de 1962.

— *Institui o Órgão Misto União Federal Estado do Paraná e dá outras providências.*

Decreto nº 51.514 — de 25 de junho de 1962.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a ampliar seu sistema de transmissão de energia elétrica, mediante construção de uma linha de transmissão entre as sedes dos municípios de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia.

Decreto nº 860 — de 7 de abril de 1962.

— *Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio de Janeiro a ampliar suas instalações.*

Decreto nº 907 — de 17 de abril de 1962.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a montar uma usina termelétrica em Alegrete, e a construir linhas de transmissão e subestações para o suprimento a diversas cidades do referido Estado.

Decreto nº 908 — de 17 de abril de 1962.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

— *Autoriza o Estado do Rio Grande do Sul a ampliar suas instalações de produção de energia elétrica.*

Decreto nº 999 — de 15 de maio de 1962.

— *Outorga à Comissão Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul concessão para distribuir energia elétrica no município de Taquari e das outras providências.*

Decreto nº 1.001 — de 15 de maio de 1962.

— *Outorga à Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul concessão para distribuir energia elétrica no município de Humaitá, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 1.009 — de 15 de maio de 1962.

ESTADO DE SÃO PAULO

Autoriza a cessão pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo, por empréstimo em comodato, da usina termelétrica de Juquiá à "Usinas Elétricas do Paranapanema S. A.".

Decreto nº 997 — de 15 de maio de 1962.

— *Autoriza o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo a construir o trecho da linha de transmissão entre a localidade Morro Alto e a cidade de Itape, pettinga, no Estado de São Paulo, e as outras providências.*

Decreto nº 1.007 — de 15 de maio de 1962.

ESTADO DE EMERGÊNCIA

Reconhece a existência de seca em área da região Nordeste.

Decreto nº 983 — De 14 de maio de 1962.

— *Aprova o Plano Preliminar de Emergência e suas medidas complementares, propostos pelo Conselho Deliberativo da SUDENE, e as outras providências.*

Decreto nº 1.024 — de 17 de maio de 1962.

ESTADOS

Dispõe sobre a admissão de pessoal para os acordos entre a União, Estados e Municípios e das outras providências.

Decreto nº 51.458 — de 18 de abril de 1962.

ESTATÍSTICA

Altera o art. 2º do Regimento do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, aprovado pelo Decreto nº 16.742, de 6 de outubro de 1944, acrescentando-lhe um parágrafo.

Decreto nº 1.105 — de 30 de maio de 1962.

ESTRADA DE FERRO MOSSORÓ-SOUZA

Aprova enquadramento de funções e empregados da Estrada de Ferro Mossoró-Souza do Ministério da Viação e Obras Públicas e das outras providências.

Decreto nº 51.452 — de 2 de abril de 1962.

ESTRADA DE FERRO TOCANTINS

Aprova o enquadramento de empregos da Estrada de Ferro Tocantins, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e das outras providências.

Decreto nº 51.441 — de 2 de abril de 1962.

ESTRANGEIROS

Baixa Normas Técnicas Especiais para ingresso e fixação de estrangeiros no País e das outras providências.

Decreto nº 967 — de 7 de maio de 1962.

EX-COMBATENTES

Dispõe sobre a nomeação interina de ex-combatentes, no Serviço Civil do Poder Executivo, e das outras providências.

Decreto nº 51.462 — de 8 de maio de 1962.

EXÉRCITO

Prorroga a entrada em vigor dos Decretos ns. 43.617, de 29 de abril de 1958 e 47.293, de 28 de novembro de 1959, referentes ao uso do sapato preto com biqueira.

Decreto nº 625 — de 23 de fevereiro de 1962.

Regula a aplicação sobre os vencimentos do pessoal do Batalhão Suez, do disposto no Decreto nº 701, de 1º de março de 1962.

Decreto nº 928 — de 30 de abril de 1962.

Aprova a Tabela de Fixação dos valores dos complementos à razão comum, para o Exercício, e dá outras providências.

Decreto nº 933 — de 4 de maio de 1962.

Aprova as Tabelas de Fixação dos Valores da Etapa das Forças Armadas e de suas modalidades, para o 1º semestre de 1962, e dá outras providências.

Decreto nº 934-A — de 3 de maio de 1962.

Aprova o Regulamento da Diretoria de Estudos e Pesquisas Tecnológicas — DEPT — (R-13).

Decreto nº 1.060 — de 28 de maio de 1962.

Territórios da 11ª Região Militar.

Decreto nº 1.175 — de 12 de junho de 1962.

Altera o Decreto nº 30.034, de 1º de outubro de 1951, na parte relativa ao exército.

Decreto nº 1.195 — de 19 de junho de 1962.

Dá a denominação de "Regimento Avai", ao atual 2º Regimento de Infantaria.

Decreto nº 1.206 — de 20 de junho de 1962.

Cria o Estandarte-Distintivo para o 2º Regimento de Infantaria.

Decreto nº 1.207 — de 20 de junho de 1962.

EXÉRCITO

Fixa a distribuição, em cada Arma e em cada posto, das funções gerais dos oficiais do Exército, a vigorar a partir de 24 de abril de 1962.

Decreto nº 51.459-A — de 24 de abril de 1962.

Revoga Decretos que aprovaram Regulamentos do Exército, substituídos de acordo com o art. 12 de Lei nº 2.851, de 25 de agosto de 1956, parágrafo único do art. 2º do Decreto nº 46.214, de 12 de julho de 1959 e art. 158 do Decreto nº 42.911, de 27 de dezembro de 1957.

Decreto nº 51.483 — de 5 de junho de 1962.

EXPORTAÇÃO

Aprova as novas especificações para e ficamos da exportação da exportação da Pimenta do Reino, visando a sua padronização.

Decreto nº 1.209 — de 20 de junho de 1962.

EXPOSIÇÕES E FEIRAS

Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$..... 800.000,00, destinada a indenizar a Prefeitura Municipal de Comércio, no Estado de Santa Catarina, pelos gastos feitos com a conclusão das obras do Parque da II Exposição de Suínos.

Decreto nº 1.113 — de 1º de junho de 1962.

EXTRANUMERÁRIOS

Dispõe sobre a não aplicação das normas estabelecidas no Decreto-lei ns. 3.768, de 1941, a partir da vigência da Lei nº 1.050, de 1950, aos extranumerários mensalistas, diaristas ou tarefeiros julgados incapazes por motivo de acidente no exercício de suas atribuições, de doença profissional ou por molestia especificada em lei.

Lei nº 4.068-A — de 10 de junho de 1962.

F

FACULDADES

Retifica o artigo 1º do Decreto nº 394, de 21 de dezembro de 1961, que abriu ao Ministério da Educação e Cultura os créditos especiais de Cr\$ 42.360.000,00 e Cr\$ 9.000.000,00, destinados, respectivamente, à Escola Superior de Veterinária, da Universidade de Minas Gerais e à Faculdade de Cuiabá.

Decreto nº 915, de 25 de abril de 1962.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, como auxílio à Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe.

Lei nº 4.062, de 14 de maio de 1962.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, créditos especiais destinados às Escolas de Enfermagem Wenceslau Braz de Itajubá, do Pará, em Belém e Hermantina Beraldo, de Juiz de Fora, bem como à Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora.

Lei nº 4.063, de 19 de maio de 1962.

(Ver, também, Escolas e Universidades).

FELDSPATO

Autoriza o cidadão brasileiro Virgílio Calegari a pesquisar feldspato no município de São Luiz de Paraitinga, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.020, de 15 de maio de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro Virgílio Calegari a pesquisar feldspato no município de São Luiz de Paraitinga, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.021, de 15 de maio de 1962.

— Retifica o art. 1º do Decreto nº 48.795, de 12 de agosto de 1960.

Decreto nº 1.067, de 28 de maio de 1962.

FELDSPATO

— Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Preto de Godoy a pesquisar feldspato no município de Socorro, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.189-A, de 18 de junho de 1962.

— Autoriza Pegmatito — Indústria Extrativa de Minérios Ltda. a pesquisar caulim e feldspato no município de Muriaé, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.191-A, de 18 de junho de 1962.

FERRO

Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Portilho de Magalhães a pesquisar minérios de ferro e manganês no município de Nossa Senhora das Dóres, Estado de Sergipe.

Decreto nº 874, de 9 de abril de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro Frederico Baird Bonfim a pesquisar minérios de ferro no município de Uruará, Estado do Amazonas.

Decreto nº 984, de 14 de maio de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro Sócrates Bonfim a pesquisar minérios de ferro no município de Uruará, Estado do Amazonas.

Decreto nº 989, de 14 de maio de 1962.

— Renova o decreto nº 44.930, de 1 de dezembro de 1958.

Decreto nº 1.013, de 15 de maio de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro Sócrates Francisco da Silva a pesquisar minérios de ferro no município de Nova Era, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.137, de 5 de junho de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro Irineu Rodrigues de Sousa a pesquisar minério de ferro no município de Rio Piracicaba, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.078, de 29 de maio de 1962.

FERRO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Irineu Rodrigues de Souza a pesquisar minério de ferro no município de Rio Piracicaba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 1.079, de 29 de maio de 1962.

FERROVIAS

Inclui o trecho Barreiras-Feira de Santana na jurisdição da Comissão de que trata o Decreto nº 369, de 15 de dezembro de 1961.

Decreto nº 1.241, de 25 de junho de 1962.

FERTILIZANTES

Isenta do imposto de consumo os fertilizantes simples e compostos destinados à aplicação em atividades agrícolas.

Lei nº 4.060 — de 8 de maio de 1962.

FIACÃO PESSINA S. A.

Concede permissão, em caráter permanente, a Fiação Pessina S. A., para, na fabricação de fio de nylon, funcionar aos domingos, e nos feriados civis e religiosos.

Decreto nº 470 — de 5 de janeiro de 1962.

FILMES CINEMATOGRAFICOS

Revoga o Decreto nº 50.518, de 2 de maio de 1961, que dispõe sobre a fiscalização de filmes cinematográficos, e dá nova redação.

Decreto nº 1.134 — de 4 de junho de 1962.

FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO

Dá nova redação ao Decreto número 786, de 26 de março de 1962.

Decreto nº 1.120 — de 1º de junho de 1962.

— *Fixa data para pagamento da primeira parcela de resgate de financiamento, a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei número 2.341, de 22 de novembro de*

Decreto nº 1.173 — de 12 de junho de 1962.

FILMES CINEMATOGRAFICOS**FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA**

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00, para atender as despesas decorrentes de tratamento, ambulatório e hospitalização dos ex-integrantes da Força Expedicionária Brasileira, nos nosocomios do Exército.

Lei nº 4.082 — de 23 de junho de 1962.

FORÇAS ARMADAS

Dispõe sobre a aplicação de Lei número 3.967, de 5 de outubro de 1961, e dá outras providências.

Decreto nº 971 — de 8 de maio de 1962.

— *Acrescenta a especialidade "Paio-oleiro" das Forças Armadas, na classificação do art. 1º do Decreto número 30.034, de 1 de outubro de 1961, para efeito de percepção de "gratificação de especialidade e função", prevista na Lei nº 1.316, de 20 de janeiro de 1951.*

Decreto nº 982 — de 14 de maio de 1962.

FOSFATO

Autoriza o cidadão brasileiro Arthur Herman Lundgren a pesquisar fosfato, no município de Paulista, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 1.030 — de 29 de maio de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Arthur Herman Lundgren a pesquisar fosfato no município Paulista, Estado de Pernambuco.*

Decreto nº 1.083 — de 29 de maio de 1962.

FOSFORITA

Autoriza Fosforita Olinda S. A. — FASA — a lavrar fosforita, no município de Olinda, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 1.004 — de 15 de maio de 1962.

FOSFORITA

— Autoriza Fosforita Olinda S. A. — FASA — a pesquisar fosforita no município de Olinda, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 1.073 — de 28 de maio de 1962.

FRIGORÍFICOS

Dispõe sobre a construção e exploração de entrepostos frigoríficos no País e dá outras providências.

Decreto nº 51.457 — de 12 de abril de 1962.

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

Fixa novos valores para os vencimentos dos servidores da União, institui empréstimo compulsório e altera legislação do Imposto de Renda, autoriza emissão de títulos de recuperação financeira, modifica legislação sobre emissão de letras e obrigações do Tesouro Nacional e dá outras providências.

Lei nº 4.069 — de 11 de junho de 1962.

— Abona o ponto dos Funcionários Públicos que fazem parte do Conselho Federal de Química.

Decreto nº 970 — de 8 de maio de 1962.

— Dá nova regulamentação à Lei nº 1.741, de 22 de novembro de 1952.

Decreto nº 990 — de 14 de maio de 1962.

— Altera o Decreto nº 49.160, de 1º de dezembro de 1960.

Decreto nº 1.226 — de 22 de junho de 1962.

— Abre pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 94.500.000.000,00, para os fins que especifica.

Decreto nº 1.229 — de 22 de junho de 1962.

— Altera dispositivos do Decreto nº 807, de 30 de março de 1962.

Decreto nº 1.253 — de 25 de junho de 1962.

FUNÇÕES GRATIFICADAS

“Inclui funções gratificadas no Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências”.

Decreto nº 51.456 — de 12 de abril de 1962.

— Cria funções gratificadas no quadro de pessoal do Ministério da Indústria e do Comércio.

Decreto nº 51.473 — de 25 de maio de 1962.

— Classifica as funções gratificadas do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários e dá outras providências.

Decreto nº 51.479 — de 29 de maio de 1962.

— Classifica funções gratificadas da Secretaria da Presidência da República e dá outras providências.

Decreto nº 51.481 — de 1 de junho de 1962.

— Classifica as funções gratificadas do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, e dá outras providências.

Decreto nº 51.486 — de 7 de junho de 1962.

— Classifica as funções gratificadas do Conselho Nacional de Pesquisas, do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, e dá outras providências.

Decreto nº 51.490 — de 8 de junho de 1962.

— Cria cargos em comissão e funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas e dá outras providências.

Decreto nº 51.493 — de 8 de junho de 1962.

— Inclui funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.

Decreto nº 51.510 — de 22 de junho de 1962.

G

GEÓLOGOS

Que regula o exercício da profissão de geólogo.

Lei nº 4.076 — de 23 de junho de 1962.

GRATIFICAÇÕES

Dispõe sobre gratificação mensal, aos Oficiais do Registro Civil, e dá outras providências.

Lei nº 4.071-A — de 15 de junho de 1962.

GRUPOS DE TRABALHO

Cria Grupo de Trabalho para elaborar projeto de normas reguladoras aos inventários de bens móveis da União.

Decreto nº 805 — de 30 de março de 1962.

— *Institui Grupo de Trabalho para elaborar o Estatuto do Jornalista.*

Decreto nº 1.176 — de 12 de junho de 1962.

GRUPOS EXECUTIVOS

Altera o Decreto nº 751, de 19 de março de 1962 e o Decreto nº 50.837, de 23 de junho de 1961, modificação pelos Decretos nº 51.139, de 4 de agosto de 1961 e nº 34, de 12 de outubro de 1961.

Decreto nº 830 — de 3 de abril de 1962.

— *Altera a redação do artigo 5º do Decreto nº 79, de 26 de outubro de 1961, referente à composição do Conselho Deliberativo do GERCA e estabelece a forma de substituição nos impedimentos que especifica.*

Decreto nº 885 — de 10 de abril de 1962.

— *“Passa para a jurisdição do Ministério da Viação e Obras Públicas o Grupo Executivo da Indústria de Construção Naval e dá outras providências.”*

Decreto nº 890 — de 12 de abril de 1962.

GUARDIAN ASSURANCE
COMPANY LIMITED

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Guardian Assurance Company Limited.

Decreto nº 408 — de 21 de dezembro de 1961.

H

HOSPITAIS

Abre ao Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros) para a construção do pavilhão da Clínica Ortopédica do Hospital Geral da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, conforme autorização dada pela Lei nº 3.962, de 20 de setembro de 1961.

Decreto nº 51.475 — de 29 de maio de 1962.

I

IMPORTAÇÃO

Estende o tratamento previsto na Lista Nacional do Brasil (L.N.B.), à importação dos produtos especificados, quando originários da Colômbia, e dá outras providências.

Decreto nº 501, de 16 de abril de 1962.

IMPORTAÇÃO (ANIMAIS)

Regula a importação de zebrinos, bubalinos e outros animais domésticos e silvestres, procedentes dos continentes asiático e africano, em todo o território nacional.

Decreto nº 1.198, de 19 de junho de 1962.

IMPÓSTO DE IMPORTAÇÃO

Competência para autorizar restituição de imposto de importação, taxa de despacho aduaneiro e outras.

Decreto nº 51.444, de 2 de abril de 1962.

IMPÓSTO DE RENDA

Fixa novos valores para os vencimentos dos servidores da União, institui empréstimo compulsório e altera legislação do Imposto de Renda, autoriza emissão de títulos de recuperação financeira, modifica legislação sobre emissão de letras e obrigações do Tesouro Nacional e dá outras providências.

Lei n.º 4 069, de 11 de junho de 1962.

Assegura isenção do imposto de renda e adicional de renda às indústrias de beneficiamento e de artefatos de borracha, e às de beneficiamento e tecelagem de juta, localizadas na Amazônia.

Lei n.º 4.069-B, de 12 de junho de 1962.

— Abre pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 94.500.000.000,00, para os fins que especifica.

Decreto n.º 1.229, de 22 de junho de 1962.

INATIVIDADE

Dispõe sobre a não aplicação das normas estabelecidas no Decreto-lei número 3.763, de 1941, a partir da vigência da Lei n.º 1.050, de 1950, aos extranumerários-mensalistas, diaristas ou tarefeiros julgados incapazes por motivo de acidente no exercício de suas atribuições, de doença profissional ou por moléstia especificada em lei.

Lei n.º 4.068-A, de 10 de junho de 1962.

INDENIZAÇÕES

Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.239.935,00, para o fim que menciona.

Decreto n.º 1.152, de 7 de junho de 1962.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Autoriza, em caráter excepcional, o recolhimento parcelado para regularização das dívidas das empresas

provenientes de contribuições aos Institutos de Aposentadorias e Pensões.

Decreto n.º 1.280, de 25 de junho de 1962.

INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO

Classifica as funções gratificadas do Conselho Nacional de Pesquisas, do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, e dá outras providências.

Decreto n.º 51.490, de 8 de junho de 1962.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Dispõe sobre a realização das Assembleias Gerais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 1962.

Decreto n.º 956, de 4 de maio de 1962.

INSTITUTO BRASILEIRO DO SAL

Dispõe sobre gratificação aos membros do Conselho Deliberativo do Instituto Brasileiro do Sal.

Decreto n.º 882, de 10 de abril de 1962.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS BANCARIOS

Altera disposições do Decreto número 51.341, de 28 de outubro de 1961, que aprovou o sistema de classificação de cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, e dá outras providências.

Decreto n.º 51.449, de 2 de abril de 1962.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS COMERCIÁRIOS

Aprova o sistema de classificação de cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes e dá outras providências.

Decreto n.º 51.350, de 23 de novembro de 1961.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS COMERCIÁRIOS

— Altera disposições do Decreto número 51.350, de 23 de novembro de 1961, que aprovou o sistema de classificação de cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes e dá outras providências.

Decreto n.º 51.450, de 2 de abril de 1962.

— Retifica o sistema de classificação de cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes aprovado pelo Decreto n.º 51.350, de 23 de novembro de 1961, e dá outras providências.

Decreto n.º 51.459, de 23 de abril de 1962.

— Retifica o sistema de classificação de cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, aprovado pelo Decreto n.º 51.350, de 23 de novembro de 1961, e dá outras providências.

Decreto n.º 51.482, de 4 de julho de 1962.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS EMPREGADOS EM TRANSPORTES E CARGAS

Altera o Quadro de Pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, e dá outras providências.

Decreto n.º 51.495, de 8 de junho de 1962.

— Cria cargos em comissão e funções gratificadas no Quadro do Pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas e dá outras providências.

Decreto n.º 51.496, de 8 de junho de 1962.

— Altera o Quadro de Procuradores do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas.

Decreto n.º 51.497, de 8 de junho de 1962.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS FERROVIÁRIOS E EMPREGADOS EM SERVIÇOS PÚBLICOS

Altera dispositivos do Decreto número 51.351, de 23 de novembro de 1961, e dá outras providências.

Decreto n.º 51.398, de 30 de janeiro de 1962.

— Autoriza a instalação de Delegacias, altera o Quadro de Pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos, e dá outras providências.

Decreto n.º 51.500, de 8 de junho de 1962.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS INDUSTRIÁRIOS

Altera o prazo previsto no Decreto n.º 45.422, de 12 de fevereiro de 1959.

Decreto n.º 833, de 3 de abril de 1962.

— Altera o Quadro de Pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários e dá outras providências.

Decreto n.º 51.477, de 29 de maio de 1962.

— Altera dispositivos do Decreto n.º 51.349, de 20 de novembro de 1961 e dá outras providências.

Decreto n.º 51.478, de 29 de maio de 1962.

— Classifica as funções gratificadas do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários e dá outras providências.

Decreto n.º 51.479, de 29 de maio de 1962.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS MARÍTIMOS

Altera a redação do art. 2.º do Decreto n.º 26.355, de 14 de fevereiro de 1949.

Decreto n.º 1.192, de 18 de junho de 1962.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS MARÍTIMOS

— Altera e retifica o sistema de classificação de cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, aprovado pelo Decreto número 51.345, de 28 de outubro de 1961 e dá outras providências.

Decreto n.º 51.509, de 20 de junho de 1962.

— Altera os Decretos números 48.864, de 18 de agosto de 1960 e 51.345, de 28 de outubro de 1961.

Decreto n.º 51.501, de 8 de junho de 1962.

— Altera o Decreto n.º 51.419, de 23 de fevereiro de 1962 e dá outras providências.

Decreto n.º 51.502, de 8 de junho de 1962.

INSTITUTO DE FERMENTAÇÃO

Cria em Garanhuns, Estado de Pernambuco, uma Estação de Enologia, subordinada ao Instituto de Fermentação, do Serviço Nacional de Ensino e Pesquisas.

Decreto n.º 925, de 27 de abril de 1962.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES DO ESTADO

Estabelece normas para as operações Imobiliárias do I.P.A.S.E.

Decreto n.º 1.223, de 22 de junho de 1962.

— Amplia a carreira de Procurador do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.

Decreto n.º 51.472, de 24 de maio de 1962.

— Fixa vencimentos, no Quadro do Pessoal do IPASE, de cargo isolado e provimento efetivo.

Decreto n.º 51.511, de 22 de junho de 1962.

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL

Manda aplicar aos Fiscais Agro-Industriais do Instituto do Açúcar e do Alcool o regime de remuneração de que trata o art. 120, da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Decreto n.º 1.026, de 18 de maio de 1962.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA

Classifica as funções gratificadas do Conselho Nacional de Pesquisas, do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, e dá outras providências.

Decreto n.º 51.490, de 8 de junho de 1962.

INSTITUTO NACIONAL DO CANCER

Declara de utilidade pública os imóveis 27 e 33 da Rua Carlos Sampaio na cidade do Rio de Janeiro no Estado da Guanabara.

Decreto n.º 1.221, de 22 de junho de 1962.

INSTITUTO OSWALDO CRUZ

Aprova o Regimento do Instituto Oswaldo Cruz, do Ministério da Saúde.

Decreto n.º 832, de 3 de abril de 1962.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Regula a concessão do parcelamento a que se refere o art. 260, do Regulamento Geral da Previdência Social, dos débitos das Santas Casas de Misericórdia.

Decreto n.º 1.116, de 1 de junho de 1962.

— Regulamenta a Lei n.º 3.577, de 4 de julho de 1959, que isenta da taxa de contribuição de Previdência dos Institutos de Aposentadoria e Pensões às entidades filantrópicas.

Decreto n.º 1.117, de 1º de junho de 1962.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES

— *Regulamenta a Lei n.º 3.933, de 4 de agosto de 1961, que concede anistia às instituições caritativas, quanto ao recolhimento de contribuições atrasadas, dos Institutos de Previdência.*

Decreto n.º 1.118, de 1 de junho de 1962.

Decreto n.º 619 de 21 de fevereiro de 1962.

— *Regulamento o art. 121 do Decreto n.º 48.959-A, de 19 de setembro de 1960.*

Decreto n.º 1.119 — de 1.º de junho de 1962

Dispõe sobre a venda de imóveis de propriedade dos Institutos de Aposentadoria e Pensões e dá outras providências.

Decreto n.º 1.222, de 22 de junho de 1962.

ISENÇÕES

— *Isenta do imposto de consumo os fertilizantes simples e compostos destinados à aplicação em atividades agrícolas.*

Lei n.º 4.060 — de 8 de maio de 1962.

— *Isenta dos impostos de importação e de consumo material importado pela Companhia Telefônica de Pirapora, Estado de Minas Gerais.*

Lei n.º 4.064 — de 19 de maio de 1962.

— *Assegura isenção do imposto de renda e adicional de renda às indústrias de beneficiamento e de artefato de borracha, e às de beneficiamento e tecelagem de juta, localizadas na Amazônia.*

Lei n.º 4.069-B — de 12 de junho de 1962.

— *Concede isenção de direitos e taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social, para equipamentos telefônicos importados pela Companhia Telefônica Alta Paulista.*

Lei n.º 4.074 — de 23 de junho de 1962.

ISENÇÕES

— *Isenta do imposto de importação, materiais destinados à instalação de estação de televisão a serem importados pela Rádio Rio Ltda.*

Lei n.º 4.078 — de 23 de junho de 1962.

— *Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de imposto e taxas federais, a importação dos equipamentos novos neste descritos e consignados à Companhia Melhoramentos de Mossoró S.A. Comensa.*

Decreto n.º 752-A — de 19 de março de 1962.

— *Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de imposto e taxas federais a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, abaixo descritos e consignados à Companhia Fiat Lux, de Fósforos de segurança Fiat Ltda.*

Decreto n.º 753-A — de 19 de março de 1962.

— *Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de taxas e impostos federais a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à Companhia e Tecidos Paraibana de João Pessoa (Pb.).*

Decreto n.º 904, de 17 de abril de 1962.

— *Retifica o Decreto n.º 327, de 11 de dezembro de 1961, no seu art. 1.º item 10.*

Decreto n.º 964 — de 7 de maio de 1962.

Retifica dispositivos do Decreto número 49.381, de 28 de novembro de 1960.

Decreto n.º 1.125 — de 4 de junho de 1962.

— *Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, neste descritos e consignados à empresa "Fibras Duras do Nordeste S.A." (Fidusa), de Bayeux (Pb.).*

Decreto n.º 1.140 — de 6 de junho de 1962.

ISENÇÕES

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, neste descritos e consignados à "União de Bebidas, Indústria e Comércio Ltda.", de Recife (Pe).

Decreto nº 1.141 — de 6 de junho de 1962.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, neste descritos e consignados à Companhia de Ferro-Ligas da Bahia S.A. (Ferbasa), de Salvador (Ba).

Decreto nº 1.142 — de 6 de junho de 1962.

— Declara prioritária para desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, abaixo descritos e consignados à Constância Vieira & Cia, de Aracaju (Se).

Decreto nº 1.143 — de 6 de junho de 1962.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, abaixo descritos e consignados ao Frigorífico do Piauí S.A. (FRIPISA).

Decreto nº 1.144 — de 6 de junho de 1962.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, neste descritos e consignados à "Itabuna Têxtil S.A." (ITATEX), de Itabuna (Ba).

Decreto nº 1.145 — de 6 de junho de 1962.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de imposto e taxas federais a importação dos equipamentos novos sem similar nacional, abaixo descritos e consignados à "Siderúrgica Aço norte S.A. (Açonorte), de Recife (Pe).

Decreto nº 1.163 — de 8 de junho de 1962.

ISENÇÕES

Dispõe sobre a construção e exploração de entrepostos frigoríficos no País e dá outras providências.

Decreto nº 51.457 — de 12 de abril de 1962.

J

JORNALISTAS

Institui Grupo de Trabalho para elaborar o Estatuto do Jornalista.

Decreto nº 1.176 — de 12 de junho de 1962.

— Aprova o Regulamento sobre o registro de Jornalista Profissional.

Decreto nº 1.177 — de 12 de junho de 1962.

JUTA

Assegura isenção do imposto de renda e adicional de renda às indústrias de beneficiamento e de artefatos de borracha, e às de beneficiamento e tecelagem de juta, localizadas na Amazônia.

Lei nº 4.069 — de 12 de junho de 1962.

K

KNOWLES & FOSTER

Concede à Sociedade Knowles & Foster autorização para funcionar na República e revoga o Decreto número 479, de 5 de janeiro de 1962, em virtude de incorreção verificada quanto ao local do estabelecimento da filial brasileira.

Decreto nº 835 — de 4 de abril de 1962.

L

LAVRA — Ver o nome do elemento lavrado.

LETRAS E OBRIGAÇÕES DO TESOUREIRO

Abre pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$94.500.000,00, para os fins que especifica.

Decreto nº 1.229 — de 22 de junho de 1962.

LEPRA

Baixa Normas Técnicas Especiais para o Combate à Lepra no País e dá outras providências.

Decreto nº 968 — de 7 de maio de 1962.

LINCE DE SEGUROS GERAIS S. A.

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Lince de Seguros Gerais S. A.

(Publicado no Diário Oficial de 14 de dezembro de 1961 — Seção I — Parte I).

Decreto nº 101 — de 31 de outubro de 1961.

LOTÉRIAS

Ratifica disposições legais sobre o Serviço de loterias no Estado da Guanabara.

Decreto nº 1.029 — de 18 de maio de 1962.

— *Altera disposições do Decreto nº 50.954, de 14 de julho de 1961, e dá outras providências.*

Decreto nº 1.146 — de 6 de junho de 1962.

LUTO OFICIAL

Declara luto oficial pelo falecimento do Ministro de Estado Gabriel de Rezende Passos e dispõe sobre seus funerais.

Decreto nº 51.508 — de 20 de junho de 1962.

M**MADEPINHO SEGURADORA S. A.**

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Madepinho Seguradora S.A., inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 1.155 — de 8 de junho de 1962.

MAGNESITA

Autoriza a Companhia Paulista de Mineração a pesquisar calcário, dolomita, magnesita e talco, no município de Santo Sé, Estado da Bahia.

Decreto nº 1.036 — de 23 de maio de 1962.

MANGANÊS

Altera a redação do art. 1º do Decreto nº 47.596, de 6 de janeiro de 1960 e fixa o prazo de autorização, nele contida.

Decreto nº 861 — de 7 de abril de 1961.

— *Autoriza o cidadão Brasileiro Geraldo Portilho de Magalhães a pesquisar minérios de ferro e manganês no município de Nossa Senhora das Dóres, Estado de Sergipe.*

Decreto nº 874 — de 9 de abril de 1962.

— *Autoriza cidadã brasileira Iraci Maciel a pesquisar minério de manganês, no município de São João da Aliança, Estado de Goiás.*

Decreto nº 1.172 — de 12 de julho de 1962.

MÁQUINAS RODOVIÁRIAS

Institui o Plano Nacional da Indústria de Máquinas Rodoviárias.

Decreto nº 1.246 — de 25 de junho de 1962.

— *Institui o Plano Nacional da Indústria de Máquinas Rodoviárias relativo a motoniveladoras.*

Decreto nº 1.247 — de 25 de junho de 1962.

— *Institui o Plano Nacional da Indústria de Máquinas Rodoviárias relativo a tratores de esteiras.*

Decreto nº 1.248 — de 25 de junho de 1962.

MARINHA

Aprova a Tabela de Fixação dos Valores dos complementos à ração comum, para a Marinha, e dá outras providências.

Decreto nº 932-A — de 3 de maio de 1962.

— *Aprova as Tabelas de Fixação dos Valores da Etapa das Forças Armadas e de suas modalidades, para o 1º semestre de 1962, e dá outras providências.*

Decreto nº 934-A — de 3 de maio de 1962.

Ver, também, Armada e Ministério da Marinha.

MARINHA

— *Dá nova redação ao art. 17 do Regulamento para os Quadros Complementares dos Corpos da Armada, de Fuzileiros Navais e de Intendentes da Marinha.*

Decreto nº 1.210 — de 20 de junho de 1962.

— *Altera o Regulamento para a Diretoria de Hidrografia e Navegação.*

Decreto nº 1.211 — de 20 de junho de 1962.

MARMORE

Autoriza o cidadão brasileiro Carlos Bruni a pesquisar mármore no Município de Juazeiro, Estado da Bahia.

Decreto nº 857 — de 7 de abril de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Carlos Bruni a pesquisar mármore no Município de Juazeiro, Estado da Bahia.*

Decreto nº 858 — de 7 de abril de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ivo Felisberto de Souza a lavar mármore no Município de Castelo, Estado do Espírito Santo.*

Decreto nº 867 — de 7 de abril de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Eliezer Evangelista de Matos a pesquisar mármore no município de Curaçá, Estado da Bahia.*

Decreto nº 985 — de 14 de maio de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Eliezer Evangelista de Matos a pesquisar mármore no Município de Curaçá, Estado da Bahia.*

Decreto nº 986 — de 14 de maio de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sizinio Felisberto a lavar mármore e calcita no Município de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo.*

Decreto nº 992 — de 15 de maio de 1962.

MARMORE

— *Autoriza o cidadão brasileiro Henry John Romero Sanson a pesquisar mármore no Município de Iporanga, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 1.072 — de 28 de maio de 1962.

MATERIAL AERONAUTICO

Altera o Decreto nº 751, de 19 de março de 1962 e o Decreto nº 50.837, de 23 de junho de 1961, modificado pelos Decretos nº 51.139, de 4 de agosto de 1961 e nº 34, de 12 de outubro de 1961.

Decreto nº 830 — de 3 de abril de 1962.

MATERIAL VISUAL E AUDITIVO

Aprova o Acôrdio sobre circulação internacional do material visual e auditivo de caráter educativo, científico e cultural, firmado pelo Brasil na Conferência da UNESCO.

Decreto Legislativo nº 3, de 1962.

MAUÁ — COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alteração introduzida nos estatutos da Mauá — Companhia de Seguros Gerais relativa a aumento do capital social.

Decreto nº 839 — de 4 de abril de 1962.

MÉDICOS

Regulamenta a Lei nº 3.960, de 20 de setembro de 1961, que instituiu, obrigatoriamente, o uso de distintivo das profissões médicas e paramédicas.

Decreto nº 966 — de 7 de maio de 1962.

MERCÚRIO — COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Mercúrio — Companhia Nacional de Seguros.

Decreto nº 837 — de 4 de abril de 1962.

MERIDIONAL — COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Meridional — Companhia de Seguros Gerais, inclusive aumento de capital com extensão de suas operações ao ramo vida.

Decreto nº 963 — de 7 de maio de 1962.

METAIS DE GOIÁS S. A.

Concede à Metais de Goiás S.A. — Metago, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 1.275 — de 25 de junho de 1962.

METAIS DE VIÇOSA — COMERCIO E INDÚSTRIA S. A.

Concede à Metais de Viçosa — Comércio e Indústria S.A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 1.027 — de 23 de maio de 1962.

MICA

Autoriza o cidadão brasileiro José Emiliano de Moura a pesquisar mica, no Município de Agua Boa, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.081 — de 29 de maio de 1962.

Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Pinto da Silva a pesquisar quartzo e mica, no Município de Coaraci, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.082 — de 29 de maio de 1962.

Renova a autorização contida no Decreto nº 46.739, de 26 de agosto de 1959.

Decreto nº 1.086 — de 30 de maio de 1962.

MILITARES

Fixa novos valores para os vencimentos dos servidores da União, institui empréstimo compulsório e altera legislação do Imposto de Renda, autoriza emissão de títulos de recuperação financeira, modifica legislação sobre emissão de letras e obrigações do Tesouro Nacional e dá outras providências.

Lei nº 4.069 — de 11 de junho de 1962.

MILITARES

Regula os benefícios dos herdeiros dos militares ativos e inativos.

Decreto nº 886 — de 11 de abril de 1962.

Dá nova redação ao art. 74, do Decreto nº 49.096, de 10 de outubro de 1960, que regulamenta a Lei número 3.765, de 4 de maio de 1960.

(Lei de Pensões Militares).

Decreto nº 1.228 — de 22 de junho de 1962.

MINERAÇÃO IBIRATINGA S. A.

Concede à Mineração Ibiratinga S.A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 866 — de 7 de abril de 1962.

MINERAÇÃO IPIUNA LIMITADA

Concede à Mineração Ipiuna Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 1.090 — de 30 de maio de 1962.

MINERAÇÃO JACUNDA LIMITADA

Concede à Mineração Jacunda Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 853 — de 7 de abril de 1962.

MINERAÇÃO SERRA AZUL LIMITADA

Concede à Mineração Serra Azul Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 872 — de 9 de abril de 1962.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Declara de utilidade pública, para desapropriação, os terrenos que mencionam, situados em Rio Bonito e Barra do Pirai, no Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 844 — de 4 de abril de 1962.

Restabelece cargos de Adido Aeronáutico.

Decreto nº 896 — de 12 de abril de 1962.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Cria cargos no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura e dá outras providências.

Lei nº 4.056 — de 14 de abril de 1962.

— *Dá nova redação ao Decreto nº 7, de 22 de setembro de 1961, que alterou a lotação de repartições do Ministério da Agricultura.*

Decreto nº 923 — de 27 de abril de 1962.

— *Dá nova redação ao Decreto nº 262, de 30 de novembro de 1961, que alterou a lotação de repartições do Ministério da Agricultura.*

Decreto nº 924 — de 27 de abril de 1962.

— *Cria em Garanhuns, Estado de Pernambuco, uma Estação de Enologia, subordinada ao Instituto de Fermentação, do Serviço Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas, do Ministério da Agricultura.*

Decreto nº 925 — de 27 de abril de 1962.

— *Autoriza a Divisão de Fomento da Produção Mineral a adquirir imóvel em Belo Horizonte — Minas Gerais, onde estão instaladas as dependências do Departamento Nacional da Produção Mineral.*

Decreto nº 1.097 — de 30 de maio de 1962.

— *Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 800.000,00, destinado a indenizar a Prefeitura Municipal de Concórdia, no Estado de Santa Catarina, pelos gastos com a conclusão das obras do Parque da II Exposição de Suínos.*

Decreto nº 1.113 — de 1 de junho de 1962.

— *Cria no Ministério da Agricultura, a Comissão de Planejamento Agropecuário.*

Decreto nº 1.208 — de 20 de junho de 1962.

— *Inclui funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.515 — de 25 de junho de 1962.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de

Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), destinado às obras e equipamentos da Escola Politécnica de Campina Grande, Estado da Paraíba.

Lei nº 4.057 — de 4 de maio de 1962.

— *Altera o Regimento do Serviço Nacional de Educação Sanitária do Departamento Nacional de Saúde e dá outras providências.*

Decreto nº 914 — de 18 de abril de 1962.

— *Inclui funções gratificadas no Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências.*

Decreto nº 51.456 — de 12 de abril de 1962.

— *Inclui funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.510 — de 22 de junho de 1962.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Altera o art. 1º da Lei número 3.205, de 15 de julho de 1957, que reestruturou os cargos de tesoureiros do Serviço Público Federal.

Lei nº 4.061 — de 8 de maio de 1962.

Altera a redação do art. nº do Decreto nº 764-A, de 20 de março de 1962.

Decreto nº 978 — de 11 de maio de 1962.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito extraordinário de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) para o fim que especifica.*

Decreto nº 1.112 — de 1 de junho de 1962.

— *Suprime cargo extinto.*

Decreto nº 51.439 — de 2 de abril de 1962.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

— *Retifica e altera o Decreto nº 38.673, de 27 de janeiro de 1956, retificado pelo Decreto nº 38.966, de 3 de abril de 1956.*

Decreto nº 51.440 — de 2 de abril de 1962.

— *Retifica e altera o Decreto nº 38.673, de 27 de fevereiro de 1956, retificado pelo Decreto nº 38.966, de 3 de abril de 1956.*

Decreto nº 51.453 — de 2 de abril de 1962.

— *Suprime cargo extinto.*

Decreto nº 51.491 — de 8 de junho de 1962.

MINISTÉRIO DA GUERRA

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00, para atender às despesas decorrentes de tratamento, ambulatório e hospitalização dos ex-integrantes da Força Expedicionária Brasileira, nos nosocomios do Exército.*

Lei nº 4.082 — de 23 de junho de 1962.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 1.025 — de 18 de maio de 1962.

— *Altera a redação de parte dos Capítulos I, III e IV do Regulamento da Diretoria do Serviço Militar.*

Decreto nº 1.030 — de 21 de maio de 1962.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um imóvel situado no Município de Santiago, Estado do Rio Grande do Sul, destinado ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 1.059 — de 28 de maio de 1962.

— *Declara de utilidade pública para fins de desapropriação o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 1.061 — de 28 de maio de 1962.

MINISTÉRIO DA GUERRA

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, em Goiânia, Estado de Goiás.*

Decreto nº 1.109 — de 1 de junho de 1962.

— *Retifica a Tabela Numérica Especial de Mensalistas do Ministério da Saúde e dá outras providências.*

Decreto nº 51.447 — de 2 de abril de 1962.

Ver, também, Exército.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

— *Abre, ao Ministério da Indústria e do Comércio, o crédito especial de ... Cr\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de cruzeiros) para o fim que especifica.*

Decreto nº 1.258 — de 25 de junho de 1962.

— *Dispõe sobre os Quadros de Pessoal dos Ministérios da Indústria e do Comércio e do Trabalho e Previdência Social.*

Decreto nº 50.857 — de 26 de junho de 1961.

— *Retifica os anexos do Decreto número 50.857, de 26 de junho de 1961, que dispõe sobre os Quadros de Pessoal dos Ministérios da Indústria e do Comércio e do Trabalho e Previdência Social.*

Decreto nº 51.442 — de 2 de abril de 1962.

— *Cria funções gratificadas no quadro de pessoal do Ministério da Indústria e do Comércio.*

Decreto nº 51.473 — de 25 de maio de 1962.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

— *Altera o Decreto número 51.005, de 20 de julho de 1961, que dispõe sobre a Comissão de Estudos Legislativos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto nº 917 — de 26 de abril de 1962.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E

— Altera o art. 2º do Regimento do Departamento do Interior e da Justiça e Negócios Interiores, aprovado pelo Decreto nº 17.546, de 5 de janeiro de 1945, acrescentando-lhe um parágrafo.

Decreto nº 934 — de 4 de maio de 1962.

— Altera o art. 2º do Regimento do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, aprovado pelo Decreto nº 16.742, de 6 de outubro de 1944, acrescentando-lhe um parágrafo.

Decreto nº 1.105 — de 30 de maio de 1962.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Cria no Ministério da Marinha o Serviço de Alienação de Bens e dá outras providências.

Decreto nº 930 — de 2 de maio de 1962.

— Altera a redação do Regulamento para a Caixa de Construções de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha.

Decreto nº 1.022 — de 16 de maio de 1962.

Ver, também, Armada e Marinha.

MINISTÉRIO DAS MINAS E

ENERGIA

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a adquirir imóvel no Estado de Minas Gerais, necessário ao Ministério das Minas e Energia.

Decreto nº 1.096 — de 30 de maio de 1962.

— Dispõe sobre os servidores transferidos para o Ministério das Minas e Energia, e dá outras providências.

Decreto nº 51.308 — de 25 de agosto de 1961.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Institui a inspeção periódica das Missões Diplomáticas e Repartições Consulares.

Decreto nº 902 — de 16 de abril de 1962.

NEGÓCIOS INTERIORES

— Aprova o plano de lotação das Missões Diplomáticas, Delegações junto a Organismos Internacionais e Repartições consulares constantes das tabelas que menciona.

Decreto nº 936 — de 4 de maio de 1962.

— Dispõe sobre o Consulado do Brasil em Calcutá.

Decreto nº 937 — de 4 de maio de 1962.

— Dispõe sobre o Consulado do Brasil em Cádiz.

Decreto nº 938 — de 4 de maio de 1962.

— Eleva à categoria de Consulado de carreira o Consulado honorário do Brasil em Sevilha.

Decreto nº 939 — de 4 de maio de 1962.

— Dá nova redação ao § 2º do art. 9º do Regulamento do Pessoal do Ministério das Relações Exteriores aprovado pelo Decreto nº 2, de 21 de setembro de 1961.

Decreto nº 972 — de 10 de maio de 1962.

— Retifica o item relativo à lotação da Embaixada do Brasil em Viena, constante da Tabela I, aprovada pelo Decreto nº 936, de 4 de maio de 1962.

Decreto nº 1.074 — de 28 de maio de 1962.

— Cria o Consulado Honorário do Brasil em Istambul.

Decreto nº 1.216 — de 20 de junho de 1962.

— Inclui representante do Ministério das Relações Exteriores no Consulado Nacional de Transportes, criado pelo Decreto nº 430, de 28 de dezembro de 1961.

Decreto nº 1.225 — de 22 de junho de 1962.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

— *Cria no Departamento de Administração do Ministério das Relações Exteriores uma Divisão do Pessoal no Exterior (DPE) e uma Divisão do Pessoal na Secretaria de Estado (DPS).*

Decreto nº 1.274 — de 25 de junho de 1962.

— *Dispõe sobre pessoal do Ministério das Relações Exteriores.*

Decreto nº 51.461 — de 4 de maio de 1962.

— *Dispõe sobre o enquadramento do pessoal amparado pela Lei nº 3.967, de 5 de outubro de 1961.*

Decreto nº 51.471 — de 22 de maio de 1962.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Aprova o Regimento do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

Decreto nº 847 — de 5 de abril de 1962.

— *Aprova o Regimento do Serviço de Documentação do Ministério da Saúde.*

Decreto nº 974 — de 11 de maio de 1962.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Município de Jussara, Estado de Goiás.*

Decreto nº 1.102 — de 30 de maio de 1962.

— *Retifica o enquadramento provisório de Servidores do Ministério da Saúde.*

Decreto nº 51.474 — de 25 de maio de 1962.

— *Retifica o enquadramento provisório de servidor do Ministério da Saúde.*

Decreto nº 51.492 — de 3 de junho de 1962.

— *Corrige enquadramento provisório.*

Decreto nº 51.596 — de 15 de junho de 1962.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

— *Abre, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros), destinado à construção e equipamento de um hospital na cidade de Manaus, no Estado do Amazonas.*

Decreto nº 51.454 — de 11 de abril de 1962.

— *Abre, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), destinado à construção de uma maternidade no Bairro de São Raimundo, cidade de Manaus, Estado do Amazonas.*

Decreto nº 51.455 — de 11 de abril de 1962.

— *Retifica a Tabela Numérica Especial de Mensalista do Ministério da Saúde e dá outras providências.*

Decreto nº 51.512 — de 25 de junho de 1962.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Dispõe sobre os Quadros de Pessoal dos Ministérios da Indústria e do Comércio e do Trabalho e Previdência Social.

Decreto nº 50.857 — de 26 de junho de 1961.

— *Retifica os anexos do Decreto número 50.857, de 26 de junho de 1961, que dispõe sobre os Quadros de Pessoal dos Ministérios da Indústria e do Comércio e do Trabalho e Previdência Social.*

Decreto nº 51.442 — de 2 de abril de 1962.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000.000,00, destinado à pavimentação de trechos rodoviários da BR-4 (Rio-Bahia) e da BR-13 (Transnordestina).

Lei nº 4.058 — de 8 de maio de 1962.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO

— Altera o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 278.690.500,00, destinado às despesas de desapropriação dos imóveis necessários à construção da ligação ferroviária Belo Horizonte-Itabira-Pegonha.

Lei nº 4.070-A — de 15 de junho de 1962.

— Declara urgência na desapropriação de domínio útil de imóveis e benfeitorias em Pernambuco.

Decreto nº 827 — de 2 de abril de 1962.

— “Passa para a jurisdição do Ministério da Viação e Obras Públicas o Grupo Executivo da Indústria de Construção Naval e dá outras providências.”

Decreto nº 890 — de 12 de abril de 1962.

— Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.239.935,00, para o fim que menciona.

Decreto nº 1.152 — de 7 de junho de 1962.

— Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 60.000.000,00, para o fim que menciona.

Decreto nº 1.285 — de 26 de junho de 1962.

— Aprova o enquadramento de empregos da Estrada de Ferro Tocantins, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.

Decreto nº 51.441 — de 2 de abril de 1962.

MOBILIZAÇÃO NACIONAL CONTRA O ANALFABETISMO

Institui, no Ministério da Educação e Cultura, como serviço em regime especial de financiamento para o desenvolvimento social e econômico, a Mobilização Nacional Contra o Analfabetismo e dá outras providências.

Decreto nº 51.470 — de 22 de maio de 1962.

“MUNDIAL” — COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da “Mundial” Companhia Nacional de Seguros Gerais inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 1.162 — de 8 de junho de 1962.

MUNICÍPIOS

Altera o artigo 2º do Decreto número 50.474 de 18 de abril de 1961.

Decreto nº 957 — de 4 de maio de 1962.

— Dispõe sobre a admissão de pessoal para os acordos entre a União, Estados e Municípios e dá outras providências.

Decreto nº 51.438 — de 18 de abril de 1962.

MUSEUS

Retifica o Decreto nº 51.054, de 26 de julho de 1961.

Decreto nº 51.433 — de 20 de março de 1962.

— Dispõe sobre a “Casa Cláudio de Souza” do Museu Imperial.

Decreto nº 51.522 — de 25 de junho de 1962.

N

NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

Concede à Companhia Navegação e Comércio Pan-Americana, autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 838 — de 4 de abril de 1962.

— Concede à sociedade Navegação Minuano Ltda., autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem, sob a nova forma social de Navegação Minuano S.A.

Decreto nº 842 — de 4 de abril de 1962.

NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

— *Concede à Empresa Nacional de Navegação Ltda., autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto nº 911 — de 13 de abril de 1962.

— *Concede à sociedade Navegação Petrolífera Limitada autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto nº 912 — de 13 de abril de 1962.

— *Concede à Sociedade de Navegação e Comércio Motonave Limitada, autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem, sob a nova forma social de Navegação e Comércio Motonave Sociedade Anônima.*

Decreto nº 935 — de 4 de maio de 1962.

— *Concede à sociedade "CARGEMAR" — Cargueiros Marítimos Brasileiros Ltda. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto nº 959 — de 7 de maio de 1962.

— *Concede à sociedade Navegação Carmac Limitada autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem sob a nova denominação de "Tibagi Transportes Marítimos Limitada".*

Decreto nº 960 — de 7 de maio de 1962.

— *Revoga os Decretos que concederam à Companhia Comércio e Navegação autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto nº 1.159 — de 8 de junho de 1962.

— *Concede à sociedade Navegação "Atlântico" Ltda. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto nº 1.161 — de 8 de junho de 1962.

NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

— *Concede à sociedade Navegação São Paulo-Paraná Ltda. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem, sob a nova forma social de "Navegação São Paulo-Paraná Sociedade Anônima".*

Decreto nº 1.259 — de 25 de junho de 1962.

— *Concede à Sociedade Anônima Martinelli — Navegação e Comércio.*

— *"SAMNAVE" autorização para continuar a funcionar como empresa de cabotagem.*

Decreto nº 1.197 — de 19 de junho de 1962.

— *Concede à sociedade P. P. Testini & Cia. Ltda. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto nº 49.037 — de 5 de outubro de 1960.

NAVEGAÇÃO SERRA DO CIPÓ LIMITADA

Concede à Mineração Serra do Cipó Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 991 — de 15 de maio de 1962.

NORDESTE

Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, neste descritos e consignados à Companhia Melhoramentos de Mossoró S.A. (COMENSA).

Decreto nº 752-A — de 19 de março de 1962.

— *Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, abaixo descritos e consignados à Companhia Fiat Lux, de Fósforos de Segurança (Fiat Ltda.).*

Decreto nº 753-A — de 19 de março de 1962.

NORDESTE

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à Companhia de Tecidos Paraibana de João Pessoa (Pb).

Decreto nº 904 — de 17 de abril de 1962.

— Retifica o Decreto nº 327, de 11 de dezembro de 1961, no seu artigo 1º item 10.

Decreto nº 964 — de 7 de maio de 1962.

— Retifica dispositivos do Decreto nº 49.361, de 28 de novembro de 1960.

Decreto nº 1.125 — de 4 de junho de 1962.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, neste descritos e consignados à empresa "Fibras Duras do Nordeste S.A." (FIDUSA), de Bayeux (Pb).

Decreto nº 1.140 — de 6 de junho de 1962.

— Declara prioritário para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, neste descritos e consignados à "União de Bebidas, Indústria e Comércio Ltda.", de Recife (Pe).

Decreto nº 1.141 — de 6 de junho de 1962.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, neste descritos e consignados à Companhia de Ferro-Ligas da Bahia S.A. (FERBASA), de Salvador (Ba).

Decreto nº 1.142 — de 6 de junho de 1962.

NORDESTE

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, abaixo descritos e consignados à Consistência Vieira & Cia., de Aracaju (Se).

Decreto nº 1.143 — de 6 de junho de 1962.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, abaixo descritos e consignados ao Frigorífico do Piauí S.A. (FRIPISA).

Decreto nº 1.144 — de 6 de junho de 1962.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, neste descritos e consignados à "Itabuna Têxtil S.A." (ITA-TEX), de Itabuna (Ba).

Decreto nº 1.145 — de 6 de junho de 1962.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, abaixo descritos e consignados à "Siderúrgica Açonorte S.A." (Açonorte), de Recife (Pe).

Decreto nº 1.163 — de 8 de junho de 1962.

NÚCLEOS COLONIAIS

Cria o Núcleo Colonial Alexandre Gusmão, no Distrito Federal, em terras do Instituto Nacional de Imigração e Colonização.

Decreto nº 51.517 — de 25 de junho de 1962.

O

OBRIGAÇÕES DO TESOURO

Fixa novos valores para os vencimentos dos servidores da União, institui empréstimo compulsório e altera legislação do Imposto de Renda, autoriza emissão de títulos de recuperação financeira, modifica legislação sobre emissão de letras e obrigações do Tesouro Nacional e dá outras providências.

Lei nº 4.069 — de 11 de junho de 1962.

OFICIAIS DO REGISTRO CIVIL

Dispõe sobre gratificação mensal, aos Oficiais do Registro Civil, e dá outras providências.

Lei nº 4.071-A — de 15 de junho de 1962.

ORDEN DO MÉRITO MÉDICO

Altera o Regulamento da Ordem do Mérito Médico, aprovado pelo Decreto nº 29.193, de 24 de janeiro de 1951.

Decreto nº 1.261 — de 25 de junho de 1962.

ORDEN DO RIO BRANCO

Aprova e manda executar o Regulamento para a concessão da Ordem de Rio Branco.

Decreto nº 834 — de 3 de abril de 1962.

ÓRGÃOS AUTÔNOMOS

Modifica o Decreto nº 37, de 12 de outubro de 1961.

Decreto nº 951 — de 4 de maio de 1962.

OURO

Renova a autorização contida no Decreto nº 45.495 de 26 de fevereiro de 1959.

Decreto nº 1.190-A — de 18 de junho de 1962.

P**PEDRAS CORADAS**

Autoriza o cidadão brasileiro Domingos Otávio Giaccmin a pesquisar pedras coradas no município de Ara-cruz, Estado do Espírito Santo.

Decreto nº 918 de 26 de abril de 1962.

PEDRAS PRECIOSAS

Autoriza a Companhia Brasileira de Quartzo, a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 703, de 15 de março de 1962

PEDRAS PRECIOSAS

— Autoriza o cidadão brasileiro Edmundo da Costa Marques, a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 776 — de 23 de março de 1962.

— Autoriza o cidadão Antônio João Santiago, a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 777 — de 26 de março de 1962.

— Autoriza o cidadão Claudionor de Araújo Cerqueira, a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 778 — de 26 de março de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro Edil Cardoso de Moraes, a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 779 — de 26 de março de 1962.

— Autoriza o cidadão Luiz Serrano Matul, a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 780, de 26 de março de 1962.

— Autoriza o cidadão Katofi Oishi, a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 781, de 26 de março de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro Newton Coelho Lima, a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 782, de 26 de março de 1962.

— Autoriza a Firma Afi Importação e Exportação S. A. estabelecida no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 785, de 26 de março de 1962.

— Revoga o Decreto nº 15.802, de 8 de junho de 1944.

Decreto nº 846 — de 5 de abril de 1962.

PEDRAS PRECIOSAS

— Autoriza a firma "Rofer" Importadora Ltda., a comprar pedras preciosas.

Decreto n.º 893, de 12 de abril de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Francisco Barbosa a comprar pedras preciosas.

Decreto n.º 1.043 — de 24 de maio de 1962.

— Autoriza o cidadão Rudolf Purper a comprar pedras preciosas.

Decreto n.º 1.044 — de 24 de maio de 1962.

— Autoriza a Firma Rolauto Importadora Exportadora Ltda. a comprar pedras preciosas.

Decreto n.º 1.045 — de 24 de maio de 1962.

— Autoriza o cidadão Afif Farés Sayegh a comprar pedras preciosas.

Decreto n.º 1.046 — de 24 de maio de 1962.

— Autoriza o cidadão Dayoub Elias Dayoub a comprar pedras preciosas.

Decreto n.º 1.047 — de 24 de maio de 1962.

— Autoriza Roldão Pereira Carneiro a comprar pedras preciosas.

Decreto n.º 1.049 — de 25 de maio de 1962.

— Autoriza o cidadão Agenor Tavares a comprar pedras preciosas.

Decreto n.º 1.050 — de 25 de maio de 1962.

— Autoriza o cidadão Michel Kikitzian, a comprar pedras preciosas.

Decreto n.º 1.051 — de 25 de maio de 1962.

— Autoriza a firma Ernst Simon & Cia. Ltda., a comprar pedras preciosas.

Decreto n.º 1.052 — de 25 de maio de 1962.

PEDRAS PRECIOSAS

— Autoriza a Firma Beta Importação e Exportação Ltda., a comprar pedras preciosas.

Decreto n.º 1.054 — de 25 de maio de 1962.

— Autoriza o cidadão Rudolf Otto Ziemer, a comprar pedras preciosas.

Decreto n.º 1.055 — de 25 de maio de 1962.

— Autoriza o cidadão Almir Rocha de Carvalho, a comprar pedras preciosas.

Decreto n.º 1.056 — de 25 de maio de 1962.

PENSÕES

Concede a pensão mensal de Cr\$ 20.000,00 à senhora Adélia da Silva Constantino, viúva do ex-engenheiro João Lourenço Constantino.

Lei n.º 4.079 — de 23 de junho de 1962.

— Concede pensão vitalícia de Cr\$ 3.000,00 mensais a Rita Gonçalves de Oliveira Pitanga, viúva do ex-servidor federal Ricardo Corrêa Pitanga.

Lei n.º 4.081, de 23 de junho de 1962.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 950.000.000,00 para o fim que especifica.

Decreto n.º 1.048 — de 24 de maio de 1962.

— Dá nova redação ao art. 74 do Decreto n.º 49.096, de 10 de outubro de 1960, que regulamenta a Lei número 3.765, de 4 de maio de 1960.

(Lei de Pensões Militares).

Decreto n.º 1.228 — de 22 de junho de 1962.

PEQUENO LAR SÃO JOSÉ

Declara de utilidade pública o "Pequeno Lar São José", com sede no Estado da Guanabara.

Decreto n.º 434 — de 28 de dezembro de 1961.

PESQUISA — Ver o nome do elemento pesquisado.

PETROBRÁS

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação em favor da Petróleo Brasileiro S. A. — PETROBRÁS, em caráter de urgência, áreas de terra necessárias à construção de Estação de Armazenamento de Bombeamento e passagem de condutos, do Oleoduto Rio-Beio Horizonte.

Decreto n.º 1.035 — de 23 de maio de 1962.

— Declara de utilidade pública para fins de desapropriação em favor da Petróleo Brasileiro S. A. — PETROBRÁS, área de terrenos situada no Município de Camaçari, no Estado da Bahia.

Decreto n.º 1.150 — de 7 de junho de 1962.

— Declara de utilidade pública para fins de servidão ou de desapropriação em favor da Petróleo Brasileiro S. A. — Petrobrás, áreas de terrenos situadas nos municípios de São Sebastião e de Cubatão, no Estado de São Paulo.

Decreto n.º 1.167, — de 8 de junho de 1962.

— Dá a denominação de Gabriel Passos a refinaria em construção em Minas Gerais.

Decreto n.º 1.227 — de 22 de junho de 1962.

PETRÓLEO BRASILEIRO S. A. — "PETROBRÁS" — Ver: PETROBRÁS

PIMENTA DO REINO

Aprova as novas especificações para a classificação e fiscalização da exportação da Pimenta do Reino, visando a sua padronização.

Decreto n.º 1.209 — de 20 de junho de 1962.

PLANO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE CULTIVADORES

Institui o Plano Nacional da Indústria de Cultivadores Motorizados.

Decreto n.º 1.249 — de 25 de junho de 1962.

PLANO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS RODOVIARIAS

Institui o Plano Nacional da Indústria de Máquinas Rodoviárias.

Decreto n.º 1.246 — de 25 de junho de 1962.

— Institui o Plano Nacional da Indústria de Máquinas Rodoviárias relativo a motoniveladoras.

Decreto n.º 1.247 — de 25 de junho de 1962.

— Institui o Plano Nacional da Indústria de Máquinas Rodoviárias relativo a tratores de esteiras.

Decreto n.º 1.248 — de 25 de junho de 1962.

PLANO PRELIMINAR DE EMERGÊNCIA

Torna sem efeito o Decreto número 1.024, de 17 de maio de 1962, que aprovou o Plano Preliminar de Emergência e suas medidas complementares propostas pelo Conselho Deliberativo da SUDENE e deu outras providências.

Decreto n.º 1.115, de 1 de junho de 1962.

— Aprova o Plano Preliminar de Emergência e suas medidas complementares, propostas pelo Conselho Deliberativo da SUDENE, e dá outras providências.

Decreto n.º 1.138, de 5 de junho de 1962.

PODER JUDICIÁRIO

Aplica aos cargos e funções do Quadro do Pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho da 2ª Região disposições das Leis ns. 3.780, de 12 de julho, e 3.826, de 23 de novembro, ambas de 1960, e dá outras providências.

Lei n.º 4.067, de 5 de junho de 1962.

— Altera o Quadro da Secretaria do Superior Tribunal Militar e serviços auxiliares, e dá outras providências.

Lei n.º 4.083, de 24 de junho de 1962.

PODER JUDICIÁRIO

— Abre, ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) para o fim que especifica.

Decreto nº 883, de 10 de abril de 1962.

— Abre, ao Tribunal de Contas da União, o crédito especial de Cr\$ 107.100,00 para o fim que especifica.

Decreto nº 916, de 25 de abril de 1962.

— Abre, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região — o crédito especial de Cr\$ 89.900.000,00, para o fim que especifica.

Decreto nº 977, de 11 de maio de 1962.

— Abre, ao Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, o crédito especial, de Cr\$ 65.000,00, para o fim que especifica.

Decreto nº 1.110, de 1 de junho de 1962.

— Abre, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral, o crédito especial de Cr\$ 18.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto nº 1.121, de 4 de junho de 1962.

— Abre, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, o crédito especial de Cr\$ 147.100.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto nº 1.231, de 22 de junho de 1962.

PONTES E ESTRUTURAS

Oficializa o VII Congresso Internacional de Pontes e Estruturas.

Decreto nº 51.469-A, de 3 de julho de 1962.

PREÇOS MÍNIMOS

Assegura ao algodão em pluma de região sententrional do País, da safra de 1962-63, a garantia de preços mínimos.

Decreto nº 953, de 4 de maio de 1962.

— Altera os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de algodão da Região Meridional do País, da safra de 1961-62, fixados pelo Decreto nº 134, de 10-11-61.

Decreto nº 955, de 4 de maio de 1962.

— Altera os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de arroz, para o ano agrícola 1961-62, fixados pelos Decretos números 50.411 e 153, de 5-4-61 e 16-11-61.

Decreto nº 1.111, de 1 de junho de 1962.

PREFEITURAS

Outorga à Prefeitura Municipal de Itaberaba, no Estado da Bahia, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 684, de 9 de março de 1962.

— Transfere, da Prefeitura Municipal de Patos de Minas, às Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A., a concessão para distribuir energia elétrica no município de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

Decreto nº 906, de 17 de abril de 1962.

— Autoriza a Rio Light S. A. — Serviços de Eletricidade e Carris — a doar terreno à Prefeitura Municipal de Barra do Piraí.

Decreto nº 943, de 4 de maio de 1962.

— Autoriza a Prefeitura Municipal de São Benedito, Estado do Ceará, a ampliar suas instalações.

Decreto nº 1.010, de 15 de maio de 1962.

PREFEITURAS

— *Autoriza a Rio Light S. A. — Serviços de Eletricidade e Carris — transferir três lotes urbanos à Prefeitura Municipal de Pirat.*

Decreto nº 1.011, de 15 de maio de 1962.

— *Transfere da Empresa Força e Luz de Capela Nova das Dores para a Prefeitura Municipal de Capela Nova das Dores a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao município de Capela Nova das Dores, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 1.012, de 15 de maio de 1962.

— *Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 800.000,00, destinado a indenizar a Prefeitura Municipal de Concoráda, no Estado de Santa Catarina, pelos gastos feitos com a conclusão das obras do Parque da II Exposição de Suínos.*

Decreto nº 1.113, de 1 de junho de 1962.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.239.935,00, para o fim que menciona.*

Decreto nº 1.152, de 7 de junho de 1962.

— *Transfere da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste para o "Consórcio Intermunicipal de Eletricidade", concessão para o aproveitamento hidrelétrico do desnível existente no rio das Flores, Distrito de Bandeirantes, Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 1.200, de 19 de junho de 1962.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Classifica funções gratificadas da Secretaria da Presidência da República, e dá outras providências.

Decreto nº 51.481, de 1 de junho de 1962.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Altera o art. 7º do Regulamento do Conselho Superior da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 694, de 14 de março de 1962.

— *Altera a redação do art. 12 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 51.037, de 31 de julho de 1961 e seu Parágrafo Único.*

Decreto nº 1.039, de 23 de maio de 1962.

— *Modifica o texto do inciso III do art. 121 do Decreto nº 48.959-A, de 19 de setembro de 1960, que aprovou o Regulamento Geral da Previdência Social.*

Decreto nº 1.066, de 28 de maio de 1962.

— *Altera a redação d art. 511, do Regulamento Geral da Previdência e dá outras providências.*

Decreto nº 51.520, de 25 de junho de 1962.

Q

QUARTZITO

Autoriza o cidadão brasileiro Eurico Ramos Amorim a lavrar quartzito no município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 851, de 7 de abril de 1962.

QUARTZO

Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Pinto da Silva a pesquisar quartzo e mica, no município de Coaraci, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.082, de 29 de maio de 1962.

R

RÁDIO ALVORADA DE LONDRINA LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Alvorada de Londrina Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de onda tropical, na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Decreto nº 889, de 12 de abril de 1962.

**RÁDIO ALVORADA DE LUZIANIA
LIMITADA**

Outorga concessão à Rádio Alvorada de Luziânia Limitada, para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média, na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Decreto nº 1.153, de 8 de junho de 1962.

**RÁDIO AMÉRICA SOCIEDADE
ANÔNIMA**

Outorga concessão à Rádio América Sociedade Anônima, para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.236, de 25 de junho de 1962.

**RÁDIO ASSUNÇÃO DE JALES
SOCIEDADE LTDA.**

Outorga concessão à Rádio Assunção de Jales Sociedade Ltda., para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média na cidade de Jales, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.234, de 25 de junho de 1962.

RÁDIO BANDEIRANTES S. A.

Outorga concessão à Rádio Bandeirantes S. A., para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.239, de 25 de junho de 1962.

RÁDIO CAPIXABA LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Capixaba Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.

Decreto nº 816, de 2 de abril de 1962.

**RÁDIO CIQUENTENÁRIO DE
BIRIGUI LIMITADA**

Outorga concessão à Rádio Ciquentário de Birigui Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média na cidade de Birigui, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.135, de 4 de junho de 1962.

RÁDIO COLMÉIA LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Colméia Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná.

Decreto nº 888, de 11 de abril de 1962.

**RÁDIO CULTURA DE POÇOS DE
CALDAS S. A.**

Outorga concessão à Rádio Cultura de Poços de Caldas S.A., para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média, na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.237, de 25 de junho de 1962.

**RÁDIO DIFUSORA CARIOCA
LIMITADA**

Outorga concessão à Rádio Difusora Carioca Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Decreto nº 1.132, de 4 de junho de 1962.

**RÁDIO DIFUSORA DE GOIÂNIA
LIMITADA**

Outorga concessão à Rádio Difusora de Goiânia Limitada, para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Decreto nº 417, de 2 de abril de 1962.

**RÁDIO DIFUSORA DE POÇOS
DE CALDAS LIMITADA**

Outorga concessão à Rádio Difusora de Poços de Caldas Limitada, para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.128, de 4 de junho de 1962.

RÁDIO DIFUSORA DO AMAZONAS LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Difusora do Amazonas Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média na cidade de Belém, Estado do Pará.

Decreto nº 845, de 5 de abril de 1962.

— Outorga concessão à Rádio Difusora do Amazonas Limitada, para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

Decreto nº 1.114, de 1 de junho de 1962.

RÁDIO DIFUSORA RIOPRETENSE LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Difusora Riopretense Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.130, de 4 de junho de 1962.

RÁDIO DIFUSORA SÃO PAULO SOCIEDADE ANÔNIMA

Outorga concessão à Rádio Difusora São Paulo S. A. para estabelecer uma estação radiotelevisora em VHF, geradora de programas, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.270, de 25 de junho de 1962.

— Outorga concessão à Rádio Difusora São Paulo S. A. para estabelecer uma estação radiotelevisora em VHF, geradora de programas, na cidade de Marília, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.271, de 25 de junho de 1962.

RÁDIO EDUCAÇÃO RURAL DE TEFÉ LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Educação Rural de Tefé Limitada, para estabelecer uma estação radiodifusora de onda tropical na cidade de Tefé, Estado do Amazonas.

Decreto nº 897, de 13 de abril de 1962.

RÁDIO EDUCAÇÃO RURAL DE TEFÉ LIMITADA

— Outorga concessão à Rádio Educação Rural Tefé Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média na cidade de Tefé, Estado do Amazonas.

Decreto nº 898, de 13 de abril de 1962.

RÁDIO EDUCAÇÃO RURAL LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Educação Rural Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de onda tropical, na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso.

Decreto nº 819, de 2 de abril de 1962.

RÁDIO EDUCADORA DE CAMPINAS SOCIEDADE ANÔNIMA

Outorga concessão à Rádio Educadora de Campinas Sociedade Anônima, para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.238, de 25 de junho de 1962.

RÁDIO EDUCADORA DE CRATEÚS

Outorga concessão à Rádio Educadora de Crateús Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média, na cidade de Crateús, Estado do Ceará.

Decreto nº 1.075, de 28 de maio de 1962.

RÁDIO EDUCADORA DE UBERLÂNDIA LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Educadora de Uberlândia Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de onda tropical na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.126, de 4 de junho de 1962.

**RÁDIO EDUCADORA DO
MARANHÃO RURAL LTDA.**

Outorga concessão à Rádio Educadora do Maranhão Rural Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média na Cidade de São Luiz, Estado do Maranhão.

Decreto nº 815, de 2 de abril de 1962.

**RÁDIO EMISSORA DE SANTARÉM
LIMITADA**

Outorga concessão à Rádio Emissora Rural de Santarém Limitada para estabelecer, a título precário, na Cidade de Santarém, Estado do Pará, uma estação radiodifusora de onda média.

Decreto nº 823, de 2 de abril de 1962.

**RÁDIO EMISSORA VERANENSE
LIMITADA**

Outorga concessão à Rádio Emissora Veranense Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média, na cidade de Marau, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 1.136, de 4 de junho de 1962.

**RÁDIO GLOBO CAPITAL
LIMITADA**

Outorga concessão à Rádio Globo Capital Limitada para estabelecer uma estação de televisão, geradora de programas, na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Decreto nº 921, de 27 de abril de 1962.

RÁDIO GLOBO S. A.

Outorga concessão à Rádio Globo Sociedade Anônima para estabelecer uma estação televisora, geradora de programas, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 920, de 27 de abril de 1962.

— *Outorga concessão à Rádio Globo S. A. para estabelecer uma estação televisora, geradora de programas, na cidade de Salvador, Estado da Bahia.*

Decreto nº 922, de 27 de abril de 1962.

RÁDIO GUAÍBA S. A.

Outorga concessão à Rádio Guaíba S. A. para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 1.245, de 25 de junho de 1962.

RÁDIO GUAJARA LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Guajará Limitada, para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média na cidade de Belém, Estado do Pará.

Decreto nº 929, de 30 de abril de 1962.

**RÁDIO GUANABARA SOCIEDADE
ANÔNIMA**

Outorga concessão à Rádio Guanabara Sociedade Anônima, para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média na Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Decreto nº 1.235, de 25 de junho de 1962.

**RÁDIO INDEPENDÊNCIA DO
PARANÁ LIMITADA**

Outorga concessão à Rádio Independência do Paraná Limitada, para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Decreto nº 1.139, de 5 de junho de 1962.

**RÁDIO JAGUARIAÍVA
LIMITADA**

Outorga concessão à Rádio Jaguariá Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média na cidade de Jaguariá, Estado do Paraná.

Decreto nº 850, de 6 de abril de 1962.

**RÁDIO JORNAL DE GOIÁS
LIMITADA**

Outorga concessão à Rádio Jornal de Goiás Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Decreto nº 969, de 7 de maio de 1962.

RÁDIO LIBERDADE LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Liberdade Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora em frequência modulada na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Decreto nº 1.034, de 23 de maio de 1962.

RÁDIO PAULISTA LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Paulista Limitada para estabelecer uma estação de radiotelevisão em VHF na cidade do Recife, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 1.094, de 30 de maio de 1962.

RÁDIO PIRATININGA DE TUPÃ LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Piratininga de Tupã Ltda., para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média, na cidade de Tupã, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.131, de 4 de junho de 1962.

RÁDIO POTI SOCIEDADE ANÔNIMA

Outorga concessão à Rádio Poti Sociedade Anônima para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto nº 1.194, de 19 de junho de 1962.

RÁDIO RIO PRÊTO S. A.

Outorga concessão à Rádio Rio Preto S. A. para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.129, de 4 de junho de 1962.

RÁDIO RIVIERA LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Riviera Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Decreto nº 926, de 27 de abril de 1962.

RÁDIO SÃO MIGUEL LIMITADA

Outorga concessão à "Rádio São Miguel Limitada" para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média na cidade de Uruguiana, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 822 — de 2 de abril de 1962.

RÁDIO TELEVISÃO DE UBERLÂNDIA LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Televisão de Uberlândia Limitada, para estabelecer uma estação de televisão na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.127 — de 4 de junho de 1962.

RÁDIO TERESINA DO PIAUÍ LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Teresina do Piauí Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média na cidade de Teresina, Estado do Piauí.

Decreto nº 837 — de 11 de abril de 1962.

RÁDIO TRIUNFO LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Triunfo Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias na cidade de Triunfo, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 1.251 — de 25 de junho de 1962.

RADIO COMUNICAÇÕES

"Altera, na parte referente à tramitação de documentos, disposições do regulamento, aprovado pelo Decreto nº 21.111, de 1º de março de 1932, para a execução dos serviços de rádio-comunicação no território nacional".

Decreto nº 826 — de 2 de abril de 1962.

RECIBO DE QUITAÇÃO

Estabelece normas para a validade de pedido de demissão ou recibo de quitação contratual, firmado por empregado.

Lei nº 4.066 — de 28 de maio de 1962.

RECIFE — COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos de "Recife" — Companhia Nacional de Seguros Gerais.

Decreto nº 102 — de 31 de outubro de 1961.

RÊDE FERROVIÁRIA FEDERAL S. A.

Dispõe sobre o enquadramento de que trata a Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, art. 76, e Lei nº 3.115, de 16 de março de 1957, art. 15.

Decreto nº 51.466 — de 16 de maio de 1962.

RÊDE FERROVIÁRIA DO NORDESTE

Aprova o enquadramento dos cargos e funções da Rede Ferroviária do Nordeste e dá outras providências.

Decreto nº 51.448 — de 2 de abril de 1962.

REGIMENTOS

Aprova o Regimento do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

REGIMENTOS

— Altera o Regimento do Departamento de Imprensa Nacional, aprovado pelo Decreto nº 5.953, de 16 de julho de 1940.

Decreto nº 932 — de 3 de maio de 1962.

— Altera o art. 2º do Regimento do Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, aprovado pelo Decreto nº 17.546, de 5 de janeiro de 1945, acrescentando-lhe um parágrafo.

Decreto nº 934 — de 4 de maio de 1962.

— Aprova o Regimento do Serviço de Documentação do Ministério da Saúde.

Decreto nº 974 — de 11 de maio de 1962.

— Modifica o Regimento da Escola Nacional de Saúde Pública, aprovado pelo Decreto nº 46.259, de 23 de junho de 1959, alterado pelo Decreto número 47.308, de 2 de dezembro de 1959.

Decreto nº 1.205 — de 20 de junho de 1962.

— Baixa novo Regimento para a Diretoria do Ensino Comercial.

Decreto nº 1.266 — de 25 de junho de 1962.

REGULAMENTOS

Aprova o Regimento do Instituto Oswaldo Cruz, Ministério da Saúde.

Decreto nº 832 — de 3 de abril de 1962.

— Altera o Regimento do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, aprovado pelo Decreto número 44.855, de 17 de outubro de 1959.

REGIMENTOS

— Altera o *Regimento do Serviço Nacional de Educação Sanitária do Departamento Nacional de Saúde e dá outras providências*.

Decreto nº 914 — de 18 de abril de 1962.

— Altera o *Regulamento da Escola Preparatória de Cadetes do Ar* baixado pelo Decreto nº 30.976, de 10 de junho de 1952 e dá outras providências.

Decreto nº 962 — de 7 de maio de 1962.

— Dá nova redação ao § 2º do artigo 9º do *Regulamento do Pessoal do Ministério das Relações Exteriores*, aprovado pelo Decreto nº 2, de 21 de setembro de 1961.

Decreto nº 972 — de 10 de maio de 1962.

— Regulamenta a Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, que dispõe sobre o exercício da profissão de Assistente Social.

Decreto nº 994 — de 15 de maio de 1962.

— Altera a redação do *Regulamento para a Caixa de Construções de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha*.

Decreto nº 1.022 — de 16 de maio de 1962.

— Altera e revoga dispositivos do *Regulamento* aprovado pelo Decreto nº 13.527, de 19 de dezembro de 1928, e dá outras providências.

Decreto nº 1.023 — de 17 de maio de 1962.

— Altera o *Regulamento do Estado-Maior da Aeronáutica*.

Decreto nº 1.031 — de 21 de maio de 1962.

REGIMENTOS

— Altera o art. 7º do *Regulamento do Conselho Superior da Previdência Social*, aprovado pelo Decreto número 684, de 14 de março de 1962.

Decreto nº 1.038 — de 23 de maio de 1962.

— Altera a redação do art. 12 do *Regulamento* aprovado pelo Decreto nº 51.087, de 31 de julho de 1961 e seu parágrafo único.

Decreto nº 1.039 — de 23 de maio de 1962.

— Aprova o *Regulamento da Diretoria de Estudos e Pesquisas Tecnológicas — DEPT — (R-13)*.

Decreto nº 1.080 — de 28 de maio de 1962.

— Modifica o texto do inciso III do art. 121 do Decreto nº 43.959-A, de 19 de setembro de 1960, que aprovou o *Regulamento Geral da Previdência Social*.

Decreto nº 1.066 — de 23 de maio de 1962.

— Aprova o novo *Regulamento do Banco Nacional de Crédito Cooperativo*, com as alterações por ele introduzidas no anterior, baixado com o Decreto nº 30.265, de 11 de dezembro de 1951.

Decreto nº 1.085 — de 23 de maio de 1962.

— Cria o "Comitê Nacional de Ensino de Cancerologia", como órgão assessor do Serviço Nacional de Câncer e aprova o seu Regulamento.

Decreto nº 1.100 — de 30 de maio de 1962.

— Altera dispositivo do *Regimento* aprovado pelo Decreto nº 50.679, de 31 de maio de 1961.

Decreto nº 1.174 — de 12 de junho de 1962.

— Aprova o Regulamento sobre o registro de *Jornalista Profissional*.

Decreto nº 1.177 — de 12 de junho de 1962.

REGIMENTOS

— *Dá nova redacção ao art. 17 do Regulamento para os Quadros Complementares dos Corpos da Armada, de Fuzileiros Navais e de Intendentes da Marinha.*

Decreto nº 1.210 — de 20 de junho de 1962.

— *Altera o Regulamento para a Diretoria de Hidrografia e Navegação.*

Decreto nº 1.211 — de 20 de junho de 1962.

— *Modifica a redacção do Decreto nº 832, de 16 de abril de 1962.*

Decreto nº 1.244 — de 25 de junho

— *Altera o Regulamento da Ordem do Mérito Médico, aprovado pelo Decreto nº 29.198, de 24 de janeiro de 1951.*

Decreto nº 1.261 — de 25 de junho de 1962.

— *Altera o Regulamento para o Corpo de Pessoal Subalterno da Aeronáutica.*

Decreto nº 47.930 — de 2 de abril de 1960.

— *Revoga Decretos que aprovaram Regulamentos do Exército, substituídos de acordo com o art. 12 da Lei nº 2.851, de 25 de agosto de 1956, parágrafo único do art. 2º do Decreto nº 46.214, de 12 de julho de 1959 e artigo 158 do Decreto nº 42.911, de 27 de dezembro de 1957.*

Decreto nº 51.483 — de 5 de junho de 1962.

— *Altera a redacção do art. 511, do Regulamento Geral da Previdência e dá outras providências.*

Decreto nº 51.520 — de 25 de junho de 1962.

RINHAS

Revoga o Decreto nº 50.620, de 18 de maio de 1961.

Decreto nº 1.233 — de 22 de junho de 1962.

RODOVIAS

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000.000,00, destinado à pavimentação de trechos rodoviários da BR-4 (Rio-Bahia) e da BR-13 (Transnordestina).*

Lei nº 4.058 — de 8 de maio de 1962.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 2.000.000.000,00 para as obras de duplicação da rodovia Presidente Dutra.*

Lei nº 4.073 — de 22 de junho de 1962.

— *Exclui o trecho da BR-44-A, em troncoamento da BR-23 — Divisa Ceará-Piauí, da jurisdição da Comissão Especial de Construção, criada com o Decreto nº 359, de 15 de novembro de 1961.*

Decreto nº 831 — de 3 de abril de 1962.

ROYAL EXCHANGE ASSURANCE

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos de Royal Exchange Assurance.

Decreto nº 491 — de 21 de dezembro de 1961.

S

SANTAS CASAS DE MISERICÓRDIA

Regula a concessão do parcelamento a que se refere o art. 260, do Regulamento Geral da Previdência Social, dos débitos das Santas Casas de Misericórdia.

Decreto nº 1.116 — de 1º de junho de 1962.

SANTAS CASAS DE MISERICÓRDIA

— *Regulamenta o art. 121 do Decreto nº 48.959-A, de 19 de setembro de 1960.*

Decreto nº 1.119 — de 1º de junho de 1962.

— *Declara de utilidade pública a Santa Casa de Misericórdia de Manaus, com sede em Manaus, Estado do Amazonas.*

Decreto nº 1.276 — de 25 de junho de 1962.

SÃO PAULO, COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS DE VIDA

Aprova alterações introduzidas nos estatutos da São Paulo Companhia Nacional de Seguros de Vida.

Decreto nº 587 — de 6 de fevereiro de 1962.

SÊCAS

Reconhece a existência de seca em área da região Nordeste.

Decreto nº 983 — de 14 de maio de 1962.

— *Aprova o Plano Preliminar de emergência e suas medidas Complementares, propostos pelo Conselho Deliberativo da SUDENE, e dá outras providências.*

Decreto nº 1.024 — de 17 de maio de 1962.

SEGURO AGRÁRIO

Declara em vigor as novas condições das propostas, apólices, aditivos e a tarifa de seguro agrário de colheita.

Decreto nº 48.887 — de 26 de agosto de 1960.

SEGURO AGRÍCOLA

Dispõe sobre o Seguro Agrícola de lavouras e rebanhos financiados pelos Bancos da União ou de economia mista em que a União seja acionista, e dá outras providências.

SEMANA NACIONAL DA BIBLIOTECA

Institui a Semana Nacional da Biblioteca, de 12 a 19 de março.

Decreto nº 884 — de 10 de abril de 1962.

SEQUESTRO DE AERONAVES

Torna públicas as adesões, por parte da Finlândia e do Haiti, à Convenção Internacional para a Unificação de certas Regras relativas ao Sequestro Preventivo de Aeronaves, concluída em Roma, a 29 de maio de 1933.

Decreto nº 51.476 — de 29 de maio de 1962.

SERVIÇO NACIONAL DE CANCER

Cria o "Comité Nacional de Ensino de Cancerologia", como órgão assessor do Serviço Nacional de Câncer e aprova o seu Regulamento.

Decreto nº 1.100 — de 30 de maio de 1962.

SERVIÇO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS

Dispõe sobre o planejamento, construção, organização, aparelhamento e administração da "Casa dos Municípios" e dá outras providências.

Decreto nº 1.196 — de 19 de junho de 1962.

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL DA UNIÃO

Dispõe sobre a nomeação interina de ex-combatentes, no Serviço Civil do Poder Executivo, e dá outras providências.

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL DA UNIÃO

— *Proíbe temporariamente o ingresso de pessoal, a qualquer título, no Serviço Civil do Poder Executivo e nas autarquias, bem como nas sociedades de economia mista subvencionadas pela União, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.504 — de 11 de junho de 1962.

SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA.

Concede a Serviços Complementares de Arquitetura e Engenharia Limitada autorização para funcionar como empresa de Mineração.

Decreto nº 848, de 6 de abril de 1962.

SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS

Dispõe sobre a transferência para o regime de exploração direta, de serviços públicos concedidos, e dá outras providências.

Decreto nº 1.106 — de 30 de maio de 1962.

— *Dispõe sobre a Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos (CON-ESP) e dá outras providências.*

Decreto nº 1.203 — de 19 de junho de 1962.

SERVIÇOS TELEFÔNICOS

(Ver o Ministério ou órgão a que

SERVIDORES PÚBLICOS

Dispõe sobre a efetivação de servidores interinos, e dá outras providências.

Lei nº 4.054, de 2 de abril de 1962.

— *Dispõe sobre viagens de servidores públicos para o exterior.*

Decreto nº 801, de 30 de março de 1962.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO

Declara de utilidade pública a Sociedade Brasileira de Educação, com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 892, de 12 de abril de 1962.

SOCIEDADE DE NAVEGAÇÃO CRUZEIRO DO SUL LIMITADA

Concede à Sociedade de Navegação Cruzeiro do Sul Limitada autorização para continuar a funcionar sob a nova forma social de Companhia de Navegação Cruzeiro do Sul.

Decreto nº 829, de 3 de abril de 1962.

SOCIEDADE RADIO CANCELLA DE ITUIUTABA LIMITADA

Outorga concessão à Sociedade Rádio Cancella de Ituiutaba Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média, na cidade de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.254, de 25 de junho de 1962.

SOCIEDADE RADIO EMISSORAS DE PIRATININGA LIMITADA

Outorga concessão à Sociedade Rádio Emissoras de Piratininga Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.252, de 25 de junho de 1962.

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

Proíbe temporariamente o ingresso de pessoal, a qualquer título, no Serviço Civil do Poder Executivo e nas autarquias, bem como nas sociedades de economia mista subvencionadas pela União, e dá outras providências.

Decreto nº 51.504, de 11 de junho de 1962.

SUDENE

Aprova o Plano Preliminar de Emergência e suas medidas complementares, propostos pelo Conselho Deliberativo da SUDENE, e dá outras providências.

Decreto nº 1.024, de 17 de maio de 1962.

— Torna sem efeito o Decreto número 1.024, de 17 de maio de 1962, que aprovou o Plano Preliminar de Emergência e suas medidas complementares propostos pelo Conselho Deliberativo da SUDENE e dá outras providências.

Decreto nº 1.115, de 1º de junho de 1962.

— Abre à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) o crédito especial de Cr\$ 1.000.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto nº 1.170, de 12 de junho de 1962.

— Abre à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) o crédito especial de Cr\$ 9.912.700.000,00, para o fim que especifica.

Decreto nº 1.171, de 12 de junho de 1962.

— Aprova o Plano Preliminar de Emergência e suas medidas complementares, propostos pelo Conselho Deliberativo da SUDENE, e dá outras providências.

Decreto nº 1.133, de 5 de junho de 1962.

— Regulamenta o disposto no artigo 34 da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961.

Decreto nº 1.166, de 8 de junho de 1962.

SUDENE

— Autoriza a aplicação de recursos do Crédito Extraordinário aberto pelo Decreto nº 1.138, no Estado de Sergipe.

Decreto nº 1.219, de 22 de junho de 1962.

— Altera a redação do art. 14, alínea o do Decreto nº 48.530, de 18 de julho de 1960 e dá outras providências.

Decreto nº 1.220, de 22 de junho de 1962.

T

TABELA

(Ver Telefones)

TALCO

Autoriza a Companhia Paulista de Mineração a pesquisar calcário, dolomita, magnesita e talco, no município de Santo Antônio, Estado da Bahia.

Decreto nº 1.036, de 23 de maio de 1962.

TAXAS DE DESPACHO
ADUANEIRO

Competência para autorizar restituição de imposto de importação, taxa de despacho aduaneiro e outras.

Decreto nº 51.444, de 2 de abril de 1962.

TELECOMUNICAÇÕES

Litisconsórcio necessário da União nas ações judiciais relativas às empresas concessionárias de serviços telefônicos, que operem em comunicações interestaduais ou internacionais. Providências acautelatórias da execução do plano nacional de telecomunicações.

Decreto nº 831, de 10 de abril de 1962.

TELEFONES

Litiscônsórcio necessário da União nas ações judiciais relativas às empresas concessionárias de serviços telefônicos, que operem em comunicações interestaduais ou internacionais. Providências acautelatórias da execução do plano nacional de telecomunicações.

Decreto nº 881, de 10 de abril de 1962.

— Complementa o Decreto nº 314, de 31 de março de 1962, aprovando instruções reguladoras da concessão de prioridades para a instalação de telefones.

Decreto nº 1.027, de 16 de maio de 1962.

TERRENOS DE MARINHA

Autoriza estrangeira a adquirir, em revigoração de aforamento, a fração ideal do domínio útil do terreno de marinha e acrescido que menciona, no Estado da Guanabara.

Decreto nº 304, de 6 de dezembro de 1961.

— Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil da fração ideal do terreno de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.

Decreto nº 734, de 16 de março de 1962.

— Autoriza estrangeira a adquirir, em regime de ocupação, a fração ideal do terreno de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.

Decreto nº 739, de 19 de março de 1962.

— Autoriza a cessão de terreno de marinha e de acrescido que menciona, ao Estado do Pará.

Decreto nº 46.037, de 19 de maio de 1959.

TERRITÓRIO DO ACRE

Eleva o Território do Acre à categoria de Estado e dá outras providências.

Lei nº 4.070, de 15 de junho de 1962.

TERRITÓRIO FEDERAL DE IGUAÇU

Retifica o Decreto nº 50.953, de 14 de julho de 1961.

Decreto nº 51.507, de 20 de junho de 1962.

TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÁ

Retifica o Decreto nº 50.953, de 14 de julho de 1961.

Decreto nº 51.507, de 20 de junho de 1962.

THE NORTHERN ASSURANCE COMPANY LIMITED

Concede a The Northern Assurance Company Limited autorização para aumentar seu capital, no País.

Decreto nº 182, de 20 de novembro de 1961.

THE MOTOR UNION INSURANCE COMPANY LIMITED

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da The Motor Union Insurance Company Limited.

Decreto nº 180, de 20 de novembro de 1961.

THE PRUDENTIAL ASSURANCE COMPANY LIMITED

Concede a The Prudential Assurance Company Limited autorização para aumentar seu capital, no País.

Decreto nº 747, de 19 de março de 1962.

**TRANSMINAS S. A. — MINERAÇÃO
METALURGIA, EXPORTAÇÃO**

Concede à Transminas S. A. — Mineração, Metalurgia, Exportação, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 1.077, de 29 de maio de 1962.

TRANSPORTES

Inclui o representante do Sindicato das Empresas de Navegação Marítima, no Grupo Executivo de Coordenação dos Transportes, na Comissão de Amparo à Produção Agropecuária.

Decreto nº 824, de 2 de abril de 1962.

TRANSPORTES AÉREOS

Aprova o Acórdão sobre Transportes Aéreos Regulares entre os Estados Unidos do Brasil e o Japão, firmado no Rio de Janeiro, a 14 de dezembro de 1956.

Decreto Legislativo nº 2, de 1962.

TRANSPORTES MARÍTIMOS

Dispõe sobre os serviços de transportes de passageiros e cargas na Baía da Guanabara.

Decreto nº 825, de 2 de abril de 1962.

U**UNITED PRESS ASSOCIATION,**

Concede à sociedade anônima UNITED PRESS ASSOCIATIONS autorização para continuar a funcionar na República, sob a nova denominação de UNITED PRESS INTERNATIONAL, INC.

Decreto nº 841, de 4 de abril de 1962.

**UNITED PRESS ASSOCIATIONS
INC.**

— Concede à sociedade anônima UNITED PRESS ASSOCIATIONS autorização para continuar a funcionar na República, sob a nova denominação de UNITED PRESS INTERNATIONAL, INC.

Decreto nº 841, de 4 de abril de 1962.

UNIVERSIDADES

Cria a Fundação Universitária do Amazonas, e dá outras providências.

Lei nº 4.069-A, de 12 de junho de 1962.

— Retifica o artigo 1º do Decreto nº 394, de 21 de dezembro de 1961, que abriu ao Ministério da Educação e Cultura os créditos especiais de..... Cr\$ 42.360.000,00 e Cr\$ 9.000.000,00 destinados, respectivamente, à Escola Superior de Veterinária, da Universidade de Minas Gerais e à Faculdade de Cuiabá.

Decreto nº 915, de 25 de abril de 1962.

— Declara de utilidade pública uma área de terras necessária à construção das unidades da Universidade do Espírito Santo, e autoriza a mesma a promover a sua desapropriação.

Decreto nº 1.026-A, de 18 de maio de 1962.

...— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel destinado à Universidade do Ceará.

Decreto nº 1.032, de 21 de maio de 1962.

— Incumbe o Diretor da Escola Paulista de Medicina de responder pelo expediente da Reitoria da Universidade de São Paulo, para o fim de movimentar dotação global.

Decreto nº 1.107, de 30 de maio de 1962.

UNIVERSIDADES

— *Confirma mandatos de diretores de estabelecimentos de ensino superior incorporados à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.*

Decreto nº 1.262, de 25 de junho de 1962.

— *Altera o Estatuto da Universidade do Brasil, aprovado pelo Decreto nº 21.321, de 13 de junho de 1946.*

Decreto nº 1.265, de 25 de junho de 1962.

— *Retifica o enquadramento dos cargos e funções da Universidade Rural de Pernambuco.*

Decreto nº 51.451, de 2 de abril de 1962.

— *Altera o Quadro Extraordinário de Pessoal da Universidade do Brasil.*

Decreto nº 51.464, de 14 de maio de 1962.

— *Aprova o Quadro do Pessoal da Universidade do Espírito Santo e dá outras providências.*

Decreto nº 51.465, de 15 de maio de 1962.

— *Aprova o Quadro do Pessoal da Universidade do Rio Grande do Norte e dá outras providências.*

Decreto nº 51.469, de 21 de maio de 1962.

— *Dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Universidade Federal de Goiás e dá outras providências.*

Decreto nº 51.487, de 8 de junho de 1962.

USINAS DE AÇÚCAR

— *Dispõe sobre o pagamento a lavradores de cana, que forneçam a usinas de açúcar ou destilarias, e dá outras providências.*

Lei nº 4.071, de 15 de maio de 1962.

UTILIDADE PÚBLICA

(DECLARAÇÃO)

— *Declara de utilidade pública a Sociedade São Vicente de Paulo, com sede em Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 428, de 28 de dezembro de 1961.

— *Declara de utilidade pública o Colégio da Imaculada Conceição, com sede no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 435, de 28 de dezembro de 1961.

— *Declara de utilidade pública a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Dois Córregos com sede em Dois Córregos, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 441, de 28 de dezembro de 1961.

— *Declara de utilidade pública o "Instituto Salesiano São Francisco", com sede na capital de São Paulo.*

Decreto nº 559, de 2 de fevereiro de 1962.

— *Declara de utilidade pública o Grupo Espirita Fé e Esperança, com sede em Três Rios, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 560, de 2 de fevereiro de 1962.

— *Declara de utilidade pública o Círculo Operário do Ipiranga, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 617, de 21 de fevereiro de 1962.

— *Declara de utilidade pública a "Santa Casa de Misericórdia de Jacareí", com sede em Jacareí, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 618, de 21 de fevereiro de 1962.

UTILIDADE PÚBLICA

(Declaração)

— Declara de utilidade pública a Congregação do Santíssimo Redentor, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 619, de 21 de fevereiro de 1952.

— Declara de utilidade pública o Ginásio Nossa Senhora Rainha dos Corações, com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 647, de 7 de março de 1962.

— Declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente Cristã, com sede em Bauru, Estado de São Paulo.

Decreto nº 648, de 7 de março de 1962.

— Declara de utilidade pública a Associação das Franciscanas Missionárias de Maria, com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 657, de 8 de maio de 1962.

— Declara de utilidade pública a "Sociedade Espírita Allan Kardec", com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 660, de 8 de março de 1962.

— Declara de utilidade pública o Aloisianum, com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 895, de 12 de abril de 1962.

— Declara de utilidade pública a Irmandade do Senhor Jesus dos Passos e do Hospital de Caridade, com sede em Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 941, de 4 de maio de 1962.

— Declara de utilidade pública a Associação de Assistência e Proteção aos Menores, com sede em Campinas, Estado de São Paulo.

Decreto nº 944, de 4 de maio de 1962.

UTILIDADE PÚBLICA

(Declaração)

— Declara de utilidade pública a Cruzada das Senhoras Católicas, com sede em Campinas, Estado de São Paulo.

Decreto nº 945, de 4 de maio de 1962.

— Declara de utilidade pública a Casa de Caridade de Pirai, com sede em Pirai, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 949, de 4 de maio de 1962.

— Declara de utilidade pública o Serviço Social da Matriz de Nossa Senhora da Conceição do Engenho Novo (Lar de Cristo Trabalhador), com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 1.057, de 25 de maio de 1962.

— Declara de utilidade pública a Sociedade Evangélica Beneficente de Londrina, com sede em Londrina, Estado do Paraná.

Decreto nº 1.122, de 4 de junho de 1962.

— Declara de utilidade pública a "Fraternidade Eclética Espiritualista Universal", com sede em Luziânia, Estado de Goiás.

Decreto nº 1.185, de 15 de junho de 1962.

— Declara de utilidade pública a "Sociedade Evangélica Beneficente", com sede em Curitiba, Estado do Paraná.

Decreto nº 1.267, de 25 de junho de 1962.

— Declara de utilidade pública a Santa Casa de Misericórdia de Manaus, com sede em Manaus, Estado do Amazonas.

Decreto nº 1.276, de 25 de junho de 1962.



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1962 — VOLUME V

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS DE JULHO A SETEMBRO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

1962

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

	Págs.		Págs.
5 — Decreto Legislativo número 5 de 1962 — Aprova o “Convênio de Comércio Interregional” firmado entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia, em 29 de março de 1958 — Publicado no D.O. de 16 de julho de 1962	3	Ministros extraordinários — Publicado no D.O. de 28 de agosto de 1962	4
6 — Decreto Legislativo número 6, de 1962 — Aprova o “Convênio Comercial” firmado entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia, em 29 de março de 1958. — Publicado no D.O. de 16 de julho de 1962	3	9 — De 1962 — Delega ao Poder Executivo poderes para prorrogar e alterar a Legislação vigente de intervenção no domínio econômico promulgado para assegurar a livre distribuição de mercadorias e serviços essenciais ao consumo do povo, de modo a adaptá-lo as necessidades atuais do País, bem como para suprimir, reestruturar ou agrupar as entidades que, atualmente ou indiretamente, sejam responsáveis pela política de abastecimento, preços e assistência alimentar do País e, estabelece os limites e condições da delegação — Publicado no D.O. de 28 de agosto de 1962	4
7 — Decreto Legislativo número 7, de 1962 — Aprova o Convênio que concede um “Entrepôsto de Depósito Franco” na cidade de Santos, Estado de São Paulo, a República da Bolívia, firmado entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia, em 29 de março de 1958 — Publicado no D.O. de 16 de julho de 1962	3	10 — Decreto Legislativo de 1962 — Aprova o Convênio que concede um “Entrepôsto de Depósito Franco”, na cidade de Belém, no Estado do Pará, firmado entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia, em 29 de março de 1958 — Publicado	
8 — Decreto Legislativo número 8, de 1962 — Delega ao Poder Executivo poderes para legislar sobre os cargos de			

	Págs.		Págs.
no D.O. de 31 de agosto de 1962	6	de 27 de setembro de 1962 — Retificada no D.O. de 2 de outubro de 1962	19
11 — Decreto Legislativo de 1962 — Delega ao Poder Executivo poderes para decretar lei criando um fundo de natureza contábil denominado Fundo Federal Agropecuario F.F.A.P.) e estabelece os limites e condições da delegação — Publicado no D.O. de 14 de setembro de 1962	6	5 — Lei Delegada — de 26 de setembro de 1962 — Organiza a Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB) e dá outras providências — Publicada no D.O. de 27 de setembro de 1962 e retificada no D.O. de 2 de outubro de 1962	22
LEIS COMPLEMENTARES DO ATO ADICIONAL		6 — Lei Delegada — de 26 de setembro de 1962 — Autoriza a constituição da Companhia Brasileira de Alimentos e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 27 de setembro de 1962 — Retificada no D.O. de 2 de outubro de 1962	26
Complementa a organização do sistema parlamentar de Governo, e estabelece outras disposições — Publicada no D.O. de 17 de julho de 1962 — Retificada no D.O. de 24 de julho de 1962	9	7 — Lei Delegada — de 26 de setembro de 1962 — Autoriza a constituição da Companhia Brasileira de Armazenamento e dá outras providências — Publicada no D.O. de 27 de setembro de 1962 — Retificada no D.O. de 2 de outubro de 1962	28
2 — Lei Complementar de 16 de setembro de 1962, ao Ato Adicional — Dispõe sobre a vacância ministerial, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 17 de setembro de 1962	14	LEIS	
LEIS DELEGADAS		4.085 — Lei de 3 de julho de 1962 — Dispõe sobre as medidas necessárias ao funcionamento de Escola de Engenharia Industrial — Publicado no D.O. de 3 de julho de 1962 — Retificado no D.O. de 4 de julho de 1962 — Reproduzido no D.O. de 5 de julho de 1962	36
1 — Lei Delegada — de 25 de setembro de 1962 — Cria cargos de Ministros extraordinários e dá outras providências — Publicada no D.O. de 26 de setembro de 1962 ..	15	4.086 — Lei de 7 de julho de 1962 — Dispõe sobre a incorporação, ao Patrimônio da União, de bens da Faculdade de Direito de Sergipe, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 9 de julho de 1962	30
2 — Lei Delegada — de 26 de setembro de 1962 — Altera a Lei n.º 1.506, de 19 de dezembro de 1951, dando-lhe nova redação, e adota providências — Publicada no D.O. de 27 de setembro de 1962 e retificada no D.O. de 27 de outubro de 1962	16	4.087 — Lei de 7 de julho de 1962 — Autoriza a compra das ações do Banco de Crédito da Amazônia S.A., pertencentes ao Governo Americano, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 9 de julho de 1962	31
3 — Lei Delegada — de 26 de setembro de 1962 — Altera dispositivos do Decreto número 1.102, de 21 de novembro de 1903, e dá outras providências — Retificada no D.O. de 2 de outubro de 1962	18	4.088 — Lei de 12 de julho de 1962 — Cria Juntas de Con-	
4 — Lei Delegada — de 26 de setembro de 1962 — Dispõe sobre a intervenção no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo — Publicada no D.O.			

Págs.		Págs.
	alição e Julgamentos nas 2ª, 4ª, 6ª e 8ª Regiões da Justiça do Trabalho; eleva à 1ª Categoria os Tribunais Regionais do Trabalho das 7ª e 8ª Regiões; extingue as atuais funções de Suplente de Juiz do Trabalho, Presidente das Juntas de Conciliação e Julgamento, com sede em Recife; e dá outras providências — Publicada no D.O. de 20 de julho de 1962	46
32	4.089 — Lei de 13 de julho de 1962 — Transforma o Departamento Nacional de Obras de Saneamento em Autarquia, e dá outras providências — Publicada no D.O. de 20 de julho de 1962 — Retificada no D.O. de 24 de julho de 1962	47
37	4.090 — Lei de 13 de julho de 1962 — Institui a gratificação de Natal para os trabalhadores — Publicada no D.O. de 26 de julho de 1962	47
45	4.091 — Lei de 13 de julho de 1962 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 885.343,90, para pagamento do período compreendido entre 1º de junho a 31 de dezembro de 1958, de vencimentos, salário-família, a gratificação adicional, aos servidores do Estabelecimento de Subsistência da 10ª Região Militar — Publicada no D.O. de 20 de julho de 1962	47
46	4.092 — Lei de 14 de julho de 1962 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 21.876.000,00, destinado a atender à despesa com a aquisição do material necessário ao equipamento da posição de operação resultante da instalação de Central Rádio em Brasília — Publicada no D.O. de 20 de julho de 1962	52
46	4.093 — Lei de 14 de julho de 1962 — Concede pensão especial de Cr\$ 30.000,00 mensais a D. Geni Silva Viacqua — Publicado no D.O. de 20 de julho de 1962	57
	4.094 — Lei de 14 de julho de 1962 — Modifica o § 1º do artigo 168 do Código do Processo Civil (Decreto-lei número 1.608, de 18 de setembro de 1939) — Publicado no D.O. de 20 de julho de 1962	
	4.095 — Lei de 17 de julho de 1962 — Fixa o número de Deputados por Estados e Territórios e dá outras providências — Publicado no D.O. de 18 de julho de 1962	
	4.096 — Lei de 18 de julho de 1962 — "Altera dispositivos da Lei nº 2.220, de 10 de julho de 1934, que dispõe sobre a taxa a que ficam sujeitas as entidades que exploram apostas sobre corridas de cavalos e dá outras providências" — Publicada no D.O. de 19 de julho de 1962	
	4.097 — Lei de 19 de julho de 1962 — Aplica aos cargos e funções dos Quadros do Pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho da 4ª e 5ª Regiões disposições das Leis ns. 3.780 e 3.826, de 1960, e dá outras providências — Publicada no D.O. de 26 de julho de 1962	
	4.098 — Lei de 19 de julho de 1962 — Dispensa de inspeção médica periódica os funcionários públicos aposentados que contem 60 anos de idade, ou mais de 30 de serviço — Publicada no D.O. de 26 de julho de 1962	
	4.098-A — Lei de 19 de julho de 1962 — Cria 4 (quatro) cargos de Juiz do Trabalho Substituto para o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, em Porto Alegre, e dá outras providências — Publicada no D.O. de 6 de agosto de 1962 — Retificada no D.O. de 8 de agosto de 1962 — Re-	

	Págs.		Págs.
tificada no D.O. de 14 de agosto de 1962	57	xa de Assistência dos Advogados. — Publicada no D.O. de 2 de agosto de 1962 — Retificada no D.O. de 3 de agosto de 1962	65
4.099 — Lei de 19 de julho de 1962 — Concede pensão especial de Cr\$ 6.000,00 a Benedito Muniz Cardoso, ex-conductor de malas do Departamento dos Correios e Telégrafos, e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 26 de julho de 1962	58	4.104 — Lei de 23 de julho de 1962 — Fixa o prazo de aplicação das disposições da Lei nº 4.015, de 16 de dezembro de 1961 (reengajamento de Sargentos do Exército não pos-suidores do Curso de Aperfeiçoamento de Sargento). — Publicada no D.O. de 26 de julho de 1962	70
4.100 — Lei de 20 de julho de 1962 — Modifica, sem aumento de despesa, o Orçamento Geral da União para 1962, na parte relativa ao Subanexo 4.16 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores, visando a permitir o custeio do pessoal do Departamento Federal de Segurança Pública incumbido dos serviços de policiamento local de Brasília — Publicado no D.O. de 26 de julho de 1962	58	4.104-A — Lei de 23 de julho de 1962 — Isenta dos impostos de importação e de consumo, equipamento telefônico a ser importado pela Telefônica de Jataí S.A., para instalação do serviço de telefones na Cidade de Jataí, no Estado de Goiás. — Publicada no D.O. de 2 de agosto de 1962	70
4.101 — Lei de 20 de julho de 1962 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 destinado às comemorações do cinquentenário da Fundação de Canoinhas, Santa Catarina — Publicado no D.O. de 26 de julho de 1962	59	4.105 — Lei de 23 de julho de 1962 — Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento destinado à instalação de uma estação de televisão, pela Rádio Clube de Pernambuco S. A. — Publicada no D.O. de 26 de julho de 1962	71
4.102 — Lei de 20 de julho de 1962 — Transforma o Departamento Nacional de Estradas de Ferro em Autarquia; cria o Fundo Nacional de Investimento Ferroviário, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 26 de julho de 1962 — Retificado no D.O. de 30 de julho de 1962	59	4.106 — Lei de 26 de julho de 1962 — Declara de utilidade pública o conjunto residencial situado no Estado da Guanabara, e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 30 de julho de 1962	71
4.103 — Lei de 21 de julho de 1962 — Isenta do imposto de importação equipamento telefônico, importado pela Companhia Telefônica de Pernambuco. — Publicada no D.O. de 23 de julho de 1962	65	4.107 — Lei de 27 de julho de 1962 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região o crédito suplementar de Cr\$ 11.520.000,00 (onze milhões, quinhentos e vinte mil cruzeiros) para pagamento de aluguel de imóvel ocupado por aquele Tribunal — Publicada no D.O. de 30 de julho de 1962	71
4.103-A — Lei de 21 de julho de 1962 — Dispõe sobre a Cai-			

	Págs.			
4.108 — Lei de 27 de julho de 1962 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região o crédito especial de Cr\$ 7.700.000,00, para atender à despesa de adaptação de nova sede daquele Tribunal. — Publicada no D.O. de 30 de julho de 1962	72	4.114 — Lei de 17 de agosto de 1962 — Autoriza o Poder Executivo, a abrir pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 29.000.000,00 para construção do Hospital do Jornalista, e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 30 de agosto de 1962 — Retificada no D.O. de 31 de agosto de 1962 — Retificada no D.O. de 4 de setembro de 1962	77	
4.109 — Lei de 27 de julho de 1962 — Institui a cédula oficial de votação nas eleições pelo sistema proporcional e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 27 de julho de 1962 — Retificada no D.O. de 30 de julho de 1962	72	4.114-A — Lei de 20 de agosto de 1962 — Transfere à União a responsabilidade da dívida de Cr\$ 110.000.000,00, e respectivos juros, do Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição, de São Paulo. — Publicada no D.O. de 30 de agosto de 1962	78	
4.110 — Lei de 31 de julho de 1962 — Isenta dos impostos de importação e de consumo, material importado pela Emissora de Televisão Continental S. A. — T.V. Continental. — Publicada no D.O. de 2 de agosto de 1962	76	4.115 — Lei de 22 de agosto de 1962 — Introduz alterações na Lei nº 4.109, de 27 de julho de 1962, e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 22 de agosto de 1962 — Retificada no D.O. de 23 e 28 de agosto de 1962	78	
4.111 — Lei de 31 de julho de 1962 — Isenta de impostos de importação e de consumo equipamento telefônico importado pela Telefônica Bahia S. A. — TEBASA. — Publicada no D.O. de 2 de agosto de 1962	76	4.116 — Lei de 27 de agosto de 1962 — Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Profissão de Corretor de Imóveis. — Publicada no D.O. de 27 de agosto de 1962 — Retificada no D.O. de 29 de agosto de 1962	88	
4.112 — Lei de 1.º de agosto de 1962 — Concede isenção dos impostos de importação e de consumo para o material telefônico a ser importado pela Companhia Telefônica Araguaína, Estado de Minas Gerais. — Publicada no D.O. de 2 de agosto de 1962	76	4.117 — Lei — Ainda não foi publicada no <i>Diário Oficial</i>	90	
4.113 — Lei de 17 de agosto de 1962 — Concede pensão vitalícia de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros) mensais ao ex-Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Antônio Francisco Carvalhal. — Publicada no D.O. de 30 de agosto de 1962	77	4.118 — Lei de 27 de agosto de 1962 — Dispõe sobre a política nacional de energia nuclear, cria a Comissão Nacional de Energia Nuclear, e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 19 de setembro de 1962	90	
		4.119 — Lei de 27 de agosto de 1962 — Dispõe sobre os Cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. — Publicada no D.O. de 5 de setembro de 1962 — Retificada no D.O. de 10 de setembro de 1962 ...	96	

	Págs.		Págs.
4.120 — Lei de 27 de agosto de 1962 — Dispõe sobre a execução orçamentária no exercício financeiro de 1962, nos termos do art. 5º da Lei número 3.994 de 9 de dezembro de 1961 — Publicada no D.O. de 11 de setembro de 1962 ...	98	4.127 — Lei de 27 de agosto de 1962 — Dispõe sobre a criação de taxa destinada à remuneração dos vigias portuários — Publicada no D.O. de 3 de setembro de 1962	109
4.121 — Lei de 27 de agosto de 1962 — Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada — Publicada no D.O. de 3 de setembro de 1962	100	4.128 — Lei de 2 de agosto de 1962 — Regula o Exercício do Magistério da Marinha — Publicada no D.O. de 3 de setembro de 1962	109
4.122 — Lei de 27 de agosto de 1962 — Autoriza a União a constituir uma Sociedade de Economia Mista, por ações, que se denominará Siderúrgica de Santa Catarina S.A. (SIDESC) e dá outras providências — Publicada no D.O. de 3 de setembro de 1962	104	4.129 — Lei de 27 de agosto de 1962 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$6.000.000,00 destinado a auxiliar o Educandário Nossa Senhora de Lourdes, de Brusque, Estado de Santa Catarina; o Colégio Coração de Maria, de Santos, Estado de São Paulo; o Liceu Feminino Santista de Santos, Estado de São Paulo; o Instituto de Assistência Social, Formação e Cultura, de Tubarão, Santa Catarina; a Escola Normal Regional, de Leopoldo Bulhões, e a Escola Normal Rural de Urutai, ambas no Estado de Goiás — Publicada no D.O. de 5 de setembro de 1962	116
4.123 — Lei de 27 de agosto de 1962 — Federaliza e incorpora à Universidade do Ceará a Faculdade de Ciências Econômicas — Publicada no D.O. de 5 de setembro de 1962	106	4.130 — Lei de 28 de agosto de 1962 — Dá nova redação aos parágrafos 1º e 4º do art. 2, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, (Lei Orgânica da Previdência Social) — Publicada no D.O. de 3 de setembro de 1962	116
4.124 — Lei de 27 de agosto de 1962 — Cria Juntas de Conciliação e Julgamento na 5ª Região da Justiça do Trabalho — Publicada no D.O. de 3 de setembro de 1962 — Retificada no D.O. de 5 de setembro de 1962	107	4.131 — Lei de 3 de setembro de 1962 — Disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior e dá outras providências — Publicada no D.O. de 27 de setembro de 1962 — Retificada no D.O. de 28 de setembro de 1962	117
4.125 — Lei de 27 de agosto de 1961 — Autoriza o Poder Executivo a doar um imóvel da União à Prefeitura Municipal de Maranguape, Estado do Ceará — Publicada no D.O. de 3 de setembro de 1962 ...	108	4.132 a 4.137 — Leis NS. — Ainda não foram publicadas no Diário Oficial	124
4.126 — Lei de 27 de agosto de 1962 — Altera disposições da Lei nº 3.780, de 12 de junho de 1960, relativas a classe de Ascensorista — Publicada no D.O. de 3 de setembro de 1962	109		

Págs.		Págs.
4.138	— Lei de 17 de setembro de 1962 — Autoriza o Poder Executivo a assinar os protocolos relativos a aceitação do Acôrdo Geral de Tarifas Aduaneiras de Cooperação Comercial — Publicada no D.O. de 19 de setembro de 1962 ..	124
4.139	— Lei de 21 de setembro de 1962 — Autoriza a concessão da subvenção de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) à Liga Bahiana contra a Mortalidade Infantil para manutenção do Hospital Martagão Gesteira — Publicada no D.O. de 28 de setembro de 1962	162
4.140	— Lei de 21 de setembro de 1962 — Altera as alíneas b e c do artigo 580 do Decreto-lei número 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), e dá outras providências — Publicada no D.O. de 28 de setembro de 1962 — Retificada no D.O. de 2 de outubro de 1962	163
4.141	— Lei de 21 de setembro de 1962 — Concede isenção dos impostos de importação e de consumo para o equipamento de um órgão litúrgico doado ao Colégio Santa Marcelina, do Rio de Janeiro — Publicada no D.O. de 28 de setembro de 1962 — Retificada no D.O. de 2 de outubro de 1962	164
4.142	— Lei de 21 de setembro de 1962 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 18.000.000,00, para atender às obras de assistência à população do município de Caxias, Estado do Rio de Janeiro — Publicada no D.O. de 28 de setembro de 1962	164
4.143	— Lei de 21 de setembro de 1962 — Isenta dos impostos de importação e de consumo materiais a serem importados pela Rádio Televisão Piratini S.A., para a instalação de uma estação completa de Televisão, na Cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul — Publicada no D.O. de 28 de setembro de 1962	165
4.144	— Lei de 21 de setembro de 1962 — Prorroga até 24 de abril de 1963 o prazo de isenção de que trata o art. 17 da Lei nº 3.381, de 24 de abril de 1958 (que concedeu às empresas nacionais de construção ou reparos navais, isenção de direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras) — Publicada no D.O. de 28 de setembro de 1962	165
4.145	— Lei de 21 de setembro de 1962 — Concede pensão especial de Cr\$ 30.000,00 — (trinta mil cruzeiros) — mensais à viúva do ex-Senador José Neiva de Souza. — Publicada no D. O. de 28 de setembro de 1962	166
4.146	— Lei de 21 de setembro de 1962 — Concede pensão especial de Cr\$ 20.000,00 — (vinte mil cruzeiros) — a Marcionila de Souza Barreto, viúva do Juiz Federal Manuel Xavier Paes Barreto. — Publicada no D. O. de 28 de setembro de 1962. — Retificada no D. O. de 2 de outubro de 1962	166
4.147	— Lei de 24 de setembro de 1962 — Altera a redação do artigo 2.º, da Lei número 541, de 15 de dezembro de 1948, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 28 de setembro de 1962 ..	166

A P E N S O

	Págs.		Págs.
3.994 — Lei de 9 de dezembro de 1961 — Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1962. — Retificada no D. O. de 8 de agosto de 1962.	169	— (que fixa novos valores para os vencimentos dos servidores da União, institui empréstimo compulsório, altera a legislação do Imposto de Renda, autoriza emissão de títulos de recuperação financeira, modifica a legislação sobre emissão de letras e obrigações do Tesouro Nacional e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 18 de julho de 1962	169
4.069 — Lei de 11 de junho de 1962 — Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei número 4.069, de 11 de junho de 1962,			

Figuram neste volume os decretos legislativos e as leis que, expedido no terceiro trimestre de 1962, foram publicados no «Diário Oficial» até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas de publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO N.º 5, DE 1962

Aprova o "Convênio de Comércio Interregional" firmado entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia, em 29 de março de 1958.

Art. 1.º É aprovado, para todos os seus efeitos, o Convênio de Comércio Interregional entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia, firmado em La Paz, a 29 de março de 1958.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de julho de 1962. — *Rui Palmeira*, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 6, DE 1962

Aprova o "Convênio Comercial" firmado entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia, em 29 de março de 1958.

Art. 1.º É aprovado, para todos os efeitos, o Convênio Comercial entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia, firmado em La Paz, a 29 de março de 1958.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de julho de 1962. — *Rui Palmeira*, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 7, DE 1962

Aprova o Convênio que concede um "Entrepósito de Depósito Franco" na cidade de Santos, Estado de São Paulo, à República da Bolívia, firmado entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia, em 29 de março de 1958.

Art. 1.º É aprovado o Convênio que concede um "Entrepósito de Depósito Franco" na cidade de Santos, Estado de São Paulo, à República da Bolívia, firmado em La Paz, a 29 de março de 1958, entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de julho de 1962. — *Rui Palmeira*, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 8, DE 1962

Delega ao Poder Executivo poderes para legislar sobre os cargos de Ministros extraordinários.

Art. 1º E' concedida ao Poder Executivo delegação para criar, mediante lei, dois cargos de Ministros extraordinários.

§ 1º Os Ministros de Estado, de que trata este artigo, integrarão o Conselho de Ministros.

§ 2º A atribuição de cada Ministro extraordinário será constituída por uma ou mais das funções seguintes:

a) executar determinada e importante tarefa administrativa de caráter especial;

b) dar assistência, nos trabalhos políticos e administrativos, ao Presidente do Conselho de Ministros;

c) exercer, em nome do Presidente do Conselho de Ministros, a liderança do governo na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal.

§ 3º O Conselho de Ministros, em cada circunstância, deliberará sobre a conveniência de prover, ou não, um apenas, ou os dois cargos de Ministros extraordinários, determinando, mediante decreto, a atribuição do titular ou dos titulares, a serem nomeados. O provimento far-se-á na forma do art. 3º, inciso I, do Ato Adicional.

§ 4º Os Ministros extraordinários dependem da confiança da Câmara dos Deputados, na forma do art. 11 do Ato Adicional.

§ 5º Os Ministros extraordinários são equiparados aos outros Ministros de Estado quanto às condições de investidura, prerrogativas, incompatibilidades e inelegibilidades, assim como a remuneração.

Art. 2º A lei decretada, nos termos da presente delegação, limitará a despesa de sua execução no exercício de 1962 a cinco milhões de cruzeiros, a qual será satisfeita pelas dotações do Conselho de Ministros.

Art. 3º Este decreto-legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de agosto de 1962.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

DECRETO LEGISLATIVO Nº 9 DE 1962

Delega ao Poder Executivo poderes para prorrogar e alterar a legislação vigente de intervenção no domínio econômico promulgada para assegurar a livre distribuição de mercadorias e serviços essenciais ao consumo do povo, de modo a adaptá-la às necessidades atuais do País, bem como para suprimir, reestruturar ou agrupar as entidades que, atual, direta ou indiretamente, sejam responsáveis pela política de abastecimento, preços e assistência alimentar do País, e estabelece os limites e condições da delegação.

Art. 1º São delegados ao Poder Executivo, com fundamento no artigo 22, parágrafo único, do Ato Adicional, e na forma dos artigos 10, parágrafo único, e 30 da Lei Complementar ao mesmo Ato de 17 de julho de 1962, os poderes necessários para prorrogar e alterar a legislação vigente de intervenção no domínio econômico promulgada para assegurar a livre distribuição de mercadorias e serviços essenciais ao consumo do povo, de modo a adaptá-la às necessidades atuais do País, bem como para suprimir, reestruturar ou agrupar as entidades que, atual, direta ou indiretamente, sejam responsáveis pela política de abastecimento, preços e assistência ali-

mentar do País, observados os limites e condições estabelecidos nos artigos seguintes.

Art. 2º A legislação delegada não ampliará os poderes de intervenção no domínio econômico previstos nas leis vigentes e não excederá as disposições dos projetos de lei nºs. 880 de 1959, 3.672 de 1961, 3.916 e 4.186 de 1962, em tramitação na Câmara dos Deputados.

Art. 3º As demais medidas legislativas tendentes à melhoria do abastecimento e da assistência alimentar abrangerão:

I — A revisão da Lei n.º 1.506, de 19 de dezembro de 1951, referente à fixação e à administração da garantia de preços mínimos dos produtos agrícolas;

II — A revisão das normas legais sobre armazenagem, inclusive quanto à emissão de títulos representativos de mercadorias depositadas ou em transporte;

III — a revisão das leis em vigor concernentes à política de assistência alimentar.

Art. 4º A legislação delegada, observadas as normas adiante especificadas, poderá prever constituição de sociedade por ações:

a) para construção, instalação e operação de uma rede de armazéns, silos e frigoríficos;

b) para planejamento e organização dos transportes de interesse no abastecimento de gêneros alimentícios;

c) para a comercialização de gêneros alimentícios essenciais ou em carência, sempre como elemento regulador do mercado ou para atender, de forma supletiva, áreas não suficientemente atendidas por empresas comerciais privadas em regime competitivo.

I — o capital será subscrito, total ou parcialmente, em parcelas não inferiores a 51% pela União Federal, quando os Estados da Federação não as tiverem subscrito e enquanto não o desejarem.

II — Caberá à União a competência normativa e fiscalizadora para disciplinar o abastecimento, atribuindo-se aos Estados, salvo razões excepcionais, por falta dos instrumentos administrativos adequados, a execução da política fixada pela União.

Art. 5º Os recursos necessários para a execução dos planos de abastecimento e assistência alimentar provirão das seguintes fontes:

I — Dotações orçamentárias, ou de outra natureza, dos órgãos abrangidos pela legislação delegada, inclusive a que cabia ao Conselho Coordenador do Abastecimento.

II — Produto de parte da colocação de letras do Tesouro autorizadas pela Lei n.º 3.337, de 1957, alterada pela Lei n.º 4.069, de 1962, até o montante de Cr\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros).

III — Rendas resultantes das operações promovidas pelos órgãos a que se refere a legislação projetada e outras fontes eventuais, obedecidos os preceitos constitucionais e legais.

Art. 6º A lei decretada nos termos da presente delegação não permitirá a admissão de pessoal em caráter permanente ou interino, salvo a contratação em caráter excepcional de técnicos nacionais ou estrangeiros providos de títulos especializados.

Parágrafo único. Poderá, entretanto, aproveitar o pessoal dos órgãos a serem reestruturados e o requisitado dos demais órgãos e Ministérios.

Art. 7º A legislação delegada colocará sob a responsabilidade do Conselho de Ministros, subordinada a um de seus membros, a orientação da política de produção, abastecimento, preços e assistência alimentar, bem como os órgãos incumbidos de executá-la, sejam aqueles cuja reestruturação ou agrupamento se autoriza no art. 1º, sejam os que têm sua constituição possibilitada no art. 3º item III e no art. 4º deste decreto legislativo.

Art. 8º A lei decretada, nos termos da presente delegação, fixará a sua vigência e revogará as disposições em contrário.

Art. 9º Este decreto legislativo entrará em vigor na data da sua publicação.

Senado Federal, 27 de agosto de 1962.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

DECRETO LEGISLATIVO Nº 10, DE 1962

Aprova o Convênio que concede um "Entrepósito de Depósito Franco", na cidade de Belém, no Estado do Pará, firmado entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia, em 29 de março de 1958.

Art. 1º. É aprovado o Convênio que concede um "Entrepósito de Depósito Franco" na cidade de Belém, no Estado do Pará, firmado entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia, em 29 de março de 1958.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de agosto de 1962.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, de 1962

Delega ao Poder Executivo poderes para decretar lei criando um fundo de natureza contábil denominado Fundo Federal Agropecuário (FFAP) e estabelece os limites e condições da delegação.

Art. 1º São delegados ao Poder Executivo, com fundamento no art. 22, parágrafo único, do Ato Adicional, e na forma dos arts. 10, parágrafo único, c 30 e 31 da Lei Complementar ao mesmo Ato, de 17 de julho de 1962, os poderes necessários para decretar lei criando um fundo de natureza contábil denominado Fundo Federal Agropecuário (FFAP), observados os limites e condições seguintes estabelecidos nos artigos seguintes.

Art. 2º O FFAP terá a seguinte destinação:

I — Ampliar a ação dos serviços técnicos do Ministério da Agricultura, incrementando os trabalhos de pesquisa, experimentação, extensão e

fomento com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade agropecuárias.

II — Ampliar a ação dos órgãos e serviços responsáveis pelo beneficiamento, industrialização, estocagem e distribuição dos produtos agropecuários, objetivando sua preservação e propiciando melhor abastecimento aos grandes centros de consumo.

Art. 3º Para melhor consecução desses objetivos, o Conselho do FFAP poderá celebrar convênios e acordos com órgãos Federais e Estaduais especializados e com os Governos dos Estados, transferindo-lhes parte de seus encargos.

Art. 4º As fontes de receita do Fundo Federal Agropecuário terão a seguinte procedência:

I — três por cento (3%) da renda tributária da União;

II — dotações orçamentárias previstas para esse fim, nos orçamentos da União, ou oriundos de créditos especiais com essa destinação;

III — contribuições de governos estaduais e municipais e de autarquias;

IV — contribuições voluntárias de pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado, tanto nacionais como estrangeiras;

V — contribuições de acordos, convênios e ajustes internacionais, firmados pelo Brasil para o incremento à agricultura, à pecuária e outros fins;

VI — taxas de qualquer natureza, prevista na legislação vigente do Ministério da Agricultura, para a prestação de serviços ou outros fins;

VII — rendas próprias de qualquer natureza arrecadadas por órgãos subordinados ao Ministério da Agricultura;

VIII — juros de depósitos ou operações de crédito e financeiras de qualquer natureza;

IX — emolumentos cobrados pela realização de serviços extraordinários de inspeção sanitária, animal e vegetal, e por patrulhas aéreas, e de motomecanização, expurgo e re-expurgo de vegetais de quaisquer locais;

X — multas previstas em leis e regulamentos sobre atividades pertinentes aos diferentes órgãos do Ministério da Agricultura;

XI — outras receitas que legalmente lhe possam ser incorporadas

Parágrafo único. No exercício de 1962 o FFAP será instalado e mantido com verba originada de operações de crédito, realizadas pelo Poder Executivo no montante de 5 bilhões de cruzeiros

Art. 5º O FFAP será administrado por um Conselho composto de cinco membros, sob a presidência do Ministro da Agricultura, seu membro nato, e mais os seguintes:

1) um membro, engenheiro agrônomo, dos Quadros do Ministério da Agricultura, de notórios conhecimentos técnicos;

2) um membro indicado pela Confederação Rural Brasileira;

3) dois membros, indicados pelo Ministro da Agricultura, de notórios conhecimentos técnicos e de economia.

Art. 6º A lei delegada fixará os vencimentos dos membros do Conselho do FFAP.

Art. 7º Os poderes delegados estarão confididos nos seguintes itens:

I — estimular as atividades do Ministério da Agricultura;

II — simplificar a atuação dos órgãos técnicos do Ministério da Agricultura responsáveis pelo desenvolvimento agropecuário;

III — realizar os trabalhos de pesquisa, experimentação e extensão, devidamente entrosados em benefício da produtividade agropecuária;

IV — criar condições para que a produção agropecuária brasileira tenha expressão econômica, com vistas ao abastecimento interno e ao comércio de exportação;

V — as receitas originárias das fontes a que se refere o artigo anterior constituirão o Fundo Federal Agropecuário e serão, conforme o caso:

a) as dotações orçamentárias transferidas ao Banco do Brasil S.A. até o dia 31 de janeiro de cada ano, independente de registro pelo Tribunal de Contas;

b) as provenientes de rendas, taxas diversas, multas e emolumentos por serviços extraordinários realizados de inspeção sanitária e por patrulhas aéreas e motomecanizadas, expurgo e re-expurgo, serão recolhidas pelas alfândegas, arrecadadoras, coletorias federais ou quaisquer repartições arrecadadoras, o Banco do Brasil S.A. ou suas agências, no prazo máximo de oito dias, mediante guia;

c) as procedentes de outras fontes serão depositadas no Banco do Brasil S.A. ou suas agências, como as demais, na conta especial do Fundo Federal Agropecuário.

§ 1º Os recursos arrecadados nos termos deste artigo ficarão no Banco do Brasil S.A., na conta especial do Fundo Federal Agropecuário à disposição do Ministério da Agricultura que os movimentará e utilizará consoante o disposto na presente lei e na regulamentação a ser expedida.

§ 2º Os saldos do Fundo Federal Agropecuário verificados no Banco do Brasil S.A., inclusive nas Agências, no fim de cada exercício, serão transferidos para a conta do ano seguinte.

VI — O Fundo Federal Agropecuário será aplicado no fomento às produções animal e vegetal, de acordo com os programas de trabalho dos

órgãos a que se refere o art. 1º, como se segue:

a) na realização e ampliação de pesquisas, investigações e trabalhos experimentais e científicos em todos os setores de atividades dos respectivos estabelecimentos agropecuários;

b) na implementação dos resultados das pesquisas e em trabalhos de desenvolvimento da produção agropecuária;

c) na divulgação dos resultados das pesquisas, trabalhos experimentais e atividades extensionistas;

d) na prestação de assistência técnica aos agricultores e criadores nas propriedades rurais;

e) na prestação de assistência técnica às indústrias de produtos de origem animal e vegetal;

f) na inspeção industrial e sanitária e na classificação dos produtos de origem animal e vegetal e suas matérias-primas;

g) no combate a doenças e pragas que atacam os animais e as plantas;

h) na criação e multiplicação de reprodutores de alto valor zootécnico;

i) na realização de pesquisas econômico-financeiras de interesse agropecuário bem como no levantamento de custos de produção e da rentabilidade obtida;

j) na fiscalização de estabelecimentos ou locais de interesse para agricultura e pecuária, prevista na legislação vigente;

k) no aparelhamento dos órgãos do Ministério da Agricultura que realizem trabalhos de pesquisa, experimentação, extensão e fiscalização agropecuária;

l) no contrato de técnicos nacionais e estrangeiros, bem como de pessoal assalariado para execução de trabalhos não especializados, regendo-se uns e outros pela legislação aplicável à espécie;

m) na realização de cursos de treinamento e aperfeiçoamento para servidores que desempenham atividades em órgãos oficiais, em propriedades agropecuárias e nas indústrias correlatas, nos setores da pesquisa, experimentação e extensão;

n) na aquisição de material, tanto permanente como de consumo ou de transformação e no conserto e recuperação de equipamento, de interesse do desenvolvimento agropecuário;

o) na construção ou aquisição de imóveis e instalações destinados à realização de pesquisas, investigações e trabalhos experimentais, científicos e técnicos, bem como de desenvolvimento das produções animal e vegetal;

p) no pagamento de despesas com a movimentação de pessoal e serviços extraordinários;

q) na representação em reuniões, congressos, conferências, e em missões de estudo tanto no país como no estrangeiro;

r) no aparelhamento e ampliação de bibliotecas;

s) na concessão de prêmios a técnicos que mais se distinguem;

t) na elaboração de motivos educativos de interesse técnico-científico ou de divulgação nos meios agropecuários;

u) na realização de despesas gerais com outras atividades que facilitem a atuação dos órgãos e dos técnicos na execução dos seus programas de trabalho previstas na regulamentação a que se refere o artigo 11 desta lei;

v) nas atividades dos órgãos e serviços responsáveis pelo beneficiamento, industrialização, estocagem e distribuição dos produtos agropecuários, objetivando sua preservação e propiciando melhor abastecimento aos grandes centros de consumo.

VII — Compete ao Conselho do Fundo Federal Agropecuário:

a) administrar permanentemente o Fundo Federal Agropecuário;

b) disciplinar e fiscalizar a arrecadação da receita, promovendo o seu recolhimento no Banco do Brasil S. A.

c) aprovar, até o dia 30 de novembro de cada ano, os programas de trabalho dos diferentes órgãos a que se refere o art. 2º, que devam ser custeados pelo Fundo Federal Agropecuário;

d) elaborar o Plano de Trabalho do Ministério da Agricultura, com base nas disponibilidades do Fundo Federal Agropecuário, submetendo-o ao Ministro de Estado para aprovação até o dia 15 de dezembro de cada ano;

e) resolver sobre a aceitação de contribuições particulares ou oficiais, tendo em vista as condições apresentadas;

f) promover, pelos meios legais, o desenvolvimento do Fundo;

g) examinar, julgar e aprovar as contas que lhe forem apresentadas referentes aos planos e programas de trabalho executados;

h) elaborar, dentro de sessenta (60) dias, o regimento interno do Conselho a ser aprovado pelo Ministro de Estado;

i) coordenar as atividades dos diferentes órgãos do Ministério da Agricultura;

j) promover entrosamentos com as Secretarias de Agricultura estaduais e com órgãos congêneres visando a celebração de acordos, convênios ou ajustes que possibilitem o melhor aproveitamento de recursos na execução de programas de trabalho em proveito da agricultura e da pecuária;

k) estabelecer, de acordo com os recursos disponíveis, para execução das atribuições a que se refere o artigo 5º e tendo em vista as regiões geo-econômicas agrícolas e pecuárias e o zoneamento das respectivas produções, tratamentos prioritários, face a exigências de abastecimento interno e do comércio de exportação.

l) exercer outras atividades que forem previstas na regulamentação da presente lei e no Regimento Interno do Conselho.

Parágrafo único. O Conselho do Fundo Federal Agropecuário terá uma Secretaria dirigida por um Secretário Executivo designado pelo Ministro de Estado e integrada por servidores dos órgãos a que se refere o art. 2º.

VIII — Para a realização dos trabalhos de extensão rural poderá ter instituído o regime de cooperação entre o órgão técnico interessado e as Prefeituras Municipais, entidades públicas e privadas, mediante normas aprovadas pelo Conselho do Fundo Federal Agropecuário.

IX — O Plano de Trabalho do Ministério da Agricultura, elaborado com os recursos do Fundo Federal Agropecuário, será submetido, pelo Ministro de Estado, à aprovação do Presidente do Conselho de Ministros, até o dia 31 de dezembro de cada ano.

X — Os recursos do Fundo Federal Agropecuário, resultantes de receita proveniente de taxas, rendas e mul-

tas, serão adjudicados aos órgãos indicados no art. 1º, para execução dos programas de trabalho a que se refere o item IV do art. 7º, tendo em vista as fontes de receita de cada um.

XI — O Ministro da Agricultura encaminhará ao Tribunal de Contas, até o dia 30 de abril de cada ano, o balanço dos recursos do Fundo Federal Agropecuário e a documentação relativa às despesas efetuadas no exercício anterior.

XII — Para maior eficiência dos trabalhos a serem realizados, de acordo com a presente lei, poderá ser reorganizado o Ministério da Agricultura, no todo ou em parte, extinguindo, criando ou unindo órgãos e transferindo atribuições de uns e outros.

Art. 8º A lei decretada, nos termos da presente delegação, fixará a sua vigência e revogar as disposições em contrário.

Art. 9º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de setembro de 1962. — *Auro Moura Andrade*, Presidente do Senado Federal.

LEI COMPLEMENTAR AO ATO ADICIONAL

Complementa a organização do sistema parlamentar de Governo, e estabelece outras disposições.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Disposição preliminar

Art. 1º Os Poderes Legislativo e Executivo, separados, funcionam, entre si, em regime de colaboração, e são, relativamente ao Poder Judiciário, independentes e harmônicos.

CAPÍTULO II

Da eleição e da substituição do Presidente da República

Art. 2º A eleição do Presidente da República far-se-á trinta dias antes do término do período presidencial ou, vagando o cargo, quinze dias de-

pois de ocorrida a vaga. Na segunda hipótese, como na primeira, o eleito exercerá o cargo por cinco anos.

Parágrafo único. Em qualquer dos casos, o Congresso Nacional será convocado para a eleição, por quem estiver na presidência do Senado Federal, mediante edital publicado no órgão oficial, e de que constem a data e a hora da sessão.

Art. 3º A sessão, sob a direção da Mesa do Senado Federal, será aberta na hora marcada, e logo que se verificar a presença da maioria dos congressistas, iniciar-se-á a chamada para a votação.

Art. 4º Observar-se-á na votação o seguinte:

a) o congressista chamado receberá uma sobrecarta opaca vazia, e ingressará em gabinete indevassável;

b) em seguida, colocará na sobrecarta recebida a cédula de sua escolha;

c) ao sair do gabinete, exhibirá para a Mesa a sobrecarta fechada e, verificado que é a mesma, a depositará na urna.

§ 1º Antes de aberta a urna, poderá votar qualquer membro do Congresso que não o haja feito quando chamado.

§ 2º As sobrecartas distribuídas deverão ser rigorosamente uniformes.

§ 3º Concluída a chamada e havendo votado a maioria absoluta dos congressistas, a Mesa, na presença de um senador e de um deputado, convidados para escrutinadores, procederá à apuração.

§ 4º O Presidente da Mesa abrirá as sobrecartas e lerá cada cédula, cabendo aos secretários e escrutinadores a contagem e anotação dos votos lidos.

§ 5º Considerar-se-á eleito o candidato que alcançar o sufrágio da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.

§ 6º Não sendo obtida a maioria absoluta por qualquer dos candidatos, repetir-se-á o escrutínio.

§ 7º Se, após dois escrutínios, nenhum candidato alcançar a maioria absoluta dos sufrágios, a eleição prosseguirá em nova sessão, marcada para o dia seguinte, repetindo-se o escrutínio, até que um candidato a alcance.

§ 8º Proclamado o resultado da eleição, suspender-se-á a sessão pelo tempo necessário a que se lavre a respectiva ata, a qual, reabertos os trabalhos, será submetida à aprovação dos congressistas, independente de *quorum*.

§ 9º Antes de encerrados os trabalhos, o presidente da Mesa convocará o Congresso Nacional para a sessão de posse do Presidente da República.

§ 10º A ata da sessão da eleição registrará os nomes dos congressistas que votaram e os dos que deixaram de votar.

Art. 5º Consideram-se nulos os votos dados a inelegíveis e os de cédulas divergentes contidas na mesma sobrecarta.

Art. 6º Somente da matéria da eleição do Presidente da República se poderá tratar na sessão a ela destinada.

Art. 7º Em caso de impedimento ou vaga do Presidente da República, serão sucessivamente chamados, como substitutos, ao exercício da presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o Presidente do Senado Federal e o Presidente do Supremo Tribunal Federal.

CAPÍTULO III

Disposições concernentes à formação do Conselho de Ministros

Art. 8º O Senado Federal, quando tiver de indicar o Presidente do Conselho de Ministros, deverá fazê-lo no prazo máximo de três dias, a contar da última recusa à aprovação do nome apresentado nos termos do art. 8º do Ato Adicional.

Art. 9º O Conselho de Ministros comparecerá perante a Câmara dos Deputados dentro de cinco dias, no máximo, da sua nomeação, a fim de apresentar o programa de governo.

Art. 10. Apresentado o programa e expressa pela Câmara dos Deputados sua confiança no Conselho de Ministros, o Presidente deste, dentro do prazo de sessenta dias, indicará, em mensagem ao Congresso Nacional, quais as providências legislativas que reputa necessárias à realização desse programa.

Parágrafo único. Sobre as providências legislativas pedidas, poderá, desde logo, em caráter excepcional,

ser promovida a delegação para legislar, observado o disposto nos artigos 30 e 31.

Art. 11. No início de cada legislatura, proceder-se-á à formação de novo Conselho de Ministros, com observância dos arts. 8º, 9º e 10 do Ato Adicional.

Disposições concernentes aos Ministros e Subsecretários de Estado

Art. 12. Compete ao Presidente do Conselho de Ministros expedir decretos e regulamentos para fiel execução das leis.

Art. 13. Ao Presidente do Conselho de Ministros compete designar o Ministro que deva substituí-lo nos seus impedimentos.

Art. 14. Os Ministros não podem exercer qualquer outra função pública nem, direta ou indiretamente, a direção ou gerência de empresa privada.

Art. 15. São condições essenciais para a investidura no cargo de Subsecretário de Estado:

I — ser brasileiro (art. 129, I e II da Constituição);

II — estar no exercício dos direitos políticos;

III — ser maior de vinte e cinco anos;

IV — não ter parentesco até o terceiro grau com qualquer dos membros do Conselho de Ministros.

Art. 16. Além das atribuições que lhe forem conferidas pelo Ministro, compete ao Subsecretário de Estado:

I — substituir o Ministro nos seus impedimentos eventuais;

II — comparecer a qualquer das casas do Congresso Nacional ou a suas comissões, como representante do Ministro;

III — responder pelo expediente da pasta, quando demittido o Conselho de Ministros, e enquanto não se constituir o novo.

Art. 17. A exoneração de Subsecretário de Estado, proposta pelo Ministro, será concedida pelo Conselho de Ministros.

Art. 18. Os membros do Conselho de Ministros perceberão mensalmente vencimentos iguais ao subsídio que cabe aos congressistas, compreendendo a parte fixa e a variável.

Art. 19. Os Subsecretários de Estado terão vencimentos correspon-

dentes a dois terços dos vencimentos dos Ministros.

Art. 20. O disposto no art. 51 da Constituição se estende ao deputado ou senador investido na função de Subsecretário de Estado.

CAPÍTULO V

Do pedido de informações, da questão oral e da interpeção

Art. 21. São meios específicos do contróle parlamentar da ação do Conselho de Ministros:

a) nas duas casas do Congresso, o pedido de informações e a questão oral;

b) na Câmara dos Deputados, a interpeção.

§ 1º O pedido de informações, a questão oral e a interpeção são de iniciativa individual.

§ 2º Ao pedido de informações, feito por escrito, será dada resposta, também por escrito, no prazo de trinta dias, pelo Ministro competente.

§ 3º A questão oral, sumariamente redigida, será comunicada ao Ministro interrogado, que a responderá oralmente. O interrogante, se não considerar satisfatória a resposta, poderá objetar, dando cabimento a nova resposta. O tempo da objeção não excederá a cinco minutos, e o de cada resposta a quinze minutos.

§ 4º A interpeção, que se entende sempre dirigida ao Conselho de Ministros, será apresentada por escrito. Pelas questões de caráter especial será interpeção o Ministro competente. Pelas de ordem geral, o Presidente do Conselho de Ministros. Dada ciência ao interpeção dos termos sumários da interpeção, e decorrido, salvo a hipótese de acôrdo, o prazo mínimo de quarenta e oito horas, a interpeção será posta em ordem do dia, e dará lugar a um debate que terminará pelo voto de encerramento. Esse voto poderá ser simples ou envolver apreciação de caráter político.

CAPÍTULO VI

Das mocções de confiança e de censura e da questão de confiança

Art. 22. A moção de confiança, no caso do parágrafo único do art. 2º do Ato Adicional, será aprovada por

maioria de votos, presente a maioria dos membros da Câmara dos Deputados.

Art. 23. A questão de confiança poderá ser interposta, perante a Câmara dos Deputados, não somente nos termos do art. 13 do Ato Adicional, como também a propósito da votação do orçamento ou de qualquer outra proposição.

§ 1º Num e no outro caso, é a questão de confiança interposta pelo Presidente do Conselho de Ministros.

§ 2º No primeiro caso, ela dirá respeito a determinada atitude de caráter político do Conselho de Ministros. A confiança será manifestada por maioria de votos, presente a maioria dos membros da Câmara dos Deputados.

§ 3º No segundo caso, a votação contrária ao ponto de vista manifestado pelo Conselho de Ministros traduzir-se-á em recusa da confiança.

Art. 24. Aprovada a moção de desconfiança ou de censura por maioria absoluta de votos, ou recusada a confiança, o Presidente da Câmara dos Deputados comunicará a deliberação por ofício, ao Presidente da República para que se dê a exoneração nos termos do art. 3º, inciso I, do Ato Adicional.

Art. 25. Nos casos dos arts. 9º, parágrafo único, 12 e 13 do Ato Adicional, o voto não poderá ser secreto.

Art. 26. A situação justificativa da dissolução da Câmara dos Deputados nos termos do art. 14 do Ato Adicional só se configurará se os três casos de negação de confiança ocorrerem no decurso de dezoito meses.

CAPÍTULO VII

Da tramitação dos projetos de iniciativa do Conselho de Ministros

Art. 27. O projeto de lei da iniciativa do Presidente do Conselho de Ministros terá a seguinte tramitação:

a) constituir-se-á, em cada uma das casas do Congresso Nacional, uma comissão especial, e perante esta, durante as suas reuniões, é que senadores e deputados apresentarão suas emendas;

b) aceitas ou rejeitadas as emendas, o relator adotará o projeto ou elaborará substitutivo, sendo a pro-

posição que a comissão aprovar, enviada a plenário e submetida a uma só discussão;

c) o autor da emenda, parcial ou totalmente rejeitada na comissão especial, poderá requerer que seja destacada e sujeita à deliberação do plenário;

...d) ultimada a fase da votação, o projeto será enviado à comissão especial para redação final.

CAPÍTULO VIII

Da legislação delegada

Art. 28. O Presidente do Conselho de Ministros pode solicitar ao Congresso Nacional delegação de poderes para legislar.

Art. 29. Do pedido de delegação devem constar os seguintes elementos:

a) o conteúdo, o objeto e o alcance da delegação;

b) o fundamento jurídico da lei projetada;

c) a estimativa da despesa que possa advir e a indicação dos recursos para satisfazê-la.

Parágrafo único. O pedido será apreciado em cada casa do Congresso por uma comissão especial.

Art. 30. A delegação deverá ser dada por decreto legislativo aprovado por maioria absoluta dos membros das duas casas do Congresso Nacional.

Art. 31. Do decreto legislativo referido no artigo anterior constarão os limites e condições da delegação.

Art. 32. Com fundamento em que a delegação tenha sido excedida, qualquer congressista, dentro dos dez dias seguintes ao da publicação da lei, pode propor que esta seja total ou parcialmente revogada.

Parágrafo único. Se a lei for publicada no intervalo das sessões legislativas, o prazo previsto neste artigo começará a contar-se do dia em que se reunir o Congresso Nacional.

Art. 33. O projeto de revogação será sujeito a uma só discussão, terá regime de urgência, considerar-se-á aprovado se obtiver maioria simples na Câmara dos Deputados e no Se-

nado Federal e poderá ser votado total ou parcialmente.

Art. 34. Não podem ser objeto de delegação a criação de tributos, a autorização de emissões de curso forçado e as matérias da competência exclusiva do Congresso Nacional.

Art. 35. A delegação para legislar deverá ser utilizada, sob pena de caducidade, dentro do prazo de trinta dias, a contar da data da publicação do decreto legislativo que a conceder.

Art. 36. Será adotada pelo Presidente da República a seguinte fórmula para promulgação da lei delegada: "Faço saber que, no uso da delegação constante do decreto legislativo nº ..., decreto a seguinte lei".

Art. 37. Sem prejuízo da iniciativa referida no art. 67, e seus parágrafos, da Constituição e no art. 18, inciso I, do Ato Adicional, será arquivado o projeto de revogação (artigo 33), nos seguintes casos:

- a) se, pelo voto de dois terços da comissão especial da casa do Congresso em que houver sido apresentado, for considerado improcedente;
- b) se não for aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal dentro de quarenta dias da data de sua apresentação.

Art. 38. Salvo disposição em contrário do decreto legislativo que conceder a delegação, a lei delegada deverá entrar em vigor em prazo não superior a quarenta e cinco dias.

CAPÍTULO IX

Disposições concernentes ao orçamento

Art. 39. O Presidente do Conselho de Ministros enviará à Câmara dos Deputados, até 15 de maio de cada ano, a proposta de orçamento da União para o exercício seguinte (artigo 18, inciso VI do Ato Adicional).

§ 1º Não chegando à Câmara dos Deputados, na data estabelecida neste artigo, a proposta de orçamento, será esta organizada pelo seu órgão competente no prazo de trinta dias, com base no orçamento vigente, para discussão e aprovação dentro do rito prescrito para a proposta do Conselho de Ministros.

§ 2º A proposta orçamentária deverá traduzir fielmente os objetivos do programa do Conselho de Ministros aprovado pela Câmara dos Deputados.

§ 3º Para o efeito do disposto no parágrafo anterior, o Conselho de Ministros organizará relação de prioridades a que deverá obedecer a proposta orçamentária.

Art. 40. Os órgãos diretores das entidades autárquicas ou paraestatais, inclusive de previdência social ou investidos de delegação para arrecadação de contribuições parafiscais da União, até 31 de janeiro de cada ano, remeterão ao órgão especializado do Ministério, a cuja jurisdição pertençam, a proposta de orçamento para o exercício seguinte, com todos os elementos necessários à sua apreciação.

Art. 41. Organizadas segundo as normas que lhes forem aplicáveis, relativas ao orçamento geral da União, as propostas dos orçamentos dos órgãos referidos no artigo anterior serão anexadas àquele e remetidas à Câmara dos Deputados, nos termos do art. 39.

Art. 42. A proposta orçamentária deverá ser votada pela Câmara dos Deputados até 31 de agosto e pelo Senado Federal até 31 de outubro.

Art. 43. Concluída a votação de cada anexo pela comissão competente da Câmara dos Deputados, o seu presidente, por intermédio da Mesa, comunicará imediatamente ao Presidente do Conselho de Ministros as modificações feitas na proposta orçamentária, e igual procedimento terá, quanto às alterações que se fizerem no Senado Federal, o presidente da comissão competente desta casa do Congresso Nacional.

Art. 44. A emenda que aumente encargos, e tenha a oposição do Ministro da Fazenda, somente será considerada aprovada se obtiver maioria absoluta de votos.

CAPÍTULO X

Disposições especiais de caráter regimental

Art. 45. A ordem do dia, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, será organizada pelo respec-

tivo Presidente, e nela figurarão, com prioridade, as proposições de iniciativa do Conselho de Ministros, e por ele indicadas.

Art. 46. Será secreta a votação de qualquer proposição, sempre que se tratar de criação de cargos públicos ou de vantagens, de aumento de vencimentos, ou de outra matéria referente a interesse de servidores públicos, civis ou militares, membros de qualquer dos Poderes da União, excetuando-se, apenas, o subsídio dos deputados e senadores.

CAPÍTULO XI

Disposições diversas e finais

Art. 47. Os princípios do sistema parlamentar de governo não se estenderão aos municípios.

Art. 48. Os projetos que importem alteração da despesa ou da receita serão previamente submetidos pela Mesa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal ao exame do Ministro da Fazenda, que opinará, no prazo improrrogável de quinze dias, sobre a oportunidade da medida, em face da situação do Tesouro.

Art. 49. Nenhum servidor público, civil ou militar, ou serventuário de Justiça, na atividade ou não, poderá perceber a qualquer título, inclusive custas e emolumentos, quantia superior aos vencimentos de Ministro de Estado.

Art. 50. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 1.395, de 13 de julho de 1951.

Art. 51. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de julho de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Francisco Brochado da Rocha

Cândido de Oliveira Neto

Pedro Paulo de Araújo Suzano

Nelson de Mello

Afonso Arinos de Mello Franco

Hélio de Almeida

Renato Costa Lima

Roberto Lyra

Hermes Lima

Reynaldo de Carvalho Filho

LEI COMPLEMENTAR Nº 2 — DE 16 DE SETEMBRO DE 1962, AO ATO ADICIONAL

Dispõe sobre a vacância ministerial, e dá outras providências

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Vagando, por qualquer motivo, o cargo de Presidente do Conselho e, conseqüentemente, os dos demais Ministros, o Presidente da República, sem prejuízo da observância do art. 8º do Ato Adicional, nomeará um Conselho Provisório, que se extinguirá com a formação do novo Conselho de Ministros.

Parágrafo único. As Pastas não preenchidas na constituição do Conselho Provisório, ficarão sob a gestão dos respectivos Subsecretários de Estado, na forma do § 2º do art. 17 do Ato Adicional.

Art. 2º A Emenda Constitucional nº 4, de 2 de setembro de 1961, será submetida a "referendum" popular no dia 6 de janeiro de 1963.

§ 1º Proclamado pelo Superior Tribunal Eleitoral o resultado, o Congresso organizará, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, o sistema de governo na base da opção decorrente da consulta.

§ 2º Terminado esse prazo, se não estiver promulgada a emenda revisora do parlamentarismo ou instituidora do presidencialismo, continuará em vigor a Emenda Constitucional nº 4, de 2 de setembro de 1961, ou voltará a vigorar, em sua plenitude, a Constituição Federal de 1946, conforme o resultado da consulta popular.

§ 3º Terão direito a votar na consulta os eleitores inscritos até 7 de outubro de 1962, aplicando-se à sua apuração e à proclamação do resultado a lei eleitoral vigente.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de setembro de 1962, 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

LEI DELEGADA Nº 1 — DE 25 DE SETEMBRO DE 1962

Cria cargos de Ministros extraordinários e dá outras providências

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, na forma do artigo 36 da Lei Complementar ao Ato Adicional, de 17 de julho de 1962,

Faço saber que, no uso da Delegação constante do Decreto Legislativo nº 8, de 27 de agosto de 1962, decreto a seguinte lei:

Art. 1º. Ficam criados dois cargos de Ministros extraordinários, que integrarão o Conselho de Ministros.

Art. 2º. O Conselho de Ministros deliberará sobre a conveniência do provimento dos cargos de Ministros extraordinários, determinando, mediante decreto, as respectivas atribuições, dentro de uma ou mais das funções seguintes:

a) executar determinada e importante tarefa administrativa, de caráter especial;

b) dar assistência, nos trabalhos políticos e administrativos, ao Presidente do Conselho de Ministros;

c) exercer, em nome do Presidente do Conselho de Ministros, a liderança do Governo na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal.

Art. 3º. O provimento dos cargos far-se-á na forma do art. 3º, inciso I, da Emenda Constitucional nº 4, de 2 de setembro de 1961 e da Lei Complementar nº 2, de 16 de setembro de 1962.

Art. 4º. Os Ministros extraordinários são equiparados aos Ministros de Estado, quanto às condições de investidura, prerrogativas, incompatibilidades, inelegibilidades e remuneração, e dependem da confiança da Câmara dos Deputados, na forma do art. 11 do Ato Adicional.

Art. 5º. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, no corrente exercício, até o limite de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), serão atendidas pelas dotações próprias do Conselho de Ministros.

Art. 6º. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação. Brasília (DF), 25 de setembro de 1962, 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Hermes Lima

João Mangabeira

Pedro Paulo de Araújo Suzano

Amaury Kruel

Miguel Calmon

Helio de Almeida

Renato Costa Lima

Darci Ribeiro

João Pinheiro Neto

Reynaldo de Carvalho Filho

Eliseu Paglioli

Octavio Augusto Dias Carneiro

Eliezer Batista da Silva

LEI DELEGADA N.º 2 — DE 26 DE
SETEMBRO DE 1962

Altera a Lei n.º 1.506, de 19 de dezembro de 1951, dando-lhe nova redação, e adota providências.

O Presidente da República:

Faço saber que, no uso da delegação constante do Decreto Legislativo n.º 9, de 27 de agosto de 1962, decreto a seguinte lei:

Art. 1.º A Lei n.º 1.506, de 19 de dezembro de 1951, que estabelece preços mínimos para financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.º A União garantirá os preços dos produtos das atividades agrícola, pecuária ou extrativa, que forem fixados de acordo com esta lei.

Art. 2.º A garantia de preços instituída, na presente lei é estabelecida, exclusivamente, em favor dos produtores ou de suas cooperativas.

Parágrafo único. Até 31 de dezembro de 1963, as operações de que trata o art. 3.º poderão ser realizadas, também, com terceiros que hajam assegurado ao produtor o preço mínimo fixado de acordo com esta lei.

Art. 3.º A União efetivará a garantia de preços através das seguintes medidas:

a) comprando os produtos, pelo preço mínimo fixado;

b) concedendo financiamento, com opção de venda, ou sem ela, inclusive para beneficiamento, acondicionamento e transporte dos produtos.

Art. 4.º Os preços básicos serão fixados por decreto do Poder Executivo, considerando como se o produto estivesse colocado nos centros de consumo ou nos portos, FOB, e levando em conta os diversos fatores que influem nas cotações dos mercados interno e externo.

§ 1.º A publicação dos decretos antecederá, no mínimo, de 60 (sesenta) dias o início das épocas de plantio e, de 30 (trinta) dias, o início da produção pecuária ou extrativa mais abundante nas diversas regiões, consoante as indicações dos órgãos competentes.

§ 2.º Quando ocorrer alteração nos custos, os preços fixados poderão sofrer majoração, até o início da colheita ou safra, com prévia e ampla divulgação.

§ 3.º Os decretos poderão, também, estabelecer, quanto a determinados produtos, que as garantias previstas nesta lei perdurarão por mais de um ano ou safra, quando isso interessar à estabilidade da agricultura e à normalidade do abastecimento.

Art. 5.º Os ágios e deságios, decorrentes da classificação dos produtos, e as deduções relativas a comissões e à insuficiência ou falta de acondicionamento dos mesmos serão estipulados pela Comissão de Financiamento da Produção. O mesmo órgão poderá, também, autorizar o financiamento de produtos ainda não classificados, baixando as instruções necessárias.

Art. 6.º Para o cálculo da importância a ser paga pela compra dos produtos, partir-se-á dos preços básicos (art. 4.º), que sofrerão, conforme o caso, as alterações decorrentes dos elementos referidos no art. 5.º e a dedução das importâncias necessárias para cobrir as despesas de tributos, fretes e outros ônus que incidirem sobre os produtos, desde a localidade onde os mesmos se encontrarem até aqueles centros de consumo ou portos, FOB, escolhidos como referência, quando da fixação de que trata o art. 4.º.

Parágrafo único. Os órgãos que, na forma do art. 13, forem incumbidos de efetivar as compras e os financiamentos, são obrigados a fazer, nas zonas produtoras em que operarem, ampla divulgação dos preços locais, calculados conforme o disposto neste artigo.

Art. 7.º O financiamento desses produtos será, no máximo, em importância igual a 80% (oitenta por cento) da quantia que seria paga, pela compra, calculada conforme o disposto no art. 6.º, ficando ainda o montante do financiamento sujeito às deduções referentes a juros, armazenagem, seguro e comissão de fiscalização.

Art. 8.º A Comissão de Financiamento da Produção (CFP), órgão incumbido de dar execução a esta lei, é transformada em autarquia federal,

deral, que fica sob a jurisdição da tendência Nacional do Abastecimento (SUNAB).

§ 1.º A CFP é um órgão colegiado, que será presidido pelo Superintendente da SUNAB e integrado pelos representantes das entidades, abaixo mencionadas, nomeados, com seus suplentes, pelo Poder Executivo, por indicação das mesmas:

- a) Ministério da Agricultura;
- b) Ministério da Fazenda;
- c) Ministério da Indústria e do Comércio;
- d) Superintendência da Moeda e do Crédito;
- e) Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste;
- f) Banco do Brasil.

§ 2.º CFP terá um Diretor Executivo, de livre nomeação do Poder Executivo.

§ 3.º A CFP terá a organização que for adotada em regulamento a ser expedido pelo Poder Executivo.

Art. 9º Compete ao Diretor Executivo da CFP representá-la em juízo e fora dele, e, segundo as diretrizes gerais baixadas pelo Plenário da CFP, movimentar os recursos destinados à execução desta lei, delegar atribuições e praticar outros atos, conforme determinar o Regulamento.

Art. 10. Ao Plenário, além de outras atribuições que forem discriminadas no Regulamento, compete apreciar os projetos sobre fixação de preços a serem garantidos, dar parecer sobre o relatório anual, balanços e contas apresentados, pelo Diretor Executivo, aprovar acordos, contratos e convênios, baixar normas e instruções, inclusive quanto às condições de acondicionamento, armazenagem e conservação dos produtos cujo preço for garantido, bem como fixar critérios para financiamentos de produtos ainda não classificados.

Art. 11. Os órgãos do Poder Público, sociedades de economia mista, associações de classe e entidades particulares ficam obrigados a prestar, com máxima urgência, as informações que a CFP lhes solicitar para o desempenho de suas atribuições.

Art. 12. O Ministério da Agricultura e quaisquer outros órgãos oficiais, por intermédio de seus serviços especializados, prestarão à CFP a colaboração necessária à boa execução desta lei.

Parágrafo único. No desempenho de suas atribuições, a CFP poderá também valer-se dos serviços das repartições consulares e diplomáticas brasileiras, no exterior.

Art. 13. As compras e os financiamentos previstos nesta lei serão realizados diretamente pela CFP ou, mediante contratos, acordos ou convênios, através do Banco do Brasil Sociedade Anônima, entidades públicas e companhias jurisdicionadas pela SUNAB, conforme estabelecer o Plenário da CFP.

Art. 14. Na execução desta lei, a CFP agirá de acordo com as diretrizes gerais traçadas pela SUNAB, em coordenação com os órgãos de controle do intercâmbio comercial com o exterior e com outros órgãos públicos que, direta ou indiretamente, estejam encarregados do abastecimento interno do país.

Art. 15. Os produtos adquiridos pela CFP, em cumprimento a esta lei, terão a seguinte destinação:

- a) formação de estoques de reserva;
- b) venda e exportação direta ou, de preferência, através das companhias jurisdicionadas pela SUNAB ou de órgãos públicos incumbidos do abastecimento.

Parágrafo único. A venda de tais produtos será efetuada a critério do Plenário da CFP.

Art. 16. A CFP contará com os seguintes recursos destinados à execução desta lei:

- a) disponibilidade remanescente da dotação atribuída à CFP e seu acervo atual;
- b) saldos das operações de compra, venda e financiamento;
- c) Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros) à conta dos recursos de que trata o item II do art. 5º do Decreto Legislativo nº 9, de 27 de agosto de 1962;
- d) dotação a ser consignada no orçamento da União, não inferior a Cr\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros), por ano, durante 4 (quatro) anos;
- e) contribuições a serem consignadas no Orçamento da União para sua manutenção;
- f) eventuais.

Art. 17. O Tesouro Nacional garantirá anualmente, à CFP, através de adiantamento pelo Banco do Brasil

Sociedade Anônima, recursos até o triplo da soma das parcelas referidas nas alíneas *a*, *c* e *d* do art. 16.

Art. 18. As despesas administrativas da CFP não poderão exceder, anualmente, a 1% (um por cento) dos recursos de que dispuser.

Art. 19. Os servidores públicos, inclusive das autarquias bem como os de sociedades de economia mista poderão, mediante autorização do Poder Executivo, servir à CFP, sem prejuízo de vencimentos, direitos e vantagens.

Parágrafo único. A CFP poderá contratar, na forma da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, pessoal técnico-especializado.

Art. 20. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias da sua publicação, fixando também gratificação aos integrantes do Plenário da CFP, por sessão de que participarem".

Art. 21. Esta lei não prejudica a continuidade dos serviços, o cumprimento dos contratos e a execução das operações em curso, especialmente os relativos à garantia de preços mínimos e financiamento para a próxima safra.

Art. 22. Esta lei entrará em vigor trinta (30) dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de setembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART.

Hermes Lima.

Miguel Calmon.

Renato Costa Lima.

Octavio Augusto Dias Carneiro.

LEI DELEGADA Nº 3 — DE 26 DE
SETEMBRO DE 1962

Altera dispositivos do Decreto número 1.102, de 21 de novembro de 1903, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que, no uso da delegação de poderes constantes do De-

creto Legislativo nº 9, de 27 de agosto de 1962, decreto a seguinte Lei:

Art. 1º Os itens 3º e 4º do parágrafo 1º, do art. 15, do Decreto número 1.102, de 21 de novembro de 1903, que "institui regras para o estabelecimento de empresas de armazéns gerais, determinando os direitos e as obrigações dessas empresas, passam a vigorar com a seguinte redação:

"3º O lugar e o prazo do depósito, facultado aos interessados acordarem, entre si, na transferência posterior das mesmas mercadorias de um para outro armazém da emitente ainda que se encontrem em localidade diversa da em que foi feito o depósito inicial. Em tais casos, far-se-ão, nos conhecimentos *warrants* respectivos, as seguintes anotações:

a) local para onde se transferirá a mercadoria em depósito;

b) para os fins do art. 26, parágrafo 2º, às despesas decorrentes da transferência, inclusive as de seguro por todos os riscos."

"4º A natureza e quantidade das mercadorias em depósito, designadas pelos nomes mais usados no comércio, seu peso, o estado dos envoltórios e todas as marcas e indicações próprias para estabelecerem a sua identidade, ressalvadas as peculiaridades das mercadorias depositadas a granel".

Art. 2º As sociedades de economia mista ou as empresas públicas federais, estaduais ou municipais, constituídas com o objeto de administrar e operar silos, armazéns frigoríficos e entrepostos, poderão emitir sobre as mercadorias em depósito, os títulos de que trata o Decreto número 1.102, de 21 de novembro de 1903.

Art. 3º São isentas do imposto do selo as operações de crédito sob *warrants* representativos dos produtos incluídos na relação a que se refere o art. 7º desta Lei.

Art. 4º Os *warrants* de produtores rurais, de prazo não superior a 150 (cento e cinquenta) dias, são redescontáveis na Carteira de Redescontos do Banco do Brasil S.A., em faixas especiais equivalentes a 20% (vinte por cento) dos limites de redescontos normais fixadas para cada estabelecimento de crédito.

Art. 5º Nenhuma operação poderá exceder o máximo de 80% (oitenta por cento) do valor da mercadoria, considerando-se as cotações em vigor.

Art. 6º O Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito — (SUMOC), tendo em vista a natureza especial dos descontos a que se refere esta Lei, fixará taxas favorecidas de juros.

Art. 7º A Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), ouvida a Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB), fixará, periodicamente a relação dos produtos cujos warrants farão jus às regalias da presente Lei, devendo ser, desde logo, incluídos: arroz, feijão, milho e trigo.

Parágrafo único. O Poder Executivo, mediante decreto, poderá excluir das regalias referidas neste artigo, os produtos mencionados.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de setembro de 1962;
141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART.

Hermes Lima.

Miguel Calmon.

Renato Costa Lima.

Octavio Augusto Dias Carneiro.

LEI DELEGADA Nº 4 — DE 26 DE
SETEMBRO DE 1962

Dispõe sobre a intervenção no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo.

O Presidente da República:

Faço saber que, no uso da delegação constante do Decreto Legislativo número 9, de 27 de agosto de 1962, decreto a seguinte lei:

Art. 1º A União, na forma do art. 146 da Constituição, fica autorizada a intervir no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de mercadorias e serviços essenciais ao consumo e uso do povo, nos limites fixados nesta lei.

Parágrafo único. A intervenção se processará, também, para assegurar o suprimento dos bens necessários às atividades agropecuárias, da pesca e indústrias do País.

Art. 2º A intervenção consistirá:

I — na compra, armazenamento, distribuição e venda de:

a) gêneros e produtos alimentícios;
b) gado vacum, suíno, ovino e caprino, destinado ao abate;

c) aves e pescado próprios para alimentação;

d) tecidos e calçados de uso popular;

e) medicamentos;

f) instrumentos e ferramentas de uso individual;

g) máquinas, inclusive caminhões, "jipes", tratores, conjuntos motomecanizados e peças sobressalentes, destinadas às atividades agropecuárias;

h) arames, farpados e lisos, quando destinados a emprêgo nas atividades rurais;

i) artigos sanitários e artefatos industrializados, de uso doméstico;

j) cimento e laminados de ferro, destinados à construção de casas próprias, de tipo popular, e as benfeitorias rurais;

lê produtos e materiais indispensáveis à produção de bens de consumo popular.

II — na fixação de preços e no controle do abastecimento, neste compreendidos a produção, transporte, armazenamento e comercialização;

III — na desapropriação de bens, por interesse social; ou na requisição de serviços, necessários à realização dos objetivos previstos nesta lei;

IV — na promoção de estímulos à produção.

§ 1º A aquisição far-se-á no País ou no estrangeiro, quando insuficiente a produção nacional; a venda, onde se verificar a escassez.

§ 2º Não podem ser objeto de desapropriação, com amparo nesta lei, os animais de serviço ou destinados à reprodução.

Art. 3º Os produtos adquiridos por compra ou desapropriação serão entregues ao consumidor através de:

a) emprêsas estatais especializadas;

b) organismos federais, estaduais ou municipais, de administração direta ou indireta;

c) entidades privadas, de comprovada idoneidade.

Art. 4º Nas compras e desapropriações, efetuadas nos termos desta lei, o imposto de vendas e consignações será pago pelo vendedor ou pelo desapropriado.

Art. 5º Na execução desta lei, não serão permitidas discriminações de caráter geográfico ou de grupos e pessoas, dentro do mesmo setor de produção e comércio.

Art. 6º Para o controle do abastecimento de mercadorias ou serviços e fixação de preços, são os órgãos incumbidos da aplicação desta lei, autorizados a:

I — regular e disciplinar, no território nacional a circulação e distribuição dos bens sujeitos ao regime desta lei, podendo, inclusive, proibir a sua movimentação, e ainda estabelecer prioridades para o transporte e armazenamento, sempre que o interesse público o exigir;

II — regular e disciplinar a produção, distribuição e consumo das matérias-primas, podendo requisitar meios de transporte e armazenamento;

III — tabelar os preços máximos de mercadorias e serviços essenciais em relação aos revendedores;

IV — tabelar os preços máximos e estabelecer condições de venda de mercadorias ou serviços, a fim de impedir lucros excessivos, inclusive diversões públicas populares;

V — estabelecer o racionamento dos serviços essenciais e dos bens mencionados no art. 2º, inciso I, desta lei, em casos de guerra, calamidade ou necessidade pública;

VI — assistir as cooperativas, ligadas à produção ou distribuição de gêneros alimentícios, na obtenção preferencial das mercadorias de que necessitem;

VII — manter estoque de mercadorias;

VIII — superintender e fiscalizar através de agentes federais, em todo o País, a execução das medidas adotadas e os serviços que estabelecer.

Art. 7º Os preços das mercadorias desapropriadas ou dos serviços requisitados serão pagos previamente e em moeda corrente e fixados de acordo com o custo médio nos locais de produção ou de venda.

Parágrafo único. O custo médio, para fins de desapropriação, não poderá ser inferior ao preço mínimo oficial, quando houver.

Art. 8º A imissão na posse dos bens desapropriados processar-se-á com citação do réu, no fóro em que os mesmos se encontrarem, mediante prévio depósito judicial do respectivo preço, na forma do artigo anterior e seu parágrafo único, ou por meio de avaliação procedida por perito nomeado pelo juiz, e com audiência do interessado.

§ 1º Citado o réu, o processo seguirá o curso previsto na legislação vigente sobre desapropriação, reduzidos à metade, sempre que possível, a critério do juiz, os respectivos prazos.

§ 2º Depositado o preço, o desapropriado poderá levantá-lo sem que esse fato importe presunção, de concordância com a avaliação, ou renúncia ao direito de defesa.

Art. 9º Os produtos adquiridos, por compra ou desapropriação, serão entregues ao consumo pelos preços tabelados.

Parágrafo único. As vendas aos distribuidores serão feitas com redução percentual e uniforme dos preços tabelados.

Art. 10. Compete à União dispor normativamente, sobre as condições e oportunidade de uso dos poderes conferidos nesta lei, cabendo aos Estados a execução das normas baixadas e a fiscalização do seu cumprimento, sem prejuízo de idênticas atribuições fiscalizadoras reconhecidas à União.

§ 1º A União exercerá suas atribuições através de ato do Poder Executivo ou por intermédio dos órgãos federais a que atribuir tais poderes.

§ 2º Na falta de instrumentos administrativos adequados, por parte dos Estados, a União encarregar-se-á dessa execução e fiscalização.

§ 3º No Distrito Federal e nos Territórios a União exercerá todas as atribuições para a aplicação desta lei.

Art. 11. Fica sujeito à multa de um terço (1/3) do valor do salário mínimo vigente no Distrito Federal, à época da infração, até cem (100) vezes o valor desse mesmo salário, sem prejuízo das sanções penais que couberem na forma da lei, aquele que:

a) vender, ou expuser à venda, mercadorias ou oferecer serviços por preços superiores aos tabelados;

b) sonegar gêneros ou mercadorias, recusar vendê-los ou os reter para fins de especulação;

c) não mantiver afixado em lugar visível e de fácil leitura, tabela de preços dos gêneros e mercadorias, serviços ou diversões públicas populares;

d) favorecer ou preferir comprador ou freguês, em detrimento de outros, ressalvados os sistemas de entrega ao consumo por intermédio de distribuidores ou revendedores;

e) negar ou deixar de fornecer a fatura, ou nota, ou caderno de venda, quando obrigatório;

f) produzir, expor ou vender mercadorias cuja embalagem, tipo especificação, peso ou composição, transgrida determinações legais, ou não corresponda à respectiva classificação oficial ou real;

g) efetuar vendas ou ofertas de venda, e compras ou ofertas de compra que incluam, sob qualquer forma uma prestação oculta;

h) emitir fatura, duplicata ou nota de venda que não corresponda à mercadoria mencionada, em quantidade ou qualidade;

i) subordinar a venda de um produto, compra simultânea de outros produtos ou a compra de uma quantidade imposta;

j) dificultar ou impedir a observância das resoluções que forem baixadas em decorrência desta lei;

k) sonegar documentos ou comprovantes exigidos para apuração de custo de produção e de venda, ou impedir ou dificultar exames contábeis que forem julgados necessários, ou deixar de fornecer esclarecimentos que forem exigidos.

Art. 12. Em caso de reincidência, dentro do período de 3 (três) meses, em infração da mesma natureza, a autoridade poderá determinar a interdição do estabelecimento por um prazo de 5 (cinco) a 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. Responderão, solidariamente, pelo pagamento da multa, os proprietários, os administradores, os gerentes e os signatários da fatura, nota ou caderno de venda, quando exigidos, ou quem efetuar a venda.

Art. 13. O infrator será autuado na presença de duas testemunhas devendo constar do instrumento a sua assinatura ou a declaração, feita pelo autuante, de sua recusa.

§ 1º O auto de infração será lavrado em três vias, devendo a primeira e a segunda dar entrada no órgão local incumbido da aplicação da lei, dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas, entregando-se a terceira via, mediante recibo, ao autuado.

§ 2º O autuado, no prazo de 10 (dez) dias, apresentará defesa, juntando ou indicando as provas que tiver. Findo esse prazo, com ou sem a defesa, juntadas ou indicadas as provas, o processo será encaminhado ao responsável do órgão local incumbido da aplicação da lei para, em 5 (cinco) dias, homologar o auto de infração e arbitrar a multa.

Art. 14. Homologado o auto de infração e arbitrada a multa, será o autuado notificado para pagar, no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 15. No prazo de 10 (dez) dias da data da entrega da notificação ao infrator, este, desde que deposite metade do valor da multa, poderá, recorrer à autoridade a que estiver subordinado o prolator da decisão.

Art. 16. Feito o depósito, o processo será encaminhado ao prolator, o qual confirmará ou reformará a decisão antes de remetê-lo "ex officio", à instância final.

Art. 17. Se a decisão final mantiver a multa ou reduzi-la, o depósito converter-se-á, automaticamente, em pagamento, até a quantia depositada, restituindo-se ao infrator o excesso depositado.

Parágrafo único. Se o valor da multa for superior ao depósito o infrator pagará o saldo no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 18. Decorrido o prazo, sem que seja feito o depósito ou o pagamento, o valor do débito será inscrito como dívida ativa, valendo a certidão de inscrição para a cobrança pelo rito dos executivos fiscais.

Art. 19. São competência para julgar os processos e impor as sanções previstas nesta lei:

a) os responsáveis pelos órgãos estaduais que forem incumbidos de sua execução;

b) os responsáveis pelos órgãos locais das instituições federais que, nas Unidades da Federação, estejam incumbidas da execução desta lei.

Art. 20. As multas aplicadas pelos órgãos estaduais constituirão receita da respectiva Unidade da Federação.

Art. 21. As cominações previstas nesta lei cumular-se-ão com as sanções penais e são, umas e outras, independentes entre si, bem assim, as instâncias administrativas, civil e penal.

Art. 22. Esta lei será regulamentada no prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua publicação.

Art. 23. Enquanto não expressamente revogadas continuam em vigor as resoluções, portarias, determinações, ordens de serviço e mais atos baixados pela COFAP e seus órgãos auxiliares.

Art. 24. A vigência desta lei não prejudicará os processos civis fiscais, criminais e inquéritos administrativos, instaurados no regime da Lei nº 1.522, de 26 de dezembro de 1951 e suas alterações.

Art. 25. Esta lei entrará em vigor 30 (trinta) dias após a sua publicação, revogadas, na mesma data, a Lei nº 1.522, de 26 de dezembro de 1951, suas alterações e outras disposições em contrário, ressalvando-se a continuação dos serviços por ela criados, os quais, serão extintos à medida que forem substituídos pelos novos serviços.

Brasília, 26 de setembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Hermes Lima

João Mangabeira

Pedro Paulo de Araújo Suzano

Amaury Kruehl

Miguel Calmon

Helio de Almeida

Renato Costa Lima

Darci Ribeiro

João Pinheiro Netto

Reynaldo de Carvalho Filho

Eliseu Paglioli

Octavio Augusto Dias Carneiro

Eliezer Batista da Silva

LEI DELEGADA Nº 5 — DE 26 DE
SETEMBRO DE 1962

Organiza a Superintendência Nacional do Abastecimento — (SUNAB) e dá outras providências.

O Presidente da República:

Fago saber que, no uso da delegação constante do Decreto Legislativo

n.º 9, de 27 de agosto de 1962, decreto a seguinte lei:

Art. 1.º É criada a Superintendência Nacional do Abastecimento — (SUNAB) — como autarquia federal, com sede no Distrito Federal, colocada sob a responsabilidade do Conselho de Ministros, a este competindo subordiná-la a um de seus membros.

Art. 2.º Compete à SUNAB:

I — elaborar e promover a execução do plano nacional de abastecimento de produtos essenciais, o qual servirá, também, de instrumento à política de crédito e fomento à produção;

II — elaborar programas para expansão e operação da rede nacional de armazéns, silos e armazéns frigoríficos;

III — fixar quotas de exportação e importação de produtos essenciais;

IV — promover a melhoria dos níveis de consumo e dos padrões de nutrição do povo;

V — elaborar e promover a execução do plano nacional e dos programas de assistência alimentar;

VI — aplicar a legislação de intervenção no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de mercadorias e serviços essenciais;

VII — acompanhar a execução das medidas estabelecidas nos planos e programas que elaborar e as decorrentes da aplicação da lei de intervenção no domínio econômico;

VIII — fixar as diretrizes de ação das entidades jurisdicionadas.

Art. 3.º A SUNAB poderá:

I — promover a manutenção de estoques reguladores de mercado;

II — estabelecer sistema de informações sobre produção, distribuição e consumo, requisitando o fornecimento de quaisquer dados, periódicos ou especiais, em poder de pessoas de direito público ou privado;

III — disciplinar os serviços de transporte e distribuição, objetivando regular o escoamento das safras e facilitar os fluxos de suprimento;

IV — promover estímulos para melhoria e ampliação de indústrias de alimentos;

V — estabelecer normas e promover a execução de medidas destinadas a regular e melhorar as condições de comercialização;

VI — regular o suprimento de produtos agropecuários e da pesca, es-

senciais a empresas que os industrializarem, fixando quotas, quando necessário.

VII — fixar preços, disciplinando o sistema de seu controle;

VIII — adotar medidas diretamente ou por intermédio de entidades jurisdicionais ou de órgãos federais, estaduais, municipais ou autárquicos, sociedades de economia mista, empresas particulares, cooperativas e entidades de classe, para a execução dos seus planos e programas;

IX — aprovar, por ato publicado no “*Diário Oficial*”, o regulamento interno dos armazéns e das salas de vendas públicas, bem como a tarifa remuneratória de depósito e de outros serviços, relativos aos armazéns das entidades jurisdicionadas;

X — proceder ao exame de estoque, papéis e escritas de quaisquer empresas ou pessoas que se dediquem a atividade compreendida no âmbito desta Lei;

XI — complementar, quando conveniente, a ação dos órgãos estaduais e exercer, supletivamente, a fiscalização do cumprimento das normas federais no âmbito de suas atribuições, por si mesma ou através de outros órgãos;

XII — praticar quaisquer outros atos necessários ao desempenho de suas atribuições.

Art. 4.º A SUNAB será dirigida por um superintendente, nomeado por decreto do Poder Executivo, o qual a representará em juízo e fora dele.

Parágrafo único. São atribuídos ao Superintendente, vencimentos, direitos e vantagens de Subsecretário de Estado.

Art. 5.º A SUNAB compreende os seguintes órgãos:

I — Conselho Deliberativo;

II — Conselho Consultivo;

III — Secretaria Executiva.

Art. 6.º A Comissão de Financiamento da Produção (CPF) e as empresas de que a União participe, como majoritária, constituídas para exercer atividades no âmbito desta

lei, são jurisdicionadas, técnica e administrativamente, pela SUNAB.

Art. 7.º São tecnicamente jurisdicionados pela SUNAB, continuando sob jurisdição administrativa dos respectivos Ministérios, o Instituto do Açúcar e do Alcool, o Instituto Brasileiro do Sal, o Instituto Nacional do Mate e o Serviço de Alimentação da Previdência Social.

Art. 8.º O Conselho Deliberativo do qual o Superintendente da SUNAB é membro nato, será constituído de representantes dos seguintes órgãos e entidades:

a) Ministério da Agricultura;

b) Ministério da Educação e Cultura;

c) Ministério da Fazenda;

d) Ministério da Indústria e Comércio.

e) Ministério da Justiça e Negócios Interiores;

f) Ministério das Relações Exteriores;

g) Ministério da Saúde;

h) Ministério do Trabalho e Previdência Social;

i) Ministério da Viação e Obras Públicas;

j) Estado-Maior das Forças Armadas;

l) Banco do Brasil S. A.;

m) Banco Nacional de Crédito Cooperativo;

n) Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico;

o) Superintendência da Moeda e do Crédito;

p) Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste;

q) Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia;

r) Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Sudoeste do País.

§ 1º As decisões do Conselho Deliberativo serão tomadas sob a forma de resoluções, com base em trabalhos

técnicos ou pareceres da Secretaria Executiva;

§ 2º A organização, atribuições e normas de funcionamento do Conselho Deliberativo, do Conselho Consultivo e da Secretaria Executiva constarão de regulamento aprovado por decreto do Poder Executivo.

Art. 9º Compete ao Conselho Consultivo, convocado pelo Superintendente, assessorá-lo no exame da matéria do interesse das classes representadas.

§ 1º O Conselho Consultivo será constituído de representantes de órgãos de classe de empregados e empregadores.

§ 2º Os serviços prestados pelos membros do Conselho Consultivo são gratuitos e considerados de caráter relevante.

Art. 10. A Secretaria Executiva é diretamente subordinada ao Superintendente.

Art. 11. E' criado na SUNAB um fundo de natureza contábil no qual serão lançados;

a) dotações orçamentárias específicas que constarão, anualmente, do Orçamento da União;

b) saldo de recursos dos órgãos cujos serviços forem transferidos à SUNAB;

c) créditos especiais, suplementares e extraordinários;

d) outros recursos, de qualquer natureza, que lhe sejam destinados;

Parágrafo único. O Conselho Deliberativo aprovará, anualmente, o orçamento da aplicação dos recursos do Fundo.

Art. 12. As dotações orçamentárias e os créditos destinados à SUNAB serão registrados pelo Tribunal de Contas e, automaticamente, distribuídos ao Tesouro Nacional.

Parágrafo único. O Tesouro Nacional, igualmente, transferirá ao fundo previsto no artigo anterior as importâncias correspondentes a essas dotações e créditos, depositando-as no Banco do Brasil S. A. em conta especial.

Art. 13. São extensivos à SUNAB os privilégios da Fazenda Pública no tocante a cobrança dos seus créditos e a processos em geral, custas, juros, prazos de prescrição, imunidade tributária e isenções fiscais.

Art. 14. O Poder Executivo transferirá, por decreto, para a SUNAB, as atribuições do Serviço de Expansão do Trigo relacionadas com a comercialização e a industrialização.

Art. 15. As atribuições de estudos e pesquisas no setor da nutrição, a cargo da Comissão Nacional da Alimentação, continuam na alçada do Ministério da Saúde, transferindo-se, por decreto, as demais à SUNAB.

Art. 16. Até que seja implantado o sistema decorrente da legislação delegada pelo Decreto Legislativo número 9, de 27 de agosto de 1962, e enquanto não efetivada a transferência dos respectivos serviços, o Superintendente da SUNAB fica investido de poderes especiais para:

I — Assegurar o normal funcionamento dos órgãos e serviços que se integrarão na SUNAB ou que por ela serão jurisdicionados;

II — Indicar, em lista tríplice, ao Poder Executivo, administradores para as seguintes entidades:

a) Comissão Federal de Abastecimento e Preços e seus órgãos auxiliares;

b) Comissão Nacional de Alimentação;

c) Comissão de Financiamento da Produção;

d) Comissão Executiva de Armazéns e Silos;

e) Superintendência de Armazéns e Silos;

f) Campanha Nacional da Merenda Escolar;

g) Comissão Consultiva do Trigo;

h) Comissão Executiva dos Produtos da Mandioca.

Parágrafo único. Os poderes especiais do Superintendente e as atribuições dos Administradores serão fixados em decreto do Poder Executivo.

Art. 17. O Poder Executivo fixará, por decreto, data para extinção dos

órgãos indicados no inciso II do artigo 16 desta lei, excetuando os de que tratam as alíneas b e c.

Art. 18. Os atos executivos, de qualquer natureza, referentes aos órgãos mencionados nos artigos 14 e 15 e no inciso II do art. 16 continuam em vigor, até que expressamente revogados pela autoridade competente.

Art. 19. Serão entregues à SUNAB o acervo e a documentação dos órgãos e dos serviços que forem a ela transferidos.

Art. 20. As taxas e contribuições de qualquer natureza devidas aos órgãos abrangidos pela legislação resultante do Decreto Legislativo nº 9, de 27 de agosto de 1962 são transferidos à SUNAB, inclusive as contribuições de organismos internacionais, ou resultantes de acordos e convênios com países e entidades privadas nacionais ou estrangeiras, de caráter assistencial.

Art. 24. É extensiva ao mercado interno, no que couber, a legislação federal vigente sobre a padronização e classificação dos produtos agrícolas, pecuários, matérias-primas, seus subprodutos e resíduos de valor econômico.

Art. 22. Os servidores públicos inclusive autárquicos, poderão ser requisitados para servir na SUNAB ou em qualquer das entidades por ela jurisdicionadas.

Art. 23. Os saldos das dotações orçamentárias e dos créditos de qualquer natureza do extinto Conselho Coordenador do Abastecimento e dos órgãos abrangidos pela legislação decorrente do Decreto Legislativo nº 9, de 27 de agosto de 1962 serão relacionados pelo Poder Executivo e aplicados pela SUNAB ou entidades por ela jurisdicionadas, até que ajustados à discriminação orçamentária própria.

Art. 24. Aos atuais servidores dos quadros e tabelas privativos dos órgãos que, por força da presente lei, tiveram alteradas as respectivas personalidades jurídicas ou que foram incorporados à SUNAB fica assegurada o direito de optarem pelo novo ou pelo anterior "status"

§ 1º A opção a que se refere este artigo será feita através de requerimento apresentado diretamente ao Departamento Administrativo do Serviço Público, no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias.

§ 2º O silêncio do servidor importará em opção tácita pela sua inclusão no quadro da SUNAB.

§ 3º Após o prazo a que se refere o § 1º, serão aproveitados, na mesma situação, em outros órgãos do Serviço Público Federal a critério do Governo aqueles que mantiverem o anterior "status", através de decreto do Poder Executivo, elaborado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público.

§ 4º O pessoal que exceder às necessidades da SUNAB, a critério de sua direção, será, igualmente incluído em outros órgãos do Serviço Público Federal na forma do parágrafo anterior.

§ 5º O disposto neste artigo aplica-se aos funcionários do Serviço Civil do Poder Executivo que, na data desta lei, se encontram servindo nos órgãos por ela abrangidos, devidamente autorizados, na forma do art. 34, parágrafo único, da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952;

§ 6º As inclusões a que se referem os parágrafos anteriores, tanto no quadro da SUNAB como nos demais órgãos da administração direta, serão feitas em cargos de denominação, classes e níveis iguais àqueles ocupados nos órgãos de origem.

Art. 25. Os cargos integrantes dos Quadros de Pessoal, do Conselho Coordenador do Abastecimento e da Comissão Executiva de Armazéns e Silos ficam incluídos, com os respectivos ocupantes, nos Quadros de Pessoal dos Ministérios das Minas e Energia e da Indústria e do Comércio.

§ 1º A inclusão será feita mediante a fusão com as classes existentes nos referidos Quadros, quando houver coincidência de denominação.

§ 2º Oportunamente o Poder Executivo publicará a nova constituição dos quadros dos Ministérios citados,

em face das inclusões previstas neste artigo.

§ 3º O pessoal a que se refere este artigo será pago pelos respectivos Ministérios à conta de suas dotações orçamentárias próprias ou, se fôr o caso, na forma do art. 46 do Código de Contabilidade da União.

Art. 26. Os servidores, inclusive requisitados, atualmente em exercício nos órgãos da administração direta, cujas atribuições passarem a integrar a Superintendência Nacional do Abastecimento — SUNAB — poderão continuar prestando serviços a esta Autarquia, na qualidade de cedidos, a critério de sua direção.

Parágrafo único. O regime previsto neste artigo cessará a partir da data em que fôr aprovado o quadro de pessoal da SUNAB.

Art. 27. A aplicação de quaisquer dos dispositivos constantes desta Lei, relativos a pessoal, não exclui a competência da Comissão de Classificação de Cargos, prevista no art. 37 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, bem como dos demais órgãos próprios.

Art. 28. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 26 de setembro de 1962, 141º da Independência e 74º da República.

João Goulart

Hermes Lima

João Mangabeira

Pedro Paulo de Araújo Suzano

Amaury Kruei

Miguel Calmon

Helio de Almeida

Renato Costa Lima

Darci Ribeiro

João Pinheiro Netto

Reynaldo de Carvalho Filho

Eliseu Paglioli

Octavio Augusto Dias Carneiro

Eliezer Batista da Silva

LEI DELEGADA Nº 6 — DE 26 DE SETEMBRO DE 1962

Autoriza a constituição da Companhia Brasileira de Alimentos e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que, no uso da delegação constante do Decreto Legislativo nº 9, de 27 de agosto de 1962, decreto a seguinte lei:

Art. 1º É a Superintendência Nacional do Abastecimento autorizada a constituir uma empresa de âmbito nacional, sob o forma de sociedade por ações, denominada Companhia Brasileira de Alimentos, com os objetivos previstos nesta lei.

Parágrafo único. A Companhia Brasileira de Alimentos terá sede e fóro no Distrito Federal e duração por prazo indeterminado.

Art. 2º A Companhia Brasileira de Alimentos tem por fim participar, diretamente, da execução dos planos e programas de abastecimento elaborados pelo Governo, relativamente à comercialização dos gêneros alimentícios, essenciais ou em carência, e agir como elemento regulador do mercado ou para servir, de forma supletiva, áreas não suficientemente atendidas por empresas comerciais privadas, em regime competitivo.

Art. 3º Compete à Companhia Brasileira de Alimentos:

I — Comprar, transportar, vender importar e exportar gêneros alimentícios, e bens necessários às atividades agropecuárias, inclusive pesca, e às industriais de alimentos;

II — Importar o que fôr necessário ao atendimento dos programas de assistência alimentar dos órgãos federais, funcionando como depositária dos gêneros de primeira necessidade recebidos, por doação, de procedência nacional ou internacional;

Parágrafo único. A Companhia Brasileira de Alimentos poderá efetuar outras operações, inclusive financeiras para atender aos seus objetivos.

Art. 4º Os órgãos federais, as Forças Armadas e as sociedades de economia mista da União deverão, pre-

ferencialmente, efetuar suas compras na Companhia Brasileira de Alimentos, em igualdade de condições de fornecimento e preço.

Parágrafo único. As entidades mencionadas neste artigo são obrigadas a convidar a Companhia Brasileira de Alimentos a participar de suas concorrências e tomadas de preço.

Art. 5º A Companhia Brasileira de Alimentos gozará de imunidade tributária federal, estadual e municipal, nos termos da letra a, inciso V, do art. 31 da Constituição, exceto quanto ao imposto de vendas e consignações.

Art. 6º O Superintendente da Superintendência Nacional do Abastecimento é o representante da União para praticar os atos constitutivos da sociedade.

Art. 7º Serão aprovados por decreto do Poder Executivo os atos constitutivos, inclusive estatutos, e o plano de transferência dos bens e serviços dos órgãos federais que, abrangidos pelos atos decorrentes do Decreto Legislativo nº 9, de 27 de agosto de 1962, passem a integrar a sociedade.

Parágrafo único. Os documentos referidos neste artigo serão arquivados no Registro de Comércio.

Art. 8º O capital inicial da Companhia Brasileira de Alimentos será de Cr\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros), dividido em 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias, nominativas, do valor de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) cada uma, subscritas pela União e pelas Unidades Federadas.

§ 1º A União subscreverá obrigatoriamente 51% (cinquenta e um por cento) das ações, bem como as restantes, enquanto as Unidades da Federação não as subscreverem.

§ 2º Parte do capital subscrito pela União e pelos Estados poderá ser realizada em bens.

Art. 9º A União participará dos aumentos de capital da sociedade.

Parágrafo único. O orçamento federal consignará, a partir de 1963, dotação mínima de Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de

cruzeiros) para integralização do capital que a União subscrever.

Art. 10. O dirigente do órgão federal que exercer jurisdição sobre a Companhia Brasileira de Alimentos será o representante da União, como delegado especial desta, nas suas Assembleias Gerais.

Art. 11. A Companhia Brasileira de Alimentos será administrada na forma que for estabelecida nos seus estatutos.

Art. 12. O Presidente, os Diretores, os membros do Conselho Fiscal e os empregados, ao assumirem as suas funções, são obrigados a prestar, perante a sociedade, declaração de bens, anualmente renovada.

Art. 12. Para realização de seus fins, fica a Companhia Brasileira de Alimentos autorizada a efetuar operações financeiras com as agências oficiais de crédito, inclusive mediante garantia do Tesouro Nacional.

Art. 14. É o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial, até o limite de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros), por conta dos recursos referidos no item II, art. 5º, do Decreto Legislativo nº 9, de 27 de agosto de 1962, para atender as despesas com a integralização do capital da União, registrado e automaticamente distribuído pelo Tribunal de Contas da União, ao Tesouro Nacional, com vigência pelo prazo de 2 (dois) anos.

§ 1º Dos recursos referidos neste artigo será depositada, desde logo, em conta especial no Banco do Brasil, a importância de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) destinada a ocorrer às despesas de qualquer natureza, necessárias à execução desta lei.

§ 2º A importância citada no parágrafo anterior será movimentada pelo representante da União a que se refere o art. 6º e, posteriormente, pela Diretoria da Sociedade, sendo a mesma levada à conta do capital da União.

Art. 15. Aplica-se à Companhia Brasileira de Alimentos, naquilo que não colidir com o disposto nesta lei,

a legislação reguladora das sociedades por ações.

Parágrafo único. O regime jurídico do pessoal da Companhia é o da legislação trabalhista.

Art. 16. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de setembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

João Goulart

Hermes Lima

Miguel Calmon

Renato Costa Lima

Octavio Augusto Dias Carneiro

LEI DELEGADA Nº 7 — DE 26 DE
SETEMBRO DE 1962

Autoriza a constituição da Companhia Brasileira de Armazenamento e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que, no uso da delegação constante do Decreto Legislativo nº 9, de 27 de agosto de 1962, decreto a seguinte lei:

Art. 1º É a Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB) autorizada a constituir uma empresa de âmbito nacional, sob a forma de sociedade por ações, denominada Companhia Brasileira de Armazenamento, com os objetivos previstos nesta lei.

Parágrafo único. A Companhia Brasileira de Armazenamento terá sede e foro no Distrito Federal e duração por prazo indeterminado.

Art. 2º A Companhia Brasileira de Armazenamento tem por fim participar diretamente da execução dos planos e programas de abastecimento elaborados pelo governo, relativamente ao armazenamento dos produtos agropecuários e da pesca e agir como elemento regulador do mercado ou para servir, de forma supletiva, áreas não suficientemente atendidas por empresas comerciais privadas em regime competitivo.

Art. 3º Compete à Companhia Brasileira de Armazenamento:

I — armazenar produtos agropecuários e da pesca, podendo construir, instalar e operar redes de armazéns, silos e armazéns frigoríficos, diretamente ou por terceiros;

II — emitir bilhetes e conhecimentos de depósito, "warrants" e quaisquer outros títulos negociáveis, representativos das mercadorias depositadas;

III — instalar, quando necessário, máquinas de beneficiamento ou qualquer outro equipamento indispensável à operação da unidade armazenadora, inclusive para a semi-industrialização.

Parágrafo único. A Companhia Brasileira de Armazenamento poderá prestar assistência técnica e particulares, formar e aperfeiçoar pessoal especializado em armazenamento, classificação e padronização de produtos agropecuários e da pesca.

Art. 4º A Companhia Brasileira de Armazenamento gozará de isenção tributária federal, estadual e municipal, nos termos da letra a, inciso V, de artigo 31 da Constituição.

Art. 5º O Superintendente da SUNAB é o representante da União para praticar os atos constitutivos da sociedade.

Art. 6º Serão aprovados por decreto do Poder Executivo os atos constitutivos, inclusive estatutos, e o Plano de transferência dos bens e serviços dos órgãos federais que, abrangidos pela legislação decorrente do Decreto Legislativo nº 9, de 27 de agosto de 1962, passem a integrar a sociedade.

Parágrafo único. Os documentos referidos neste artigo serão arquivados no Registro do Comércio.

Art. 7º O Capital inicial da Companhia Brasileira de Armazenamento será de Cr\$ 20.000.000.000,00 (vinte bilhões de cruzeiros), dividido em 200.000 (duzentos mil) ações ordinárias, nominativas, do valor de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) cada uma, subscritas pela União e pelas Unidades Federais.

§ 1º A União subscreverá, obrigatoriamente, 51% (cinquenta e um por cento) das ações, bem como as restantes, enquanto as Unidades da Federação não as subscreverem.

§ 2º Parte do capital subscrito pela União e pelas Unidades Federais, poderá ser realizada em bens.

Art. 8º A União participará dos aumentos de capital da sociedade, utilizando para esse fim os recursos mencionados no artigo 15.

Art. 9º O Superintendente da SUNAB será o representante da União, como delegado especial desta, nas Assembleias-Gerais da Companhia Brasileira de Armazenamento.

Art. 10. A Companhia Brasileira de Armazenamento será administrada na forma que for estabelecida nos seus estatutos.

Art. 11. O Presidente, os Diretores, os membros do Conselho Fiscal e os empregados da Companhia Brasileira de Armazenamento, ao assumirem as suas funções, prestarão declaração de bens, anualmente renovada.

Art. 12. O Patrimônio da Superintendência de Armazéns e Silos e da Comissão Executiva de Armazéns e Silos — nele compreendidos os bens móveis e imóveis e a documentação técnica serão transferidos à Companhia Brasileira de Armazenamento, depois de arrolados e avaliados, na forma prescrita nesta lei.

Parágrafo primeiro. A União poderá transferir à Companhia, por conta de seu capital, outros bens que entender necessários à mesma.

Parágrafo segundo. São também transferidos à Companhia, por conta do capital da União, os entrepostos e postos de recuperação de pescado pertencentes aos órgãos federais.

Art. 13. Para a realização de seus fins, fica a Companhia Brasileira de Armazenamento autorizada a efetuar operações financeiras com as agências oficiais de crédito, inclusive mediante garantia do Tesouro Nacional.

Art. 14. É o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial, até o limite de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros), por conta dos recursos referidos no item II, art. 5º

do Decreto Legislativo nº 9, de 27 de agosto de 1962, para atender as despesas com a integralização do capital da União, registrado e automaticamente distribuído pelo Tribunal de Contas da União, ao Tesouro Nacional, com vigência pelo prazo de 2 (dois) anos.

Parágrafo primeiro. Dos recursos referidos neste artigo, será depositada, desde logo, em conta especial no Banco do Brasil, a importância de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), destinada a ocorrer às despesas, de qualquer natureza, necessárias à execução desta lei.

Parágrafo segundo. A importância citada no parágrafo anterior será movimentada pelo representante da União a que se refere o art. 5º e, posteriormente, pela Diretoria da sociedade, sendo a mesma levada à conta do capital da União.

Art. 15. Será destacada, anualmente, importância equivalente a 15% (quinze por cento) dos recursos do Fundo a que se refere o Decreto Legislativo nº 11, publicado no *Diário Oficial* de 14 de setembro de 1962, para a integralização do capital da União.

Art. 16. Aplica-se à Companhia Brasileira de Armazenamento, naquilo que não colidir com esta lei, a legislação reguladora das sociedades por ações.

Parágrafo único. O regime jurídico do pessoal da Companhia é o da legislação trabalhista.

Art. 17. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas a Lei nº 2.854, de 28 de agosto de 1956, que criou a "Frigoríficos Nacionais Sociedade Anônima — FRINASA" e disposições em contrário.

Brasília, em 26 de setembro de 1962: 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Hermes Lima

Miguel Calmon

Renato Costa Lima

Octavio Augusto Dias Carneiro

LEI N.º 4.085 — DE 3 DE JULHO DE 1962

Dispõe sobre as medidas necessárias ao funcionamento de Escola de Engenharia Industrial.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A Escola de Engenharia Industrial (EEI-DESU), com sede na cidade de Rio Grande, RS, integrante do Ministério da Educação e Cultura — Diretoria do Ensino Superior, a que se refere o art. 8.º, da Lei n.º 3.863, de 2 de maio de 1961, manterá os cursos de engenharia industrial, modalidades química e mecânica, e o Instituto de Pesquisas e Orientação Industrial (IPOI).

Art. 2.º Para execução do disposto no artigo anterior, são criados, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, Diretoria do Ensino Superior, 10 (dez) cargos de professor catedrático (E-DESU). Vetado.

Art. 3.º O Instituto de Pesquisas e Orientação Industrial objetivará essencialmente pesquisas científicas e atenderá, em cooperação e assistência, às necessidades das indústrias regionais.

Art. 4.º Para atender as despesas decorrentes desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 43.204.000,00 (quarenta e três milhões, duzentos e quatro mil cruzeiros), sendo Cr\$ 7.476.000,00 (sete milhões, quatrocentos e setenta e seis mil cruzeiros) para Pessoal Permanente, Cr\$ 24.228.000,00 (vinte e quatro milhões, duzentos e vinte e oito mil cruzeiros) para o Pessoal do Quadro Extraordinário, Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) para material e Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros) para as despesas com a manutenção do IPOI.

Art. 5.º Os cargos criados pelo art. 2.º poderão ser providos em caráter interino, por atuais professores da Escola.

Parágrafo único. O Regimento Interno, que será encaminhado, dentro

de sessenta dias, ao Ministério da Educação e Cultura, disporá sobre o regime transitório de contrato para as disciplinas do currículo e do pessoal em geral, na forma do Quadro Extraordinário e observados os níveis de remuneração para as funções congêneres do serviço público federal.

Art. 6.º O provimento efetivo dos cargos de professor catedrático, criados por esta lei, se fará por meio de concurso de títulos e de provas, realizado em estabelecimento congêneres federal, designado em cada caso pela Diretoria do Ensino Superior a esta cabendo a publicação dos editais dentro de cinco anos do primeiro provimento interino, e até que a Congregação disponha de *quorum* legal para a realização destes atos.

Art. 7.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de julho de 1962; 141.º da Independência e 74.º da República.

JOÃO GOULART

LEI N.º 4.086 — DE 7 DE JULHO DE 1962

Dispõe sobre a incorporação, ao Patrimônio da União, de bens da Faculdade de Direito de Sergipe, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Serão incorporados ao Patrimônio Nacional mediante escritura pública e independentemente de qualquer indenização, todos os bens, móveis e imóveis, os direitos da Faculdade de Direito de Sergipe, federalizada pela Lei n.º 3.856, de 18 de dezembro de 1960.

Art. 2.º É assegurado o aproveitamento, no serviço federal, de pessoal

administrativo da Faculdade contandose o respectivo tempo de serviço, para os efeitos legais.

Art. 3.º Os professores fundadores da Faculdade serão nomeados cate-dráticos, em caráter efetivo.

Art. 4.º Os professores da Faculdade, não admitidos em caráter efetivo, na forma da legislação federal, poderão ser aproveitados como interinos.

Art. 5.º Serão expedidos pelas autoridades competentes os títulos de nomeação e designação decorrentes do aproveitamento determinado nos artigos anteriores.

Art. 6.º Para os efeitos dos arts. 2.º, 3.º, 4.º e 5.º a Faculdade de Direito de Sergipe apresentará à Diretoria do Ensino Superior a relação de seus professores e demais servidores, especificando a forma de investidura, a natureza do serviço que desempenham, a data de admissão e a remuneração.

Art. 7.º São criados, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura — Diretoria do Ensino Superior — para a Faculdade de Direito de Sergipe, 23 (vinte e três) cargos de Professor Catedrático.

Art. 8.º Vetado.

Art. 9.º Para o cumprimento do disposto nesta lei é autorizado o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 16.044.000,00 (dezesseis milhões e quarenta e quatro mil cruzeiros), sendo Cr\$ 13.530.000,00 (treze milhões, quinhentos e trinta mil cruzeiros) para o pessoal permanente; Cr\$ 1.308.000,00 (hum milhão, trezentos e oito mil cruzeiros) para as funções gratificadas; e Cr\$ 1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil cruzeiros) para material, serviços e equipamentos.

Art. 10. O provimento efetivo dos cargos criados pelo art. 7.º far-se-á

por meio de concurso de títulos e de provas realizado em estabelecimento congênere federal a ser designado pela Diretoria do Ensino Superior a esta cabendo a publicação dos editais, dentro do prazo de 3 (três) anos, a contar do primeiro provimento interno, e até que a Congregação disponha de base legal para a realização desse ato.

Art. 11. Dentro de 120 (cento e vinte) dias, contados da publicação desta lei, o Poder Executivo baixará, por decreto, o Regimento da Faculdade.

Parágrafo único. A contagem do prazo mencionado neste artigo e a expedição dos atos referidos no art. 5.º dependem da efetivação da providência prevista no art. 1.º e do registro pelo Tribunal de Contas da União da escritura nele mencionada.

Art. 12. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de julho de 1962; 141.º da Independência e 74.º da República.

JOÃO GOULART

LEI Nº 4.037, DE 7 DE JULHO DE 1962

Autoriza a compra das ações do Banco de Crédito da Amazônia S. A., pertencentes ao Governo Americano, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir as sessenta mil .. (60.000) ações ordinárias e nominativas do Banco de Crédito da Amazônia S. A., pertencentes ao Governo dos Estados Unidos da América do Norte e a indenizar os respectivos dividendos.

Art. 2.º Depois de incorporadas ao patrimônio da União, o Governo Fe-

deral oferecerá, à subscrição pública, metade das referidas ações, preferencialmente aos produtores de borracha da região amazônica, aos industriais da borracha com indústria localizada na região e aos funcionários do Banco de Crédito da Amazônia S. A.

Art. 3º Somente pessoas físicas de nacionalidade brasileira poderão subcrever as ações.

Art. 4º Para o cumprimento desta lei fica o Governo Federal autorizado a realizar operação de crédito, com o Banco do Brasil S. A.

Art. 5º O Ministério da Fazenda, através de uma comissão mista de funcionários daqueles estabelecimentos de crédito, elaborará as normas necessárias à efetivação da presente lei, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de julho de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

LEI Nº 4.083 -- DE 12 DE JUNHO DE 1962

"Cria Juntas de Conciliação e Julgamentos nas 2ª, 4ª, 6ª e 8ª Regiões da Justiça do Trabalho; eleva à 1ª Categoria os Tribunais Regionais do Trabalho das 7ª e 8ª Regiões; extingue as atuais funções de Suplente de Juiz do Trabalho, Presidente das Juntas de Conciliação e Julgamento, com sede em Recife; e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criadas na 6ª Região da Justiça do Trabalho 3 (três) Juntas de Conciliação e Julgamento, sendo a 4ª e a 5ª com sede em Recife, única em Jaboatão, única em Goiana, única em Nazaré da Mata, única em Escada, única em Palmares e única em Caruaru, todas no Estado de Pernambuco.

Art. 2º Fica estendida a jurisdição das seguintes Juntas de Conciliação e Julgamento:

a) das sediadas em Recife, aos Municípios de Olinda e São Lourenço da Mata;

b) da sediada em Paulista, ao Município de Igarapé;

c) da sediada em Jaboatão, aos Municípios de Moreno, Vitória de Santo Antão, Gravata e Glória de Goitá;

d) da sediada em Goiana, ao Município de També;

e) da sediada em Nazaré da Mata, aos Municípios de Pau D'Alho, Carpina, Aliança, Timbaúba, Vicência, Macaparana, São Vicente Ferrer, Limoeiro, Bom Jardim, João Alfredo e Orobó;

f) da sediada em Escada, aos Municípios de Ribeirão, Cortês, Rio Formoso, Barreiros, Amaraji, Cabo, Ipojuca e Serinhaem;

g) da sediada em Caruaru, aos Municípios de São Caetano, Bezerras, Bonito, Vertentes e Santa Cruz do Capibaribe;

h) da sediada em Palmares, aos Municípios de Gameleira, Joaquim Nabuco, Água Preta, Catende, Maraial, Canhotinho e Quipapá;

i) da sediada em Natal, Estado do Rio Grande do Norte, aos Municípios de Ceará-Mirim e Macaíba;

j) da sediada em Campina Grande, Estado da Paraíba, aos Municípios de Ingá, Esperança, Pocinhos, Alagoa Nova e Areia.

Art. 3º São criadas na 8ª Região da Justiça do Trabalho 3 (três) Juntas de Conciliação e Julgamento, sendo a terceira com sede em Belém, única em Capanema e única em Santarém tôdas no Estado do Pará.

Art. 4º A Jurisdição da 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belém é extensiva às comarcas de Soure e de Breves, a da Junta de Conciliação e Julgamento de Capanema, às comarcas de Bragança, Nova Timbótena, Igarapé-Açu, Castanhal, Santa Isabel do Pará, Sabinópolis, Curuçá, Maracanã e a da Junta de Conciliação e Julgamento de Santarém, às comarcas de Monte Alegre, Alenquer, Óbidos e Oriximiná, bem assim os Municípios de Itaituba e Quiximirá.

Art. 5º É criada na 2ª Região da Justiça do Trabalho uma Junta de Conciliação e Julgamento sediada em Limeira, Estado de São Paulo.

Art. 6º Ficam criados, para serem providos na forma do disposto no Decreto-lei nº 9.797, de 9 de setembro de 1948, os seguintes cargos:

a) 8 (oito) de Juiz do Trabalho Presidente de Junta na 6ª Região da Justiça do Trabalho;

b) 2 (dois) de Juiz do Trabalho Substituto na 6ª Região, lotados na respectiva sede;

c) 6 (seis) de Suplente de Juiz do Trabalho Presidente de Junta, distribuídos entre as seis Juntas criadas por esta lei, fora da sede da 6ª Região;

d) 16 (dezesseis) funções de Vogal sendo 8 (oito) representantes dos empregados e 8 (oito) representantes dos empregadores para atender às Juntas criadas no art. 1º desta lei;

e) 3 (três) de Juiz do Trabalho Presidente de Junta na 8ª Região da Justiça do Trabalho para lotação nas Juntas ora criadas;

f) 3 (três) de Suplente de Juiz do Trabalho Presidente de Junta, distribuídos entre as três juntas criadas por esta lei na 8ª Região;

g) 6 (seis) funções de Vogal, sendo 3 (três) para representação dos empregados e 3 (três) para a dos empregadores, para lotação nas Juntas criadas na 8ª Região.

§ 1º Haverá um suplente para cada Vogal.

§ 2º Os vencimentos e as gratificações dos cargos e funções de que trata este artigo são reguladas pela Lei número 3.414, de 20 de junho de 1958.

Art. 7º Ficam criadas uma Junta de Conciliação e Julgamento na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, que será a segunda; uma outra na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina; uma outra na cidade de Parintins, Es-

tado do Amazonas, com jurisdição nos Municípios de Itacoatiara, Maués, Barreirinha, Urucará, Silves, Itapiranga, Urucurituba e Antazes.

Art. 8º Os Tribunais Regionais do Trabalho da 7ª e 8ª Regiões, com sede, respectivamente, em Fortaleza e Belém, ficam elevados à 1ª categoria, mantido inalterado, todavia, o número de juízes que os compõem atualmente.

Art. 9º Ficam extintas as atuais funções de Suplente de Juiz do Trabalho, Presidente das Juntas de Conciliação e Julgamento com sede em Recife, assegurando-se aos respectivos ocupantes estáveis da Região, preferência para a nomeação para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto, desde que aprovados em concurso, dispensado o limite de idade previsto no § 3º do art. 654, da Consolidação das Leis do Trabalho com a redação que lhe deu o Decreto-lei número 9.797, de 9 de setembro de 1948.

Art. 10. Os mandatos dos Vogais das Juntas ora criadas terminarão simultaneamente com os das Juntas em funcionamento na Região respectiva.

Art. 11. São criados nos Quadros do Pessoal da Justiça do Trabalho das 2ª, 4ª, 6ª e 8ª Regiões, para lotação das Juntas de Conciliação e Julgamento criadas por esta lei, os cargos constantes das Tabelas anexas.

Art. 12. Os Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho da 6ª e 8ª Regiões promoverão a instalação das Juntas, ora criadas, bem como as outras medidas decorrentes desta lei.

Art. 13. E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial até o limite de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), sendo até Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros) ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região da Justiça do Trabalho e até Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) ao Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, para atender às despesas decorrentes da execução desta lei, no corrente exercício.

Art. 14. A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de julho de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JÓÃO GOUVERNEUR

Francisco Brochado da Rocha.

TABELA A

6.ª REGIÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Cargos Isolados de Provimento Efetivo

Número de Cargos	C A R G O	Padrões
2	Chefe de Secretaria das 4ª e 5ª JCJ do Recife ..	PJ-1
6	Chefe de Secretaria das JCJ de Goiana, Nazaré da Mata, Escada, Palmares, Jaboatão e de Caruaru ..	PJ-2
2	Oficial de Justiça das 4ª e 5ª JCJ do Recife ...	PJ-8
6	Oficial de Justiça das JCJ de Goiana, Nazaré da Mata, Escada, Palmares, Jaboatão e de Caruaru ..	PJ-9

Cargos de Carreira

Número de Cargos	C A R G O	Padrões
10	Oficial Judiciário, sendo 4 para as 4ª e 5ª JCJ do Recife e 6 para as demais JCJ ora criadas ..	PJ-7
12	Auxiliar Judiciário, sendo 6 para as 4ª e 5ª JCJ do Recife e 6 para as demais JCJ ora criadas ..	PJ-9
10	Servente, sendo 4 para as 4ª e 5ª JCJ do Recife e 6 para as demais JCJ ora criadas ..	PJ-13

TABELA B

8ª REGIÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Cargos Isolados de Provimento Efetivo

Número de Cargos	C A R G O	Padrões
2	Chefe de Secretaria das 2ª e 3ª JCJ de Manaus e Belém ..	PJ-1
3	Chefe de Secretaria das JCJ de Parintins, Capanema e Santarém ..	PJ-2

Cargos de Carreira

Número de Cargos	C A R G O	Padrões
2	Oficial de Justiça das 2. ^a e 3. ^a JCJ de Manaus, e Belém	PJ-8
3	Oficial de Justiça das JCJ de Parintins, Capanema e Santarém	PJ-9
4	Oficial Judiciário, sendo 2 para a 3. ^a JCJ de Belém, e 2 para as JCJ de Capanema e Santarém	PJ-7
4	Auxiliar Judiciário, sendo 2 para a 3. ^a JCJ de Belém, e 2 para as JCJ de Capanema e Santarém	PJ-9
4	Servente, sendo 2 para a 3. ^a JCJ de Belém e 2 para as JCJ de Capanema e Santarém	PJ-13

TABELA C

2.^a REGIÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Cargos Isolados de Provimento Efetivo

Numero de Cargos	C A R G O	Padrões
1	Chefe de Secretaria da JCJ de Limeira	PJ-2
1	Oficial de Justiça da JCJ de Limeira	PJ-9

Cargos de Carreira

Número de Cargos	C A R G O	Padrões
1	Oficial Judiciário para a JCJ de Limeira	PJ-7
1	Auxiliar Judiciário para a JCJ de Limeira	PJ-9
1	Servente para a JCJ de Limeira	PJ-13

TABELA D

4.^a REGIÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Cargos Isolados de Provimento Efetivo

Número de Cargos	C A R G O	Padrões
1	Chefe de Secretaria da JCJ de Itajaí	PJ-2
1	Oficial de Justiça da JCJ de Itajaí	PJ-9

Cargos de Carreira

Número de Cargos	C A R G O	Padrões
1	Oficial Judiciário para a JCJ de Itajaí	PJ-7
1	Auxiliar Judiciário para a JCJ de Itajaí	PJ-9
1	Servente para a JCJ de Itajaí	PJ-13

LEI N.º 4.089 — DE 13 DE
JULHO DE 1962

Transforma o Departamento Nacional de Obras de Saneamento em Autarquia, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Da Natureza, Sede e Fôro

Art. 1.º O Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), vinculado ao Ministério da Viação e Obras Públicas, passa a constituir entidade autárquica, com personalidade jurídica de direito público, autonomia financeira e administrativa, com sede e fôro na Capital da República, e reger-se-á pelo disposto nesta lei.

Parágrafo único. Enquanto não se efetivar a transferência da sua administração e instalações, o DNOS continuará tendo sede e fôro, provisórios, ao Estado da Guanabara.

CAPÍTULO II

Das Atribuições

Art. 2.º Ao DNOS compete:

a) Orientar, superintender, planejar, estudar, projetar, executar, fiscalizar e controlar os empreendimentos ou assuntos relativos à construção, conservação, modificação, operação e exploração de obras de hidráulica e saneamento rural e urbano compreendendo fundamentalmente: drenagem, controle de inundação, abastecimento d'água e esgotos pluviais e sanitário; controle de poluição de cursos d'água e controle de erosão;

b) Complementar os sistemas mencionados na alínea anterior com as obras de hidráulica fluvial de regularização de regime e de melhoramento de cursos ou massas d'água, tais como reservatórios de acumulação e de cheia, diques, melhoria de escoamento, estabilização do leito, proteção de margens, melhoria de barras e controle de salinidade nos trechos fluvio-marítimos — quando necessário para o atendimento das obras fundamentais de saneamento rural e urbano;

c) Associar as obras referidas nas alíneas "a" e "b", de acordo com os órgãos competentes federais, estaduais e municipais, a finalidades múltiplas, tais como hidreletricidade, irrigação, navegação fluvial, estímulo à recreação das populações e conservação da vida silvestre animal e vegetal, quando essa associação fôr um imperativo de ordem técnica, econômica e social;

d) Elaborar o planejamento geral e os planos parciais dos serviços e obras a seu cargo, para aprovação pelo Governo, e realizar os estudos necessários a sua revisão periódica;

e) Promover a realização de serviços e obras de saneamento rural e urbano, mediante regime de colaboração com os Estados, Municípios e entidades públicas ou privadas, com o objetivo de complementar os planos regionais ou locais;

f) Prestar assistência técnica aos Estados e Municípios ao seu alcance;

g) Colaborar com os órgãos da administração pública federal, para a solução de problemas relacionados com os de sua competência;

h) Promover estudos preliminares relacionados com o aproveitamento e a qualidade das terras a serem beneficiadas pela execução de serviços e

obras de sua competência, diretamente ou em colaboração com os órgãos federais, estaduais ou municipais especializados nesses estudos;

i) Examinar projetos, serviços e obras a cargo de outros órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou de particulares, cuja execução interfira com as atividades de sua competência e opinar sobre eles;

j) Promover desapropriações, por necessidade e utilidade pública ou interesse social, de bens necessários à execução dos serviços e obras a seu cargo;

l) Proceder ao levantamento cadastral das propriedades beneficiadas ou a beneficiar pela execução de serviços ou obras a seu cargo, visando à contribuição de melhoria e à instituição de taxas por serviços prestados;

m) Promover medidas legais e administrativas no sentido de atualizar a valorização das terras recuperadas pela execução de serviços ou obras de sua competência;

n) Zelar pelo cumprimento da legislação federal relacionada com a construção, operação e conservação dos serviços ou obras de saneamento rural e urbano, ao uso de águas públicas, ao controle de poluição dos cursos d'água, ao aproveitamento e valorização das terras recuperadas por esses serviços ou obras e promover a atualização e o aperfeiçoamento das leis correlatas às suas atividades;

o) Promover entendimentos com entidades nacionais, internacionais ou estrangeiras, para o fim de obter cooperação e assistência de qualquer natureza, destinadas a promover o desenvolvimento de programas e serviços relacionados com assuntos de sua competência;

p) Efetuar investigações, de amplo caráter sócio-econômico, coordenando os conhecimentos de fontes especializadas atinentes a recursos regionais;

q) Realizar, para fins de divulgação, estatísticas, filmes, estudos e observações diretas, em que se registre a influência de sua obra no quadro geo-econômico do país;

r) Propor ao Governo a representação do país em congressos internacionais de assuntos de hidráulica ou de saneamento rural e urbano;

s) Promover, patrocinar ou auxiliar congressos nacionais de assuntos

de hidráulica ou de saneamento rural e urbano ligados às atividades do D.N.O.S., bem como os internacionais que se realizem no país;

t) Exercer todas as demais atividades compreendidas no âmbito de suas finalidades.

§ 1º. A realização de serviços ou obras de saneamento rural e urbano, bem como a assistência técnica prestada aos Estados e Municípios, serão reguladas mediante convênios, observado o regime de mútua participação financeira e o que dispuser a legislação pertinente e a regulamentação desta lei.

§ 2º O D.N.O.S. manterá serviço permanente de conservação das obras realizadas, diretamente ou mediante acordos, convênios ou contratos com pessoas jurídicas ou físicas.

CAPÍTULO III

Da Organização

Art. 3º O DNOS, tem a seguinte organização básica:

- I — Órgão Deliberativo;
 - Conselho Deliberativo;
- II — Órgãos Executivos:
 - a) Diretoria Geral;
 - b) Divisões e Serviços;
 - c) Procuradoria Geral;
 - d) Inspetorias;
 - e) Distritos.

III — ... (vetado) ...

... (vetado) ...

Art. 4º O DNOS será dirigido pelo Diretor Geral, nomeado em comissão ... (vetado) ... por indicação do Ministro da Viação e Obras Públicas, e escolhido dentre engenheiros civis de notória capacidade e idoneidade e experiência comprovada na especialidade.

Parágrafo único — A Diretoria Geral será assistida por um Gabinete.

Art. 5º O Gabinete terá um chefe, as Divisões terão diretores, a Procuradoria Geral um Procurador Geral, as Inspetorias terão inspetores e os Distritos terão chefes, sendo todos esses cargos providos em comissão, obedecendo o disposto nos arts. 29, 30 e 31 desta Lei.

Art. 6. Compete aos órgãos executivos dar execução sistemática aos planos, orçamentos e programas de trabalho do DNOS e promover a administração, controle e fiscalização dos serviços e obras programadas.

Art. 7º A estrutura do DNOS será fixada em Regimento a ser aprovado por Decreto do Poder Executivo.

Seção I

Do Conselho Deliberativo

Art. 8º O Conselho Deliberativo reunir-se-á com o mínimo de 6 (seis) membros, deliberará por maioria de votos e terá a seguinte constituição:

- a) Presidente
- b) representante do Ministério da Fazenda;
- c) representante do Ministério da Agricultura;
- d) representante do Ministério da Saúde;
- e) representante do Ministério das Minas e Energia;
- f) representante do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico;
- g) representante da Confederação Rural Brasileira;
- h) representante da Associação Brasileira de Municípios;
- i) Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras de Saneamento.

Parágrafo único — A convite de qualquer dos membros e mediante autorização do Presidente, poderão tomar parte nas reuniões e participar dos debates, sem direito a voto nas deliberações, representantes de Associações ou Universidades e pessoas que possam contribuir para o esclarecimento e a solução das matérias de competência do Conselho Deliberativo.

Art. 9º O Presidente e os representantes junto ao Conselho Deliberativo serão designados por decreto ... (vetado) ... devendo no mesmo ato ser indicado também o substituto do Presidente.

§ 1º O Presidente do Conselho Deliberativo deverá ser engenheiro civil de reconhecida competência e idoneidade, obrigatoriamente estranho ao quadro do pessoal do DNOS.

§ 2º Os representantes dos Ministérios serão indicados pelos respectivos Ministros de Estado.

§ 3º Os representantes do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, da Confederação Rural Brasileira e da Associação Brasileira de Municípios serão escolhidos pelo Ministro da Viação e Obras Públicas dentre nomes constantes de listas triplices, organizadas pelas referidas entidades.

§ 4º O Presidente terá direito ao voto cumum e ao de desempate, e o Diretor-Geral não poderá votar na discussão da prestação de contas anual, do relatório das atividades dos órgãos executivos ou qualquer ato por ele praticado na direção do DNOS.

§ 5º Cada representante de órgão ou entidade será, também, elemento de ligação entre o DNOS e o órgão ou entidade que representar.

Art. 10. O Presidente e os representantes, mencionados nos itens a a h do art. 8º terão mandato de 4 (quatro) anos.

§ 1º Os representantes serão renovados de dois em dois anos, sendo que, dos sete nomeados para o primeiro Conselho, quatro terão o mandato de dois anos e três o mandato de quatro anos.

§ 2º O Presidente e os membros do Conselho poderão ser substituídos independentemente do período de mandato a que ainda façam jus.

Art. 11. O Conselho reunir-se-á, no mínimo, duas vezes por mês, sendo de 60 (sessenta) o número máximo de reuniões remuneradas anualmente.

§ 1º O Poder Executivo fixará a gratificação de presença dos membros do Conselho.

§ 2º Além da gratificação de presença, o Presidente do Conselho perceberá uma gratificação de representação, pagável mensalmente e fixada pelo Poder Executivo.

§ 3º As gratificações de presença e de representação serão consignadas no orçamento do DNOS, em rubrica própria.

Seção II

Art. 12. Ao Conselho Deliberativo compete:

I — Deliberar sobre:

a) as tabelas de preços unitários ou globais para adjudicação dos serviços ou obras a cargo do D.N.O.S.;

b) os regimes de adjudicação de serviços ou obras e suas formas de execução;

c) os contratos-padrões para adjudicação de serviços ou obras a terceiros e para aquisição de materiais e equipamentos;

d) os convênios-padrões com os Estados, Municípios e entidades públicas ou privadas para a realização de serviços ou obras de saneamento rural e urbano;

e) o valor de indenizações superiores a Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de

cruzeiros) para liquidação de desapropriações necessárias à execução dos serviços ou obras;

f) a aquisição de imóveis necessários ao patrimônio do D. N. O. S.;

g) a locação de bens e alienação de imóveis que se tornarem desnecessários ao patrimônio do DNOS., obedecida a legislação pertinente;

h) doações ao D.N.O.S. com ou sem encargos;

i) as dúvidas de interpretação e as consequências de omissões desta lei;

j) o Regimento Interno do Conselho.

II — Opinar sobre:

a) o plano, orçamento e programa de trabalho do D.N.O.S.;

b) os balanços e a prestação de contas anuais do Diretor Geral;

c) o relatório anual das atividades dos órgãos executivos;

d) as operações de crédito e de financiamento dos serviços ou obras do D.N.O.S.;

e) a regulamentação desta lei;

f) o Regimento do D. N. O. S.;

g) os anteprojetos de leis relacionados com as atribuições e atividades do D.N.O.S.;

h) as consultas do Diretor Geral sobre matéria de competência deste;

i) projetos e providências para alteração e aperfeiçoamento dos trabalhos a cargo do D. N. O. S.

Parágrafo único. As deliberações do Conselho terão caráter de última instância administrativa e os pareceres serão encaminhados ao Diretor-Geral para a tramitação compatível.

Art. 13. Ao Diretor-Geral compete, especialmente:

a) superintender todos os serviços do D.N.O.S.;

b) dirigir e fiscalizar a execução dos planos, orçamentos e programas de trabalho;

c) movimentar as contas, ordenar pagamentos e autorizar suprimentos e adiantamentos regularmente processados, atendida a legislação vigente;

d) autorizar a aquisição de matérias e equipamentos;

e) representar o D. N. O. S. ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, por si ou pelos Procuradores da Autarquia ou delegados expressamente designados;

f) autorizar a liquidação de desapropriações, até o valor máximo de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros);

g) aprovar as concorrências, os contratos e os convênios para adjudicação e realização de serviços e obras e para aquisição de materiais e equipamentos, obedecidos os padrões em vigor;

h) promover os meios de colaboração com os Estados e municípios em obras de saneamento rural e urbano, obedecidos os padrões em vigor;

i) prover os cargos, admitir e dispensar o pessoal do D.N.O.S., na forma da legislação vigente;

j) instaurar processo administrativo, aplicar penalidades e decretar prisão administrativa do pessoal do D.N.O.S.;

l) elaborar e submeter ao Ministro da Viação e Obras Públicas:

1) os sistemas de classificação e remuneração, o quadro de funcionários e as tabelas de pessoal temporário e de obras;

2) os planos, orçamento e programas de trabalho, acompanhados do parecer do Conselho Deliberativo;

3) o relatório anual das atividades dos órgãos executivos, acompanhados do parecer do Conselho Deliberativo;

m) ... (vetado) ...

1) ... (vetado) ...

2) ... (vetado) ...

3) ... (vetado) ...

n) submeter ao Conselho Deliberativo as matérias da competência deste e as consultas sobre matéria de sua competência que julgar conveniente formular;

o) entender-se ou corresponder-se com autoridades oficiais ou privadas sobre assuntos de interesse do D.N.O.S.;

p) alienar os bens do D.N.O.S., após a deliberação do Conselho Deliberativo;

q) atribuir aos servidores do D.N.O.S. gratificações e vantagens, na forma da lei e regulamentos podendo delegar esta competência;

r) ... (vetado) ...

CAPÍTULO IV

Fundo Nacional de Obras de Saneamento

Art. 14. Fica criado o Fundo Nacional de Obras de Saneamento (F.N.O.S.) destinado à execução dos serviços e obras atribuídos ao D.N.O.S. nesta lei.

Art. 15. O F.N.O.S. é constituído de:

a) 2% (dois por cento), no mínimo, da Renda Tributária da União;

b) contribuição de melhoria correspondente à valorização de imóveis, em consequência de serviços ou obras executados pelo D. N. O. S., nos termos desta lei;

c) valores correspondentes à prestação de serviços de irrigação, executados e administrados pelo DNOS;

d) produto da venda da areia extraída dos cursos d'água;

e) alienação de bens patrimoniais e o produto da venda de material inservível.

Art. 16. A percentagem da receita do Orçamento Geral da República, a que se refere a letra a do art. 15, será automaticamente recolhida ao Banco do Brasil S. A., por duodécimos, até o dia 15 de cada mês, em conta especial, sob a denominação "Fundo Nacional de Obras de Saneamento", à ordem e disposição do D.N.O.S.

Art. 17. Serão aplicados em instalação, melhoramentos ou ampliação de serviços de abastecimento d'água e esgotos municipais, até 50% (cinquenta por cento) da percentagem referida no art. 16 desta lei.

§ 1º O D.N.O.S., dentro do prazo de 90 (noventa) dias, providenciará a regulamentação deste artigo, onde será disciplinado o regime de cooperação, abrangendo os seguintes aspectos: o custeio parcial dos serviços pelas entidades em cooperação; operação de crédito por terceiros, para financiamento da parcela de custo dos serviços devida pelo Município; operação de crédito por parte do D.N.O.S. para financiamento da parcela de crédito de responsabilidade dos Municípios; aplicação dos recursos financeiros do D.N.O.S., critério de prioridade para execução dos serviços e concessão de financiamento pelo D.N.O.S.; as condições técnicas, legais e assistenciais para a construção, operação e manutenção dos serviços, a serem estabelecidos em convênio; e coordenação com outros órgãos federais, estaduais, autárquicos ou paraestatais.

§ 2º A regulamentação deve prever obrigatoriamente os seguintes critérios:

I — relação direta com o número de habitantes de cada circunscrição territorial;

II — relação inversa com a renda nacional "per capita" de cada Estado ou Município;

III — contribuição parcial dos Estados ou Municípios em que forem realizadas as obras, até 50% (cinquenta por cento) do custo orçamentário das mesmas.

§ 3º Na regulamentação, referida no parágrafo anterior, o D.N.O.S. se esforçará pela promoção de medidas de caráter técnico, orçamentário, financeiro, assistencial e legal, a fim de que o plano de cooperação com os Municípios tenha caráter de executabilidade e atendimento de suas necessidades, dentro do prazo máximo de 20 (vinte) anos.

Art. 18. A contribuição de melhoria, referida na alínea b do art. 15, corresponderá à valorização do metro quadrado de cada imóvel urbano e do hectare de propriedade rural, beneficiados pelos serviços ou obras realizadas pelo D. N. O. S. e será calculada em função do custo global do serviço ou obra, não podendo exceder a esse custo.

§ 1º O D.N.O.S. efetuará o cálculo da contribuição e notificará o proprietário do imóvel beneficiado sobre os respectivos valores unitário e global, mencionando, na notificação, a forma de recolhimento e os períodos correspondentes.

§ 2º O proprietário do imóvel atingido pela contribuição poderá recorrer dos valores fixados pelo D.N.O.S. ao Ministro da Viação e Obras Públicas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação referida no parágrafo anterior, cabendo ao Ministro decidir do recurso à vista do prévio parecer de comissão de técnicos especializados em avaliação de imóveis, em número de 3 (três), por ele designada no ato do recebimento do recurso.

§ 3º Decorridos 60 (sessenta) dias do prazo fixado para recolhimento da contribuição ou 30 (trinta) dias da decisão do Ministro da Viação e Obras Públicas em recurso interposto, o D.N.O.S. notificará o proprietário do imóvel dando-lhe prazo certo e imperrogável para o recolhimento, sob pena de cobrança executiva, a qual será promovida se essa notificação for desatendida.

§ 4º A contribuição somente será cobrada pelo D.N.O.S. após a conclusão total e a inauguração oficial

do serviço ou obra que a motive e o pagamento será efetuado em parcelas, semestralmente, até 10 (dez) anos da data da conclusão do serviço ou obra.

§ 5.º A contribuição de melhoria será imediatamente recolhida ao Banco do Brasil S.A., na conta especial referida no artigo 16 desta lei e inscriturada na receita do DNOS.

§ 6.º O zoneamento das obras atingidas pela contribuição e o critério de valorização das propriedades incluídas no zoneamento serão fixados na regulamentação desta lei.

Art. 19. Os serviços de irrigação serão cobrados pelo D.N.O.S. aos respectivos proprietários ou beneficiários por metro cúbico de água fornecida e calculados em função do custo da operação e do custo dos serviços ou obras necessários à prestação dos serviços acrescidos de uma percentagem a título de despesas de administração.

Parágrafo único. As quantias arrecadadas serão recolhidas e escrituradas na forma do disposto no parágrafo 5.º do artigo 18 desta lei.

Art. 20. O encargo de extração de areia dos cursos d'água poderá ser transferido a terceiros, cabendo ao encarregado pagar contribuição, calculada à vista do valor usual do metro cúbico de areia e do volume provável a ser extraído no período em que durar o encargo.

Parágrafo único. As condições de transferência dêsse encargo e a forma de pagamento e recolhimento da contribuição serão regulados mediante contrato de prestação e retribuição de serviços.

CAPÍTULO V

Receita, Contabilidade e Patrimônio

Art. 21. Constituem fontes de receita do D.N.O.S.:

a) o Fundo Nacional de Obras de Saneamento;

b) dotações orçamentárias ou créditos especiais aprovados pelo Congresso Nacional;

c) produto de operações de crédito;

d) produto de juros de depósitos bancários;

e) taxas ou rendas de serviços prestados;

f) produto de arrendamento de bens patrimoniais do D.N.O.S. ou de bens do domínio público sob sua administração;

g) o produto de multas ou emolumentos devidos ao D.N.O.S.;

h) o produto do aforamento dos acrescidos de marinha resultantes de obras executadas pelo D.N.O.S.;

i) auxílios, subvenções, contribuições marginais a cursos ou coleções d'água, beneficiações ou recuperadas por obras ou serviços executados pelo D. N. O. S. e que, por qualquer título, não pertençam ao domínio particular;

j) rendas eventuais;

l) auxílios, subvenções, contribuições e doações de entidades públicas ou de particulares;

m) rendas provenientes de acordos, convênios e contratos com pessoas jurídicas ou físicas, relativos a serviços de conservação e outros prestados pelo D.N.O.S.

Art. 22. Os recursos provenientes de auxílios orçamentários ou de subvenções da União serão entregues ao D.N.O.S. pelo Tesouro Nacional por duodécimos, até o dia 15 de cada mês, podendo os saldos terem aplicação nos exercícios subsequentes, independente de prestação de contas ao Tesouro Nacional.

Art. 23. O D.N.O.S. terá serviço completo de contabilidade de todo o seu movimento financeiro, orçamentário e patrimonial.

§ 1.º A escrituração financeira deverá registrar todos os fatos correspondentes à execução financeira.

§ 2.º O registro orçamentário compreenderá as fases correspondentes aos estágios da receita e da despesa orçamentária.

§ 3.º A escrituração patrimonial compreenderá os registros analíticos de todos os haveres e compromissos.

Art. 24. Os balanços anuais do D.N.O.S. serão encaminhados à Contadoria Geral da República, até 31 de março do ano subsequente, acompanhados de parecer do Conselho Deliberativo.

Parágrafo único. No mesmo prazo, serão encaminhados ao Tribunal de Contas da União as prestações de contas correspondentes à gestão administrativa dos responsáveis pelos bens e valores no transcurso do exercício anterior.

Art. 25. O patrimônio da Autarquia será constituído de haveres, bens e papéis do arquivo da repartição atual, assim como de outros bens regularmente adquiridos.

CAPÍTULO VI

Da Fiscalização da Execução Orçamentária

Art. 26. (VETADO).

Parágrafo único. (VETADO)

Art. 27. (VETADO).

Art. 28. O levantamento anual das contas, com base nos lançamentos mensais, e a relação completa e circunstanciada de todos quantos tenham recebido, administrado ou guardado bens, dinheiro ou valores do D.N.O.S., em cada exercício, deverão ser encaminhados... (VETADO) ... ao Tribunal de Contas da União... (VETADO)...

CAPÍTULO VII

Do Pessoal

Art. 29. O D.N.O.S. terá sistema de classificação de cargos e de remuneração próprios aprovados por decreto do Poder Executivo.

§ 1.º No sistema de classificação serão previstas todas as atividades permanentes necessárias à execução dos serviços do D.N.O.S., atendidas as peculiaridades de sua administração de pessoal.

§ 2.º O sistema de remuneração será elaborado tendo em vista o valor das respectivas atividades no mercado de trabalho, não podendo haver retribuição inferior ao salário mínimo regional.

§ 3.º A escala de valores dos padrões e símbolos do sistema de remuneração será fixada em função dos valores do salário mínimo.

Art. 30. O D.N.O.S. terá quadro próprio de funcionários, aprovado pela autoridade competente, não podendo a despesa correspondente exceder a 8% da receita do D.N.O.S..

§ 1.º Além do quadro a que se refere este artigo, poderá ser admitido pessoal temporário e de obras e especialistas.

§ 2.º O salário desse pessoal será fixado tendo em vista os princípios enunciados nos parágrafos 2.º e 3.º do artigo anterior.

§ 3.º O salário do pessoal temporário e o do de obras não poderá ser superior ao vencimento do cargo de atribuições correspondentes do próprio D. N. O. S.

§ 4.º O salário de especialista será fixado tendo em vista o seu grau de especialização e a maior ou menor carência do mercado de trabalho, não

ficando sujeito ao limite estabelecido no parágrafo anterior.

Art. 31. O provimento e vacância dos cargos integrantes do quadro de funcionários do D.N.O.S. são da competência do Diretor-Geral.

Art. 32. Os direitos e vantagens e o regime disciplinar dos funcionários do D.N.O.S., assim como o processo administrativo e sua revisão, são os estabelecidos na Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952 e demais leis e regulamentos em vigor para os funcionários públicos civis da União.

Art. 33. Aos funcionários integrantes dos quadros do Ministério da Viação e Obras Públicas, atualmente lotados no D.N.O.S., fica assegurado o direito de optarem, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta lei, pela situação que detêm ou pela de funcionários autárquicos.

§ 1º O aproveitamento inicial, no quadro do D.N.O.S., far-se-á, obrigatoriamente, na mesma classe ocupada anteriormente, vedada a reclassificação ou a promoção automática.

§ 2º Os funcionários que optarem pela permanência na situação anterior poderão continuar no D.N.O.S., na qualidade de cedidos pela União.

§ 3º Os cargos integrantes dos quadros do Ministério da Viação e Obras Públicas ocupados por funcionários que optarem pelo quadro do D.N.O.S. serão considerados extintos, feitas as supressões à medida que vagarem ou após as promoções, quando os ocupantes não integrarem a classe inicial.

§ 4º Os cargos em comissão e as funções gratificadas atualmente existentes nos quadros do Ministério da Viação e Obras Públicas, com lotação no D. N. O. S., serão suprimidos imediatamente após a aprovação do quadro de Autarquia.

§ 5º Aos servidores que optarem pela situação de funcionários autárquicos ficarão assegurados todos os direitos e vantagens da situação anterior estabelecidos na legislação vigente, inclusive tempo de serviço e o regime de aposentadoria, previstos nos arts. 180 e 184 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, cuja responsabilidade continuará a cargo do Tesouro Nacional.

§ 6º O tempo de serviço a que se refere o parágrafo anterior será contado, para os efeitos da alínea a do art. 180 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 e da Lei nº 1.741, de 22

de novembro de 1952, desde que a função gratificada ou cargo em comissão da Autarquia tenha a mesma denominação ou encargos correspondentes aquêles que o servidor exercia na data da transformação.

§ 7º O direito previsto nos parágrafos 5º e 6º é extensivo ao pessoal que passar a servir à Autarquia na forma do parágrafo 2º.

§ 8º O atual pessoal temporário e de obras continuará a exercer suas atividades na Autarquia, obedecidas as disposições em vigor.

Art. 34. A despesa com o pessoal cedido correrá à conta dos recursos do D.N.O.S., incluindo-se, em seu orçamento, rubrica específica para atender a êsse encargo.

Art. 35. O D.N.O.S. poderá requisitar funcionários de órgãos do serviço público federal, inclusive de autarquia, e empregados de fundações e sociedades de economia mista, de que a União participe, para o exercício de função gratificada ou cargo em comissão ou para a execução de serviço especializado, atribuindo-lhe, neste caso, uma gratificação de até 100% (cem por cento) dos respectivos vencimentos e salários, desde que dêem tempo integral de trabalho.

§ 1º A requisição a que se refere êste artigo não acarretará ao requisitado a perda de vencimentos ou vantagens e o prazo de afastamento será considerado, para todos os efeitos, como de efetivo exercício.

§ 2º No caso de requisição para o exercício de cargo em comissão, o requisitado, durante o afastamento, perderá o respectivo vencimento ou remuneração, salvo opção.

CAPÍTULO VIII

Disposições Gerais

Art. 36. Os agentes do D.N.O.S. podem penetrar nas propriedades públicas ou particulares para realizar estudos e levantamentos necessários à elaboração dos projetos de serviços ou obras a cargo da Autarquia, mediante prévio aviso ao proprietário, responsável ou preposto.

Parágrafo único. Ocorrendo danos à propriedade, fica assegurado ao proprietário direito a indenização.

Art. 37. São declarados de utilidade pública, para efeito de desapropriação dos serviços ou obras a cargo do D. N. O. S.

§ 1º A vigência da declaração de utilidade pública de que trata êste artigo começará com a publicação do ato de aprovação, pelo órgão competente da administração federal dos respectivos projetos com as áreas a desapropriar individualizadas, perdurando até final execução de cada projeto, para efeito de efetivar-se a desapropriação.

§ 2º Verificada a publicação referida no parágrafo anterior, poderá o desapropriante efetuar depósito provisorio, nos termos da legislação em vigor, e ocupar os terrenos identificados para efeito de neles praticar os atos legais compatíveis com os fins da desapropriação.

Art. 38. Nas desapropriações previstas nesta lei excluem-se das indenizações as valorizações decorrentes de obras projetadas ou realizadas pelo D.N.O.S., bem como de loteamentos registrados após a aprovação dos projetos referida no parágrafo 1º do art. 37, ou de modificações feitas com o fim de obterem indenizações mais elevadas.

Art. 39. São extensivos ao D.N.O.S. os privilégios da Fazenda Pública, quanto ao uso das ações especiais, prazos e regime de custas, correndo os processos de seu interesse perante os Juizes dos Feitos da Fazenda Pública.

Art. 40. As transações do D.N.O.S. serão feitas da mesma forma, mediante os mesmos instrumentos, perante os mesmos officios e registros públicos, sob o mesmo regime de imunidade tributária peculiar à Fazenda Nacional, inclusive perante as repartições alfandegárias e empresas concessionárias de serviço público.

Parágrafo único. Os atos jurídicos e seus instrumentos, de que participe o D.N.O.S., gozam das imunidades previstas no § 5º do art. 15 e no inciso V, alínea "a" do art. 31, da Constituição Federal.

Art. 41. O D.N.O.S. poderá consignar até 1% (um por cento) de seu orçamento para atender a despesas relacionadas com a formação e treinamento de seu pessoal técnico, administrativo e auxiliar, assim como para a realização de pesquisas e estudos, indispensáveis à execução de suas atribuições.

Art. 42. ... (VETADO) ...

Art. 43. Fica o D. N. O. S. autorizado a realizar operações de crédito e de financiamento, garantidas

por parcelas do D.N.O.S. e outras fontes de sua receita.

Art. 44. Os depósitos bancários de qualquer quantia recebida ou guardada pelo D.N.O.S. ou seus agentes serão obrigatoriamente efetuados em estabelecimentos de crédito oficial, vedado, sob pena de responsabilidade, qualquer depósito em estabelecimento bancário particular.

Art. 45. Os dirigentes dos órgãos executivos do D. N. O. S. reunir-se-ão, no mínimo, uma vez por mês, sob a presidência do Diretor-Geral, para coordenar suas atividades, promover relato geral dos trabalhos a seu cargo e adotar medidas de interesse da administração executiva do DNOS.

§ 1º Os Inspetores e Chefes de Distritos poderão ser dispensados de comparecer às reuniões, a critério do Diretor-Geral.

§ 2º Anualmente, haverá uma convenção dos dirigentes dos órgãos executivos, sendo obrigatório o comparecimento de todos.

Art. 46. Pertencem à União e ficam sob a jurisdição do D.N.O.S., que poderá aforá-los ou aliená-los, os acrescidos de terrenos de marinha, resultantes de obras realizadas pelo D.N.O.S., bem como os recuperados nas margens dos rios, canais e lagoas, que por qualquer título não estejam no domínio particular.

§ 1º O aforamento ou a alienação serão feitos mediante concorrência pública e o edital poderá prever o pagamento do preço de alienação do domínio útil, à vista ou a prazo.

§ 2º Os recursos provenientes destas vendas do domínio útil constituirão receita do Fundo Nacional de Obras de Saneamento.

Art. 47. Anualmente, para conhecimento do Congresso Nacional, será enviado, em anexo à Proposta Orçamentária do Poder Executivo, o Orçamento do D.N.O.S. para o ano seguinte.

Parágrafo único. Do aludido Orçamento, figurará em cada exercício, a receita do D.N.O.S., prevista no art. 14, bem assim, com a possível discriminação, a despesa correspondente.

CAPÍTULO IX

Disposições Transitórias

Art. 48. Continuam em vigor, no corrente exercício, com as mesmas

destinações, as dotações orçamentárias e os créditos abertos a favor do D.N.O.S.

Art. 49. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, crédito especial até o limite de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), para custeio das despesas de instalação e andamento dos serviços e obras a cargo do D.N.O.S., cuja aplicação reger-se-á pelo disposto nesta lei e sua regulamentação.

Art. 50. Dentro de noventa (90) dias, contados da publicação desta lei, serão baixados os seus regulamentos e o regimento do D.N.O.S.

§ 1º Até à regulamentação desta lei, as deliberações do Conselho Deliberativo, na esfera de sua competência, e os atos do Ministro da Viação e Obras Públicas relativos ao cumprimento desta lei e a sua interpretação, depois de publicados, serão equivalentes a Regulamento.

§ 2º Até à expedição do Regimento do D.N.O.S., previsto neste artigo, vigorará o Regimento aprovado pelo Decreto nº 20.488, de 24 de janeiro de 1946, em tudo que não colidir com o disposto nesta lei.

Art. 51. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de julho de 1962; 141ª da Independência e 74ª da República.

JOÃO GOULART

Francisco Brochado da Rocha

Hélio de Almeida

Renato Costa Lima

LEI Nº 4.090 — DE 13 DE
JULHO DE 1962

Institui a gratificação de Natal para os trabalhadores.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. No mês de dezembro de cada ano, a todo empregado será paga, pelo empregador, uma gratificação salarial, independentemente da remuneração a que fizer jus.

§ 1º. A gratificação corresponderá a 1/12 avos da remuneração devida em dezembro, por mês de serviço, do ano correspondente.

§ 2º. A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de trabalho será havida como mês integral para os efeitos do parágrafo anterior.

Art. 2º. As faltas legais e justificadas ao serviço não serão deduzidas para os fins previstos no parágrafo 1º, do Art. 1º, desta lei.

Art. 3º. Ocorrendo rescisão, sem justa causa, do contrato de trabalho, o empregado receberá a gratificação devida nos termos dos parágrafos 1º e 2º, do art. 1º desta lei, calculada sobre a remuneração do mês da rescisão.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de julho de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Francisco Brochado da Rocha

Hermes Lima

LEI Nº 4.091 — DE 13 DE JULHO
DE 1962

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 885.343,90, para pagamento do período compreendido entre 1º de junho a 31 de dezembro de 1958, de vencimentos, salário-família, a gratificação adicional, aos servidores do Estabelecimento de Subsistência da 10ª Região Militar.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$... 885.343,90 (oitocentos e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta e três cruzeiros e noventa centavos), para pagamento do período compreendido entre 1º de junho a 31 de dezembro de 1958, de vencimentos, salário-família e gratificação adicional por tempo de serviço, aos servidores do Estabelecimento de Subsistência da 10ª Região Militar amparados por Sentença Judiciária, passada em julgado.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 13 de julho de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Francisco Brochado da Rocha

Nelson de Mello

LEI Nº 4.092 — DE 14 DE JULHO
DE 1962

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 21.876.000,00, destinado a atender à despesa com a aquisição do material necessário ao equipamento da posição de operação resultante da instalação de Central Rádio em Brasília.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$... 21.876.000,00 (vinte e um milhões, oitocentos e setenta e seis mil cruzeiros), destinados a ocorrer à despesa com a aquisição do material necessário ao equipamento da posição de operação resultante da instalação de nova Central Rádio em Brasília.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Francisco Brochado da Rocha

Nelson de Mello

LEI Nº 4.093 — DE 14 DE JULHO
DE 1962

Concede pensão especial de Cr\$ 30.000,00 mensais a D. Geni Silva Vivacqua.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º E' concedida a pensão especial de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cru-

zeiros) mensais a D. Gení Silva Vivacqua, viúva do ex-Senador Atílio Vivacqua.

Parágrafo único. A despesa com o pagamento da pensão de que trata este artigo correrá por conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda destinada aos pensionistas da União.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART.

Francisco Brochado da Rocha.

LEI Nº 4.094 — DE 14 DE JULHO DE 1962

Modifica o § 1º do art. 168 do Código do Processo Civil (Decreto-lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939)

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O § 1º do art. 168 do Código do Processo Civil (Decreto-lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939) passa a ter a seguinte redação:

“Art. 168.

.....

§ 1º No Distrito Federal e nas capitais dos Estados ou Territórios, as intimações se considerarão feitas pela só publicação dos atos no órgão oficial, desde que constem os nomes exatos dos advogados de todos os interessados.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após a sua publicação, salvo quanto ao Distrito Federal, onde vigorará imediatamente.

Brasília, 14 de julho de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART.

Francisco Brochado da Rocha.

Cândido de Oliveira Neto.

LEI Nº 4.095 — DE 17 DE JULHO DE 1962

Fixa o número de Deputados por Estados e Territórios e dá outras providências.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu, Auro Soares Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do art. 70, § 4º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Artigo 1º E' fixado para a próxima legislatura em 404 (quatrocentos e quatro) o número de representantes do povo na Câmara dos Deputados, eleitos pelos Estados e Territórios, conforme a seguinte distribuição: Amazonas, sete (7); Pará, dez (10); Maranhão, dezesseis (16); Piauí, oito (8); Ceará, vinte e um (21); Rio Grande do Norte, sete (7); Paraíba, treze (13); Pernambuco, vinte e quatro (24); Alagoas, nove (9); Sergipe, sete (7); Bahia, trinta e um (31); Minas Gerais, quarenta e oito (48); Espírito Santo, oito (8); Rio de Janeiro, vinte e um (21); Guanabara, vinte e um (21); São Paulo, cinquenta e nove (59); Paraná, vinte e cinco (25); Santa Catarina, quatorze (14); Goiás, treze (13); Mato Grosso, oito (8); Rio Grande do Sul, vinte e nove (29); Território do Acre, dois (2); Território do Amapá, um (1); Território do Rio Branco, um (1).

Brasília, 17 de julho de 1962; 141º da Independência 74º da República.

AURO MOURA ANDRADE

LEI Nº 4.096 — DE 18 DE JULHO DE 1962

“Altera dispositivos da Lei nº 2.220, de 10 de julho de 1934, que dispõe sobre a taxa a que ficam sujeitas as entidades que exploram apostas sobre corridas de cavalos e dá outras providências”.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu, Auro Soares Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do art. 70, § 4º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1º A realização, nos hipódromos, de competições hípias de corrida, com ou sem obstáculos e de trote, com exploração de apostas, de-

pende de prévia autorização do Ministério da Agricultura às entidades promotoras que a solicitarem.

Parágrafo único — Permanecem válidas as autorizações concedidas no regime da legislação anterior, observado o disposto nesta lei.

Art. 2º Para obtenção da autorização a que se refere o artigo anterior, deverá a entidade solicitante:

I — apresentar requerimento instruído com:

1º) planta baixa do hipódromo e demais dependências;

2º) prova de que os terrenos do hipódromo são de sua propriedade, ou cedidos pela União, pelo Estado ou pelo Município, ou de que deles será proprietária dentro de 5 (cinco) anos, comprovando, neste caso, possuir direitos aquisitivos sobre os mesmos;

3º) cópia autêntica dos seus estatutos, devidamente registrados, nos quais se consigne:

a) que os diretores e os sócios não percebem honorários, remuneração, dividendos, ou participação pecuniária de qualquer espécie e que toda a renda líquida da entidade reverte em proveito das suas finalidades estatutárias;

b) o objetivo primacial de fomentar a produção do puro sangue de carreira no País;

II — dispor de instalações (hipódromo e demais dependências necessárias), cujas condições técnicas sejam consideradas satisfatórias pelo Ministério da Agricultura;

III — assinar, perante o órgão competente do Ministério da Agricultura, um termo de compromisso no qual se obrigue:

1º a não admitir nas competições que promover:

a) animais estrangeiros porventura importados com violação do disposto nesta lei;

b) animais de qualquer procedência que não sejam de puro sangue de carreira, quando destinados a corridas e estas se realizarem nas Capitais dos Estados de São Paulo e Guanabara, ou que tenham menos de meio sangue dessa raça, quando as mesmas se realizarem em qualquer outro lugar;

c) cavalos que tenham, até o dia 1º do mês de janeiro imediatamente anterior à data da competição, completado 7 (sete) anos de idade hípica, quando estrangeiros de qualquer procedência e 8 (oito) anos, quando nacionais;

d) éguas de qualquer procedência que tenham atingido 7 (sete) anos de idade hípica até o dia 1º do mês de janeiro imediatamente anterior à data da competição;

e) animais que se revelem, ao exame veterinário, doentes ou possuidores de taras, que lhes causem sofrimento no esforço da competição.

2º a destinar exclusivamente aos animais nacionais pelo menos metade das provas de cada programa, dotando-as com importância em prêmios equivalente, no mínimo, à metade da que for distribuída por todas as provas do mesmo programa, não se computando para o efeito dessa proporção, as provas clássicas e os grandes prêmios;

3º a destinar aos criadores dos animais nacionais vencedores, a importância correspondente a 10% (dez por cento), no mínimo, dos prêmios do primeiro e segundo lugares, em todos os páreos, inclusive os clássicos e os grandes prêmios, além de 3% (três por cento), também no mínimo, ao criador de animal vencedor, calculados sobre o montante das apostas feitas no mesmo animal, para o primeiro lugar, igualmente em todos os páreos.

Parágrafo único — Entende-se por criador a pessoa física ou jurídica devidamente registrada no Ministério da Agricultura, e assim definida pelo Stud-Book Brasileiro.

Art. 3º A autorização para a exploração de apostas sobre competições hípias será concedida através de carta-patente do Ministério da Agricultura.

Parágrafo 1º As entidades solicitantes elaborarão o Plano dos Concursos, contendo os regulamentos das diversas modalidades de apostas e o arquivarão no órgão competente do Ministério da Agricultura, que o publicará no *Diário Oficial* para conhecimento público.

Parágrafo 2º As entidades atualmente autorizadas a realizar competições hípias com exploração de apos-

tas se adaptarão às disposições desta lei dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a partir da sua vigência, assegurada a continuidade do atual sistema até que seja emitida a respectiva carta-patente.

Parágrafo 3º Quaisquer modificações no Plano dos Concursos, a que se refere o parágrafo primeiro, só entrarão em vigor depois de arquivadas no Ministério da Agricultura e publicadas.

Art. 4º A importação de animais de puro sangue, de qualquer procedência, só será permitida:

a) com a prova de não serem portadores de taras transmissíveis ou de vícios redibitórios;

b) comprovando-se haverem levantado, em hipódromos oficialmente reconhecidos pelo governo do país exportador, um total de prêmios equivalente, pelo menos, a Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), em se tratando de cavalos e a Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), se forem éguas, quando destinados aquelles e estas, a competições;

c) em se tratando de potranças inéditas de 2 (dois) anos, mediante autorização prévia para importação, obtida do Ministério da Agricultura, que a concederá em montante anual nunca superior a 10% (dez por cento) da produção nacional global do ano anterior.

Parágrafo 1º Para o cumprimento do disposto neste artigo, não será permitida a entrada de animais de puro sangue de carreira no País sem documento que comprove ter o exportador apresentado a autoridade consular brasileira competente:

a) declaração expressa de que o animal se destina à reprodução ou a competições hípicas;

b) as provas referidas nas alíneas a, b e c deste artigo sendo que, para o cálculo do valor dos prêmios previstos na alínea b, será utilizada a taxa do mercado do câmbio livre, no dia do embarque do animal no país de origem.

§ 2º Os animais de puro sangue de carreira, importados para fins de reprodução, não poderão tomar parte em competições, no País.

§ 3º É vedada, durante os 2 (dois) anos seguintes à importação, a venda dos animais de que trata a alínea c deste artigo, salvo quando importados

por entidade turfística que preencha as condições mencionadas no art. 2º desta lei.

§ 4º O órgão competente do Ministério da Agricultura elaborará as instruções que, depois de aprovadas pelo Ministro e publicadas, regulamentarão os serviços de fiscalização e os demais, necessários à execução do presente artigo.

Art. 5º As entidades promotoras de competições hípicas, com exploração de apostas, organizadas de acordo com esta lei ou legislação anterior, deverão distribuir, em prêmios, importância nunca inferior a 5% (cinco por cento) do movimento de apostas em cada páreo.

§ 1º Entende-se por prêmio a importância destinada aos proprietários, criadores e profissionais do turfe.

§ 2º A importância mencionada neste artigo será distribuída, em cada ano, com base no movimento das apostas efetuadas no semestre anterior.

Art. 6º As entidades promotoras de competições hípicas, com exploração de apostas, só poderão realizar reuniões aos sábados, a partir das 13,00 horas e nos domingos e feriados, em qualquer horário, condicionadas as reuniões noturnas à existência de adequado equipamento de iluminação no hipódromo.

§ 1º As entidades que preencherem a condição referida neste artigo poderão promover, além das reuniões programadas para as datas já mencionadas, mais uma reunião noturna semanal, no horário das 19,30 às 24,00 horas.

§ 2º Nas cidades em que houver mais de um hipódromo, nas condições previstas no parágrafo anterior, poderão as entidades que as explorem acordar livremente entre si a respeito das datas de realização das respectivas competições hípicas noturnas, que não poderão ser coincidentes.

§ 3º Na falta de acordo, as datas das competições noturnas serão fixadas pelo Ministério da Agricultura, respeitado o direito das entidades às datas que já hajam adotado.

Art. 7º Compete ao Ministério da Agricultura fiscalizar as entidades promotoras de competições hípicas com exploração de apostas, exigindo-

lhos o exato cumprimento do disposto nesta lei.

§ 1.º As entidades referidas neste artigo ficam obrigadas a prestar, aos funcionários incumbidos da fiscalização, todos os esclarecimentos necessários e a exibir os documentos, livres e comprovantes que forem solicitados, sob pena de cassação da autorização de funcionamento, ou da cartapendente, após processo regular e por despacho ministerial.

§ 2.º A fiscalização federal será limitada às atribuições específicas da alçada da União, ressalvado ao Município o direito de fiscalizar a observância de sua própria legislação, no âmbito da sua competência constitucional. Para todos os efeitos, a exploração de apostas e o espetáculo ou diversão pública se consideram atividades distintas.

Art. 8.º As entidades que explorem apostas sobre competições hípias ficam sujeitas ao pagamento de uma taxa equivalente a 10% (dez por cento) do valor dos prêmios distribuídos aos proprietários de animais classificados em todos os páreos das reuniões de cada mês.

§ 1.º O produto da arrecadação mensal da taxa a que se refere este artigo será recolhido ao Tesouro Nacional através da repartição fiscal competente, até o dia 10 (dez) do mês seguinte.

§ 2.º A taxa de que trata este artigo não será descontada do valor dos prêmios distribuídos.

§ 3.º São isentas do tributo a que se refere este artigo as entidades cujo movimento bruto de apostas for igual ou inferior, mensalmente, a Cr\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros).

§ 4.º Ficam perdoados os débitos, porventura existentes à data da publicação desta lei, pelo não recolhimento do tributo criado pela Lei n.º 2.320, de 10 de julho de 1956.

Art. 9.º Os recursos provenientes da taxa a que se refere o artigo anterior serão consignados no Orçamento da União, à Comissão Coordenadora da Criação do Cavallo Nacional (C.C.C.C.N.), para aplicação:

a) nos órgãos da administração federal que cuidam da criação do cavallo nacional (Departamento Nacio-

nal da Produção Animal e Diretoria de Remonta do Exército);

b) em forma de subvenções, às entidades não integrantes do quadro da administração federal, que cuidem do fomento à criação e aprimoramento do cavallo nacional (Confederação Brasileira de Hipismo, Federações de Hipismo e Associação Brasileira dos Criadores de Cavallo);

c) em forma de empréstimos e auxílios, a serem concedidos pela C.C.C.C.N. para conclusão de obras de hipódromos.

§ 1.º As subvenções previstas neste artigo destinam-se a estimular a criação e emprego do cavallo nacional nas lides militares, nos serviços do campo e nos desportos hípios, bem como a ajudar o custeio de obras e serviços de assistência social desenvolvidos pelos Jockeys Clubs e sociedades de carreiras.

§ 2.º A C.C.C.C.N. poderá, para a fiscalização da observância dos preceitos desta lei, no que se refere a tributos e a prêmios, examinar as contas, livros, comprovantes, balancetes e balanços das entidades promotoras de competições hípias com exploração de apostas.

Art. 10. O Regulamento, aprovado pelo Decreto n.º 41.561, de 22 de maio de 1957, que deu organização à Comissão Coordenadora da Criação do Cavallo Nacional (C.C.C.C.N.), instituída pelo art. 3.º da Lei n.º 2.320, de 10 de julho de 1956, é mantido em vigor com as alterações decorrentes desta lei.

Art. 11. A C.C.C.C.N. será integrada também por um representante da Comissão Brasileira da Organização Sul Americana de Fomento ao Puro Sangue de Carreira.

Art. 12. Além das atribuições já estabelecidas, cabem também à C.C.C.C.N. as funções de orientar, dirigir e administrar o Stud-Book Brasileiro, as quais poderão ser delegadas à Comissão Brasileira da Organização Sul Americana de Fomento ao Puro Sangue de Carreira, sediada em S. Paulo.

§ 1.º As funções a que se refere este artigo serão transferidas à C.C.C.C.N., pelo Jockey Club Brasileiro, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da vigência desta lei.

§ 2.º O Stud-Book Brasileiro deverá manter seções oficiais nas Capitais dos Estados onde se processe a equi-

nocultura e, desde já, nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Guanabara.

§ 3.º A C.O.C.C.N., como sucursal do Jockey Club Brasileiro nas funções pertinentes ao Stud-Book Brasileiro, fica sub-rogada nos direitos e obrigações dessa entidade turfística, inclusive os de caráter trabalhista, e a ressarcirá das despesas de qualquer natureza a que fôr obrigada, inclusive judicialmente, em consequência do disposto neste artigo.

DOS "SWEEPSTAKES"

Art. 13. As entidades promotoras de corridas de cavalos com exploração de apostas, sediadas nas Capitais dos Estados e no Distrito Federal, desde que comprovem ter tido no ano anterior um movimento bruto de apostas igual ou superior a Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), serão autorizadas a extrair um "Sweepstake" anual.

§ 1.º Ao Jockey Club Brasileiro, sediado no Estado da Guanabara, é autorizada, nos termos do art. 1.º da Lei nº 3.909, de 26 de junho de 1961, a extração de 2 (dois) "sweepstakes" anuais, devendo medear o intervalo mínimo de 2 (dois) meses entre as extrações.

§ 2.º As extrações de "sweepstakes" não poderão coincidir umas com as outras, respeitando-se, na fixação das datas das novas concessões, o direito das entidades que já exploram essa modalidade de loteria.

Art. 14. Ressalvadas as concessões em vigor, a extração dos "sweepstakes" só poderá ser efetuada após a obtenção, pela entidade interessada, de carta-patente intransferível, a ser emitida pelo Diretor-Geral da Fazenda Nacional, após prévia aprovação dos planos de sorteio, formulados de acordo com as instruções da Diretoria das Rendas Internas, do Ministério da Fazenda.

§ 1.º A entidade concessionária assinará um termo de responsabilidade pela fiel execução do plano e pelo pagamento dos prêmios sorteados.

§ 2.º As entidades já concessionárias serão emitidas "ex officio" a respectiva carta-patente.

Art. 15. As extrações dos "sweepstakes" poderão ser procedidas pela Administração do Serviço da Loteria Federal, a qual competirá também a confecção dos respectivos bilhetes.

Parágrafo único. Pelos serviços referidos neste artigo, a Administração do Serviço da Loteria Federal poderá cobrar das entidades concessionárias uma taxa não excedente de 2% (dois por cento) do valor de cada emissão.

Art. 16. As entidades concessionárias ficam obrigadas a depositar na repartição fiscal competente, até 8 (oito) dias antes da extração, importância correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor dos prêmios a distribuir.

§ 1.º Logo que satisfeitas as obrigações decorrentes do sorteio, o depósito poderá ser levantado mediante simples despacho exarado no verso do conhecimento do depósito e nesse documento, que constituirá o comprovante da despesa, a concessionária passará recibo na forma legal.

§ 2.º O depósito a que alude este artigo responde pela liquidação dos prêmios devidos e acaso não pagos pela concessionária.

Art. 17. A falta de pagamento dos prêmios devidos, ainda que ressarcida, total ou parcialmente, pelos cofres federais, à conta do depósito da concessionária, não exclui a ação judicial para reparar os danos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas, nem ilide a imediata cassação da carta-patente.

Art. 18. Prescreve em 90 (noventa) dias, a contar do dia seguinte ao da extração, o direito ao recebimento do prêmio, cuja importância reverterá à entidade promotora do sorteio.

Art. 19. O Diretor das Rendas Internas do Ministério da Fazenda designará funcionários para assistir e fiscalizar a execução de cada sorteio e a extração dos respectivos prêmios, arbitrando-lhes uma gratificação, que será adiantadamente recolhida pela entidade concessionária aos cofres do Tesouro Nacional.

Art. 20. Os prêmios do "sweepstake" corresponderão a 70% (setenta por cento) do valor de venda dos bilhetes de cada emissão.

Art. 21. Os bilhetes de "sweepstake" serão vendidos ao público pelo preço neles impresso e terão circula-

ção permitida em todo o território nacional.

Art. 22. São aplicáveis ao sorteio de "sweepstake" as normas do Decreto-lei n.º 6.259, de 10 de fevereiro de 1944, no que não colidirem com esta lei.

Art. 23. Os "sweepstake" ficam sujeitos ao pagamento do imposto de que trata o art. 13 do Decreto-lei n.º 6.259, de 10 de fevereiro de 1944, o qual será recolhido a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional do Estado em que tiver sede a entidade promotora do sorteio, até a véspera da realização deste, e a importância arrecadada terá a destinação prevista no art. 16 do Decreto-lei n.º 6.259, de 10 de fevereiro de 1944.

Parágrafo único. O imposto de que trata este artigo, bem como o valor da contribuição prevista no art. 24, poderão ser cobrados aos adquirentes dos bilhetes.

Art. 24. As entidades promotoras de "sweepstakes" se obrigarão, sob pena de cassação da respectiva cartapendente, a contribuir com a importância correspondente a 5% (cinco por cento) do valor de cada emissão, para as seguintes finalidades:

a) instituição de bolsas de estudo, em curso universitário, para aperfeiçoamento de conhecimentos técnicos e científicos de zootecnia, química e medicina veterinária;

b) organização e custeio, nas Universidades, de laboratórios para pesquisas e experiências de zootecnia e de medicina veterinária, bem como adstratamento e manutenção de pessoal especializado.

Parágrafo único. A importância da contribuição a que se refere este artigo será entregue diretamente, pelo Jockey Club concessionário, às instituições que forem indicadas pelo respectivo Governador do Estado ou Território, ou pelo Prefeito do Distrito Federal, dentre as sediadas no território sob sua jurisdição.

Art. 25. Do prêmio maior serão deduzidos 6% (seis por cento), destinados ao jôquei, ao treinador e ao cavaliário do cavalo vencedor do "sweepstake", e à "Caixa Beneficente dos Profissionais do Turfe", devendo a distribuição dessa percentagem estar prevista no plano a ser elaborado pela entidade promotora do sorteio.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26. Na admissão de empregados, as entidades turfísticas autorizadas a funcionar no País darão preferência, em igualdade de condições e durante o prazo de 6 (seis) meses a contar da publicação desta lei, aos que foram demitidos em consequência do disposto no Decreto n.º 50.578, de 10 de maio de 1961, desde que a respectiva relação de emprego não esteja "sub-judice".

Art. 27. Ficam revogados: o Decreto n.º 24.646, de 10 de julho de 1934; a Lei n.º 2.820, de 10 de julho de 1956; o Decreto n.º 50.578, de 10 de maio de 1961; a Lei n.º 3.909, de 26 de junho de 1961 e demais disposições em contrário.

Art. 28. Dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias a partir da publicação desta lei, o Poder Executivo a regulamentará por decreto.

Art. 29. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de julho de 1962: 141º da Independência e 74º da República.

AURO MOURA ANDRADE

LEI N.º 4.087 — DE 19 DE JULHO DE 1962

Aplica aos cargos e funções dos Quadros do Pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho da 4ª e 5ª Regiões disposições das Leis ns. 3.780 e 3.826, de 1960, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os níveis de vencimentos e os valores dos símbolos dos cargos em comissão dos Quadros do Pessoal da Justiça do Trabalho da 4ª e 5ª Regiões são os seguintes:

Níveis ou símbolos	Ref.-base
	Cr\$
PJ-	70.000,00
PJ-0	65.000,00
PJ-1	63.000,00
PJ-2	58.000,00

PJ-3	54.000,00
PJ-4	50.000,00
PJ-5	47.000,00
PJ-6	44.000,00
PJ-7	41.000,00
PJ-8	38.000,00
PJ-9	36.000,00
PJ-10	34.000,00
PJ-11	32.000,00
PJ-12	30.000,00
PJ-13	29.000,00
PJ-14	28.000,00
PJ-15	27.000,00

Art. 2º Os valores de vencimento, mais a gratificação mensal das funções gratificadas dos mesmos Quadros são:

	Cr\$
1-F	44.000,00
2-F	42.000,00
3-F	40.000,00
4-F	38.000,00
5-F	37.000,00
6-F	36.000,00
7-F	35.000,00

Parágrafo único. A gratificação será igual à diferença entre o vencimento do cargo efetivo e o valor do símbolo fixado para a função.

Art. 3º Os funcionários das Secretarias dos Tribunais Regionais e dos demais órgãos da Justiça do Trabalho das 4ª e 5ª Regiões perceberão, a partir da vigência desta lei, gratificação adicional por tempo de serviço nas mesmas bases da percebida pelos funcionários da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho, por força do disposto no art. 5º da Lei n.º 2.336-A, de 19 de novembro de 1954.

Parágrafo único. Não se aplica aos servidores das 4ª e 5ª Regiões da Justiça do Trabalho o disposto no art. 146 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Art. 4º Os Quadros do pessoal dos órgãos das 4ª e 5ª Regiões da Justiça do Trabalho, aprovados pela Lei número 409, de 25 de setembro de 1943, e alterados por leis subsequentes ficam acrescidos dos cargos e funções constantes das Tabelas I e II, respectivamente, anexas anexas à presente lei.

§ 1º Os atuais cargos e funções dos referidos Quadros passam a ter os níveis e símbolos de vencimentos constantes das tabelas anexas, ressalva-

das, em relação aos atuais servidores, as situações já constituídas em virtude de lei ou de decisão proferida pela Justiça Coram ou pelos próprios Tribunais Regionais das 4ª e 5ª Regiões da Justiça do Trabalho.

§ 2º Os valores dos níveis e símbolos de vencimentos dos cargos e funções referidos no parágrafo anterior serão os fixados na presente lei.

Art. 5º As disposições da Lei número 3.780, de 12 de julho de 1960, arts. 14, §§ 1.º, 2.º, 3.º, 7.º, 74 e 91, bem como as dos arts. 4.º e 11 da Lei número 3.826, de 26 de novembro do mesmo ano, aplicam-se aos servidores dos órgãos da Justiça do Trabalho de que trata esta lei.

Art. 6º E' incorporado aos vencimentos dos servidores das Secretarias dos Tribunais referidos nesta Lei o abono de que trata a Lei n.º 3.587, de 18 de julho de 1959.

Art. 7º As vagas da classe inicial das carreiras dos Quadros dos Tribunais Regionais de que trata esta lei, serão providas mediante concurso de provas.

§ 1º As vagas ocorridas na classe inicial da carreira de Oficial Judiciário serão providas, alternadamente, metade por acesso de ocupantes da classe final da carreira de auxiliar judiciário, pelo critério de merecimento absoluto, apurado de acordo com o n.º II do art. 255 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, e metade por concurso público de provas.

§ 2º As vagas ocorridas nas classes intermediárias e finais de cada carreira serão preenchidas por promoção, alternadamente, por antiguidade e merecimento.

§ 3º As carreiras de Oficial Judiciário e Auxiliar Judiciário ficam estruturadas em três e duas classes, respectivamente, e terão os símbolos constantes das tabelas anexas.

§ 4º E' dispensado o interstício legal para as promoções decorrentes da nova estrutura dos Quadros aprovados por esta lei, até sua completa normalização.

§ 5º No enquadramento dos cargos, classes e séries de classes das carreiras dos referidos Quadros observar-se-ão as regras e a proporção estabelecidas nos arts. 20 e 21 da Lei número 3.780, de 12 de julho de 1960, em tudo quanto for aplicável.

Art. 8.º O provimento dos cargos em comissão será de livre escolha dos Presidentes dos Tribunais Regionais e as funções gratificadas serão exercidas por funcionários efetivos dos respectivos Quadros, designados na forma da lei.

Art. 9.º As atuais funções gratificadas de Chefes de Seção dos Quadros de pessoal de que trata esta lei ficam transformadas em cargos isolados de provimento em comissão, com as denominações respectivamente, de Diretor do Serviço Administrativo e Diretor do Serviço Judiciário, subdivididos esses serviços, o Administrativo em Seção do Pessoal e Seção do Material e Orçamento e o Judiciário em Seção Processual e Seção de Acórdãos e Traslados.

Parágrafo único. As atuais funções gratificadas de Secretário de Presidente dos mesmos Tribunais ficam transformadas em cargos isolados de provimento em comissão, com a mesma denominação.

Art. 10. Aos Porteiros de Auditório poderão ser atribuídos outros encargos de Secretaria, além das atribuições específicas do cargo.

Art. 11. Fica estendido aos Oficiais de Justiça das Juntas de Conciliação e Julgamento das demais regiões o direito de passe livre concedido pelo art. 13 do Decreto-lei n.º 9.797, de 9 de setembro de 1946, aos Oficiais de Justiça das 1.ª e 2.ª Regiões da Justiça do Trabalho.

Art. 12. O art. 7.º da Lei n.º 2.138, de 3 de março de 1954, não se aplica aos servidores das Secretarias dos órgãos da Justiça do Trabalho.

Art. 13. A modificação ou reestruturação de Quadro de Pessoal, a alteração de valores de padrões, classes, níveis e símbolos ou o aumento de vencimentos de cargos ou funções das Secretarias dos Tribunais Regionais do Trabalho só poderão ser feitos ou concedidos através de lei e por proposta do Tribunal interessado (Constituição, arts. 67, § 2.º, e 97, II).

§ 1.º As decisões dos Tribunais em processo administrativo que importem em modificação ou reestruturação de Quadro do Pessoal, na alteração de valores dos padrões, níveis ou símbolos de cargos ou funções, ou em elevação de vencimentos, não obrigam o Te-

souro Nacional a efetuar o pagamento das despesas que delas resultarem.

§ 2.º O funcionário ou a autoridade que autorizar ou efetuar pagamento ou autorizar adiantamento, à conta de crédito orçamentário ou adicional, com violação do disposto no parágrafo anterior, incorrerá nas sanções do artigo 315 do Código Penal.

Art. 14. São exigidos para o provimento, nos Quadros de pessoal de que trata esta lei, (vetado) dos cargos de médico, enfermeiro, contador e bibliotecário os respectivos diplomas profissionais obtidos de acordo com a legislação em vigor.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não prejudica a continuidade da investidura dos atuais ocupantes.

Art. 15. Os atuais cargos de Servente dos Quadros de que trata esta lei passam a ter a denominação de Auxiliar de Portaria.

Parágrafo único. A função gratificada de Porteiro será exercida por um dos ocupantes dos cargos de Auxiliar de Portaria.

Art. 16. Para atender, no corrente exercício, às despesas decorrentes da presente lei, é o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros), sendo Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) destinados ao Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região e Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) ao Tribunal Regional do Trabalho da 5.ª Região.

Art. 17. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação (vetado).

Parágrafo único. Contar-se-á de 12 de julho e 23 de novembro de 1960, respectivamente, a concessão do salário-família de que trata o art. 91 da Lei n.º 3.780, de 1960, e o art. 11 da Lei n.º 3.823, do mesmo ano.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 19 de julho de 1962; 141.º da Independência e 74.º da República.

JOÃO GOULART

Francisco Brochado da Rocha

Cândido de Oliveira Neto

ANEXOS

TABELA I (Art. 4º)

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Número de cargos	Especificação	Símbolo
<i>I — Cargos isolados de provimento em comissão</i>		
1	Diretor-Geral da Secretaria do T. R. T.	PJ- 0
1	Secretário do Tribunal	PJ- 1
2	Diretor de Serviço	PJ- 2
4	Chefe de Seção	PJ- 3
1	Secretário da Presidência	PJ- 4
<i>II — Cargos isolados de provimento efetivo</i>		
21	Chefe de Secretaria de Junta de Conciliação e Julgamento	PJ- 1
1	Dentista	PJ- 2
1	Contador	PJ- 3
1	Distribuidor	PJ- 3
1	Bibliotecário	PJ- 4
1	Avaliador	PJ- 4
1	Arquivista	PJ- 5
1	Almoxarife	PJ- 5
21	Oficial de Justiça	PJ- 5
1	Depositário	PJ- 6
21	Porteiro de Auditório	PJ- 9
1	Motorista	PJ-10
38	Auxiliar de Portaria	PJ-12
4	Guarda Judiciário	PJ-12
<i>III — Cargos de Carreira</i>		
5	Oficial Judiciário	PJ- 3
15	Oficial Judiciário	PJ- 4
20	Oficial Judiciário	PJ- 5
32	Auxiliar Judiciário	PJ- 6
35	Auxiliar Judiciário	PJ- 7
<i>IV — Funções Gratificadas</i>		
1	Secretário do Diretor-Geral	1-F
1	Encarregado do Protocolo	4-F
1	Porteiro	7-F
1	Chefe da Guarda Judiciária	7-F

TABELA II (art. 4º)

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

Número de cargos	Especificação	Símbolo
<i>I — Cargos isolados de provimento em comissão</i>		
1	Diretor-Geral da Secretaria do T.R.T.	PJ- 0
1	Secretário do Tribunal	PJ- 1
1	Secretário da Presidência	PJ- 4
2	Diretor de Serviço	PJ- 2
4	Chefe de Seção	PJ- 3
<i>II — Cargos isolados de provimento efetivo</i>		
10	Chefe de Secretaria de Junta de Conciliação e Julgamento	PJ- 1
1	Médico	PJ- 2
1	Contador	PJ- 3
1	Distribuidor	PJ- 3
1	Bibliotecário	PJ- 4
1	Avaliador	PJ- 4
1	Arquivista	PJ- 5
1	Almoxarife	PJ- 5
10	Oficial de Justiça	PJ- 5
1	Depositário	PJ- 6
1	Enfermeiro	PJ- 8
11	Porteiro de Auditório	PJ- 9
1	Motorista	PJ-10
28	Auxiliar de Portaria	PJ-12
5	Guarda Judiciária	PJ-12
<i>III — Cargos de carreira</i>		
5	Oficial Judiciário	PJ- 3
7	Oficial Judiciário	PJ- 4
11	Oficial Judiciário	PJ- 5
19	Auxiliar Judiciário	PJ- 6
24	Auxiliar Judiciário	PJ- 7
<i>IV — Funções gratificadas</i>		
1	Secretário do Diretor-Geral	1-F
1	Encarregado do Protocolo	4-F
1	Porteiro	7-F
1	Chefe da Guarda Judiciária	7-F

LEI Nº 4.098 — DE 19 DE
JULHO DE 1962

Dispensa de inspeção médica periódica os funcionários públicos aposentados que contem 60 anos de idade, ou mais de 30 de serviço.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam dispensados da inspeção médica periódica de que cogita o art. 2º da Lei nº 1.050, de 3 de janeiro de 1950, os funcionários públicos aposentados que contem 60 anos de idade ou mais de 30 anos de serviço, incluído o período de inatividade.

Parágrafo único. De inspeção médica ficam também dispensados, em idênticas condições, os aposentados pelos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 19 de julho de 1962: 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Francisco Brochado da Rocha

Cândido de Oliveira Neto

Pedro Paulo de Araújo Suzano

Nelson de Mello

Afonso Arinos de Mello Franco

Hélio de Almeida

Renato Costa Lima

Roberto Lyra

Hermes Lima

Reynaldo de Carvalho Filho

LEI Nº 4.096-A DE 19 DE JULHO DE 1962

Cria 4 (quatro) cargos de Juiz do Trabalho Substituto para o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, em Porto Alegre, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criados 4 (quatro) cargos de Juiz do Trabalho Substituto na sede da 4ª Região.

Art. 2º Para o provimento dos cargos de que trata o artigo anterior, será promovido concurso de provas e títulos, podendo ser nele inscritos, sem limite de idade, os bacharéis em direito com exercício em qualquer função na Justiça do Trabalho.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial necessário à execução desta lei, até o limite de Cr\$ 1.996.800,00 (um milhão, novecentos e noventa e seis mil e oitocentos cruzeiros).

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 19 de julho de 1962: 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

F. Brochado da Rocha

Cândido de Oliveira Neto

LEI Nº 4.099 — DE 19 DE JULHO
DE 1962

*Concede pensão especial de
Cr\$ 6.000,00 a Benedito Muniz Car-
doso, ex-condutor de malas do De-
partamento dos Correios e Telégra-
fos, e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacio-
nal decreta e eu sanciono a seguinte
Lei:

Art. 1º. É concedida a Benedito
Muniz Cardoso, ex-condutor de malas
do Departamento dos Correios e Te-
légrafos, a pensão especial de
Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros) me-
sais.

Art. 2º. A despesa com a pensão
estipulada no art. 1º correrá à conta
da verba orçamentária do Ministério
da Fazenda, destinada aos pensionis-
tas da União.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor,
na data de sua publicação, revogadas
as disposições em contrário.

Brasília, 19 de julho de 1962; 141º
da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Francisco Brochado da Rocha

Hélio de Almeida

LEI Nº 4.100 — DE 20 DE
JULHO DE 1962

*Modifica, sem aumento de despesa, o
Orçamento Geral da União para
1962, na parte relativo ao Subanexo
4.16 — Ministério da Justiça e Ne-
gócios Interiores, visando a permitir
o custeio do pessoal do Departamen-
to Federal de Segurança Pública
incumbido dos serviços de policia-
mento local de Brasília.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacio-
nal decreta e eu sanciono a seguinte
Lei:

Art. 1º São feitas as seguintes reti-
ficações na Lei nº 3.994, de 9 de de-

zembro de 1961, que estima a Receita
e fixa a Despesa da União, para o
exercício de 1962, na parte relativa ao
Subanexo 4.16 — Ministério da Jus-
tiça e Negócios Interiores; 08 — De-
partamento Federal de Segurança Pú-
blica:

“os créditos inscritos na verba
1.0.00 — Custeio, Consignação 1.1.00
— Pessoal Civil, Subconsignação
1.1.01 — Vencimentos
Cr\$ 365.550.000,00 (trezentos e sessen-
ta e cinco milhões, quinhentos e cin-
quenta mil cruzeiros). 1.1.05 — Au-
xílio para diferença de caixa —
Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros).
1.1.09 — Substituições —
Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzei-
ros). 1.1.12 — Salário-Família —
Cr\$ 4.400.000,00 (quatro milhões e
quatrocentos mil cruzeiros). 1.1.13 —
Gratificação de função —
Cr\$ 7.000.000,00 (sete milhões de cru-
zeiros). 1.1.16 — Gratificação de
representação de Gabinete —
Cr\$ 2.400.000,00 (dois milhões e qua-
trocentos mil cruzeiros). 1.1.18 —
Gratificação pela prestação de traba-
lho de natureza especial com risco de
vida ou saúde — Cr\$ 4.000.000,00
(quatro milhões de cruzeiros) e 1.1.26
— Gratificação especial de nível uni-
versitário — Cr\$ 7.000.000,00 (sete
milhões de cruzeiros), no montante de
Cr\$ 391.250.000,00 (trezentos e no-
venta e hum milhões, duzentos e cin-
quenta mil cruzeiros);

Ficam transferidos para:

08 — Departamento Federal de Se-
gurança Pública, Verba 1.0.00 —
Custeio, Consignação 1.6.00 — Encar-
gos Diversos, Subconsignação 1.6.23
— Diversos, alínea 2) Despesas de
qualquer natureza com o custeio do
Pessoal do Departamento Federal de
Segurança Pública, incluído nos ser-
viços de policiamento local de Brasília
— Cr\$ 391.250.000,00 (trezentos e no-
venta e hum milhões, duzentos e cin-
quenta mil cruzeiros)”.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor
na data de sua publicação, revogadas
as disposições em contrário.

Brasília, 20 de julho de 1962; 141º
da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Francisco Brochado da Rocha

Cândido de Oliveira Neto

LEI Nº 4.101 — DE 20 DE
JULHO DE 1962

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 destinado às comemorações do cinquentenário da Fundação de Canoinhas, Santa Catarina.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) como auxílio às comemorações do cinquentenário da Fundação da Cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O auxílio concedido será assim distribuído:

a) Cr\$ 1.000.000,00 — à Prefeitura Municipal, para a organização dos festejos comemorativos;

b) Cr\$ 1.000.000,00 — ao Ginásio Santa Cruz, para conclusão de seu edifício;

c) Cr\$ 1.000.000,00 — à Biblioteca Infantil de Canoinhas, para edificação de sua sede;

d) Cr\$ 1.000.000,00 — ao Asilo de Menores Rolando Malucelli, para construção de seu albergue;

e) Cr\$ 1.000.000,00 — à Associação Rural de Canoinhas, para construção do Pavilhão da Exposição Agro-Industrial a seu cargo.

Art. 3º O crédito de que trata a presente lei será automaticamente registrado no Tribunal de Contas, distribuído ao Tesouro Nacional e posto à disposição dos órgãos interessados, que dele prestarão contas no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de julho de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

João Goulart

Francisco Brochado da Rocha

Roberto Lyra

LEI Nº 4.102 — DE 20 DE JULHO
DE 1962

Transforma o Departamento Nacional de Estradas de Ferro em Autarquia; cria o Fundo Nacional de Investimento Ferroviário, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Art. 1º O Departamento Nacional de Estradas de Ferro D.N.E.R., entidade subordinada diretamente ao Ministro da Viação e Obras Públicas, com Sede e Fôro na Capital da República e com jurisdição em todo território Nacional, passa a constituir uma autarquia com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa, técnica e financeira, regendo-se pelo disposto na presente lei.

Parágrafo único. O D.N.E.R. terá Sede e Fôro provisórios na Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara até a transferência de suas instalações para Brasília, D.F.

Art. 2º Ao D.N.E.R. serão extensivos a imunidade tributária, impenhorabilidade de bens, rendas ou serviços e os privilégios de que goza a Fazenda Pública, inclusive o uso de ações especiais, prazos de prescrições e regime de custas, correndo os processos de seu interesse, perante o Juízo dos Feitos da Fazenda e sob o patrocínio dos Procuradores do Departamento.

CAPÍTULO II

Das Atribuições

Art. 3º Ao D.N.E.R. compete especialmente:

a) Superintender, orientar, controlar e fiscalizar a política de Viação Ferroviária (vetado);

b) Zelar pela exata observância da parte Ferroviária do Plano Nacional de Viação, bem como pelo cumprimento de suas normas técnicas, promovendo as revisões periódicas necessárias;

c) Zelar pelo fiel cumprimento por parte das empresas ferroviárias, dos contratos de concessão federal e de todos os dispositivos legais e regula-

mentares emanados do Governo Federal no âmbito do Ministério da Viação e Obras Públicas, bem como pelo fiel cumprimento da legislação federal relativa ao tráfego ferroviário interestadual, sobre o tráfego mútuo ou direto entre si e outras organizações de transporte, qualquer que seja a sua natureza;

d) Realizar por si ou em coordenação com entidades ou empresas ferroviárias interessadas ou ainda, por meio de contratos com empresas especializadas, pesquisas, inquéritos, estudos e planejamentos destinados ao aperfeiçoamento das linhas férreas e dos transportes ferroviários, tendo em vista a sua economia, segurança e rapidez;

e) Estudar, projetar e construir, diretamente ou por delegação, as linhas férreas, prolongamentos, ligações, ramais, variantes e retificações de traçados ou outros melhoramentos, entregando-os, depois de concluídos, aos órgãos competentes;

f) (VETADO);

g) (VETADO);

h) Opinar sobre os relatórios (vetação) das empresas ferroviárias; (VETADO);

i) Colher dados junto as administrações ferroviárias referentes a estatística ferroviária e organizá-la;

j) Estudar e deliberar sobre as propostas de alterações tarifárias das empresas ferroviárias;

k) Zelar e fiscalizar a aplicação do Fundo de Melhoramentos (F. M.) e do Fundo de Renovação Patrimonial (F.R.P.) nas Empresas Ferroviárias qualquer que seja o regime da sua administração;

l) Deliberar sobre a aplicação do Fundo Nacional de Investimentos ferroviários criados pela presente lei.

CAPÍTULO III

Da organização do Departamento

Art. 4º O D.N.E.F. terá a seguinte organização básica:

I — Órgão deliberativo;
— Conselho Ferroviário Nacional (C.F.N.);

II — Órgãos executivos;

a) Diretoria Geral;

b) Divisões e Serviços;

c) Distritos;

d) (VETADO);

III — (VETADO);

(VETADO).

SEÇÃO I

Do Conselho Ferroviário Nacional (C.F.N.)

Art. 5º O Conselho Ferroviário Nacional será constituído dos seguintes membros, todos brasileiros natos:

a) Presidente;

b) Representante do Ministério da Fazenda;

c) Representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social;

d) Representante do Estado Maior das Forças Armadas;

e) Representante da Federação Brasileira de Engenheiros;

f) Representante da Rede Ferroviária Federal S. A.

g) Representante das Estradas de Ferro concedidas;

h) Representante da Contadoria Geral de Transportes;

i) Diretor-Geral do D.N.E.F.

§ 1º O Presidente deverá ser brasileiro, engenheiro civil, de reconhecida competência, experiência e idoneidade, nomeado pelo Presidente da República.

§ 2º Os membros mencionados nos itens b a d serão nomeados pelo Presidente da República, mediante escolha em lista triplíce enviada pelo Presidente do Conselho de Ministros e organizada por proposta dos órgãos ou entidades representadas.

§ 3º O primeiro mandato dos representantes da Federação Brasileira de Engenheiros, da Rede Ferroviária Federal S. A., será de dois anos. Os mandatos posteriores de todos os membros do Conselho serão de quatro anos, permitida a recondução.

§ 4º As deliberações do Conselho Ferroviário serão tomadas pela maioria absoluta dos seus membros, cabendo ao Presidente além do voto de quantidade, o de desempate.

§ 5º O Conselho Ferroviário reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por semana, e extraordinariamente sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria dos seus membros.

§ 6º Aos membros do Conselho Ferroviário Nacional será atribuída uma gratificação por sessão a que comparecerem, até o máximo de oito (8) sessões mensais, fixada anualmente pelo Ministro da Viação e Obras Públicas.

Art. 6º Ao Conselho Ferroviário Nacional compete:

I — Deliberar sobre:

- a) a política ferroviária do Governo Federal;
- b) a regulamentação da presente lei;
- c) modificações na parte ferroviária do Plano Nacional de Viação;
- d) anteprojetos de lei referentes a matéria de natureza ferroviária;
- e) operações de crédito ou de financiamento para o custeio dos serviços e obras sob a jurisdição do D.N.E.F.;
- f) regimento interno do D.N.E.F.;
- g) (VETADO);
- h) (VETADO);
- i) o regulamento e o quadro do pessoal do D.N.E.F.;
- j) o orçamento anual da Receita e Despesa do D.N.E.F.;
- k) o regulamento para a administração, aplicação e controle do Fundo Nacional de Investimentos Ferroviários (VETADO);
- l) recursos interpostos ao julgamento de concorrência ou coleta de preços para execução de serviços e aquisição ou alienação de materiais para o D.N.E.F. ou deste para terceiros; e

m) dúvidas de interpretação ou omissões da presente lei.

II — Aprovar

a) normas:

I — Para fiscalização e controle:

- 1) das leis que regulam a constituição das empresas ferroviárias;
- 2) dos contratos de concessão, de arrendamento ou outros;
- 3) dos dispositivos legais e regulamentares emanados do Governo Federal, relativos às estradas de ferro;
- 4) da legislação federal sobre o tráfego interestadual, mútuo ou direto;

II — para aprovação dos relatórios, balanços e tomadas de contas anuais das empresas ferroviárias; (VETADO);

III — para a execução de estudos, projetos e construções ferroviárias sob jurisdição do D.N.E.F.;

IV — para a adjudicação ou delegação de execução de serviços e obras a outras entidades, a empresas ferroviárias ou a empreiteiros;

V — técnicas e sua atualização periódica;

VI — para a fiscalização e controle da execução dos serviços e obras adjudicadas ou delegadas;

VII — para as prestações de contas da aplicação de dotações orçamentá-

rias, de recursos do F. N. I. F., (VETADO);

b) modelos de contratos, de convênios e de outros instrumentos a serem utilizados nessas adjudicações ou delegações;

c) tabelas de preços unitários e compostos para o pagamento dos serviços e obras realizados por adjudicação ou por delegação;

d) o plano de estatística geral ferroviária;

e) a aquisição de imóveis; (VETADO);

f) o planejamento, os programas e os orçamentos de trabalhos anuais do D.N.E.F.;

g) o relatório da gestão, o balanço geral anual da Receita e Despesa e do Ativo e Passivo do D.N.E.F.; (VETADO).

§ 1º As deliberações do Conselho Ferroviário Nacional serão obrigatória e imediatamente submetidas (VETADO) aos órgãos competentes (VETADO).

§ 2º Os assuntos da competência do Ministro da Viação e Obras Públicas sobre os quais não tenha havido decisão no prazo de trinta (30) dias da data em que forem submetidos pelo Conselho Ferroviário Nacional serão considerados aprovados na forma proposta pelo referido Conselho.

Art. 7º (VETADO).

Seção II

Da Diretoria Geral

Art. 8º A Diretoria-Geral será exercida pelo Diretor-Geral, subordinados a quem ficarão os demais órgãos executivos do Departamento Nacional de Estradas de Ferro.

Parágrafo único. O Diretor-Geral deverá ser brasileiro, Engenheiro Civil de reconhecida competência e experiência em questões ferroviárias, nomeado, em Comissão, pelo Presidente da República.

Art. 9º Ao Diretor-Geral compete:

a) representar o D.N.E.F. ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, pessoalmente ou por delegados por ele expressamente designados;

b) superintender, orientar e controlar todos os serviços da atribuição do D.N.E.F.

c) movimentar as contas, ordenar pagamentos e autorizar suprimentos e adiantamentos, regularmente processados;

d) elaborar e submeter ao C.F.N. os programas anuais e orçamentos de trabalho, acompanhados dos res-

pectivos estudos técnicos e econômicos;

e) aprovar as concorrências e assinar contratos ou convênios para fornecimento de materiais, máquinas, utensílios e equipamentos e para adjudicação ou delegação de serviços e obras, respeitadas as normas em vigor;

f) autorizar, de acordo com a legislação em vigor a aquisição de materiais, máquinas, utensílios, equipamentos e o que for necessário aos serviços do D. N. E. F.;

g) nomear, exonerar, dispensar, remover, promover, licenciar e punir, de acordo com a legislação em vigor, os servidores do D. N. E. F.;

h) atribuir aos servidores do D. N. E. F., conforme a necessidade e a natureza do serviço, gratificações especiais autorizadas, previamente, pelo Ministro da Viação e Obras Públicas;

i) elaborar e submeter ao Conselho Ferroviário Nacional o Relatório Anual das atividades do D. N. E. F. que enviará ao Ministro da Viação e Obras Públicas com o seu parecer;

j) (VETADO);

k) (VETADO);

l) (VETADO);

m) participar do Conselho Ferroviário Nacional e exercer todas as outras atribuições cometidas pelo Regulamento do D. N. E. F.

Parágrafo único. O Diretor-Geral poderá delegar atribuições de sua competência a servidor do D.N.E.F. expressamente designado.

Seção III

(VETADO).

Art. 10. (VETADO).

a) (VETADO);

b) (VETADO);

c) (VETADO).

§ 1.º (VETADO).

§ 2.º (VETADO).

CAPÍTULO IV

Do Fundo Nacional de Investimentos Ferroviários

Art. 11. Fica criado o Fundo Nacional de Investimentos Ferroviários (F.N.I.F.) que se comporá de:

a) três por cento (3 %) da Renda Tributária da União;

b) (VETADO);

c) produto das duas taxas adicionais, de Melhoramentos e de Renovação Patrimonial, correspondentes a 10 % (dez por cento) sobre tarifas ferroviárias.

ção Patrimonial, correspondentes a 10 % (dez por cento) sobre tarifas ferroviárias.

§ 1.º O produto correspondente à parcela de três por cento (3 %) da Renda Tributária — letra "a" — calculado na base do exercício anterior será depositado em duodécimos no Banco do Brasil em conta especial sob a denominação de Fundo Nacional de Investimentos Ferroviários, à ordem e disposição do D. N. E. F.

§ 2.º (VETADO).

§ 3.º O produto do item "c" ficará com a estrada de ferro que o arrecadar, para ser incluído nos programas aprovados pelo D.N.E.F. e a serem realizados, nas respectivas estradas, observado o Decreto-lei n.º 7.632, de 12 de junho de 1945.

§ 4.º Mediante proposta do D. N. E. F., provada pelo Conselho Ferroviário Nacional, poderão ser realizadas operações de crédito destinadas a acelerar a execução dos programas de obras e aquisições aprovados pelo D.N.E.F.

Art. 12. O Fundo Nacional de Investimentos Ferroviários destina-se a custear:

a) Estudos, projetos, construções de novas vias férreas, ligações e variantes constantes do Plano Ferroviário Nacional e prolongamentos das existentes;

b) (VETADO);

c) execução de programas de obras patrimoniais, de investimento de capital, (VETADO) das estradas de ferro (VETADO);

d) (VETADO);

e) amortização e juros de empréstimos referentes a financiamentos devidamente autorizados para a execução de programas de investimentos aprovados pelo D. N. E. F.;

f) despesas com pessoal, material e diversos do D. N. E. F.

Art. 13. (VETADO).

1 (VETADO).

2 (VETADO).

3 (VETADO).

4 (VETADO).

CAPÍTULO V

Da Receita e da Contabilidade

Art. 14. A receita do D. N. E. F. será formada de:

a) Fundo Nacional de Investimentos Ferroviários, criado por esta Lei;

b) dotações orçamentárias e créditos especiais votados pelo Congresso;

c) produto de operações de crédito;

d) produto de juros de depósitos bancários;

e) produto de venda de material inservível ou de alienação de bens patrimoniais, que se tornem desnecessários aos seus serviços;

f) produto de alugueis de bens patrimoniais do D. N. E. F.;

g) produto de serviços prestados a terceiros;

h) produto de qualquer outra natureza (verado).

Art. 15. Os recursos provenientes de dotações orçamentárias e de créditos especiais serão entregues ao D. N. E. F. pelo Tesouro Nacional, como suprimentos e por duodécimos, até o dia 10 de cada mês e independem de comprovação perante o Tesouro Nacional.

Art. 16. O D. N. E. F. manterá um serviço completo de contabilidade de todo o seu movimento financeiro, orçamentário, patrimonial e industrial, que abrangerá:

a) documentação e escrituração das receitas;

b) controle orçamentário;

c) a documentação e escrituração das despesas pagas ou a pagar;

d) o preparo, processo e recebimento das contas de fornecimento e serviços prestados por terceiros;

e) preparo, processo e pagamento das contas de medições de obras contratadas;

f) o registro do custo global e analítico dos diversos serviços e obras;

g) o registro dos valores patrimoniais e o levantamento periódico de seu inventário.

Art. 17. A contabilidade financeiro-orçamentária será organizada de modo a registrar a previsão e arrecadação das receitas do D. N. E. F., as verbas e consignações do orçamento anual aprovado pelo Conselho Ferroviário e ratificado pelo Ministro da Viação e Obras Públicas, as autorizações de despesas emitidas pelo Diretor-Geral e os correspondentes empenhos de verbas.

Art. 18. A contabilidade industrial terá por fim estabelecer os custos dos estudos, das construções e melhoramentos das estradas, da aquisição de equipamento e material de outros serviços do D. N. E. F. e bem como o desdobramento analítico

dos custos das diversas fases ou partes dessas obras, aquisições e serviços, segundo uma subdivisão adequada e uniforme.

Art. 19. Os balanços anuais do D. N. E. F. aprovados pelo Conselho Ferroviário e ratificados pelo Ministro da Viação e Obras Públicas serão, em tempo próprio, enviados à Contadoria Geral da República para publicação conjuntamente com os balanços gerais da União.

CAPÍTULO VI

Art. 20. O Conselho Ferroviário encaminhará ao órgão competente, para aprovação o regulamento do Pessoal do D. N. E. F.

Parágrafo Único. O Regulamento de que trata este artigo estabelecerá as vantagens e o regime disciplinar dos servidores da autarquia, levando-se em conta as peculiaridades e necessidades dos serviços do D. N. E. F. respeitados, porém os direitos assegurados na Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952 e legislação complementar.

Art. 21. O D. N. E. F. terá quadro próprio de seu pessoal, elaborado na forma do Regulamento a que se refere o artigo anterior, aprovado pela autoridade competente.

Parágrafo único. Além do quadro acima referido, poderá ser admitido pessoal previsto no Capítulo II da Lei n.º 3.780, de 12 de julho de 1960.

Art. 22. A organização e a lotação dos quadros do D. N. E. F. serão feitas tendo em vista a necessidade dos seus serviços e encargos e consideradas as funções realmente desempenhadas pelos servidores.

Art. 23. Aos atuais servidores do D. N. E. F. fica assegurado o direito de optarem, dentro do prazo de 160 dias, pela situação que detêm ou pela de funcionários autárquicos, sem prejuízo dos direitos e vantagens previstos na Lei n.º 3.780, de 12 de julho de 1960 (Classificação de Cargos).

§ 1.º Os funcionários que optarem pela permanência do quadro a que pertencem continuarão em exercício no D. N. E. F. na qualidade de pessoal cedido, sem prejuízo de suas vantagens.

§ 2.º Os cargos integrantes dos quadros do Ministério da Viação e Obras Públicas ocupados por funcionários que optarem pelo quadro próprio do D. N. E. F. serão considera-

dos extintos, efetuando-se supressões dos cargos iniciais à medida que vagem.

§ 3.º Os cargos em comissão e as funções gratificadas atualmente existentes nos quadros do Ministério da Viação e Obras Públicas, com lotação do D. N. E. F. serão suprimidos imediatamente após a aprovação do Quadro da Autarquia.

CAPÍTULO VII

Art. 24. Os agentes do D. N. E. F. podem penetrar nas propriedades públicas ou particulares para realizar estudos e levantamentos necessários a elaboração dos projetos de serviços ou obras a cargo da autarquia, mediante prévio aviso ao proprietário, responsável preposto.

Parágrafo único. Ocorrendo danos à propriedade fica assegurado ao proprietário o direito à indenização.

Art. 25. Ficam declarados de utilidade pública para efeito de desapropriação, os imóveis e benfeitorias necessários à execução dos serviços ou obras a cargo do D. N. E. F.

§ 1.º A vigência da declaração de utilidade pública de que trata este artigo, começará com a publicação do ato de aprovação pelo órgão competente da administração federal dos respectivos projetos com as áreas e desapropriações individualmente, perdurando até a final execução de cada projeto, para efeito de efetivar-se a desapropriação.

§ 2.º Verificada a publicação referida no parágrafo anterior poderá o desapropriante efetuar depósito provisório nos termos do art. 15 do decreto-lei 3.365, de 21 de junho de 1941, e ocupar os terrenos identificados para efeito de neles praticar os atos enumerados no Decreto n.º 35.851, de 16 de julho de 1954, bem como quaisquer outros compatíveis com os fins da desapropriação.

Art. 26. Nas desapropriações previstas nesta lei excluem-se das indenizações as valorizações decorrentes de obras projetadas ou realizadas pelo D. N. E. F.

Art. 27. As transações do Departamento Nacional de Estrada de Ferro serão feitas da mesma forma, mediante os mesmos instrumentos

para as transações efetuadas pela Fazenda Pública.

Art. 28. Aplicam-se ao D. N. E. F. as isenções de impostos, taxas e emolumentos de que goza a União.

Art. 29. Os depósitos bancários de qualquer quantia recebida ou guardada pelo D. N. E. F. ou seus agentes serão obrigatoriamente efetuados em estabelecimento de crédito oficial, vedado, sob pena de responsabilidade qualquer depósito em estabelecimento bancário particular.

Art. 30. Mediante requisição do Diretor-Geral do D. N. E. F. serão fornecidos passes livres, pela Rede Ferroviária Federal S. A. e outras Estradas de Ferro, ao mesmo Diretor-Geral e Diretores de Divisão do D. N. E. F., bem como aos seus Chefes de Seção e de Serviços e Engenheiros incumbidos da fiscalização (vetado).

CAPÍTULO VIII

Disposições Transitórias

Art. 31. Continuam em vigor, no corrente exercício, com as mesmas destinações, as dotações orçamentárias e os créditos abertos em favor do D. N. E. F.

Art. 32. Fica o Poder Executivo Viação e Obras Públicas, o crédito especial até o limite de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), para custeio das despesas de instalação e andamento dos serviços e obras a cargo do Departamento Nacional de Estrada de Ferro, cuja aplicação reger-se-á pelo disposto nesta lei e sua regulamentação.

Art. 33. Dentro de cento e oitenta dias, contados da publicação, serão baixados a regulamentação desta Lei e o regimento do D. N. E. F.

§ 1.º Enquanto não for expedida a regulamentação desta, as deliberações do C. N. F., na esfera de sua competência, e os atos do Ministro da Viação e Obras Públicas, relativos ao cumprimento desta lei e a sua interpretação, depois de publicados, terão força de dispositivo regulamentar.

§ 2.º Até a expedição do Regimento do D. N. E. F., previsto neste artigo, vigorará o Regimento aprovado pelo Decreto n.º 20.351, de 8 de janeiro de 1946 e suas modificações posteriores.

Art. 34. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de julho de 1962: 141.º da Independência e 74.º da República.

João Goulart

Francisco Brochado da Rocha

Hélio de Almeida

Pedro Paulo de Araujo Suzano

Nelson de Mello

Hermes Lima

Reynaldo Joaquim Ribeiro da
Carvalho Filho

LEI Nº 4.103 — DE 21 DE
JULHO DE 1962

Isenção do imposto de importação equipamento telefônico, importado pela Companhia Telefônica de Pernambuco.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu, Auro Soares Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do art. 70, § 4º da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de consumo e de importação, excetuando a taxa de despacho aduaneiro, para o equipamento constante das licenças ns. DG-60-2438-2552 e DG-60-2439-2553, expedidas pela Carteira de Comércio Exterior, importado pela Companhia Telefônica de Pernambuco.

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de julho de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

AURO MOURA ANDRADE

LEI Nº 4.103-A — DE 21 DE JULHO DE 1962

Dispõe sobre a Caixa de Assistência dos Advogados

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu, Auro Soares Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do art. 70, § 4º da Constituição Federal a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DA INSTITUIÇÃO

Art. 1º Fica criada, no Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE), em uma Divisão de Seguro Social, uma carteira autônoma, denominada Carteira de Seguro Social dos Advogados do Brasil, dotada de patrimônio próprio, com o fim de proporcionar aos advogados do Brasil e aos seus dependentes os benefícios de seguro social estabelecidos nesta lei.

CAPÍTULO II

DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 2º São segurados obrigatórios da Carteira de Seguro Social os Advogados do Brasil os advogados, provisionados e solicitadores inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil que contem, na data de sua inscrição, menos de 55 anos de idade, ressalvadas as exceções do artigo seguinte.

Parágrafo único. Poderão optar pelo regime de seguro social, instituído por esta lei os advogados, provisionados e solicitadores indicados neste artigo que já sejam contribuintes de outras instituições federais de previdência social, desde que manifestem a opção perante a Carteira dentro do prazo de seis meses da vigência desta lei.

Art. 3º Serão considerados segurados facultativos da Carteira ora criada:

a) os advogados, provisionados e solicitadores que estejam amparados por instituição de previdência social garantida por lei estadual ou que, como

servidores federais, estaduais, municipais ou autárquicos, tenham direito a aposentadoria;

b) os solicitadores acadêmicos;

c) os advogados, provisionados ou solicitadores inscritos há mais de cinco anos na Ordem dos Advogados do Brasil, que já tenham mais de 55 anos de idade provando efetivo exercício da profissão durante esse prazo, desde que requeiram a sua inscrição à Carteira dentro do prazo de seis meses a contar da data em que esta lei entrar em vigor;

d) os funcionários da mesma Carteira com menos de 55 anos de idade que não tenham direito a aposentadoria como servidores públicos ou autárquicos, desde que requeiram, dentro de 60 dias da sua admissão, a inscrição prevista nesta lei;

e) os empregados da Ordem dos Advogados do Brasil e os de suas Seções no Distrito Federal e nos Estados;

f) os que perderem a qualidade de segurados obrigatórios e não estiverem sujeitos a outro regime de seguro social compulsório.

Art. 4º Perderá a qualidade de segurado obrigatório o advogado, provisionado ou solicitador cuja inscrição foi cancelada na Ordem dos Advogados do Brasil ou aquele que ficar sujeito a outro regime de seguro social obrigatório.

§ 1º Perderá a qualidade de segurado facultativo aquele que se atrasar em doze contribuições mensais.

§ 2º Na hipótese de reinscrição o segurado obrigatório ou facultativo ficará sujeito a novo prazo de carência (art. 13 e parágrafos) mas, para cálculo dos benefícios, contará todas as contribuições anteriormente feitas.

Art. 5º Consideram-se beneficiários dependentes do segurado:

I — preferencial e conjuntamente:

a) a esposa ou marido inválido;

b) os filhos solteiros de qualquer condição e sexo até 21 (vinte e um) anos de idade ou, quando alunos de escola de nível universitário, até 25 (vinte e cinco) anos de idade; no caso de invalidez geral, não haverá limitação de idade;

II — secundária e também conjuntamente:

a) o pai inválido e a mãe, casada com o inválido ou viúva;

b) as filhas viúvas ou desquitadas;

c) os avós, nas mesmas condições dos pais (letra "a");

d) os netos órfãos de pai, nas mesmas condições dos filhos.

III — afinal e ainda conjuntamente:

— as pessoas expressamente designadas que, em razão de idade, saúde ou assistência ao segurado, não possam prover a própria subsistência.

§ 1º As pessoas indicadas no grupo I presumem-se sempre dependentes do segurado; as dos grupos II e III precisam provar que dele, economicamente, dependiam.

§ 2º O grupo antecedente exclui em definitivo os posteriores, na data do falecimento do segurado contribuinte.

CAPÍTULO III

DOS BENEFÍCIOS

Art. 6º Satisfeitas as demais condições previstas, especialmente as do art. 13, poderá aposentar-se o segurado contribuinte:

a) com 65 (sessenta e cinco) anos de idade, no mínimo, a partir da data em que for cancelada a sua inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil;

b) com qualquer idade, no caso de invalidez para o exercício da profissão, verificada por junta de três médicos indicados pela Carteira.

Parágrafo único. A aposentadoria por invalidez ficará sujeita a revisão periódica, até que o segurado complete 65 (sessenta e cinco) anos de idade.

Art. 7º A aposentadoria, observado o disposto no art. 16, § 4º, consistirá numa renda mensal constituída de duas parcelas:

a) uma parte fixa, equivalente ao salário-mínimo regional vigente ao tempo da concessão;

b) uma parte variável, correspondente a tantas parcelas de 0,8 (oito centésimos) 0,12 (doze centésimos) ou 0,16 (dezesseis centésimos) da parte fixa, quantos forem os anos completos de contribuição em cada base (mínima, média ou máxima) respectivamente (art. 15, letra "a").

Art. 8º Extingue-se o direito à aposentadoria:

a) por morte do aposentado;

b) se cessar a invalidez que motivou a concessão do benefício ou a sua manutenção, salvo se o segurado tiver atingido 65 (sessenta e cinco) anos de idade;

c) se o aposentado voltar a exercer a advocacia.

Parágrafo único. Não terá o segurado direito ao pagamento das prestações mensais de aposentadoria que corresponderem ao período em que ocupar ou vier a ocupar função, ou cargo remunerado.

Art. 9º Por morte do segurado, ativo ou aposentado, seus dependentes (art. 5º) terão direito a pensão reduzida de 20 %, os dependentes do segurado judicialmente declarado ausente ou que estiver cumprindo pena privativa de liberdade superior a 1 (um) ano.

Art. 10. A importância mensal da pensão, que em caso algum será inferior à metade da aposentadoria indicada no art. 7º, constituir-se-á de duas parcelas:

a) uma cota fixa, equivalente a 42 % (quarenta e dois por cento) da importância da aposentadoria que o segurado vinha recebendo ou daquela a que teria direito, se na data da sua morte se aposentasse por invalidez;

b) tantas cotas variáveis, até o máximo de cinco, equivalentes cada uma a 8 % (oito por cento) dessa aposentadoria, quantas forem as pessoas com direito à pensão.

§ 1º A importância total da pensão será dividida igualmente entre os benefícios habilitados, revendo-se a divisão sempre que um retardatário se habilitar recebendo este o seu quinhão somente a partir da data em que ficar habilitado regularmente, sem poder reclamar do que já tiver sido pago aos demais.

§ 2º Ao extinguir-se o direito de um pensionista, deduzir-se-á da importância total da pensão a cota que lhe for correspondente, na forma da alínea b deste artigo, reajustando-se o cálculo da pensão.

Art. 11. Extingue-se o direito do dependente do segurado:

a) por morte;

b) por injusto abandono do pai mesmo quando se der em vida do segurado;

c) na data de seu casamento;

d) ao atingir o limite de idade previsto no art. 5º, nº I, letra "b"; ..

e) ao cessar a invalidez que motivou a concessão do benefício ou a sua manutenção;

f) quando cessar a impossibilidade de prover à própria subsistência, no caso do art. 5º, nº III.

g) quando cessarem os motivos referidos no parágrafo único do artigo 9º.

Art. 12. Caducam as prestações de aposentadoria ou pensão não reclamada dentro do prazo de um ano; e dois anos o direito de habilitar-se à pensão.

Art. 13. A concessão dos benefícios previstos nesta lei fica condicionada:

a) ao prazo de carência de um ano, com referência à aposentadoria por invalidez e à pensão; e de três anos, no tocante à aposentadoria por idade;

b) ao pagamento das contribuições devidas pelo segurado (art. 15, letra "a").

§ 1º O pagamento antecipado de contribuição não reduz o prazo de carência.

§ 2º Se o segurado se atrasar no pagamento de doze ou mais contribuições, o prazo de carência recomeçará a correr por inteiro, a partir da data da satisfação do débito, sem prejuízo do disposto no art. 16, § 3º.

Art. 14. Sempre que se alterar o valor do salário-mínimo, serão revisitos os benefícios já concedidos.

Parágrafo único. A atualização de valor dos benefícios prevalecerá a partir da data em que o novo salário-mínimo entrar em vigor.

CAPÍTULO IV

DO CUSTEIO

Art. 15. Constituem receita da Carteira de Seguro Social dos Advogados do Brasil:

a) a contribuição mensal dos segurados, equivalentes a 10 (dez), 20 (vinte) ou 30% (trinta por cento) do respectivo salário-mínimo regional, à escolha do contribuinte;

b) as custas, emolumentos e taxas, judiciais ou extra judiciais, que forem por lei federal ou estadual atribuídas à Carteira ora criada;

c) as multas aplicadas aos advogados, provisionados ou solicitadores pela Ordem dos Advogados do Brasil;

d) a taxa que for cobrada pela Ordem dos Advogados do Brasil pela inscrição de advogados, provisionados ou solicitadores;

e) a taxa que for cobrada em todas as certidões passadas pela Ordem dos Advogados do Brasil;

f) a taxa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) cobrada para registro de diploma de bacharel ou doutor em ciências jurídicas e sociais;

g) a taxa de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) cobrada nas certidões relacionadas com o registro desses diplomas;

h) a taxa de 5% (cinco por cento) sobre o salário-mínimo vigente do Distrito Federal, cobrada, a título de custas, no preparo de recursos judiciais e dos feitos processados perante o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Federal de Recursos e o Superior Tribunal Militar;

i) o adicional de 20% (vinte por cento), no caso de interposição de recurso, sobre as custas dos processos perante a Justiça do Trabalho pagável no prazo e sob as penas do art. 789, § 4º da Consolidação das Leis do Trabalho;

j) a taxa de 2% (dois por cento) sobre o salário-mínimo regional, cobrada, a título de contribuição pessoal do autor ou requerente, na distribuição em primeira ou em única instância, de feitos de qualquer natureza perante tribunais ou juízes federais exceto os da Justiça do Trabalho;

k) a taxa de 2% (dois por cento) sobre o salário-mínimo regional cobrada a título de contribuição dos mandantes, por instrumento de mandato judicial produzido ou apresentado em tribunais ou juízes federais, exceto os da Justiça do Trabalho;

l) a taxa de 2% (dois por cento) sobre o salário-mínimo regional, cobrada por substabelecimento de mandato produzido ou apresentado nas condições do inciso anterior;

- m) a taxa de 2% (dois por cento) descontada sobre o total dos honorários de advogado em condenação imposta por decisão judicial;
- n) as doações e legados recebidos pela Carteira;
- o) os rendimentos patrimoniais da Carteira;
- p) os demais recursos previstos em lei;
- q) as receitas eventuais da Carteira.

Parágrafo único. No cálculo das taxas das letras *n*, *i*, *j*, *k* e *l*, desprezar-se-ão as frações iguais ou inferiores a Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros) e serão elevadas à dezena de cruzeiros imediata as frações superiores a Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros).

Art. 16. A contribuição do segurado (art. 15, letra *a*) é devida integralmente, qualquer que seja o dia do mês em que se inscrever ou tiver a sua inscrição cancelada na Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 1º Ao inscrever-se na Carteira, o segurado optará pelo pagamento da contribuição mínima, média ou máxima, prevalecendo, no seu silêncio, a contribuição mínima. Sempre que completar um período de 12 contribuições, poderá o segurado fazer nova opção.

§ 2º A contribuição do segurado deverá ser paga até o último dia do mês seguinte ao vencido, ficando sujeito, em caso de atraso, aos juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

§ 3º No caso de cobrança judicial do débito será este acrescido da multa de 20% (vinte por cento).

§ 4º As contribuições dos segurados ativos serão automaticamente reajustadas, sempre que houver alteração no valor do salário-mínimo.

Art. 17. Salvo caso de erro de arrecadação, não haverá restituição de contribuições.

Art. 18. A receita da Carteira deverá ser arrecadada preferencialmente em dinheiro e de forma que o regulamento determinar.

Art. 19. Haverá um fundo de reserva, constituído por 10% (dez por cento), pelo menos, da receita anual da Carteira e destinado à atualização do valor dos benefícios concedidos (art. 14).

Art. 20. Os bens ou haveres da Carteira, ora criada, somente poderão ser usados ou aplicados nos fins especiais e limites nesta lei previstos, considerando-se nulos e iníritos, de pleno direito, os atos e decisões que lhes dêem destino diferente.

CAPÍTULO V

DA GESTÃO

Art. 21. A Carteira de Seguro Social dos Advogados do Brasil será administrada e representada juridicamente pelo Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE) com a fiscalização da Ordem dos Advogados do Brasil, e dirigida por quem seja advogado (Diretor da Carteira).

§ 1º Para a solução de litígios, haverá uma junta de Recursos, composta de seis membros com mandato trienal, dos quais três serão técnicos em seguro social, indicados pelo IPASE, e os outros três, segurados eleitos pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 2º O Presidente, que será advogado, terá voto de qualidade nas decisões. Será escolhido entre os próprios membros da Junta, por maioria de votos, considerando-se eleito, em caso de empate, o mais idoso.

§ 3º O regulamento desta lei disporá sobre o processo de recursos para a Junta de Recursos.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E DAS TRANSITÓRIAS

Art. 22. A Carteira de Seguro Social dos Advogados do Brasil adotará o regime atuarial de repartição com fundo de garantia (arts. 13 e 19).

Art. 23. Enquanto não for demonstrada atuarialmente a possibilidade de ampliar o plano de benefícios, a Carteira somente cobrirá os riscos de velhice, invalidez e morte nesta lei previstos.

Art. 24. O Presidente do IPASE proporá ao Presidente da República a criação dos cargos que forem indispensáveis aos serviços da Carteira.

Art. 25. O regulamento de execução da lei proverá aos pormenores da adaptação do IPASE às novas funções e encargos.

Art. 26. São asseguradas à Carteira de Seguro Social dos Advogados do Brasil a imunidade tributária ação executiva para a cobrança dos seus créditos e outros privilégios de que gozam as instituições federais de previdência social obrigatória.

Art. 27. Serão mantidas as atuais Caixas de Assistência dos Advogados que, depois de instituído o regime próprio de Seguro Social para os advogados, deverão passar a considerar outras necessidades essenciais desses profissionais, não atendidas pelo plano de benefícios do referido seguro social.

Art. 28. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, e será regulamentada dentro de 60 dias da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de julho de 1962; 141º da Independência e 74º da República. Auro Moura Andrade, Presidente.

LEI Nº 4.104 — DE 23 DE
JULHO DE 1962

LEI Nº 4.104-A — DE 23 DE
JULHO DE 1962

Fixa o prazo de aplicação das disposições da Lei nº 4.015, de 16 de dezembro de 1961 (reengajamento de Sargentos do Exército não possuidores do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos).

Isenta dos impostos de importação e de consumo, equipamento telefônico a ser importado pela Telefônica de Jataí S. A., para instalação do serviço de telefones na Cidade de Jataí, no Estado de Goiás.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu, Auro Soares Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do art. 70, § 4º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1º. As disposições contidas na Lei nº 4.015, de 16 de dezembro de 1961, somente se aplicam aos sargentos que, na data da publicação da presente lei, já contem com mais de cinco anos de praça.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de julho de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

AURO MOURA ANDRADE

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu, Auro Soares Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do artigo 70, § 4º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo para o equipamento telefônico constante da licença nº DG-58-4371-4412, emitida pela Carteira de Comércio Exterior, a ser importado pela Telefônica de Jataí S. A., para a instalação do serviço de telefones na Cidade de Jataí, no Estado de Goiás.

Art. 2º O favor concedido não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de julho de 1962, 141º da Independência e 74º da República.
— Auro Moura Andrade, Presidente.

LEI Nº 4.105 — DE 23 DE
JULHO DE 1962

Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento destinado à instalação de uma estação de televisão, pela Rádio Clube de Pernambuco S.A.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu, Auro Soares Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do art. 70, § 4º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1º. É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo para o equipamento constante da licença nº DG-59 — 11.183 — 167, emitida pela Carteira de Comércio Exterior, a ser importado pela Rádio Clube de Pernambuco S.A., para instalação de uma estação de televisão na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.

Art. 2º. O favor, a que se refere o artigo anterior, não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de julho de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

AURO MOURA ANDRADE

LEI Nº 4.106 — DE 26 DE JULHO
DE 1962

Declara de utilidade pública o conjunto residencial situado no Estado da Guanabara, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desapropriar por utilidade pública o conjunto residencial edifi-

cado em terreno da União, situado no Estado da Guanabara, às Ruas Pacheco Leão, Fernando de Magalhães, D. Estela, Caminhoá, Abreu Fialho, da Escola e da Fábrica, localizadas na antiga "Chácara do Algodão" sob o número 12, Lagoa Rodrigo de Freitas.

Parágrafo único. Provado, por título hábil de domínio, que os terrenos em que está construído esse conjunto residencial pertencem a terceiros, a desapropriação se estenderá a tais terrenos.

Art. 2º Os imóveis desapropriados serão revendidos, pelo preço da desapropriação, aos seus ocupantes que se interessarem pela aquisição.

Art. 3º Os ocupantes dos prédios desapropriados terão preferência na Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, para obtenção de empréstimos, com o prazo de 15 anos, juros legais, a fim de que possam adquirir os bens desapropriados.

Art. 4º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) para o cumprimento desta lei.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 26 de julho de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Francisco Brochado da Rocha

LEI Nº 4.107 — DE 27 DE JULHO
DE 1962

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região — o crédito suplementar de Cr\$ 11.520.000,00 (onze milhões, quinhentos e vinte mil cruzeiros), para pagamento de aluguel de imóvel ocupado por aquele Tribunal.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 2ª

Região — o crédito suplementar de Cr\$ 11.520.000,00 (onze milhões, quinhentos e vinte mil cruzeiros), para suprir a insuficiência da Subconsignação 1.5.12 — Aluguel ou Arrendamento de imóveis, no exercício de 1962.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 27 de julho de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

João Goulart

Francisco Brochado da Rocha

Cândido de Oliveira Neto

LEI Nº 4.103 — DE 27 DE JULHO
DE 1962

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região o crédito especial de Cr\$ 7.700.000,00, para atender à despesa de adaptação de nova sede daquele Tribunal.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É autorizado o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região — o crédito especial de Cr\$ 7.700.000,00 (sete milhões e setecentos mil cruzeiros), para atender à despesa de adaptação de sua nova sede.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 27 de julho de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

João Goulart

Francisco Brochado da Rocha

Cândido de Oliveira Neto

LEI Nº 4.109 — DE 27 DE JULHO DE 1962

Institui a cédula oficial de votação nas eleições pelo sistema proporcional e dá outras providências.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu, Auro Soares Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do art. 70, § 4º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1º Observado o disposto no art. 10 desta lei, as eleições reguladas pela Lei nº 1.164, de 24 de junho de 1950, (Código Eleitoral), com as alterações da legislação subsequente, serão realizadas por meio de cédulas oficiais e distintas, uma para cada espécie de pleito, contendo todos os nomes dos candidatos registrados.

Art. 2º Para as eleições de senadores e seus suplentes, deputado federal nos Territórios que só elegem um representante, governador ou vice-governador, prefeito municipal e vice-prefeito, bem como juizes de paz, os nomes dos candidatos serão impressos em cédulas correspondentes a cada pleito, obedecendo de cima para baixo, a ordem cronológica do registro e ocupando cada nome uma linha, antecedida por um quadrilátero destinado à assinalação pelo eleitor.

§ 1º Nas eleições para senador, figurará, abaixo do nome de cada candidato, o de seu suplente e, ao lado, um quadrilátero, cuja assinalação se entenderá válida para ambos.

§ 2º Em se tratando de eleições simultâneas para dois ou mais postos, com utilização de uma só cédula, deve esta levar, impressa a cores, nítida advertência ao eleitor, para que assinale os nomes dos dois senadores e suplentes de sua escolha, do governador e do vice-governador, do prefeito e do vice-prefeito, conforme o caso.

Art. 3º As cédulas referidas nos arts. 1º e 2º desta lei, serão mandadas confeccionar pela Justiça Eleitoral e por ela distribuídas a todas as seções eleitorais.

§ 1º No caso de eleições simultâneas, para cada uma delas haverá uma cédula, a qual conterá, na face

externa, em faixas diversamente coloridas, a designação da eleição.

§ 2º Os Partidos, ao requererem o registro dos seus candidatos a deputados, poderão pedir que figure na cédula a reprodução gráfica de símbolo que distinga e caracterize a agremiação.

Art. 4º A mesa eleitoral rubricará as cédulas, na parte correspondente à sobrecarta, antes de entregá-las ao eleitor e depois de verificar estarem livres de marcas ou vícios que possam invalidá-las.

§ 1º A mesa não rubricará cédulas em número superior ao de votantes da seção e incinerará, logo depois de encerrada a votação, as que não tiverem sido utilizadas.

§ 2º Ao ser chamado para votar, observada a regra do § 3º, o eleitor receberá da mesa, devidamente rubricadas, as cédulas referentes aos pleitos que se estiverem realizando, e com elas penetrará na cabine indevassável, onde assinalará o seu voto, em cada uma, e dobrará ou fechará a sobrecarta. Em seguida, voltando à presença da mesa, mostrará a rubrica que as autêntica, depositando cada cédula na urna correspondente.

§ 3º Sempre que houver, simultaneamente, eleições pelo sistema majoritário e proporcional, o eleitor irá à cabine indevassável por duas vezes para a votação, nessa ordem, nos candidatos que concorrerem a esses pleitos, observadas as instruções que forem baixadas pela Justiça Eleitoral.

Art. 5º Para as eleições de deputados federais, deputados estaduais e vereadores, a cédula oficial, além de formar sobrecarta pela maneira de dobrá-la nos lugares adequados, conterá impressos, na parte interna, os seguintes elementos:

a) na parte superior, a indicação da espécie de eleição a que se destina;

b) encimadas pela sigla de cada partido ou coligação, se for o caso e impressas sobre fundo, ou dentro de moldura, de cor diferente para cada um deles, as listas nominais dos respectivos candidatos registrados, obedecendo rigorosa ordem alfabética, e de modo que cada nome ocupe uma linha e seja antecedido por um quadrilátero;

c) em seguida ao nome do último inscrito na cédula, figurará um quadrilátero para a assinalação do voto de legenda seguido da inscrição — Voto de legenda.

Art. 6º Para efeito do disposto na alínea "b" do artigo anterior, a Justiça Eleitoral estabelecerá um elenco de cores, dentre as quais cada partido, na ordem de prioridade segundo a data do respectivo registro, escolherá a de sua preferência.

§ 1º Atribuída uma cor a cada partido, será ela mantida nas eleições subsequentes.

§ 2º No caso de coligação de partidos, adotarão eles a cor de um dos coligados.

Art. 7º Os quadriláteros a que se referem os arts. 2º e 5º, alíneas b e c, são destinados à assinalação do voto do eleitor, a qual se fará por meio de traços simples ou cruzados que demonstrem, de modo inequívoco, a sua preferência.

§ 1º Se o eleitor marcar somente uma sigla partidária e nenhum nome de candidato entende-se ter votado na legenda.

§ 2º Se o eleitor marcar os nomes de mais de um candidato de uma mesma legenda partidária, apurar-se-á o voto apenas para a legenda.

§ 3º Se o eleitor marcar nomes de candidatos de legendas diferentes, ou mais de uma legenda, o voto será nulo.

§ 4º Se o eleitor marcar o nome de um candidato e assinalar legenda a que ele não pertença, o voto será nulo.

Art. 8º O registro dos candidatos far-se-á até 45 (quarenta e cinco) dias antes da eleição, modificado, para esse efeito, o disposto no artigo 57, da Lei nº 2.550, de 25 de julho de 1955.

Parágrafo único. Do registro, que se fará segundo relação organizada pelos partidos, constarão em ordem alfabética, os prenomes, nomes e apelidos de família podendo figurar igualmente o nome, alcunha ou cognome pelo qual o candidato seja conhecido, desde que a Justiça Eleitoral reconheça ser isso fato notório.

Art. 9º Para os efeitos do art. 125 do Código Eleitoral, os votos em branco, nas eleições majoritárias, serão adicionados aos votos anulados.

Parágrafo único. Na hipótese de renovação do pleito (Código Eleitoral, art. 125), será reaberto o prazo para registro de novos candidatos.

Art. 10. O disposto nesta lei, relativamente à utilização da cédula oficial, nas eleições para Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores, quando fôr o caso, aplicar-se-á, desde logo, nas capitais dos Estados.

§ 1º Estender-se-á a aplicação, a partir de 31 de dezembro de 1963, às cidades de população igual ou superior a cem mil habitantes.

§ 2º Aplicar-se-á, também, imediatamente, o disposto neste artigo, ao Estado da Guanabara (sem municípios), e a todo o Estado de São Paulo.

Art. 11. É vedado às Juntas Eleitorais a divulgação, por qualquer meio, de expressões, frases ou desenhos estranhos ao pleito e contidos nas cédulas.

Parágrafo único. Aos membros escrutinadores e auxiliares das juntas Eleitorais que infringirem o disposto neste artigo, serão aplicadas as penalidades previstas no art. 175, número 15, do Código Eleitoral.

Art. 12. Ressalvada a hipótese de eleição majoritária, quando caberá à Justiça Eleitoral prover pela forma conveniente, sempre que fôr pedido cancelamento de registro a que se refere o art. 49 da Lei número 1.164, fica vedada a substituição de candidato se faltarem menos de 40 (quarenta) dias para o pleito.

Art. 13. A Justiça Eleitoral fará ampla divulgação, pela imprensa e pela radiodifusão e televisão, bem como por meio de cartazes afixados nos logradouros públicos, das relações dos candidatos de todos os partidos com os respectivos símbolos e siglas, bem como da cor em que figurarão nas cédulas.

§ 1º Essas relações, de preferência em modelos ampliados das cédulas, serão afixadas, também, nos prédios onde estiverem localizadas as seções eleitorais.

§ 2º. É permitido aos partidos políticos fazerem a divulgação a que se referem este artigo e seu parágrafo primeiro.

§ 3º. As estações de radiodifusão e televisão de qualquer potência, inclusive as de propriedade da União, dos Estados, Distrito Federal e Territórios, Municípios, Autarquias, Sociedades de Economia e Fundações, nos 60 (sessenta) dias anteriores às 48 (quarenta e oito) horas do pleito de cada Circunscrição Eleitoral do País, reservarão diariamente duas (2) horas para propaganda política gratuita, sendo uma delas durante o dia, entre as 13 (treze) e as 18 (dezoito) horas e outra à noite entre as 20 (vinte) e as 22 (vinte e duas) horas sob critério de rigorosa rotatividade aos diferentes partidos, e distribuídas entre eles na proporção das respectivas legendas no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas Estaduais e, Câmaras Municipais.

§ 4º. Para efeito de cumprimento do disposto nos parágrafos anteriores, a distribuição dos horários dos diversos partidos será fixada e fiscalizada pela Justiça Eleitoral.

§ 5º No caso de aliança de partidos a ela se atenderá com observância da igualdade aqui prescrita.

§ 6º. O horário não utilizado por qualquer partido se redistribuirá pelos demais, vedada a cessão ou transferência.

§ 7º. No período destinado à propaganda política gratuita prevista no § 3º deste artigo, não prevalecerão quaisquer contratos firmados pelas empresas de rádio e televisão, que possam burlar ou tornar inexecuível a regra ali fixada.

§ 8º. Será obrigatória no início do tempo reservado a cada partido, a divulgação, em ordem alfabética, dos nomes dos seus candidatos registrados, distribuindo-se o tempo restante entre ditos candidatos, assegurada a igualdade de sua utilização.

§ 9º. A metade do horário de que trata o § 3º deste artigo será reservada à propaganda dos candidatos ao Congresso Nacional quando a eleição deles coincidir com a de candidatos estaduais e municipais.

§ 10. As estações de rádio e televisão é vedado cobrar, na publicidade política, preços superiores aos que tenham vigorado, nos 6 (seis) meses anteriores, para a publicidade comum.

§ 11. As estações de rádio e televisão ficam obrigadas a divulgar, dentro dos 30 (trinta) dias que precederem as eleições, comunicações da Justiça Eleitoral, até o máximo de tempo de 15 (quinze) minutos entre as deztoito (18) e as vinte e duas (22) horas.

§ 12. Fora dos horários da propaganda gratuita, de que trata o § 3º deste artigo, é proibida, nos 30 (trinta) dias que precedem as eleições, em qualquer localidade do País, a divulgação de propaganda individual ou partidária, direta ou indireta, através do rádio, televisão e alto-falantes, ressalvada apenas a irradiação de comícios públicos, quando estes forem realizados nos lugares fixados pela autoridade competente, na forma da lei.

§ 13. Nos 15 (quinze) dias anteriores à data do pleito, é proibida a divulgação, por qualquer forma, de resultados de "prévias" ou testes pré-eleitorais.

§ 14. A infração do disposto nos §§ 3º, 7º, 8º, 10, 11, 12 e 13 deste artigo fará incorrerem os representantes legais ou administradores das empresas de televisão, radiodifusão e os responsáveis pela propaganda, na pena de detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.

Art. 14. As seções eleitorais conterão, no máximo, 250 (duzentos e cinquenta) eleitores nas capitais, e 200 (duzentos) no interior dos Estados.

Parágrafo único. Os juizes eleitorais desdobrarão as seções eleitorais atualmente existentes, para cumprimento do disposto neste artigo. Os eleitores excedentes em relação a cada uma delas passarão a constituir outra seção eleitoral, sob a mesma designação numérica, acrescida de uma letra que a identifique e distinga daquela de que se haja desdobrado.

Art. 15. Aos partidos políticos é assegurada a prioridade postal durante os 60 (sessenta) dias anteriores à

realização das eleições, para remessa de cédulas eleitorais e material de propaganda de seus candidatos registrados.

Parágrafo único. A infração deste artigo importará na pena estabelecida no item 16 do artigo 175 do Código Eleitoral.

Art. 16. Fica revogado o disposto no parágrafo único do artigo 53 do Código Eleitoral.

Parágrafo único. Nos casos de ligações constituídas por todos os partidos, será admissível a apresentação da chapa única com suplentes até o terço das vagas que competem ao Estado.

Art. 17. São acrescentados ao artigo 175 da Lei nº 1.164, de 24 de julho de 1950, os seguintes itens:

"34) majorar os preços de utilidade e serviços necessários à realização de eleições, tais como transporte e alimentação de eleitores, impressão, publicidade e divulgação de matéria eleitoral;

Pena — detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos e multa de Cr\$.. 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) a Cr\$.. 10.000,00 (dez mil cruzeiros).

35) ocultar, sonegar, açambarcar ou recusar o fornecimento de utilidades, alimentação e meios de transporte necessários à realização das eleições ou conceder exclusividade dos mesmos a determinado partido ou candidato;

Pena — detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos."

Art. 18. O § 2º do art. 4º da Lei nº 2.550, de 25 de julho de 1955, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 4º
.....

§ 2º. Concluída a apuração de cada urna e antes de se passar à da subsequente, será expedido pelo Presidente da Junta, com a rubrica dos escrutinadores da turma e dos delegados ou fiscais de partidos presentes, boletim do pleito na seção respectiva. Nesse boletim consignar-se-ão o número de votantes, os votos apurados, os votos nulos e em branco, a votação dos candidatos e legendas partidárias.

Tais boletins farão prova dos resultados e serão entregues a todos os delegados ou fiscais admitidos à apuração. A recusa da expedição ou entrega do boletim importa no crime capitulado no art. 175, número 31, do Código Eleitoral."

Art. 19. Para ocorrer às despesas a que se refere esta Lei, no exercício de 1962, fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário, Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral — o crédito especial Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), o qual será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao referido Tribunal.

Art. 20. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de julho de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

AURO MOURA ANDRADE

LEI Nº 4.110 — DE 31 DE
JULHO DE 1962

Isenta dos impostos de importação e de consumo, material importado pela Emissora de Televisão Continental S. A. — T.V. Continental.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu, Auro Soares Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do artigo 70, § 4º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1º É concedida isenção de impostos de importação e de consumo, exceto a taxa de Previdência Social, para os materiais constantes das licenças ns. DG-58-1.446 — 1.428 e DG-58-1.445-1.427, emitidas pela Carteira de Comércio Exterior, importados pela Emissora de Televisão Continental S. A. "T. V. Continental".

Art. 2º A isenção a que se refere o artigo anterior não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 31 de julho de 1962, 141º da Independência e 74º da República. — Auro Moura Andrade, Presidente.

LEI Nº 4.111 — DE 31 DE
JULHO DE 1962

Isenta de impostos de importação e de consumo equipamento telefônico importado pela Telefones Bahia S.A. — TEBASA.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu, Auro Soares Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do artigo 70, § 4º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1º É concedida isenção de impostos de importação e de consumo, inclusive a taxa de despacho aduaneiro, para o equipamento constante das licenças n.ºs DG-60-14.365 — 15.144 e DG-60-14.366 — 15.145, emitidas pela Carteira de Comércio Exterior e importado pela Telefones Bahia S.A. — TEBASA.

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de julho de 1962; 141º da Independência e 74º da República. — Auro Moura Andrade, Presidente.

LEI Nº 4.112 — DE 1º DE
AGOSTO DE 1962

Concede isenção dos impostos de importação e de consumo para o material telefônico a ser importado pela Companhia Telefônica Araguaquina, Estado de Minas Gerais.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu, Auro Soares Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do artigo 70, § 4º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, excluída a taxa de previdência, para o desembarço alfandegário do material constante da licença número DG-58-9324-9894, emitida pela Carteira de Comércio Exterior, a ser importado pela Companhia Telefônica Araguaquina, com sede em Araguaia, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º O favor de que trata o artigo anterior não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1º de agosto de 1962; 141º da Independência e 74ª da República.
— Auro Moura Andrade, Presidente.

LEI Nº 4.113 — DE 17 DE AGOSTO DE 1962

Concede pensão vitalícia de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros) mensais ao ex-Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Antônio Francisco Carvalho.
O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É concedida a pensão vitalícia de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros) mensais ao ex-Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Antônio Francisco Carvalho.

Art. 2º. A pensão a que se refere esta Lei, transmitir-se-á, por morte de seu beneficiário, à sua esposa e filhos, na base de 50% (cinqüenta por cento), atendidas as exigências da legislação em vigor.

Art. 3º. A pensão especial concedida pela presente Lei não poderá ser recebida cumulativamente com proventos de aposentadoria ou benefício de qualquer natureza pagos pela União, Estado, Município, autarquias ou sociedades de economia mista.

Art. 4º. A despesa com o pagamento da pensão de que trata esta Lei correrá à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda destinada aos pensionistas da União.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de agosto de 1962; 141º da Independência e 74ª da República.

JOÃO GOULART

F. Brochado da Rocha

Cândido de Oliveira Neto

Miguel Calmon

LEI Nº 4.114 — DE 17 DE AGOSTO DE 1962

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 para construção do Hospital do Jornalista, e das outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) para a construção ou aquisição de hospital destinado a dar assistência aos jornalistas, gráficos, distribuidores e vendedores de jornais, e trabalhadores em geral, que prestam serviços nas empresas jornalísticas no Estado da Guanabara.

Parágrafo único. O auxílio previsto neste artigo será pago à Associação Brasileira de Imprensa, que promoverá a construção ou aquisição do hospital a que se refere esta lei.

Art. 2º. É autorizado o Poder Executivo a doar à Associação Brasileira de Imprensa terreno de propriedade da União na Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, ou a permutá-lo com outro de propriedade do Estado da Guanabara, de entidade autárquica, de sociedade de economia mista ou de particulares, para doá-lo à referida Associação, a fim de nele ser construído o Hospital de que trata esta lei.

Art. 3º. O Hospital do Jornalista, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, será denominado "Hospital Herbert Moses".

Art. 4º. Os Institutos de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, dos Industriários e dos Empregados em Transportes e Cargas poderão firmar contratos com o Hospital do Jornalista, a fim de que a assistência médica aos associados daquelas autarquias, pertencentes às categorias profissionais referidas no artigo 1º, seja prestada no referido hospital.

Parágrafo único. Os Institutos não poderão gastar, com a assistência médica a que se refere este artigo,

importância superior à normalmente dispendida com o tratamento dos mesmos segurados pelos seus serviços médicos e hospitalares.

Art. 5º. As leis orçamentárias dos 5 (cinco) anos subsequentes à data da vigência desta lei consignarão dotações de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) por exercício financeiro, a título de auxílio à Associação Brasileira de Imprensa, para o prosseguimento, conclusão e manutenção do Hospital a que se refere esta lei.

Art. 6º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de agosto de 1962; 141ª da Independência e 74ª da República.

JOÃO GOULART

F. Brochado da Rocha

Manoel Cordeiro Villaça

Hermes Lima

Miguel Calmon

LEI Nº 4.114-A — DE 20 DE AGOSTO DE 1962

Transfere à União a responsabilidade da dívida de Cr\$ 110.000.000,00, e respectivos juros, do Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição, de São Paulo.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Governo Federal assume a responsabilidade da dívida de Cr\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de cruzeiros), e respectivos juros de 12% ao ano, do Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição, de São Paulo, para com a Caixa Econômica Federal de São Paulo.

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de agosto de 1962; 141ª da Independência e 74ª da República.

JOÃO GOULART

F. Brochado da Rocha

Miguel Calmon

Manoel Cordeiro Villaça

LEI Nº 4.115 — DE 22 DE AGOSTO DE 1962

Introduz alterações na Lei nº 4.109, de 27 de julho de 1962, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ressalvado o disposto no art. 10 e seus parágrafos da Lei número 4.109, de 27 de julho de 1962, a votação nas eleições federais, estaduais e municipais, reguladas pela Lei nº 1.164, de 24 de junho de 1950 (Código Eleitoral, com as alterações da legislação subsequente será feita por meio de cédula oficial de acordo com o disposto na citada Lei nº 4.109, de 1962, com as modificações introduzidas pela presente lei.

Art. 2º Nas eleições federais e estaduais a que se refere o artigo anterior far-se-á a votação em uma única cédula, modelo anexo, número 1, contendo:

I — no anverso, em duas colunas, uma correspondente às eleições majoritárias e outra às proporcionais:

a) indicação da eleição;

b) os nomes dos candidatos a senador, cada qual acompanhado do respectivo suplente ou os nomes de todos os candidatos a deputado federal e seus suplentes, nos Territórios que elejam apenas um representante;

c) os nomes de todos os candidatos a governador e a vice-governador, onde houver;

d) duas linhas para que o eleitor escreva o nome ou o número do candidato de sua preferência a deputado federal;

e) duas linhas para que o eleitor escreva o nome ou o número de seu candidato a deputado estadual;

f) indicação: "Iniciais do Partido ou da Coligação", em frente a um quadrilátero maior, logo abaixo da linha destinada ao número do candidato, nas eleições de deputado federal, deputado estadual e vereador.

II — no verso:

a) três linhas destinadas a receberem as rubricas dos membros da mesa receptora de votos;

b) local para o presidente da mesa escrever o número de 1 a 9, a que se refere o art. 3.º da Lei n.º 2.582, de 30 de agosto de 1955;

c) tarjas pretas destinadas a preservar o sigilo dos votos dados pelo eleitor.

§ 1.º As eleições de prefeito, vice-prefeito, juiz de paz e vereadores realizar-se-ão em outra cédula oficial correspondente a cada município, obedecendo ao sistema adotado nesta Lei para as eleições federais e estaduais, acrescida, na face externa dos ózires impressos: "Eleição Municipal" ou "Eleição Municipal e Distrital", de acôrdo com o modelo anexo n.º 2.

§ 2.º Sempre que houver eleições municipais simultaneamente com eleições federais e estaduais, o eleito: irá à cabina indevassável duas vèzes, uma para votação nas eleições federais e estaduais, outra para votação nas eleições municipais.

§ 3.º A regra do parágrafo anterior não se aplicará aos municípios onde as eleições proporcionais não forem realizadas com a utilização da cédula oficial.

§ 4.º Os modelos 1 e 2, anexos à presente lei, poderão ser desdobrados em duas partes, a fim de permitir o comparecimento do eleitor à cabina, separadamente, para as eleições majoritárias e para as proporcionais.

Art. 3.º Na votação, observar-se-á o seguinte:

I — O eleitor assinalará os quadriláteros correspondentes a seus candidatos a governador, vice-governador, senador e deputado federal nos Territórios que só elegem um representante de qualquer modo que torne expressa a sua intenção de apontar os nomes de sua preferência. O voto dado ao candidato a senador, bem assim a deputado federal nos Territórios que só elegem um representante, entender-se-á dado também ao suplente correspondente. No caso de eleição para duas vagas no Senado Federal, a cédula deverá conter nítida advertência ao eleitor no sentido de que poderá votar em dois candidatos a senador.

II — para deputado federal, deputado estadual ou vereador, é facultado ao eleitor:

a) escrever somente o nome ou o número do candidato de sua preferência;

b) escrever apenas as iniciais do partido ou da coligação de sua preferência.

§ 1.º Para manifestar sua preferência pelo candidato a deputado federal, deputado estadual ou vereador, o eleitor poderá limitar-se a escrever o prenome, o nome ou o cognome, o apelido de família ou a alcunha por que fôr conhecido o candidato de sua escolha, desde que constem do respectivo registro e não importem em confusão com outro candidato registrado para o mesmo cargo ou pertencente à mesma legenda.

§ 2.º No caso de coligação de partidos para eleição pelo sistema proporcional, se o eleitor escrever as iniciais de um dos partidos coligados, o voto será contado para a legenda da coligação.

Art. 4.^o Para os fins previstos no item II do artigo anterior, o Tribunal Regional Eleitoral ou o Juiz Eleitoral competente reservará a cada partido ou coligação de partidos, na ordem de precedência dos pedidos de registro, uma série de tantos números quantos forem os lugares a preencher, mais um terço, de modo que a cada partido ou coligação de partidos caibam números distintos em cada série.

§ 1.^o Na própria decisão que deferir o registro dos candidatos, o Tribunal, ou o Juiz Eleitoral, atribuirá a cada nome, a partir do número 100, e de acordo com a respectiva ordem alfabética, o número correspondente, dentro da série reservada ao partido ou coligação de partidos.

§ 2.^o O candidato a deputado federal, estadual e vereador, conservará, sempre que possível, o mesmo número em todas as eleições que disputar.

Art. 5.^o Cada partido, ou coligação de partidos, poderá registrar, nas eleições proporcionais, tantos candidatos quantos forem os lugares a preencher, mais um terço.

Art. 6.^o Na apuração dos votos observar-se-ão além das normas da legislação vigente, em tudo que não contrariar o disposto nesta lei, as regras do art. 3.^o e mais as seguintes:

I — A inversão, omissão ou erro de grafia do nome, prenome cognome ou apelido, não invalidará o voto desde que seja possível a identificação do candidato.

II — Se o eleitor, assinalando a legenda partidária, apuser-lhe o nome do candidato registrado por outra legenda, contar-se-á o voto para o candidato, bem como para a legenda pela qual foi registrado.

III — Se o eleitor escrever o nome de um candidato e o número correspondente a outro da mesma legenda ou não, contar-se-á o voto para o candidato cujo nome foi escrito, bem como para a legenda a que pertença.

IV — Se o eleitor escrever o nome, ou o número de um candidato a deputado federal, na parte da cédula referente a deputado estadual ou vice-versa, o voto será contado para o candidato cujo nome, ou número, foi escrito.

V — Se o eleitor escrever o nome ou o número de candidato em espaço da cédula que não seja o correspondente ao cargo para o qual o candidato foi registrado, será o voto computado para o candidato e respectiva legenda, conforme o registro.

VI — Nas eleições pelo sistema de representação proporcional, contar-se-á o voto apenas para a legenda:

a) se o eleitor escrever o nome de mais de um candidato da mesma legenda partidária, registrados para o mesmo cargo;

b) se o eleitor escrever apenas a sigla partidária e nenhum nome ou número de candidato;

c) se o eleitor, indicando a legenda escrever o nome, ou o número do candidato de tal modo ilegível, que não se possa identificá-lo;

d) se o eleitor, escrevendo a legenda, não indicar o candidato, através do nome ou do número, com clareza suficiente para distingui-lo de outro candidato.

VII — Não se apura o voto nas eleições pelo princípio proporcional:

a) quando o candidato não for indicado, através do nome ou do número com a clareza suficiente para distingui-lo de outro candidato ao mesmo cargo, mas de outro partido;

b) se o eleitor escrever o nome de candidatos ao mesmo cargo pertencentes a partidos diversos, ou, indicando apenas os números, o fizer também de candidatos de partidos diferentes;

c) se o eleitor, não manifestando preferência por candidato ou o fazendo de modo que não se possa identificar o de sua preferência, escrever duas ou mais legendas diferentes, mas não colgadas, no espaço relativo à mesma eleição.

Art. 7º Se o eleitor, ao receber a cédula ou ao recolher-se à cabina de votação, verificar que a cédula se acha estragada ou, de qualquer modo, viciada ou assinada ou se é próprio, por imprudência, imprevidência ou ignorância, a inutilizar, estragar ou assinalar erradamente, poderá pedir uma outra ao Presidente da seção eleitoral, restituindo, porém, a primeira, a qual será imediatamente inutilizada à vista dos presentes e sem quebra do sigilo do que o eleito haja nela assinado ou escrito.

Art. 8º As cédulas, cujos votos não puderem ser identificados e, consequentemente, apurados, serão recolhidas a invólucro especial pela Junta Eleitoral que o lacrará e rubricará recolhendo-o em seguida, à urna, circunstância que constará da ata da apuração.

Art. 9º Logo em seguida à apuração de cada urna as cédulas, cujos votos forem apurados serão recolhidas igualmente a mesma urna, sendo esta fechada, vedada e lacrada não podendo ser reaberta senão depois do trânsito em julgado da diplomação salvo se deferida a recomagem de votos.

Parágrafo único. Os delegados e fiscais de partidos presentes poderão apor sua rubrica na cinta de vedação da urna.

Art. 10. As cédulas de que trata esta Lei serão confeccionadas e distribuídas exclusivamente pela Justiça Eleitoral.

Art. 11. A Justiça Eleitoral fará ampla divulgação pela imprensa e pela radiodifusão onde houver bem assim por meio de cartazes afixados em lugares públicos das relações dos nomes e dos números correspondentes dos candidatos registrados, com indicação do partido ou da coligação a que pertençam.

§ 1º Estas relações serão afixadas no recinto das seções eleitorais, em lugar visível, bem como dentro das cabinas indepassáveis para permitir aos eleitores a consulta das mesmas.

§ 2º É permitida aos partidos políticos a divulgação a que se refere este artigo e seu § 1º.

§ 3º As estações de radiodifusão e televisão de qualquer potência, inclusive as de propriedade da União, dos Estados, Distrito Federal e Territórios, Municípios, Autarquias Sociedades de Economia e Fundações, nos 60 (sessenta) dias anteriores às 48 (quarenta e oito) horas do pleito de cada Circunscrição Eleitoral do País, reservarão diariamente duas (2) horas para propaganda política gratuita, sendo uma delas durante o dia entre as 13 (treze) e as 18 (dezoito) horas e outra à noite entre as 20 (vinte) e as 22 (vinte e duas) horas sob critério de rigorosa rotatividade aos diferentes partidos, e distribuídos entre eles na proporção das respectivas legendas no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas Estaduais e Câmaras Municipais.

§ 4º Para efeito de comprimento do disposto nos parágrafos anteriores a distribuição dos horários dos diversos partidos será fixada e fiscalizada pela Justiça Eleitoral.

§ 5º No caso de aliança de partidos a ela se atenderá com observância da igualdade aqui prescrita.

§ 6º O horário não utilizado por qualquer partido se redistribuirá pelos demais, vedada a cessão ou transferência.

§ 7º No período destinado à propaganda política gratuita prevista no § 3º deste artigo, não prevalecerão, quaisquer contratos firmados pelas empresas de rádio e televisão que possam burlar ou tornar inexecutível a regra ali fixada.

§ 8.º Será obrigatória no início do tempo reservado a cada partido a divulgação, em ordem alfabética dos nomes dos seus candidatos registrados, distribuindo-se o tempo restante entre ditos candidatos, assegurada a igualdade de sua utilização.

§ 9.º A metade do horário de que trata o § 3.º deste artigo será reservada à propaganda dos candidatos ao Congresso Nacional quando a eleição deles coincidir com a de candidatos estaduais e municipais.

§ 10. As estações de rádio e televisão é vedado cobrar, na publicidade, política, preços superiores aos que tenham vigorado, nos 6 (seis) meses anteriores, para a publicidade comum.

§ 11. As estações de rádio e televisão ficam obrigadas a divulgar, dentro dos 30 (trinta) dias que precederem as eleições, comunicações da Justiça Eleitoral, até o máximo de tempo de 15 (quinze) minutos entre as 18 (dezoito) e as vinte e duas (22) horas.

§ 12. Fora dos horários de propaganda gratuita, de que trata o § 3.º deste artigo é proibida nos trinta dias que precedem as eleições a divulgação de propaganda individual ou partidária em qualquer localidade do território nacional, através do rádio ou da televisão ressalvada apenas a transmissão ou retransmissão não mais de uma vez, de cada comício ou blico realizado nos locais permitidos pela autoridade competente, na forma da lei.

§ 13. É permitida a propaganda, individual ou partidária, em qualquer localidade do País, através de serviço de alto-falante, até 8 (oito) dias da eleição.

§ 14. Nos 15 (quinze) dias anteriores à data do pleito é proibida a divulgação, por qualquer forma, de resultados de "prévias" ou testes pré-eleitorais.

§ 15. A infração do disposto nos § 3.º, 7.º, 8.º, 10, 11, 12, 13 e 14 deste artigo fará incorrerem os representantes legais ou administradores das empresas de televisão, radiodifusão e os responsáveis pela propaganda, na pena de detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.

Art. 12. Fica o Tribunal Superior Eleitoral autorizado a baixar instruções sobre a revisão do número de urnas por seção eleitoral, quer para manter apenas uma urna para todas as eleições que se realizarem na mesma data quer para autorizar mais de uma, de acordo com as circunstâncias locais.

Art. 13. Concluída a apuração de cada urna e antes de se passar à subsequente o Presidente da Junta Eleitoral expedirá boletim contendo o resultado da respectiva seção no qual serão consignados o número de votantes a votação individual de cada candidato, os votos de cada legenda partidária os votos nulos e os votos em branco. Esse boletim, assinado pelo Presidente e membros da Junta será rubricado pelos delegados ou fiscais dos partidos presentes, que o desejarem.

§ 1.º O boletim a que se refere este artigo obedecerá a modelo aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral podendo, porém, na sua falta, ser substituído por qualquer outro expedido por Tribunal Regional ou pela própria Junta Eleitoral.

§ 2.º Cópia autenticada do boletim será entregue a cada delegado ou fiscal dos partidos presentes à apuração da urna, ato contínuo à conclusão da mesma. A recusa da expedição ou da entrega do boletim aos representantes dos partidos ou simples atraso intencional, constitui crime eleitoral e será punido com a pena de detenção de seis meses a um ano, além de multa de cinco a dez mil cruzeiros.

§ 3.º O boletim, ou a respectiva cópia devidamente autenticada com a assinatura do presidente e pelo menos, de um dos membros da Junta, será instrumento hábil para autorizar o deferimento independentemente da ob-

servância do princípio da preclusão (Lei n.º 2.550, de 25 de julho de 1955, arts. 51 e 52), do pedido de recontagem dos votos da urna, sempre que, na apuração pelos Tribunais Regionais das eleições federais ou estaduais se verificar que o resultado da votação de qualquer candidato, consignado nos documentos, enviados pela Junta Eleitoral (Código Eleitoral, art. 104) não coincide com o inscrito no citado boletim.

§ 4º Idêntico valor terá o boletim ou a respectiva cópia autenticada quando a divergência se verificar na apuração final de eleições municipais ou distritais (Código Eleitoral art. 105 e seu parágrafo único).

Art. 14 Para ocorrer às despesas com as eleições de 1962, fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), o qual será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído no referido Tribunal.

Art. 15. São revogados o art. 3.º e seus parágrafos, os §§ 1.º e 3.º do art. 4.º, os arts. 5.º, 6.º, 7.º, e 13 e seus parágrafos, 16, 18 e 19 da Lei número 4.109, de 27 de julho de 1962.

Art. 16. O parágrafo único do art. 14 da Lei n. 4.109, de 27 de julho de 1962 vigorará com a seguinte redação:

“Art. 14.

Parágrafo único. Nas seções atualmente existentes é que ultrapassarem os limites fixados neste artigo não serão substituídos os eleitores cuja inscrição for cancelada até que o respectivo número caia para os índices máximos. Se findo o prazo de dois anos, a contar da vigência desta lei, esse número continuar superior aos limites fixados neste artigo, far-se-á a redução de acordo com instruções que foram baixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral”.

Art. 17. Redija-se assim o art. 65 da Lei n.º 2.250, de 23 de julho de 1955, vigorará com a seguinte redação:

“Art. 65. A votação, o transporte das urnas e a apuração das eleições serão obrigatoriamente realizados em todo o País, com a garantia da Força Federal, posta à disposição das autoridades competentes, desde 15 dias antes do pleito, sempre que for requerida por partido político”.

Art. 18. É considerado crime eleitoral utilizar organização comercial de vendas, distribuição de mercadorias, prêmios e sorteios, para propaganda ou aliciamento de eleitores.

Pena — Detenção de seis meses a um ano e cassação de registro se o responsável for candidato.

Art. 19. Nos casos referidos no n.º 20, do art. 175, da Lei n.º 1.164, de 24 de julho de 1950, se o responsável pelo órgão do Ministério Público não oferecer denúncia no prazo legal qualquer cidadão será parte legítima para pleitear perante o Tribunal Regional Eleitoral a instauração da ação penal.

Art. 20. Para as eleições que se realizarem a 7 de outubro de 1962, o prazo de registro de candidatos, de que trata o art. 8.º da Lei n.º 4.109, de 27 de julho do mesmo ano, será até o quadragesimo dia anterior ao pleito.

Art. 21. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de agosto de 1962; 141.º da Independência e 74.º da República.

JOÃO GOULART

F. Brochado da Rocha

Cândido de Oliveira Neto

Miguel Calmon

PARA SENADOR(Vote para dois Senadores, assinalando
dois quadriláteros)☐ TÁCITO SARMENTO - Suplente José Silva☐ JOAQUIM JOSÉ - Suplente Antônio Couto☐ MANOEL ANDRADE - Suplente João Maria☐ FÉLIX SALES - Suplente Tércio FirpoPARA GOVERNADOR☐ SIMPLÍCIO VIANA☐ VICENTE SAMPATO☐ RENATO SANTOSPARA VICE-GOVERNADOR☐ SEBASTIÃO SANTANA☐ CLIMÉRIO OLIVEIRA☐ FRANCISCO SÁ

Moa. 1

PARA DEPUTADO FEDERAL

Nome do Candidato

ou

Número do Candidato _____

Iniciais do Partido ou da

Coligação _____

PARA DEPUTADO ESTADUAL

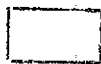
Nome do Candidato

ou

Número do Candidato _____

Iniciais do Partido ou da

Coligação _____



Presidente

Deputado

Deputado



Mod. 2

P A R A P R E F E I T O

- ☐ LUIZ CARLOS DE FREITAS
☐ JOSÉ AMARAL
☐ JOÃO PEREIRA

P A R A V E R E A D O R_____
Nome do Candidato

ou

Número do Candidato _____

P A R A V I C E - P R E F E I T O

- ☐ LEOCÁDIO DE MOURA
☐ LEO GOMES DE SÁ
☐ LETÍCIA SARMENTO

Iniciais do Partido ou _____
da Coligação _____P A R A J U I Z D E P A Z
(DISTRITO DE PINHAL)

- ☐ JOSÉ MARIANO
☐ ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA
☐ PEDRO PEREIRA
☐ LUIZ FRANCISCO

ELEIÇÕES MUNICIPAIS



Presidente

Mesário

Mesário

LEI Nº 4.116 — DE 27 DE
AGOSTO DE 1962

*Dispõe sobre a regulamentação do
do exercício da Profissão de Cor-
retor de Imóveis.*

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu, Auro Soares Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo nos termos do artigo 70, § 4º da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º O exercício da profissão de Corretor de Imóveis somente será permitido às pessoas que forem registradas nos Conselhos Regionais dos Corretores de Imóveis, de acordo com esta lei.

Art. 2º O candidato ao registro como Corretor de Imóveis deverá juntar ao seu requerimento:

- a) prova de identidade;
- b) prova de quitação com o serviço militar;
- c) prova de quitação eleitoral;
- d) atestado de capacidade intelectual e profissional e de boa conduta, passado por órgão de representação legal da classe;
- e) folha corrida e atestado de bons antecedentes, fornecido pelas autoridades policiais das localidades onde houver residido nos últimos três anos;
- f) atestado de sanidade;
- g) atestado de vacinação antivaricelosa;
- h) certidões negativas dos distribuidores forenses, relativas ao último decênio;
- i) certidões negativas dos cartórios de protestos de títulos referentes ao último quinquênio; e
- j) prova de residência no mínimo durante os três anos anteriores no lugar onde desejar exercer a profissão;

§ 1º Os estrangeiros, além dos documentos acima enumerados, excetuados os dos itens "b" e "c", deverão provar a permanência legal e ininterrupta, no país, durante o último decênio.

§ 2º O pedido de registro será publicado no *Diário Oficial da União*, do Estado ou do Território Federal, constante o local de atividade do requerendo, fixando-se o prazo de 30 (trinta) dias para qualquer impugnação.

§ 3º Efetuado o registro, será expedida a respectiva carteira profissional.

§ 4º Expedida a Carteira Profissional, o Conselho Regional fixará o prazo de 60 (sessenta) dias ao portador, para que satisfaça a legislação fiscal vigente referente ao licenciamento para estabelecer-se, sob pena de cancelamento automático do registro e cassação imediata do mesmo.

§ 5º Nos casos de transferência e de exercício simultâneo da profissão em mais de uma região, serão feitas as devidas anotações na carteira profissional do corretor, pelos respectivos Conselhos Regionais.

Art. 3º Não podem ser Corretores de Imóveis:

- a) os que não podem ser comerciantes;
- b) os falidos não reabilitados e os reabilitados quando condenados por crime falimentar;
- c) os que tenham sido condenados ou estejam sendo processados por infração penal de natureza infamante tais como: falsidade, estelionato, apropriação indébita, contrabando, roubo, furto, lenocínio ou passíveis, expressamente, de pena de perda do cargo público; e
- d) os que estiverem com o seu registro profissional cancelado.

Art. 4º As pessoas jurídicas só poderão exercer mediação na compra, venda ou permuta de imóveis, mediante registro no Conselho Regional dos Corretores de Imóveis e sob a responsabilidade de corretor devidamente habilitado.

Art. 5º O número da carteira profissional constará, obrigatoriamente, da propaganda.

Art. 6º As repartições federais, estaduais e municipais só receberão impostos relativos a atividade de Corretor de Imóveis à vista da carteira profissional ou tratando-se de pessoas jurídicas da prova de seu registro no Conselho Regional.

Art. 7º Somente os Corretores de Imóveis e as pessoas jurídicas legalmente habilitadas, poderão receber remuneração como mediadores na venda, compra, permuta ou locação de imóveis, sendo, para isso, obrigados a manterem escrituração dos negócios seu cargo.

Art. 8º E' vedado ao Corretor de Imóveis adquirir para si, seu conjugue, ascendente e descendente ou para sociedade de que faça parte, bem assim a pessoa jurídica para si, seus sócios ou diretor, qualquer imóvel que lhe esteja confiado a venda.

Art. 9º. A fiscalização do exercício da profissão de Corretor de Imóveis será feita pelo Conselho Federal e pelos Conselhos Regionais dos Corretores de Imóveis, que ficam criados por esta lei.

Art. 10 O Conselho Federal será composto de Corretores de Imóveis de quaisquer regiões, eleitos pelos Conselhos Regionais, entre seus próprios membros representantes de cada região.

Art. 11. O Conselho Federal determinará o número de Conselhos regionais ate o maximo de um por Estado, Território e Distrito Federal as respectivas bases territoriais e cidades sede.

Art. 12. Na formação dos Conselhos Regionais, metade dos membros será constituída pelo Presidente efetivo do Sindicato da classe da respectiva região e por Diretores do mesmo Sindicato, eleitos, estes, em assembléa geral. A outra metade será constituída de Corretores de imóveis da Região, eleitos, posteriormente, em assembléa geral do Sindicato.

Art. 13 Os mandatos dos membros do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais serão de 2 (dois) anos e gratuitos

Parágrafo único. Só será admitida uma vez a reeleição total do Conselho.

Art. 14. Ao Conselho Federal compete, especialmente:

- a) elaborar o seu regimento interno;
- b) criar os Conselhos Regionais;
- c) tomar conhecimento de quaisquer dúvidas suscitadas pelos Conselhos Regionais e dirimi-las;
- d) examinar e aprovar os regimentos internos dos Conselhos Regionais, podendo modificar disposições que contrariem a lei e as normas gerais do Conselho;
- e) fixar, por proposta de cada Conselho Regional, as contribuições e emolumentos que lhes serão devidos pelos Corretores de Imóveis e pessoas jurídicas registradas;

f) julgar os recursos das decisões dos Conselhos Regionais;

g) fixar as contribuições, emolumentos e multas aplicáveis, tanto pelo Conselho Federal, como pelos Conselhos Regionais; e

h) deliberar sobre os casos omissos

Art. 15. Aos Conselhos Regionais compete em especial;

a) elaborar o seu regimento interno, submetendo-o à aprovação do Conselho Federal;

b) decidir sobre os pedidos de registro de Corretores de Imóveis e pessoas jurídicas;

c) organizar e manter o registro profissional;

d) expedir as carteiras profissionais; e

e) impor as sanções previstas nesta lei.

Art. 16. Aos corretores de imóveis serão aplicadas pelos Conselhos Regionais com recurso voluntário para o Conselho Federal, sem prejuizo da responsabilidade civil ou criminal, as seguintes sanções disciplinares:

- a) advertência particular;
- b) advertência pública;
- c) multa até Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros);
- d) suspensão do exercício da profissão até um ano;
- e) cancelamento do registro com apreensão da carteira profissional.

§ 1º Na determinação da sanção aplicável orientar-se-á o Conselho pelas circunstâncias de cada caso, de modo a considerar grave ou leve a falta.

§ 2º A multa será imposta por forma acumulada ou não com as demais sanções e subirá ao dôbro, na hipótese de reincidência na mesma falta.

Art. 17. Constituem faltas no exercício da profissão de Corretor de Imóveis:

1 — prejudicar, por dolo ou culpa, interesses confiados aos seus cuidados.

2 — auxiliar, ou por qualquer meio facilitar o exercício da profissão aos que estiverem proibidos, impedidos ou não habilitados para exercê-la.

3 — praticar qualquer dos atos previsto no art. 8º desta lei.

4 — promover ou facilitar a terceiros transações ilícitas ou que por qualquer forma prejudiquem interesses da Fazenda Nacional, Estadual ou Municipal.

5 — violar o sigilo profissional.

6 — negar aos comitentes prestação de contas ou recibos de quantias ou documentos que pelos mesmos tenham sido entregues, para qualquer fim.

7 — recusar a apresentação de carteira profissional, quando couber.

Art. 18. A renda do Conselho Federal será constituída de 20% (vinte por cento) da renda bruta dos Conselhos Regionais.

Parágrafo único. Constituem renda dos Conselhos Regionais, as contribuições, emolumentos e multas devidas pelos Corretores de Imóveis e pessoas jurídicas registradas nos respectivos Conselhos.

Art. 19. Os Corretores de Imóveis que à data da publicação desta lei estiverem no exercício da profissão, serão registrados independentemente das formalidades exigidas no artigo 2º desde que o requeiram dentro de 120 (cento e vinte) dias, comprovado o exercício efetivo da profissão, mediante atestado de idoneidade moral e profissional, passado pelo Sindicato local ou o mais próximo, e os conhecimentos de pagamentos dos respectivos impostos, efetuados antes da data da referida publicação.

Art. 20. Os membros do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais que exercerão o primeiro mandato, serão eleitos dentro de 60 (sessenta) dias a contar da data da publicação desta lei, pelas Assembléias Gerais dos órgãos de representação legal da classe dos Corretores de Imóveis, atualmente reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Art. 21. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 27 de agosto de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

AURO MOURA ANDRADE

LEI Nº 4.117

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

LEI Nº 4.118 — DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Dispõe sobre a política nacional de energia nuclear, cria a Comissão Nacional de Energia Nuclear, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º Constituem monopólio da União:

I — A pesquisa e lavra das jazidas de minérios nucleares localizados no território nacional;

II — O comércio dos minérios nucleares e seus concentrados; dos elementos nucleares e seus compostos; dos materiais físséis e férteis, dos radioisótopos artificiais e substanciais e substâncias radioativas das três séries naturais; dos subprodutos nucleares;

III — A produção de materiais nucleares e suas industrializações.

Parágrafo único. Compete ao Poder Executivo, vetado, orientar a Política Nacional de Energia Nuclear.

Art. 2º Para os efeitos da presente lei são adotadas as seguintes definições:

Elemento nuclear: É todo elemento químico que possa ser utilizado na liberação de energia em reatores nucleares ou que possa dar origem a elementos químicos que possam ser utilizados para esse fim. Periódicamente, o Poder Executivo, por proposta da Comissão Nacional de Energia Nuclear, espcificará os elementos que devem ser considerados nucleares, além do urânio natural e do tório.

Mineral nuclear: É todo mineral que contenha em sua composição um ou mais elementos nucleares.

Minério nuclear: É toda concentração natural de mineral nuclear na qual o elemento ou elementos nucleares socorrem em proporção e condições tais que permitam sua exploração econômica.

Urânio enriquecido nos isótopos 235 ou 233: É o Urânio que contém o isótopo 235, o isótopo 233, ou ambos, em tal quantidade que a razão entre a soma das quantidades desses isótopos e a do isótopo 238 seja su-

perior à razão entre a quantidade do isótopo 235 e a do isótopo 238 existente no urânio natural.

Material nuclear: com esta designação se compreendem os elementos nucleares ou seus subprodutos (elementos transurânicos, U-233) em qualquer forma de associação (i.e. metal, liga ou combinação química).

Material fértil: com essa designação se compreendem: o urânio natural; o urânio cujo teor em isótopo 235 é inferior ao que se encontra na natureza; o tório; qualquer dos materiais anteriormente citados sob a forma de metal, liga, composto químico ou concentrado; qualquer outro material que contenha um ou mais dos materiais supracitados em concentração que venha a ser estabelecida pela Comissão Nacional de Energia Nuclear; e qualquer outro material que venha a ser subsequentemente considerado como material fértil pela Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Material fissil especial: Com essa designação se compreendem: o plutônio 239; o urânio 233; o urânio enriquecido nos isótopos 235 ou 233; qualquer material que contenha um ou mais dos materiais supracitados; qualquer material fissil que venha a ser subsequentemente classificado como material fissil especial pela Comissão Nacional de Energia Nuclear. A expressão material fissil especial não se aplica porém ao material fértil.

Subproduto nuclear: É todo material (radioativo ou não) resultante de processo destinado à produção ou utilização de material fissil especial, ou todo material (com exceção do material fissil especial), formado por exposição de quaisquer elementos químicos à radiação libertada nos processos de produção ou de utilização de materiais fissis especiais.

Parágrafo único. A Comissão Nacional de Energia Nuclear classificará (quando necessário) os minérios nucleares para os efeitos do disposto neste artigo.

CAPÍTULO II

Da Comissão Nacional de Energia Nuclear

Seção I

Dos Fins

Art. 3º Fica criada a Comissão Nacional de Energia Nuclear (C.N.E.N.),

como autarquia federal, com autonomia administrativa e financeira, VETADO.

Art. 4º Compete à CNEN:

I — Estudar e propor as medidas necessárias à orientação da Política Nacional de Energia Nuclear;

II — Promover:

a) a pesquisa das jazidas de minerais nucleares e o estudo dos processos de seu aproveitamento e utilização;

b) a lavra das jazidas dos minérios nucleares;

c) o beneficiamento, refino e tratamento químico dos minérios nucleares e seus associados;

d) o levantamento dos recursos bem como o controle da prospecção e pesquisa das disponibilidades minerais do País que interessem às aplicações da energia nuclear;

e) a produção e o comércio dos minérios nucleares, materiais férteis, materiais fissis especiais;

f) a produção e o comércio de subprodutos nucleares e radioisótopos, cuja compra, venda, troca, empréstimo, arrendamento, transporte e armazenamento dependam de licença por ela expedida nos termos desta lei.

III — Promover e incentivar a preparação de cientistas, técnicos e especialistas nos diversos setores relativos à energia nuclear.

IV — Estabelecer regulamentos e normas de segurança relativas ao uso das radiações e dos materiais nucleares e à instalação e operação dos estabelecimentos destinados a produzir materiais nucleares ou a utilizar a energia nuclear e suas aplicações e fiscalizar o cumprimento dos referidos regulamentos e normas.

V — Realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas nucleares.

VI — Opinar sobre a concessão de patentes e licenças relacionadas com o processo para a utilização da energia nuclear.

VII — Pronunciar-se sobre projetos de acordos, convênios ou compromissos internacionais de qualquer espécie relativos à energia nuclear.

VIII — Firmar contratos no País ou no estrangeiro para financiamento das atividades previstas nesta lei, mediante autorização do Poder Executivo.

Art. 5º Para a execução das medidas previstas no artigo anterior, a

CNEN operará diretamente, ou através de sociedades anônimas subsidiárias que organizar, mediante prévia autorização, em decreto do Poder Executivo, para as finalidades previstas nos itens II e III do art. 4º desta lei.

§ 1º A CNEN terá, pelo menos, 51% (cinquenta e um por cento) do capital votante das sociedades por ações que vier a organizar.

§ 2º As subsidiárias obedecerão aos princípios gerais desta lei e gozarão de todas as vantagens e isenções de impostos e taxas atribuídas à CNEN.

§ 3º A Diretoria das empresas subsidiárias será nomeada pela CNEN, de acordo com os preceitos desta lei.

Art. 6º A Comissão Nacional de Energia Nuclear poderá contratar os serviços de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas para a execução das medidas previstas nos itens II e V do art. 4º desta lei, exceto para a operação de reatores de potência, mantendo em todos os casos a fiscalização e controle de execução.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a garantir, diretamente, ou por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, os créditos externos obtidos na conformidade do inciso VIII do art. 4º desta lei.

Art. 8º Para realização de seus objetivos, a Comissão é autorizada a promover a organização de laboratórios, institutos e outros estabelecimentos de pesquisa científica a ela subordinadas técnica e administrativamente, bem como a operar em regime de cooperação com outras instituições existentes no País.

Seção II

Da Constituição da Comissão

Art. 9º A Comissão Nacional de Energia Nuclear será constituída por cinco (5) Membros, dos quais um será o Presidente.

Parágrafo único. O Presidente e os demais Membros da CNEN serão nomeados pelo Poder Executivo, dentre pessoas de reconhecida idoneidade moral e capacidade administrativa em setores científicos ou técnicos.

Art. 10. Os Membros da CNEN serão nomeados por um período de cin-

co (5) anos, sendo facultada sua recondução.

§ 1º Na composição da CNEN efetuada logo após a promulgação desta lei, as nomeações serão feitas por períodos iniciais diferentes de um, dois, três, quatro e cinco anos. Os decretos de nomeação deverão estabelecer para cada Membro nomeado o período e a data na qual o mesmo terá início.

§ 2º O Membro da CNEN designado para ocupar vaga ocorrida durante os períodos acima estabelecidos terminará o período de Membro substituído.

§ 3º Mediante representação motivada da CNEN que deliberará por maioria absoluta de seus componentes, o Poder Executivo poderá demitir, por ineficiência, negligência no cumprimento do dever ou malversação, qualquer de seus Membros.

Art. 11. São condições para nomeação de Membro da CNEN:

- a) ser brasileiro (art. 129, itens I e II da Constituição Federal);
- b) ter elevada conduta moral e reconhecida capacidade técnica;
- c) não ter interesses particulares diretos ou indiretos na prospecção, pesquisa, lavra, industrialização e comércio de materiais nucleares no uso industrial da energia nuclear e suas aplicações;
- d) não ter tido nos últimos três anos, a qualquer título, interesses financeiros — ligados às atividades da CNEN;
- e) não possuir, quando de sua posse, ações de quaisquer empresas subsidiárias criadas pela CNEN;
- f) deixar de exercer qualquer outro tipo de atividade, ver Paid, particular. Não se inclui nesta proibição o magistério superior (Constituição Federal art. 185).

Art. 12. O Presidente da CNEN representa-la-á em todas as suas relações externas e será substituído, em seus impedimentos, por um dos Membros da Comissão por ele designado.

Parágrafo único. Os trabalhos da CNEN serão regulados no Regimento Interno.

Art. 13. As deliberações da CNEN serão tomadas por maioria de votos de seus Membros cabendo ao Presidente, além do voto comum o de desempate.

Art. 14. Os servidores públicos civis e os empregados de autarquias e sociedades de economia mista nomeados Membros da Comissão ou designados para nela servirem, serão licenciados, contando como de efetivo serviço o período que servirem na Comissão para todos os efeitos, vetado.

Parágrafo único. Os militares designados para servir na CNEN, serão considerados em função de natureza ou interesse militar para os fins dispostos nos arts. 24, letra "e" e 29, letra "j", da Lei nº 1.316, de 20 de janeiro de 1951 e o tempo que os mesmos passarem na referida Comissão será considerado de efetivo serviço para efeito do art. 54 da Lei número 2.370 de 9-12-54.

Art. 15. Os membros da CNEN perceberão vencimentos correspondentes ao símbolo 1-C.

Art. 16. Para a elaboração de seus estudos e planos, a CNEN poderá requisitar, na forma da legislação em vigor, ou contratar, pessoal científico e técnico especializado, nacional ou estrangeiro, bem como constituir comissões consultivas para assuntos especializados.

Parágrafo único — VETADO.

Seção III

Do Patrimônio e sua utilização

Art. 17. O patrimônio da CNEN será formado:

- a) pelos bens e direitos que lhe forem doados ou por ela adquiridos;
- b) pelo saldo de rendas próprias ou de recursos orçamentários, quando transferidos para a conta patrimonial.

Parágrafo único. Serão transferidos para o patrimônio da CNEN os bens do Conselho Nacional de Pesquisas que de comum acordo entre os dois órgãos, devam sê-lo em razão da atividade anterior da Comissão de Energia Atômica do mesmo Conselho.

Art. 18. A CNEN poderá adquirir os bens necessários à realização de seus fins, mas só poderá vendê-lo, mediante autorização do Poder Executivo.

Seção IV

Do Fundo Nacional de Energia Nuclear

Art. 19. É instituído um Fundo Nacional de Energia Nuclear destinado

ao desenvolvimento das aplicações da Energia Nuclear, e que será administrado e movimentado pela Comissão.

Art. 20. Constituirão o Fundo Nacional de Energia Nuclear:

- a) doze por cento (12%) do produto da arrecadação do Fundo Federal de Eletrificação criado pela Lei número 2.398, de 31 de agosto de 1954;
- b) os créditos especialmente concedidos para tal fim;
- c) o saldo de dotações orçamentárias da CNEN;
- d) o saldo de créditos especiais abertos por lei;
- e) quaisquer rendas e receitas eventuais.

§ 1º A parcela do Fundo Federal de Eletrificação, de que trata a letra (a) deste artigo será entregue pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico à CNEN — em quotas trimestrais.

Seção V

Do Regime Financeiro da CNEN

Art. 21. Os recursos destinados às atividades da CNEN serão provenientes de:

- a) dotações orçamentárias que lhe forem atribuídas pela União;
- b) arrecadação do Fundo Nacional de Energia Nuclear;
- c) renda da aplicação de bens patrimoniais;
- d) receita resultante de todas as operações e atividades da Comissão;
- e) créditos especiais abertos por Lei;
- f) produtos de alienação de bens patrimoniais;
- g) legados, donativos e outras rendas, que por natureza ou força de lei, lhe devam competir;
- h) quantias provenientes de empréstimos bancários de entidades oficiais ou privadas e de qualquer outra forma de crédito ou financiamento.

Art. 22. A dotação correspondente a cada exercício financeiro constará do orçamento da União, com título próprio, para ser entregue a Comissão em quotas, semestrais antecipadas e que serão depositadas, para movimentação, em conta corrente em instituição oficial de crédito.

Art. 23. A CNEN organizará anualmente sua proposta de orçamento, justificando-a com indicação do plano de trabalho correspondente e subme-

tendo-a à aprovação do Poder Executivo.

Art. 24. A CNEN prestará contas, anualmente, ao Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. A prestação de contas das despesas efetuadas com atividades que tenham sido consideradas de caráter sigiloso, poderá ser feita sigilosamente, a critério da CNEN, adotando-se um processo especial que o resguarde.

Seção VI

Disposições Gerais

Art. 25. Os serviços da CNEN serão atendidos por funcionários integrantes de quadro próprio e por pessoal contratado e requisitado.

§ 1º Os atuais servidores integram o quadro próprio de funcionários.

§ 2º Ao pessoal requisitado, servindo atualmente à CNEN, é concedida opção para aproveitamento no quadro de funcionários, dentro dos limites do cargo ou da função que ocupar.

Art. 26. Competirá à CNEN.

a) organizar o seu quadro de funcionários, submetendo-o à aprovação do Poder Executivo;

b) estabelecer normas de contrato de pessoal, fixando prazos, vencimentos e vantagens, mediante aprovação do Poder Executivo.

Parágrafo único. As admissões de pessoal para o quadro de funcionários serão feitas mediante concurso de provas ou de títulos e provas.

Art. 27. O caráter sigiloso das atividades da CNEN será estabelecido pela Comissão, quando julgar necessário, caso não tenha sido determinado previamente por órgãos com autoridade para fazê-lo.

Parágrafo único. A desclassificação do caráter sigiloso poderá ser feita pelo órgão que a tiver estabelecido, por sua própria iniciativa ou por solicitação fundamentada pela Comissão.

Art. 28. As atividades da CNEN que não se revistam de caráter sigiloso, poderão ser divulgadas sob a forma que a Comissão julgar mais apropriada à informação e ao setor da opinião pública a que esta se destina.

Parágrafo único. A divulgação de informações que possam afetar a segurança nacional, só será feita após consulta ao Conselho de Segurança Nacional.

Art. 29. Serão isentos de impostos e taxas, os aparelhos, instrumentos, máquinas, instalações, matérias-primas, produtos semi-manufaturados ou manufaturados e quaisquer outros materiais importados pela CNEN em consequência de seu programa de trabalho.

Parágrafo único. A isenção só se tornará efetiva após a publicação no *Diário Oficial*, de Portaria do Ministro da Fazenda, discriminando a quantidade, qualidade, valor e procedência dos bens isentos.

Art. 30. A CNEN gozará dos seguintes privilégios:

a) seus bens e rendas não serão passíveis de penhora, arresto, sequestro ou embargo;

b) serão extensivos às suas obrigações, dívidas ou encargos passivos, os prazos de prescrição de que goza a Fazenda Nacional;

c) poderá adquirir, por compra ou permuta, bens da União, independente de hasta pública;

d) ser-lhe-á assegurada a via executiva fiscal da União, bem como gozará de quaisquer processos especiais a essa extensivos na cobrança de seus créditos, gozando seus representantes dos privilégios e prazos atribuídos aos procuradores da União, com exclusão, entretanto, de quaisquer percentagens, e sendo idêntico ao da União o regime de custas;

e) as certidões, cópias autênticas, ofícios e todos os atos dela emanados terão fé pública;

f) gozará de isenção tributária.

CAPÍTULO III

Dos Minerais e Minérios Nucleares

Disposições Gerais

Art. 31. As minas e jazidas de substâncias de interesse para a produção de energia atômica constituem reservas nacionais, consideradas essenciais à segurança do País e são mantidas no domínio da União como bens imprescritíveis e inalienáveis.

Art. 32. No caso de ocorrência de elementos nucleares em coexistência com minerais cuja autorização para pesquisa ou lavra tiver sido concedida pelo Ministério das Minas e Energia,

o permissionário fica obrigado a notificar imediatamente, a respeito, a Comissão Nacional de Energia Nuclear e ao Departamento Nacional de Produção Mineral.

Parágrafo único. A Comissão Nacional de Energia Nuclear e o Departamento Nacional de Produção Mineral, em colaboração, exercerão sobre as atividades do permissionário, a fiscalização prevista nesta lei e na Lei nº 1.925, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas).

Art. 33. No caso dos minerais nucleares e das ocorrências de que trata o artigo anterior, a concessão da lavra será mantida ou concedida pelo Ministério das Minas e Energia, constituindo pressuposto essencial para tal manutenção ou concessão, que o plano de aproveitamento da jazida, inclua, quando a CNEN o exigir, a separação do rejeito radioativo, que será posto à disposição da Comissão, segundo método previamente aprovado por este órgão.

§ 1º A não observância do disposto neste artigo, implica na revogação da concessão da lavra, declarada por decreto, não cabendo qualquer indenização ao concessionário da lavra.

§ 2º A separação do rejeito radioativo será feita e operada por conta do concessionário da lavra, que a entregará à CNEN, sem nenhum ônus para este órgão.

§ 3º Por autorização expressa da CNEN a concessão da lavra poderá ser dada, independentemente da necessidade de separação do rejeito radioativo mencionado neste artigo, desde que o concessionário devolva à CNEN, por aquisição no mercado internacional, compostos químicos em grau de pureza técnica, contendo uma quantidade de materiais físséis ou férteis igual ao existente no material extraído, sem ônus para a CNEN.

CAPÍTULO IV

Do Comércio de Materiais Nucleares

Art. 34. A CNEN terá a exclusividade de todas as operações referentes à compra, venda, empréstimos, arrendamento, exportação e importação de minerais e minérios nucleares, materiais férteis, materiais físséis e materiais físséis especiais.

Art. 35. Cabe à CNEN estabelecer os preços em moeda nacional dos mi-

nérios nucleares, materiais férteis, materiais físséis e físséis especiais subprodutos nucleares e radioisótopos para as operações no País.

Art. 36. A CNEN manterá um registro das reservas e estoques de minérios nucleares, materiais férteis, materiais físséis e físséis especiais e subprodutos nucleares, com a previsão das quantidades necessárias à execução do programa Nacional de Energia Nuclear.

Art. 37. Após a determinação prevista no artigo anterior a CNEN poderá negociar, de Governo para o Governo, mediante assentimento do Conselho de Segurança Nacional, quantidades desses materiais, no mais alto grau de beneficiamento possível à indústria nacional e preferencialmente para a obtenção de compensações específicas, instrumentos e técnica, visando desenvolver a aplicação industrial da energia nuclear no País.

Art. 38. A CNEN é autorizada a adquirir fora do País os materiais ou equipamentos que interessem ao desenvolvimento e utilização da energia nuclear, ou contratar serviços com o mesmo fim, podendo para isso, utilizar os fundos de que disponha ou outros que lhe sejam atribuídos.

Parágrafo único. Para atender às importações de que trata a presente lei, o Conselho de Superintendência da Moeda e do Crédito reservará verba especial nos orçamentos de câmbio.

Art. 39. A exportação ou importação clandestina dos materiais nucleares enumerados no artigo 34, constitui crime contra a Segurança Nacional.

Art. 40. É proibida a posse ou transferência de material nuclear, inclusive subprodutos, sem autorização expressa da CNEN, mesmo no comércio interno; pena de perda das vantagens ou produtos e reclusão de um (1) a quatro (4) anos para os responsáveis.

CAPÍTULO V

Disposições Transitórias

Art. 41. A CNEN poderá celebrar convênios com órgãos de pesquisa para auxiliar-lhes a atividade.

Art. 42. O Poder Executivo promoverá a revisão dos acordos ou con-

vênios internacionais em vigor e dos contratos existentes com empresas particulares, para adaptá-los aos termos desta lei.

Art. 43. É autorizado o Poder Executivo a abrir, ~~verab~~, um crédito especial de três bilhões de cruzeiros Cr\$ 3.000.000.000,00), a fim de atender, no corrente exercício, às despesas decorrentes da execução do programa da CNEN.

Art. 44. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de agosto de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

João Goulart

F. Brochado da Rocha

João Mangabeira

Renato Costa Lima

Miguel Calmon

LEI Nº 4.119 — DE 27 DE
AGOSTO DE 1962

Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo.

O Presidente da República:
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Dos Cursos

Art. 1º — A formação em Psicologia far-se-á nas Faculdades de Filosofia, em cursos de bacharelado, licenciado e Psicólogo.

Art. 2º (VETADO)

Art. 3º (VETADO)

Parágrafo único (VETADO)

Art. 4º (VETADO)

§ 1º (VETADO)

§ 2º (VETADO)

§ 3º (VETADO)

§ 4º (VETADO)

§ 5º (VETADO)

§ 6º (VETADO)

§ 7º (VETADO)

CAPÍTULO II

Da vida escolar

Art. 5º — Do candidato à matrícula no curso de bacharelado exigirse-á idade mínima de 18 anos, apresentação do certificado de conclusão do 2º ciclo secundário, ou curso correspondente na forma da lei de exames vestibulares.

Parágrafo único — Ao aluno que concluir o curso de bacharelado será conferido o diploma de Bacharel em Psicologia.

Art. 6º — Do candidato à matrícula nos cursos de licenciado e Psicólogo se exigirá a apresentação do diploma de Bacharel em Psicologia.

§ 1º — Ao aluno que concluir o curso de licenciado se conferirá o diploma de Licenciado em Psicologia.

§ 2º — Ao aluno que concluir o curso de Psicólogo será conferido o diploma de Psicólogo.

Art. 7º — Do regimento de cada escola poderão constar outras condições para matrícula nos diversos cursos de que trata esta lei.

Art. 8º — Por proposta e a critério do Conselho Técnico-Administrativo (C.T.A.) e com aprovação do Conselho Universitário da Universidade, poderão os alunos, nos vários cursos de que trata esta lei, ser dispensados das disciplinas em que tiverem sido aprovados em cursos superiores, anteriormente realizados, cursos esses oficiais ou devidamente reconhecidos.

§ 1º No caso de faculdades isoladas, a dispensa referida neste artigo depende de aprovação do órgão competente do Ministério da Educação e Cultura.

§ 2º A dispensa poderá ser de, no máximo, seis disciplinas do curso de bacharelado, duas do curso de licenciado e cinco do curso de Psicólogo.

§ 3º Concedida a dispensa do número máximo de disciplinas prevista no parágrafo anterior, o aluno poderá realizar o curso de bacharelado em dois anos e, em igual tempo, o curso de Psicólogo.

Art. 9º Reger-se-ão os demais casos da vida escolar pelos preceitos da legislação do ensino superior.

CAPÍTULO III

Dos direitos conferidos aos diplomados

Art. 10. Para o exercício profissional é obrigatório o registro dos diplomas no órgão competente do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 11. Ao portador do diploma de Bacharel em Psicologia, é conferido o direito de ensinar Psicologia em cursos de grau médio, nos termos da legislação em vigor.

Art. 12. Ao portador do diploma de Licenciado em Psicologia é conferido o direito de lecionar Psicologia, atendidas as exigências legais devidas.

Art. 13. Ao portador do diploma de Psicólogo é conferido o direito de ensinar Psicologia nos vários cursos de que trata esta lei, observadas as exigências legais específicas, e a exercer a profissão de Psicólogo.

§ 1º Constitui função (VETADO) do Psicólogo a utilização de métodos e técnicas psicológicas com os seguintes objetivos:

- a) diagnóstico psicológico;
- b) orientação e seleção profissional;
- c) orientação psicopedagógica;
- d) solução de problemas de ajustamento.

§ 2º É da competência do Psicólogo a colaboração em assuntos psicológicos ligados a outras ciências.

Art. 14. (VETADO)

CAPÍTULO IV

Das condições para funcionamento dos cursos

Art. 15. Os cursos de que trata a presente lei serão autorizados a funcionar em Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, mediante decreto do Governo Federal, atendidas as exigências legais do ensino superior.

Parágrafo único — As escolas provarão a possibilidade de manter corpo docente habilitado nas disciplinas dos vários cursos.

Art. 16. As Faculdades que mantiverem curso de Psicólogo deverão organizar Serviços Clínicos e de apli-

cação à educação e ao trabalho — orientados e dirigidos pelo Conselho dos Professores do curso — abertos ao público, gratuitos ou remunerados.

Parágrafo único — Os estágios e observações práticas dos alunos poderão ser realizados em outras instituições da localidade, a critério dos Professores do curso.

CAPÍTULO V

Da revalidação de diplomas

Art. 17. — É assegurada, nos termos da legislação em vigor, a revalidação de diplomas expedidos por Faculdades estrangeiras que mantenham cursos equivalentes aos previstos na presente lei.

Parágrafo único — Poderão ser complementados cursos não equivalentes, atendendo-se aos termos do art. 8º e de acordo com instruções baixadas pelo Ministério da Educação e Cultura.

CAPÍTULO VI

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 18. — Os atuais cursos de Psicologia, legalmente autorizados, deverão adaptar-se às exigências estabelecidas nesta lei, dentro de um ano após sua publicação.

Art. 19. Os atuais portadores de diploma ou certificado de especialista em Psicologia, Psicologia Educacional, Psicologia Clínica ou Psicologia Aplicada ao Trabalho expedidos por estabelecimento de ensino superior oficial ou reconhecido, após estudos em cursos regulares de formação de psicólogos, com duração mínima de quatro anos ou estudos regulares em cursos de pós-graduação com duração mínima de dois anos, terão direito ao registro daqueles títulos, como Psicólogos e ao exercício profissional.

§ 1º O registro deverá ser requerido dentro de 180 dias, a contar da publicação desta lei.

§ 2º — Aos alunos matriculados em cursos de especialização a que se refere este artigo, anteriormente à publicação desta lei, serão conferidos, após a conclusão dos cursos, idênticos direitos, desde que requeiram o re-

gistro profissional no prazo de 180 dias.

Art. 20 — Fica assegurado aos funcionários públicos efetivos, o exercício dos cargos e funções, sob as denominações de Psicólogo, Psicologista ou Psicotécnico, em que já tenham sido providos na data de entrada em vigor desta lei.

Art. 21 — As pessoas que, na data da publicação desta lei, já venham exercendo ou tenham exercido, por mais de cinco anos, atividades profissionais de psicologia aplicada, deverão requerer no prazo de 180 dias, após a publicação desta lei, registro profissional de Psicólogo.

Art. 22 — Para os efeitos do artigo anterior, ao requerimento em que solicita registro, na repartição competente do Ministério da Educação e Cultura, deverá o interessado juntar seus títulos de formação, comprovantes do exercício profissional e trabalhos publicados.

Art. 23 — A fim de opinar sobre os pedidos de registro, o Ministério da Educação e Cultura designará uma comissão de cinco membros, consti-

tuida de dois professores universitários de Psicologia ou Psicologia Educacional e três especialistas em Psicologia Aplicada, (VETADO)

Parágrafo único Em cada caso, à vista dos títulos de formação, obtidos no País ou no estrangeiro, comprovação do exercício profissional e mais documentos, emitirá a comissão parecer justificado, o qual poderá concluir pela concessão pura e simples do registro, pela sua denegação, ou pelo registro condicionado à aprovação do interessado em provas teórico-práticas.

Art. 24 — O Ministério da Educação e Cultura expedirá, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta lei, as instruções para sua execução.

Art. 25 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de agosto de 1962; 141^º da Independência e 74^º da República.

JOÃO GOULART

F. Brochado da Rocha

Roberto Lyra

LEI Nº 4.120 — DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Dispõe sobre a execução orçamentária no exercício financeiro de 1962, nos termos do art. 5º da Lei nº 3.994 de 9 de dezembro de 1961.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A despesa incluída na parte fixa e na variável do Orçamento Geral da União para o exercício financeiro de 1962, será realizada sem quaisquer restrições, não resultantes de determinação legal específica, quando constante das verbas: 1.0.00 (Custeio) — Consignações 1.1.00 (Pessoal Civil), 1.2.00 (Pessoal Militar), 1.6.00 (Encargos Diversos, ... (VETADO) ... 2.0.00 (Transferências), Consignação 2.1.00 (Auxílios e Subvenções), Subconsignação 2.1.01 (Auxílios) — Parte de Pessoal e Custeio de hospitais de universidades; 2.1.02 — (Subvenções Ordinárias), Consignação 2.3.00 (Inativos), 2.4.00 (Pensionistas), 2.5.00 (Juros de Dívida Pública), Verba 3.0.00 (Desenvolvimento Econômico e Social), Consignação 3.1.00 (Serviços em Regime Especial de Financiamento), ... (VETADO) ... — Parte de Pessoal), 6.0.00 (Amortização da Dívida Pública) e, bem assim, a destinada aos hospitais mantidos ou que cooperem, efetivamente, com as Campanhas Nacionais contra o Câncer, Lepre e Tuberculose e pelo Serviço Nacional de Doenças Mentais.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se às dotações destinadas a atender convênios internacionais ... (VETADO) ...

Art. 2º As despesas à conta de dotações orçamentárias não incluídas no regime estabelecido no art. 1º e constante das verbas 1.0.00 (Custeio),

Consignações 1.3.00 (Material de Consumo e de Transformação), 1.4.00 (Material Permanente), 1.5.00 (Serviços de Terceiros), sofrerão uma contenção definitiva de 20% em seus totais, realizando-se o pagamento de 80% no exercício financeiro corrente.

Parágrafo único. ... (VETADO) ..

Art. 3º As despesas à conta de dotações orçamentárias não incluídas no regime estabelecido nos artigos acima e constantes da Verba 2.0.00 (Transferências), Consignações 2.2.00 (Dispositivos Constitucionais), 2.6.00 (Transferências Diversas), e Verba 3.0.00 (Desenvolvimento Econômico e Social), Consignação 3.2.00 (Dispositivos Constitucionais), bem como aquelas decorrentes de lei especial para manutenção de serviços públicos, terão seus pagamentos feitos da seguinte forma: 60% em 1962, e 40% até agosto de 1963, em cada um de seus valores.

Parágrafo único. Tão logo o comportamento da receita em 1962 o permita, deverá o Tesouro Nacional antecipar os pagamentos programados, nos termos deste artigo.

Art. 4º As despesas à conta de dotações orçamentárias não incluídas no regime do art. 1º e constantes da Verba 5.0.00 (Participações Financeiras), sofrerão uma redução definitiva de 30% em cada dotação específica, realizando-se o pagamento de 70% no exercício financeiro de 1962.

Art. 5º Os valores à conta de dotações orçamentárias constantes da Verba 2.0.00 (Transferências), Consignação 2.1.00 (Auxílios e Subvenções), Subconsignações 2.1.01 (Auxílios) e 2.1.03 (Subvenções Extraordinárias), terão os seus pagamentos feitos pela seguinte forma: 50% em 1962, 30% em 1963 e 20% em 1964, ressalvado o disposto no art. 1º.

Art. 6º As despesas à conta de dotações orçamentárias não incluídas no regime estabelecido nos artigos acima, constantes da Verba 2.0.00 (Transferências), Consignações 2.1.00 (Auxílios e Subvenções), Subconsignação 2.1.01 (Auxílios), destinadas às obras de Universidades, terão os seus pagamentos feitos da seguinte forma: 60% em 1962 e 40% em 1963.

Art. 7º As despesas à conta de dotações orçamentárias não incluídas no regime estabelecido nos artigos acima, constantes da Verba 2.0.00 (Transferências), Consignação 2.1.00 (Auxílios e Subvenções), Subconsignações 2.1.01 (Auxílios), destinados a itens não especificados nas Universidades, terão os seus pagamentos feitos pela seguinte forma: 60% em 1962, 20% em 1963 e 20% em 1964.

Art. 8º As despesas à conta de dotações orçamentárias não incluídas no regime estabelecido nos artigos acima e as constantes da Verba 2.0.00 (Transferências), Consignação 2.1.00 (Auxílios e Subvenções), Subconsignação 2.1.01 (Auxílios), 3) Entidades Autárquicas — Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, sofrerão uma contração definitiva, ... (VETADO) ... de 40%, realizando-se o pagamento de 60% no exercício corrente.

Art. 9º Aplica-se às verbas globais do Ministério da Agricultura, destinadas ao Departamento Nacional de Produção Animal e ao Departamento Nacional de Produção Vegetal o disposto no artigo 3º desta lei.

Art. 10. As dotações consignadas aos Territórios, não incluídas no art. 1º, sofrerão a seguinte contenção definitiva: Verba 1.0.00 (Custeio), Consignações 1.3.00 (Material de Consumo e Transformação), 1.5.00 (Serviços de Terceiros), 1.6.00 (Encargos Diversos) — 5%; Verba 3.0.00 (Desenvolvimento Econômico e Social) — 10%; Verba 4.0.00 (Investimentos) — 20%.

Art. 11. O disposto no art. 3º não se aplica às dotações orçamentárias decorrentes dos artigos 198 e 199 da Constituição Federal e do artigo 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, as quais não sofrerão qualquer contenção conseqüente desta lei.

Art. 12. As despesas à conta de dotações orçamentárias, não incluídas no regime estabelecido nos artigos acima sofrerão uma redução definitiva de 40% ... (VETADO) ... realizando-se o pagamento de 60% no exercício vigente.

Art. 13. O órgão que dispuser no orçamento vigente de dotação global ou a ser discriminada, deverá apresentar ao Ministério da Fazenda, dentro de quinze dias, a contar desta publicação, o plano de aplicação de recursos, nos termos da presente lei, para que sejam excluídos da contensão aqueles que se referem o art. 1º.

Parágrafo único. Na elaboração dos planos de aplicação a que se refere este artigo, será levada em consideração a condição de cada Estado e o respeito à proporcionalidade das verbas totais a eles destinadas, assim como as necessidades impostas pelo combate ao subdesenvolvimento.

Art. 14. Os órgãos dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo da União, encaminharão ao Ministério da Fazenda, dentro de quinze dias da vigência desta lei, os planos de aplicação de recursos nos termos do disposto nesta lei.

Art. 15. As dotações de que tratam os artigos acima, transferidas para outros exercícios financeiros, serão automaticamente escrituradas em restos a pagar.

Art. 16. As dotações globais que, por força da legislação vigente, devam ser depositadas no Banco do Brasil S.A., serão postas à disposição dos respectivos Ministérios, mediante autorização do titular da Fazenda de modo a serem pagas em 4 prestações no máximo, a primeira das quais, imediatamente após a ulatimação do respectivo processo.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo a dotações discriminadas que preencham as mesmas condições, efetuando-se o pagamento de uma só vez quando de valor líquido inferior a 10 milhões de cruzeiros.

Art. 17. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília 27 de agosto de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

F. Erochado da Rocha

Cândido de Oliveira Neto

Pedro Paulo de Araújo Suzano

Nelson de Mello

Afonso Arinos de Mello Franco

Miguel Calmon

Helio de Almeida

Renato Costa Lima

Roberto Lyra

Hermes Lima

Reynaldo de Carvalho Filho

João Mangabeira

Carlos Siqueira Castro

LEI Nº 4.121 — DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os artigos 6.º, 233, 240, 242, 246, 248, 263, 269, 273, 326, 380, 393, 1.579 e 1.611 do Código Civil e 469 do Código do Processo Civil, passam a vigorar com a seguinte redação:

I

I — Código Civil

"Art. 6.º São incapazes relativamente a certos atos (art. 147, n.º I), ou à maneira de os exercer:

— Os maiores de 16 e os menores de 21 anos (arts. 154 e 156).

II — Os pródigos.

III — Os silvícolas

Parágrafo único. Os silvícolas ficarão sujeitos ao regime tutelar, estabelecido em leis e regulamentos especiais, o qual cessará à medida que se forem adaptando à civilização do País.

II

"Art. 233 O marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos (arts. 240, 247 e 251).

Compete-lhe:

I — A representação legal da família;

II — a administração dos bens comuns e dos particulares da mulher que ao marido incumbir administrar, em virtude do regime matrimonial adotado, ou de pacto antenupcial (arts. 178, § 9.º, n.º I, c, 274, 289, n.º I e 311);

III — o direito de fixar o domicílio da família ressalvada a possibilidade de recorrer a mulher ao Juiz, no caso de deliberação que a prejudique;

IV — prover a manutenção da família, guardadas as disposições dos arts. 275 e 277".

III

"Art. 240. A mulher assume, com o casamento, os apelidos do marido e a condição de sua companheira, consorte e colaboradora dos encargos da família, cumprindo-lhe velar pela direção material e moral desta".

IV

"Art. 242. A mulher não pode, sem autorização do marido (art. 251):

I — praticar os atos que este não poderia sem consentimento da mulher (art. 235);

II — Alienar ou gravar de ônus real, os imóveis de seu domínio particular, qualquer que seja o regime dos bens (arts. 263, ns. II, III e VIII, 269, 275 e 310);

III — Alienar os seus direitos reais sobre imóveis de outrem;

IV — Contrair obrigações que possam importar em alheação de bens do casal".

V

"Art. 246. A mulher que exercer profissão lucrativa, distinta da do marido, terá direito de praticar todos os atos inerentes ao seu exercício e a sua defesa. O produto do seu trabalho assim auferido, e os bens com ele adquiridos, constituem, salvo estipulação diversa em pacto antenupcial, bens reservados, dos quais poderá dispor livremente com observância, porém, do preceituado na parte final de art. 240 e nos ns. II e III, do artigo 242.

Parágrafo único. Não responde o produto do trabalho da mulher, nem os bens a que se refere este artigo pelas dívidas do marido, exceto as contraídas em benefício da família".

VI

"Art. 248 A mulher casada pode livremente:

I — Exercer o direito que lhe competir sobre as pessoas e os bens dos filhos de leito anterior (art. 393);

II — Desobrigar ou reivindicar os imóveis do casal que o marido tenha gravado ou alegado sem sua outorga ou suprimento do juiz (art. 235, número 1);

III — Anular as fianças ou doações feitas pelo marido com infração do disposto nos números III e IV do art. 285;

IV — Reivindicar os bens comuns, móveis ou imóveis, doados ou transferidos pelo marido à concubina (art. 1.177).

Parágrafo único. Este direito prevalece, esteja ou não a mulher em companhia do marido, e ainda que a doação se dissimule em venda ou outro contrato;

V — Dispor dos bens adquiridos na conformidade do número anterior e de quaisquer outros que possua, livres da administração do marido, não sendo imóveis;

VI — Promover os meios assecuratórios e as ações que, em razão do dote ou de outros bens seus, sujeitos à administração do marido, contra este lhe competirem;

VII — Praticar quaisquer outros atos não vedados por lei".

VII

"Art. 263. São excluídos da comunhão:

I — As pensões, meios soldos, montepios, tenças, e outras rendas semelhantes;

II — Os bens doados ou legados com a cláusula de incomunicabilidade e os sub-rogados em seu lugar;

III — Os bens gravados de fideicomisso e o direito do herdeiro fideicomissário, antes de realizar a condição suspensiva;

IV — O dote prometido ou constituído a filhos de outro leito;

V — O dote prometido ou constituído expressamente por um só dos cônjuges a filho comum;

VI — As obrigações provenientes de atos ilícitos (art. 1.518 e 1.532);

VII — As dívidas anteriores ao casamento, salvo se provierem de despesas com seus aprestos, ou reverterem em proveito comum;

VIII — As doações antenupciais feitas por um dos cônjuges ao outro com a cláusula de incomunicabilidade (art. 312);

IX — As roupas de uso pessoal, as jóias esponsalícias dadas antes do casamento pelo espôso, os livros e instrumentos de profissão e os retratos da família;

X — A fiança prestada pelo marido sem outorga da mulher (artigos 178, § 9.º, n.º I alínea b, e 235 n.º III);

XI — Os bens da herança necessária, a que se impuser a cláusula de incomunicabilidade (art. 1.723);

XII — Os bens reservados (art. 246, parágrafo único);

XIII — Os frutos civis do trabalho ou indústria de cada cônjuge ou de ambos".

VIII

"Art. 269 No regime de comunhão limitada ou parcial, excluem-se da comunhão:

I — Os bens que cada cônjuge possuir ao casar, e os que lhe sobrevierem, na constância do matrimônio por doação ou por sucessão;

II — Os adquiridos com valores exclusivamente pertencentes a um dos cônjuges em sub-rogação dos bens particulares;

III — Os rendimentos de bens de filhos anteriores ao matrimônio, a que tenha direito qualquer dos cônjuges em consequência do pátrio poder;

IV — Os demais bens que se consideram também excluídos da comunhão universal”.

IX

“Art. 273. No regime da comunhão parcial presume-se adquiridos na constância do casamento os móveis, quando não se provar com documento autêntico, que o foram em data anterior”.

X

“Art. 326. Sendo desquite judicial, ficarão os filhos menores com o cônjuge inocente.

§ 1.º Se ambos os cônjuges forem culpados ficarão em poder da mãe os filhos menores, salvo se o juiz verificar que de tal solução possa advir prejuízo de ordem moral para eles.

§ 2.º Verificado que não devem os filhos permanecer em poder da mãe nem do pai deferirá o juiz a sua guarda a pessoa notoriamente idônea da família de qualquer dos cônjuges ainda que não mantenha relações sociais com o outro, a quem, entretanto, será assegurado o direito de visita”.

XI

“Art. 386 Durante o casamento, compete o pátrio poder aos pais, exercendo-o o marido com a colaboração da mulher. Na falta ou impedimento de um dos progenitores, passará o outro a exercê-lo com exclusividade.

Parágrafo único Diverginco os progenitores quanto ao exercício do pátrio poder, prevalecerá a decisão de pai, ressalvado à mãe o direito de recorrer ao juiz, para solução da divergência”.

XII

“Art. 393. A mãe que contrai novas núpcias não perde, quanto aos filhos de leito anterior os direitos ao pátrio poder, exercendo-os sem qualquer interferência do marido.

XIII

“Art. 1.579. Ao cônjuge sobrevivente, celebrado sobre regime da comunhão de bens cabe continuar até a partilha na posse da herança com o cargo de cabeça do casal

§ 1.º Se porém, o cônjuge sobrevivente for a mulher, será mister, para isso, que estivesse vivendo com o marido ao tempo de sua morte, salvo prova de que essa convivência se tornou impossível sem culpa dela.

§ 2.º Na falta de cônjuge sobrevivente, a nomeação de inventariante, recairá no co-herdeiro que se achar na posse corporal e na administração dos bens Entre co-herdeiros a preferência se graduará pela idoneidade.

§ 3.º Na falta de cônjuge ou de herdeiro, será inventariante o testamenteiro”

XIV

“Art. 1.611. Em falta de descendentes e ascendentes, será deferida a sucessão ao cônjuge sobrevivente, se, ao tempo da morte do outro, não estavam desquitados.

§ 1.º O cônjuge viúvo se o regime de bens do casamento não era o da comunhão universal, terá direito, enquanto durar a viuvez, ao usufruto da quarta parte dos bens do cônjuge falecido, se houver filhos deste ou do casal, e à metade, se não houver filhos, embora sobrevivam ascendentes do "de cujus".

§ 2.º Ao cônjuge sobrevivente, casado sob o regime da comunhão universal, enquanto viver e permanecer viúvo, será assegurado, sem prejuízo da participação que lhe caiba na herança, o direito real de habilitação relativamente ao imóvel destinado à residência da família, desde que seja o único bem daquela natureza a inventariar".

II — Código do Processo Civil.

XV

"Art. 469 A nomeação de inventariante recairá:

I — No cônjuge sobrevivente, quando da comunhão o regime do casamento, salvo se, sendo a mulher, não estivesse, por culpa sua, convivendo com o marido ao tempo da morte deste;

II — No herdeiro que se acha na posse de administração dos bens, na falta de cônjuge sobrevivente ou quando este não puder ser nomeado;

III — No herdeiro mais idôneo, se nenhum estiver na posse dos bens;

IV — No testamenteiro, quando não houver cônjuge ou herdeiro, ou quando o testador lhe conceder a posse e a administração da herança por não haver cônjuge ou herdeiro necessário;

V — Em pessoa estranha na falta de cônjuge, herdeiro ou testamenteiro onde não houver inventariante judicial".

Art. 2.º A mulher tendo bens ou rendimentos próprios, será obrigada, como no regime da separação de bens (art. 277 do Código Civil), a contribuir para as despesas comuns, se os bens comuns forem insuficientes para atendê-las.

Art. 3.º Pelos títulos de dívida de qualquer natureza, firmados por um só dos cônjuges, ainda que casados pelo regime de comunhão universal, somente responderão os bens particulares do signatário e os comuns até o limite de sua meação.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de agosto de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Francisco Brochado da Rocha

Cândido de Oliveira Neto

LEI Nº 4.122 — DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Autoriza a União a constituir uma Sociedade de Economia Mista, por ações, que se denominará Siderúrgica de Santa Catarina S. A. (SIDESC), e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a organizar uma sociedade de economia mista, por ações, que se denominará Siderúrgica de Santa Catarina S. A. (SIDESC).

Art. 2.º A Sociedade terá por objeto principal a construção e a operação de uma usina siderúrgica, com base no carvão nacional, a ser localizada

no Estado de Santa Catarina, e bem assim, a exploração de indústrias que, direta ou indiretamente, se relacionem com esses objetivos.

Art. 3º A Sociedade será administrada por uma Diretoria composta de um Presidente, livremente escolhido e nomeado pelo Presidente da República e dois diretores eleitos em Assembleia-Geral, por quatro anos podendo ser renovado o mandato.

Art. 4º O representante da União nos atos constitutivos da sociedade e nas assembleias de acionistas será designado pelo Ministro do Trabalho.

§ 1º A constituição da sociedade será aprovada por decreto do Poder Executivo e os atos constitutivos serão arquivados no Registro do Comércio.

§ 2º A reforma dos estatutos, em pontos que impliquem modificações desta lei, depende de autorização legislativa.

Art. 5º O capital social da Sociedade será de Cr\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), a ser integralizado durante a construção da Usina ficando a União desde já autorizada a subscrever a totalidade das ações que o constitui.

§ 1º A União poderá transferir aos Estados, Municípios, Institutos de Previdência Social, Autarquias e Sociedades de Economia Mista, nos termos desta lei — se a esta interessar — as ações que lhe couberem, desde que não fiquem reduzidas as ações ordinárias de sua propriedade a menos de 51% (cinquenta e um por cento) do capital.

§ 2º A constituição da sociedade se fará por subscrição pública, nos termos do art. 40 do Decreto-lei nº 2.627, de 23 de setembro de 1940.

Art. 6º Os Institutos e as Caixas de Aposentadoria e Pensões, as Sociedades de Economia Mista e as Caixas Econômicas Federais, bem como as demais entidades autárquicas e os brasileiros natos ou naturalizados há mais de cinco anos residentes no Brasil, se casados com estrangeiros só quando não estejam sob regime de comunhão de bens ou qualquer outro que permita a comunicação dos adquirentes na constância do casamento, poderão ou ficam autorizados a subscrever ações preferenciais.

Art. 7º O capital da Siderúrgica de Santa Catarina S. A. poderá ser aumentado, cabendo sempre à União cinquenta e um por cento (51%), no mínimo, das ações ordinárias.

Art. 8º É o Ministério da Fazenda autorizado a dar a garantia do Tesouro Nacional a operações de financiamento externo, destinadas à execução do empreendimento a que se refere esta lei, até o montante de US\$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de dólares mais os respectivos juros e despesas).

§ 1º No exercício desta autorização, poderá o Ministério da Fazenda obrigar o Tesouro Nacional, como fiador e principal pagador da quantia mutuada e seus acessórios, a praticar todos os atos julgados necessários ao referido fim.

§ 2º O Ministério da Fazenda, contratando diretamente ou por intermédio do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, poderá aceitar as cláusulas e condições usuais nas operações com organismos financeiros internacionais, sendo válido o compromisso geral e antecipado de dirimir, por arbitramento, todas as dúvidas e controvérsias.

§ 3º A prestação de garantia do Tesouro Nacional, através do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, na forma do parágrafo anterior, observará as condições previstas nas letras "a" e "e" do art. 21 da lei nº 1.623, de 29 de junho de 1952, e do Regimento do referido Banco.

§ 4º Ao serviço de empréstimo contraído na forma da presente lei, são concedidos os mesmos privilégios dos serviços externos federais, estaduais e municipais.

§ 5º Atendidas as necessidades diretas da Siderúrgica de Santa Catarina, considerar-se-ão obras e serviços também vinculados ao empreendimento a que se refere esta lei e amparáveis com a garantia do Tesouro Nacional, respeitado o limite de vinte e cinco milhões de dólares estabelecido, quaisquer iniciativas relativas ao carvão catarinense, sua mineração, transporte, escoamento e beneficiamento que, por proposta da CEPCAN, forem aprovadas pelo Presidente da República.

Art. 9º É concedida, pelo prazo de cinco anos, isenção dos impostos de importação e de consumo para os maquinismos, seus sobressalentes e aces-

sórios, aparelhos, ferramentas, instrumentos e materiais, sem similar nacional, importados para a construção, melhoramento e conservação das instalações da usina a que se refere esta lei.

Parágrafo único. Para tornar efetiva a isenção prevista nesta lei, o Poder Executivo, à medida que se processarem as importações, expedirá decretos nos quais serão especificadas a quantidade e a natureza dos bens isentos.

Art. 10. A sociedade fica assegurado o direito de promover desapropriação, nos termos da legislação em vigor.

Art. 11. É autorizada a abertura de créditos especiais até o limite de Cr\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), que o Poder Executivo empregará na integralização das ações subscritas pela União.

§ 1º Os créditos especiais, a que se refere este artigo, serão registrados pelo Tribunal de Contas e automaticamente distribuídos ao Tesouro Nacional.

§ 2º A utilização desses recursos será feita à medida das necessidades, não podendo o seu total exceder de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), em cada ano.

§ 3º A vigência da autorização de que trata este artigo será de cinco (5) exercícios.

Art. 12. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de agosto de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

F. Brochado da Rocha

Carlos Siqueira Castro

Hermes Lima

Miguel Calmon

**LEI N.º 4.123 — DE 27 DE
AGOSTO DE 1962**

Federaliza e incorpora à Universidade do Ceará a Faculdade de Ciências Econômicas.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É federalizada e incorporada à Universidade do Ceará a Faculdade de Ciências Econômicas a que se refere o Decreto n.º 26.142, de 4 de janeiro de 1949.

Art. 2.º Independentemente de qualquer indenização, serão incorporados ao patrimônio da União, mediante inventário e escritura pública, todos os bens móveis, imóveis e direitos pertencentes ou no uso do estabelecimento referido no artigo anterior.

Art. 3.º É assegurado o aproveitamento, no serviço público federal, do pessoal do estabelecimento ora federalizado nas seguintes condições:

I — Os professores catedráticos, assim nomeados pelo Governo do Estado do Ceará, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, nos serviços das respectivas cátedras,

contando-se o tempo de serviço, para efeito de aposentadoria, disponibilidade e gratificação de magistério, da data de sua investidura pela Congregação da mesma Faculdade.

II — Os demais servidores, no Quadro Extraordinário da Universidade, contando-se o tempo de serviço para os efeitos legais.

§ 1.º Para execução do disposto neste artigo o Governo do Estado do Ceará apresentará ao Ministério da Educação e Cultura a relação dos professores e demais servidores da Faculdade, especificando a forma de investidura, a natureza do serviço que desempenharam, a data da admissão e a remuneração.

§ 2.º Poderão ser aproveitados, como interinos os professores não admitidos em caráter efetivo, nos termos da legislação federal.

§ 3.º Serão expedidos pelas autoridades competentes os títulos de nomeação e de admissão decorrentes do aproveitamento determinado neste artigo.

Art. 4.º São criados, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, para a Universidade do Ceará — Faculdade de Ciências

Econômicas, 35 (trinta e cinco) cargos de Professor Catedrático (VETADO).

Art. 5.º A expedição dos atos de nomeação e de admissão referidos no art. 3.º dependem do integral atendimento do disposto no art. 2.º.

Art. 6.º Para cumprimento do disposto nesta Lei fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) sendo Cr\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de cruzeiros) para pessoal e Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) para material.

Art. 7.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de agosto de 1962; 141.º da Independência e 74.º da República.

JOÃO GOULART

F. Brochado da Rocha

Roberto Lyra

Miguel Calmon

LEI Nº 4.124 — DE 27 DE
AGOSTO DE 1962

Cria Juntas de Conciliação e Julgamento na 5ª Região da Justiça do Trabalho.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º São criadas, na 5ª Região da Justiça do Trabalho, 11 (onze) Juntas de Conciliação e Julgamento, respectivamente, nas Comarcas de Salvador, que será sexta, Feira de Santana, Santo Amaro, Ilhéus, Jequié, Alagoinhas, Maragogipe, Ipiatã, Conquista e Joazeiro, no Estado da Bahia, e Propriá, no Estado de Sergipe.

Parágrafo único — As Juntas criadas neste artigo terão jurisdição;

I — a de Salvador, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte, sobre o Território da Comarca de Salvador, por distribuição;

II — a de Feira de Santana, sobre as Comarcas de Feira de Santana, Serrinha e Santo Estevão;

III — a de Santo Amaro, sobre os Municípios de Santo Amaro, S. Francisco do Conde e Coração de Maria;

IV — a de Ilhéus, sobre o território da Comarca do mesmo nome;

V — a de Jequié, sobre as Comarcas de Jequié, Poções e Ipicuí;

VI — a de Alagoinhas, sobre os Municípios de Alagoinhas, Mata de São João, Catu, Pojuca, Inhambuê, Sátiro Dias, Conde, Entre Rios, Esplanada e Acajutiba;

VII — a de Maragogipe, sobre o Território da Comarca do mesmo nome;

VIII — a de Ipiatã, sobre os Municípios de Ipiatã, Ubata, Ubaitaba e Camamu;

IX — a de Conquista, sobre os Municípios de Conquista, Itambé e Itapetinga;

X — a de Joazeiro, sobre o território da Comarca do mesmo nome; e

XI — a de Propriá, sobre os Municípios de Propriá, Cedro do São João, Amparo do São Francisco, Aquidabã, Malhada dos Bois e Muribeca.

Art. 2.º A jurisdição das Juntas de Conciliação e Julgamento de Salvador, se estenderá aos Municípios de Itapetica, Candeias, São Sebastião do Passé e Camassari.

Art. 3.º Os mandatos dos Vogais das Juntas criadas por esta lei terminarão, simultaneamente, com os dos titulares das Juntas em funcionamento na 5ª Região.

Art. 4.º São criados, para provimento das Juntas a que se refere o artigo 1.º desta lei, 11 (onze) cargos de Juiz do Trabalho, Presidente de Junta, 11 (onze) funções de suplente de Juiz do Trabalho e 22 (vinte e duas) de Vogal, sendo (onze) para a representação dos empregados e 11 (onze) para a dos empregadores.

Parágrafo único. Haverá um suplente para cada Vogal.

Art. 5.º São criados, no Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, os cargos constantes da Tabela anexa, para provimento dos serviços administrativos das Juntas de que trata a presente lei.

Parágrafo único. Os vencimentos dos cargos a que se refere este artigo serão os fixados, em lei, para o pessoal administrativo das Regiões da Justiça do Trabalho servidas por Tribunais Regionais da 1ª Categoria.

Art. 6º Os vencimentos dos cargos e funções criados pelo art. 4º desta lei, serão os fixados na Lei nº 3.414, de 20 de junho de 1958, com as alterações constantes em leis posteriores.

Art. 7º O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região promoverá a instalação das Juntas ora criadas, bem como as outras medidas decorrentes da presente lei.

Art. 8º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho da 5ª Região — um crédito especial até o limite de .. Cr\$ 37.000.000,00 (trinta e sete mi-

lhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas decorrentes da aplicação da presente lei.

Art 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 27 de agosto de 1962; 141º da Independência e 74º da República

JOÃO GOULART

F. Brochado da Rocha.

Cândido de Oliveira Neto

Miguel Calmon

QUINTA REGIÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Tabela a que se refere o artigo 5º desta lei

Número de cargos — Cargos — Observações

I — Cargos isolados de provimento efetivo

11. Chefe de Secretaria — 1 (um) para cada Junta;
11. Oficial de Justiça — 1 (um) para cada Junta;
11. Porteiro de Auditório — 1 (um) para cada Junta.

II — Cargos de Carreira (*)

12. Oficial Judiciário — 2 (dois) para a J.C.J. de Salvador e 1 (um) para cada uma das demais.
23. Auxiliar Judiciário — 3 (três) para a J.C.J. de Salvador e 2 (dois) para cada uma das demais.
12. Servente — 2 (dois) para a J.C.J. de Salvador e 1 (um) para cada uma das demais.

LEI Nº 4.125 — DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Autoriza o Poder Executivo a doar um imóvel da União à Prefeitura Municipal de Maranguape, Estado do Ceará.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. E' o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Maranguape, Estado do Ceará, o prédio em que funcionava a Sociedade Artística Maranguapense, situado naquela cidade, à Rua Major Agostinho, esquina com a Rua Afro Campos, medindo 7,40 m de frente por 75,90 m de fundos.

§ 1º A Prefeitura de Maranguape procederá, no prazo de um ano, a contar do recebimento do imóvel, a sua remodelação, a fim de que nele seja instalada a biblioteca municipal e outros serviços da edilidade, e bem assim aqueles que mediante entendimento com a União, também possam ali funcionar.

§ 2º O imóvel de que trata esta Lei reverterá ao patrimônio da União, independentemente de qualquer indenização, se, no prazo estabelecido, não estiver remodelado e nele funcionando a biblioteca municipal.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 27 de agosto de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

F. Brochado da Rocha

Miguel Calmon

LEI Nº 4.126 — DE 27 DE
AGOSTO DE 1962

Altera disposições da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, relativas à classe de Ascensorista.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os anexos I e IV, da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, nas partes referentes ao Código GL-304 passam a ter a redação seguinte:

ANEXO I

GL-304.12.C — Ascensorista — C — Execução.

GL-304.10.B — Ascensorista — B — Execução.

GL-304.8.A — Ascensorista — A — Execução.

ANEXO IV

Código GL-304 — A, B e C.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 27 de agosto de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

F. Brochado da Rocha

LEI Nº 4.127 — DE 27 DE
AGOSTO DE 1962

Dispõe sobre a criação de taxa destinada à remuneração dos vigias portuários.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Será cobrada nos conhecimentos de embarque de mercadorias uma taxa específica destinada à cobertura da remuneração devida aos vigias portuários, integrantes do 4º grupo do Plano da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos, pelo serviço de vigilância nas embarcações, conforme o estatuído na Lei nº 2.162, de 4 de janeiro de 1954.

Art. 2º Compete ao Poder Executivo, dentro de trinta dias da publicação desta lei, observadas as peculiaridades de cada porto, fixar o valor da taxa incidente sobre a tonelage embarcada.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de agosto de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

F. Brochado da Rocha

Miguel Calmon

Hélio de Almeida.

LEI Nº 4.128 — DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Regula o Exercício do Magistério da Marinha

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O magistério da Marinha abrangerá os três graus de ensino superior, médio e elementar.

Art. 2º A orientação e a fiscalização técnica e administrativa do magistério da Marinha ficam a cargo da Diretoria do Pessoal, através do seu Departamento de Instrução, excetuando-se o magistério da Escola de Guerra Naval.

Art. 3º Como estabelecimento de Ensino, para os efeitos desta lei, compreendem-se: os Centros de Instrução da Marinha, as Escolas de Aprendizes Marinheiros, os Cursos de Formação Industrial ou Técnico Profissional, de Especialização ou Aperfeiçoamento de Oficiais, praças e artífices, da ativa ou da reserva, o Colégio Naval, a Escola Naval e a Escola de Guerra Naval.

§ 1.º Ficam excluídos da relação dos estabelecimentos mencionados os Centros, Escolas ou Cursos que proporcionam exclusivamente adestramento.

§ 2.º O regulamento de cada estabelecimento especificará o grau de ensino nêle ministrado.

Art. 4.º O magistério da Marinha será exercido por:

- a) professores efetivos;
- b) professores em comissão;
- c) professores contratados; e
- d) instrutores.

Parágrafo único. Os professores efetivos serão admitidos por concurso de títulos e provas nos termos da legislação do ensino em vigor; os professores em comissão serão oficiais da Marinha do Brasil, da ativa ou da reserva remunerada; os professores contratados serão civis brasileiros ou estrangeiros; os instrutores serão militares da ativa.

Art. 5.º O ensino das disciplinas teóricas será ministrado por professores e os das disciplinas técnicas ou militares por instrutores.

§ 1.º Para os efeitos desta lei os regulamentos dos estabelecimentos de ensino especificarão as disciplinas teóricas e as técnicas ou militares.

§ 2.º O ensino atribuído neste artigo a professores será ministrado por professores efetivos nos estabelecimentos de ensino de grau superior ou médio e por professores contratados no de grau elementar.

§ 3.º Na falta de professores efetivos, nos estabelecimentos de ensino de grau superior ou médio os cargos serão preenchidos, até seu provimento efetivo por professores em comissão ou contratados, segundo a maior conveniência dos interesses do ensino.

§ 4.º Na falta de professores contratados nos estabelecimentos de grau elementar, o ensino será ministrado por professores em comissão.

§ 5.º A direção da educação física, quando não estiver a cargo de instrutores militares caberá a professores civis de educação física ou técnicos desportivos de acordo com o disposto no Decreto-lei n.º 1.212, de 17 de abril de 1939, alterado pelo Decreto-lei n.º 8.270, de 3 de dezembro de 1945.

Art. 6.º O número de professores será fixado em relação a cada disciplina, de acordo com o efetivo discente de cada estabelecimento, observado o disposto no art. 7.º e no art. 8.º.

Parágrafo único. O efetivo-base das turmas será de 40 (quarenta) alunos.

Art. 7.º O número de professores efetivos dos estabelecimentos de ensino superior e médio será fixado por Decreto, de acordo com o número de disciplinas teóricas que constituem os currículos de cada estabelecimento, previstas na forma indicada no § 1.º do art. 5.º desta lei, obedecidas as disposições do parágrafo único do art. 6.º e as do § 1.º deste artigo, e respeitados os limites de 65 (sessenta e cinco) professores de ensino superior e 170 (cento e setenta) do ensino médio.

§ 1.º Quando o número de horas de aulas semanais, exigido pelas disciplinas a lecionar, exceder 18 (dezoito), no ensino de grau superior, e 24 (vinte e quatro), no de grau médio, haverá tantos professores, além de 2 (dois), quantos necessários para que não sejam excedidos os limites estabelecidos no § 1.º do art. 28.

§ 2.º O mais antigo dos professores militares da disciplina coordenará o ensino desta, no estabelecimento ou unidade escolar em que tenha exercício.

Art. 8.º A fixação do número de professores contratados para os estabelecimentos de grau elementar, será feita pelo Ministro da Marinha, por

proposta dos respectivos Diretores, ouvida a Diretoria do Pessoal, através da Secretaria Geral da Marinha.

§ 1.º Haverá, no mínimo 2 (dois) professores por disciplina que exija número de horas de aulas semanais superior ao limite estabelecido no § 1.º do artigo 28.

§ 2.º Quando o número de horas de aulas semanais exigido pelas disciplinas a lecionar, exceder o dobro daquele limite, haverá tantos professores, além de 2 (dois), quantos necessários para que não seja excedido o referido limite.

Art. 9.º As atribuições do pessoal integrante do magistério da Marinha serão especificadas pela Organização Interna Administrativa de cada estabelecimento e aprovadas pela Diretoria do Pessoal, através de seu Departamento de Instrução.

Art. 10. A atividade dos instrutores, no que não for especificadamente abrangido por esta lei, será regulada em instruções especiais baixadas pelo Ministro da Marinha.

CAPÍTULO II

Do Provimento dos Cargos

Art. 11. O professor efetivo será nomeado pelo Presidente da República, mediante seleção feita em concurso de títulos e provas, que se regerá por normas estabelecidas em regulamento, obedecidas as seguintes disposições:

a) O concurso realizar-se-á, obrigatoriamente, no prazo de 12 (doze) meses, contados da abertura da vaga na respectiva disciplina;

b) Quando, realizado o concurso, não for preenchida a vaga ou vagas existentes, novo concurso será aberto dentro de um prazo mínimo de 12 (doze) meses e máximo de 18 (dezoito) meses, a contar da data do concurso anterior;

c) As inscrições terão acesso todos os brasileiros que satisfaçam os requisitos estabelecidos em lei para o exercício do magistério;

d) O candidato será submetido a uma prova escrita e a uma prova didática, oral e pública, nas quais deverá revelar conhecimentos atualizados sobre a disciplina a lecionar;

e) A nomeação obedecerá à ordem de classificação dos candidatos no concurso e se limitará às vagas existentes;

f) Em igualdade de condições terá preferência, para a nomeação, o candidato que contar maior tempo de exercício nas funções de professor em comissão, com parecer favorável do Conselho de Ensino ou de instruções do estabelecimento;

g) A nomeação será feita com a indicação da disciplina a ser lecionada e da vaga correspondente no estabelecimento a cujo efetivo passará o nomeado a pertencer, em caráter permanente.

Art. 12. O professor em comissão será designado pelo Ministro da Marinha, mediante proposta do estabelecimento interessado encaminhada por intermédio da Diretoria do Pessoal, devendo o oficial designado satisfazer as seguintes condições:

a) ter o posto de capitão-tenente, capitão-de-corveta, capitão-de-fragata ou capitão-de-mar-e-guerra;

b) contar mais de 6 (seis) anos de efetivo serviço como oficial;

c) possuir curso de formação de oficial da ativa da Marinha, concluído na Escola Naval, ou diploma de curso superior em escola oficial ou reconhecida;

d) possuir o curso de técnica de ensino;

e) ser julgado apto em inspeção de saúde e exame psicotécnico para o exercício do magistério;

§ 1.º A designação de professor em comissão deverá recair em oficial de posto inferior ou de menor antiguidade que os professores efetivos da mesma disciplina.

§ 2.º O oficial designado não poderá exercer as funções de professor em comissão por prazo superior a 4 (quatro) anos.

Art. 13. O professor contratado será selecionado mediante exame de suficiência, constante de prova escrita e prova didática, regulado em instruções especiais baixadas pelo Ministro da Marinha, devendo os candidatos satisfazer as seguintes condições:

a) possuir diploma devidamente registrado no Ministério da Educação e Cultura que os habilite a exercer o magistério no nível de ensino a que se destinem;

b) ser julgados, em inspeção de saúde e, sempre que viável, em exame psicotécnico, aptos para o exercício do magistério;

c) ter idoneidade moral comprovada por certidão ou atestado fornecido por autoridade policial ou judiciária, com firma reconhecida por notário público

Parágrafo único. Os contratos obedecerão às disposições vigentes para os de contratados do Serviço Público Federal.

Art. 14. Os instrutores serão designados pelo Diretor Geral do Pessoal da Marinha por proposta do estabelecimento interessado, dentre oficiais que tenham curso de:

a) técnico de ensino;

b) especialidade técnico-profissional em que se enquadre a disciplina que irão lecionar, quando for o caso.

Parágrafo único. O oficial designado não poderá exercer as funções de instrutor por prazo superior a 4 (quatro) anos.

CAPÍTULO III

Das Dispensas

Art. 15. Observado o disposto na Lei da Inatividade dos Militares ou no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, o professor efetivo poderá ser afastado do serviço no magistério da Marinha e posto em disponibilidade, reformado ou aposentado:

a) a pedido, quando tiver mais de 35 (trinta e cinco) anos de efetivo serviço;

b) por invalidez ou incapacidade física, comprovada em inspeção de saúde;

c) por conveniência disciplinar ou moral, ou incompetência profissional na disciplina que lecionar, comprovada em processo regular determinado pelo diretor do estabelecimento de ensino a que pertencer e submetido à decisão do Ministério da Marinha;

d) em virtude da extinção da disciplina que lecionar ou do estabelecimento a cujo efetivo pertencer.

Parágrafo único. Nos casos previstos na letra "c", o professor não poderá retornar ao magistério da Marinha.

Art. 16. O professor em comissão será dispensado:

a) quando preenchida por professor efetivo, de acordo com o disposto no parágrafo 3º, do artigo 5º, a vaga que houver dado motivo à sua designação;

b) em virtude de conveniência de serviço a critério do Ministro da Marinha, ou quando se completar o prazo previsto no parágrafo 2.º do artigo 12.

Art. 17. O professor contratado será dispensado:

- 1) quando, terminado o contrato, não houver conveniência em renová-lo;
- 2) quando ocorrer rescisão do contrato:
 - a) em virtude de incapacidade física apurada em inspeção de saúde;
 - b) por conveniência disciplinar ou moral ou incompetência profissional na disciplina que lecionar, comprovada em processo regular determinado pelo Diretor ou Comandante do estabelecimento de ensino a que pertencer.

Parágrafo único. O professor dispensado pelos motivos constantes do n.º 2, letra "b", não poderá retornar ao magistério da Marinha.

Art. 18. Os instrutores serão dispensados quando se completar o prazo previsto no parágrafo único do artigo 14, ou a critério do Diretor Geral do Pessoal da Marinha, quando assim convier ao serviço.

CAPÍTULO IV

Da Carreira Direitos e Deveres

Art. 19. O oficial, quando nomeado professor efetivo, será transferido para a reserva remunerada no posto imediatamente superior ao que tiver na ativa, passando a figurar no Almanaque do Ministério da Marinha e no Boletim Mensal dos Corpos e Quadros da Armada em lista à parte, independentemente do cargo e quadro a que pertencia na ativa.

Parágrafo único. Não poderá haver transferência em posto superior ao de Capitão-de-Mar-e-Guerra.

Art. 20. O oficial da reserva remunerada, quando professor efetivo, será promovido por tempo de serviço de modo que atinja o posto de Capitão-de-Fragata ou de Capitão-de-Mar-e-Guerra quando contar, respectivamente 20 (vinte) e 25 (vinte e cinco) anos de serviço efetivo.

§ 1.º As promoções de que trata este artigo serão feitas, respeitado o interstício de 3 (três) anos, tanto para capitão-de-corveta como para capitão-de-fragata.

§ 2.º O oficial professor efetivo poderá optar pelos vencimentos dos professores civis efetivos, de nível correspondente.

Art. 21. O professor efetivo, quando civil, será classificado como a lei específica determinar, de acordo com o nível correspondente do Serviço Público Federal, cabendo-lhe os direitos e deveres estipulados no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, observado o disposto no artigo 28 desta lei.

Art. 22. O professor em comissão, quando oficial da ativa, ficará agregado ao respectivo quadro, enquanto exercer essas funções.

Art. 23. O professor em comissão e o instrutor terão suas promoções feitas nas épocas e de acordo com as condições estabelecidas para o corpo ou quadro a que pertencerem.

Art. 24. O oficial professor efetivo terá os direitos, vencimentos, vantagens e regalias dos oficiais dos demais corpos e quadros da Marinha, na forma da legislação em vigor, sendo, porém, a sua precedência determinada pela forma que o Estatuto dos Militares estabelecer para os oficiais da reserva.

Parágrafo único. A contribuição para o montepio rege-se pela legislação vigente.

Art. 25. O professor em comissão terá direito à gratificação de ensino prevista no Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares para os professores efetivos.

Art. 26. Os direitos, vencimentos, vantagens e regalias do professor contratado serão fixados no respectivo contrato, de acordo com a legislação que rege o assunto.

Art. 27. É vedado estender ao professor civil efetivo ou contratado quaisquer dispositivos da legislação militar, excetuando o que se referir a regime e método de trabalho, vigentes nos estabelecimentos onde lecionar.

Art. 28. O professor militar e o instrutor, assim como o professor civil efetivo, ficarão sujeitos ao regime de trabalho estabelecido nos regulamentos dos respectivos estabelecimentos de ensino, respeitadas as disposições dos parágrafos que se seguem:

§ 1º para os professores e instrutores são estabelecidos os seguintes limites semanais de horas de aulas: no ensino superior, 9 (nove); no médio, 12 (doze); no elemental, 15 (quinze).

§ 2º Quando o admitirem as possibilidades dos professores ou instrutores de ensino de grau superior ou médio, o número de horas de aulas, por semana poderá ser aumentado até o máximo, que não poderá ser ultrapassado de 15 (quinze) horas.

§ 3º Serão consideradas excedentes e como tal remuneradas nas condições estabelecidas no Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares, as aulas que ultrapassarem o número de horas semanais especificadas no parágrafo 1º deste artigo, observada a limitação do parágrafo anterior para o ensino de grau superior e médio.

§ 4º Do cômputo de número de horas excluir-se-ão as relativas à preparação de aulas, organização, fiscalização e correção de provas, integração de bancas examinadoras, reuniões do Conselho de Ensino ou de Instrução do estabelecimento e outras atividades relacionadas com o ensino e atribuídas ao professor ou instrutor.

Art. 29. Aos professores militares e aos instrutores só poderão ser atribuídos, nos estabelecimentos a que pertencerem, encargos de magistério ou de administração dos departamentos de ensino.

Parágrafo único. Além das previstas neste artigo, os professores efetivos poderão exercer, em órgãos superiores da Administração Naval, funções técnicas ou técnico-administrativas de ensino, que lhes forem especificamente atribuídas pelo Ministro da Marinha, dispensados da regência de turmas, sendo-lhes computado o tempo de exercício nessas funções como de serviço de magistério.

Art. 30. Os professores militares e instrutores ficarão sujeitos ao Regulamento Disciplinar para a Marinha.

Art. 31. O regime de trabalho e os deveres dos professores contratados, bem como as penalidades disciplinares a que ficam sujeitos, serão estipulados nos respectivos contratos.

Art. 32. O professor militar será submetido à inspeção de saúde para controle bienal e para promoção, segundo as normas estabelecidas para os demais oficiais em serviço ativo.

Art. 33. O professor efetivo poderá ser transferido de um para outro estabelecimento em casos comprovados de moléstia do próprio ou de pessoa de sua família, quando o requerer, dependendo o ato de pronunciamento favorável.

Parágrafo único. A transferência de que trata o presente artigo, regulada por instruções especiais do Ministro da Marinha, poderá ser temporária ou definitiva, sendo concedida na medida em que puderem ser conciliadas as exigências do ensino com as conveniências do interessado.

Art. 34. O professor pôsto em disponibilidade, de acôrdo com o estabelecido no artigo 15, letra "d", poderá ser novamente chamado à atividade;

a) em caso de restabelecida a disciplina que lecionava ou reabertura do estabelecimento a que pertencia;

b) para exercer funções previstas no art. 29 e seu parágrafo único.

§ 1.º O aproveitamento do professor em disponibilidade, em estabelecimento ou outro que não aquêle a cujo efetivo pertencia, só poderá ser determinado mediante assentimento do interessado e desde que consulte os interesses do ensino.

§ 2.º Quando não ocorrer qualquer das hipóteses previstas neste artigo e no § 1.º, o professor em disponibilidade remunerada permanecerá nessa situação até ser reformado ou aposentado.

CAPÍTULO V

Das Disposições Transitórias

Art. 35. Aos atuais professores catedráticos militares e civis, aos professores militares adjuntos efetivos da Escola Naval e aos atuais professores do Quadro de Pessoal do Ministério da Marinha são assegurados os direitos, regalias e vantagens em cujo gozo se encontrarem na data da publicação desta lei.

Art. 36. Os atuais instrutores de educação física do Quadro de Pessoal do Ministério da Marinha, devidamente registrados no Ministério da Educação e Cultura, como professores de educação física, terão seu enquadramento corrigido para "professores de educação física", de conformidade com o que estabelece o Decreto-lei nº 1.212, de 17 de abril de 1939, alterado pelo Decreto-lei nº 8.270 de 3 de dezembro de 1945, sendo-lhes assegurados os direitos, vencimentos e vantagens correspondentes à nova situação.

Art. 37. Computadas as vagas de professor efetivo, na forma prevista nesta lei, serão consideradas preenchidas, para efeito numérico as que estiverem ocupadas tanto pelos professores catedráticos e professores militares adjuntos efetivos, em exercício na Escola Naval, como pelos professores do Quadro de Pessoal do Ministério da Marinha que se acharem em exercício nos estabelecimentos de ensino de grau médio.

Parágrafo único. As vagas que ocorrerem por afastamento definitivo dos mencionados professores serão preenchidas de acôrdo com o que estabelece a presente lei.

Art. 38. Para efeito da aplicação do que dispõe a letra f do artigo 11, será considerado como "exercício das funções de professor em comissão" o tempo de exercício como "professor adjunto interino" anterior à vigência da presente lei.

Art. 39. Os professores atualmente em disponibilidade continuarão com os direitos, vencimentos e vantagens concedidas pelas leis anteriores à vigência desta lei.

Art. 40. Aos atuais professores civis, em exercício no Magistério da Marinha, habilitados para provimento de vagas de Professor de Ensino Elementar Industrial Básico ou Técnico, e que estejam vinculados ao Magistério da Marinha, por termo de compromisso lavrado com os Comandos de Distritos Navais, Escolas de Aprendizes Marinheiros Arsenais e Centros de Instrução, são estendidos os direitos regalias e vantagens assegurados pelo artigo 35 desta lei, nos níveis correspondentes.

Art. 41. O Poder Executivo regulamentará a presente lei dentro de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 42. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as leis anteriores que regulem, total ou parcialmente, a matéria de que trata.

Brasília, 27 de agosto de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Francisco Brochado da Rocha

Pedro Paulo de Araújo Suzano

LEI Nº 4.129 — DE 27 DE
AGOSTO DE 1962

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$.. 6.000.000,00, destinado a auxiliar o Educandário Nossa Senhora de Lourdes, de Brusque, Estado de Santa Catarina; o Colégio Coração de Maria, de Santos, Estado de São Paulo; o Liceu Feminino Santista de Santos, Estado de São Paulo; o Instituto de Assistência Social, Formação e Cultura, de Tubarão, Santa Catarina; a Escola Normal Regional, de Leopoldo Bulhões, e a Escola Normal Rural de Urutai, ambas no Estado de Goiás.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), destinado a auxiliar o Educandário Nossa Senhora de Lourdes, de Brusque, Estado de Santa Ca-

tarina; Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) ao Colégio Coração de Maria, de Santos, e Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) ao Liceu Feminino Santista, de Santos, ambos no Estado de São Paulo.

Art. 2º Fica, igualmente, o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) destinado a auxiliar o Instituto de Assistência Social, Formação e Cultura, de Tubarão, Estado de Santa Catarina; de Cr\$.. 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) à Escola Normal Regional, de Leopoldo Bulhões, e Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) à Escola Normal Rural, de Urutai, ambas no Estado de Goiás.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de agosto de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

F. Brochado da Rocha

Miguel Calmon

Roberto Lyra

LEI Nº 4.130 — DE 28 DE AGOSTO DE 1962

Dá nova redação aos §§ 1º e 4º, do art. 32, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, (Lei Orgânica da Previdência Social)

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Suprima-se o § 1º do artigo 32 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960.

Art. 2º. No § 4º do mesmo artigo suprima-se a expressão "com a idade de 55 anos e".

Art. 3º. Os §§ 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º do mesmo artigo passam a constituir os §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de agosto de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

F. Brochado da Rocha

Hermes Lima

LEI Nº 4.131 — DE 3 DE
SETEMBRO DE 1962

Disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior e dá outras providências.

Faço saber que o Congresso Nacional decretou, o Presidente da República sancionou, nos termos do § 2º do art. 70 da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo, de acordo com o disposto no § 4º do mesmo artigo da Constituição, a seguinte Lei:

Art. 1º Consideram-se capitais estrangeiros, para os efeitos desta lei, os bens, máquinas e equipamentos, entrados no Brasil sem dispêndio inicial de divisas, destinados à produção de bens ou serviços, bem como os recursos financeiros ou monetários, introduzidos no país, para aplicação em atividades econômicas desde que, em ambas as hipóteses, pertençam a pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no exterior.

Art. 2º Ao capital estrangeiro que se investir no País, será dispensado tratamento jurídico idêntico ao concedido ao capital nacional em igualdade de condições, sendo vedadas quaisquer discriminações não previstas na presente lei.

Do registro dos capitais, remessas e reinvestimentos

Art. 3º. Fica instituído, na Superintendência da Moeda e do Crédito, um serviço especial de registro de capitais estrangeiros, qualquer que seja sua forma de ingresso no País, bem

como de operações financeiras com o exterior, no qual serão registrado:

a) os capitais estrangeiros que ingressarem no País sob a forma de investimento direto ou de empréstimo, quer em moeda, quer em bens;

b) as remessas feitas para o exterior com o retorno de capitais ou como rendimentos desses capitais, lucros, dividendos, juros, amortizações, bem como as de "royalties", de pagamento de assistência técnica, ou por qualquer outro título que implique transferência de rendimentos para fora do País;

c) os reinvestimentos de lucros dos capitais estrangeiros;

d) as alterações do valor monetário do capital das empresas procedidas de acordo com a legislação em vigor.

Parágrafo único. O registro dos reinvestimentos a que se refere a letra "c" será devido, ainda que se trate de pessoa jurídica com sede no Brasil mas filiada a empresas estrangeiras ou controlada por maioria de ações pertencentes a pessoas físicas ou jurídicas com residência ou sede no estrangeiro.

Art. 4º. O registro de capitais estrangeiros será efetuado na moeda do país de onde forem originários e o dos reinvestimentos de lucros em moeda nacional.

Parágrafo único. Se o capital for representado por bens, o registro será feito pelo seu preço no país de origem ou, na falta de comprovantes satisfatórios, segundo os valores apurados na contabilidade da empresa receptora do capital, ou ainda pelo critério de avaliação que for determinado em regulamento.

Art. 5º. O registro do investimento estrangeiro será requerido dentro de

trinta dias da data de seu ingresso no País e independente do pagamento de qualquer taxa ou emolumento. No mesmo prazo, a partir da data da aprovação do respectivo registro contábil, pelo órgão competente da empresa, proceder-se-á ao registro dos reinvestimentos de lucros.

Parágrafo único. Os capitais estrangeiros e respectivos reinvestimentos de lucros já existentes no país também estão sujeitos a registro, o qual será requerido por seus proprietários ou responsáveis, pelas empresas em que estiverem aplicados, dentro do prazo de 180 dias da data da publicação desta lei.

Art. 6º. A Superintendência da Moeda e do Crédito tomará as providências necessárias para que o registro dos dados a que se referem os artigos anteriores seja mantido atualizado, ficando as empresas obrigadas a prestar as informações que ela lhes solicitar.

Art. 7º. Considera-se reinvestimentos, para os efeitos de registro, as quantias que poderiam ter sido legalmente remetidas para o exterior, a título de rendimentos, e não o foram, sendo aplicadas na própria empresa de que procedem ou em outro setor da economia nacional.

Das remessas de juros, "Royalties" e por assistência técnica

Art. 8º. As remessas de juros de empréstimos, créditos e financiamentos serão consideradas como amortização do capital na parte que excederem da taxa de juros constante no contrato respectivo e de seu respectivo registro, cabendo a SUMOC impugnar e recusar a parte da taxa que exceder à taxa vigente no mercado financeiro de onde procede o empréstimo, crédito ou financiamento, na data de sua realização, para operações do mesmo tipo e condições.

Art. 9º. As pessoas físicas e jurídicas que desejarem fazer transferências para o exterior a título de lucros, dividendos, juros, amortizações, "royalties", assistência técnica, científica, administrativa e semelhantes, deverão submeter aos órgãos competentes da SUMOC e da Divisão de Imposto sobre a Renda, os contratos e documentos que forem considerados necessários para justificar a remessa.

Parágrafo único. As remessas para o exterior dependem do registro da empresa na SUMOC e de prova do pagamento do imposto de renda que for devido.

Art. 10. O Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito poderá, quando considerar necessário, verificar a assistência técnica administrativa ou semelhante, prestada a empresas estabelecidas no Brasil, que impliquem remessa de divisas para o exterior, tendo em vista apurar a efetividade dessa assistência.

Art. 11. A transferência para o pagamento de *royalties* devidos por patentes de invenção, marcas de indústria e comércio ou outros títulos da mesma espécie, depende de prova, da parte do interessado, de que os respectivos privilégios não caducaram no país de origem.

Art. 12. As somas das quantias devidas a título de "royalties" pela exploração de patentes de invenção, ou uso de marcas de indústria e de comércio e por assistência técnica, científica, administrativa ou semelhante, poderão ser deduzidas, nas declarações de renda, para o efeito do art. 37 do Decreto nº 47.373 de 7 de dezembro de 1959, até o limite máximo de cinco por cento (5%) da receita bruta do produto fabricado ou vendido.

§ 1. Serão estabelecidos e revistos periodicamente, mediante ato do Ministro da Fazenda, os coeficientes percentuais admitidos para as deduções a que se refere este artigo, considerados os tipos de produção ou atividades, reunidos em grupos, segundo o grau de essencialidade.

§ 2º. As deduções de que este artigo trata, serão admitidas quando comprovadas as despesas de assistência técnica, científica, administrativa ou semelhantes, desde que efetivamente prestados tais serviços, bem como mediante o contrato de cessão ou licença de uso de marcas e de patentes de invenção, regularmente registrado no País, de acordo com as prescrições do Código de Propriedade Industrial.

§ 3º. As despesas de assistência técnica, científica, administrativa e semelhantes, somente poderão ser deduzidas nos cinco primeiros anos do funcionamento da empresa ou da introdução de processo especial de produção, quando demonstrada sua ne-

cessidade, podendo este prazo ser prorrogado ate mais cinco anos, por autorização do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito.

Art. 13. Serão consideradas, como lucros distribuídos e tributados, de acordo com os arts. 43 e 44, as quantias devidas a título de "royalties" pela exploração de patentes de invenção e por assistência técnica, científica, administrativa ou semelhante, que não satisfizerem as condições ou excederem os limites previstos no artigo anterior.

Parágrafo único. Também será tributado de acordo com os arts. 43 e 44 o total das quantias devidas a pessoas físicas ou jurídicas residentes ou sediadas no exterior, a título do uso de marcas de indústria e de comércio.

Art. 14. Não serão permitidas remessas para pagamentos de "royalties", pelo uso de patentes de invenção e de marcas de indústria ou de comércio, entre filial ou subsidiária de empresa estabelecida no Brasil e sua matriz com sede no exterior ou quando a maioria do capital da empresa no Brasil, pertença ao titulares do recebimento dos "royalties" no estrangeiro.

Parágrafo único. Nos casos de que trata este artigo não é permitida a dedução prevista no art. 12 (doze).

Art. 15. A prática de fraude aduaneira ou cambial que resulte de sub ou superfaturamento na exportação ou na importação de bens e mercadorias, uma vez apurada em processo administrativo regular, no qual será assegurada plena defesa ao acusado, importará na aplicação aos responsáveis, pelo Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, de multa até dez vezes o valor das quantias sub ou superfaturadas, ou da penalidade de proibição de exportar e importar por prazo de um a cinco anos.

Art. 16. Fica o Governo autorizado a celebrar acordos de cooperação administrativa com países estrangeiros, visando ao intercâmbio de informações de interesse fiscal e cambial, tais como remessas de lucros e "royalties", pagamento de serviços de assistência técnica e semelhantes, valor de bens importados, augures de filmes cinematográficos, máquinas etc.,

bem como de quaisquer outros elementos que sirvam de base à incidência de tributos.

Parágrafo único. O Governo procurará celebrar, com os Estados e Municípios, acordos ou convênios de cooperação fiscal, visando a uma ação coordenada dos controles fiscais exercidos pelas repartições federais, estaduais e municipais, a fim de alcançar maior eficiência na fiscalização e arrecadação de quaisquer tributos e na repressão à evasão e sonegação fiscais.

Dos bens e depósitos no Exterior e das Normas de Contabilidade

Art. 17. As pessoas físicas e jurídicas, domiciliadas ou com sede no Brasil, ficam obrigadas a declarar à Superintendência da Moeda e do Crédito, na forma que for estabelecida pelo respectivo Conselho, os bens e valores que possuam no exterior, inclusive depósitos bancários, excetuados, no caso de estrangeiros, os que possuam ao entrar no Brasil.

Parágrafo único. Dentro do prazo de trinta dias contados da vigência desta lei, o Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito baixará instruções a respeito, fixando o prazo de sessenta dias para as declarações iniciais.

Art. 18. A inobservância do preceito do artigo anterior importará em que os valores e depósitos bancários no exterior sejam considerados produto de enriquecimento ilícito e como tais objeto de processo criminal, para que sejam restituídos ou compensados com bens ou valores existentes no Brasil, os quais poderão ser sequestrados pela Fazenda Pública, na medida em que sejam suficientes para tanto.

Art. 19. As pessoas físicas ou jurídicas, domiciliadas ou com sede no Brasil deverão, ainda, comunicar à Superintendência da Moeda e do Crédito as aquisições de novos bens e valores no exterior, indicando os recursos para tal fim usados.

Parágrafo único. Anualmente, até o dia 31 de janeiro, comunicarão, outrossim, à SUMOC o montante de seus depósitos bancários no exterior, a 31 de dezembro do ano anterior, com a justificação das variações nêles ocorridas.

Art. 20. Por ato regulamentar, o Poder Executivo estabelecerá planos de contas e normas gerais de contabilidade, padronizadas para grupos homogêneos de atividades adaptáveis às necessidades e possibilidades das empresas de diversas dimensões.

Parágrafo único. Aprovados, por ato regulamentar, o plano de contas e as normas gerais contábeis a elas aplicáveis, todas as pessoas jurídicas do respectivo grupo de atividades serão obrigadas a observá-los em sua contabilidade, dentro dos prazos previstos em regulamento, que deverão permitir a adaptação ordenada dos sistemas em prática.

Art. 21. É obrigatória, nos balanços das empresas, inclusive sociedades anônimas, a discriminação da parcela de capital e dos créditos pertencentes a pessoas físicas ou jurídicas, residentes, domiciliadas ou com sede no exterior, registrados na Superintendência da Moeda e do Crédito.

Art. 22. Igual discriminação será feita na conta de lucros e perdas, para evidenciar a parcela de lucros, dividendos, juros e outros quaisquer proventos atribuídos a pessoas físicas ou jurídicas, residentes, domiciliadas ou com sede no estrangeiro cujos capitais estejam registrados na Superintendência da Moeda e do Crédito.

Dispositivos cambiais

Art. 23. As operações cambiais no mercado de taxa livre serão efetuadas através de estabelecimentos autorizados a operar em câmbio, com a intervenção de corretor oficial quando previsto em lei ou regulamento, respondendo ambos pela identidade do cliente, assim como pela correta classificação das informações por este prestadas, segundo normas fixadas pela Superintendência da Moeda e do Crédito.

§ 1.º As operações que não se enquadrem claramente nos itens específicos do Código de Classificação adotado pela SUMOC, ou sejam classificáveis em rubricas residuais, como "Outros" e "Diversos", só poderão ser realizadas através do Banco do Brasil S. A.

§ 2º Constitui infração imputável ao estabelecimento bancário, ao corretor e ao cliente, punível com multa equivalente ao triplo do valor da

operação para cada um dos infratores, a declaração de falsa identidade no formulário que, em número de vias e segundo o modelo determinado pela Superintendência da Moeda e do Crédito, será exigido em cada operação, assinado pelo cliente e visado pelo estabelecimento bancário e pelo corretor que nela intervierem.

§ 3º Constitui infração, de responsabilidade exclusiva do cliente, punível com multa equivalente a 100% (cem por cento) do valor da operação, a declaração de informações falsas no formulário a que se refere o § 2º.

§ 4º Constitui infração, imputável ao estabelecimento bancário e ao corretor que intervierem na operação, punível com multa equivalente de 5 (cinco) a 100% (cem por cento) do respectivo valor, para cada um dos infratores, a classificação incorreta, dentro das normas fixadas pelo Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, das informações prestadas pelo cliente no formulário a que se refere o § 2º deste artigo.

§ 5º Em caso de reincidência, poderá o Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito cassar a autorização para operar em câmbio aos estabelecimentos bancários que negligenciarem o cumprimento do disposto no presente artigo e propor à autoridade competente igual medida em relação aos corretores.

§ 6º O texto do presente artigo constará obrigatoriamente do formulário a que se refere o § 2º.

Art. 24. Cumpre aos estabelecimentos bancários autorizados a operar em câmbio, transmitir à Superintendência da Moeda e do Crédito, diariamente, informações sobre o montante de compra e venda de câmbio, com a especificação de suas finalidades, segundo a classificação estabelecida.

Parágrafo único. Quando os compradores ou vendedores de câmbio forem pessoas jurídicas, as informações estatísticas devem corresponder exatamente aos lançamentos contábeis correspondentes, destas empresas.

Art. 25. Os estabelecimentos bancários, que deixarem de informar o montante exato das operações realizadas, ficarão sujeitos a multa até o máximo correspondente a 30 (trinta)

vêzes o maior salário mínimo anual vigorante no País, triplicada no caso de reincidência.

Parágrafo único. A multa será imposta pelo Inspetor Geral de Bancos, havendo recurso de seu ato, sem efeito suspensivo, para o Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito dentro do prazo de 15 (quinze) dias da data da intimação.

Art. 26. No caso de infrações repetidas, o Inspetor Geral de Bancos solicitará ao Diretor Executivo da Superintendência da Moeda e do Crédito o cancelamento da autorização para operar em câmbio, do estabelecimento bancário por elas responsável, cabendo a decisão final ao Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito.

Art. 27. O Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito poderá determinar que as operações cambiais referentes a movimentos de capital sejam efetuadas, no todo ou em parte, em mercado financeiro de câmbio, separado do mercado de exportação e importação, sempre que a situação cambial assim o recomendar.

Art. 28. Sempre que ocorrer grave desequilíbrio no balanço de pagamentos, ou houver sérias razões para prever a iminência de tal situação, poderá o Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito impor restrições, por prazo limitado, à importação e às remessas de rendimentos dos capitais estrangeiros e, para este fim outorgar ao Banco do Brasil monopólio total ou parcial das operações de câmbio.

§ 1º No caso previsto neste artigo, ficam vedadas as remessas, a título de retorno de capitais de risco, e limitadas a 10% (dez por cento) sobre o capital registrado nos termos dos arts. 3º e 4º, as de seus lucros.

§ 2º Os rendimentos que excederem a 10% (dez por cento) do capital deverão ser comunicados à SUMOC, a qual, na hipótese de se prolongar por mais de um exercício a restrição a que se refere este artigo, poderá autorizar a remessa, no exercício seguinte, das quantias relativas ao excesso, quando os lucros nêle auferidos não atingirem aquele limite.

§ 3º Nos mesmos casos deste artigo, poderá o Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito limitar a remessa de quantias a título de pagamentos de "royalties" e assistência

técnica, administrativa, ou semelhante até o limite máximo cumulativo, anual, de 5% (cinco por cento) da receita bruta da empresa.

§ 4º Ainda nos casos deste artigo, fica o Conselho da SUMOC autorizado a baixar instruções, limitando as despesas cambiais com "Viagens Internacionais".

§ 5º Não haverá, porém, restrições, para as remessas de juros e quotas de amortização, constantes de contratos de empréstimo, devidamente registrados.

Art. 29. Sempre que se tornar aconselhável economizar a utilização das reservas de câmbio, é o Poder Executivo autorizado a exigir temporariamente, mediante instrução do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, um encargo financeiro, de caráter estritamente monetário, que recairá sobre a importação de mercadorias e sobre as transferências financeiras, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor dos produtos importados e até 50% (cinquenta por cento) sobre o valor de qualquer transferência financeira, inclusive para despesas com "Viagens Internacionais".

Parágrafo único. O prazo máximo da faculdade impositiva de que trata este artigo será de 150 (cento e cinquenta) dias, consecutivos ou não, durante o ano.

Art. 30. As importâncias arrecadadas por meio do encargo financeiro, previsto no artigo anterior, constituirão reserva monetária em cruzeiros, mantida na Superintendência da Moeda e do Crédito, em caixa própria, e será utilizada, quando julgado oportuno, exclusivamente na compra de ouro e de divisas, para reforço das reservas e disponibilidades cambiais.

Art. 31. As remessas anuais de lucros para o exterior não poderão exceder de 10% sobre o valor dos investimentos registrados.

Art. 32. As remessas de lucros, que ultrapassem o limite estabelecido no artigo anterior, serão consideradas retorno do capital e deduzidas de registro correspondente, para efeito das futuras remessas de lucros para o exterior.

Parágrafo único. A parcela anual de retorno do capital estrangeiro não poderá exceder de 20% (vinte por cento) do capital registrado.

Art. 33. Os lucros excedentes do limite estabelecido no art. 31 desta lei serão registrados a parte, como capita, suplementar e não darão direito a remessa de lucros futuros.

Art. 34. Em qualquer circunstância e qualquer que seja o regime cambial vigente não poderão ser concedidas às compras de câmbio para remessa de lucros, juros, "roga, ules", assistência técnica, retorno de capitais, condições mais favoráveis do que as que se aplicarem às remessas para pagamento de importações da categoria geral de que trata a lei nº 3.244, de 14-8-1957.

Art. 35. A nomeação dos titulares dos órgãos que integram o Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito passa a depender de prévia aprovação do Senado Federal, excetuando-se a dos Ministros de Estado.

Art. 36. Os Membros do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito ficam obrigados a fazer declaração de bens e rendas próprias e de suas esposas e dependentes, até 30 (trinta) de abril de cada ano, devendo estes documentos ser examinados e arquivados no Tribunal de Contas da União, que comunicará o fato ao Senado Federal.

Parágrafo único. Os servidores da Superintendência da Moeda e do Crédito que tiverem responsabilidade e encargos regulamentares nos trabalhos relativos ao registro de capitais estrangeiros ou de sua fiscalização nos termos desta lei, ficam igualmente obrigados à declaração de bens e rendas previstas neste artigo.

Disposições referentes ao crédito

Art. 37. O Tesouro Nacional e as entidades oficiais de crédito público da União e dos Estados, inclusive sociedades de economia mista por elas controladas, só poderão garantir empréstimos, créditos ou financiamentos obtidos no exterior, por empresas cuja maioria de capital com direito a voto pertença a pessoas não residentes no País, mediante autorização em decreto do Poder Executivo.

Art. 38. As empresas com maioria de capital estrangeiro, ou filiais de empresas sediadas no exterior, não terão acesso ao crédito das entidades e estabelecimentos mencionados no artigo anterior até o início comprovado de suas operações, excetuados pro-

jetos considerados de alto interesse para a economia nacional, mediante autorização especial do Conselho de Ministros.

Art. 39. As entidades, estabelecimentos de crédito, a que se refere o artigo 37, só poderão conceder empréstimos, créditos ou financiamentos para novas inversões a serem realizadas no ativo fixo de empresa cuja maioria de capital, com direito a voto, pertença a pessoas não residentes no País, quando elas estiverem aplicadas em setores de atividades e regiões econômicas de alto interesse nacional, definidos e enumerados em decreto do Poder Executivo, mediante audiência do Conselho Nacional de Economia.

Parágrafo único — Também a aplicação de recursos provenientes de fundos públicos de investimentos, criados por lei, obedecerá à regra estabelecida neste artigo.

Art. 40. As sociedades de financiamento e de investimentos só poderão colocar no mercado nacional de capitais, ações e títulos emitidos pelas empresas controladas por capital estrangeiro ou subordinadas a empresas com sede no estrangeiro, que tiverem assegurado o direito de voto.

Dispositivos Fiscais

Art. 41. Estão sujeitos aos descontos de imposto de renda na fonte, nos termos da presente lei, os seguintes rendimentos:

a) os dividendos de ações ao portador e quaisquer bonificações a elas atribuídas;

b) os interesses e quaisquer outros rendimentos e proventos de títulos ao portador, denominados "Partes Beneficiárias" ou "Partes de Fundador";

c) os lucros, dividendos e quaisquer outros benefícios e interesse de ações nominativas ou de quaisquer títulos nominativos do capital de pessoas jurídicas, percebidos por pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no exterior, ou por filiais ou subsidiárias de empresas estrangeiras.

Art. 42. As pessoas jurídicas que tenham predominância de capital estrangeiro, ou sejam filiais ou subsidiárias de empresas com sede no exterior ficam sujeitas às normas e às alíquotas do imposto de renda estabelecidas na legislação deste tributo.

Art. 43. Os lucros e dividendos atribuídos a pessoas físicas ou jurídicas residentes ou com sede no exterior ficam sujeitos ao pagamento na fonte do imposto sobre a renda às taxas que vigorarem para os dividendos devidos às ações ao portador.

Art. 44. O referido imposto será cobrado com um acréscimo de 20% (vinte por cento) no caso de empresas aplicadas em atividades econômicas de menor interesse para a economia nacional, tendo em conta inclusive sua localização, definidas em decreto do Poder Executivo, mediante audiência do Conselho Nacional de Economia e do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito.

Art. 45. Os rendimentos oriundos da exploração de películas cinematográficas, excetuados os dos exibidores não importadores, ficarão sujeitos ao desconto do imposto à razão de 40% (quarenta por cento), mas o contribuinte terá direito a optar pelo depósito no Banco do Brasil, em conta especial, de 40% (quarenta por cento) do imposto devido, podendo aplicar esta importância, mediante autorização do Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica (GECICINE), criado pelo Decreto nº 50.278, de 17 de fevereiro de 1961, na produção de filmes no País, nos termos do Decreto nº 51.103, de 1º de agosto de 1961.

Art. 46. Os lucros provenientes da venda de propriedades imóveis, inclusive da cessão de direitos, quando o proprietário for pessoa física ou jurídica residente ou com sede no exterior, ficam sujeitos a imposto às taxas previstas pelo art. 43.

Art. 47. Os critérios fixados para a importação de máquinas e equipamentos usados serão os mesmos, tanto para os investidores e empresas estrangeiras como para os nacionais.

Art. 48. Autorizada uma importação de máquinas e equipamentos usados, gozará de regime cambial idêntico ao vigente para a importação de máquinas e equipamentos novos.

Art. 49. O Conselho de Política Aduaneira disporá da faculdade de reduzir ou de aumentar, até 30% (trinta por cento) as alíquotas do imposto que recaiam sobre máquinas e equipamentos, atendendo às peculiaridades das regiões a que se destinam, à concentração industrial em que ve-

nham a ser empregados e ao grau de utilização das máquinas e equipamentos antes de efetivar-se a importação.

Parágrafo único — Quando as máquinas e equipamentos forem transferidos da região a que inicialmente se destinavam, deverão os responsáveis pagar ao fisco a quantia correspondente à redução do imposto de que elas gozaram quando de sua importação, sempre que removidas para zonas em que a redução não seria concedida.

Outras disposições

Art. 50. Aos bancos estrangeiros, autorizados a funcionar no Brasil, serão aplicadas as mesmas vedações ou restrições equivalentes às que a legislação vigente nas praças em que tiverem sede suas matrizes, impõe aos bancos brasileiros que neles desejam estabelecer-se.

Parágrafo único. O Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito baixará as instruções necessárias para que o disposto no presente artigo seja cumprido, no prazo de dois anos, em relação aos bancos estrangeiros já em funcionamento no País.

Art. 51. Aos bancos estrangeiros cujas matrizes tenham sede em praças em que a legislação imponha restrições ao funcionamento de bancos brasileiros, fica vedado adquirir mais de 30% (trinta por cento) das ações com direito a voto, de bancos nacionais.

Art. 52. Na execução de um programa de planejamento geral, ouvido o Conselho Nacional de Economia, o Conselho de Ministros estabelecerá uma classificação de atividades econômicas, segundo o seu grau de interesse para a economia nacional.

Parágrafo único. Essa classificação e suas eventuais alterações serão promulgadas mediante decreto e vigorarão por períodos não inferiores a três anos.

Art. 53. O Conselho de Ministros poderá estabelecer, mediante decreto, ouvido o Conselho Nacional de Economia:

I — que a inversão de capitais estrangeiros, em determinadas atividades, se faça com observância de uma escala de prioridade, em benefício de regiões menos desenvolvidas do país;

II — que os capitais assim investidos sejam isentos, em maior ou menor grau, das restrições previstas no artigo 28;

III — que idêntico tratamento se aplique aos capitais investidos em atividades consideradas de maior interesse para a economia nacional.

Art. 54. Fica o Conselho de Ministros autorizado a promover entendimentos e convênios com as nações integrantes da Associação Latino-Americana de Livre Comércio tendentes à adoção por elas de uma legislação uniforme, em relação ao tratamento a ser dispensado aos capitais estrangeiros.

Art. 55. A SUMOC realizará, periodicamente, em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o censo dos capitais estrangeiros aplicados no País.

Art. 56. Os censos deverão realizar-se nas datas dos Recenseamentos Gerais do Brasil, registrando a situação das empresas e capitais estrangeiros, em 31 de dezembro do ano anterior.

Art. 57. Caberá à SUMOC elaborar o plano e os formulários do censo a que se referem os artigos anteriores, de modo a permitir uma análise completa da situação, movimentos e resultados dos capitais estrangeiros.

Parágrafo único. Com base nos censos realizados, a SUMOC elaborará relatório contendo ampla e pormenorizada exposição ao Conselho de Ministros e ao Congresso Nacional.

Art. 58. As infrações à presente lei, ressalvadas as penalidades específicas constantes de seu texto, ficam sujeitas a multas que variarão de 20 (vinte) a 50 (cinquenta) vezes o maior salário-mínimo vigente no País, a serem aplicadas pela Superintendência da Moeda e do Crédito, na forma prescrita em regulamento ou instruções que, a respeito, forem baixadas.

Art. 59. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de setembro de 1962;
141º da Independência e 74º da República.

AURO MOURA ANDRADE

LEIS NS. 4.132 A 4.137

Ainda não foram publicados no *Oficial*.

LEI Nº 4.138 — DE 17 DE SETEMBRO DE 1962

Autoriza o Poder Executivo a assinar os protocolos relativos a aceitação do Acôrdio Geral de Tarifas Aduaneiras de Cooperação Comercial.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a assinar, (VETADO) os protocolos constantes do texto anexo relativos à aceitação de modificação do referido acôrdio, a que o Brasil aderiu em 30 de outubro de 1947 e foi aprovado pela Lei nº 313, de 30 de julho de 1948.

Art. 2º Fica, igualmente, o Poder Executivo autorizado a assinar o acôrdio de constituição da "Organização de Cooperação Comercial", com sede em Genebra, Suíça, conforme texto anexo, e cuja principal missão será administrar o Acôrdio Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 17 de setembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

PROTOCOLO DE EMENDA DA PARTE I E DOS ARTIGOS XXIX E XXX DO ACÔRDO GERAL DAS TARIFAS ADUANEIRAS E COMÉRCIO

Os governos que são partes contratantes do Acôrdio Geral de Tarifas aduaneiras e Comércio (daqui em diante denominadas "as partes contratantes" e "Acôrdio geral"),

DESEJOSOS de emendar o Acôrdo geral, conforme as disposições do Artigo XXXX do dito Acôrdo.

CONVIERAM o que se segue:

1. As disposições dos artigos primeiro, II, XXIX e XXX, dos anexos A, B, C, D, E, F, G e I do Acôrdo geral e das listas que a eles estão anexadas serão emendadas e um novo artigo será inserido, como se segue:

A

O artigo XXIX e a nota relativa a este artigo no anexo I (que tornar-se-á o "anexo H" conforme o parágrafo i) da Seção BB do Protocolo de emenda do Preâmbulo e das Partes II e III do Acôrdo geral de Tarifas aduaneiras e Comércio, (mas será daqui em diante denominado "anexo I") serão suprimidos e o seguinte novo artigo será inserido após a "PARTE I"

"ARTIGO PRIMEIRO

"OBJETIVOS

:1. AS PARTES CONTRATANTES reconhecem que suas relações no domínio comercial e econômico devem ser orientadas no sentido da elevação dos níveis de vida, da realização do pleno emprego e de um nível elevado e sempre crescente da renda real e da procura efetiva, da plena utilização dos recursos mundiais e do aumento da produção e das trocas de produtos, assim como do desenvolvimento progressivo das economias de todas as partes contratantes.

"2. AS PARTES CONTRATANTES desejam contribuir, através do presente Acôrdo, à realização desses objetivos pela conclusão de acôrdos que visem, numa base de reciprocidade e de vantagens mútuas, à redução substancial de tarifas aduaneiras e outros entraves às trocas e à eliminação das discriminações em matéria de comércio internacional.

B

a) Sob reserva das disposições do parágrafo 7 do presente Protocolo, o número do artigo primeiro (que tornar-se-á o artigo II de acôrdo com a presente seção mas será daqui em diante denominado "artigo primeiro") tornar-se-á o número II, do artigo primeiro e em todos os casos em que a ele se faz menção no artigo II (que tornar-se-á o artigo III conforme o parágrafo a) da seção C do presente Protocolo, (mas será daqui em diante denominado "artigo II"), nos artigos XXIX e XXX, nos anexos relativos aos ditos artigos assim como nas listas anexadas ao Acôrdo geral e em todos os casos em que as disposições supracitadas poderão ser emendadas no futuro nas condições que comportarem a inserção da menção de que se trata.

b) O artigo primeiro será emendado como se segue:

i) No parágrafo primeiro, as palavras "a aplicação de taxas internas aos produtos exportados" serão inseridas após as palavras "formalidades referentes às importações ou às exportações".

ii) Na alínea d) do parágrafo 2), as palavras que seguem à palavra "enumerados" serão lidas como: "ao anexo E".

iii) O parágrafo 3 terá o seguinte teor:

"3. As disposições do parágrafo primeiro não se aplicarão às preferências entre os países que anteriormente faziam parte do Império Otomano e que dêle foram desmembrados em 24 de julho de 1923, sob condição de que essas preferências sejam aprovadas nos termos das disposições do parágrafo 5 do artigo XXV".

c) O anexo A será emendado como se segue:

i) A parte da lista dos territórios depois de "Irlanda" terá o seguinte teor:

"Índia
Paquistão

Rodésia do Sul

Birmânia

Ceilão"

ii) Depois da lista de territórios, no terceiro parágrafo, as palavras "da parte I h) do artigo XX", ler-se-ão como se segue: "da alínea h) do artigo XX,".

iii) O último parágrafo será suprimido.

d) No anexo B, a lista de territórios terá o seguinte teor:

"França

África Equatorial Francesa (Bacia convencional do Congo e outros territórios)

África Ocidental Francesa

Camarões sob tutela francesa 1

Costa francesa da Somália e dependências

Estabelecimentos franceses da Oceânia

Estabelecimentos franceses do Condomínio das Novas Hébridas 1

Indochina

Madagascar e Dependências

Marrocos (zona francesa)

Nova Caledônia e Dependências

Saint Pierre et Miquelon

Togo sob tutela francesa 1

Tunísia

"1. Para a importação na Metrópole e nos territórios da União francesa".

União francesa".

e) No anexo C, a lista dos territórios terá o seguinte teor:

"União econômica belgo-luxemburguesa

Congo belga

Países Baixos, Reino dos

Ruanda-Urundi

Nova Guiné

Surinam

Antilhas holandesas

República da Indonésia

f) O anexo E terá o seguinte teor:

"ANEXO E

"LISTAS DOS TERRITÓRIOS AOS QUAIS SE APLICAM OS ACÓRDOS PREFERENCIAIS CONCLUÍDOS ENTRE PAÍSES VIZINHOS MENCIONADOS NA ALÍNEA d) DO PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO PRIMEIRO

"i) Chile, de um lado, e

1. Argentina

2. Bolívia

3. Peru, do outro lado.

ii) Uruguai e Paraguai".

g) O anexo F será suprimido.

h) O anexo G (denominado "anexo G" antes da entrada em vigor da emenda que é o objeto do parágrafo ii) da Seção AA do Protocolo de emenda do Preâmbulo e das Partes II e III do Acordo geral) terá o seguinte teor:

"ANEXO F

"DATAS ESTABELECIDAS PARA A DETERMINAÇÃO DE MARGENS
MAXIMAS DE PREFERÊNCIA MENCIONADAS NO PARÁGRAFO 4 DO
ARTIGO PRIMMEIRO

"Austrália	15	outubro	1946
Canadá	1	julho	1939
França	1	janeiro	1939
Pecesia do Sul	1	maio	1941
União Sui Africana	1	julho	1938"

i) No anexo I, o segundo parágrafo da nota relativa ao parágrafo primeiro do artigo primeiro será suprimido.

C

a) Sob reserva das disposições do parágrafo 7 do presente Protocolo, o número do artigo II tornar-se-á o número III no artigo II e em todos os casos onde disso se faça menção no artigo primeiro, nos artigos XXIX e XXX no anexos relativos aos ditos artigos, assim como nas listas anexadas ao Acôrdo geral e em todos os casos em que as disposições supracitadas poderão ser emendadas no futuro nas condições que comportarem a inserção da menção de que se trata.

b) O artigo II será emendado como se segue:

i) A segunda frase da alínea b) e a frase emendada da alínea c) do parágrafo primeiro terão o seguinte teor:

"Da mesma maneira, êsses produtos não serão submetidos a outros encargos ou encargos de qualquer natureza percebidos na importação ou na ocasião d. importação, compreendidos os encargos de toda natureza que atingem as transferências internacionais de fundos efetuados em consequência de importações, que sejam mais elevadas do que aqueles que eram impostos na data do presente acôrdo, ou do que aqueles que, como consequência direta ou obrigatória da legislação em vigor nesta data no território importador, seriam impostas ulteriormente".

ii) A alínea a) do parágrafo 6 terá o seguinte teor :

"Os direitos e encargos específicos contidos nas listas das partes contratantes membros do Fundo Monetário Internacional e as margens de preferência aplicadas pelas ditas partes contratantes com relação aos direitos e encargos específicos são expressos nas moedas respectivas destas partes contratantes, com base na paridade aceita ou na taxa de câmbio reconhecida pelo Fundo na data do presente Acôrdo. Em consequência, no caso em que a paridade aceita pelo Fundo ou taxa de câmbio reconhecida por êle for reduzida em conformidade com os estatutos do Fundo, de mais de 20%, os direitos ou encargos específicos e as margens de preferência poderão ser ajustadas de maneira a levar em conta esta redução, sob condição de que as Partes Contratantes (isto é as partes contratantes agindo coletivamente nos termos do artigo XXV) estejam de acôrdo em reconhecer que êstes ajustamentos não são suscetíveis de diminuir o valor das concessões contidas na lista correspondente anexada ao presente Acôrdo ou resultante de outras disposições do presente Acôrdo, devidamente levados em conta todos os fatores que poderão influir sobre a necessidade ou a urgência dêsses ajustamentos."

c) No anexo I, as notas relativas ao artigo II serão emendadas como se segue:

i) A nota relativa a alínea a) do parágrafo 2 será suprimida.

ii) A nota relativa ao parágrafo 4 terá o seguinte teor:

"As disposições do parágrafo 4 serão aplicadas tendo em conta o que se segue:

"1. A proteção fornecida através da operação de um monopólio de importação no que concerne aos produtos contidos na lista correspondente será limitada, através:

"a) de um direito máximo de importação que poderá ser aplicada ao produto em causa;

"b) ou de todo qualquer outro arranjo mutuamente satisfatório compatível com as disposições do presente Acôrdo; toda parte contratante que empreenda negociações com vistas a concluir um tal arranjo fornecerá às outras partes contratantes interessadas a possibilidade de entrar em consultas com ela.

"2. O direito de importação mencionado na alínea a) do parágrafo primeiro acima representará a margem pela qual o preço cobrado pelo monopólio de importação para o produto importado (exclusive as taxas internas conforme as disposições do artigo III, do custo do transporte e da distribuição assim como de outras despesas referentes à venda, à compra ou à transformação ulterior e de uma margem de lucro razoável exceder o custo de desembarque). Fica entendido que se poderá ter em conta os preços médios no desembarque e os preços médios de venda calculados com base em períodos recentes. Fica entendido igualmente que quando se tratar de um produto de base ao qual se aplica um sistema de estabilização de preços internos, um ajustamento poderá ser previsto a fim de levar em conta flutuações ou variações importantes dos preços mundiais, sob reserva de que um acôrdo ocorra entre as partes em negociações."

d) Sob reserva das disposições do parágrafo 7 do presente Protocolo, o número do Artigo III (denominado "artigo III" antes da entrada em vigor das emendas que figuram na seção RR do Protocolo de emenda do Preâmbulo e das Partes II e III do Acôrdo geral) tornar-se-á o número IV em todos os casos em que dêle se fizer menção no artigo primeiro ou no artigo II (antes da entrada em vigor da emenda que é o objeto do presente Protocolo), nos anexos relativos aos ditos artigos assim como nas listas anexadas ao Acôrdo geral e em todos os casos em que as disposições supracitadas poderão ser emendadas no futuro nas condições que compor-tarem a isenção da menção de que se trata.

D

a) O artigo XXX terá o seguinte teor:

"1. a) Sob reserva das disposições do parágrafo 3 do presente artigo, as emendas das disposições do presente Acôrdo serão efetuadas em conformidade com as disposições do presente parágrafo.

"b) As emendas das disposições do presente Acôrdo serão submetidas a aceitação das partes contratantes em conformidade com as alíneas c) e d) abaixo, sob condição de que essas emendas sejam aprovadas pelas Partes Contratantes por maioria de dois terços dos sufrágios expressos.

"c) As emendas das disposições da parte I do presente Acôrdo ou do presente artigo entrarão em vigor no trigésimo dia que se seguir àquele em que elas tivessem sido aceitas por todas as partes contratantes.

"d) As outras emendas das disposições do presente Acôrdo entrarão em vigor com respeito às partes contratantes que as tiverem aceito no trigésimo dia que se seguir àquele em que elas tiverem sido aceitas por dois terços das partes contratantes; em seguida elas entrarão em vigor com respeito a qualquer outra parte contratante no trigésimo dia que se seguir àquele em que as emendas tiverem sido aceitas por ela.

"2. a) AS PARTES CONTRATANTES poderão decidir que uma emenda que entrou em virtude da alínea d, do parágrafo primeiro do presente artigo, apresenta um caráter tal que toda parte contratante que não a tiver aceito no prazo fixado pelas Partes Contratantes terá a faculdade de denunciar o presente Acôrdo que poderá, com o seu consentimento, continuar a ser parte contratante.

"b) Toda denúncia do Acôrdo em virtude da alínea a) do presente parágrafo vigorará após expirar o prazo de sessenta dias a contar daquêle em que o Secretário executivo das Partes Contratantes tiver recebido notificação escrita da dita denúncia. Uma parte contratante que nas condições indicadas na alínea a) acima, não tiver aceito a emenda ou não tiver notificado sua denúncia, cessará de ser parte contratante na data

na qual expirar o prazo indicado nesta alínea ou na data na qual expirar o prazo de sessenta dias a contar daquêle em que as Partes Contratantes tiverem decidido a opôr-se, que aquela parte contratante continui a ser parte contratante; só a mais tardia dessas duas datas será tomada em consideração.

"3. Toda emenda nas listas anexadas ao presente Acôrdo que comporte retificações de pura forma ou modificações resultantes de medidas tornadas em virtude do parágrafo 6º do Artigo II, do Artigo XVIII, do Artigo XXIV do Artigo XXVII ou do Artigo XXVIII, entrará em vigor, por declaração das Partes Contratantes, após expirar o prazo de trinta dias a contar da data desta declaração, sob condição de que anteriormente a esta declaração tôdas as partes contratantes tenham recebido notificação da emenda proposta e que, no prazo de trinta dias a contar da data desta notificação nenhuma parte contratante tenha formulado objeções, com base em que a emenda proposta não esteja contida nas disposições do presente parágrafo."

b) No anexo I a seguinte nova nota relativa ao artigo XXX será inserida:

"Ad artigo XXX"

"A aceitação das emendas de conformidade com o presente parágrafo se efetuará seguindo o procedimento que as Partes Contratantes puderem estabelecer."

2. O presente Protocolo será depositado junto ao Secretário executivo das Partes Contratantes do Acôrdo geral; após a entrada em vigor do Acôrdo que institui a Organização de Cooperação comercial, êle será depositado junto ao Diretor-Geral da Organização.

3. O presente Protocolo será aberto à assinatura das partes contratantes do Acôrdo geral até 15 de novembro de 1955; contudo, o período durante o qual as partes contratantes tiverem a faculdade de assinar o presente Protocolo poderá, no caso de qualquer parte contratante, ser prorrogado além desta data por decisão das Partes Contratantes.

4. O Secretário executivo das Partes Contratantes do Acôrdo geral, ou o Diretor-Geral da Organização, conforme o caso, remeterá prontamente a cada parte contratante do Acordo geral cópia autenticada do presente Protocolo, e notificará prontamente cada assinatura a êle aposta a cada parte contratante do Acôrdo geral.

5. A assinatura do presente Protocolo de conformidade com o parágrafo 3 do presente Protocolo será considerada como uma aceitação das emendas que figuram no parágrafo primeiro de conformidade com o artigo XXX do Acôrdo geral.

6. O presente Protocolo será registrado de conformidade com as disposições do artigo 102 da Carta das Nações Unidas.

7. As emendas que figuram no parágrafo primeiro do presente Protocolo entrarão em vigor de conformidade com as disposições do artigo XXX do Acôrdo geral, assim que elas tiverem sido aceitas por todos os governos que forem então partes contratantes; todavia, as emendas que figuram na alínea a) da seção B e nas alíneas a) e d) da seção C não serão aplicadas antes da entrada em vigor da emenda que figura na seção A.

Em fé do que os representantes devidamente autorizados assinaram o Feito em Genebra um só exemplar em línguas francesa e inglesa, os dois textos igualmente autênticos, em dez de março de mil novecentos e cinquenta e cinco.

PROTOCOLO DE EMENDA DO PREÂMBULO E DAS PARTES II E III DO ACÔRDO GERAL DE TARIFAS ADUANEIRAS E COMÉRCIO

Os governos que são partes contratantes do Acôrdo geral de tarifas aduaneiras e comércio (de agora em diante denominadas "as partes contratantes" e "o Acôrdo geral),

DESEJOSOS de emendar o Acôrdo geral, conforme as disposições do artigo XXX do dito Acôrdo,

CONVIERAM o que se segue:

1. As disposições do Preâmbulo, de certos artigos do Acôrdo geral e de certos anexos do mesmo Acôrdo serão emendadas e um novo artigo será inserido no dito Acôrdo, como segue:

A

Sob reserva das disposições da alínea a) do parágrafo 8 do presente Protocolo, os quatro parágrafos do Preâmbulo serão suprimidos.

B

Sob reserva das disposições da alínea a) do parágrafo 8 do presente Protocolo, o parágrafo 10 do artigo III (que, conforme a emenda prevista na seção RR do presente Protocolo, deverá tornar-se o artigo IV, mas será daqui em diante denominado "artigo III") terá seguinte teor:

"10. As disposições do presente artigo não impedirão uma parte contratante de estabelecer ou de manter uma regulamentação quantitativa interna sobre os filmes cinematográficos expostos. Se uma parte contratante estabelece ou mantém uma tal regulamentação, esta deverá tomar a forma de contingentes de telas conforme as seguintes condições:

"a) Os contingentes de tela poderão comportar a obrigação de projectar, por um período determinado de ao menos um ano, filmes de origem nacional durante uma fração mínima do tempo total de projecção efetivamente utilizado para a apresentação comercial de filmes de toda a origem; esses contingentes serão fixados segundo o tempo anual de projecção de cada sala ou segundo seu equivalente.

"b) Não poderá nem de direito, nem de fato, ser operada divisão entre as produções de diversas origens pela parte do tempo de projecção que não foi reservada, em virtude de um contingente de projecção, aos filmes de origem nacional, ou que, tendo sido reservada a estes, teriam-se tornado disponíveis por medida administrativa.

"c) Não obstante as disposições da alínea b) do presente parágrafo, as partes contratantes poderão manter os contingentes de projecção conforme as condições da alínea a) do presente parágrafo e que reservariam uma fração mínima do tempo de projecção aos filmes de uma origem determinada, abstração feita dos filmes nacionais, sob a condição de que esta fração não seja mais elevada que a da data da 10 de abril de 1947.

"d) Os contingentes de projecção serão objetos de negociações tendentes a eliminar-lhes o alcance, a atenuá-los ou a suprimi-los".

C

Sob reserva das disposições da alínea a) do parágrafo 8 do presente Protocolo, o artigo IV (denominado "artigo IV" antes da entrada em vigor da emenda que figura na seção B do presente Protocolo) será suprimido.

D

O parágrafo 6 do artigo VI terá o seguinte teor:

"6. a) Nenhuma parte contratante perceberá direitos "anti-duping" ou direitos de compensação à importação de um produto do território de uma outra parte contratante, a menos que ela determine que os efeitos do dumping ou da subvenção, segundo o caso, é tal que cause ou ameace causar um prejuízo importante a uma produção nacional estabelecida, ou que retarde sensivelmente a criação de um ramo da produção nacional.

"b) AS PARTES CONTRATANTES poderão, por derrogação das prescrições da alínea a) do presente parágrafo, autorizar uma parte contratante a perceber um direito anti-dumping ou um direito compensador à impor-

tação de qualquer produto a fim de compensar um dumping ou uma subvenção que cause ou ameace causar um prejuízo importante a um ramo da produção no território de uma parte contratante que exporta o produto em causa destinado ao território da parte contratante importadora. As PARTES CONTRATANTES, por derrogação das prescrições da alínea a) do presente parágrafo, autorizarão a percepção de um direito compensador nos casos em que elas constatem que uma subvenção cause ou ameace causar um prejuízo importante a uma produção de uma outra parte contratante que exporte o produto em questão para o território da parte importadora.

"c) Contudo, em circunstâncias excepcionais em que qualquer atraso poderia resultar em um prejuízo dificilmente reparável, uma parte contratante, poderá perceber, sem a aprovação prévia das PARTES CONTRATANTES, um direito compensador nos fins previstos na alínea b) do presente parágrafo, sob reserva de que a parte contratante comunique imediatamente esta medida às PARTES CONTRATANTES e que o direito compensador seja suprimido prontamente se as PARTES CONTRATANTES desaprovarem a sua aplicação".

E

O artigo VII será emendado como segue:

i) No parágrafo primeiro, as palavras "logo que possível" serão suprimidas.

ii) A primeira frase da alínea b) do parágrafo 2 terá o seguinte teor:

"O "valor real" deverá ser o preço ao qual, em tempo e lugar determinados pela legislação do país importador, as mercadorias importadas ou as mercadorias similares são vendidas ou oferecidas à venda por ocasião das operações comerciais normais efetuadas nas condições de plena concorrência."

iii) As alíneas a) e b) do parágrafo 4 terão o seguinte teor:

"4. a) Salvo disposições contrárias do presente parágrafo, quando uma parte contratante se encontrar na necessidade, para fins de aplicação do parágrafo 2 do presente artigo, de converter em sua própria moeda um preço expresso em moeda de um outro país, a taxa de conversão a ser adotada deverá se basear, para cada moeda, sobre a paridade estabelecida conforme os estatutos do Fundo Monetário Internacional, sobre a taxa de câmbio reconhecida pelo Fundo ou sobre a paridade estabelecida conforme acordo especial de câmbio concluído em virtude do artigo XV d presente Acôrdo.

"b) Na ausência de uma tal paridade e de uma tal taxa de câmbio reconhecida, a taxa de conversão deverá corresponder efetivamente ao valor corrente desta moeda nas transações comerciais".

F

O artigo VIII será emendado como segue:

i) O título do artigo será o seguinte:

"Emolumentos e formalidades referentes a importação e a exportação."

ii) Os parágrafos primeiro e 2 terão o seguinte teor:

"1. a) Todos os emolumentos e encargos de qualquer natureza que sejam exceto os direitos de importação e de exportação e as taxas mencionadas no artigo III, percebidas pelas partes contratantes na importação ou na exportação ou por ocasião da importação ou da exportação serão limitadas ao custo aproximado dos sriços prestados e não deverão consttuir uma proteção indireta dos produtos nacionais ou das taxas de caráter fiscal sobre a importação ou sobre a exportação.

"b) AS PARTES CONTRATANTES reconhecem a necessidade de restringir o número e a diversidade dos emolumentos e encargos a que se refere a alínea a).

"c) AS PARTES CONTRATANTES reconhecem igualmente a necessidade de reduzir a um mínimo os efeitos e a complexidade das formalidades de importação e de exportação e de reduzir a simplificar as exigências em matéria de documentos requeridos para a importação e a exportação.

"2. Uma parte contratante a pedido de uma outra parte contratante ou das PARTES CONTRATANTES, examinará a aplicação de suas leis e regulamentos, tendo em vista as disposições do presente artigo."

G

O artigo IX será emendado como segue:

i) O seguinte novo parágrafo será inserido após o parágrafo primeiro:

"2. f) AS PARTES CONTRATANTES reconhecem que, no estabelecimento e aplicação das leis e regulamentos relativos às marcas de origem, conviria reduzir a um mínimo as dificuldades e os inconvenientes que tais medidas possam acarretar para o comércio e a produção dos países exportadores, levando devidamente em conta a necessidade de proteger os consumidores contra as indicações fraudulentas ou de natureza a induzir em erro."

ii) Os parágrafos 2, 3, 4 e 5 serão numerados respectivamente 3, 4, 5 e 6.

H

O artigo XI será emendado como segue:

O parágrafo 3 será suprimido.

I

O artigo XII terá o seguinte teor:

ARTIGO XII

"Restrições destinadas a proteger o equilíbrio da balança de pagamentos"

"1. Não obstante as disposições do parágrafo primeiro do artigo XI, toda parte contratante, a fim de salvaguardar sua posição financeira exterior e o equilíbrio de sua balança de pagamentos, pode restringir o volume ou o valor das mercadorias cuja importação ela autoriza, sob reserva das disposições dos parágrafos seguintes do presente artigo:

"2. a) As restrições à importação instituídas, mantidas ou reforçadas por uma parte contratante em virtude do presente artigo, não ultrapassarão o que for necessário:

"i) Para opôr-se à ameaça iminente de uma baixa importante de suas reservas monetárias ou para pôr fim a esta baixa;

"ii) Ou para aumentar suas reservas monetárias segundo uma taxa de crescimento razoável, no caso em que elas sejam muito baixas.

"Serão devidamente levados em conta, nestes dois casos todos os fatores especiais que afetem as reservas monetárias da parte contratante ou suas necessidades de reservas monetárias especialmente se ela dispõe de créditos exteriores especiais ou de outros recursos a necessidade de prever o emprego apropriado destes créditos ou destes recursos.

"b) AS PARTES CONTRATANTES que aplicam restrições em virtude da alínea a) do presente parágrafo as atenuarão progressivamente à medida que a situação prevista na dita alínea melhorar; elas não s manterão senão na medida em que esta situação ainda justificar a sua aplicação. Elas as eliminarão assim que a situação não justificar mais a sua instituição ou manutenção em virtude da dita alínea.

"3. a) Na execução da sua política nacional, as partes contratantes se comprometem a levar devidamente em conta a necessidade de manter ou de restabelecer o equilíbrio de suas balanças de pagamentos sobre uma base sã e durável e a oportunidade de evitar que os seus recursos produtivos se-

jam utilizadas de uma maneira anti-econômica. Elas reconhecem que para alcançar estes objetivos é conveniente a adoção na medida do possível de medidas que visem mais ao desenvolvimento que à contratação das trocas internacionais.

"b) AS PARTES CONTRATANTES que aplicam restrições de conformidade com o presente artigo poderão determinar a incidência destas restrições sobre as importações de diferentes produtos ou de diferentes categorias de produtos de maneira a dar prioridade à importação de produtos que são mais necessários.

"c) AS PARTES CONTRATANTES que alijem restrições de conformidade com o presente artigo se comprometem:

"i) a evitar lesar inutilmente os interesses comerciais ou econômicos de qualquer outra parte contratante;

"ii) a se abster da aplicação de restrições que façam indevidamente obstáculos à importação em quantidades comerciais mínimas de mercadorias, de qualquer natureza que sejam, cuja exclusão entrave as correntes normais de trocas;

"iii) e a se abster da aplicação de restrições que façam obstáculo à importação de amostras comerciais ou à observação de procedimentos relativos às patentes, marcas de fábrica, direitos autorais ou de reprodução ou outros procedimentos análogos.

"d) AS PARTES CONTRATANTES reconhecem que a política seguida no plano nacional por uma parte contratante destinada a realizar e manter o pleno emprego produtivo ou assegurar o desenvolvimento dos recursos econômicos pode provocar nesta parte contratante uma forte procura de importações que comporte, para suas reservas monetárias, uma ameaça do gênero daquelas previstas na alínea a) do parágrafo 2 do presente artigo. Em consequência, uma parte contratante que se conforme, sob qualquer outro aspecto, às disposições do presente artigo não será obrigada a suprimir ou modificar as restrições sob fundamento de que, se uma modificação for introduzida nesta política, as restrições que ela aplique em virtude do presente artigo cessarão de ser necessárias.

"4. a) Qualquer parte contratante que aplique novas restrições ou que eleve o nível geral das restrições existentes reforçando de maneira substancial as medidas aplicadas em virtude do presente artigo deverá, imediatamente após haver instituído ou reforçado estas restrições (ou, no caso em que consultas prévias sejam possíveis na prática, antes de as haver feito), entrar em consulta com as PARTES CONTRATANTES sobre a natureza das dificuldades atinentes às suas balanças de pagamentos, sobre os diversos corretivos que ela tem à sua escolha, assim como sobre a repercussão possível destas restrições sobre a economia de outras partes contratantes.

"b) Numa data a ser fixada, as PARTES CONTRATANTES passarão em revista todas as restrições que, nesta data, ainda se apliquem em virtude do presente artigo. Após expirar o período de um ano a contar da data acima prevista, as partes contratantes que apliquem restrições à importação em virtude do presente artigo entrarão anualmente com as PARTES CONTRATANTES em consultas do tipo previsto na alínea a) do presente parágrafo.

"c) i) Se, no curso das consultas realizadas com uma parte contratante conforme a alínea a) ou a alínea b) acima, as PARTES CONTRATANTES consideram que as restrições não são compatíveis com as disposições do presente artigo ou as do artigo XIII (sob reserva das disposições do artigo XIV), elas indicarão os pontos de divergência e poderão aconselhar que sejam adotadas modificações apropriadas às restrições.

"ii) Contudo se em decorrência dessas consultas as PARTES CONTRATANTES determinam que as restrições são aplicadas de uma maneira que comporte uma séria incompatibilidade com as disposições do presente artigo ou as do artigo XIII (sob reserva das disposições do artigo XIV) e que delas resulte um prejuízo ou uma ameaça de prejuízo para o comércio de uma parte contratante, elas comunicarão a respeito à parte contratante que aplica as restrições e farão recomendações apropriadas a fim de assegurar a observação dentro de um prazo determinado, das disposições em pauta. Se a parte contratante não se conforma com as recomendações no prazo fixado, as PARTES CONTRATANTES poderão dispensar qualquer contratan-

te cujo comércio tiver sido atingido pelas restrições de toda obrigação resultante do presente acôrdo, onde lhes parecer apropriado dispensar, levando em conta as circunstâncias, com relação à parte contratante que aplica as restrições.

"d) As PARTES CONTRATANTES convidarão qualquer parte contratante que aplique restrições em virtude do presente artigo a entrar em consultas com elas a pedido de qualquer parte contratante que possa estabelecer *prima facie* que as restrições são incompatíveis com as disposições do presente artigo ou as do artigo XIII (sob reserva das disposições do artigo XIV) e que seu comércio foi atingido. Contudo, este convite não será feito a não ser que as PARTES CONTRATANTES tenham constatado que as conversações efetuadas diretamente entre as PARTES CONTRATANTES interessadas não chegaram a bom termo. Se nenhum acôrdo fôr obtido em consequência das consultas com as PARTES CONTRATANTES e se as PARTES CONTRATANTES determinam que as restrições são aplicadas de uma maneira incompatível com as disposições acima mencionadas e das quais resulte um prejuízo ou uma ameaça de prejuízo para o comércio da parte contratante que solicitou a consulta, elas recomendarão a retirada ou a modificação das restrições. Se as restrições não forem retiradas ou modificadas no prazo que fôr fixado pelas PARTES CONTRATANTES, estas poderão dispensar a PARTE CONTRATANTE que solicitou a consulta de toda a obrigação resultante do presente acôrdo onde lhes parecer apropriado dispensar, tendo em conta as circunstâncias, com relação à parte contratante que aplica as restrições.

"e) Em todo o procedimento efetuado de conformidade com o presente parágrafo, as PARTES CONTRATANTES levarão devidamente em conta todo o fator externo especial que atinge o comércio de exportação da parte contratante que aplica restrições.

"f) As determinações previstas no presente parágrafo deverão ser fornecidas prontamente e, se possível, no prazo de sessenta dias a contar da-quele em que as consultas tiverem sido iniciadas.

"5. No caso em que a aplicação de restrições à importação em virtude do presente artigo tomar um caráter durável e extenso, o que seria índice de um desequilíbrio geral no sentido de reduzir o volume das trocas internacionais, as PARTES CONTRATANTES iniciarão conversações para examinar se outras medidas poderão ser tomadas, seja pelas partes contratantes cujo balanço de pagamentos tende a ser excepcionalmente favorável, seja ainda por qualquer organização intergovernamental competente, a fim de fazer desaparecer as causas fundamentais dêste desequilíbrio. A convite das PARTES CONTRATANTES, as partes contratantes tomarão a parte nas conversações acima prevista".

J

O artigo XIV será emendado como segue:

i) Sob reserva das disposições da alínea c) do parágrafo 8 do presente protocolo, o parágrafo primeiro terá o seguinte teor:

"1) Uma parte contratante que aplique as restrições em virtude do artigo XII ou da sessão B do artigo XVIII poderá, na aplicação destas restrições dispensar-se das disposições do artigo XIII na medida em que estas dispensas tiverem efeito equivalente ao das restrições aos pagamentos e transferências relativas às transações internacionais correntes que esta parte contratante estiver autorizada a aplicar no mesmo momento em virtude do artigo VIII ou do artigo XIV dos estatutos do Fundo Monetário Internacional, ou em virtude de disposições análogas de um acôrdo especial de câmbio concluído conforme parágrafo 6 do artigo XV."

ii) Os outros parágrafos terão o seguinte teor:

"2. Uma parte contratante que aplique restrições à importação em virtude do artigo XII ou da sessão D do artigo XVIII poderá, com o consentimento das PARTES CONTRATANTES, dispensar-se temporariamente das disposições do artigo XIII por uma parte pouco importante de seu comércio exterior, se as vantagens que a parte contratante ou as partes contratantes

em causa retirem desta derrogação compesam de maneira substancial qualquer prejuízo que possa resultar para o comércio de outras partes contratantes.

"3. As disposições do artigo XIII não impedirão a um grupo de territórios que tenham no Fundo Monetário Internacional uma quota parte comum, de aplicar às importações originárias de outros países, mas não às suas trocas mútuas, restrições compatíveis com as disposições do artigo XII ou da seção D do artigo XVIII, sob condição de que estas restrições sejam sob todos os outros aspectos, compatíveis com as disposições do artigo XIII.

"4. As disposições dos artigos XI a XV ou da sessão B do artigo XVIII do presente acôrdo não impedirão uma parte contratante que aplique restrições à importação compatíveis com as disposições do artigo XII ou da sessão B do artigo XVIII de aplicar medidas destinadas a orientar suas exportações de maneira a lhe assegurar um suplemento de divisas que ela possa utilizar sem dispensar-se das disposições do artigo XIII.

"5. As disposições dos artigos XI a XV ou da sessão B do artigo XVIII do presente Acôrdo não impedirão uma parte contratante de aplicar:

"a) restrições quantitativas que tenham um efeito equivalente ao das restrições de câmbio autorizadas em virtude da alínea b) da sessão 3 do artigo VII dos Estatutos do Fundo Monetário Internacional.

"b) ou restrições quantitativas instituídas conforme os acôrdos preferenciais previstos no anexo A do presente Acôrdo, pendente o resultado das negociações mencionadas neste anexo.

K

O artigo XV será emendado como segue:

As seguintes palavras serão inseridas, na terceira frase do parágrafo 2, imediatamente após as palavras "... na alínea a) do parágrafo 2 do artigo XII":

"Ou no parágrafo 9 do artigo XVIII".

L

O Artigo XVI será emendado como segue:

i) o parágrafo que constitui o artigo atual constituirá o parágrafo primeiro será presedido do substituto:

"Sessão A — Subvenções em Geral".

ii) A seguinte nova sessão será acrescentada:

"Sessão B — Disposições Adicionais Relativas às Subvenções e à Exportação"

"2. As PARTES CONTRATANTES reconhecem que a outorga, por uma parte contratante, de uma subvenção à exportação de um produto pode ter consequências prejudiciais para outras partes contratantes, quer se trate de países importadores ou de países exportadores; que pode provocar perturbações injustificadas nos seus interesses comerciais normais e opor obstáculo à realização dos objetivos do presente Acôrdo.

"3. Em consequência, as partes contratantes deveriam se esforçar no sentido de evitar a concessão de subvenções à exportação de produtos base. Contudo, se uma parte contratante consegue diretamente ou indiretamente, sob uma forma qualquer, uma subvenção que tenha por efeito aumentar a exportação de um produto de base originária de seu território, esta subvenção não será concedida de tal maneira que a mencionada parte contratante detenha então uma parte mais do que razoável do comércio mundial de exportação do mesmo produto, tendo em vista a participação das partes contratantes no comércio deste produto durante um período de referência anterior, assim como todos os fatores especiais que possam ter afetado ou que possam afetar o comércio em questão.

"4. Além disso, a partir de 1º de janeiro de 1958, ou o mais cedo possível depois desta data, as partes contratantes cessarão de conceder direta ou indiretamente qualquer subvenção, de qualquer natureza que ela seja, à exportação de todo produto que não seja produto de base, que tenha por re-

sultado de reduzir o preço de venda na exportação deste produto abaixo do preço comparável cobrado aos consumidores do mercado interno para o produto similar. Até 31 de dezembro de 1957, nenhuma parte contratante estenderá o campo de aplicação de tais subvenções além do nível existente em 1º de janeiro de 1955, instituindo novas subvenções ou estendendo as subvenções existentes.

"5. AS PARTES CONTRATANTES procederão periodicamente a um exame de conjunto da aplicação das disposições do presente artigo a fim de determinar à luz da experiência, se elas contribuem eficazmente para a realização dos objetivos do presente acordo e se elas permitem evitar efetivamente que as subvenções causem um prejuízo sério ao comércio ou aos interesses das partes contratantes."

M

O artigo XVII será emendado como segue:

i) o título do artigo será o seguinte:

"Empreendimentos Comerciais do Estado"

ii) Os seguintes novos parágrafos serão acrescentados:

"3. AS PARTES CONTRATANTES reconhecem que os empreendimentos do gênero daqueles que são definidos na alínea a) do parágrafo primeiro do presente artigo poderão ser utilizados de maneira que dêles resultem sérios entraves ao comércio; nestas condições, é importante, para assegurar o desenvolvimento do comércio internacional, entabular negociações sobre uma base de reciprocidade e de vantagens mútuas, a fim de limitar ou de reduzir esses entraves.

"4. a) AS PARTES CONTRATANTES notificarão às Partes Contratantes os produtos que são importados em seus territórios ou que dêles são exportados por empreendimentos do gênero daqueles que são definidos na alínea a) do parágrafo primeiro do presente artigo.

"b) Qualquer parte contratante que estabelece, mantém ou autoriza um monopólio de importação de um produto sobre o qual não foi outorgada concessão nos termos do artigo 2, deverá, a pedido de uma outra parte contratante que tenha um comércio substancial deste produto, levar ao conhecimento das Partes Contratantes a majoração do preço de importação do dito produto durante um período de referência recente ou, quando isto não for possível o preço cobrado na revenda deste produto.

"c) As Partes Contratantes poderão, a pedido de uma parte contratante que tenha razões para crer que seus interesses no quadro do presente acordo estão sendo atingidos pelas operações de um empreendimento do gênero daqueles que são definidos na alínea a) do parágrafo primeiro, convidar a parte contratante que estabelece, mantém ou autoriza um tal empreendimento a fornecer sobre as operações do mencionado empreendimento as informações referentes à execução do presente acordo.

"d) As disposições do presente parágrafo não obrigarão uma parte contratante a revelar informações confidenciais cuja divulgação oponha obstáculo à aplicação das leis seja contrária ao interesse público ou prejudique os interesses comerciais legítimos de um empreendimento".

N

O artigo XVIII terá o seguinte teor:

"Artigo XVIII"

"Ajuda do Estado em Favor do Desenvolvimento Econômico".

"1) AS PARTES CONTRATANTES reconhecem que a realização dos objetivos do presente Acordo será facilitada pelo desenvolvimento progressivo de suas economias, em particular nos casos das partes contratantes cuja economia não assegurem à população senão um baixo nível de vida e que está nos primeiros estágios de seu desenvolvimento.

"2) AS PARTES CONTRATANTES reconhecem além disso que pode ser necessário para as partes contratantes previstas no parágrafo primeiro, com o objetivo de executar seus programas e suas políticas de desenvolvi-

mento econômico orientados para a elevação do nível geral de vida de suas populações, tomar medidas de proteção ou outras medidas que afetem as importações e que tais medidas são justificadas na medida em que elas facilitem a obtenção dos objetivos deste Acôrdo. Elas estimam, em consequência, que estas partes contratantes deveriam usufruir facilidades adicionais que as possibilitem a) conservar na estrutura de suas tarifas aduaneiras suficientes flexibilidade para que elas possam fornecer a proteção tarifária necessária à criação de um ramo da produção determinado e b) instituir restrições quantitativas destinadas a proteger o equilíbrio de suas balanças de pagamento de uma maneira que leve plenamente em conta o nível elevado e permanente da procura de importação suscetível de ser criada pela realização de seus programas de desenvolvimento econômico.

"3) AS PARTES CONTRATANTES reconhecem finalmente que, com as facilidades adicionais previstas nas seções A e B do presente artigo, as disposições do presente Acôrdo deveriam normalmente permitir às partes contratantes enfrentar às necessidades de seu desenvolvimento econômico. Elas reconhecem, todavia, que pode haver casos em que não seja possível, na prática, instituir a medida compatível com aquelas disposições, que permitem a uma parte contratante em via de desenvolvimento econômico, conceder o auxílio necessário do Estado para favorecer a criação de ramos de produção determinada com o fim de elevar o nível de vida geral de sua população. Normas especiais são previstas para tais casos nas seções C e D do presente artigo.

"4) a) Em consequência, qualquer parte contratante cuja economia não pode assegurar à população senão um baixo nível de vida e que se encontra nos primeiros estágios de seu desenvolvimento, terá a faculdade de dispensar-se, temporariamente, das disposições dos outros artigos do presente Acôrdo, na forma prevista nas seções A, B e C do presente artigo.

b) Qualquer parte contratante cuja economia está em via de desenvolvimento, mas que não se enquadra no plano da alínea a) acima, pode encaminhar pedidos às Partes Contratantes, na forma prevista na seção D do presente artigo.

"5) AS PARTES CONTRATANTES reconhecem que as receitas de exportação das Partes Contratantes cuja economia é do tipo descrito nas alíneas a) e b) do parágrafo 4 acima, e que dependem da exportação de um pequeno número de produtos de base, podem sofrer uma séria baixa em face do enfraquecimento da venda desses produtos. Em consequência quando as exportações dos produtos de base de uma Parte Contratante que se encontra nesta situação são afetadas seriamente por medidas adotadas por uma outra Parte Contratante, a referida Parte Contratante poderá recorrer às disposições do artigo XXI do presente Acôrdo, relativas às consultas.

"6) AS PARTES CONTRATANTES procederão cada ano a um exame de todas as medidas aplicadas em virtude das disposições das seções C e D do presente artigo.

SEÇÃO "A"

"7) a) Se uma Parte Contratante que se enquadra na alínea a) do parágrafo 4 do presente artigo, considera conveniente, para a criação de determinado ramo da produção que tenha em vista a elevação geral do nível de vida de sua população, a modificação ou a retirada de uma concessão tarifária incluída na lista correspondente, anexa ao presente Acôrdo, ela notificará às Partes Contratantes, para esse fim, e entrará em negociações com a Parte Contratante com a qual aquela concessão tenha sido negociada primitivamente e com qualquer outra Parte Contratante cujo interesse substancial nesta concessão tenha sido reconhecido pelas Partes Contratantes. Se houver um acôrdo entre as Partes Contratantes em apreço, a elas será permitido modificar ou retirar as concessões incluídas nas listas correspondentes, anexas ao presente Acôrdo, a fim de dar cumprimento ao aludido acôrdo, inclusive as compensações que ele comportar.

"b) Se, decorrido o prazo de sessenta dias, contado a partir da data da notificação mencionada na alínea a) acima, não se verificar um acôrdo, a Parte Contratante que se propõe a modificar ou a retirar a concessão poderá submeter a questão à apreciação das Partes Contratantes que de-

verão examiná-la prontamente. Se lhes parecer que a Parte Contratante que se propõe a modificar ou a retirar a concessão fez tudo que lhe era possível fazer para chegar a um acôrdo, e que a compensação oferecida é suficiente, a referida Parte Contratante terá a faculdade de modificar ou de retirar a concessão sob a condição de aplicar ao mesmo tempo a compensação. Se parecer às Partes Contratantes que a compensação oferecida por uma Parte Contratante que se propõe a modificar ou a retirar a concessão não é suficiente mas que esta Parte Contratante fez tudo que lhe seria razoavelmente possível fazer para oferecer uma compensação suficiente, a Parte Contratante terá a faculdade de pôr em aplicação a modificação ou a retirada. Se tal medida fôr adotada, qualquer outra Parte Contratante mencionada na alínea a) acima terá a faculdade de modificar ou de retirar concessões substancialmente equivalentes, negociadas primitivamente com a Parte Contratante que adotou a medida em questão.

SEÇÃO "B"

"8) AS PARTES CONTRATANTES reconhecem que as Partes Contratantes enquadradas no plano da alínea a) do parágrafo 4 do presente artigo podem quando se encontram em rápido processo de desenvolvimento experimental, para equilibrar sua balança de pagamentos, dificuldades provenientes, sobretudo, dos esforços que desenvolvem, no sentido de dar expansão aos seus mercados internos, bem como instabilidade nos termos de seu intercâmbio

"9) Tendo em vista salvaguardar a sua situação financeira exterior e assegurar um nível de reservas suficiente para a execução de seu programa de desenvolvimento econômico, uma Parte Contratante que se enquadra no plano da alínea a) do parágrafo 4 do presente artigo pode, sob reserva das disposições dos parágrafos 10 a 12, regulamentar o nível geral de suas importações, limitando o volume ou o valor das mercadorias cuja importação ela autoriza, com a condição de que as restrições à importação instituídas ou mantidas intensificadas não devam ultrapassar do que é necessário:

"a) para se opor à ameaça de uma baixa importante de suas reservas monetárias ou para pôr fim a esta baixa;

"b) ou para aumentar suas reservas monetárias, segundo uma taxa de crescimento razoável, caso elas sejam insuficientes.

Nesses dois casos, serão devidamente considerados todos os fatores especiais que possam afetar as reservas monetárias da Parte Contratante, ou as suas necessidades de reservas monetárias, e, notadamente, assim que disponham de créditos externos especiais ou de outros recursos, a necessidade de prever o emprego adequado dos seus créditos ou dos seus recursos.

"10) Na aplicação destas restrições a Parte Contratante em apêço pode determinar sua incidência sobre as importações dos diferentes produtos ou das várias categorias de produtos, de maneira a dar prioridade à importação dos produtos mais necessários, levando em conta sua política de desenvolvimento econômico; todavia, as restrições deverão ser aplicadas de modo a evitar o prejuízo inútil dos interesses comerciais ou econômicos de qualquer outra Parte Contratante e não causar indevidamente obstáculos à importação de mercadorias em quantidades comerciais mínimas de qualquer natureza que sejam cuja exclusão embaraçaria as correntes normais do intercâmbio; além disso, as referidas restrições não deverão ser aplicadas de modo a criar dificuldades à importação de amostras comerciais ou à observação dos processos relativos à patentes, marcas de fábrica, direitos autorais e de reprodução ou de outros processos análogos.

"11) Na execução de sua política nacional a Parte Contratante em causa levará devidamente em conta a necessidade de restabelecer o equilíbrio de sua balança de pagamentos numa base sadia e durável, e a oportunidade de assegurar a utilização de seus recursos produtivos sobre uma base econômica. Ela atenuará progressivamente, na medida que a situação melhorar, qualquer restrição adotada por força da presente seção, e não a manterá senão na medida necessária, considerando as disposições do parágrafo 9 do presente artigo; tão logo a situação não mais justificar sua

manutenção ela a eliminará, contudo, nenhuma Parte Contratante será obrigada a suprimir ou modificar as restrições, salvo se ocorrer uma mudança em sua política de desenvolvimento, caso em que as restrições que aplica por força da presente seção deixarão de ser necessárias.

"12) a) Qualquer Parte Contratante que aplique novas restrições ou que estabeleça o nível geral das restrições existentes, reforçando de maneira substancial as medidas aplicadas em virtude da presente seção, deverá, imediatamente após haver instituído ou reforçado essas restrições (ou, no caso em que consultas prévias sejam possíveis na prática, antes de as haver feito), consultar as Partes Contratantes sobre a natureza das dificuldades referentes à sua balança de pagamentos, os diversos corretivos entre os quais ela tem preferência, bem como as repercussões possíveis daquelas restrições sobre a economia de outras Partes Contratantes.

"b) Numa data a ser fixada, as Partes Contratantes passarão em revista todas as restrições que naquela data forem ainda aplicadas por força da presente seção. No fim do período de dois anos, a contar da data acima mencionada, as Partes Contratantes que aplicarem restrições em virtude da presente seção, iniciarão, com as Partes Contratantes, em intervalos que serão aproximadamente de dois anos, sem serem inferiores a esta, duração consultas do tipo previsto na alínea a) acima, segundo um programa que será estabelecido anualmente pelas Partes Contratantes; contudo, nenhuma consulta, em virtude da presente alínea, se efetuará menos de dois anos após o término de uma consulta de caráter geral que seria iniciada em virtude de uma outra disposição do presente parágrafo.

"c) i) Se, no decorrer dos entendimentos havidos com uma Parte Contratante, conforme a alínea a) ou alínea b) do presente parágrafo, parecer às Partes Contratantes que as restrições não são compatíveis com as disposições da presente seção ou aquelas do artigo XIII (sob reserva das disposições do artigo XIV), elas indicarão os pontos de divergência e poderão aconselhar no sentido de que modificações apropriadas sejam introduzidas nas restrições.

ii) Contudo, se no decorrer daquelas consultas as Partes Contratantes determinem que as restrições sejam aplicadas de maneira que comporte uma séria incompatibilidade com as disposições da presente seção ou aquelas do artigo XIII (sob reserva das disposições do artigo XIV) e que resulte num prejuízo ou numa ameaça de prejuízo para o comércio de uma Parte Contratante, elas avisarão a Parte Contratante que aplica as restrições e farão recomendações apropriadas, tendo em vista assegurar a observação num prazo determinado das disposições em apreço. Se a Parte Contratante não se conforma com aquelas recomendações no prazo fixado, as Partes Contratantes poderão dispensar qualquer Parte Contratante cujo comércio for prejudicado pelas restrições, de qualquer obrigações resultante do presente Acórdão, no que lhes parecer apropriado dispensar levando em conta as circunstâncias com relação à Parte Contratante que aplica as restrições.

"d) As Partes Contratantes convidarão qualquer Parte Contratante que aplique restrições por força da presente seção, a entrar em consulta com elas, a pedido de qualquer Parte Contratante, que possa estabelecer *prima facie* que as restrições são incompatíveis com as disposições da presente seção ou aquelas do artigo XIII (sob reserva das disposições do artigo XIV), e que seu comércio foi atingido. Todavia, este convite só será encaminhado se as Partes Contratantes constatarem que as conversações mantidas diretamente entre as Partes Contratantes interessadas não chegaram a bom termo. Se nenhum acórdão for realizado em decorrência das consultas com as Partes Contratantes, e se as Partes Contratantes determinam que as restrições são aplicadas de modo incompatível com as disposições supra-mencionadas, resultando num prejuízo ou numa ameaça de prejuízo para o comércio da Parte Contratante que iniciou o procedimento elas recomendarão a supressão ou a modificação das restrições. Se as restrições não são suprimidas ou modificadas no prazo a ser fixado pelas partes Contratantes, estas poderão dispensar a Parte Contratante que iniciou o procedimento de qualquer compromisso resultante do presente Acórdão, no que lhes parecer apropriado dispensar levando em conta as circunstâncias, com relação à Parte Contratante que aplica as restrições.

"e) Se uma Parte Contratante, contra a qual uma medida foi tomada, de conformidade com a última frase da alínea c) ii) ou da alínea d) do presente parágrafo, verificar que a dispensa concedida pelas Partes Contratantes prejudica a execução de seu programa e de sua política de desenvolvimento econômico, lhe será permitido, num prazo de 60 dias, a contar da aplicação desta medida, notificar por escrito ao Secretário executivo das Partes Contratantes, sua intenção de denunciar o presente Acórdão. Esta denúncia entrará em vigor ao expirar um prazo de sessenta dias contado a partir da data em que o Secretário executivo das Partes Contratantes tiver recebido a referida notificação.

"f) Em qualquer procedimento iniciado, de conformidade com o presente parágrafo, as Partes Contratantes levarão devidamente em conta os fatores mencionados no parágrafo 2 do presente artigo. As determinações previstas no presente parágrafo deverão ser apresentadas prontamente e, se possível, num prazo de 60 dias, a contar da data em que as consultas tiverem sido iniciadas.

SEÇÃO "C"

"13) Se uma Parte Contratante enquadrada no plano da alínea a) do parágrafo 4 do presente artigo verifica que um auxílio do Estado é necessário para facilitar a criação de um determinado ramo de produção com o fim de elevar o nível de vida geral da população, sem que seja possível na prática adotar medidas compatíveis com as outras disposições do presente Acórdão para realizar este objetivo, lhe será permitido recorrer às disposições e aos processos da presente seção.

"14) A PARTE CONTRATANTE em apêço notificará as PARTES CONTRATANTES sobre as dificuldades especiais que ela encontra na realização do objetivo definido no parágrafo 13 do presente artigo; ela indicará a medida precisa que afeta as importações que se propõe a promover para remediar tais dificuldades. Ela não adotará esta medida antes do término do prazo fixado no parágrafo 15 ou no parágrafo 17, conforme o caso, ou, se a medida afeta as importações de um produto que se tornou objeto de uma concessão contida na lista correspondente anexa ao presente Acórdão, a não ser que tenha obtido a aprovação das PARTES CONTRATANTES, de conformidade com as disposições do parágrafo 18; todavia, se o ramo de produção que recebe uma ajuda do Estado já entrou em atividade, a Parte Contratante poderá, após ter informado as PARTES CONTRATANTES, tomar as medidas necessárias para evitar que, durante aquele período, as importações do produto ou dos produtos em questão não ultrapassem substancialmente um nível normal.

"15) Se, num prazo de trinta dias contado a partir da notificação da referida medida as PARTES CONTRATANTES não convidarem a Parte Contratante em apêço a entrar em consultas com elas, a Parte Contratante terá a faculdade de dispensar-se das disposições dos outros artigos do presente Acórdão, aplicáveis em espécie, na medida necessária à aplicação da medida projetada.

"16) Se ela é convidada pelas PARTES CONTRATANTES, a Parte Contratante em causa entrará em consulta com elas sobre o objeto da medida projetada, as diversas medidas entre as quais ela tem a escolha no plano do presente Acórdão, bem como as repercussões que a medida projetada poderia ter sobre os interesses comerciais ou econômicos de outras Partes Contratantes. Se, no decorrer dessas consultas as PARTES CONTRATANTES reconhecem que não é possível na prática adotar a medida compatível com as outras disposições do presente Acórdão para realizar o objetivo definido no parágrafo 13 do presente artigo, e, se elas dão sua aprovação a medida projetada, a Parte Contratante em causa será desobrigada dos compromissos que lhe cabem nos termos das disposições dos outros artigos do presente Acórdão aplicáveis em espécie, desde que aquela seja necessária à aplicação da medida.

"17) Se, num prazo de 90 dias a contar daquele da notificação da medida projetada, conforme o parágrafo 14 do presente artigo, as PARTES CON-

TRATANTES não aprovarem a medida em questão, a Parte Contratante em causa poderá adotar a referida medida após ter informado as PARTES CONTRATANTES.

"18) Se a medida projetada afeta um produto que foi o objeto de uma concessão contida na lista correspondente, anexa ao presente Acôrdo, a Parte Contratante em apêgo consultará qualquer outra Parte Contratante com a qual a concessão tiver sido negociada primitivamente bem como com toda outra Parte Contratante cujo interesse substancial na concessão tiver sido reconhecido pelas PARTES CONTRATANTES. Estas darão sua aprovação à medida projetada se reconhecerem a impossibilidade, na prática, de adotar a medida compatível com as outras disposições do presente Acôrdo para realizar o objetivo definido no parágrafo 13 do presente artigo e se elas tiverem a segurança

"a) que um acôrdo foi realizado com as outras Partes Contratantes em questão, em decorrência das consultas acima indicadas,

"b) ou que, se nenhum acôrdo foi realizado no prazo de 60 dias a partir da data em que a notificação prevista no parágrafo 14, tenha sido recebida pelas PARTES CONTRATANTES, a Parte Contratante que recorreu às disposições da presente seção fez tudo que lhe era razoavelmente possível fazer para chegar a um tal acôrdo, e que os interesses das outras Partes Contratantes seriam suficientemente salvaguardados.

"A Parte Contratante que recorreu às disposições da presente seção será isentada das obrigações que lhe tocam nos termos das disposições dos demais artigos do presente Acôrdo aplicáveis na espécie, desde que isto seja necessário para lhe permitir a aplicação da medida.

"19) Se uma medida projetada do tipo definido no parágrafo 13 do presente artigo, se refere a um ramo da produção, cuja criação foi facilitada, no decorrer do período inicial, pela proteção acessória resultante das restrições que impõem a Parte Contratante a fim de proteger o equilíbrio de sua balança de pagamentos a título das disposições do presente Acôrdo, aplicáveis na espécie, a Parte Contratante poderá recorrer às disposições e aos processos da presente seção, com a condição de que ela não aplique a medida projetada sem a aprovação das PARTES CONTRATANTES.

"20) Nenhuma disposição dos parágrafos procedentes da presente seção autorizará a derrogação das disposições dos artigos primeiro, II e XIII do presente Acôrdo. As reservas do parágrafo 10 do presente artigo serão aplicáveis a qualquer restrição dependente da presente seção.

"21) A qualquer momento durante a aplicação de uma medida, em virtude das disposições do parágrafo 15 do presente artigo, qualquer das Partes Contratantes afetada de modo substancial por aquela medida poderá suspender a aplicação no comércio da Parte Contratante que recorreu às disposições da presente seção, de concessões ou de outras obrigações substancialmente equivalentes que resultem do presente Acôrdo, e cujas PARTES CONTRATANTES não desaprovarem a suspensão, com a condição de que um aviso prévio de 60 dias seja dado às PARTES CONTRATANTES, ou no máximo, seis meses depois que a medida tenha sido adotada ou modificada de modo substancial em detrimento da parte contratante afetada. Esta parte contratante deverá se prestar às consultas, de conformidade com as disposições do Artigo XXII do presente Acôrdo.

SEÇÃO "D"

"22) Será permitido a qualquer parte contratante enquadrada no plano da alínea b) do parágrafo 4 do presente artigo e que para favorecer o desenvolvimento de sua economia, deseja instituir uma medida do tipo definido no parágrafo 13 do presente artigo, no que se refere à criação de um determinado ramo de produção determinando encaminhar as PARTES CONTRATANTES um pedido de aprovação de uma tal medida. As PARTES CONTRATANTES entrarão prontamente em consultas com aquela parte contratante, e, formulando sua decisão, se inspirarão nas considerações expostas no parágrafo 16. Se as PARTES CONTRATANTES aprovarem a me...

dida projetada, elas isentarão a parte contratante em causa das obrigações que lhe cabem nos termos das disposições dos outros artigos do presente Acôrdo, aplicáveis em espécie, desde que isto seja necessário para lhe permitir a aplicação da medida; Se a medida projetada afeta um produto que foi o objeto da concessão contida na lista correspondente anexa ao presente Acôrdo, as disposições do parágrafo 18 serão aplicáveis.

"23) Qualquer uma das medidas aplicadas em virtude da presente seção, deverá ser compatível com as disposições do parágrafo 20 do presente artigo.

O

No parágrafo 3, do artigo XIX, as palavras "obrigações e concessões" serão, em cada caso, suprimidas e substituídas pelas palavras "concessões ou outras obrigações".

P

O artigo XX será emendado como segue:

- i) O número I que primeiro precede a alínea a) será suprimido.
- ii) A alínea h) terá o seguinte teor:

"h) tomadas em execução de compromissos contraídos em virtude de um acôrdo intergovernamental sobre um produto de base, em conformidade com os critérios submetidos às PARTES CONTRATANTES e não desaprovados por elas e que é ele próprio submetido às PARTES CONTRATANTES e não é desaprovado por elas".

- iii) A seguinte nova alínea será inserida após a alínea i):

"j) essenciais à aquisição ou a distribuição de produtos dos quais se faz sentir uma penúria geral ou local; todavia, as referidas medidas deverão ser copatíveis com o princípio segundo o qual todas as partes contratantes têm direito a uma parte equitativa do abastecimento internacional desses produtos e as medidas que são incompatíveis com as outras disposições do presente Acôrdo serão suprimidas desde que as circunstâncias que as motivaram tenham deixado de existir. As PARTES CONTRATANTES examinarão, em 30 de junho de 1960, no máximo, se é necessário manter a disposição da presente alínea".

- iv) A parte II será suprimida.

Q

O artigo XXII terá o seguinte teor:

ARTIGO XXII

Consultas

"1. Cada parte contratante examinará com compreensão as representações que lhe sejam encaminhadas por qualquer outra parte contratante e deverá se prestar a consultas a respeito daquelas representações, desde que elas digam respeito a questões relativas à aplicação do presente Acôrdo.

"2. AS PARTES CONTRATANTES poderão, a pedido de uma das partes contratantes, entrar em entendimentos com uma ou várias partes contratantes sobre questões para as quais a solução satisfatória não poderia ser alcançada através das consultas previstas no parágrafo primeiro.

R

As quarta e quinta frases do parágrafo 2 do artigo XXIII (antes da entrada em vigor da emenda a este parágrafo que figura no Protocolo da emenda às disposições orgânicas do Acôrdo geral sobre as Tarifas aduaneiras e o comércio) terão o seguinte teor:

"Se elas consideram que as circunstâncias são suficientemente graves para justificar uma tal medida, poderão autorizar uma ou várias partes

contratantes a suspender, com respeito a tal outra ou tais outras partes contratantes, a aplicação de qualquer concessão ou outra obrigação resultantes do Acôrdo geral cuja a suspensão justificada elas examinarão, levando em conta as circunstâncias. Se uma tal concessão ou outra obrigação, fôr efetivamente suspensa com respeito a uma parte contratante, será permitido a referida parte contratante, no prazo de 60 dias, a contar da data da aplicação desta suspensão, notificar por escrito ao Secretário executivo das PARTES CONTRATANTES, sua intenção de denunciar o Acôrdo geral; esta denúncia se efetuará ao término do prazo de 60 dias, contados a partir da data em que o Secretário executivo das PARTES CONTRATANTES tiver recebido a aludida notificação.

S

O artigo XXIV será emendado como segue:

i) O parágrafo 4 terá o seguinte teor:

"4 As partes contratantes reconhecem que é recomendável aumentar a liberdade do comércio desenvolvendo, através de acordos livremente concluídos, uma integração mais estreita das economias dos países participantes de tais acordos. Reconhecem igualmente que o estabelecimento de uma união aduaneira ou de uma zona de livre comércio deve ter por finalidade facilitar o comércio entre os territórios constitutivos e não opor obstáculos ao comércio de outras partes contratantes com esses territórios".

ii) Na primeira frase da alínea b), do parágrafo 7 a palavra "previstos" será suprimida e substituída pela palavra "compreendidos".

T

No artigo XXV, as alíneas b), c) e d) do parágrafo 5, bem como a littera "a)" da alínea a) serão suprimidas.

U

O artigo XXVI será emendado como segue:

i) O artigo XXVI terá o seguinte teor:

"ARTIGO XXVI"

"Aceitação, entrada em vigor e registro"

"1. O presente Acôrdo terá a data de 30 de outubro de 1947.

"2. O presente Acôrdo será aberto à aceitação de qualquer parte contratante que, em 1º de março de 1955, era parte contratante ou negociava a fira de aderir ao referido Acôrdo.

"3 O presente Acôrdo, estabelecido num exemplar em língua francesa e um exemplar em língua inglesa, os dois textos igualmente autênticos será depositado junto ao Secretário Geral das Nações Unidas, que dêle transmitirá cópia autenticada a todos os governos interessados.

"4. Cada governo que aceite o presente Acôrdo deverá depositar um instrumento de aceitação junto ao Secretário executivo das PARTES CONTRATANTES que informará a todos os governos interessados da data do depósito de cada instrumento de aceitação e da data em que o presente Acôrdo entrará em vigor de conformidade com as disposições do parágrafo 6 do presente artigo.

"5. a) Cada governo que aceita o presente Acôrdo o aceita para seu território metropolitano e para os outros territórios por êle representados no plano internacional, com exceção dos territórios aduaneiros distintos que êle indicará ao Secretário executivo das PARTES CONTRATANTES, no momento de sua própria aceitação.

"b) Qualquer governo que tiver transmitido ao Secretário executivo das PARTES CONTRATANTES uma tal notificação, conforme as exceções previstas na alínea a) do presente parágrafo, poderá, a qualquer momento, notificá-lo de que sua aceitação se aplica doravante a um terri-

tório aduaneiro distinto previamente excluído; esta notificação entrará em vigor no trigesimo dia contado a partir da data em que aquela notificação tiver sido recebida pelo Secretário executivo.

"c) Se um território aduaneiro, para o qual uma parte contratante aceitou o presente Acôrdo goza de uma autonomia completa na conduta de suas relações comerciais externas, e para as outras questões que fazem o objeto do presente Acôrdo, ou se adquire esta autonomia, esse território será considerado parte contratante, apresentada pela parte contratante responsável, que confirmará os fatos acima mencionados através de uma declaração.

"6. O presente Acôrdo entrará em vigor, entre os governos que o tiverem aceito, no trigesimo dia contado a partir da data em que o Secretário executivo das PARTES CONTRATANTES tiver recebido os instrumentos de aceitação dos governos enumerados no anexo H cujos territórios representam 85% do comércio externo global dos territórios dos governos mencionados no referido anexo, calculados segundo a coluna apropriada das percentagens que figuram neste anexo. O instrumento de aceitação de cada um dos outros governos entrará em vigor no trigesimo dia que se seguir a aquêle em que ele tiver sido depositado.

"7. As Nações Unidas estão autorizadas a registrar o presente Acôrdo desde sua entrada em vigor".

ii) Sob reserva das disposições da alínea b) do parágrafo 8º do presente Protocolo, as palavras "anexo H" que figuram no parágrafo 6 do artigo XXVI (tal como resulta da emenda de que trata o parágrafo i) da presente seção) ler-se-ão: "anexo G".

V

A segunda frase do artigo XXVII terá o seguinte teor:

"A parte contratante que tomar uma tal medida está obrigada a notificá-la às PARTES CONTRATANTES e consultará, caso seja convidada, as partes contratantes interessadas de modo substancial no produto em causa".

W

O artigo XXVIII terá o seguinte teor:

"ARTIGO XXVIII

"Modificação das listas

"1 O primeiro dia de cada período trienal, o primeiro período que começa em 1º de janeiro de 1958 (ou o primeiro dia de qualquer outro período que as PARTES CONTRATANTES podem fixar por voto de maioria de dois terços dos sufrágios expressados), qualquer parte contratante (denominada no presente artigo "a parte contratante requerente") poderá modificar ou retirar uma concessão contida na lista correspondente anexa ao presente Acôrdo, após uma negociação e um acôrdo com qualquer parte contratante, com a qual esta concessão tiver sido negociada primitivamente, bem como qualquer outra parte contratante cujo interesse como principal fornecedor fôr reconhecido pelas PARTES CONTRATANTES. Nestas duas categorias de partes contratantes, do mesmo modo que a parte contratante requerente, são denominadas no presente artigo "partes contratantes principalmente interessadas" e sob reserva de que e a tenha consultado qualquer outra parte contratante cujo interesse substancial nesta concessão fôr reconhecido pelas PARTES CONTRATANTES.

"2 No decorrer dessas negociações e neste acôrdo, que poderá admitir compensações sobre outros produtos, as partes contratantes interessadas esforçar-se-ão em manter as concessões outorgadas sobre uma base de reciprocidade e de vantagens mútuas a um nível não menos favorável do que aquêle que resultava do presente Acôrdo, antes das negociações.

"3. a) Se as partes contratantes principalmente interessadas não podem chegar a um acôrdo antes de 1º de janeiro de 1958, ou antes do tér-

mino de qualquer período mencionado no parágrafo primeiro do presente artigo, a parte contratante que se propõe a modificar ou a retirar a concessão terá, contudo, a faculdade de fazê-lo. Se ela adota tal medida, qualquer parte contratante com a qual aquela concessão tenha sido negociada primitivamente, qualquer parte contratante cujo interesse, como principal fornecedor tenha sido reconhecido, de conformidade com o parágrafo primeiro, bem como qualquer parte contratante cujo interesse substancial teria sido reconhecido de acordo com o referido parágrafo, terão a faculdade de retirar, num prazo de 6 meses a contar da aplicação daquela medida, e 30 dias após o recebimento pelas PARTES CONTRATANTES de um aviso prévio por escrito, das concessões substancialmente equivalentes, que tiverem sido negociadas primitivamente com a parte contratante requerente.

"b) Se as partes contratantes principalmente interessadas chegarem a um acordo que não satisfaça a uma outra parte contratante cujo interesse substancial tiver sido reconhecido conforme o parágrafo primeiro, esta última terá a faculdade de retirar, num prazo de 6 meses a contar da aplicação da medida prevista por esse acordo e trinta dias após o recebimento, pelas PARTES CONTRATANTES, de um aviso prévio por escrito, das concessões substancialmente equivalentes que tiverem sido negociadas primitivamente com a parte contratante requerente.

"4. As *Partes Contratantes* podem, a qualquer momento, em circunstâncias especiais, autorizar uma parte contratante a entrar em negociações, a fim de modificar ou retirar uma concessão contida na lista correspondente anexa ao presente Acordo, segundo o procedimento as condições seguintes:

"a) Estas negociações bem como quaisquer consultas sobre o assunto, serão conduzidas de conformidade com o disposto nos parágrafos primeiro e segundo.

b) Se, no decorrer das negociações, ocorrer um acordo entre as partes contratantes principalmente interessadas, as disposições da alínea b) do § 3º serão aplicáveis.

c) Se um acordo entre as partes contratantes principalmente interessadas não ocorrer num prazo de 60 dias a contar da data em que as negociações tenham sido autorizadas, ou em qualquer prazo mais longo que as *Partes Contratantes* possam ter fixado, a parte contratante requerente poderá trazer a questão perante as *Partes Contratantes*.

d) Uma vez a questão apresentada, as *Partes Contratantes* deverão examinar prontamente o assunto e encaminhar o seu parecer às partes contratantes principalmente interessadas, a fim de chegar a um acordo. Se um acordo ocorrer, as disposições da alínea b) do § 3º serão aplicáveis como se as partes contratantes principalmente interessadas tivessem chegado a um acordo. Se nenhum acordo ocorrer entre as partes contratantes principalmente interessadas, a parte contratante requerente terá a faculdade de modificar ou de retirar a concessão, a não ser que as *Partes Contratantes* determinem que a referida parte contratante não fez tudo que lhe era razoavelmente possível fazer para oferecer uma compensação suficiente. Se uma tal medida é adotada, qualquer parte contratante com a qual a concessão tiver sido negociada primitivamente qualquer parte contratante cujo interesse, como principal fornecedor, tiver sido reconhecido conforme a alínea a) do parágrafo 4 e qualquer parte contratante cujo interesse substancial tiver sido reconhecido conforme a alínea a) do parágrafo 4, terão a faculdade de modificar ou de retirar, num prazo de seis meses a contar da aplicação daquela medida e trinta dias após o recebimento pelas PARTES CONTRATANTES de um aviso prévio por escrito, das concessões substancialmente equivalentes que tiverem sido negociadas primitivamente, com a parte contratante requerente.

5. Antes de 1º de janeiro de 1958, e antes do término de qualquer dos períodos mencionados no parágrafo primeiro, será permitida a qualquer parte contratante, mediante notificação encaminhada às *Partes Contratantes*, a reserva do direito, na vigência do próximo período, de modificar a lista correspondente, com a condição de se conformar com os procedimentos definidos nos parágrafos primeiro a 3. Se uma parte contratante

usa dessa faculdade, será permitido a qualquer outra parte contratante modificar ou retirar qualquer concessão negociada primitivamente com a referida parte contratante, sob a condição de conformar aos mesmos procedimentos.

X

i) O seguinte novo artigo será inserido após o artigo XXVIII:

ARTIGO XXVIII BIS

Negociações tarifárias

"1. As partes contratantes reconhecem que os direitos aduaneiros constituem frequentemente sérios obstáculos ao comércio; é este o motivo pelo qual as negociações, que visam, numa base de reciprocidade e de vantagens mútuas à redução substancial de nível geral dos direitos aduaneiros e de outros encargos percebidos na importação e na exportação, em particular, à redução dos direitos elevados que entravam as importações de mercadorias, mesmo em quantidades mínimas, apresentam, tão logo sejam conduzidas, e considerando os objetivos do presente Acôrdo e das diferentes necessidades de cada parte contratante, uma grande importância para a expansão do comércio internacional. Em consequência, as *Partes Contratantes* podem organizar periodicamente tais negociações.

"2. a) As negociações efetuadas conforme o presente artigo podem incidir sobre produtos escolhidos um a um ou se basear em processos multilaterais aceitos pelas partes contratantes em causa. Tais negociações podem ter por objeto a redução de direitos a consolidação dos direitos no nível existente no momento da negociação ou o compromisso de não levar além dos níveis determinados tal ou tal direito, ou os direitos médios que incidem sobre o produto que constituem categorias determinadas. A consolidação dos direitos aduaneiros pouco elevados ou de um regime de livre admissão será reconhecida, em princípio, como uma concessão de um valor igual a uma redução de direitos aduaneiros elevados.

b) As partes contratantes reconhecem que geralmente o sucesso das negociações multilaterais dependeria da participação de cada parte contratante, cujas trocas, com outras partes contratantes, representam uma proporção substancial de seu comércio exterior

"3. As negociações serão conduzidas sobre uma base que permita levar suficientemente em conta:

"a) as necessidades de cada parte contratante e de cada ramo da produção;

b) a necessidade, para os países subdesenvolvidos, de recorrer com mais flexibilidade à proteção tarifária a fim de facilitar seu desenvolvimento econômico e as necessidades especiais para esses países, de manter direitos para fins fiscais;

c) quaisquer outras circunstâncias que possam ocorrer e que sejam dignas de consideração, e tendo em conta as necessidades das partes contratantes em aprêço, no que diz respeito ao sistema fiscal e ao desenvolvimento, bem como suas necessidades estratégicas e outras.

ii) Sob reserva das disposições da alínea a) do parágrafo 8º do presente Protocolo, este artigo tornar-se-á o artigo XXIX.

Y

O artigo XXXI será emendado como segue:

i) Na primeira frase, a expressão "do parágrafo 12 do artigo XVIII, será inserida após as palavras "sem prejuízo das disposições".

ii) Na primeira frase a expressão, "a partir de 1º de janeiro de 1951" será suprimida.

iii) Na segunda frase, a expressão "que poderá ter lugar a partir de 1º de janeiro de 1951" será suprimida.

Z

O artigo XXXV terá o seguinte teor:

ARTIGO XXXV

Não-aplicação de Acôrdo entre as partes contratantes

"1. O presente Acôrdo, ou o artigo II do presente Acôrdo não se aplicará entre uma parte contratante e uma outra parte contratante:

"a) se as duas partes contratantes não entabularem negociações tarifárias entre si;

b) e se uma das duas não consente nesta aplicação, no momento em que uma delas tornar-se parte contratante.

"2. A pedido de uma parte contratante, as *Partes Contratantes* poderão examinar a aplicação do presente artigo em casos particulares e fazer recomendações apropriadas".

AA

O anexo H (que deve tornar-se o anexo G após a entrada em vigor da emenda que é objeto do parágrafo ii) da presente seção, mas será daqui em diante denominada "anexo H" e corrigida como se segue:

i) o anexo H terá o seguinte teor:

Porcentagem do Comércio Exterior Global, que servirá ao cálculo da porcentagem prevista no artigo XXVI — (média do período 1949-1953)

"Se, antes da adesão do Governo do Japão no Acôrdo geral, o presente Acôrdo foi aceito pelas partes contratantes cujo comércio externo indicado na coluna I representa a porcentagem do comércio fixado no parágrafo 6 do artigo XXVI, a coluna I será válida para os efeitos da aplicação do referido parágrafo. Se o presente Acôrdo não foi aceito antes da adesão do Governo do Japão, a coluna II será válida para os efeitos da aplicação do referido parágrafo.

PAÍSES	Coluna I	Coluna II
	(parte contratantes em 1º de março de 1955	(partes contratantes em 1º de março de 1955 e Japão)
Alemanha, República Federal da ..	5,3	5,2
Austrália	3,1	3,0
Austria	0,9	0,8
Bélgica-Luxemburgo	4,3	4,2
Birmania	0,3	0,3
Brasil	2,5	2,4

PAÍSES	Coluna I	Coluna II
	(partes contra- tantes em 1º de março de 1955)	(partes contra- tantes em 1º de março de 1955 e Japão)
Canadá	6,7	6,5
Ceilão	0,5	0,5
Chile	0,6	0,6
Cuba	1,1	1,1
Dinamarca	1,4	1,4
Estados Unidos da América	20,6	20,1
Finlândia	1,0	1,0
França	8,7	8,5
Grécia	0,4	0,4
Haiti	0,1	0,1
Índia	2,4	2,4
Indonésia	1,3	1,3
Itália	2,9	2,8
Nicaragua	0,1	0,1
Noruega	1,1	1,1
Nova Zelândia	1,0	1,0

PAÍSES	Coluna I	Coluna II
	(partes contra- tantes em 1º de março de 1955)	(partes contra- tantes em 1º de março de 1955 e Japão)
Paquistão	0,9	0,8
Países-Baixos, Reino dos	4,7	4,6
Peru	0,4	0,4
República Dominicana	0,1	0,1
Rodésia e Nyassalândia	0,6	0,6
Reino Unido	20,3	19,8
Suécia	2,5	2,4
Tchecoslováquia	1,4	1,4
Turquia	0,6	0,6
União Sul-Africana	1,8	1,8
Uruguai	0,4	0,4
Japão	—	2,3
Total	100,0	100,0

“Nota: — Estas porcentagens foram calculadas levando em conta o comércio de todos os territórios aos quais o Acôrdo geral sôbre as tarifas aduaneiras e o Comércio é aplicado”.

ii) Sob reserva das disposições da alínea b) do parágrafo 3 do presente Protocolo, o anexo 4 tornar-se-á o anexo G.

BB

O anexo I (que deverá tornar-se o anexo H após a entrada em vigor da emenda que é objeto do parágrafo i) da presente seção, mas será daqui em diante denominada "anexo I") e será emendado como segue:

i) Sob reserva das disposições da alínea b) do parágrafo 3 do presente Protocolo, o anexo I tornar-se-á o anexo H.

ii) O título do anexo será o seguinte: "*Notas e Disposições Adicionais*".

CC

No anexo I, as notas relativas ao artigo VI serão emendadas como segue:

i) A nota relativa ao parágrafo primeiro será precedida do número "1".

ii) A nova seguinte nota será inserida após a nota relativa ao parágrafo primeiro:

"2. Reconhece-se que, no caso de importações procedentes de um país cujo comércio é objeto de um monopólio completo ou quase completo e em que todos os preços internos são fixados pelo Estado, a determinação da comparabilidade dos preços para os fins do parágrafo primeiro pode apresentar dificuldades especiais e que, em tais casos, as partes contratantes importadoras podem julgar necessário levar em conta a possibilidade que uma comparação exata com os preços internos do dito país não seja sempre apropriada".

iii) A seguinte nova nota será acrescentada às notas relativas ao artigo VI:

"Parágrafo 6 b)

"Qualquer derrogação nas disposições da alínea b) do parágrafo 6 não será concedida a não ser a pedido da parte contratante que se propõe a receber um direito "antidumping" ou um direito compensador".

DD

No anexo I, as notas relativas ao artigo VII serão emendadas como segue:

i) A nota relativa ao parágrafo primeiro do artigo VII terá o seguinte teor:

"Parágrafo primeiro

"O termo "outros encargos" não será considerado — como compreendendo as taxas internas ou encargos equivalentes percebidos na importação ou na ocisão da importação".

ii) As notas relativas ao parágrafo 2º terão o seguinte teor:

"Parágrafo 2

"1. Presume-se, de acôrdo com o artigo VII, que o "valor real" pode ser representado pelo preço da fatura, ao qual se juntarão todos os elementos correspondentes aos custos legítimos não incluídos no preço da fatura e constituindo efetivamente o elemento do "valor real", bem como qualquer desconto anormal que qualquer outra redução anormal calculada sobre o preço normal de concorrência.

"2. Uma parte contratante conformar-se-á com a alínea b) do parágrafo 2 do artigo VII, interpretando a expressão "para operações comerciais normais nas condições de plena concorrência", como excluindo qualquer transação na qual o comprador e o vendedor não são independentes um do outro e em que o preço não constitui a única consideração.

"3. A regra das "condições de plena concorrência" permite a uma parte contratante de não levar em consideração os preços de venda que comportam descontos especiais que não são admitidos senão aos representantes exclusivos.

"4. O texto das alíneas a) e b) permite às partes contratantes determinar o valor aduaneiro de maneira uniforme seja 1) sobre a base dos preços fixados por um exportador particular para a mercadoria importada, seja 2) sobre a base do nível geral dos preços para os produtos similares".

EE

No anexo I, as notas relativas ao artigo VIII terão o seguinte teor:

"1. Se bem que o artigo VIII não vise o recurso às taxas de câmbio múltiplas como tais, os parágrafos primeiro e quarto condenam o recurso às taxas ou emolumentos sobre as operações de câmbio como meio prático de aplicar um sistema de taxas de câmbio múltiplos; contudo, se uma parte contratante recorre a emolumentos múltiplos em matéria de câmbio com a aprovação do Fundo Monetário Internacional para salvaguardar o equilíbrio de sua balança de pagamentos, as disposições da alínea a) do parágrafo 9 do artigo XV salvaguardam plenamente sua posição.

"2. Seria conforme as disposições do parágrafo primeiro que, quando da importação dos produtos procedentes do território de uma parte contratante sobre o território de uma outra parte contratante, a apresentação dos certificados de origem não fôsse exigida senão na medida estritamente indispensável".

FF

No anexo I, a seguinte nova nota será inserida antes das palavras "Ad artigo XI":

"Ad artigos XI, XII, XIII e XIV"

"Nos artigos XI, XII, XIII e XIV as expressões "restrições à importação ou "restrições a exportação" visam igualmente às restrições aplicadas por meio de transações efetuadas em decorrência do comércio do Estado".

GG

No anexo I, as notas relativas ao artigo XII terão o seguinte teor:

"As Partes Contratantes tomarão todas disposições úteis para que o segredo mais estrito seja observado na conduta de quaisquer consultas aprovadas conforme as disposições deste artigo.

"Parágrafo 3 c) i

"As partes contratantes que aplicam as restrições deverão se esforçar em evitar causar sério prejuízo aos exportadores de um produto de base do qual a economia de uma outra parte contratante depende em grande parte.

"Parágrafo 4 b)

"Entende-se que esta data fixar-se-á num prazo de 90 dias a contar daquela de entrada em vigor das emendas a artigo que figuram no Protocolo, de emenda do Preâmbulo e das Partes II e III do presente Acôrdo. Contudo, se as Partes Contratantes estimam que as circunstâncias não se prestam à aplicação das disposições dessa alínea no momento que havia sido considerado, elas poderão fixar uma data ulterior; todavia, esta nova data deverá se situar num prazo de trinta dias a contar daquela em que as obrigações das secções 2, 3 e 4 do artigo VIII dos Estatutos do Fundo Monetário Internacional tornem-se aplicáveis às partes contratantes membros do Fundo, cujas percentagens combinadas do comércio exterior representam 50 % pelo menos do comércio exterior total do conjunto das partes contratantes.

"Parágrafo 4 e)

"Entende-se que a alínea e) do parágrafo 4 não introduz nenhum critério novo para a instituição ou a manutenção das restrições quantitativas destinadas a proteger o equilíbrio da balança de pagamentos.

Seu único objetivo é assegurar que seja plenamente levado em conta todos fatores externos, tais como as variações nos termos de intercâmbio, as restrições quantitativas, os direitos excessivos e as subvenções que podem contribuir ao desequilíbrio da balança de pagamentos da parte contratante que aplica as restrições"

HH

Sob reserva das disposições da alínea c) do parágrafo 8º do presente Protocolo, no anexo I, as notas relativas ao artigo XIV serão emendadas como segue:

A nota relativa na alínea g) do parágrafo primeiro será suprimida e substituída pela seguinte nota:

"Parágrafo primeiro

"As disposições do presente parágrafo não serão interpretadas no sentido de impedir as Partes Contratantes, no decorrer das consultas previstas no parágrafo 4 do artigo XII e no parágrafo 12 do artigo XVIII, de levar plenamente em conta a natureza, as repercussões e os motivos de qualquer discriminação em matéria de restrições à importação".

II

No anexo I, as seguintes novas notas serão introduzidas após a nota relativa ao artigo XV:

"Ad artigo XVI

"A isenção em favor de um produto exportado, dos direitos ou taxas que atingem o produto similar quando este é destinado ao consumo interno, ou a emissão desses direitos ou taxas em quantidade que não excedam aqueles que eram devidos, não serão considerados como uma subvenção.

"Seção B

"1. Nenhuma disposição da seção B impedirá uma parte contratante de aplicar taxas de câmbio múltiplas de conformidade com os estatutos do Fundo Monetário Internacional.

"2. Para os fins de aplicação da seção B, a expressão "produtos de base" se entende como qualquer produto da agricultura, das florestas ou de pesca ou como qualquer maneira esteja este produto seja sob sua forma natural ou tenha sofrido a transformação que se exige comumente na venda em quantidades importantes no mercado internacional.

"Parágrafo 3.

"1. O fato de que uma parte contratante não era exportadora do produto em questão durante o período de referência anterior não impedirá que essa parte contratante estabeleça seu direito de obter uma parte no comércio deste produto.

"2. Um sistema destinado a estabilizar, seja o preço interno de um produto de base, seja a receita bruta dos produtores nacionais deste produto, independentemente dos movimentos dos preços de exportação, que tem, por vezes, como resultado, a venda desses produtos de exportação a um preço inferior ao preço comparável pedido aos compradores do mercado interno para o produto similar, não será considerado como uma forma de subvenção à exportação no sentido do parágrafo 3, se as Partes Contratantes estabelecem:

"a) que esse sistema teve igualmente por resultado, ou é concebido de maneira a ter por resultado, a venda desse produto de exportação a um preço superior ao preço comparável pedido aos compradores do mercado interno para o produto similar;

"b) e que esse sistema, por força da regulamentação efetiva da produção ou por qualquer outra razão, é aplicado ou concebido de tal ma-

neira que não estimule indevidamente as exportações ou que não ocasione nenhum outro prejuízo sério para os interesses de outras partes contratantes.

"Não obstante a determinação das Partes Contratantes na matéria, as medidas tomadas em execução de um tal sistema serão submetidas às disposições do parágrafo 3, assim que o seu financiamento esteja assegurado na totalidade ou em parte, por contribuições das coletividades públicas além das contribuições dos produtores a título do produto em causa.

"Parágrafo 4.

"O objeto do parágrafo 4 é de levar as partes contratantes a se esforçarem, antes do fim de 1957, a chegar a um acordo para abolir em 1º de janeiro, de 1958, todas as subvenções ainda existentes, ou, na falta de um tal acordo, a chegar a um acordo para prorrogar o *statu-quo* até a data ulterior mais próxima àquela que elas pensam chegar a um tal acordo".

J J

O anexo I, as seguintes novas notas serão acrescentadas às notas relativas ao artigo XVII:

"Parágrafo 3.

"As negociações que as partes contratantes aceitam conduzir, de acordo com este parágrafo, podem ter por objeto a redução de direitos e de outros encargos a importação ou exportação ou sobre a conclusão de qualquer outro acordo mutuamente satisfatório seja compatível com as disposições do presente Acordo. (Ver parágrafo 4 do artigo II e a nota relativa a este parágrafo).

Parágrafo 4 b)

"Na alínea b) do parágrafo 4, a expressão "majoração do preço de importação" designa a margem pela qual o preço cobrado pelo monopólio de importação para o produto importado (exclusive as taxas internas previstas no artigo III, do custo de Transporte e de distribuição, assim como outras despesas referentes à venda, à compra ou a qualquer transformação suplementar e uma margem razoável de lucro) excede o custo de desembarque".

K K

No anexo J, as notas relativas ao artigo XVIII terão o seguinte teor:

"Ad artigo XVIII

"As Partes Contratantes e as partes contratantes em causa observarão o mais estrito segredo sobre todas as questões que se apresentarão no título deste artigo.

"Parágrafo primeiro e 4

"1. Quando as Partes Contratantes examinarem a questão de saber se a economia de uma parte contratante "não pode assegurar à população senão um fraco nível de vida", elas tomarão em consideração a situação normal desta economia e não estabelecerão sua determinação sobre as circunstâncias excepcionais tais como aquelas que possam resultar da existência temporária de condições excepcionalmente favoráveis para o comércio de exportação do produto ou dos produtos principais da parte contratante.

"2. A expressão "nos primeiros estágios de seu desenvolvimento" não se aplica somente às partes contratantes cujo desenvolvimento econômico está começando mas também, àquelas cujas economias estão em vias de industrialização a fim de reduzir um estado de dependência excessiva com relação à produção dos produtos de base.

Parágrafos 2, 3, 7, 13 e 22

"A menção da criação de ramos de produção determinados, não visa somente a criação de um novo ramo de produção, mas também, a criação de uma nova atividade no quadro de um ramo de produção existente, a transformação substancial de um ramo de produção existente e o desenvolvimento substancial de um ramo de produção existente que não satisfaz a demanda interna a não ser em uma proporção relativamente fraca. Ela visa igualmente a reconstrução de um ramo de produção destruído ou substancialmente danificado como conseqüências de hostilidades ou de catástrofes devidas às causas naturais.

"Parágrafo 7 b)

"Toda modificação ou retirada efetuadas, em virtude da alínea b) do parágrafo 7, por uma parte contratante, diversa da parte contratante requerente prevista na alínea a) do parágrafo 7, deverá intervir em um prazo de seis meses a contar do dia em que a medida havia sido instituída pela parte contratante requerente; esta modificação ou esta retirada entrarão em vigor ao expirar um prazo de trinta dias a contar daquele em que eles tiverem sido notificados às Partes Contratantes.

"Parágrafo 11

"A segunda frase do parágrafo 11 não será interpretada como obrigando uma parte contratante a atenuar ou suprimir as restrições se esta atenuação ou esta supressão devessem criar imediatamente uma situação que justificaria o reforçamento ou o estabelecimento, segundo o caso, de restrições de conformidade com o parágrafo 9 do artigo XVIII.

"Parágrafo 12 b)

"A data prevista na alínea b) do parágrafo 12 será aquela que as Partes Contratantes fixarão de conformidade com as disposições da alínea b) do parágrafo 4 do artigo XII do presente Acórdão.

"Parágrafos 13 e 14

"Reconhece-se que antes de decidir instituir uma medida e de a notificar às Partes Contratantes, de conformidade com os dispositivos do parágrafo 14, uma parte contratante pode ter necessidade de um prazo razoável para determinar a situação do ponto de vista da concorrência, do ramo de produção em causa.

"Parágrafos 15 e 16

"Entende-se que as Partes Contratantes deverão convidar uma parte contratante que se propõe a aplicar uma medida em virtude da seção C, a entrar em consultas com elas, de conformidade com os dispositivos do parágrafo 16, se a solicitação lhes tiver sido feita por uma parte contratante cujo comércio será afetado de maneira apreciável pela medida em questão.

"Parágrafos 16, 18, 19 e 22

"1. Estende-se que as Partes Contratantes poderão dar sua aprovação a uma medida projetada sob reserva das condições ou das limitações que elas indicam. Se a medida tal qual é aplicada, não estiver conforme com as condições desta aprovação, ela será reputada, para as necessidades em causa, como não tendo sido objeto de aprovação das Partes Contratantes. Se, quando as Partes Contratantes derem sua aprovação a uma medida para um período determinado, a parte contratante em causa, constatar que a manutenção desta medida durante um novo período for necessária para realizar o objetivo em vista do qual a medida tiver sido instituída inicialmente, ela poderá solicitar às Partes Contratantes uma prorrogação do dito período, de conformidade com os dispositivos e os processos da Seção C ou D, segundo o caso.

"2. Espera-se que as Partes Contratantes se absterão, em regra geral, de dar sua aprovação a uma medida que será suscetível de causar um

prejuízo sério às exportações de um produto de que a economia de uma parte contratante dependa substancialmente.

“Parágrafos 18 e 22

“1. inserção dos nomes“... e que os interesses das outras partes contratantes sejam suficientemente salvaguardados” tem por finalidade dar uma latitude suficiente para examinar quel é, em cada caso o método mais apropriado para salvaguardar esses interesses. Este método pode, por exemplo, tomar a forma seja da outorga de uma concessão adicional pela parte contratante que recorreu aos dispositivos da Seção C ou da seção D enquanto o período ou a derrogação dos dispositivos dos outros artigos do Acôrdo permanecer em vigor, seja da suspensão temporária, por qualquer outra parte contratante prevista no parágrafo 18, de uma concessão substancialmente equivalente ao prejuízo causado pela instituição da medida em questão. Esta parte contratante terá o direito de salvaguardar seus interesses pela suspensão temporária de uma concessão; entretanto, este direito não será exercido quando, no caso de uma medida aplicada por uma parte contratante que entre no quadro da alínea a) do parágrafo 4, as Partes Contratantes, tiverem determinado que a compensação oferecida é suficiente.

“Parágrafo 19

“As disposições do parágrafo 19 se aplicam aos casos nos quais um ramo de produção continuou a existir além do “prazo razoável” mencionado na nota relativa aos parágrafos 13 e 14; estas disposições não devem ser interpretadas como privando uma parte contratante que entre no quadro da alínea a) do parágrafo 4º do artigo XVIII, do direito de recorrer às outras disposições de seção C, compreendidas aquelas do parágrafo 17, no que concerne um ramo de produção recentemente criado, mesmo se este tiver sido beneficiado por uma proteção acessória originária das restrições à importação destinadas a proteger o equilíbrio da balança de pagamentos.

“Parágrafo 21

“Toda medida tomada em virtude das disposições do parágrafo 21 será relatada imediatamente se a medida tomada de conformidade com as disposições o parágrafo 17, é ela mesma relatada, ou se as Partes Contratantes dão sua aprovação à medida projetada após expirar o prazo de noventa dias previsto no parágrafo 17”.

LL

No anexo I, a seguinte nova nota será inserida após as notas relativas ao artigo XVIII:

“Ad artigo XX

“Alínea h)

“A exceção prevista nesta alínea se estende a todo acôrdo sobre um produto de base que esteja conforme com os princípios aprovados pelo Conselho Econômico e Social na sua resolução nº 30 (IV) de 28 de março de 1947”.

MM

No anexo I, a nota relativa ao artigo XXVI será suprimida.

NN

No anexo I, as seguintes novas notas serão inseridas depois da nota relativa ao artigo XX:

Ad artigo XXVIII

“As Partes Contratantes e qualquer parte contratante interessada deverão tomar as disposições necessárias para que o segredo mais estrito seja observado na conduta das negociações e das consultas, a fim de evitar

que as informações relativas às modificações tarifárias previstas, sejam divulgadas prematuramente. As Partes Contratantes deverão ser informadas imediatamente de qualquer modificação que seja introduzida na tarifa de uma parte contratante como consequência do recurso aos processos do presente artigo.

"Parágrafo primeiro

"1. Se as Partes Contratantes fixarem um outro período que não o de três anos, qualquer parte contratante poderá se prevalecer das disposições do parágrafo primeiro ou do parágrafo 3 do artigo XXVIII a contar do dia que se seguir àquele em que este outro período expirar e, a menos que as Partes Contratantes tenham fixado novamente um outro período, os períodos posteriores a qualquer outro período assim fixado serão períodos de três anos.

"2. A disposição segundo a qual em 1º de janeiro de 1958 e a contar das outras datas determinadas de conformidade com o parágrafo primeiro, uma parte contratante "poderá modificar ou retirar uma concessão" deve ser interpretada como significando que nesta data e a contar do dia que se seguir o fim de cada período, a obrigação jurídica que lhe é imposta pelo artigo II será modificada; esta disposição não significa que as modificações introduzidas nas tarifas aduaneiras devam necessariamente entrar em vigor na data em questão. Se a aplicação da modificação da tarifa resultante de negociações efetuadas no título do artigo XXVIII for retardada, a aplicação das compensações poderá ser igualmente retardada.

"3. No máximo seis meses, no mínimo três meses antes de 1º de janeiro de 1958, ou antes da data na qual um período de consolidação posterior a esta data expirar, uma parte contratante que se proponha a modificar ou a retirar uma concessão contida na lista correspondente deverá notificar sua intenção às Partes Contratantes. As Partes Contratantes determinarão então qual é a parte contratante ou as partes contratantes que participarão das negociações ou das consultas previstas no parágrafo primeiro. Toda parte contratante assim determinada participará destas negociações ou consultas com a parte contratante requerente, com vistas a chegar a um acordo antes do fim do período de consolidação. Qualquer prorrogação ulterior do período de consolidação assegurada das listas, visará as listas tais como tiverem sido modificadas decorrentes destas negociações, de conformidade com os parágrafos primeiro, 2 e 3 do artigo XXVIII. Se as Partes Contratantes tomarem as disposições para que as negociações tarifárias multilaterais tenham lugar no curso dos seis meses precedentes a 1º de janeiro de 1958 ou precedentes qualquer outra data fixada de conformidade com o parágrafo primeiro, deverão prever nestas disposições um regulamento apropriado de negociações previstas no presente parágrafo.

"4. O objeto das disposições que prevêem a participação nas negociações não somente de qualquer parte contratante com a qual a concessão tiver sido negociada primitivamente, mas também de qualquer parte contratante interessada, na qualidade de principal fornecedor, é de assegurar que uma parte contratante que tiver uma participação, no comércio do produto que foi objeto da concessão, maior do que aquela da parte contratante com a qual a concessão tiver sido primitivamente negociada, tenha a possibilidade efetiva de proteger o direito contratual de que ela se beneficie em virtude do Acordo geral. De outro lado, não se trata de estender o alcance das negociações de modo a tornar inevitavelmente difíceis as negociações e o acordo previstos pelo artigo XXVIII, nem de criar complicações na aplicação futura deste artigo às concessões resultantes de negociações efetuadas de conformidade com o dito artigo. Em consequência, as Partes Contratantes não deveriam reconhecer o interesse de uma parte contratante como principal fornecedor, senão quando essa parte contratante tenha tido, durante um período razoável anterior à negociação, uma participação maior do mercado da parte contratante requerente, do que aquela da parte contratante com a qual a concessão tiver sido negociada primitivamente ou se, na opinião das Partes Contratantes, elas teriam tido uma tal participação na ausência de res-

trições quantitativas de caráter discriminatório aplicadas pela parte contratante requerente. Não seria, pois, apropriado, que as Partes Contratantes reconhecessem a mais de uma parte contratante e, em casos excepcionais em que há quase igualdade, a mais de duas partes contratantes, um interesse de principal fornecedor.

"5. Não obstante, a definição do interesse do principal fornecedor dado na nota 4 relativa ao parágrafo primeiro, as Partes Contratantes podem excepcionalmente determinar que uma parte contratante tenha um interesse como principal fornecedor, se a concessão em causa afete as trocas que representam uma parte importante das exportações totais desta parte contratante.

"6. As disposições que prevêem a participação nas negociações de qualquer parte contratante tendo um interesse como principal fornecedor e, a consulta de qualquer parte contratante, tendo um interesse substancial na concessão que a parte contratante requerente se propõe a modificar ou retirar, não deveriam ter por efeito obrigar esta parte contratante a outorgar uma compensação que seria mais forte, ou suportar as medidas de retorção que seriam mais rigorosas que a retirada ou a modificação projetadas, visto as condições de comércio no momento em que são projetadas a retirada ou a modificação e, tendo em conta as restrições quantitativas de caráter discriminatório mantidas pela parte contratante requerente.

"7. A expressão "interesse substancial" não é suscetível de definição precisa; em consequência, ela poderá suscitar dificuldades às Partes Contratantes. Deve, entretanto, ser interpretada de maneira a visar exclusivamente as partes contratantes que detenham, ou que, na ausência de restrições quantitativas de caráter discriminatório, afetando suas exportações, deteriam provavelmente uma parte apreciável do mercado da parte contratante que se propõe a modificar ou retirar a concessão.

"Parágrafo 4.

"1. Todo pedido de autorização para encetar negociações será acompanhado de todas as estatísticas e outros dados necessários. Decidir-se-á sobre este pedido nos trinta dias que se seguirem ao depósito.

"2. Reconhece-se que, se se permitisse a certas partes contratantes que dependem em grande medida, de um número relativamente pequeno de produtos de base e que contem sobre o papel importante da tarifa aduaneira para fomentar a diversificação de sua economia, ou para obter receitas fiscais, negociar normalmente em vista da modificação ou da retirada de concessões no título do parágrafo primeiro do artigo XXVIII somente, poder-se-ia incitá-las assim a proceder a modificações ou a retiradas que a longo prazo se revelariam inúteis. Para evitar uma tal situação, as Partes Contratantes autorizarão estas partes contratantes, de conformidade com o parágrafo 4 do artigo XXVIII, a entrar em negociações, salvo se elas estimarem que estas negociações possam conduzir a uma elevação dos níveis tarifários ou contribuir de maneira substancial a uma tal elevação que compromettesse a estabilidade das listas anexas ao presente Acordo ou que transformassem indevidamente as trocas internacionais.

"3. Prevê-se que as negociações, autorizadas de conformidade com o parágrafo 4, em vista da modificação ou da retirada de uma só posição ou de um muito pequeno grupo de posições, poderiam normalmente ser conduzidas com sucesso nos sessenta dias. Entretanto, reconhece-se que o prazo de sessenta dias, será insuficiente se se tratar de negociar a modificação ou a retirada de um maior número de posições; neste caso, as Partes Contratantes deverão fixar um prazo maior.

"4. A determinação das Partes Contratantes prevista na alínea d) do parágrafo 4º do artigo XXVIII, deverá ser feita nos trinta dias que se seguirem àquele em que a questão lhes tiver sido submetida, a menos que a parte contratante requerente aceite um prazo maior.

"5. Determinando-se, de conformidade com a alínea d) do parágrafo 4º, que uma parte contratante requerente não tenha feito tudo o que lhe era razoavelmente possível de fazer para oferecer uma compensação suficiente, as Partes Contratantes levarão devidamente em conta a situação especial de uma parte contratante, que tenha consolidado uma grande pro-

porção de seus direitos aduaneiros a níveis muito baixos e que, desta maneira, não tenha possibilidades tão grandes quanto as outras partes contratantes para oferecer as compensações".

OO

No anexo I, a seguinte nova nota será inserida após as notas relativas ao artigo XXVIII:

i) a nota terá o seguinte teor:

"Ad artigo XXVIII bis

"Parágrafo 2

Entende-se que a referência às necessidades fiscais incluem o aspecto fiscal dos direitos aduaneiros, e particularmente, dos direitos impostos principalmente com finalidades fiscais, ou dos direitos impostos sobre produtos que podem substituir os produtos sujeitos a direitos fiscais com a finalidade de assegurar a percepção de tais direitos.

ii) Sob reserva das disposições da alínea a) do parágrafo 8 do presente Protocolo, o título da nota será o seguinte:

"Ad artigo XXIX"

PP

A nota final do anexo I será suprimida.

QQ

Sob reserva das disposições da alínea c) do parágrafo 8º do presente Protocolo, o anexo J assim como a nota que a ele se relaciona serão suprimidos.

RR

Sob reserva das disposições da alínea a) do parágrafo 8 do presente Protocolo, os números dos artigos primeiro, II e III tornar-se-ão respectivamente os números II, III e IV em todos os casos em que se faz menção destes artigos nas disposições do Acôrdo geral exclusive no artigo primeiro (que, de conformidade com o Protocolo de emendas da Parte I e dos artigos XXIX e XXX do Acôrdo Geral sobre as Tarifas aduaneiras e de Comércio tornar-se-á o artigo II, mas denomina-se "artigo primeiro" no presente Protocolo) no artigo II (que, de conformidade com o Protocolo de emendas da Parte I e dos artigos XXIX e XXX do Acôrdo geral sobre Tarifas aduaneiras e de Comércio, tornar-se-á o artigo III, mas denomina-se "artigo II" no presente Protocolo), no artigo XXIX e no artigo XXX, exclusive nos anexos relativos a estes artigos, e nas listas anexas ao Acôrdo geral, e em todos os casos em que os dispositivos supramencionados possam ser emendados daqui em diante nas condições que comportarem a menção dos ditos artigos.

SS

Os parágrafos 2, 3, 4, 5 e 6 do artigo XXVI tornar-se-ão respectivamente os parágrafos 3, 4, 5, 6 e 7 em todos os casos em que se faz menção de um destes parágrafos nas disposições do Acôrdo geral exclusive nos artigos primeiro, II, XXIX e XXX, nos anexos relativos a estes artigos e nas listas anexas ao Acôrdo geral, e em todos os casos em que as disposições supramencionadas possam ser emendadas daqui em diante nas condições que comportarem a menção de um destes parágrafos.

2. O presente Protocolo será depositado perante o Secretário executivo das PARTES CONTRATANTES ao Acôrdo geral; após a entrada em vigor do Acôrdo que institui a Organização de Cooperação Comercial, será depositado junto ao diretor geral da Organização.

3. O presente Protocolo será aberto à assinatura das partes contratantes do Acôrdo geral até 15 de novembro de 1955; todavia, o período durante o qual as partes contratantes terão a faculdade de assinar o presente Protocolo poderá, no caso de qualquer parte contratante, ser prorrogado além desta data por decisão das PARTES CONTRATANTES.

4. O Secretário executivo das PARTES CONTRATANTES ao Acôrdo geral, ou o Diretor geral da Organização, segundo o caso, remeterá prontamente a cada parte contratante ao Acôrdo geral cópia certificada de conformidade com o presente Protocolo; notificará prontamente cada assinatura que fôr fixada.

5. A assinatura do presente Protocolo, de conformidade com o parágrafo 3 do presente Protocolo, será considerada como constituindo uma aceitação da emenda que figura no parágrafo primeiro, de conformidade com o artigo XXX do Acôrdo geral.

6. Salvo indicação contrária no momento da assinatura, a assinatura do presente Protocolo por uma parte contratante levará aceitação dos protocolos de retificação ou de modificação do Acôrdo geral estabelecidos até aqui pelas PARTES CONTRATANTES e abertas à aceitação que não haviam sido assinados ou aceitados por esta parte contratante; a dita aceitação entrará em vigor no dia da assinatura do presente Protocolo.

7. O presente Protocolo será registrado, de conformidade com os dispositivos do artigo 102 da Carta das Nações Unidas.

8. A emenda que figura no parágrafo primeiro entrará em vigor, de conformidade com os dispositivos do artigo XXX do Acôrdo geral, logo que fôr aceite pelos dois terços dos governos que serão então partes contratantes; entretanto,

a) as modificações previstas nas seções A, B, C., no parágrafo ii) da seção X no parágrafo ii) da seção 00 e na seção RR não serão aplicadas antes da entrada em vigor da emenda objeto da seção A do Protocolo de emenda da Parte I e dos artigos XXIX e XXX do Acôrdo geral;

b) as modificações previstas no parágrafo ii) da seção U, no parágrafo ii) da Seção AA e no parágrafo i) da seção BB não serão aplicadas antes da entrada em vigor da emenda objeto da seção B do Protocolo previsto na alínea a) do presente parágrafo;

c) as modificações previstas no parágrafo i) da seção J, nas seções HH e QQ não serão aplicadas antes do dia em que as obrigações das seções 2, 3 e 4 do artigo VIII dos Estatutos do Fundo Monetário Internacional se tornarem aplicáveis às partes contratantes membros do Fundo, cujas porcentagens combinadas com as do comércio exterior representam cinquenta por cento ao menos do comércio exterior total do conjunto das partes contratantes.

EM FÉ DO QUE os representantes, devidamente autorizados, assinaram o presente Protocolo.

FEITO em Genebra, um só exemplar, em língua francesa e inglesa, os dois textos igualmente autênticos, em dez de março de mil novecentos e cinquenta e cinco.

PROTOCOLO AS DISPOSIÇÕES ORGANICAS E DO ACÔRDO GERAL DE TARIFAS ADUANEIRAS E COMÉRCIO

Os governos que são partes contratantes do Acôrdo geral de Tarifas aduaneiras e Comércio (daqui em diante denominadas "as partes contratantes" e "o Acôrdo geral"),

DESEJOSOS de emendar as disposições do Acôrdo geral por ocasião da criação da Organização de Cooperação Comercial,

CONVIERAM o que se segue:

1.

PARTE I

A seguinte emenda será feita nas disposições do Acôrdo geral:

A

As segunda, terceira, quarta e quinta frases do parágrafo 2 do artigo XXIII serão suprimidas.

B

i) O título do artigo XXV será suprimido e o seguinte título será inserido em seu lugar:

“Organização de Cooperação Comercial”;

ii) Os parágrafos primeiro, 2, 3, 4 e a alínea a) do parágrafo 5 do artigo XXV serão suprimidos e os três seguintes parágrafos serão inseridos em seu lugar:

“1. A Organização de Cooperação Comercial, criada pelo Acôrdo de data de 10 de março de 1955, assegura a execução das disposições do presente Acôrdo que prevêem uma ação de parte da Organização e das outras disposições que comportem uma ação coletiva; ela pode exercer tôdas as outras atividades resultantes do Acôrdo geral, que são previstas pelo Acôrdo que institui a Organização.

“2. Tôdas as partes contratantes tornar-se-ão Membros da Organização tão breve quanto possível.

“3. As partes contratantes que tiverem aceito o Acôrdo que institui a Organização de Cooperação Comercial poderão a qualquer momento após a entrada em vigor do dito Acôrdo decidir que toda parte contratante que não o tiver aceito deixará de ser parte contratante.”

C

O seguinte texto será inserido no fim da alínea c) do parágrafo 4 do artigo XXVI (denominado “artigo XXVI” antes da entrada em vigor da emenda que é objeto do parágrafo i) do seção U do Protocolo de emenda do Preâmbulo e das Partes II e III do Acôrdo geral):

“; será igualmente reputado Membro da Organização”

D

O artigo XXXI será emendado como se segue: as palavras “do artigo XXIII ou” serão suprimidas.

E

O artigo XXXIII será emendado como se segue:

“Todo governo que não é parte contratante do presente Acôrdo pode a ele aderir nas condições a serem fixadas entre esse governo e as partes Contratantes, sob reserva de que o dito governo tenha aceito o Acôrdo que institui a Organização de Cooperação Comercial. As Partes Contratantes tomarão, por maioria, de dois terços as decisões previstas no presente parágrafo.”

F

O anexo I será emendado pela inserção da seguinte nota relativa ao artigo XXXIII;

“Ad artigo XXXIII”

“Do mesmo modo, todo governo que age em nome de um território aduaneiro distinto que goze de uma autonomia completa na conduta de suas relações comerciais externas e para as outras questões que são o objeto do presente Acôrdo pode aderir ao presente Acôrdo em nome desse território nas condições aplicáveis no caso.”

G

As expressões "Secretário-Geral das Nações Unidas" e "Secretário Executivo das Partes Contratantes" serão suprimidas e substituídas pela expressão "Diretor-Geral da Organização" em todos os casos onde elas figurem nas disposições dos parágrafos 3, 4, 5 e 6 do artigo XXVI e do artigo XXXI do Acórdo geral em todos os casos em que essas disposições possam ser emendadas no futuro nas condições que comportarem a inserção das expressões supracitadas.

H

Com exceção dos casos previstos na seção B da presente parte, as expressões "Secretário-Geral" e "Secretário Executivo" serão suprimidas e substituídas pela expressão "Diretor-Geral" em todos os casos em que elas figurem nas disposições dos parágrafos 4 e 5 do artigo XXVI do Acórdo geral e em todos os casos em que essas disposições possam ser emendadas no futuro nas condições que comportarem a inserção das expressões supracitadas.

I

Com exceção dos casos previstos na seção G, a expressão "Partes Contratantes" será suprimida e substituída pelo termo "Organização", sob reserva das modificações gramaticais necessárias, em todos os casos em que esta expressão figure nas disposições do Acórdo geral exclusive aquelas dos artigos II, III, XXIX ou XXX e dos anexos concernentes aos ditos artigos ou nas listas anexadas ao Acórdo geral, e em todos os casos em que essas disposições possam ser emendadas no futuro nas condições que comportarem a inserção da expressão supracitada.

PARTE II

A seguinte emenda será feita nas disposições do Acórdo geral:

AA

As palavras "Partes Contratantes" (isto é, as partes contratantes que agem coletivamente, como está previsto no artigo XXV) estejam de acórdo", serão suprimidas na alínea a) do parágrafo 6 do artigo III e nesta alínea tal como possa ser emendado no futuro, e as palavras "Organização de Cooperação Comercial (daqui em diante denominada "a Organização") esteja de acórdo" serão inseridas em seus lugares em seu lugar em todos os casos de que se trate.

BB

As expressões "Secretário geral das Nações Unidas" e "Secretário executivo das Partes Contratantes" serão suprimidas no parágrafo 2 do artigo XXX do Acórdo geral e neste parágrafo tal como possa ser emendado no futuro nas condições que comportarem a inserção da segunda dessas expressões, e a expressão "Diretor-Geral da Organização" será inserida em seu lugar em todos os casos de que trate.

CC

Salvo nos casos previstos nas seções AA e BB da presente parte, a expressão "Partes Contratantes" será suprimida e substituída pela palavra "Organização", sob reserva das modificações gramaticais necessárias, em todos os casos em que esta expressão figure nas disposições dos artigos II, III, XXIX e XXX do Acórdo geral e dos anexos concernentes aos ditos artigos ou nas listas anexadas ao Acórdo geral, em todos os casos em que essas disposições possam ser emendadas no futuro nas condições que comportarem a inserção da expressão supracitada.

2. O presente Protocolo será depositado junto ao Secretário executivo das Partes Contratantes do Acórdo geral; após a entrada em vigor do

Acôrdo que institui a Organização de Cooperação Comercial, êle será depositado junto ao Diretor-Geral da Organização.

3. O presente Protocolo será aberto à assinatura das partes contratantes do Acôrdo geral até 15 de novembro de 1955; todavia, o período durante o qual as partes contratantes tiverem a faculdade de assinar o presente Protocolo poderá, no caso de qualquer parte contratante, ser prorrogado além desta data por decisão das Partes Contratantes.

4. O Secretário executivo das Partes Contratantes do Acôrdo geral, ou o Diretor-Geral da Organização, segundo o caso, remeterá prontamente a cada parte contratante do Acôrdo geral cópia autenticada do presente Protocolo, e notificará prontamente cada assinatura a êle oposta a cada parte contratante do Acôrdo geral.

5. A assinatura do presente Protocolo, de conformidade com o parágrafo 3 do presente Protocolo constituirá uma aceitação das emendas que figuram nas partes I e II, conforme o artigo XXX do Acôrdo geral.

6. O presente Protocolo será registrado conforme às disposições do artigo 102, da Carta das Nações Unidas.

7. a) A emenda que figura na parte I entrará em vigor, conforme as disposições da dita parte e do artigo XXX do Acôrdo geral, assim que ela tiver sido aceita por dois têrços dos governos que forem então partes contratantes; todavia, esta emenda não será aplicada antes da entrada em vigor do Acôrdo que institui a Organização de Cooperação Comercial conforme o parágrafo c) do artigo 17 do dito Acôrdo.

b) A emenda que figura na parte II entrará em vigor, conforme as disposições da dita parte e do artigo XXX do Acôrdo geral assim que ela tiver sido aceita por todos os governos que forem então partes contratantes; todavia, esta emenda não será aplicada antes da entrada em vigor do Acôrdo que institui a Organização de Cooperação comercial, conforme o parágrafo b) do artigo 17 do dito Acôrdo.

8. Assim que o período tiver sido fixado conforme o parágrafo 2 do artigo XXX do Acôrdo geral, toda parte contratante que não houver assinado o presente Protocolo terá a faculdade de o fazer, formulando uma reserva que indicará que ela não aceita a emenda que figura na parte II do presente Protocolo.

EM FÉ DO QUE os representantes, devidamente autorizados, assinaram o presente Protocolo.

FEITO em Genebra, em um só exemplar, em línguas francesa e inglesa, ambos os textos igualmente autênticos, em 10 de março de mil novecentos e cinquenta e cinco.

LEI Nº 4.139 — DE 21 DE
SETEMBRO DE 1962

Autoriza a concessão da subvenção de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) à Liga Bahiana Contra a Mortalidade Infantil para manutenção do Hospital Martagão Gesteira.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a conceder à Liga Bahiana Contra a Mortalidade Infantil e destinada ao Hospital Martagão Gesteira, de Salvador, Estado da Bahia, a subvenção de Cr\$ 2.000.000,00 (dois mi-

lhões de cruzeiros) durante 2 (dois) anos consecutivos através da sua inclusão nas Propostas Orçamentárias para os exercícios financeiros de 1963 e 1964.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de setembro de 1962;
141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Hermes Lima

Miguel Calmon

Eliseu Paglioli

LEI Nº 4.140 — DE 21 DE SETEMBRO DE 1962

Altera as alíneas b e c do artigo 580 do Decreto-lei número 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As alíneas "b" e "c" do artigo 580 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei número 5.452, de 1º de maio de 1943, passam a ter a seguinte redação:

Artigo 580

b) para os agentes ou trabalhadores autônomos e para os profissionais liberais, numa importância variável de 4% (quatro por cento) até 10% (dez por cento) do maior salário mínimo mensal vigente no País, fixada na forma do artigo 583;

c) para os empregadores, numa importância proporcional ao capital da respectiva firma ou empresa, conforme a seguinte tabela progressiva:

Discriminação	Porcentagem
Capital até 50 (cinquenta) vezes o salário mínimo fiscal	0,5% do capital
Sobre a parte do capital excedente de 50 (cinquenta) vezes o salário mínimo fiscal e até 1.000 (mil) vezes	0,1% do capital
Sobre a parte do capital excedente de 1.000 (mil) vezes o salário mínimo fiscal e até 50.000 (cinquenta mil) vezes	0,05% do capital
Sobre a parte do capital excedente de 50.000 (cinquenta mil) vezes o salário mínimo fiscal e até 500.000 (quinhentas mil) vezes, limite máximo para o cálculo do imposto	0,01% do capital

Art. 2º Ficam acrescentados ao mesmo art. 580 da Consolidação das Leis do Trabalho os seguintes parágrafos:

Parágrafo 1º É fixada em 1/25 (um vinte e cinco avos) do salário mínimo fiscal a contribuição mínima devida pelos empregadores, independentemente do capital social da empresa.

Parágrafo 2º Para efeito de cálculo do imposto previsto na tabela constante da alínea "c", considera-se-á salário mínimo fiscal o maior salário-mínimo mensal vigente no País, arredondando para Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) a fração porventura existente.

Parágrafo 3º Os agentes ou trabalhadores autônomos organizados em empresa, com capital registrado, recolherão o imposto aos respectivos sindicatos, de acordo com a tabela constante da alínea "c".

Art. 3º No exercício de 1962, o Imposto Sindical deverá ser arrecadado de acordo com as alterações constantes da presente lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de setembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART
Hermes Lima
João Pinheiro Neto

LEI Nº 4.141 — DE 21 DE SETEMBRO DE 1962

Concede isenção dos impostos de importação e de consumo para o equipamento de um órgão litúrgico doado ao Colégio Santa Marcelina, do Rio de Janeiro.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo para o equipamento de um órgão litúrgico produzido por "Detlef Kleuker Orgerbau" (fábrica de órgãos para climas tropicais), de Bracwede — Westfalia, Alemanha, adquirido, por doação, pelo Colégio Santa Marcelina, do Rio de Janeiro, independente de licença prévia e de cobertura cambial.

Parágrafo único. O referido instrumento musical, especialmente projetado para aquele educandário, foi doado pela Congregação das Marcelinas, com sede no "Instituto Maceline", de Milão, Itália.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de setembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART
Hermes Lima
Miguel Calmon

LEI Nº 4.142 — DE 21 DE SETEMBRO DE 1962

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 18.000.000,00, para atender às obras de assistência à população do município de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de cruzeiros), para prosseguimento e conclusão das obras a que se refere o Decreto n.º 45.200, de 7 de janeiro de 1959, destinadas a abrigar e amparar as vítimas das inundações ocorridas, em dezembro de 1958, no Município de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º O crédito especial, de que

trata esta Lei, será registrado automaticamente pelo Tribunal de Contas, distribuído ao Tesouro Nacional e creditado ao Banco do Brasil S. A., em conta especial do Ministério da Saúde.

Parágrafo único. A Superintendência das Obras de Amparo às Vítimas de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, prestará contas, por intermédio do Ministério da Saúde, da aplicação deste crédito ao Tribunal de Contas da União, 90 (noventa) dias após o recebimento do crédito.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de setembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART
Hermes Lima
Miguel Calmon
Eliseu Paglioli

LEI Nº 4.143 — DE 21 DE SETEMBRO DE 1962

Isenta dos impostos de importação e de consumo materiais a serem importados pela Rádio Televisão Piratini S.A., para a instalação de uma estação completa de Televisão, na Cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo para o equipamento e acessórios constantes da licença DG-58-8619-8126, emitida pela Carteira de Comércio Exterior, a serem importados pela Rádio Televisão Piratini S.A. para a instalação de uma estação transmissora de televisão, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º O favor de que trata o artigo anterior não abrange o material similar nacional.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de setembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Hermes Lima

Miguel Calmon

LEI Nº 4.144 — DE 21 DE SETEMBRO DE 1962

Prorroga até 24 de abril de 1963 o prazo de isenção de que trata o art. 17 da Lei nº 3.381, de 24 de abril de 1958 (que concedeu às empresas nacionais de construção ou reparos navais, isenção de direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras).

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 17 da Lei 3.381, de 24 de abril de 1958, passará a ter seguinte redação:

“As empresas nacionais de construção ou reparos navais gozarão de isenção de direitos de importação e de consumo na importação, e demais taxas aduaneiras, exceto a de Despacho Aduaneiro, e munição aos maquinismos, seus sobressalentes e acessórios, aparelhos, ferramentas, instrumentos e materiais destinados à construção, instalação, melhoramentos, funcionamento, exploração, conservação e manutenção de suas instalações, diques, oficinas e caixas, que chegarem ao País até 24 de abril de 1963.”

Parágrafo único. A isenção não abrange o produto com similar nacional e só se tornará efetiva após a conferência da documentação da importação pela autoridade aduaneira competente.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de setembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Hermes Lima

Miguel Calmon

LEI Nº 4.145 — DE 21 DE SETEMBRO DE 1962

Concede pensão especial de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) mensais à viúva do ex-Senador José Neiva de Souza.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida a pensão especial de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) à viúva do ex-Senador José Neiva de Souza.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de setembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART
Hermes Lima
Miguel Calmon

LEI Nº 4.146 — DE 21 DE SETEMBRO DE 1962

Concede pensão especial de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) a Marcionila de Souza Barreto, viúva do Juiz Federal Manuel Xavier Paes Barreto.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida pensão especial de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros), mensais a Marcionila de Souza Barreto, viúva do Juiz Federal Manuel Xavier Paes Barreto.

Art. 2º A despesa correrá à conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada ao pagamento dos pensionistas civis da União.

Art. 3º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de setembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART
Hermes Lima
Miguel Calmon

LEI Nº 4.147 — DE 24 DE SETEMBRO DE 1962

Altera a redação do art. 2º da Lei nº 541, de 15 de dezembro de 1948, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 541, de 15 de dezembro de 1948, passará a ter a seguinte redação:

“A Comissão do Vale do São Francisco será dirigida (VETADO) por um Diretor-Superintendente, e (VETADO) mais dois Diretores, todos de nomeação do Presidente da República, escolhidos entre pessoas de reconhecida idoneidade técnica, moral e administrativa e demissíveis “ad nutum”. (VETADO)

Art. 2º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília 24 de setembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART
Hermes Lima

APENSO

No «Apenso» dos volumes da Coleção das Leis figurarão :

I — Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, forem publicados durante o trimestre ao qual corresponder o volume.

II — As retificações e reproduções publicadas no trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.

atos DO PODER LEGISLATIVO

LEI Nº 3.994 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1961

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1962.

(Publicada no *Diário Oficial* de 15 de dezembro de 1961 —

Seção I — Parte I — Suplemento)

Retificação

No Suplemento ao nº 271, de 15 de dezembro de 1961, na página 854, 1ª coluna, onde se lê:

39 — Pombal 16.000.00

Leia-se:

39 — Pombal 13.000.000

LEI Nº 4.069 — DE 11 DE
JUNHO DE 1962

Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962 (que fixa novos valores para os vencimentos dos servidores da União, institui empréstimo compulsório, altera a legislação do Imposto de Renda, autoriza emissão de títulos de recuperação financeira, modifica a legislação sobre emissão de letras e obrigações do Tesouro Nacional e dá outras providências).

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu, Auro Soares Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do art. 70, § 4º, da Constituição Federal, as seguintes partes vetadas pelo Presidente da República, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962:

“Art. 9º

§ 3º. Gozarão também dos benefícios do § 1º deste artigo os funcionários nomeados para o Ministério da Fazenda em caráter efetivo, para cargos isolados e outros cuja investidura seja feita na forma da Constituição, mediante concurso de provas ou títulos”.

“Art. 17. Os vencimentos, gratificações e vantagens do Consultor-Geral da República são iguais aos do Procurador-Geral da República, os dos Consultores Jurídicos aos dos Subprocuradores-Gerais da República, exceto no que se refere às percentagens decorrentes da cobrança judicial da dívida ativa da União (art. 13 da Lei nº 2.369, de 9 de dezembro de 1954).

Parágrafo único. Aos demais membros do Serviço Jurídico da União, de que trata a Lei nº 3.414, de 20 de junho de 1958, em seu art. 14, itens III e IV, são atribuídos, respectivamente, os mesmos vencimentos, gratificações e vantagens dos Procuradores da República de 1ª Categoria e dos Procuradores da República de 2ª Categoria, observada a exceção deste artigo”.

"Art. 19.

Parágrafo único. O Ministro da Agricultura providenciará imediatamente a aplicação dos benefícios da Lei nº 3.967, de 5 de outubro de 1961, aos servidores referidos neste artigo".

"Art. 22. Os cargos isolados de provimento efetivo de igual denominação e funções idênticas, no mesmo órgão e mesma localidade, serão de igual vencimento".

"Art. 23.

Parágrafo único. Os servidores que contem ou venham a contar 5 (cinco) anos de efetivo exercício em atividade de caráter permanente, admitidos até a data da presente Lei, qualquer que seja a forma de admissão ou pagamento, ainda que em regime de convênio ou acôrdo, serão enquadrados nos termos do art. 19, da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960".

"Art. 24. A gratificação mensal atribuída pelo art. 6º da Lei nº 3.428, de 15 de julho de 1958, aos Membros da Comissão Executiva do Sisal é ma-

jorada em 40% (quarenta por cento)".

"Art. 25. Os Membros do Conselho de Águas e Energia Elétrica, do Conselho Nacional de Petróleo e do Conselho Nacional do Serviço Social, terão jeton correspondente a um vigésimo do valor base do nível 18 (dezoito), por sessão a que compareçam, não podendo exceder a 15 (quinze) jetons por mês.

Parágrafo único. Igual aumento de jetons terão os Membros do Conselho Florestal e do Conselho de Terras da União, não podendo exceder a 5 (cinco) jetons por mês".

"Art. 28. Nenhum servidor trabalhando para a União, em regime de "pro-labore" poderá perceber menos que o salário-mínimo estipulado para a região".

"Art. 37. Aplica-se a Lei nº 4.054, de 2 de abril de 1962, aos funcionários interinos nomeados ou admitidos até a data de sua publicação".

Brasília, 16 de julho de 1962, 141º da Independência e 74º da República.

AURO MOURA ANDRADE

EMENTÁRIO

Leis e decretos publicados nos
volumes V e VI, de 1962, desta
coleção, classificados pela or-
dem alfabética dos assuntos

EMENTÁRIO

A

ABASTECIMENTO

Delega ao Poder Executivo poderes para prorrogar e alterar a legislação vigente de intervenção no domínio econômico promulgada para assegurar a livre distribuição de mercadorias e serviços essenciais ao consumo do povo, de modo a adaptá-la às necessidades atuais do País, bem como para suprimir, reestruturar ou agrupar as entidades que, atual, direta ou indiretamente, sejam responsáveis pela política de abastecimento, preços e assistência alimentar do País, e estabelece os limites e condições da delegação.

Decreto Legislativo nº 9 — de 1962.

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS

Abre ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$. . 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros) para atender a pagamento de subvenção concedida à Academia Brasileira de Ciências.

Decreto nº 1.335 — de 30 de agosto de 1962.

ACÓRDOS

Autoriza o Poder Executivo a assinar os protocolos relativos à aceitação do Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras de Cooperação Comercial.

Lei nº 4.138 — de 17 de setembro de 1962.

— Dispõe sobre a admissão de pessoal para acordos entre a União, Estados e Municípios e dá outras providências.

(Publicado no Diário Oficial de 18 de abril de 1962, Seção I — Parte I).

Decreto nº 51.458 — de 18 de abril de 1962.

ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO

Relação nominal republicada no Diário Oficial de 20-6-62 — Seção I — Parte I — Retificação.

Decreto nº 51.335 — de 4 de outubro de 1961.

ADVOGADOS

Dispõe sobre a Caixa de Assistência dos Advogados.

Lei nº 4.103-A — de 21 de julho de 1962.

AERONAUTAS

Modifica o Decreto nº 50.660, de 29 de maio de 1961, que regulamenta o exercício da profissão de Aeronauta.

Decreto nº 1.304 — de 6 de agosto de 1962.

AERONÁUTICA

Altera o artigo 31 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 48.014, de 5 de abril de 1960.

Decreto nº 1.305 — de 6 de agosto de 1962.

— Cria o Hospital das Forças Armadas em Brasília.

Decreto nº 1.310 — de 8 de agosto de 1962.

— Aprova as Tabelas de Fixação dos Valores da Etapa das Forças Armadas e de suas modalidades, para o 2º semestre de 1962, e dá outras providências.

Decreto nº 1.386 — de 13 de setembro de 1962.

AERONAUTICA

— *Aprova a Tabela de Fixação dos valores dos complementos à ração comum, para a Aeronáutica, e dá outras providências.*

Decreto nº 1.389 — de 13 de setembro de 1962.

— Ver, também, Ministério da Aeronáutica.

AEROPORTOS

Declara de utilidade pública, para desapropriação, terrenos necessários à ampliação do aeroporto de Guaratinguetá, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.300 — de 31 de julho de 1962.

AFORAMENTOS

— Ver: Terrenos de Marinha.

AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA

Institui Grupo de Trabalho, para um estudo sobre a agroindústria canavieira, e dá outras providências.

Decreto nº 51.534 — de 16 de agosto de 1962.

ALGODÃO

Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição do algodão da região Meridional do País, da safra de 1962-63.

Decreto nº 1.393 — de 13 de setembro de 1962.

ALIANÇA GAÚCHA, COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Aliança Gaúcha Companhia de Seguros Gerais, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 1.156 — de 8 de junho de 1962.

ALIANÇA PARA O PROGRESSO

Modifica o Decreto nº 1.040, de 23 de maio, que criou a Comissão de Coordenação da "Aliança para o Progresso".

Decreto nº 1.306 — de 6 de agosto de 1962.

AMAZÔNIA

Dispõe sobre as atribuições do Ministro de Estado extraordinário responsável pelo planejamento e dá outras providências.

Decreto nº 1.422 — de 27 de setembro de 1962.

AMENDOIM

Fixa os preços básicos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, para o ano agrícola 1962-63.

Decreto nº 1.356 — de 3 de setembro de 1962.

APOSENTADOS

Dispensa de inspeção médica periódica os funcionários públicos aposentados que contem 60 anos de idade, ou mais de 30 anos de serviço.

Lei nº 4.098 — de 19 de julho de 1962.

ARGILA

Renova o Decreto nº 46.308, de 30 de junho de 1959.

Decreto nº 1.089 — de 30 de maio de 1962.

ARMADA

Altera o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.

Decreto nº 1.298 — de 20 de julho de 1962.

— Ver, também Marinha e Ministério da Marinha.

ARMAZÊNS E SILOS

Altera dispositivos do Decreto número 1.102, de 21 de novembro de 1903, e dá outras providências.

Lei Delegada nº 3 — de 26 de setembro de 1962.

— *Autoriza a constituição da Companhia Brasileira de Armazenamento e dá outras providências.*

Lei Delegada nº 7 — de 26 de setembro de 1962.

ARROZ

Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, para o ano agrícola 1962-63.

ASSOCIAÇÕES

Altera dispositivo do Decreto número 50.397, de 3 de abril de 1961.

Decreto nº 1.284 — de 25 de junho de 1962.

ATO ADICIONAL

Complementa a organização do sistema parlamentar de Governo, e estabelece outras disposições.

Lei Complementar ao Ato Adicional.

AUTARQUIAS

Estende a competência do Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto número 51.347, de 16 de novembro de 1961.

Decreto nº 51.525 — de 26 de junho de 1962.

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, destinado às comemorações do cinquentenário da Fundação de Canoinhas, Santa Catarina.

Lei nº 4.101 — de 20 de julho de 1962.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 6.000.000,00, destinado a auxiliar o Educandário Nossa Senhora de Lourdes, de Brusque, Estado de Santa Catarina; o Colégio Coração de Maria, de Santos, Estado de São Paulo; o Liceu Feminino Santista, de Santos, Estado de São Paulo; o Instituto de Assistência Social, Formação e Cultura, de Tubarão, Santa Catarina; a Escola Normal Regional, de Leopoldo Bulhões, e a Escola Normal Rural de Urutai, ambas no Estado de Goiás.*

Lei nº 4.129 — de 27 de agosto de 1962.

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

— *Autoriza a concessão da subvenção de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) à Liga Bahiana Contra a Mortalidade Infantil para manutenção do Hospital Mariagão Gesteira.*

Lei nº 4.139 — de 21 de setembro de 1962.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 18.000.000,00, para atender às obras de assistência à população do município de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.*

Lei nº 4.142 — de 21 de setembro de 1962.

— *Abre ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros) para atender a pagamento de subvenção concedida à Academia Brasileira de Ciências.*

Decreto nº 1.335 — de 30 de agosto de 1962.

B

BAIXADA DA GUANABARA

Cria o Grupo Executivo de Ajuda à Baixada da Guanabara e dá outras providências.

Decreto nº 51.550 — de 13 de setembro de 1962.

BANCO DE CRÉDITO

DA AMAZÔNIA S.A.

Autoriza a compra das ações do Banco de Crédito da Amazônia S.A., pertencentes ao Governo Americano, e dá outras providências.

Lei nº 4.087 — de 7 de julho de 1962.

BANCO DO BRASIL S.A.

Aprova empréstimo do Banco do Brasil S. A. à Companhia Mineira de Eletricidade.

Decreto nº 1.376 — de 10 de setembro de 1962.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Autoriza o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico a dar a garantia do Tesouro Nacional à operação de crédito externo que especifica.

Decreto nº 1.288 — de 26 de junho de 1962.

— *Autoriza a Sociedade Termoelétrica de Capivari a contrair empréstimo no Banco Nacional do Desenvolvimento mediante garantia de seus bens.*

Decreto nº 1.374 — de 10 de setembro de 1962.

BAUXITA

Revoga o Decreto nº 46.308, de 30 de junho de 1959.

Decreto nº 1.089 — de 30 de maio de 1962.

BOOTH (BRASIL) LIMITED

Concede à sociedade anônima Booth (Brasil) Limited autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto nº 942 — de 4 de maio de 1962.

C

CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS

Dispõe sobre a Caixa de Assistência dos Advogados.

Lei nº 4.103-A — de 21 de julho de 1962.

CAIXA DE CRÉDITO DE PESCA

Autoriza o Ministério da Fazenda a dar garantia do Tesouro Nacional a operações de financiamentos com o aval da Caixa de Crédito da Pesca.

Decreto nº 1.279 — de 25 de junho de 1962. Retificação.

CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS

Acrescenta parágrafo ao artigo 3º do Decreto nº 50.316, de 6 de março de 1961.

Decreto nº 1.382 — de 12 de setembro de 1962.

Aprova o Quadro do Pessoal da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

Decreto nº 51.550-A — de 13 de setembro de 1962.

CALCÁRIO

Autoriza o Governo do Estado de Sergipe a lavrar calcário no município de Laranjeira, Estado de Sergipe.

Autoriza o Governo do Estado de Sergipe a lavrar calcário no município de Laranjeiras, Estado de Sergipe.

Decreto nº 51.278 — de 25 de agosto de 1961.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Fixa o número de Deputados por Estados e Territórios e dá outras providências.

Lei nº 4.095 — de 17 de julho de 1962.

CAPITAL ESTRANGEIRO

Disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior e dá outras providências.

Lei nº 4.131 — de 3 de setembro de 1962.

CÉDULAS OFICIAIS

Institui a cédula oficial de votação nas eleições pelo sistema proporcional e dá outras providências.

Lei nº 4.109 — de 27 de julho de 1962.

CÉDULA ÚNICA

Introduz alterações na Lei n.º 4.109, de 27 de julho de 1962, e dá outras providências.

Lei n.º 4.115 — de 22 de agosto de 1962.

CESSÃO DE IMÓVEIS DA UNIÃO

Autoriza, sob a forma de utilização gratuita, a cessão do próprio nacional que menciona, em Cajazeiras, no Estado da Paraíba.

Decreto n.º 731 — de 16 de março de 1962.

COMPANHIA PARAIBANA DE FOSFATOS

Concede à Cia. Paraibana de Fosfatos autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 1.293 — de 26 de junho de 1962.

CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

Altera disposições da Lei n.º 3.780, de 12 de julho de 1960, relativas à classe de Ascensorista.

Lei n.º 4.126 — de 27 de agosto de 1962.

Relação nominal republicada no Diário Oficial de 20-6-62 — Seção I — Parte I.

Decreto n.º 51.335 — de 1 de outubro de 1961.

Retificação

— *Retifica o enquadramento provisório dos servidores amparados pela Consolidação das Leis do Trabalho, da Comissão Federal de Abastecimento e Preços, aprovado pela Comissão de Classificação de Cargos e dá outras providências.*

Decreto n.º 51.445 — de 2 de abril de 1962.

— *Altera e retifica o sistema de classificação de cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, aprovado pelo Decreto número 51.345, de 28 de outubro de 1961 e dá outras providências.*

Decreto n.º 51.509 — de 20 de junho de 1962.

CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

Aprova o enquadramento dos cargos e funções do Ministério da Aeronáutica e dá outras providências.

Suplemento

Decreto n.º 51.516 — de 25 de junho de 1962.

— *Aprova o enquadramento dos cargos, funções e empregos da Estrada de Ferro Sampaio Correia do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.*

Decreto n.º 51.518 — de 25 de junho de 1962.

— *Aprova enquadramento dos cargos, funções e empregos da Estrada de Ferro São Luís-Teresina, do Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências.*

Decreto n.º 51.519 — de 25 de junho de 1962.

— *Aprova o enquadramento dos cargos e funções da Rede Mineira de Viação e dá outras providências.*
(Suplemento)

Decreto n.º 51.523 — de 25 de junho de 1962.

— *Estende a competência do Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto n.º 51.347, de 16 de novembro de 1961.*

Decreto n.º 51.525 — de 26 de junho de 1962.

— *Retifica o enquadramento dos cargos e funções da Universidade de Juiz de Fora.*

Decreto n.º 51.526 — de 26 de junho de 1962.

— *Aprova o enquadramento dos cargos e funções do Ministério da Marinha e dá outras providências.*

(Suplemento)

Decreto n.º 51.527 — de 31 de julho de 1962.

— *Aprova o enquadramento do pessoal do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, beneficiado pelo artigo 2º da Lei n.º 3.967, de 5 de outubro de 1961.*

Decreto n.º 51.531 — de 9 de agosto de 1962.

CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

— *Retifica o enquadramento das funções do Escritório Técnico da Universidade do Brasil, aprovado pelo Decreto nº 49.343, de 25 de novembro de 1960, e aprova enquadramento do pessoal do mesmo órgão beneficiado pelo disposto no art. 2º da Lei número 3.967, de 5 de outubro de 1961.*

Decreto nº 51.533 — de 21 de agosto de 1962.

— *Aprova o enquadramento das funções e empregos do Conselho Nacional de Petróleo e dá outras providências.*

Decreto nº 51.544 — de 31 de agosto de 1962.

— *Aprova o sistema de classificação de cargos do Instituto do Açúcar e do Alcool, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.546 — de 5 de setembro de 1962.

— *Aprova o enquadramento do pessoal do Instituto do Açúcar e do Alcool, beneficiado pelo artigo 2º da Lei nº 3.967, de 5 de outubro de 1961.*

Decreto nº 51.547 — de 5 de setembro de 1962.

— *Retifica o enquadramento dos cargos e funções da Universidade de Minas Gerais.*

Decreto nº 51.549 — de 11 de setembro de 1962.

— *Aprova o Quadro do Pessoal da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul e dá outras providências.*

Decreto nº 51.550-A — de 13 de setembro de 1962.

CÓDIGO CIVIL

Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada.

Lei nº 4.121 — de 27 de agosto de 1962.

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Modifica o § 1º do art. 168 do Código do Processo Civil (Decreto-lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939).

— *Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada.*

Lei nº 4.121 — de 27 de agosto de 1962.

CÓDIGO ELEITORAL

Introduz alterações na Lei nº 4.109, de 27 de julho de 1962, e dá outras providências.

Lei nº 4.115 — de 22 de agosto de 1962.

COFAP

Ver: Comissão Federal de Abastecimento e Preços.

COLÉGIOS

Concede isenção dos impostos de importação e de consumo para o equipamento de um órgão litúrgico doado ao Colégio Santa Marcelina, do Rio de Janeiro.

Lei nº 4.141 — de 21 de setembro de 1962.

COMÉRCIO COM A BOLÍVIA

Aprova o "Convênio de Comércio Interregional" firmado entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia, em 29 de março de 1958.

Decreto Legislativo nº 5, de 1962.

— *Aprova o "Convênio Comercial" firmado entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia, em 29 de março de 1958.*

Decreto Legislativo nº 6, de 1962.

COMISSÃO DE FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO

Altera a Lei nº 1.506, de 19 de dezembro de 1951, dando-lhe nova redação, e adota providências.

Lei Delegada nº 2 — de 26 de setembro de 1962.

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO

Cria a Comissão de Planejamento da Educação.

Decreto nº 1.230 — de 22 de junho de 1962.

COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Altera a redação do art. 2º da Lei nº 541, de 15 de dezembro de 1948, e dá outras providências.

Lei nº 4.147 — de 24 de setembro de 1962.

COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Dispõe sobre as atribuições do Ministro de Estado extraordinário responsável pelo planejamento e das outras providências.

Decreto nº 1.422 — de 27 de setembro de 1962.

COMISSÃO FEDERAL DE ABASTECIMENTO E PREÇOS

Retifica o enquadramento provisório dos servidores amparados pela Consolidação das Leis do Trabalho, da Comissão Federal de Abastecimento e Preços, aprovado pela Comissão de Classificação de Cargos e das outras providências.

Decreto nº 51.445 — de 2 de abril de 1962.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica de Mensalistas da Comissão Federal de Abastecimento e Preços e das outras providências.*

Decreto nº 51.446 — de 2 de abril de 1962.

COMISSÃO FEDERAL DE HABITAÇÃO

Transforma a Comissão Nacional de Habitação em Conselho Federal de Habitação e das outras providências.

Decreto nº 1.281 — de 25 de junho de 1962.

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

Dispõe sobre a política nacional de energia nuclear, cria a Comissão Nacional de Energia Nuclear, e das outras providências.

Lei nº 4.118 — de 27 de agosto de 1962.

COMISSÕES

Modifica o Decreto nº 1.040, de 23 de maio, que criou a Comissão de Coordenação da "Aliança para o Progresso".

Decreto nº 1.306 — de 6 de agosto de 1962.

COMPANHIA BRASILEIRA DE ALIMENTOS

Autoriza a constituição da Companhia Brasileira de Alimentos e das outras providências.

Lei Delegada nº 6 — de 26 de setembro de 1962.

COMPANHIA BRASILEIRA DE ARMAZENAMENTO

Autoriza a constituição da Companhia Brasileira de Armazenamento e das outras providências.

Lei Delegada nº 7 — de 26 de setembro de 1962.

COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDENTE

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Companhia de Seguros Previdente, relativa a aumento do capital social.

Decreto nº 1.151 — de 7 de junho de 1962.

COMPANHIA NACIONAL DE ALCALIS

Decreta a intervenção na Companhia Nacional de Alcalis, e das outras providências.

Decreto nº 1.397 — de 21 de setembro de 1962.

COMPANHIA ROCHEDO DE SEGUROS

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Companhia Rochedo de Seguros, relativa a aumento do capital social.

Decreto nº 1.158 — de 8 de junho de 1962.

COMPANHIA TELEFÔNICA BRASILEIRA

Prorroga o prazo a que se refere o art. 2º do Decreto nº 814, de 31 de março de 1962.

Decreto nº 1.396 — de 19 de setembro de 1962.

CONJUNTOS RESIDENCIAIS

Declara de utilidade pública o conjunto residencial situado no Estado da Guanabara, e das outras providências.

Lei nº 4.106 — de 26 de julho de 1962.

CONSELHO COORDENADOR DO ABASTECIMENTO

Altera a redação do artigo 2º do Decreto nº 51.484, de 5 de junho de 1962.

Decreto nº 51.505-A — de 15 de junho de 1962.

— *Designa liquidante do Conselho Coordenador do Abastecimento e dá outras providências.*

Decreto nº 51.532 — de 10 de agosto de 1962.

CONSELHO DE MINISTROS

Dispõe sobre a vacância ministerial, e dá outras providências.

Lei Complementar nº 2 — de 16 de setembro de 1962, ao Ato Adicional.

— *Cria cargos de Ministros extraordinários e dá outras providências.*

Lei Delegada nº 1 — de 25 de setembro de 1962.

CONSELHO DO DESENVOLVIMENTO

Cria o Grupo Executivo de Ajuda à Baía da Guanabara e dá outras providências.

Decreto nº 51.550 — de 13 de setembro de 1962.

CONSELHO FEDERAL DE HABITAÇÃO

Transforma a Comissão Nacional de Habitação em Conselho Federal de Habitação e dá outras providências.

Decreto nº 1.281 — de 25 de junho de 1962.

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS

Retifica a situação de servidores do Conselho Nacional de Pesquisas e Institutos subordinados, no engastamento aprovado pelo Decreto nº 51.054, de 26 de julho de 1961, e dá outras providências.

Decreto nº 51.537 — de 21 de agosto de 1962.

CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO

Aprova o engastamento das funções e empregos do Conselho Nacional de Petróleo e dá outras providências.

Decreto nº 51.544 — de 31 de agosto de 1962.

CONSELHO PROVISÓRIO

Dispõe sobre a vacância ministerial, e dá outras providências.

Lei Complementar nº 2 — de 16 de setembro de 1962, ao Ato Adicional.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Altera as alíneas b e c do artigo 580 do Decreto-lei número 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), e dá outras providências.

Lei nº 4.140 — de 21 de setembro de 1962.

CONSULTORIA GERAL DA REPÚBLICA

Dispõe sobre as funções da Consultoria Geral da República.

Decreto nº 51.530 — de 7 de agosto de 1962.

CONVENIOS

Aprova o "Convênio de Comércio Interregional" firmado entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia, em 29 de março de 1958.

Decreto Legislativo nº 5, de 1962.

— *Aprova o "Convênio Comercial" firmado entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia, em 29 de março de 1958.*

Decreto Legislativo nº 6 — de 1962.

— *Aprova o Convênio que concede um "Entrepósito de Depósito Franco" na cidade de Santos, Estado de São Paulo, à República da Bolívia, firmado entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia, em 29 de março de 1958.*

— *Aprova o Convênio que concede um "Entrepósito de Depósito Franco", na cidade de Belém, no Estado do Pará, firmado entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia, em 29 de março de 1958.*

Decreto Legislativo nº 10 — de 1962.

COOPERATIVAS

Concede autorização à Cooperativa de Crédito dos Servidores do SESI no Rio Grande do Sul Ltda., com sede em Porto Alegre, para modificar o seu estatuto social.

Decreto nº 698 — de 15 de março de 1962.

— *Altera dispositivo do Decreto número 50.397 de 3 de abril de 1961.*

Decreto nº 1.284 — de 25 de junho de 1962.

CORRETOR DE IMÓVEIS

Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Profissão de Corretor de Imóveis.

Lei nº 4.113 — de 27 de agosto de 1962.

CORRIDAS DE CAVALO

"Altera dispositivos da Lei nº 2.320, de 10 de julho de 1934, que dispõe sobre a taxa a que ficam sujeitas as entidades que expõem apostas sobre corridas de cavalos e dá outras providências".

Lei nº 4.096 — de 13 de julho de 1962.

CRÉDITO

Especial, Suplementar ou Extraordinário — Abertura — Ver o nome do Ministério ou Órgão a que se refere.

CURSOS

Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo.

Lei nº 4.119 — de 27 de agosto de 1962.

— *Concede reconhecimento ao curso que indica.*

Decreto nº 760 — de 20 de março de 1962.

— *Concede autorização para o funcionamento do curso de didática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras N. S. do Patrocínio.*

Decreto nº 1.204 — de 20 de junho de 1962.

CURSOS

Concede autorização para o funcionamento dos cursos de engenharia civil, eletricitista e mecânico da Escola de Engenharia de Taubaté.

Decreto nº 1.315 — de 17 de agosto de 1962.

— *Autoriza matrícula de oficiais da Marinha, no Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas, que não satisfazem a parte final da letra b do art. 47, do Decreto nº 50.352, de 17 de março de 1961.*

Decreto nº 1.344 — de 31 de agosto de 1962.

D

DELEGAÇÃO DE PODERES

Delega ao Poder Executivo poderes para legislar sobre os cargos de Ministros extraordinários.

Decreto legislativo nº 8 — de 1962.

— *Delega ao Poder Executivo poderes para prorrogar e alterar a legislação vigente de intervenção no domínio econômico promulgada para assegurar a livre distribuição de mercadorias e serviços essenciais do consumo do povo, de modo a adaptá-la às necessidades atuais do País, bem como para suprimir, reestruturar ou agrupar as entidades que, atual, direta ou indiretamente, sejam responsáveis pela política de abastecimento, preços e assistência alimentar do País, e estabelece os limites e condições da delegação.*

Decreto legislativo nº 9 — de 1962.

— *Delega ao Poder Executivo poderes para decretar lei criando um fundo de natureza contábil denominado Fundo Federal Agropecuário (FFAP), e estabelece os limites e condições da delegação.*

Decreto legislativo nº 11 — de 1962.

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Cria, no Departamento Federal de Segurança Pública, o Serviço de Polícia Criminal Internacional.

Decreto nº 1.380 — de 11 de setembro de 1962.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ENDEMIAS RURAIS

Abre ao Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 384.494.568,00 (trezentos e oitenta e quatro milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, quinhentos e sessenta e oito cruzeiros) para atender ao pagamento de débitos contraindidos pelo Departamento Nacional de Endemias Rurais, em exercícios anteriores, conforme autorização dada pela Lei nº 3.992, de 5 de dezembro de 1961.

Decreto nº 51.554 — de 28 de setembro de 1962.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO

Transforma o Departamento Nacional de Estradas de Ferro em Autarquia; cria o Fundo Nacional de Investimento Ferroviário, e dá outras providências.

Lei nº 4.102 — de 20 de julho de 1962.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS DE SANEAMENTO

Transforma o Departamento Nacional de Obras de Saneamento em Autarquia, e dá outras providências.

Lei nº 4.089 — de 13 de julho de 1962.

DESAPROPRIAÇÕES

Declara de utilidade pública o conjunto residencial situado no Estado da Guanabara, e dá outras providências.

Lei nº 4.106 — de 23 de julho de 1962.

— Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias à formação do reservatório de acumulação da usina hidrelétrica Jânio Quadros, ex-Barra Bonita, de que trata o Decreto nº 35.641, de 10 de junho de 1954, e autoriza a Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo, com sede na Capital do Estado de São Paulo, a promover a desapropriação das mesmas.

(Publicado no Diário Oficial de 18 de maio de 1962 — Seção I, Parte I).

Retificação

Decreto nº 1.005 — de 15 de maio de 1962.

DESAPROPRIAÇÕES

Dá nova redação ao art. 1º do Decreto nº 49.077, de 7 de outubro de 1960.

Decreto nº 1.294 — de 26 de junho de 1962.

— Declara de utilidade pública, para desapropriação, terrenos necessários à ampliação do aeroporto de Guaratinguetá, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.300 — de 31 de julho de 1962.

— Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, em favor da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), área de terrenos situada ao Sul da Vila de Lagoa Grande, no Município de Petrolina, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 1.303 — de 6 de agosto de 1962.

— Autoriza o Governo a desapropriar o imóvel sito na Rua 1, nº 101, lote 12, Bairro Itaim, na Cidade de São Paulo — São Paulo, e dá outras providências.

Decreto nº 1.317 — de 21 de agosto de 1962.

DIAMANTES

Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Scarso Wanderley a pesquisar minério de ouro e diamante, no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.

Decreto nº 1.346 — de 3 de setembro de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Scarso Wanderley a pesquisar minério de ouro e diamante, no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.

Decreto nº 1.347 — de 3 de setembro de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Scarso Wanderley a pesquisar minério de ouro e diamante, no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.

Decreto nº 1.348 — de 3 de setembro de 1962.

DIAMANTES

Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Scarso Wanderley a pesquisar minério de ouro e diamante, no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.

Decreto nº 1.349 — de 3 de setembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Scarso Wanderley a pesquisar minério de ouro e diamante, no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.*

Decreto nº 1.350 — de 3 de setembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Bonifácio Diniz de Andrada a pesquisar minério de ouro e diamante, no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.*

Decreto nº 1.351 — de 3 de setembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Bonifácio Diniz de Andrada a pesquisar minério de ouro e diamante no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.*

Decreto nº 1.352 — de 3 de setembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Bonifácio Diniz de Andrada a pesquisar minério de ouro e diamante no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.*

Decreto nº 1.353 — de 3 de setembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Bonifácio Diniz de Andrada a pesquisar minério de ouro e diamante no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.*

Decreto nº 1.354 — de 3 de setembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Bonifácio Diniz de Andrada a pesquisar minério de ouro e diamante no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.*

Decreto nº 1.355 — de 3 de setembro de 1962.

DIAMANTES

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco da Silva Tavares a pesquisar minério de ouro e diamante, no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.

Decreto nº 1.357 — de 4 de setembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro, Francisco da Silva Tavares a pesquisar minério de ouro e diamante, no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.*

Decreto nº 1.358 — de 4 de setembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro, Francisco da Silva Tavares a pesquisar minério de ouro e diamante, no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.*

Decreto nº 1.359 — de 4 de setembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro, Francisco da Silva Tavares a pesquisar minério de ouro e diamante, no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.*

Decreto nº 1.360 — de 4 de setembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro, Francisco da Silva Tavares a pesquisar minério de ouro e diamante, no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.*

Decreto nº 1.361 — de 4 de setembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro, Paulo Roberto Santos Valpassos a pesquisar minério de ouro e diamante no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.*

Decreto nº 1.362 — de 4 de setembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro, Paulo Roberto Santos Valpassos a pesquisar minério de ouro e diamante no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.*

Decreto nº 1.363 — de 4 de setembro de 1962.

DIAMANTES

Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Roberto Santos Valpassos a pesquisar minério de ouro e diamante no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.

Decreto nº 1.364 — de 4 de setembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro, Paulo Roberto Santos Valpassos a pesquisar minério de ouro e diamante no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.*

Decreto nº 1.365 — de 4 de setembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro, Paulo Roberto Santos Valpassos a pesquisar minério de ouro e diamante no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.*

Decreto nº 1.366 — de 4 de setembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Edmundo Muniz Barreto Mandim a pesquisar minério de ouro e diamante no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.*

Decreto nº 1.367 de 4 de setembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Edmundo Muniz Barreto Mandim a pesquisar minério de ouro e diamante no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.*

Decreto nº 1.368 — de 4 de setembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Edmundo Muniz Barreto Mandim a pesquisar minério de ouro e diamante no município de Boa Vista — Território Federal do Rio Branco.*

Decreto nº 1.369, de 4 de setembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Edmundo Muniz Barreto Mandim, a pesquisar minério de ouro e diamante no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.*

Decreto nº 1.370, de 4 de setembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Edmundo Muniz Barreto Mandim a pesquisar minério de ouro e diamante no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.*

Decreto nº 1.371, de 4 de setembro de 1962.

DISTRITO FEDERAL

Dispõe sobre os auxílios, a título de empréstimo ou adiantamento, aos Estados, Municípios e Distrito Federal, referidos nas Leis ns. 3.337, de 12 de dezembro de 1957, e 4.069, de 11 de junho de 1962.

Decreto nº 1.345, de 31 de agosto de 1962.

DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL

Expede normas reguladoras de emissão dos títulos de recuperação financeira, unifica a dívida pública interna federal e o serviço de pagamento de juros e resgate.

Decreto nº 1.392, de 13 de setembro de 1962.

DOAÇÕES

Autoriza o Poder Executivo a doar um imóvel da União à Prefeitura Municipal de Maranguape, Estado do Ceará.

Lei nº 4.125, de 27 de agosto de 1961.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Cascavel (PR).*

Decreto nº 1.301, de 31 de julho de 1962.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um imóvel, situado no Município de Mafra, Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 1.308, de 8 de agosto de 1962.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um imóvel, situado no Município de Santiago, Estado do Rio Grande do Sul, destinado ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 1.309, de 8 de agosto de 1962.

— *Autoriza a doação que a Prefeitura de Tutoia no Estado do Maranhão faz ao Ministério da Marinha de um terreno de quatrocentos metros quadrados (400,00 m²), para a instalação do "Farol de Tutoia", e dá outras providências.*

Decreto nº 1.341, de 31 de agosto de 1962.

DOAÇÕES

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um imóvel situado no Município de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul, destinado ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 1.372, de 5 de setembro de 1962.

E

ELEIÇÕES

Institui a cédula oficial de votação nas eleições pelo sistema proporcional e dá outras providências.

Lei nº 4.109, de 27 de julho de 1962.

— *Introduz alterações na Lei número 4.109, de 27 de julho de 1962, e dá outras providências.*

Lei nº 4.115, de 22 de agosto de 1962.

EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO

Altera o Decreto número 51.421, de 28 de fevereiro de 1962, e dá outras providências.

Decreto nº 1.343, de 31 de agosto de 1962.

— *Revoga disposições dos Decretos ns. 51.372, de 15 de dezembro de 1961 e 51.392, de 11 de janeiro de 1962, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.551, de 19 de setembro de 1962.

EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962 (que fixa novos valores para os vencimentos dos servidores da União, institui empréstimo compulsório, altera a legislação do Imposto de Renda, autoriza emissão de títulos de recuperação financeira, modifica a legislação sobre emissão de letras e obrigações do Tesouro Nacional e dá outras providências).

Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962.

EMPRÉSTIMO PÚBLICO DE EMERGÊNCIA

Regulamenta o Capítulo II da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962, que institui o "Empréstimo Público de Emergência de Caráter Compulsório" e dá outras providências.

Decreto nº 1.394, de 13 de setembro de 1962.

ENAMIL — EMPRESA NACIONAL DE MINERAÇÃO LTDA.

Concede à "ENAMIL" — Empresa Nacional de Mineração Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 1.316, de 17 de agosto de 1962.

ENERGIA ELÉTRICA

Outorga à Prefeitura Municipal de Ilaberaba, no Estado da Bahia, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 684, de 9 de março de 1962.

— *Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias à formação do reservatório de acumulação da usina hidrelétrica Jânio Quadros, ex-Barra Bonita, de que trata o Decreto nº 35.641, de 10 de junho de 1954, e autoriza a Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo, com sede na capital do Estado de São Paulo, a promover a desapropriação das mesmas.*

Decreto nº 1.005, de 15 de maio de 1962.

— *Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a construir linha de transmissão.*

Decreto nº 1.186-B — de 18 de junho de 1962.

— *Outorga à Companhia de Eletricidade de Alagoas com sede na cidade de Maceió concessão para distribuir energia elétrica nos municípios de Piaçabussu e Igreja Nova, Estado de Alagoas.*

Decreto nº 1.291 — de 26 de junho de 1962.

ENERGIA ELÉTRICA

Outorga à Companhia de Eletricidade de Alagoas, com sede na cidade de Maceió, concessão para distribuir energia elétrica nos municípios de Atalaia e Capela, Estado de Alagoas.

Decreto nº 1.292 — de 26 de junho de 1962.

— *Dá nova redação ao art. 1º do Decreto nº 49.077, de 7 de outubro de 1960.*

Decreto nº 1.294 — de 26 de junho de 1962.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte — "COSERN".*

Decreto nº 1.302 — de 3 de agosto de 1962.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Jaguaratama, Estado do Ceará, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 1.373 — de 10 de setembro de 1962.

— *Autoriza a Sociedade Termoelétrica de Capivari a contrair empréstimo no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico mediante garantia de seus bens.*

Decreto nº 1.374 — de 10 de setembro de 1962.

— *Autoriza a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) a construir linha de transmissão.*

Decreto nº 1.375 — de 10 de setembro de 1962.

— *Aprova empréstimo do Banco do Brasil S. A. à Companhia Mineira de Eletricidade*

Decreto nº 1.376 — de 10 de setembro de 1962.

— *Autoriza a Companhia de Cigarros Souza Cruz a instalar um grupo diesel-elétrico, para uso exclusivo, no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 1.377 — de 11 de setembro de 1962.

ENERGIA ELÉTRICA

Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a ampliar a capacidade de produção do sistema Ijuizinho - Santa Rosa - Cruz Alta.

Decreto nº 1.377-A — de 11 de setembro de 1962.

— *Modifica o § 2º do art. 1º do Decreto nº 39.419, de 19 de junho de 1956, e dá outras providências.*

Decreto nº 1.378 — de 11 de setembro de 1962.

— *Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a ampliar suas instalações.*

Decreto nº 1.378-A — de 11 de setembro de 1962.

— *Transfere do Governo do Estado da Bahia para a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (CO-ELBA) a concessão para o aproveitamento da energia hidráulica da Cachoeira da Pancada Grande, no rio Serinhaem.*

Decreto nº 1.379 — de 11 de setembro de 1962.

— *Autoriza a Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. (CEMIG) a construir linha de transmissão.*

Decreto nº 1.383 — de 13 de setembro de 1962.

— *Autoriza a Companhia de Minas Gerais S. A. (CEMIG) a construir linha de transmissão.*

Decreto nº 1.384 — de 13 de setembro de 1962.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Ouro Preto concessão para distribuir energia elétrica no Distrito de Cachoeira do Campo.*

Decreto nº 1.385 — de 13 de setembro de 1962.

ENERGIA HIDRÁULICA

Ver: Energia Elétrica.

ENERGIA NUCLEAR

Dispõe sobre a política nacional de energia nuclear, cria a Comissão Nacional de Energia Nuclear, e dá outras providências.

Lei nº 4.118 — de 27 de agosto de 1962.

ENERGIA TERMELÉTRICA

Ver: Energia Elétrica.

ENTREPOSTO DE DEPÓSITO FRANCO

Aprova o Convênio que concede um "Entrepósito de Depósito Franco" na cidade de Santos, Estado de São Paulo, à República da Bolívia, firmado entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia, em 29 de março de 1958.

Decreto Legislativo nº 7, de 1962.

— Aprova o Convênio que concede um "Entrepósito de Depósito Franco" na cidade de Belém, no Estado do Pará, firmado entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia, em 29 de março de 1958.

Decreto Legislativo nº 10, de 1962.

ESCOLAS

Dispõe sobre as medidas necessárias ao funcionamento de Escolas de Engenharia Industrial.

Lei nº 4.085, de 3 de julho de 1962.

ESCOLAS

Regula o Exercício do Magistério da Marinha.

Lei nº 4.128, de 27 de agosto de 1962.

— Aprova o Regulamento para os Escolas de Marinha Mercante.

Decreto nº 1.424, de 28 de setembro de 1962.

— Ver, também, Universidades, Faculdades, Colégios e Cursos — Quanto às militares ver: Aeronáutica, Exército e Marinha.

ESTADO DE ALAGOAS

Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito extraordinário de Cr\$ 50.000.000,00 para o fim que especifica.

Decreto nº 51.533, de 14 de agosto de 1962.

ESTADO DA BAHIA

Transfere do Governo do Estado da Bahia para a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coeiba) a concessão para o aproveitamento da energia hidráulica da Cachoeira da Pancada Grande, no rio Serinhaem.

Decreto nº 1.379, de 11 de setembro de 1962.

ESTADO DA GUANABARA

Estabelece providências para o exato cumprimento da Lei 3.752, de 14 de abril de 1960, e dispõe sobre a situação de funcionários que servem à Presidência da República, desde antes da instalação do Estado da Guanabara.

Decreto nº 51.528, de 1º de agosto de 1962.

ESTADO DE MINAS GERAIS

Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a construir linha de transmissão.

Decreto nº 1.186-B, de 18 de junho de 1962.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a ampliar a capacidade de produção do sistema Ijuí-zinho-Santa Rosa-Cruz Alta.

Decreto nº 1.377-A, de 11 de setembro de 1962.

— Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a ampliar suas instalações.

Decreto nº 1.378-A, de 11 de setembro de 1962.

ESTADO DE SERGIPE

Autoriza o Governo do Estado de Sergipe a luvrar calcário no município de Laranjeiras, Estado de Sergipe.

Decreto nº 51.278, de 25 de agosto de 1961.

— Autoriza o Governo do Estado de Sergipe a pesquisar minérios de titânio, no município de Japaratuba, Estado de Sergipe.

Decreto nº 51.304, de 25 de agosto de 1961.

ESTADOS

Fixa o número de Deputados por Estados e Territórios e dá outras providências.

Lei nº 4.095, de 17 de julho de 1962.

— Dispõe sobre os auxílios, a título de empréstimo ou adiantamento nos Estados, Municípios e Distrito Federal, referidos nas Leis 3.534, de 12 de dezembro de 1957, e 4.069, de 11 de junho de 1962.

Decreto nº 1.345, de 31 de agosto de 1962.

— Dispõe sobre a admissão de pessoal para acordos entre a União, Estados e Municípios e dá outras providências.

Decreto nº 51.458, de 18 de abril de 1962.

ESTATÍSTICAS

Cria Grupo de Trabalho para estudar um plano de ampliação e atualização dos levantamentos estatísticos nacionais.

Decreto nº 1.283, de 25 de junho de 1962.

ESTATUTOS

Aprovação ou alteração. — Ver o nome da entidade a que se refere.

ESTRADA DE FERRO SAMPAIO CORREIA

Aprova o enquadramento dos cargos, funções e empregos da Estrada de Ferro Sampaio Correia do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.

Decreto nº 51.518, de 25 de junho de 1962.

ESTRADA DE FERRO SÃO LUIS-TERESINA

Aprova enquadramento dos cargos, funções e empregos da Estrada de Ferro São Luís — Teresina, do Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências.

Decreto nº 51.519, de 25 de junho de 1962.

EXÉRCITO

Fixa o prazo de aplicação das disposições da Lei nº 4.015, de 16 de dezembro de 1961 (reengajamento de Sargentos do Exército não possuidores do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos).

Lei nº 4.104 — de 23 de julho de 1962.

— Cria no Comando Militar de Brasília e 11ª Região Militar a Prefeitura Militar de Brasília, com sede em BRASÍLIA — DF.

Decreto nº 1.307 — de 8 de agosto de 1962.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um imóvel, situado no Município de Mafra, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 1.308 — de 8 de agosto de 1962.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um imóvel, situado no Município de Santiago, Estado do Rio Grande do Sul, destinado ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 1.309 — de 8 de agosto de 1962.

— Cria o Hospital das Forças Armadas em Brasília.

Decreto nº 1.310 — de 8 de agosto de 1962.

— Altera a redação do art. 14 do Regulamento da Lei de Promoções dos Oficiais do Exército.

Decreto nº 1.318 — de 21 de agosto de 1962.

EXÉRCITO

Aprova as Tabelas de Fixação dos Valores da Etapa das Forças Armadas e de suas modalidades, para o 2º semestre de 1962, e dá outras providências.

Decreto nº 1.386 — de 13 de setembro de 1962.

Aprova a Tabela de Fixação dos valores dos complementos à ração comum, para o Exército, e dá outras providências.

Decreto nº 1.388 — de 13 de setembro de 1962.

Fixa a distribuição, em cada Arma e em cada posto, das funções gerais dos oficiais do Exército, a vigorar a partir de 24 de agosto de 1962.

Decreto nº 51.541 — de 39 de agosto de 1962.

Ver, também, Ministério da Guerra.

F

Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo.

Lei nº 4.086 — de 7 de julho de 1962.

FACULDADES

Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo.

Lei nº 4.119 — de 27 de agosto de 1962.

Ver, também, Universidades, Escolas e Cursos.

FARINHA DE MANDIOCA

Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, para o ano agrícola 1962-63.

Decreto nº 1.356 — de 3 de setembro de 1962.

FEIJÃO

Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, para o ano agrícola 1962-63.

Decreto nº 1.356 — de 3 de setembro de 1962.

FELDSPATO

Autoriza a cidadã brasileira Adelina Maria de São José a pesquisar feldspato no município de Marau, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 1.289 — de 26 de junho de 1962.

FERRO

Autoriza o cidadão brasileiro Sócrates Bonfim a pesquisar minério de ferro, no município de Urucará, Estado do Amazonas.

Decreto nº 1.290 — de 26 de junho de 1962.

FORÇAS ARMADAS

Autoriza matrícula de oficiais da Marinha, no Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas, que não satisfazem a parte final da letra b do art. 47 do Decreto número 50.352, de 17 de março de 1961.

Decreto nº 1.344 — de 31 de agosto de 1962.

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

Dispensa de inspeção médica periódica os funcionários públicos aposentados que contem 60 anos de idade, ou mais de 30 de serviço.

Lei nº 4.098 — de 19 de julho de 1962.

Altera disposições da Lei número 3.780, de 12 de julho de 1960, relativas à classe de Ascensorista.

Lei nº 4.126 — de 27 de agosto de 1962.

Retifica a situação de servidores do Conselho Nacional de Pesquisas e Institutos subordinados, no enquadramento aprovado pelo Decreto número 51.054, de 26 de julho de 1961, e dá outras providências.

Decreto nº 51.537 — de 21 de agosto de 1962.

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

Estabelece providências par o exato cumprimento da Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960, e dispõe sobre a situação de funcionários que servem à Presidência da República, desde antes da instalação do Estado da Guanabara.

Decreto nº 51.528 — de 1º de agosto de 1962.

— *Altera o Decreto nº 50.562, de 8 de maio de 1961.*

Decreto nº 51.535 — de 16 de agosto de 1962.

**FUNÇÕES DE CARATER
OU INTERESSE MILITAR**

Dispõe sobre o exercício, por militares, da função de membro do Grupo Executivo de que trata o Decreto número 51.514, de 25 de junho de 1962.

Decreto nº 51.548 — de 6 de setembro de 1962.

FUNÇÕES GRATIFICADAS

Cria funções gratificadas no Quadro do Pessoal do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto nº 51.533 — de 22 de setembro de 1962.

— *Classifica as funções gratificadas do Instituto Nacional do Pinho, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.529 — de 6 de agosto de 1962.

— *Classifica as funções gratificadas do Instituto do Açúcar e do Alcool e dá outras providências.*

Decreto nº 51.545 — de 5 de setembro de 1962.

FUNDO FEDERAL AGROPECUÁRIO

Delega ao Poder Executivo poderes para decretar lei criando um fundo de natureza contábil denominado Fundo Federal Agropecuário (FFAP) e estabelece os limites e condições da delegação.

Decreto Legislativo nº 11, de 1962.

FUNDO NACIONAL DE INVESTIMENTO FERROVIÁRIO

Transforma o Departamento Nacional de Estradas de Ferro em Autarquia, cria o Fundo Nacional de Investimento Ferroviário, e dá outras providências.

Lei nº 4.102, de 20 de julho de 1962

FUNDO RODOVIÁRIO NACIONAL

Regulamenta a entrega e aplicação das quotas municipais do Fundo Rodoviário Nacional.

Decreto nº 1.379-A, de 11 de setembro de 1962.

G**GRATIFICAÇÃO DE NATAL**

Institui a gratificação de Natal para os trabalhadores.

Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962.

GRUPO EXECUTIVO

Dispõe sobre o exercício por militares, da função de membro do Grupo Executivo de que trata o Decreto número 51.514, de 25 de junho de 1962.

Decreto nº 51.548, de 6 de setembro de 1962.

**GRUPO EXECUTIVO DA INDÚSTRIA DO MATERIAL
AERONAUTICO (GEIMA)**

Altera a constituição prevista no artigo 3º do Decreto nº 50.837, de 23 de junho de 1961, que criou o GEIMA.

Decreto nº 1.319, de 22 de agosto de 1962.

GRUPOS DE TRABALHO

Cria Grupo de Trabalho para estudar um plano de ampliação e atualização dos levantamentos estatísticos nacionais.

Decreto nº 1.283, de 25 de junho de 1962.

— *Estende a competência do Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto nº 51.347, de 16 de novembro de 1961.*

Decreto nº 51.525, de 26 de junho de 1962.

GRUPOS DE TRABALHO

Institui Grupo de Trabalho para um estudo sobre a agro-indústria canavieira, e dá outras providências.

Decreto nº 51.534, de 16 de agosto de 1962.

— *Revoga disposições dos Decretos números 51.372 de 15 de dezembro de 1961 e 51.392, de 11 de janeiro de 1962, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.551, de 19 de setembro de 1962.

H

HOSPITAL DO JORNALISTA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 para construção do Hospital do Jornalista, e dá outras providências.

Lei nº 4.114, de 17 de agosto de 1962.

I

IGUASSU — COMPANHIA DE SEGUROS

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Iguaçu — Companhia de Seguros, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 1.257, de 25 de junho de 1962.

IMPÓSTO DE RENDA

Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962 (que fixa novos valores para os vencimentos dos servidores da União, institui empréstimo compulsório, altera a legislação do Imposto de Renda, autoriza emissão de títulos de recuperação financeira, modifica a legislação sobre emissão de letras e obrigações do Tesouro Nacional e dá outras providências).

Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962.

INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO NAVAL

Prorroga até 24 de abril de 1963 o prazo de isenção de que trata o artigo 17 da Lei nº 3.381, de 24 de abril de 1958 (que concedeu às empresas nacionais de construção ou reparos navais, isenção de direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras).

Lei nº 4.144, de 21 de setembro de 1962.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS EMPREGADOS EM TRANSPORTES E CARGAS

Concede parcelamento de débito ao Sindicato dos Arrumadores de São Paulo para com o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas.

Decreto nº 51.542, de 30 de agosto de 1962.

— *Autoriza o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas a parcelar dívida já ajuizada do Sindicato dos Arrumadores de São Paulo.*

Decreto nº 51.543, de 30 de agosto de 1962.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS MARÍTIMOS

Altera os arts. 2º e 3º do Decreto nº 36.911, de 15 de fevereiro de 1955.

Decreto nº 1.420, de 27 de setembro de 1962.

— *Altera e retifica o sistema de classificação de cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, aprovado pelo Decreto número 51.345, de 28 de outubro de 1961 e dá outras providências.*

Decreto nº 51.509, de 20 de junho de 1962.

INSTITUTO DE MOLESTIAS DO APARELHO DIGESTIVO E DA NUTRIÇÃO

Transfere à União a responsabilidade da dívida de Cr\$ 110.000.000,00, e respectivos juros, do Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição, de São Paulo.

Lei nº 4.114-A, de 20 de agosto de 1962.

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL

Classifica as funções gratificadas do Instituto do Açúcar e do Alcool e dá outras providências.

Decreto nº 51.545, de 5 de setembro de 1962.

— *Aprova o sistema de classificação de cargos do Instituto do Açúcar e do Alcool, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.546, de 5 de setembro de 1962.

— *Aprova o enquadramento do pessoal do Instituto do Açúcar e do Alcool, beneficiado pelo artigo 2º da Lei número 3.967, de 5 de outubro de 1961.*

Decreto nº 51.547, de 5 de setembro de 1962.

INSTITUTO NACIONAL DO PINHO

Classifica as funções gratificadas do Instituto Nacional do Pinho e dá outras providências.

Decreto nº 51.529, de 6 de agosto de 1962.

INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Dispensa de inspeção médica periódica os funcionários públicos aposentados que contem 60 anos de idade, ou mais de 30 de serviço.

Lei nº 4.038, de 19 de julho de 1962.

— *Aprova a tabela dos índices de reajustamento das aposentadorias e pensões e benefícios em manutenção de salário em vigor nos Institutos de Aposentadoria e Pensões a que se refere o Art. 6º e seus parágrafos da Lei 3.807, de 26 de agosto de 1960, combinados com os artigos 116 a 118 do respectivo regulamento aprovado pelo decreto 48.959-A, de 19 de setembro de 1960.*

Decreto nº 1.282, de 25 de junho de 1962.

— *Altera dispositivo do Decreto número 50.397 de 3 de abril de 1961.*

Decreto nº 1.284, de 25 de junho de 1962.

INTERVENÇÃO FEDERAL

Prorroga o prazo a que se refere o art. 2º do Decreto nº 814, de 31 de março de 1962.

Decreto nº 1.396, de 19 de setembro de 1962.

— *Decreta a intervenção na Companhia Nacional de Alcalis e dá outras providências.*

Decreto nº 1.397, de 21 de setembro de 1962.

INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO

Delega ao Poder Executivo poderes para prorrogar e alterar a legislação vigente de intervenção no domínio econômico promulgada para assegurar a livre distribuição de mercadorias e serviços essenciais ao consumo do povo, de modo a adaptá-la às necessidades atuais do País, bem como para suprimir, reestruturar ou agrupar as entidades que, atual, direta ou indiretamente, sejam responsáveis pela política de abastecimento, preços e assistência alimentar do País, e estabelece os limites e condições da delegação.

Decreto Legislativo nº 9 de 1962.

— *Dispõe sobre a intervenção no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo.*

Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962.

ISENÇÕES

Isenta do imposto de importação equipamento telefônico, importado pela Companhia Telefônica de Pernambuco.

Lei nº 4.103, de 21 de julho de 1962.

— *Isenta dos impostos de importação e de consumo, equipamento telefônico a ser importado pela Telefônica de Jataí S. A., para instalação do serviço de telefones na Cidade de Jataí, no Estado de Goiás.*

Lei nº 4.104-A, de 23 de julho de 1962.

FUNCIONÁRIAS PÚBLICAS

— *Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento destinado à instalação de uma estação de televisão, pela Rádio Clube de Pernambuco S.A.*

Lei nº 4.105 — de 23 de julho de 1962.

— *Isenta dos impostos de importação e de consumo, material importado pela Emissora de Televisão Continental S.A. — T.V. Continental.*

Lei nº 4.110 — de 31 de julho de 1962.

— *Isenta de impostos de importação e de consumo equipamento telefônico importado pela Telefones Bahia S.A. — TEBASA.*

Lei nº 4.111 — de 31 de julho de 1962.

— *Concede isenção dos impostos de importação e de consumo para o material telefônico a ser importado pela Companhia Telefônica Aragarina, Estado de Minas Gerais.*

Lei nº 4.112 — de 1º de agosto de 1962.

— *Concede isenção dos impostos de importação e de consumo para o equipamento de um órgão litúrgico doado do Colégio Santa Marcelina, do Rio de Janeiro.*

Lei nº 4.141 — de 21 de setembro de 1962.

— *Isenta dos impostos de importação e de consumo materiais a serem importados pela Rádio Televisão Piratini S.A., para a instalação de uma estação completa de Televisão, na Cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Lei nº 4.143 — de 21 de setembro de 1962.

— *Prorroga até 24 de abril de 1963 o prazo de isenção de que trata o artigo 17 da Lei nº 3.381, de 24 de abril de 1958 (que concedeu às empresas nacionais de construção ou reparos navais, isenção de direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras).*

Lei nº 4.144 — de 21 de setembro de 1962.

GRUPO EXECUTIVO DA INDÚS-

— *Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, neste descritos e consignados à "Bahiana Sisal S.A. Indústria, Comércio Exportação" (Bahiana Sisal), de Salvador (Ba).*

Decreto nº 1.299 — de 26 de julho de 1962.

— *Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados a "Companhia Nacional de Pesca e Exportação" (PESCATEC), de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto nº 1.408 — de 26 de setembro de 1962.

ITATIAIA — COMPANHIA DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Itatiaia — Companhia de Seguros, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 1.212 — de 20 de junho de 1962.

J

JARAGUÁ — COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Jaraguá Companhia de Seguros Gerais, relativa a aumento do capital social.

Decreto nº 958 — de 7 de maio de 1962.

JORNALISTAS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 para construção do Hospital do Jornalista, e dá outras providências.

Lei nº 4.114 — de 17 de agosto de 1962.

— *Altera o Decreto nº 50.562, de 8 de maio de 1961.*

Decreto nº 51.535 — de 16 de agosto de 1962.

JUSTIÇA DO TRABALHO

Cria Juntas de Conciliação e Julgamentos nas 2ª, 4ª, 6ª e 8ª Regiões da Justiça do Trabalho; eleva a 1ª Categoria os Tribunais Regionais do Trabalho das 7ª e 8ª Regiões; extingue as atuais funções de Suplente de Juiz do Trabalho, Presidente das Juntas de Conciliação e Julgamento, com sede em Recife; e dá outras providências.

Lei nº 4.088 — de 12 de julho de 1962.

L**LAVRA**

Autorização para ver o nome do elemento lavrado.

LETRAS E OBRIGAÇÕES DO TESOUREIRO

Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962 (que fixa novos valores para os vencimentos dos servidores da União, institui empréstimo compulsório, altera a legislação do Imposto de Renda, autoriza emissão de títulos de recuperação financeira, modifica a legislação sobre emissão de letras e obrigações do Tesouro Nacional e dá outras providências).

Lei nº 4.069 — de 11 de junho de 1962.

LUTO OFICIAL

Decreta luto oficial pelo falecimento do ex-Presidente do Conselho de Ministros, Professor Francisco Brochado da Rocha e dispõe sobre homenagens de seus funerais.

Decreto nº 51.553 — de 26 de setembro de 1962.

M**MAGISTÉRIO**

Lei nº 4.128 — de 27 de agosto de 1962.

Regula o Exercício do Magistério da Marinha.

MARINHA

Regula o Exercício do Magistério da Marinha.

Lei nº 4.128 — de 27 de agosto de 1962.

— Cria o Hospital das Forças Armadas em Brasília.

Decreto nº 1.310 — de 8 de agosto de 1962.

— Autoriza a doação que a Prefeitura de Tutoia no Estado do Maranhão, faz ao Ministério da Marinha de um terreno de quatrocentos metros quadrados (400,00m²), para a instalação do "Farol de Tutoia", e dá outras providências.

Decreto nº 1.341 — de 31 de agosto de 1962.

— Aprova as Tabelas de Fixação dos Valores da Etapa das Forças Armadas e de suas modalidades, para o 2º semestre de 1962, e dá outras providências.

Decreto nº 1.386 — de 13 de setembro de 1962.

— Aprova a Tabela de Fixação dos valores dos complementos à ração comum, para a Marinha, e dá outras providências.

Decreto nº 1.387 — de 13 de setembro de 1962.

— Prorroga, temporariamente, até 31 de janeiro de 1963, o disposto no artigo 126 do Regulamento de Promoções para Oficiais da Marinha.

Decreto nº 1.423 — de 28 de setembro de 1962.

MARINHA

Ver, também, Ministério da Marinha e Armada.

MARINHA MERCANTE

"Aprova o Regulamento para as Escolas de Marinha Mercante".

Decreto nº 1.424 — de 28 de setembro de 1962.

MARÍTIMOS

Revoga disposições dos Decretos números 51.372, de 15 de dezembro de 1961 e 51.392, de 11 de janeiro de 1962, e dá outras providências.

Decreto nº 51.551 — de 19 de setembro de 1962.

MERCADORIAS E SERVIÇOS

Dispõe sobre a intervenção no domínio económico, para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo.

Lei Delegada nº 4 — de 26 de setembro de 1962.

METROPOLITANA — COMPANHIA DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Metropolitana Companhia de Seguros.

Decreto nº 1.154 — de 8 de junho de 1962.

MICA

Declara caducos os Decretos números 20.658, de 26 de fevereiro de 1946 e 29.273, de 17 de fevereiro de 1951.

Decreto nº 1.193-A — de 18 de junho de 1962.

MILRO

Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros géneros de produção nacional, para o ano agrícola 1962-63.

Decreto nº 1.356 — de 3 de setembro de 1962.

MILITARES

Regula os benefícios dos herdeiros dos militares ativos e inativos.

(Publicado no Diário Oficial de 13 de abril de 1962 — Seção I — Parte I — Retificado.

Decreto nº 886 — de 11 de abril de 1962.

Dispõe sobre o exercício por militares, da função de membro do Grupo Executivo de que trata o Decreto número 51.514, de 25 de junho de 1962.

Decreto nº 51.548 — de 6 de setembro de 1962.

MINISTÉRIO DA AERONAUTICA

Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Cascavel (PR).

Decreto nº 1.301 — de 31 de julho de 1962.

MINISTÉRIO DA AERONAUTICA

Fixa postos e quadros para os cargos de Diretor da Fábrica do Galeão e dos Parques de Aeronáutica de São Paulo e dos Afonsos.

Decreto nº 1.311 — de 8 de agosto de 1962.

Dispõe sobre o horário de trabalho no Centro Técnico de Aeronáutica, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto nº 1.321 — de 22 de agosto de 1962.

Aprova o Regulamento da Inspeção Geral da Aeronáutica.

Decreto nº 1.322 — de 22 de agosto de 1962.

Autoriza o Ministro da Fazenda a dar a garantia do Tesouro Nacional a empréstimo a ser realizado pelo Ministério da Aeronáutica.

Decreto nº 1.390 — de 13 de setembro de 1962.

Aprova o enquadramento dos cargos e funções do Ministério da Aeronáutica e dá outras providências.

(Suplemento).

Decreto nº 51.516 — de 25 de junho de 1962.

Cria funções gratificadas no Quadro do Pessoal do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto nº 51.538 — de 22 de agosto de 1962.

MINISTÉRIO DA AERONAUTICA

Ver, também, Aeronáutica.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Dispõe sobre programa de trabalho a que se refere o art. 2º da Lei número 1.489, de 10 de dezembro de 1951.

Decreto nº 1.313 — de 14 de agosto de 1962.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 destinado às comemorações do cinquentenário da Fundação de Canoinhas, Santa Catarina.

Lei nº 4.101 — de 20 de julho de 1962.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Transfere da utilização e ocupação pelo Ministério da Marinha para o Ministério da Educação e Cultura, o imóvel que menciona.

Decreto nº 1.340 — de 31 de agosto de 1962.

— *Aprova Programa de Emergência do Ministério da Educação e Cultura para 1962.*

Decreto nº 51.552 — de 26 de setembro de 1962.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Autoriza o Ministério da Fazenda a dar garantia do Tesouro Nacional a operações de financiamentos com o aval da Caixa de Crédito da Pesca.

Decreto nº 1.279 — de 25 de junho de 1962.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 885.343,90, para pagamento do período compreendido entre 1º de junho a 31 de dezembro de 1958, de vencimentos, salário-família, a gratificação adicional, aos servidores do Estabelecimento de Subsistência da 10ª Região Militar.

Lei nº 4.091 — de 13 de julho de 1962.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 21.876.000,00, destinado a atender à despesa com a aquisição do material necessário ao equipamento da posição de operação resultante da instalação de Central Rádio em Brasília.*

Lei nº 4.092 — de 14 de julho de 1962.

— *Abre ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00 — cem milhões de cruzeiros — para ocorrer a despesa que especifica.*

Decreto nº 1.337 — de 31 de agosto de 1962.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um imóvel situado no Município de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul, destinado ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 1.372, de 5 de setembro de 1962.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Ver, também, Exército.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Modifica, sem aumento de despesa, o Orçamento Geral da União para 1962, na parte relativa ao Subanexo 4.16 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores, visando a permitir o custeio do pessoal do Departamento Federal de Segurança Pública incumbido dos serviços de policiamento local de Brasília.

Lei nº 4.100 — de 20 de julho de 1962.

— *Aprova o enquadramento do pessoal do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, beneficiado pelo artigo 2º da Lei nº 3.967, de 5 de outubro de 1961.*

Decreto nº 51.531 — de 9 de agosto de 1962.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Dá nova redação ao artigo 2º do Decreto nº 930, de 2 de maio de 1962.

Decreto nº 1.314 — de 16 de agosto de 1962.

— *Autoriza o Governo a desapropriar o imóvel sito na Rua 1, nº 101, lote 12, Bairro Itaim, na cidade de São Paulo, S.P., e dá outras providências.*

Decreto nº 1.317 — de 21 de agosto de 1962.

— *Regula o emprêgo, na navegação interior, de embarcações de menos de 20 toneladas brutas de arqueação.*

Decreto nº 1.334 — de 30 de agosto de 1962.

— *Transfere da utilização e ocupação pelo Ministério da Marinha para o Ministério da Educação e Cultura, o imóvel que menciona.*

Decreto nº 1.340 — de 31 de agosto de 1962.

— *Concede gratificação de Técnico Militar e Diária Industrial aos militares que servem no Estaleiro de Construção Naval do Comando do 5º Distrito Naval.*

Decreto nº 1.342 — de 31 de agosto de 1962.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Aprova o enquadramento dos cargos e funções do Ministério da Marinha e dá outras providências.

(Suplemento).

Decreto nº 51.527 — de 31 de julho de 1962.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Ver, também, Armada e Marinha.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

Altera a redação do artigo 2º do Decreto nº 51.484, de 5 de junho de 1962.

Decreto nº 51.505-A — de 15 de junho de 1962.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Cria o cargo de Adido Naval junto à Representação Diplomática e dá outras providências.

Decreto nº 1.296 — de 26 de junho de 1962.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Aprova o Regimento do Serviço de Documentação do Ministério da Saúde.

(Publicado no Diário Oficial de 14 e retificado no Diário Oficial de 15 de maio de 1962) — Retificado.

Decreto nº 974 — de 11 de maio de 1962.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Altera o art. 10 do Regimento do Gabinete do Ministro da Viação e Obras Públicas, aprovado pelo Decreto nº 319, de 7 de dezembro de 1961.

Decreto nº 1.297 — de 20 de julho de 1962.

— *Institui no Gabinete do Ministro da Viação e Obras Públicas o Núcleo de Planejamento.*

Decreto nº 1.381 — de 12 de setembro de 1962.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito extraordinário de Cr\$ 50.000.000,00 para o fim que especifica.

Decreto nº 51.533 — de 14 de agosto de 1962.

MINISTROS EXTRAORDINARIOS

Delega ao Poder Executivo poderes para legislar sobre os cargos de Ministros extraordinários.

Decreto Legislativo nº 8 — de 1962.

— *Cria cargos de Ministros extraordinários e dá outras providências.*

Lei Delegada nº 1 — de 25 de setembro de 1962.

— *Dispõe sobre as atribuições do Ministro de Estado extraordinário responsável pelo planejamento e dá outras providências.*

Decreto nº 1.422 — de 27 de setembro de 1962.

MULHER CASADA

Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada.

Lei nº 4.121 — de 27 de agosto de 1962.

MUNICIPIOS

Dispõe sobre os auxílios, a título de empréstimo ou adiantamento, aos Estados, Municípios e Distrito Federal, referidos nas Leis 3.337, de 12 de dezembro de 1957, e 4.089, de 11 de junho de 1962.

Decreto nº 1.345 — de 31 de agosto de 1962.

— *Dispõe sobre a admissão de pessoas para acordos entre a União, Estado e Municípios e dá outras providências.*

Decreto nº 51.458 — de 18 de abril de 1962.

N

NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

Concede à Sociedade Navegação Lagunense Limitada autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 478 — de 5 de janeiro de 1962.

NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

Concede à Sociedade Brasilmar Meridional de Navegação Limitada autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 1.214 — de 20 de junho de 1962.

— *Concede à sociedade Pedro Carneiro Navegação Ltda. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto nº 1.398 — de 24 de setembro de 1962.

— *Concede à sociedade F. Souto Indústria, Comércio e Navegação S. A. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto nº 1.399 — de 24 de setembro de 1962.

NAVEGAÇÃO INTERIOR

Regula o emprego, na navegação interior, de embarcações de menos de 20 toneladas brutas de arqueação.

Decreto nº 1.334 — de 30 de agosto de 1962.

NORDESTE

Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional neste descritos e consignados a "Bahiana Sisal S. A. Indústria, Comércio Exportação" (Bahiana Sisal), de Salvador (Ba).

Decreto nº 1.299 — de 26 de julho de 1962.

— *Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à "Companhia Nacional de Pesca e Exportação" (PESCAPEC), de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto nº 1.408 — de 26 de setembro de 1962.

O

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1962.

Lei nº 3.994 — de 9 de dezembro de 1961.

— *Modifica, sem aumento de despesa, o Orçamento Geral da União para 1962, na parte relativa ao Subanexo 4.16 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores, visando a permitir o custeio do pessoal do Departamento Federal de Segurança Pública incumbido dos serviços de policiamento local de Brasília.*

Lei nº 4.100 — de 20 de julho de 1962.

— *Dispõe sobre a execução orçamentária no exercício financeiro de 1962, nos termos do art. 5º da Lei nº 3.994, de 9 de dezembro de 1961.*

Lei nº 4.120 — de 27 de agosto de 1962.

ORDEM DO MÉRITO AERONAUTICA

Altera e acrescenta dispositivos no Regulamento da Ordem do Mérito Aeronáutico e dá outras providências.

Decreto nº 51.539 — de 23 de agosto de 1962

OURO

Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Scarso Wanderley a pesquisar minério de ouro e diamante, no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.

Decreto nº 1.346 — de 3 de setembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Scasso Wanderley a pesquisar minério de ouro e diamante, no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.*

Decreto nº 1.347 — de 3 de setembro de 1962.

OURO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Scarso Wanderley a pesquisar minério de ouro e diamante, no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.*

Decreto nº 1.348 — de 3 de setembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Scarso Wanderley a pesquisar minério de ouro e diamante, no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.*

Decreto nº 1.349 — de 3 de setembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Scarso Wanderley a pesquisar minério de ouro e diamante, no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.*

Decreto nº 1.350 — de 3 de setembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Scarso Wanderley a pesquisar minério de ouro e diamante, no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.*

Decreto nº 1.351 — de 3 de setembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Bonifácio Diniz de Andrada a pesquisar minério de ouro e diamante no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.*

Decreto nº 1.352 — de 3 de setembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Bonifácio Diniz de Andrada a pesquisar minério de ouro e diamante no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.*

Decreto nº 1.353 — de 3 de setembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Bonifácio Diniz de Andrada a pesquisar minério de ouro e diamante no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.*

Decreto nº 1.354 — de 3 de setembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Bonifácio Diniz de Andrada a pesquisar minério de ouro e diamante no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.*

Decreto nº 1.355 — de 3 de setembro de 1962.

OURO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Francisco da Silva Tavares a pesquisar minério de ouro e diamante, no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.*

Decreto nº 1.537 — de 4 de setembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco da Silva Tavares a pesquisar minério de ouro e diamante, no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.*

Decreto nº 1.358 — de 4 de setembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco da Silva Tavares a pesquisar minério de ouro e diamante, no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.*

Decreto nº 1.359 — de 4 de setembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco da Silva Tavares a pesquisar minério de ouro e diamante, no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.*

Decreto nº 1.360 — de 4 de setembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco da Silva Tavares a pesquisar minério de ouro e diamante, no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.*

Decreto nº 1.361 — de 4 de setembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Roberto Santos Valpassos a pesquisar minério de ouro e diamante, no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.*

Decreto nº 1.362 — de 4 de setembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Roberto Santos Valpassos a pesquisar minério de ouro e diamante, no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.*

Decreto nº 1.363 — de 4 de setembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Roberto Santos Valpassos a pesquisar minério de ouro e diamante, no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.*

Decreto nº 1.364 — de 4 de setembro de 1962.

GURO

Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Roberto Santos Valpassos a pesquisar minério de ouro e diamante, no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.

Decreto n.º 1.365 — de 4 de setembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Roberto Santos Valpassos a pesquisar minério de ouro e diamante, no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.*

Decreto n.º 1.366 — de 4 de setembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Edmundo Muniz Barreto Mandim a pesquisar minério de ouro e diamante, no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.*

Decreto n.º 1.367 — de 4 de setembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Edmundo Muniz Barreto Mandim a pesquisar minério de ouro e diamante, no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.*

Decreto n.º 1.368 — de 4 de setembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Edmundo Muniz Barreto Mandim a pesquisar minério de ouro e diamante, no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.*

Decreto n.º 1.369 — de 4 de setembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Edmundo Muniz Barreto Mandim a pesquisar minério de ouro e diamante, no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.*

Decreto n.º 1.370 — de 4 de setembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Edmundo Muniz Barreto Mandim a pesquisar minério de ouro e diamante, no município de Boa Vista, Território Federal do Rio Branco.*

Decreto n.º 1.371 — de 4 de setembro de 1962.

P

PANAIR DO BRASIL S.A.

Autoriza o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico a dar a garantia do Tesouro Nacional à operação de crédito externo que especifica.

Decreto n.º 1.288 — de 26 de junho de 1962.

PEDRAS PRECIOSAS

Autoriza o cidadão Ciro Pappalardo a comprar pedras preciosas.

Decreto n.º 843 — de 4 de abril de 1962.

PENSÕES

Concede pensão especial de Cr\$ 30.000,00 mensais a D. Geni Silva Vivacqua.

Lei n.º 4.093 — de 14 de julho de 1962.

— *Concede pensão especial de Cr\$ 6.000,00 a Benedito Muniz Cardoso, ex-condutor de malas do Departamento dos Correios e Telégrafos, e dá outras providências.*

Lei n.º 4.099 — de 19 de julho de 1962.

— *Concede pensão vitalícia de Cr\$ 40.000,00 quarenta mil cruzeiros (mensais ao ex-Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Antonio Francisco Carvalhal.*

Lei n.º 4.113 — de 17 de agosto de 1962.

— *Concede pensão especial de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) mensais à viúva do ex-Senador José Neiva de Souza.*

Lei n.º 4.145 — de 21 de setembro de 1962.

— *Concede pensão especial de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) a Marcionila de Souza Barreto, viúva do Juiz Federal Manuel Xavier Paes Barreto.*

Lei n.º 4.146 — De 21 de setembro de 1962.

PESQUISA

Autorização para — Ver o nome do elemento pesquisado.

PODER JUDICIÁRIO

Cria Juntas de Conciliação e Julgamentos nas 2ª, 4ª, 6ª e 8ª Regiões da Justiça do Trabalho; eleva à 1ª Categoria os Tribunais Regionais do Trabalho das 7ª e 8ª Regiões; extingue as atuais funções de Suplente de Juiz do Trabalho, Presidente das Juntas de Conciliação e Julgamento, com sede em Recife; e dá outras providências.

Lei nº 4.088 — de 12 de julho de 1962.

— *Aplica aos cargos e funções dos Quadros do Pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho da 4ª e 5ª Regiões disposições das Leis ns. 3.780 e 3.826, de 1960, e dá outras providências.*

— *Aplica aos cargos e funções dos Quadros do Pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho da 4ª e 5ª Regiões disposições das Leis ns. 3.780 e 3.826, de 1960, e dá outras providências.*

Lei nº 4.097 — de 19 de julho de 1962.

— *Cria 4 (quatro) cargos de Juiz do Trabalho Substituto para o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, em Porto Alegre, e dá outras providências.*

Lei nº 4.098-A — de 19 de julho de 1962.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região — o crédito suplementar de .. Cr\$ 11.520.000,00 (onze milhões, quinhentos e vinte mil cruzeiros), para pagamento de aluguel de imóvel ocupado por aquele Tribunal.*

Lei nº 4.107 — de 27 de julho de 1962.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região — o crédito especial de Cr\$ 7.700.000,00, para atender à despesa de adaptação de nova sede daquele Tribunal.*

Lei nº 4.108 — de 27 de julho de 1962.

PODER JUDICIÁRIO

Cria Juntas de Conciliação e Julgamento na 5ª Região da Justiça do Trabalho.

Lei nº 4.124 — de 27 de agosto de 1962.

— *Abre, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral, o crédito especial de Cr\$ 500.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto nº 1.395 — de 13 de setembro de 1962.

— *Abre, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, o crédito especial de Cr\$ 13.850.473,90, para o fim que especifica.*

Decreto nº 1.413 — de 27 de setembro de 1962.

POLÍCIA CRIMINAL INTERNACIONAL

Cria, no Departamento Federal de Segurança Pública, o Serviço de Polícia Criminal Internacional.

Decreto nº 1.380 — de 11 de setembro de 1962.

PORTO SEGURO — COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Porto Seguro — Companhia de Seguros Gerais, relativa a aumento do capital social.

Decreto nº 1.149 — de 7 de junho de 1962.

PREÇOS MÍNIMOS

Altera a Lei nº 1.506, de 19 de dezembro de 1951, dando-lhe nova redação, e adota providências.

Lei delegada nº 2, de 26 de setembro de 1962.

— *Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, para o ano agrícola 1962/63.*

Decreto nº 1.356 — de 3 de setembro de 1962.

— *Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição do algodão da região Meridional do País, da safra de 1962-63.*

Decreto nº 1.393 — de 13 de setembro de 1962.

PREFEITURAS

Autoriza o Poder Executivo a doar um imóvel da União à Prefeitura Municipal de Maranguapé, Estado do Ceará.

Lei nº 4.125 — de 27 de agosto de 1962.

— *Autoriza a doação que a Prefeitura de Tutoia, no Estado do Maranhão, faz ao Ministério da Marinha de um terreno de quatrocentos metros quadrados (400,00m²), para a instalação do "Farol de Tutoia", e dá outras providências.*

Decreto nº 1.341 — de 31 de agosto de 1962.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Jaguaratama, Estado do Ceará, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 1.373 — de 10 de setembro de 1962.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Ouro Preto concessão para distribuir energia elétrica no Distrito de Cachoeira do Campo.*

Decreto nº 1.385 — de 13 de setembro de 1962.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Estabelece providências para o exato cumprimento da Lei 3.752, de 14 de abril de 1960, e dispõe sobre a situação de funcionários que servem à Presidência da República, desde antes da instalação do Estado da Guanabara.

Decreto nº 51.528 — de 1º de agosto de 1962.

PREVIDENCIA SOCIAL

Dá nova redação aos §§ 1º e 4º do art. 32, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social).

Lei nº 4.130 — de 28 de agosto de 1962.

PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Altera o Decreto nº 30.691, de 29 de março de 1952, que aprovou o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal.

Decreto nº 1.255 — de 25 de junho de 1962.

PSICÓLOGOS

Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo.

Lei nº 4.119 — de 27 de agosto de 1962.

R**RÁDIO ATALAIA DE BELO HORIZONTE LTDA.**

Outorga concessão à Rádio Atalaia de Belo Horizonte Limitada, para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.403 — de 26 de setembro de 1962.

RÁDIO ATALAIA DE MARINGÁ LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Atalaia de Maringá Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média, na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

Decreto nº 1.402 — de 26 de setembro de 1962.

RÁDIO ATALAIA DE PORTO ALEGRE LTDA.

Outorga concessão à Rádio Atalaia de Porto Alegre Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Decreto nº 1.401 — de 26 de setembro de 1962.

RÁDIO ASSUNÇÃO CEARENSE LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Assunção Cearense Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de onda tropical, na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

Decreto nº 1.269 — de 25 de junho de 1962.

RÁDIO CLUBE DE PERNAMBUCO SOCIEDADE ANÔNIMA

Isenta dos impostos de importação e de consumo, equipamento destinado à instalação de uma estação de televisão, pela Rádio Clube de Pernambuco S. A.

Lei nº 4.105 — de 23 de julho de 1962.

RADIO CULTURA DE JOINVILLE LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Cultura de Joinville Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 1.277, de 25 de junho de 1962.

RADIO DIFUSORA CARIOCA LIMITADA

Outorga concessão à "Rádio Difusora Carioca Limitada", para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média, na cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia.

Decreto nº 1.181 — de 15 de junho de 1962.

RADIO DIFUSORA DO MARANHÃO LIMITADA

Cancela o Decreto nº 50.219, de 28 de janeiro de 1961, não publicado, e outorga concessão à Rádio Difusora do Maranhão Limitada, para estabelecer uma estação de televisão VHF, geradora de programas, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão.

Decreto nº 1.278, de 25 de junho de 1962.

RADIO EMISSORA SANTANA LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Emissora Sant'Ana Ltda., para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média, na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Decreto nº 1.339, de 31 de agosto de 1962.

RADIO IMPRENSA S. A.

Outorga concessão à Rádio Imprensa S. A. para estabelecer uma estação radiodifusora de frequência modulada (FM) na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Decreto nº 1.199, de 19 de junho de 1962.

— Outorga concessão à Rádio Imprensa S. A. para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso.

Decreto nº 1.268, de 25 de junho de 1962.

RADIO TRIUNFO LTDA.

Outorga concessão à Rádio Triunfo Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias na cidade de Triunfo, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 1.251, de 25 de junho de 1962.

REDE MINEIRA DE VIAÇÃO

Aprova o enquadramento dos cargos e funções da Rede Mineira de Viação e dá outras providências.

Decreto nº 51.523, de 25 de junho de 1962.

(Suplemento)

RADIOCOMUNICAÇÕES

Revogação do Decreto nº 652, de 8 de março de 1962.

Decreto nº 1.287, de 26 de junho de 1962.

REFERENDUM POPULAR

Dispõe sobre a vacância ministerial, e dá outras providências.

Lei Complementar nº 2, de 16 de setembro de 1962, ao Ato Adicional.

REGULAMENTOS

Aprova o Regimento do Serviço de Documentação do Ministério da Saúde.

Decreto nº 974, de 11 de maio de 1962.

— Altera o Decreto nº 30.691, de 29 de março de 1952, que aprovou o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal.

Decreto nº 1.255, de 25 de junho de 1962.

— Revogação do Decreto nº 652, de 8 de março de 1962.

Decreto nº 1.287, de 26 de junho de 1962.

— Altera o art. 10 do Regimento do Gabinete do Ministro da Viação e Obras Públicas, aprovado pelo Decreto nº 319, de 7 de dezembro de 1961.

Decreto nº 1.297, de 20 de julho de 1962.

REGULAMENTOS

Altera o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.

Decreto nº 1.298, de 20 de julho de 1962.

— *Altera o art. 31 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 48.014, de 5 de abril de 1960.*

Decreto nº 1.305, de 6 de agosto de 1962.

— *Altera a redação do art. 14, do Regulamento da Lei de Promoções dos Oficiais do Exército.*

Decreto nº 1.318, de 21 de agosto de 1962.

— *Aprova o Regulamento da Inspetoria Geral da Aeronáutica.*

Decreto nº 1.322, de 22 de agosto de 1962.

— *Prorroga, temporariamente, até 31 de janeiro de 1963, o disposto no art. 126 do Regulamento de Promoções para Oficiais da Marinha.*

Decreto nº 1.423, de 28 de setembro de 1962.

— *Aprova o Regulamento para as Escolas de Marinha Mercante.*

Decreto nº 1.424, de 28 de setembro de 1962.

— *Altera e acrescenta dispositivos no Regulamento da Ordem do Mérito Aeronáutico e dá outras providências.*

Decreto nº 51.539, de 23 de agosto de 1962.

REMESSA DE LUCROS

Disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior e dá outras providências.

Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962.

REMESSA DE VALORES PARA O EXTERIOR

Disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior e dá outras providências.

Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962.

RODOVIAS

Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000.000,00, para o fim que menciona.

Decreto nº 1.312, de 8 de agosto de 1962.

S**S. A. MOINHO INGLÊS**

Concede nacionalização à sociedade The Rio de Janeiro Flour Mills and Granaries Limited, sob a denominação de "S. A. Moinho Inglês".

Decreto nº 1.213, de 20 de junho de 1962.

SANTA CRUZ — COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Santa Cruz Companhia de Seguros Gerais, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 1.218, de 22 de junho de 1962.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA

Concede autorização à Cooperativa de Crédito dos Servidores do Sesi no Rio Grande do Sul Ltda., com sede em Porto Alegre, para modificar o seu estatuto social.

Decreto nº 696, de 15 de março de 1962.

SERVIDORES PÚBLICOS

Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962 (que fixa novos valores para os vencimentos dos servidores da União, institui empréstimo compulsório, altera a legislação do Imposto de Renda, autoriza emissão de títulos de recuperação financeira, modifica a legislação sobre emissão de letras e obrigações do Tesouro Nacional e dá outras providências).

Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962.
— *Estende a competência do Grupo de Trabalho, instituído pelo Decreto nº 51.347, de 16 de novembro de 1961.*

Decreto nº 51.525, de 26 de junho de 1962.

SESI

Ver: Serviço Social da Indústria.

SIDERÚRGICA DE SANTA CATARINA S.A. (SIDESC)

Autoriza a União a constituir uma Sociedade de Economia Mista, por ações, que se denominará Siderúrgica de Santa Catarina S.A. (SIDESC), e dá outras providências.

Lei nº 4.122, de 27 de agosto de 1962.

SINDICATO DOS ARRUMADORES DE SÃO PAULO

Concede parcelamento de débito do Sindicato dos Arrumadores de São Paulo para com o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas.

Decreto nº 51.542, de 30 de agosto de 1962.

— *Autoriza o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas a parcelar dívida já ajuizada do Sindicato dos Arrumadores de São Paulo.*

Decreto nº 51.543, de 30 de agosto de 1962.

SISTEMA PARLAMENTAR

Complementa a organização do sistema parlamentar de Governo, e estabelece outras disposições.

Lei Complementar ao Ato Adicional.

SOCIEDADE ANÔNIMA SOUTHERN TERRITORIES LIMITED

Concede à Sociedade Anônima Southern Territories Limited autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto nº 105, de 31 de outubro de 1961.

SOCIEDADE RÁDIO VALE DO JAGUARIBE

Outorga concessão à Sociedade Rádio Vale do Jaguaribe para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média, na cidade de Limoeiro do Norte, Estado do Ceará.

Decreto nº 965, de 7 de maio de 1962.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, em favor da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), área de terrenos situada ao Sul da Vila da Lagoa Grande, no Município de Petrolina, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 1.303, de 6 de agosto de 1962.

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO ABASTECIMENTO

Altera a Lei nº 1.506, de 19 de dezembro de 1951, dando-lhe nova redação, e adota providências.

Lei Delegada nº 2, de 26 de setembro de 1962.

— *Organiza a Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB) e dá outras providências.*

Lei Delegada nº 5, de 26 de setembro de 1962.

SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

Ver: Amazônia

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Dispõe sobre a publicação do expediente e das decisões do Supremo Tribunal Federal.

Decreto nº 1.333, de 30 de agosto de 1962.

T

TABELAS

Ver o nome do Ministério ou órgão a que se refere.

TARIFAS ADUANEIRAS

Autoriza o Poder Executivo a assinar os protocolos relativos à aceitação do Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras de Cooperação Comercial.

Lei nº 4.138, de 17 de setembro de 1962.

TAXAS

Dispõe sobre a criação de taxa destinada a remuneração dos vigias portuários.

Lei nº 4.127, de 27 de agosto de 1962.

TELEVISÃO

Isenta dos impostos de importação e de consumo materiais a serem importados pela Rádio Televisão Piratini S. A., para a instalação de uma estação completa de Televisão, na Cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

Lei nº 4.143, de 21 de setembro de 1962.

TERRENOS DE MARINHA

Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio pleno do terreno que menciona, situado no Estado da Guanabara.

Decreto nº 740, de 19 de março de 1962.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil da fração ideal do terreno acrescido de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 784, de 26 de março de 1962.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir terreno nacional interior, no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 1.041, de 24 de maio de 1962.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil da fração ideal do terreno de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 1.065, de 23 de maio de 1962.

TERRITÓRIOS FEDERAIS

Fixa o número de Deputados por Estados e Territórios e dá outras providências.

Lei nº 4.095, de 17 de julho de 1962.

THE RIO DE JANEIRO FLOUR MILLS AND GRANARIES LIMITED

Concede nacionalização à sociedade The Rio de Janeiro Flour Mills and Granaries Limited, sob a denominação de "S. A. Moimho Inglês".

Decreto nº 1.213, de 20 de junho de 1962.

THE YORKSHIRE INSURANCE COMPANY LIMITED

Concede à The Yorkshire Insurance Company Limited autorização para aumentar seu capital no país.

Decreto nº 1.215, de 20 de junho de 1962.

TITÂNIO

Autoriza o Governo do Estado de Sergipe a pesquisar minérios de titânio, no município de Japaratuba, Estado de Sergipe.

Decreto nº 51.304, de 25 de agosto de 1961.

TÍTULOS DE RECUPERAÇÃO FINANCEIRA

Expede normas reguladoras de emissão dos títulos de recuperação financeira, unifica a dívida pública interna federal e o serviço de pagamento de juros e resgate.

Decreto nº 1.392, de 13 de setembro de 1962.

U**UNIVERSIDADES**

Federaliza e incorpora à Universidade do Ceará a Faculdade de Ciências Econômicas.

Lei nº 4.123, de 27 de agosto de 1962.

— *Abre ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de ... Cr\$ 100.000.000,00, para atender às despesas com o custeio da Universidade de Santa Maria.*

Decreto nº 1.332, de 30 de agosto de 1962.

— *Aprova o Quadro do Pessoal da Universidade de Santa Catarina, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.524, de 26 de junho de 1962.

— *Retifica o enquadramento dos cargos e funções da Universidade de Juiz de Fora.*

Decreto nº 51.526, de 26 de junho de 1962.

— *Retifica o enquadramento das funções do Escritório Técnico da Universidade do Brasil, aprovado pelo Decreto nº 49.343, de 25 de novembro de 1960, e aprova enquadramento do pessoal do mesmo órgão beneficiado pelo disposto no art. 2º, da Lei número 3.967, de 5 de outubro de 1961.*

Decreto nº 51.536, de 21 de agosto de 1962.

UNIVERSIDADES

— Acrescenta um parágrafo ao artigo 3º do Decreto nº 51.437, de 8 de junho de 1962, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Universidade Federal de Goiás e dá outras providências.

Decreto nº 51.540, de 23 de agosto de 1962.

— Retifica o enquadramento dos cargos e funções da Universidade de Minas Gerais.

Decreto nº 51.549, de 11 de setembro de 1962.

— Ver, também, Faculdades, Escolas e Cursos.

UTILIDADE PÚBLICA (DECLARAÇÃO)

Declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente Alemã, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 432, de 28 de dezembro de 1961.

— Declara de utilidade pública a "Federação Espirita do Paraná", com sede em Curitiba, Estado do Paraná.

Decreto nº 656, de 8 de março de 1962.

— Declara de utilidade pública o Secretariado de Ação Social da Arquidiocese de Porto Alegre, com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 946, de 4 de maio de 1962.

— Declara de utilidade pública a Associação Paranaense de Reabilitação, com sede em Curitiba, Estado do Paraná.

Decreto nº 947, de 4 de maio de 1962.

— Declara de utilidade pública a "Associação Cristã de Moços do Rio de Janeiro", com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 948, de 4 de maio de 1962.

— Declara de utilidade pública a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itú, com sede em Itú, Estado de São Paulo.

Decreto nº 950, de 4 de maio de 1962.

— Declara de utilidade pública o Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada, com sede em São José dos Campos, Estado de São Paulo.

Decreto nº 952, de 4 de maio de 1962.

UTILIDADE PÚBLICA (DECLARAÇÃO)

— Declara de utilidade pública a "Sociedade Propagadora Esdeva", com sede em Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.264, de 25 de junho de 1962.

— Declara de utilidade pública a Fundação Felice Rosso, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.273, de 25 de junho de 1962.

— Declara de utilidade pública a Casa do Estudante Universitário "Aparício Cora de Almeida", com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 1.323, de 29 de agosto de 1962.

— Declara de utilidade pública a Associação de Assistência à Criança Defeituosa, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.325, de 30 de agosto de 1962.

— Declara de utilidade pública a "Casa da Providência", com sede em Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.336, de 31 de agosto de 1962.

— Declara de utilidade pública a Associação Escola Doméstica Maria Imaculada, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.406, de 26 de setembro de 1962.

V

VERA CRUZ — COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Vera Cruz, Companhia Brasileira de Seguros, relativa a aumento do capital social.

Decreto nº 753, de 19 de março de 1962.

VIGIAS PORTUÁRIOS

Dispõe sobre a criação de taxa destinada a remuneração dos vigias portuários.

Lei nº 4.127, de 27 de agosto de 1962.



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1962 — VOLUME VII

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS DE OUTUBRO A DEZEMBRO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

1963

CASH ON HAND - CDS	
F	
00000000	400,00
Trans. Nacional	
22-4-63	63/251

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Págs.		Págs.
8	— Lei Delegada de 11 de outubro de 1962 — Cria o Fundo Federal Agropecuário (FFAP), no Ministério da Agricultura e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 12 e retificada no D. O. de 16 de outubro de 1962	
9	— Lei Delegada de 11 de outubro de 1962 — Reorganiza o Ministério da Agricultura e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 12, e retificada no D. O. de 16 de outubro de 1962 e reproduzida no dia 3 de janeiro de 1963	
10	— Lei Delegada de 11 de outubro de 1962 — Cria a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 12 e retificada no D. O. de 16 de outubro de 1962	
11	— Lei Delegada de 11 de outubro de 1962 — Cria a Superintendência de Política Agrária (SUPRA) e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 12 e retificada no D. O. de 16 de outubro de 1962	
12	— Decreto Legislativo de 1962 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao termo de ajuste celebrado, em 4 de fevereiro de 1959, entre o Departamento de Obras de Saneamento do Ministério da Viação e Obras Públicas e a firma Construtora Nóbrega &	
	Machado Ltda., para construção da barragem de Taipu, no rio Ceará-Mirim, no Estado do Rio Grande do Norte. — Publicado no D. O. de 28 de novembro de 1962	22
13	— Decreto Legislativo de 1962 — Aprova o Acordo de cooperação entre os Estados Unidos do Brasil e a República Italiana para uso pacífico da energia nuclear. — Publicado no D. O. de 28 de novembro de 1962	22
14	— Decreto Legislativo de 1962 — Aprova o acordo sobre cooperação no campo dos usos pacíficos da energia atômica entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Paraguai, firmado em Assunção, a 18 de agosto de 1961. — Publicado no D. O. de 28 de novembro de 1962	23
15	— Decreto Legislativo de 1962 — Aprova o texto da Resolução WHA 1.243, adotado pela XII Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde, modificando os artigos 24 e 25 da Constituição daquela Agência especializada das Nações Unidas. — Publicado no D. O. de 28 de novembro de 1962	23
16	— Decreto Legislativo de 1962 — Aprova os textos dos Acórdos Comerciais de Pagamentos e Cooperação Econômica, concluídos, recentemente, entre o Brasil e países do Leste Europeu. —	

	Págs.		Págs.
Publicado no D. O. de 28 de novembro de 1962	23	Geral. — Publicado no D. O. de 6 de dezembro de 1962 ..	26
17 — Decreto Legislativo de 1962 — Autoriza o Poder Executivo a assinar a adesão do Brasil à Convenção Internacional, para criação da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental. — Publicado no D. O. de 29 de novembro de 1962	24	4.150 — Lei — Ainda não foi publicada no <i>Diário Oficial</i> ..	26
18 — Decreto Legislativo de 1962 — Aprova o Acôrdio sobre Transportes Aéreos Regulares entre os Estados Unidos do Brasil e a República Oriental do Uruguai. — Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1962	24	4.151 — Lei de 21 de novembro de 1962 — Concede isenção de impostos, taxas alfandegárias e qualquer outros ônus federais para material destinado à construção do Pavilhão da Exposição Internacional de Indústria e Comércio do Rio de Janeiro. — Publicada no D. O. de 7 de dezembro de 1962	26
19 — Decreto Legislativo de 1962 — Dispõe sobre a fixação dos subsídios, diárias e ajuda de custo dos membros do Congresso Nacional, para o período legislativo de 1963 a 1966. — Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1962 ..	24	4.152 — Lei de 21 de novembro de 1962 — Denomina Comandante Alberto Autran o antigo Hospital dos Marítimos, de Belém do Pará. — Publicada no D. O. de 10 de dezembro de 1962	27
20 — Decreto Legislativo de 1962 — Revoga o Decreto Legislativo nº 13, de 6 de outubro de 1959, que aprovou o Acôrdio de Resgate, assinado em 1956, entre os Governos do Brasil e da França. — Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1962	27	4.153 — Lei de 28 de novembro de 1962 — Altera a legislação do Imposto de Consumo e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 30 de novembro de 1962 ..	27
4.148 — Lei de 21 de novembro de 1962 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 para auxiliar o IX Congresso Nacional de Jornalistas realizada em Friburgo. — Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1962 ...	26	4.154 — Lei de 28 de novembro de 1962 — Dispõe sobre a legislação de rendas e proventos de qualquer natureza. — Publicada no D. O. de 30 de novembro de 1962	39
4.149 — Lei de 21 de novembro de 1962 — Autoriza a abertura, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do crédito de Cr\$ 25.000.000,00, destinado a ocorrer à instalação e funcionamento, em Brasília, do Ministério Público do Distrito Federal e da Primeira Subprocuradoria-		4.155 — Lei de 28 de novembro de 1962 — Estabelece normas para a restituição de receita, autoriza a reorganização interna das repartições arrecadoras e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 30 de novembro de 1962 ..	47
		4.156 — Lei de 28 de novembro de 1962 — Altera a legislação sobre o Fundo Federal de Eletrificação e dá outras providências. Publicada no D. O. de 30 de novembro de 1962 ..	48
		4.157 — Lei de 28 de novembro de 1962 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Legislativo — Câmara dos Deputados e Senado Federal — os créditos suplementares no total de Cr\$ 1.004.494.000,00 (um bilhão quatro milhões quatro-	

Págs.		Págs.
	centos e noventa e quatro mil cruzeiros), como reforço de dotações orçamentárias para o exercício de 1962. — Publicada no D. O. de 6 de dezembro de 1962	
51	4.158 — Lei de 28 de novembro de 1962 — Dispõe sobre a carreira do Ministério Público do Distrito Federal, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 6 de dezembro de 1962	57
53	4.159 — Lei de 30 de novembro de 1962 — Integra na Universidade de Minas Gerais o Conservatório Mineiro de Música de Belo Horizonte, incorpora o Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul à Universidade do Rio grande do Sul e autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Cultura, de crédito especial. — Publicada no D. O. de 4 de dezembro de 1962	
54	4.160 — Lei de 4 de dezembro de 1962 — Prorroga a vigência da Lei nº 1.360, de 28 de dezembro de 1950 (Lei do Inquilinato), e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 10 de dezembro de 1962 e retificada no D. O. de 12 de dezembro de 1962	
55	4.161 — Lei de 4 de dezembro de 1962 — Altera o item 4 do art. 9º e o art. 19 do Decreto-lei nº 6.259, de 10 de fevereiro de 1944, que dispõe sobre loterias. — Publicada no D. O. de 10 de dezembro de 1962	
55	4.162 — Lei de 4 de dezembro de 1962 — Altera a redação da letra "l" do art. 88 do Código de Justiça Militar (Decreto-lei nº 925, de 2 de dezembro de 1938). — Publicada no D. O. de 17 de dezembro de 1962	
56	4.163 — Lei de 4 de dezembro de 1962 — Cria a Auditoria da 10ª Região Militar, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 17 de dezembro de 1962	
	4.164 — Lei de 4 de dezembro de 1962 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, destinado à construção do Hospital Santa Maria, no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara. — Publicada no D. O. de 10 de dezembro de 1962	57
	4.165 — Lei de 4 de dezembro de 1962 — Modifica o Plano Rodoviário Nacional e abre crédito especial de Cr\$ 1.000.000.000,00, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas. — Publicada no D. O. de 10 de dezembro de 1962	57
	4.166 — Lei de 4 de dezembro de 1962 — Modifica a redação do parágrafo único do artigo 6º e do inciso I do artigo 7, tudo da Lei 1.533, de 31 de dezembro de 1951, que altera disposições do Código de Processo Civil relativas ao mandado de segurança. — Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1962	58
	4.167 — Lei de 4 de dezembro de 1962 — Revigora o crédito especial determinado pela Lei nº 3.842, de 15 de dezembro de 1960 (auxílio financeiro à Associação Pró-Matre — Estado da Guanabara. — Publicada no D. O. de 10 de dezembro de 1962	58
	4.168 — Lei de 4 de dezembro de 1962 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, créditos suplementares no valor total de Cr\$ 652.378.677,30 (seiscentos e cinquenta e dois milhões trezentos e setenta e oito mil seiscentos e setenta e sete cruzeiros e trinta centavos), destinados ao reaparelhamento da Força Aérea Brasileira. — Publicada no D. O. de 10 de dezembro de 1962	59
	4.169 — Lei de 4 de dezembro de 1962 — Oficializa as convenções Braille para uso na escrita e leitura dos cegos e o	

	Págs.		Págs.
Código de Contrações e Abreviaturas Braille. — Publicada no D. O. de 11 de dezembro de 1962	59	tras providências. — Publicada no D. O. de 20 de dezembro de 1962 e em 3 de janeiro de 1963	62
4.170 — Lei de 5 de dezembro de 1962 — Dispõe sobre funcionamento de novos cursos na Escola de Engenharia de Uberlândia, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 24 de dezembro de 1962 e retificada no D. O. de 3 de janeiro de 1963	60	4.177 — Lei de 11 de dezembro de 1962. — Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1963. — Publicada no D. O. de 20 de dezembro de 1962	64
4.171 — Lei de 5 de dezembro de 1962 — Dispõe sobre as férias coletivas do Tribunal Federal de Recursos. — Publicada no D. O. de 12 de dezembro de 1962	61	4.178 — Lei de 11 de dezembro de 1962. — Extingue o trabalho aos sábados nos estabelecimentos de crédito. — Publicada no D. O. de 24 de dezembro de 1962 e retificada no de 3 de janeiro de 1963	67
4.172 — Lei de 5 de dezembro de 1962 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região o crédito especial de Cr\$ 1.204.285,00 para custear as despesas daquela Corte. — Publicada no D. O. de 24 de dezembro de 1962 e retificada no D. O. de 3 de janeiro de 1963	61	4.179 — Lei de 11 de dezembro de 1962. — Denomina "Palácio Alberto de Brito Pereira" o edifício onde funciona o Departamento de Imprensa Nacional, na Capital Federal — Publicada no D. O. de 24 de dezembro de 1962	67
4.173 — Lei de 5 de dezembro de 1962 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Tribunal de Contas, o crédito especial de Cr\$ 150.000,00 para atender a despesas com pagamento de gratificações adicionais e salários-família referentes aos exercícios de 1953, 1954, 1955, 1956 e 1957. — Publicada no D. O. de 24 de dezembro de 1962	61	4.180 — Lei de 11 de dezembro de 1962. — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 826.200,00, para atender a despesas da Comissão de Reparações de Guerra, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1960. — Publicada no D. O. de 24 de dezembro de 1962 e retificada no de 3 de janeiro de 1963	68
4.174 — Lei de 5 de dezembro de 1962 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, destinado a auxiliar a execução do Plano Quinquenal de Obras da Diocese de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul. — Publicada no D. O. de 24 de dezembro de 1962	62	4.181 — Lei de 11 de dezembro de 1962. — Retifica, sem ônus, a Lei nº 3.682, de 7 de dezembro de 1959, que estima a Receita e fixa a Despesa da União, para o exercício de 1960. — Publicada no D. O. de 24 de dezembro de 1962	68
4.175 — LEI — Ainda não foi publicada no Diário Oficial	62	4.182 — Lei de 13 de dezembro de 1962. — Dá ao atual Território Federal do Rio Branco a denominação de Território Federal de Roraima. — Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1962	68
4.176 — Lei de 7 de dezembro de 1962 — Cria o "Condomínio Rural do Piui", e dá ou-		4.183 — Lei de 13 de dezembro de 1962. — Amplia a jurisdição das Juntas de Conciliação e Julgamento de Volta Redonda, Petrópolis, Nova	

	Págs.		Págs.
Iguaçu e Niterói, no Estado do Rio de Janeiro. — Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1962.....	69	transformou na Lei nº 4.102, de 20 de junho de 1962 (que transforma o Departamento Nacional de Estradas de Ferro em Autarquia, cria o Fundo Nacional de Investimento Ferroviário e dá outras providências). — Publicada no D. O. de 30 de novembro de 1962	119
4.184 — 4.185 — 4.186 — 4.187 — 4.188 — 4.189 — 4.190 — Ainda não foram publicadas no <i>Diário Oficial</i>	69	4.117 — Lei de 27 de agosto de 1962, — Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. — Publicada no D. O. de 5 de outubro de 1962.....	120
4.191 — Lei de 24 de dezembro de 1962. — Dispõe sobre o Código Tributário do Distrito Federal. — Publicada no D. O. de 28 de dezembro de 1962 — (Suplemento)	69	4.117 — Lei de 27 de agosto de 1962. — Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações). — Publicada no D. O. de 17 de dezembro de 1962.....	139
4.192 — Lei. — Ainda não foi publicada no <i>Diário Oficial</i>	112		
4.193 — (*) Lei de 24 de dezembro de 1962. — Orça a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal, para o exercício financeiro de 1963. — Publicada no D. O. de 31 de dezembro de 1962 (Suplemento)	113		

ÍNDICE DO APENSO

4.024 — Lei de 20 de dezembro de 1961 — Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (que fixa as diretrizes e Bases da Educação Nacional). — Publicada no D. O. de 17 e retificada no de 28 de dezembro de 1962.....	117	4.119 — Lei de 27 de agosto de 1962. — Parte vetada pelo Presidente da República e mantida pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, que dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamentação a profissão de Psicologista. — Publicada no D. O. de 17 de dezembro de 1962....	144
4.089 — Lei de 13 de junho de 1962 — Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.089, de 13 de julho de 1962 (que transforma o Departamento Nacional de Obras de Saneamento em autarquia, e dá outras providências). — Publicada no D. O. de 20 de novembro de 1962.....	118	4.132 — Lei de 10 de setembro de 1962. — Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação. — Publicada no D. O. de 7 de setembro de 1962.....	144
4.102 — Lei de 20 de julho de 1962 — Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do Projeto que se		4.133 — Lei de 10 de setembro de 1962. — Altera o inciso I do artigo 945, do código de Processo Civil. — Publicada no D. O. de 13 de novembro de 1962	145
		4.134 — Lei de 10 de setembro de 1962. — Abre o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 durante dez exercícios consecutivos, para auxiliar a manutenção da Casa do Pequeno Jornaleiro, no Estado da Gua-	

	Págs.		Págs.
nabara. — Publicada no D. O. de 13 de novembro de 1962...	143	no D. O. de 13 de novembro de 1962	146
4.135 — Lei de 10 de setembro de 1962. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.791.905,30, para pagamento da diferença de adicional por tempo de serviço, relativamente ao período de 1º de janeiro de 1956 a 30 de abril de 1959, aos aposentados da Cia. Nacional de Navegação Costeira. — Publicada no D. O. de 21 de novembro de 1962...	146	4.137 — Lei de 10 de setembro de 1962. — Regula a repressão ao abuso do Poder Econômico. — Publicada no D. O. de 12 de novembro e retificada no de 6 de dezembro de 1962	147
4.136 — Lei de 10 de setembro de 1962. — Concede pensão especial de Cr\$ 5.000,00 mensais a Benedito Cândido de Oliveira Dória. — Publicada		4.137 — Lei de 10 de setembro de 1962. — Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional do Projeto que se transformou na Lei nº 4.137, de 10 de setembro de 1962 (que regula a repressão ao abuso do poder econômico). — Publicada no D. O. de 27 e <i>retificada</i> no de 30 de novembro de 1962.....	155

Figuram neste volume os decretos legislativos e as leis que, expedidos no quarto trimestre de 1962, foram publicados no «Diário Oficial» até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas de publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI DELEGADA Nº 8 — DE 11 DE
OUTUBRO DE 1962

Cria o Fundo Federal Agropecuário (FFAP), no Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que, no uso da delegação de poderes constante do Decreto Legislativo nº 11, de 12 de setembro de 1962, decreto a seguinte lei:

Art. 1º É criado, no Ministério da Agricultura, um fundo de natureza contábil, denominado Fundo Federal Agropecuário (FFAP), observados os limites e condições estabelecidos na presente lei.

Art. 2º O FFAP destinar-se-á a estimular e ampliar a ação:

I — dos serviços técnicos encarregados dos trabalhos de pesquisa, experimentação, assistência técnica, promoção e organização rural, com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade agropecuária do País;

II — dos órgãos e serviços responsáveis pelo beneficiamento, industrialização, estocagem e distribuição dos produtos agropecuários, objetivando sua preservação e propiciando melhor abastecimento aos grandes centros de consumo.

Parágrafo único. Consideram-se atividades agropecuárias, para os efeitos desta lei, as relativas à agricultura, à pecuária, à pesca, à indústria extrativa animal e vegetal, aos serviços florestais e a outras da mesma natureza.

Art. 3º Os recursos do FFAP serão aplicados no custeio dos programas de estímulo à produção agropecuária, observando-se notadamente a enumeração a seguir:

I — na realização e ampliação de pesquisas, investigações e trabalhos experimentais e científicos em todos os setores de atividade dos respectivos estabelecimentos agropecuários;

II — na implantação dos resultados das pesquisas em trabalhos de desenvolvimento da produção agropecuária;

III — na divulgação dos resultados das pesquisas, trabalhos experimentais e atividades promocionais;

IV — na prestação de assistência técnica, aos agricultores e criadores, nas propriedades rurais, e às indústrias de produtos de origem animal e vegetal;

V — na inspeção industrial e sanitária e na classificação dos produtos de origem animal e vegetal e suas matérias primas;

VI — no combate a doenças e pragas que atacam os animais e plantas;

VII — na criação e multiplicação de reprodutores de alto valor zootécnico;

VIII — na realização de pesquisas econômico-financeiras de interesse agropecuário, bem como no levantamento dos custos de produção e da rentabilidade obtida;

IX — na fiscalização de estabelecimentos ou locais de interesse para a agricultura e a pecuária, prevista na legislação em vigor;

X — no aparelhamento dos órgãos do Ministério da Agricultura, que realizem trabalhos de pesquisa, experimentação, promoção e fiscalização agropecuárias;

XI — na contratação de técnicos nacionais e estrangeiros, bem como de pessoal assalariado para execução de trabalhos não especializados, regendo-

se, uns e outros, pela legislação aplicável à espécie;

XII — na realização de cursos de treinamento e aperfeiçoamento para servidores que desempenhem atividades em órgãos oficiais, em propriedades agropecuárias e nas indústrias correlatas, nos setores da pesquisa, experimentação e promoção;

XIII — na aquisição de material, tanto permanente como de consumo ou de transformação, e no conserto e recuperação de equipamentos de interesse para o desenvolvimento agropecuário;

XIV — na construção ou aquisição de imóveis e instalações destinados à realização de pesquisas, investigações e trabalhos experimentais, científicos e técnicos, bem como no desenvolvimento das produções animal e vegetal;

XV — no pagamento de despesas com a movimentação de pessoal e de serviços extraordinários;

XVI — na representação em reuniões, congressos, conferências e missões de estudo, tanto no País como no estrangeiro;

XVII — no aparelhamento e ampliação de bibliotecas;

XVIII — na concessão de prêmios a técnicos que mais se distinguirem;

XIX — na elaboração de material educativo de interesse técnico-científico ou na divulgação nos meios agropecuários;

XX — na realização de despesas gerais com outras atividades que facultem a atuação dos órgãos e dos técnicos na execução dos seus programas de trabalho;

XXI — nas atividades dos órgãos e serviços responsáveis pelo beneficiamento, industrialização, estocagem e distribuição dos produtos agropecuários, objetivando sua preservação e propiciando melhor abastecimento aos grandes centros de consumo.

Art. 4º. Constituirão recursos do FFAP, sem prejuízo dos auxílios e subvenções conferidos em lei:

I — 3% (três por cento) da renda tributária da União;

II — outras dotações orçamentárias ou créditos especiais que lhe forem destinados;

III — contribuições:

a) de governos estaduais e municipais e de autarquias;

b) de pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado, tanto nacionais como estrangeiras;

IV — as taxas, de qualquer natureza, previstas na legislação vigente do Ministério da Agricultura para a prestação de serviços ou outros fins;

V — a taxa de 3% (três por cento) sobre o valor de venda do pescado nos entrepostos de pesca e postos de recepção, criada pelo Decreto-lei número 9.022, de 26 de fevereiro de 1946;

VI — as importâncias correspondentes a 0,5% da taxa de despacho aduaneiro prevista no art. 66, § 1º, da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957;

VII — rendas próprias, de qualquer natureza, arrecadadas por órgãos subordinados ao Ministério da Agricultura;

VIII — juros de depósitos bancários ou de operações financeiras de qualquer natureza;

IX — emolumentos cobrados pela realização de serviços extraordinários de inspeção sanitária, animal e vegetal, e por patrulhas aéreas, e de moto-mecanização, expurgo e re-expurgo de vegetais;

X — multas previstas em leis e regulamentos de diferentes órgãos do Ministério da Agricultura,

XI — receitas eventuais.

Art. 5º As receitas procedentes de quaisquer fontes, bem como os demais recursos previstos, serão depositados no Banco do Brasil S.A., em conta especial, em nome do Fundo Federal Agropecuário (FFAP), à disposição de seu Conselho, que os movimentará e utilizará na conformidade do regulamento a ser baixado.

Parágrafo único. Os saldos verificados no Banco do Brasil S. A., no fim de cada exercício, serão transferidos para a conta de ano seguinte.

Art. 6º O FFAP será administrado por um Conselho sob a presidência do Ministro da Agricultura, seu membro nato, e compor-se-á de:

a) um engenheiro agrônomo, do Quadro do Ministério da Agricultura;

b) um representante da Confederação Rural Brasileira, indicado por esta;

c) dois membros de notórios conhecimentos técnicos, sendo um veterinário e outro especialista em economia, indicados pelo Ministro da Agricultura.

§ 1º São criados e incluídos no quadro de pessoal do Ministério da Agricultura quatro (4) cargos em comissão de membros do Conselho, com vencimentos correspondentes ao símbolo 2-C.

§ 2º Além dos vencimentos fixados no § anterior, os membros vogais do Conselho do FFAP perceberão gratificação correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do vencimento do cargo, por sessão a que comparecerem, até o máximo de dez por mês.

§ 3º O exercício da função de membro vogal do Conselho é incompatível com o de qualquer outra função do Ministério da Agricultura ou órgão por ele jurisdicionado.

Art. 7º O Conselho do FFAP terá uma Secretaria, dirigida por um Secretário Executivo, designado pelo Ministro da Agricultura, e integrada por servidores do quadro da referida Pasta.

Art. 8º Compete ao Conselho do FFAP:

a) administrar o FFAP;

b) disciplinar e fiscalizar a arrecadação da receita, promovendo o seu recolhimento ao Banco do Brasil S.A.;

c) aprovar, até o dia 30 de novembro de cada ano, os programas de trabalho que devam ser custeados pelo FFAP;

d) elaborar o plano de trabalho do Ministério da Agricultura, em cada exercício, com base nas disponibilidades do FFAP, submetendo-o ao Ministro da Agricultura para sua apreciação e encaminhamento ao Poder Executivo, até o dia 15 de dezembro de cada ano;

e) resolver sobre a aceitação de contribuições particulares ou oficiais, tendo em vista as condições apresentadas;

f) promover, pelos meios legais, o desenvolvimento do FFAP;

g) examinar, julgar e aprovar as contas que lhe forem apresentadas referentes aos planos e programas de trabalho executados;

h) coordenar as atividades dos diferentes órgãos do Ministério da Agricultura;

i) estabelecer tratamentos prioritários, face às exigências do abastecimento e do comércio de exportação e tendo em vista as regiões geo-econômicas agrícolas e pastoris e o zoneamento das respectivas produções;

j) exercer outras atividades que forem previstas na regulamentação da presente lei e no Regimento Interno do Conselho do FFAP, a serem elaborados dentro de 90 dias.

Art. 9º Para consecução dos objetivos do FFAP o seu Conselho poderá, por indicação dos órgãos técnicos do Ministério da Agricultura e mediante as condições que estabelecer, celebrar convênios e acordos com entidades públicas e privadas e com os governos dos Estados e prefeituras municipais, transferindo-lhes parte dos seus encargos.

Art. 10. O Conselho do FFAP deliberará, por maioria de votos, tomando por base os pareceres dos órgãos técnicos do Ministério da Agricultura.

Parágrafo único. O Secretário Geral da Agricultura participará das reuniões do Conselho, podendo tomar parte nas discussões, sem direito a voto.

Art. 11. O plano de trabalho a que se refere o artigo 8º, letra "d", será submetido pelo Ministro da Agricultura à discussão e à aprovação do Poder Executivo, até o dia 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo único. O Ministro da Agricultura encaminhará ao Tribunal de Contas, até o dia 30 de abril de cada ano o balanço dos recursos do FFAP e a documentação relativa às despesas efetuadas no exercício anterior.

Art. 12. Os recursos do FFAP resultantes de receita proveniente de taxas, rendas e multas serão adjudicados aos respectivos órgãos de que emanarem, para execução dos seus programas de trabalho.

Art. 13. No exercício de 1962, o FFAP será instalado e mantido com

verba originada de operações de crédito, realizadas pelo Poder Executivo, no montante de cinco (5) bilhões de cruzeiros.

Art. 14. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de outubro de 1962; 141ª da Independência e 74ª da República.

JOÃO GOULART

Hermes Lima

João Mangabeira

Pedro Paulo de Araujo Suzano

Amaury Krüel

Miguel Calmon

Hélto de Almeida

Renato Costa Lima

Darci Ribeiro

João Pinheiro Neto

Reynaldo de Carvalho Filho

Eliseu Paglioli

Octavio Augusto Dias Carneiro

Eliezer Batista da Silva

Celso Monteiro Furtado

LEI DELEGADA Nº 9 — DE 11 DE
OUTUBRO DE 1962

Reorganiza o Ministério da Agricultura e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que, no uso da delegação constante do Decreto Legislativo nº 11, de 12 de setembro de 1962, decreto a seguinte lei:

TÍTULO I

Do Ministério da Agricultura

Art. 1º O Ministério da Agricultura (MA), criado pelo Decreto Imperial nº 1.067, de 28 de julho de 1860, tem a seu cargo o estudo e a execução da política agrícola e agrária do Governo, competindo-lhe orientar, estimular e fiscalizar as atividades rurais do País.

TÍTULO II

Do Ministro de Estado

Art. 2º O Ministro de Estado da Agricultura é o responsável pela formulação, direção e execução da política agrícola e agrária do País, perante o Poder Executivo.

TÍTULO III

Do Subsecretário de Estado

Art. 3º Ao Subsecretário de Estado da Agricultura compete:

I — substituir o Ministro de Estado nos seus impedimentos eventuais;

II — comparecer a qualquer das Casas do Congresso Nacional ou às suas Comissões, como representante do Ministro de Estado;

III — exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Ministro de Estado.

TÍTULO IV

Do Secretário-Geral da Agricultura

Art. 4º O Secretário-Geral da Agricultura assessorará o Ministro de Estado no exame e despacho dos assuntos referentes à Agricultura, exercendo a supervisão das entidades jurisdicionadas e a direção superior dos serviços técnicos e administrativos subordinados à Secretaria Geral.

Parágrafo único. O Secretário-Geral contará com uma Assessoria, constituída de pessoal técnico e administrativo cuja composição constará do regulamento do Ministério.

TÍTULO V

CAPÍTULO I

Da Organização do Ministério da Agricultura

Art. 5º O M. A. passa a ter a seguinte organização:

Gabinete do Ministro (GM);

Consultoria Jurídica (CJ);

Seção de Segurança Nacional (SSN);

Conselho do Fundo Federal Agropecuário (CFFA);

Conselho Nacional Consultivo da Agricultura (CNCA);

Comissão de Coordenação do Crédito Agropecuário (CCCA);

Comissão de Planejamento da Política Agrícola (CPPA);

Comissão de Intercâmbio e Coordenação da Assistência Técnica Internacional (CICATI);

Departamento de Administração (DA);

Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias (DPEA);

Departamento de Promoção Agropecuária (DPA);

Departamento Econômico (DE);

Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária (DDIA);

Departamento de Recursos Naturais Renováveis (DRNR);

Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV);

Serviço de Proteção aos Índios (SPI);

Serviço de Informação Agrícola (SIA);

Serviço de Meteorologia (SM).

Parágrafo único. São subordinadas ao Ministro da Agricultura as seguintes entidades:

Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC);

Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE);

Superintendência de Política Agrária (SUPRA);

Universidade Rural de Pernambuco (URP);

Universidade Rural do Brasil (URB).

CAPÍTULO II

Do Gabinete do Ministro

Art. 6º O GM tem por finalidade prestar assistência ao Ministro de Estado, notadamente nos assuntos relacionados com sua representação política e social.

Art. 7º O GM será dirigido por um Chefe de Gabinete, de livre escolha do Ministro de Estado.

CAPÍTULO III

Da Consultoria Jurídica

Art. 8º. A CJ, diretamente subordinada ao Ministro de Estado, tem por finalidade:

I — emitir parecer sobre questões jurídicas submetidas ao seu exame pelo Ministro de Estado;

II — colaborar com o Ministro de Estado, quando solicitada, na elaboração de anteprojetos de leis, decretos e regulamentos;

III — assessorar o Ministro de Estado em todos os assuntos de natureza jurídica ligados às atividades do Ministério.

CAPÍTULO IV

Da Seção de Segurança Nacional

Art. 9º. A SSN compete o desempenho das atividades previstas na legislação em vigor, relativamente à segurança nacional, no tocante aos assuntos do Ministério da Agricultura.

CAPÍTULO V

Do Conselho do Fundo Federal Agropecuário

Art. 10. O CFFA terá composição e atribuições fixadas por regulamento especial.

CAPÍTULO VI

Do Conselho Nacional Consultivo da Agricultura

Art. 11. O CNCA, como órgão de assessoramento do Ministro de Estado, que o presidirá, colaborará na formulação da política agrícola nacional.

Parágrafo único. O Conselho terá a composição que for fixada em regulamento, sendo obrigatória a participação de:

1 (um) representante da Confederação Rural Brasileira;

1 (um) representante da União Nacional das Associações de Cooperativas;

1 (um) representante dos trabalhadores rurais.

CAPÍTULO VII

Da Comissão de Planejamento da Política Agrícola

Art. 12. A CPPA, presidida pelo Secretário-Geral da Agricultura e integrada pelos Diretores dos Departamentos, do Serviço de Informação Agrícola, dos Institutos Regionais de Pesquisas e Experimentação Agrope-

cuárias, e pelos Coordenadores Regionais, compete:

a) coordenar e integrar os planos de trabalho dos diversos órgãos do Ministério;

b) estabelecer as normas básicas para as atividades dos diversos órgãos da Secretaria de Estado, de acordo com as diretrizes da política agrícola adotada pelo Ministério;

c) rever e julgar os projetos de planejamento geral apresentados pelos diversos órgãos e deliberar sobre seu encaminhamento à decisão das autoridades superiores;

d) promover a elaboração de estudos, pesquisas e projetos de interesse da agricultura;

e) exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

Art. 13. Os trabalhos das Delegacias Federais de Agricultura nos Estados e Territórios serão disciplinados por Coordenadores Regionais, em número de 5 (cinco), subordinados ao Secretário-Geral da Agricultura.

Parágrafo único. Compete aos Coordenadores Regionais:

a) assegurar a colaboração estreita entre os vários órgãos do Ministério da Agricultura, atuando na região no sentido do exato cumprimento dos Planos de Trabalho aprovados;

b) manter o Secretário-Geral da Agricultura permanentemente informado do andamento daqueles Planos;

c) sugerir, quando necessário, as alterações dos ditos Planos de Trabalho.

CAPÍTULO VIII

Da Comissão de Intercâmbio e Coordenação da Assistência Técnica Internacional

Art. 14. A CICATI, subordinada ao Secretário-Geral, tem por finalidade de promover medidas com o objetivo de ampliar e intensificar o intercâmbio cultural e a assistência técnica, no setor agrícola, com outros países, através do Ministério das Relações Exteriores.

Parágrafo único. Os membros da CICATI serão indicados em regimento interno.

CAPÍTULO IX

Da Comissão de Coordenação do Crédito Agropecuário

Art. 15. A CCCA, subordinada ao Secretário-Geral da Agricultura, tem por finalidade principal a coordenação da política creditícia dos estabelecimentos oficiais de crédito em favor dos agricultores e entidades de produtores agrícolas com o objetivo de ampliar, intensificar e ajustar o crédito agropecuário à política agrícola do país.

Parágrafo único. A CCCA será presidida pelo Ministro da Agricultura e compor-se-á de Diretores dos Departamentos do próprio Ministério, dos Superintendentes da SUNAB, da SUDEPE e da SUPRA, do Diretor Executivo da SUMOC, de um representante do Ministério da Fazenda, dos Diretores da CREA e de um diretor dos seguintes bancos: Banco Nacional de Crédito Cooperativo, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia.

CAPÍTULO X

Do Departamento de Administração

Art. 16. O DA, diretamente subordinado ao Secretário-Geral da Agricultura, tem por finalidade orientar, fiscalizar e executar as atividades relativas a pessoal, material, orçamento, comunicações, transportes e serviços gerais.

Parágrafo único. O DA coordenará as atividades específicas das unidades administrativas dos órgãos do Ministério.

Art. 17. O DA compreende:

Divisão do Pessoal (DP);
Divisão do Material (DM);
Divisão do Orçamento (DO);
Divisão de Obras (DOB);
Serviço de Comunicações (SC);
Serviço de Transportes (ST);
Serviço de Administração de Edifícios (SAE).

CAPÍTULO XI

Do Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias

Art. 18. O DPEA, diretamente subordinado ao Secretário-Geral da Agricultura, é o órgão central normativo de programação e análise das pesquisas e experimentação agropecuárias.

Art. 19. O DPEA compreende:

Divisão de Pedologia e Fertilidade do Solo;
Divisão de Fitotecnia;
Divisão de Zootecnia e Veterinária;
Divisão de Tecnologia Agrícola e Alimentar;
Instituto de Óleos;
Instituto de Fermentação.

Órgãos Regionais:

Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Norte — (IPEANE);

Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Nordeste (IPEANE);

Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Leste ... (IPEAL);

Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Centro-Sul (IPEACS);

Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Sul (IPEAS).

Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Centro-Oeste (IPEACO).

CAPÍTULO XII

Do Departamento de Promoção Agropecuária

Art. 20. O DPA, diretamente subordinado ao Secretário-Geral da Agricultura, é o órgão central de programação e análise das atividades relativas à promoção agrícola, à extensão rural, à produção de sementes e mudas e à revenda de material agropecuário.

Art. 21. O DPA compreende:

Divisão de Treinamento;
Serviço de Promoção Agropecuária;
Divisão de Cooperativismo e Organização Rural;

Serviço de Revenda de Material Agropecuário;

Serviço de Produção de Sementes e Mudas.

CAPÍTULO XIII

Do Departamento Econômico

Art. 22. O DE, diretamente subordinado ao Secretário-Geral da Agricultura, é o órgão central de programação e análise das atividades rela-

cionadas com a economia, a previsão de safras e a estatística da produção.

Parágrafo único. O DE coordenará as atividades das Delegacias Federais de Agricultura em assuntos de sua competência.

Art. 23. O DE compreende:

Divisão de Levantamento e Análise Econômica (DLAE);

Serviço de Previsão de Safras (SPS);

Serviço de Estatística da Produção (SEP).

CAPÍTULO XIV

Do Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuárias

Art. 24. O DDIA, diretamente subordinado ao Secretário-Geral da Agricultura, é o órgão central das atividades de defesa, inspeção, padronização e classificação dos produtos de origem vegetal e animal, e dos bens essenciais à sua produção.

Art. 25. O DDIA compreende:

Serviço de Defesa Sanitária-Animal (SDSA);

Serviço de Defesa Sanitária Vegetal (SDSV);

Serviço de Padronização e Classificação (SPC);

Serviço de Inspeção dos Produtos Agropecuários e Materiais Agrícolas (SIPAMA).

CAPÍTULO XV

Do Departamento de Recursos Naturais Renováveis

Art. 26. O DRNR, diretamente subordinado ao Secretário-Geral da Agricultura, é o órgão central relacionado com a conservação e exploração dos recursos florestais e fauna.

Parágrafo único. O DRNR coordenará as atividades em assuntos de sua competência.

Art. 27. O DRNR compreende:

Divisão de Silvicultura;

Serviço de Defesa da Flora e da Fauna;

Jardim Botânico.

CAPÍTULO XVI

Da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário

Art. 28. A SEAV, subordinada ao Secretário-Geral da Agricultura,

tem por finalidade orientar e fiscalizar o ensino agrícola e veterinário nos seus diferentes graus e ministrar o ensino superior, médio e elementar da agricultura às populações rurais.

Parágrafo único. As Universidade Rurais do Brasil e de Pernambuco e suas respectivas Escolas ficarão subordinadas diretamente ao Ministro da Agricultura, para todos os efeitos.

CAPÍTULO XVII

Do Serviço de Proteção aos Índios

Art. 29. O SPI, diretamente subordinado ao Secretário-Geral da Agricultura, é o órgão central de proteção e assistência médico-social e educacional aos índios, visando a sua integração na comunidade brasileira.

CAPÍTULO XVIII

Do Serviço de Informação Agrícola

Art. 30. O SIA, diretamente subordinado ao Secretário-Geral da Agricultura, é o órgão central de informação e divulgação dos assuntos de interesse da agricultura em geral e, especificamente, do Ministério da Agricultura.

Parágrafo único. O SIA colherá e coordenará dados e informações junto aos órgãos centrais e regionais do Ministério e em outras fontes.

CAPÍTULO XIX

Do Serviço de Meteorologia

Art. 31. O SM, diretamente subordinado ao Secretário-Geral da Agricultura, é o órgão central das pesquisas e informações, meteorológicas e de estudos de climatologia agrícola.

CAPÍTULO XX

Das Delegacias Federais de Agricultura nos Estados e Territórios

Art. 32. As Delegacias Federais de Agricultura nos Estados e Territórios subordinados ao Secretário-Geral da Agricultura, têm por objetivo executar, diretamente ou através de convênios, a política agrícola do País, de acordo com os planos aprovados.

CAPÍTULO XXI

Das Institutos Regionais de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias

Art. 33. Os IRPEA, subordinados diretamente ao Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias, têm por objetivo executar, diretamente ou através de convênios, a política de pesquisa e experimentação agropecuárias, de acordo com os planos aprovados.

Art. 34. Os IRPEA compreendem:

Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Norte (IPEAN), com sede em Belém (PA);

Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Nordeste (IPEANE), com sede no Recife (PE);

Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Leste (IPEAL), com sede em Cruz das Almas (BA);

Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Centro-Sul (IPEACS), com sede no Km. 47, Itaguaí (RJ);

Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Centro-Oeste (IPEACO), com sede em Sete Lagoas (MG);

Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária do Sul (IPEAS), com sede em Pelotas (RS).

CAPÍTULO XXII

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 35. Os órgãos do Ministério da Agricultura não expressamente mencionados nesta lei serão extintos ou adaptados, por decreto do Poder Executivo, à organização prevista no artigo 5º e seguintes, de acordo com as suas funções e respectivas localizações.

Parágrafo único. Constará de decretos a relação do pessoal e a redistribuição do acervo dos órgãos do Ministério da Agricultura, em função de sua organização.

Art. 36. Ficam extintas:

Comissão de Revenda de Material Agropecuário;

Comissão de Desenvolvimento do Planalto do Ibiapaba, criada pela Lei nº 3.161, de 1º de junho de 1957;

Comissão Executiva do Sisal, criada pela Lei nº 3.428, de 15 de julho de 1958;

Junta Nacional do Algodão — JUNAL;

Comissão Nacional de Avicultura;

Comissão Nacional de Pecuária de Leite;

Comissão de Economia do Babaçu;

Comissão do Planejamento Agropecuário;

Comissão de Amparo à Produção Agropecuária (CAPA);

Conselho de Desenvolvimento da Pesca (CODEPE);

quaisquer outras comissões ou grupos não incluídos na organização decorrente desta lei.

§ 1º O Ministro de Estado da Agricultura designará, em Portaria, administradores para os órgãos referidos, os quais aplicarão os saldos das verbas e adotarão as providências necessárias à liquidação dos mesmos, até 31 de dezembro do corrente ano.

§ 2º O pessoal próprio dos órgãos referidos neste artigo será aproveitado na situação em que se encontra, no Ministério da Agricultura ou nas entidades subordinadas ao respectivo Ministro de Estado.

Art. 37. O Poder Executivo, considerando o que dispõe o art. 6º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, poderá transferir à jurisdição do Ministério da Educação e Cultura as Universidades Rurais e os estabelecimentos isolados de ensino, de nível técnico e superior.

Art. 38. Quando se der a extinção do Escritório Técnico de Agricultura — ETA, criado em decorrência do acordo aprovado pelo Decreto Legislativo nº 20, de 1956, os seus servidores brasileiros, que se encontrem em exercício na data da publicação desta lei, serão aproveitados no Ministério da Agricultura.

§ 1º O aproveitamento será efetuado em funções equivalentes às desempenhadas no ETA, obedecidos os níveis de retribuição vigentes no Serviço Público Federal.

§ 2º O pessoal, depois de aproveitado, será regido pela legislação trabalhista.

§ 3º O tempo de serviço prestado no ETA será computado para efeitos do parágrafo único do art. 23, da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962.

§ 4º Quando ocorrer a extinção do ETA, os materiais, equipamentos e suprimentos, que ficarão à disposição do Governo brasileiro, na forma do artigo IX, nº 2, do acordo mencionado neste artigo, serão incorporados ao Ministério da Agricultura e distribuídos a critério do Ministro de Estado.

Art. 39. A Universidade Rural passa a denominar-se Universidade Rural do Brasil, sendo-lhe reconhecida autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar, que será exercida na forma de seus estatutos, de acordo com o artigo 80 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Art. 40. São criados no quadro de Pessoal, Parte Permanente, do Ministério da Agricultura e incluídos nas séries de classe ou classe respectivas os seguintes cargos:

Código	Série de Classe ou Classe	Número de Cargos
TC. 101.17-A	Engenheiro Agrônomo	200
TC. 101.17-A	Veterinário	200
TC. 501.17-A	Economista	50
TC. 302.17-A	Contador	30
TC. 1401.17	Estatístico	20
TC. 402.17-A	Biologista	6
—	Assessor Parlamentar	2

§ 1º Os cargos isolados, de provimento efetivo, de Assessor Parlamentar, terão os vencimentos, direitos e vantagens, dos Assistentes Jurídicos da União.

§ 2º Os cargos a que se refere este artigo somente poderão ser preenchidos a partir de janeiro de 1963.

Art. 41. Os cargos de provimento em comissão, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente, do Ministério da Agricultura, ficam reestruturados de acordo com a relação anexa a esta lei, da qual faz parte.

Art. 42. A Comissão de Classificação de Cargos submeterá à aprovação do Poder Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias, o enquadramento definitivo dos cargos e funções do Ministério da Agricultura.

Art. 43. A todos os servidores integrantes do Ministério da Agricultura, que, em decorrência da aplicação desta Lei, tenha o seu "status" alterado, fica assegurado o direito de opção, a ser exercitado no prazo de 60 (sessenta) dias, em requerimento dirigido à Divisão do Pessoal do Ministério da Agricultura.

Parágrafo único. O silêncio do interessado implica em concordância quanto à mudança de situação.

Art. 44. Dentro do prazo de 90 (noventa) dias a partir da publicação

desta Lei, o Departamento de Recursos Naturais Renováveis elaborará anteprojeto de revisão do Código Florestal a ser encaminhado ao Poder Executivo, pelo Ministro da Agricultura.

Art. 45. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 11 de outubro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Hermes Lima

Carlos Cairoli

Pedro Paulo de Araújo Suzano

Amaury Kruei

Miguel Calmon

Hélio de Almeida

Renato Costa Lima

Darci Ribeiro

João Pinheiro Neto

Reynaldo de Carvalho Filho

Ehseu Paglioli

Octavio Augusto Dias Carneiro

Ezezer Batista da Silva

Celso Monteiro Furtado

RELAÇÃO DE CARGOS A QUE SE REFERE O ART. 41 DA LEI DELEGADA Nº 9, DE 11 DE OUTUBRO DE 1962

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA	
Denominação	Símbolo	Nº	Denominação	Símbolo
I — Cargos de direção superior			I — Cargos de direção superior	
.....		1	Secretário Gera. da Agricultura	1-C
.....		4	Membro do Conselho do Fundo Federal Agropecuario	2-C
Diretor-Geral do Departamento de Administração	2-C	1	Diretor-Geral do Departamento de Administração	2-C
.....		1	Diretor-Geral do Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias	2-C
.....		1	Diretor-Geral do Departamento de Promoção Agropecuária	2-C
.....		1	Diretor-Geral do Departamento Econômico	2-C
.....		1	Diretor-Geral do Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária	2-C
.....		1	Diretor-Geral do Departamento de Recursos Naturais Renováveis	2-C
Superintendente do Ensino Agrícola e Veterinário	3-C	1	Superintendente do Ensino Agrícola e Veterinário	3-C
Reitor da Universidade Rural	2-C	1	Reitor da Universidade Rural do Brasil	2-C
Reitor da Universidade Rural de Pernambuco	2-C	1	Reitor da Universidade Rural de Pernambuco	2-C
Diretor-Geral do Departamento Nacional da Produção Animal	2-C)	— EXTINTOS	
Diretor-Geral do Departamento Nacional da Produção Vegetal	2-C)		
Diretor-Geral do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas	2-C)		
Diretor do Serviço de Economia Rural	3-C)		
Diretor do Serviço de Expansão do Trigo	3-C)		
II — Cargos de direção intermediária			II — Cargos de direção intermediários	
Diretor da Divisão do Pessoal	4-C	1	Diretor da Divisão do Pessoal	4-C
Diretor da Divisão de Material	4-C	1	Diretor da Divisão do Material	4-C
Diretor da Divisão do Orçamento	4-C	1	Diretor da Divisão do Orçamento	4-C
Diretor da Divisão de Obras	4-C	1	Diretor da Divisão de Obras	4-C

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA	
Denominação	Símbolo	Número	Denominação	Símbolo
		1	Diretor da Divisão de Pedologia e Fertilidade do Solo	4-C
		1	Diretor da Divisão de Fitotecnia	4-C
		1	Diretor da Divisão de Zootecnia e Veterinária ..	4-C
Diretor do Instituto de Óleos	4-C	1	Diretor do Instituto de Óleos	4-C
Diretor do Instituto de Fermentação	4-C	1	Diretor do Instituto de Fermentação	4-C
		1	Diretor da Divisão de Tecnologia Agrícola e Alimentar ..	4-C
Diretor do Instituto Agrônômico do Norte	4-C	1	Diretor do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Norte (IPEAN) ..	4-C
Diretor do Instituto Agrônômico do Nordeste	4-C	1	Diretor do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Nordeste (IPEANE) ..	4-C
Diretor do Instituto Agrônômico do Leste	4-C	1	Diretor do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Leste (IPEAL)	4-C
Diretor do Instituto Agrônômico do Oeste	4-C	1	Diretor do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Centro-Oeste	4-C
Diretor do Instituto Agrônômico do Sul	4-C	1	(IPEACO)	4-C
		1	Diretor do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Sul (IPEAS)	4-C
		1	Diretor do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Centro-Sul	4-C
		1	(IPEACOS)	4-C
		1	Diretor da Divisão de Treinamento	4-C
		1	Diretor da Divisão de Cooperativismo e Organização Rural	4-C
		1	Diretor do Serviço de Promoção Agropecuária ..	4-C
		1	Diretor do Serviço de Revenda de Material Agropecuário ..	4-C
		1	Diretor do Serviço de Produção de Sementes e Muças ..	4-C

		1	Diretor da Divisão de Levantamento e Análise Econômica	4-C
		1	Diretor do Serviço de Previsão de Safras	4-C
Diretor do Serviço de Estatística da Produção	5-C	1	Diretor do Serviço de Estatística da Produção	4-C
Diretor da Divisão de Defesa Sanitária Animal	4-C	1	Diretor do Serviço de Defesa Sanitária Animal	4-C
Diretor da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal	4-C	1	Diretor do Serviço de Defesa Sanitária Vegetal	4-C
		1	Diretor do Serviço de Padronização e Classificação	4-C
		1	Diretor do Serviço de Inspeção dos Produtos Agropecuários e Materiais Agrícolas	4-C
		1	Diretor da Divisão de Silvicultura	4-C
		1	Diretor do Serviço de Defesa da Flora e da Fauna	4-C
Diretor do Jardim Botânico	4-C	1	Diretor do Jardim Botânico	4-C
Diretor da Escola de Agronomia da Amazônia	5-C	1	Diretor da Escola de Agronomia da Amazônia	5-C
Diretor da Escola de Agronomia do Nordeste	6-C	1	Diretor da Escola de Agronomia do Nordeste	5-C
Diretor da Escola de Agronomia Elizeu Maciel	6-C	1	Diretor da Escola de Agronomia Elizeu Maciel	5-C
Diretor da Escola de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves	6-C	1	Diretor da Escola de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves	5-C
Diretor da Escola Nacional de Agronomia	5-C	1	Diretor da Escola Nacional de Agronomia (U.R.B.)	4-C
Diretor da Escola Nacional de Veterinária	5-C	1	Diretor da Escola Nacional de Veterinária (U.R.B.)	4-C
Diretor da Escola Superior de Agricultura	6-C	1	Diretor da Escola Superior de Agricultura (U.R.P.)	5-C
Diretor da Escola Superior de Veterinária	6-C	1	Diretor da Escola Superior de Veterinária (U.R.P.)	5-C
Diretor do Serviço de Proteção aos Índios	3-C	1	Diretor do Serviço de Proteção aos Índios	3-C

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA	
Denominação	Símbolo	Número	Denominação	Símbolo
Diretor do Serviço de Meteorologia	3-C	1	Diretor do Serviço de Meteorologia	3-C
Diretor do Serviço de Informação Agrícola	5-C	1	Diretor do Serviço de Informação Agrícola	4-C
		5	Coordenadores Regionais	3-C
		25	Delegado Federal de Agricultura	4-C
Diretor da Divisão de Caça e Pesca ..	4-C)	
Diretor da Divisão de Fomento da)	
Produção Animal	4-C)	
Diretor do Instituto de Biologia Ani-)	
mal	4-C)	
Diretor do Instituto de Zootecnia ...	4-C)	
Diretor da Divisão de Fomento da)	
Produção Vegetal	4-C)	
Diretor do Serviço Nacional de Pes-) Extintos	
quisas Agronômicas	3-C)	
Diretor do Instituto de Ecologia e)	
Experimentação Agrícola	4-C)	
Diretor do Instituto de Química)	
Agrícola	4-C)	
Diretor da Divisão de Inspeção de)	
Produtos de Origem Animal	4-C)	
Diretor do Serviço Florestal	3-C)	

LEI DELEGADA Nº 10 — DE 11 DE OUTUBRO DE 1962

Cria a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca e dá outras providências

O Presidente da República:

Faço saber que, no uso da delegação constante do Decreto Legislativo nº 11, de 12 de setembro de 1962, decreto a seguinte lei:

Art. 1º. É criada a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), como autarquia federal, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, subordinada ao Ministro da Agricultura.

Art. 2º. Compete à SUDEPE:

I — elaborar o Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca (PNDP) e promover a sua execução;

II — prestar assistência técnica e financeira aos empreendimentos de pesca;

III — realizar estudos, em caráter permanente, que visem à atualização das leis aplicáveis à pesca ou aos recursos pesqueiros, propondo as providências convenientes;

IV — aplicar, no que couber, o Código de Pesca e a legislação das atividades ligadas à pesca ou aos recursos pesqueiros;

V — pronunciar-se sobre pedidos de financiamentos destinados à pesca formulados a entidades oficiais de crédito;

VI — coordenar programas de assistência técnica nacional ou estrangeira;

VII — assistir aos pescadores na solução de seus problemas econômico-sociais;

Parágrafo único — Para os efeitos desta lei consideram-se recursos pesqueiros a fauna e a flora de origem aquática.

Art. 3º. A SUDEPE poderá:

I — executar, diretamente, ou mediante convênio, acordo ou contrato, projetos relativos ao desenvolvimento da pesca;

II — complementar, quando conveniente, a ação dos órgãos estaduais e exercer, supletivamente, a fiscalização do cumprimento das normas federais no âmbito de suas atribuições;

III — porpor a fixação de preços de produtos pesqueiros para efeito do desconto de títulos negociáveis repre-

sentativos de mercadorias depositadas.

IV — propor a fixação de preços do gêlo e outros produtos essenciais à pesca e ao beneficiamento e distribuição de pescado;

V — avaliar a necessidade de importações em função do PNDP fixando quantitativos e recursos para satisfazê-la, em cooperação com os órgãos de controle do comércio exterior;

VI — formar e aperfeiçoar pessoal especializado;

VII — efetuar operações de revenda e financiamento de embarcações, equipamentos e outros artigos essenciais às atividades pesqueiras;

VIII — efetuar quaisquer operações financeiras com as entidades oficiais de crédito, inclusive sob garantia do Tesouro Nacional;

IX — propor a concessão de licenças especiais visando a boa execução do PNDP;

X — subscrever capital de empresas que executem projetos industriais essenciais no âmbito do PNDP;

XI — assumir, através de convênio, a administração de setores federais e estaduais ligados às atividades pesqueiras;

XII — pronunciar-se sobre iniciativas de órgãos públicos, que afetem a pesca;

XIII — praticar quaisquer outros atos necessários ao desempenho de suas atribuições.

Art. 4º. A SUDEPE será dirigida por um Superintendente nomeado pelo Presidente da República o qual a representará um juízo ou fora dele.

Art. 5º. A SUDEPE compreende os seguintes órgãos:

I — Conselho Deliberativo;

II — Conselho Consultivo;

III — Secretaria Executiva.

Art. 6º. O Conselho Deliberativo, do qual o Superintendente da SUDEPE é membro nato será constituído de representantes dos seguintes órgãos e entidades:

a) Ministério da Agricultura;

b) Ministério da Fazenda;

c) Ministério da Indústria e do Comércio;

d) Ministério da Marinha;

e) Ministério das Relações Exteriores;

f) Ministério da Viação e Obras Públicas;

g) Banco do Brasil S.A.;

h) Banco Nacional de Crédito Cooperativo;

2) Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico;

7) Superintendência da Moeda e do Crédito;

4) Superintendência Nacional do Abastecimento;

m) Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste;

n) Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

Parágrafo único. As decisões do Conselho Deliberativo serão tomadas sob a forma de resoluções, com base em trabalhos técnicos ou pareceres da Secretaria Executiva.

Art. 7º O Conselho Consultivo será constituído de representantes de órgãos de classe dos pescadores, armadores, industriais e comerciantes, bem como de outras entidades a critério do Ministro da Agricultura.

§ 1º Compete ao Conselho Consultivo, convocado pelo Superintendente, assessorá-lo no exame de matéria do interesse das classes representadas.

§ 2º Os serviços prestados pelos membros do Conselho Consultivo são gratuitos e considerados relevantes.

Art. 8º A Secretaria Executiva é diretamente subordinada ao Superintendente.

Art. 9º A estrutura e as atribuições do Conselho Deliberativo, do Conselho Consultivo e da Secretaria Executiva constarão de regulamento aprovado pelo Poder Executivo.

Art. 10. Constituem recursos da SUDEPE:

I — dotações orçamentárias específicas que constarão, anualmente, do orçamento da União;

II — 10% (dez por cento) do Fundo Federal Agropecuário;

III — créditos especiais, suplementares e extraordinários;

IV — resultados de suas operações financeiras;

V — taxas dos serviços que prestar;

VI — saldos dos recursos dos órgãos cujos serviços lhe forem transferidos;

VII — outros recursos que lhe sejam destinados ou que resultem de suas atividades.

Parágrafo único. Os recursos previstos no presente artigo destinam-se a financiar projetos do Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca e a custear serviços da SUDEPE.

Art. 11. O Conselho Deliberativo aprovará, anualmente, até 30 de novembro, o orçamento da aplicação dos

recursos da SUDEPE para o exercício seguinte.

§ 1º O Conselho Deliberativo, ao fixar os quantitativos para atender aos encargos de financiamento do PNDP, reservará montante não inferior a 30% (trinta por cento) do total dos recursos existentes para:

a) integralização de capital que a SUDEPE subscrever, de acordo com o inciso X do artigo 3º;

b) aquisição e revenda de equipamentos e artigos, destinados às atividades pesqueiras;

c) financiamento de embarcações e equipamentos a pescadores individuais, cooperativas de pescadores e pequenas empresas de pesca.

§ 2º A amortização dos financiamentos concedidos pela SUDEPE poderá ser efetuada em função do valor da produção do mutuário, mensalmente apurado.

Art. 12. As dotações orçamentárias e os créditos destinados à SUDEPE serão registrados pelo Tribunal de Contas e, automaticamente, distribuídos ao Tesouro Nacional.

Parágrafo único. O Tesouro Nacional, igualmente, colocará à disposição da SUDEPE as importâncias correspondentes a essas dotações e créditos, depositando-as no Banco do Brasil S.A., em conta especial.

Art. 13. São extensivos à SUDEPE os privilégios da Fazenda Pública no tocante à cobrança dos seus créditos e processos em geral, custas, juros, prazos de prescrição, imunidade tributária e isenções fiscais.

Art. 14. O Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca (PNDP), que será anualmente revisto, abrangerá período futuro mínimo de três (3) anos, discriminando, pelos diferentes setores, os empreendimentos objetivados pela presente lei.

§ 1º O PNDP compreenderá:

a) justificação econômico-social da política da pesca e dos investimentos específicos do Governo Federal, definindo o seu alcance nos setores básicos em que se concentrem os investimentos públicos;

b) análise das perspectivas dos investimentos privados, com indicação das medidas para incentivá-los e enumeração das condições prioritárias, para recebimento de ajuda das entidades oficiais de crédito e da SUDEPE;

c) critérios a que deve obedecer a colaboração federal com os Estados e Municípios.

§ 2º O PNPD dará destaque à **realização de pesquisas e de experimentos** baseados no desenvolvimento da piscicultura, à organização e expansão da infraestrutura da pesca, à formação e capacitação de mão-de-obra especializada e à assistência técnica e financeira a aqueles que exerçam atividade relacionada com a pesca ou seus produtos.

Art. 15 A SUDEPE, em coordenação com a SUNAB, promoverá, junto à Companhia Brasileira de Alimentos e à Companhia Brasileira de Armazenamento, a participação destas na execução de projetos do PNPD.

Art. 16 O patrimônio da Caixa de Crédito da Pesca e do setor de pesca da Divisão de Caça e Pesca, — nêle compreendidos os bens móveis e imóveis e a documentação técnica, — serão transferidos à SUDEPE depois de arrolados e avaliados.

Parágrafo único. Não se incluem no disposto neste artigo os bens da Caixa de Crédito da Pesca que forem transferidos à Companhia Brasileira de Armazenamento, nos termos da Lei Delegada nº 7, de 26 de setembro de 1962.

Art. 17. Enquanto não for efetivada a transferência dos serviços da Caixa de Crédito da Pesca, o Superintendente da SUDEPE fica investido de poderes especiais para assegurar o normal funcionamento desse órgão.

§ 1º O Ministro da Agricultura designará um administrador para a Caixa de Crédito da Pesca com poderes para cumprir o disposto no artigo 16.

§ 2º Os poderes especiais do Superintendente e as atribuições do administrador serão fixados em decreto do Poder Executivo.

Art. 18. O Poder Executivo fixará, por decreto, data para extinção da Caixa de Crédito da Pesca.

Art. 19. A Policlínica de Pescadores, criada pelo Decreto-Lei nº 3.118, de 14 de março de 1941, e a Escola de Pesca de Tamandaré são transferidas à SUDEPE, com a organização que lhes for atribuída em regulamento.

Art. 20. Os atos administrativos, de qualquer natureza referentes às atividades pesqueiras continuam em vigor, até disposição em contrário.

Art. 21. Os servidores públicos, inclusive autárquicos, poderão ser requisitados para servir na SUDEPE, sem prejuízo de vencimentos, direitos e vantagens.

Art. 22. Os saldos das dotações orçamentárias e dos créditos de qualquer natureza da Caixa de Crédito da Pesca e do setor de pesca da Divisão de Caça e Pesca serão reacionados em portaria do Ministro da Agricultura e aplicados pela SUDEPE, até que ajustados à discriminação orçamentária própria.

Art. 23. Aos atuais servidores lotados no setor de pesca da Divisão de Caça e Pesca fica assegurado o direito de optarem pelo novo ou pelo anterior "status".

§ 1º A opção a que se refere este artigo será feita através de requerimento apresentado diretamente, ao Departamento Administrativo do Serviço Público, no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias.

§ 2º O silêncio do servidor importará em opção tácita pela sua inclusão no quadro da SUDEPE.

§ 3º Após o prazo a que se refere o § 1º, os servidores que optarem pelo anterior "status" serão aproveitados, na mesma situação, em outros órgãos do Serviço Público Federal, através de decreto do Poder Executivo, elaborado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público.

§ 4º O pessoal que exceder às necessidades da SUDEPE a critério do Superintendente, será igualmente incluído em outros órgãos do Serviço Público Federal, na forma do parágrafo anterior.

§ 5º As inclusões no quadro da SUDEPE, a que se referem os parágrafos anteriores, serão feitas em cargos de denominação, classes e níveis iguais aqúelles ocupados nos órgãos de origem.

Art. 24. A aplicação de quaisquer dos dispositivos constantes desta Lei, relativos a pessoal não exclui a competência da Comissão de Classificação de Cargos, prevista no art. 37 da Lei nº 3.783, de 12 de julho de 1960, bem como a dos demais órgãos próprios.

Art. 25. Dentro do prazo de 90 (noventa) dias a partir da data de sua instalação, a SUDEPE, elaborará anteprojeto de revisão do Código de Pesca a ser encaminhado ao Poder Executivo, pelo Ministro da Agricultura.

Art. 26. O Poder Executivo dará regulamento à SUDEPE no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta lei.

Art. 27. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de outubro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Hermes Lima

João Mangabeira

Pedro Paulo de Araújo Suzano

Amaury Kruei

Miguel Calmon

Hélio de Almeida

Renato Costa Lima

Darci Ribeiro

João Pinheiro Neto

Reynaldo de Carvalho Filho

Eliseu Paglioli

Octávio Augusto Dias Carneiro

Elzezer Batista da Silva

Celso Monteiro Furtado

LEI DELEGADA Nº 11 — DE 11 DE OUTUBRO DE 1962

Cria a Superintendência de Política Agrária (SUPRA) e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que, no uso da delegação constante do Decreto Legislativo nº 11, de 12 de setembro de 1962, decreto a seguinte lei:

Art. 1º. O Serviço Social Rural o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, o Conselho Nacional de Reforma Agrária e o Estabelecimento Rural do Tapajós passam a constituir a Superintendência de Política Agrária (SUPRA), entidade de natureza autárquica, instituída por esta lei, com sede no Distrito Federal, subordinada ao Ministério da Agricultura.

§ 1º. As atribuições, o patrimônio e o pessoal dos órgãos referidos neste artigo são transferidos à SUPRA, cabendo a seu Presidente designar, para cada um deles, um Administrador que se incumbirá de executar as providências determinadas neste artigo.

§ 2º. As atribuições do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, no concernente à seleção de imigrantes, passarão a ser exercidas pelo Ministério das Relações Exteriores, por

seus órgãos normais de representação, segundo as diretrizes fixadas pela SUPRA, cabendo ao Departamento de Colonização e Migrações Internas da SUPRA promover a recepção e o encaminhamento aos imigrantes.

Art. 2º. Compete à SUPRA colaborar na formulação da política agrária do país, planejar, promover, executar e fazer executar, nos termos da legislação vigente e da que vier a ser expedida, a reforma agrária e, em caráter supletivo, as medidas complementares de assistência técnica, financeira, educacional e sanitária, bem como outras de caráter administrativo que lhe venham a ser conferidas no seu regulamento e legislação subsequente.

Parágrafo único. Para o fim de promover a justa distribuição da propriedade e condicionar o seu uso ao bem-estar social são delegados à SUPRA poderes especiais de desapropriação, na forma da legislação em vigor.

Art. 3º. A SUPRA será dirigida por um Conselho de Administração, constituído de um Presidente e quatro Diretores, o qual funcionará como órgão colegiado, decidindo por maioria de votos.

§ 1º. Os membros do Conselho de Administração serão de livre nomeação do Presidente da República e exercerão suas funções em regime de tempo integral.

§ 2º. O Presidente do Conselho de Administração terá remuneração equivalente à de Subsecretário de Estado e os diretores, a correspondente ao Símbolo — 2-C.

§ 3º. O mandato dos membros do Conselho de Administração será de três anos, podendo ser renovado.

Art. 4º. Compete ao Presidente representar legalmente a SUPRA, presidir as reuniões do Conselho de Administração e promover a execução das medidas decorrentes de suas deliberações, além das providências de caráter administrativo inerentes ao cargo.

Art. 5º. A SUPRA terá a seguinte estrutura técnico-administrativa:

- a) Departamento de Estudos e Planejamento Agrário;
- b) Departamento de Colonização e Migrações Internas;

c) Departamento de Promoção e Organização Rural;

d) Departamento Jurídico;

e) Secretaria Administrativa.

§ 1º. Cada um dos Departamentos será dirigido por um membro do Conselho de Administração, na conformidade dos respectivos atos de nomeação.

§ 2º. O Secretário Administrativo será de livre nomeação do Presidente da SUPRA.

Art. 6º. Passam a constituir o patrimônio da SUPRA:

a) as terras de propriedade ou sob a administração do Instituto Nacional de Imigração e Colonização;

b) as terras de propriedade do Estabelecimento Rural do Tapajós.

c) as terras que pertençam ou que passem ao domínio da União, as quais sirvam para a execução de plano de colonização;

d) as terras que desapropriar ou que lhe forem doadas pelos governos estaduais, municipais, entidades autárquicas e particulares;

e) o acervo do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, do Serviço Social Rural e do Estabelecimento Rural do Tapajós;

f) os resultados positivos da execução orçamentária.

Art. 7º. Constituem recursos da SUPRA:

a) o produto da arrecadação das contribuições criadas pela lei número 2.613, de 23 de setembro de 1955;

b) quinze por cento (15%) da receita do Fundo Federal Agropecuário, a que se refere o Decreto Legislativo nº 11, de 12 de setembro de 1962;

c) as dotações que constarão, anualmente, no orçamento da União;

d) as contribuições de governos estaduais, municipais ou de outras entidades nacionais ou internacionais;

e) as rendas de seus bens e serviços;

f) rendas eventuais.

Art. 8º. Parte dos recursos da SUPRA será aplicada em serviços de extensão rural e de assistência social aos trabalhadores rurais, diretamente

ou através de convênios com entidades públicas ou privadas.

Art. 9º. A aplicação dos recursos destinados à prestação dos serviços referidos no artigo anterior será disciplinada por um Conselho Deliberativo, cuja composição e atribuições constarão de regulamento.

Parágrafo único. Do Conselho Deliberativo farão parte, obrigatoriamente, 1 (um) representante da Confederação Rural Brasileira e outro dos trabalhadores rurais.

Art. 10. As dotações orçamentárias consignadas ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização ao Serviço Social Rural, ao Estabelecimento Rural do Tapajós e ao Conselho da Reforma Agrária serão aplicadas pela SUPRA, até que ajustadas à discriminação orçamentária própria.

Art. 11. As iniciativas e operações a cargo da Carteira de Colonização do Banco do Brasil S. A., criada pela Lei nº 2.237, de 19 de junho de 1954, passarão a ser exercidas em cooperação com a SUPRA, visando, obrigatoriamente, à execução do plano básico de reforma agrária ou de projetos específicos que forem aprovados pela SUPRA.

Art. 12. O Banco Nacional de Crédito Cooperativo, criado pela Lei nº 1.412, de 13 de agosto de 1951, se articulará, obrigatoriamente, com a SUPRA para o efeito de elaborar seus programas anuais de operações de crédito observadas as prioridades que couberem, tendo-se em vista a execução do plano básico de reforma agrária.

Art. 13. A SUPRA, mediante convênios firmados com os Estados, Territórios Federais, Municípios e os estabelecimentos de crédito oficial, poderá participar de empreendimentos regionais e locais visando à execução de projetos específicos de reforma agrária e promover a constituição de empresas estatais ou de economia mista, de cujos capitais participará como majoritária.

Art. 14. A SUPRA não poderá despende com pessoal importância superior a cinco por cento (5%) de seu orçamento de receita.

Art. 15. Os servidores públicos, inclusive das autarquias, bem como de sociedades de economia mista poderão, mediante autorização do Poder Executivo, servir à SUPRA, sem prejuízos de vencimentos, direitos e vantagens.

Art. 16. São extensivos à SUPRA os privilégios da Fazenda Pública no tocante à cobrança dos seus créditos e processos em geral, custas, juros, prazos de prescrição, imunidade tributária e isenções fiscais.

Art. 17. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de sessenta dias, contados da sua publicação.

Art. 18. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 11 de outubro de 1962, 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Hermes Lima

João Mangabeira

Pedro Paulo de Araújo Suzano

Amaury Krul

Miguel Calmon

Hélio de Almeida

Renato Costa Lima

Darci Ribeiro

João Pinheiro Neto

Reynaldo de Carvalho Filho

Eliseu Paglioli

Octavio Augusto Dias Carneiro

Eliêzer Batista da Silva

Celso Monteiro Furtado

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal e eu, Rui Palmeira, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 12, DE 1962

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao termo de ajuste celebrado, em 4 de fevereiro de 1959, entre o Departamento de Obras de Saneamento do Ministério da Viação e Obras Públicas e a firma Construtora Nóbrega & Machado Ltda. para construção da barragem de Taipu, no rio Ceará-Mirim, no Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 1º E' mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao termo de ajuste celebrado, em 4 de fevereiro de 1959, entre o Departamento de Obras de Saneamento do Ministério da Viação e Obras Públicas e a firma Construtora Nóbrega & Machado Ltda., para construção da barragem de Taipu, no rio Ceará-Mirim, no Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 23 de novembro de 1962. — Rui Palmeira, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I da Constituição Federal, e eu, Rui Palmeira, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 13 DE 1962

Aprova o Acôrd de cooperação entre os Estados Unidos do Brasil e a República Italiana para uso pacífico da energia nuclear.

Art. 1º — E' aprovado o Acôrd de cooperação entre os Estados Unidos do Brasil e a República Italiana para uso pacífico da energia nuclear, firmado no Rio de Janeiro, a 6 de setembro de 1958.

Art. 2º — Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal em 23 de novembro de 1962.

Rui Palmeira, Vice-Presidente, no Exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, item I, da Constituição Federal, e eu, Rui Palmeira, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 14, DE 1962

Aprova o acôrdo sobre cooperação no campo dos usos pacíficos da energia atômica entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Paraguai, firmado em Assunção, a 18 de agosto de 1961.

Art. 1º E' aprovado o acôrdo sobre cooperação no campo dos usos pacíficos de energia atômica entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Paraguai, firmado em Assunção, a 18 de agosto de 1961.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 23 de novembro de 1962.

Rui Palmeira, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, item I, da Constituição Federal, e eu, Rui Palmeira, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 15, DE 1962

Aprova o texto da Resolução WHA 1.243, adotado pela XII Assembléia Geral da Organização Mundial de Saúde, modificando os artigos 24 e 25 da Constituição daquela Agência especializada das Nações Unidas.

Art. 1º E' aprovado o texto da Resolução WHA 1.243, adotado pela XII Assembléia Geral da Organização Mundial de Saúde, modificando os artigos 24 e 25 da Constituição daquela Agência especializada das Nações Unidas.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 23 de novembro de 1962.

Rui Palmeira, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal e eu, Rui Palmeira, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 16, DE 1962

Aprova os textos dos Acôrdos Comerciais, de Pagamentos e Cooperação Econômica, concluídos, recentemente, entre o Brasil e países do Leste Europeu.

Art. 1º — São aprovados os textos dos Acôrdos Comerciais, de Pagamentos e Cooperação Econômica, concluídos, recentemente, entre o Brasil e os seguintes países do Leste Europeu:

Albânia — Acôrdo de Comércio e Pagamentos, celebrado em 10 de junho de 1961.

Bulgária — Acôrdo de Comércio, Pagamentos e Cooperação Econômica, celebrado em 21 de abril de 1961;

Hungria — Acôrdo de Comércio, Pagamentos e Cooperação Econômica, celebrado em 15 de maio de 1961;

Iugoslávia — Protocolo Adicional ao Acôrdo de Comércio e Pagamento, celebrado em 29 de abril de 1961;

Polônia — Protocolo de Negociações Brasileiro-Polonesas, celebrado em 25 de maio de 1961;

România — Acôrdo de Comércio, Pagamentos e Cooperação Econômica, celebrado em 5 de maio de 1961; e

Tcheco-Eslováquia — Protocolo de Cooperação Econômica, celebrado em 19 de maio de 1961.

Art. 2º — Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 23 de novembro de 1962.

Rui Palmeira, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, item I da Constituição Federal, e eu, *Rui Palmeira*, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 17, DE 1962

Autoriza o Poder Executivo a assinar a adesão do Brasil à Convenção Internacional para criação da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental.

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a assinar a adesão do Brasil à Convenção Internacional, para criação da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental, concluída em Genebra, no ano de 1948, por ocasião da Conferência Marítima das Nações Unidas.

Art. 8º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 28 de novembro de 1962. — *Rui Palmeira*, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, DE 1962

Aprova o Acôrdo sobre Transportes Aéreos Regulares entre os Estados Unidos do Brasil e a República Oriental do Uruguai.

Art. 1º E' aprovado o acôrdo sobre Transportes Aéreos Regulares entre os Estados Unidos do Brasil e a República Oriental do Uruguai, bem como o respectivo Protocolo de Assinatura, firmados em Montevideu, em 28 de dezembro de 1956.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 5 de dezembro de 1962. — *Rui Palmeira*, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, item IX da Constituição Federal, e eu *Rui Palmeira*, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 1962

Dispõe sobre a fixação dos subsídios, diárias e ajuda de custo dos membros do Congresso Nacional, para o período legislativo de 1963 a 1966.

Art. 1º Os membros do Congresso Nacional perceberão, na próxima legislatura, o subsídio fixo mensal de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros); a diária de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros) como parte variável, correspondente ao comparecimento e uma ajuda de custo de Cr\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil cruzeiros), por sessão legislativa, paga em duas parcelas iguais, uma no início e outra no encerramento da sessão legislativa.

Art. 2º O subsídio tanto na parte fixa, como na parte variável, será pago mensalmente.

Art. 3º Os Deputados e Senadores não terão direito à ajuda de custo em convocação extraordinária do Congresso Nacional feita, por qualquer das duas Câmaras em immediato prosseguimento à sessão legislativa, ou dentro de 15 quinze dias do seu encerramento.

§ 1º Aquêlle que não comparecer às sessões no período de convocação extraordinária, não terá direito à ajuda de custo.

§ 2º O Congressista que não comparecer, no mínimo à metade das sessões ordinárias, no período de convocação extraordinária, não terá direito à ajuda de custo paga no fim da referida convocação.

Art. 4º Os Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal perceberão importância anual de Cr\$ 480 000,00 (quatrocentos e oitenta mil cruzeiros) respectivamente e importâncias essas que serão pagas em ducédimos, a título de representação.

Art. 5º As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão fixar os períodos correspondentes a sessões consecutivas para votação das proposições sujeitas à deliberação do plenário, reservando de igual modo sessões para, preferencialmente, discussão de matéria pronta para a Ordem do Dia.

Art. 6º O membro do Congresso Nacional que não comparecer à sessão terá, obrigatoriamente, a diaria descontada não sendo abonada nenhuma falta, a não ser quando estiver ausente de qualquer das duas Casas do Congresso, em Comissão Externa ou de Inquérito.

Art. 7º Não será devida a cédula de comparecimento por sessão extraordinária que se realizar dentro do tempo regimental de sessão ordinária.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de dezembro de 1962. — *Rui Palmeira*, Vice-Presidente no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 20, DE 1962

Revoga o Decreto Legislativo nº 13, de 6 de outubro de 1959, que aprovou o Acôrdo de Resgate, assinado em 1956, entre os Governos do Brasil e da França.

Art. 1º E' aprovado o Decreto Legislativo nº 13, de 6 de outubro de 1959 que aprovou o Acôrdo de Resgate assinado no Rio de Janeiro, em 4 de maio de 1956, entre os Governos dos Estados Unidos do Brasil e da França, para a execução administrativa de questões financeiras e a liquidação, por meio de arbitramento, das indenizações devidas pelo Brasil, em decorrência da encampação das estradas de Ferro São Paulo-Rio Grande e Vitória Minas, bem como a Companhia Port of Pará.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 15 de dezembro de 1962. — *Auro Moura Andrade*, Presidente do Senado Federal.

LEI Nº 4.148 — DE 21 DE NOVEMBRO DE 1962

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 para auxiliar o IX Congresso Nacional de Jornalistas realizado em Friburgo.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e sanciona a seguinte lei:

Artigo 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para auxiliar o IX Congresso Nacional de Jornalistas, realizado em Friburgo, sob o patrocínio da Associação Fluminense de Imprensa.

Artigo 2º. O crédito a que se refere o artigo anterior será entregue à Associação Fluminense de Imprensa.

Artigo 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de novembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART
Hermes Lima
Miguel Calmon
Darci Ribeiro

LEI Nº 4.149 DE 21 DE NOVEMBRO DE 1962

Autoriza a abertura, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do crédito de Cr\$ 25.000.000,00 destinado a ocorrer à instalação e funcionamento, em Brasília, do Ministério Público do Distrito Federal e da Primeira Subprocuradoria-Geral.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros), destinado a ocorrer às despesas de qualquer natureza com a instalação do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, inclusive a Procuradoria-Geral e Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para a Primeira Subprocuradoria-Geral da República.

Art. 2º. O crédito de que trata esta lei será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 21 de novembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART
Hermes Lima
João Mangabeira
Miguel Calmon

LEI Nº 4.150

Ainda não foi publicada no *Diário Oficial*.

LEI Nº 4.151 — DE 21 DE NOVEMBRO DE 1962

Concede isenção de impostos, taxas alfandegárias e quaisquer outros ônus federais para material destinado à construção do Pavilhão da Exposição Internacional de Indústria e Comércio do Rio de Janeiro.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:
Artigo 1º. É concedida à Exposição Internacional de Indústria e Comércio, a ser realizada em setembro de 1959 no Campo de São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro, isenção do imposto de importação, de consumo e da taxa de 5% de despacho aduaneiro e do Fundo de Reaparelhamento de Renovação dos Portos e a de previdência social, para os seguintes materiais a serem empregados na construção do pavilhão e acessórios:

I — Cabo de aço com alma de cânhamo de diferentes bitolas, com 50.529 kg e 74.800 mts de comprimento, no valor de Cr\$ 4.703.473,50 — US\$ 31.800,00.

II — Fiberglass — com 27.410 kg no valor de Cr\$ 10.177.391,20 — ou US\$ 58.600.00.

Artigo 2º. A isenção de que trata o dispositivo anterior estende-se aos artigos sem destinação comercial, e material de propaganda, assim devidamente caracterizados, para distribuição exclusiva e gratuita no recinto da Exposição, bem como ao material sem similar nacional, de instalação e decoração dos "stands".

Artigo 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de novembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Hermes Lima

Miguel Calmon

Octavio Augusto Dias Carneiro

LEI Nº 4.152 — DE 21 DE
NOVEMBRO DE 1962

Denomina Comandante Alberto Autran o antigo Hospital dos Marítimos, de Belém do Pará.

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a denominar-se Comandante Alberto Autran o antigo Hospital dos Marítimos, situado em Belém, Estado do Pará, pertencente

ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de novembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

João Goulart

Hermes Lima

João Mangabeira

LEI Nº 4.153 — DE 28 DE NOVEMBRO DE 1962

Altera a legislação do Imposto de Consumo e dá outras providências

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei.

Art. 1º O Decreto-lei nº 7.404, de 22 de março de 1945, modificado pelas leis ns. 2.974, de 26 de novembro de 1956 e 3.520, de 30 de dezembro de 1958, consolidados pelo Regulamento aprovado pelo Decreto número 45.422, de 12 de fevereiro de 1959, passa a vigorar com as alterações constantes desta lei.

Art. 2º Mantida a taxação prevista no vigente Regulamento do Imposto de Consumo para os produtos discriminados nas alíneas I (Produtos alimentares industrializados), IV (Tecidos e outros artigos têxteis) e V (Calçados) e, observadas as alterações na discriminação dos produtos estabelecida nos artigos 4º a 8º desta lei, as alíquotas de incidência do Imposto de Consumo, fixadas nas alíneas da Tabela «A», a que se refere o Decreto nº 45.422, de 12 de fevereiro de 1959, serão cobradas nos seguintes níveis percentuais:

X a) de 3% — Alínea VI, inciso 1; Alínea VII, inciso 1; Alínea VIII, inciso 1; Alínea X, inciso 1; Alínea XII, inciso 2; Alínea XIII, incisos 1, 2, 3

e 7; Alínea XIV, incisos 1 e 2; Alínea XV, incisos 1, 2, 3, 4 e 5; Alínea XVI, inciso 8; Alínea XVII, inciso 1;

b) de 5% — Alínea XVI, incisos 3 e 7;

c) de 6% — Alínea III, inciso 4; Alínea VIII, incisos 2 e 4; Alínea IX, inciso 1; Alínea X, incisos 2, 3, 4, 5, 6 e 7; Alínea XI, incisos 1, 2, 3 e 4; Alínea XIII, incisos 4 e 5; Alínea XIV, inciso 5;

d) de 7% — Alínea VII, inciso 4;

e) de 8% — Alínea III, inciso 1; Alínea VIII, incisos 3 e 4; Alínea IX, incisos 2, 3, 4 e 5; Alínea XI, inciso 5; Alínea XIII, incisos 6 e 9; Alínea XIV, inciso 3; Alínea XV, incisos 6, 7, 8, 9 e 10; Alínea XVI, incisos 2 e 4; Alínea XVII, incisos 2, 3 e 4; Alínea XVIII, incisos 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7, Alínea XXI, incisos 1 e 2;

+ f) de 10% — Alínea VI, inciso 2; Alínea VII, incisos 2 e 3; Alínea IX, inciso 7; Alínea XII, inciso 1; Alínea XIII, inciso 8; Alínea XIV, inciso 4; Alínea XVIII, inciso 8; Alínea XX, inciso 1; Alínea XXI, incisos 3, 4, 5 e 9;

g) de 12% — Alínea IX, inciso 6; Alínea XVII, inciso 5; Alínea XIX, incisos 1, 2, 3 e 4 e 5;

h) de 15% — Alínea XVI, incisos 1, letra «a», e 5;

i) de 20% — Alínea III, inciso 2; Alínea XVI, incisos 1, letra «b», e 6; Alínea XX, incisos 2 e 3; Alínea XXI, inciso 6;

j) de 30% — Alínea XVI, inciso 1, letra «c»; Alínea XXI, inciso 7;

l) de 40% — Alínea III, inciso 3; Alínea VI, inciso 3; Alínea XX, inciso 4; Alínea XXI, inciso 8.

Art. 3.º A Tabela «B» do Regulamento do Imposto de Consumo passará a vigorar com as seguintes alterações:

a)	Até o preço de 4,00	1,80
b)	De mais de 4,00 até 4,70	2,35
c)	De mais de 4,70 até 7,10	3,55
e)	De mais de 7,10 até 10,00	5,00
f)	De mais de 10,00 até 13,00	7,18
g)	De mais de 13,00 até 15,00	8,25
h)	De mais de 15,00 até 20,00	11,00
i)	De mais de 20,00 até 25,00	13,75
j)	De mais de 25,00 até 30,00	16,50
l)	De mais de 30,00 até 40,00	22,00
m)	De mais de 40,00 até 50,00	27,50
n)	De mais de 50,00 até 60,00	33,00
o)	De mais de 60,00 até 70,00	38,50
p)	De mais de 70,00 até 80,00	44,00
q)	De mais de 80,00 até 90,00	49,50
r)	De mais de 90,00 até 100,00	55,00
s)	De mais de 100,00 por 10,00 ou fração do preço total	6,00

III — Alínea XXV (Fósforos) — Passa a vigorar com a seguinte redação:

«O imposto será pago por selagem direta, com base no preço do fabricante ou importador, observadas as normas do Capítulo X, Seção VI — Parte Quarta — pela alíquota de 15 por cento, sendo parte por selagem direta e parte por guia, incidindo sobre fósforos de madeira, de cera ou de qualquer espécie, acondicionados em carteira ou caixa. A parte sujeita a selagem direta, corresponderá:

a) contendo até 20 palitos — Cr\$ 0,20;

b) contendo mais de 20 até 40 palitos — Cr\$ 0,30;

c) contendo mais de 40 até 60 palitos — Cr\$ 0,40;

d) contendo mais de 60 por 30 infração a mais, na mesma carteira ou caixa, mais Cr\$ 0,20.

E a parte complementar, sujeita a recolhimento por guia, obedecerá, as normas previstas no Capítulo IX, Seções primeira e segundas.

IV) Alínea XXVI (Jóias, obras ou ourives e relógios) — inciso 1 — 20%.

Incisos 2 e 3 — 10%.

V) Alínea XXVII — (Bebidas) — passará a vigorar com a seguinte redação: O imposto será pago com base no preço de venda do fabricante ou estabelecimentos equiparados, de acordo com as taxas percentuais discriminadas nos incisos seguintes e observadas as normas abaixo:

- 1 — Sucos de uva ou de outras frutas, integrais ou concentrados, tolerada a percentagem de álcool de 1% (um por cento) 10%
- 2 — Bebidas não alcoólicas, industrializadas (refrigerantes, águas de mesa artificiais e outras); concentrados, xaropes para refrescos e outros produtos ou preparações, sólidos ou não, para o fabrico de artigos referidos neste inciso 10%
- 3 — Vinhos, assim considerados exclusivamente os produtos obtidos pela fermentação da uva madura esmagada ou de suco de uva madura, incluídos os licorosos 10%
- 4 — Aguardente em geral, de qualquer modo obtida, simples, de graduação alcoólica até 54% 10%
- 5 — Bebidas obtidas exclusivamente pela fermentação alcoólica de suco de frutas ou plantas («vinho de laranja», «vinho de abacaxi», «vinho de aju» e semelhantes) 10%
- 6 — Licores e aperitivos (amargos «bitters», «fernets» e outros); aguardente simples, de graduação alcoólica superior a 54%; aguardentes de alcoolatos de plantas e as compostas, assim consideradas a «laranjinha» e outras adicionadas de caramelo, cascas ervas, raízes ou essências; conhaque ou «cognac» obtido pela destilação de vinho nacional natural de uva bem como os denominados «conhaque de al. atrão», «conhaque de mel», «conhaque de gengibre» e semelhantes, obtidos pela destilação do suco fermentado de cana de açúcar, adicionada de substâncias aromáticas ou medicinais 20%
- 7 — «Champagne» e outros espumantes naturais ou gaseificados 20%
- 8 — Vinhos compostos («Vermouths» quinados, ferroquinas, gemados, guaranados e outros da mesma espécie) 25%
- 9 — Cervejas e chope 30%
- 10 — Bebidas rotuladas com as denominações de «armagnac», «arrack», «brandy», «cognac», «genebra», «gin», «guests. h.», «hirsch» korck'', «ron», «rhum», «whisky», «wodka» e quaisquer outras bebidas alcoólicas não especificadas nem compreendidas em outros incisos desta alínea 30%

Norma 1ª — Ressalvado, quanto aos produtos referidos nos incisos 2 e 9, o disposto no artigo 260 do Regulamento do Imposto de Consumo, o imposto será pago parte por selagem direta e parte por guia. A parte sujeita a selagem direta aplicar-se-á a norma prevista no parágrafo único acrescentado ao artigo 416, pelo artigo 24 desta lei, applicando-se ainda, no que couber o disposto no Capítulo X, Seções I a VI, Parte Quinta, do Regulamento.

Norma 2ª — Será considerado como não tendo pago o imposto o produto que salvo as exceções previstas não estiver selado.

Norma 3ª — A Diretoria das Rendas Internas organizará, anualmente, ouvido o Sindicato interessado, pauta de preços das bebidas, para o fim de determinar as taxas de selagem direta dos produtos, as quais não poderão exceder a 50% (cinquenta por cento) do imposto a cobrar.

Norma 4ª — A parte complementar sujeita a recolhimento por guia, obedecerá às normas previstas no Capítulo IX, Seções I e II, do Regulamento vigente.

Norma 5ª — Durante o exercício de 1963, o imposto obedecerá às seguintes taxas percentuais: 1) com relação aos produtos dos incisos 1, 3, 4 e 5 à razão de 5%; 2) dos incisos 6 e 7, à razão de 10%; 3) do inciso 8, à razão de 15%; e 4) do inciso 10, à razão de 20%.

Art. 4.º A discriminação dos produtos da Tabela «A» passará a vigorar com as seguintes alterações:

I — Alínea IV, inciso 11 — «Quaisquer artefatos ou confecções de têxtil não especificados nem compreendidos em outra parte».

II — Alínea VIII — Inciso 3 — «Artefatos de papel, papelão, cartão ou cartolina, inclusive papéis para cartas, em blocos ou folhas soltas, envelopes e outros artigos de correspondência, pastas e capas para escritórios, registros; cadernos, cadernetas, agendas; álbuns, mostruários, livros para escrituração; rótulos e decalcomânicas para fim; quaisquer artefatos de papel».

III — Alínea X — Inciso 1 — Tubos e respectivas conexões, de cimento simples ou misto.

Inciso 3 — Painéis, pranchas, chapas, telhas, folhas, blocos e semelhantes, de fibras, de fibras vegetais, de fibras de madeira ou de outras fibras aglomeradas com cimento, com gesso ou com outro aglomerado mineral, inclusive amianto.

Inciso 6 — Cimento.

Inciso 7 — Quaisquer artefatos de cimento não especificados nem compreendidos em outra parte.

IV — Alínea XI — Passam a incidir no imposto previsto nesta alínea os isoladores e peças isolantes de cerâmica e vidro.

V — Alínea XII — Inciso 1 — (Mane); éteres de celulose em bruto ou sintéticas, de condensação ou polimerização, em bruto ou em formas semi-manufaturadas ou ainda em películas, folhas, laminados estratificados, placas, barras, blocos, perfilados, bastões; celulose regenerada (celofane); éteres de celulose em bruto ou em formas semi-manufaturadas; derivados de colofônia e de resíduos naturais; derivados de borracha; outras matérias plásticas e resinas artificiais ou sintéticas em bruto ou em formas semi-manufaturadas; mangueiras e outros artefatos de matéria plástica ou resinas artificiais ou sintéticas não especificados ou compreendidos em outra parte.

Inciso 2 — Canos e tubos com ou sem rosca e suas conexões, de matérias plásticas ou resinas artificiais ou sintéticas, de condensação ou polimerização obtidos por quaisquer processos, seja pela extração de injeção, de prensagem ou qualquer outro.

VI — Alínea XIII — Substitua-se o inciso 2 pelo seguinte:

«2 — Dinamite para fins industriais».

VII — Alínea XIV — Inciso 1 — Blocos, pacotes, pães, lingotes, barras, perfis, pranchas, fitas, fios, tubos, canos e suas conexões, barras ocas, bem como chapas, folhas e lâminas, não corrugadas, de qualquer metal; outras formas semelhantes, obtidas por laminação, forjamento, estiragem, trefilação, centrifugação, fundição ou extrusão de qualquer metal.

Inciso 2 — As latas ou outros recipientes de folhas de flandres, de ferro, ou de outro qualquer metal destinados ao acondicionamento de venda de qualquer produtos.

Inciso 5 — Chapas, fôlhas e lâminas, corrugadas ou onduladas, de qualquer metal.

VIII — Alinea XXI — Fica acrescentado o seguinte inciso:

9. Artigos de viagens, malas, sacos-malas sacos para compras, pastas, bôlsas, cartíras, porta-moedas, estôjos e artefatos semelhantes de qualquer matéria e feitiço.

Art. 5.º O Impôsto de Consumo sôbre móveis será cobrado na base do preço de venda do fabricante ou do importador, na razão da alíquota de 12%, ficando os comerciantes de móveis obrigados a declarar à Fazenda no prazo de 30 dias, a partir da vigência de ta lei, o estoque dos produtos em seu poder, na data de 31 de dezembro de 1962, mediante relação discriminada, em duas vias sôbre os quais deverão recolher o impôsto complementar de 6% admitido o parcelamento até seis prestações mensais sucessivas.

Art. 6.º Inclua-se na Alinea I, como inciso 12, o seguinte, passando a numeração do actual inciso 12 para 13:

«Complementos ou produtos dietéticos de qualquer natureza, fórmula, composição e apresentação: quaisquer outras preparações e produtos alimentares industrializados, inclusive complementos alimentares não especificados nem compreendidos em outra parte 5%.

Art. 7.º Fica substituída pela seguinte, a redação da Alinea II da Tabela «A», do actual Regulamento do Impôsto de Consumo:

Alinea II — Produtos Farmacêuticos.

1 — Material de penso e sutura algodão hidrófilo atadura, gaze, esparadrapo, agrafe, cat gute cirúrgico e qualquer outro fio de sutura); esponjas, algodão de oxícelulose e outros hemostáticos semelhantes de uso tóxico, laminárias; pessários de qualquer natureza; conjuntos para socorro médico-farmacêutico de urgência; cimentos dentários 4%.

2 — Produtos medicamentosos com finalidade terapêutica ou profilática e para uso em medicina humana ou veterinária, qualquer que seja a sua composição natureza, forma farmacêutica, apresentação comercial ou acondicionamento para venda a varejo; especialidades farmacêuticas licenciadas no país; produtos officinais com fórmulas e métodos de preparação inscritos em farmacopéia ou repertório legalmente admitido — 4%.

Art. 8.º Acrescente-se o seguinte artigo a Seção III, do Capitulo IX, do Título II, do Regulamento aprovado pelo Decreto número 45.422, de 12 de fevereiro de 1959:

«Alinea II — Produtos Farmacêuticos.

Art. ... — Os produtos opoterápicos de qualquer natureza, os hormônios enzimas, vitaminas, alcalóides, heterósidos, derivados sulfanilamidicos (sulfas em geral sulfonas e análogos) e os antibióticos, quando não acondicionados para venda a varejo e destinados à fabricação de produtos medicamentosos para uso em medicina humana ou veterinária, entendem-se como classificados no inciso 1 da Alinea XIII (Produtos das Indústrias Químicas).

Art. ... Ficam classificados na Alinea II os produtos medicamentosos para uso externo, com indicações exclusivamente terapêuticas, sob qualquer forma farmacêutica ou de apresentação, mesmo quando aromatizados para a correção do odor de seus componentes.

Parágrafo único. Não se classificam nesta alínea os produtos constantes da nova redação dada nesta lei, ao inciso 3 da Alinea III da Tabela «A» do Regulamento do Impôsto de Consumo».

Art. 9.º Ficam substituídas pelas seguintes a redação dos incisos 2 e 3, da Alínea III, da Tabela «A», do Regulamento do Imposto de Consumo:

a) do inciso 2. Sabões e sabonetes perfumados, de qualquer forma preparados; sabões medicinais, veterinários e desinfetantes; sabões em pasta, pó ou em creme, para barbear; «shampoos» para lavagem dos cabelos; talco e polvilho, com ou sem perfume, excluídos unicamente os licenciados como «especialidades farmacêuticas».

b) do inciso 3. Onde se lê: «talco e polvilho, com ou sem perfume e adicionados ou não, de substâncias aderentes ou medicamentosas; tinturas e tônicos para os cabelos; vinagres aromáticos; bem como todo e qualquer outro similar aos aqui mencionados, considerados ou não especialidades farmacêuticas pelo órgão competente, inclusive as loções tônicas e preparações semelhantes perfumadas, mesmo indicadas para avigorar os cabelos e barba, ou curar doença do couro cabeludo e os não perfumados que não forem considerados especialidades farmacêuticas pelo órgão competente, ficam sujeitos ao imposto deste inciso».

Leia-se: «Tinturas e tônicos para os cabelos; vinagres aromáticos; bem como todo e qualquer outro similar aos aqui mencionados, inclusive loções, tônicos e preparações semelhantes, perfumados ou não, mesmo indicados para avigorar os cabelos e a barba, ou curar doenças do couro cabeludo, ainda que consideradas especialidades farmacêuticas pelo órgão competente».

Art. 10. O inciso 1 da Alínea IV do atual Regulamento do Imposto de Consumo passa a ter a seguinte redação:

Fios contínuos naturais, artificiais ou sintéticos, em qualquer forma de apresentação e de qualquer comprimento, torcidos ou não, com qualquer número de cabos, pernas ou filamentos, para fins industriais — 3%.

Art. 11. Ficam intercalados no inciso 1 da Alínea XII do atual Regulamento do Imposto de Consumo, entre as palavras «éteres», de molde que a redação passe a ser a seguinte: «éteres e ésteres de celulose».

Art. 12. O inciso 1 da alínea XIII da Tabela «A» do Regulamento do Imposto de Consumo, aprovado pelo Decreto número 45.422, de 1959, passa a ter a seguinte redação:

«Produtos químicos orgânicos e inorgânicos — 3%».

«Estão incluídos nesta alínea, independentemente do uso ou aplicação a que se destinam:

a) o composto orgânico ou inorgânico, de constituição química definida, apresentado isoladamente, contendo ou não impureza;

b) a mistura de isômero de um mesmo composto orgânico, contendo ou não impureza;

c) a solução aquosa do produto mencionado nos itens «a» e «b»;

d) qualquer outra solução dos itens «a» e «b», desde que essa solução constitua modo de acondicionamento usual e indispensável ao transporte e quando o solvente não dê ao produto emprego particular;

e) o produto dos itens «a», «b», «c» ou «d», adicionado de estabilizante indispensável à sua segurança, conservação ou ao seu transporte».

«Excluem-se desta alínea:

o produto apresentado sob a forma de medicamento;

o produto acondicionado para venda a varejo, como produto de perfumaria ou toucador, dosado ou preparado para uso fotográfico;

o produto nominalmente citado em outra parte».

Art. 13. Suprima-se do inciso 5 da Alínea XIII, do atual Regulamento do Imposto de Consumo, aprovado pelo Decreto número 45.422-59, o vocábulo «redutores».

Art. 14. A parte Quinta — Bebidas — Alínea XXVII, da Seção VI, do Capítulo X, do Título II, do Regulamento do Imposto de Consumo, aprovado pelo Decreto número 41.422, de 12 de fevereiro de 1959, ficam acrescentadas as seguintes disposições:

Para os efeitos do disposto no artigo 145 e § 1.º, deste Regulamento, nos casos de venda dos produtos da alínea XXVII, da Tabela «B», entende-se como despesa de frete e de carroto aquela concernente ao percurso compreendido entre a fábrica e o depósito e deste ao adquirente, inclusive o respectivo retorno do vasilhame vazio e sua embalagem à fábrica.

§ 1.º A despesa de carroto referida neste artigo, nas entregas efetuadas ao mercado local, por meio de veículo do fabricante ou de terceiros especialmente contratados para esse fim, não poderá exceder aos seguintes valores calculados sobre a importância do maior salário mínimo vigente no País: 1/1000, para cada dúzia de recipiente, em relação aos produtos engarrafados; 2/1000, por volume, em relação aos produtos acondicionados em barril.

§ 2.º Por mercado local entende-se o perímetro compreendido dentro de cada Município.

Art. 15. Acrescente-se às normas já previstas no Capítulo X, Seção VI, Parte Quinta, do Regulamento do Imposto de Consumo, mais as seguintes:

a) para os produtos tributados nesta alínea, quando a unidade tributada for litro, o imposto relativo a garrafa, meio litro, meia garrafa e quinto de litro, corresponderá, respectivamente, a 0,66, 0,50, 0,33 e 0,20 da fixada para o litro;

b) os produtos do inciso 4 pagarão o imposto com base no preço de venda do engarrafador que fica equiparado a fabricante para todos os efeitos desta lei, obedecidas as seguintes normas.

1) A remessa de aguardente para grossista, industriais e engarrafadores, quando feita em recipientes de capacidade superior a um litro, será acompanhada, independentemente do pagamento do imposto, da guia de remessa, cujo modelo será estabelecido pela Diretoria das Rendas Internas;

2) O talonário de guias a que se refere a nota anterior conterá quatro vias, destinando-se a primeira ao estabelecimento receptor do produto, a segunda, à repartição fiscal a que estiver subordinado o remetente, a terceira à repartição fiscal em cuja jurisdição estiver localizado o destinatário e a última, indistacável, ficará no talonário;

3) O produtor, engarrafador ou grossista não poderá remeter aguardente a comerciante varejista, nem este recebê-la, senão em recipientes de capacidade igual ou inferior a um litro, devidamente estampilhados, na forma do disposto no Capítulo das Normas Gerais;

4) Os produtores grossistas, industriais e engarrafadores, que receberem aguardente em recipientes de capacidade superior a um litro, são obrigados a manter e escriturar, diariamente, o livro especial de controle de entrada e saída de aguardente, conforme modelo a ser expedido pela Diretoria de Rendas Internas;

5) Não poderá habilitar-se com a respectiva Patente de Registro o engarrafador que possuir seção ou estabelecimento de venda numa distância igual ou inferior a 500 metros do local onde se efetua o engarrafamento.

Art. 16. O Capítulo II do Regulamento do Decreto número 45.422, de 12 de fevereiro de 1959, passará a vigorar com as seguintes alterações:

I — No artigo 8.º ficam incluídas as seguintes isenções:

a) livros, músicas, cadernos e outros impressos para fins didáticos e culturais; cartões de visita e de aniversário; imagens, estampas, gravuras, prospectos, catálogos, talões e outros impressos, desde que não estejam nominalmente citados no inciso 3 da alínea VIII, contenham impressos o nome e endereço do próprio autor da encomenda e se destinem ao uso exclusivo do mesmo, observado o disposto no artigo 15 do Regulamento do Imposto de Consumo;

b) as embarcações e os artefatos flutuantes de mais de 100 toneladas brutas de registro, excetuadas as de caráter esportivo e recreativo; e os barcos de pesca.

II — A isenção prevista no art. 8.º, item VIII, n.º 19, terá a seguinte redação:

«19. Os produtos de origem mineral, inclusive os que tiverem sofrido beneficiamento para eliminação de impurezas, através de processos químicos, desde que tributados pelo imposto único previsto no Código de Minas ou dele isentos.

III — O artigo 10 terá a seguinte redação:

Art. 10. Considera-se «calçado popular» para os efeitos da isenção prevista no n.º VI, letra «b» do artigo 6.º:

a) sapatos e botinas para homens e crianças, de couro, com solado e salto de sola comum ou borracha, inclusive pneu;

b) sapatos para senhoras: sem qualquer adorno, enfeite ou desenho; palmilha de papelão, ou raspa, salto e solado de sola comum».

Art. 17. Até 31 de março de cada ano, tendo em vista os índices de custo de vida, adotados pelo Conselho Nacional de Economia, o Poder Executivo atualizará os valores dos produtos constantes do art. 6.º do Regulamento do Imposto de Consumo, considerados como o mínimo indispensável à habitação, vestuário, alimentação e tratamento médico das pessoas de restrita capacidade econômica.

Art. 18. O artigo 7.º da Lei número 2.974, de 26 de novembro de 1956, suprimidos os seus parágrafos, passa a ter a seguinte redação:

«As notas fiscais emitidas por fabricantes e comerciantes sujeitos ao recolhimento do imposto de consumo por guia serão obrigatoriamente autenticadas.

§ 1.º A autenticação será feita por uma das seguintes formas:

a) a autenticação poderá ser feita pelas repartições arrecadoras, por sistema mecânico, de acordo com normas a serem estabelecidas pela Diretoria das Rendas Internas, desde que, em cada via da nota fiscal, fique a mesma evidenciada;

b) por sistema mecânico uniforme sem ônus para a Fazenda Nacional, desde que, em cada via da nota fiscal, fique evidenciada a autenticação;

c) enquanto ou quando a repartição arrecadora local não estiver aparelhada com o serviço mecânico, — por meio de carimbo, aposto em lugar visível, com a indicação, de modo indelével, da data da saída da mercadoria de estabelecimentos fabris e comerciais;

d) nas mesmas condições da letra «c», — mediante termo de abertura e encerramento lavrado no verso da via indistacável da primeira e da última nota de cada talonário de notas fiscais, respectivamente, pela repartição arrecadora local.

§ 2.º A autenticação, pela forma prevista na letra «b» do parágrafo anterior, será privativa daqueles a quem tal concessão fôr deferida pela Diretoria das Rendas Internas, nos termos das normas estabelecidas no Regulamento.

§ 3.º Os pequenos contribuintes e aqueles cuja média mensal de emissão de notas fiscais fôr considerada como diminuta deverão observar a forma prevista na letra «d» do § 1.º.

§ 4.º Os demais contribuintes deverão autenticar suas notas fiscais nos termos das letras «a» e «c» do parágrafo 1.º.

§ 5.º Será considerada como não autenticada, para efeito de penalidade, a nota fiscal que fôr de maneira diversa das previstas no parágrafo 1.º.

Art. 19. O disposto no artigo 13 e seu parágrafo único e no § 2.º do artigo 16 da Lei n.º 2.974, de 26 de novembro de 1956, tem aplicação à falta de registro de produtos de procedência estrangeira no livro ou fichário de controle quantitativo devidamente autenticado, bem como ao trânsito ou consumo da mercadoria, sem prejuízo das penalidades aplicáveis ao comprador, ainda que comerciante não registrado ou particular que, para esse efeito, ficam sujeitos à fiscalização, observadas as formalidades legais.

O documento de prova de entrada da mercadoria no País, que não atenda ao disposto no § 4.º do art. 82 do Regulamento do Imposto de Consumo, não será considerado como elemento excludente da penalidade.

Art. 20. Fica assegurado aos fabricantes de produtos sujeitos ao imposto, mesmo quando sob regime de salagem direta, que exportarem diretamente os seus produtos para o exterior, o direito de se ressarcirem do imposto de consumo relativo às matérias-primas e outros produtos adquiridos de fabricantes ou importadores ou importados diretamente, e efetivamente empregados na fabricação e acondicionamento dos artigos exportados.

§ 1.º Tratando-se de fabricante que não só exporte seus produtos, mas também os entregue ao consumo no mercado interno, o ressarcimento do imposto far-se-á pela manutenção dos respectivos créditos na escrita fiscal, para dedução das quantias devidas à Fazenda Nacional, na forma prevista pelo artigo 148 do Regulamento do Imposto de Consumo.

§ 2.º Quando o fabricante exportar a totalidade de sua produção, conceder-se-á o ressarcimento do imposto por via de restituição, a requerimento do fabricante exportador, após a necessária verificação fiscal.

§ 3.º Quando em decorrência de exportação ocorrer saldo na conta corrente tributária em favor do fabricante, conceder-se-á a restituição desta diferença, a requerimento do interessado, após a necessária verificação fiscal.

Art. 21. Fica acrescentado ao artigo 403 do Regulamento do Imposto de Consumo o seguinte parágrafo único:

«Quando o exigirmos os interesses da Fazenda Nacional os chefes das repartições arrecadadoras solicitarão, previamente ou com base na comunicação a que se refere este artigo, às pessoas e repartições nele mencionadas, que não processem qualquer dos atos referidos, bem como o cancelamento do registro previsto pelo artigo 143, antes de acautelados os interesses da Fazenda (Multa de Cr\$ 25.000,00 a Cr\$ 50.000,00 aos responsáveis que, não obstante a solicitação, processarem os atos)».

Art. 22. O contribuinte do imposto de consumo sujeito ao regime de recolhimento por guia e que fôr considerado remisso, não se poderá valer do prazo previsto no artigo 151 do Regulamento do Imposto de Consumo, e passará, desde a publicação do ato que o tiver declarado devedor remisso, a ser obrigado ao recolhimento antecipado do imposto que recair sobre os produtos a que pretenda dar saída.

§ 1.º Os recolhimentos deverão ser feitos à repartição mediante guia de modelo a ser estabelecido pela Diretoria das Rendas Internas, de modo que nenhum produto seja dado a consumo sem que haja saldo recolhido antecipadamente, segundo controles que o Regulamento estabelecer.

§ 2.º Se, porém, persistir o devedor remisso em dar saída aos seus produtos, sem cumprimento do estabelecido no parágrafo anterior o agente fiscal, *ex officio* ou por determinação do chefe da repartição, como medida preliminar e independente de outras, promoverá a apreensão das notas fiscais autenticadas ou os selos de autenticação em seu poder bem como dos livros fiscais, para devolução somente após a regularização da situação.

Art. 23. Os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º da Alteração 15ª da Lei n.º 3.520, de 30 de dezembro de 1958, passam a vigorar com a seguinte redação:

§ 1.º Ressalvado o disposto no artigo 407 do Regulamento do Imposto de Consumo, a falta de pagamento do tributo e as infrações que por lei lhe são equiparadas sujeitarão o infrator às multas previstas no art. 408, incisos 1, 2 e 3 do mesmo Regulamento, aumentados os mínimos ali estabelecidos para Cr\$ 2.000,00, Cr\$ 5.000,00 e Cr\$ 10.000,00, respectivamente.

§ 2.º As infrações quando não sujeitas a multa proporcional ao valor do imposto do produto, dos emolumentos de registro ou à penalidade de perda da mercadoria, serão punidas segundo a graduação das penalidades ora vigentes, na forma que estabelecer o Regulamento».

Art. 24. O art. 416 do Regulamento do Imposto de Consumo passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 416. A critério do Ministério da Fazenda e mediante ato do Ministro, o regime de selagem direta poderá ser substituído gradativamente pelo recolhimento do imposto por guia, em relação aos produtos cujo controle de produção se possa fazer de forma satisfatória.

Parágrafo único. A critério da Diretoria das Rendas Internas, poderá ser estabelecida, como medida de controle, a adoção de selos especiais para estampilhamento dos produtos das tabelas «A» e «B», os quais terão valores previamente fixados, não podendo, porém, exceder a 80% do «quantum» do imposto a cobrar. As estampilhas serão adquiridas pelos contribuintes à repartição arrecadadora local e o seu valor será deduzido do imposto a recolher quinzenalmente, na forma prevista no art. 148 do Regulamento do Imposto de Consumo. Os produtos entregues a consumo sem estarem selados serão considerados como não tendo pago o imposto, sujeitos às penalidades previstas na lei».

Art. 25. O art. 146 do Decreto n.º 45.422, de 12 de fevereiro de 1959, passa a vigorar com as seguintes alterações:

«b) quando o fabricante vender a qualquer estabelecimento ou firma mediante contrato de comissão mercantil, nos termos dos arts. 165 a 190 do Código Comercial, de participação na forma prevista nos arts. 325 a 328 do Código Comercial, ou ainda de distribuição, com exclusividade em determinada área de território nacional, de um volume equivalente a 20% (vinte por cento), no mínimo, do total das vendas anuais de produtos tributados do fabricante;

c) quando a firma ou sociedade fabricante for sócia ou acionista com mais de 25% (vinte e cinco por cento) do capital com direito de voto de firma ou sociedade compradora ou inversamente».

Art. 26. O art. 132 do Decreto n.º 45.422, de 12 de fevereiro de 1959, passa a ter a seguinte redação:

«Art. 132. Os produtos beneficiados ou preparados nos termos dos artigos 130 e 131, quando destinados ao consumo do próprio autor da encomenda, ainda que fabricante ou comerciante não registrado ou particular, estão sujeitos ao imposto que deverá ser pago pelo fabricante preparador, com base no valor do produto, inclusive o da matéria-prima recebida, ou pelo beneficiador, calculado sobre o valor por este cobrado, pela operação efetuada, acres-

cido do da matéria-prima consumida na sua execução quando tenha sido esta fornecida pelo remetente do produto que foi objeto do beneficiamento».

Art. 27. Os emolumentos de registro previstos no art. 56 do Regulamento do Imposto de Consumo são aumentados de 100% (cem por cento).

Art. 28. A Diretoria das Rendas Internas poderá, a título precário, autorizar sistema especial de fiscalização para os contribuintes que mantiverem escrituração contábil organizada de maneira a satisfazer as exigências fiscais. A permissão será concedida em cada caso, à vista de requerimento dos interessados, mediante prévia inspeção do sistema proposto pelo contribuinte, por uma comissão de agentes fiscais, designados pela autoridade concedente, exigível a autenticação na forma prevista nesta lei, para os livros, fichas e outros elementos que passarem a substituir os modelos regulamentares.

Art. 29. Ao artigo 131 do Regulamento aprovado pelo Decreto número 45.422, de 12 de fevereiro de 1959, acrescenta-se o parágrafo nos seguintes termos:

«Não se compreende nas disposições do parágrafo anterior a simples remessa de desenho, para fins de confecção de produtos, sob encomenda».

Art. 30. Fica intercalado no § 2.º do art. 136 do Regulamento do Imposto de Consumo, entre as palavras «agente do fisco» e «após oito dias», a seguinte expressão: «no estabelecimento do adquirente».

Art. 31. O § 1.º do art. 137 do Decreto n.º 45.422, de 12 de fevereiro de 1959, passa a ter a seguinte redação:

«§ 1.º Tratando-se de produto cujo imposto seja recolhido por meio de guia, será novamente incorporado à produção do fabricante e ficará sujeito a novo imposto quando for vendido, mas, desde que haja prova de devolução do produto, o industrial anotará, na coluna própria do livro modelo 21, a devolução feita e se creditará do imposto correspondente indicado na respectiva nota fiscal. Ocorrendo a devolução devidamente comprovada, ao estabelecimento importador, este também se creditará no livro competente, pelo valor do imposto incidente sobre o produto devolvido».

Art. 32. A letra «d» do art. 146 do Decreto n.º 45.422, de 12 de fevereiro de 1959, passa a vigorar com a seguinte redação:

«d) quando a firma ou sociedade fabricante e a compradora tiverem sócios comuns, ou que de ambas fizerem parte, na qualidade de sócio gerente (pessoa que exerça essa função, embora sob outra denominação) diretor ou acionista controlador (possuidor, em seu próprio nome ou em nome do cônjuge, quando casado em regime de comunhão de bens, ou filhos menores, de mais de 50% das ações da Sociedade)».

Art. 33. A letra «g» do art. 146 do Decreto n.º 45.422, de 12 de fevereiro de 1959, passa a vigorar com a seguinte redação:

«g) quando todos os sócios da firma ou acionistas da sociedade fabricante possuírem mais de 50% do respectivo capital social na firma ou sociedade compradora».

Art. 34. O artigo 148 do atual Regulamento do Imposto de Consumo aprovado pelo Decreto n.º 45.422, passa a vigorar com as seguintes alterações:

a) As palavras: «nas vendas de mercadorias tributadas» são substituídas pelas seguintes: «nas entregas a consumo de mercadorias tributadas»;

b) Para os fins do art. 148, entendem-se como adquiridos para emprego na fabricação e acondicionamento de artigos ou produtos tributados:

1 — na fabricação — as matérias primas ou artigos e produtos secundários ou intermediários que, integrando o produto final ou sendo consumidos total ou parcialmente no processo de sua fabricação, sejam utilizados na sua composição, elaboração, preparo, obtenção e confecção, inclusive na fase de apresto e acabamento.

2 — no acondicionamento — Os materiais ou artigos de que dependem proteção, conservação, aplicação, manuseio e uso do produto na sua entrega ao consumo.

Art. 35. O § 1.º do art. 149 do Regulamento do Imposto de Consumo passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1.º Quando num mesmo estabelecimento produtor se fabricarem artigos sujeitos ao imposto de consumo que, sem dele saírem, forem utilizados na fabricação ou no acondicionamento de outros tributados, o imposto incide somente no produto final, não sendo devido se o produto final for isento ou não tributado.

Art. 36. O § 2.º do art. 149, do Regulamento do Imposto de Consumo, passa a ter a seguinte redação:

Art. 149. § 2.º «Os fabricantes que, além de produtos tributados, também produzirem artigos isentos ou não tributados, só poderão gozar da regalia a que se refere o art. 148, se mantiverem, em sua contabilidade, exata discriminação, comprovada por documentos hábeis, de quantidade de matéria-prima e demais produtos empregados na fabricação e acondicionamento dos artigos tributados. Em caso algum, poderá ser feito o crédito do imposto correspondente a matéria-prima que fizer objeto de revenda».

Art. 37. O artigo 264 do Regulamento do Imposto de Consumo, aprovado pelo Decreto n.º 45.422, de 12 de fevereiro de 1959, passa a ter a seguinte redação:

«Art. 264. Para efeito do cálculo do imposto de consumo sobre os produtos da Alínea XXVII da Tabela «B» não serão computados os valores dos recipientes e embalagens que venham a ser cobrados dos adquirentes, desde que debitados, no máximo, pelo seu valor de reposição, majorado da importância correspondente ao imposto de vendas e consignações e até 10%, (dez por cento) para compensação de despesas de cobrança. Será indispensável para tanto que esses valores sejam debitados em Nota Fiscal apartada, dela constando, em caracteres impressos e destacados, a declaração de que a respectiva devolução será aceita pelo mesmo preço cobrado sem a majoração citada, quando os artigos devolvidos se apresentem em estado que satisfaça às mesmas exigências peculiares ao sistema de acondicionamento do fabricante».

Art. 38. O artigo 287, § 2.º, do Regulamento do Imposto de Consumo passa a vigorar com a seguinte redação:

«O início do procedimento alcança todos aqueles que estejam diretamente envolvidos nas infrações porventura apuradas no decorrer da ação fiscal.»

Art. 39. Acrescente-se ao artigo 325 do Regulamento do Imposto de Consumo, aprovado pelo Decreto n.º 45.422, de 1959, o seguinte parágrafo:

«No caso de fiança bancária, fica dispensada a prova de quitação de impostos de que trata este artigo».

Art. 40. O artigo 342, do Regulamento do Imposto de Consumo, passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 342. É assegurado a todos os contribuintes referidos neste Regulamento o direito de consulta, relativamente a quaisquer dúvidas sobre a fiel execução de seus dispositivos.»

§ 1.º As consultas deverão ser dirigidas, originariamente, às repartições arrecadadoras do domicílio dos consulentes e serão encaminhadas, devidamente instruídas, para julgamento da autoridade de primeira instância.

§ 2.º As consultas que não forem formuladas com obediência a essas normas serão consideradas prejudicadas e, conseqüentemente, arquivadas, depois de cientes as partes».

Art. 41. Os laudos do Laboratório Nacional de Análises e do Instituto Nacional de Tecnologia, em seus aspectos técnicos de sua competência deverão ser obrigatoriamente acatados pelos órgãos fazendários, seja nos processos fiscais ou nas consultas, a menos que se prove de um modo cabal, a total improcedência de laudo ou de parte do mesmo a critério do Diretor das Rendas Internas.

Art. 42. No termo de responsabilidade a que se refere o artigo 42 da Lei n° 3.244, de 14 de agosto de 1957, as repartições aduaneiras deverão incluir o imposto de consumo se também esse tributo fôr objeto da isenção proposta ainda que através de emenda ao projeto de lei mencionado na letra "b" daquele artigo.

Art. 43. O Poder Executivo consolidará e regulamentará, mediante decreto, no prazo de sessenta dias, as alterações feitas por esta lei, de modo a que todas as matérias relativas à legislação do imposto de consumo, as normas de arrecadação e fiscalização desse tributo, passe a ser disciplinadas inteiramente pelo regulamento expedido, podendo para esse fim:

a) suprimir os dispositivos que tenham sido revogados e alterar os que tenham sido atingidos pelas alterações;

b) adotar modelos de livros e formulários para a escrituração fiscal, preservando as normas necessárias à clareza dos seus lançamentos.

Art. 44. Revogadas as disposições em contrário, a presente lei entrará em vigor na data de sua publicação com exceção das disposições que modificam as taxas de incidência, as quais vigorarão a partir de 1° de janeiro de 1963.

Brasília, 28 de novembro de 1962 — 141° da Independência e 74° da República.

JOÃO GOULART

Hermes Lima

Miguel Calmon

LEI Nº 4.154 — DE 28 DE
NOVEMBRO DE 1962

Dispõe sobre a legislação de rendas e proventos de qualquer natureza

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A legislação relativa ao imposto de renda e proventos de qualquer natureza, consolidada no Regulamento aprovado pelo Decreto número 47.373, de 7 de dezembro de 1959, nos termos do art. 58 da Lei número 3.470, de 28 de novembro de 1958, com as modificações introduzidas pelas Leis ns. 3.692, de 15 de dezembro

de 1959, 3.826, de 23 de novembro de 1960, 3.830, de 25 de novembro de 1960, 3.898, de 19 de maio de 1961, 3.995, de 14 de dezembro de 1961, 4.069, de 11 de junho de 1962, 4.069-B, de 12 junho de 1962 e 4.131, de 3 de setembro de 1962, passa a vigorar com as alterações da presente lei.

Parágrafo único O Poder Executivo baixará regulamento de execução desta lei, o qual consolidará toda a legislação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.

Art. 2º A partir do exercício financeiro de 1963 o imposto complementar, calculado sobre a renda líquida das pessoas físicas, será cobrado de acordo com a seguinte tabela:

Até 24 vezes o valor de salário mínimo fiscal	isento
Entre 24 e 30 vezes	3%
Entre 30 e 45 vezes	5%
Entre 45 e 60 vezes	8%
Entre 60 e 75 vezes	12%
Entre 75 e 90 vezes	16%
Entre 90 e 120 vezes	20%
Entre 120 e 150 vezes	25%
Entre 150 e 180 vezes	30%
Entre 180 e 250 vezes	35%
Entre 250 e 350 vezes	40%
Entre 350 e 450 vezes	45%
Entre 450 e 600 vezes	51%
Entre 600 e 800 vezes	57%
Acima de 800 vezes	65%

Parágrafo único. Permanecem em vigor as demais disposições da Lei número 3.898, de 19 de maio de 1961, no que não colidirem com o disposto neste artigo.

Art. 3º As pessoas jurídicas somente deverão pagar os rendimentos especificados nos incisos 3º e 6º do artigo 96 do Regulamento a que se refere o art. 1º e na alínea "a" do art. 8º desta lei;

a) mediante declaração de propriedade, em fórmula aprovada pela Divisão do Imposto de Renda, assinada pelo portador de títulos, quando o rendimento for pago contra a apresentação dos próprios títulos ao portador;

b) mediante declaração de propriedade, nos termos da alínea anterior, assinada por corretor de títulos, banco ou sociedade de crédito, financiamento ou investimento que tenha os títulos em custódia, depósito ou penhor, quando os rendimentos forem pagos contra cupões de títulos ao portador;

c) mediante recibo do beneficiário, nos casos previstos na alínea "a" do art. 8º desta lei.

§ 1º As declarações de propriedade e os recibos referidos nas alíneas "a", "b" e "c" deste artigo servirão como prova subsidiária da propriedade dos títulos e ficarão isentos de imposto do selo, devendo ser mantidos em sigilo por todas as pessoas que tomarem parte nos serviços do imposto de renda.

§ 2º O beneficiário dos rendimentos referidos neste artigo poderá optar pela não identificação, caso em que o imposto será cobrado na fonte à razão da taxa de 45% (quarenta e cinco por cento), não servindo essa tributação para base de reajustamento do imposto devido pelos residentes ou domiciliados no estrangeiro.

§ 3º Aplicar-se-á também o disposto neste artigo aos rendimentos declarados como pagos ou creditados por sociedades anônimas, quando não forem atendidas as condições estabelecidas no § 4º do art. 37 do Regulamento referido no art. 1º desta lei.

§ 4º Ressalvado o disposto no § 2º do art. 8º, os rendimentos referidos neste artigo serão classificados na cédula "F" da declaração da pessoa física beneficiada, excetuada a hipótese de não identificação prevista no § 2º deste artigo.

§ 5º No cálculo do imposto devido pela pessoa física, de acordo com sua declaração anual, será abatido do total apurado a importância que houver sido retida na fonte, na forma deste artigo e na do artigo 96 do Regulamento a que se refere o artigo 1º desta lei.

Art. 4º Estão sujeitos ao desconto do imposto na fonte, à razão de 15% (quinze por cento), os lucros apurados pelas filiais de firmas ou sociedades domiciliadas no estrangeiro que forem reinvestidos no Brasil na ampliação de seu parque industrial, desde que creditados em conta de capital ou em fundo especial.

§ 1º A falta de aplicação efetiva dos lucros no fim a que se destinam, até a data de encerramento do exercício seguinte, determinará a cobrança do imposto pelas taxas normais, exigindo-se a diferença com o acréscimo de multas e juros moratórios.

§ 2º Fica revogado o disposto na alínea "c" do § 2º do art. 97 do Regulamento a que se refere o art. 1º desta lei.

Art. 5º Ressalvados os casos previstos nos artigos 100 e 101 do Regulamento mencionado no artigo 1º, quando a fonte pagadora assumir o ônus do imposto devido pelo beneficiário, a importância paga, creditada, empregada, remetida ou entregue, será considerada como líquida, cabendo o reajustamento do respectivo rendimento bruto, sobre o qual recairá o tributo.

Art. 6º O pagamento de subvenções e auxílios a entidades de direito público e privado, a concessão de financiamentos ou empréstimos pela União Federal, ou por bancos por ela controlados, a entrega das quotas dos impostos referidos no § 2º do art. 15 da Constituição Federal, bem como a assinatura e execução de acordos ou convênios em que seja parte o Governo da República, estão sujeitos a prévia comprovação do recolhimento do imposto de renda que aquelas entidades couber arrecadar na fonte, na forma da legislação vigente, obedecidos os prazos de que trata o Regulamento referido no art. 1º.

Parágrafo único A proibição de transacionar, constante do artigo 180 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 47.373, de 7 de dezembro de 1959, compreende a abertura de crédito e levantamento de empréstimos

no Banco do Brasil S. A., Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, Caixas Econômicas Federais, Banco do Nordeste do Brasil S. A. e Banco de Crédito da Amazônia S. A., salvo quando o devedor der procuração à entidade para liquidar seu debito perante o fisco e lançar a importância correspondente como primeira utilização de crédito aberto.

Art. 7º Os estabelecimentos bancários, inclusive as Caixas Econômicas, não poderão eximir-se de fornecer à fiscalização do imposto de renda, em cada caso especificado em despacho do diretor, dos delegados regionais ou seccionais e dos inspetores do imposto de renda, cópias das contas correntes de seus depositantes e de outras pessoas que tenham relações com tais estabelecimentos, nem de prestar informações ou quaisquer esclarecimentos solicitados.

Parágrafo unico. O infrator do disposto neste artigo será punido pela autoridade fiscal competente com multa de valor variável entre 1 (uma) e 5 (cinco) vezes o salário mínimo fiscal, sem prejuízo de outras sanções legais que couberem.

Art. 8º Estão sujeitos ao desconto do imposto na fonte à razão de 15% (quinze por cento):

a) o deságio em relação ao valor nominal de emissão, ou ao valor de aquisição, concedido na venda ou colocação no mercado, por pessoa jurídica, de debêntures ou obrigações ao portador, letras de câmbio ou outros títulos de crédito;

b) os dividendos de ações nominativas e quaisquer bonificações, exceto ações novas, a elas atribuídas, quando pertencentes a pessoas jurídicas;

c) os interesses e quaisquer outros rendimentos de títulos nominativos denominados "partes beneficiárias" ou "partes de fundador", quando pertencentes a pessoas jurídicas;

d) os lucros e interesses distribuídos por outras sociedades, além das anônimas, a quaisquer pessoas jurídicas;

e) o valor das ações novas e os interesses além dos dividendos atribuídos às pessoas jurídicas titulares de ações nominativas, nos casos:

I — de utilização de quaisquer fundos, inclusive os de amortização, de depreciação e de reavaliação do ativo;

II — de valorização do ativo ou de venda de parte deste, sem redução do capital.

§ 1º Não se inclui entre os rendimentos referidos na letra "e" deste artigo o valor das ações ou quotas de capital que resultarem de aumentos de capital realizados nos termos dos artigos 57 e 83 da Lei nº 3.470, de 23 de novembro de 1958.

§ 2º Os rendimentos sujeitos à tributação na fonte, nos termos da letra "a" deste artigo, serão também classificados na cedula "H" da declaração de pessoa física do beneficiário, na qual será feito o desconto do imposto recolhido na fonte.

§ 3º Os sócios ou acionistas beneficiados com a distribuição dos rendimentos previstos nas letras "b", "c", "d" e "e", compensarão na respectiva declaração pessoal o imposto descontado na fonte, quando tais rendimentos houverem sido pagos à sociedade que os distribuiu ou a uma terceira que, por seu turno, os tiver distribuído àquela.

§ 4º A compensação de que trata o parágrafo anterior aplica-se, também, aos casos em que o imposto deva ser descontado pela fonte ao pagar, creditar, empregar, remeter ou entregar os rendimentos a que se referem as letras "b", "c", "d" e "e" às pessoas físicas beneficiárias desses rendimentos.

§ 5º O artigo 43 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 47.373, de 7 de dezembro de 1959, fica acrescido dos seguintes parágrafos:

§ 8º Os rendimentos percebidos de outra pessoa jurídica não poderão ser absorvidos, em mais de 10% do seu valor, pelas deduções do lucro bruto na pessoa jurídica que os receber, não computados nessas deduções os tributos de qualquer natureza, ficando o excesso a esse limite sujeito à tributação como lucro.

§ 9º Excetua-se do disposto no parágrafo anterior os rendimentos percebidos por sociedade de investimentos e por companhias de seguros e de capitalização.

§ 6º A alínea "c" do § 2º do art. 43 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 47.373, de 7 de dezembro de 1959, passa a vigorar com a seguinte redação:

"c) os lucros e dividendos sujeitos à tributação em poder de firmas ou sociedades que os distribuíram, salvo o valor das ações ou quotas resultantes de aumentos de capital com a uti-

lização de reservas ou lucros em suspenso que não tenham pago o imposto nos termos dos artigos 100 e 101, e observado o disposto nos §§ 6º e 8º deste artigo".

§ 7º O imposto de que tratam as letras b, c, d e e deste artigo não incide sobre rendimentos que uma pessoa jurídica pagar a outra e que já tiverem sofrido a incidência quando percebidos por aquela que os distribuir, ou quando percebidos por uma terceira sociedade que, por seu turno, os tiver distribuído a esta última.

§ 8º O imposto a que se refere o artigo 12 não se aplicará aos rendimentos previstos nas letras b, c, d e e deste artigo.

§ 9º O imposto recolhido na forma deste artigo, a título de antecipação, será diminuído do que for devido nos termos do art. 97 do Regulamento a que se refere o art. 1º desta lei.

§ 10º O disposto neste artigo não se aplica aos rendimentos pagos ou creditados a pessoas jurídicas imunes ou isentas do imposto de renda.

§ 11º A pessoa jurídica que vender ou colocar no mercado os títulos de que trata a letra "a" deste artigo, compete reter o imposto de renda, quando efetuar a venda ou colocação dos títulos, e promover o recolhimento do tributo na forma do artigo 103 do Regulamento a que se refere o artigo 1º desta lei.

Art. 9º São tributáveis como lucro distribuído pela pessoa jurídica as importâncias que forem retiradas pelos sócios, acionistas, seus cônjuges e dependentes, a partir da publicação desta lei, a título de empréstimo, desde que a pessoa jurídica tenha fundos de reserva, quaisquer que sejam as designações que tiverem, inclusive lucros suspensos, e desde que o empréstimo não tenha sido formalmente contratado, com juros de 12% (doze por cento) ao ano, não dedutíveis da renda bruta declarada pelo mutuário.

§ 1º Quando não houver reservas e forem feitas retiradas, nos termos deste artigo, os lucros posteriormente apurados e levados a contas de reservas serão considerados distribuídos aos devedores, até o limite dos respectivos empréstimos.

§ 2º As disposições deste artigo não se aplicam aos empréstimos feitos

a seus acionistas por bancos, empréstimos de seguro e de capitalização e, ainda, pelas sociedades de investimento e de crédito e financiamento.

§ 3º A importância dos empréstimos a que se refere este artigo, desde que não resgatada efetivamente no prazo máximo de 3 (três) anos será tributada como lucro distribuído ao beneficiário, que poderá optar pela extinção da dívida mediante o reembolso do seu capital na sociedade.

Art. 10. A tabela de desconto na fonte do imposto sobre os rendimentos do trabalho, a que se refere o inciso 2º do artigo 98 do Regulamento mencionado no artigo 1º desta lei, será revista com base no imposto complementar progressivo calculado de acordo com o artigo 4º da Lei número 3.898, de 19 de maio de 1961, e de acordo com o disposto na letra "b" do art. 35.

§ 1º Para o cálculo do imposto complementar de que trata este artigo será considerado o valor do salário-mínimo fiscal.

§ 2º Os abatimentos relativos aos encargos de família são mantidos na metade da importância do mínimo de isenção para o outro cônjuge e 3/4 partes do limite do outro cônjuge para cada dependente.

§ 3º Os empregados em geral, os servidores civis e militares da União, inclusive os servidores de autarquias, e os serventuários da justiça federal, poderão optar pelo recolhimento mensal do imposto descontado na fonte, a título de antecipação, à razão das taxas de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento), aplicadas sobre o rendimento bruto.

§ 4º A opção de que trata o parágrafo anterior será feita, por escrito, perante a fonte pagadora dos rendimentos, que deverá descontar e recolher o imposto, mantida a obrigatoriedade de apresentação anual da declaração de rendimentos do contribuinte.

§ 5º No cálculo do imposto devido pela pessoa física, de acordo com sua declaração anual, será adicionada do total apurado a importância que houver sido descontada na fonte, na forma deste artigo.

Art. 11. O limite de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) estabelecido no artigo 62 da Lei número 3.470, de 28 de novembro de 1958, fica elevado

para três vezes o valor do salário-mínimo fiscal.

Parágrafo único. O imposto recolhido na fonte, nos termos deste artigo, será deduzido do que houver de ser pago pela pessoa física beneficiária do rendimento, de acordo com a sua declaração anual cabendo a devolução do excesso, caso a importância recolhida na fonte seja superior ao imposto devido de acordo com a declaração.

Art. 12. Estão sujeitos a retenção do imposto na fonte, a razão de 10% (dez por cento) os lucros, dividendos, bonificações, rendimentos de partes beneficiárias, o valor de ações novas e outros interesses atribuídos aos titulares de ações nominativas ou quotas de capital, pagos a pessoas físicas por pessoas jurídicas, quando superiores a 3 (três) vezes o salário-mínimo fiscal.

§ 1º Não se incluem entre os rendimentos referidos neste artigo as ações ou quotas de capital que resultarem de aumentos de capital realizados nos termos dos artigos 77 e 83 da Lei número 3.470, de 28 de novembro de 1958.

§ 2º O imposto recolhido na fonte, nos termos deste artigo, será deduzido do que houver de ser pago pela pessoa beneficiária do rendimento, de acordo com a sua declaração anual, cabendo a devolução do excesso, caso a importância recolhida na fonte seja superior ao imposto devido de acordo com a declaração.

Art. 13. As pessoas físicas e jurídicas, as repartições públicas federais, estaduais e municipais e os órgãos autárquicos e paraestatais que pagarem ou creditarem os rendimentos a que se refere o artigo 5º do Regulamento expedido com o Decreto nº 47.373, de 7 de dezembro de 1959, deverão fornecer ao beneficiário documento comprovante de todos os pagamentos ou créditos de rendimentos em cada exercício.

§ 1º O beneficiário dos rendimentos de que trata este artigo é obrigado a instruir a sua declaração com esse documento, a partir do exercício financeiro de 1964.

§ 2º As pessoas físicas ou jurídicas, bem como as repartições públicas que efetuarem retenção do imposto na fonte, deverão fornecer ao contribuinte documento comprobatório dessa retenção, em duas vias, com indicação da natureza e montante do rendimento a que o mesmo se refere.

§ 3º As pessoas físicas ou jurídicas que abaterem na sua declaração o imposto retido na fonte deverão instruí-la com uma das vias do documento a que se refere o parágrafo anterior, a partir do exercício financeiro de 1964.

§ 4º Os documentos a que se refere este artigo ficam isentos do imposto do selo.

Art. 14. O art. 63 e seu § 3º do Regulamento aprovado pelo Decreto número 47.373, de 7 de dezembro de 1959, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 63. As pessoas físicas e jurídicas, por si ou por intermédio de representantes, são obrigadas a apresentar anualmente declaração de seus rendimentos, acompanhada da respectiva ficha estatística, nos seguintes prazos:

a) as pessoas jurídicas que optarem pela tributação do lucro presumido, até o último dia útil de fevereiro;

b) até o último dia útil de abril, as demais pessoas jurídicas e as pessoas físicas".

"§ 3º Vencidos esses prazos, a declaração só será recebida se ainda não tiver sido notificado o contribuinte do início do processo de lançamento ex-offício de que trata a letra "a" do artigo 77."

Art. 15. O art. 142 do Regulamento a que se refere o art. 1º da presente lei, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 142. Em todos os casos de pagamento ou recolhimento de débito fora dos prazos fixados, será cobrada a multa de 10% (dez por cento) quando o atraso não exceder de 180 (cento e oitenta) dias".

§ 1º Nos casos de atraso superior a 180 (cento e oitenta) dias, a multa prevista neste artigo será cobrada à razão de 10% (dez por cento) por semestre ou fração.

§ 2º Excetua-se das disposições deste artigo o atraso não superior a 30 (trinta) dias, hipótese em que o débito será cobrado apenas com o acréscimo da multa de 5% (cinco por cento).

§ 3º Fica revogada o limite de 50% (cinquenta por cento) estabelecido no art. 27 da Lei nº 2.862, de 4 de setembro de 1956.

Art. 16. O adicional restituível previsto no § 3º do art. 1º da Lei número 2.973, de 26 de novembro de

1956, será recolhido, em guia própria, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data do balanço ou de 60 (sessenta) dias da data da assembleia geral ordinária em se tratando de sociedades anônimas.

Parágrafo único. O adicional substituível de que trata este artigo, referente aos exercícios anteriores, será recolhido, igualmente, mediante guia, até o dia 31 de março de 1963.

Art. 17. A competência dos chefes da divisão, delegacias regionais e seccionais e inspetorias do imposto de renda será estabelecida em decreto do Poder Executivo.

Art. 18. As pessoas jurídicas, seja comercial ou civil o seu objeto, pagarão o imposto de renda sobre os lucros apurados de conformidade com a legislação vigente, à razão de 23% (vinte e três por cento).

§ 1º Não se compreendem nas disposições deste artigo:

a) as empresas concessionárias de serviços públicos, cujos lucros não excederem a 12% (doze por cento) do capital, as quais pagarão o imposto proporcional de 10% (dez por cento);

b) as pessoas jurídicas civis, organizadas exclusivamente para a prestação de serviços profissionais de médico, engenheiro, advogado, dentista, veterinário, contador, pintor, escultor, despachante e de outros que se lhes possam assemelhar, com capital até 15 (quinze) vezes o salário-mínimo fiscal, as quais pagarão o imposto proporcional de 5% (cinco por cento).

§ 2º Para efeito do disposto na alínea a do § 1º, será determinada a percentagem de lucro em relação ao capital a remunerar, reconhecido pela autoridade competente e considerado no cálculo das tarifas dos respectivos serviços.

§ 3º Fica extinto o adicional instituído pelo art. 98 da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958, cuja vigência foi prorrogada pela Lei nº 3.826, de 23 de novembro de 1960.

§ 4º Será cobrado um adicional de 5% (cinco por cento) sobre os lucros das pessoas jurídicas sujeitas ao imposto de que tratam este artigo e seus parágrafos, nos exercícios financeiros de 1963 e 1964.

§ 5º Poderão ser deduzidos do lucro bruto da pessoa jurídica os impostos que, no curso do exercício financeiro imediatamente anterior, foram pagos no ato da entrega da declaração de

rendimentos ou lançados e efetivamente pagos nos respectivos prazos, ressalvados os casos de reclamação e recurso tempestivos.

§ 6º Os impostos em atraso pagos até 31 de março de 1963 também poderão ser deduzidos, excepcionalmente, no exercício financeiro correspondente ao ano do pagamento.

Art. 19. O inciso 5º do art. 96 do regulamento a que se refere o art. 1º desta lei, passa a vigorar com a seguinte redação:

"5º) à razão de 30% (trinta por cento), os lucros decorrentes de prêmios em dinheiro obtidos em loterias, concursos desportivos em geral, inclusive de turfe, compreendidos os "bettings" e as acumuladas, (excusive as "poules" de ponta, de "placé" e de duplas), bem como os sorteios de qualquer espécie, ressalvados os de antecipação nos títulos de capitalização e os de amortização e resgate das ações das sociedades anônimas".

§ 1º O recolhimento do imposto decorrente de prêmios em dinheiro obtidos em loterias, seja qual for a residência ou domicílio do beneficiado, poderá ser efetuado na repartição arrecadadora em que estiver a sede da entidade que explorar a loteria.

§ 2º Sobre os rendimentos capitulados nos incisos 3º, 4º, 5º e 6º do artigo 96 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 47.373, de 7 de dezembro de 1959, será cobrado um adicional de 5% (cinco por cento) nos exercícios financeiros de 1963 e 1964.

§ 3º Mantido o disposto no art. 43 da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, sobre os demais rendimentos capitulados no art. 97 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 47.373, de 7 de dezembro de 1959, será cobrado um adicional de 5% (cinco por cento) nos exercícios financeiros de 1963 e 1964.

Art. 20. Sobre o imposto adicional instituído na presente lei, com vigência durante os exercícios financeiros de 1963 e 1964, não incidirá o adicional restituível de que trata a Lei número 2.973, de 26 de novembro de 1956.

Parágrafo único. O imposto adicional estabelecido nos artigos 18 e 19 da presente lei não poderá ser reduzido por efeito de deduções, abatimentos ou isenções concedidos em lei às pessoas jurídicas.

Art. 21. Fica criado para os exercícios financeiros de 1963 e 1964 o adicional de 20% (vinte por cento) sobre o imposto incidente nos lucros apurados pelas pessoas físicas na alienação de propriedades imobiliárias.

§ 1º Quando ficar apurado que o valor real da operação imobiliária foi superior ao preço de venda computado na guia, o comprador ficará solidariamente responsável com o vendedor pelas respectivas diferenças de imposto e multas.

§ 2º Os tabeliães de notas e ser ventuários que exerçam função de notário público, federais ou estaduais, preencherão, em cada caso, uma ficha-súmula de todos os elementos constantes da guia apresentada pelo vendedor do imóvel, encaminhando-a à competente repartição lançadora do imposto de renda, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao em que lavrada a respectiva escritura pública.

§ 3º Nos casos de incorporação de imóveis ao capital de sociedade, o imposto deverá ser recolhido dentro de 30 (trinta) dias contados da data da assembleia geral que deliberar sobre a incorporação, em se tratando de sociedade por ações, ou da data do respectivo registro contábil ou escritura pública, nos demais tipos de sociedade.

§ 4º A letra "c" do artigo 147 do Regulamento a que se refere o artigo 1º desta lei, passa a vigorar com a seguinte redação:

"c) com a multa de 5% (cinco por cento) do valor da operação imobiliária, nos casos de inobservância do disposto no artigo 94".

§ 5º A letra "a" do § 4º do artigo 92 do Regulamento a que se refere o artigo 1º desta lei, passa a vigorar com a seguinte redação:

"a) nas vendas de imóveis rurais, e destinados à exploração agropecuária ou extrativa, de valor até 50 (cinquenta) vezes o salário-mínimo fiscal"

Art. 22. O § 3º do artigo 5º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 47.373, de 7 de dezembro de 1959, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 3º O valor da remuneração de que tratam as alíneas "c" e "d" do inciso I do § 1º, não poderá ultrapassar a seis (6) vezes o salário-mínimo fiscal, até o número de três (3) beneficiários e, para os demais, a cinco (5) vezes esse salário".

Art. 23. O § 2º do art. 14 do Regulamento a que se refere o art. 1º

desta lei, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º Serão também deduzidas:

a) como despesas de viagem e estada, as diárias e ajudas de custo pagas pelos cofres públicos, e as que forem pagas por entidades privadas, quando destinadas à indenização de gastos de viagem e de instalação do contribuinte e da sua família em localidade diferente daquela em que residia;

b) as diárias de comparecimento pagas pelos cofres públicos, exceto as percebidas pelos membros de órgãos administrativos de deliberação coletiva".

Art. 24. O limite máximo de prêmio de seguro passível de dedução do imposto de renda da pessoa física, na forma do art. 36 da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958, passa a ser de 15 (quinze) vezes o salário-mínimo fiscal.

Art. 25. As pessoas físicas e jurídicas beneficiadas com o recebimento de contribuições, doações, prêmios e bolsas, na conformidade da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, ficam obrigadas a provar as autoridades fiscais do imposto de renda, quando exigido, a efetiva aplicação dos recursos nos fins a que se destinaram.

Art. 26. O § 7º do artigo 20 do Regulamento a que se refere o artigo 1º desta lei passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 7º Excluídos os abatimentos relativos a encargos de família, alimentos prestados em virtude de decisão judicial ou administrativa ou admissíveis em face da lei civil, criação e educação de menor de dezoito anos, pobre, que o contribuinte crie e eduque médicos, dentistas, hospitalização, o total dos demais abatimentos, inclusive juros de dívidas pessoais, não poderá exceder, proporcional e cumulativamente, a:

40% para a renda bruta até 100 vezes o salário-mínimo fiscal;

35% para a renda bruta entre 100 vezes a 150 vezes o salário mínimo fiscal;

30% para a renda bruta entre 150 vezes a 300 vezes o salário-mínimo fiscal;

25% para a renda bruta entre 300 vezes a 500 vezes o salário mínimo fiscal;

20% para a renda bruta acima de 500 vezes o salário mínimo fiscal".

Parágrafo único. Fica revogado o disposto no § 1º do artigo 20 do Regulamento mencionado neste artigo.

Art. 27. O montante de imposto e adicionais lançado em nome das pessoas físicas, em cada exercício financeiro, não poderá exceder a 2/3 (dois terços) da renda líquida declarada.

Art. 28. O § 5º do art. 39 do Regulamento a que se refere o art. 1º desta lei, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 5º Juntamente com os documentos de que trata este artigo, será apresentado certificado do Conselho Regional de Contabilidade da respectiva jurisdição, atestando que o profissional, responsável pelos mesmos, está legalmente habilitado."

Art. 29. Estão sujeitos ao desconto do imposto na fonte à razão de 6% (seis por cento) os juros e prêmios dos títulos nominativos da dívida pública federal, estadual ou municipal.

Art. 30. O inciso 1º do art. 96 do Regulamento a que se refere o artigo 1º desta lei, passa a vigorar com a seguinte redação:

"1º à razão de 6% (seis por cento), os juros e prêmios de títulos ao portador da dívida pública federal, estadual ou municipal, salvo os que gozarem de imunidade fiscal expressa em lei federal."

Art. 31. O artigo 89 do Regulamento a que se refere o artigo 1º desta lei, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 89. A arrecadação do imposto em cada exercício financeiro começará no mês seguinte ao do encerramento do prazo de entrega da declaração de rendimentos."

Parágrafo único. O artigo 95 e seu § 1º do Regulamento a que se refere o art. 1º desta lei, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 95. O imposto devido em face da declaração de rendimentos deverá ser pago de uma só vez, quando inferior:

a) a 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo fiscal, no caso de pessoas físicas;

b) a 2 (duas) vezes o salário mínimo fiscal, no caso de pessoas jurídicas;

§ 1º Se o imposto for superior a essas quantias, é permitido o pagamento parcelado, mediante lançamento, em quotas mensais, iguais e

sucessivas, até o máximo de cinco e nunca inferiores à metade das importâncias indicadas neste artigo".

Art. 32. O § 2º do artigo 85 do Regulamento aprovado pelo Decreto número 47.373 de 7 de dezembro de 1959, passa a ter a seguinte redação:

"§ 2º Ao contribuinte que apresentar sua declaração de rendimentos e efetuar no ato o pagamento integral do imposto, será concedido o desconto de:

a) 8% (oito por cento), se o pagamento for efetuado no mês de janeiro;

b) 6% (seis por cento), se o pagamento for efetuado no mês de fevereiro;

c) 4% (quatro por cento), se o pagamento for efetuado no mês de março;

d) 2% (dois por cento), se o pagamento for efetuado no mês de abril."

Art. 33. O limite de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) previsto no § 12 do art. 141 do Regulamento a que se refere o art. 1º desta lei, fica estabelecido em 20 (vinte) vezes o salário mínimo fiscal.

Art. 34. O domicílio fiscal das firmas ou sociedades com sede no país, e das filiais, sucursais, agências ou representações das que tiverem sede no estrangeiro, é o lugar onde se achar o estabelecimento industrial ou comercial de sua fonte de produção ou a sede da empresa dentro do país.

Parágrafo único. Quando se verificar a pluralidade dos estabelecimentos industriais ou comerciais, em unidades federativas diferentes, o domicílio fiscal será o da unidade onde se achar o estabelecimento centralizador das operações da empresa.

Art. 35. Para os efeitos desta lei, o salário-mínimo fiscal será o vigente:

a) a 31 de dezembro do ano anterior, nos casos de arrecadação por lançamento,

b) no mês anterior, nos casos de arrecadação na fonte.

Art. 36. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, salvo as disposições que modificam as taxas de incidência, as quais vigorarão a partir de 1º de janeiro de 1963.

Brasília, 28 de novembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Hermes Lima

Miguel Calmon

LEI Nº 4.155 — DE 28 DE
NOVEMBRO DE 1962

Estabelece normas para a restituição de receita, autoriza a reorganização interna das repartições arrecadadoras e dá outras providências.

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º — A restituição de receita do Estado, descontada ou recolhida a maior, poderá ser feita "ex-officio" ou a requerimento do credor.

§ 1º — Em todos os casos a restituição será precedida do despacho expresso da autoridade competente, reconhecendo o direito creditório contra a Fazenda Nacional.

§ 2º — Reconhecido o direito creditório, será feito o pagamento da restituição, encaminhando-se o processo, para esse fim, à autoridade que deve ordenar o pagamento.

Art. 2º — O pagamento da restituição de receita poderá ser feito pelas Tesourarias ou Pagadorias do Ministério da Fazenda ou de suas Repartições e pelos estabelecimentos bancários autorizados a operar com o Tesouro Nacional.

Art. 3º — O pagamento da restituição de receita do exercício ou de exercícios anteriores, será classificado em conta de responsáveis, a débito dos beneficiários.

§ 1º — Efetuado o pagamento da restituição da receita e escriturado o débito, será o processo encaminhado ao Tribunal de Contas ou às suas Delegações, que julgarão da legalidade da restituição.

§ 2º — Os processos relativos ao pagamento de restituição de receita julgada legal pelo Tribunal de Contas serão restituídos à repartição pagadora, para fins de anotação nas folhas de responsáveis, relacionamento e abertura de crédito adicional regularizador da despesa.

§ 3º — Os processos relativos a restituição de receita cuja legalidade não foi reconhecida pelo Tribunal de Contas serão restituídos à repartição de origem, para cobrança da receita indevidamente restituída, dando-se baixa, com o recolhimento na folha de responsáveis.

Art. 4º — Para os fins de que trata esta Lei e visando à racionalização de seus serviços, serão as repartições arrecadadoras reestruturadas pelo Poder Executivo, respeitadas as suas funções específicas, vedadas a criação

de cargos, a admissão de pessoal a qualquer título, a atribuição de vantagens fora dos casos previstos na legislação em vigor e, bem assim, as reclassificações de que resulte aumento de despesa.

§ 1º No exercício da atribuição de que trata este artigo, contemplará o Poder Executivo:

a) as necessidades de planejamento sistemático, de assessoria permanente e de chefia, de aperfeiçoamento do pessoal e de melhoria dos processos mecânicos de arrecadação;

b) a conveniência da descentralização dos órgãos arrecadadores ou exatores e da centralização dos órgãos normativos;

c) a conveniência de remodelar os Conselhos de Contribuintes e Superior de Tarifas, desmembrando as suas Câmaras, descentralizando-as geograficamente e aperfeiçoando a sua disposição interna.

§ 2º Para ocorrer as despesas resultantes da atribuição de que trata este artigo, fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de cruzeiros), com vigência em 5 (cinco) exercícios financeiros consecutivos, cuja aplicação será feita nos termos de plano organizado pelo Ministro da Fazenda.

§ 3º O crédito de que trata este artigo será registrado pelo Tribunal de Contas e automaticamente distribuído ao Tesouro Nacional e será movimentado pelo Ministro da Fazenda ou por autoridades por ele delegadas.

Art. 5º Fica revogado o disposto no art. 41, nº 3, § 2º, da Lei nº 2.354, de 24 de novembro de 1954, bem como a legislação contrária às disposições ou atos emanados desta Lei.

Art. 6º A cobrança judicial, mediante ação executiva, das dívidas fiscais provenientes do não recolhimento de impostos, adicionais, taxas e multas, será feita com o acréscimo ao principal de juros moratórios, à razão de 1% ao mês, custas fixadas em lei e outras cominações da sentença.

Art. 7º (VETADO).

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de novembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOUART
Hermes Lima
Miguel Calmon

LEI Nº 4.156 — DE 28 DE
NOVEMBRO DE 1962

Altera a legislação sobre o Fundo Federal de Eletrificação e dá outras providências

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º O imposto sobre energia elétrica devido por kw.h (quilowatt-hora) terá importância equivalente às seguintes percentagens da tarifa fiscal definida na lei:

I — para o exercício de 1963:

- a) 10 % para atividade rural;
- b) 20 % para os consumidores residenciais e industriais;
- c) 30 % para os demais consumidores.

II — para o exercício de 1964:

- a) 10 % para atividade rural;
- b) 30 % para os consumidores residenciais e industriais;
- c) 35 % para os demais consumidores.

III — a partir do exercício de 1965:

- a) 10 % para atividade rural;
- b) 35 % para os consumidores residenciais e industriais;
- c) 40 % para os demais consumidores.

§ 1º No fornecimento *a forfait*, o imposto será o de consumidor doméstico, cabendo a metade do seu valor ao consumidor e metade ao distribuidor, sobre a conta da energia consumida.

§ 2º O consumidor industrial que comprovar perante o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica despesa com energia elétrica, em cada um dos dois anos imediatamente anteriores, superior a 4 % do valor das suas vendas, terá direito à redução percentual do imposto único que seria cobrado nos termos deste artigo e seus parágrafos.

§ 3º A redução referida no parágrafo anterior será concedida por períodos de dois anos, em percentagem equivalente a 10 (dez) vezes a relação entre a despesa demonstrada com energia elétrica e o valor das vendas do consumidor industrial, até o máximo de 80% (oitenta por cento).

§ 4º No caso de empresa com menos de dois anos de atividade e até que complete esse prazo, a redução poderá ser concedida pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica por estimativa do valor das suas vendas e consumo de energia.

Art. 2º A tarifa fiscal a que se refere o artigo anterior será periodicamente declarada pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica e seu valor será o quociente do valor em cruzeiros da energia vendida a medidor no País, em determinado mês, pelo correspondente volume físico (número de quilowatts-hora) de energia consumida durante o mês.

§ 1º O preço de venda a ser computado no cálculo do valor da energia vendida abrangerá exclusivamente a tarifa básica e adicionais posteriores, concedidos em decorrência de aumento de salário e elevação dos custos de combustíveis e de câmbio.

§ 2º A tarifa fiscal será reajustada semestralmente, com base nos dados do último mês em relação ao qual forem disponíveis informações suficientes, decorrentes de alteração no preço da energia.

Art. 3º O concessionário recolherá mensalmente o produto da arrecadação do imposto único, podendo fazê-lo, englobadamente, em uma só estação arrecadadora de sua zona de concessão.

Art. 4º Durante 5 (cinco) exercícios a partir de 1964, o consumidor de energia elétrica tomara obrigações da Eletrobras, resgatáveis em 10 (dez) anos, a juros de 12 % (doze por cento) ao ano, correspondente a 15 % (quinze por cento) no primeiro exercício e 20 % (vinte por cento) nos demais, sobre o valor de suas contas.

§ 1º O distribuidor de energia fará cobrar ao consumidor, conjuntamente com as suas contas, o emprestimo de que trata este artigo e o recolherá com o imposto único.

§ 2º O consumidor apresentará as suas contas à Eletrobras e receberá os títulos correspondentes ao valor das obrigações, acumulando-se as frações até totalizarem o valor de um título.

§ 3º É assegurada a responsabilidade solidária da União, em qualquer hipótese, pelo valor nominal dos títulos de que trata este artigo.

Art. 5º A União consignará ao Fundo Federal de Eletrificação, nos seus orçamentos gerais até o exercício de 1975, dotação global anual não inferior a 4% (quatro por cento) da arrecadação do imposto de consumo prevista para o mesmo exercício.

Parágrafo único. A dotação referida neste artigo será paga ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, para crédito do Fundo Federal de Eletrificação, em duodécimos mensais, independentemente de registro prévio.

Art. 6º Ao fim de cada trimestre civil, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico distribuirá a União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Territórios, de acordo com os coeficientes estabelecidos pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, o montante do imposto efetivamente creditado pelo Banco do Brasil na sua conta durante o trimestre civil vencido.

§ 1º A distribuição será feita mediante crédito nas contas correntes:

- a) do Fundo Federal de Eletrificação: a quota que couber à União;
- b) especiais movimentáveis mediante cheque que o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico abrirá para cada Estado, Território e para o Distrito Federal: as quotas dos Estados, Territórios e Distrito Federal.

§ 2º Ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica caberá a determinação da entrega das quotas anuais dos municípios pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, após a prova por estes da aplicação idônea da quota anterior e recolhimento do imposto único.

§ 3º Os coeficientes de distribuição pelos Estados, Territórios, Distrito Federal e municípios serão determinados anualmente pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica que os comunicará ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

Art. 7º O artigo 5º da Lei nº 2.944 de 8 de novembro de 1956, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 5º O Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica determinará ao BNDE o bloqueio da conta especial do recebimento da quota do imposto único de energia elétrica em relação ao Estado ou Distrito Federal;

- a) que se tornar inadimplente em relação a qualquer das obrigações pre-

vistas na legislação federal referente ao imposto único de energia elétrica;

- b) cujos serviços de energia elétrica, seja sob a forma de órgãos de administração direta ou descentralizada, seja sob a forma de órgãos de administração controlada, deixarem de recolher o imposto único arrecadado.

Parágrafo único. Fica revogada a Lei nº 4.055, de 13 de abril de 1962.

Art. 8º A partir de 1964, o Estado, que não dispuser de plano estadual de eletrificação e de Fundo Estadual de Energia Elétrica, com recursos iguais ou superiores à quota do imposto único, receberá o valor das respectivas quotas anuais em ações da Eletrobrás.

Parágrafo único. O Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica determinará ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico a transferência a Eletrobrás do valor da quota do Estado.

Art. 9º O Estado, que dispuser de sociedade de economia mista geradora ou distribuidora de energia elétrica, receberá a quota destinada a município devidamente suprido de energia elétrica pela referida sociedade, devendo esta indenizar o município com ações correspondentes ao valor da quota.

Art. 10 O Estado ficará dispensado da prova de aplicação da quota estadual e municipal que receber na forma do artigo anterior desde que prove havê-las transferido à sociedade de economia mista.

Art. 11 Sendo inferior a 10 (dez) vezes o valor do maior salário-mínimo a quota do município e se este não reclamar o seu pagamento até o fim do exercício seguinte, com a satisfação das exigências legais (artigo 6º § 2º), o seu valor será creditado ao Estado que disponha de sociedade de economia mista e esta indenizará o referido município com ações correspondentes ao valor recebido.

Parágrafo único. Não dispondo o Estado de sociedade de economia mista, o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica determinará ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico a transferência da quota à conta da Eletrobrás, que em contrapartida, emitirá ações em favor do município.

Art. 12 O artigo 5º da Lei nº 2.308, de 31 de agosto de 1954, passa a ter a seguinte redação:

Art. 5º Do total da arrecadação do imposto único, 40% (quarenta por cento) pertencerão à União, 50 (cin-

quenta por cento) aos Estados, Distrito Federal e Territórios, e 10% (dez por cento) aos municípios, para ser aplicado segundo planos plurianuais de investimentos, elaborados com a colaboração da Eletrobrás, na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica.

§ 1º A parcela de imposto único pertencente aos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios será rateada entre eles, tendo em vista o seguinte critério de proporcionalidade: 2% (dois por cento) de produção, 18% (dezoito por cento) de superfície, 35% (trinta e cinco por cento) de consumo, e 45% (quarenta e cinco por cento) de população.

§ 2º Para o cálculo das quotas, o Distrito Federal e os Territórios terão tratamento equivalente aos Estados.

Art. 13 As quotas municipais não pagas até o fim do exercício de 1963 se aplica o disposto nos artigos 9º e 11.

Art. 14. O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e o Banco do Brasil S.A. poderão realizar operação de crédito, inclusive adiantamento, com concessionário que proveja, mediante certidão do Conselho de Águas e Energia Elétrica, esta, em dia com o recolhimento do imposto único por ele arrecadado, desde que o produto da aplicação seja aprovado e fiscalizado pela Eletrobrás.

Art. 15 No ano seguinte ao término de cada exercício, os Estados, Territórios, o Distrito Federal e os Municípios prestarão contas ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica da aplicação das quotas do imposto único por eles recebidas durante o último exercício, ressalvado o disposto no artigo 10.

Art. 16. Ficam revogados os parágrafos 3º e 4º do art. 4º da Lei nº 2.944, de 8 de novembro de 1956, a alínea "a" e o parágrafo 1º do Art. 2º da Lei nº 4.113, de 27 de agosto de 1962.

Art. 17 A quota de Previdência devida sobre a energia elétrica será calculada sobre o preço da tarifa base e adicionais mencionados no parágrafo 1º do artigo 2º.

Art. 18 Os concessionários de serviços de energia elétrica ficam autorizados a condicionar a ligação de novos consumidores à contribuição, por estes, de importância equivalente à até

30 (trinta) vezes a conta mensal de energia prevista para o fornecimento pedido.

§ 1º A contribuição referida neste artigo será capitalizada pelo consumidor:

a) mediante subscrição em futuros aumentos de capital social da Eletrobrás efetuados anualmente, de ações preferenciais, sem direito a voto, cujo valor constituirá a subscrição da Eletrobrás, em futuros aumentos de capital social da concessionária realizados também anualmente, em ações nominativas ordinárias ou preferenciais, com direito a voto, ou

b) (VETADO)

§ 2º Somente para este tipo de subscrição previsto na alínea a não se aplica a regra do § 4º do artigo 15 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961.

§ 3º As sociedades de economia mista controladas pelo Poder Público não se aplica o disposto na alínea a do § 1º deste artigo.

§ 4º Quando a contribuição for paga em parcelas, o seu montante poderá ser revisto se ocorrerem variações nos custos de construção e na tarifa que serviram de base para o cálculo do montante da contribuição.

§ 5º O montante da contribuição prevista neste artigo não poderá exceder, no caso de consumidor industrial, de 2% (dois por cento) do investimento do conjunto industrial a ser servido pela ligação de energia.

§ 6º O disposto neste artigo não se aplica a ligações residenciais em prédios já habitados.

§ 7º A contribuição referida neste artigo não poderá ser exigida dos consumidores cujo consumo previsto seja de menos de 90 kWh (noventa quilowatts-hora) por mês.

§ 8º O disposto neste artigo se aplica, também, ao pedido de aumento de carga ligada.

Art. 19. No interesse da fiscalização dos serviços de energia elétrica, o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica expedirá instruções sobre a execução do disposto no artigo anterior e, nos termos da legislação vigente, dirimirá as controvérsias entre consumidores e concessionários.

Art. 20 Os recursos orçamentários da União, superiores a cinquenta (cinquenta) milhões de cruzeiros) e quaisquer outros oriundos de entidades autárquicas e paraestatais ou órgãos federais de qualquer natureza, aplicados

em instalações de concessionários de serviço de eletricidade, serão havidos como crédito para fins de subscrição dos aumentos de capital da Eletrobrás, nos termos do artigo 10 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1962.

§ 1º O concessionário, a que se refere este artigo, emitirá a favor da Eletrobrás ações preferenciais sem direito de voto em valor equivalente àqueles recursos recebidos.

§ 2º No caso de aplicações em concessionários que sejam entidades paraestatais e autárquicas ou órgãos da União, dos Estados e Municípios, os recursos correspondentes terão a mesma destinação prevista neste artigo, se aquelas entidades ou órgãos se transformarem em sociedade por ações.

Art. 21. Na elaboração e execução dos planos nacionais de energia elétrica, a Eletrobrás visará a promover o desenvolvimento das regiões geoeconômicas do País, na razão inversa da respectiva renda *per capita* anual.

Art. 22 Até 5% (cinco por cento) do Fundo Federal de Eletrificação poderão ser aplicados, a critério da Eletro-

brás, na redução das tarifas dos sistemas com capacidade superior a 5.000 kw (cinco mil quilowatts) e que excedam o nível da tarifa fiscal de modo a atingir progressivamente a uniformização das tarifas em todo o território nacional.

Parágrafo único Estão excluídos dos benefícios deste artigo os sistemas elétricos, seja de empresas, de Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios, que não provarem a utilização idônea dos recursos públicos recebidos ou arrecadados para aplicação em serviços de energia elétrica.

Art. 23 Esta lei, revogadas as disposições em contrário, entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de novembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Hermes Lima

Miguel Calmon

Celso Gabriel de Rezende Passos

LEI Nº 4.157 — DE 28 DE NOVEMBRO DE 1962

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Legislativo — Câmara dos Deputados e Senado Federal — os créditos suplementares no total de Cr\$ 494.494.000,00 (um bilhão, quatro milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil cruzeiros), como reforço de dotações orçamentárias para o exercício de 1962

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É aberto ao Poder Legislativo o crédito suplementar de Cr\$ 701.500.000,00 (setecentos e um milhões e quinhentos mil cruzeiros) em reforço às seguintes dotações do Anexo 2 — Poder Legislativo, Subanexo 2 01 — Câmara dos Deputados — do Orçamento Geral da União para o exercício de 1962.

Anexo 2 — Poder Legislativo

Subanexo 2 01 — Câmara dos Deputados

DESPESAS ORDINÁRIAS

Verba 1 0 00 — Custeio

CONSIGNAÇÃO 1.1 00 — Pessoal Civil

Suconsignações

	Cr\$
1.1 01 — Vencimentos	180.000.000
1.1.02 — Diária	280.000.000
1.1.12 — Salário-família	20.000.000
1.1.13 — Gratificação de função	9.000.000
1.1.15 — Gratificação de serviço extraordinário	
1 — Secretária	100.000.000
2 — Diretoria Orçamento	7.000.000
1.1.21 — Gratificação adicional	40.000.000
	<hr/>
	636.000.000

CONSIGNAÇÃO 1.3.00 — *Material de Consumo e de transformação.*

Subconsignações:

1.3.02 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação	8.000.000
1.3.04 — Combustíveis e lubrificantes	3.000.000
1.3.05 — Materiais e acessórios de máquinas, de viaturas e de aparelhos	3.000.000
1.3.08 — Gêneros de alimentação; artigos para fumantes	3.000.000
1.3.11 — Produtos químicos, biológicos, farmacêuticos e odontológicos, artigos cirúrgicos e outros de uso nos laboratórios	2.000.000
	<hr/> 19.000.000

CONSIGNAÇÃO 1.5.00 — *Serviços de Terceiros*

Subconsignações:

1.5.06 — Reparos, adaptações, recuperação e conservação de bens móveis	2.000.000
1.5.11 — Telefones, telefonemas, telegramas, radiogramas, porte-postal e assinatura de caixas postais	25.000.000
1.5.14 — Outros serviços contratuais	1.500.000
	<hr/> 28.500.000

CONSIGNAÇÃO 1.6.00 — *Encargos Diversos.*

Subconsignações:

1.6.14 — Exposições, congressos e conferências mediante regulamentação, através de resolução:	
1 — Grupo Brasileiro da União Interparlamentar	13.000.000
3 — Diversos, inclusive Comissões Especiais, exclusivamente dentro de País	5.000.000
	<hr/> 18.000.000

Total da Verba 1.0.00	701.500.000
Total das Despesas Ordinárias	701.500.000
Total Geral	701.500.000

Art. 29. É aberto, igualmente, ao Poder Legislativo, o crédito suplementar de Cr\$ 302.994.000,00 em reforço às seguintes dotações do Anexo 2 — Poder Legislativo — Subanexo 2.02 — Senado Federal do Orçamento Geral da União para o exercício de 1962:

Subanexo 2.02 — Senado Federal

Verba 1.0.00 — Custeio

CONSIGNAÇÃO 1.1.00 — *Pessoal Civil*

Subconsignações:

	Cr\$
1.1.01 — Vencimentos	77.994.000
1.1.08 — Diárias	110.000.000
1.1.12 — Salário-família	15.000.000
1.1.15 — Gratificação serviços extraordinários	18.000.000
1.1.21 — Gratificação adicional	25.500.000
1.1.26 — Gratificação especial de Nível Universitário	1.500.000
	<hr/> 247.994.000

CONSIGNAÇÃO 1.6.00 — *Encargos Diversos*

Subconsignações:

1.6.14 — Exposições, congressos e conferências:	
1 — Grupo Brasileiro da União Interparlamentar	13.000.000
1.6.23 — Diversos:	
8 — Despesas etc.	42.000.000
	<hr/> 55.000.000

Total da Verba 1.0 00	302.994.000
Total das Despesas Ordinárias	3 2 994 0.0
Total Geral	302.994.000

Art. 3º. O crédito aberto pela presente lei será automaticamente registrado no Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de novembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Hermes Lima

Miguel Calmon

LEI Nº 4.158 — DE 28 DE NOVEMBRO DE 1962

Dispõe sobre a carreira do Ministério Público do Distrito Federal, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A carreira do Ministério Público do Distrito Federal passa a integrar-se dos seguintes cargos: dois (2) de Subprocurador Geral, quatro (4) de Curador, quatro (4) de Promotor Público, quatro (4) de Promotor Substituto e quatro (4) de Defensor Público numerados ordinalmente, na respectiva classe e providos na forma da legislação vigente.

Art. 2º Ficam criados no Quadro do Ministério da Justiça e Negócios Interiores Parte Permanente, dois (2) de Subprocurador Geral, dois (2) de Curador, dois (2) de Promotor Público, dois (2) de Promotor Substituto e dois (2) de Defensor Público.

Art. 3º Aos Subprocuradores Gerais incumbem as atribuições constantes dos artigos 21, 22 e 23 da Lei número 3.434 de 20 de julho de 1958, na forma por que ali previstas, além de outras que lhes delegue o Procurador Geral inclusive relativamente ao Ministério Público dos Territórios Federais.

Art. 4º Os Subprocuradores-Gerais perceberão vencimentos inferiores a cinco por cento (5%) aos de Procurador-Geral, e somente farão jus a gratificação de representação nas substituições por trinta ou mais dias.

Art. 5º As atribuições deferidas pela legislação em vigor aos Curadores distribuir-se-ão, indiferentemente pelos quatro Curadores a critério do Procurador Geral atentas a conveniência e a necessidade do serviço.

Art. 6º Os Promotores Públicos mediante designação do Procurador Geral servirão junto às Varas Criminais.

Art. 7º Os Promotores Substitutos por designação do Procurador Geral além de substituírem e auxiliarem os Promotores Públicos incumbir-se-ão do serviço de registro civil e de promover a ação penal e a civil, assim como a execução da sentença nos casos dos artigos 32 e 68 do Código de Processo Penal.

Art. 8º Os Defensores Públicos com as atribuições que lhes impõe a legislação em vigor, servirão junto aos Juizes que lhes designar o Procurador Geral.

Art. 9º Ao Curador de Resíduos é assegurado assistir às reuniões dos órgãos dirigentes das fundações com direito a discutir as matérias em pauta nas condições que tal direito se reconhecer aos membros daqueles órgãos.

Art. 10. As comissões de que tratam os artigos 101 e 114 da Lei número 3.434 de 20 de julho de 1958 serão constituídas de um Subprocurador Geral e dois Curadores.

Art. 11. Aplica-se ao Ministério Público dos Territórios Federais o disposto nos Capítulos VIII de título III; II, III e IV do Título IV; I e II

do Título V, e II, III e IV do Título VI da Lei número 3.434, de 20 de junho de 1958.

Parágrafo único. A Comissão designada para promover o processo disciplinar ou a sua revisão (artigos 101 e 114 da Lei número 3.434, de 20 de junho de 1958) será composta de um Subprocurador Geral, seu presidente, e de um Curador e um Promotor Público do Ministério Público do Distrito Federal ou dos Promotores do Ministério Público dos Territórios, a critério do Procurador-Geral.

Art. 12. E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, um crédito especial até o limite de seis milhões e quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 6.500.000,00) para atender às despesas de pessoal decorrentes desta lei, dispensado o registro prévio pelo Tribunal de Contas.

Art. 13. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 28 de novembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Hermes Lima

João Manoabeira

Miguel Calmon

LEI Nº 4.159 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1962

Integra na Universidade de Minas Gerais o Conservatório Mineiro de Música de Belo Horizonte, incorpora o Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul à Universidade do Rio Grande do Sul e autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Cultura, de crédito especial.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. E' integrado na Universidade de Minas Gerais o Conservatório Mineiro de Música de Belo Horizonte, mantido pela União, nos termos da Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950.

Art. 2º. O patrimônio do Conservatório, incorporado à União de acordo com o art. 4º da referida Lei 1.254, é devolvido ao mencionado estabelecimento de ensino, cujo regime jurídico será o da aludida Universidade, federalizada pela Lei 971, de 16 de dezembro de 1949.

Art. 3º. Em cumprimento do que dispõe o § 2º do art. 5º da Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950 serão submetidos a concurso de provas e títulos, aberto a quaisquer competidores, os professores candidatos à efetivação na cátedra.

Art. 4º. E' igualmente incorporado o Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul, a que se referem as Leis nºs 1.254, de 4 de dezembro de 1950, art. 3º, inciso II, e 3.333, de 6 de dezembro de 1957, à Universidade do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 4.233.500,00 (quatro milhões, duzentos e trinta e três mil e quinhentos cruzeiros; para atender ao pagamento a partir da vigência da Lei nº 2.403, de 13 de janeiro de 1955, da diferença de vencimento dos servidores aproveitados de acordo com a Lei nº 2.333, de 6 de dezembro de 1957.

Art. 5º. As verbas consignadas no Orçamento Geral da República ao Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul ficarão, na data desta lei, automaticamente transferidas para a Universidade do Rio Grande do Sul.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de novembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Hermes Lima

Miguel Calmon

Darcy Ribeiro

LEI Nº 4.160 — DE 4 DE
DEZEMBRO DE 1962

Prorroga a vigência da Lei nº 1.300, de 28 de dezembro de 1950 (Lei do Inquilinato), e da outras providências.

O Presidente da República. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica prorrogada, até 30 de junho de 1963, a vigência da Lei número 1.300, de 28 de dezembro de 1950, com as alterações posteriores e as constantes da presente lei.

Art. 2º O locador, nas locações de Imóveis residenciais, poderá cobrar, do locatário, além das taxas dos serviços municipais as contribuições referentes ao fornecimento de luz, água e saneamento, a majoração dos tributos havida posteriormente a 31 de dezembro de 1942, bem como as cotas imputadas ao condomínio, nas despesas de condomínio, desde que exibidos os respectivos comprovantes.

Art. 3º Nas locações para fins comerciais ou industriais, o locador poderá cobrar do locatário, além das contribuições de luz, água e saneamento, as despesas de condomínio e prêmio de seguro contra fogo e os tributos que incidam sobre o imóvel mediante prévia comprovação.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de dezembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

João Goulart

Hermes Lima

João Mangabeira

LEI Nº 4.161 — DE 4 DE
DEZEMBRO DE 1962

Altera o item 4 do art. 9º e o art. 19 do Decreto-lei nº 6.259, de 10 de fevereiro de 1944, que dispõe sobre loterias.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O item 4º do art. 9º do Decreto-lei nº 6.259, de 10 de fevereiro de 1944, que dispõe sobre o serviço de loterias e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º

4) 2 (duas) extrações por semana, com prêmios maiores de Cr\$ 100.000.00 (cem mil cruzeiros) a Cr\$ 5.000.000.00 (cinco milhões de cruzeiros) para a loteria federal;

1 (uma) extração semanal ou quinzenal com prêmios maiores de Cr\$ 100.000.00 (cem mil cruzeiros) a Cr\$ 2.000.000.00 (dois milhões de cruzeiros), no caso de loterias estaduais; 1 (uma) extração semanal com prêmios maiores de Cr\$ 100.000.00 (cem mil cruzeiros) a Cr\$ 5.000.000.00 (cinco milhões de cruzeiros) e ainda 2 (duas) extrações anuais nas semanas de São João e de Natal, com prêmios maiores até Cr\$ 20.000.000.00 (vinte milhões de cruzeiros), no caso de loterias estaduais em exploração direta pelo Estado ou por autarquia estadual”.

Art. 2º O artigo 19 do mesmo decreto-lei passará a vigorar com a seguinte redação:

“A loteria federal, bem assim as estaduais em regime de explo-

ração, direta pelo Estado ou por órgão autárquico, excetuadas as hipóteses das loterias de São João e Natal a que se refere o inciso 4º do artigo 9º, somente poderão apresentar plano com prêmio maior que o de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), mediante prévia autorização do Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda e prestadas as garantias que forem exigidas”.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de dezembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Hermes Lima

Miguel Calmon

LEI Nº 4.162 — DE 4 DE
DEZEMBRO DE 1962.

Altera a redação da letra “I”, do artigo 88 do Código de Justiça Militar (Decreto-lei nº 925, de 2 de dezembro de 1938).

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A letra “I” do art. 88 do Código de Justiça Militar (Decreto-lei nº 925, de 2 de dezembro de 1938), passa a ter esta redação:

“Os militares e seus assemelhados quando praticarem crimes nos recintos dos tribunais militares, auditorias ou suas dependências nos lugares onde funcionem, ou nos quartéis, embarcações, aeronaves, repartições ou estabelecimentos militares, e quando em serviço ou comissão, mesmo de natureza policial, ainda que contra civis ou em prejuízo da administração civil”.

Art. 2º. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de dezembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Hermes Lima

João Mangabeira

Pedro Paulo de Araújo Suzano

Amáury Kruei

Reynaldo de Carvalho Filho

LEI Nº 4.163 — DE 4 DE
DEZEMBRO DE 1962

Cria a Auditoria da 10ª Região Militar, e dá outras providências.

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criada na 10ª Região Militar, Estados do Maranhão, Paulista e Ceará), uma Auditoria (Decreto-lei número 925, de 2 de dezembro de 1938), com jurisdição cumulativa no Exército, Marinha e Aeronáutica.

Parágrafo único. A sede da Auditoria de que trata este artigo, coincidirá com a da Região respectiva.

Art. 2º. Para composição do quadro funcional da Auditoria de que trata a presente lei, são criados, na Justiça Militar, os seguintes cargos:

1 de Auditor de 1ª entrância;

1 de Promotor de 3ª categoria;

1 de Advogado de Ofício de 1ª entrância;

1 de Escrivão de 1ª entrância, classe L;

2 de Escreventes-Juramentados de 1ª entrância, classe I;

1 de Oficial de Justiça de 1ª entrância, classe H;

2 de Serventes de 1ª entrância, padrão E.

Parágrafo único. Haverá na Auditoria, para cada um dos cargos de Auditor, Advogado de Ofício e Oficial de Justiça, um Substituto, o qual nenhum direito ou vantagem terá além do vencimento do cargo do substituído e somente durante o seu impedimento legal.

Art. 3º. O preenchimento dos cargos de que trata o artigo anterior e seu parágrafo, será feito na forma da legislação específica em vigor.

Art. 4º. Instalada a Auditoria da 10ª Região Militar, serão para ela remetidos os processos oriundos do território abrangido pela jurisdição respectiva e que ainda não tenham sido designados para julgamento.

Art. 5º Para atender, no ano em curso, às despesas com a execução da presente lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário

rio — Superior Tribunal Militar — o crédito especial de Cr\$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil cruzeiros), sendo Cr\$ 1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil cruzeiros), para despesas de pessoal e Cr\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil cruzeiros), para despesas de material.

Art. 6º. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de dezembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Hermes Lima

João Mangabeira

Pedro Paulo de Araújo Suzano

Amaury Kruei

Miguel Calmon

Reynaldo de Carvalho Filho

LEI Nº 4.164 — DE 4 DE
DEZEMBRO DE 1962

Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, destinado à construção do Hospital Santa Maria no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), destinado a auxiliar a construção do grande conjunto hospitalar, na cidade do Rio de Janeiro, denominada "Hospital Santa Maria".

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de dezembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Hermes Lima

Miguel Calmon

Elizeu Paglioti

LEI Nº 4.165 — DE 4 DE
DEZEMBRO DE 1962

Modifica o Plano Rodoviário Nacional e abre crédito especial de Cr\$ 1.000.000.000,00, pela Ministério da Viação e Obras Públicas. O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A BR-50, do Plano Rodoviário Nacional, Lei nº 2.975, de 24 de novembro de 1956, passará a ter a seguinte discriminação: Blumenau-Rio do Sul-Curitiba-Bosque-Francisco Beltrão-Vermelho-Nova Prata-Monte Velho-São Jerônimo-Encruzilhada do Sul-Bagé-Aceguá.

Art. 2º. Fica integrada no Plano Rodoviário Nacional a ligação Relógio (BR-3) — Irati-Palmeira-São Luiz do Purunã (BR-35).

Art. 3º. Fica integrada no sistema de 1ª urgência a rodovia BR-104 — Estrada do Café — do Plano Rodoviário Nacional.

Art. 4º. E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros), assim discriminado:

a) Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), para construção do trecho BR-50 — Blumenau-Rio do Sul-Curitiba, no Estado de Santa Catarina;

b) Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros), para execução da pavimentação da ligação Relógio (BR-35) — Irati-Palmeira-São Luiz do Purunã (BR-104-BR-35);

c) Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros), para a pavimentação asfáltica da Rodovia BR-104.

Art. 5º. Nos exercícios de 1963 e 1964, o Orçamento da União consignará, no Anexo do Ministério da Viação e Obras Públicas, a dotação de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), em cada um desses exercícios, para o prosseguimento e conclusão da obra prevista na alínea "a" do artigo 4º desta Lei.

Art. 6º. As obras a que se refere a presente lei serão executadas pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, que se incumbirá da sua construção e pavimentação.

Art. 7º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de dezembro de 1962;
141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Hermes Lima

Miguel Calmon

Hélio de Almeida

LEI Nº 4.166 — DE 4 DE

DEZEMBRO 1962

Modifica a redação do parágrafo único do artigo 6º e do inciso I do artigo 7º, tudo da Lei 1.533, de 31 de dezembro de 1951, que altera disposições do Código do Processo Civil relativas ao mandado de segurança.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O parágrafo único do artigo 6º e o inciso I do artigo 7º da Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º

Parágrafo único. No caso em que o documento necessário à prova de alegado se acha em repartição ou estabelecimento público, ou em poder de autoridade que recuse fornecê-lo por certidão, o juiz ordenará, preliminarmente, por ofício, a exibição desse documento em original ou em cópia autêntica e marcará para o cumprimento da ordem o prazo de dez dias. Se a autoridade que tiver procedido desta maneira for a própria coatora, a ordem far-se-á no próprio instrumento da notificação. O escrivão extrairá cópias do documento para juntá-las à segunda via da petição.

Art. 7º

I — que se notifique o coator do conteúdo da petição, entregando-lhe a segunda via apresentada

pelo requerente com as cópias dos documentos a fim de que, no prazo de quinze dias, preste as informações que achar necessárias.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 4 de dezembro de 1962;
141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Hermes Lima

João Mangabeira

LEI Nº 4167 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1962
Revigora o crédito especial determinado pela Lei nº 3.842, de 15 de dezembro de 1960 (auxílio financeiro à Associação Pró-Matãe — Estado da Guanabara).

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É revigorada a autorização ao Poder Executivo para abertura, pelo Ministério da Saúde, do crédito especial de Cr\$ 17.000.000,00 (dezesete milhões de cruzeiros) a que se refere a Lei nº 3.842, de 15 de dezembro de 1960, com o fim de auxiliar a Associação Pró-Matãe, instituição beneficente com sede no Estado da Guanabara.

Art. 2º O crédito a que se refere esta Lei será automaticamente registrado no Tribunal de Contas e a instituição beneficiária prestará contas de sua aplicação no prazo de doze meses de seu recebimento.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de dezembro de 1962;
141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Hermes Lima

Miguel Calmon

Eliseu Paglioli

LEI Nº 4.168 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1962

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, créditos suplementares no valor total de Cr\$ 652.378.677,30 (seiscentos e cinquenta e dois milhoes, trezentos e setenta e oito mil, seiscentos e setenta e sete cruzeiros e trinta centavos), destinados ao reaparelhamento da Força Aérea Brasileira.

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Aeronautica, os seguintes créditos suplementares, necessários ao reaparelhamento da Força Aérea Brasileira:

Verba 1.0.00 — Custeio	
Consignação 1.6.00 — Encargos Diversos	
Subconsignação:	
1.6.19 — Despesas Gerais com a Defesa Nacional	
	Cr\$
11 — Aquisição de material aeronáutico de importação, destinado ao aparelhamento e segurança da Força Aérea Brasileira	452.378.677,30
Verba 4.2.00 — Investimentos	
Consignação 4.2.00 — Equipamentos e instalações	
Subconsignação:	
4.2.07 — Aeronaves	200.000.000,00
	<u>652.378.677,30</u>

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de dezembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Hermes Lima

Miguel Calmon

Reynaldo de Carvalho Filho

(*) LEI Nº 4.169 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1962

Oficializa as convenções Braille para uso na escrita e leitura dos cegos e o Código de Contrações e Abreviaturas Braille.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São oficializadas e de uso obrigatório em todo o território nacional, as convenções Braille, para uso na escrita e leitura dos cegos e o Código de Contrações e Abreviaturas Braille, constantes da tabela anexa

(*) O alfabeto Braille encontra-se publicado no D. O. de 11-12-62.

e aprovados pelo Congresso Brasileiro Pró-Abreviatura Braille, realizado no Instituto Ben'amin Constant, na cidade do Rio de Janeiro, em dezembro de 1957.

Art. 2º A utilização do Código de Contrações e Abreviaturas Braille será feita gradativamente, cabendo ao Ministro da Educação e Cultura, ouvido o Instituto Benjamin Constant, baixar regulamento sobre os prazos da obrigatoriedade a que se refere o artigo anterior e seu emprego nas revistas impressas pelo sistema Braille no Brasil, livros didáticos e obras de difusão cultural, literária ou científica.

Art. 3º Os infratores da presente lei não poderão gozar de quaisquer benefícios por parte da União, per-

dendo o direito aos mesmos aquêles que os tenham conseguido, uma vez verificada e comprovada a infração pelo Instituto Benjamin Constant.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de dezembro de 1962: 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Hermes Lima

Darci Ribeiro

LEI Nº 4.170, DE 5. DE
DEZEMBRO DE 1962

Dispõe sobre funcionamento de novos cursos na Escola de Engenharia de Uberlândia, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Escola de Engenharia, com sede na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, integrante da Diretoria do Ensino Superior — Ministério da Educação e Cultura, a que se refere o art. 4º da Lei número 3.864-A, de 24 de janeiro de 1961, manterá os cursos de engenharia industrial, modalidades química e mecânica e o Instituto de Pesquisas e Orientação Industrial (IPOI).

Art. 2º Para execução do disposto no artigo anterior, são criados, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, Diretoria do Ensino Superior, 10 (dez) cargos de professor catedrático (EE-DESu) (VETADO).

Art. 3º O Instituto de Pesquisas e Orientação Industrial objetivará essencialmente pesquisas científicas e atenderá, em cooperação e assistência, as necessidades das indústrias regionais.

Art. 4º A Escola de Engenharia e o Instituto de Pesquisas e Orientação Industrial serão instalados em prédios e terrenos a serem dados à União, mediante escritura pública.

Art. 5º Para atender às despesas decorrentes desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 60 204 000,00 (sessenta milhões duzentos e quatro mil cruzeiros), sendo Cr\$ 7.476 000,00 (sete milhões, quatrocentos e setenta e seis mil cruzeiros) para Pessoal Permanente Cr\$ 24.228 000,00 (vinte e quatro milhões, duzentos e vinte e oito mil cruzeiros), para Pessoal do Quadro Extraordinário; Cr\$ 20 000 000,00 (vinte milhões de cruzeiros) para material; Cr\$ 5 000 000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para despesas de adaptação do prédio; Cr\$ 2.000 000,00 (dois milhões de cruzeiros) para despesas de manutenção do IPOI; e Cr\$ 1 500 000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), para despesas de instalação.

Art. 6º Os cargos criados pelo artigo 2º serão providos a medida do desenvolvimento dos cursos e em caráter interno, até realização do concurso de títulos e de provas.

Parágrafo único. O concurso de títulos e de provas, a que se refere este artigo, será realizado em estabelecimento congênere federal, designado em cada caso pela Diretoria do Ensino Superior, a esta cabendo a publicação dos editais, dentro de cinco anos do primeiro provimento interno, e até que a Congregação disponha de quorum legal para a realização deste ato.

Art. 7º Dentro de sessenta dias da instalação, a Escola encaminhará ao Ministério da Educação e Cultura o projeto de seu Regimento a ser aprovado pelo Poder Executivo.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de dezembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Hermes Lima

Miguel Calmon

Darcy Ribeiro.

LEI Nº 4.171 — DE 5 DE DEZEMBRO DE 1962

Dispõe sobre as férias coletivas do Tribunal Federal de Recursos.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Serão considerados de férias coletivas no Tribunal Federal de Recursos, além dos dias declarados por lei, os compreendidos entre as datas que o seu Regimento Interno fixar, e não excedentes de 60 (sessenta) dias.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Brasília, 5 de dezembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Hermes Lima

João Mangabeira

LEI Nº 4.172 — DE 5 DE
DEZEMBRO DE 1962

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região o crédito especial de Cr\$ 1.204.285,00 para custear as despesas daquela Corte.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região o crédito especial de Cr\$ 1.204.285,00 (um milhão, duzentos e quatro mil, duzentos e oitenta e cinco cruzeiros), a fim de atender às despesas de instalação em sua nova sede.

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de dezembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Hermes Lima

João Mangabeira.

Miguel Calmon

LEI Nº 4.173 — DE 5 DE
DEZEMBRO DE 1962

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Tribunal de Contas, o crédito especial de Cr\$ 150.000,00 para atender a despesas com pagamento de gratificações adicionais e salários família referentes aos exercícios de 1953, 1954, 1955, 1956 e 1957.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Tribunal de Contas, o crédito especial de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros), para atender a despesas com pagamento de gratificação adicional, diferenças de gratificação adicional e salário-família, referentes aos exercícios de 1953, 1954, 1955, 1956 e 1957.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de dezembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Hermes Lima

Miguel Calmon

LEI Nº 4.174 — DE 5 DE
DEZEMBRO DE 1962

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, destinado a auxiliar a execução do Plano Quinquenal de Obras da Diocese de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República,
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São concedidos à Diocese em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, os seguintes auxílios:

a) para a construção e instalação do edifício do Instituto de Menores — Cr\$ 5.000.000,00;

b) para a construção e instalação do edifício da Casa do Egresso — Cr\$ 5.000.000,00;

c) para a construção do edifício da Faculdade de Filosofia e Ciências Econômicas — Cr\$ 10.000.000,00.

Art. 2º Para cumprimento do disposto no artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), a ser pago em 2 (dois) anos consecutivos, em parcelas de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros).

Art. 3º A entidade beneficiária prestará contas ao órgão competente do Poder Executivo dentro de 2 (dois) anos após o pagamento do auxílio previsto nesta lei.

Art. 4º No caso de extinção da entidade, ou de qualquer dos departamentos beneficiados, reverterá ao Poder Público o valor do auxílio correspondente de que trata a presente lei.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de dezembro de 1962;
141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART
Hermes Lima
Miguel Calmon
Darcy Ribeiro

LEI Nº 4.175

Ainda não foi publicada no Diário Oficial.

LEI Nº 4.176 — DE 7 DE
DEZEMBRO DE 1962

Cria o "Condomínio Rural do Pui", e dá outras providências.

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Na realização e execução do plano de reajustamento socio-econômico das áreas atingidas pela inundação consequente da construção da represa de Furnas, a União promoverá o aproveitamento racional das terras drenadas pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento nos municípios de Pui e Capitólio, em Minas Gerais.

Art. 2º São desapropriáveis por interesse social as áreas descritas no artigo anterior e destinadas à constituição dos lotes agrícolas, bem como as terras adjacentes que devam ser ocupadas com obras ou serviços necessários ao bem-estar dos rurícolas e das respectivas comunidades.

Art. 3º Para efeito das desapropriações previstas no artigo anterior, são considerados justos os preços garantidos nas zonas onde se operar a desapropriação.

Parágrafo único. Nas desapropriações serão excluídas das indenizações as valorizações decorrentes das obras realizadas pelo Poder Público.

Art. 4º A exploração das terras a que se referem os artigos 1º e 2º da presente lei será efetuada ... (VETADO) ... através do lote agrícola, que não poderá exceder de 10 a 15 hectares, nas áreas drenadas, de acordo com a qualidade das terras.

Art. 5º A distribuição dos lotes agrícolas de conformidade com o artigo anterior será inicialmente feita mediante arrendamento aos agricultores que exerçam diretamente essa profissão em caráter exclusivo.

§ 1º. Terão preferência para os arrendamentos os agricultores deslocados da área inundada pela represa

de Furnas e aquéles que exerciam suas atividades agrícolas como pequenos produtores, à margem da área recuperada.

§ 2º O arrendamento será realizado pelo prazo de cinco anos, devendo o arrendatário, até seis meses antes do término do prazo, optar pela compra ou não do lote.

§ 3º. São expressamente proibidos o arrendamento, subarrendamento ou transferência do lote.

§ 4º Os preços do arrendamento e vendas dos lotes serão fixados em tabelas organizadas e aprovadas ... (VETADO) ... constante dos respectivos contratos.

§ 5º. A falta de cumprimento de qualquer das cláusulas contratuais, por parte do arrendatário ou promitente comprador, importará na rescisão do contrato.

§ 6º. Cada arrendatário ou condômino só poderá explorar um (1) lote agrícola.

Art. 7º. O pagamento do lote será realizado em 20 (vinte) prestações anuais de igual valor, acrescido de juros de 6% (seis por cento) ao ano, contados de acordo com a "Tabela Price".

Art. 8º. O lote agrícola é indivisível e só poderá ser vendido a quem não possua outra propriedade no meio rural.

Art. 9º. Por morte do arrendatário ou proprietário, havendo sucessores, estes escolherão entre si o administrador do lote se não preferirem devolvê-lo ... (VETADO) ... mediante indenização das benfeitorias realizadas.

Art. 10. Extingue-se o arrendamento:

- a) pelo término do prazo contratual;
- b) pela rescisão do contrato;
- c) pela morte do arrendatário sem deixar sucessor, em condições de explorar diretamente o lote.

Art. 11. Poderá ser rescindido o arrendamento quando:

- a) o arrendatário explorar o lote em desacordo com as normas desta lei e de seu regulamento;
- b) o regime de comunhão prejudicar o aproveitamento econômico do lote;

c) não fôr efetuado o pagamento do aluguel até 180 (cento e oitenta) dias subsequentes ao vencimento, salvo motivo justo ou relevante, ... (VETADO) ...

Art. 12. Extingue-se o condomínio:

a) pela adjudicação das partes indivisas ao cônjuge sobrevivente ou um dos condôminos, tendo preferência, por ordem de idade, o herdeiro varão, ou marido da herdeira domiciliado no lote e com experiência agrícola;

b) pela venda do lote, nos termos dos artigos 5º, 6º e 7º.

Art. 13. ... (VETADO) ... qualquer condômino, poderá ser a iniciativa dos processos de extinção da comunhão do arrendamento ou do condomínio, no caso de infração das cláusulas anteriores.

Art. 14. Em qualquer dos casos de reversão do lote agrícola ao condomínio, ou posse direta do Poder Público, são assegurados ao arrendatário ou proprietário:

a) o direito à escolha da lavoura que já tenha feito no terreno,

b) indenização de benfeitoria, à base do respectivo custo histórico, reajustado de acordo com os índices de oscilação da moeda e desvalorização do uso, segundo avaliação dos órgãos competentes;

Art. 15. Para auxiliar a execução dos objetivos da presente lei, na parte referente às terras descritas nos seus artigos 1º e 2º, fica instituído, ... (VETADO) ... o "Fundo de Desenvolvimento da Propriedade Rural do Piauí", que será formado com:

- a) alugueres dos lotes arrendados;
- b) preços das revendas das áreas desapropriadas, quando as indenizações tiverem sido efetuadas com recursos do "Fundo";
- c) lucros obtidos nas revendas das terras abrangidas pelos planos agrícolas;
- d) dotações orçamentárias;
- e) doações.

Art. 16. Os recursos do "Fundo" serão movimentados ... (VETADO) ... à base de orçamentos anuais de aplicação aprovados pelo Poder Executivo, para os seguintes fins:

a) desapropriação de novas áreas para atividades agrícolas;

b) aquisição de máquinas, implementos agrícolas, sementes, adubos inseticidas e fungicidas, plantas e animais para serem cedidos aos condôminos ou a suas organizações; mediante aluguel ou revenda;

c) preparo dos lotes agrícolas, para efeito de exploração racional;

d) subscrição de cotas de capital de cooperativas dos condôminos;

e) garantia de empréstimos contraidos em bancos, para efeitos de exploração e melhoramento do lote, de acordo com o convênio entre a administração do "Fundo" e o estabelecimento bancário.

Art. 17. Ficam isentos de quaisquer impostos e taxas os contratos, termos, ajustes, e registros relativos à esta lei, inclusive para concessão de financiamento.

Art. 18. As dotações orçamentárias para o ano de 1962 e créditos especiais destinados à execução dos planos, programas e projetos de que trata esta Lei serão automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas e distribuídos ao Tesouro Nacional, que os depositará no Banco do Brasil, ... (VETADO) ... em conta es-

pecial.

Parágrafo único. O saldo das referidas dotações e créditos, quando não utilizados, serão escriturados como "restos a pagar" com vigência de 5 (cinco) anos.

Art. 19. Caberá ... (VETADO) ... dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, ao Poder Executivo, a regulamentação da presente lei.

Art. 20. Fica aberto um crédito de Cr\$ 50.000.000,00 para atender as necessidades iniciais do Plano, e, nos Orçamentos futuros serão incluídas verbas específicas correspondentes a desapropriação para utilidade social.

Art. 21. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de dezembro de 1962; 141ª da Independência e 74ª da República.

JOÃO GOULART

Hermes Lima

Miguel Cammon

Hélio de Almeida

LEI Nº 4.177 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1962

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1963

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O Orçamento Geral da União para o exercício financeiro de 1963, discriminado pelos Anexos integrantes desta lei, estima a Receita em Cr\$ 737.348.005.000 (setecentos e trinta e sete bilhões, trezentos e quarenta e oito milhões e cinco mil cruzeiros) e fixa a despesa em Cr\$ 1.024.527.628.213 (um trilhão, vinte e quatro bilhões, quinhentos e vinte e sete milhões, seiscentos e vinte e oito mil, duzentos e sessenta e três cruzeiros).

Art. 2º Será a Receita realizada mediante arrecadação dos tributos, rendas, suprimimentos de fundos e outras receitas ordinárias e extraordinárias na forma da legislação em vigor e das especificações do Anexo 1, de acordo com o seguinte desdobramento:

	Cr\$	Cr\$
1 — Receita Ordinária		
1.1. — Renda Tributária	678.248.004.000	
1.2. — Renda Patrimonial	10.107.837.000	
1.3. — Renda industrial	6.050.000.000	
1.4. — Rendas Diversas	12.517.164.000	706.923.005.000
2 — Receita Extraordinária		30.425.000.000
Total da Receita		737.348.305.000

Art. 3º Fica autorizada a cobrança do imposto único criado pelo Decreto-lei nº 2.615, de 21 de setembro de 1940, modificado pelas Leis 1.749, de 28 de novembro de 1952 e 2.975, de 27 de novembro de 1956, cujo produto será aplicado de acordo com o que estabelece a legislação vigente.

Parágrafo único. O recolhimento do imposto único a que se refere este artigo continuará a processar-se de acordo com o estabelecido nos arts. 8º e 9º da Lei nº 2.975, de 27 de novembro de 1956.

Art. 4º A Despesa será realizada na forma dos Quadros Analíticos constantes dos Anexos 2 a 5 e respectivos Subanexos, conforme o seguinte desdobramento:

	Cr\$	Cr\$
2 — Poder Legislativo		
2.01 — Câmara dos Deputados	3.504.637.500	
2.02 — Senado Federal	1.878.192.400	5.382.829.900
3 — Órgãos Auxiliares		
3.01 — Tribunal de Contas ..	890.250.000	
3.02 — Conselho Nacional de Economia	140.614.000	1.030.864.000
4 — Poder Executivo		
4.01 — Presidência da República — Conselho de Ministros	27.997.553.400	
4.02 — Departamento Administrativo do Serviço Público	628.964.000	
4.03 — Estado Maior das Forças Armadas	133.131.800	
4.04 — Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas	14.314.000	
4.05 — Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	5.767.678.000	
4.06 — Comissão do Vale do São Francisco	8.085.720.140	
4.07 — Conselho de Segurança Nacional	294.787.000	
4.08 — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia	12.398.800.000	
4.09 — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País	905.255.000	
4.10 — Ministério da Aeronáutica	50.751.459.000	
4.11 — Ministério da Agricultura	44.876.694.578	
4.12 — Ministério da Educação e Cultura	96.003.974.970	
4.13 — Ministério da Fazenda	172.741.652.000	

4.14 — Ministério da Guerra	77.160.986.000	
4.15 — Ministério da Indústria e do Comércio	2.657.805.000	
4.16 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores ...	13.424.252.237	
4.17 — Ministério da Marinha	42.605.481.000	
4.18 — Ministério das Minas e Energia	33.283.022.000	
4.19 — Ministério das Relações Exteriores	6.306.416.600	
4.20 — Ministério da Saúde ..	41.990.172.154	
4.21 — Ministério do Trabalho e Previdência Social ..	36.897.443.000	
4.22 — Ministério da Viação e Obras Públicas	318.260.978.180	
4.23 — Órgãos transferidos da União para o Estado da Guanabara	17.328.743.000	1.010.215.283.059
5 — Poder Judiciário		
5.01 — Supremo Tribunal Federal	471.520.400	
5.02 — Tribunal Federal de Recursos	870.970.000	
5.03 — Justiça Militar	453.135.000	
5.04 — Justiça Eleitoral	2.925.896.400	
5.05 — Justiça do Trabalho ..	2.786.327.504	
5.06 — Justiça do Distrito Federal	390.802.000	7.898.651.304
Total da Despesa		1.024.527.628.263

Art. 5º As Divisões ou Serviços de Pessoal, Material, Orçamento e Obras dos Ministérios, inclusive a Diretoria da Despesa Pública do Ministério da Fazenda, sempre que necessário movimentarão as dotações de pessoal, material de consumo, material permanente, serviços de terceiros, encargos diversos, obras e equipamentos discriminados nos Quadros Analíticos por unidades orçamentárias.

Art. 6º A movimentação dos créditos constantes do subanexo 4.23 — Órgãos transferidos para o Estado da Guanabara ficará a cargo do Ministério da Fazenda por intermédio da Diretoria da Despesa Pública ou da futura Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado da Guanabara.

Art. 7º O Poder Executivo fica autorizado a apresentar, no início de 1963, um plano de contenção das despesas orçamentárias que não sejam fixas de até 45% (quarenta e cinco por cento), para aprovação pelo Congresso Nacional.

Parágrafo único. Fica entendido que, se no decurso do exercício a arrecadação superar a receita prevista, poderão sendo liberadas, proporcionalmente as dotações incluídas no Plano de Contenção.

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a expedir Decreto, especificando as obras públicas e demais investimentos que nesta Lei se acham

inscritos sob a forma de dotações globais, distribuídas pelas Unidades da Federação, observados os limites dos respectivos créditos e as Bases do Programa de Governo aprovado pelo Congresso Nacional.

Art. 9º O Ministro da Fazenda fica autorizado a realizar as operações de crédito que se tornarem necessárias por antecipação da Receita, até 20% (vinte por cento) sobre o montante da Despesa.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário

Brasília, 11 de dezembro de 1962; 141º da Independência e 74 da República.

JOÃO GOULART
Hermes Lima
João Mangabeira
Pedro Paulo de Araújo Suzano
Amaury Kruehl
Miguel Calmon
Hélio de Almeida
Renato Costa Lima
Darcy Ribeiro
Benjamin Eurico Cruz
Reginaldo de Carvalho Filho
Eliseu Paglioli
Octávio Augusto Dias Carneiro
Eliezer Baptista da Silva
Celso Monteiro Furtado

LEI Nº 4178 — DE 11 DE
DEZEMBRO DE 1962

Extingue o trabalho aos sábados nos estabelecimentos de crédito.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os estabelecimentos de crédito não funcionarão aos sábados, em expediente externo ou interno.

Art. 2º As obrigações em cobrança cujos vencimentos estiverem marcados para um sábado serão pagáveis no primeiro dia útil imediato.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART
Hermes Lima
Miguel Calmon
Benjamin Eurico Cruz

LEI Nº 4.179 — DE 11 DE
DEZEMBRO DE 1962

Denomina "Palácio Alberto de Britto Pereira" o edifício onde funciona o Departamento de Imprensa Nacional, na Capital Federal.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É denominado "Palácio Alberto de Britto Pereira" o edifício onde funciona o Departamento de Imprensa Nacional, na Capital Federal.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART
Hermes Lima
João Mangabeira

LEI Nº 4.180 — DE 11 DE
DEZEMBRO DE 1962

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 826.200,00, para atender a despesas da Comissão de Reparações de Guerra, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1960.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 826.200,00 (oitocentos e vinte e seis mil e duzentos cruzeiros), para atender, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1960, ao pagamento de gratificações pela participação em órgão de deliberação coletiva, à razão de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) por sessão, para cada membro, e gratificação pró-labore, da Comissão de Reparações de Guerra.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata o presente artigo será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Hermes Lima

Miguel Calmon

LEI Nº 4.181 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1962

Retifica, sem ônus, a Lei nº 3.682, de 7 de dezembro de 1959, que estima a Receita e fixa a Despesa da União, para o exercício de 1960.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' assim alterada; sem ônus a Lei 3.682, de 7 de dezembro de 1959, que estima a Receita e fixa a Despesa da União, para o exercício financeiro de 1960.

Subanexo 4.13 — Ministério da Educação e Cultura.

34 — Serviço de Radiodifusão Educativa.

Verba 1.0.00.

Consignação — 1.6.13.

3) — Divulgação musical etc.

Onde se lê:

9) — Orquestra Sinfônica de São Paulo.

Lê-se:

9) — Orquestra Sinfônica de Amadores de São Paulo.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei vigorará a partir de 1º de janeiro de 1960

Brasília, 11 de dezembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Hermes Lima

Miguel Calmon

Darcy Ribeiro

LEI Nº 4.182 — DE 13 DE DEZEMBRO DE 1962

Dá ao atual Território Federal do Rio Branco a denominação de Território Federal de Roraima.

Faço saber que o Congresso Nacional decretou, o Presidente da República sancionou, nos termos do § 2º do Art. 70 da Constituição Federal, e eu, Rui Palmeira Vice-Presidente do Senado Federal, promulgo, de acordo com o disposto no § 4º do mesmo artigo da Constituição, a seguinte Lei:

Art. 1º. O Território Federal do Rio Branco passa a denominar-se Território Federal de Roraima.

Art. 2º. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de dezembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

RUI PALMEIRA

LEI Nº 4.183 — DE 13 DE DEZEMBRO DE 1962

Amplia a jurisdição das Juntas de Conciliação e Julgamento de Volta Redonda, Petrópolis, Nova Iguaçu e Niterói, no Estado do Rio de Janeiro.

Faço saber que o Congresso Nacional decretou, o Presidente da República sancionou, nos termos do § 2º do art. 70 da Constituição Federal e eu, Rui Palmeira, Vice-Presidente do Senado Federal, promulgo, de acordo com o disposto no § 4º do mesmo artigo da Constituição, a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica estendida, na forma desta lei, a jurisdição das seguintes Juntas de Conciliação e Julgamento, do Estado do Rio de Janeiro:

- a) a de Volta Redonda, aos municípios de Barra Mansa, Barra do Piraí, Resende e Valença;
- b) a de Petrópolis, aos municípios de Três Rios, Paraíba do Sul e Sexto Distrito de Magé;
- c) a de Nova Iguaçu, aos municípios de Paracambi, Paulo de Frontin e Itaguaí;
- d) a de Niterói, aos municípios de Itaboraí e Maricá;
- e) a de Caxias, ao município de Magé.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de dezembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

RUI PALMEIRA

LEIS NS. 4.184 — 4.185 — 4.186 —
4.187 — 4.188 — 4.189 E 4.190

Ainda não foram publicadas no
Diário Oficial.

LEI Nº 4.191 — DE 24 DE
DEZEMBRO DE 1962

*Dispõe sobre o Código Tributário do
Distrito Federal.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Livro Primeiro

PARTE GERAL

Disposição Preliminar

Art. 1º Este Código conceitua e institui os tributos de competência do Distrito Federal, dispõe sobre seu lançamento, sua cobrança e fiscalização, e regula o processo fiscal administrativo.

TÍTULO I

Das Normas Gerais

CAPÍTULO I

Da Aplicação da Lei Tributária

Art. 2º Considera-se fato gerador o indicado na lei tributária, do qual resulta a obrigação de pagar tributo.

Art. 3º Na imposição de penalidade a lei tributária nova aplica-se a ato-pretérito não definitivamente julgado:

I — quando deixe de defini-lo como infração;

II — quando lhe comine penalidade menos severa que a lei anterior.

Art. 4º Os tributos anulados sobre outros tributos consideram-se como autônomos, com regime jurídico próprio, salvo quando, diferentemente, dispuser a lei.

CAPÍTULO II

Da Consulta e Dos Atos Normativos

Art. 5º É facultado a qualquer interessado dirigir consultas sobre matéria tributária à autoridade competente.

Art. 6º A resposta desfavorável ao contribuinte obriga-o desde logo, ao recolhimento do tributo, independentemente do recurso administrativo que couber.

Art. 7º Nenhum contribuinte poderá ser compelido a cumprir obrigação fiscal ou pagar imposto, quando a matéria de natureza controvertida estiver dependendo de solução de consulta.

CAPÍTULO III

Do Crédito Fiscal

Art. 8º A ilicitude do fato gerador, inclusive a prática de ato simulado, nulo ou anulável, bem como, a prática de ato sem licença, licença ainda não concedida, negada, ou inconcedível, não exime o pagamento dos tributos correspondentes.

Art. 9º Qualquer pessoa contribuinte ou não, é obrigada a prestar aos agentes fiscais os esclarecimentos e informações necessários à liquidação do crédito fiscal, inclusive exibindo livros, documentos e bens, móveis ou imóveis.

CAPÍTULO IV

Do Domicílio Fiscal

Art. 10. Considera-se domicílio fiscal do contribuinte ou responsável por obrigação tributária:

I — tratando-se de pessoa natural, o lugar onde habitualmente reside; e não sendo este conhecido, o lugar onde se encontre a sede principal de suas atividades ou seus negócios.

II — tratando-se de pessoa jurídica de direito privado, o local da sede de qualquer dos seus estabelecimentos;

III — tratando-se de pessoa jurídica de direito público, o local da sede de qualquer de suas repartições administrativas.

Art. 11. O domicílio fiscal será consignado nas petições, guias e em outros documentos que os interessados dirijam à Fazenda Pública.

Parágrafo único. Os inscritos como contribuintes habituais comunicarão toda mudança de domicílio no prazo de 15 dias, contados da data da ocorrência.

CAPÍTULO V

Das Obrigações Tributárias Acessórias

Art. 12 Ainda quando gozarem de isenção, os contribuintes e responsá-

veis facilitarão o lançamento, a fiscalização e a cobrança dos tributos, ficando especialmente obrigados a:

I — apresentar guias e declarações, e escriturar nos livros próprios, os fatos geradores de obrigação tributária, segundo as normas deste Código e dos regulamentos fiscais;

II — conservar e apresentar os documentos que, de algum modo, se referiram a operação ou situação que constituir fato gerador de obrigação tributária ou que constitua comprovante da veracidade dos dados consignados nas guias e documentos fiscais;

III — prestar, sempre que solicitados pelas autoridades, informações e esclarecimentos com respeito a operação que a juízo do Fisco, possa constituir fato gerador de obrigação tributária.

CAPÍTULO VI

Do Lançamento

Art. 13. Os atos formais relativos ao lançamento dos tributos, ficarão a cargo dos órgãos fiscais e dos próprios contribuintes.

Parágrafo único. A omissão e o erro de lançamento não aproveitam ao contribuinte.

Art. 14. Compete ao contribuinte a apuração do crédito tributário, quando lhe caiba preencher a guia para o recolhimento do tributo ou selar os papéis e documentos.

Parágrafo único. As guias de recolhimento serão preenchidas com os elementos da escrita fiscal e servirão de base ao pagamento, ressalvada a satisfação de diferença que venha a ser apurada pela Fazenda Pública decorrente de erro de cálculo ou de interpretação.

Art. 15. Par-se-á o lançamento de ofício, com base nos elementos disponíveis:

I — quando o contribuinte ou o responsável não houver prestado declaração, ou a mesma se apresentar inexistente;

II — quando, tendo prestado declaração, o contribuinte ou responsável deixar de atender satisfatoriamente, no prazo e forma legais, pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa.

Art. 16. Com o fim de obter elementos que lhe permitam verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes ou responsáveis, e

de determinar, com precisão, a natureza e o montante dos créditos tributários, a Fazenda Pública poderá:

I — exigir, a qualquer tempo, a exibição de livros e comprovantes dos atos e operações que possam constituir fatos geradores de tributos;

II — fazer inspeções nos lugares e estabelecimentos onde se exercem as atividades sujeitas a obrigações tributárias ou nos bens que constituam matéria tributável;

III — exigir informes e comunicações, escritas ou verbais;

IV — notificar para comparecer às repartições da Fazenda, o contribuinte ou responsável;

V — requisitar o auxílio da força pública ou requerer ordem judicial quando vítima de embaraço ou desacato de suas funções, ou quando seja necessário a efetivação de medidas previstas na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contra-venção

Art. 17. O ançamento e suas alterações serão comunicados ao contribuinte, por notificação direta, ou por publicação na imprensa oficial, ou em outro órgão de imprensa local, ou por outra forma estabelecida em lei ou regulamento.

Art. 18. É facultado à autoridade administrativa o arbitramento de bases tributárias quando o montante do tributo não for conhecido exatamente.

Parágrafo único. O arbitramento determinará, justificadamente, a base tributária presuntiva

CAPÍTULO VII

Da Cobrança e do Recolhimento dos Tributos

Art. 19. A cobrança e o recolhimento dos tributos far-se-ão na forma e nos prazos estabelecidos neste Código nas leis e nos regulamentos fiscais.

Art. 20. É facultado à Administração proceder à cobrança amigável após o término do prazo para recolhimento do tributo e antes da inscrição do débito para cobrança executiva e sem prejuízo das combinações legais em que o infrator houver incorrido

Parágrafo único. No prazo concedido para a cobrança amigável, os tributos poderão ser exigidos de uma só vez ou em parcelas, de acordo com

o que dispuserem os regulamentos fiscais.

Art. 21. Esgotado o prazo concedido para a cobrança amigável, será promovida a cobrança judicial

Art. 22. Nenhum recolhimento de imposto, taxa ou contribuição, exceto o que se faça em selo ou guia, será efetuado sem que se expeça o competente talão-recibo

Art. 23. O pagamento não importa em quitação do crédito fiscal, valendo o recibo somente como prova do recolhimento da importância nele referida, continuando o contribuinte obrigado a satisfazer qualquer diferença que venha a ser apurada

Art. 24. Na cobrança a menor do imposto taxa, contribuição ou multa, responde solidariamente tanto o servidor responsável pelo erro, como o contribuinte cabendo aquele o direito regressivo para reaver do último o total do desembolso.

Art. 25. As vendas ou cessões de estabelecimentos comerciais, industriais ou de prestação de serviços podem efetivar-se independentemente da certidão negativa do imposto sobre vendas e consignações ou do imposto de indústria e profissões, substituindo, todavia, a responsabilidade solidária do adquirente, na forma do Art. 29.

Parágrafo único. Os tabeliães, escrevães, oficiais de registros públicos e funcionários do registro de comércio, certificarão, nos instrumentos que lavrarem, expedirem ou arquivarem, a apresentação do comprovante do pagamento do tributo relativo ao ato ou fato translativo.

Art. 26. Não se concederá concordata ou reabilitação ao falido, nem se distribuirão quotas de rateio sem que o concordatário, o falido ou o síndico, prove não se haver apurado débito fiscal do concordatário ou falido para com o Distrito Federal.

Art. 27. A certidão de isenção ou de inexistência de débito fiscal expedida pela Administração será válida até o 99º (nonagésimo) dia contado da data de sua expedição, e passível de revalidações sucessivas, cada uma com o mesmo prazo de eficácia.

Art. 28. A expedição de certidões de inexistência de débito fiscal não impede a cobrança de débito posteriormente apurado.

CAPÍTULO VIII

Da Solidariedade

Art. 29. Todos aqueles que, mediante contínuo, colaborarem para a sonegação, tornar-se-ão solidariamente responsáveis pelo pagamento do tributo e da multa que couber.

Art. 30. O adquirente ou cessionário responde solidariamente pelo pagamento de todos os débitos fiscais do prédio ou estabelecimento comercial, industrial ou de prestação de serviço, se a transmissão ou cessão se efetivou:

I — sem a expedição de certidão de inexistência de débito fiscal apurado, ou de existência de imunidade ou isenção;

II — depois de haver caducado a certidão negativa;

III — depois de cientificado, por qualquer forma da existência de débito fiscal, ainda que o prazo de validade da certidão.

Art. 31. Na transferência, por venda, cessão ou a qualquer título, de estabelecimentos comerciais industriais ou de prestação de serviço, o adquirente ou cessionário responde solidariamente com o transmitente ou cedente pelos débitos fiscais, relativos aos impostos de vendas e consignações e de indústrias e profissões ou outros tributos quando for o caso.

Art. 32. Respondem, solidariamente, pelos débitos fiscais relativos aos impostos de vendas e consignações e de indústrias e profissões com o fornecedor alienante ou cedente:

I — os endossatários de títulos representativos de mercadorias;

II — as empresas de armazéns gerais, pelo imposto devido na liquidação de vendas a termo, com a entrega de mercadorias produzidas no Distrito Federal ou com a transferência dessas mercadorias a filiais, depósitos ou representantes do produto, localizados em outra unidade da Federação.

CAPÍTULO IX

Da Dívida Ativa

Art. 33. Os impostos, taxas, contribuições, multas e outras rendas, não recolhidos nos prazos previstos em lei

ou regulamento constituem a Dívida Ativa do Distrito Federal.

§ 1º A inscrição do débito na Dívida Ativa não poderá ser feita enquanto não forem decidido definitivamente a reclamação, o recurso ou o pedido de reconsideração.

§ 2º Enquanto não inscrito o débito na Dívida Ativa não poderá ser negada ao contribuinte certidão de qualquer espécie, inclusive de quitação, na qual se ressaltará, entretanto, a pendência fiscal.

Art. 34. Expirado o prazo para pagamento, serão inscritos na Dívida Ativa, por contribuinte, os débitos, inclusive multas, sem prejuízo da mora na forma prevista no artigo 50.

Art. 35. A inscrição da Dívida Ativa será feita em registros especiais, com individualização e clareza, e deverá conter o nome do devedor e seu domicílio fiscal; origem e natureza do débito; quantia devida; data e número da inscrição; número do processo administrativo ou de auto de infração, quando dele se originar a dívida; e o exercício ou período a que se referir.

Art. 36. Poderá ser inscrito, no correr do exercício, o débito proveniente de tributos lançados por exercícios, quando for necessário acautelar-se o interesse da Fazenda.

Art. 37. Serão cancelados os débitos:

I — legalmente prescritos;

II — de contribuinte que haja falecido sem deixar bens que expressem a dívida.

Parágrafo único. O cancelamento será determinado de ofício ou a requerimento de pessoa interessada, desde que fique provada a morte do devedor ou a inexistência de bens, ouvidos os órgãos fazendários e jurídicos da Prefeitura do Distrito Federal.

Art. 38. A dívida será cobrada por procedimento amigável ou judicial.

§ 1º A cobrança amigável, será promovida pelo órgão administrativo da Fazenda da Prefeitura.

§ 2º A cobrança judicial será promovida pelo órgão jurídico da Fazenda da Prefeitura.

Art. 39 As certidões da Dívida Ativa, para cobrança judicial, deverão conter os elementos mencionados no art. 35 e mais aqueles que identifiquem o seu registro.

Art. 40 O lébito considerado Dívida Ativa será recolhido por guia emitida pelo órgão que efetuar a cobrança.

Art. 41. Salvo os casos autorizados em lei, é absolutamente vedada a concessão de desconto, abatimento ou perdão de qualquer parcela da dívida ativa, ainda que se não tenha realizado a inscrição.

Parágrafo único. Incurrerá em responsabilidade funcional e na obrigação de responder pela integralização do pagamento aquele que autorizar ou fizer a concessão proibida do presente artigo, sem prejuízo do procedimento criminal cabível.

CAPÍTULO X

Da Repetição do Indébito

Art. 42 As quantias indevidamente recolhidas aos cofres do Distrito Federal, em pagamento de créditos fiscais, serão restituídas de ofício, no todo ou em parte tão pronto se apure a irregularidade do recolhimento.

Art. 43 Ao contribuinte será restituído o tributo que houver pago para exercer atividade ou praticar ato dependente de licença, se esta não foi concedida, ou se, concedida, foi posteriormente cassada, caso ainda não haja praticado o ato, ou exercido integralmente a atividade. Neste caso, o valor da restituição será proporcional ao tempo que faltava para completar-se o período da licença ou será integral se a cassação tornar inúteis os atos, anteriormente praticados.

Art. 44. Não serão restituídas as multas ou parte de multas pagas anteriormente à vigência de lei que abolir ou diminuir a pena fiscal.

CAPÍTULO XI

Da Prescrição

Art. 45 O direito de proceder ao lançamento de tributos assim como à

sua revisão, prescreve em 5 (cinco) anos, após o ano financeiro em que se tornarem devidos.

Parágrafo único. O decurso do prazo estabelecido neste artigo interrompe-se pela notificação, ao contribuinte, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento ou à sua revisão, começando de novo a correr, findo o ano em que se operou a notificação.

Art. 46. As dívidas provenientes de tributos prescrevem em 5 (cinco) anos a contar do término do exercício dentro do qual aqueles se tornaram devidos; a dívida ativa inferior a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) prescreve, porém, em 2 (dois) anos, contados do prazo de vencimento, se prefixado e, no caso contrário, da data em que foi inscrita.

Art. 47. Interrompe-se a prescrição da dívida fiscal:

I — por qualquer intimação ou notificação feita ao contribuinte por repartição ou funcionário fiscal, para pagar a dívida;

II — pela concessão de prazos especiais para esse fim;

III — pelo despacho que ordenou a citação judicial do responsável para efetuar o pagamento;

IV — pela apresentação do documento comprobatório da dívida em juízo de inventário ou concurso de credores.

Art. 48. Cessa, igualmente, em 5 (cinco) anos, o poder de aplicar ou cobrar multas por infração a este Código, exceto nos casos de quantia inferior a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), em que o prazo será de 2 (dois) anos.

Art. 49. O direito de pedir restituição de quantias pagas indevidamente prescreve em prazo igual ao fixado neste capítulo para prescrição do direito de lançamento.

TÍTULO II

Das Penalidades

CAPÍTULO I

Da MORA

Art. 50. Terminado o prazo para o recolhimento, serão os tributos acres-

cidos de multa de 20% (vinte por cento), mais a mora de 1% (um por cento) por mês ou fração.

Art. 51. As multas por infrações fiscais serão acrescidas da mora de 1% (um por cento) por mês ou fração, a partir do termo final do prazo de pagamento.

Art. 52. Não se considera em mora o contribuinte que tenha deixado de efetuar o pagamento em virtude de decisão administrativa passada em julgado, enquanto esta não for modificada.

Art. 53. A reclamação contra o lançamento ou a impugnação do crédito fiscal não terá efeito sobre a mora.

Art. 54. Se, no prazo do pagamento, o contribuinte depositar nos cofres do Distrito Federal a importância que julgar devida, sobre esta importância não incidirá multa nem correrá mora, contáveis uma e outra somente sobre a parte do crédito fiscal que, afinal, exceder do valor do depósito.

Parágrafo único. Quando feito fora do prazo de pagamento do tributo, o depósito da importância que o contribuinte julgar devida será acrescida da multa e da mora vencidas até a data e calculadas sobre o crédito fiscal que a administração determinar.

CAPÍTULO II

Das Multas

Art. 55. As infrações a este Código serão punidas com multa.

Parágrafo único. A imposição de penalidade de multa não exclui o pagamento do tributo, da multa e da mora previstos no art. 50, nem exime o infrator do cumprimento da obrigação tributária pertinente.

Art. 56. Não se procederá contra servidor ou contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acordo com interpretação fiscal, constante de decisão de qualquer instância administrativa mesmo que, posteriormente, venha a ser modificada essa interpretação.

Art. 57. A imposição ou a não imposição de penalidade fiscal não prejudicará a ação criminal que, no caso, couber.

Art. 58. O contribuinte que, espontaneamente, procurar a repartição arrecadadora antes do procedimento fiscal, para sanar qualquer irregularidade decorrente de infração a este Código ficará sujeito apenas a metade das multas previstas neste Capítulo, além da mora de que fala o artigo 51, salvo nos casos em que se tenha estipulado penalidade especial.

Art. 59. As multas serão estabelecidas em grau mínimo, médio ou máximo.

Parágrafo único. Na imposição da multa, e para graduá-la, ter-se-á em vista:

I — a maior ou menor gravidade da infração;

II — as suas circunstâncias atenuantes e agravantes;

III — os antecedentes do infrator com relação as disposições deste Código e de outras leis e regulamentos fiscais.

Art. 60. As infrações a este Código serão punidas com as seguintes multas:

I — quando se tratar de simples infração regulamentar da qual não resulte falta de pagamento de imposto — multa de Cr\$ 5 000,00 (cinco mil cruzeiros) a Cr\$ 50 000,00 (cinquenta mil cruzeiros);

II — quando ocorrer falta de pagamento ou redução do imposto — multa no valor igual ao imposto ou diferença não recolhida, não inferior a Cr\$ 5 000,00 (cinco mil cruzeiros).

§ 1º. Em caso de má-fé, dolo ou reincidência, a multa será aplicada em dobro.

§ 2º. Considera-se reincidência a repetição de infração de um mesmo dispositivo pela mesma pessoa física ou jurídica depois de julgada definitivamente, na esfera administrativa, a infração anterior.

§ 3º. As multas serão cumulativas, quando houver concomitantemente infração a dispositivos regulamentares e falta ou insuficiência de pagamento do imposto.

Art. 61. Salvo prova em contrário, presume-se o dolo quando se verificar quaisquer das seguintes irregularidades ou outras análogas:

I — contradição evidente entre os livros e documentos fiscais e os elementos das declarações e guias apresentadas às repartições fiscais;

II — manifesta discordância na aplicação dos preceitos legais e regulamentares pertinentes às obrigações fiscais por parte dos contribuintes ou responsáveis;

III — prestação de informações e comunicações falsas ao Fisco com respeito aos fatos geradores de obrigações tributárias;

IV — omissão de lançamento, nos livros, fichas declarações ou guias, de bens, atividades ou operações que constituam fatos geradores de obrigações tributárias.

Art. 62. Sem prejuízo das penalidades impostas aos proprietários das mercadorias, sujeitam-se as empresas de transporte, os transportadores singulares e os que tiverem mercadorias sob sua guarda às seguintes penalidades:

I — multa equivalente ao dôbro do tributo sonegado, quando transportarem mercadorias, sujeitam-se as empresas de transporte, os transportadores singulares e os que tiverem mercadorias sob sua guarda às seguintes penalidades:

II — multa de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) a Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros):

a) quando, constando dos documentos em seu poder destinatários com nomes ou endereços falsos, não comunicar em o fato às autoridades competentes, dentro do prazo regulamentar;

b) quando, obrigados a fazê-lo, deixarem de emitir o manifesto das cargas transportadas;

c) quando deixarem de efetuar a entrega dos manifestos, notas e guias dentro do prazo regulamentar;

d) quando transportarem ou receberem mercadorias desacompanhadas dos documentos fiscais exigidos por este Código, não havendo sonegação;

III — multa de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) a Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) quando se negarem a permitir o exame de mercadorias, livros e documentos de sua guarda ou responsabilidade, solicitados pelo fisco.

Art. 63. As tipografias e estabelecimentos congêneres são obrigados a registrar, em livro próprio, o nome e endereço das firmas que mandarem confeccionar notas fiscais, notas de venda, duplicatas, bem assim como anotar o número e a seriação das mesmas, sob pena de multa de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) a Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros).

Art. 64. Serão punidos com multa:

I — (VETADO):

a) (VETADO);

b) (VETADO);

II — de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) a Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) as autoridades e funcionários administrativos que embarcaram, iludirem ou dificultarem a ação do Fisco, sem prejuízo das penas estatutárias e criminais cabíveis;

III — de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) a Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros):

a) o síndico, leiloeiro, corretor, despachante, ou quem quer que facilite, proporcione ou auxilie, por qualquer forma, a sonegação de tributo, no todo ou em parte;

b) o árbitro que prejudicar a Fazenda, por negligência ou má fé nas avaliações.

Art. 65. As multas a que se refere este Código serão impostas pela autoridade fiscal competente

Livro Segundo

PARTE ESPECIAL

TÍTULO I

Do Sistema Tributário

Art. 66. Integram o sistema tributário do Distrito Federal as seguintes impostos, taxas e contribuições:

I — Impostos de Transmissão:

a) Imposto de Transmissão Causa Mortis";

b) Imposto de Transmissão "Inter Vivos".

II — Impostos Imobiliários;

- a) Imposto Territorial Rural;
- b) Imposto Territorial Urbano;
- c) Imposto Predial.

III — Impostos sobre a circulação de mercadorias ou prestação de serviços.

- a) Imposto de Vendas e Consignações;
 - b) Imposto de Indústrias e Profissões;
 - c) Imposto de Diversões Públicas.
- IV — Taxas;
- a) Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos;
 - b) Taxa de Serviços Públicos.
- V — Contribuição de melhoria.

TÍTULO II**Dos Impostos de Transmissão****CAPÍTULO I****Disposições Gerais****SEÇÃO 1****Conceito e Contribuintes**

Art. 67. Os impostos de transmissão incidem sobre transferência de bens ou direitos na forma deste Código.

Art. 68. O imposto é devido pelo adquirente dos bens transmitidos, ressalvados os casos previstos nesta lei.

Art. 69. O imposto de transmissão *Causa Mortis* grava a transferência por título de sucessão legítima ou testamentária nos termos da lei civil, inclusive na sucessão provisória:

I — de bens corpóreos imóveis e semoventes situados no Distrito Federal, mesmo que fora do território deste se haja aberto a sucessão;

II — de bens incorpóreos, quando, aberta a sucessão no Distrito Federal, salvo se fora dele tiverem de ser liquidados ou transferidos aos herdeiros ou legatários;

III — de bens incorpóreos, quando aberta a sucessão fora do Distrito Federal, no território deste houverem de ser liquidados ou transferidos aos herdeiros ou legatários.

Art. 70. Na transmissão *Inter Vivos* de bem imóvel situado no Distrito Federal, o imposto grava, inclusive:

I — a incorporação de imóvel ao patrimônio de sociedades;

II — a transmissão de propriedade de bem imóvel do patrimônio de pessoa jurídica para o de seus sócios, acionistas, ou quaisquer outros de seus componentes;

III — a aquisição por *usucapião*;

IV — a adjudicação de imóvel a cônjuge, a herdeiro ou a terceiros que tenha pago ou se obrigue a pagar a dívida do casal ou do espólio, legado ou despesas de inventário;

V — o excesso de bens imóveis sobre o valor do quinhão hereditário ou a herdeiro ou meeiro;

VI — o excesso em bens imóveis partilhados ou adjudicados, nos desquites, a um dos cônjuges, independentemente do valor de quaisquer outros bens móveis partilhados ou adjudicados, ou de dívida do casal;

VII — a diferença entre o valor da quota-parte material recebida por um ou mais condôminos, na divisão para extinção de condomínio, e o valor de sua quota-parte ideal;

VIII — a transferência de direito sobre construção existente em terreno alheio, ainda que feita ao proprietário do solo;

IX — a cessão de direitos do arrematante ou adjudicante, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação;

X — a instituição, translação ou extinção de direito real sobre imóvel, exceptuados os direitos reais de garantia e as servidões prediais;

XI — a transferência do usufruto ao seu proprietário;

XII — a transferência de direito e ação à herança ou legado quando o inventário se tiver aberto no Distrito Federal;

XIII — a cessão de direito e ação que tenha por objeto bem imóvel, e todos os demais atos e contratos constitutivos ou translativos de direitos reais sobre imóveis sujeitos a inscrição e transcrição no Registro de Imóveis.

Art. 71. E' devido o imposto pelo ato *inter vivos* na compra e venda, arrematação, adjudicação, renúncia, desistência, dação em pagamento, doação, cessão ou atos equivalentes, de direito e ação a herança ou legados, sem prejuízo do imposto relativo à transmissão por título sucessório, legal ou testamentário, correspondente ao grau de parentesco entre o *de cujus* e o vendedor, o executado, o devedor, o renunciante, o doador ou o cedente.

§ 1º Este imposto não grava a desistência ou renúncia, desde que concorram os dois seguintes requisitos:

I — seja feita em benefício do monte;

II — seja efetivada dentro de 60 (sessenta) dias, contados da data do falecimento do *de cujus*.

§ 2º Na retrovenda, assim como nas transmissões com pacto comissório com condição resolutiva, não sera devido novo imposto quando voltem os direitos de dispor 70% (setenta por cento) do domínio do alienante por força das estipulações contratuais, mas não se restituirá o que tiver sido pago.

Art. 72. Na permuta de bens imóveis situados no Distrito Federal, cada permutante, pagará o imposto previsto no artigo 88, com a redução de 50% (cinquenta por cento) tendo em vista o valor do bem ou direito adquirido. O adquirente do bem de maior valor, se for o caso, pagará sobre a diferença mais 50% (cinquenta por cento) do imposto.

§ 1º Na permuta de bens imóveis, por bens e direitos de outra natureza, equiparar-se-á o contrato para efeito fiscal ao contrato de compra e venda.

§ 2º Equipara-se a compra e venda a permuta de bens imóveis situada no Distrito Federal por quaisquer bens situados fora dele.

SEÇÃO II

Do Valor

Art. 73. Tomar-se-á por base para cálculo do valor dos bens direitos e ações:

I — na transmissão *causa mortis*, salvo disposições em contrário, o da data do falecimento do *de cujus*;

II — nos demais casos — o da data do instrumento, ato ou contrato que servir de título à transferência.

Parágrafo único. Nas extinções e consolidações de usufruto e fideicomisso o valor do bem será o da data em que se realizar, ou ocorrer o fato causador da extinção ou consolidação.

Art. 74. Para efeito de cálculo do imposto tomar-se-á por base:

I — na transmissão da sua propriedade, inclusive na consolidação do domínio no usufrutuário — 30% (trinta por cento) do valor do bem;

II — na instituição de pensão, nas rendas constituídas sobre imóveis e no de alimentos e *quantum* da prestação de um ano multiplicado por 6 (seis) salvo se a prestação for estabelecida para duração menor de seis anos, caso em que o valor será o do tempo da duração dela;

III — na instituição e extinção de usufruto vitalício (70%) (setenta por cento) do valor do bem gravado;

IV — na instituição de usufruto temporário tantas vezes 10% (dez por cento) do valor do bem quantos forem os anos que tiver de durar o usufruto, até o máximo de 70% (setenta por cento) do valor do bem;

V — na instituição de fideicomisso:

a) quando o fiduciário não tiver o cento) do valor do bem;

b) quando o fiduciário tiver o direito de dispor — o valor integral do bem, ficando neste caso, o fiduciário livre de nova incidência se não posteriormente vier a consolidar-se a propriedade;

VI — na consolidação da propriedade no fiduciário, por falecimento, desistência ou renúncia de fideicomissário — se aquele já houver pago anteriormente o imposto na base prevista na letra "a" do item anterior 30% (trinta por cento) do valor do bem;

VII — na transmissão do bem do fiduciário ao fideicomissário o valor integral do bem;

VIII — nas transmissões de outros bens e direitos o valor do bem.

Art. 75. Na apuração do valor do bem aplicar-se-ão as seguintes normas:

I — em relação aos imóveis, regras de avaliação relativas aos impostos territorial urbano e predial, como couber;

II — em relação a ações e obrigações de empresas e quaisquer outros títulos, o valor será o da cotação do dia do falecimento do *de cujus*, ou do dia mais próximo; não havendo cotação oficial, proceder-se-á à avaliação;

III — nos demais casos apurar-se-á o valor mediante avaliação judicial, ouvida a Fazenda do Distrito Federal.

§ 1º Nos casos do inciso III, quando os bens ou direitos, cuja transmissão seja tributável pelo Distrito Federal, tiverem sido inventariados e partilhados alhures, sem audiência da Fazenda do Distrito Federal, far-se-á a avaliação administrativa.

§ 2º O preço alcançado em leilão para mais ou para menos, relativamente à avaliação do inventário, não altera a base para o cálculo do imposto.

CAPÍTULO II

Do Imposto de Transmissão Causa Mortis

SEÇÃO I

Da alíquota e do cálculo

Art. 76. O imposto, obedecido o grau de parentesco e o valor da herança ou legado, será calculado progressivamente sobre a totalidade dos bens ou direitos que couberem a cada herdeiro ou legatário, de adôdo com a seguinte tabela:

§ 1º O imposto é calculado em cada classe sobre a porção do valor da herança ou legado compreendido nos respectivos limites.

§ 2º Serão acrescidos aos quinhões, para efeito de tributação, as quotas-partes dos valores dedutíveis do montante, na forma do art. 83.

Art. 77. Reduz-se o imposto devido pelo herdeiro ou legatário, em função da idade que tiverem, à data da abertura da sucessão:

I — de 25% (vinte e cinco por cento), se superior a sessenta anos;

II — de 50% (cinquenta por cento), se superior a setenta anos;

III — de 75% (setenta e cinco por cento), se superior a setenta e cinco anos.

Art. 78. Incluem-se no cômputo dos quinhões e dos legados, para verificação da alíquota inicial aplicável todos os bens e valores da herança ou legado situados no território do Distrito Federal e que devam ser ou tenham sido recebidos pelo herdeiro ou legatário, inclusive os isentos do imposto e as doações.

Art. 79. Na sobrepartilha determinar-se-á alíquota aplicável levando-se em conta o montante já recebido na partilha.

Art. 80. Nas transmissões a filho adotivo, legitimado ou reconhecido, calcula-se o imposto como se fôsse filho legítimo.

Art. 81. Quando judicialmente constatada ao herdeiro a qualidade de parente do "de cujus" cobrar-se-á, o imposto relativo ao grau de parentesco impugnado, ficando o herdeiro obrigado a depositar a diferença aos juros que seriam devidos se considerado como estranho sendo-lhe porém, facultado dar garantia real que cubra o débito da diferença de imposto e juros já devidos, e mais os juros futuros, relativos a dez anos, pelo menos.

Art. 82. No cálculo do imposto relativo a inventário que se esteja processando fora do Distrito Federal, aplicar-se-ão as alíquotas relativas a estranhos, salvo se os interessados provarem desde logo, o grau de seu parentesco com o "de cujus".

Art. 83. Somente se deduzem do montemor para efeitos fiscais:

I — as dividas pelas quais legalmente responsável o espólio, devi-

damente declaradas e comprovadas no inventário;

II — o custeio do inventário;

III — as despesas de funeral;

IV — os impostos, taxas e contribuições devidos à União e ao Distrito Federal por fato ou situação anterior à morte do inventariado;

V — os honorários de advogados do inventariante, se o contrato apresentado, dentro de três dias após a assinatura do termo de inventariante, merecer a aprovação do Juiz ouvidos os herdeiros e o representante da Fazenda.

Parágrafo único. Quando constituído o espólio de bens tributáveis, parte pelo Distrito Federal e parte por um ou mais Estados, a dedução do passivo far-se-á na proporção do valor das massas tributáveis.

Art. 84. Equiparam-se ao usufruto para efeitos fiscais, a habitação e o uso nos termos da Lei Civil.

Art. 85. Havendo dividas ativas da herança, julgadas justificadamente incobráveis ou de difícil liquidação, permitir-se-á aos herdeiros ou legatários pagar o imposto sobre o apurado pela venda dessas dividas em leilão, ou para se exonerarem do pagamento do imposto a elas relativo renunciarem definitivamente aos créditos, em favor da Fazenda do Distrito Federal recolhidos aos seus cofres os títulos respectivos.

Art. 86. O imposto será pago dentro de 30 (trinta) dias a contar da data da ciência da homologação do cálculo nos inventários ou do despacho que determinar o pagamento do tributo.

Seção II

Das Isenções

Art. 87. Estão isentos do imposto:

I — as transmissões de títulos da Dívida Pública, emitidos pela União, pelos Estados, pelos Municípios — se houver reciprocidade de tratamento — e pelo próprio Distrito Federal;

II — as transmissões:

a) à União, aos Estados e aos Municípios e ao Distrito Federal;

b) às autarquias e outras pessoas de Direito Público interno;

c) à Fundação Universidade de Brasília, bem como às fundações instituídas pela Prefeitura do Distrito Federal;

IMPOSTO DE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS"

Grau de parentesco	Classe I Até 5 vezes o salário mínimo mensal vigente no Distrito Federal	Classe II De mais de 5 vezes o salário mínimo mensal vigente no Distrito Federal até Cr\$ 300.000,00	Classe III De mais de Cr\$ 300.000,00 até Cr\$ 500.000,00	Classe IV De mais de Cr\$ 500.000,00 até Cr\$ 1.000.000,00	Classe V De mais de Cr\$ 1.000.000,00 até Cr\$ 2.000.000,00	Classe VI De mais de Cr\$ 2.000.000,00 até Cr\$ 5.000.000,00	Classe VII Mais Cr\$ 5.000.000,00
Alinea 1 — Ascendente, descendente e cônjuges	Isento	2 %	5 %	10 %	15 %	20 %	25 %
Alinea 2 — Colaterais, 2.º grau	"	25 %	30 %	35 %	40 %	45 %	50 %
Alinea 3 — Colaterais, 3.º grau	"	30 %	35 %	40 %	45 %	50 %	55 %
Alinea 4 — Outros parentes ou estranhos	"	40 %	45 %	50 %	55 %	60 %	65 %

d) de imóveis destinados a construção de templos, sedes e serviços de partidos políticos, a instituições de educação e de assistência social, desde que suas rendas sejam aplicadas no país para os respectivos fins.

CAPÍTULO III

Do Imposto de Transmissão "Inter Vivos"

Seção I

Da alíquota e do cálculo

Art. 88. O imposto será cobrado na base de 10% (dez por cento) sobre o valor do imóvel, salvo quando se tratar de imóvel rural até 240 hectares, caso em que a alíquota será de 7% (sete por cento).

Parágrafo único. As doações "Inter Vivos" bem como as renúncias e cessões a título gratuito aplicam-se as alíquotas previstas no art. 76.

Art. 89. Quando houver contrato de promessa de compra e venda de imóveis loteados legalmente inscritos, com o pagamento do preço em prestações, a alíquota do imposto será reduzida de 1/10 (um décimo) por ano se dentro de dois anos a contar da assinatura do contrato, o imposto for recolhido, pelo primeiro promitente ou compromissário comprador por antecipação contada esta da data da última prestação vencida. Em nenhuma hipótese a alíquota poderá ser inferior a 5% (cinco por cento), ou a 3% (três por cento) se se tratar de imóvel rural.

Art. 90. Quando, existindo procuração em causa própria ou equivalente, a aquisição do bem ou direito não vier a ser feita pelo primeiro mandatário, a alíquota será multiplicada por um número igual ao dos sucessivos outorgados, ou por esse número aumentado de uma unidade se o adquirente não for o último mandatário.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se como couber às transferências ou cessões de promessa ou compromisso de compra e venda de imóveis, já quitados.

Art. 91. No cálculo do valor do bem, aplicar-se-ão as normas estabelecidas para o cálculo dos impostos imobiliários, salvo se no terreno urbano houver edificações não concluídas, caso em

que ao valor do terreno será adicionado o das obras realizadas.

Parágrafo único. Não será computado no valor tributável o da construção feita depois da promessa de compra e venda, da promessa de cessão de promessa de venda ou da cessão de qualquer dessas promessas realizadas por escritura pública, ou, se por escritura particular, depois da data do seu registro público, desde que o interessado prove que essa parte da construção foi executada à sua custa, após a data da escritura ou do seu registro.

Art. 92. Far-se-á o pagamento do imposto antes da assinatura do instrumento ato ou contrato que servir de título à transmissão.

Parágrafo único. Se for necessária sentença para reconhecer o direito pagar-se-á o imposto dentro de 30 (trinta) dias a contar da data da sentença de que não for interposto recurso com efeito suspensivo.

Seção II

Das Isenções

Art. 93. Estão isentos do imposto:
I — As aquisições:

a) da União, dos Estados e dos Municípios;

b) das autarquias e outras pessoas de Direito Público Interno para utilização em seus serviços excluídos os destinados a revenda ou locação;

c) da Fundação Universidade de Brasília, bem como das fundações instituídas pela Prefeitura do Distrito Federal;

d) de imóveis, por Estado estrangeiro, destinados à sede de sua missão diplomática ou consular e residência de diplomatas acreditados junto ao Governo brasileiro;

e) de imóveis destinados a construção de templos, sede e serviços de partidos políticos, de instituições de educação e de assistência social, desde que suas rendas sejam aplicadas no país para os devidos fins;

II — A instituição do usufruto, quando o instituidor tenha continuado dono da propriedade;

III — a indenização de benfeitorias, pelo proprietário ou locatário, consideradas essas na forma da lei civil;

IV — a transmissão dos bens ao cônjuge, em virtude da comunicação decorrente do regime de bens do casamento.

TITULO III

Dos Impostos Imobiliários

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

SEÇÃO I

Conceito e Contribuinte

Art. 94. Os impostos imobiliários ançados gravam o bem e tem como ato gerador a justa posse o domínio pleno ou o domínio útil:

I — no imposto territorial rural — do solo, com exclusão de quaisquer benfeitorias ou acessões, situado na zona rural;

II — no imposto territorial urbano — do terreno não construído situado na zona urbana;

III — no imposto predial — do prédio, situado na zona urbana.

§ 1º Cada imóvel ficará sujeito exclusivamente a um dos tributos de que trata o presente artigo.

§ 2º Considera-se prédio, para efeito do imposto, toda e qualquer edificação e suas dependências, com o respectivo terreno.

§ 3º Os terrenos com prédios em construção continuarão sujeitos ao imposto territorial urbano até o término da obra, salvo se constatadas nesta, utilizações ou locações suscetíveis de acarretarem lançamento do imposto predial.

§ 4º Passam a ser tributados pelo imposto territorial urbano, os terrenos de prédios demolidos ou em demolição devidamente licenciada, ou ainda com edificações condenadas ou em ruínas, desde que nestes não sejam constatadas utilizações ou locações suscetíveis de acarretarem lançamento do imposto predial.

§ 5º Nas hipóteses constantes da parte final dos parágrafos terceiro e quarto o imposto será cobrado em dobro.

Art. 95. Respondem solidariamente pelo pagamento do imposto o titular do domínio pleno ou útil, o justo possuidor o titular do direito de usufruto ou uso, os promitentes compradores imitidos na posse, os posseiros, os comodatários e os ocupantes a qualquer título de imóvel ainda que pertencentes à União, aos Estados, aos Muni-

cípios, ao Distrito Federal ou a qualquer pessoa isenta do imposto ou a ele imune.

Art. 96 O imposto é anual e se transmite aos adquirentes, salvo constando da escritura certidão negativa de ônus do tributo.

SEÇÃO II

Da Inscrição

Art. 97. Os imóveis rurais, os terrenos e os prédios urbanos, inclusive os que venham a surgir por desmembramento ou englobamento dos atuais, ficam sujeitos a inscrição no Cadastro Imobiliário Fiscal ainda que isento ou imunes do tributo.

Art. 98. A inscrição no Cadastro Imobiliário Fiscal será promovida pelo responsável, mediante preenchimento de ficha de modelo regulamentar, promovendo-se porém, a inscrição o de ofício nos casos de que trata o parágrafo 5º do artigo 94 e o artigo 102.

§ 1º Em se tratando de imóvel em condomínio, qualquer dos condôminos poderá promover a inscrição, devendo ser inscritos isoladamente os apartamentos que, nos termos da legislação civil, constituam propriedade autônoma.

§ 2º No caso de imóvel pertencente a pessoa jurídica de direito público, é responsável pela inscrição o chefe da repartição ou do serviço incumbido da administração dos imóveis da entidade.

Art. 99 As alterações e retificações nas características dos imóveis serão comunicadas ao Cadastro Imobiliário Fiscal mediante preenchimento de nova ficha de inscrição, no prazo previsto no regulamento.

Art. 100. Somente após inscrita a edificação ou alteração no Cadastro Imobiliário Fiscal, será expedido o "habite-se" pela autoridade competente.

Art. 101. O recebimento da ficha de inscrição não significa aceitação dos elementos dela constantes, os quais estarão sempre sujeitas a revisão.

Art. 102. A falta de apresentação da ficha de inscrição devidamente preenchida, nos prazos estipulados, bem como as omissões ou erros nela

consignados, sujeita o infrator às multas estabelecidas neste Código, procedendo-se à inscrição de ofício.

Parágrafo único. Além de incidir na multa que couber a consignação, na ficha de inscrição de dados inexatos sobre o imóvel ou de valores notoriamente inferiores aos reais, será considerada falsidade ideológica, nos termos da lei penal.

Seção III

Do Lançamento

Art. 103. O lançamento será feito à vista da ficha de inscrição e demais elementos constantes do Cadastro Imobiliário Fiscal.

Art. 104. Será arbitrado pela Administração, e anualmente atualizado na forma do regulamento, o valor do imóvel com base nas suas características e condições peculiares, levando-se em conta, sua forma, dimensões, utilidade, localização, valores das áreas vizinhas ou situadas em zonas economicamente equivalente, custo unitário da construção tributável e os valores aferidos no mercado imobiliário.

Art. 105. O lançamento dos impostos imobiliários prevalecerá para todo o exercício, qualquer que sejam no decorrer deste, as alterações verificadas no imóvel.

Art. 106. Na hipótese de condomínio, figurará no lançamento o nome de um, de alguns ou de todos os condôminos conhecidos, sem prejuízo da responsabilidade solidária de todos os co-proprietários, devendo, porém, ser lançados isoladamente os proprietários de apartamentos ou unidades que, nos termos da lei civil, constituam propriedade autônoma.

Art. 107. Quando não fôr conhecido o proprietário do imóvel, o lançamento será feito em nome de "Proprietário Ignorado".

Art. 108. A qualquer tempo poderão ser efetuados lançamentos omitidos por qualquer circunstância nas épocas próprias, promovidos lançamentos aditivos, retificadas falhas dos lançamentos existentes, bem como feito lançamentos substitutivos.

Parágrafo único. Os lançamentos relativos aos exercícios anteriores omitidos, serão feitos de conformidade e com os valores e disposições legais

das épocas a que os mesmos se referirem.

Art. 109. O lançamentos serão comunicados ao contribuinte quer mediante aviso geral publicado na imprensa oficial, quer mediante comunicação pessoal enviada ao contribuinte, para o seu endereço registrado no Distrito Federal, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Em nenhuma hipótese o pagamento do tributo poderá ser exigido antes de decorrido 30 (trinta) dias da data da publicação do aviso geral ou da comunicação pessoal de que trata este artigo. O tributo poderá ser exigido de uma só vez ou em parcelas, conforme determinar o regulamento.

Art. 110. O contribuinte de imposto imobiliário poderá promover a qualquer tempo o registro gratuito, no Cadastro Imobiliário Fiscal, de seu novo endereço no Distrito Federal o qual valerá somente para as comunicações a lhe serem expedidas a partir do exercício subsequente.

Art. 111. O imposto que gravar o imóvel em processo de inventário será lançado em nome do espólio; julgada a partilha, far-se-á o lançamento em nome do adquirente.

SEÇÃO IV

Das Isenções

Art. 112. São isentos dos impostos imobiliários:

I — os sítios localizados em zona rural, de área não excedente a 20 (vinte) hectares, quando os cultive só ou com sua família, o proprietário ou o justo possuidor, desde que não possua outro imóvel;

II — as áreas que constituam reserva florestal definida pelo Poder Público e as que forem efetivamente ocupadas por florestas nativas, devidamente conservadas, ou com florestas artificiais tecnicamente organizadas, já formadas ou em formação;

III — os bens pertencentes à União, aos Estados e aos Municípios;

IV — os imóveis pertencentes às autarquias e outras pessoas de Direito Público Interno quando utilizados para os seus serviços próprios;

V — os imóveis pertencentes à Fundação Universidade de Brasília bem como as fundações instituídas pela Prefeitura do Distrito Federal;

VI — os templos de qualquer culto, bens de partidos políticos, instituições de educação e assistência social desde que suas rendas sejam aplicadas integralmente no país para os respectivos fins;

VII — a sede de Embaixada estrangeira devidamente acreditada no país;

VIII — os prédios de propriedade de Estado estrangeiro ocupados por diplomatas acreditados junto ao Governo brasileiro, desde que igual favor seja assegurado reciprocamente ao Governo brasileiro.

SEÇÃO V

Da Fiscalização

Art. 113. Os tabeliães, escrivães e oficiais do registro de imóveis e de títulos e documentos são obrigados a facultar aos funcionários da administração fiscal, o exame, em cartório, dos livros, documentos e registros que interessarem ao lançamento do imposto e a sua correção, revisão e fiscalização, assim como a fornecer, gratuitamente, àqueles funcionários, as certidões e informações necessárias aos ditos serviços, quando pedidas pela autoridade, em nome e no interesse da Fazenda do Distrito Federal.

Art. 114. Os escrivães, os tabeliães e oficiais de registro não poderão lavar averbar, inscrever ou transcrever atos relativos a imóveis, inclusive escrituras de enfiteuse, anticrese, hipoteca, arrendamento ou locação, sem prova, por certidão da repartição fiscal, de isenção ou de quitação do imposto devido até o ano da operação, inclusive.

Parágrafo único. Até o dia 10 de cada mês os serventuários enviarão ao Cadastro Imobiliário Fiscal extratos ou comunicações, conforme modelo regulamentar, dos atos previstos neste artigo, realizados no mês anterior.

Art. 115. As partilhas não serão julgadas, sem prova de pagamento do imposto pelo acervo partilhado.

Art. 116. Dentro de trinta (30) dias da data em que transitar em julgado a sentença que homologar a partilha geodésica de qualquer imóvel, o escrivão do feito remeterá a repartição uma relação dos aquinhoados, especificando a área atribuída a cada um e o valor do respectivo quinhão.

Art. 117. Não serão assinadas as cartas de arrematação, de adjudicação

ou de remissão de imóveis, sem a prova do pagamento ou de isenção legal, relativa ao imposto, até o ano da transferência, inclusive.

Art. 118. Nenhum proprietário, possuidor, administrador ou guarda poderá negar informações necessárias à fiscalização do imposto, nem impedir que os encarregados dos serviços relacionados com o lançamento percorram o imóvel, desde que o façam nos limites da ordem e do direito, e que apresentem documentos comprobatórios da sua identidade pessoal e funcional.

CAPÍTULO II

Do Imposto Territorial Rural

SEÇÃO UNICA

Do Cálculo do Imposto

Art. 119. O imposto será calculado com base no valor e na área do imóvel, segundo a tabela progressiva abaixo:

Até 10 hectares	0 5%
De mais de 10 ha até 50 ha	1,5%
De mais de 50 ha até 250 ha ...	2%
De mais de 250 ha	4%

Parágrafo único. Os loteamentos rurais que não forem utilizados para os fins específicos a que se destinarem ficarão sujeitos ao imposto em dobro, na forma do regulamento.

CAPÍTULO III

Do Imposto Territorial Urbano

Seção Unica

Do Cálculo do Imposto

Art. 120. O imposto será de 0,8% (oito décimos por cento) sobre o valor do terreno.

Parágrafo único. Esgotados os prazos contratual ou legalmente concedidos, os terrenos urbanos não edificados ficarão sujeitos ao imposto de 1,6% (um seis décimos por cento), salvo se for imediatamente promovida a construção do prédio nos prazos regulamentares, caso em que se aplicará a alíquota de 0,8% (oito décimos por cento).

CAPÍTULO IV

Do Imposto Predial

Seção Única

Do Cálculo do Imposto

Art. 121. O imposto será cobrado na base de 0,8% (oito décimos por cento) sobre o valor da edificação e respectivo terreno.

Parágrafo único. Quando o seu valor não exceder de 200 (duzentas) vezes o salário-mínimo em vigor no Distrito Federal, o prédio utilizado para moradia do proprietário ou promitente comprador, gozará de uma redução de 50% (cinquenta) por cento do valor do imposto.

TÍTULO IV

Dos Impostos sobre a Circulação de Mercadorias ou a Prestação de Serviços

CAPÍTULO I

Do Imposto de Vendas e Consignações

Seção I

Conceito e Contribuintes

Art. 122. O imposto sobre vendas e consignações efetuadas por comerciantes e produtores, inclusive indústrias, tem como fato gerador:

I — a venda, assim entendida a transmissão, por ato entre vivos, da propriedade de coisa móvel ou semovente;

II — a consignação, assim entendida a entrega de coisa móvel ou semovente, a outrem, para que este a venda.

§ 1º. É equiparada a Venda, para os efeitos do inciso I deste artigo, a troca ou escambo mercantil ou a dáção em pagamento, de coisa móvel ou semovente.

§ 2º É equiparada à consignação, para os efeitos do inciso II deste artigo a transferência de mercadoria, de produção do Distrito Federal para estabelecimento da mesma pessoa, situado em outra unidade da Federação.

Art. 123. Além das operações a que se refere o artigo anterior, são gravadas pelo imposto:

I — a venda resultante do contrato celebrado fora do Distrito Federal, mas que tiver execução no seu território com a entrega da mercadoria por filial ou representante do vendedor por terceiro, ainda que a operação seja faturada por estabelecimento situado fora das divisas do Distrito Federal;

II — a cessão ou transferência de título representativo de mercadorias;

III — a colocação de mercadorias importadas quando o agente intermediário ou representante possuir exclusividade de representação;

IV — a venda a termo, quando liquidada com a entrega da mercadoria;

V — a venda realizada em leilão;

VI — o estoque de mercadorias por motivo de extinção do estabelecimento;

VII — a transferência de estabelecimento por venda ou cessão;

VIII — a venda que se consumar mediante entrega ou retirada de mercadorias que hajam entrado no Distrito Federal, com o conhecimento à ordem;

IX — toda e qualquer operação que importe transferência da propriedade de mercadorias ou de efeitos comerciais de conta própria ou alheia, efetuada a qualquer título ainda que quem a pratique não seja regularmente registrado nem inscrito no cadastro fiscal.

Art. 124. Não são gravados pelo imposto:

I — a venda de moedas e de títulos de crédito, excetuados os representativos de mercadorias, tais como "Warrants", bilhetes de mercadorias e conhecimento de despachos.

II — a venda de bilhetes de ingresso relativos a diversões de bilhetes de loteria e a venda de passagens, qualquer que seja o veículo de transporte;

III — a primeira venda de mercadorias produzidas em outros Estados da União de conformidade com a legislação em vigor exceto a de produtos que sofrerem beneficiamentos que importem em suas transformação.

Art. 125. São contribuintes do imposto de vendas e consignações os comerciantes, produtores e industriais, mesmo se tratando de pessoa jurídica de cujo capital participe a Prefeitura.

Parágrafo único. A pessoa jurídica, ainda que seu objeto social não seja mercantil será considerada como comerciante desde que realize opera-

ções a que se referem os artigos 122 e 123.

Art. 126. É responsável pelo pagamento do imposto:

- I — nas vendas em geral — o vendedor;
- II — nas vendas efetuadas a comerciantes por produtores rurais — o comprador;
- III — nas doações em pagamento — o alienante;
- IV — nas permutas — cada um dos permutantes;
- V — nas consignações — o consignante; ou tratando-se de produtor rural, o consignatário;
- VI — nas falências e concordatas — o síndico, o liquidatário ou o comissário;
- VII — nos inventários — o inventariante;
- VIII — nos leilões — o leiloeiro;
- IX — nas cessões — o cedente;
- X — nas representações — o representante (item III do artigo 162).

Seção II

Da Aliquota e do Cálculo

Art. 127. O imposto será cobrado à razão de 4% (quatro por cento) sobre a importância da venda ou consignação, na forma que o regulamento determinar.

Art. 128. O imposto será calculado:

- I — nas vendas em geral, sobre o valor total da operação;
- II — nas consignações e transferências para outras Unidades da Federação, sobre o valor das mercadorias;
- III — na venda ou cessão de estabelecimento, sobre o valor pactuado, nunca inferior aos bens corpóreos constantes do ativo, mais as dívidas passivas assumidas pelo comprador ou cessionário;
- IV — nas doações em pagamento, sobre o valor das mercadorias, o qual não poderá ser inferior ao da cotação do dia da operação;
- V — na venda de títulos representativos de mercadoria sobre a importância da venda, a qual não poderá ser inferior, para efeito da tributação, ao preço corrente das mercadorias;
- VI — na venda de mercadorias com intervenção de agente, intermediário, ou representante, com exclusividade de representação, sobre o valor da

fatura comercial, convertida ao câmbio do dia, quando em moeda estrangeira.

Parágrafo único. Compreende-se como valor total da operação, para efeito do pagamento do imposto o preço da venda das mercadorias e mais todas as despesas cobradas pelo vendedor ao comprador, seja a futura ou por fora, a título de prêmio, ágio, bonificação ou qualquer outro.

Seção III

Das Isenções

Art. 129. São isentos do imposto:

- I — a entrega de mercadoria, móveis e utensílios para fins de reembolso, a sócio de firma comercial ou industrial, no caso de seu afastamento definitivo ou da liquidação da sociedade até a quantia do capital efetivamente realizado pelo retirante;
- II — a contribuição em mercadorias para constituir quota de capital de sócio, na formação ou modificação da sociedade;
- III — a venda de mercadorias cuja carga não exceda de 100 (cem) quilos, a domicílio, como flores, hortaliças, frutas, carvão, lenha, peixe, pão, ovos, doces, guloseimas, aves, caças, e produtos congêneres, quando os vendedores não forem estabelecidos nem prepostos de estabelecimentos que negociem com tais artigos na forma do regulamento;
- IV — o fornecimento de alimentação em restaurantes mantidos por entidade de direito público, e instituições de serviço social, com fins assistenciais, ou por empresas particulares, neste caso quando destinado exclusivamente a seus empregados, sem fim de lucro;
- V — a primeira venda de mercadorias produzidas por estabelecimentos de educação profissional ou de assistência social;
- VI — a venda de jornais a revistas, pelas empresas editoras, agências ou jornalistas;
- VII — a venda de adubos orgânicos, quando efetuada diretamente por estabelecimento, sítio ou fazendeiro;
- VIII — a venda e a consignação de livros e publicações, nos termos do regulamento, não se compreendendo na isenção os livros em branco ou simplesmente pautados e riscados, para escrituração de qualquer natureza;

IX — a venda de reprodutores ou espécimes de raça, no recinto das exposições-feiras, até o máximo de quinze dias após o encerramento oficial destas;

X — a venda de esculturas, pinturas e semelhantes quando efetuadas diretamente pelos respectivos autores;

XI — a venda e a consignação efetuadas pelo pequeno-produtor assim considerado aquele cuja produção anual não exceda o valor de 30 (trinta) vezes o salário mínimo mensal vigente no Distrito Federal.

Art. 130. Para beneficiar-se da isenção, o pequeno produtor em requerimento ao chefe da repartição fiscal do seu domicílio, solicitará a caderneta de isenção.

Parágrafo único. Os requisitos do requerimento e da caderneta de isenção constarão de regulamento.

Seção IV

Do Pagamento

Art. 131. O imposto será pago por guia ou contra a expedição de talão-recibo, nos prazos que o regulamento determinar.

Art. 132. Além dos dados relativos ao imposto e de conformidade com as indicações impressas nas guias de recolhimento, poderá a repartição fiscal exigir dos contribuintes o fornecimento, para fins de fiscalização de informações sobre o movimento mensal de entradas e saídas de mercadorias na forma de regulamento.

Art. 133. O pagamento por guia far-se-á mediante apresentação de fórmula própria, preenchida pelo contribuinte.

§ 1º Nos prazos para pagamento do imposto, ainda que não se tenha registrado qualquer operação é obrigatória a apresentação da guia de recolhimento.

§ 2º Desde que procurem, espontaneamente, a repartição arrecadadora, antes de qualquer procedimento fiscal, os contribuintes que não apresentarem a guia no prazo estabelecido pagarão o imposto acrescido das seguintes penalidades especiais:

I — de 10% (dez por cento) quando o pagamento se verificar nos 30 (trinta) dias subsequentes ao término do prazo fixado;

II — de 30% (trinta por cento) depois de 30 (trinta) até 180 (cento e oitenta) dias.

III — de 50% (cinquenta por cento) depois de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 134. O pagamento far-se-á contra a expedição de talão-recibo, nos seguintes casos:

I — nas vendas efetuadas por contribuinte sujeito a imposto arbitrado pela autoridade fiscal;

II — nas vendas em leilão, à vista e relação discriminada das mercadorias vendidas, apresentada no prazo de 8 (oito) dias, após a sua realização.

III — quando o pagamento resultar de decisão administrativa ou judicial, ou de notificação preliminar;

IV — nas operações realizadas por transportadores ou comerciantes ambulantes;

V — em todos os demais casos previstos no regulamento.

Art. 135. Nas vendas efetuadas por produtores rurais, através de cooperativas, o imposto será pago por intermédio dessas entidades, que ficam obrigadas a emitir notas fiscais correspondentes às mercadorias que venderem.

Art. 136. Consideram-se vendas a prazo as que, nos termos da legislação federal específica, obrigam a vendedor a emitir duplicata a vendas à vista, para os efeitos deste Código, todas as demais operações sujeitas ao imposto sobre vendas e consignações.

Seção V

Do Comercio Ambulante

Art. 137. Os comerciantes ambulantes, cuja capacidade de carga não exceda de 300 (trezentos) quilos, inscrever-se-ão na repartição fiscal competente, com os requisitos que forem estabelecidos em regulamento.

§ 1º Os ambulantes a que se refere este artigo pagarão imposto fixo mensal de acordo com o movimento presumido, arbitrado pela autoridade fiscal.

§ 2º Do arbitramento caberá recurso para a autoridade, de acordo, no que couber, com o processo estabelecido para as reclamações contra lançamento.

§ 3º O pagamento far-se-á antecipadamente, contra talão-recibo emitido pela repartição arrecadadora.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica aos vendedores ambulantes de produtos fabricados ou distribuídos por empresas inscritas como contribuinte regular, mas estende-se ao responsável por veículo de qualquer natureza, se habitualmente conduzir outras mercadorias, a ordem ou sem indicação de destinatário.

Art. 138. Os ambulantes-transportadores, como tais entendidos os que utilizarem meios próprios de transporte com a capacidade de carga superior a 300 (trezentos) quilos, inscrever-se-ão na repartição fiscal na forma estabelecida em regulamento.

Art. 139. Os comerciantes ambulantes e os ambulantes-transportadores emitirão notas de compra relativas às mercadorias que adquirirem de produtor ou comerciante não sujeito a escrita fiscal, e emitirão notas fiscais pelas vendas que efetuarem a comerciantes ou industriais.

§ 1ª As operações de compra e as as operações de venda realizadas pelos ambulantes-transportadores no território do Distrito Federal serão por eles registradas, respectivamente, no manifesto de carga e na ficha de vendas, cujos característicos constarão de regulamento.

§ 2º A fim de apurar o débito dos ambulantes transportadores será feito o balanceamento da carga, em face do manifesto, da ficha de vendas e dos documentos fiscais.

§ 3º O pagamento far-se-á contra talão-recibo e declaração de recebimento lançada na ficha de vendas e referente até a última operação registrada, dentro dos prazos estabelecidos pelo regulamento.

§ 4º Quando os ambulantes-transportadores houverem de deixar o Distrito Federal, pagarão o imposto devido até a data.

§ 5º Se houver dúvida sobre o movimento de vendas, será cobrado o imposto pelo movimento presumido, arbitrado pela autoridade fiscal.

Seção VI

Da Inscrição dos Contribuintes

Art. 140. Toda pessoa, física ou jurídica, inclusive os comerciantes ambulantes ou ambulantes-transportadores, que praticar, habitualmente no território do Distrito Federal, os atos a que se referem os arts. 122 e 123, fica obrigada a inscrever-se no Ca-

dastró Fiscal, como contribuinte do imposto de vendas e consignações, antes do início de suas atividades.

Parágrafo único. Considera-se início de atividade a prática de atos preparatórios para funcionamento do estabelecimento ou negócio.

Art. 141. Será inscrito de ofício, sem prejuízo das penalidades cabíveis, o contribuinte que não tenha promovido sua inscrição.

Art. 142. Quando o contribuinte tiver mais de um estabelecimento, para cada um deles será exigida uma inscrição.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica ao depósito onde não se efetue venda.

Art. 143. As empresas cujos atos constitutivos não estejam ainda registrados ou arquivados no órgão competente, será facultada inscrição provisória, válida pelo prazo de 30 (trinta) dias, que poderá ser prorrogada, por motivo justificado, mediante requerimento protocolado antes de findo aquele prazo.

Parágrafo único. Essa inscrição se tornará definitiva mediante prova do arquivamento ou registro.

Art. 144. É obrigatória a apresentação do certificado de inscrição:

I — para o pagamento do imposto; ou quando de qualquer requerimento formulado pelo contribuinte;

II — sempre que exigido pelos funcionários encarregados da fiscalização.

Art. 145. Quando houver alteração nas características de inscrição, deverá ser esta levada ao conhecimento da repartição fiscal dentro do prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 146. É proibido ao contribuinte azer rasuras ou alterações no certificado de inscrição.

Art. 147. Cancelar-se-á a inscrição do contribuinte:

I — a requerimento do inscrito;
II — mediante comunicação do juízo competente, ou no caso de falência;

III — de ofício se, desaparecida a firma ou razão social, não houver sido requerida a baixa da inscrição.

Art. 148. A baixa da inscrição não importará na quitação dos tributos que forem devidos.

Seção VIII

Do Documentário Fiscal

Subseção I

Dos Documentos em Geral

Art. 149. É facultado à Fazenda a aceitação do documentário adotado pelo contribuinte, conforme os costumes e usos comerciais, bem como os elementos de caráter fiscal instituídos na legislação tributária da União, desde que preencham os requisitos de controle fixados neste Código e seus regulamentos.

Parágrafo único. São elementos essenciais à fiscalização do imposto de vendas e consignações, constitutivos do documentário a que se refere este artigo:

- I — notas de venda a consumidor;
- II — os contratos de compra e venda, qualquer que seja a forma ou instrumentos de sua celebração;
- III — as declarações de vendas;
- IV — as guias de exportação;
- V — as faturas comerciais;
- VI — as cartas de crédito;
- VII — os contratos de venda de câmbio;
- VIII — os certificados de classificação de mercadorias;
- IX — os manifestos de carga;
- X — os saques bancários;
- XI — os boletins de armazenagem;
- XII — as ordens de embarque de expedição;
- XIII — os "warrants" e os conhecimentos de depósitos;
- XIV — todo e qualquer elemento instrutivo da contabilidade geral do contribuinte, inclusive documentos de qualquer natureza em razão dos quais se tenha contratado operação tributável.

Subseção II

Das Faturas e Duplicatas

Art. 150. Nas vendas a prazo, é obrigatória a emissão de fatura e duplicata, que conterão, além das indicações, exigidas pela Lei Federal nº 187, de 15 de janeiro de 1936, o número de ordem e o número de inscrição do vendedor.

§ 1º As duplicatas serão extraídas, no mínimo em duas vias, numeradas

seguida e tipograficamente, devendo a segunda via permanecer em poder do contribuinte.

§ 2º A numeração de que trata este artigo não se confunde com a numeração da duplicata, e servirá apenas para indicar a ordem de extração da duplicata dos blocos e de registro no livro próprio.

§ 3º As duplicatas serão autenticadas, na forma do regulamento.

Subseção III

Da Nota Fiscal

Art. 151. É obrigatória a emissão de nota fiscal em todas as operações tributadas, e ainda nas não tributadas que impliquem em movimentação de mercadorias, quando efetuadas por comerciantes e produtores, inclusive industriais, regularmente inscritos como contribuintes do imposto.

Parágrafo único. A nota fiscal poderá ser substituída pela nota de venda ou cupão de máquinas registradora nos casos e na forma especificados no regulamento.

Art. 152. A nota fiscal não poderá ser emendada ou rasurada, de modo que lhe prejudique a clareza e veracidade, e conterá as indicações que o regulamento determinar.

Art. 153. As notas fiscais numeradas tipograficamente e autenticadas na repartição fiscal serão extraídas por decalque a carbono, no mínimo em duas vias, que terão os seguintes destinos:

I — a primeira via acompanhará a mercadoria;

II — a segunda via ficará presa ao talão e arquivada em poder do vendedor, consignador ou simples remetente das mercadorias, para exibição ao Fisco.

§ 1º Em regulamento poderão ser exigidas outras vias, que terão o destino nele estabelecido.

§ 2º As diferentes vias da nota fiscal não se substituirão nas funções especificadas no presente artigo ou regulamento.

§ 3º Cada estabelecimento, filial ou depósito do mesmo contribuinte terá o seu talonário próprio.

Subseção IV

Da Nota de Compra

Art. 154. Nas aquisições efetuadas por comerciantes, industriais e cooperativas,, a não comerciantes, será emitida pelo adquirente uma nota de compra.

Parágrafo único. Aplicam-se à nota de compra, no que couberem, as disposições relativas às notas fiscais.

Subseção V

Da guia de Remessa e Da Guia de Trânsito

Art. 155. Para acompanhar mercadorias remetidas de localidades situadas no Distrito Federal para qualquer outra, quando o remetente não tenha condições para emitir nota fiscal ou documento equivalente, deverá providenciar a emissão de nota de remessa, pela repartição fiscal.

Parágrafo único. Fica dispensado da guia de remessa o transporte de bagagens pessoais, de mudanças e pequenos volumes não destinados a fins mercantis, de uma para outra localidade do Distrito Federal.

Art. 156. As mercadorias e produtos oriundos de outros Estados e que se destinem a outras unidades da Federação, com simples passagem por território do Distrito Federal, deverão, no seu trajeto, ser obrigatoriamente acompanhados de guia de trânsito, emitida pela repartição fiscal na forma do regulamento.

Art. 157. As guias de remessa e de trânsito com as indicações e na forma que o regulamento determinar, não poderão conter emenda ou rasura

Subseção VI

Da guarda dos documentos fiscais

Art. 158. As notas fiscais, faturas, duplicatas, guias, recibos e demais documentos relacionados com o imposto sobre vendas e consignações ficarão à disposição da fiscalização, pelo prazo de três anos, excetuadas as notas de venda e bobinas de máquinas registradoras que serão conservadas, para o mesmo fim, pelo decurso de um ano.

Seção IX

Da Escrita Fiscal

Art. 159. Além de outras exigências estabelecidas em lei federal, os contribuintes do imposto sobre vendas e consignações, sujeitos a inscrição no Cadastro Fiscal, são obrigados à escrituração dos seguintes livros:

- I — registro de compras;
- II — registro de vendas;
- III — copiador de faturas;
- IV — registro de duplicatas;
- V — registro de consignações;
- VI — registro de transferências.

§ 1º Os livros fiscais obedecerão aos modelos estabelecidos em regulamento.

§ 2º Dos livros enumerados neste artigo, cada contribuinte é obrigado a manter apenas aqueles que lhe competirem, segundo seu ramo de atividade.

§ 3º Constituem instrumentos auxiliares da escrita fiscal todos os demais livros de contabilidade geral do contribuinte e, ainda, guias e notas exigidas por este Código.

Art. 160. O contribuinte poderá ter mais de um livro fiscal para cada fim quando o volume ou a espécie de seus negócios o exigir, ou quando houver necessidade de destacar mercadorias em diversos ramos ou lugares, para melhor controle fiscal ou comercial.

Art. 161. Cada estabelecimento, seja sucursal, filial, agência ou representante, terá escrituração fiscal própria.

Parágrafo único. A escrituração dos livros copiador de faturas e registros de duplicatas poderá ser centralizada na matriz ou estabelecimento principal no Distrito Federal.

Art. 162. Nenhum livro de escrita fiscal poderá ser utilizado sem prévia autenticação pela repartição

§ 1º A autenticação de que trata este artigo constará do termo de abertura, na primeira página, assinado pelo contribuinte, e do termo de encerramento, na última página, assinado pela autoridade competente, que rubricará ou cancelará todas as folhas.

§ 2º A autenticação dos livros fiscais obedecerá à ordem de apresenta-

ção e far-se-á no prazo máximo de 8 (oito) dias.

§ 3º Os contribuintes são obrigados a apresentar seus livros, para autenticação, pelo menos 10 (dez) dias antes da data em que devam iniciar a escrituração.

Art. 163. Os livros fiscais serão conservados nos próprios estabelecimentos para serem exibidos a fiscalização quando exigidos, e daí não serão retirados, salvo para apresentação em Juízo.

Parágrafo único. A exibição dos livros far-se-á sempre que exigida pelos funcionários fiscais, independentemente de aviso prévio.

Art. 164. Nos casos de alteração ou de transferência de firma ou qualquer outra modificação nas características da inscrição do contribuinte, continuarão a ser usados os mesmos livros fiscais, mediante termo nêle lavrado, salvo motivo especial que aconselhe o seu encerramento e a autenticação de novos livros, a critério do Fisco.

Parágrafo único. Observar-se-ão as hipóteses deste artigo os prazos indicados nos parágrafos segundo e terceiro do artigo 162.

Art. 165. Nos casos de inutilização ou desaparecimento de qualquer livro fiscal, será autenticado novo livro após as diligências que a autoridade fiscal julgar conveniente à apuração da procedência da alegação pelo contribuinte, como justificativa da perda do livro; caso se comprove dolo ou culpa, serão aplicadas as penas fiscais que couberem.

Art. 166. A escrituração dos livros fiscais far-se-á em ordem cronológica com a clareza, o acerto, e exatidão necessárias e em obediência as normas e prazos especificados no regulamento.

Art. 167. A escrita dos livros fiscais encerrar-se-á ao fim de cada exercício, inscrevendo-se nas colunas próprias, os totais apurados.

Art. 168. Anualmente, a repartição fiscal efetuará em relação ao exercício anterior, o balanceamento da escrita fiscal dos contribuintes regulares do imposto de vendas e consignações, excetuados os sujeitos a imposto fixo de apuração de diferença e procedendo-se a estimativa das operações tributadas, para efei-

to da fixação do mínimo tributável, na forma estabelecida no regulamento.

Art. 169. Caso o contribuinte não concorde com o arbitramento ou a diferença apurada, para menos, do imposto, poderá reclamar de acôrdo, no que couber, com as normas estabelecidas para as reclamações contra lançamento.

Seção X

Das Obrigações dos Transportadores e no Manifesto de Carga

Art. 170. As estradas de ferro, empresas de transportes terrestres ou aéreo não poderão aceitar despachos de mercadorias que não estiverem acompanhadas da prova de desembaraço fiscal.

Art. 171. Nenhuma mercadoria será retirada dos armazéns ferroviários, rodoviários e outros sem que, antes, seja apresentada à autoridade fiscal o conhecimento do despacho ou documento fiscal que tenha acompanhado a mercadoria na sua movimentação.

Art. 172. O transportador é solidariamente responsável com o vendedor, pelo pagamento do imposto e da multa que couber, quando compactuarem para a integração isolada de mercadorias no movimento comercial do Distrito Federal, mediante contrafação de nome ou endereço do destinatário ou mediante qualquer outro artifício.

Parágrafo único. Verificando a inexactidão do endereço, os transportadores comunicarão ao Fisco e loca exato da entrega das mercadorias, ficando assim, exonerados de qualquer responsabilidade.

Art. 173. Os veículos empregados no transporte de quaisquer produtos, por conta ou ordem de terceiros deverão ser acompanhados de manifestos de carga.

§ 1º Esses manifestos obedecerão ao modelo estabelecido em regulamento.

§ 2º Os transportadores que penetrarem no território do Distrito Federal, ficam obrigados a preencher o modelo de manifesto a que se refere o § 1º deste artigo, tão logo cheguem ao primeiro Posto Fiscal, em fórmulas avulsas que, neste, lhe serão fornecidas.

Seção XI

Da Fiscalização

Subseção I

Da Fiscalização em Geral

Art. 174. A fiscalização do imposto far-se-á na forma do regulamento, obedecendo as normas fundamentais deste Código.

Art. 175. São obrigados a exhibir os documentos, prestar as informações solicitadas pelo Fisco e facilitar a ação do funcionário fiscal:

I — os contribuintes e todos os que tomarem parte nas operações sujeitas ao imposto;

II — os serventuários da Justiça;

III — as empresas de transporte e os transportadores singulares;

IV — toda as demais pessoas naturais ou jurídicas cujas atividades envolvam negócios ligados ao imposto.

§ 1º A fiscalização do pagamento do imposto sobre vendas e consignações será feita, sistematicamente, nos estabelecimentos comerciais e industriais, feiras livres, praças, ruas, estradas e onde quer que se exerça atividades tributáveis.

§ 2º Serão apreendidas as mercadorias que, ocultas ao Fisco por meio doloso, se pretendam integrar na circulação comercial, e as que tráfegarem desacompanhadas de nota fiscal, guia de trânsito ou documento equivalente.

Art. 176. O contribuinte fornecerá ao Fisco quando solicitados, os elementos necessários à verificação de que são exatos os totais das operações sobre as quais pagou o imposto, bem assim os constantes da ficha estatística mercantil, que será fornecida anualmente.

§ 1º Em todos os casos em que for obrigatória a emissão de fatura, duplicata, nota fiscal ou guia de remessa, o comprador exigirá tais documentos do vendedor.

§ 2º O contribuinte exhibirá todos os elementos da escrita fiscal e da contabilidade geral às autoridades fiscais que o solicitem e desde que estejam no desempenho da função fiscalizadora.

§ 3º Os fiscais no exercício de suas atividades poderão ingressar nos estabelecimentos comerciais ou indus-

triais, a qualquer hora do dia ou da noite, desde que os mesmos estejam em funcionamento.

Art. 177. O valor de cada operação de venda deverá ser comprovado pelo vendedor, sempre que a fiscalização alegar razões para impugnar o montante lançado, à vista de dados colhidos na contabilidade do comprador, nos arquivos deste, ou obtidos de qualquer procedência, contando que sejam efetivamente relacionados com o lançamento que se impugnou.

Art. 178. Quando se apurar sonegação à vista de documentos apreendidos para instrução do processo fiscal que se instaurar, e devolvidos, contra recibo, se o requerer o interessado.

Art. 179. Os suprimentos, nas casos de insuficiência de saldos de Caixa; os débitos decorrentes de empréstimos e as parcelas individualmente creditadas a cada sócio, exigem cabal explicação, admitindo-se, como sonegação de montante desconhecido, a existência de qualquer lançamento de receita cuja origem não se possam comprovar.

Art. 180. Nas falências, não serão julgadas as contas dos liquidatários, sem que se apresente prova de pagamento do imposto referente às mercadorias vendidas em leilão.

Subseção II

Das Mercadorias em Trânsito

Art. 181. Nenhuma mercadoria será considerada em trânsito regular, no Distrito Federal, quando desacompanhada de nota fiscal, guia de remessa, guia de trânsito ou documento equivalente.

Art. 182. O trânsito irregular de mercadorias não se corrige pela ulterior emissão de qualquer dos documentos referidos no artigo anterior sendo as mercadorias consideradas em integração dolosa no movimento comercial do Distrito Federal, sujeitos os responsáveis as penalidades previstas no Título II, do Livro I, deste Código.

Art. 183. Considera-se também, em integração dolosa no movimento comercial do Distrito Federal, qualquer mercadoria exposta à venda ou armazenada, para formação de estoque, sem documento que comprove sua

origem, o pagamento do imposto devido, o valor da compra e o nome do vendedor.

Seção XII

Do Arbitramento

Art. 184. Ficam obrigados ao pagamento ao imposto sobre vendas e Consignações, por estimativa, arbitrado pela autoridade fiscal, os estabelecimentos de instalação e funcionamento provisórios os feirantes os comerciantes não localizados os varejistas de rudimentar organização

Art. 185. O arbitramento a que se refere o artigo anterior será feito com base no valor das mercadorias, nos preços de venda vigentes na praça, nas feiras e demais elementos relacionados com a economia do contribuinte.

Art. 186. Ficarão também sujeitos ao regime do pagamento do imposto por estimativa a juízo da Fazenda:

I — os estabelecimentos localizados em regiões de poucos recursos econômicos e não viver o contribuinte condições de possuir escrita regular e emitir comprovante de venda;

II — os estabelecimentos que declararem movimentos mensais de venda não superior a Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros);

III — os estabelecimentos cujas modalidades e espécie de atividade aconselhe tratamento fiscal específico;

IV — os estabelecimentos sobre os quais pesarem fundadas suspeitas de lançamentos irreais de venda;

V — todos aqueles que falsificarem ou adulterarem livros, guias e documentos visando a sonegação do imposto, iludirem, embaraçarem ou impedirem, sistematicamente por quaisquer meios, a ação do Fisco.

Art. 187. Fica assegurado a Fazenda, o direito de a qualquer momento, no interesse da arrecadação, rever ou suspender a aplicação do sistema de arbitramento do imposto pela forma prevista nesta Seção, em relação a determinado contribuinte.

Art. 188. A juízo da Fazenda, poderão ficar desobrigados da emissão de comprovantes de venda os estabelecimentos referidos nos itens I, II e III do art. 186, os feirantes, os varejistas de rudimentar organização e os

estabelecimentos de instalação e funcionamento provisórios

Art. 189. O critério de estimativa estatuido neste Código não dispensa o contribuinte de manter, rigorosamente em dia, a escrituração fiscal.

CAPÍTULO II

Do Imposto de Indústrias e Profissões

Seção I

Conceito e Contribuintes

Art. 190. O imposto grava a prestação de serviços e real sobre as transações com esse objeto, quando o prestador seja entidade comercial ou civil, pessoa física ou jurídica, que àquela atividade se dedique de maneira habitual, importante, ou não, o seu exercício, no fornecimento simultâneo de mercadorias.

§ 1º. Entre os contribuintes do imposto incluem-se:

I — bancos, casas bancárias, companhias de seguros e respectivas agências;

II — "cabarets", "night-clubs" e estabelecimentos congêneres;

III — companhias de capitalização e respectivas agências;

IV — barbearias, institutos de beleza e estabelecimentos congêneres;

V — alfaiatarias "ateliers" de moda e costura e de confecções sob encomenda;

VI — empresas de transporte;

VII — Agências de ... (VETADO) ... viagens;

VIII — agências de locação ou cessão de filmes cinematográficos, com ou sem participação na renda bruta ou líquida das exhibições;

IX — agências de locação de máquinas, aparelhos e objetos diversos;

X — armazéns gerais, depósitos e frigoríficos de aluguel;

XI — guarda-móveis e agências de mudanças;

XII — consultórios e escritórios profissionais;

XIII — empresas de loteamentos e de venda de imóveis;

XIV — agências de loterias;

XV — empresas de publicidade e propaganda;

XVI — laboratórios de análises, raios X, eletrocardiografia e serviços similares;

XVII — bilhares, "snookers", bochas e similares;

XVIII — empresas de engenharia e construção, reforma e pintura de prédios, e de execução de obras congêneres, por administração ou empreitada;

XIX — garagens, oficinas mecânicas e de vulcanização e recauchutagem de pneumáticos;

XX — oficinas de reparação, conserto, pintura e reforma de quaisquer objetos; de serviços gerais de manutenção e conservação de máquinas e aparelhos;

XXI — (VETADO);

XXII — "ateliers" fotográficos, lavanderias e tinturarias, tipografias, serviços gráficos e de encadernação;

XXIII — empresas de administração e conservação de imóveis;

XXIV — postos de gasolina;

XXV — empresas concessionárias de serviços de utilidade pública (VETADO);

XXVI — escritórios de comissões e representações, por conta própria ou de terceiros;

XXVII — escritórios de corretagem de imóveis, seguros e atividades congêneres;

XXVIII — companhias de investimentos e participações e respectivas agências;

XXIX — empresas funerárias;

XXX — ... (VETADO) ... pensões e hospedaria;

§ 2.º Quando a prestação do serviço importar em fornecimento de mercadorias a operação ficará sujeita unicamente ao imposto de que trata este artigo, excluindo-se a cobrança do imposto sobre vendas e consignações.

Art. 191. Quando a atividade tributada for exercida em estabelecimentos distintos do imposto será cobrada por estabelecimento.

Parágrafo único. Consideram-se estabelecimentos distintos para efeito deste artigo:

I — os que embora situados no mesmo local pertençam a diferentes pessoas, físicas ou jurídicas;

II — os que, embora pertencentes à mesma pessoa física ou jurídica, estejam situados em locais diversos.

Seção II

Das Isenções

Art. 192. Estão isentos do imposto:

I — os estabelecimentos comerciais e industriais cujas operações são

gravadas pelo imposto sobre vendas e consignações;

II — os teatros, circos, cinemas e outras casas de jogos e diversões públicas, cujos ingressos são gravados pelo imposto sobre diversões públicas.

III — as empresas editoras de livros, jornais e revistas;

IV — as empresas de radiodifusão;

V — as agências de notícias;

VI — os hospitais e casas de saúde.

VII — os estabelecimentos de ensino;

VIII — as empresas de transporte ferroviário e quaisquer empresas públicas;

IX — o artifice ou artesão que exerça a atividade na própria residência ou como ambulante, sem auxílio de terceiros;

X — quaisquer estabelecimentos cujas transações anuais não excedam de 30 (trinta) vezes o salário mínimo mensal vigente no Distrito Federal.

Art. 193. Para beneficiar-se da isenção prevista nos incisos IX e X do artigo anterior, deverá o interessado munir-se da caderneta de isenção, mediante requerimento cujos requisitos constarão de regulamento.

§ 1.º Indeferida a isenção, caberá reclamação e recurso, na forma das disposições pertinentes do processo fiscal administrativo.

§ 2.º A caderneta de isenção, que é pessoal e intransferível, valerá como inscrição do requerente e terá validade limitada ao exercício em que for expedida, prorrogável, anualmente, a juízo da autoridade competente.

§ 3.º Será cassada a caderneta que:

I — for encontrada em poder de terceiro, salvo se por motivo de exclusivo interesse do titular da isenção;

II — omita registro de transação realizada durante o exercício.

Seção III

Da Alíquota, do Cálculo e do Pagamento

Art. 194. O imposto será cobrado de conformidade com a tabela integrante deste Código com base na receita bruta ou no valor total das transações efetuadas pelos contri-

buintes, observado o disposto nos artigos seguintes.

Art. 195. Os bancos, casas bancárias e estabelecimentos congêneres pagarão o imposto com base na receita bruta resultante das transações efetuadas no Distrito Federal, inclusive juros, comissões e demais ingressos provenientes da exploração de seus bens e serviços, não podendo esse total, em qualquer hipótese ser inferior a 12% (doze por cento) do saldo médio dos depósitos, de origem local.

Art. 196. As companhias de seguros e capitalização pagarão o imposto com base na receita bruta mensal, resultante da exploração de seus bens e serviços, não podendo esse total ser inferior a 12% (doze por cento) do montante dos prêmios arrecadados, no Distrito Federal.

Art. 197. As agências de... (VETADO)... viagens, escritórios de comissões e representações, corretores de imóveis e seguro, agências de loterias e estabelecimentos congêneres, quando operem por conta de terceiros, recebendo comissões e percentagens, pagarão o imposto com base na receita resultante das referidas comissões e percentagens.

Art. 198. O imposto será calculado sobre a receita bruta resultante das transações efetuadas à vista ou a prazo, no ano financeiro, não podendo esse total ser inferior à soma das seguintes parcelas:

I — valor das matérias primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados;

II — folha de salários adicionada de honorários de diretores e retirada de proprietários sócios e gerentes;

III — montante dos alugueres do prédio ou área ocupada pelo estabelecimento ou quais não poderá ser inferiores a 10% (dez por cento) do valor do imóvel ou da área ocupada.

IV — despesas com fornecimento de água, luz, força, telefone, e demais encargos obrigatórios do contribuinte.

Art. 199. As épocas e formas de pagamento do imposto serão estabelecidas em regulamento.

Seção IV

Da Inscrição do Contribuinte

Art. 200. Toda pessoa física ou jurídica que exercer habitualmente, no Distrito Federal, qualquer das ativi-

dades referidas no artigo 190, fica obrigada a inscrever-se no Cadastro Fiscal, como contribuinte do imposto.

Art. 201. Para inscrever-se no Cadastro Fiscal, o contribuinte preencherá e entregará a repartição fiscal, antes do início da atividade, uma ficha de inscrição que contera os elementos determinados em regulamento.

Art. 202. O recebimento da ficha de inscrição não importa na aceitação das declarações, que ficam sujeitas a comprovação posterior, a juízo da Fazenda.

§ 1º O número de inscrição deve figurar, obrigatoriamente, em todos os livros, fichas, guias, notas e demais documentos fiscais usados pelos contribuintes.

§ 2º. Quando o contribuinte tiver mais de um estabelecimento, para cada um deles será exigida uma inscrição.

Art. 203. Quando o requerente de inscrição ou contribuinte já inscrito for beneficiário de isenção do imposto, mencionar-se-á tal circunstância no Cadastro Fiscal, indicando-se as datas do início e do término da isenção, ou se esta foi concedida por prazo indeterminado.

Art. 204. Cancelar-se-á a inscrição do contribuinte:

I — a requerimento do inscrito;

II — mediante comunicação do juízo competente, no caso de falência;

III — de ofício, se desaparecida a firma ou razão social, não houver sido requerida a baixa da inscrição.

Seção V

Disposição Geral

Art. 205. Aplicam-se, na administração do imposto de indústrias e profissões, no que couberem, as disposições relativas ao imposto sobre vendas e consignações.

CAPÍTULO III

Do Imposto de Diversões Públicas

Seção Única

Art. 206. O imposto de diversões públicas é devido pela realização de espetáculo,... (VETADO)... sessão cine-

matográfica,... (VETADO)... com entrada paga, em ambiente fechado ou ao ar livre.

Parágrafo único. Enquadram-se nas disposições deste artigo os jogos,... (VETADO)... não licenciados ou garantidos pelas autoridades policiais ou judiciárias, em que se fizerem apostas por meio de pule, talão ou qualquer outro sistema.

Art. 207. O imposto será de 20 (vinte) centavos por cruzeiro ou fração do preço cobrado ao espectador ou participante do entretenimento.

Art. 208. O imposto de diversões será arrecadado em sêlo ou por verba, de conformidade com o disposto em regulamento.

Parágrafo único. Serão igualmente estabelecidos em regulamento os modelos de bilhetes e de urnas receptoras, a selagem ou a carimbagem dos ingressos e as obrigações decorrentes da instalação ou armação de circo, parque ou barraca.

Art. 209. Ficam isentos do imposto os espetáculos ou jogos promovidos com finalidade beneficente ou assistencial, uma vez preenchidos os requisitos estabelecidos no regulamento.

Art. 210. Os empresários ou responsáveis por casas ou empresas de diversões franquearão às autoridades fiscais as salas de espetáculo ou local das exhibições as bilheterias e o mais que for necessário a verificação da fiel execução deste Código.

TÍTULO V

Das Taxas

CAPÍTULO I

Da Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos

Art. 211. Pela prestação de serviços administrativos ou pelo exercício de seu poder de polícia para a fiscalização de atividades de particulares, a Prefeitura do Distrito Federal cobrará a taxa de fiscalização e serviços diversos:

- I — de veículos;
- II — de licenciamento;
- III — de aferição de pesos e medidas;
- IV — (VETADO);
- V — de expediente;
- VI — de sanidade e exercício profissional;
- VII — de cemitérios.

Art. 212. A taxa de fiscalização e serviços diversos será cobrada com base na tabela anexa que faz parte integrante deste Código.

CAPÍTULO II

Da Taxa de Serviços Públicos

Art. 213. A taxa de serviços públicos é devida pelo custeio dos serviços permanentes de conservação de logradouros, parques e jardins.

Art. 214. A taxa prevista no artigo anterior grava os terrenos ou edificações situados nas zonas urbanas ou destinadas a expansão urbana e é devida pelo proprietário ou justo possuidor ou por quem tenha sobre tais bens direito real de enfiteuse, usufruto, uso ou habitação.

Art. 215. A taxa de serviços públicos será cobrada à razão de 0,8% (oito décimos por cento) sobre o valor do imóvel.

TÍTULO VI

Da Contribuição de Melhoria

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 216. A contribuição de melhoria será devida sempre que ocorra valorização de imóveis rurais ou urbanos de particular, resultante da execução de obras públicas pela Prefeitura, especialmente nos seguintes casos:

I — abertura ou alargamento de ruas, parques, campos de esporte, vias e logradouros públicos, inclusive estradas, pontes, túneis e viadutos;

II — nivelamento, retificação pavimentação, impermeabilização, ou iluminação de vias ou logradouros públicos, bem como a instalação de esgotos pluviais ou sanitários;

III — proteção contra inundações, saneamento em geral, drenagens, retificação e regularização de cursos d'água;

IV — canalização de água potável e instalação de rede elétrica;

V — aterros e obras de embelezamento paisagístico inclusive ajardinamento e arborização.

Art. 217. A contribuição de melhoria não poderá ser exigida em limites superiores a despesa realizada, nem ao acréscimo de valor que a obra decorrer para o imóvel beneficiado (Constituição Federal, art. 30, parágrafo único).

Art. 218. Responde pelo pagamento da contribuição de melhoria o titular

do domínio pleno, ou útil, ou quem tenha a justa posse do imóvel ao tempo do respectivo lançamento, transmitindo-se a responsabilidade aos adquirentes, ou sucessores, a qualquer título.

Art. 219. As obras ou melhoramentos que justifiquem a cobrança da contribuição de melhoria enquadram-se em dois programas:

I — ordinário quando referente a obras preferenciais e de iniciativa da própria Administração;

II — extraordinário quando referente a obra de menor interesse geral, solicitada por pelo menos dois terços dos contribuintes interessados.

Art. 220. Para a cobrança da contribuição de melhoria, a repartição competente deverá:

I — publicar o plano especificado da obra e seu orçamento;

II — estabelecer os limites das áreas beneficiadas, direta ou indiretamente;

III — publicar o cálculo provisório da contribuição de melhoria e de sua gradual distribuição entre os contribuintes.

Art. 221. No custo das obras serão computadas as despesas de estudo e administração, desapropriação e operações de financiamento, inclusive juros não excedentes de 12% (doze por cento) ao ano sobre o capital empregado.

Art. 222. A distribuição gradual da contribuição de melhoria entre os contribuintes será feita proporcionalmente aos valores dos imóveis beneficiados, constantes do Cadastro Imobiliário Fiscal; na falta desse elemento, tomar-se-á por base a área ou a testada dos terrenos.

Art. 223. Para efeito do cálculo necessário à verificação da responsabilidade dos contribuintes prevista neste Código, serão computadas quaisquer áreas marginais, correndo por conta da Prefeitura as quotas relativas aos imóveis isentos da contribuição de melhoria.

Parágrafo único. A dedução de áreas ocupadas por bens de uso comum e situadas dentro da propriedade tributada, somente se autorizará quando o domínio dessas áreas haja sido legalmente transferido à União ou ao Distrito Federal.

Art. 224. No caso de parcelamento de imóvel já lançado poderá o lançamento, mediante requerimento do interessado, ser desdobrado em tantos outros quantos forem os imóveis

em que efetivamente se subdividir o primitivo.

Art. 225. As obras a que se refere o item II do art. 219, quando julgadas de interesse público, só poderão ser iniciadas após ter sido prestadas, pelo interessados, a caução fixada.

§ 1º A importância da caução não poderá ser superior a dois terços (2/3) do orçamento total.

§ 2º O órgão fazendário promoverá, a seguir, a organização do respectivo rol de contribuições, em que mencionará, também, a caução que couber a cada interessado.

Art. 226. Completadas as providências de que trata o artigo anterior, expedir-se-á edital convocando os interessados para, no prazo de trinta (30) dias, examinarem o projeto, as especificações, o orçamento, as contribuições e as cauções arbitradas.

§ 1º Os interessados, dentro do prazo previsto neste artigo, deverão manifestar-se sobre se concordam ou não com o orçamento as contribuições e a caução, apontando as dúvidas e erros a serem sanados.

§ 2º As cauções não vencerão juros e deverão ser prestadas dentro de prazo não superior a sessenta (60) dias, a contar da data do vencimento do prazo fixado no edital de que trata este artigo.

§ 3º Não sendo prestadas, totalmente as cauções, no prazo de que trata o § 2º, a obra solicitada não terá início, devolvendo-se as cauções depositadas.

§ 4º Em sendo prestadas todas as cauções individuais e achando-se solucionadas as reclamações feitas as obras serão executadas procedendo-se daí em diante na conformidade dos dispositivos relativos a execução de obras do plano ordinário.

§ 5º Assim que a arrecadação individual das contribuições atingir quantia que somada à das cauções prestadas, perfaz o total do débito de cada contribuinte, transferir-se-ão as cauções à receita respectiva anotando-se no lançamento da contribuição a liquidação total do débito.

Art. 227. Ainda dentro do prazo de 30 (trinta) dias, referido no artigo anterior, poderá o contribuinte reclamar contra a importância lançada, de acordo com o processo estabelecido para as reclamações contra lançamento, com recurso para a Junta de Recursos Fiscais.

Art. 228. A contribuição de melhoria será paga de uma só vez quando inferior a Cr\$ 10 000,00 (dez mil cruzeiros) ou, quando superior a esta quantia e, prestações mensais, semestrais, ou anuais, de acordo com o que for estabelecido em regulamento, a juros de 12% (doze por cento), não podendo o prazo para recolhimentos parcelados ser superior a 5 (cinco) anos.

Parágrafo único. É facultado ao contribuinte antecipar o pagamento de prestações devidas, com desconto dos juros correspondentes.

Art. 229. Quando a obra for entregue gradativamente ao público, a contribuição de melhoria, a juízo da Administração, poderá ser cobrada proporcionalmente ao custo das partes concluídas.

Art. 230. É lícito ao contribuinte pagar o débito previsto com títulos da dívida pública da Prefeitura do Distrito Federal, pelo valor nominal, emitidos especialmente para o financiamento da obra ou do melhoramento.

Art. 231. A parte do custo da obra, ou do melhoramento, a ser recuperada dos beneficiados será fixada, por decreto do Prefeito, em função do grau de interesse público da obra.

CAPÍTULO II

Disposições especiais sobre as obras de pavimentação

Art. 232. Entende-se por obras ou serviços de pavimentação, além da pavimentação propriamente dita, da parte cacarroçável das vias e logradouros públicos e dos passeios os trabalhos preparatórios ou complementares habituais, como estudos topográficos, terraplenagem superficial, obras de escoamento local, guias, pequenas obras de arte e, ainda, os serviços de administração, quando contratados.

Art. 233. A contribuição de melhoria é devida pela execução de serviços de pavimentação:

I — em vias no todo ou em parte ainda não pavimentadas;

II — em vias cujo tipo de pavimentação por motivo de interesse público a juízo da Prefeitura, deva ser substituído por outro de melhor qualidade.

§ 1º Nos casos de substituição por tipo idêntico ou equivalente não é devida a contribuição, desde que as obras primitivas hajam sido executa-

das sob regime de contribuição de melhoria.

§ 2º Nos casos de substituição por tipo de melhor qualidade, a contribuição será calculada tomando-se por base a diferença entre o custo da pavimentação nova e o da parte correspondente ao antigo, reorçado este último com base nos preços do momento. Reputar-se-a nulo, para esse efeito o custo da pavimentação anterior quando feita em material silico-argiloso, macadame ou com simples apedregulamento.

§ 3º Nos casos de substituição por motivo de alargamento das ruas ou logradouros, a contribuição será calculada tomando-se por base toda a diferença do custo entre os dois melhoramentos.

Livro Terceiro

Parte Processual

TÍTULO UNICO

Do Processo Fiscal Administrativo

CAPÍTULO I

Das Medidas Preliminares ou Incidentes

Seção I

Dos Termos de Fiscalização

Art. 234. A autoridade ou o funcionário fiscal que presidir ou proceder a exames e diligências fará lavrar ou lavrará sob sua assinatura bem como as testemunhas, se houver, termo circunstanciado do que apurar do qual constarão, além do mais que possa interessar, as datas iniciais e finais do período fiscalizado e a relação dos livros e documentos examinados.

§ 1º O termo será lavrado num dos livros fiscais.

§ 2º Se o contribuinte não possuir escrita ou alegar perda ou extravio dos livros lavrar-se-á o termo em um papel avulso, e dar-se-á ao fiscalizado cópia autenticada pela autoridade, contra recibo no original.

§ 3º A recusa do recibo, que será declarada pela autoridade, não aproveita ao fiscalizado, nem o prejudica.

Seção II

Da Apreensão de Bens ou Documentos

Art. 235. Poderão ser apreendidos os bens móveis, inclusive mercadorias

e documentos, existentes em estabelecimento comercial, industrial, agrícola ou profissional do contribuinte ou de terceiro, em outros lugares ou em trânsito, que constituem prova material da infração.

Parágrafo único. Havendo prova ou fundada suspeita de que os bens se encontram em residência particular ou lugar reservado à moradia, serão promovidas a busca e apreensão judiciais sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a remoção clandestina.

Art. 236. Da apreensão administrativa lavrar-se-á auto, com os elementos do auto de infração, no que couber.

Parágrafo único. O auto de apreensão conterá a descrição dos bens ou documentos apreendidos, a indicação do lugar onde ficaram depositados e a assinatura do depositário, o qual será designado pelo autuante, podendo a designação recair no próprio detentor, se for idôneo, a juízo do autuante.

Art. 237. Os documentos apreendidos poderão ser devolvidos a requerimento do autuado ficando no processo cópia do inteiro teor ou da parte que deva fazer prova caso o original não seja indispensável a esse fim.

Art. 238. Os bens apreendidos serão restituídos, a requerimento, mediante depósito da quantia exigível aforrada pela autoridade competente ficando retidos até decisão final, os espécimes necessários à prova.

Art. 239. Os bens apreendidos serão levados a leilão se o autuado não provar o preenchimento das exigências legais para sua liberação no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da apreensão.

§ 1º Quando a apreensão recair em bens de fácil deterioração, o leilão poderá realizar-se a partir do próprio dia da apreensão.

§ 2º Apurando-se, na venda, importância superior ao tributo e multa devidos será o autuado notificado para receber o excedente.

Seção III

Da Notificação Preliminar

Art. 240. Verificando-se infração não dolosa de lei ou regulamento, poderá na forma do regulamento ser expedida contra o infrator notificação preliminar para que no prazo de 8 (oito) dias, regularize a situação.

§ 1º Esgotado o prazo de que trata este artigo, sem que o infrator tenha regularizado a situação, lavrar-se-á auto de infração.

§ 2º Lavrar-se-á igualmente, auto de infração quando o contribuinte se recusar a tomar conhecimento da notificação preliminar, ou desrespeitar a autoridade fiscal.

Art. 241. Não caberá notificação preliminar, devendo o contribuinte ser imediatamente autuado:

I — quando for encontrado no exercício de atividade mercantil, sem prévia inscrição;

II — quando houver prova de que procurou furtar-se ao pagamento do imposto;

III — quando for manifesto o ânimo de sonegar;

IV — quando incidir em nova falta antes de decorrido um ano, contado da última notificação preliminar, ou auto de infração.

Seção IV

Da Representação

Art. 242. Quando incompetente para notificar preliminarmente ou para autuar, o funcionário do Fisco deve, e qualquer pessoa pode, representar contra ação ou emissão, contrária a disposições deste Código ou de outras leis e regulamentos fiscais.

Parágrafo único. Não se admitirá representação feita por quem haja sido sócio, diretor, preposto ou empregado do contribuinte quando relativa a fatos anteriores à data em que tenham perdido essa qualidade.

Art. 243. Recebida a representação, a autoridade competente diligenciará para verificar a sua procedência e, conforme couber, notificará preliminarmente o infrator, autuando-o ou arquivará a representação.

CAPÍTULO II

Do Auto de Infração

Art. 244. O auto de infração, lavrado com precisão e clareza sem entrelinhas, emendas ou rasuras deverá:

I — mencionar o local, dia e hora da lavratura;

II — referir o nome do infrator e das testemunhas, se houver;

III — descrever o fato que constituiu a infração e as circunstâncias pertinentes, indicar o disposto na lei ou regulamento violado e fazer referência ao termo de fiscalização, em que se consignou a infração, quando for o caso.

§ 1º As omissões ou incorreções do auto não acarretam nulidade quando do processo constarem elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.

§ 2º A assinatura não constitui formalidade essencial à validade do auto não implica em confissão nem sua recusa agravará a pena.

§ 3º Se o infrator ou quem o representa, não oucei ou não quiser assinar o auto, far-se-á menção dessa circunstância.

Art. 243. O auto de infração poderá ser acumulado com o de transação.

Art. 246 A intimação ao autuado, para pagar o tributo e multas devidos, ou apresentar defesa e provas, nos prazos indicados, será feita:

I — pessoalmente, sempre que possível no próprio auto, mediante entrega de cópia deste ao autuado, seu representante ou preposto, contra recibo datado no original;

II — por carta, acompanhada de cópia do auto, com aviso de recebimento (A.R.) datado e firmado pelo destinatário ou alguém de seu domicílio;

III — por edital, se desconhecido ou incerto o domicílio fiscal do infrator.

Art. 247 A intimação presume-se feita:

I — quando pessoal na data em que fôr feita;

II — quando por carta, na data do recibo de volta e se fôr essa omitida, 15 (quinze) dias após a entrega da carta no correio;

III — quando por edital, 30 (trinta) dias após a data da afixação ou da publicação.

CAPÍTULO III

Reclamações contra Lançamento

Art. 248 O contribuinte que não concordar com lançamento poderá reclamar no prazo de 30 (trinta) dias, contados de publicação no órgão oficial, da afixação do edital, ou do recebimento do aviso.

Art. 249 A reclamação contra lançamento far-se-á por petição, facultada a junta de documentos.

Art. 250 A reclamação contra lançamento não terá efeito suspensivo da cobrança dos tributos lançados.

Art. 251 Apresentada a reclamação, o responsável pelo lançamento falará no processo no prazo de 10 (dez) dias,

a contar da data do recebimento do processo.

CAPÍTULO IV

da Defesa

Art. 252 O autuado apresentará defesa escrita, acompanhada das provas que entender necessárias, no prazo de 10 (vinte) dias contado da intimação, na forma do regulamento.

Art. 253 Apresentada a defesa, falará o autuante no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento dos autos.

CAPÍTULO V

Da Decisão em Primeira Instância

Art. 254 Findo o prazo de que trata o art. 251 ou o art. 253, o processo será presente dentro do 10 (dez) dias a autoridade julgadora, que proferirá decisão, no prazo de 15 (quinze) dias.

Parágrafo único Se não se considerar habilitada a decidir, a autoridade poderá converter o julgamento em diligência e determinar a produção de novas provas.

Art. 255 A decisão, redigida com simplicidade e clareza concluirá pela procedência ou improcedência do auto de infração ou da reclamação com lançamento definindo expressamente os seus efeitos, num e noutro caso.

Art. 256 Não sendo proferida decisão, no prazo legal, nem convertido o julgamento em diligência, poderá o interessado requerer ao Presidente da Junta de Recursos Fiscais a avocação do processo.

§ 1º A primeira instância remeterá o processo à Junta de Recursos Fiscais, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da requisição daquele.

§ 2º Se, no exame do processo, o Presidente da Junta verificar que é improcedente a alegação do interessado, devolverá os autos à primeira instância, para proferir julgamento.

§ 3º Se verificar e inobservância do prazo para julgamento, considerará como proferido este a favor do contribuinte, sendo o processo presente à Junta de Recursos Fiscais, como recurso de ofício.

CAPÍTULO V

Do Recurso Voluntário

Art. 257 Da decisão da primeira instância caberá recurso voluntário para

a Junta de Recursos Fiscais interposto no prazo de 20 (vinte) dias, contados da ciência da decisão, na forma do regulamento.

Art. 258 É vedado reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versem sobre mesmo assunto e alcancem o mesmo contribuinte, salvo quando proferidas em um único processo fiscal.

CAPÍTULO VII

Da Garantia de Instância

Art. 259 O recurso voluntário será encaminhado à Junta de Recursos Fiscais, com o previo depósito em dinheiro, das quantias exigidas, perdendo o direito do recorrente que não efetuar o depósito no prazo legal.

§ 1º São dispensado de depósito os servidores públicos que recorrerem de multas impostas na forma deste Código.

§ 2º Quando a importância total em litígio exceder do valor do salário mínimo mensal em vigor no Distrito Federal, permitir-se-á prestação de fiança.

§ 3º A fiança prestar-se-á por termo mediante indicação de fiador idôneo, a juízo da Administração, ou pela caução de títulos da dívida pública da União ou do Distrito Federal.

§ 4º A caução far-se-á no valor dos tributos e multas exigidos e pela cotação dos títulos no mercado, devendo o recorrente declarar no requerimento que se obriga a efetuar o pagamento do remanescente da dívida, no prazo de 8 (oito) dias, contados da notificação se o produto da venda dos títulos não for suficiente para a liquidação do débito.

Art. 260 No requerimento que indicar fiador deverá este manifestar sua expressa quiescência.

§ 1º Se a autoridade julgadora aceitar o fiador marcar-lhe-á prazo não superior a 10 (dez) dias para assinar o respectivo termo.

§ 2º Se o fiador não comparecer no prazo marcado ou for julgado idôneo, poderá o recorrente, depois de intimado e dentro de prazo igual ao que restava quando protocolado, o requerimento de prestação de fiança, oferecer outro fiador, indicando os

elemento comprovantes do idoneidade do mesmo.

§ 3º Não se admitirá como fiador sócio solidário da firma recorrente nem o devedor da Fazenda do Distrito Federal.

Art. 261 Recusados dois fiadores, será o recorrente intimado a efetuar o depósito, dentro de 5 (cinco) dias, ou em prazo igual ao que lhe restava quando protocolado o segundo requerimento de prestação de fiança, se este prazo for maior.

CAPÍTULO VIII

Do Recurso de Ofício

Art. 262. Das decisões de primeira instância, contrárias, no todo ou em parte, à Fazenda do Distrito Federal, inclusive por desclassificação da instância, será interposto recurso de ofício, com efeito suspensivo, sempre que a importância em litígio exceder o valor do salário mínimo em vigor no Distrito Federal.

Parágrafo único. Se a autoridade julgadora deixar de recorrer de ofício, quando couber cumprir ao servidor iniciador do processo, ou qualquer outro que do fato tomar conhecimento interpor o recurso, em petição encaminhada por intermédio daquela autoridade.

Art. 263. Subindo o processo em grau de recurso voluntário, e sendo também caso de recurso de ofício, não interposto, tomará a Junta de Recursos Fiscais conhecimento pleno do processo, como se tivesse havido tal recurso.

CAPÍTULO IX

Da Junta de Recursos Fiscais

Art. 264. Fica criada a Junta de Recursos Fiscais para julgar em segunda instância, os recursos previstos neste Código.

Art. 265. A Junta de Recursos Fiscais será composta de 7 (sete) membros, sendo 3 (três) representantes dos contribuintes e 4 (quatro) representantes da Prefeitura, todos nomeados pelo Prefeito com mandato de três anos, que poderá ser renovado, observados, sempre, os parágrafos deste artigo. Da mesma forma serão no-

neados 7 (sete) suplentes para servir quando convocados, na falta ou impedimento dos membros efetivos.

§ 1º Os representantes dos contribuintes, tanto os efetivos como os suplentes, serão escolhidos pelo Prefeito dentre 3 (três) nomes indicados por cada uma das entidades representativas do comércio da indústria, e dos proprietários de imóveis.

§ 2º Os representantes da Prefeitura, tanto os efetivos como os suplentes, serão de livre nomeação do Prefeito e escolhidos dentre servidores municipais versados em assuntos tributários.

§ 3º A Junta elegerá, anualmente seu Presidente e Vice-Presidente, dentre os membros efetivos, sendo permitida a reeleição.

Art. 266. Perde o mandato o membro que deixar de comparecer a quatro sessões ordinárias consecutivas sem motivo justificado; em se tratando de representante da Prefeitura, a perda de mandato, por essa razão, constituirá falta de exação no cumprimento do dever e deverá ser anotada em sua vida funcional.

Art. 267. Os membros da Junta de Recursos Fiscais farão jus a uma remuneração pelo comparecimento a cada sessão, na base de dois décimos do valor do salário mínimo em vigor no Distrito Federal, ate o máximo de duas vezes o salário mínimo por mês.

Art. 268. A Junta de Recursos Fiscais reunir-se-á ordinariamente duas vezes por semana, e extraordinariamente, sempre que convocada pelo seu Presidente em comunicação feita a cada membro com a antecedência de, pelo menos, 24 horas.

Art. 269. Para atender aos Serviços da Junta, esta terá uma Secretaria, chefiada por um Secretário, cujas atribuições serão fixadas no regimento interno.

Art. 270. A Junta de Recursos Fiscais baixará seu regimento interno no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua instalação.

CAPÍTULO X

Do Julgamento em Segunda Instância

Art. 271. A Junta de Recursos Fiscais só poderá deliberar quando reu-

nida a maioria absoluta de seus membros.

§ 1º As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

§ 2º A falta de comparecimento do representante da Fazenda não impede que a Junta se reune e delibere.

Art. 272. Os processos serão distribuídos pelo Presidente aos membros da Junta mediante sorteio, garantida a igualdade numerica na distribuição.

§ 1º O relator e o representante da Fazenda resuturao, no prazo de 10 (dez) dias, os processos que lhes forem distribuídos, com o relatório ou parecer.

§ 2º Quando for realizada qualquer diligencia, a requerimento do representante da Fazenda ou do relator, terá este novo prazo de 5 (cinco) dias, para completar o estudo, contado da data em que receba o processo, com a diligencia cumprida.

§ 3º Fica automaticamente desistido da função de memoro da Junta o relator que retiver processo além dos prazos previstos nos §§ 1º e 2º, salvo:

1 — por motivo de doença;

II — no caso de dilatação do prazo por tempo nao superior a 30 (trinta) dias, em se tratando de processo de difícil estudo, quando o relator o alegue em requerimento dirigido tempestivamente ao Presidente da Junta.

§ 4º O presidente da Junta comunicará a destituição ao Prefeito. a fim de ser providenciada a nomeação de novo membro ou suplente.

§ 5º Para cumprimento do disposto no parágrafo anterior, em cada sessão, o Secretário fornecerá ao Presidente a lista dos processos em atraso, a qual constará da ata.

§ 6º Se o responsável pelo atraso for o representante da Fazenda o processo será julgado sem o seu parecer.

§ 7º Para cumprimento do disposto no parágrafo anterior, o Presidente requisitará o processo ao representante da Fazenda, a fim de que seja incluído na pauta da sessão seguinte.

Art. 273. Facultar-se-á a sustentação ora do recurso, durante 15 (quinze) minutos.

Art. 274. A decisão, sob a forma de acórdão, será redigida pelo relator, até

10 (dez) dias após o julgamento. Se o relator for vencido, o Presidente designará para redigi-la, dentro do mesmo prazo, um dos membros da Junta, cujo voto tenha sido vencedor.

§ 1º Os votos vencidos, quando fundamentados, serão lançados em seguida a decisão.

§ 2º As conclusões dos acórdãos serão publicadas no *Diário Oficial*, sob designação numérica e com indicação nominal dos recorrentes.

§ 3º As decisões importantes do ponto de vista doutrinário poderão ser publicadas na íntegra, a critério do Presidente.

CAPÍTULO XI

Do Pedido de Esclarecimento

Art. 275. Da decisão da Junta de Recursos Fiscais que se afigure ao interessado omissa, contraditória ou obscura, cabe pedido de esclarecimento, interposto no prazo de 5 (cinco) dias da publicação do acórdão.

Parágrafo Único. Não será conhecido o pedido, e a sua interposição não interromperá o prazo de decadência do recurso se a Junta, o pedido seja manifestamente protelatório ou vise, indiretamente, a reforma da decisão.

Art. 276. O pedido de esclarecimento será distribuído ao relator e julgado preferencialmente na primeira sessão que se realizar após o seu recebimento na Junta.

CAPÍTULO XII

Da Revisão

Art. 277. O representante da Fazenda poderá recorrer ao Prefeito nas decisões da Junta contrárias à Fazenda, quando não unânimes.

CAPÍTULO XIII

Da Execução das Decisões Fiscais

Art. 278. As decisões definitivas serão cumpridas:

I — pela notificação do contribuinte e, quando for o caso, também do seu fiador para no prazo de 10 (dez) dias, satisfazer o pagamento do valor da condenação e, em consequência, receber os títulos depositados em garantia da instância;

II — pela notificação do contribuinte para vir receber ou quando for o caso, pagar, no prazo de 10 (dez) dias, a diferença entre o valor da condenação e a importância depositada em garantia da instância;

III — pela notificação do contribuinte para vir receber ou, quando for o caso, pagar, no prazo de 10 (dez) dias, a diferença entre o valor da condenação e a importância depositada em garantia da instância;

IV — pela notificação do contribuinte para vir receber ou quando for o caso, pagar, no prazo de 10 (dez) dias, a diferença entre o valor da condenação do produto da venda dos títulos caucionados, quando não satisfeitos o pagamento no prazo legal;

V — pela liberação das mercadorias apreendidas e depositadas, ou pela restituição do produto de sua venda, se houver ocorrido alienação, com fundamento no artigo 239 e seus parágrafos;

VI — pela imediata inscrição, como dívida ativa, e remessa da certidão à cobrança executiva, dos débitos a que se referem os itens I, III e IV, se não satisfeitos no prazo estabelecido.

Art. 279. A venda de títulos da dívida pública aceitos em caução não se realizará abaixo da cotação; e deduzidas as despesas legais da venda inclusive taxa oficial de corretagem, proceder-se-á, em tudo o que couber, de acordo com o artigo anterior, item IV e com o parágrafo 4º do artigo 259.

Parte Final

Disposições Finais

Art. 280. Fica revogada e como tal insubsistente, para todos os efeitos, a partir da data da vigência desta lei, toda e qualquer isenção, exoneração ou redução de tributos da competência do Distrito Federal, concedida por leis gerais ou especiais.

Art. 281. Toda isenção de tributos da competência do Distrito Federal será requerida à Prefeitura e por esta reconhecida.

Art. 282. Os contribuintes que estiverem em débitos de tributos e multas, não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a Prefeitura, participar de concorrência, coleta ou tomada de preços, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza, ou transacionar a qualquer título com a administração do Distrito Federal.

Art. 283. Será obrigatória a apresentação de certidão negativa de débitos para com a Prefeitura do Distrito Federal, pelos concorrentes, em

tôdas as concorrências públicas ou administrativas realizadas no Distrito Federal ou para nêle terem execução.

Art. 284. Nos casos de alienação de imóveis o vencimento dos tributos imobiliários incidentes se verificará na data da celebração da escritura de alienação, caso já não se haja operado o vencimento pelo decurso dos prazos regulamentares de pagamento.

Art. 285. Para obtenção de certidão negativa dos impostos imobiliários e do imposto de indústrias e profissões, deverá o contribuinte antecipar o pagamento do imposto relativo a todo exercício, salvo se requerida até o último dia do mês de março quando abrangerá o exercício anterior.

Art. 286. O contribuinte que, sistematicamente se recusar a exibir a Fiscalização livros e documentos fiscais ou embaraçar por quaisquer meios a apuração dos tributos, terá a licença de seu estabelecimento cassada sem prejuízo das demais cominações legais, na forma do Regulamento.

Art. 287. Fica a Prefeitura do Distrito Federal autorizada a instituir um concurso destinado a premiar os colaboradores da Fazenda na Fiscalização dos impostos de venda e consignações e de indústrias e profissões.

Art. 288. (VETADO);

I — (VETADO);

II — (VETADO);

Parágrafo único. (VETADO).

Art. 289. Esta Lei entrará em vigor no dia 1.º de janeiro de 1963, revogadas as disposições em contrário e quaisquer outras normas de Direito Tributário-Fiscal, mandadas aplicar na área do Distrito Federal, pelo artigo 50 da Lei n.º 3.751, de 13 de abril de 1960.

Brasília, 24 de dezembro de 1962; 141.º da Independência e 74.º da República.

JOÃO GOULART

Hermes Lima

TABELA DO IMPOSTO DE INDÚSTRIAS E PROFISSÕES

Estabelecimentos:	Alíquotas
I — bancos, casas bancárias, companhias de seguros e respectivas agências	1%
II — companhias de capitalização e respectivas agências ..	4%
III — "cabarets", "night-clubs" e estabelecimentos congêneres	5%
IV — barbearias, institutos de beleza e estabelecimentos congêneres	2%
V — alfaiatarias, "ateliers" de moda e costura e de confecções sob encomenda	2%
VI — empresas de transporte	2%
VII — agências de... (VETADO)... viagens	4%
VIII — agências de locação ou cessão de filmes cinematográficos, com ou sem participação na renda bruta ou líquida das exhibições	4%
IX — agências de locação de máquinas, aparelhos e objetos diversos;	3%
X — armazéns gerais, depósitos e frigoríficos de aluguel ..	1%
XI — guarda móvel e agências de mudanças	1%
XII — consultórios e escritórios profissionais	1%
XIII — empresas de loteamentos e de vendas de imóveis	2%
XIV — agências de loterias	4%
XV — empresas de publicidade e propaganda	4%
XVI — laboratórios de análise, raios X, eletrocardiografia e serviços similares	2%

XVII - bilhares, "snookers", bochias e similares	4%
XVIII - empresas de engenharia e construção, reforma e pintura de prédios, e de execução de obras congêneres, por administração ou empreitada	3%
XIX - garagens oficinas mecânicas, e de vulcanização e recauchutagem de pneumáticos	2%
XX - oficinas de reparação, conserto, pintura e reforma de quaisquer objetos de serviços gerais de manutenção e conservação de máquinas e aparelhos	2%
XXI - (VETADO)	
XXII - "ateliers" fotográficos: lavanderias e tinturarias; tipografias, serviços gráficos e de encadernação	2%
XXIII - empresas de administração e conservação de imóveis	2%
XXIV - postos de gasolina	1%
XXV - empresas concessionárias de serviços de utilidade pública, ... (VETADO)	2%
XXVI - escritórios de comissões e representações por conta própria ou de terceiros	2%
XXVII - escritórios de corretagem de imóveis, seguros e atividades congêneres	2%
XXVIII - companhias de investimentos e participações e respectivas agências	1%
XXIX - empresas funerárias	2%
XXX - (VETADO) ... pensões e hospedarias	4%

TABELA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO E SERVIÇOS DIVERSOS

1) - De Veículos

Cr\$

Automóveis:

1 - De passageiros, sejam particular, de aluguel ou de aprendizagem:	
a) pesando até 1.200 quilos	2.500,00
b) pesando mais de 1.200 quilos até 3.000	4.500,00
c) pesando mais de 3.000 quilos	6.500,00
2 - De transporte coletivo:	
a) automotão	3.500,00
b) ônibus	5.500,00
3 - De carga:	
a) pesando até 3.000 quilos	3.500,00
b) pesando mais de 3.000 quilos até 12.000 quilos	5.500,00
c) pesando mais de 12.000 quilos	10.500,00

Veículos Diversos:

4 - Motonetas e congêneres	1.000,00
5 - Motocicletas e congêneres com ou sem "sidecar"	2.000,00
6 - Triciclos e outros pequenos veículos com motor	1.000,00

7 - Reboques a veículo de carga ou passageiros:	
a) capacidade até 1.000 quilos	2.500,00
b) capacidade de 1.000 até 10.000 quilos	3.500,00
c) acima de 10.000 quilos	5.500,00
8 - Tratores:	
a) pequenos	3.500,00
b) médios	5.500,00
c) grandes	10.500,00
9 - Lanchas e barcos a motor	2.000,00
<i>Veículos de Tração Animal:</i>	
10 - Carros, charretes, e outros veículos para condução de passageiros	1.000,00
11 - Carroças e outros veículos para transporte ou tração de carga	1.000,00
12 - Bicicletas	500,00
13 - Botes, canoas e barcos	500,00
<i>Diversos:</i>	
14 - Placas de experiência	3.000,00
15 - Licença especial para circulação	500,00
16 - 2ª Via de certificado de propriedade de veículo	500,00
17 - Aferição de taxímetro	500,00
18 - Placa, segunda via	1.000,00
19 - Relacração de placas	500,00
20 - Liberação de Reserva de Domínio	500,00

NOTAS:

I - Os veículos, para o primeiro licenciamento, serão inscritos pelo proprietário na repartição competente, cumpridas as exigências estabelecidas em regulamento. A inscrição será atualizada sempre que ocorrer modificação da propriedade ou das características essenciais do veículo, sob pena das multas previstas neste Código.

II - A taxa, pela qual é responsável o proprietário, pagar-se-á antes de o veículo começar a tráfegar e, em cada exercício, nas épocas e prazos regulamentares. O pagamento fora do prazo fica sujeito a acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sem prejuízo da apreensão do veículo, a se que se satisfizer o pagamento do débito fiscal e das despesas de apreensão.

III - São isentos do pagamento da taxa:

a) os veículos oficiais de propriedade da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

b) os veículos dos membros das missões diplomáticas acreditada no Brasil;

c) os tratores empregados exclusivamente em trabalhos agrícolas;

d) os veículos de tração animal pertencentes aos pequenos lavradores, quando, se destinarem exclusivamente aos serviços de suas lavouras e ao transporte de seus produtos;

e) os veículos destinados aos serviços agrícolas usados unicamente dentro das propriedades rurais de seus possuidores;

f) pelo prazo máximo de sessenta dias (60), os veículos de passageiros em trânsito, excursão, ou turismo, devidamente licenciados em outros Municípios.

IV — Ao tráfego de veículos licenciados em países estrangeiros aplicam-se a lei federal e as convenções internacionais.

e) os veículos destinados aos serviços agrícolas usados unicamente dentro das propriedades rurais de seus possuidores;

f) pelo prazo máximo de sessenta dias (60), os veículos de passageiros em trânsito, excursão ou turismo, devidamente licenciados em outros Municípios.

IV — Ao tráfego de veículos licenciados em países estrangeiros aplicam-se a lei federal e as convenções internacionais.

II — DE LICENCIAMENTO

1º) Licenciamento de uso de logradouros

A — Atividades não localizadas

Comercio Ambulante

	<i>Taxa Anual</i>	Cr\$
1 — Artífices e profissionais ambulantes; vendedores ambulantes de café, em pó ou preparado		3.000,00
2 — Vendedores ambulantes de bilhetes de loteria		5.000,00
3 — Mercadores ambulantes de gêneros destinados à alimentação e congêneres, inclusive aves e pequenos animais vivos; de lenha e de carvão		6.000,00
4 — Fotógrafos ambulantes		7.000,00
5 — Mercadores ambulantes de artigos não especificados e profissionais ambulantes de atividades não especificadas		7.000,00

B — Atividades Localizadas

Comercio Eventual

1 — Mercadores, inclusive feirantes, de gêneros destinados à alimentação, e congêneres, inclusive aves e pequenos animais vivos	6.000,00
2 — Mercadores, inclusive feirantes, de ferragens, de artefatos de louça, de artefatos de plástico, de artefatos de borracha, de artigos de limpeza	12.000,00
3 — Mercadores, inclusive feirantes, de bijouterias, de pedras não preciosas, de fazendas e de roupas feitas	12.000,00
4 — Mercadores inclusive feirantes, de artigos não especificados nesta tabela	7.000,00
5 — Profissionais e artífices	7.000,00
6 — Caminhões feira	25.000,00

NOTAS:

I — A Licença a que se refere esta tabela será concedida a título precário e, exceto nos casos especiais, não o será por prazo inferior a sete dias.

II — Considera-se comércio ambulante o que é exercido individualmente sem estabelecimento, instalação e localização fixa.

- III - Considera-se comércio eventual o que é exercido sem estabelecimentos, em veículos, ou em instalações removíveis, colocadas nas vias ou logradouros públicos, como barracas, balcões, bancas, mesas, tabuleiros e semelhantes.
- IV - Os comerciantes eventuais e ambulantes são obrigados a se inscreverem na repartição fiscal.
- V - Responde pela taxa o interessado no exercício da atividade ou do exercício profissional em logradouro público, ou no uso do mesmo.
- VI - O pagamento da taxa de licença para o exercício do comércio eventual não dispensa a cobrança da taxa de ocupação de solo.
- VII - Estão isentos da taxa:
- a) os cegos ou mutilados que exercerem comércio em escala infima;
 - b) os vendedores ambulantes de jornais e revistas, quando menores de 18 anos;
 - c) os engraxates ambulantes.
- VIII - O regulamento definirá:
- a) as atividades que podem ser exercidas pelo comércio ambulante e pelo eventual;
 - b) os que podem exercer tais atividades;
 - c) a forma e a época de pagamento da taxa;
 - d) os demais requisitos disciplinares.
- IX - A critério da autoridade fiscal poderão ser aplicadas aos comerciantes ambulantes e eventuais as disposições relativas ao imposto de vendas e consignações.
- X - Nos casos de tração de ano a taxa será cobrada nas seguintes bases:

Taxa anual	Taxa mensal	Taxa diária
3.000,00	600,00	30,00
5.000,00	800,00	40,00
6.000,00	1.000,00	50,00
7.000,00	12.000,00	60,00
12.000,00	2.000,00	100,00
25.000,00	4.000,00	200,00

2º) Licença para prorrogação ou antecipação de horário de estabelecimento comercial, por mês Cr\$ 1.000,00.

NOTAS

A licença será afixada em lugar de destaque do estabelecimento.

3º) Licença para ocupação de áreas em vias e logradouros públicos.

- 1 - Espaço ocupado por bancas, barracas, mesas, tabuleiros e semelhantes, nas feiras e logradouros públicos, ou como depósitos comerciais, em locais designados pela Prefeitura, por prazo e a critério desta:

	Cr\$
a) por dia e por metro quadrado	10,00
b) por mês e por metro quadrado	100,00

c) por ano e por metro quadrado	1.000,00
2 - Espaço ocupado com mercadorias, nas feiras, sem uso de qualquer móvel ou instalação, por dia e por metro quadrado	15,00
3 - Espaço ocupado por parques de diversões e semelhantes, por dia e por metro quadrado	0,10
por dia e por aparelho	100,00

NOTA:

1 - É obrigatório o uso da licença para ocupação do solo nos casos previstos.

2 - Sem prejuízo do tributo e multa devidos, a Prefeitura apreenderá e removerá para seus depósitos qualquer objeto ou mercadoria deixados em local não permitido, ou colocados sem o pagamento da respectiva taxa.

III - DE AFERIÇÃO DE PESOS E MEDIDAS

	Cr\$
1 - Balanças comuns:	
a) Até 20 quilos	30,00
b) Até 50 quilos	50,00
c) Até 100 quilos	100,00
d) Até 1.000 quilos	400,00
e) Acima de 1.000 quilos	600,00
2 - Balanças automáticas:	
a) Até 10 quilos	100,00
b) Até 50 quilos	150,00
c) De mais de 50 quilos	200,00
3 - Pesos:	
Jogo de pesos por 8 unidades ou fração	50,00
4 - Medidas Lineares:	
Metro, fita métrica e trena, cada um	50,00
5 - Medidas de capacidade:	
a) Jogo de medidas, de 1 até 100 litros	60,00
b) Bomba de gasolina ou óleo	200,00
c) Carro tanque	500,00
d) Qualquer outra medida de capacidade	60,00

IV - DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS

1º - Licenciamento de obras particulares:

1 - (VETADO).

a) (VETADO).

b) (VETADO).

2 - (VETADO)

a) (VETADO).

- b) (VETADO).
- c) (VETADO).
- 3 — (VETADO).
- a) (VETADO).
- b) (VETADO).
- 4 — (VETADO).
- 5 — (VETADO).
- 6 — (VETADO).
- 7 — (VETADO).
- 8 — (VETADO).
- 9 — (VETADO).
- 10 — (VETADO).

2 — DIVERSOS

1 — Extração de areia, barro, saibro, terra, por mês	2 000,00
2 — Desmonte de pedreira por mês:	
a) A frio	1 000,00
b) A fogacho ou fogo	2 000,00
3 — Vistoria para licenciamento de depósito e comércio de inflamáveis; explosivos de corrosivos alvará	100,00
4 — Licença para instalação de máquinas e motores	100,00
5 — Registro de profissional legalmente habilitado a projetar, calcular, orientar e executar obras em geral, inclusive as de instalação de elevadores e de outros aparelhos de transporte, de içamento ou de tração	1.000,00
6 — Vistoria e perícias para fins gerais a requerimento das partes	5 000,00
7 — Autenticação de plantas	2.000,00

Notas

- I — São isentos da taxa:
 - a) A limpeza ou pintura externa ou interna de prédios, muros e gradis;
 - b) A construções de barracões destinados à guarda de materiais para obras já devidamente licenciadas.
- II — As obras mencionadas na alínea "a" do item anterior serão obrigatoriamente comunicadas à repartição.
- III — (VETADO).

V — DE EXPEDIENTE

1 — Certidões:	Cr\$
a) Negativa de tributo, por tributo	100,00
b) Outras	100,00

Notas

Cobrar-se-á ainda a busca	—
2 — Buscas:	
Por exercício exceto ou em curso e por unidade	50,00
3 — Segunda via de aviso ou conhecimento de arrecadação ..	200,00
VI — DE SANIDADE E EXERCÍCIO PROFISSIONAL	
1 — Anotação:	
a) De firma	300,00
b) De qualquer natureza não especificada	500,00
2 — Autorização:	
a) Para instalação e funcionamento de consultório de cirurgia dentista e de dentista praticante licenciado	500,00
b) Para instalação de policlínica e seu funcionamento, por unidade de clínica no estabelecimento	500,00
c) Por consultório de veterinária	500,00
3 — Certidões:	
a) De liberação de estabelecimento, consultório, laboratório e outros interditados	2.000,00
b) Outras, de qualquer natureza, por página	200,00
4 — Certificados:	
a) De habilitação profissional	1.000,00
b) De qualquer outra natureza	500,00
5 — Inscrições e taxas de exame:	
a) Para exame de habilitação profissional de qualquer das profissões afins	1.500,00
6 — Licença inicial para funcionamento:	
a) De depósito de estabelecimento de comércio varejista de artigos de ótica; de depósito de laboratório de especialidades farmacêuticas, produtos químicos e de toucador; de firma importadora, fabricante, atacadista e distribuidora de lentes de grau e do comércio de artigos de ótica	15.000,00
b) De laboratório de especialidades farmacêuticas, produtos químicos e, de toucador e drogaria	10.000,00
c) De casa de saúde e de sanatório; de serviços particulares de pronto socorro, gasoterapia, anestesia, transfusões de sangue e congêneres e de farmácia	5.000,00
d) De depósito, escritório ou qualquer estabelecimento que negocie com artigos médicos, odontológicos ou farmacêuticos e de estabelecimento de comércio varejista de artigos de ótica	5.000,00

e)	De instituto de psicoterapia, fisioterapia, de hidroterapia, de ortopedia e congêneres; de laboratório de antissépticos, desinfetantes e produtos de higiene; de laboratório de soros, vacins e outros produtos biológicos não incluídos como especialidades farmacêuticas; de estabelecimento que manipule, venda ou aplique aparelhos para corrigir a surdez; de bancos de sangue e de leite humano com fins de comércio	2.000,00
f)	De institutos de beleza	—
a)	Até três cadeiras	2.000,00
b)	Para cada cadeira excedente	1.000,00
g)	De gabinete de aparelhos de Raios X, exceto quando em uso exclusivo de profissional odontologista	1.000,00
h)	De laboratório de análises e pesquisas clínicas e de oficina de prótese	1.000,00
i)	de qualquer outro estabelecimento não especificado tenha relação com as atividades médicas, farmacêuticas e odontológicas	2.000,00
7	— Licença inicial para fabricar, extrair, transformar ou purificar substâncias entorpecentes, tranquilizantes, excitantes ou afins	10.000,00
8	— Licença especial para importar, exportar ou re-exportar substâncias entorpecentes ou produtos que as contenham, bem como tranquilizantes, excitantes e afins	10.000,00
9	— Revandação anual das licenças à que se referem os itens 6, 7 e 8, sobre o valor da licença inicial	50 %
10	— Pareceres:	
a)	Para licenciamento de qualquer produto médico ou afim	2.000,00
b)	Para qualquer outro fim	1.000,00
11	— Registro de diplomas e certificados: De qualquer profissão a que se refere a presente	500,00
12	— Transferência:	
a)	De responsabilidade de qualquer estabelecimento	2.000,00
b)	De propriedade de qualquer estabelecimento	2.000,00
c)	De local de laboratórios de especialidades farmacêuticas, produtos químicos e de docador	2.000,00
d)	De local de farmácia ou drogaria	2.000,00
e)	De local para outros estabelecimentos	1.000,00
13	— Visto:	
a)	Em guias de embarque	20,00
b)	Em relação de especialidade farmacêutica licenciada	50,00
14	— Certificado de vistoria sanitária para licença de localização de estabelecimento	1.000,00
15	— Laudo de vistoria sanitária	1.000,00
16	— Registro de produto alimentício	2.000,00

17 — Registro de rótulo	1.000,00
18 — Revalidação de registro	500,00
19 — Atestado de viagem	200,00
20 — Registro para cães — Plano Piloto	500,00
Fora do Plano Piloto	200,00
21 — Inspeção de carnes em matadouro:	
a) Bovinos	300,00
b) Suínos, caprinos	100,00
c) Aves	50,00
22 — Inspeção de usinas de leite e produtos derivados por ano	5 000,00
23 — Caderneta de saúde	20,00

Notas

- I — Além das taxas relativas ao registro de produto alimentício e respectiva revalidação, serão cobrados os preços dos exames de acordo com as tabelas do Laboratório Bromatológico.
- II — Independentemente das multas estabelecidas na legislação federal, específica serão cobradas as seguintes:
- a) Por apreensão de cães 300,00
- b) Por falta de revalidação de registro de produto alimentício 1.000,00
- III — As taxas de fiscalização sanitária e do exercício profissional são pessoais e devidas por todos aqueles que exercem, no Distrito Federal, as profissões ou atividades vinculadas à medicina, à farmácia e à odontologia.
- IV — As taxas são devidas por unidade instalada.

VII — DE CEMITÉRIOS

1 — Enterramento:

a) Em sepultura rasa:

De adulto	1.000,00
De criança	500,00

b) Em carneiro:

De adulto	1.500,00
De criança	1.000,00

- 2 — Exumação antes de decorridos os prazos regulamentares 500,00
- 3 — Ocupação de ossário, por cinco anos 1 000,00
- 4 — Remoção de ossada 1 000,00
- 5 — Alvará para colocação de lápides e emblemas 500,00
- 6 — Concessão de sepultura perpétua 100.000,00

Notas

- I — Nos cemitérios das cidades satélites as taxas serão cobradas pela metade.
- II — Essas taxas cobrem apenas os serviços de escavação e enchimento de sepultura e carneiros.
- III — O descumprimento de qualquer obrigação ou a incidência em qualquer proibição estabelecida no Regulamento dos Cemitérios, sujeita o responsável à multa de Cr\$ 1 000,00 (um mil cruzeiros) a Cr\$ 5 000,00 (cinco mil cruzeiros), dobrada na reincidência, equiparando-se a esta, a repetição da intimação com prazo certo se o infrator persistir em não cumprir a obrigação.

LEI Nº 4.192

Ainda não foi publicada no *Diário Oficial*.

LEI Nº 4.193 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1962

Orça a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal, para o exercício financeiro de 1963

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Receita do Distrito Federal para o exercício de 1963 é orçada em Cr\$ 28.043.325.661,00 (vinte e oito bilhões, quarenta e três milhões, trezentos e vinte e cinco mil, seiscentos e sessenta e um cruzeiros) de acordo com a especificação abaixo e quadros anexos:

Receitas Correntes

a) Renda Tributária

	Cr\$
Impostos	933.146.000,00
Taxas	166.160.000,00
b) Contribuição de Melhoria	1.000.000,00
c) Renda Patrimonial	1.020.000,00
d) Renda Industrial	1.000.000,00
e) Rendas Diversas	89.999.661,00
f) Transferências Correntes	26.851.000.000,00
Total da Receita	28.043.325.661,00

Art. 2º A Despesa do Distrito Federal é fixada em Cr\$ 28.266.083.661,00 (vinte e oito bilhões, duzentos e sessenta e seis milhões, oitenta e três mil, seiscentos e sessenta e um cruzeiros) distribuída pelas unidades administrativas abaixo especificadas e discriminadas em anexo:

	Cr\$
Gabinete do Prefeito	30.612.596,00
Comissão de Incentivo à Iniciativa Privada	15.923.120,00
Conselho de Planejamento	3.680.000,00
Assessoria de Planejamento	46.159.926,00
Secretaria Geral de Administração	1.708.641.372,00
Superintendência Geral da Fazenda	22.737.169.549,00
Procuradoria Geral	5.307.936,00
Consultoria Jurídica	1.410.889,00
Superintendência Geral de Agricultura	597.538.759,00
Secretaria Geral de Assistência	1.018.574.092,00
Superintendência Geral de Economia	93.210.433,00
Superintendência Geral de Educação e Cultura	918.563.152,00
Superintendência Geral de Segurança Interior	666.752.412,00
Departamento de Estrada de Rodagem	309.772.000,00
Tribunal de Contas	112.167.424,00
Total da Despesa	28.266.083.661,00

Art. 3º Fazem parte integrante da presente lei os anexos que a acompanham especificando a Receita e discriminando as Despesas.

Art. 4º Fica o Prefeito expressamente autorizado a:

I — Realizar operações de crédito por antecipação da Receita até o limite de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros).

II — Abrir os créditos suplementares que se fizerem necessários até 20% (vinte por cento) da Receita Tributária orçada e até o máximo de 100% (cem por cento) da dotação, mediante Decreto e de acordo com o disposto no Decreto-lei Federal nº 2.416, de 17 de julho de 1940.

III — Firmar com a União convênio para a administração de cobrança dos tributos previstos na presente lei.

Art. 5º A Receita a que se refere a presente lei será arrecadada de acordo com a legislação tributária em vigor no Distrito Federal.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1963, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de dezembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GÓULART

Hermes Lima

APENSO

No «Apenso» os volumes da Coleção das Leis figurarão:

I — Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, forem publicados durante o trimestre ao qual corresponder o volume.

II — As retificações e reproduções publicadas no trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI Nº 4.024 — DE 20 DE
DEZEMBRO DE 1961

Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição Federal e do art. 3º, item III, do Ato Adicional, os seguintes dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

“Art. 36.

Parágrafo único. Ao aluno que houver concluído a 6ª série primária será facultado o ingresso na 2ª série do 1º ciclo de qualquer curso de grau médio, mediante exame das disciplinas obrigatórias de 1ª série”.

.....

“Art. 58. Os que se graduarem nos cursos referidos nos artigos 53 e 55, em estabelecimentos oficiais ou particulares reconhecidos, terão igual direito a ingresso no magistério primário oficial ou particular, cabendo aos Estados e ao Distrito Federal regulamentar o disposto neste artigo”.

.....

“Art. 80.

§ 1º A autonomia didática consiste na faculdade:

a) de criar e organizar cursos findando os respectivos currículos;

b) de estabelecer o regime didático e escolar dos diferentes cursos, sem outras limitações a não ser as constantes da presente lei

§ 2º A autonomia administrativa consiste na faculdade:

a) de elaborar e reformar com a aprovação do Conselho Federal ou Estadual de Educação, os próprios estatutos e os regimentos dos estabelecimentos de ensino;

b) de indicar o reitor, mediante lista triplíce, para aprovação ou escolha pelo governo, nas universidades oficiais, podendo o mesmo ser reconduzido duas vezes;

c) de indicar o reitor nas universidades particulares, mediante eleição singular ou lista triplíce, para aprovação ou escolha pelo instituidor ou Conselho de Curadores;

d) de contratar professores e auxiliares de ensino e nomear catedráticos ou indicar nas universidades oficiais, o candidato aprovado em concurso, para nomeação pelo governo;

e) de admitir e demitir quaisquer empregados dentro de suas dotações orçamentárias ou recursos financeiros.

§ 3º A autonomia financeira consiste na faculdade:

a) de administrar o patrimônio e dele dispor na forma prevista no ato de constituição, ou nas leis federais e estaduais aplicáveis;

b) de aceitar subvenções, doações, heranças e legados;

c) de organizar e executar o orçamento anual de sua receita e despesa, devendo os responsáveis pela aplicação de recursos prestar contas anuais”.

.....

“Art. 81. oficiais

ou as universidades particulares, sob a de fundações.....”

.....

"Art. 85. oficiais
ou os particulares, de
fundações"

"Art. 99.
..... em dois anos, no mínimo
e três, no máximo"

"Art. 113. As disposições, exigên-
cias e proibições referentes a concus-
sos para provimento de cátedras do
ensino superior, consignadas no Títu-
lo X, Capítulo I, não se aplicam aos
concursos com inscrições já encerra-
das na data em que esta lei entrar
em vigor, devendo eles se reger pela
legislação vigente, por ocasião do en-
cerramento da inscrição".

"Art. 116. Enquanto não houver
número suficiente de professores pri-
mários formados pelas escolas nor-
mais ou pelos institutos de educação
e sempre que se registre esta falta,
a habilitação ao exercício do magis-
tério, a título precário e até que cesse
a falta, será feita por meio de exame
de suficiência realizado em escola
normal ou instituto de educação ofi-
ciais, para tanto credenciados pelo
Conselho Estadual de Educação".

"Art. 117.
..... realizado em fa-
culdades de filosofia oficiais, indica-
das pelo Conselho Federal de Edu-
cação".

Brasília, em 14 de dezembro de
1962; 141º da Independência e 74º da
República.

JOÃO GOULART

LEI Nº 4.089 DE 13 DE JULHO DE 1962

*Partes vetadas pelo Presidente
da República e mantidas pelo
Congresso Nacional, do Projeto
que se transformou na Lei nº ..
4.089, de 13 de julho de 1962 (que
transforma o Departamento Na-
cional de Obras de Saneamento
em autarquia, e dá outras provi-
dências).*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacio-
nal manteve e eu promulgo, nos tér-
mos do Artigo 70, parágrafo 3º, da
Constituição Federal, os seguintes dis-
positivos da Lei nº 4.089, de 13 de ju-
lho de 1962.

"Art. 3º

III — Órgão Fiscal:

Delegação do Tribunal de Contas da
União".

"Art. 13

m) apresentar à Delegação do Tri-
bunal de Contas da União:

- 1) os balancetes Mensais;
- 2) os demonstrativos da execução
orçamentária;
- 3) a prestação de contas anual,
acompanhada de parecer do Conselho
Deliberativo".

"Art. 13

r) atribuir aos servidores do
D. N. O. S., conforme a necessidade
e a natureza do serviço, gratificações
especiais aprovadas previamente pelo
Ministro da Viação e Obras Públicas."

"Art. 26. A execução orçamentária
será fiscalizada pelo Tribunal de Con-
tas da União através de uma Delega-
ção, instalada na sede do D.N.O.S.

Parágrafo único. A fiscalização aqui
referida ater-se-á às peculiaridades da
legislação e dos regulamentos perti-
nentes à autarquia."

"Art. 27. Os demonstrativos da
execução orçamentária e os balance-
tes mensais de contabilidade deverão
ser encaminhados à Delegação do Tri-
bunal de Contas da União até o último
dia do mês subsequente ao que cor-
responderem".

(Art. 28.

..... a Delegação do"

Brasília, em 16 de novembro de 1962;
141º da Independência e 74º da Repú-
blica.

JOÃO GOULART

LEI Nº 4.102 — DE 20 DE JULHO DE 1962

Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na lei nº 4.102, de 20 de julho de 1962 (que transforma o Departamento Nacional de Estradas de Ferro em Aularquia; cria o Fundo Nacional de Investimento Ferroviário e dá outras providências).

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do artigo 70, § 3º, da Constituição Federal, e do art. 3º, item III, do Ato Adicional, os seguintes dispositivos da Lei nº 4.102, de 20 de julho de 1962:

“Art. 4º.

III — Órgão Fiscal:

Delegação do Tribunal de Contas (D. T. C.)”.

“Art. 6º.

II —

g)

..... depois do pronunciamento da Delegação do Tribunal de Contas”.

“Art. 9º.

f) submeter à Delegação do Tribunal de Contas, para o necessário exame e aprovação, os contratos e convênios para execução de serviços.

k) apresentar os balancetes mensais, os demonstrativos da execução orçamentária e a prestação anual de contas à Delegação do Tribunal de Contas que os enviará ao Conselho Ferroviário Nacional com seu parecer”.

“Art. 10. Para acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária fica criado no D. N. E. F. a Delegação do Tribunal de Contas, instalada na sua sede, com amplos poderes para examinar a qualquer tempo a sua escrituração e documentação, competindo-lhe ainda:

a) examinar e dar parecer sobre os balancetes mensais e as prestações de contas anuais apresentadas pelo Diretor-Geral;

b) examinar todos os contratos, enviando ao Tribunal de Contas os que estiverem de acordo com as normas aprovadas;

c) exercer o controle sobre a aquisição, arrendamento, aluguel e alienação de materiais e outros bens patrimoniais.

§ 1º Até o último dia do mês subsequente, deverão ser enviados à Delegação do Tribunal de Contas os demonstrativos da execução orçamentária e os balancetes mensais.

§ 2º Até o último dia do mês de abril do ano seguinte, deverão ser encaminhados à D. T. C. o levantamento anual das contas e relação completa circunstanciada dos que tenham recebido, administrado, ou guardado bens, dinheiro e valores do D. N. E. F., no exercício anterior”.

Brasília, 28 de novembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

LEI Nº 4.117 DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações

O Presidente da República :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Introdução

Art. 1.º Os serviços de telecomunicações em todo o território do País, inclusive águas territoriais e espaço aéreo, assim como nos lugares em que princípios e convenções internacionais lhes reconheçam extraterritorialidade obedecerão aos preceitos da presente lei e aos regulamentos baixados para a sua execução.

Art. 2.º Os atos internacionais de natureza normativa, qualquer que seja a denominação adotada serão considerados tratados ou convenções e só entrarão em vigor a partir de sua aprovação pelo Congresso Nacional.

Parágrafo único O Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da assinatura, os atos normativos sobre telecomunicações, anexando-lhes os respectivos regulamentos, devidamente traduzidos.

Art. 3.º (VETADO).

CAPÍTULO II

Das definições

Art. 4.º Para os efeitos desta lei constituem serviços de telecomunicações a transmissão, emissão ou recepção de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons ou informações de qualquer natureza, por fio, rádio, eletricidade, meios óticos ou qualquer outro processo eletromagnético.

Telegrafia é o processo de telecomunicação destinado à transmissão de escritos, pelo uso de um código de sinais.

Telefonia é o processo de telecomunicação destinado à transmissão da palavra falada ou de sons.

§ 1.º Os termos não definidos nesta lei têm o significado estabelecido nos atos internacionais aprovados pelo Congresso Nacional.

§ 2.º (VETADO).

Art. 5.º Quanto ao seu âmbito, os serviços de telecomunicações se classificam em:

a) *serviço interior*, estabelecido entre estações brasileiras, fixas ou móveis, dentro dos limites da jurisdição territorial da União;

b) *serviço internacional*, estabelecido entre estações brasileiras, fixas ou móveis, e estações estrangeiras ou estações brasileiras móveis, que se achem fora dos limites da jurisdição territorial da União.

Art. 6.º Quanto ao fim a que se destinam, as telecomunicações assim se classificam:

a) *serviço público*, destinado ao uso do público em geral;

b) *serviço público restrito*, facultado ao uso dos passageiros dos navios, aeronaves, veículos em movimento ou ao uso do público em localidades ainda não atendidas por serviço público de telecomunicação;

c) *serviço limitado*, executado por estações não abertas à correspondência pública e destinado ao uso de pessoas físicas ou jurídicas nacionais. Constituem serviço limitado entre outros:

1) o de segurança regularidade, orientação e administração dos transportes em geral; 2) o de múltiplos destinos; 3) o serviço rural; 4) o serviço privado;

d) *serviço de radiodifusão*, destinado a ser recebido directa e livremente pelo público em geral, compreendendo radiodifusão sonora e televisão;
e) *serviço de rádio-amador*, destinado a treinamento próprio, intercunicação e investigações técnicas levadas a efeito por amadores, devidamente autorizados, interessados na radiotécnica unicamente a título pessoal e que não visem a qualquer objetivo pecuniário ou comercial;

f) *serviço especial*, relativo a determinados serviços de interesse geral, não abertos à correspondência pública e não incluídos nas definições das alíneas anteriores entre as quais:

1) o de sinais horários; 2) o de frequência padrão; 3) o de boletins meteorológicos; 4) o que se destine a fins científicos ou experimentais; 5) o de música funcional; 6) o de Radiodeterminação.

Art. 7.º Os meios, através dos quais se executam os serviços de telecomunicações constituirão troncos e redes contínuos, que formarão o Sistema Nacional de Telecomunicações.

§ 1.º O Sistema Nacional de Telecomunicações será integrado por troncos e redes a eles ligados.

§ 2.º Objetivando a estruturação e o emprego do Sistema Nacional de Telecomunicações o Governo estabelecerá as normas técnicas e as condições de tráfego mútuo a serem compulsoriamente observadas pelos executores dos serviços, segundo o que for especificado nos Regulamentos.

Art. 8.º Constituem troncos do Sistema Nacional de Telecomunicações os circuitos portadores comuns, que interligam os centros principais de telecomunicações.

§ 1.º Circuitos portadores comuns são aqueles que realizem o transporte integrado de diversas modalidades de telecomunicações.

§ 2.º Centros principais de telecomunicações são aqueles nos quais se realiza a concentração e distribuição das diversas modalidades de telecomunicações, destinadas ao transporte integrado.

§ 3.º Entendem-se por urbanas as redes telefónicas situadas dentro dos limites de um município ou do Distrito Federal e por interurbanas as intermunicipais dentro dos limites de um Estado ou Território.

Art. 9.º (VETADO).

§ 1.º (VETADO).

§ 2.º (VETADO).

CAPÍTULO III

Da competência da União

Art. 10. Compete privativamente à União:

1 — manter e explorar directamente:

a) os serviços... (VETADO)... que integram o Sistema Nacional de Telecomunicações, inclusive suas conexões internacionais;

b) os serviços públicos de telégrafos, de telefones interestaduais e de radiocomunicações, ressalvadas as excepções constantes desta lei, inclusive quanto aos de radiodifusão e ao serviço internacional;

II — fiscalizar os serviços de telecomunicações por ela concedidos, autorizados ou permitidos

Art. 11. Compete, também, a União: fiscalizar os serviços de telecomunicações concedidos, permitidos ou autorizados pelos Estados ou Municípios, em tudo que disser respeito a observância das normas gerais estabelecidas nesta lei e a integração desses serviços no Sistema Nacional de Telecomunicações.

Art. 12. As concessões feitas na faixa de 150 (cento e cinquenta) quilómetros estabelecida na Lei nº 2.597, de 12 de setembro de 1955 obedece-

rão às normas fixadas na referida lei, observando-se iguais restrições relativamente aos serviços explorados pela União.

Art. 13. Dentro dos seus limites respectivos, os Estados e Municípios poderão organizar, regular e executar serviços de telefones, diretamente ou mediante concessão, obedecendo as normas gerais fixadas pelo Conselho Nacional de Telecomunicações

CAPÍTULO IV

Do Conselho Nacional de Telecomunicações

Art. 14. É criado o Conselho Nacional de Telecomunicações (C. O. N.T.E.L.), com a organização... (VETADO) ... definidas nesta lei, (VETADO).

Art. 15. O Conselho Nacional de Telecomunicações terá um Presidente de livre nomeação do Presidente da República e será constituído:

a) do Diretor do Departamento dos Correios e Telégrafos em exercício no referido cargo, o qual pode ser representado por (VETADO) Diretores de sua repartição.

b) de 3 (três) membros indicados, respectivamente, pelos Ministros da Guerra, Marinha e Aeronáutica,

c) de 1 (um) membro indicado pelo Chefe do Estado Maior das Forças Armadas;

d) de 4 (quatro) membros indicados, respectivamente pelos Ministros da Justiça e Negócios Interiores, da Educação e Cultura, das Relações Exteriores e da Indústria e Comércio;

e) ... (VETADO);

f) do diretor da empresa pública que terá a seu cargo a exploração ... (VETADO) ... do Sistema Nacional de Telecomunicações e serviços correlatos, o qual pode ser representado por ... (VETADO) ... Diretores da empresa;

g) ... (VETADO).

§ 1.º ... (VETADO).

§ 2.º ... (VETADO).

Art. 16. O mandato dos membros do Conselho mencionado nas alíneas b, c, d, ... (VETADO) ... terá a duração de 4 (quatro) anos.

Parágrafo único. ... (VETADO).

Art. 17. Em caso de vaga, o membro que fôr nomeado em substituição exercerá o mandato até o fim do período que caberia ao substituído.

Parágrafo único. É vedada a substituição dos membros do Conselho no decurso do mandato, salvo por justa causa verificada mediante inquérito administrativo, sob pena de nulidade das decisões tomadas com o voto do substituído.

Art. 18. O membro do Conselho que faltar, sem motivo justo, a 3 (três) reuniões consecutivas perderá automaticamente o cargo.

§ 1.º O Regimento Interno do Conselho disporá sobre a justificação das faltas.

§ 2.º Serão nulas as deliberações de que participar, com voto decisivo, membro que tenha incorrido nas sanções deste artigo incidindo o presidente, que houver admitido esse voto, em perda imediata de seu cargo.

Art. 19. O presidente será substituído, em seus impedimentos, pelo vice-presidente eleito pelo Conselho dentre seus membros.

Parágrafo único. O presidente tem voto de qualidade nas deliberações do Conselho.

Art. 20. Os membros do Conselho ao se empossarem, devem fazer prova de quitação do imposto sobre a renda, declaração de bens e rendas próprias, de suas esposas e dependentes, renovando-as em 30 de julho de cada ano.

§ 1.º Os documentos constantes dessas declarações serão lacrados e arquivados.

§ 2.º O exame desses documentos só será admitido por determinação do Presidente da República ou do Poder Judiciário.

Art. 21. Os membros do Conselho perceberão mensalmente o vencimento correspondente ao símbolo I-C, além de uma retribuição, por sessão a que comparecerem, igual a 5% (cinco por cento) do vencimento, até o máximo de 10 (dez) sessões.

Art. 22. Os militares que fizerem parte do Conselho serão considerados, para todos os efeitos, durante o desempenho do respectivo mandato, no exercício pleno de suas funções militares.

Art. 23. Nenhum membro do Conselho ou servidor, que no mesmo tenha exercício poderá fazer parte de qualquer empresa, companhia, sociedade ou firma, que tenha por objetivo comercial a telecomunicação, ... (VETADO).

§ 1.º A infração deste artigo — devidamente comprovada, acarretará a perda imediata do mandato no Conselho.

§ 2.º Caberá ao Conselho tomar conhecimento das denúncias feitas nesse sentido e, quando, por dois terços de seus votos, entender comprovadas as acusações, encaminhar ao Presidente da República o pedido de nomeação do substitutivo.

Art. 24. Das deliberações ... (VETADO) ... do Conselho caberá pedido de reconsideração para o mesmo Conselho; e ... (VETADO) ... recurso para o Presidente da República.

§ 1.º As decisões serão tomadas por maioria absoluta de votos dos membros que compõem o Conselho considerando-se unânimes tão-somente as que contarem com a totalidade destes.

§ 2.º O recurso para o Presidente da República ou o pedido de reconsideração deve ser apresentado no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação da notificação feita ao interessado, por telegrama ou carta registrada com aviso de recebimento.

§ 3.º O recurso para o Presidente da República terá efeito suspensivo.

Art. 25. ... (VETADO).

I — ... (VETADO) ...

II — ... (VETADO) ...

III — ... (VETADO) ...

IV — ... (VETADO) ...

V — ... (VETADO) ...

VI — ... (VETADO) ...

Art. 26. ... (VETADO) ...

Parágrafo único. ... (VETADO) ...

Art. 27. ... (VETADO).

Art. 28. Os membros do Conselho, o seu presidente, ... (VETADO) ... serão cidadãos brasileiros de reputação ilibada e notórios conhecimentos de assuntos ligados aos diversos ramos das telecomunicações.

Art. 29. Compete ao Conselho Nacional de Telecomunicações:

a) elaborar o seu Regimento Interno;

b) organizar, na forma da lei, os serviços de sua administração;

c) elaborar o plano nacional de telecomunicações e proceder à sua revisão, pelo menos, de cinco em cinco anos, ... (VETADO);

d) adotar medidas que assegurem a continuidade dos serviços de telecomunicações quando as concessões, autorizações ou permissões não forem renovadas ou tenham sido cassadas, e nouve interesse público na continuação desses serviços;

e) ... (VETADO) ... orientar e coordenar o desenvolvimento das telecomunicações, ... (VETADO);

f) ... (VETADO);

g) propor ou promover as medidas adequadas à execução da presente lei;

h) fiscalizar o cumprimento das obrigações decorrentes das concessões, autorizações e permissões de serviços de telecomunicações e aplicar as sanções que estiverem na sua alçada;

i) rever os contratos de concessão ou atos de autorização ou permissão, por efeito da aprovação pelo Congresso, de atos internacionais;

j) fiscalizar as concessões, autorizações e permissões em vigor; opinar sobre a respectiva renovação e propor a declaração de caducidade e prorrogação;

l) estudar os temas e serem debatidos pelas delegações brasileiras, nas conferências e reuniões internacionais de telecomunicações, sugerindo e propondo diretrizes;

m) estabelecer normas para a padronização da escrita e contabilidade das empresas que explorem serviços de telecomunicação;

n) promover e superintender o tombamento dos bens e a perícia contábil das empresas concessionárias ou permissionárias de serviços de telecomunicação, e das empresas subsidiárias associadas ou dependentes delas, ou a elas vinculadas, inclusive das que sejam controladas por acionistas estrangeiros ou tenham como acionistas pessoas jurídicas com sede no estrangeiro, com o objetivo de determinação do investimento efetivamente realizado e do conhecimento de todos os elementos, que concorram para a composição do custo do serviço, requisitando para esse fim os funcionários federais que possam contribuir para a apuração desses dados

o) estabelecer normas técnicas dentro das leis e regulamentos em vigor, visando à eficiência e integração dos serviços no sistema nacional de telecomunicações

p) propor ao Presidente da República o valor das taxas a serem pagas pela execução dos serviços concedidos, autorizados ou permitidos, e destinadas ao custeio do serviço de fiscalização;

q) cooperar para o desenvolvimento do ensino técnico profissional dos ramos pertinentes à telecomunicação;

r) promover e estimular o desenvolvimento da indústria de equipamentos de telecomunicações dando preferência àqueles cujo capital, na sua maioria, pertencam a acionistas brasileiros

s) estabelecer ou aprovar normas técnicas e especificações a serem observadas na planificação da produção industrial e na fabricação de peças, aparelhos e equipamentos utilizados nos serviços de telecomunicações;

t) sugerir normas para censura nos serviços de telecomunicações, em caso de declaração de estado de sítio;

u) fiscalizar a execução dos convênios firmados pelo Governo brasileiro com outros países,

v) encaminhar à autoridade superior os recursos regularmente interpostos de seus atos, decisões ou resoluções;

x) outorgar ou renovar quaisquer permissões e autorizações de serviço de radiodifusão de caráter local (art. 33 § 5º) e opinar sobre a outorga ou renovação de concessões e autorizações (art. 34 §§ 1º e 3º);

z) estabelecer normas, fixar critérios e taxas para redistribuição de tarifa nos casos de tráfego mútuo entre as empresas de telecomunicações de todo o País;

aa) expedir certificados de licença para o funcionamento das estações de radiocomunicação e radiodifusão uma vez verificado, em vistoria, o atendimento às condições técnicas exigidas;

ab) estabelecer as qualificações necessárias ao desempenho de funções técnicas e operacionais pertinentes as telecomunicações, expedindo os certificados correspondentes;

ac) solicitar a prestação de serviços de quaisquer repartições ou autarquias federais;

ad) aplicar as penas de multa e suspensão à estação de radiodifusão que transmitir ou utilizar, total ou parcialmente, as emissões de estações congêneres sem prévia autorização;

ae) fiscalizar, durante as retransmissões de radiodifusão, a declaração do prefixo ou indicativo e a localização da estação emissora e da estação de origem;

af) fiscalizar o cumprimento, por parte das emissoras de radiodifusão, das finalidades e obrigações de programação, definidas no art. 38;

ag) estabelecer ou aprovar normas técnicas e especificações para a fabricação e uso de quaisquer instalações ou equipamentos elétricos que possam vir a causar interferências prejudiciais aos serviços de telecomunicações, incluindo-se nessa disposição as linhas de transmissão de energia e as estações e subestações transformadoras;

ah) propor ao Presidente do Conselho a imposição das penas da competência do Conselho;

ai) opinar sobre a aplicação da pena de cassação ou de suspensão, quando fundada em motivos de ordem técnica;

aj) propor, em parecer fundamentado, a declaração da caducidade ou perempção, da concessão, autorização ou permissão;

al) opinar sobre os atos internacionais (vetado);

am) aprovar as especificações das redes telefônicas de exploração ou concessão estadual ou municipal.

CAPÍTULO V

Dos Serviços de Telecomunicações

Art. 30. Os serviços de telégrafos, radiocomunicações e telefones interestaduais estão sob a jurisdição da União, que explorará diretamente os troncos integrantes do Sistema Nacional de Telecomunicações, e poderá explorar diretamente ou através de concessão, autorização ou permissão, as linhas e canais subsidiários.

§ 1º Os troncos que constituem o Sistema Nacional de Telecomunicações serão explorados pela União através de empresa pública, com os direitos, privilégios e prerrogativas do Departamento dos Correios e Telégrafos, a qual avocará todos os serviços processados pelos referidos troncos, à medida que expirarem as concessões ou autorizações vigentes ou que se tornar conveniente a revogação das autorizações sem prazo determinado.

§ 2º Os serviços telefônicos explorados pelo Estado ou Município, diretamente ou através de concessão ou autorização, a partir do momento em que se ligarem direta ou indiretamente a serviços congêneres existentes em outra unidade federativa, ficarão sob fiscalização do Conselho Nacional de Telecomunicações, que terá poderes para determinar as condições de tráfego mútuo, a redistribuição das taxas daí resultante, e as normas e especificações a serem obedecidas na operação e instalação desses serviços, inclusive para fixação das tarifas.

Art. 31. Os serviços internacionais de telecomunicações serão explorados pela União diretamente ou através de concessão outorgada, sem caráter exclusivo para instalação e operação de estações em pontos determinados do território nacional, com o fim único de estabelecer serviço público internacional.

Parágrafo único. As estações dos concessionários serão ligadas ao Serviço Nacional de Telecomunicações através do qual será encaminhado e recebido o tráfego telegráfico e telefônico para os locais não compreendidos na concessão.

Art. 32. Os serviços de radiodifusão, nos quais se compreendem os de televisão, serão executados diretamente pela União ou através de concessão, autorização ou permissão.

Art. 33. Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições da presente lei.

§ 1º Na atribuição de frequência para a execução dos serviços de telecomunicações serão levadas em consideração:

a) o emprego ordenado e econômico do spectrum eletro magnético;

b) as consignações de frequências anteriormente feitas, objetivando evitar interferência prejudicial.

§ 2º Considera-se interferência qualquer emissão, irradiação ou indução que obstrua, total ou parcialmente, ou interrompa repetidamente serviços radioelétricos;

§ 3º (VETADO).

§ 4º (VETADO).

§ 5º Os serviços de radiodifusão de caráter local serão autorizados pelo Conselho Nacional de Telecomunicações.

§ 6º Dependem de permissão, dada pelo Conselho Nacional de Telecomunicações os seguintes serviços;

- a) Público Restrito (Art. 6º, letra b);
- b) Limitado (Art. 6º, letra c);
- c) de Rodioamador (Art. 6º, letra e);
- d) Especial (Art. 6º, letra f).

Art. 34. As novas concessões ou autorizações para o serviço de radiodifusão serão precedidas de edital, publicado com 60 (sessenta) dias de antecedência pelo Conselho Nacional de Telecomunicações, convidando os interessados a apresentar suas propostas em prazo determinado, acompanhadas de:

- a) prova de idoneidade moral;
- b) demonstração dos recursos técnicos e financeiros de que dispõem para o empreendimento;
- c) indicação dos responsáveis pela orientação intelectual e administrativa da entidade e, se for o caso, do órgão a que compete a eventual substituição dos responsáveis.

§ 1º A outorga da concessão ou autorização é prerrogativa do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 33 § 5º, depois de ouvido o Conselho Nacional de Telecomunicações sobre as propostas e requisitos exigidos pelo edital, e de publicado o respectivo parecer.

§ 2º Terão preferência para a concessão as pessoas jurídicas de direito público interno, inclusive universidades.

§ 3º As disposições do presente artigo regulam as novas autorizações de serviços de caráter local no que lhes forem aplicáveis.

Art. 35. As concessões e autorizações não têm caráter de exclusividade, e se restringem, quando envolvem a utilização de radiofrequência, ao respectivo uso sem limitação do direito, que assiste à União, de executar, diretamente, serviço idêntico.

Art. 36. O funcionamento das estações de telecomunicações fica subordinado a prévia licença, de que constarão as respectivas características, e que só será expedida depois de verificada a observância de todas as exigências legais.

§ 1º A vistoria, para as estações de radiodifusão, após o atendimento das condições legais a que se refere este artigo e do registro do contrato de concessão pelo Tribunal de Contas, deverá ser procedida dentro de 30 (trinta) dias após a data da entrada do pedido de vistoria, e, aprovada esta, o fornecimento da licença para funcionamento não poderá ser retardado por mais de 30 (trinta) dias.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica às rês por fio do Departamento dos Correios e Telégrafos e das estradas de ferro, cumprindo lhes, todavia, comunicar ao Conselho Nacional de Telecomunicações a data da inauguração e as características da estação, para inscrição no cadastro e ulterior verificação.

§ 3º Expirado o prazo da concessão ou autorização, perde, automaticamente, a sua validade a licença para o funcionamento da estação.

Art. 37. (VETADO).

Parágrafo único. (VETADO).

Art. 38. Nas concessões e autorizações para a execução de serviços de radiodifusão serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas;

a) os diretores e gerentes serão brasileiros natos e os técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores serão brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País permitida, porém, em caráter excepcional e com autorização expressa do Conselho de Telecomunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, para estas últimas funções.

b) a modificação dos estatutos e atos constitutivos das empresas depende, para sua validade, de aprovação do Governo, ouvido previamente o Conselho Nacional de Telecomunicações.

c) a transferência da concessão, a cessão de cotas ou de ações representativas do capital social, dependem, para sua validade, de autorização do Governo após o pronunciamento do Conselho Nacional de Telecomunicações.

(VETADO).

d) os serviços de informação, divertimento, propaganda e publicidade das empresas de radiodifusão estão subordinadas às finalidades educativas e culturais inerentes à radiodifusão, visando aos superiores interesses do País.

e) as emissoras de radiodifusão, excluídas as de televisão, são obrigadas a retransmitir, diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República, ficando reservados 30 (trinta) minutos para divulgação de noticiário preparado pelas duas Casas do Congresso Nacional.

f) as empresas, não só através da seleção de seu pessoal, mas também das normas de trabalho observadas nas estações emissoras devem criar as condições mais eficazes para que se evite a prática de qualquer das infrações previstas na presente lei.

g) a mesma pessoa não poderá participar da direção de mais de uma concessionária ou permissionária do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

h) as emissoras de radiodifusão, inclusive televisão, deverão cumprir sua finalidade informativa, destinando um mínimo de 5% (cinco por cento) de seu tempo para transmissão de serviço noticioso.

Parágrafo único. Não poderá exercer a função de diretor ou gerente de empresa concessionária de rádio ou televisão quem esteja no gozo de imunidade parlamentar ou de foro especial.

Art. 39. As estações de radiodifusão, nos 90 (noventa) dias anteriores às eleições gerais do País ou da circunscrição eleitoral, onde tiverem sede reservarão diariamente 2 (duas) horas a propaganda partidária gratuita, sendo uma delas durante o dia e outra entre 20 (vinte) e 23 (vinte e três) horas e destinadas, sob critério de rigorosa rotatividade, aos diferentes partidos e com proporcionalidade no tempo de acordo com as respectivas legendas no Congresso Nacional e Assembleias Legislativas.

§ 1º Para efeito deste artigo a distribuição dos horários a serem utilizados pelos diversos partidos será fixada pela Justiça Eleitoral, ouvidos os representantes das direções partidárias.

§ 2º Requerida aliança de partidos, a rotatividade prevista no parágrafo anterior será alternada entre os partidos requerentes de alianças diversas.

§ 3º O horário não utilizado por qualquer partido será redistribuído pelos demais, não sendo permitida cessão ou transferência.

§ 4º Caberá à Justiça Eleitoral disciplinar as divergências oriundas da aplicação deste artigo.

Art. 40. As estações de rádio ficam obrigadas, a divulgar, 60 (sessenta) dias antes das eleições mencionadas no artigo anterior, os comunicados da Justiça Eleitoral até o máximo de tempo de 30 (trinta) minutos.

Art. 41. As estações de rádio e de televisão não poderão cobrar, na publicidade política, preços superiores aos em vigor, nos 6 (seis) meses anteriores, para a publicidade comum.

Art. 42. É o Poder Executivo autorizado a constituir uma entidade autônoma, sob a forma de empresa pública, de cujo capital participem exclusivamente pessoas jurídicas de direito público interno, bancos e empresas governamentais, com o fim de explorar industrialmente serviços de telecomunicações postos, nos termos da presente lei, sob o regime de exploração direta da União.

§ 1º A entidade a que se refere este artigo ampliará progressivamente seus encargos, de acordo com as diretrizes elaboradas pelo Conselho Nacional de Telecomunicações, mediante:

a) transferência, por decreto do Poder Executivo, de serviços hoje executados pelo Departamento dos Correios e Telégrafos;

b) incorporação de serviços hoje explorados mediante concessão ou autorização, à medida que estas sejam extintas;

c) (VETADO).

§ 2º O Presidente da República nomeará uma comissão para organizar a nova entidade e a ela incorporar os bens móveis e imóveis pertencentes à União, atualmente sob a administração do Departamento dos Correios e Telégrafos aplicados nos serviços transferidos.

§ 3º A entidade poderá contratar pessoal de acordo com a legislação trabalhista, recrutado dentro ou fora do país, para exercer as funções de natureza técnico-especializada, relativas à instalação e uso de equipamentos especiais.

§ 4º (VETADO).

§ 5º Os recursos da nova entidade serão constituídos:

a) das tarifas cobradas pela prestação de seus serviços;

b) dos recursos do Fundo Nacional de Telecomunicações criado no art. 51 desta lei, cuja aplicação obedecerá ao Plano Nacional de Telecomunicações elaborado pelo Conselho Nacional de Telecomunicações e aprovado por decreto do Presidente da República;

c) das dotações consignadas no Orçamento Geral da União;

d) do produto de operações de crédito, juros de depósitos bancários, rendas de bens patrimoniais, venda de materiais inservíveis ou de bens patrimoniais.

§ 6º A arrecadação das taxas de outras fontes de receita será efetuada diretamente pela entidade ou mediante convênios e acordos com órgãos do Poder Público.

Art. 43. As tarifas devidas pela utilização dos serviços de telecomunicações prestados pela entidade serão fixadas pelo Conselho Nacional de Telecomunicações de forma a remunerar sempre os custos totais dos serviços, as amortizações do capital investido e a formação dos fundos necessários à conservação, reposição, modernização dos equipamentos e ampliações dos serviços.

Art. 44. É vedada a concessão ou autorização do serviço de radiodifusão a sociedades por ações ao portador, ou a empresas que não sejam constituídas exclusivamente dos brasileiros a que se referem as alíneas I e II do art. 129 da Constituição Federal.

Art. 45. A cada modalidade de telecomunicação corresponderá uma concessão, autorização ou permissão distinta que será considerada isoladamente para efeito da fiscalização e das contribuições previstas nesta lei.

Art. 46 Os Estados e Territórios Federais poderão obter permissão para o serviço telegráfico interior limitado, sob sua direta administração e responsabilidade, dentro dos respectivos limites e destinado exclusivamente a comunicações oficiais.

Art. 47. Nenhuma estação de radiodifusão, de propriedade da União, dos Estados, Territórios ou Municípios ou nas quais possuam essas pessoas de direito público maioria de cotas ou ações, poderá ser utilizada para fazer propaganda política ou difundir opiniões favoráveis ou contrárias a qualquer partido político, seus órgãos, representantes ou candidatos, ressalvado o disposto na legislação eleitoral.

Art. 48. Nenhuma estação de radiodifusão poderá transmitir ou utilizar, total ou parcialmente, as emissões de estações congêneres, nacionais ou estrangeiras, sem estar por estas previamente autorizada. Durante a irradiação, a estação dará a conhecer que se trata de retransmissão ou aproveitamento de transmissão alheia, declarando, além do próprio indicativo e localização, os da estação de origem.

Art. 49. (VETADO).

Parágrafo único. (VETADO).

Art. 50. As concessões e autorizações para a execução de serviços de telecomunicações poderão ser revistas sempre que se fizer necessária a sua adaptação a cláusulas de atos internacionais aprovados pelo Congresso Nacional ou a leis supervenientes de atos, observado o disposto no art. 141, § 3.º da Constituição Federal.

CAPÍTULO VI

Do Fundo Nacional de Telecomunicações

Art. 51. É criado o Fundo Nacional de Telecomunicações constituído dos recursos abaixo relacionados, os quais serão arrecadados pelo prazo de 10 (dez) anos... (VETADO)... para serem aplicados na forma prescrita no Plano Nacional de Telecomunicações, elaborado pelo Conselho Nacional de Telecomunicações e aprovado por decreto do Presidente da República:

a) produto de arrecadação de sobretarifas criadas pelo Conselho Nacional de Telecomunicações sobre qualquer serviço de telecomunicação, ... (VETADO)... inclusive tráfego mútuo, taxas terminais e taxas de radiodifusão e radioamadorismo, não podendo, porém a sobretarifa ir além de 30% (trinta por cento) da tarifa;

b) juros dos depósitos bancários de recursos do próprio Fundo e produto de operações de crédito por ele garantidas;

d) rendas eventuais, inclusive donativos.

CAPÍTULO VII

Das Infrações e Penalidades

Art. 52. A liberdade de radiodifusão não exclui a punição dos que praticarem abusos no seu exercício.

Art. 53. Constitui abuso, no exercício de liberdade da radiodifusão, o emprego desse meio de comunicação para a prática de crime ou contra-venção previstos na legislação em vigor no País, inclusive:

a) incitar a desobediência às leis ou às decisões judiciais;

b) divulgar segredos de Estado ou assuntos que prejudiquem a defesa nacional;

c) ultrajar a honra nacional;

d) fazer propaganda de guerra ou de processos violentos para subverter a ordem política ou social;

e) promover campanha discriminatória de classe, cor, raça ou religião;

f) insuflar a rebeldia ou a indisciplina nas forças armadas ou nos serviços de segurança pública;

g) comprometer as relações internacionais do País;

h) ofender a moral familiar, pública, ou os bons costumes;

i) caluniar, injuriar ou difamar os Poderes Legislativo, Executivo ou Judiciário ou os respectivos membros;

j) veicular notícias falsas, com perigo para a ordem pública, econômica e social.

Parágrafo único. (VETADO).

Art. 54. (VETADO).

Art. 55. (VETADO).

Art. 56. Pratica crime de violação de telecomunicação quem, transgredindo lei ou regulamento, exiba autógrafo ou qualquer documento do arquivo, divulgue ou comunique, informe ou capte, transmita a outrem ou utilize o conteúdo, resumo, significado, interpretação, indicação ou efeito de qualquer comunicação dirigida a terceiro.

§ 1.º Pratica, também, crime de violação de telecomunicações quem ilegalmente receber, divulgar ou utilizar, telecomunicação interceptada.

§ 2.º Somente os serviços fiscais das estações e postos oficiais poderão interceptar telecomunicação.

Art. 57. Não constitui violação de telecomunicação:

I — A recepção de telecomunicação dirigida por quem diretamente ou como cooperação esteja legalmente autorizado;

II — O conhecimento dado:

- a) ao destinatário da telecomunicação ou a seu representante legal;
- b) aos intervenientes necessários ao curso da telecomunicação;
- c) ao comandante ou chefe, sob cujas ordens imediatas estiver servindo;
- d) aos fiscais do Governo junto aos concessionários ou permissionários;
- e) ao juiz competente, mediante requisição ou intimação deste.

Parágrafo único. Não estão compreendidas nas proibições contidas nesta lei as radiocomunicações destinadas a ser livremente recebidas, as de amadores, as relativas a navios e aeronaves em perigo, ou as transmitidas nos casos de calamidade pública.

Art. 58. Nos crimes de violação da telecomunicação, a que se referem esta lei e o art. 151 do Código Penal, caberão, ainda, as seguintes penas:

I — Para as concessionárias ou permissionárias:

- a) suspensão até 30 (trinta) dias, se culpados por ação ou omissão;
- b) a aplicação de multa administrativa ou de pena de suspensão ou cassação não exclui a responsabilidade criminal.

II — Para as pessoas:

- a) 1 (um) a 2 (dois) anos de detenção ou perda de cargo ou emprego, apurada a responsabilidade em processo regular, iniciado com o afastamento imediato do acusado até decisão final;
- b) para a autoridade responsável por violação de telecomunicação, as penas previstas na legislação em vigor serão aplicadas em dobro.

Parágrafo único. A reincidência, no caso da alínea "a", do item I, será punida com pena em dobro, acarretando sempre suspensão ou cassação.

Art. 59. Serão suspensos ou cassados, na proporção da gravidade da infração, os certificados dos operadores e amadores responsáveis pelo crime de violação de telecomunicação.

Art. 60. As penas administrativas, inclusive a multa, serão aplicadas pelo Conselho Nacional de Telecomunicações.

Art. 61. As penas por infração desta lei são:

- a) multa;
- b) suspensão;
- c) cassação;
- d) detenção.

Parágrafo único. (VETADO).

Art. 62. A pena de multa poderá ser aplicada por infração:

- a) das letras a, b, c, e, g e h do artigo 38 desta lei;
- b) do art. 53 desta lei;
- c) do art. 124 desta lei.

Art. 63. A multa terá o valor:

- a) de 1 (uma) a 10 (dez) vezes o maior salário-mínimo, para as estações de radiodifusão até 1 (um) kw;
- b) de 1 (uma) a 20 (vinte) vezes o maior salário-mínimo, para as estações de radiodifusão até 10 (dez) kw;
- c) de 1 (uma) a 50 (cinqüenta) vezes o maior salário-mínimo, para as estações de radiodifusão com mais de dez (10) kw, e para as estações de televisão;
- d) de 1 (uma) a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo, para as telecomunicações que não sejam de radiodifusão.

Parágrafo único. A reincidência será punida com multa imposta em dobro.

Art. 64. Para os efeitos desta lei, considera-se reincidência a reiteração ... (VETADO) ... na prática da mesma infração já punida anteriormente.

Art. 65. A pena de multa poderá ser aplicada isolada ou conjuntamente com outras sanções especiais estatuidas nesta lei.

Art. 66. As multas serão aplicadas pelo Conselho Nacional de Telecomunicações, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do ingresso ou formação de ofício da respectiva representação em sua secretaria.

§ 1º. Dentro do prazo de 5 (cinco) dias, contados da notificação, o acusado poderá oferecer defesa escrita.

§ 2. As multas poderão, também, ser aplicadas pelo Conselho Nacional de Telecomunicações mediante representação das autoridades referidas no art. 68 desta lei.

Art. 67. O infrator multado poderá dentro de 5 (cinco) dias e com efeito suspensivo, recorrer ao Presidente da República, que lhe dará ou negará provimento, podendo, ainda, reduzir o valor da multa.

Art. 68. A suspensão da concessão ou da permissão, até 30 (trinta) dias, será aplicada pelo Ministro da Justiça, nos casos em que a infração estiver capitulada no art. 53 desta lei, *ex officio* ou mediante representação de qualquer das seguintes autoridades:

I — Em todo o território nacional:

- a) Mesa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
- b) Presidente do Supremo Tribunal Federal;
- c) Ministro de Estado;
- d) Procurador Geral da República;
- e) Chefe do Estado Maior das Forças Armadas;
- f) Conselho Nacional de Telecomunicações.

II — Nos Estados:

- a) Mesa da Assembléia Legislativa;
- b) Presidente do Tribunal de Justiça;
- c) Secretário do Interior e da Justiça;
- d) Chefe do Ministério Público Estadual;
- e) Juiz de Menores, nos casos de ofensa à moral e aos bons costumes.

III — Nos Municípios:

- a) Mesa da Câmara Municipal;
- b) Prefeito Municipal.

Art. 69. Assim que receber representação das autoridades referidas no art. 68, inciso I, letras "a" e "b", incontinenti o Ministro da Justiça notificará a concessionária ou permissionária, para que:

- a) não reincida na transmissão objeto da representação, até que esta seja decidida pelo Ministro da Justiça;
- b) desminta, imediatamente, a transmissão incriminada ou a desfaça por declarações contrárias às que tenham motivado a representação;
- c) ofereça defesa no prazo de 5 (cinco) dias.

Parágrafo único. Quando a representação fôr das autoridades referidas no art. 68, inciso I, letras *c, d, e, e f*, inciso II, etras *a, b, c, d, e "e"*, inciso III, letras "*a*" e "*b*", o Ministro da Justiça verificará *in limine*, sua procedência, a fim de notificar ou não a concessionária ou permissionária.

Art. 70. Se a notificação não fôr prontamente obedecida, o Ministro da Justiça suspenderá, provisoriamente, a concessionária ou permissionária.

Parágrafo único. O Ministro da Justiça decidirá as representações que lhe forem oferecidas dentro de 15 (quinze) dias, improrrogáveis.

Art. 71. (VETADO).

a) (VETADO).

b) (VETADO).

c) (VETADO).

d) (VETADO).

e) (VETADO);

f) (VETADO);

g) (VETADO).

§ 1º (VETADO).

§ 2º (VETADO).

§ 3º (VETADO).

Art. 72. A pena de suspensão até 15 (quinze) dias, ouvido o Conselho Nacional de Telecomunicações, será ainda aplicada pelo Ministro da Justiça nos seguintes casos:

a) infração das letras *a, b, c, e, g e h*, do art. 38 desta lei, estipulando o Ministro da Justiça prazo para que sejam sanadas as irregularidades;

b) desrespeito ao direito de resposta reconhecido por decisão judicial;

c) quando seja criada situação de perigo de vida;

d) inobservância do disposto nos §§ 3º e 4º do art. 81 e no art. 86 desta lei.

Parágrafo único. No caso da letra *c* dêste artigo, a suspensão poderá ser aplicada pelo agente fiscalizador, "ad referendum" do Conselho Nacional de Telecomunicações.

Art. 73. Da suspensão aplicada nos termos do artigo anterior cabe recurso no prazo de 3 (três) dias, ao Presidente da República, (VETADO).

Art. 74. A pena de cassação será imposta pelo Ministro da Justiça dentro de 30 (trinta) dias e mediante representação do Conselho Nacional de Telecomunicações, nos seguintes casos:

a) reincidência em infração anteriormente punida com suspensão;

b) interrupção do funcionamento por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, exceto quando haja autorização do Conselho Nacional de Telecomunicações, por justa causa;

c) superveniência de incapacidade legal, técnica ou econômica para execução dos serviços da concessão ou autorização;

d) por não haver a concessionária ou permissionária, no prazo estipulado pelo Ministro da Justiça, corrigido as irregularidades motivadoras de suspensão anteriormente imposta.

§ 1º. O Conselho Nacional de Telecomunicações, ao representar pedindo a cassação dará ciência, na mesma data, a concessionária ou permissionária para que, dentro de 15 (quinze) dias, ofereça defesa escrita, querendo.

§ 2º (VETADO).

§ 3º (VETADO).

Art. 75. A perempção da concessão ou autorização será declarada pelo Presidente da República, precedendo parecer do Conselho Nacional de Telecomunicações, (VETADO).

Parágrafo único. (VETADO).

Art. 76. A caducidade da concessão ou da autorização será declarada pelo Presidente da República, precedendo parecer do Conselho Nacional de Telecomunicações, nos seguintes casos:

- a) quando a concessão ou a autorização decorra de convênio com outro País, cuja denúncia a torne inexecutável;
- b) quando expirarem os prazos da concessão ou autorização decorrente de convênio com outro País, sendo inviável a prorrogação.

Parágrafo único. (VETADO).

Art. 77. (VETADO).

Art. 78. Constitui crime punível com a pena de detenção de 1 (um) a 2 (dois) anos, aumentada da metade se houver dano a terceiro, a instalação ou utilização de telecomunicações, sem observância do disposto nesta lei e nos regulamentos.

Parágrafo único. Precedendo ao processo penal, para os efeitos referidos neste artigo será liminarmente procedida a busca e apreensão da estação ou aparelho ilegais.

Art. 79. As autoridades, pessoas, entidades ou empresas noticiosas que funcionem legalmente no País, quando não sob responsabilidade da concessionária ou permissionária, que praticarem abuso referido no art. 53 desta lei, estão sujeitas, no que couber, ao disposto nos artigos 9º a 16 e 26 a 51 da Lei nº 2.083, de 12 de novembro de 1953.

§ 1º. A responsabilidade pela autoria, nos termos do disposto neste artigo, não exclui a da concessionária ou permissionária, quando culpada por ação ou omissão.

§ 2º. As multas estipuladas na Lei nº 2.083, de 12 de novembro de 1953, serão de 5 (cinco) a 100 (cem) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País.

Art. 80. Equiparam-se à atividade do jornalista profissional, a busca, a redação, a divulgação ou a promoção, através da radiodifusão, de notícias, reportagens, comentários, debates e entrevistas.

Art. 81. Independentemente da ação penal, o ofendido pela calúnia, difamação ou injúria cometida por meio de radiodifusão, poderá demandar, no Juízo Cível, a reparação do dano moral, respondendo por este solidariamente, o ofensor, a concessionária ou permissionária, quando culpada por ação ou omissão, e quem quer que, favorecido pelo crime, haja de qualquer modo contribuído para ele.

§ 1º. A ação seguirá o rito do processo ordinário estabelecido no Código do Processo Civil.

§ 2º. Sob pena de decadência a ação deve ser proposta dentro de 30 (trinta) dias, a contar da data da transmissão caluniosa, difamatória ou injuriosa.

§ 3º. Para exercer o direito à reparação é indispensável que no prazo de 5 (cinco) dias para as concessionárias ou permissionárias até 1 kw e de dez (dez) dias para as demais, o ofendido as notifique, via judicial ou extrajudicial, para que não desfaçam a gravação nem destruam o texto, referidos no art. 86 desta lei.

§ 4º. A concessionária ou permissionária só poderá destruir a gravação ou o texto objeto da notificação referida neste artigo, após o pronunciamento conclusivo do Judiciário sobre a respectiva demanda para a reparação do dano moral.

Art. 82. Em se tratando de calúnia, é admitida, como excludente da obrigação de indenizar, a exceção da verdade, que deverá ser oferecida no prazo para a contestação.

Parágrafo único. Será sempre admitida a exceção da verdade, aduzida no prazo acima, em se tratando de calúnia ou difamação, se o ofendido exercer função pública na União, nos Estados, nos Municípios, em entidade autárquica ou em sociedade de economia mista.

Art. 83. (VETADO).

Art. 84. Na estimação do dano moral, o Juiz terá em conta, notadamente, a posição social ou política do ofendido, a situação econômica do ofensor, a intensidade do ânimo de ofender, a gravidade e repercussão da ofensa.

§ 1º. O montante da reparação terá o mínimo de 5 (cinco) e o máximo de 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

§ 2º. O valor da indenização será elevado ao dobro quando comprovada a reincidência do ofensor em ilícito contra a honra, seja por que meio fôr.

§ 3º. A mesma agravação ocorrerá no caso de ser o ilícito contra a honra praticado no interesse de grupos econômicos ou visando a objetivos antinacionais.

Art. 85. A retratação do ofensor, em juízo ou fora dele, não excluirá a responsabilidade pela reparação.

Parágrafo único. A retratação será atenuante na aplicação da pena de reparação.

Art. 86. As concessionárias ou permissionárias deverão conservar em seus arquivos os textos dos programas, inclusive noticiosos, devidamente autenticados pelos responsáveis, durante 10 (dez) dias.

Parágrafo único. Os programas de debates ou políticos, bem como pronunciamentos da mesma natureza não registrados em textos, excluídas as transmissões compulsoriamente estatuídas por lei, deverão ser gravados para que sejam conservados em seus arquivos até 5 (cinco) dias depois de transmitidos para as concessionárias ou permissionárias até 1 kw e até 10 (dez) dias, para as demais.

Art. 87. Os dispositivos, relativos à reparação dos danos morais, são aplicáveis, no que couber, ao caso de ilícito contra a honra por meio da imprensa, devendo a petição inicial ser instruída, desde logo, com o exemplar do jornal ou revista contendo a calúnia, difamação ou injúria.

Art. 88. A prescrição da ação penal nas infrações definidas nesta lei e na Lei nº 2.083, de 12 de novembro de 1953, ocorrerá 2 (dois) anos após a data da transmissão ou publicação incriminadas, e a da condenação no dobro do prazo em que fôr fixada.

Parágrafo único. O direito de queixa ou de representação do ofendido, ou seu representante legal, decairá se não fôr exercido dentro do prazo de 3 (três) meses da data da transmissão ou publicação incriminadas.

Art. 89. É assegurado o direito de resposta a quem fôr ofendido pela radiodifusão.

Art. 90. O direito de resposta consiste na transmissão da resposta escrita do ofendido, dentro de 24 (vinte e quatro) horas do seu recebimento, no mesmo horário, programa e pela mesma emissora em que se deu a ofensa.

§ 1º. Se no prazo de 24 (vinte e quatro) horas não se repetir o programa para o efeito referido neste artigo, a emissora respeitará a exigência nele contida quanto ao horário.

§ 2º. Quando o ofensor não tiver com a permissionária ou concessionária em que se deu a ofensa, qualquer vínculo de responsabilidade ou de contrato de trabalho o pagamento da resposta é devido por aquele ou pelo ofendido, conforme decisão do Judiciário sobre o pedido de resposta.

§ 3º. No caso referido no parágrafo anterior, a emissora transmitirá a resposta 24 (vinte e quatro) horas depois que o ofendido lhe provar o ingresso em juízo do pedido de resposta.

§ 4º. Se a emissora, no prazo referido no parágrafo anterior, não transmitir a resposta, ainda que a responsabilidade da ofensa seja de terceiro, nos termos do parágrafo 2º deste artigo, decairá do direito ao pagamento nela assegurado.

Art. 91. O direito de resposta poderá ser exercido pelo próprio ofendido, seu bastante procurador ou representante legal.

Parágrafo único. Quando a ofensa fôr à memória de alguém, o direito de resposta poderá ser exercido por seu cônjuge, ascendente, descendente ou parente colateral.

Art. 92. Se o pedido de resposta não fôr atendido dentro de 24 (vinte e quatro) horas, o ofendido, seu bastante procurador ou representante legal, ou no caso do parágrafo único, do artigo 91, qualquer das pessoas neste qualificadas, poderá reclamar judicialmente o direito de pessoalmente fazê-lo dentro de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da intimação por mandado judicial.

Art. 93. Recebido o pedido de resposta, o juiz, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, mandará citar a concessionária ou permissionária para que, em igual prazo, diga das razões por que não a transmitiu.

Parágrafo único. Nas 24 (vinte e quatro) horas seguintes, o juiz proferirá sua decisão, tenha o responsável atendido, ou não, a intimação para que se defendesse, dela devendo também constar:

- a) fixação do tempo para a resposta;
- b) fixação do preço da transmissão quando o ofensor condenado ou o ofendido que perdeu a ação, deva pagá-lo;
- c) gratuidade da resposta, quando:

I — houver ocorrido a decadência referida no parágrafo 4º do artigo 90 desta lei;

II — a autoria da ofensa seja de pessoa vinculada por qualquer responsabilidade ou por contrato de trabalho à concessionária ou permissionária;

III — a autoria seja de pessoa sem qualquer vínculo de responsabilidade ou de contrato de trabalho com a concessionária ou permissionária, mas sendo uma ou outra julgada culpada por ação ou omissão.

Art. 94. Da decisão proferida pelo juiz, caberá apelação no efeito devolutivo, com ação executiva para reaver o preço pago pela transmissão da resposta.

Art. 95. Será negada a transmissão da resposta:

- a) quando não tiver relação com os fatos referidos na transmissão incriminada;
- b) quando contiver expressões caluniosas, injuriosas ou difamatórias contra a concessionária ou permissionária;
- c) quando se tratar de atos ou publicações oficiais;
- d) quando se referir a terceiros, podendo dar-lhes também o direito de resposta;
- e) quando houver decorrido o prazo de mais de 30 (trinta) dias entre a transmissão incriminada e o respectivo pedido de resposta.

Art. 96. A transmissão da resposta, salvo quando espontânea, não impedirá o ofendido de promover a punição pelas ofensas de que foi vítima.

Art. 97. Os discursos proferidos no Congresso Nacional, assim como os votos e pareceres dos seus membros, são invioláveis para o efeito de transmissão pelas telecomunicações.

Parágrafo único. Na vigência do estado de sítio, só serão divulgados os discursos, votos e pareceres expressamente autorizados pela Mesa da Casa a que pertencer o Congressista.

Art. 98. (VETADO).

Art. 99. (VETADO).

CAPÍTULO VIII

Das Taxas e Tarifas

Art. 100. A execução de qualquer serviço de telecomunicações, por meio de concessão, autorização ou permissão, está sujeita ao pagamento de taxas (VETADO).

Art. 101. Os critérios para determinação da tarifa dos serviços de telecomunicações, excluídas as referentes à Radiodifusão, serão fixados pelo Conselho Nacional de Telecomunicações de modo a permitirem:

- a) cobertura das despesas de custeio;
- b) justa remuneração do capital;
- c) melhoramentos e expansão dos serviços (Constituição, art. 151, parágrafo único).

§ 1º As tarifas dos serviços internacionais obedecerão aos mesmos princípios deste artigo, observando-se o que estiver ou vier a ser estabelecido em acordos e convenções a que o Brasil esteja obrigado.

§ 2º Nenhuma tarifa entrará em vigor sem prévia aprovação pelo Conselho Nacional de Telecomunicações.

Art. 102. A parte da tarifa que se destinar a melhoramentos e expansão dos serviços de telecomunicações, de que trata o art. 101, letra "c", será escriturada em rubrica especial na contabilidade da empresa.

Art. 103. Não poderão ser incluídos na composição do custo do serviço, para efeito da revisão ou fixação tarifária:

- a) despesas de publicidade das concessionárias e permissionárias;
- b) assistência técnica devida a empresas que pertençam a *holding*, de que faça parte também a concessionária ou permissionária;
- c) honorários advocatícios, ou despesas com pareceres, quando a empresa possua órgãos técnicos permanentes para o serviço forense;
- d) despesa com peritos da parte, sempre que no quadro da empresa figurem pessoas habilitadas para a perícia em questão;
- e) vencimentos de diretores ou chefes de serviços, no que vierem a exceder a remuneração atribuída, no serviço federal, ao Ministro de Estado;
- f) despesas não cobradas com serviços de qualquer natureza que a lei não haja tornado gratuitos, ou que não tenham sido dispensados de pagamento em resolução do Conselho Nacional de Telecomunicações, publicada no *Diário Oficial*.

Parágrafo único. A publicação de editais ou de notícias de evidente interesse público, não se incluirá na redação da letra "a" desde que previamente autorizada pelo Conselho Nacional de Telecomunicações e distribuída uniformemente por todos os jornais diários.

Art. 104. Será adotada tarifa especial para os programas educativos dos Estados, Municípios e Distrito Federal, assim como para as instituições privadas de ensino e de cultura.

Art. 105. Na ocorrência de novas modalidades do serviço, poderá o Governo até que a lei disponha a respeito, adotar taxas ... (VETADO) ... provisórias, calculadas na base das que são cobradas em serviço análogo ou fixadas para a espécie em regulamento internacional.

Art. 106. (VETADO).

Art. 107. No serviço telegráfico público internacional a União terá direito às taxas de terminal e de trânsito brasileiras.

Art. 108. Em relação à que for cobrada pela União em serviço interior idêntico, a tarifa dos concessionários e permissionários, deverá ser:

- a) igual, no serviço telegráfico das estradas de ferro;
- b) nunca inferior nos casos de serviço público restrito interior;
- c) sempre mais elevada, nos demais casos.

Art. 109. No serviço público telegráfico interior em tráfego mútuo entre redes da União e de estradas de ferro, a prorrogação das taxas obedecerá ao que for estipulado pelo Conselho Nacional de Telecomunicações.

Parágrafo único. Os convênios serão aprovados pelo Conselho Nacional de Telecomunicações e o rateio das taxas obedecerá às normas por ele estabelecidas.

Art. 110. Nos serviços de telegramas e radiocomunicações de múltiplos destinos será cobrada a tarifa que vigorar para a imprensa.

Art. 111. A tarifa dos radiotelegramas internacionais será estabelecida segundo os respectivos regulamentos, considerando-se, porém, serviço público interior para esse efeito os radiotelegramas diretamente permutados entre as estações brasileiras fixas ou móveis e as estações brasileiras móveis que se acharem fora da jurisdição territorial do Brasil.

Art. 112. As disposições sobre tarifas somente têm aplicação nos casos de serviços remunerados.

Parágrafo único. O Orçamento consignará anualmente dotação suficiente para cobertura das despesas correspondentes às taxas postais-telegráficas resultantes dos serviços dos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Art. 113. Os concessionários e permissionários não poderão cobrar tarifas diferentes das que, para os mesmos destinos no exterior e pela mesma via, estejam em vigor (VETADO).

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 114. Ficam revogados os dispositivos em vigor referentes ao registro de aparelhos receptores de radiodifusão.

Art. 115. São anistiadas as dívidas pelo não pagamento de taxa de registro de aparelhos receptores de radiodifusão, devendo o Poder Executivo providenciar o imediato cancelamento dessas dívidas, inclusive as já inscritas e ajuizadas.

Art. 116. Regulamentada esta lei, constituído e instalado o Conselho Nacional de Telecomunicações, ficará extinta a Comissão Técnica de Rádio, transferindo-se o seu pessoal, arquivo, expediente e instalações para o Conselho Nacional de Telecomunicações.

Art. 117. (VETADO).

Art. 118. O Conselho Nacional de Telecomunicações procederá, imediatamente, ao levantamento das concessões, autorizações e permissões, propondo ao Presidente da República a extinção daquelas cujos serviços não estiverem funcionando por culpa dos concessionários.

Art. 119. Até que seja aprovado o seu Quadro de Pessoal os serviços a cargo do Conselho Nacional de Telecomunicações serão executados por servidores públicos civis e militares, requisitados na forma da legislação em vigor.

Art. 120. Após a sua instalação, o Conselho Nacional de Telecomunicações proporá, dentro de 90 (noventa) dias, a organização dos quadros de seus serviços e órgãos.

Art. 121. O Conselho Nacional de Telecomunicações procederá à revisão dos contratos das empresas de telecomunicações que funcionam no país, observando:

a) a padronização de todos os contratos, observadas as circunstâncias peculiares a cada tipo de serviço;

b) a fixação de prazo para as concessionárias autorizadas a funcionar no país se adaptarem aos preceitos da presente lei e às disposições do seu respectivo regulamento.

Art. 122. E' o Departamento dos Correios e Telégrafos dispensado de, no último dia do ano, recolher à conta de "restos a pagar", as importâncias empenhadas na aquisição de material ou na contratação ou ajuste de serviços de terceiros, não entregues ou não concluídos antes daquela data.

§ 1º As importâncias serão depositadas no Banco do Brasil, em conta vinculada com o fornecedor, só podendo ser liberadas quando certificado o recebimento.

§ 2º A conta vinculada mencionará especificamente a data limite de entrega ou de conclusão dos serviços.

§ 3º 30 (trinta) dias após a data limite e não tendo o Departamento dos Correios e Telégrafos liberado a conta, o Banco do Brasil recolherá o depósito à conta de "restos a pagar" da União.

Art. 123. As disposições legais e regulamentares que disciplinam os serviços de telecomunicações não colidentes com esta lei e não revogadas ou derogadas, explícita ou implicitamente, pela mesma, deverão ser consolidadas pelo Poder Executivo.

Art. 124. O tempo destinado na programação das estações de radio-difusão, à publicidade comercial, não poderá exceder de 25% (vinte e cinco por cento) do total.

Art. 125. (VETADO).

Art. 126. (VETADO).

Art. 127. É o Poder Executivo autorizado a abrir, no Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) destinado a atender, no corrente exercício, às despesas de qualquer natureza com a instalação e funcionamento do Conselho Nacional de Telecomunicações.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 128. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e deverá ser regulamentada, por ato do Poder Executivo, dentro de 90 (noventa) dias.

Art. 129. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de agosto de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Francisco Brochado da Rocha

Candido de Oliveira Neto

Pedro Paulo de Araujo Suzano

Miguel Calmon

Helio de Almeida

Reynaldo de Carvalho Filho

Carlos Siqueira Castro

CONSELHO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

TABELA I

Cargos de Provisão em Comissão

(VETADO)

LEI Nº 4.117 — DE 27 DE AGOSTO
DE 1962

Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações).

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição Federal e do art. 3º, item III, do Ato Adicional, os seguintes dispositivos da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962:

“Art. 3º Os atos internacionais de natureza administrativa entrarão em vigor na data estabelecida em sua publicação depois de aprovados pelo Presidente da República (art. 29, al)”

“Art. 4º

§ 2º Os contratos de concessão, as autorizações e permissões serão interpretados e executados de acordo com as definições vigentes na época em que os mesmos tenham sido celebrados ou expedidos”.

“Art. 9º O Conselho Nacional de Telecomunicações ao planejar o Sistema Nacional de Telecomunicações, discriminará os troncos e os centros principais de telecomunicações.

§ 1º Na discriminação a que se refere este artigo serão incluídas, na medida das possibilidades e conveniências entre os centros principais de telecomunicação, a Capital da República e as Capitais de todos os Estados e Territórios.

§ 2º O Conselho Nacional de Telecomunicações estabelecerá as prioridades, segundo as quais se procederá à instalação dos troncos e redes do Sistema Nacional de Telecomunicações”.

“Art. 10.

I —

a)dos troncos”

“Art. 14.
...e competência ..diretamente subordinado ao Presidente da República”.

“Art. 15.

a)
..... pessoa escolhida entre os membros de seu Gabinete ou..

e) de 3 (três) representantes dos 3 (três) maiores partidos políticos, segundo a respectiva representação na Câmara dos Deputados no início da legislatura, indicados pela direção nacional de cada agremiação.

f)dos troncos
.....pessoa escolhida entre os membros de seu Gabinete ou

g) do Diretor Geral do Departamento Nacional de Telecomunicações, sem direito a voto.

§ 1º Se os três partidos a que se refere a alínea “e” estiveram todos apoiando o Governo, o partido de menor representação será substituído pelo maior partido de oposição; com representação na Câmara dos Deputados.

§ 2º Os representantes dos partidos políticos de que trata este artigo serão indicados até 30 (trinta) dias após o início de cada legislatura”.

“Art. 16.
.....e e

Parágrafo único. Será de dois anos apenas o primeiro mandato dos membros indicados nas alíneas b e e observado o disposto no § 2º do artigo anterior”.

“Art. 23.
... como diretor, técnico, consultor, advogado, perito, acionista, cotista, debenturista, sócio ou assalariado, nem tão pouco ter qualquer interesse direto ou indireto na manufatura ou venda de matéria aplicável a telecomunicação”.

“Art. 24.unânicos
.. no das que não o forem, caberá..”

"Art. 25. O Departamento Nacional de Telecomunicações é a secretaria executiva do Conselho e terá a seguinte organização administrativa:

- I — Divisão de Engenharia
- II — Divisão Jurídica
- III — Divisão Administrativa
- VI — Divisão de Estatística
- V — Divisão de Fiscalização
- VI — Delegacias Regionais"

"Art. 26. O território nacional fica dividido em oito Distritos, a cada um dos quais corresponderá uma Delegacia Regional, com sede, respectivamente em

- Brasília (DF)
- Belém (PA)
- Recife (PE)
- Salvador (BA)
- Rio de Janeiro (GB)
- São Paulo (SP)
- Porto Alegre (RS)
- Campo Grande — (MT)

Parágrafo único. Cada Distrito terá a jurisdição delimitada pelo Conselho".

"Art. 27. São criados, no Conselho, os cargos de provimento em comissão constantes da tabela anexa".

"Art. 28. o diretor geral os diretores de divisão e os delegados regionais

"Art. 29.

c) para a devida aprovação pelo Congresso Nacional;

e) promover bem como a constituição, organização, articulação e expansão dos serviços públicos de telecomunicações;

f) estabelecer as prioridades previstas no art. 9º, § 2º, desta lei.

al) de natureza administrativa, antes de sua aprovação pelo Presidente da República (artigo 3º)"

"Art. 33

§ 3º Os prazos de concessão e autorização serão de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora e de 15 (quinze) anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais, se os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, mantido a mesma idoneidade técnica, financeira e moral, e atendido o interesse público (art. 29 x).

§ 4º Havendo a concessionária requerido, em tempo hábil, a prorrogação da respectiva concessão ter-se-á a mesma como deferida se o órgão competente não decidir dentro de 120 (cento e vinte) dias".

"Art. 37. Os serviços de telecomunicações podem ser desapropriados, ou requisitados nos termos do artigo 141

§ 16 da Constituição, e das leis vigentes.

Parágrafo único. No cálculo da indenização serão deduzidos os favores cambiais e fiscais concedidos pela União e pelos Estados".

"Art. 38 — c)

O silêncio do Poder concedente ao fim de 90 (noventa) dias contados da data da entrega do requerimento de transferência de ações ou cotas, implicará na autorização".

"Art. 42.

c) desapropriação de serviços existentes, na forma da legislação vigente.

§ 4º A entidade poderá requisitar do Departamento dos Correios e Telégrafos o pessoal de que necessita para o seu funcionamento, correndo o pagamento respectivo à conta de seus recursos próprios".

"Art. 49. A qualquer particular pode ser dada, pelo Conselho Nacional de Telecomunicações, permissão para executar serviço limitado, para uso privado, entre duas localidades ou em uma mesma cidade, de telex, fac-simile ou processo semelhante.

Parágrafo único. Só será permitido o telex internacional desde que os

serviços para o Brasil sejam executados através da Rede Nacional de Telecomunicações e assegurado o recolhimento, pelo permissionário, das taxas terminais brasileiras e das de execução do trabalho pela União".

"Art. 51.
..... e postos à disposição da entidade a que se refere o art. 42

a)
prestado pelo Departamento dos Correios e Telégrafos, por empresas concessionárias ou permissionárias

"Art. 53
Parágrafo único. Se a divulgação das notícias falsas houver resultado de erro de informação e for objeto de desmentido imediato, a nenhuma penalidade ficará sujeita a concessionária ou permissionária".

"Art. 54. São livres as críticas e os conceitos desfavoráveis, ainda que veementes, bem como a narrativa de fatos verdadeiros, guardadas as restrições estabelecidas em lei, inclusive de atos de qualquer dos poderes do Estado".

"Art. 55. É inviolável a telecomunicação nos termos desta lei".

"Art. 61
Parágrafo único. Se a concessão ou permissão abranger mais de uma emissora, a penalidade que recair sobre uma delas não atingirá as demais inocentes".

"Art. 64
..... dentro de um ano"

"Art. 71. A concessionária ou permissionária que não se conformar com a notificação, suspensão provisória ou pena de suspensão aplicada pelo Ministro da Justiça, poderá dentro de cinco dias, promover o pronunciamento do Tribunal Federal de Recursos,

através de mandado de segurança, observadas as seguintes normas:

a) o Presidente, dentro de prazo improrrogável de 24 (vinte e quatro) horas, suspenderá ou não *in limine*, o ato do Ministro da Justiça;

b) o prazo para as informações do Ministro da Justiça de 48 (quarenta e oito) horas improrrogáveis;

c) após o recebimento das informações, o relator enviará o processo imediatamente à Mesa, para que seja julgado na primeira Reunião de Turma;

d) o Procurador emitirá parecer oral na sessão de julgamento, após o relatório;

e) o julgamento é da competência de turmas isoladas;

f) a defesa e as informações poderão ser enviadas por via telegráfica ou radiotelegráfica;

g) o Regimento Interno do Tribunal Federal de Recursos estabelecerá normas complementares para a aplicação desta lei, inclusive para o período de férias forenses.

§ 1º A autoridade que não se conformar com a decisão denegatória da representação que ofereceu ao Ministro da Justiça poderá, dentro de 15 (quinze) dias da mesma, promover o pronunciamento do Judiciário, através de mandado de segurança, interposto ao Tribunal Federal de Recursos.

§ 2º A decisão final do Ministro da Justiça, aplicando a pena de suspensão só será executada depois da decisão liminar referida na letra "a" deste artigo, quando confirmatória da suspensão.

§ 3º A Justiça Eleitoral poderá também notificar para que cesse e imediatamente seja desmentida, determinando sua suspensão até 24 (vinte e quatro) horas, no caso de desobediência, transmissão que constitua infração à legislação eleitoral".

"Art. 73
..... com efeito suspensivo salvo o caso da alínea "c".

"Art. 74

§ 2º A concessionária ou permissionária que não se conformar com a cassação, poderá promover o pronunciamento do Tribunal Federal de Recursos, através do mandado de segurança, cabendo ao seu Presidente

decidir sobre a suspensão liminar do ato, no prazo improrrogável de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 3º Aplica-se, quanto à execução da cassação, o disposto no § 2º, do art. 71, desta lei".

"Art. 75 se a respectiva concessionária ou permissionária decair do direito à renovação.

Parágrafo único. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais culturais e morais a que esteve obrigada".

"Art. 76

Parágrafo único. A declaração de caducidade só se dará se fôr impossível evitá-la por convênio com qualquer pais ou por inexistência comprovada de frequência no Brasil, que possa ser atribuída à concessionária ou permissionária, a fim de que não cesse seu funcionamento".

"Art. 77. A declaração da preempção ou da caducidade, quando viciada por ilegalidade, abuso do poder ou pela desconformidade com os fins ou motivos alegados, titulará o prejudicado a postular reparação do seu direito perante o Judiciário (art. 141, § 4º, da Constituição Federal)".

"Art. 83. A crítica e o conceito desfavorável, ainda que veementes, ou a narrativa de fatos verdadeiros, não darão motivo a qualquer reparação".

"Art. 98. A autoridade que impedir ou embaraçar a liberdade da radiodifusão ou da televisão, fora dos casos autorizados em lei, incidirá, no que couber, na sanção do artigo 322 do Código Penal".

"Art. 99: A concessionária ou permissionária, ofendida em qualquer direito, poderá pleitear junto ao Judiciário sua reparação, inclusive para salvaguardar a viabilidade econômica do empreendimento, afetada por exigências administrativas que a comprometam, desde que não decorrentes de lei ou regulamento".

"Art. 100 cujo valor será fixado em lei".

"Art. 105

e tarifas

"Art. 106. A tarifa do serviço telegráfico público interior será constituída de uma taxa fixa por grupo de palavras ou fração, e de taxa de percurso por palavra. A tarifa dos serviços telefônicos, de foto-telegrafemas, de telex e outros congêneres, terá por base a ocupação do circuito e a distância entre as estações".

"Art. 113

nas estações do Departamento de Correios e Telégrafos".

"Art. 117. As concessões e autorizações para os serviços de radiodifusão em funcionamento ficam automaticamente mantidas pelos prazos fixados no art. 33, § 3º, desta lei".

"Art. 125. O Departamento dos Correios e Telégrafos continuará a exercer as atribuições de fiscalização e a efetuar a arrecadação das atuais taxas, prêmios e contribuições, até que o Conselho Nacional de Telecomunicações esteja devidamente aparelhado para o exercício destas atribuições".

"Art. 126. Enquanto não houver serviços telefônicos entre Brasília e as demais regiões do país, em condições de atender aos membros do Congresso Nacional em assuntos relacionados com o exercício de seus mandatos, o Conselho Nacional de Telecomunicações deverá reservar frequências para serem utilizadas por estações transmissoras e receptoras particulares, com aquele objetivo, observados os preceitos legais e regulamentares que disciplinam a matéria".

Brasília, em 14 de dezembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

CONSELHO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

TABELA I

Cargos de Provimento em Comissão

Número de Cargos	DENOMINAÇÃO	Símbolo	Qualificação
1	Presidente do Conselho Nacional de Telecomunicações	1-c	*
13	Membros do Conselho Nacional de Telecomunicações	1-c	
1	Diretor-Geral do Departamento Nacional de Telecomunicações	1-c	*
1	Diretor da Divisão de Engenharia do Departamento Nacional de Telecomunicações	3-c	Engenheiro
1	Diretor da Divisão Jurídica do Departamento Nacional de Telecomunicações	3-c	Bacharel
1	Diretor da Divisão de Administração do Departamento Nacional de Telecomunicações	3-c	**
1	Diretor da Divisão de Estatística do Departamento Nacional de Telecomunicações	3-c	Estatístico
1	Diretor da Divisão de Fiscalização do Departamento Nacional de Telecomunicações	3-c	Engenheiro
1	Delegado Regional, em Belém, do Departamento Nacional de Telecomunicações	5-c	Engenheiro
1	Delegado Regional, em Recife, do Departamento Nacional de Telecomunicações	5-c	Engenheiro
1	Delegado Regional, em Brasília, do Departamento Nacional de Telecomunicações	5-c	Engenheiro
1	Delegado Regional, em Salvador, do Departamento Nacional de Telecomunicações	5-c	Engenheiro
1	Delegado Regional, na Guanabara, do Departamento Nacional de Telecomunicações	5-c	Engenheiro
1	Delegado Regional, em São Paulo, do Departamento Nacional de Telecomunicações	5-c	Engenheiro
1	Delegado Regional, em Porto Alegre, do Departamento Nacional de Telecomunicações	5-c	Engenheiro
1	Delegado Regional, em Campo Grande, MT, do Departamento Nacional de Telecomunicações	5-c	Engenheiro

* — Curso superior, experiência e tirocínio em administração pública.

** — Experiência e tirocínio em administração pública.

LEI Nº 4.119 — DE 27 DE
AGOSTO DE 1962

Parte vetada pelo Presidente da República e mantida pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962 (que dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicologista).

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do art. 70, parágrafo 3º, da

Constituição Federal e do art. 3º, item III, do Ato Adicional, o seguinte dispositivo da Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962.

Art. 13.

§ 1º privativa ..

Brasília, em 14 de dezembro de 1962; 141ª da Independência e 74ª da República.

JOÃO GOULART

LEI Nº 4.132 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1962

Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A desapropriação por interesse social será decretada para promover a justa distribuição da propriedade ou condicionar o seu uso ao bem-estar social, na forma do art. 147 da Constituição Federal.

Art. 2º Considera-se de interesse social:

I — o aproveitamento de todo bem improdutivo ou explorado sem correspondência com as necessidades de habitação, trabalho e consumo dos centros de população a que deve ou possa suprir por seu destino econômico;

II — a instalação ou a intensificação das culturas nas áreas em cuja exploração não se obedeça a plano de zoneamento agrícola, vetado;

III — o estabelecimento e a manutenção de colônias ou cooperativas de povoamento e trabalho agrícola;

IV — a manutenção de posseiros em terrenos urbanos onde, com a tolerância expressa ou tácita do proprietário, tenham construído sua habitação, formando núcleos residenciais de mais de 10 (dez) famílias;

V — a construção de casas populares;

VI — as terras e águas suscetíveis de valorização extraordinária, pela conclusão de obras e serviços públicos, notadamente de saneamento, portos, transporte, eletrificação, armazenamento de água e irrigação, no caso em que não sejam ditas áreas socialmente aproveitadas;

VII — a proteção do solo e a preservação de cursos e mananciais de água e de reservas florestais.

§ 1º O disposto no item I deste artigo só se aplicará nos casos de bens retirados de produção ou tratando-se de imóveis rurais cuja produção, por ineficientemente explorados, seja inferior à média da região, atendidas as condições naturais do seu solo e sua situação em relação aos mercados.

§ 2º As necessidades de habitação, trabalho e consumo serão apuradas anualmente segundo a conjuntura e condições econômicas locais, cabendo o seu estudo e verificação às autoridades encarregadas de velar pelo bem-estar e pelo abastecimento das respectivas populações.

Art. 3º O expropriante tem o prazo de 2 (dois) anos, a partir da decretação da desapropriação por interesse social, para efetivar a aludida desapropriação e iniciar as providências de aproveitamento do bem expropriado.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 4º Os bens desapropriados serão objeto de venda ou locação, a quem estiver em condições de dar-lhes a destinação social prevista.

Art. 5º No que esta lei for omissa aplicam-se as normas legais que regulam a desapropriação por utilidade pública, inclusive no tocante ao processo e à justa indenização devida ao proprietário.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 10 de setembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Francisco Brochado da Rocha

Hermes Lima

Renato Costa Lima

LEI N.º 4.133 — DE 10 DE
SETEMBRO DE 1962

*Altera o inciso I do artigo 945, do
Código de Processo Civil.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O n.º I do art. 945 do Decreto-lei n.º 1.608, de 18 de setembro de 1939 (Código de Processo Civil), passa a vigorar com a seguinte redação:

“I — No Banco do Brasil, na Caixa Econômica, ou nos Bancos em que a União e os Estados sejam os maiores acionistas, ou, à falta de agências no lugar, em qualquer estabelecimento congênere acreditado, as quantias de dinheiro, as pedras e metais preciosos e os papéis de crédito”.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de setembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Hermes Lima

Candido de Oliveira Neto

Miguel Calmon.

LEI N.º 4.134 — DE 10 DE
SETEMBRO DE 1963

*Abre o crédito especial de Cr\$
5.000.000,00 durante dez exercícios
consecutivos, para auxiliar a manutensão da Casa do Pequeno Jornaleiro, no Estado da Guanabara, e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida à Casa do Pequeno Jornaleiro, situada no Estado da Guanabara, o auxílio anual de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), destinado à manutenção de seus serviços.

Art. 2º O auxílio, a que se refere o art. 1º, será, anualmente, incluído no Orçamento da República anexo do Ministério da Educação e Cultura, durante dez anos consecutivos.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de setembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Francisco Brochado da Rocha

Miguel Calmon.

LEI Nº 4.135 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1962

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.791.905,30, para pagamento da diferença de adicional por tempo de serviço, relativamente ao período de 1.º de janeiro de 1956 a 30 de abril de 1959, aos aposentados da Cia. Nacional de Presidentes da República:

O Presidente da República;

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.791.905,30 (trinta milhões, setecentos e noventa e um mil, novecentos e cinco cruzeiros e trinta centavos), destinado ao pagamento da diferença de adicional por tempo de serviço, antes da vigência da Lei nº 2.745, de 12 de março de 1956, relativo ao período de 1.º de janeiro de 1956 a 30 de abril de 1959, devido aos aposentados da Companhia Nacional de Navegação Costeira.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de setembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Francisco Brochado da Rocha

Helio de Almeida

Miguel Calmon

LEI N.º 4.136 — DE 10 DE
SETEMBRO DE 1962

*Concede pensão especial de Cr\$
5.000,00 mensais a Benedito Cândido
de Oliveira Dória.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida pensão especial de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) mensais a Benedito Cândido de Oliveira Dória.

Parágrafo único. O pagamento desta pensão correrá à conta da verba

orçamentária própria do Ministério da Fazenda.

Art. 2º A pensão de que trata esta lei, por morte do beneficiário, reverterá em favor de suas filhas, enquanto solteiras.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de setembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Francisco Brochado da Rocha

Miguel Calmon

LEI Nº 4.137 — DE 10 DE
SETEMBRO DE 1962

*Regula a repressão ao abuso do Poder
Econômico.*

O Presidente da República:
Faço saber que o Congresso Nacional
decreta e eu sanciono a se-
guinte Lei:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A repressão ao abuso do
poder econômico, a que se refere o
art. 148 da Constituição Federal, re-
gular-se-á pelas disposições desta lei.

Art. 2º Consideram-se formas de
abuso do poder econômico:

I — Dominar os mercados nacio-
nais ou eliminar total ou parcial-
mente a concorrência por meio de:

a) ajuste ou acôrdo entre emprê-
sas, ou entre pessoas vinculadas a
tais empresas ou interessadas no ob-
jeto de suas atividades;

b) aquisição de acervos de emprê-
sas ou de cotas, ações, títulos ou di-
reitos;

c) coalizão, incorporação, fusão, in-
tegração ou qualquer outra forma de
concentração de empresas;

d) concentração de ações, títulos,
cotas ou direitos em poder de uma
ou mais empresas ou de uma ou mais
pessoas físicas;

e) acumulações de direção, admi-
nistração ou gerência de mais de
uma empresa;

f) cessação parcial ou total das
atividades de empresa promovida por
ato próprio ou de terceiros;

g) criação de dificuldades à cons-
tituição, ao funcionamento ou ao de-
senvolvimento de empresa.

II — Elevar sem justa causa os
preços, no caso de monopólio natu-
ral ou de fato, com o objetivo de
aumentar arbitrariamente os lucros
sem aumentar a produção.

III — Provocar condições monopo-
listicas ou exercer especulação abu-
siva com o fim de promover a ele-
vação temporária de preços por meio
de:

a) destruição ou inutilização por
ato próprio ou de terceiros, de bens
de produção ou de consumo;

b) açambarcamento de mercadorias
ou de matéria-prima;

c) retenção, em condições de pro-
vocar escassez de bens de produção
ou de consumo;

d) utilização de meios artificiosos
para provocar a oscilação de preços
em detrimento de empresas concor-
rentes ou de vendedores de matérias-
primas;

IV) Formar grupo econômico, por
agregação de empresas, em detri-
mento da livre deliberação dos com-
pradores ou dos vendedores, por
meio de:

a) discriminação de preços entre
compradores ou entre vendedores ou
fixação discriminatória de prestação
de serviço;

b) subordinação de venda de qual-
quer bem à aquisição de outro bem
ou a utilização de determinado ser-
viço; ou subordinação de utilização
de determinado serviço à compra de
determinado bem.

V) Exercer concorrência desleal,
por meio de:

a) exigência de exclusividade para
propaganda publicitária;

b) combinação prévia de preços ou
ajuste de vantagens na concorrência
pública ou administrativa.

Art. 3º Quando em relação a uma
empresa exista um restrito número de
empresas que não tenham condições
de lhe fazer concorrência num deter-
minado ramo de negócio ou de pres-
tação de serviços, ficará aquela obri-
gada à comprovação do custo de sua
produção, se houver indícios veemen-
tes de que impõe preços excessivos.

Art. 4º (VETADO).

Art. 5º Entendem-se por condições
monopolísticas aquelas em que uma
empresa ou grupo de empresas con-
trole em tal grau a produção, dis-
tribuição, prestação ou venda de de-
terminado bem ou serviço, que passa
a exercer influência preponderante
sobre os respectivos preços.

Parágrafo único. Praticará abuso
de poder econômico a empresa que,
operando em condições monopolísti-
cas, interromper ou reduzir em gran-
de escala sua produção sem justa
causa comprovada, perante o CADE,
para provocar a alta dos preços ou
a paralisação de indústrias que dela
dependam.

Art. 6º Considera-se empresa toda
organização de natureza civil ou mer-
cantil destinada à exploração por
pessoa física ou jurídica de qualquer
atividade com fins lucrativos.

Parágrafo único. As pessoas físicas,
os diretores e gerentes das pessoas
jurídicas que possuam empresas serão
civil e criminalmente responsáveis

pelos abusos do poder econômico, por elas praticados.

Art. 7º As empresas que praticarem os atos de abuso do poder econômico definidos no art. 2º ficarão sujeitas às penalidades previstas nos arts. 43 e 47.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

Da Organização

Art. 8º É criado o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), com sede no Distrito Federal e jurisdição em todo o território nacional, diretamente vinculada à Presidência do Conselho de Ministros, com a incumbência de apurar e reprimir os abusos do poder econômico, nos termos desta lei.

Parágrafo único. (VETADO).

Art. 9º O CADE compor-se-á de um Presidente e mais quatro membros, nomeados pelo Presidente da República, por indicação do Presidente do Conselho de Ministros, ... (VETADO) dentre brasileiros maiores de 30 (trinta) anos, de notório saber jurídico ou econômico e de reputação ilibada

§ 1º O Presidente do CADE exercerá o cargo como Delegado do Conselho de Ministros e será exonerado quando este Conselho assim o decidir.

§ 2º O mandato dos demais membros do CADE será de 4 (quatro) anos, renovada a sua composição pela 4ª parte anualmente e permitida a recondução. As primeiras nomeações serão para 4 (quatro), 3 (três), 2 (dois) e 1 (um) ano, de modo que seja observada a regra acima desde o início dos trabalhos.

§ 3º (VETADO).

§ 4º Terão o Presidente e demais membros do CADE vencimentos mensais de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), (VETADO).

§ 5º No caso de renúncia, morte ou perda de mandato, o membro que for nomeado em substituição exercerá a função até o fim do período que cabia ao substituído.

§ 6º Os mandatos das primeiras investidas começarão na data da

instalação do CADE. Os mandatos sucessivos contar-se-ão do término dos anteriores.

§ 7º A perda do mandato dos membros do CADE só poderá ocorrer, face à apuração de irregularidades administrativas praticadas no desempenho da função e feita através de processo administrativo, concluído de acordo com o disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.

Art. 10. Não poderão ser membros do CADE:

a) os diretores, gerentes, administradores, prepostos e mandatários *ad negotia* ou *ad judicia* de qualquer empresa;

b) os diretores, gerentes, administradores propostos e mandatários *ad negotia* ou *ad judicia* das empresas concessionárias de serviços públicos ou que recebam favores do Estado;

c) os servidores e funcionários públicos de qualquer categoria que não tenham a garantia de estabilidade.

Art. 11. O CADE elaborará seu regimento, dispondo sobre seu funcionamento, forma das deliberações e a organização dos seus serviços internos, obedecidas as despesas desta lei.

Art. 12. Perderá automaticamente o mandato o membro do CADE que faltar a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas, por qualquer motivo, ressalvada a licença.

§ 1º (VETADO).

§ 2º O Presidente será substituído, em suas faltas e impedimentos, pelo membro do CADE mais antigo e, em igualdade de condições, pelo mais idoso.

Art. 13. O CADE deliberará por maioria, presentes pelo menos 4 (quatro) membros.

Parágrafo único. Ocorrendo empate na votação, o Presidente decidirá com o voto de qualidade.

Art. 14. Os membros do CADE, ao se empossarem, farão prova de quitação do imposto de renda, declaração de bens e rendas próprias e de suas esposas, renovando-as até 30 de abril de cada ano.

§ 1º Esses documentos serão arquivados no Tribunal de Contas da União.

§ 2º Os auxiliares dos membros do CADE, a qualquer título, e os Inspectores Regionais, ficam obrigados à declaração de bens e de rendas previstas neste artigo.

Art. 15. Das reuniões do CADE participará, sem direito a voto, o seu Procurador-Geral.

Parágrafo único. A convite do Presidente, por indicação do Relator, qualquer pessoa poderá prestar esclarecimento ao CADE, a propósito de assuntos que estejam em pauta.

CAPÍTULO III

DA PROCURADORIA

Art. 16. Junto ao CADE funcionará uma Procuradoria, devendo os respectivos procuradores ser escolhidos e requisitados dentre os assistentes, assessores jurídicos e procuradores da União e suas entidades autárquicas e paraestatais, que gozarem de estabilidade, bem como, nas mesmas condições, entre os membros do Ministério Público da União ou dos Estados.

§ 1º Os referidos servidores serão convocados pelo prazo de dois (2) anos, facultada a sua recondução.

§ 2º Os assistentes, assessores, procuradores jurídicos ou membros do Ministério Público convocados, enquanto exercerem a Procuradoria do CADE, (VETADO).

§ 3º A Procuradoria será dirigida por um Procurador Geral, designado pelo Presidente do CADE, dentre os Procuradores a que se refere este artigo (VETADO).

CAPÍTULO IV

DA COMPETÊNCIA DO CADE

Art. 17. Compete ao CADE:

a) proceder, em face de indícios veementes, a averiguações preliminares para verificar se há real motivo para instauração de processo administrativo destinado a apurar e reprimir os abusos do poder econômico;

b) apurar, em face de representação, a existência de quaisquer atos que constituam abusos do poder econômico, puníveis nesta lei.

c) ordenar providências que conduzam à cessação da prática de abuso do poder econômico dentro do prazo que determinar;

d) decidir sobre a existência ou não de abusos do poder econômico, nos termos desta lei;

e) notificar os interessados das suas decisões e lhes dar cumprimento;

f) determinar à Procuradoria as providências administrativas ... (VETADO): ... cabíveis;

g) requisitar dos órgãos do poder executivo federal e solicitar dos Estados ou Municípios as providências necessárias para cumprimento desta lei;

h) requisitar de todos os órgãos do poder público serviços, pessoal, diligências e informações necessárias ao cumprimento desta lei;

i) aprovar a indicação de peritos e técnicos que devam colaborar na realização de exames, vistorias e estudos, aprovando, em cada caso, os respectivos honorários e demais despesas de processo que deverão ser pagas pela Empresa, se vier a ser punida nos termos desta lei;

j) requerer a intervenção nos termos desta lei;

k) indicar ao Judiciário os intervenientes;

l) (VETADO);

m) cominar multa, nos termos desta lei;

n) estruturar o quadro de seu pessoal a ser submetido ao Congresso Nacional, através do Presidente do Conselho de Ministros;

o) fornecer anualmente, ao Presidente do Conselho de Ministros, dados relativos à elaboração do anexo do CADE para a proposta orçamentária da União;

p) propor a desapropriação do acervo de empresas nos casos previstos nesta lei;

q) fazer, quando necessário, o levantamento das pessoas jurídicas;

r) instruir o público sobre as formas de abuso do poder econômico.

Art. 18. O CADE exercerá a fiscalização da administração das empresas de economia mista e das que constituem patrimônio nacional, sob qualquer forma de organização.

§ 1º Essa fiscalização se estende à gestão econômica da empresa e regime de contabilidade, exercendo-se por processo indireto de consulta e *a posteriori*.

§ 2º O CADE examinará anualmente os balanços e relatórios das empresas a que se refere este artigo e, em face deles e dos resultados de sua fiscalização, proporá ao Presidente do Conselho de Ministros as providências que lhe parecerem necessárias.

Art. 19. Os servidores e os administradores de empresas que exercem função delegada do Poder público e que praticarem atos eivados de abuso do poder econômico ficarão

sujeitos, além da sanção penal, à destituição do cargo ou função, a qual poderá ser promovida pelo Ministério Público ou pelo lesado, perante a autoridade administrativa superior ou do Poder Judiciário.

Art. 20. Independentemente da responsabilidade de que trata o artigo anterior, poderá a parte lesada por abuso de poder econômico exigir do órgão e seus administradores ou quaisquer responsáveis, solidariamente, a satisfação das perdas e danos na forma do direito comum.

Art. 21. O CADE efetuará pesquisa e estudos que habilitem:

- a) a determinar a influência que, sobre a economia nacional, exercem as margens de lucro obtidas pelas empresas e sua aplicação em lucros distribuídos e lucros reinvestidos;
- b) a definir os métodos de concorrência desleal.

Parágrafo único. Concluídas as pesquisas e estudos de que trata este artigo o CADE enviará as suas conclusões ao Presidente do Conselho de Ministros, que não só adotará as providências administrativas cabíveis, como, se for o caso, através de Mensagem ao Congresso Nacional, solicitará as necessárias medidas de caráter legislativo.

Art. 22. Por proposta do CADE, o Presidente do Conselho de Ministros enviará, no prazo de noventa (90) dias, ao Congresso Nacional, Mensagem, acompanhada de anteprojeto de lei, dispondo sobre normas gerais de contabilidade a serem adotadas pelas empresas, objetivando a padronização dos balanços e a racionalização das contas.

Art. 23. Compete ao Presidente do CADE:

- a) presidir as reuniões, fazer cumprir as suas decisões e zelar pela observância de seu regimento;
- b) distribuir os processos por sorteio entre os membros do CADE, nas reuniões do órgão;
- c) proferir, além do voto como membro do CADE, o voto de qualidade em caso de empate;
- d) requisitar de quaisquer repartições federais, inclusive das autarquias e sociedades de economia mista, as informações e diligências necessárias à execução desta lei e solicitá-las a autoridades estaduais e municipais;
- e) representar legalmente o CADE;
- f) orientar, fiscalizar e supervisionar os diversos serviços do CADE;

g) convocar as sessões, mandando organizar a respectiva pauta;

h) estruturar o quadro de pessoal e submetê-lo à aprovação do CADE;

i) subscrever a correspondência.

Art. 24. Compete aos membros do CADE:

a) presidir a instrução e relatar as representações contra os atos de abuso do poder econômico;

b) emitir votos em todas as questões submetidas a decisão do plenário;

c) lavrar a decisão dos processos que relatarem;

d) desincumbir-se das demais tarefas que lhes forem cometidas pelo regimento.

CAPÍTULO V

DA COMPETÊNCIA DA PROCURADORIA

Art. 25. Compete à Procuradoria:

a) zelar, no que couber, pela execução desta lei, cumprindo e fazendo cumprir as decisões do CADE;

b) manifestar-se nas averiguações preliminares, pelo arquivamento das representações ou pela abertura do competente processo administrativo;

c) aditar as representações que ingressarem no CADE;

d) acompanhar as averiguações preliminares e os processos administrativos, sustentando em plenário as razões da representação;

e) requerer ao CADE as diligências e informações que julgar cabíveis para instrução das averiguações preliminares do processo administrativo, acompanhando sua realização;

f) officiar e dizer de direito sobre as representações que ingressarem no CADE.

CAPÍTULO VI

DAS NORMAS PROCESSUAIS

Do Processo Administrativo

Art. 26. A existência de abusos do poder econômico será apurada em processo administrativo instaurado pelo CADE.

Art. 27. Averiguações preliminares, independentemente de notificação dos possíveis responsáveis, verificarão sempre se há real motivo para a instauração do respectivo processo administrativo, provocado por representação.

Art. 28. As averiguações preliminares serão realizadas:

- a) ex officio pelo CADE;

b) em virtude de reprentação:

b1 — de Governador de Estado;

b2 — de Assembléia Legislativa;

b3 — de Prefeito Municipal;

b4 — de Câmara Municipal;

b5 — de órgão da administração pública federal, estadual, municipal, autárquica e de economia mista;

b6 — de pessoa física ou jurídica.

§ 1º O Presidente designará, por sorteio, dentre os membros do CADE, relator para as averiguações preliminares, que precederão a instauração do processo administrativo.

§ 2º A representação de Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara ou do Senado independerá de averiguação preliminar, instaurando-se desde logo, o processo administrativo.

Art. 29. A representação enumerada no art. 28 será escrita, devidamente fundamentada e terá firma reconhecida.

Art. 30. Concluída dentro de 30 dias improrrogáveis, a averiguação preliminar, o CADE, em face das conclusões do Relator, e ouvida a Procuradoria determinará a instauração do processo administrativo ou o arquivamento da representação.

Art. 31. Instaurado o processo administrativo, o Presidente, por sorteio em sessão, designará relator dentre os membros do CADE.

Parágrafo único. O relator dirigirá todos os atos do processo administrativo e zelará pelo escrupuloso cumprimento dos prazos estabelecidos nesta lei.

Art. 32. O relator designará dia, hora e local para o início da prova e fará notificar os indiciados.

§ 1º A prova será iniciada dentro de 10 a 45 dias, a contar da instauração do processo administrativo.

§ 2º A notificação será feita aos indiciados por carta com recibo de volta ou através de cartório de registro de títulos e documentos.

§ 3º Esgotados os recursos de notificação pessoal, por não ter sido possível encontrar os indiciados, será feita notificação especial por edital publicado no *Diário Oficial* da União e em um jornal de grande circulação no Estado em que residam ou tenham sede, nêle se esclarecendo que substitui a notificação pessoal.

Art. 33. A notificação conterá:

a) inteiro teor da representação e da deliberação que determinou a instauração do processo administrativo;

b) indicação do dia, hora e local em que terá início a prova e poderá ser apresentada a defesa.

Art. 34. Considerar-se-á revel o notificado que não apresentar defesa no prazo legal, contra êle correndo os demais prazos, independentemente de notificação. Qualquer que seja a fase em que se encontre o processo, nêle poderá intervir o revel.

Art. 35. O processo administrativo deve ser conduzido e concluído com a maior brevidade compatível com o pleno esclarecimento dos fatos, nisso se esmerando o Presidente do CADE, seus membros, a Procuradoria e seus servidores e funcionários, sob pena de promoção da respectiva responsabilidade.

Art. 36. Na instauração do processo observar-se-á o disposto no Livro II, Capítulo III, Título I do Código de Processo Penal, com as alterações constantes desta lei.

Art. 37. Na instrução do processo serão inquiridas tôdas as testemunhas convocadas pelo CADE, permitindo-se o arrolamento de oito (8) testemunhas, no máximo, pelos indiciados.

§ 1º Não comparecendo a testemunha, proceder-se-á na forma do disposto no artigo 218 do Código de Processo Penal, a fim de que seja apresentada dentro de 5 (cinco) dias.

§ 2º Constitui crime e será punido na forma do art. 342 do Código Penal, fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade como testemunha, perito tradutor ou intérprete.

§ 3º (VETADO).

Art. 38. A prova determinada pelo relator, inclusive a requerida pelo indiciado e a inquirição de testemunha e a realização de diligência, serão produzidas no prazo de trinta (30) dias.

Art. 39. O Relator poderá determinar a realização de diligências complementares e conceder dilação para a conclusão de prova dentro do prazo de vinte (20) dias.

Art. 40. A empresa indiciada poderá acompanhar o processo por seu titular e seus diretores ou gerentes ou por advogado legalmente habilitado. Em qualquer caso, a empresa indicia-

da terá amplo acesso ao processo no CADE.

Art. 41. As notificações serão sempre pessoais, mediante carta registrada com recibo de volta, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 32. Na decisão final ter-se-ão as partes por cientes, com a sua publicação resumida, no *Diário Oficial da União*.

Art. 42. No ato do julgamento em plenário, na forma estabelecida no regimento do CADE, o Procurador e os indiciados ou seus advogados terão, respectivamente, direito a palavra por 15 (quinze) minutos cada um.

Art. 43. Decidindo pela procedência da representação e proclamando determinado ato ou atos como de abuso do poder econômico, o CADE, ouvida a Procuradoria, fixará prazo para que os responsáveis, de acordo com as circunstâncias, cessem sua prática, multando-os de 5 (cinco) a 10.000 (dez mil) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País, na data da decisão.

§ 1º O prazo a que se refere este artigo contar-se-á a partir da data da publicação da decisão do CADE no *Diário Oficial da União*.

§ 2º A decisão do CADE será publicada dentro de cinco dias no *Diário Oficial da União*.

Art. 44. A decisão do CADE pela existência de abuso do poder econômico conterá:

- a) especificação dos fatos que constituam os abusos apurados e a indicação das providências a serem tomadas pelos responsáveis para fazê-los cessar;
- b) prazo dentro do qual devam ser iniciadas e concluídas as providências referidas na elínea anterior;
- c) multa estipulada.

Art. 45. Os indiciados declararão, dentro de 10 (dez) dias, sua disposição ou não de realizar as providências ordenadas pelo CADE para que cessem, no prazo que lhes foi assinalado, o abuso do poder econômico apurado.

§ 1º No caso de recusa, o CADE requererá imediata intervenção.

§ 2º Declarando os indiciados que realizarão as providências ordenadas e findo o prazo a que se refere o artigo 43, o CADE procederá a investigações para verificar a cessação ou não do abuso do poder econômico apurado.

Art. 46. Apurada pelo CADE a cessação do abuso do poder econômico, os responsáveis assinarão um termo comprometendo-se a não reincidir, sob pena de nova multa, cujo limite é fixado no dobro da incidência máxima prevista no art. 43.

Parágrafo único. No caso dessa reincidência ser específica, além do agravamento da multa, dar-se-á de imediato a intervenção.

Art. 47. Se os notificados não cumprirem as determinações do CADE, no prazo fixado, este promoverá a execução judicial da decisão, requerendo a intervenção de uma, algumas ou todas as empresas.

Parágrafo único. Na execução da multa será adotado o rito processual das ações executivas por dívidas fiscais.

CAPÍTULO VII

Do Processo Judicial

Art. 48. A intervenção será requerida ... (VETADO) ... dentro de 10 (dez) dias a Juízo dos Feitos da Fazenda Pública da sede das empresas incriminadas ou de uma delas à escolha do CADE, se tiverem sedes diversas, em petição fundamentada com os requisitos enumerados no art. 158 do Código do Processo Civil, no que for aplicável.

Parágrafo único. A petição conterá a indicação precisa dos atos ou fatos apurados como abuso do poder econômico e o objetivo da intervenção, devendo ser acompanhada dos autos do processo administrativo original ou de cópia autêntica.

Art. 49. Se a petição não satisfizer os requisitos referidos no artigo anterior, o juiz ordenará que dentro de 10 (dez) dias sejam sanadas as omissões e irregularidades e determinará ao CADE que no mesmo prazo forneça as informações que lhes pareçam necessárias.

Parágrafo único. Verificado o vício de notificação no processo administrativo ou cerceamento do direito do indiciado, o Juiz indeferirá a inicial, se não puderem ser supridas as irregularidades.

Art. 50. Se a inicial for recebida, o Juiz, dentro de 15 (quinze) dias, proferirá sentença.

Art. 51. Decretada a intervenção, o Juiz oficiará ao CADE para que este, pelo interventor que designar, promova a execução da sua decisão.

§ 1º Se, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, as empresas incriminadas apresentarem impugnação do interventor por motivo de inaptidão ou inidoneidade, feita a prova da alegação em 3 (três) dias, o Juiz decidirá em igual prazo.

§ 2º Se a impugnação fôr julgada procedente, o Juiz abrirá ao CADE oportunidade para a indicação de novo interventor, o que será feito dentro de 5 (cinco) dias.

Art. 52. Da sentença que indeferir a intervenção caberá, dentro de 5 (cinco) dias, agravo de petição para o Tribunal Federal de Recursos.

Art. 53. Empossado o interventor, mediante termo judicial, o Juiz fará intimar os incriminados por mandado ou precatória.

Art. 54. Dentro de 10 (dez) dias da intimação os incriminados poderão embargar a sentença.

Art. 55. Apresentados os embargos, dar-se-á vista dos autos ao representante do Ministério Público, por 10 (dez) dias, para impugná-los.

Art. 56. Terminado o prazo da impugnação dos embargos, se as partes o requererem, conceder-se-á dilação de 10 (dez) dias para prova, findos os quais o juiz designará dia e hora para a audiência de instrução e julgamento, com observância do disposto nos arts. 263 e 272 do Código de Processo Civil.

§ 1.º O Juiz poderá determinar, *ex officio* a produção da prova que julgar conveniente, dentro do prazo de 10 (dez) dias assinalado.

§ 2.º Se a prova tiver de ser produzida fora da sede do Juízo, por precatória, o Juiz marcará para seu cumprimento prazo não superior a 30 (trinta) dias.

§ 3.º O juiz deprecado também estará sujeito ao prazo de 30 (trinta) dias requerido no parágrafo anterior.

Art. 57. Procedendo os embargos, caberá recurso de ofício que não terá efeito suspensivo e será interposto por simples declaração do Juiz na sentença.

Art. 58. Julgados improcedentes os embargos, caberá agravo de instrumento com o ato estabelecido nos arts. 844 e 845 do Código de Processo Civil.

Art. 59. Os processos e os julgamentos referidos nesta lei terão preferência sobre qualquer processo ou

julgamento salvo os de *habeas corpus* ou Mandado de Segurança.

Art. 60. A intervenção poderá ser revogada antes do prazo estabelecido, com audiência do Procurador ... (VETADO) ... desde que comprovada a cessação da prática do abuso que tenha dado origem ao processo.

Art. 61. Verificada ... (VETADO) ... a impossibilidade da normalização da atividade econômica da empresa o Juiz determinará a requerimento ... (VETADO) ... sua liquidação judicial, ressalvada a União a faculdade de desapropriá-la, se convier ao interesse público.

Parágrafo único. A liquidação se fará nos termos do Livro IV, Título XXXVIII do Código de Processo Civil.

Art. 62. Ao interventor compete praticar ou ordenar que sejam praticados os atos necessários à cessação do abuso de que tenha dado origem a intervenção.

Art. 63. Ao interventor é assegurado, quando necessário, livre acesso a todos os livros, papéis e documentos da empresa, bem como ao conhecimento dos bens e valores desta inclusive os que se achem em poder de terceiros.

Parágrafo único. Empossado, o interventor providenciará, se julgar necessário, junto à Administração da Empresa, o inventário dos seus bens e o respectivo balanço.

Art. 64. Os responsáveis pela administração da empresa permanecerão no exercício de suas funções, subordinados ao interventor em tudo quanto diga respeito à prática de atos de competência deste.

Art. 65. Se a maioria dos responsáveis pela Administração da Empresa recusar colaboração ao interventor, o Juiz do Feito mandará que este assumam a Administração total da empresa.

Art. 66. O Juiz do Feito poderá afastar de suas funções os responsáveis pela administração que, comprovadamente, obstarem o cumprimento de atos da competência do interventor. A substituição dar-se-á na forma estabelecida no contrato social da empresa.

Art. 67. Se, apesar das providências previstas no artigo anterior, um ou mais responsáveis pela Administração da empresa persistirem em obstar a ação do interventor, o Juiz

do Feito procederá na forma do disposto no artigo 66.

Art. 68. O Juiz do Feito arbitrar a remuneração do interventor.

Art. 69. O interventor será substituído se renunciar, falecer, fôr declarado interdito, incorrer em falência ou pedir concordata preventiva, ou infringir quaisquer de seus deveres.

Art. 70. Além das funções mencionadas no artigo 63, compete ainda ao interventor:

a) receber e averiguar reclamações de terceiros;

b) denunciar ao Juiz e ao CADE quaisquer irregularidades ou fraudes praticadas pelos responsáveis pela empresa e dos quais venha a ter conhecimento;

c) apresentar ao Juiz e ao CADE, relatório mensal de suas atividades;

d) sustar todo e qualquer ato da Diretoria da Empresa que importe em obstar a ação de normalização dos negócios e bem assim a cessação de qualquer abuso do poder econômico definido nesta lei.

Art. 71. As despesas resultantes da intervenção correrão por conta da empresa contra a qual ela fôr decretada.

Da Fiscalização

Art. 72. A partir da vigência desta lei o Departamento Nacional de Indústria e Comércio e as Juntas Comerciais ou órgãos correspondentes nos Estados não poderão arquivar quaisquer atos relativos à constituição, transformação, fusão, incorporação ou agrupamento de empresas, bem como quaisquer alterações nos respectivos atos constitutivos, sem que dos mesmos conste:

a) a declaração precisa e detalhada do seu objeto;

b) o capital de cada sócio e a forma e prazo de sua realização;

c) o nome por extenso e qualificação de cada um dos sócios acionistas;

d) o local da sede e respectivo endereço, inclusive das filiais declaradas;

e) os nomes dos diretores por extenso e respectiva qualificação;

f) o prazo de duração da sociedade;

g) o número, espécie e valor das ações.

Parágrafo único. Nos instrumentos de distrato, além da declaração da importância repartida entre os sócios e a referência à pessoa ou pessoas que assumirem o ativo e passivo da empresa, deverão ser indicados os motivos da dissolução.

Art. 73. O Departamento Nacional da Indústria e Comércio e as Juntas Comerciais ou órgãos correspondentes nos Estados, enviarão ao CADE quando solicitado, um resumo de cada um dos atos, contratos, estatutos ou alterações que hajam arquivado ou registrado, com as informações a que se refere o artigo anterior.

Art. 74. Não terão validade, senão depois de aprovados e registrados pelo CADE, os atos, ajustes, acordos ou convenções entre as empresas, de qualquer natureza, ou entre pessoas ou grupo de pessoas vinculadas a tais empresas ou interessadas no objeto de seus negócios que tenham por efeito:

a) equilibrar a produção com o consumo;

b) regular o mercado;

c) padronizar a produção;

d) estabilizar os preços;

e) especializar a produção ou distribuição;

f) estabelecer uma restrição de distribuição em detrimento de outras mercadorias do mesmo gênero ou destinadas à satisfação de necessidades conexas.

§ 1.º Os atos de categoria referidos neste artigo já vigentes na data da publicação desta lei, deverão ser submetidos à aprovação do CADE dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias.

§ 2.º Os atos a que se refere o parágrafo anterior que não forem apresentados ao CADE, no prazo regulamentar, tornarão os seus responsáveis passíveis de multa que variará entre 5 (cinco) a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo, sem prejuízo do cumprimento dessa exigência legal, sob pena de intervenção.

§ 3.º Em qualquer caso será de 60 (sessenta) dias o prazo para o pronunciamento do CADE. Findo este prazo, entende-se o ato como válido até que o CADE sobre ele se pronuncie.

Art. 75. As autoridades federais, os diretores de autarquias federais e de sociedades de economia mista são obrigados a prestar, sob pena de responsabilidade, toda a assistência e colaboração que lhes fôr solicitada pelo CADE.

Art. 76. As autoridades federais, os diretores de autarquias federais ou sociedades de economia mista, são obrigados a representar junto ao CADE contra os abusos do poder eco-

nômico de que tenham conhecimento no exercício de suas atribuições.

Art. 77. Os funcionários públicos, os servidores federais ou autárquicos ou os de empresas de economia mista que dificultarem, retardarem ou embaraçarem a ação do CADE ou de seus funcionários e servidores, ficarão sujeitos à penalidade de suspensão ou demissão a bem do serviço público, iniciando-se o processo administrativo competente, mediante representação do CADE sem prejuízo das sanções penais que couberem no caso, originadas também por processo promovido pelo CADE.

Art. 78. As empresas, sempre que houver, para cada caso decisão do CADE nesse sentido, são obrigadas a exibir a sua contabilidade aos peritos e funcionários encarregados da fiscalização, nela compreendidos todos os livros, documentos, papéis e arquivos dentro em 72 (setenta e duas) horas do recebimento da notificação escrita.

§ 1.º A recusa da exibição importará na condenação ao pagamento de multa arbitrada pelo CADE, que variará entre 5 (cinco) e 500 (quinhentas) vezes o maior salário-mínimo.

§ 2.º Ainda, no caso de recusa, o CADE, sem prejuízo das demais sanções desta lei, requererá ao Juiz a exibição da escrita obedecidas as normas ao artigo 216 e seguintes do Código do Processo Civil.

Art. 79. Incidem no delito do artigo 325 do Código Penal e são passíveis de demissão os funcionários do CADE que revelem a terceiros os fatos de que tenham conhecimento através de sua fiscalização.

Art. 80. As empresas são obrigadas a prestar ao CADE por escrito e devidamente autenticadas tôdas as informações que lhes forem solicitadas.

Parágrafo único. Os diretores, administradores ou gerentes de empresas que se recusarem a prestar informações na forma deste artigo ou que as fornecerem inexatas com dolo ou má-fé, ficarão sujeitos à pena de detenção por um a três meses.

Art. 81. A repressão dos atos de abuso do poder econômico de que tratam os artigos anteriores não exclui a punição de outras infrações contra a economia popular nem os processos administrativos para apuração de faltas cometidas por servidores públicos ou autárquicos.

Parágrafo único. Não exclui também as pesquisas determinadas por Comissões Parlamentares de Inquérito, nem os estudos da vida econômica do País, feitos com objetivos análogos pelo Conselho Nacional de Economia.

Art. 82. O custeio de pessoal e material do CADE correrá à conta de dotações incluídas no anexo da Presidência do Conselho de Ministros, no Orçamento da União.

Art. 83. É o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial até o limite de Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros) para ocorrer às despesas decorrentes desta lei.

Art. 84. O Poder Executivo baixará, dentro de 60 dias, as normas regulamentares que se tornarem necessárias à perfeita execução desta lei.

Art. 85. Esta lei entrará em vigor 90 (noventa) dias depois de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de setembro de 1962;
141.º da Independência e 74.º da República.

JOÃO GOULART

Francisco Brochado da Rocha

Miguel Calmon

LEI Nº 4.137 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1962

Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional do Projeto que se transformou na Lei 4.137, de 10 de setembro de 1962 (que regula a repressão ao abuso do poder econômico).

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do art. 76, § 3º da Constituição Federal e do art. 3º, item III, do Ato

Adicional, os seguintes dispositivos da Lei nº 4.137, de 10 de setembro de 1962:

"Art. 4º Será automaticamente cassada a patente concedida pelo Departamento Nacional de Propriedade Industrial desde que feita prova de já haver sido concedida e caducado em nação que mantenha acordos sobre a matéria com o Brasil".

"Art. 9º aprovada pelo Senado Federal."

"Art. 9º"

§ 3º Durante o período do mandato os membros do CADE terão no que não colidir com esta lei, as garantias e as incompatibilidades atribuídas aos membros do Poder Judiciário, inclusive a proibição de exercer atividades político-partidárias, que se estende aos Inspectores Regionais".

"Art. 17"

f) e judiciais"

"Art. 17"

1) determinar à Procuradoria que, nos termos da Lei nº 3.502, de 21 de dezembro de 1958, promova o seqüestro e perdimento dos bens ou valores por enriquecimento ilícito de membro do CADE, seus auxiliares ou do pessoal nele lotado".

"Art. 48"

..... pelo CADE"

"Art. 60"

..... do CADE"

"Art. 61"

..... do CADE"

Brasília, em 23 de novembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

EMENTÁRIO

Leis e decretos publicados nos
volumes VII e VIII, de 1962, desta
coleção, classificados pela or-
dem alfabética dos assuntos

EMENTARIO

A

ABASTECIMENTO

Dispõe sobre a aquisição de feijão dos Estados de Santa Catarina e Paraná e dá outras providências.

Decreto nº 1.850 — de 5 de dezembro de 1962.

ABUSO DO PODER ECONÔMICO

Regula a repressão ao abuso do Poder Econômico.

Lei nº 4.137 — de 10 de setembro de 1962.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

Declara monumento histórico nacional o túmulo que menciona, e dá outras providências.

Decreto nº 1.862 — de 11 de dezembro de 1962.

ACORDOS

Aprova o Acôrdio de cooperação entre os Estados Unidos do Brasil e a República Italiana para uso pacífico da energia nuclear.

Decreto Legislativo nº 13 de 1962.

Aprova o acôrdio sobre cooperação no campo dos usos pacíficos da energia atômica entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Paraguai, firmado em Assunção, a 18 de agosto de 1961.

Decreto Legislativo nº 14, de 1962.

Aprova os textos dos Acôrdos Comerciais, de Pagamentos e Cooperação Econômica, concluídos, recentemente, entre o Brasil e países do Leste Europeu.

ACORDOS

Decreto Legislativo nº 16, de 1962.

Aprova o Acôrdio sobre Transportes Aéreos Regulares entre os Estados Unidos do Brasil e a República Oriental do Uruguai.

Decreto Legislativo nº 18, de 1962.

Revoga o Decreto Legislativo nº 13, de 6 de outubro de 1959, que aprovou o Acôrdio de Resgate, assinado em 1956, entre os Governos do Brasil e da França.

Decreto Legislativo nº 20, de 1962.

Promulga o Acôrdio sobre Transportes Aéreos entre os Estados Unidos do Brasil e o Japão assinado no Rio de Janeiro, a 14 de dezembro de 1956.

Decreto nº 51.605 — de 28 de novembro de 1962.

AERONAUTICA

Altera o Regulamento da Escola de Especialistas de Aeronáutica.

Decreto nº 1.864 — de 11 de dezembro de 1962.

AÇUDES

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao termo de ajuste celebrado, em 4 de fevereiro de 1959, entre o Departamento de Obras de Saneamento do Ministério da Viação e Obras Públicas e a firma Construtora Nóbrega & Machado Limitada, para construção da barragem de Taipu, no rio Ceará-Mirim, no Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto Legislativo nº 12, de 1962.

AÇUDE

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.200.000.000,00, para o fim que menciona.*

Decreto nº 1.526 — de 14 de novembro de 1962.

ADMINISTRAÇÃO DO PÔRTO
DO RIO DE JANEIRO

Altera o sistema de classificação de cargos da Administração do Porto do Rio de Janeiro (A.P.R.J.), aprovado pelo Decreto nº 51.335, de 4 de outubro de 1961, e alterado pelos Decretos 51.403, de 5 de fevereiro de 1962, e nº 51.460, de 30 de abril de 1962, e dá outras providências.

Decreto nº 51.570 — de 19 de outubro de 1962.

Cria Comissão para exame, estudo e revisão das normas de remuneração de serviços especiais na Administração do Porto do Rio de Janeiro.

Decreto nº 51.584 — de 8 de novembro de 1962.

— *Substitui membro da Comissão a que se refere o Decreto nº 51.584, de 8 de novembro de 1962.*

Decreto nº 51.607 — de 30 de novembro de 1962.

AEROFOTOGRAMETRIA

Cria a série de classes de Técnico de Aerofotogrametria e dá outras providências.

Decreto nº 51.571 — de 24 de outubro de 1962.

AERONAUTICA

Aprova o Regulamento de Promoção "post-mortem" dos militares da Aeronáutica.

Decreto nº 1.432 — de 3 de outubro de 1962.

AERONAUTICA

— *Acréscenta alínea ao art. 8º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 34.762, de 8 de dezembro de 1953.*

Decreto nº 1.434 — de 3 de outubro de 1962.

— *Modifica o art. nº 43 do Regulamento da Diretoria do Material da Aeronáutica.*

Decreto nº 1.488, de 8 de novembro de 1962.

— *Cria a Comissão Especial de Obras da Aeronáutica em Brasília (COABRA) e dá outras providências.*

Decreto nº 1.839, de 5 de dezembro de 1962.

— *Altera o Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica.*

Decreto nº 1.975, de 2 de janeiro de 1963.

— *Aprova o Regulamento do Serviço Geral de Expediente e Arquivo da Aeronáutica.*

Decreto nº 1.976, de 2 de janeiro de 1963.

— *Cria a Auditoria da 10ª Região Militar, e dá outras providências.*

Lei nº 4.163, de 4 de dezembro de 1962.

AEROVIAS

Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000.000,00, para o fim que menciona.

Decreto nº 1.527, de 4 de novembro de 1962.

AGÊNCIA INTERNACIONAL
DE ENERGIA ATÔMICA

Torna públicas ratificações e adesões por parte de diversos países, do Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica, adotado em Nova York, a 26 de outubro de 1956.

Decreto nº 51.621, de 14 de dezembro de 1962.

ÁGUA MINERAL

Autoriza o cidadão brasileiro José Dotta a lavar água mineral no município de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.571, de 21 de novembro de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro Eugênio Blanc a lavar água mineral no município de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.579, de 21 de novembro de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro Christovam Colombo Paiva Pinheiro a lavar água mineral no município de Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

Decreto nº 1.594, de 22 de novembro de 1962.

— Retifica o art. 1º do Decreto nº 38.948, de 26 de março de 1956.

Decreto nº 1.741, de 29 de novembro de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro Atanacio Blanco Gonçalves a pesquisar água mineral no município de Tupã, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.750, de 30 de novembro de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro Fiorelli Peccicacco a lavar água mineral no município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.760, de 30 de novembro de 1962.

— Autoriza a Empresa Paranaense de Aguas Minerais Ltda. a pesquisar água mineral, no município de Jacarezinho, Estado do Paraná.

Decreto nº 1.794, de 4 de dezembro de 1962.

ÁGUA MINERAL ITAMARATI LIMIAADA

Cancela o Decreto nº 44.410, de 28 de agosto de 1958.

Decreto nº 1.595, de 22 de novembro de 1962.

ÁGUA MINERAL NATURAL CASTELÂNDIA LTDA.

Concede à Agua Mineral Natural Castelânea Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 1.965, de 27 de dezembro de 1962.

ÁGUAS PÚBLICAS

Declara públicas, de uso comum, do domínio da União as águas do curso denominado "Pavuna", "Pavuna" e São João de Meriti, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto nº 1.701, de 27 de novembro de 1962.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio da União as águas do rio "Parnaíba".

Decreto nº 1.782, de 4 de dezembro de 1962.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio da União e do Estado de Santa Catarina as águas do rio Irani.

Decreto nº 1.785, de 4 de dezembro de 1962.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio da União e do Estado do Maranhão as águas do rio Itapecuru.

Decreto nº 1.810, de 4 de dezembro de 1962.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio da União as águas do rio "Dois Vizinhos".

Decreto nº 1.812, de 4 de dezembro de 1962.

— Ver, também, o nome do Estado a cujo domínio se submeteu.

AJUSTES

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro do termo de ajuste celebrado, em 4 de fevereiro de 1959, entre o Departamento de Obras de Saneamento do Ministério da Viação e Obras Públicas e a firma Construtora Nobrega & Machado Ltda., para construção da barragem de Taipu, no rio Ceará-Mirim, no Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto Legislativo nº 12 de 1962.

AMIANTO

Autoriza a Sociedade Anônima de Mineração de Amianto a pesquisar amianto no município de Pirenópolis, Estado de Goiás.

Decreto nº 1.744 — de 30 de novembro de 1962.

AREIA QUARTZOSA

Autoriza o cidadão brasileiro Marivaldo Fernandes a pesquisar areia quartzosa no Município de Iguape, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.614 — de 22 de novembro de 1962.

Autoriza o cidadão brasileiro Carlos Zanella a pesquisar areia quartzosa, no município de Cananeia, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.645 — de 23 de novembro de 1962.

AREIA QUARTZOSA

Declara caduco o Decreto número 28.040, de 24 de abril de 1950.

Decreto nº 1.719 — de 28 de novembro de 1962.

ARGILA

Autoriza o cidadão brasileiro João Duarte Vilela a pesquisar argila no município de Sacramento, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.531 — de 16 de novembro de 1962.

Autoriza o cidadão brasileiro Ricardo Lacerda de Almeida Brennand a lavar argila no município de Oeiras, Estado do Piauí.

Decreto nº 1.590 — de 22 de novembro de 1962.

ARGILA

Autoriza o cidadão brasileiro Ruy Nunes de Campos Rosa a pesquisar argila no município de Pendências, no Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto nº 1.628 — de 23 de novembro de 1962.

Autoriza o cidadão brasileiro Ricardo Lacerda de Almeida Brennand a lavar argila no município de Oeiras, Estado do Piauí.

Decreto nº 1.643 — de 23 de novembro de 1962.

Autoriza o cidadão brasileiro Arlindo de Fraga Silveira a pesquisar argila no município de Cravinhos, Estado de São Paulo

Decreto nº 1.644 — de 23 de novembro de 1962.

Declara caduco o Decreto número 26.521 de 28 de março de 1949.

Decreto nº 1.716 — de 28 de novembro de 1962.

Autoriza a Mineração Matheus Leme Ltda. a lavar argila no município de Suzano, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.733 — de 29 de novembro de 1962.

ARMAZENS E SILOS

Dispõe sobre o pessoal a que se refere o art. 25 da Lei Delegada nº 5, de 26 de setembro de 1962.

Decreto nº 51.574 — de 30 de outubro de 1962.

ARSENAL DE MARINHA

Estende aos servidores da Fábrica de Artilharia da Marinha, da Diretoria de Eletrônica da Marinha, do Centro de Adestramento "Almirante Marques de Leão" e das Divisões de Mecanização e Consignações da Diretoria de Intendência da Marinha, as vantagens do Decreto nº 47.053, de 20 de outubro de 1959.

Decreto nº 1.707 — de 27 de novembro de 1962.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SOCIAL E HOSPITALAR

Cria a Comissão Especial para estudar e propor medidas necessárias à coordenação dos recursos Hospitalares e Médico-Sociais do País.

Decreto nº 51.647 — de 27 de dezembro de 1962.

ASSOCIAÇÕES

Revigora o crédito especial determinado pela Lei nº 3.842, de 15 de dezembro de 1960 (auxílio financeiro à Associação Pró-Matre — Estado da Guanabara).

Lei nº 4.167 — de 4 de dezembro de 1962.

AUTARQUIAS

Altera a rotina do processamento das concessões de vantagens com fundamento nos itens V e VI do artigo 145 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Decreto nº 1.826 — de 5 de dezembro de 1962.

— *Altera o art. 6º do Decreto número 51.504, de 11 de junho de 1962.*

Decreto nº 51.599 — de 23 de novembro de 1962.

— *Prorroga o Decreto nº 51.504, de 11 de junho de 1962.*

Decreto nº 51.623 — de 14 de dezembro de 1962.

AUTOS OFICIAIS

Suspende, para os casos que especifica, restrições contidas no Decreto nº 50.640, de 20 de maio de 1961, que dispõe sobre o uso de veículos oficiais.

Decreto nº 1.517 — de 12 de novembro de 1962.

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de cruzeiros), para atender ao pagamento da subvenção concedida às Universidades equiparadas, mantidas por Instituições de caráter privado, atualmente existentes no País.

Decreto nº 1.841 — de 5 de dezembro de 1962.

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

— *Abre, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de cruzeiros), destinado a auxiliar o Hospital dos Sindicatos Reunidos de Caxias do Sul e dá outras providências.*

Decreto nº 1.967 — de 27 de dezembro de 1962.

— *Abre o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 durante dez exercícios consecutivos, para auxiliar a manutenção da Casa do Pequeno Jornaleiro, no Estado da Guanabara, e dá outras providências.*

Lei nº 4.134 — de 10 de setembro de 1962.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, destinado à construção do Hospital Santa Maria, no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.*

Lei nº 4.164 — de 4 de dezembro de 1962.

— *Revigora o crédito especial determinado pela Lei nº 3.842, de 15 de dezembro de 1960 (auxílio financeiro à Associação Pró-Matre — Estado da Guanabara).*

Lei nº 4.167 — de 4 de dezembro de 1962.

— *Abre, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros), destinado à construção e equipamento de um hospital na Cidade de Manaus, no Estado do Amazonas.*

Decreto nº 51.454 — de 11 de abril de 1962.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) para atender as despesas com o disposto na mesma Lei que inclui o Instituto de Música da Bahia, entre os estabelecimentos de ensino superior subvencionados pela União, na forma do art. 17 da Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950.*

Decreto nº 51.596 — de 9 de novembro de 1962.

B**BANCO DE CRÉDITO REAL
DE MINAS GERAIS S.A.**

Aprova a reforma estatutária do Banco de Crédito Real de Minas Gerais Sociedade Anônima.

Decreto nº 1.621 — de 22 de novembro de 1962.

**BANCO DE FOMENTO ECONÔMICO DO ESTADO
DE SERGIPE S.A.**

Autoriza a subscrição pública de ações para constituição do capital do Banco de Fomento Econômico do Estado de Sergipe S.A.

Decreto nº 1.494 — de 9 de novembro de 1962.

**BANCO DO ESTADO DE MATO
GROSSO S.A.**

Autoriza a subscrição pública de ações para constituição do capital do Banco do Estado de Mato Grosso, Sociedade Anônima.

Decreto nº 1.507 — de 12 de novembro de 1962.

**BANCO DO NORDESTE
DO BRASIL S.A.**

Aprova a reforma dos Estatutos do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Decreto nº 51.416 — de 23 de fevereiro de 1962.

BANCO ÍTALO-BELGA S.A.

Prorroga, por mais dez anos, o prazo de autorização para funcionar no país, do Banco Ítalo-Belga S.A., com sede em Antuérpia (Bélgica).

Decreto nº 51.443 — de 2 de abril de 1962.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Autoriza o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico a dar a garantia do Tesouro Nacional às operações de crédito externo que especifica.

Decreto nº 1.622 — de 22 de novembro de 1962.

BANCO REGIONAL DO DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL

Autoriza o funcionamento do Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul.

Decreto nº 51.617 — de 5 de dezembro de 1962.

BANCOS

Extingue o trabalho aos sábados nos estabelecimentos de crédito.

Lei nº 4.178 — de 11 de dezembro de 1962.

**BANK OF LONDON & SOUTH
AMERICA LTDA.**

Concede à sociedade anônima Bank of London & South America Limited autorização para aumentar o seu capital no País.

Decreto nº 1.873 — de 18 de dezembro de 1962.

— *Aprova a reforma estatutária do Bank of London & South America Limited, com sede em Londres, Inglaterra.*

Decreto nº 1.874 — de 13 de dezembro de 1962.

BARRAGENS

— Ver: AÇUDES.

**BARRETO DE ARAÚJO, PRO-
DUTOS DE CACAU S.A.**

Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado neste descritos e consignados à empresa "Barreto de Araújo, Produtos de Cacau S.A.", de Salvador, Estado da Bahia.

Decreto nº 1.901 — de 18 de dezembro de 1962.

BRASÍLIA

Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), para atender a despesas com a constituição do patrimônio da Fundação Universidade de Brasília.

Decreto nº 1.867 — de 11 de dezembro de 1962.

BRASÍLIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Brasília de Seguros Gerais, inclusive transferência da sede social.

Decreto nº 1.529 — de 14 de novembro de 1962.

BAUXITA

Autoriza o cidadão brasileiro José Patrus de Sousa a pesquisar bauxita, no município de Sêro, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.452 — de 30 de novembro de 1962.

Autoriza Pesquisas Minerais Heco Ltda. a pesquisar bauxita, no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.572 — de 21 de novembro de 1962.

— *Autoriza Pesquisas Minerais Heco Limitada a pesquisar bauxita, no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 1.574 — de 21 de novembro de 1962.

Autoriza o cidadão brasileiro Miguel de Carvalho Dias a lavar bauxita, no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.764 — de 30 de novembro de 1962.

BRAILLE

Oficializa as convenções Braille para uso na escrita e leitura dos cegos e o Código de Contrações e Abreviaturas Braille.

Lei nº 4.169 — de 4 de dezembro de 1962.

C

CAÇA E PESCA

Cria a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca e dá outras providências.

Lei Delegada nº 10 — de 11 de outubro de 1962.

CACAUICULTORES

Autoriza Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira "CE-PLAC", a conceder financiamento, em caráter específico, aos cacauicultores, para combate específico da doença "Podridão Parda", em suas plantações.

Decreto nº 1.961 — de 27 de dezembro de 1962.

CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS

Modifica o art. 4º do Decreto número 44.767, de 30-10-1958.

Decreto nº 1.455 — de 15 de outubro de 1962.

CALCÁRIO

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Walfrido Pereira a pesquisar calcário no município de Itumirim, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.545 — de 20 de novembro de 1962.

Autoriza o cidadão brasileiro Feres Dequech a pesquisar calcário no município de Itaipópolis, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 1.546, de 20 de novembro de 1962.

— *Autoriza a Química Industrial Barra do Pirai S. A. a lavar calcário no Município de Arcos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 1.558 — de 20 de novembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Jorge de Oliveira Cordeiro a pesquisar calcário, mármore e talco no Município de Redenção, Estado do Ceará.*

Decreto nº 1.660 — de 26 de novembro de 1962.

— *Autoriza a Cia. Nacional de Cimento Portland a lavar calcário, no Município de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 1.715 — de 28 de novembro de 1962.

CALCÁRIO

— *Autoriza a Companhia de Cimento Ipanema a pesquisar calcário no município de Salto de Pirapora, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 1.732 — de 29 de novembro de 1962.

— *Autoriza a Cia. Siderúrgica Nacional a pesquisar calcário no município de Arcos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 1.745 — de 30 de novembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Luís Gonçalves Bahia a pesquisar calcário e calcita no município de Matosinhos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 1.788 — de 4 de dezembro de 1962.

— *Retifica o art. 1º do Decreto número 47.156, de 29 de outubro de 1959.*

Decreto nº 1.792 — de 4 de dezembro de 1962.

CALCITA

Autoriza o cidadão brasileiro Luís Gonçalves Bahia a pesquisar calcário e calcita no município de Matosinhos, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.788 — de 4 de dezembro de 1962.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Legislativo — Câmara dos Deputados e Senado Federal — os créditos suplementares no total de Cr\$ 1.004.494.000,00 (um bilhão, quatro milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil cruzeiros), como reforço de dotações orçamentárias para o exercício de 1962.

Lei nº 4.157 — de 26 de novembro de 1962.

CAPITANIA DOS PORTOS

— Ver: Ministério da Marinha.

CARAÇA FERRO E AÇO S.A.

Concede à Caraca Ferro e Aço S.A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 1.520 — de 13 de novembro de 1962.

CARREGADOR DE BAGAGEM

Regulamenta o exercício da profissão de carregador e transportador de bagagem nos portos.

Decreto nº 1.642 — de 23 de novembro de 1962.

CARVALHO & CARVALHO LTDA.

Concede a Carvalho & Carvalho Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 1.855 — de 5 de dezembro de 1962.

CARVÃO

Revoga autorização contida no Decreto nº 45.329, de 27 de janeiro de 1959.

Decreto nº 1.860 — de 5 de dezembro de 1962.

CASA DA MOEDA

Constitui o Grupo Executivo da forma da Casa da Moeda (CERCAM).

Decreto nº 51.592 — de 20 de novembro de 1962.

CASAS BANCÁRIAS

Extingue o trabalho aos sábados nos estabelecimentos de crédito.

Lei nº 4.178 de 11 de dezembro de 1962.

CASSITERITA

Autoriza o cidadão brasileiro Alexandre Giroto a pesquisar cassiterita, no município de Macapá, Território Federal do Amapá.

Decreto nº 1.534 — de 16 de novembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alexandre Giroto a pesquisar cassiterita no município de Macapá, no Território Federal do Amapá.*

Decreto nº 1.535 — de 16 de novembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alexandre Giroto a pesquisar cassiterita no município de Macapá, no Território Federal do Amapá.*

Decreto nº 1.536 — de 16 de novembro de 1962.

CASSITERITA

— Autoriza o cidadão brasileiro Alexandre Giroto a pesquisar cassiterita no município de Macapá, no Território Federal do Amapá.

Decreto nº 1.537 — de 16 de novembro de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro Alexandre Giroto a pesquisar cassiterita no município de Macapá, no Território Federal do Amapá.

Decreto nº 1.538 — de 16 de novembro de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro José Batista de Carvalho a pesquisar cassiterita, no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.570 — de 21 de novembro de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro Moisés Benarrós Israel a pesquisar cassiterita no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 1.664 — de 26 de novembro de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro Moisés Benarrós Israel a pesquisar cassiterita, no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 1.665 — de 26 de novembro de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro Moisés Benarrós Israel a pesquisar cassiterita, no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 1.666 — de 26 de novembro de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro Moisés Benarrós Israel a pesquisar cassiterita, no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 1.667 — de 26 de novembro de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro Moisés Benarrós Israel a pesquisar cassiterita, no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 1.668 — de 26 de novembro de 1962.

CASSITERITA

— Autoriza a cidadã brasileira Maria Zoraida Parra Mota a pesquisar cassiterita, no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 1.669 — de 26 de novembro de 1962.

— Autoriza a cidadã brasileira Maria Zoraida Parra Mota a pesquisar cassiterita, no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 1.670 — de 26 de novembro de 1962.

— Autoriza a cidadã brasileira Maria Zoraida Parra Mota a pesquisar cassiterita, no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 1.671 — de 26 de novembro de 1962.

— Autoriza a cidadã brasileira Maria Zoraida Parra Mota a pesquisar cassiterita, no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 1.672 — de 26 de novembro de 1962.

— Autoriza a cidadã brasileira Maria Zoraida Parra Mota a pesquisar cassiterita, no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 1.673 — de 26 de novembro de 1962.

— Autoriza a cidadã brasileira Irene Gonçalves Sabbá a pesquisar cassiterita, no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 1.674 — de 26 de novembro de 1962.

— Autoriza a cidadã brasileira Irene Gonçalves Sabbá a pesquisar cassiterita, no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 1.675 — de 26 de novembro de 1962.

— Autoriza a cidadã brasileira Irene Gonçalves Sabbá a pesquisar cassiterita, no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 1.676 — de 26 de novembro de 1962.

CASSITERITA

— *Autoriza a cidadã brasileira Irene Gonçalves Sabbá a pesquisar cassiterita, no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.*

Decreto nº 1.677 — de 26 de novembro de 1962.

— *Autoriza a cidadã brasileira Irene Gonçalves Sabbá a pesquisar cassiterita, no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.*

Decreto nº 1.678 — de 26 de novembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Samuel Isaac Benchimol a pesquisar cassiterita, no município de Pôrto Velho, no Território Federal de Rondônia.*

Decreto nº 1.679 — de 26 de novembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Samuel Isaac Benchimol a pesquisar cassiterita, no município de Pôrto Velho, no Território Federal de Rondônia.*

Decreto nº 1.681 — de 26 de novembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Samuel Isaac Benchimol a pesquisar cassiterita, no município de Pôrto Velho, no Território Federal de Rondônia.*

Decreto nº 1.682 — de 26 de novembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Samuel Isaac Benchimol a pesquisar cassiterita, no município de Pôrto Velho, no Território Federal de Rondônia.*

Decreto nº 1.683 — de 26 de novembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Emanuel Ribeiro dos Santos a pesquisar cassiterita, no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.*

Decreto nº 1.685 — de 27 de novembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Jacintho Henrique Corrêa a pesquisar cassiterita, no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.*

Decreto nº 1.686 — de 27 de novembro de 1962.

CASSITERITA

— *Autoriza o cidadão brasileiro Jacauna Maia a pesquisar cassiterita no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.*

Decreto nº 1.687-A — de 27 de novembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Jacauna Maia a pesquisar cassiterita no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.*

Decreto nº 1.688 — de 27 de novembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Jacauna Maia a pesquisar cassiterita no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.*

Decreto nº 1.689 — de 27 de novembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Jacauna Maia a pesquisar cassiterita no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.*

Decreto nº 1.690 — de 27 de novembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Jacauna Maia a pesquisar cassiterita no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.*

Decreto nº 1.691 — de 27 de novembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Newton de Menezes Vieira a pesquisar cassiterita, no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.*

Decreto nº 1.692 — de 27 de novembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Newton de Menezes Vieira a pesquisar cassiterita, no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.*

Decreto nº 1.693 — de 27 de novembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Newton de Menezes Vieira a pesquisar cassiterita, no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.*

Decreto nº 1.694 — de 27 de novembro de 1962.

CASSITERITA

— *Autoriza o cidadão brasileiro Newton de Menezes Vieira* a pesquisar cassiterita, no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 1.695 — de 27 de novembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Newton de Menezes Vieira* a pesquisar cassiterita, no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 1.696 — de 27 de novembro de 1962.

— *Autoriza a Mineração Cassitan Ltda.* a pesquisar cassiterita no município de Amapá, Território Federal do Amapá.

Decreto nº 1.720 — de 28 de novembro de 1962.

— *Autoriza a Mineração Cassitan Ltda.* a pesquisar cassiterita no município de Amapá, Território Federal do Amapá.

Decreto nº 1.721 — de 28 de novembro de 1962.

— *Autoriza a Mineração Cassitan Ltda.* a pesquisar cassiterita no município de Amapá, Território Federal do Amapá.

Decreto nº 1.722 — de 28 de novembro de 1962.

— *Autoriza a Mineração Cassitan Ltda.* a pesquisar cassiterita no município de Amapá, Território Federal do Amapá.

Decreto nº 1.723 — de 28 de novembro de 1962.

— *Autoriza a Mineração Cassitan Ltda.* a pesquisar cassiterita no município de Amapá, Território Federal do Amapá.

Decreto nº 1.724 — de 28 de novembro de 1962.

Autoriza o cidadão brasileiro Rui Brasil Cantanhede a pesquisar cassiterita no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 1.922 — de 19 de dezembro de 1962.

CASSITERITA

— *Autoriza o cidadão brasileiro Rui Brasil Cantanhede* a pesquisar cassiterita no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 1.923 — de 19 de dezembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Rui Brasil Cantanhede* a pesquisar cassiterita no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 1.924 — de 19 de dezembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Rui Brasil Cantanhede* a pesquisar cassiterita no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 1.925 — de 19 de dezembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alcides Marinho Guimarães* a pesquisar cassiterita, no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 1.926 — de 19 de dezembro de 1962.

CAULIM

Autoriza o cidadão brasileiro Agenor Roschel Schunck a pesquisar caulim, no município de Itapeçerica, da Serra, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.576 — de 21 de novembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Bittencourt Peres de Moura* a pesquisar caulim, no município de Itapeçerica, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.591 — de 22 de novembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Edésio Barbosa da Silva* a lavar caulim, feldspato, quartzo e mica, no município de Porciúncula, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 1.593 — de 22 de novembro de 1962.

Autoriza o cidadão brasileiro Antonio Rodrigues D'Almeida Filho a pesquisar caulim, feldspato e mica, no município de Cachoeiro de Itape-mirim, Estado do Espírito Santo.

Decreto nº 1.747 — de 30 de novembro de 1962.

CAULIM

— Autoriza o cidadão brasileiro José Alexandre da Silva a pesquisar caulim no município do Camaçari, Estado da Bahia.

Decreto nº 1.759 — de 30 de novembro de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro João Marquette a pesquisar caulim no município de Campo Largo, Estado do Paraná.

Decreto nº 1.797 — de 4 de dezembro de 1962.

CENTRAIS ELÉTRICAS

BRASILEIRAS S.A.

— **ELETOBRAS**

— Ver: **ELETOBRAS**.

CENTRAIS ELÉTRICAS

DE GOIÁS S.A.

(CELG)

— Autoriza Centrais Elétricas de Goiás S.A. — CELG — a dar em garantia os bens de seu patrimônio.

Decreto nº 1.539 — de 16 de novembro de 1962.

CENTRO DE PESQUISAS

DO CACAU "CEPEC"

Autoriza a Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacauceira CEPLAC a utilizar recursos para criação do Centro de Pesquisas do cacau CEPEC.

Decreto nº 1.960 — de 27 de dezembro de 1962.

CHUMBO

Declara caduco o Decreto número 25.422, de 1 de setembro de 1948.

Decreto nº 49.053 — de 5 de outubro de 1960.

CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

Aprova o sistema de classificação de cargos da Comissão de Marinha Mercante e dá outras providências.

Decreto nº 51.358 — de 24 de novembro de 1961.

CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

— Retifica o Decreto-lei número 51.371, de 13 de dezembro de 1961, que aprovou o sistema de classificação de cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas.

Decreto nº 51.493 — de 8 de junho de 1962.

— Altera dispositivos do Decreto nº 51.371, de 13 de dezembro de 1961, e dá outras providências.

Decreto nº 51.494 — de 8 de junho de 1962.

— Altera dispositivos dos Decretos ns. 51.341 e 51.348, de 28 de outubro de 1961 e de 17 de novembro de 1961, respectivamente, e dá outras providências.

Decreto nº 51.498 — de 8 de junho de 1962.

— Retifica o enquadramento dos cargos e funções da Universidade do Ceará, aprovado pelo Decreto número 50.917, de 6 de julho de 1961.

Decreto nº 51.563 — de 12 de outubro de 1962.

— Retifica o enquadramento dos cargos e funções do Ministério da Fazenda.

Decreto nº 51.567 — de 18 de outubro de 1962.

— Altera o Decreto que aprovou o sistema de classificação de cargos e enquadramento de pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários e dá outras providências.

Decreto nº 51.568 — de 18 de outubro de 1962.

— Altera o sistema de classificação de cargos da Administração do Porto do Rio de Janeiro (A.P.R.J.) aprovado pelo Decreto nº 51.335, de 4 de outubro de 1961, e alterado pelos Decretos ns. 51.403, de 5 de fevereiro de 1962, e nº 51.460, de 30 de abril de 1962, e dá outras providências.

Decreto nº 51.570 — de 19 de outubro de 1962.

CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

— *Retifica o Decreto nº 49.352, de 28 de novembro de 1960, que aprovou o enquadramento das funções do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica e dá outras providências.*

Decreto nº 51.572 — de 25 de outubro de 1962.

— *Altera o sistema de classificação de cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, aprovado pelo Decreto número 51.349, de 20 de novembro de 1961.*

(Suplemento).

Decreto nº 51.576 — de 8 de novembro de 1962.

— *Altera o Decreto nº 51.349, de 20 de novembro de 1961, que aprova o sistema de Classificação de Cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.577 — de 8 de novembro de 1962.

— *Altera o Decreto nº 51.350, de 23 de novembro de 1961, que aprova o Sistema de Classificação de Cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes e dá outras providências.*

Decreto nº 51.579 — de 8 de novembro de 1962.

— *Aprova o Sistema de Classificação de Cargos do ex-Território Federal do Acre e dá outras providências.*

Decreto nº 51.581 — de 8 de novembro de 1962.

— *Inclui, no enquadramento aprovado pelo Decreto nº 51.352, de 23 de novembro de 1961, os cargos e funções que especifica, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.590 — de 14 de novembro de 1962.

— *Retifica o enquadramento provisório de servidores do Ministério da Viação e Obras Públicas.*

Decreto nº 51.591 — de 19 de novembro de 1962.

CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

Aprova o enquadramento dos empregados da Estrada de Ferro Tocantins, do Ministério da Viação e Obras Públicas, beneficiados pela Lei número 3.967, de 5 de outubro de 1961, e dá outras providências.

Decreto nº 51.593, de 21 de novembro de 1962.

— *Aprova o enquadramento de cargos omitidos no Anexo II da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1961.*

Decreto nº 51.594, de 21 de novembro de 1962.

— *Retifica o enquadramento do pessoal beneficiado pelo art. 2º da Lei nº 3.937, de 5 de outubro de 1961, do Instituto do Açúcar e do Alcool, aprovado pelo Decreto nº 51.546, de 5 de setembro de 1962, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.596, de 26 de novembro de 1962.

— *Retifica o Decreto nº 51.516, de 25 de junho de 1962, que aprovou o enquadramento dos cargos e funções do Ministério da Aeronáutica e dá outras providências.*

Decreto nº 51.619, de 13 de dezembro de 1962.

— *Retifica o enquadramento dos cargos e funções do Ministério da Fazenda.*

Decreto nº 51.622, de 17 de dezembro de 1962.

— *Aprova o enquadramento dos cargos e funções do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.629, de 19 de dezembro de 1962.

— *Aprova o Quadro de Pessoal da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), e dá outras providências.*

Decreto nº 51.632, de 19 de dezembro de 1962.

— *Aprova o enquadramento dos cargos e funções do Ministério da Agricultura.*

(Suplemento)

Decreto nº 51.633, de 19 de dezembro de 1962.

CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

— *Aprova o enquadramento dos cargos e funções do Ministério da Agricultura.*

Decreto nº 51.633, de 19 de dezembro de 1962.

— *Aprova o enquadramento do pessoal da Comissão do Vale do São Francisco beneficiado pelo artigo 2º da Lei nº 3.967, de 5 de outubro de 1961, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.636, de 20 de dezembro de 1962.

COBRE

Autoriza o cidadão brasileiro, João Ricardo de Souza a pesquisar ouro e minério de cobre no município de Lavras do Sul — Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 1.802, de 4 de dezembro de 1962.

— *Autoriza a cidadã brasileira Elvira Gonçalves de Oliveira, a pesquisar minério de cobre no Município da Jaguarí — Estado da Bahia.*

Decreto nº 1.909, de 19 de dezembro de 1962.

**CÓDIGO DE CONTRAÇÕES
E ABREVIATURAS
BRAILLE**

Oficializa as convenções Braille para uso na escrita e leitura dos cegos e o Código de Contrações e Abreviaturas Braille.

Lei nº 4.169, de 4 de dezembro de 1962.

CÓDIGO BRASILEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.

— *Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações).*

ep cōsōs ep lz ep 'lil' t au tet
1932.

**CÓDIGO DE CONTABILIDADE
DA UNIÃO**

Disciplina a execução dos artigos 46 e 48 do Código de Contabilidade da União.

Decreto nº 1.963, de 27 de dezembro de 1962.

CÓDIGO DE JUSTIÇA MILITAR

Altera a redação da letra "l", do art. 88 do Código de Justiça Militar (Decreto-lei nº 925, de 2 de dezembro de 1938).

Lei nº 4.162, de 4 de dezembro de 1962.

CÓDIGO DO PROCESSO CIVIL

Altera o inciso I do art. 945, do Código de Processo Civil.

Lei nº 4.133, de 10 de dezembro de 1962.

— *Modifica a redação do parágrafo único do art. 6º e do inciso I do art. 7º, tudo da Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951, que altera disposições do Código de Processo Civil relativas ao mandado de segurança.*

Lei nº 4.166, de 4 de dezembro de 1962.

CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO DISTRITO FEDERAL

Dispõe sobre o Código Tributário do Distrito Federal.

Lei nº 4.191, de 24 de dezembro de 1962.

C.O.F.A.P.

Ver: Comissão Federal de Abastecimento e Preços.

COMÉRCIO EXTERIOR

Cria o Grupo de Coordenação do Comércio com os Países Socialistas da Europa Oriental — COLESTE, e dá outras providências.

Decreto nº 1.880, de 14 de dezembro de 1962.

**COMISSÃO DE ARTICULAÇÃO
DOS TRABALHOS AGRO-
NÔMICOS DO CACAU
(CARTAC)**

Cria a Comissão de Articulação dos Trabalhos Agrônômicos do Cacao (CARTAC), com sede na Cidade de Itabuna, Estado da Bahia.

Decreto nº 1.962, de 27 de dezembro de 1962.

COMISSÃO DE ENQUADRAMENTO SINDICAL

Aprova o Regimento da Comissão de Enquadramento Sindical.

Decreto nº 1.464, de 18 de outubro de 1962.

**COMISSÃO DE MARINHA
MERCANTE**

Aprova o sistema de classificação de Cargos da Comissão de Marinha Mercante e dá outras providências.

Decreto nº 51.358, de 24 de novembro de 1962.

**COMISSÃO DO PLANO
DO CARVÃO NACIONAL
(CPCAN)**

Aprova o Regimento Interno da Comissão do Plano do Carvão Nacional (CPCAN).

Decreto nº 1.502, de 12 de novembro de 1962.

— Aprova Tabela de Gratificações Especiais do CPCAN — Comissão do Plano de Carvão Nacional.

Decreto nº 1.972, de 29 de dezembro de 1962.

**COMISSÃO DO VALE DO SÃO
FRANCISCO**

Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a aceitar a doação do terreno que menciona, no Estado da Bahia.

Decreto nº 1.513, de 12 de novembro de 1962.

— Fica autorizada a Comissão do Vale do São Francisco, a aceitar, sem ônus para o Governo Federal, da Prefeitura Municipal de Paramirim, a doação de um terreno que se destina à construção de posto misto de saúde.

Decreto nº 1.514, de 12 de novembro de 1962.

**COMISSÃO DO VALE DO SÃO
FRANCISCO**

— Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a aceitar a doação de terreno onde deverá ser construído o Posto Misto de Saúde da cidade de Campo Formoso, no Estado da Bahia.

Decreto nº 1.832, de 5 de dezembro de 1962.

— Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a aceitar a doação do terreno que menciona, no Estado da Bahia.

Decreto nº 1.896, de 18 de dezembro de 1962.

— Aprova o enquadramento do pessoal da Comissão do Vale do São Francisco beneficiado pelo art. 2º da Lei nº 3.967, de 5 de outubro de 1961 e dá outras providências.

Decreto nº 51.636, de 20 de dezembro de 1962.

**COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO
DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICO-
RURAL DA LAVOURA CA-
CAUEIRA "CEPLAC"**

Autoriza a Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira "CEPLAC" a utilizar recursos para criação do Centro de Pesquisas do cacau CEPEC.

Decreto nº 1.960, de 27 de dezembro de 1962.

— Autoriza Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira "CEPLAC", a conceder financiamento, em caráter especial, aos cacauicultores, para combate específico da doença "Podridão Parda", em suas plantações.

Decreto nº 1.961, de 12 de dezembro de 1962.

COMISSÃO FEDERAL DE ABASTECIMENTO E PREÇOS

Prorroga o prazo de que trata o Decreto nº 51.396, de 24 de janeiro de 1962.

Decreto nº 51.557, de 2 de outubro de 1962.

COMISSÃO FEDERAL DE ABASTECIMENTO E PREÇOS

— Atribui poderes ao Presidente da Comissão Federal de Abastecimento e Preços.

Decreto nº 51.575, de 31 de outubro de 1962.

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000.000,00, de que trata a Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, para atender a despesas decorrentes da execução do programa da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Decreto nº 1.971, de 29 de dezembro de 1962.

COMISSÕES

Altera e unifica os Decretos números 50.924, de 6 de julho de 1961, 51.005, de 20 de julho de 1961, e 917, de 26 de abril de 1962, que dispõem sobre a Comissão de Estudos Legislativos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Decreto nº 1.490, de 8 de novembro de 1962.

— Cria a Comissão Especial de Obras da Aeronáutica em Brasília (COABRA) e dá outras providências.

Decreto nº 1.839, de 5 de dezembro de 1962.

— Substitui membro da Comissão a que se refere o Decreto nº 51.584, de 8 de novembro de 1962.

Decreto nº 51.607, de 30 de novembro de 1962.

COMISSÕES

Cria Comissão Especial para estudar e propor medidas necessárias à coordenação dos recursos Hospitalares e Médico-Sociais do País.

Decreto nº 51.647 — de 27 de dezembro de 1962.

COMPANHIA DE MINERAÇÃO E AGRICULTURA DO SÃO FRANCISCO — COMINAC

Concede à Companhia de Mineração e Agricultura do São Francisco — "COMINAC" autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 1.910 — de 19 de dezembro de 1962.

COMPANHIA DE SEGUROS ARGOS FLUMINENSE

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Argos Fluminense.

Decreto nº 1.898 — de 18 de dezembro de 1962.

COMPANHIA DE SEGUROS MINAS BRASIL

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social, da Companhia de Seguros Minas Brasil.

Decreto nº 1.706 — de 27 de novembro de 1962.

COMPANHIA DE SEGUROS RIACHUELO

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Riachuelo, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 1.442 — de 10 de outubro de 1962.

COMPANHIA EXTRATIVA DOLOMIA

Concede à Companhia Extrativa Dolomia autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 1.822 — de 4 de dezembro de 1962.

**COMPANHIA FÔRÇA E LUZ
CATAGUAZES-LEOPOLDINA**

Autoriza a Companhia Fôrça e Luz Cataguanes-Leopoldina a contrair empréstimo no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico mediante garantia hipotecária dos bens de seu patrimônio.

Decreto n.º 1.916 — de 19 de dezembro de 1962.

**COMPANHIA FÔRÇA E LUZ
DE MINAS GERAIS**

Autoriza a Companhia Fôrça e Luz de Minas Gerais a desvincular do seu acervo bens e instalações.

Decreto n.º 1.568 — de 21 de novembro de 1962.

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO COSTEIRA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.791.905,30, para pagamento de diferença de adicional por tempo de serviço, relativamente ao período de 1.º de janeiro de 1956 a 30 de abril de 1959, aos aposentados da Companhia Nacional de Navegação Costeira.

Lei n.º 4.135 — de 10 de setembro de 1962.

**COMPANHIA PARANAENSE
DE SEGUROS GERAIS**

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Paranaense de Seguros Gerais, inclusive transferência da sede social.

Decreto n.º 1.530 — de 14 de novembro de 1962.

**COMPANHIA PROGRESSO
E UNIÃO FABRIL
DA BAHIA**

Declara prioritário para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de taxas e impostos federais a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à "Companhia Progresso e União Fabril da Bahia" de Salvador (Ba).

Decreto n.º 1.904 — de 18 de dezembro de 1962.

**COMPANHIA SEGURADORA
BRASILEIRA**

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Companhia Seguradora Brasileira, relativa ao aumento do capital social.

Decreto n.º 1.528 — de 14 de novembro de 1962.

**COMPANHIA SIDERÚRGICA
DO NORDESTE (COSINOR)**

Autoriza a Companhia Siderúrgica do Nordeste — COSINOR — a construir linha de transmissão.

Decreto n.º 1.580 — de 21 de novembro de 1962.

COMPLEMENTAÇÃO INDUSTRIAL

Dispõe sobre a execução de ajuste de complementação industrial instituído pelo Tratado de Montevideu.

Decreto n.º 1.451 — de 11 de outubro de 1962.

CONDOMÍNIO RURAL DO PIUI

Cria o "Condomínio Rural do Piui" e dá outras providências.

Lei n.º 4.176 — de 7 de dezembro de 1962.

**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA
DE DESPORTOS UNIV-
VERSITÁRIOS**

Aprova os Estatutos da Confederação Brasileira de Desportos Universitários.

Decreto n.º 1.453 — de 12 de outubro de 1962.

CONGRESSO NACIONAL

Dispõe sobre a fixação dos subsídios, diárias e ajuda de custo dos membros do Congresso Nacional, para o período legislativo de 1963 a 1966.

Decreto Legislativo n.º 19, de 1962.

CONGRESSOS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 para auxiliar o IX Congresso Nacional de Jornalistas realizado em Friburgo.

Lei n.º 4.148 — de 21 de novembro de 1962.

CONSELHO COORDENADOR DO ABASTECIMENTO

Cria o Consulado honorário do Brasil, em Verona, Itália.

Decreto n.º 1.483 — de 5 de novembro de 1962.

CONSELHO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Retifica o Decreto n.º 49.352, de 28 de novembro de 1960, que aprovou o enquadramento das funções do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica e dá outras providências.

Decreto n.º 51.572 — de 25 de outubro de 1962.

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA

Modifica a redação do parágrafo único do art. 10 e o art. 11 do Decreto n.º 49.524, de 13 de dezembro de 1960, sobre membros do Conselho Nacional de Economia.

Decreto n.º 1.560 — de 21 de novembro de 1962.

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS

Retifica o Decreto n.º 51.490, de 8 de julho de 1962, que classificou as funções gratificadas do Conselho Nacional de Pesquisas.

Decreto n.º 51.558 — de 3 de outubro de 1962.

CONSELHO NACIONAL DE TELE- COMUNICAÇÃO

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 para o fim que especifica.

Decreto n.º 1.627 — de 23 de novembro de 1962.

CONSELHO RODOVIÁRIO NACIONAL

Altera a gratificação mensal do Presidente do Conselho Rodoviário Nacional.

Decreto n.º 1.609 — de 22 de novembro de 1962.

CONSTRUÇÃO AERONÁUTICA

Aprova a Política Nacional de Material e Construção Aeronáuticos no Brasil.

Decreto n.º 1.838 — de 5 de dezembro de 1962.

CONTADORIA GERAL DA REPÚBLICA

Aprova o Regimento da Contadoria Geral da República.

Decreto n.º 1.508 — de 12 de novembro de 1962.

CONVENÇÕES

Autoriza o Poder Executivo a assinar a adesão do Brasil à Convenção Internacional, para criação da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental.

Decreto Legislativo n.º 17, de 1962.

— *Torna públicas ratificações e adesões, por parte de diversos países, à Convenção relativa ao reconhecimento internacional de direitos sobre aeronaves, concluída em Genebra, a 19 de junho de 1948.*

Decreto n.º 51.606 — de 28 de novembro de 1962.

— *Torna pública a denúncia, por parte do Brasil, da Convenção (número 3) relativa ao emprego das mulheres antes e depois do parto, concluída em Washington, a 29 de novembro de 1919.*

Decreto n.º 51.627 — de 18 de dezembro de 1962.

— *Torna públicas novas adesões, por parte de diversos países ao Protocolo assinado em Paris, a 19 de novembro de 1948, destinado a colocar sob controle internacional as drogas não incluídas na Convenção de 13 de julho de 1931 para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição de entorpecentes, emenda pelo Protocolo assinado em Lake Success, a 11 de dezembro de 1946.*

Decreto n.º 51.639 — de 21 de dezembro de 1962.

CONVENÇÕES

— *Torna públicas ratificações e adesões, por parte de diversos países, ao Protocolo da Convenção Internacional para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado, concluído na Haia, a 14 de maio de 1954.*

Decreto nº 51.640 — de 21 de dezembro de 1962.

— *Torna públicas ratificações e adesões, por parte de diversos países, à Convenção Internacional para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado, concluída na Haia, a 14 de maio de 1954.*

Decreto nº 51.641 — de 21 de dezembro de 1962.

COOPERAÇÃO ECONÔMICA

Aprova os textos dos Acórdos Comerciais, de Pagamentos e Cooperação Econômica, concluídos, recentemente, entre o Brasil e países do Leste Europeu.

Decreto Legislativo nº 16, de 1962.

COOPERATIVAS DE CRÉDITO

Suspende, temporariamente, as concessões de autorização de funcionamento ou o registro de novas Cooperativas de Crédito ou com Seção de Crédito, e dá outras providências.

Decreto nº 1.503 — de 12 de novembro de 1962.

CRÉDITOS ADICIONAIS

Estabelece normas e prazos para remessa das propostas de créditos adicionais.

Decreto nº 1.456 — de 15 de outubro de 1962.

CURSOS

Concede autorização ao curso de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social de Ribeirão Preto.

Decreto nº 1.429 — de 1º outubro de 1962.

— *Concede reconhecimento a curso.*

Decreto nº 1.430 — de 1º de outubro de 1962.

CURSOS

— *Concede autorização para funcionamento do curso que indica.*

Decreto nº 1.842 — de 5 de dezembro de 1962.

— *Concede autorização para o funcionamento do curso que indica.*

Decreto nº 1.943 — de 21 de dezembro de 1962.

— *Parte vetada pelo Presidente da República e mantida pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962 (que dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo).*

Lei nº 4.119 — de 27 de agosto de 1962.

— *Dispõe sobre o funcionamento de novos cursos na Escola de Engenharia de Uberlândia, e dá outras providências.*

Lei nº 4.170 — de 5 de dezembro de 1962.

D

DÁRIO GONÇALVES PASTOR

Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, registrado e a ser efetuado por "Dário Gonçalves Pastor", de Salvador (Ba).

Decreto nº 1.903 — de 18 de dezembro de 1962.

13.º SALÁRIO

Regulamenta a Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, que instituiu a gratificação de Natal dos Trabalhadores.

Decreto nº 1.881 — de 14 de dezembro de 1962.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Altera o art. 6º do Decreto número 51.504, de 11 de junho de 1962.

Decreto nº 51.599 — de 28 de novembro de 1962.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

Dá nova redação ao art. 5º do Decreto nº 29.026, de 23 de dezembro de 1950.

Decreto nº 1.940 — de 21 de dezembro de 1962.

— Denomina “Palácio Alberto de Britto Pereira” o edifício onde funciona o Departamento de Imprensa Nacional, na Capital Federal.

Lei nº 4.179 — de 11 de dezembro de 1962.

DEPARTAMENTOS DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

Altera dispositivos do Decreto número 20.430, de 21 de janeiro de 1946, e dá outras providências.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio 1946, e dá outras providências.

Decreto nº 1.766 — de 30 de novembro de 1962.

da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Município de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.828 — de 5 de dezembro de 1962.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.830 — de 5 de dezembro de 1962.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.831 — de 5 de dezembro de 1962.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO

Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 38.726, de 30 de janeiro de 1956, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, das áreas de terrenos e respectivas benfeitorias, necessárias à construção da ligação ferroviária Itaquá-Engenheiro Bley, nos Estados de São Paulo e Paraná.

Decreto nº 1.605 — de 22 de novembro de 1962.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO

— *Aprova a regulamentação da Lei nº 4.102, de 20 de julho de 1962.*

Decreto nº 1.710 — de 28 de novembro de 1962.

— *Abre pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 3.500.000.000,00, a favor do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, para a conclusão da ligação ferroviária Brasília-Pires do Rio e a rede ferroviária do Estado de São Paulo.*

Decreto nº 1.827 — de 5 de dezembro de 1962.

— *Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.102, de 20 de janeiro de 1962 (que transforma o Departamento Nacional de Estradas de Ferro em Autarquia; cria o Fundo Nacional de Investimento Ferroviário e dá outras providências).*

Lei nº 4.102 — de 20 de julho de 1962.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

Revoga o Decreto nº 48.251, de 31 de maio de 1960, e dá outras providências.

Decreto nº 1.425 — de 4 de outubro de 1962.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 633.598.834,10, para o fim que menciona.*

Decreto nº 1.468 — de 22 de outubro de 1962.

— *Reorganiza a estrutura de serviços técnicos e administrativos do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e dá outras providências.*

Decreto nº 1.525 — de 13 de novembro de 1962.

— *Dá nova redação ao art. 154 do Regimento do DNER, aprovado pelo Decreto nº 44.656, de 17 de outubro de 1958.*

Decreto nº 51.638 — de 21 de dezembro de 1962.

**DEPARTAMENTO NACIONAL
DE OBRAS CONTRA
AS SECAS**

Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 39.478, de 28 de junho de 1956, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a área de terreno, necessária à construção do açude público Riacho de Santo Antônio, no Município de Cabaceiras, no Estado da Paraíba.

Decreto nº 1.465 — de 19 de outubro de 1962.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a área de terreno necessária à construção do açude público Cacimba da Várzea, no município de Solânea, Estado da Paraíba.

Decreto nº 1.466 — de 1.º de outubro de 1962.

— Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 633.598.834,10, para o fim que menciona.

Decreto nº 1.468 — de 22 de outubro de 1962.

— Declara de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a área de terreno necessária à construção do açude público "Santa Cruz", no município de Santa Cruz, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto nº 1.611 — de 22 de novembro de 1962.

— Declara de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a área de terreno necessária à construção do açude público Jatobá II, no Município de Princesa Isabel, Estado da Paraíba.

Decreto nº 1.384 — de 5 de dezembro de 1962.

— Declara de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a área de terreno necessária à construção do açude público Serra Branca, no município de Serra Branca, Estado da Paraíba.

Decreto nº 1.835 — de 5 de dezembro de 1962.

**DEPARTAMENTO NACIONAL
DE OBRAS DE SANEAMENTO**

Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.089, de 13 de julho de 1962 (que transforma o Departamento Nacional de Obras de Saneamento em autarquia, e dá outras providências).

Decreto nº 4.089 — de 13 de julho de 1962.

**DEPARTAMENTO NACIONAL
DE OBRAS DE SANEAMENTO**

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento, terrenos, prédios e benfeitorias, situados nos perímetros urbano e suburbano da cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, para permitir a conclusão das obras de regularização do rio Paraibuna.

Decreto nº 1.469 — de 22 de outubro de 1962.

— Aprova o Regulamento do Departamento Nacional de Obras de Saneamento.

Decreto nº 1.487 — de 7 de novembro de 1962.

— Abre pelo Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00.

Decreto nº 1.521 — de 13 de novembro de 1962.

**DEPARTAMENTO NACIONAL
DE PORTOS, RIOS
E CANAIS**

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, as áreas de terrenos e respectivas benfeitorias, necessárias à construção da ponte sobre o rio Cachoeira ligando Ilhéus ao local denominado Pontal, no Estado da Bahia.

Decreto nº 1.610 — de 22 de novembro de 1962.

**DEPARTAMENTO NACIONAL
DE PORTOS, RIOS
E CANAIS**

— Retifica o Decreto nº 582, de 5 de fevereiro de 1962.

Decreto nº 1.623 — de 23 de novembro de 1962.

DESAPROPRIAÇÕES

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação em favor da Petróleo Brasileiro S. A. — Petróbrás, terras situadas no Município de Betim, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 1.426 — de 1.º de outubro de 1962.

— *Revoga o Decreto n.º 43.251, de 31 de maio de 1960 e dá outras providências.*

Decreto n.º 1.435 — de 4 de outubro de 1962.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 39.478, de 28 de junho de 1956, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público Riacho de Santo Antônio, no Município de Cabaceiras, no Estado da Paraíba.*

Decreto n.º 1.465 — de 19 de outubro de 1962.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a área de terreno necessária à construção do açude público Cacimba da Várzea, no município de Solânea, Estado da Paraíba.*

Decreto n.º 1.466 — de 19 de outubro de 1962.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras do Saneamento, terrenos, prédios e benfeitorias, situados nos perímetros urbano e suburbano da cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, para permitir a conclusão das obras de regularização do rio Paraíba.*

Decreto n.º 1.469 — de 22 de outubro de 1962.

— *Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação, a faixa de terrenos necessária à linha de transmissão Penedo-Pindorama, no Estado de Alagoas.*

Decreto n.º 1.475 — de 25 de outubro de 1962.

DESAPROPRIAÇÕES

— *Altera a redação da alínea b) do artigo 1.º do Decreto n.º 42.118, de 20 de agosto de 1957.*

Decreto n.º 1.484 — de 6 de novembro de 1962.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.*

Decreto n.º 1.541 — de 16 de novembro de 1962.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto n.º 38.726, de 30-1-1956, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, das áreas de terrenos e respectivas benfeitorias, necessárias à construção da ligação ferroviária Itaguá — Engenheiro Bley, nos Estados de São Paulo e Paraná.*

Decreto n.º 1.605 — de 22 de novembro de 1962.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, as áreas de terrenos e respectivas benfeitorias, necessárias à construção da ponte sobre o rio Cachoeira, ligando Ilheus ao local denominado Pontal, no Estado da Bahia.*

Decreto n.º 1.610, de 22 de novembro de 1962.

— *Declara de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a área de terreno necessária à construção do açude público "Santa Cruz", no município de Santa Cruz, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n.º 1.611, de 22 de novembro de 1962.

— *Retifica o Decreto n.º 582 de 5 de fevereiro de 1962.*

Decreto n.º 1.623 — de 23 de novembro de 1962.

— *Declara de utilidade pública uma faixa de terra destinada à passagem da linha de transmissão "Usina termoeletrica — Cantero de obras de Funil".*

Decreto n.º 1.754 — de 30 de novembro de 1962.

DESAPROPRIAÇÕES

— Declara de utilidade pública para fins de desapropriação o imóvel que menciona necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 1.782 — de 4 de dezembro de 1962.

— Declara de utilidade pública para fins de desapropriação o imóvel que menciona necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 1.786 — de 4 de dezembro de 1962.

— Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação, a faixa de terrenos necessária à linha de transmissão Olho D'água das Flores Jacaré dos Hommes, no Estado de Alagoas.

Decreto nº 1.833 — de 5 de dezembro de 1962.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a área de terreno necessária à construção do açude público Jatobá, II, no Município de Princesa Isabel, Estado da Paraíba.

Decreto nº 1.834 — de 5 de dezembro de 1962.

— Declara de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a área de terreno necessária à construção do açude público Serra Branca, no município de Serra Branca, Estado da Paraíba.

Decreto nº 1.835 — de 5 de dezembro de 1962.

— Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação, a faixa de terreno necessária à linha de transmissão Mata-Grande-Inajá, nos Estados de Alagoas e Pernambuco.

Decreto nº 1.843 — de 5 de dezembro de 1962.

— Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação, a faixa de terreno necessária à linha de transmissão Olho D'água das Flores — Paú de Agüas, no Estado de Alagoas.

Decreto nº 1.844 — de 5 de dezembro de 1962.

DESAPROPRIAÇÕES

— Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação, a faixa de terreno necessária à linha de transmissão Olho D'água das Flores — Santana do Ipanema, no Estado de Alagoas.

Decreto nº 1.845 — de 5 de dezembro de 1962.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, propriedades que menciona, situadas em Curitiba, Paraná.

Decreto nº 1.852, de 5 de dezembro de 1962.

— Declara de utilidade pública para fins de desapropriação o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 1.870, de 11 de dezembro de 1962.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona.

Decreto nº 1.905, de 18 de dezembro de 1962.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação o imóvel instituição de servidão, em favor da Petrobrás, terras situadas nos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Decreto nº 1.911, de 19 de dezembro de 1962.

— Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, as propriedades que menciona.

Decreto nº 1.919, de 19 de dezembro de 1962.

— Renova o Decreto nº 229, de 27 de novembro de 1961.

Decreto nº 1.966, de 27 de dezembro de 1962.

— Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação.

Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962.

DESPORTOS

Institui Grupo de Trabalho para estudar a legislação do desporto náutico.

Decreto nº 1.452, de 11 de outubro de 1962.

— *Aprova os Estatutos da Confederação Brasileira de Desportos Universitários.*

Decreto nº 1.453 — de 12 de outubro de 1962.

DIAMANTES

Autoriza o cidadão brasileiro Rômulo Cruz Franchini a pesquisar diamante no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.634 — de 23 de novembro de 1962.

— *Autoriza a Mineração Tejucana Ltda. a lavar diamante e ouro nos municípios de Diamantina e Bocaiuva, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 1.645 — de 26 de novembro de 1962.

— *Autoriza a Mineração Tejucana Limitada, a lavar diamante e ouro nos municípios de Diamantina e Bocaiuva, Estado de Minas Gerais.*

— *Autoriza a Mineração Tejucana Ltda., a lavar diamante e ouro no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 1.684 — de 26 de novembro de 1962.

— *Autoriza a Mineração Tejucana Ltda., a lavar diamante e ouro no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 1.649 — de 26 de novembro de 1962.

— *Autoriza Mineração Pato do Brasil Limitada a pesquisar diamante no Município de Gilbués, Estado do Piauí.*

Decreto nº 1.731 — de 29 de novembro de 1962.

DIAMANTES

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Thomaz de Aquino Pereira a pesquisar diamantes, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 1.748 — de 30 de novembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Jorge Francisco de Amorim a pesquisar diamantes no município de Marabá, Estado do Pará.*

Decreto nº 1.800 — de 4 de dezembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Rodrigues de Souza a pesquisar diamantes no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 1.801 — de 4 de dezembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Soares do Nascimento a pesquisar diamante, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 1.818 — de 4 de dezembro de 1962.

— *Renova a autorização contida no Decreto nº 45.896, de 28 de abril de 1959.*

Decreto nº 1.823 — de 4 de dezembro de 1962.

— *Renova a autorização contida no Decreto nº 45.897, de 28 de abril de 1959.*

Decreto nº 1.824 — de 5 de dezembro de 1962.

— *Renova a autorização contida no Decreto nº 45.935, de 29 de abril de 1959.*

Decreto nº 1.825 — de 5 de dezembro de 1962.

DIATOMITA

Autoriza o cidadão brasileiro Sinval Duarte Pereira a pesquisar diatomita no município de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto nº 1.697 — de 27 de novembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sinval Duarte Pereira a pesquisar diatomita no município de Macaíba, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto nº 1.927, de 20 de dezembro de 1962.

DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Lei n.º 4.024 — de 20 de dezembro de 1961.

DISTRITO FEDERAL

Autoriza a abertura, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do crédito de Cr\$ 25.000.000,00, destinada a ocorrer à instalação e funcionamento, em Brasília, do Ministério Público do Distrito Federal e da Primeira Subprocuradoria-Geral.

Lei n.º 4.149, de 21 de novembro de 1962.

Dispõe sobre a carreira do Ministério Público do Distrito Federal, e dá outras providências.

Lei n.º 4.158 — de 28 de novembro de 1962.

Orça a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal, para o exercício financeiro de 1963.

Lei n.º 4.193 — de 24 de dezembro de 1962.

DOAÇÕES

Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a aceitar a doação do terreno que menciona, no Estado da Bahia.

Decreto n.º 1.513, de 12 de novembro de 1962.

Fica autorizada a Comissão do Vale do São Francisco, a aceitar, sem ônus para o Governo Federal, da Prefeitura Municipal de Paramirim a doação de um terreno que se destina à construção de posto misto de saúde.

Decreto n.º 1.514, de 12 de novembro de 1962.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um imóvel situado no Município de Bela Vista — Estado de Mato Grosso, destinado ao Ministério da Guerra.

Decreto n.º 1.515, de 12 de novembro de 1962.

DOAÇÕES

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona no Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n.º 1.630, de 23 de novembro de 1962.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno no Parque Balneário São José — Município de São Pedro da Aldeia — Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 1.684, de 27 de novembro de 1962.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Município de Paraguaçu Paulista — Estado de São Paulo.

Decreto n.º 1.828, de 5 de dezembro de 1962.

Retifica e ratifica o Decreto n.º 50.469, de 17 de abril de 1961.

Decreto n.º 1.829, de 5 de dezembro de 1962.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Estado de São Paulo.

Decreto n.º 1.831, de 5 de dezembro de 1962.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Estado de São Paulo.

Decreto n.º 1.830, de 5 de dezembro de 1962.

Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a aceitar a doação de terreno onde deverá ser construído o Posto Misto de Saúde da cidade de Campo Formoso, no Estado da Bahia.

Decreto n.º 1.832, de 5 de dezembro de 1962.

Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a aceitar a doação do terreno que menciona, no Estado da Bahia.

Decreto n.º 1.896, de 18 de dezembro de 1962.

DOLOMITA

Autoriza a Indústrias Reunidas Vidrobrás Ltda. a pesquisar dolomita no município de Miracatú — Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.582, de 22 de novembro de 1962.

— *Retifica o art. 1º do Decreto nº 47.156, de 29 de outubro de 1959.*

Decreto nº 1.792, de 4 de dezembro de 1962.

E**ELETROBRÁS**

Aprova a reforma estatutária de Centrais Elétricas Brasileiras S. A.

— *Eletrobrás.*

Decreto nº 1.341, de 5 de dezembro de 1962.

— *Outorga à Centrais Elétricas Brasileiras S. A. — Eletrobrás, concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica de desníveis existentes no rio Jequitinhonha.*

Decreto nº 1.540, de 16 de novembro de 1962.

EMBAIXADAS

Ver — Ministério das Relações Exteriores.

EMPREGO DAS MULHERES

Torna pública a denúncia, por parte do Brasil, da Convenção (nº 3), relativa ao emprego das mulheres antes e depois do parto, concluída em Washington, a 29 de novembro de 1919.

Decreto nº 51.627, de 18 de dezembro de 1962.

**EMPRESA DE MINERAÇÃO
UNIÃO LTDA.**

Concede à Empresa de Mineração União Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 1.588, de 22 de novembro de 1962.

EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO

Altera a redação do art. 1º do Decreto nº 900, de 16 de abril de 1962.

Decreto nº 1.625, de 23 de novembro de 1962.

— *Transforma em Comissão Arbitral para o período do atual Governo, a Comissão criada pelo Decreto número 51.421, de 28 de fevereiro de 1962.*

Decreto nº 51.549-A, de 11 de setembro de 1962.

EMPRESAS INCORPORADAS

Altera a redação do art. 1º do Decreto nº 900, de 16 de abril de 1962.

Decreto nº 1.625, de 23 de novembro de 1962.

**EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO
MARÍTIMA**

Dispõe sobre o uso e ocupação temporária de bens de empresas de navegação marítima, e dá outras providências.

Decreto nº 1.938, de 21 de dezembro de 1962.

EMPRÉSTIMOS

Autoriza o Ministro da Fazenda a dar a garantia do Tesouro Nacional a empréstimo a ser realizado pela Rede Ferroviária Federal S. A.

Decreto nº 1.861, de 12 de dezembro de 1962.

— *Autoriza a Companhia Força e Luz (Cataguazes-Leopoldina) a contratar empréstimo no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico mediante garantia hipotecária dos bens de seu patrimônio.*

Decreto nº 1.916, de 19 de dezembro de 1962.

ENERGIA ELÉTRICA

Autoriza a Prefeitura Municipal de Charqueada, Estado de São Paulo, a construir uma linha de transmissão entre a linha Piracicaba-Charqueada e a sede do distrito de Paraisolândia e dá outras providências.

Decreto nº 717, de 16 de março de 1962.

ENERGIA ELÉTRICA

— Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a "Eletrificacão Rural de Minas Gerais S.A. — ERMIG".

Decreto nº 1.473, de 24 de outubro de 1962.

— Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação, a faixa de terrenos necessária à linha de transmissão Penedo-Pindorama, no Estado de Alagoas.

Decreto nº 1.475, de 25 de outubro de 1962.

— Outorga à Centrais Elétricas Brasileiras S. A. — Eletrobrás — concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica de desniveis existentes no rio Jequitinhonha.

Decreto nº 1.540, de 16 de novembro de 1962.

— Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a ampliar suas instalações.

Decreto nº 1.567, de 21 de novembro de 1962.

— Autoriza a São Paulo Light S.A. — Serviços de Eletricidade a ampliar suas instalações.

Decreto nº 1.663, de 26 de novembro de 1962.

— Autoriza a Empresa Fluminense de Energia Elétrica S. A. a incorporar, ao seu sistema, linha de transmissão existente entre Paraíso e Boa Ventura.

Decreto nº 1.712, de 28 de novembro de 1962.

— Declara de utilidade pública uma faixa de terra destinada à passagem da linha de transmissão "Usina Termoeletrica — Canteiro de Obras de Funi".

Decreto nº 1.754, de 30 de novembro de 1962.

— Outorga à Moacyr Viana & Cia. Ltda. concessão para o aproveitamento de um desnível existente no rio Apucarantina na localidade de Tamara, Município de Londrina, Estado do Paraná.

Decreto nº 1.790, de 4 de dezembro de 1962.

ENERGIA ELÉTRICA

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, a faixa de terrenos necessária à linha de transmissão Olho D'Água das Flores-Jacaré dos Homens, no Estado de Alagoas.

Decreto nº 1.833, de 5 de dezembro de 1962.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, a faixa de terrenos necessária à linha de transmissão Mata Grande-Inajá, nos Estados de Alagoas e Pernambuco.

Decreto nº 1.843, de 5 de dezembro de 1962.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, a faixa de terrenos necessária à linha de transmissão Olho D'Água das Flores

— Pão de Açúcar, no Estado de Alagoas.

Decreto nº 1.844, de 5 de dezembro de 1962.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação a faixa de terrenos necessária à linha de transmissão Olho D'Água das Flores

— Santana do Ipanema, no Estado de Alagoas.

Decreto nº 1.845, de 5 de dezembro de 1962.

— Autoriza a Companhia Paraibá de Cimento Portland S. A. a construir linha de transmissão.

Decreto nº 1.912, de 19 de dezembro de 1962.

ENERGIA NUCLEAR

Aprova o Acôrdo de cooperação entre os Estados Unidos do Brasil e a República Italiana para uso pacífico da energia nuclear.

Decreto Legislativo nº 13, de 1962.

— Aprova o acôrdo sobre cooperação no campo dos usos pacíficos da energia atômica entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Paraguai, firmado em Assunção, a 18 de agosto de 1961.

Decreto Legislativo nº 14, de 1962.

ENSINO

Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidos pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei nº 2.024, de 20 de dezembro de 1961 (que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

ENTORPECENTES

Torna públicas novas adesões, por parte de diversos países ao Protocolo assinado em Paris, a 19 de novembro de 1948, destinado a colocar sob controle internacional as drogas não incluídas na Convenção de 13 de julho de 1931 para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição de entorpecentes, emenda pelo Protocolo assinado em Lake Success, a 11 de dezembro de 1946.

Decreto nº 51.639, de 21 de dezembro de 1962.

EQUIPETROL — INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos sem similar nacional, registrado e consignados à firma "Equipetrol — Indústria e Comércio Ltda.", de Salvador, Bahia.

Decreto nº 1.902, de 18 de dezembro de 1962.

ESCOLA DE ESPECIALISTAS DE AERONÁUTICA

Altera o Regulamento da Escola de Especialistas de Aeronáutica.

Decreto nº 1.864, de 11 de dezembro de 1962.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

Dá nova redação aos arts. 40 e 41 do Regulamento da Escola Superior de Guerra, aprovado e mandado executar pelo Decreto nº 50.352, de 17 de março de 1961.

Decreto nº 51.616, de 5 de dezembro de 1962.

ESCOLAS

Ver, também, Universidades, Faculdades e Cursos. Quanto aos militares ver: Aeronáutica, Exército e Marinha.

— Altera denominação da Escola que indica.

Decreto nº 761, de 20 de março de 1962.

— Aprova o Regulamento para as Escolas de Marinha Mercante.

Decreto nº 1.424, de 28 de setembro de 1962.

ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO

Extingue o trabalho aos sábados nos estabelecimentos de crédito.

Lei nº 4.178, de 11 de dezembro de 1962.

ESTADO DA BAHIA

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado da Bahia, as águas do rio Pedras.

Decreto nº 1.814, de 4 de dezembro de 1962.

ESTADO DA PARAÍBA

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado da Paraíba, as águas dos rios "Piancó e Aguiar".

Decreto nº 1.811, de 4 de dezembro de 1962.

ESTADO DE GOIÁS

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas dos rios Imburuçu, Candieiros e Doce.

Decreto nº 1.729, de 28 de novembro de 1962.

— Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do curso denominado Ribeirão Boa Vista, Ribeirão Boa Vista e Ribeirão do Lobo, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto nº 1.813, de 4 de dezembro de 1962.

ESTADO DE MINAS GERAIS

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do curso denominado Pavão, Pavão Azul e Pavão Azul, respectivamente nos trechos superior, médio e inferior.

Decreto nº 1.727, de 28 de novembro de 1962.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais as águas do rio "Cantagalo" em toda a sua extensão e "Santa Mariana", "Concórdia", "Ceilão", "Pirapetinga" e "Pirapetinga", nos trechos superior, médio e inferior.

Decreto nº 1.853, de 5 de dezembro de 1962.

ESTADO DE SÃO PAULO

Revalida a concessão ao Governo do Estado de São Paulo, de terreno de acrescidos de marinha, situado em São Vicente, naquele Estado.

Decreto nº 741, de 19 de março de 1962.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Declara públicas, de uso comum, do domínio da União e do Estado de Santa Catarina as águas do rio Irani.

Decreto nº 1.785, de 4 de dezembro de 1962.

ESTADO DO MARANHÃO

Declara públicas, de uso comum, do domínio da União e do Estado do Maranhão as águas do rio Itapicuru.

Decreto nº 1.810, de 4 de dezembro de 1962.

ESTADO DO PARANÁ

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná as águas do rio Poço.

Decreto nº 1.784, de 4 de dezembro de 1962.

ESTADO DO PARANÁ

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do curso d'água denominada "Ribeirão do Salto".

Decreto nº 1.816 — de 4 de dezembro de 1962.

ESTADO DO PIAUÍ

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Piauí, as águas dos cursos Gargúeia e Uruçui Vermelho.

Decreto nº 1.783 — de 4 de dezembro de 1962.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a ampliar suas instalações.

Decreto nº 1.567 — de 21 de novembro de 1962.

ESTATUTOS

Ver o nome da entidade que o teve aprovado ou alterado.

ESTEATITA

Autoriza o cidadão brasileiro Cláudio de Abreu a pesquisar esteatita, no município de Crocane, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.796 — de 4 de dezembro de 1962.

ESTRADA DE FERRO SANTOS A JUNDIAÍ

Aprova o enquadramento das junções da Estrada de Ferro Santos a Jundiaí e dá outras providências.

Decreto nº 51.559 — de 4 de outubro de 1962.

ESTRADA DE FERRO TOCANTINS

Aprova o enquadramento dos empregados da Estrada de Ferro Tocantins, do Ministério da Viação e Obras Públicas, beneficiados pela Lei número 3.967, de 5 de outubro de 1961, e dá outras providências.

Decreto nº 51.593 — de 21 de novembro de 1962.

EX-COMBATENTES

Altera o art. 1º e seus parágrafos do Decreto nº 30.078, de 19 de outubro de 1951.

Decreto nº 1.937 — de 21 de dezembro de 1962.

EXECUTORES DE TEXTO

Dá nova redação ao artigo 5º do Decreto nº 29.026, de 23 de dezembro de 1950.

Decreto nº 1.940 — de 21 de dezembro de 1962.

EXÉRCITO

Modifica os artigos 102 e 103 do Regulamento para o Serviço de Fundos do Exército, aprovado pelo Decreto nº 204, de 31 de dezembro de 1934 e o item 1 do artigo 12 do Regulamento da Diretoria de Finanças, aprovado pelo Decreto nº 45.477, de 26 de fevereiro de 1959.

Decreto nº 1.439 — de 8 de outubro de 1962.

— Dá nova redação ao § 3º do artigos 33 do Regulamento para os Centros de Preparação de Oficiais da Reserva.

Decreto nº 1.482 — de 29 de outubro de 1962.

— Dá nova redação ao art. 5º do Decreto nº 37.405, de 31 de maio de 1955, modificado pelo de nº 95, de 31 de outubro de 1961.

Decreto nº 1.863 — de 11 de dezembro de 1962.

— Transforma os 2º RO 105, 4º RO 105, 5º RO 105 e 6º RO 105, respectivamente, em 1º/2º RO 105, 2º/4º RO 105, 2º/5º RO e 2º/6º RO 105.

Decreto nº 1.868 — de 11 de dezembro de 1962.

— Revoga o Regulamento para os Centros de Preparação de Oficiais da Reserva, aprovado pelo Decreto número 22.392, de 31 de dezembro de 1946 e dá outras providências.

Decreto nº 1.869 — de 11 de dezembro de 1962.

— Modifica a denominação dos 6º, 8º 10º Pensões de Reparação Auto e do 4º Pelotão de Manutenção de Apoio.

Decreto nº 1.871 — de 11 de dezembro de 1962.

— Transforma o Regimento-Escola de Artilharia em Grupo-Escola de Artilharia.

Decreto nº 1.879 — de 14 de dezembro de 1962.

EXÉRCITO

— Cria o Estandarte-Distintivo para a 1ª Companhia de Intendência.

Decreto nº 1.908 — de 19 de dezembro de 1962.

— Criação do Batalhão de Polícia do Exército de Brasília; Extinção da Companhia de Polícia da 11ª Região Militar.

Decreto nº 1.939 — de 21 de dezembro de 1962.

— Cria a Auditoria da 10ª Região Militar e dá outras providências.

Lei nº 4.163 — de 4 de dezembro de 1962.

— Transfere a sede do Regimento de Cavalaria de Guardas.

Decreto nº 51.555 — de 1º de outubro de 1962.

— Fixa a distribuição, em cada Arma e em cada posto, das funções gerais dos oficiais do Exército a vigorar a partir de 24 de dezembro de 1962.

Decreto nº 51.648 — de 29 de dezembro de 1962.

— Ver; também, MINISTERIO DA GUERRA.

EXPOSIÇÕES E FEIRAS

Concede isenção de impostos, taxas alfandegárias e quaisquer outros ônus federais para material destinado à construção do Pavilhão da Exposição Internacional de Indústria e Comércio do Rio de Janeiro.

Lei nº 4.151 — de 21 de novembro de 1962.

— Oficializa a Exposição Internacional de Aeronáutica e Espaço e dá outras providências.

Decreto nº 51.604 — de 28 de novembro de 1962.

F**FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS**

Prorroga prazo estabelecido ao artigo 1º do Decreto nº 691, de 10 de março de 1962.

Decreto nº 1.457 — de 16 de outubro de 1962.

FACULDADES

Altera a denominação da Escola de Biblioteconomia e Documentação anexa à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto Santa Ursula.

Decreto nº 1.428 — de 1 de outubro de 1962.

Cria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Goiás.

Decreto nº 51.582 — de 8 de novembro de 1962.

Cria o Quadro Especial de funcionários da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro e dá outras providências.

Decreto nº 51.599-A — de 27 de novembro de 1962.

FATURAS COMERCIAIS

Dá nova redação aos arts. 3º, 4º, 8º e 44, do Decreto nº 49.977, de 23 de janeiro de 1961, que dispõe sobre o visto consular em faturas comerciais e dá outras providências.

Decreto nº 1.640 — de 23 de novembro de 1962.

FEIJÃO

Dispõe sobre a aquisição de feijão dos Estados de Santa Catarina e Paraná e dá outras providências.

Decreto nº 1.850 — de 5 de dezembro de 1962.

FELDSPATO

Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim Pedro Coutinho a pesquisar feldspato no município de Cabo Verde, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.584 — de 22 de novembro de 1962.

Autoriza o cidadão brasileiro João Sattim a pesquisar feldspato, no município de Socorro, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.589 — de 22 de novembro de 1962.

FELDSPATO

Autoriza o cidadão brasileiro Edésio Barbosa da Silva a lavar caulim, feldspato, quartzo e mica, no município de Porciúncula, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 1.593 — de 22 de novembro de 1962.

Autoriza a Mineração Felquartz Limitada, a pesquisar feldspato e quartzo no município de Camboriú, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 1.657 — de 26 de novembro de 1962.

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Rodrigues D'Almeida Filho a pesquisar caulim, feldspato e mica, no município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

Decreto nº 1.747 — de 30 de novembro de 1962.

Renova a autorização contida no Decreto nº 45.893, de 28 de abril de 1959.

Decreto nº 1.758 — de 30 de novembro de 1962.

Decreto nº 50.178 — de 28 de janeiro de 1961.

FERRAX S.A. — COMÉRCIO, INDÚSTRIA E EXPORTAÇÃO

Concede à Ferrex S.A. — Comércio, Indústria e Exportação, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 1.736 — de 29 de novembro de 1962.

FERRO

Autoriza a S.A. Mineração de Trindade a lavar minério de ferro, no município de Mariana, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.458 — de 17 de outubro de 1962.

Autoriza Minas Antonina S.A. — Produção e Exportação de Minério de Ferro a lavar minério de ferro no município de Antonina, Estado do Paraná.

Decreto nº 1.743 — de 30 de novembro de 1962.

FERRO

— Autoriza Siderúrgica Frei Leopoldo Ltda. — SIFREL — a lavar minério de ferro no município de Itatina, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.795 — de 4 de dezembro de 1962.

— Autoriza a Companhia Siderúrgica da Amazônia — Siderama — a lavar minério de ferro, no município de Uruará, Estado do Amazonas.

Decreto nº 1.854 — de 5 de dezembro de 1962.

— Altera o art. 1º do Decreto número 43.344, de 12 de março de 1958.

Decreto nº 1.958 — de 26 de dezembro de 1962.

FERROVIAS

Renova o Decreto nº 50.739, de 7 de junho de 1961.

Decreto nº 51.598 — de 22 de novembro de 1962.

FIACÇÃO E TECELAGEM RIBEIRÃO S.A.

Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, registrados e consignado à "Fiação e Tecelagem Ribeirão S.A.", de Recife, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 1.877 — de 13 de dezembro de 1962.

FLORESTA PROTETORA

Declara protetoras, de acordo com o art. 11, parágrafo único, do Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934, as florestas existentes na "Serra do Brigadeiro", nos limites dos Municípios de Abre Campo, Mutipó, Raul Soares, Vicososa e Caranbola, no Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.493 — de 9 de novembro de 1962.

FLUORITA

Autoriza o cidadão brasileiro Vilmar Freitas a pesquisar fluorita no município de Orleans, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 1.533 — de 16 de novembro de 1962.

FLUORITA

— Autoriza o cidadão brasileiro Lourival Rodrigues a pesquisar fluorita, no município de Tubarão, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 1.793 — de 4 de dezembro de 1962.

FOSFATO

Autoriza a Companhia de Tecidos Paulista a pesquisar fosfato, no município de Paulista, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 1.798 — de 4 de dezembro de 1962.

— Autoriza a Companhia de Cimento Portland Poty a pesquisar fosfato, no município de Igaracu, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 1.851 — de 5 de dezembro de 1962.

FOSFORITA

Autoriza a Companhia de Tecidos Paulista a pesquisar fosforita, no município de Paulista, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 1.650 — de 26 de novembro de 1962.

FRANCO & CURIMBABA

— Concede a Franco & Curimbaba, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 1.803 — de 4 de dezembro de 1962.

FRONTEIRA SUDOESTE

Considera de interesse militar funções exercidas na Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste.

Decreto nº 51.561 — de 11 de outubro de 1962.

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

Dispõe sobre gratificação de representação aos Oficiais de Chancelaria e Servidores Administrativos, do Quadro de Pessoal do Ministério das Relações Exteriores.

Decreto nº 1.430 — de 26 de outubro de 1962.

FUNCIONARIOS PÚBLICOS

— Altera o art. 34 do Regulamento de Pessoal do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto nº 2, de 21 de setembro de 1961.

Decreto nº 1.478 — de 26 de outubro de 1962.

— Regula as vantagens previstas no art. 41, parágrafo único da Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961 e nos arts. 64 § 2º e 68 § 1º do Regulamento de Pessoal do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto nº 2, de 21 de setembro de 1961.

Decreto nº 1.481 — de 29 de outubro de 1962.

— Altera a rotina do processamento das concessões de vantagens com fundamento nos itens V e VI do art. 145 da Lei nº 1.711, de 23 de outubro de 1952.

Decreto nº 1.826 — de 5 de dezembro de 1962.

— Cria função gratificada no Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde.

Decreto nº 1.837 — de 5 de dezembro de 1962.

— Retifica o Decreto nº 51.490, de 8 de junho de 1962, que classificou as funções gratificadas do Conselho Nacional de Pesquisas.

Decreto nº 51.558 — de 3 de outubro de 1962.

— Dá nova redação ao art. 1º do Decreto nº 50.562, de 8 de maio de 1961.

Decreto nº 51.624 — de 17 de dezembro de 1962.

— Cria funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Decreto nº 51.644 — de 26 de dezembro de 1962.

FUNÇÕES GRATIFICADAS — Ver: Funcionários Públicos

Classifica as funções gratificadas do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas.

Decreto nº 51.578 — de 8 de novembro de 1962.

— Classifica as funções gratificadas do Instituto Brasileiro do Sal, e dá outras providências.

Decreto nº 51.566 — de 16 de outubro de 1962.

— Cria funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Decreto nº 51.564 — de 12 de outubro de 1962.

— Cria funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 51.573 — de 26 de outubro de 1962.

— Torna sem efeito a inclusão de funções gratificadas no Quadro de Pessoal — Parte Permanente — do Ministério da Aeronáutica.

Decreto nº 51.589 — de 13 de novembro de 1962.

— Classifica funções gratificadas do Tribunal Marítimo, e dá outras providências.

Decreto nº 51.597 — de 22 de novembro de 1962.

— Cria funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências.

Decreto nº 51.600 — de 27 de novembro de 1962.

— Inclui função gratificada no Quadro de Pessoal do Ministério da Educação e Cultura.

Decreto nº 51.601 — de 27 de novembro de 1962.

— Classifica as funções gratificadas do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos e dá outras providências.

Decreto nº 51.603 — de 28 de novembro de 1962.

FUNÇÕES GRATIFICADAS

— *Classifica as funções gratificadas do Instituto Nacional do Mate e dá outras providências.*

Decreto nº 51.608 — de 30 de novembro de 1962.

— *Classifica as funções gratificadas do Instituto Nacional de Imigração e Colonização e dá outras providências.*

Decreto nº 51.630 — de 19 de dezembro de 1962.

FUNDAÇÃO DA CASA POPULAR

Modifica o art. 4º do Decreto número 44.767, de 30 de outubro de 1958.

Decreto nº 1.455 — de 15 de outubro de 1962.

**FUNDO FEDERAL AGRO-
PEGUÁRIO**

Cria o Fundo Federal Agropecuário (FFAP), no Ministério da Agricultura e dá outras providências.

Lei Delegada nº 8 — de 11 de outubro de 1962.

— *Aprova o Regulamento do Fundo Federal Agropecuário, criado pela Lei Delegada nº 8.*

Decreto nº 1.973 — de 31 de dezembro de 1962.

**FUNDO FEDERAL DE ELE-
TRIFICAÇÃO**

Revoga o Decreto nº 49.342, de 25 de novembro de 1960.

Decreto nº 1.462-A — de 18 de outubro de 1962.

— *Altera a legislação sobre o Fundo Federal de Eletrificação e dá outras providências.*

Lei nº 4.156 — de 28 de novembro de 1962.

G**GALENA**

Autoriza a Empresa de Mineração Paqueiro Ltda. a pesquisar galena no município de Bocatuba do Sul, Estado do Paraná.

Decreto nº 1.655 — de 26 de novembro de 1962.

GALENA

— *Autoriza o cidadão brasileiro Eurico Ferreira Santos a pesquisar galena no município de Altamira, Estado do Pará.*

Decreto nº 1.739 — de 29 de novembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Eurico Ferreira Santos a pesquisar galena no município de Altamira, Estado do Pará.*

Decreto nº 1.740 — de 29 de novembro de 1962.

GIPSITA

Autoriza a Cia. Materiais Sulfurosos — Matsulfur — a lavrar gipsita no município de Bodocó, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 1.757 — de 30 de novembro de 1962.

**GLOBO — COMPANHIA NACIONAL
DE SEGUROS**

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Globo-Companhia Nacional de Seguros, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 1.948 — de 21 de dezembro de 1962.

GRATIFICAÇÃO NATALINA

Regulamenta a Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, que instituiu a gratificação de Natal aos Trabalhadores.

Decreto nº 1.881 — de 14 de dezembro de 1962.

GREVE

Dispõe sobre o uso e ocupação temporária de bens de empresas de navegação marítima, e dá outras providências.

Decreto nº 1.938 — de 21 de dezembro de 1962.

**GRUPO DE COORDENAÇÃO DO
COMÉRCIO COM OS PAÍSES SO-
CIALISTAS DA EUROPA ORIEN-
TAL — COLESTE**

Cria o Grupo de Coordenação do Comércio com os Países Socialistas da Europa Oriental — COLESTE, e dá outras providências.

Decreto nº 1.880 — de 14 de dezembro de 1962.

GRUPOS DE TRABALHO

Institui Grupo de Trabalho para estudar a legislação do desporto náutico.

Decreto nº 1.452 — de 11 de outubro de 1962.

— *Cria Grupo de Trabalho para coordenar e sugerir medidas tendentes a apressar a construção de portos salineiros, e dá outras providências.*

Decreto nº 1.470-A — de 22 de outubro de 1962.

— *Dispõe sobre a constituição do Grupo de Trabalho referido no § 1º do art. 2º, do Decreto nº 51.551, de 19 de setembro de 1962.*

Decreto nº 51.562 — de 11 de outubro de 1962.

— *Cria Grupo de Trabalho para o fim que indica.*

Decreto nº 51.622 — de 14 de dezembro de 1962.

GRUPOS EXECUTIVOS

Reorganiza o Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica GEICINE.

Decreto nº 1.462 — de 13 de outubro de 1962.

— *Constitui o Grupo Executivo da Reforma da Casa da Moeda CERCAM.*

Decreto nº 51.592 — de 20 de novembro de 1962.

GUARANA

Aprova a regulamentação do Decreto-lei nº 7.669, de 22 de junho de 1945, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso do guaraná em todos os produtos cuja propaganda comercial se baseia no nome daquela planta.

Decreto nº 1.970 — de 28 de dezembro de 1962.

H

HEMATITA

Autoriza o cidadão brasileiro Afonso Rodrigues de Lima a pesquisar hematita, no município de São José do Belmonte, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 1.606 — de 22 de novembro de 1962.

HEMATITA

— *Autoriza o cidadão brasileiro Cassiano Rodrigues de Lima a pesquisar hematita, no município de São José do Belmonte, Estado de Pernambuco.*

Decreto nº 1.607 — de 22 de novembro de 1962.

— *Autoriza Mineração Fernão Dias S.A. a pesquisar hematita no município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 1.918 — de 19 de dezembro de 1962.

HOSPITAIS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, destinado à construção do Hospital Santa Maria, no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Lei nº 4.164 — de 4 de dezembro de 1962.

HOSPITAL COMANDANTE ALBERTO AUTRAN

Denomina Comandante Alberto Autran o antigo Hospital dos Marítimos, de Belém do Pará.

Lei nº 4.152 — de 21 de novembro de 1962.

I

IMERPAL S. A. — MINERAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Concede a Imerpal S. A. — Mineração, Indústria e Comércio autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 1.808 — de 4 de dezembro de 1962.

IMPÔSTO DE CONSUMO

Altera a legislação do Imposto de Consumo e dá outras providências.

Lei nº 4.153 — de 28 de novembro de 1962.

IMPÓSTO DE RENDA

Altera a redação do parágrafo 7º do art. 5º do Decreto nº 48.130, de 20 de abril de 1960, que aprovou o Regulamento para execução do disposto nos arts. 91, 92 e 93 da Lei número 3.470, de 28 de novembro de 1958.

Decreto nº 1.518 — de 13 de novembro de 1962.

— *Aprova o Regulamento para a execução dos serviços da fiscalização do imposto de renda.*

Decreto nº 1.920 — de 19 de dezembro de 1962.

— *Dispõe sobre a legislação de rendas e proventos de qualquer natureza.*

Lei nº 4.154 — de 28 de novembro de 1962.

INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA

Reorganiza o Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica (GEICINE).

Decreto nº 1.462 — de 13 de outubro de 1962.

INDULTO

Concede indulto a sentenciados que mencionam e dá outras providências.

Decreto nº 51.614 — de 4 de dezembro de 1962.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Dá nova redação aos arts. 2º e 4º do Decreto nº 42.290, de 19 de setembro de 1957.

Decreto nº 1.709 — de 28 de novembro de 1962.

— *Cria a série de classes de Técnico de Aerofotogrametria e dá outras providências.*

Decreto nº 51.571 — de 24 de outubro de 1962.

INSTITUTO BRASILEIRO DO SAL

Classifica as funções gratificadas do Instituto Brasileiro do Sal, e dá outras providências.

Decreto nº 51.566 — de 16 de outubro de 1962.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO

Altera o enquadramento dos cargos, funções e empregos do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, aprovado pelo Decreto nº 51.340, de 28 de outubro de 1961, e dá outras providências.

Decreto nº 51.628 — de 19 de dezembro de 1962.

— *Classifica as funções gratificadas do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.631 — de 19 de dezembro de 1962.

INSTITUTO DE RESSEGUROS DO BRASIL

Altera o Título Terceiro, Capítulos I, II e III dos Estatutos do Instituto de Resseguros do Brasil referidos nos Decretos ns. 21.810 de 4-9-46, 24.469, de 4-2-48 e 43.662 de 30 de abril de 1958.

Decreto nº 1.921 — de 19 de dezembro de 1962.

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL

Retifica o enquadramento do pessoal beneficiado pelo art. 2º da Lei nº 3.967, de 5 de outubro de 1961, do Instituto do Açúcar e do Alcool, aprovado pelo Decreto nº 51.546 de 5 de setembro de 1962, e dá outras providências.

Decreto nº 51.596 — de 26 de novembro de 1962.

INSTITUTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Classifica as funções gratificadas do Instituto Nacional de Imigração e Colonização e dá outras providências.

Decreto nº 51.630 — de 19 de dezembro de 1962.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE

Classifica as funções gratificadas do Instituto Nacional do Mate e dá outras providências.

Decreto nº 51.608 — de 30 de novembro de 1962.

INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Modifica o art. 4º, do Decreto número 44.767, de 30-10-1958.

Decreto nº 1.455 — de 15 de outubro de 1962.

— *Cancela as restrições impostas aos órgãos de previdência pelos Decretos ns. 48.646, de 1º de agosto de 1960 e 49.350, de 26 de novembro do mesmo ano e revoga o Decreto número 50.397, de 3 de abril de 1961, alterado pelo Decreto nº 1.284, de 25 de junho de 1962.*

Decreto nº 1.460 — de 17 de outubro de 1962.

— *Prorroga prazo fixado pelo Decreto nº 1.280, de 25 de junho de 1962.*

Decreto nº 1.461 — de 17 de outubro de 1962.

— *Altera a redação do § 1º do Decreto nº 1.280, de 25 de junho de 1962.*

Decreto nº 1.491 — de 9 de novembro de 1962.

— *Retifica o Decreto-lei número 51.371, de 13 de dezembro de 1961, que aprovou o sistema de classificação de cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas.*

Decreto nº 51.493 — de 8 de dezembro de 1962.

— *Altera dispositivos do Decreto nº 51.371, de 13 de dezembro de 1961, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.494 — de 8 de junho de 1962.

— *Altera dispositivos dos Decretos ns. 51.341 e 51.348, de 28 de outubro de 1961 e de 17 de novembro de 1961, respectivamente, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.498 — de 8 de junho de 1962.

— *Altera o Decreto que aprovou o sistema de Classificação de Cargos e Aquecimento de pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários e dá outras providências.*

Decreto nº 51.568 — de 18 de outubro de 1962.

INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

— *Estende as disposições do Decreto nº 51.450, de 2 de abril de 1962, às instituições que menciona.*

Decreto nº 51.569 — de 18 de outubro de 1962.

— *Altera o sistema de Classificação de Cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, aprovado pelo Decreto número 51.349 de 1961.*
(Suplemento).

Decreto nº 51.576 — de 8 de novembro de 1962.

— *Altera o Decreto nº 51.349, de 20 de novembro de 1961, que aprova o sistema de Classificação de Cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.577 — de 8 de novembro de 1962.

— *Classifica as funções gratificadas do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas.*

Decreto nº 51.578 — de 8 de novembro de 1962.

— *Altera o Decreto nº 51.350, de 23 de novembro de 1961, que aprova o sistema de Classificação de Cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes e dá outras providências.*

Decreto nº 51.579 — de 8 de novembro de 1962.

— *Classifica as funções gratificadas do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos e dá outras providências.*

Decreto nº 51.603 — de 28 de novembro de 1962.

— *Transforma em Divisão as Seções que abaixo especifica, no Quadro de Pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.643 — de 26 de dezembro de 1962.

INSURANCE COMPANY OF NORTH AMÉRICA

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Insurance Company of North America.

Decreto nº 1.260 — de 25 de junho de 1962.

IPASE

— Ver: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.

ISENÇÕES

Concede isenção do Imposto de Importação outros tributos e taxas para mercadorias consignadas à SUDENE.

Decreto nº 1.445 — de 10 de outubro de 1962.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, abaixo descritos e consignados à "Elekeiroz do Nordeste Indústria Química S.A." — Cabo (Pe).

Decreto nº 1.446 — de 10 de outubro de 1962.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos sem similar nacional, neste descritos e consignados à Companhia de Tecidos Paulista, sediada na cidade de Paulista, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 1.447 — de 10 de outubro de 1962.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste para efeito de isenção de taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à "Indústria Sisaleira do Brasil S.A." (SIBRASIL) de Baueux (Fb).

Decreto nº 1.448 — de 10 de outubro de 1962.

ISENÇÕES

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à "S.A. Agenor Gordilho — Comércio e Indústria", de Itaparica — Bahia.

Decreto nº 1.449 — de 10 de outubro de 1962.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à "CESMEL S. A. — Indústria e Comércio (CESMEL)", de Salvador (BA).

Decreto nº 1.450 — de 10 de outubro de 1962.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à "USINA PUMATY Sociedade Anônima", de Recife (Pe).

Decreto nº 1.849 — de 5 de dezembro de 1961.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, registrado e consignado à "Fiação e Tecelagem Ribeirão S. A.", de Recife, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 1.877 — de 13 de dezembro de 1962.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Barreto de Araújo, Produtos de Cacau S. A. de Salvador, Estado da Bahia.

Decreto nº 1.901 — de 18 de dezembro de 1962.

ISENÇÕES

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar registrado e consignados à firma "Equipetrol — Indústria e Comércio Ltda.", de Salvador, Bahia.

Decreto n.º 1.902 — de 18 de dezembro de 1962.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, registrado e a ser efetuado por Dário Gonçalves Pastor, de Salvador (Ba).

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de taxas e impostos federais a importação de equipamentos novos, sem similar nacional, registrado e consignados à "Companhia Progresso e União Fabril da Bahia" de Salvador (Ba).

Decreto n.º 1.904 — de 18 de dezembro de 1962.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, registrado e a ser efetuada pela empresa "S. A. Indústria Têxtil de Mandacaru", de João Pessoa (Pb).

Decreto n.º 1.906 — de 18 de dezembro de 1962.

— Prorroga a vigência dos Decretos números 48.639, de 29 de julho de 1960 e 50.975, de 15 de maio de 1961.

— Concede isenção de impostos, taxas alfandegárias e quaisquer outros ônus federais para material destinado à construção do Pavilhão da Exposição Internacional de Indústria e Comércio do Rio de Janeiro.

Lei n.º 4.151 — de 21 de novembro de 1962.

J

JORNALISTAS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 para auxiliar o IX Congresso Nacional de Jornalistas realizado em Friburgo.

Lei n.º 4.148 — de 21 de novembro de 1962.

JUSTIÇA

Cria a Auditoria da 10.ª Região Militar, e dá outras providências.

Lei n.º 4.163 — de 4 de dezembro de 1962.

L

LA FONCIÈRE INCENDIE

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da La Foncière Incendie, inclusive modificação de denominação.

Decreto n.º 1.410 — de 10 de outubro de 1962.

LEI DO INQUILINATO

Prorroga a vigência da Lei número 1.300, de 28 de dezembro de 1950 (Lei do Inquilinato), e dá outras providências.

Lei n.º 4.160 — de 4 de dezembro de 1962.

LOCAÇÃO DE IMÓVEIS

Prorroga a vigência da Lei número 1.300, de 28 de dezembro de 1950 (Lei do Inquilinato), e dá outras providências.

Lei n.º 4.160 — de 4 de dezembro de 1962.

LOTÉRIAS

Altera dispositivos do Decreto número 50.954 e dá outras providências.

Decreto n.º 1.523 — de 13 de novembro de 1962.

— Altera o item 4 do art. 9.º e o art. 19 do Decreto-Lei n.º 6.259 de 10 de fevereiro de 1944, que dispõe sobre loterias.

Lei n.º 4.161 — de 4 de dezembro de 1962.

M

MANDADO DE SEGURANÇA

Modifica a redação do parágrafo único do art. 6º e do inciso I do art. 7º, tudo da Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951, que altera disposições do Código do Processo Civil relativas ao mandado de segurança.

Lei nº 4.166, de 4 de dezembro de 1962.

MANGANÊS

Autoriza o cidadão brasileiro Aylton Carvalho Araújo a pesquisar minério de manganês no Município de Campos Gerais, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.915, de 19 de dezembro de 1962.

MANGANÊS DO BRASIL SOCIEDADE LIMITADA

Concede à Manganês do Brasil Sociedade Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 1.776, de 3 de dezembro de 1962.

MAGNESITA

Renova a autorização contida no Decreto nº 47.192, de 6 de novembro de 1959.

Decreto nº 1.791, de 4 de dezembro de 1962.

MARINHA

Altera dispositivos do Regulamento para o Colégio Naval.

Decreto nº 1.485, de 6 de novembro de 1962.

— Reduz, temporariamente, até 31 de dezembro de 1963, de um ano e seis meses, o disposto na letra a) dos arts. 53. — 62 — 69 — 77 — 83 — 91 — 98 e, também, na letra c) do art. 69; de um ano o disposto na letra b) do art. 62; e, de seis meses o disposto na letra c) do art. 62 do Regulamento de Promoções para Oficiais da Marinha.

Decreto nº 1.608, de 22 de novembro de 1962.

MARINHA

— Inclui o Pessoal da Companhia de Polícia do Corpo de Fuzileiros Navais no Título II e item 2 do Decreto nº 30.034, de 1º de outubro de 1951.

Decreto nº 1.846, de 5 de dezembro de 1962.

— Altera o uso do Uniforme Branco de verão, para a Marinha do Brasil.

Decreto nº 1.847, de 5 de dezembro de 1962.

— Altera temporariamente o Regulamento de Promoções para Oficiais da Marinha.

Decreto nº 1.848, de 5 de dezembro de 1962.

— Cria a Auditoria da 10ª Região Militar, e dá outras providências.

Lei nº 4.163, de 4 de dezembro de 1962.

MARINHA MERCANTE

Aprova o Regulamento para as Escolas de Marinha Mercante.

Decreto nº 1.424, de 28 de setembro de 1962.

MARITIMOS

Transforma em Comissão Arbitral para o período do atual Governo, a Comissão criada pelo Decreto número 51.421, de 28 de fevereiro de 1962.

Decreto nº 51.549-A, de 11 de setembro de 1962.

MÁRMORE

Autoriza o cidadão brasileiro José Jorge de Oliveira Cordeiro a pesquisar calcário, mármore e talco no Município de Redenção, Estado do Ceará.

Decreto nº 1.660, de 26 de novembro de 1962.

— Autoriza a Sociedade Anônima Mármorez Brasileiros — Sambra a pesquisar mármore, no município de Juazeiro, Estado da Bahia.

Decreto nº 1.809, de 4 de dezembro de 1962.

MATERIAIS PARA OBRAS E INDÚSTRIAS "GUARATIBA" LIMITADA

Concede à Materiais para Obras e Indústrias "Guaratiba" Ltda. autorização para funcionar como empreesa de mineração.

Decreto nº 1.775, de 3 de dezembro de 1962.

MATERIAL AERONAUTICO

Aprova a Política Nacional de Material e Construção Aeronáutica no Brasil.

Decreto nº 1.838, de 5 de dezembro de 1962.

MEDALHAS

Oficializa a medalha "Navarro de Andrade-Pioneira de Reflorestamento", instituída pela Sociedade Brasileiro de Silvicultura.

Decreto nº 1.765, de 30 de novembro de 1962.

— Dá nova redação ao art. 5º do Decreto nº 37.406, de 31 de maio de 1955, modificado pelo de nº 95, de 31 de outubro de 1961.

Decreto nº 1.863, de 11 de dezembro de 1962.

MERCADORIAS ACONDICIONADAS

Dispõe sobre a obrigatoriedade da indicação de peso líquido e dos valores das mercadorias acondicionadas, e dá outras providências.

Decreto nº 1.936, de 20 de dezembro de 1962.

MICA

Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Espírito Sobrinho a pesquisar quartzo, mica e turmalina, no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.547, de 20 de novembro de 1962.

— Autoriza a Companhia de Aços Especiais Itabira a pesquisar mica no município de Governador Valadares — Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.573, de 21 de novembro de 1962.

MICA

— Autoriza a Companhia de Mineração Rio Doce a pesquisar mica no município de Governador Valadares — Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.575, de 21 de novembro de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro Norberto Baracuhy a pesquisar mica, quartzo e minério de ouro no município de Peixe — Estado de Goiás.

Decreto nº 1.583, de 22 de novembro de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro José Pimenta a pesquisar quartzo e mica no município de Água Boa — Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.586, de 22 de novembro de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro Belarmino Valério de Oliveira a pesquisar mica no município de Presidente Soares — Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.592, de 22 de novembro de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro Edésio Barbosa da Silva a lavar caulim, feldspato, quartzo e mica, no município de Porciúncula — Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 1.598, de 22 de novembro de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro José Gonçalves da Silva a pesquisar quartzo e mica, no município de Coroaí — Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.651, de 26 de novembro de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro José Pereira da Silva a pesquisar mica no município de Coroaí — Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.654, de 26 de novembro de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro Mozart Nunes Coelho a pesquisar quartzo e mica, no município de Governador Valadares — Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.742, de 29 de novembro de 1962.

MICA

— Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Rodrigues D'Almeida Filho a pesquisar caulim, feldspato e mica, no município de Cachoeiro de Itapemirim — Estado do Espírito Santo.

Decreto nº 1.747, de 30 de novembro de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro José Camilo Campos a pesquisar mica no município de Miradouro — Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.753, de 30 de novembro de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro Celino Júlio de Oliveira a pesquisar mica, no município de Santa Maria do Sauçu — Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.799, de 4 de dezembro de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro Levindo José de Meireles a pesquisar quartzo e mica no município de Virgolândia — Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.855-A, de 5 de dezembro de 1962.

— Decreto nº 50.178, de 28 de janeiro de 1961.

MILITARES

Concede gratificação de Técnico Militar e Diária Industrial aos militares que servem nas Oficinas de Reparos Eletrônicos (ORETs).

Decreto nº 1.427, de 1 de outubro de 1962.

— Altera o Regulamento de Pensões Militares.

Decreto nº 1.501, de 9 de novembro de 1962.

— Dá nova redação ao parágrafo único do art. 55 do Decreto número 49.096 de 10 de outubro de 1960, que regulamenta a Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960 (Lei de Pensões Militares).

Decreto nº 1.542, de 19 de novembro de 1962.

MILITARES

— Altera a redação da letra "v", do art. 88 do Código de Justiça Militar (Decreto-lei nº 925, de 2 de dezembro de 1938).

Lei nº 4.162, de 4 de dezembro de 1962.

— Cria a Auditoria da 10ª Região Militar, e dá outras providências.

Lei nº 4.163, de 4 de dezembro de 1962.

— Ver, também, Aeronáutica, Exército e Marinha.

MINAS DE SERRA GERAL LTDA.**— "SERAL"**

Concede à Minas da Serra Geral Ltda. — SERAL, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 1.563, de 21 de novembro de 1962.

MINERAÇÃO ANDRADENSE LIMITADA

Concede à Mineração Andradense Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 1.728, de 28 de novembro de 1962.

MINERAÇÃO BONANZA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Concede à Mineração Bonanza, Indústria e Comércio, Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 1.730, de 29 de novembro de 1962.

MINERAÇÃO CATAS ALTAS LIMITADA

Concede à Mineração Catas Altas Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 1.557, de 20 de novembro de 1962.

MINERAÇÃO DE FLUORITA VALE DO TUBARÃO LTDA.

Concede à Mineração de Fluorita Vale do Tubarão Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 1.532, de 16 de novembro de 1962.

MINERAÇÃO FERNÃO DIAS S. A.

Autoriza a Mineração Fernão Dias S. A. a pesquisar hematita no município de Mateus Leme — Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.918, de 19 de dezembro de 1962.

MINERAÇÃO GERAL DO NORDESTE S. A.

Concede à Mineração Geral do Nordeste S. A., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 1.559, de 20 de novembro de 1962.

MINERAÇÃO GURIMBABA LIMITADA

Concede à Mineração Gurimbaba Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 1.578, de 21 de novembro de 1962.

MINERAÇÃO ITAGUAÍ LTDA.

Concede à Mineração Itaguaí Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 1.581, de 22 de novembro de 1962.

MINERAÇÃO MORRO DO FERRO LIMITADA

Concede à Mineração Morro do Ferro Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 1.451, de 30 de novembro de 1962.

MINERAÇÃO PACHECO LTDA.

Concede à Mineração Pacheco Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 1.569, de 21 de novembro de 1962.

MINERAÇÃO REGINA PAX LTDA.

Concede à Mineração Regina Pax Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 1.964, de 24 de dezembro de 1962.

MINÉRIOS SETE COROAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Concede à Minérios Sete Coroas Indústria e Comércio, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 1.804, de 4 de dezembro de 1962.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Altera a redação da alínea "b" do art. 1º do Decreto nº 42.118, de 20 de agosto de 1957.

Decreto nº 1.484, de 6 de novembro de 1962.

— *Fixa o número mínimo de vagas para a cota compulsória, no Ministério da Aeronáutica.*

Decreto nº 1.662, de 26 de novembro de 1962.

— *Aprova o Regulamento da Diretoria de Rotas Aéreas.*

Decreto nº 1.865, de 11 de dezembro de 1962.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Aeronáutica créditos suplementares no valor total de Cr\$ 652.378.677 30 (seiscentos e cinquenta e dois milhões, trezentos e setenta e oito mil, seiscentos e setenta e sete cruzeiros e trinta centavos), destinados ao reaparelhamento da Força Aérea Brasileira.*

Lei nº 4.168, de 4 de dezembro de 1962.

MINISTÉRIO DA AERONAUTICA

Torna sem efeito a inclusão de função gratificada no Quadro de Pessoal — Parte Permanente — do Ministério da Aeronáutica.

Decreto nº 51.589, de 13 de novembro de 1962.

Retifica o Decreto nº 51.516, de 25 de junho de 1962, que aprovou o enquadramento dos cargos e funções do Ministério da Aeronáutica e dá outras providências.

Decreto nº 51.619, de 13 de dezembro de 1962.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Reorganiza o Ministério da Agricultura e dá outras providências.

Lei Delegada nº 9 — de 11 de outubro de 1962.

— Extingue órgãos do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 1.477 — de 26 de outubro de 1962.

— Cria funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 51.573 — de 25 de outubro de 1962.

— Aprova o enquadramento dos cargos e funções do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 51.633 — de 19 de dezembro de 1962.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$... 25.000.000,00 para pagamento, relativo ao exercício de 1961, do subvenção concedida ao Museu de Arte de São Paulo.

Decreto nº 1.875 — de 13 de dezembro de 1962.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$... 20.000.000,00, destinado a auxiliar a execução do Plano Quinquenal de Obras da Diocese de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

Lei nº 4.174 — de 5 de dezembro de 1962.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA**E**

— Altera relação anexa ao Regimento aprovado pelo Decreto número 40.050, de 29 de outubro de 1956.

Decreto nº 51.583 — de 8 de novembro de 1962.

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) para atender as despesas com o disposto na mesma Lei que incluiu o Instituto de Música da Bahia entre os estabelecimentos de ensino superior subvencionados pela União, na forma do art. 17, da Lei vembro de 1962.

Decreto nº 51.586 — de 9 de no-

— Inclui funções gratificadas no Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.

Decreto nº 51.587 — de 9 de novembro de 1962.

— Cria funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências.

Decreto nº 51.600 — de 27 de novembro de 1962.

— Inclui funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Ministério da Educação e Cultura.

Decreto nº 51.601 — de 27 de novembro de 1962.

— Retifica o Decreto nº 152, de 16 de novembro de 1961, e dá outras providências.

Decreto nº 51.634 — de 19 de dezembro de 1962.

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros), para atender às despesas com a constituição do patrimônio da Fundação Universidade de Brasília.

Decreto nº 51.645 — de 27 de dezembro de 1962.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 para o fim que especifica.

Decreto nº 1.627 — de 23 de novembro de 1962.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

— *Estabelece normas para a restituição de receita, autoriza a reorganização interna das repartições arrecadadoras e dá outras providências.*

Lei nº 4.155 — de 28 de novembro de 1962.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 826.200,00, para atender a despesas da Comissão de Reparações de Guerra, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1960.*

Lei nº 4.180 — de 11 de dezembro de 1962.

— *Retifica o enquadramento dos cargos e funções do Ministério da Fazenda.*

Decreto nº 51.567 — de 18 de outubro de 1962.

— *Corrige o enquadramento provisório.*

Decreto nº 51.585 — de 9 de novembro de 1962.

— *Suprime cargo extinto.*

Decreto nº 51.588 — de 12 de novembro de 1962.

— *Suprime cargo extinto.*

Decreto nº 51.618 — de 12 de dezembro de 1962.

— *Cria Grupo de Trabalho para o fim que indica.*

Decreto nº 61.622 — de 14 de dezembro de 1962.

— *Abre pelo Ministério da Fazenda o crédito extraordinário de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros) para os fins que especifica.*

Decreto nº 51.625 — de 17 de dezembro de 1962.

— *Retifica o enquadramento dos cargos e funções do Ministério da Fazenda.*

Decreto nº 51.626 — de 17 de dezembro de 1962.

MINISTÉRIO DA GUERRA

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um imóvel situado no Município de Bela Vista, Estado de Mato Grosso, destinado ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 1.515 — de 12 de novembro de 1962.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 1.541 — de 16 de novembro de 1962.

— *Inclui no § 3º, do art. 5º, do Decreto nº 50.314, de 4 de março de 1961, que dispõe sobre o pessoal temporário e de obras de que trata o Capítulo VI da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, e dá outras providências.*

Decreto nº 1.543 — de 19 de novembro de 1962.

— *Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 1.782 — de 4 de dezembro de 1962.

— *Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 1.786 — de 4 de dezembro de 1962.

— *Retifica e ratifica o Decreto número 50.409, de 17 de abril de 1961.*

Decreto nº 1.829 — de 5 de dezembro de 1962.

— *Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 1.870 — de 11 de dezembro de 1962.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

— *Dispõe sobre o pessoal a que se refere o art. 25 da Lei Delegada número 5, de 26 de setembro de 1962.*

Decreto nº 51.574 — de 30 de outubro de 1962.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Altera e unifica os Decretos números 50.924, de 6 de julho de 1961, 51.005, de 20 de julho de 1961, e 917, de 26 de abril de 1962, que dispõem sobre a Comissão de Estudos Legislativos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Decreto nº 1.490 — de 8 de novembro de 1962.

— *Aprova o Regimento do Departamento de Administração do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e cria funções gratificadas.*

Decreto nº 1.500 — de 9 de novembro de 1962.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona no Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 1.630 — de 23 de novembro de 1962.

— *Autoriza a abertura, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do crédito de Cr\$ 25.000.000,00, destinado a ocorrer à instalação e funcionamento, em Brasília, do Ministério Público do Distrito Federal e da Primeira Subprocuradoria-Geral.*

Lei nº 4.149 — de 21 de novembro de 1962.

— *Aprova o enquadramento dos cargos e funções do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.629 — de 19 de dezembro de 1962.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Altera o Regulamento para as Capitâneas dos Portos, aprovado pelo Decreto nº 50.059, de 25 de janeiro de 1961.

Decreto nº 1.472 — de 23 de outubro de 1962.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno no Parque Balneário São José, Município de São Pedro da Aldeia, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 1.684 — de 27 de novembro de 1962.

MINISTÉRIO DA MARINHA

— *Estende aos servidores da Fábrica de Artilharia da Marinha, da Diretoria de Eletrônica de Marinha, do Centro de Adestramento "Almirante Marques de Leão" e das Divisões de Mecanização e Consignações da Diretoria de Intendência da Marinha, as vantagens do Decreto número 47.053, de 20 de outubro de 1959.*

Decreto nº 1.707 — de 27 de novembro de 1962.

— *Altera o art. 1º e seus parágrafos, do Decreto nº 30.078, de 19 de outubro de 1951.*

Decreto nº 1.937 — de 21 de dezembro de 1962.

MINISTÉRIO DA MINAS E ENERGIA

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a adquirir imóvel no Estado do Rio Grande do Sul, necessário ao Ministério das Minas e Energia.

Decreto nº 1.968 — de 28 de dezembro de 1962.

— *Autoriza o Ministério das Minas e Energia, por intermédio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, a adquirir imóvel no Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 1.969 — de 28 de dezembro de 1962.

— *Dispõe sobre o pessoal a que se refere o art. 25 da Lei Delegada número 5, de 26 de setembro de 1962.*

Decreto nº 51.574 — de 30 de outubro de 1962.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Cria função gratificada no Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde.

Decreto nº 1.337 — de 5 de dezembro de 1962.

— *Abre, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de cruzeiros), destinado a auxiliar o Hospital dos Sindicatos Reunidos de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul e dá outras providências.*

Decreto nº 1.967 — de 27 de dezembro de 1962.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.200.000.000,00, para o fim que menciona.

Decreto n.º 1.526 — de 14 de novembro de 1962.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000.000,00 para o fim que menciona.*

Decreto n.º 1.527 — de 4 de novembro de 1962.

— *Torna em efeito o Decreto número 44.482, de 8 de setembro de 1958.*

Decreto n.º 1.626 — de 23 de novembro de 1962.

— *Retifica o enquadramento provisório de servidores do Ministério da Viação e Obras Públicas.*

Decreto n.º 51.591 — de 19 de novembro de 1962.

— *Aprova o enquadramento de cargos omitidos no Anexo II da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1930.*

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO

— *Dispõe sobre a carreira do Ministério Público do Distrito Federal, e dá outras providências.*

Lei n.º 4.158 — de 28 de novembro de 1962.

MONUMENTOS HISTÓRICOS

Declara monumento histórico nacional o túmulo que menciona, e dá outras providências.

Decreto n.º 1.862 — de 11 de dezembro de 1962.

MUSEUS

Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$... 25.000.000,00 para pagamento, relativo ao exercício de 1961, da subvenção concedida ao Museu de Arte de São Paulo.

Decreto n.º 1.875 — de 13 de dezembro de 1962.

N

NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

Concede à sociedade Comércio e Navegação Sodemar Ltda. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 1.421 — de 27 de setembro de 1962.

— *Concede à Sociedade Manoel Lino Costa (Navegação) Ltda., autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n.º 1.474 — de 24 de outubro de 1962.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PROVIDÊNCIA SOCIAL

— *Concede à sociedade Navegação Guarita Ltda. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n.º 1.476 — de 25 de outubro de 1962.

Concede à Navegação Antônio Ramos S. A. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 1.755, de 30 de novembro de 1962.

NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

— *Concede à Sociedade Navegação Fluvial Moura Andrade Ltda., autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n.º 1.953 — de 26 de dezembro de 1962.

NORDESTE

Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxa federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, abatto descritos e consignados à "Elektroz do Nordeste Indústria Química S. A." — Cabo (Pe).

Decreto n.º 1.448 — de 10 outubro de 1962.

NORDESTE

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, descritos e consignados à "Companhia de Tecidos Paulista", sediada na cidade de Paulista, Estado de Pernambuco.

Decreto n.º 1.447 — de 10 de outubro de 1962.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste para efeito de isenção de taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à "Indústria Sisaleira do Brasil S. A." (SIBRASIL), de Bayeux (Pb).

Decreto n.º 1.448 — de 10 de outubro de 1962.

NORDESTE

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à "S. A. Agenor Gordilho — Comércio e Indústria", de Itaparica — Bahia.

Decreto n.º 1.449 — de 10 de outubro de 1962.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à "CESMEL S. A. — Indústria e Comércio — (CESMEL)" de Salvador (BA).

Decreto n.º 1.450 — de 10 de outubro de 1962.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

— Abre, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros), destinado à construção e equipamento de um hospital na cidade de Maués, no Estado do Amazonas.

Decreto n.º 51.454 — de 11 de abril de 1962.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Dispõe sobre gratificação de representação aos Oficiais de Chancelaria e Servidores Administrativos, do Quadro de Pessoal do Ministério das Relações Exteriores.

Decreto n.º 1.430 — de 26 de outubro de 1962.

— Dispõe sobre a Divisão do Pessoal do Ministério das Relações Exteriores.

Decreto n.º 1.431 — de 3 de outubro de 1962.

— Dá nova redação ao Art. 19 do Regulamento de Promoções da Carreira de Diplomata.

Decreto n.º 1.463 — de 18 de outubro de 1962.

— Revoga os Decretos de ns. 938 e 1.074 de 4 e 28 de maio de 1962, respectivamente.

Decreto n.º 1.470 — de 22 de outubro de 1962.

— Autoriza o Departamento de Administração do Ministério das Relações Exteriores a expedir portarias declaratórias das situações funcionais de servidores daquele Ministério.

Decreto n.º 1.471 — de 23 de outubro de 1962.

— Altera o art. 34 do Regulamento de Pessoal do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto número 2, de 21 de setembro de 1961.

Decreto n.º 1.478 — de 26 de outubro de 1962.

— Cria uma Embaixada do Brasil na República do Togo, cumulativa com a Embaixada do Brasil na República de Gana.

Decreto n.º 1.479 — de 26 de outubro de 1962.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

— Regula as vantagens previstas no artigo 41, parágrafo único da Lei n.º 3.917, de 14 de julho de 1961 e nos artigos 64 § 2º e 68 § 1º do Regulamento de Pessoal do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto n.º 2, de 21 de setembro de 1961.

Decreto n.º 1.481 — de 29 de outubro de 1962.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

— Dispõe sobre remuneração dos funcionários do Ministério das Relações Exteriores lotados no Exterior.

Decreto nº 1.516 — de 12 de novembro de 1962.

— Cria uma Embaixada do Brasil na República Popular e Democrática Argelina.

Decreto nº 1.708 — de 28 de novembro de 1962.

— dá nova redação ao Decreto número 1.471, de 23 de outubro de 1962.

Decreto nº 1.955 — de 25 de dezembro de 1962.

— Dispõe sobre o pessoal a que se refere o art. 25 da Lei Delegada nº 5, de 26 de setembro de 1962.

Decreto nº 51.574 — de 30 de outubro de 1962.

— Cria a Comissão para o fim que indica.

Decreto nº 51.615 — de 5 de dezembro de 1962.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Altera, por necessidade de serviço, a lotação de repartições do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Decreto nº 51.556 — de 1 de outubro de 1962.

— Cria funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Decreto nº 51.564 — de 12 de outubro de 1962.

Decreto nº 51.594 — de 21 de novembro de 1962.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Autoriza a abertura, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do crédito de Cr\$ 25.000.000,00, destinado a ocorrer à instalação e funcionamento, em Brasília, do Ministério Público do Distrito Federal e da Primeira Subprocuradoria-Geral

Lei nº 4.149 — de 21 de novembro de 1962.

NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa Artefatos de Borracha O. K. S. A., Recife, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 1.496 — de 9 de novembro de 1962.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "BRASQUIP (Indústria Brasileira de Equipamentos) S. A.", de Salvador, Estado da Bahia.

Decreto nº 1.497 — de 9 de novembro de 1962.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Ribeiro Chaves & Cia.", de Aracaju, Estado de Sergipe.

Decreto nº 1.498 — de 9 de novembro de 1962.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Companhia Agro Fabril Mercantil" de Recife (Pe).

Decreto nº 1.499 — de 9 de novembro de 1962.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Constância Vieira & Cia.", de Estância, Estado de Sergipe.

Decreto nº 1.509 — de 12 de novembro de 1962.

NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à "Companhia Valença Industrial", de Valença, Estado da Bahia".

Decreto nº 1.510 — de 12 de novembro de 1962.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à "Companhia Manufatora de Tecidos do Norte", de Recife, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 1.511 — de 12 de novembro de 1962.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Côco Alimentar de Alagoas S. A.", de Maceió, Estado de Alagoas.

Decreto nº 1.512 — de 12 de novembro de 1962.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Óleos de Palma S. A. — Agro-Industrial (ALPALM), de Salvador, Estado da Bahia.

Decreto nº 1.519 — de 13 de novembro de 1962.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à "USINA PUMATY S. A.", de Recife, Pernambuco.

Decreto nº 1.849 — de 5 de dezembro de 1962.

NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à Fiação e Tecelagem Ribeirão S. A.", de Recife, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 1.877 — de 13 de dezembro de 1962.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Barreto de Araújo, Produtos de Cacau S. A.", de Salvador, Estado da Bahia.

Decreto nº 1.901 — de 18 de dezembro de 1962.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à firma "Equipetrol — Indústria e Comércio Ltda.", de Salvador, Bahia.

Decreto nº 1.902 — de 18 de dezembro de 1962.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, registrado e a ser efetuado por "Dario Gonçalves Postor", de Salvador (Ba).

Decreto nº 1.903 — de 18 de dezembro de 1962.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de taxas e impostos federais a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à "Companhia Progresso e União Fabril da Bahia", Salvador (Ba).

Decreto nº 1.904 — de 18 de dezembro de 1962.

NAVEGAÇÃO E CABOTAGEM

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de taxas e impostos federais a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e a ser efetuada pela empresa "S. A. Indústria Têxtil de Mandacaru", de João Pessoa (Pb).

Decreto nº 1.906 — de 18 de dezembro de 1962.

— Prorroga a vigência dos Decretos números 48.639, de 29 de julho de 1960 e 50.975, de 15 de maio de 1961.

Decreto nº 1.907 — de 18 de dezembro de 1962.

O

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO

Estabelece normas para cumprimento da Lei nº 4.120, de 27 de agosto de 1962.

Decreto nº 1.781 — de 3 de dezembro de 1962.

(Suplemento)

— Estima a Receita e fixa a Despesa da União, para o Exercício Financeiro de 1963.

Lei nº 4.177 — de 11 de dezembro de 1962.

— Retifica sem ônus a Lei número 3.682, de 7 de dezembro de 1959, que estima a Receita e fixa a Despesa da União, para o exercício de 1960.

ORDEM DO MÉRITO MILITAR

Altera os artigos 3º e 9º do Regulamento da Ordem do Mérito Militar, baixado com o Decreto nº 48.461, de 5 de julho de 1960.

Decreto nº 438 — de 8 de outubro de 1962.

ORDEM DO MÉRITO NAVAL

Altera o Regulamento para a Ordem do Mérito Naval.

Decreto nº 1.438 — de 8 de outubro de 1962.

ORGANIZAÇÃO MARÍTIMA INTERGOVERNAMENTAL

Autoriza o Poder Executivo a assinar a adesão do Brasil à Convenção Internacional, para criação da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental.

Decreto Legislativo nº 17, de 1962.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE

Aprova o texto da Resolução W H A 1.243, adotado pela XII Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde, modificando os artigos 24 e 25 da Constituição daquela Agência especializada das Nações Unidas.

Decreto Legislativo nº 15, de 1962.

OURO

Autoriza o cidadão brasileiro Norberto Baracuh a pesquisar mica, quartzo e minério de ouro no município de Peixe, Estado de Goiás.

Decreto nº 1.583 — de 22 de novembro de 1962.

— Autoriza a Mineração Tejucana Ltda., a lavrar diamante e ouro, nos municípios de Diamantina e Bocaiuva, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.646 — de 26 de novembro de 1962.

— Autoriza a Mineração Tejucana Ltda., a lavrar diamante e ouro nos municípios de Diamantina e Bocaiuva, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.647 — de 26 de novembro de 1962.

— Autoriza a Mineração Tejucana Ltda., a lavrar diamante e ouro, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.649 — de 26 de novembro de 1962.

— Autoriza a Mineração Tejucana Ltda., a lavrar diamante e ouro, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.684 — de 26 de novembro de 1962.

OURO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Irineu Alves de Macedo Soares a pesquisar ouro, no município de Dianópolis — Estado de Goiás.*

Decreto nº 1.698 — de 27 de novembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Irineu Alves de Macedo Soares a pesquisar ouro, no município de Dianópolis, Estado de Goiás.*

Decreto nº 1.699 — de 27 de novembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Irineu Alves de Macedo Soares a pesquisar minério de ouro, no município de Dianópolis, Estado de Goiás.*

Decreto nº 1.700 — de 27 de novembro de 1962.

— *Renova a autorização contida no Decreto nº 46.923, de 30 de setembro de 1959.*

Decreto nº 1.705 — de 27 de novembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Edmundo Henrique Soares e Silva a pesquisar minério de ouro, no município de Dianópolis, Estado de Goiás.*

Decreto nº 1.749 — de 30 de novembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Ricardo de Souza a pesquisar ouro e minério de cobre, no município de Lavras do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 1.802 — de 4 de dezembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Edmundo Henrique Soares e Silva a pesquisar minério de ouro, no município de Dianópolis, Estado de Goiás.*

Decreto nº 1.817 — de 4 de dezembro de 1962.

— *Renova a autorização contida no Decreto nº 45.896, de 28 de abril de 1959.*

Decreto nº 1.823 — de 4 de dezembro de 1962.

— *Renova a autorização contida no Decreto nº 45.897, de 28 de abril de 1959.*

Decreto nº 1.824 — de 5 de dezembro de 1962.

OURO

— *Renova a autorização contida no Decreto nº 45.035, de 29 de abril de 1959.*

Decreto nº 1.825, de 5 de dezembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ruy Nunes de Campos Rosa a lavar ouro aluvionar no município de Maués, Estado do Amazonas.*

Decreto nº 1.974, de 31 de dezembro de 1962.

OURO VERDE COMPANHIA DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Ouro Verde Companhia de Seguros, inclusive aumento de capital.

Decreto nº 1.900, de 18 de dezembro de 1962.

P**PALÁCIO ALBERTO DE BRITTO PEREIRA**

Denomina "Palácio Alberto de Britto Pereira" o edifício onde funciona o Departamento de Imprensa Nacional, na Capital Federal.

Lei nº 4.179, de 11 de dezembro de 1962.

PARANÁ COMPANHIA DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Paraná Companhia de Seguros, inclusive aumento de capital.

Decreto nº 1.899, de 18 de dezembro de 1962.

PEDRAS PRECIOSAS

Autoriza o cidadão brasileiro João Henrique Milward de Azevedo, a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 783, de 26 de março de 1962.

PEDRAS PRECIOSAS

— Autoriza o cidadão brasileiro Carlos Albino Sperb, a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 1.597, de 22 de novembro de 1962.

PEDRAS PRECIOSAS

— Autoriza Lya Wahrlick, a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 1.601, de 22 de novembro de 1962.

— Autoriza Carlos Edmar Sperb, a comprar pedras preciosas.

Decreto-lei nº 1.602, de 22 de novembro de 1962.

PEDRAS CORADAS

Autoriza o cidadão brasileiro Levy Fernandes a pesquisar quartzo e pedras coradas no município de Teófilo Ottoni, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.914, de 19 de dezembro de 1962.

PEDRAS PRECIOSAS

Revoga o Decreto nº 19.472, de 20 de agosto de 1945.

Decreto nº 50.290, de 23 de fevereiro de 1961.

PENSÕES

Concede pensão especial de Cr\$... 5.000,00 mensais a Benedito Cândido de Oliveira Dória.

Lei nº 4.136, de 10 de setembro de 1962.

PENSÕES

— Altera o Regulamento de Pensões militares.

Decreto nº 1.501, de 9 de novembro de 1962.

— Dá nova redação ao parágrafo único do art. 55 do Decreto nº 49.096, de 10 de outubro de 1960, que regulamenta a Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960. (Lei de Pensões Militares).

Decreto nº 1.542, de 19 de novembro de 1962.

PESCA

Ver: Caça e Pesca.

PETROBRAS

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação em favor da Petróleo Brasileiro S. A. — Petrobrás, terras situadas no Município de Betim, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.426, de 1º de outubro de 1962.

— Autoriza a Petróleo Brasileiro S. A. a utilizar terras da União, na construção de um oleoduto.

Decreto nº 1.629, de 23 de novembro de 1962.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão, em favor da Petróleo Brasileiro S. A. — Petrobrás, terras situadas nos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Decreto nº 1.911, de 19 de dezembro de 1962.

PIROFILITA

Autoriza a cidadã brasileira Olivia Carvalho Melo a pesquisar pirofilita no município de Itapeva, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.815, de 4 de dezembro de 1962.

PLANALTO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Planalto Companhia de Seguros Gerais.

Decreto nº 1.454, de 12 de outubro de 1962.

PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL

Modifica o Plano Rodoviário Nacional e abre crédito especial de Cr\$ 1.000.000.000,00, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas.

Lei nº 4.165, de 4 de dezembro de 1962.

PODER ECONÔMICO

Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional do Projeto que se transformou na Lei nº 4.137, de 10 de setembro de 1962, que regula a repressão ao abuso do poder econômico).

Lei nº 4.137, de 10 de setembro de 1962.

PODER JUDICIÁRIO

Abre, ao Poder Judiciário — Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento da 2ª, 6ª e 8ª Regiões, o crédito especial de Cr\$ 6.661.990,40, para o fim que especifica.

Decreto nº 1.522, de 13 de novembro de 1962.

— Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, o crédito especial de Cr\$ 70.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto nº 1.524, de 13 de novembro de 1962.

— Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, o crédito especial de Cr\$ 56.649,40 para o fim que especifica.

Decreto nº 1.636, de 23 de novembro de 1962.

— Amplia a jurisdição das Juntas de Conciliação e Julgamento de Volta Redonda, Petrópolis, Nova Iguaçu e Niterói, no Estado do Rio de Janeiro.

Lei nº 4.183, de 13 de dezembro de 1962.

POLÍTICA AGRÁRIA

Cria a Superintendência de Política Agrária (SUPRA) e dá outras providências.

Lei Delegada nº 11, de 11 de outubro de 1962.

PORTOS

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona.

Decreto nº 1.905, de 18 de dezembro de 1962.

PORTOS SALINEIROS

Cria Grupo de Trabalho para ordenar e sugerir medidas tendentes a apressar a construção de portos salinheiros, e dá outras providências.

Decreto nº 1.470-A, de 22 de outubro de 1962.

PRATA

Declara caduco o Decreto nº 25.422, de 1 de setembro de 1948.

Decreto nº 49.053, de 5 de outubro de 1960.

PREFEITURAS

Autoriza a Prefeitura Municipal de Charqueada, Estado de São Paulo, a construir uma linha de transmissão entre a linha Piracicaba-Charqueada e a sede do distrito de Paraisolândia e dá outras providências.

(Publicado no Diário Oficial de 27 de março de 1962 — Seção I — Parte I).

Retificação

Decreto nº 717, de 16 de março de 1962.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Dá nova redação à letra c do artigo 2º do Regulamento dos Órgãos da Presidência da República, aprovado pelo Decreto nº 23.822, de 10 de outubro de 1947, modificado pelos Decretos ns. 36.225, de 24 de setembro de 1954, 45.057, de 17 de dezembro de 1958, 50.262, de 3 de fevereiro de 1961 e 51.399, de 1 de fevereiro de 1962.

Decreto nº 51.611, de 3 de dezembro de 1962.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Altera o inciso II, do art. 167, do Regulamento-Geral da Previdência Social.

Decreto nº 1.459, de 17 de outubro de 1962.

— Dispõe sobre eleições para Presidente dos Órgãos Colegiados da Previdência Social.

Decreto nº 51.635, de 19 de dezembro de 1962.

PRODUTOS ALIMENTÍCIOS

Prorroga prazo estabelecido ao artigo 1º do Decreto nº 861, de 13 de março de 1962.

Decreto nº 1.457, de 16 de outubro de 1962.

PROTEÇÃO DOS BENS CULTURAIS

Torna públicas ratificações e adesões, por parte de diversos países, ao Protocolo da Convenção Internacional para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado, concluído na Haia, a 14 de maio de 1954.

Decreto nº 51.640, de 21 de dezembro de 1962.

— Torna públicas ratificações e adesões, por parte de diversos países, a Convenção Internacional para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado, concluída na Haia, a 14 de maio de 1954.

Decreto nº 51.641, de 21 de dezembro de 1962.

PSICOLOGISTA

Parte vetada pelo Presidente da República e mantida pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962 (que dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicologista).

Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962.

Q

QUARTZO

Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Espírito Sobrinho a pesquisar quartzo, mica e turmalina, no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.547, de 20 de novembro de 1962.

Autoriza o cidadão brasileiro Norberto Baracuh a pesquisar mica, quartzo e minério de ouro no município de Peixe, Estado de Goiás.

Decreto nº 1.583, de 22 de novembro de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro José Pimenta a pesquisar quartzo e mica no município de Água Boa, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.586, de 22 de novembro de 1962.

QUARTZO

— Autoriza o cidadão brasileiro Edesio Barbosa da Silva a lavar caulim, feldspato, quartzo e mica, no município de Porciúncula, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 1.593, de 22 de novembro de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro José Gonçalves da Silva a pesquisar quartzo e mica, no município de Coraci, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.651, de 26 de novembro de 1962.

— Autoriza a Mineração Felquartzo Limitada, a pesquisar feldspato e quartzo no município de Camboriú, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 1.657, de 26 de novembro de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro Mozart Nunes Coelho a pesquisar quartzo e mica, no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.742, de 29 de novembro de 1962.

— Renova a autorização contida no Decreto nº 45.893, de 28 de abril de 1959.

Decreto nº 1.756, de 30 de novembro de 1962.

— Renova autorização contida no Decreto nº 45.237, de 15 de janeiro de 1959.

Decreto nº 1.860-A, de 5 de dezembro de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro Levingo José de Meireles a pesquisar quartzo e mica no município de Virgolândia, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.855-A, de 5 de dezembro de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro Levy Fernandes a pesquisar quartzo e pedras coradas no município de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.914, de 19 de dezembro de 1962.

— Decreto nº 50.178, de 28 de janeiro de 1961.

R

**RÁDIO CLUBE DE CONQUISTA
LIMITADA**

Outorga concessão à "Rádio Clube de Conquista Limitada" para estabelecer uma estação radiodifusora na cidade de Vitória de Conquista, Estado da Bahia.

Decreto nº 1.183, de 15 de junho de 1962.

**RÁDIO CULTURA DE SERGIPE
SOCIEDADE ANÔNIMA**

Outorga concessão à Rádio Cultura de Sergipe S. A. para estabelecer uma estação radiodifusora de onda tropical na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.

Decreto nº 1.391, de 13 de setembro de 1962.

**RÁDIO EDUCADORA RIO DOCE
LIMITADA**

Outorga concessão à Rádio Educadora Rio Doce Limitada, para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.286, de 25 de junho de 1962.

**REDE FERROVIÁRIA FEDERAL
SOCIEDADE ANÔNIMA**

Aprova o aumento de capital e consequente alteração do art. 7º dos Estatutos Sociais da Rede Ferroviária Federal S. A.

— Retifica o Decreto nº 582, de 5 de fevereiro de 1962.

Decreto nº 1.523, de 23 de novembro de 1962.

— Declara sem efeito, parcialmente, decreto de lotação de servidores cedidos à R. F. F. S. A.

Decreto nº 1.624, de 23 de novembro de 1962.

— Autoriza o Ministro da Fazenda a dar a garantia do Tesouro Nacional a empréstimo a ser realizado pela Rede Ferroviária Federal S. A.

Decreto nº 1.861, de 11 de novembro de 1962.

**REDE FERROVIÁRIA FEDERAL
SOCIEDADE ANÔNIMA**

— Dispõe sobre a administração da Estrada de Ferro de Ilhéus e dá outras providências.

Decreto nº 1.959, de 26 de dezembro de 1962.

— Revoga o Decreto nº 50.739, de 7 de junho de 1961.

Decreto nº 51.598, de 22 de novembro de 1962.

REFINAÇÕES DE MILHO, BRAZIL

Concede à sociedade anônima Refinações de Milho, Brazil autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto nº 1.935, de 20 de dezembro de 1962.

REFLORESTAMENTO

Oficializa a medalha "Navarro de Andrade" — Pioneiro do Reflorestamento", instituída pela Sociedade Brasileiro de Silvicultura.

Decreto nº 1.765, de 30 de novembro de 1962.

**REPRESSÃO AO PODER
ECONÔMICO**

Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional do Projeto que se transformou na Lei nº 4.137, de 10 de setembro de 1962 (que regula a repressão ao abuso do poder econômico).

Decreto nº 4.137, de 10 de setembro de 1962.

RESGATE

Revoga o Decreto Legislativo número 13, de 6 de outubro de 1959, que aprovou o Acordo de Resgate, assinado em 1956, entre os Governos do Brasil e da França.

Decreto Legislativo nº 20, de 1962.

RESTITUIÇÃO DE RECEITA

Estabelece normas para a restituição de receita, autoriza a reorganização interna das repartições arrecadadoras e dá outras providências.

Lei nº 4.155, de 28 de novembro de 1962.

S

**S. L. SEMIFE — SOCIEDADE EX-
PORTADORA DE MINÉRIO DE
FERRO LTDA.**

Concede à S. L. Semife — Sociedade Exportadora de Ferro Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 1.777, de 3 de dezembro de 1962.

SALÁRIO-MÍNIMO

Retifica o Decreto nº 51.336, de 13 de outubro de 1961, publicado no "Diário Oficial" de 17 de outubro de 1961.

Decreto nº 51.580, de 8 de novembro de 1962.

— Altera a tabela do salário-mínimo aprovada pelo Decreto número 51.336, de 13 de outubro de 1961 e dá outras providências.

Decreto nº 51.613, de 3 de dezembro de 1962.

SALGEMA

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio José de Souza a pesquisar salgema, no município de Luiz Correia, Estado do Piauí.

Decreto nº 1.413, de 28 de novembro de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro Antônio José de Souza a pesquisar salgema no Município de Luiz Correia, Estado do Piauí.

Decreto nº 1.714, de 28 de novembro de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro Antônio José de Souza a pesquisar salgema no município de Luiz Correia, Estado do Piauí.

Decreto nº 1.957, de 26 de dezembro de 1962.

SÃO PAULO — COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS DE VIDA

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da São Paulo — Companhia Nacional de Seguros de Vida, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 1.441, de 10 de outubro de 1962.

SCHEELITA

Autoriza o cidadão brasileiro Manoel Forte Maia a pesquisar scheelita, no município de Brejo do Cruz, Estado da Paraíba.

Decreto nº 1.928, de 20 de dezembro de 1962.

SEAMIL — SOCIEDADE EXPLORADORA DE ÁGUAS MINERAIS LIMITADA

Concede à "SEAMIL" — Sociedade Exploradora de Águas Minerais Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 1.763, de 30 de novembro de 1962.

SEGURADORA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S. A.

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Seguradora Indústria e Comércio S. A., inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 1.893, de 18 de dezembro de 1962.

SEGURADORA INDUSTRIAL E MERCANTIL S. A.

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Seguradora Industrial e Mercantil S. A., inclusive aumento de capital social.

Decreto nº 1.894, de 18 de dezembro de 1962.

SEMINÁRIO DE ARQUITETURA INDUSTRIAL (II)

Oficializa o II Seminário de Arquitetura Industrial.

Decreto nº 51.565, de 16 de outubro de 1962.

SENADO FEDERAL

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Legislativo — Câmara dos Deputados e Senado Federal — os créditos suplementares no total de Cr\$ 1.004.494.000,00 (um bilhão, quatro milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil cruzeiros), como reforço de dotações orçamentárias para o exercício de 1962.

Lei nº 4.157, de 28 de novembro de 1962.

SERVIÇO NACIONAL DE MUNICÍPIOS

Dispõe sobre o Serviço Nacional de Municípios (SENAM), criado pelo Decreto nº 50.334, de 11 de março de 1961, sua transferência para o Gabinete Civil da Presidência da República e dá outras providências.

Decreto nº 1.486, de 7 de novembro de 1962.

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL DA UNIÃO

Altera o art. 6.º do Decreto número 51.504, de 11 de junho de 1962.

Decreto nº 51.599 — de 28 de novembro de 1962.

— *Prorroga o Decreto nº 51.534, de 11 de junho de 1962.*

Decreto nº 51.623 — de 14 de dezembro de 1962.

SERVIÇOS AÉREOS CRUZEIRO DO SUL

Autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico a dar a garantia do Tesouro Nacional às operações de crédito externo que especifique.

Decreto nº 1.622 — de 22 de novembro de 1962.

SERVIÇOS PORTUÁRIOS

Apresentação de relatórios de serviços portuários.

Decreto nº 1.895 — de 18 de dezembro de 1962.

SERVIÇOS TELEFÔNICOS

Altera o Decreto nº 362, de 14 de dezembro de 1961.

Decreto nº 1.767 — de 30 de novembro de 1962.

SERVIDÃO

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão, em favor da Petróleo Brasileiro S. A. — Petrobrás, terras situadas nos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Decreto nº 1.911 — de 19 de dezembro de 1962.

SOCIEDADE AGRO-MINERAL TRIUNFO LTDA.

Concede à Sociedade Agro-Mineral Triunfo Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 1.653 — de 26 de novembro de 1962.

SOCIEDADE NAVEGAÇÃO FLUVIAL MOURA ANDRADE LTDA.

Concede à Sociedade Navegação Fluvial Moura Andrade Ltda., autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 1.953 — de 26 de dezembro de 1962.

SOCIEDADE RÁDIO DIFUSORA "A VOZ DA AMAZÔNIA"

Declara caduca a concessão outorgada à Sociedade Rádio Difusora "A Voz da Amazônia Limitada", para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

Decreto nº 1.548 — de 20 de novembro de 1962.

SOCIEDADE TERMOELÉTRICA DE CAPIVARI

Autoriza a Sociedade Termoeletrica de Capivari a constituir hipoteca a favor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

(Publicado no Diário Oficial de 9 de março de 1960 — Seção I — Parte I).

Decreto nº 47.867 — de 7 de março de 1962.

**SOCIEDADES DE ECONOMIA
MISTA**

Prorroga o Decreto n.º 51.504, de 11 de junho de 1962.

Decreto n.º 51.623 — de 1-4 de dezembro de 1962.

SUDENE

Concede isenção de Imposto de Importação outros tributos e taxas para mercadorias consignados à SUDENE.

Decreto n.º 1.445 — de 10 de outubro de 1962.

— *Aprova o Quadro de Pessoal da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e das outras providências.*

Decreto n.º 51.632 — de 10 de dezembro de 1962.

**SUL AMÉRICA CAPITALIZAÇÃO
SOCIEDADE ANÔNIMA**

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Sul América Capitalização, S. A.

Decreto n.º 1.443 — de 10 de outubro de 1962.

**SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍTICA
AGRÁRIA (SUPRA)**

Cria a Superintendência de Política Agrária (SUPRA) e das outras providências.

Lei Delegada n.º 11 — de 11 de outubro de 1962.

— *Aprova o Regulamento da Superintendência de Política Agrária — SUPRA.*

Decreto n.º 1.941 — de 21 de dezembro de 1962.

**SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA —
(SUDEPE)**

Cria a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca e das outras providências.

Lei Delegada n.º 10 — de 11 de outubro de 1962.

— *Aprova o Regulamento da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca — SUDEPE.*

Decreto n.º 1.942 — de 21 de dezembro de 1962.

**SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO
DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA
DA REGIÃO DA FRONTEIRA
SUDOESTE**

Ver: Fronteira Sudoeste.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DA
REPÚBLICA**

Aprova o Regimento da 1.ª Subprocuradoria-Geral da República.

Decreto n.º 1.489, de 8 de novembro de 1962.

T

TABELAS

Ver o Ministério ou órgão a que se refere.

TALCO

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Pelúcio a pesquisar talco, no município de Piquete, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 1.652 — de 26 de novembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Jorge de Oliveira Cordeiro a pesquisar calcário, mármore e talco no município de Redenção, Estado do Ceará.*

Decreto n.º 1.660 — de 26 de novembro de 1962.

TARIFAS

Dá nova redação ao § 2.º do art. 9.º do Decreto n.º 381, de 19 de dezembro de 1961.

Decreto n.º 1.433 — de 3 de outubro de 1962.

TELECOMUNICAÇÕES

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962.

— *Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações).*

Lei n.º 4.117 — de 27 de agosto de 1962.

TERRENOS DE MARINHA

Revalida cessão do Governq do Estado de São Paulo, que terreno de acrescidos de marinha, situado em São Vicente, naquele Estado.

Decreto n.º 741 — de 19 de março de 1962.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência de aforamento, a fração ideal do domínio útil do terreno de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto n.º 1.505 — de 12 de novembro de 1962.

TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE

— *Aprova o Sistema de Classificação de Cargos do ex-Território Federal do Acre e dá outras providências.*

Decreto n.º 51.581 — de 8 de novembro de 1962.

TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA

Dá ao atual Território Federal do Rio Branco a denominação de Território Federal de Roraima.

Lei n.º 4.182 — de 18 de dezembro de 1962.

THE FIRST NATIONAL BANK OF BOSTON

Aprova a reforma estatutária do The First National Bank of Boston, com sede em Boston, Estados Unidos da América.

Decreto n.º 1.876 — de 13 de dezembro de 1962.

THE FIRST NATIONAL CITY BANK OF NEW YORK

Aprova a reforma estatutária de The First National City Bank of New York, com sede em New York, E.U.A.

Decreto n.º 1.506 — de 12 de novembro de 1962.

TRANSATLÂNTICA ARGENTINA S. A. DE AERONAVEGACIÓN

Cancela a autorização à empresa de transporte aéreo argentina Transatlântica Argentina S. A. de Aeronavegación para funcionar no Brasil.

Decreto n.º 1.495 — de 9 de novembro de 1962.

TRANSCONTINENTAL S. A.

Cancela a autorização à empresa de transporte aéreo argentina Transcontinental S. A. de Transportes Comercial e Industrial para funcionar no Brasil.

Decreto n.º 1.836 — de 5 de dezembro de 1962.

TRANSPORTADOR DE BAGAGEM

Regulamenta o exercício da profissão de carregador e transportador de bagagem nos portos.

Decreto n.º 1.642 — de 23 de novembro de 1962.

TRANSPORTES AÉREOS

Aprova o Acórdão sobre Transportes Aéreos Regulares entre os Estados Unidos do Brasil e a República Oriental do Uruguai.

Decreto Legislativo n.º 18, de 1962.

— *Dá nova redação ao § 2.º do artigo 9.º do Decreto n.º 381, de 19 de dezembro de 1961.*

Decreto n.º 1.433 — de 3 de outubro de 1962.

— *Promulga o Acórdão sobre Transportes Aéreos entre os Estados Unidos do Brasil e o Japão, assinado no Rio de Janeiro, a 14 de dezembro de 1956.*

Decreto n.º 51.605 — de 28 de novembro de 1962.

— *Torna públicas ratificações e adesões, por parte de diversos países, à Convenção relativa ao reconhecimento, internacional de direitos sobre aeronaves, concluída em Genebra, a 19 de junho de 1948.*

Decreto n.º 51.606 — de 28 de novembro de 1962.

TRATADOS

Dispõe sobre a execução de ajuste de complementação industrial instituído pelo Tratado de Montevideu.

Decreto n.º 1.451 — de 11 de outubro de 1962.

TRIBUNAL DE CONTAS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Tribunal de Contas, o crédito especial de Cr\$ 150.000,00 para atender a despesas com pagamento de gratificações adicionais e salários-família referentes aos exercícios de 1953, 1954, 1955, 1956 e 1957.

Lei nº 4.173 — de 5 de dezembro de 1962.

TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

Dispõe sobre as férias coletivas do Tribunal Federal de Recursos.

Lei nº 4.171 — de 5 de dezembro de 1962.

TRIBUNAL MARÍTIMO

Classifica funções gratificadas do Tribunal Marítimo, e da outras providências.

Decreto nº 51.597 — de 22 de novembro de 1962.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região o crédito especial de Cr\$ 1.204.285,00 para custear as despesas daquela Corte.

Lei nº 4.172 — de 5 de dezembro de 1962.

TUBERCULOSE

Baixa Normas Técnicas Especiais sobre Tuberculose no País e dá outras providências.

Decreto nº 51.646 — de 27 de dezembro de 1962.

TURMALINA

Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Espírito Sobrinho a pesquisar quartzo, mica e turmalina, no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.547 — de 20 de novembro de 1962.

U

UNIÃO GEODÉSICA E GEOFÍSICA INTERNACIONAL

Dá nova redação aos arts. 2º e 4º do Decreto nº 42.290, de 19 de setembro de 1957.

Decreto nº 1.709 — de 28 de novembro de 1962.

UNIVERSIDADES

Declara de utilidade pública o Instituto Jesus, com sede em Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.327 — de 30 de agosto de 1962.

Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de cruzeiros), para atender ao pagamento da subinjeção concedida às Universidades equiparadas, mantidas por Instituições de caráter privado, atualmente existente no País.

Decreto nº 1.841 — de 5 de dezembro de 1962.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 71.352.000,00 (setenta e um milhões trezentos e cinquenta e dois mil cruzeiros), destinado à Escola de Engenharia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o artigo 18, item "c" da Lei nº 3.958, de 13 de setembro de 1931.*

Decreto nº 1.866 — de 11 de dezembro de 1962.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), para atender a despesas com a constituição do patrimônio da Fundação Universidade de Brasília.*

Decreto nº 1.867 — de 11 de dezembro de 1962.

— *Aprova o Estatuto da Universidade de Brasília.*

Decreto nº 1.872 — de 12 de dezembro de 1962.

UNIVERSIDADES

— *Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, as propriedades que menciona.*

Decreto nº 1.919 — de 19 de dezembro de 1962.

— *Integra na Universidade de Minas Gerais o Conservatório Mineiro de Música de Belo Horizonte, incorpora o Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul à Universidade do Rio Grande do Sul e autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Cultura, de crédito especial.*

Lei nº 4.159 — de 30 de novembro de 1962.

— *Retifica o enquadramento dos cargos e funções da Universidade do Ceará, aprovado pelo Decreto número 50.917, de 6 de julho de 1961.*

Decreto nº 51.563 — de 12 de outubro de 1962.

— *Inclui, no enquadramento aprovado pelo Decreto nº 51.352, de 23 de novembro de 1961, os cargos e funções que especifica, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.590 — de 14 de novembro de 1962.

— *Retifica o Quadro de Pessoal da Universidade do Espírito Santo.*

Decreto nº 51.595 — de 22 de novembro de 1962.

— *Altera o Quadro de Pessoal da Universidade do Ceará e dá outras providências.*

Decreto nº 51.597-“A” — de 26 de novembro de 1962.

— *Inclui cargos de provimento em comissão e funções gratificadas no Quadro de Pessoal da Universidade do Ceará, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.598-A — de 26 de novembro de 1962.

— *Retifica o Decreto nº 51.524, de 26 de junho de 1962, que aprovou o Quadro de Pessoal da Universidade de Santa Catarina.*

Decreto nº 51.602 — de 27 de novembro de 1962.

UNIVERSIDADES

— *Acréscenta, um parágrafo único ao artigo 6º do Decreto nº 51.386, de 4 de janeiro de 1962, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Universidade da Paraíba e dá outras providências.*

Decreto nº 51.609 — de 30 de novembro de 1962.

— *Retifica o Decreto nº 51.385, de 4 de janeiro de 1962, que aprovou o Quadro de Pessoal da Universidade de Alagoas.*

Decreto nº 51.610 — de 30 de novembro de 1962.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 140.308.000,00 (cento e quarenta milhões, trezentos e oito mil cruzeiros), para atender às despesas decorrentes do artigo 13 da Lei número 3.958, de 13 de setembro de 1961, referente à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 51.612 — de 3 de dezembro de 1962.

— *Retifica o Quadro de Pessoal da Universidade do Espírito Santo.*

Decreto nº 51.642 — de 26 de dezembro de 1962.

UTILIDADE PÚBLICA (DECLARAÇÃO)

Declara de utilidade pública a Santa Casa de Misericórdia Dona Carolina Malheiros, com sede em São João da Boa Vista, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.324 — de 30 de agosto de 1962.

— *Declara de utilidade pública a “Associação Beneficente Pró-Matre”, com sede em Vitória, Estado do Espírito Santo.*

Decreto nº 1.326 — de 30 de agosto de 1962.

— *Declara de utilidade pública a Associação Brasileira para Prevenção de Acidentes, com sede no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 1.328 — de 30 de agosto de 1962.

**UTILIDADE PÚBLICA
(DECLARAÇÃO)**

— Declara de utilidade pública a Santa Casa de Misericórdia de São José do Rio Pardo (Hospital São Vicente), com sede em São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.329 — de 30 de agosto de 1962.

— Declara de utilidade pública o Hospital Santa Catarina de Alexandria — Instituição General Osvaldo Melchhiades de Almeida, com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 1.331 — de 30 de agosto de 1962.

— Declara de utilidade pública o Movimento Familiar Cristão, com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 1.400 — de 26 de setembro de 1962.

— Declara de utilidade pública o Instituto Espírita Amigo Germano, com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 1.404 — de 26 de setembro de 1962.

— Declara de utilidade pública o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 1.405 — de 26 de setembro de 1962.

— Declara de utilidade pública a Santa Casa de Misericórdia de Itapira, com sede em Itapira, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.409 — de 26 de setembro de 1962.

Declara de utilidade pública a Sociedade Campineira de Educação e Instrução, com sede em Campinas, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.411 — de 26 de setembro de 1962.

— Declara de utilidade pública o Dispensário e Ambulatório da Medalha Milagrosa, com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 1.412 — de 26 de setembro de 1962.

**UTILIDADE PÚBLICA
(DECLARAÇÃO)**

— Declara de utilidade pública o Sanatório Antônio Luis Suyão, com sede em Araras, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.415 — de 27 de setembro de 1962.

— Declara de utilidade pública a Ordem dos Servos de Maria — Província do Brasil, com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 1.416 — de 27 de setembro de 1962.

— Declara de utilidade pública a "Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro" com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 1.417 — de 27 de setembro de 1962.

— Declara de utilidade pública a Associação do Sanatório São Vicente de Paulo, com sede em Campos do Jordão, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.418 — de 27 de setembro de 1962.

— Declara de utilidade pública o Hospital de Caridade São Vicente de Paulo, com sede em Jundiaí, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.419 — de 27 de setembro de 1962.

— Declara de utilidade pública a Obra Social Padre Gailhac, com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 1.492 — de 9 de novembro de 1962.

— Declara de utilidade pública o Centro Cultural de Botucatu, com sede em Botucatu, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.552 — de 20 de novembro de 1962.

— Declara de utilidade pública a Casa Beneficente Vicente Soares da Silva e Maria Alice — Casa dos Velhinhos com sede em Recife, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 1.562 — de 21 de novembro de 1962.

**UTILIDADE PÚBLICA
(DECLARAÇÃO)**

— Declara de utilidade pública a "Congregação de Santa Dorotéia do Brasil" (Província do Sal) com sede em Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 1.565 — de 21 de novembro de 1962.

V**VISTO CONSULAR**

Dá nova redação aos arts. 3º, 4º, 8º e 44, do Decreto nº 49.977, de 23 de janeiro de 1961, que dispõe sobre o visto consular em faturas comerciais e dá outras providências.

Decreto nº 1.640 — de 23 de novembro de 1962.

X**XISTO ARGILOSO**

Autoriza o Espólio de Bento Antônio Missé, na pessoa de seu inventariante Antônio Joaquim Missé a pesquisar xisto argiloso, no município de Pirapora do Bom Jesus, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.929 — de 20 de dezembro de 1962.

W**W. M. JACKSON, INC.**

Concede à sociedade anônima W. M. Jackson, Inc., autorização para continuar a funcionar na República

Decreto nº 1.934 — de 20 de dezembro de 1962.